
*De Pé Sobre
a Terra.
Estudos Sobre
a Indústria,
o Trabalho e
o Movimento
Operário em
Portugal.*

TÍTULO

De Pé Sobre a Terra.

Estudos Sobre a Indústria, o Trabalho e o Movimento Operário em Portugal.

Contribuições provenientes da série de encontros de investigadores de ciências sociais “Áreas Industriais e Comunidades Operárias”, organizados em 2011 em Portimão, a 3 e 4 de Junho, em Lisboa, a 20, 21 e 22 de Outubro, em Almada, a 25, 26 e 27 de Novembro, e no Porto, a 16 e 17 de Dezembro, por Bruno Monteiro (Instituto de Sociologia, Universidade do Porto) e Joana Dias Pereira (Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa).

ORGANIZADORES

Bruno Monteiro

Joana Dias Pereira

DESIGN GRÁFICO

Catarina Azevedo

catarina.azzevedo@gmail.com

ISBN

978-989-98170-1-2

FORMATO

155 X 240 mm

1ª EDIÇÃO

----- 2013

Esta publicação não se destina à circulação comercial e não tem, além disso, nenhum fim lucrativo. Os autores, titulares dos direitos desta obra, publicam-na nos termos da licença Creative Commons «Atribuição – Uso Não Comercial – Partilha» nos mesmos termos 2.5 Portugal (cf. <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/2.5/pt/>).

*Estudos Sobre
a Indústria,
o Trabalho e
o Movimento
Operário em
Portugal.*

IHC INSTITUTO
DE
HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA



**Universidade
Popular do
Porto**



CLID 20
FACULTAD DE CIENCIAS
INTERDISCIPLINARIAS
DE BOGOTÁ
UNIVERSIDAD DE COLOMBIA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia



INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

Construção.

*Planeamento Urbano,
Arquitectura,
Habitação Operária.*

HUGO NAZARETH FERNANDES
DEOLINDA FOLGADO
RUI JORGE GARCIA RAMOS
ELISEU GONÇALVES
JOÃO CASTELA CRAVO

Nota Final de

DEOLINDA FOLGADO

CAPÍTULO II

Contestação.

*Ideias, Lutas e
Outros Aspectos do
Movimento Operário*

PAULO GUIMARÃES
TERESA FONSECA
ROSALINA CARMONA
CONSTANTINO PIÇARRA
SÍLVIA CORREIA e JOSÉ NUNO MATOS
JOÃO FREIRE

JOSÉ MANUEL LOPES CORDEIRO
MARIA JOÃO RAMINHOS DUARTE
RAQUEL VARELA
CÁTIA TEIXEIRA

Nota Final de

SÓNIA FERREIRA

CAPÍTULO III

Cultura.

*Expressões Artísticas,
Práticas Desportivas e
Colectividades Locais.*

JOÃO FREIRE
LUÍS CUNHA
CLÁUDIA FIGUEIREDO
NUNO DOMINGOS
DULCE SIMÕES
CARINA INFANTE DO CARMO
Nota Final de
PAULA GODINHO

CAPÍTULO IV

Trabalho.

*Técnicas, Práticas e
Políticas do Trabalho
Operário.*

ANA CARINA AZEVEDO
VANESSA DE ALMEIDA
BRUNO MONTEIRO
DAVID PEREIRA
Nota Final de
VICTOR PEREIRA

CAPÍTULO V

Cidade.

*Transformações Sociais
e Territorialização
da Indústria.*

MAGDA PINHEIRO
MARIA ALFREDA CRUZ
JOANA DIAS PEREIRA
FRÉDÉRIC VIDAL
FÁTIMA SABINO
MARIA DA LUZ SAMPAIO
ANA PRATA
JOÃO ALDEIA
Nota Final de
VIRGÍLIO BORGES PEREIRA

CAPÍTULO VI

Memória.

*Os Registos do
Passado Industrial.*

DULCE SIMÕES
TERESA SÁ
PAULA RODRIGUES
SUZANA MENEZES
IGNACIO PEREDA *com*
FRANCISCO MANUEL PAREJO MORUNO
Nota Final de
JOÃO BAÍA

CAPÍTULO VII

Ofícios.

*Estudos Sobre as
Actividades Laborais
em Contexto.*

JOAQUIM VIEIRA RODRIGUES
INÊS FONSECA
AMÉRICO NUNES
RUI NARCISO PALMA GUITA
EMÍLIA MARGARIDA MARQUES
MARIA ALICE SAMARA
Nota Final de
DULCE FREIRE

CAPÍTULO VIII

Debates.

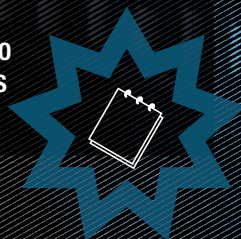
*Balanços, Dilemas
e Oportunidades
da Investigação
Sócio-Históricas.*

MIRIAM HALPERN PEREIRA
JOSÉ MADUREIRA PINTO

CAPÍTULO IX

Testemunhos

MARIA RODRIGUES MADEIRA
MARGARIDA TENGARRINHA
ADILO COSTA
ANTÓNIO GERVÁSIO
ERCÍLIA TALHADAS
AMÉRICO LEAL



Ver de outra maneira.

VOCABULÁRIO PARA O ESTUDO DO UNIVERSO OPERÁRIO (SÉCULOS XIX-XX).

KANT: Ponderei se devia realizar esta viagem americana com Friedrich / com muito cuidado e durante muito tempo / não havia de facto / nenhum risco / em enviar o Friedrich sozinho / às universidades do mundo / ele é capaz / de fazer uma insuperável palestra / sobre tudo o que eu pensei / estende uma orelha em direcção à gaiola / (...) Em nome de Kant / eu irei palestrar / por exemplo / sobre o princípio da contradição / consigo ouvir Friedrich a dizer isso / para Friedrich / O que dizes / quando termina a lição

FRIEDRICH: Agradeço a vossa atenção

Thomas Bernhard, *Immanuel Kant*, Frankfurt, Suhrkamp, 1978, pp.45–46.

Ver de outra maneira. Ao longo de 2011, a série de seminários Áreas industriais e comunidades operárias tentou concitar o encontro entre os investigadores que têm, em Portugal, trabalhado sobre o universo operário, criando um lugar temporário de apresentação e confrontação da multiplicidade das pesquisas por eles concretizadas. A principal preocupação era evitar que uma só concepção se transpusesse, convicta ou clandestinamente, para a convocatória, criando com essa opção as circunstâncias da sua própria validação. Foi intencionalmente que preconizamos critérios largos e polivalentes. Um programa inclusivo, embora com as limitações que são inerentes a qualquer escolha, era o que nos parecia mais ajustado para tolerar a presença dos vários contributos e propostas que coexistem neste campo de estudos,

sem os pré-seleccionar segundo uma qualquer visão normativa do que devem ser os estudos sobre o operariado. Em rigor, visava-se, inclusive, incentivar as transacções e os cruzamentos entre eles, criando margens para a polémica em vez de esperar um consenso entre interesses e participações já previamente orientados. De um encontro ocasional entre cientistas sociais, - é certo que favorecido pela tradição interdisciplinar do Instituto de História Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa) - surgiu, assim, a ideia de criar um mercado franco intelectual para se comunicarem e apreciarem os estudos sobre o universo operário existentes em Portugal, sem *privilégios* diplomáticos para nenhuma disciplina académica ou orientação teórica, fosse ela a sociologia, a história ou a antropologia, sem *barreiras alfandegárias* que excluíssem a produção dos investigadores *estrangeiros* à Academia, sem taxas nem tarifas que onerassem (negativamente) as criações fora da pauta oficial de valores (teóricos, metodológicos – e também ideológicos).

“Tornamo-nos conscientes da aparência somente quando ela muda.”¹ Neste sentido, mais do que pronunciar teses ou sínteses, quisemos oferecer uma *apresentação panorâmica* do espaço de questionamento criado pelas ciências sociais em Portugal sobre o universo operário, uma visão estereoscópica em torno a um conjunto de interrogações e interpretações sobre um tema de pesquisa. “Num diferente espaço de pensamento – poderíamos dizer – a coisa parece

1 Ludwig Wittgenstein, *Remarks on the Philosophy of Mathematics*, Oxford, Blackwell, 1998, volume I, §.1034, p.179.

diferente.”² Apresentar sinopticamente um vasto conjunto de trabalhos de pesquisa sobre o universo operário não visa tanto impor uma proposta de *sistematização*, quanto suscitar o surgimento de usos inesperados e posturas inovadoras perante uma paisagem que se tinha tornado entretanto familiar, imperceptível porque habitual. “A expressão da aparência é a expressão de um modo de apreensão (portanto, de um modo-de-lidar-com, de uma técnica); mas usada como descrição de um estado.”³ Forçando uma súbita conversão do aspecto, é certo, o que se transforma é a nossa *percepção* e não o próprio objecto percebido; surgem com isso, todavia, novas oportunidades de exame e tratamento de um objecto que pensávamos conhecer absolutamente, quando, tantas vezes, só o víamos truncado e parcialmente.⁴ Este compêndio de estudos visa, portanto, mostrar em acção a própria plasticidade da investigação científica contemporânea sobre o universo operário português. Obviamente que o conjunto de textos coligidos tem lacunas e omissões, como as teria outra recolha que se fizesse, por maior liberalidade que houvesse nos critérios usados. No entanto, esperamos já assim tornar visíveis conexões entre temas, técnicas e casos, tornando premente a necessidade de praticar modalidades de trabalho colectivo entre as várias perspectivas científicas, e esperando, com isso, levantar vias e pistas de pesquisa surpreendentes e insuspeitas.

2 Idem, *Ibidem*, §.516, p.98.

3 Idem, *Ibidem*, §.1025, p.178.

4 Idem, *Ibidem*, §.478-479, p.86.

Itinerário geográfico (e intelectual). Portimão, Almada, Lisboa e Porto: locais onde se situaram temporariamente os lugares de publicidade e troca de criações intelectuais que visavam conhecer o entorno social e territorial criado pelos processos de industrialização e operarização locais. Para esta implantação sobre o terreno, num roteiro que procurou reiterar ele próprio os movimentos de extensão e enraizamento da indústria sobre o território nacional, foram importantes os apoios que ofereceram as várias instituições académicas, colectividades culturais ou organismos museológicos coligados com a nossa sequência de seminários, pontos de apoio sem os quais seria francamente complicado encontrar a conveniente instalação dos seminários. A permuta com o Instituto de Sociologia (Universidade do Porto), o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Universidade de Coimbra), e a Universidade Popular do Porto, tal como o apoio que nos prestaram o Museu de Portimão, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), a Faculdade de Letras (Universidade do Porto), o projecto de investigação MOSCA, e a Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foram responsáveis por termos conseguido vencer os limites que, sem o saber, tínhamos concebido para esta série de seminário, tornando viável a inclusão de um vasto número de comunicações e levando-a a um público mais lato do que inicialmente previsto. De igual maneira, só o trânsito nascido de uma tal cooperação é que permitiu o surgimento de uma obra, cujo volumoso conteúdo escrito e visual pareciam seriamente proibir a publicação. Graças ao trabalho aplicado de Catarina Azevedo, responsável gráfica, paginadora & tudo, pudemos contar com a edição electrónica do conjunto de

textos que sustentaram ou que sucederam às comunicações orais trazidas aos seminários acima citados.

Expor o vocabulário. A proximidade de focagens e formatos, a pluralidade de objectos e perguntas, a variação de opções conceptuais, cronológicas e estilísticas que as comunicações aos seminários trouxeram, foram outras tantas peças trazidas para esta reconstituição textual (e virtual) do panorama intelectual existente sobre o universo operário português. Que podia surgir uma imagem inteligível de conjunto era para nós inicialmente um enigma, tão heterogêneos eram tais *pedaços*. A simples concentração da matéria-prima tornou, posteriormente, uma verdadeira *necessidade* proceder a uma *montagem* dos textos: iam surgindo constelações de conceitos, temas e significados, tornavam-se visíveis vínculos de proximidade (e contraste) entre interpretações e aplicações de certas perspectivas científicas, iam aparecendo protuberâncias sobre a superfície rasa dos raciocínios e termos comumente usados nestes estudos, nodosidades onde se condensam as orientações e os interesses particulares traduzidos pelas comunicações e os textos ou onde elas se confrontam e chocam entre si. De maneira a conceder uma *nitidez acentuada* a uma colecção de peças inicial e aparentemente desconexas,⁵ sem ter sequer uma ordem ou um plano, tentamos expressar estes pontos de recontro (em todos os sentidos do termo) num vocabulário. A saber: *construção, contestação, cultura, trabalho, cidade, memória,*

5 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften* (org. Rolf Tiedemann), "Das Passagen-Werke", volume 5, parte 1, p.575.

testemunhos, ofício. Estes vocábulos funcionam como epígrafe dos respectivos capítulos, plataformas para onde foram trazidos os textos que, numa opção possível entre várias, julgamos que lidavam, obliqua ou expressamente, com os conceitos em causa.

Os textos não propõem nem pugnam por certas *definições*, novas ou velhas, para estas palavras; eles *usam-nas* e, com isso, demonstram as suas vicissitudes e potencialidades. Por assim dizer, são essas complexas *reverberações* do uso que constituem a própria heurística de cada conceito e de todos eles em conjunto. Tentar registar o estado actual dos estudos sobre o universo operário em Portugal significou, portanto, renunciar a mostrar uma *continuidade e homogeneidade* que ele não tem, tal como o esperava fazer Walter Benjamin noutro universo de traços.⁶ Quisemos antes recuperar as fulgurações que constituem uma imagem como expressão que não só pertence a um momento em particular, como só é completamente *legível* ou *reconhecível* quando reinscrita nesse tempo.⁷ De rompante, eis-nos a *mostrar* – não a julgar – o estado imediato da história do universo operário.

Não tendo elas certamente propósitos equivalentes, perscrutamos as três tentativas de investigar (e *não* fixar) o vocabulário utilizado nas várias zonas da experiência comum e intelectual do mundo utilizadas pela *história social*, pela *história conceptual* e pela *sócio-história*. Roçar por elas permite-nos apurar as fronteiras em que nos

6 Walter Benjamin, *Gesammelte Schriften* (org. Rolf Tiedemann), “Das Passagen-Werke”, volume 5, parte 1, p.588.

7 Idem, *Ibidem*, pp.577-578.

movemos, verificar os sinais por que nos orientamos. Sobretudo é ter a oportunidade de tomar os *princípios operativos* que, em estado vibrátil, se movem por esses projectos de pesquisa. Quisemos ver *em movimento* as respectivas aparelhagens conceptuais, que têm, seguramente, fundamentos, objectivos, e estilos de pensamento contrastantes e aos quais não tentaremos, por isso, aplanar as especificidades (logo, as incompatibilidades recíprocas). Vamos, portanto, testá-los como pontos de fuga transitórios para o nosso próprio trabalho de sondagem e interpelação a um *vocabulário*. Não são estes, paradigmas incompatíveis entre si, muito menos isolados. Salientar a pluralidade de usos dos instrumentos conceptuais de representação e interpretação da história e, por outro lado, incentivar a procura de avanços complementares e críticos entre eles, constituíram os nossos objectivos principais. Em todo o caso, não tentamos encontrar ou promulgar um presumível terreno de sobreposição comum a todas, a solução neutra por excelência que conduz usualmente a constatações triviais, nem avançar uma proposta de superação ousada, ignorando que elas são modos de objectivação histórica francamente originais e independentes entre si. Iremos, pois, aproveitar os avanços que podem permitir, sem emitir intencionalmente a nossa apreciação pessoal sobre eles. Aos leitores, as suas prerrogativas.

Tomar consciência dos limites das interpretações. A prospecção intencional de Raymond Williams no corpo de termos e significados que são inescapáveis nas práticas e instituições culturais terminou, sem pretensões de exaustividade ou imparcialidade, no

apuramento de uma lista restrita de *palavras-chave*;⁸ ou seja, as que são palavras *conectoras* entre certas actividades e as suas interpretações e, simultaneamente, palavras *indicativas* de certas formas de pensamento. Regimes de justificação e esquemas de pensamento, portanto. Este exercício de *semântica histórica* não só traça a origem e a evolução histórica de um conceito, já então uma constatação trivial, como vê o seu presente como história (i.e. vendo os seus actuais significados, implicações e associações). Ou seja, torna visíveis os contornos do *círculo de inteligibilidade* que cada conceito é capaz de criar, torna-nos conscientes de que os conceitos, que tanto exprimem um modo de pensamento, como servem para constituir as nossas representações,⁹ comandam uma visão do mundo figurada apenas nos confins desse círculo. De tal maneira que se acentua criticamente que nenhum vocabulário esteve ou permanece socialmente *inerte*. Um racimo de conceitos não é, pois, uma tradição para ser aprendida, nem um *consenso* para ser aceite, nem uma linguagem, que por ser *a nossa*, tenha qualquer *autoridade natural*; é, sim, um “vocabulário para ser usado, para nele encontrarmos o nosso próprio caminho, para o mudar quando considerarmos necessário fazê-lo, à medida que formos fazendo a nossa própria linguagem e história.”¹⁰

8 Raymond Williams, *Keywords. A vocabulary of culture and society*, p.15.

9 Idem, *Ibidem*, p.24.

10 Idem, *Ibidem*, pp.24-25.

Num outro momento, lemos ser necessário, mais do que inventar uma nova formulação conceptual, questionar os próprios *modelos* e *imagens*, expressos em *metáforas* por exemplo, que são usados para pensar e enunciar o universo operário.¹¹ Foi a conciliação tensa entre a crítica ao empirismo historicista, formulada com os instrumentos da sociologia e da antropologia, e o cepticismo perante os usos escolásticos da teoria social, incentivado por uma prática historiográfica orientada para o estudo de registos históricos concretos, que permitiu repensar os *hábitos de pensamento* em vigor acerca do operariado em meados do século passado, reorientando os carris que permitiram a passagem a uma nova ideia de história social.¹² A própria noção de *linguagens de classe*, que Gareth Steadman Jones avança a este propósito, exprime a necessidade de interrogar simultaneamente o comportamento historicamente observado do operariado e os modelos teóricos usados para os compreender e interpretar.¹³ Neste sentido, “tomamos consciência dos limites de qualquer forma de interpretação histórica auto-suficiente” ao vasculhar por “todo um conjunto de crenças convencionais sobre a classe operária” com recurso a mecanismos de (auto- e hetero-)reflexividade epistémica,¹⁴ em especial o livre funcionamento da crítica entre pares e a necessidade de

11 Gareth Steadman Jones, *Languages of Class. Studies in English Working Class History 1832-1982*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, p.1

12 Idem, *Ibidem*, p.5.

13 Idem, *Ibidem*, pp.7-8.

14 Idem, *Ibidem*, pp.9, 1-2.

averiguar a premência das categorias intelectuais utilizando-as a respeito de casos social e historicamente situados.

Os conceitos da história, a história dos conceitos. Os conceitos não são intemporais ou transcendentais. Entre os trabalhos realizados pela *histórica conceptual*, sobretudo a partir dos anos 50, quando ela conhece uma ordenação e uma renovação com Werner Conze, têm lugar central as sucessivas investigações de Reinhart Koselleck, entre outros, sobre os *conceitos históricos fundamentais*. São vários e sabidos os contrastes, e as complementaridades, que existem entre a história conceptual e a história social, que se prendem, sobretudo, com a existência de um *hiato* entre os projectos epistemológicos;¹⁵ este é, porém, um capítulo da história da reflexão e representação históricas que não vamos consultar neste momento. Não vamos, todavia, passar em claro este movimento de interrogação no que ele nos traz de promissor em termos de orientações de pesquisa. Para a história conceptual, a linguagem, como qualquer conceito em particular, é, “por um lado, indicador da «realidade» previamente fabricada, por outro lado, factor da realidade fabricada”.¹⁶ Neste sentido, ela não é exactamente *materialista*, nem simplesmente *idealista*, pois “ela tanto pergunta quais as experiências e circunstâncias que são trazidas aos seus

15 Reinhart Koselleck, *Begriffsgeschichte. Studien zur Semantik und Pragmatik der politischen und sozialen Sprache*, (“Sozialgeschichte und Begriffsgeschichte”), 2006, p.13. Em especial contra as variadas teorias do reflexo, mormente a marxista e a positivista, as fontes históricas são vistas, assim, como uma construção, obedecendo a regras de construção próprias da linguagem, e não como uma tradução do acontecido.

16 Idem, *Ibidem*, (“Stichwort: Begriffsgeschichte”), p.99.

conceitos, como [pergunta] como são conceptualizadas essas experiências e circunstâncias.”¹⁷ Aversa a ser convertida numa causa primeira do mundo social, não obstante ser também irreduzível a qualquer instância outra, a lógica da linguagem suscita e justifica, por isso, a existência de uma variante original de pesquisa histórica. Variante que não se cinge unicamente ao tratamento imanente dos valores semióticos dos textos. A história conceptual pergunta, “em primeiro lugar, quando, onde, de quem e para quem, quais as intenções ou quais situações como [eles] foram conceptualizados”, tentando especialmente retomar, por via da pesquisa, “as conjunturas singulares nas quais as respostas conceptuais são discursivamente condensadas em usos de palavras”.¹⁸ Outras latitudes viram outros *historiadores dos conceitos*,

17 Idem, *Ibidem*, p.99. Isso implica que ela opere entre a história linguística e a história factual, e que, portanto, entre as suas ocupações, esteja “die Analyse von im Lauf der Geschichte auftretenden Konvergenzen, Verschiebungen oder Diskrepanzen des Verhältnisses von Begriff und Sachverhalt.” Idem, *Ibidem*, p.99.

18 Idem, *Ibidem*, p.100. Ao mesmo tempo, os conceitos não só têm esta eficácia de interpretação sincrónica ligada a um contexto particular, como estão escalonados diacronicamente, tendo valências temporais que se distinguem consoante o volume de conteúdos de experiência anteriores que estão neles acumulados e consoante a importância da novidade nas *posturas de expectativa* que se alojam em si. De acordo com as variações nesta *estrutura temporal interior* do conceito, encontraremos uma escala de *conceitos retrospectivos* (*ruckblickende Begriffe*) e *conceitos previosores*, ou antecipações (*vorausschauende Begriffe*, *Vorgriffe*), variações que concorrem, constantemente, para mobilizar, julgar ou sumarizar o passado (construir a *história* em sentido estrito) e para prometer, anunciar e prever o futuro (oferecendo-se, em especial, como utopia). A *temporalidade* penetra todos os escaninhos da linguagem, os usos dos conceitos, as reacções aos conceitos, as impetrações dos conceitos, as potencialidades de interpretação do tempo acessíveis e imagináveis num certo instante, as modalidades de registo e expressão da história que são articuláveis por um certo *narrador* (como historiador), talvez por oposição a outros.

como Quentin Skinner ou John Pocock, acentuarem também a importância de verificar, saindo do sector tradicionalmente ocupado pela pesquisa filológica e hermenêutica (que continuou a ser, no entanto, a auxiliar preferida), as circunstâncias concretas em que são enunciados os actos de fala, com os quais são expressas e constituídas simultaneamente as instituições, os costumes, os hábitos de uma certa sociedade.¹⁹

Modos de usar. No seu O perspectivismo linguístico em Don Quijote, Leo Spitzer levanta um problema pertinente: a *polinómasia*, ou seja, a utilização de vários nomes para classificar uma mesma personagem nessa novela. Ao contrário do que sucedia nos estudos bíblicos e na etimologia escolásticas, bem conhecidos (e parodiados) por Miguel de Cervantes, que procuravam encontrar o significado espiritual que se ocultava por trás da obra visível de Deus, é claro para Leo Spitzer que se procura, nesta obra, “mostrar a multivalência de que estão dotadas as palavras para as distintas mentes humanas.”²⁰ Assim, a razão para as oscilações linguísticas encontra-se menos nos impedimentos ou incapacidades que pesam sobre as personagens, do que na expressão do seu ponto de vista sobre o mundo (social e ficcional) do romance. Um caso exemplar: a acentuação plurivocal dos nomes comuns. Na maior parte dos casos de ambiguidade evidentes na obra, “lidamos com a confusão ou a crítica que o choque entre dois tipos lin-

19 Leia-se, por exemplo, John Pocock, *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton, Princeton University Press, 2003 (ed. rev.); Quentin Skinner, *Visions of Politics*, volume 1, Cambridge Cambridge University Press, 2002.

20 Leo Spitzer, *Lingüística e historia literaria*, (“Perspectivismo lingüístico en el Quijote”), Madrid: Gredos, 1955 (1948), p.145.

guísticos determinados principalmente pela posição social do falante engendra.”²¹ Miguel de Cervantes, escreve Leo Spitzer, sabe que “a transparência da linguagem é uma realidade apenas para Deus”,²² nos universos sublunares, as transições e as matizes de sentido que são impostas aos vocábulos variam consoante os predicados linguísticos e sociais de quem os profere. A constatação de um tal perspectivismo pode ser feita directamente sobre o universo prosaico, onde a instabilidade, a flutuação e o relativismo linguístico estão intrinsecamente ligados às complexas hierarquias do mundo social.

Ubíquas e impositivas, estas hierarquias são, porém, tensas e precárias porque estão submetidas a constantes lutas de redefinição, também travadas em torno ao sentido legítimo, ou oficial, da linguagem comum. “Numa sociedade diferenciada, os nomes a que chamamos comuns, trabalho, família, mãe, amor, recebem na realidade significados diferentes, ou até mesmo antagónicos pelo facto de os membros da mesma «comunidade linguística» utilizarem, melhor ou pior, a mesma língua e não várias línguas diferentes – a unificação do mercado linguístico faz com que haja sem dúvida cada vez mais

21 Idem, *Ibidem*, p.149. Leo Spitzer tem observações precisas que suportam a sua interpretação, como a que transcrevemos da nota 19 do seu texto, em que escreve que “se pode dizer de quase todos os personagens do Quixote que cada um aparece localizado no seu correspondente plano linguístico, num ponto ao longo de uma escala hierárquica”. A expressão da “superioridade linguística e social” é, por conseguinte, expressa nos relacionamentos entre personagens que preenchem a trama do romance, como sucede entre a Marquesa e Sancho, ou entre este e o nosso protagonista. “Inclusive quando as personagens incidem numa língua estrangeira, há uma diferença conforme a sua posição social. Idem, *Ibidem*, p.176.

22 Idem, *Ibidem*, p.165.

significados para os mesmos signos.”²³ O surgimento de um mercado unificado para uma língua oficial tem parte com a construção histórica do Estado. A instituição, ler similarmente: *fabricação*, de uma *língua nacional*, componente e veículo da unificação do mercado de bens simbólicos que acompanha a unificação da economia e também dos circuitos de criação e circulação cultural (e escolar), vem a significar, por um paradoxo apenas aparente, a instauração de uma hierarquia entre os vários usos da língua, espécie de translação em termos propriamente linguísticos de oposições sociais entre falantes, que passam a ter que *contrastar* (em todas as acepções da palavra, sobretudo como comparação e como certificação) as suas enunciações verbais entre si e, em especial, com a língua-padrão.²⁴ “Todas as práticas linguísticas são comparadas às práticas legítimas, as dos dominantes, e é só no interior do sistema de variantes praticamente concorrentes que realmente se institui sempre que se encontram reunidas as condições extralinguísticas da constituição de um mercado linguístico, que se define o valor provável objectivamente prometido às produções linguísticas dos diferentes locutores e, assim, a relação que cada um deles pode estabelecer com a língua e, simultaneamente, a sua própria produção.”²⁵ Surgem sistemas de diferenças entre os vários usos da língua - as enunciações mais eruditas ou mais

23 Pierre Bourdieu, *O que falar quer dizer. A economia das trocas linguísticas*, Algés, Difel, 1998, p.17.

24 Idem, *Ibidem*, p.37.

25 Idem, *Ibidem*, p.36.

populares, os sotaques, a apreciação (ou recriminação) de predicados como *correção*, *laconismo* ou *rusticidade* aplicados à conversa, a ostentação de um tom *cortês* ou *vulgar*, - que reciam, na ordem linguística, onde actuam como sistemas de classificação por si mesmos, i.e. como *traços distintivos*, o sistema *social* de repartição das competências culturais e posses económicas existente entre os locutores que condicionam o seu acesso aquele mercado linguístico que os envolve.²⁶

Em termos sucintos, o modo de ver as categorias do pensamento popular e erudito que é parte integrante da sócio-história procura conjugar um exercício de historicização do mundo social, preocupando-se em restituir os processos de formação e transformação dos fenómenos que estuda, e a apreensão das configurações de relações sociais que existem entre os actores sociais, cujas implicações objectivas são independentes da consciência ou opinião que haja sobre elas e ultrapassam o círculo imediato da suas interações interpessoais, o que, por sua vez, implica reconstruir as estruturas de repartição das várias formas de *poder* (económico, cultural, político) que vigoram num certo momento do tempo. Neste sentido, segundo a terminologia de Ernst Cassirer, a sócio-história privilegia os *conceitos-função*, preocupa-se

26 Idem, *Ibidem*, pp.54-55. Segundo Pierre Bourdieu, o que explica a recepção valorizada e valorizadora que solicita para si a linguagem erudita é precisamente esse encontro entre as propriedades sociais dos seus locutores (dominantes) e as características estilísticas dos produtos que ele oferece (raras e prestigiadas), vistas em comparação, umas e outras, com as propriedades e as características de outros locutores e outros produtos concorrentes, ser posteriormente avaliado pelos seus habituais consumidores e o seu respectivo modo de consumo, que são, eles próprios, selectivos. Idem, *Ibidem*, p.19.

em objectivar os constrangimentos e oportunidades que pesam assimetricamente sobre os actores. Estes constrangimentos e oportunidades incentivam ou limitam o surgimento de tensões e convênias, oposições ou solidariedades entre tais actores, todos vinculados a uma competição incessante pela manutenção ou transformação do sistema contemporâneo de repartição de vantagens sociais. Por um lado, visa-se contestar a *reificação* de certos fenómenos históricos, tratando de investigar as condições específicas de surgimento e as vicissitudes sofridas pelos colectivos e instituições, que vemos como historicamente consumados (por exemplo, uma condição aparentemente *natural*, como a nacionalidade ou o género), em prejuízo de uma concepção coisificada de tais entidades. Por outro lado, a forte orientação empírica que privilegia o estudo de contextos espacial e temporalmente situados, cujos limites são circunscritos por recurso a critérios de pertinência teórica e substantiva e não por motivos de simpatia pessoal, não significa a partilha dos pressupostos interaccionistas que reduzem todos os factores sociais a encontros pessoais e ao interconhecimento.²⁷ Tomando sempre em conta a intersecção de *relações sociais à distância* que se exercem sobre um local, um evento, ou uma personalidade, todos submetidos a uma multiplicidade de mediações e intermediários, é possível constatar sócio-historicamente a emergência, as vicissitudes e a legitimação de corpos compósitos como um Estado nacional

27 Gérard Mauger, *Introduction à la Socio-histoire*, Paris, La Découverte, 2006, p.56

ou um grupo sócio-profissional.²⁸ Da mesma maneira, ela serve como procedimento de objectivação do sujeito da objectivação, i.e. instância de controlo epistemológico (e ético) das práticas e utensílios (materiais e mentais) do investigador, ele próprio inscrito numa configuração de relações de concorrência e colaboração específica.²⁹

Palavras em acto. Tanto esmero para encontrar só uma lista de palavras? Seria certamente um *exagero* se fosse só isso o que pretendemos mostrar. A verdade é que vislumbramos por trás de tais noções – *construção, contestação, cultura, trabalho, cidade, memória, testemunhos, ofício* – modos de ver a história social que são convergentes embora fragmentados, perspectivas *epistemológicas* explícitas ou latentes que se cruzam e sobrepõem nessas noções. Noções que, por isso, se nos tornaram suspeitas de serem os sintomas ou os prenúncios de um certo grau de *parentesco* entre estilos de pensamento. Não quisemos constatar apenas, – constatação *pueril* para os historiadores, – a *historicidade* dos conceitos que são empregados na linguagem comum ou culta. Quisemos mostrar, em primeiro lugar, o interesse que tem proceder a um mapeamento (sócio-)lógico dos conceitos que usamos nas ciências sociais, um que nos obrigue a suspender *hábitos*

28 Luc Boltanski, *Les Cadres. La Formation d'une Groupe Social*, Paris, Éditions du Minuit, 1982; George Steinmetz, "The Colonial State as a Social Field: Ethnographic Capital and Native Policy in the German Overseas Empire before 1914", *American Sociological Review*, 73, 2008, pp.589- 612; Rogers Brubaker, *Nationalism reframed. Nationhood and the national question in the New Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

29 Sobre esta questão, pode ler-se Pierre Bourdieu, *Science de la science et réflexivité*, Paris, Éditions Raisons d'Agir, 2001.

de pensamento naturalizados e nos coloque em condições propícias para conseguir esse suplemento de *consciência* sobre as presunções, os impulsos e as rotinas de raciocínio de que são solidárias tais noções.³⁰ Neste sentido, não nos limitamos a “falar com sentido com conceitos”: pretendemos também “falar com sentido sobre eles”; não queremos comprazer-nos em “saber pela prática como operar com conceitos, pelo menos dentro de campos familiares”, mas ainda “constatar as regulações lógicas que governam o seu uso”.³¹ Em segundo lugar, quisemos mostrar que os vocabulários têm uma vocação eminentemente performativa. Eles não só constatarem; eles também promulgam e prescrevem certas noções e significados para uma zona do conhecimento.³² Inclusive, os produtos exemplares de sucessivas ope-

30 Um tal procedimento caracteriza, em especial, os empreendimentos de questionamento que são usados por uma certa *filosofia analítica* - uma noção ela própria que precisou ser interrogada, ou, em termos semelhantes, cartografada, a partir das *semelhanças familiares* existentes entre as respectivas correntes - tal como os John Austin conduziu sobre as percepções sensíveis ou o que Gilbert Ryle conduziu sobre o conceito de “mente”. Vd. Hans-Johann Glock, *What is Analytic Philosophy?*, New York, Cambridge University Press, 2008, especialmente pp.204-230.

31 Gilbert Ryle, *The Concept of Mind*, Oxon, Routledge, 2009, p.lx.

32 Um exemplo extremo pode ser encontrado na colecta terminológica que Victor Klemperer realizou nas páginas do seu caderno de filólogo, sobre o léxico do nacional-socialismo e o modo como ele, de maneira linguisticamente incisiva porém invisível, foi penetrando a percepção e a apreciação do mundo na Alemanha dos anos 30 e 40 do século passado. “Qual foi o meio de propaganda mais forte do hitlerismo?”, pergunta Victor Klemperer. Umas linhas depois, surge a resposta. Primeiro, na negativa. “Não, o efeito mais forte não foi produzido através de discursos pessoais, nem através de artigos ou folhetos, cartazes ou bandeiras, ele não foi alcançado por meio de nada daquilo que se pode registar em si com pensamentos ou sentimentos conscientes.” Depois, avançando uma interpretação. “No entanto, o nazismo deslizou sobre a carne e o sangue da multidão através das palavras isoladas, das figuras de discurso, das formas das frases, que ele impôs repetindo-as de

rações de codificação dos usos linguísticos de uma língua, como, por exemplo, as gramáticas e os dicionários, têm igualmente a capacidade de funcionarem, com toda a aparência da neutralidade, como instrumentos de inculcação e legitimação de significado.³³ Esperamos que se tenha tornado, entretanto, evidente que não visamos nem a criação de um *artefacto* semelhante, conseguida a partir da neutralização da existência social das palavras que escolhemos, nem a invenção de um novo *jargão*, traficado por entre expressões e palavras incontroversas.

Tendo presente esta capacidade dos vocabulários se impregna-rem nos corpos dos leitores e dos falantes, bem como a sua tendencial cristalização (íamos a escrever: consagração) e estereotipia como *sensu comum* (popular ou erudito), quisemos prevenir os eventuais enviesamentos na recepção da nossa proposta com a introdução de um aviso ao leitor: a apresentação panorâmica que é suposto estas palavras oferecerem não tem nenhuma pretensão legislativa sobre o território intelectual dos estudos sobre o operariado português. Não visa traçar limites, nem impor uma ordem intelectual ou ideológica, nem propor uma via de salvação teórica ou metodológica. Repitamos.

milhões de maneiras e que foram recebidas inconscientemente.” Victor Klemperer, *LTI - Notizbuch eines Philologen*, Berlin, Aufbau Verlag, [1947], p.29.

33 Ao menos, sobre a existência de um vínculo estreito entre a emergência histórica de um grupo particular de criadores intelectuais e a instalação de enciclopédias e dicionários como variedade de produção e consumo de livros, parece existir um amplo consenso entre várias correntes historiográficas, vd. Robert Darnton, “Philosophers Trim the Tree of Knowledge: The Epistemological Strategy of the *Encyclopedic*”, *The Great Cat Massacre*, New York, Basic Books, 1999, pp.191-214. François Furet, “A «livraria» do Reino de França no século XVIII”, *A Oficina da História*, Lisboa, Gradiva, 1988, especialmente p.161.

Uma *apresentação panorâmica*, como escreveu Ludwig Wittgenstein, visa unicamente *ver de outra maneira* o que temos perante os olhos, visa, em especial, levar-nos a reparar em pormenores e concatenações que eram imperceptíveis sem formular nenhuma hipótese factual. “Esta apresentação panorâmica proporciona o compreender //a compreensão//, que consiste precisamente em «ver as concatenações». Daí a importância do encontrar os *elos intermédios*. Um elo intermédio hipotético, entretanto, nada deve fazer nesse caso senão dirigir a atenção para a semelhança, para a concatenação, entre os factos.”³⁴ Esta foi a principal razão por que não quisemos escrever vinhetas, ou entradas, a acompanhar os conceitos que seleccionamos, onde era expectável que se realizasse uma tentativa de síntese ou simplesmente um resumo. Quisemos, outrossim, expor a variedade e a amplitude de usos permitidos e possíveis nos estudos sobre o universo operário e, em especial, facilitar e fomentar a interlocução e a interpelação entre casos, interpretações, programas.

No entanto, nem sempre as condições de circulação e apropriação da terminologia são totalmente previstas e controladas no momento de enunciação (ou, para o caso, inscrição). Por isso, quisemos salientar, em terceiro lugar, que os conceitos são aplicados em situação, i.e. são concretizados num *instante* onde se cruza uma teia de antagonismos e solidariedades e onde convergem várias histórias, sem que seja, por isso, possível prever o sentido que eles tomam por

34 Ludwig Wittgenstein, *Observações sobre O Ramo Dourado de Frazer*, Porto, Deriva Editores, 2012, pp.45, 47.

recurso exclusivamente aos textos canónicos. Da mesma maneira, existem regras de criação e interpretação que são carregadas com a ordem linguística, um universo de incitamentos e censuras particular com os seus próprios estilos de enunciação, tradições de género, recursos expressivos e esquemas de discernimento, que não são completamente explicitáveis a partir da história social tomada em sentido comum, mas que tornam necessária a ponderação especial da lógica específica da representação simbólica. Por fim, em quarto lugar, quisemos mostrar a existência de uma pluralidade de acentuações das noções comuns, pontos *de vista* (simbólico) que são enviesados consoante o *ponto de vista* (social) do seu ocupante, determinado, em particular, pelas suas competências linguísticas e estatutárias. De igual modo, a oportunidade de institucionalização e legitimação de um conceito e do seu significado, ou a sua *oficialização* em prejuízo de conceitos e significados concorrentes ou equivalentes, é fortemente condicionada pelo *valor social* que acrescenta a sua vinculação com os modos de vida dos segmentos social e culturalmente prevaletentes (como são os *intelectuais*). A (auto-)consciência de tal privilégio é que nos pode inocular contra a *fetichização* de certos conceitos e significados, tantas vezes tidos tacitamente como de *crença*. Artigos de fé, escreveu Friedrich Nietzsche. Por conseguinte, torna-se impraticável continuar a tomar inquestionavelmente a concepção da actividade intelectual como suspensa num vácuo social.³⁵ Embora sem conseguirem, por si só, predizer que

35 “Para poderem afirmar tudo isto era, porém, necessário que e iludissem a si próprios sobre a sua própria condição, era preciso que se atribuíssem a ficção de uma impessoalidade e de uma duração

sejamos capazes de os evitar, estes apontamentos podem, ao menos, sinalizar esses vários perigos científicos (e éticos) que pesam sobre o trabalho histórico e sociológico feito em torno do universo operário. Quando exercitados contínua e metodicamente como *conduta prática*, estes apontamentos podem estimular um processo de objectivação do trabalho intelectual que permite *conscienciar* explicitamente os constrangimentos intelectuais e sociais que pesam sobre o trabalho historiográfico e sociológico, tais como, entre outros, o encantamento que continuam a exercer os ídolos *da tribo* que François Simiand, logo em 1903, acusava: a fascinação *política*, a onipotência do *indivíduo* e a obsessão incontinente com a *cronologia*.³⁶

Demolindo oposições. Não quisemos, pois: nem repetir nem resumir nem preceituar. Somos, nessa medida, o oposto da personagem Friedrich, a companhia predilecta de Kant na sua viagem à América, essa inverosímil proeza imaginada por Thomas Bernhard para o filósofo de Königsberg que pouco saiu da cidade (e se o fez, nunca foi certamente à América). Sirva-nos de consolo: Friedrich era um papagaio. Neste sentido, tal como acima escrevemos, tentamos que esta obra proporcionasse mais do que uma lista de etiquetas com que

imutável, que não reconhecessem a essência do sujeito cognoscente, que negassem a violência dos impulsos no conhecimento e, de uma forma geral, que concebessem a razão como uma actividade inteiramente livre, como que gerada por si própria. Fechavam os olhos ao facto de que também eles haviam chegado a esses seus princípios pela contradição do que era tido como válido e por aspirarem ao repouso ou à propriedade exclusiva, ou ao poder.” Friedrich Nietzsche, *A Gaia Ciência*, III, §.110, Lisboa, Relógio d'Água, 1998, p.126.

36 François Simiand, *Méthode historique et science social*, segunda parte, Chicoutimi, Cégep, 2002, pp.25-27.

rotular e ordenar o universo operário; tentamos que tais categorias servissem como *instrumentos de pesquisa* e que instruísem *exercícios de interrogação*. Ao invés de aceitar os conceitos como *coisas* encontradas naturalmente (ou magistralmente oferecidas pela cátedra), como simples *objectos*, procuramos tratá-los como *projectos* que carecem ser aplicados a determinados contextos empíricos.³⁷ Um conceito também não é uma vã palavra.³⁸ Ele pode efectivamente tornar-se, *construído*, uma *técnica de construção*, “uma soma de maneiras de agir actuais e possíveis”.³⁹ Por interessantes que sejam as conside-

37 “Assim nós não conhecemos «objectos» como se eles fossem logo independentemente determinados e oferecidos como objectos, - mas nós conhecemos *objectivamente*, ao produzir certas limitações e ao fixar certos elementos e conexões permanentes a partir do fluxo uniforme da experiência. O conceito de objecto neste sentido não constitui um limite definitivo do conhecimento, mas é antes o instrumento fundamental pelo qual tudo o que se tornou uma sua permanente possessão é expresso e estabelecido. (...) A «coisa» é, assim, não mais algo desconhecido, permanecendo perante nós como um material bruto, mas é uma expressão da forma e maneira do conceber. (...) Enquanto na metafísica a permanência e contínua existência de objectos é enunciada distinguindo-os da mutabilidade e descontinuidade das percepções dos sentidos, aqui identidade e continuidade surgem como postulados, que servem como linhas de direcção gerais para a progressiva unificação das leis. Eles significam não tanto as propriedades conhecidas das coisas, mas antes o instrumento lógico pelo qual adquirimos conhecimento.” Ernst Cassirer, *Substance and Function*, New York, Dover Publications, 1953, pp.303-304.

38 “O ideal de um conceito *científico* aparece aqui em oposição à apresentação esquemática geral que é expressa por uma mera palavra. O conceito genuíno não menospreza as peculiaridades e as particularidades que alberga sob si, mas procura mostrar a necessidade da ocorrência e conexão precisamente destas particularidades. O que ele oferece é uma regra universal para a conexão dos próprios particulares. (...) Nós não isolamos nenhuma parte abstracta de qualquer maneira da multiplicidade perante nós, mas criamos para os seus membros uma relação definida ao pensar neles como ligados entre si por uma lei inclusiva.” Idem, *Ibidem*, pp.19-20.

39 Idem, *Ibidem*, p.188. Não ignoramos o tratamento singular que os “conceitos de cultura” merecem a Ernst Cassirer, que os protege de serem tratados como “conceitos de natureza”, quando ele procura

rações sobre as questões epistemológicas e metodológicas, das quais, aliás, não somos, nem pretendemos ser, *especialistas*, elas não podem substituir o trabalho substantivo em história e sociologia. Tais considerações, importantes para levantar novas perguntas, explorar novas perspectivas e abarcar novas fontes, carecem ser acompanhadas por um trabalho aplicado de pesquisa; esse, sim, é que permite solucionar, sem incorrer em tentações especulativas, os *impasses* epistemológicos e metodológicos previamente recenseados e circunscritos e explorar, em termos práticos, as *promessas* conceptuais eventualmente criadas com essa perquirição.

Agora? Basta continuar a trabalhar! Após estas indispensáveis advertências ao leitor, resta clarificar a motivação do imoderado empreendimento que foi reunir nos mesmos espaços de debate um tão vasto e heterogêneo conjunto de abordagens. Não obstante os riscos metodológicos enunciados, a indústria, o trabalho e o movimento operário

compreender o problema dos modos de conceptualização que são os seus; vd. Ernst Cassirer, *The Logic of the Humanities*, New Haven, Yale University Press, 1961, p.120. “Este problema é comum a todas as ciências; mas a sua solução conduz a muitas direcções.” Idem, *Ibidem*, p.135. No universo da cultura, o processo de conhecimento escolhe uma variedade de conexão específica entre os factos e fenómenos que estuda como procedimento de conceptualização e interpretação. “O seu objectivo não é a universalidade das leis; mas tão-pouco é apenas a individualidade dos factos e fenómenos. Em contraste com ambas, ele erige um ideal de conhecimento próprio.” Idem, *Ibidem*, p.144. Esta obra, originalmente publicada em 1942, vem tornar complicada a manutenção de uma cisão intransponível entre ciências nomotéticas e ciências ideográficas. Antes, Max Weber, com uma proposta de apreciação própria sobre o problema, tinha já perturbado a aplicação incontrolada da oposição de Wilhelm Windelband (circa 1894), cortando de viés a ruptura entre “compreensão” e “interpretação” que se tinha imposto no universo intelectual germânico da época. Sobre esta questão, ler Fritz Ringer, *Max Weber’s Methodology. The Unification of the Cultural and Social Sciences*, Cambridge, Harvard University Press, 1997.

instituem um campo de investigação no qual a exploração das correlações continua a constituir o mais estimulante desafio. Num voluntarioso (e aventureiro, talvez) esforço de avanço epistémico, próprio dos *aprendizes* que queremos continuar a ser, quisemos confrontar os mais variados discursos construídos em torno destas temáticas, com o objectivo de reconhecer os limites e as lacunas mas também as esperanças e as potencialidades existentes. Quisemos expor uma selecção do vocabulário que emergiu do cruzamento de tão distintos itinerários científicos, individuais e colectivos. Seria ingénuo (ou simplesmente ridículo) pretender que este projecto funcionasse como precursor para um léxico comum nos estudos nesta área; o repto cartesiano de uma língua universal não teve qualquer eco entre nós. Estes vocábulos impuseram-se antes como zonas de convergência e confronto. Estamos cientes de que eles evoluem juntamente com as condições objectivas de existência e que os processos de intelectualização em perpétua transfiguração não são imunes aos processos sociais e históricos em curso. Não obstante, a sua existência, vulgarização e profusa aplicação comprovam a pertinência e a relevância de olhar os variados modos de os usar. Os autores aqui reunidos perscrutam as rupturas e as continuidades inscritas nas *construções*, nas *contestações*, em *culturas*, no *trabalho*, nas *cidades*, nas *memórias*, nos *testemunhos* e nos *ofícios*. Não esgotando, obviamente, a infinidade de cenários onde se pode descobrir o processo sócio-histórico, este vocabulário expressa os caminhos da historiografia social portuguesa contemporânea. Registrar as formas originais e desassombradas com que ele foi aplicado, reinventado, criticado, ou miscigenado nos textos aqui coligidos, foi para nós o mais fascinante resultado deste projecto.



CAPÍTULO I

Construção. Planeamento Urbano, Arquitectura, Habitação Operária.

Em Busca de Luz, Ar e Claridade

DOS LARGOS TELHEIROS INDUSTRIAIS AO MODERNISMO DO SÉC. XX
ALGUNS CONTRIBUTOS PARA UMA HISTÓRIA DA ARQUITECTURA
DA INDÚSTRIA DE CONSERVAS DE PEIXE EM PORTUGAL

1. Contexto Histórico-Tipológico

1.1. A PRIMEIRA GERAÇÃO: O PARADIGMA OITOCENTISTA DAS PRIMEIRAS FÁBRICAS CONSERVEIRAS

Em termos de funcionamento, as edificações do período conserveiro que antecederam ao período moderno em Portugal remontam, em parte, ao modelo das cetárias, com práticas milenares, em que o interior era concebido como um espaço que pudesse integrar as diversas etapas de tratamento do pescado¹.

Por outro lado, alguns autores referem a granja agrícola multifuncional como um outro paradigma concorrente para o estabelecimento do tipo de fábrica conserveira².

¹ A importância da indústria conserveira romana encontra-se bem atestada pela presença de numerosos vestígios de oficinas ou fábricas pelo litoral português. As cetárias romanas são conhecidas um pouco por toda a bacia mediterrânica e só em Portugal conhecem-se mais de quarenta estações arqueológicas deste tipo. Veja-se a este respeito Centeno, Rui, *A Dominação Romana*, in *História de Portugal*, vol. 1, ed. Alfa, Lisboa, 1984, Santos, Maria Luísa Estácio da Veiga A., *Arqueologia Romana no Algarve*, dissertação para a licenciatura em Ciências históricas apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, Vol. 1., Lisboa, 1971 e Cleto, Joel, *A indústria de Conserva de Peixe no Portugal Romano – O Caso de Angeiras (Lavra, Matosinhos)*, [artigo], in *Matesinus*, n.º 112 1995/6, entre outros.

Do ponto de vista histórico, e segundo Jorge Custódio³, a arquitectura da indústria conserveira portuguesa pode definir-se entre dois períodos:

- 1) um período inicial, com uma arquitectura «feita por engenheiros», segundo modelos importados para esta indústria emergente (fig. 1–2);
- 2) um segundo período, de uma arquitectura «feita por arquitectos», influenciada pelo Movimento Moderno, recorrendo a tentativas de estruturação de um modelo próprio (fig. 3).

O estabelecimento desta síntese anuncia uma ordem e permite-nos compreender a evolução desta arquitectura de carácter industrial.

Interessa, portanto, compreender de que modo cada um destes períodos se organizou e como se estruturou a sua evolução, da década de 1880⁴ até à época de implantação de propostas modernistas, das quais a *Fábrica de Matosinhos da Algarve Exportador*

2 Veja-se, a este respeito, Cordeiro, José M. Lopes, *A indústria conserveira em Matosinhos – exposição de arqueologia industrial*, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989.

3 Segundo Jorge Custódio, esta imagem parece veicular a ideia de um primeiro período caracterizado por uma edificação pragmática e empírica, por vezes adaptada ao local mas essencialmente reproduzindo modelos construtivos segundo os raros desenhos técnicos à época (veja-se o caso do modelo de Opperman, essencialmente vulgarizado a partir de cópias de plantas) –, por oposição a um segundo período (a década de Trinta) correspondente a uma outra maturação e já com bases teóricas de cariz funcionalista, com uma intervenção dos arquitectos no processo de concepção em série e em cadeia, e um outro nível de cuidado no partido estético e de integração do edifício fabril em termos urbanísticos e arquitectónicos.

4 Conviria ainda referir os antecedentes históricos que precederam esta fase: antes do aparecimento das modernas fábricas de conservas de peixe já esta actividade se exercia com base nos denominados armazéns de salga que remontam à Antiguidade Clássica.

(1938), da autoria do arquitecto António Varela (1903–1962), foi um modelo exemplar. O primeiro período é bi-etápico, de 1880 até ao «boom» de novecentos, e daí em diante em grande proliferação, da Primeira Guerra Mundial até à década de trinta; já o segundo período corresponde à fase moderna, de finais de trinta, passando pelo apogeu de exportações correspondente à Segunda Guerra Mundial, até à década de cinquenta.

Observam-se registos de finais de oitocentos e princípios de novecentos, de uma primeira fase de domínio desta indústria, em Portugal, por parte de gregos e italianos, implementada em portos pesqueiros onde abundavam o atum, o biqueirão e outras espécies, principalmente no sul do país⁵. É a partir deste período que se começa a enlatar o pescado, sendo o fabrico da lata assegurado por uma unidade de solda em anexo ou por compra dos componentes da lata a terceiros: nesta situação podem indicar-se os casos exemplares da fábrica de Hubert de Ouizille (Setúbal, 1880), a fábrica de conservas de atum em lata *S. Francisco* de Francisco Rodrigues Tenório (Vila Real de Santo António, 1880) e a Santa Maria, de Parodi e Roland (Vila Real de Stº António, 1879).

O fabrico de conservas de peixe em lata surge aqui integrado, como processo de conservação inovador, oriundo das grandes unidades

5 Veja-se a este respeito os casos de Lagos, Olhão, Vila Real de Santo António, assim como do outro lado da fronteira, no litoral costeiro espanhol [casos de Ayamonte e Cádiz]. Refira-se que nos respectivos espaços portuários destas cidades surgem, por vezes, em documentação antiga, alguns nomes de industriais italianos ou gregos, como proprietários de fábricas de conservas em sal, como nos foi possível observar *in situ*.

francesas que fabricavam todo o tipo de conservas pelo método de Appert⁶ (como os usualmente designados «boiões» estanques).

Com estas primeiras fábricas chegam, também, um grande número de operários, muitos fugindo à fome ou à miséria, nos campos, assim como as novas tecnologias de conservação. No entanto, não é certo que tenham sido estas fábricas estrangeiras as primeiras a trazer o processo de enlatamento para o país, pois, segundo

6 “Na modesta fábrica de Massy, elaborando as primeiras conservas esterilizadas de carnes e legumes muito antes de Pasteur ter formulado a justificação científica do processo, Appert desenvolveu a rota de uma grande indústria moderna em que Portugal pôde tomar posição relevante, graças aos seus vastos recursos piscatórios.” Bernardo, Hernâni de Barros, *Breve História da Indústria de Conservas de Peixe em Portugal*, [artigo], in *Indústria Portuguesa*, Ano 25, n.º 289, Março de 1952, p. 75. Convém referir que, entretanto, na Noruega, assim como nos Estados Unidos, principalmente no estado do Maine, começam a desenvolver-se outras indústrias situadas na vanguarda dos aperfeiçoamentos fabris, tornando possível a multiplicação de iniciativas produtoras que, desde cedo, recolhem um fulgurante êxito. Contudo, a França, apesar da nova concorrência, continuou a manter-se na dianteira, beneficiando do que Appert lhe assegurara no princípio do século: “Em 1880 estavam em actividade nesse país cerca de 200 fábricas de conserva de peixe e dela irradiavam para outros, entre os quais Portugal, as iniciativas produtoras nesse ramo, trazendo à economia alimentar desses povos mais adiantados possibilidades que até então se ignoravam.” Idem, *ibidem*, p.75. Por outro lado, sabe-se que em 1865 já existia em Vila Real de Santo António uma fábrica de conservas de atum em azeite e que em 1879 desenvolvia ali valiosas actividades a fábrica *Santa Maria*, da firma *Parodi e Roldan*. Em 1880 foi fundada a fábrica *São Francisco*, de Francisco Rodrigues Tenório, que alcançou rapidamente grande prestígio pela alta qualidade do atum em lata que fornecia aos mercados internos e externos. Por seu lado, Hubert de Ouizille fala de um industrial francês, de nome Delory, que terá aportado em Setúbal, em 1880. Com base neste testemunho é possível considerar ter sido esta a primeira fábrica de conservas de sardinha a ser fundada em Portugal, seguida pela iniciativa de outros empresários franceses que fugiam da recessão dos cardumes das suas costas atlânticas. Veja-se a este respeito Cordeiro, José M. Lopes, *A indústria conserveira em Matosinhos – exposição de arqueologia industrial*”, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989, p. 26.

Sebastião Ramires, já funcionava em Peniche, em 1864, uma pequena fábrica de conservas de “sardinha em latas”⁷. Embora não seja de relevo para o presente estudo a determinação da primeira fábrica, importará antes assinalar essa década de 1880 como o início do ciclo de desenvolvimento deste tipo de indústria através da construção das primeiras fábricas, num Portugal que despontava tardiamente para a «sua» revolução industrial. Convém acrescentar que não foi apenas por iniciativa de empresas ou de empresários estrangeiros que a indústria de conservas em lata se desenvolveu no país: noutras localidades do território (Figueira da Foz, Aveiro, Porto ou Olhão) vão surgindo empresas nacionais que começam lentamente a desenvolver-se por iniciativa de industriais portugueses⁸.

7 Veja-se a este respeito Ramires, Sebastião, *Indústrias Portuguesas in Feiras de Amostras nas Colónias Portuguesas*, Lisboa, 1923, in Bernardo, Hernâni de Barros, *Indústria Portuguesa*, n.º 224, 1946, p. 74. Também se pode confirmar, segundo Barros Bernardo, pelas estatísticas industriais do distrito de Leiria. Cf. idem, ibidem, p. 74.

8 Com base num apontamento de Hernâni de Barros Bernardo, poder-se-á sintetizar em seis períodos toda a evolução desta indústria no território de Portugal: 1) um ciclo de salga, abrangendo o período luso-romano e que predominou até ao séc. XV; 2) um ciclo de fumagem, que predominou nos séc. XVI e XVII, do qual, segundo o autor, não se encontram quase nenhuns vestígios; 3) um ciclo de molhos e de prensagem, mal definido, cuja existência pode ser atestada após o séc. XVI; 4) um ciclo de conservas em azeite, óleos, ou molhos, já mais definido no séc. XIX e que persiste no século XX; 5) um ciclo de conservas enlatadas, de variadas espécies, que principiou na segunda metade do séc. XIX e que atingiu o seu apogeu nas grandes indústrias da primeira metade do séc. XX; 6) um ciclo de congelação, a partir da segunda parte do séc. XX. Este sexto período de congelação, enunciado pelo mesmo autor, refere-se à transição da conservação provisória do pescado pelo sal (método tradicional), para uma fase de armazenamento frigorífico do produto. A medida, entre muitas outras com as quais se começa seriamente a confrontar esta indústria a partir dos Anos 60, não foi suficiente para fazer

Convém recordar que, para além da indústria de salga, com o seu modelo milenar da cetária, surgem nas últimas décadas do século XIX algumas unidades fabris que integravam os mais variados processos de fabrico e produção de conservas de todo o tipo⁹. O facto do processo de enlatamento surgir no contexto destas fábricas com produção variada, também se pode explicar pelo acentuado poder económico que estas primeiras empresas detinham, surgindo isoladamente como autênticos colossos industriais, tendo sido estas as primeiras beneficiárias de novas tecnologias importadas do estrangeiro, coisa que as pequenas empresas de iniciativa privada ainda não possuíam, o que comprova que o fabrico de conservas em lata surge numa primeira fase integrado nas unidades de fabrico de conservas de todo o

sobreviver de forma satisfatória a indústria de conservas em Portugal, pelo que nos reportamos a um estudo efectuado em 1967–68, sobre a viabilidade da empresa Algarve Exportador Lda face ao novo mercado, à época, emergente, e onde se enumeram as medidas necessárias para a sobrevivência desta indústria nacional para os anos vindouros, sendo uma das quais a necessidade urgente da criação de uma «rede nacional de frio», que permitisse armazenar o pescado, transformando uma indústria que era tradicionalmente sazonal e sujeita às irregularidades da faina numa indústria activa durante todo o ano. Seria esta, entre outras, uma das iniciativas que poderiam renovar as conserveiras portuguesas, e lhes permitissem competir com os novos mercados estrangeiros, que começaram a competir directamente com a indústria nacional logo a seguir à Segunda Guerra Mundial. Veja-se ainda a este respeito Cerqueira, Nuno Nazareth Fernandes de, *A viabilidade de uma empresa*, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1968, e Cordeiro, José M. Lopes, *A indústria conserveira em Matosinhos – exposição de arqueologia industrial*, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989, pp. 49–51.

9 Esta fase inicial ainda não corresponde ao modelo mais divulgado da fábrica de conservas de peixe, no sentido em que não existia uma produção limitada à conserva de peixe em lata, sendo que estas primeiras fábricas produziam uma grande gama de conservas, desde as conservas de carne a uma enorme diversidade de conservas de vegetais, para além de variedades de peixes, produzindo-se também molhos variados, «picles», comercializando também azeite e vinagre.

tipo, e demonstra que ainda não existia um edifício especializado na produção exclusiva de conservas de peixe em lata. Segundo alguns autores, estas primeiras fábricas de conservas de peixe foram construídas com base nos modelos adaptados das primeiras explorações agrícolas industrializadas, com um acentuado contraste entre o interior e o exterior, como o descrevem José Salgado e Joaquim Leitão¹⁰.

Estas primeiras conserveiras não eram muito diferentes de outras unidades industriais oriundas de outros ramos emergentes: podemos citar, como exemplo, a Real Companhia Vinícola Portuguesa, instalada na zona sul de Matosinhos, em 1899, enorme complexo industrial com 11.000 metros quadrados de área, em relação ao qual Joaquim Leitão escreveu: “(...) não é um traçado de arquitectos (...), é um enorme plano de batalha, com toda a estratégia que a suprema e invencível divisão do trabalho contém”¹¹.

10 Segundo José Salgado: “(...) uma solução fortemente inspirada nos modelos das primeiras explorações agrícolas industrializadas, com um acentuado contraste entre o exterior e o interior.” In Cordeiro, José M. Lopes, *A indústria conserveira em Matosinhos – exposição de arqueologia industrial*, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989, p. 20. Este relembra ainda que esta fábrica, instalada na zona sul de Matosinhos, “(...) foi a primeira unidade industrial a ocupar aquela zona constituindo um foco de atracção para futuras indústrias.” in Leitão, Joaquim, *Guia ilustrado da Foz, Matosinhos, Leça e Lavadores*, Livraria Magalhães & Moniz Editora, Porto, 1907, p. 20, in Cordeiro, ibidem, p. 26.

11 Cordeiro, José M. Lopes, *A indústria conserveira em Matosinhos – exposição de arqueologia industrial*, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989, p. 20. Segundo a opinião de José Salgado, acentuando o carácter fortemente diferenciado entre o aspecto exterior da fábrica e o seu interior, comenta: “(...) grandes cobertos em telha apoiados em pilares e travejamentos em madeira, as altas paredes em pedra, a clara distinção entre os corpos a que correspondiam diferentes funções, tudo sugere uma granja: só que aqui, celeiros, adegas, lagares, etc., estão concentrados, criando um

Segundo a opinião de José Salgado, acentuando o carácter fortemente diferenciado entre o aspecto exterior da fábrica e o seu interior, comenta:

(...) grandes cobertos em telha apoiados em pilares e travejamentos em madeira, as altas paredes em pedra, a clara distinção entre os corpos a que correspondiam diferentes funções, tudo sugere uma granja: só que aqui, celeiros, adegas, lagares, etc., estão concentrados, criando um volume compacto que não unitário. A finalidade do edifício talvez seja um elemento decisivo para interpretar esta forma, já que estas instalações não eram fábrica no sentido restrito do termo: funcionavam mais como armazéns onde se procedia

volume compacto que não unitário. A finalidade do edifício talvez seja um elemento decisivo para interpretar esta forma, já que estas instalações não eram fábrica no sentido restrito do termo: funcionavam mais como armazéns onde se procedia à análise química laboratorial, à rotulagem, embalagem e expedição de um produto natural que não era ali totalmente transformado.” Idem, ibidem, p. 21. Esta descrição refere-se à Companhia Vinícola, em Matosinhos, mas poderia ser facilmente adscrita à primeira geração das indústrias conserveiras, como fábricas de conservas de todos os géneros. Com efeito, reencontram-se as mesmas características neste sector: um espaço de laboração, específico, fechado ao exterior, e uma volumetria que delimitava rigorosamente o espaço da produção: “Tudo o que se passa no interior da fábrica é agora vedado aos olhos do público.” Id., ibid., p. 23, nas palavras de José Lopes Cordeiro, mas também relembando que é esta é uma das principais características dos modelos da arquitectura industrial que surgem com a Revolução Industrial: “(...) com a definição de um espaço fechado e especializado, do qual estão excluídas todas as actividades que não estejam propriamente ligadas à produção. A sua relação com o espaço urbano reduz-se a um simples muro que delimita o espaço de produção, ou a uma fachada por vezes decorativa que não só não nos fornece nenhum elemento sobre o que se passa no seu interior, como por vezes desempenha um papel de dissimulação dessa actividade.” Id., ibid., p. 23.

*à análise química laboratorial, à rotulagem, embalagem e expedição de um produto natural que não era ali totalmente transformado.*¹²

Esta descrição refere-se à *Companhia Vinícola*, em Matosinhos, mas poderia ser facilmente adscrita à primeira geração das indústrias conserveiras, como fábricas de conservas de todos os géneros. Com efeito, reencontram-se as mesmas características neste sector: um espaço de laboração, específico, fechado ao exterior, e uma volumetria que delimitava rigorosamente o espaço da produção: “Tudo o que se passa no interior da fábrica é agora vedado aos olhos do público”¹³, nas palavras de José Lopes Cordeiro, mas também relembrando que esta é uma das principais características dos modelos da arquitectura industrial que surgem com a Revolução Industrial:

*(...) com a definição de um espaço fechado e especializado, do qual estão excluídas todas as actividades que não estejam propriamente ligadas à produção. A sua relação com o espaço urbano reduz-se a um simples muro que delimita o espaço de produção, ou a uma fachada por vezes decorativa que não só não nos fornece nenhum elemento sobre o que se passa no seu interior, como por vezes desempenha um papel de dissimulação dessa actividade.*¹⁴

Em síntese, o estabelecimento dos dois paradigmas (as cetárias e a granja agrícola multifuncional) permite compreender que, por

12 Id., *ibid.*, p. 21.

13 Id., *ibid.*, p. 23.

14 Id., *ibid.*, p. 23.

volta de 1880 – encontrando-se o processo de conservação em lata numa fase bastante experimental –, surgem duas situações:

- 1) uma tipologia semelhante à utilizada na indústria de salga, ou seja, uma unidade autónoma de fabrico inteiramente manual, sem a assistência de máquinas, e assistida por uma unidade dita de «vazio», onde os soldadores fabricavam as latas, sendo esta unidade integrada no mesmo edifício ou, situação mais comum, num edifício à parte;
- 2) uma produção de conservas de peixe em lata integrada numa grande unidade de fabrico de todo o tipo de conservas (carnes, legumes, frutas cristalizadas), onde o processo de fabrico de conservas de latas ainda coexistia com esses outros processos mais antigos de conservação de alimentos, nos quais o método de Appert (ou *appertização* – uma patente de esterilização anterior à de Pasteur) era também utilizado.

A crescente massificação da produção e o seu rápido crescimento observado no final de oitocentos, levaram à procura de uma organização exemplar do pessoal, através de um método que, já no final do século, se podia observar nas granjas multifuncionais que, embora não possuindo especialização, eram tidas como exemplos de organização laboral. Algumas das primeiras conserveiras apresentavam situações em analogia com o tipo da granja agrícola, através da tipologia das fachadas, do sistema de construção, a organização em volta de um pátio central, etc. Mas o edifício de fabrico conserveiro caracteriza-se, contudo, pela sua unidade em volta do mesmo sistema de produção, o que origina uma tipologia própria assim como um sistema construtivo.

Nesse sentido, o tipo da fábrica de conservas de peixe em lata também parece aproximar-se de algumas tipologias dos primeiros edifícios industriais, ou seja: no que respeita a estabelecer uma possível estrutura tipológica da fábrica de conservas de peixe em lata, dever-se há considerar os dois tipos acima descritos (as cetárias e a granjas agrícolas), como paradigmas elementares.

Registam-se em Portugal, a partir de novecentos, toda uma série de aplicações do modelo fabril de Opperman¹⁵ levadas a cabo por alguns dos seus seguidores, às quais não são alheios alguns edifícios das maiores empresas conserveiras portuguesas que se estabeleceram nesses mesmos portos pesqueiros do litoral, e entre os quais destacamos algumas unidades do início do Século XX: a fábrica de conservas *Lopes Coelho Dias a C.a Lda.* (Matosinhos, 1899); a fábrica de conservas *Brandão Gomes*, (Matosinhos, 1900); a fábrica de conservas Santa Maria, da firma *Parodí e Roldan*, (Vila Real de Santo António, 1879); a fábrica de conservas de atum em lata *São Francisco* de Francisco Rodrigues Tenório (Vila Real de Santo António, 1880), a

15 Dentro de um quadro geral, observa-se uma série de estudos, durante o século XIX, no que respeita ao estabelecimento de modelos de arquitectura industrial, dos quais destacamos um estudo efectuado na Grã-Bretanha pelo engenheiro Opperman. Devido à crescente especialização e o desenvolvimento geral das indústrias no quadro da evolução da revolução industrial britânica, Opperman, através de uma análise de vários exemplos observados na época, estabelece uma série de modelos para diferentes edifícios industriais, tendo em conta uma melhoria do existente, dos quais destacamos um modelo que este engenheiro inglês desenvolveu para a indústria de conservas de peixe em particular.

fábrica de conservas *São José*, da firma *Júdice Fialho e C.a* (Portimão, 1891); a fábrica de conservas *Feu y Hermanos*¹⁶ (Portimão, 1902).

Estas fábricas caracterizavam-se essencialmente por uma visível unificação dos edifícios em grandes quarteirões fechados, marcando a passagem da primeira fase, de adopção do tipo agrícola, para uma segunda fase, com um tipo próprio, caracterizado por um espaço fechado e especializado que, pouco a pouco, irá substituindo a organização inicial da unidade industrial pela simples adição de volumes¹⁷. Uma outra característica desta arquitectura reside na tipologia das fachadas e na sua implementação em espaço urbano: será preciso não esquecer que muitas destas primeiras fábricas eram construídas em arrabaldes, faixas do litoral ou ribeirinhas limítrofes às zonas urbanas, tendo sido, aos poucos, absorvidas pela expansão do tecido urbano dos centros portuários. Simultaneamente, foram em muitos casos centros geradores desses mesmos novos espaço urbanos, onde, por vezes, a tipicidade toponímica de «rua da fábrica» é suficientemente esclarecedora.

16 Reconvertida, desde 2008, no actual Museu de Portimão.

17 Tal não significa que este modelo fabril (organizado em torno de um edifício principal caracterizado por um espaço fechado ao exterior), não tenha sido sujeito a ampliações diversas ao longo do tempo, o que se explica facilmente pela expansão comercial desta indústria emergente das primeiras décadas do século XX.

1.2. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS E FUNCIONAMENTO GERAL DAS FÁBRICAS DA “PRIMEIRA GERAÇÃO”

O edifício era projectado em extensão sempre que possível, procurando ocupar, a maior parte das vezes, quarteirões inteiros, constituindo-se geralmente de um só piso na zona de fabrico, destacando-se um volume de dois a três pisos na zona de escritórios, de forma a ser facilmente identificável. Estas características são comuns à maior parte dos edifícios conserveiros construídos, nesta primeira fase da indústria, pelo país todo no início do Século XX.

Deste modo é possível estabelecer uma síntese tipológica das fábricas desta primeira geração (fig. 1-2):

- 1) um edifício projectado em extensão, ocupando por vezes quarteirões inteiros, quando integrado no tecido urbano;

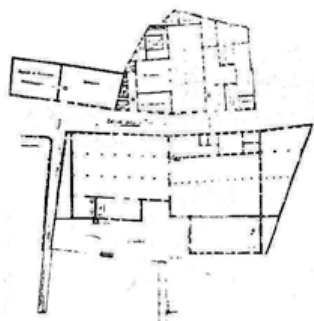


Fig. 1 – *Fábrica de conservas Feu y Hermanos, Portimão, 1902; planta geral. Secção de vazios, secção de fabrico, armazéns de cheio e cais de desembarque (Arquivo do Centro de Documentação e Informação da C.M. de Portimão).*



Fig. 2 – *Fábrica de conservas Feu y Hermanos, Portimão, 1902. alçado da secção de vazios, secção de fabrico e armazéns de cheio (Arquivo do Centro de Documentação e Informação da C.M. de Portimão).*

- 2) um espaço fechado ao exterior, dividido por funções, com um pátio em comunicação e articulação das várias secções, integrando por vezes um cais de desembarque, quando a fábrica se encontrava à beira-mar ou à beira-rio;
- 3) uma zona de fabrico, geralmente não excedendo um piso de altura, e uma zona de administração com dois a três pisos facilmente identificável, surgindo integrada, na maior parte das vezes, no mesmo edifício, mas procurando quase sempre destacar-se pela sua expressão formal, no exterior e/ou no interior;
- 4) um sistema construtivo composto geralmente por paredes auto-portantes em alvenaria de pedra, tijolo, ou de argamasas diversas; um travejamento dos pisos em madeira, assim como pilares, também em madeira, quando fosse necessário vencer um vão;
- 5) a proximidade do edificado junto a uma linha de água, exterior ou subterrânea, permitindo o fácil escoamento dos detritos;
- 6) a inclusão, por vezes, de uma linha-férrea, com ligação directa aos ramais de distribuição.

2. Em Busca da Modernidade

2.1. EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO DE FÁBRICA DE CONSERVAS DE PEIXE: O CASO DA FÁBRICA DE MATOSINHOS DA ALGARVE EXPORTADOR LIMITADA (1938)

O sistema de produção de uma conserveira variou ao longo do tempo. Caracterizou-se, num primeiro momento, por uma produção em série inteiramente manual, onde o fabrico da lata era efectuado manualmente por soldadores, como classe operária distinta, demarcando-se

do operariado conserveiro, exclusivamente composto por mulheres, e distinguindo-se também no espaço físico, por possuir uma unidade de solda integrada na unidade de fabrico ou noutra edificação em anexo (a secção de «vazio»¹⁸). Isto, nas grandes fábricas, sendo que, nas mais modestas, a lata era comprada a terceiros e, nesses casos, o ofício da solda afirmava-se como actividade independente da conserveira e constituía-se então como uma indústria monoprodutora própria¹⁹.

As sucessivas invenções, decorrentes de uma crescente acentuação dos processos mecanizados, vieram contribuir para um cada vez mais rigoroso sistema de fabrico em cadeia e em série, com o qual se tornará mais fácil introduzir maquinaria cada vez mais especializada. Por exemplo, o processo de azeitamento, que tradicionalmente era realizado, de forma manual, numa tina (como é o caso, ainda hoje, da *Pinhais*, em Matosinhos), passa a ser efectuado, a partir dos Anos 40, por máquinas automáticas (as azeitadeiras). Outro, ainda, é o caso do fecho da lata, tradicionalmente efectuado pelos soldados com recurso ao chumbo, (e que mais tarde veio a ser abandonado



Fig. 3 – Quarteirão da Fábrica nº6 da AEL / Rainha do Sado, Matosinhos. Vista para sul, no cruzamento da Avenida da República com a Rua Heróis de França (fotografia do autor, 1999).

18 Apelidava-se de «secção de vazio», porque decorria do facto de, nesse determinado espaço, a lata ainda se apresentar vazia.

19 Muito embora dependente das flutuações do mercado conserveiro.



Fig. 4 – Lázaro Lózano –
publicidade da AEL, in revista
Conservas, Anos 40.

devido ao seu carácter tóxico), tendo sido totalmente substituído pelas cravadeiras automáticas, como no caso da *Fábrica de Matosinhos da Algarve Exportador Limitada*, e assim por diante, etc.

Muito embora se deva ter em conta as inúmeras variações dos sistemas ao longo do tempo, é contudo possível apresentar o esquema de produção típico de uma fábrica de conservas de peixe em lata, pelo que se apresenta uma breve síntese do sistema de base (quadro 1).

Mais tarde, com o esforço de racionalização, decorrente de uma crescente intervenção dos arquitectos nos projectos das fábricas da segunda geração, é possível observar-se uma semelhança cada vez maior entre este esquema abstracto e o espaço real projectado, nomeadamente no que diz respeito à organização da secção de fabrico, em série e em cadeia, como se pode ainda observar na *Fábrica de Matosinhos* de António Varela (fig. 6).

Alguns destes critérios, tanto a nível do sistema construtivo como do funcionamento, irão manter-se no decurso da segunda geração de fábricas, a partir dos Anos Trinta e Quarenta. No entanto, verifica-se, já na segunda geração, uma aproximação diferente no que respeita ao cuidado



Fig. 5 – António Varela, *Fábrica nº6 da AEL*, perspectiva,
1938, in *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmicas e*
Edificação / Reunidas, nº 40 (Julho de 1938).

dos projectistas face a uma indústria que se especializava, através de um maior rigor funcional, dos sistemas construtivos e de uma sintaxe formal mais próxima do paradigma moderno (fig. 3–5).

Estes melhoramentos também contribuíram para um progressivo restauro e alguma remodelação das fábricas da primeira geração,

I: SECÇÃO OU “ARMAZÉM DE VAZIO”	<i>Fabrico ou Armazenamento da Lata Descarga da Matéria Prima (peixe)</i>
II: SECÇÃO DE FABRICO	<i>1. Salga, limpeza e lavagem 2. Cozedura 3. Enlatamento 4. Azeitamento 5. Cravação 6. Esterilização 7. Lavagem da lata</i>
III: SECÇÃO OU “ARMAZÉM DE CHEIO”	<i>8. Verificação 9. Embalamento 10. Armazenamento</i>

Quadro 1 – Esquema de funcionamento de uma conserveira: a fábrica recebe, a montante, a lata vazia vinda da secção de vazio, assim com o peixe conservado em sal (I); na secção de fabrico (II), procede-se em primeiro lugar ao descabeço e limpeza do peixe, sendo este de seguida lavado (1), passando à cozedura (2) e ao seu enlatamento nas latas recebidas da secção de vazio (3), sendo a operação efectuada pelas operárias nas várias bancadas; passa para a secção de azeitamento (4), sendo aqui o processo manual ou mecânico (executado pelas azeitadeiras); a lata é de seguida fechada nas cravadeiras (5), seguindo para a esterilização, efectuada por processo de autoclaves (6), sendo de seguida lavada (7), donde segue finalmente para o armazém de cheio, a jusante (III), onde se procede à verificação de cada lata (8), antes do seu embalamento (9) e armazenamento (10). [Note-se que este esquema se irá manter no caso da fábrica de Matosinhos de António Varela, assim como noutros projectos de sua autoria: a fábrica da Afurada e a remodelação da unidade de Lagos da AEL].

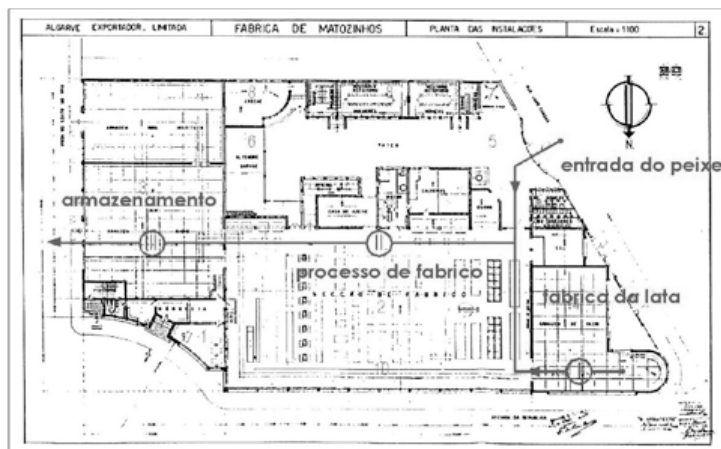


Fig. 6 – AEL: organização do espaço interno da fábrica segundo o projecto original de António Varela (Arquivo da CM de Matosinhos – a esquematização é nossa): verifica-se em planta a funcionalidade do sistema em cadeia que progride de forma linear, e de modo semelhante ao esquema apresentado no Quadro 1 (I: Secção de Vazio; II: Secção de Fabrico; III: Secção de Cheio) : a numeração representada corresponde à numeração da memória descritiva de António Varela: (1) gerência e acesso à habitação do encarregado; (2) secção de fabrico; (3) armazém de cheio; (4) armazém de vazio e depósito de sal; (5) entrada de serviço; (6) garagem; (7) depósito de água em elevação; (8) creche, vestiário, refeitórios e banheiros; (9) habitação do encarregado; (10) galeria na secção de fabrico. Em termos funcionais, é ainda possível observar a localização do núcleo constituído pela casa das caldeiras/motor/autoclaves, depósito de guano, chaminé, casa do azeite, oficina, garagem, pátio e armazém para instituto (fiscalização).

que por vezes chegam até aos nossos dias com evidentes indícios de diferentes momentos construtivos, assim como a nível do funcionamento interno e das aplicações de elementos mais recentes.

É ainda possível considerar, de algum modo, que se a primeira geração «produziu latas», a segunda terá «produzido fábricas»...

Esta imagem, apresentada por Jorge Custódio²⁰, poderá servir para distinguir os dois tempos na história da indústria conserveira: um primeiro tempo em que se apostou na quantidade, face a uma crescente exportação, e um segundo tempo em que se acentuou a qualidade, não só do produto, mas também no aperfeiçoamento das unidades fabris, o que passou obrigatoriamente por uma reflexão tipológica ao nível da arquitectura (fig. 7)

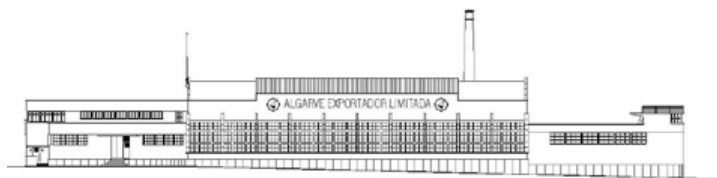


Fig. 7 – António Varella, Fábrica de conservas Algarve Exportador Limitada – alçado norte (reconstituição do autor com base no original – arquivo da C.M. de Matosinhos, 1938, AEL, desenho nº4). A nascente, o corpo da administração e a habitação do gerente, no piso superior; a poente, a secção de vazios, com acesso ao terraço destinado à secagem do peixe e a sua torre de observação sobre o mar e o porto de Leixões; ao centro, a extensa secção de fabrico, com cinquenta metros de comprimento e a grande clarabóia na cobertura. Note-se uma métrica de dez módulos intercalados por pilastras e a retícula janelar em betão armado que integrava o sistema de caixilharia oscilante destinada à ventilação.

A primeira geração, que situamos entre 1880 e as primeiras décadas de noventa, caracterizou-se por uma predominância de produção da região centro (os centros portuários de Lisboa, Setúbal,

20 Segundo depoimentos ao autor.

Sines, Peniche, Nazaré) e da região sul do país (Lagos, Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António), enquanto que a partir de meados da década de trinta começou-se a estabelecer uma clara hegemonia na região norte, em parte devido ao aumento de escassez dos bancos sardinha nas costas mais a sul.

Este novo dinamismo centrou-se em Matosinhos e foi assegurado pelo porto de Leixões, primeiro porto de pesca do país. A cidade de Matosinhos passa então a ser considerada, a partir de 1937, como o principal centro de uma indústria com uma característica maioritariamente exportadora, no limiar da Segunda Guerra Mundial²¹ (o que explica a aposta da AEL na região norte).

2.2. O MODELO TEÓRICO DO ATELIER ARS ARQUITECTOS (1946)

No crescente esforço de racionalização de meios através da busca de uma arquitectura que se queria cada vez mais funcional e do qual a fábrica de Matosinhos da *Algarve Exportador Limitada* surge como resposta pioneira, seria interessante referir um artigo publicado na revista *Conservas de Peixe* em 1946 (fig. 8), como proposta de um modelo teórico de fábrica de conservas vinculada ao esforço de automatização e ao funcionamento em cadeia²².

21 Cordeiro, José M. Lopes, *A indústria conserveira em Matosinhos – exposição de arqueologia industrial*, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989, p. 48.

22 Referimos «publicado» no que diz respeito, especificamente, ao artigo. No que respeita à elaboração do modelo teórico pelo atelier ARS (constituído por Fortunato Cabral, Morais Soares e Fernando Cunha Leão, autores, entre outras obras modernas, do *Mercado do Bom Sucesso*, Porto, 1949–1952),

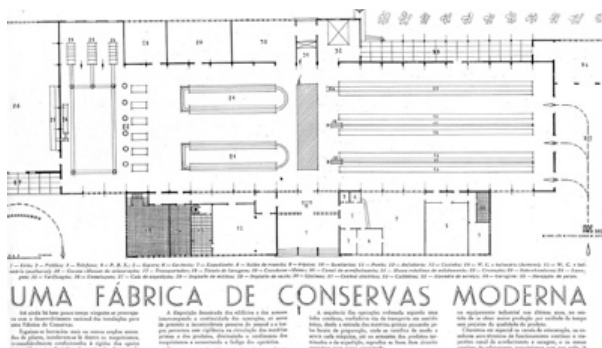


Fig. 8 – ARS Architectos, modelo teórico de uma fábrica de conservas, in *Conservas de peixe*, s/nº, 1946.

Citam os autores toda uma série de equipamentos industriais inovadores, “maquinismos com que já estão equipadas algumas fábricas modernas”²³, assim como a questão da higiene das instalações, “hoje objecto de louvável preocupação dos modernos industriais”²⁴.

Seria importante notar que, em 1946, já era possível confirmar a existência de outras unidades fabris com estas mesmas características modernas, que considerámos como a segunda geração de fábricas conserveiras, inaugurada em 1939 com a *Fábrica de Matosinhos da Algarve Exportador Limitada*, da autoria do arquitecto

não nos foi possível apurar a data exacta de sua concepção: parece, e apenas isso, que terá sido elaborado já no período do pós-guerra e com o propósito expresso de publicação na imprensa, pelo que se depreende do tom geral do artigo. In *Uma fábrica de conservas moderna*, artigo do atelier ARS Architectos, *Conservas de peixe*, 1946.

23 Idem, ibidem.

24 Id., ibid.

modernista António Varela (1903–1962). Deste grupo, é possível destacar a Fábrica de Benito Garcia (1943), na Afurada, também do mesmo autor, e a Fábrica *Dias Araújo e C.ª*, projectada por Januário Godinho (1910–1990), em Matosinhos, já no pós-guerra, entre outras, como estabelecimento e plena afirmação de um tipo que terá sido ainda pioneiro com o exemplo da fábrica da AEL, no fim da década de Trinta. De facto, tornam-se patentes no discurso de 1946 do *ARS Architectos*, certos princípios de ordem característicos do Movimento Moderno, e que já tinham sido anteriormente postos em prática por António Varela no projecto da fábrica da AEL, sete anos antes:

Trata-se de cerrar o trabalho das condições normais da natureza, de Sol, espaço e limpeza, como meio natural que preside à longa e minuciosa formação do ser humano. Só assim se conseguem transformar radicalmente as condições de trabalho, dando conforto e uma certa alegria a esta parte mais longa e mais dura da vida. A todos estes factores, ideias e regras tem de se atender na elaboração dum projecto para uma fábrica de conservas moderna para rasgar novos horizontes à produção desprezando os usos rotineiros. De acordo com estes princípios se elaborou o desenho que a gravura representa, que como se verifica, não tem a pretensão de ser um projecto, mas sim um esquema estritamente funcional da parte mais importante de uma Moderna Fábrica de Conservas. À roda desta zona gravitam todas as secções subsidiárias que não vale a pena enumerar por serem do conhecimento geral. Adoptá-lo é uma questão de ética, uma decisão do espírito, a aceitação de um

*ponto de vista. Os meios estão todos ao alcance e à disposição de quem queira elaborar o plano.*²⁵

Conclusão

Num quadro histórico alargado, relembramos que no que respeita a evolução do modernismo na arquitectura portuguesa, foi indubitavelmente a década de Trinta o tempo do surgimento das novas oportunidades. O Estado Novo começou lentamente a tomar forma e a sua edificação, inseparável do pensamento político de Salazar, realizou-se com a criação da União Nacional, em 1932, com a Constituição, o Estatuto do Trabalho Nacional e os Sindicatos Nacionais, em 1933, o que permitiu, nesta fase primordial, o relançar da economia e da indústria²⁶. Nesta década de Trinta, onde grande parte dos arquitectos da nova geração moderna ainda «acreditou» numa possível reforma geral da arquitectura feita através da aplicação de princípios modernos, internacionais, pela relativa liberdade geral com que alguns arquitectos ainda exerceram a sua arte e a sua investigação, antes do retrocesso geral dos «duros Anos Quarenta»²⁷. Esta arquitectura passou, mais tarde, já nesta década, para uma «arquitectura de resistência», devido à inevitável e consequente cristalização do regime²⁸.

25 Id., *ibid.*

26 Cf. Portela, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Biblioteca Breve/Volume 68, ed. Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa, Divisão de Publicações, Lisboa, 1982, pp. 76–77 [1ªed. 1987].

27 Idem, *ibidem*. Veja-se ainda a este respeito França, J.-A., *Terceira Parte – os Anos 40 e 50*, in *A Arte em Portugal no século XX*, Bertrand Editora, 3ª edição, Lisboa, 1991 [1ªed. 1974].

28 Idem, *ibidem*.

José Manuel Fernandes, no Inventário do DO.CO.MO.MO Ibérico *Arquitectura e Movimento Moderno*, comentando essa passagem do tempo da primeira geração do modernismo português, refere:

*(...) um tempo inicial, entre 1920 e 1930, necessariamente experimental, [de quando nos] ficam preciosidades, obras com linguagens díspares, espaços e formas radical ou moderadamente modernizantes. Da década turbulenta dos anos 40, são testemunho projectos que tentam denodadamente «romper» a pesada cortina política, nacionalista e autoritária que impregnava os dois estados ibéricos – é o começo e a glória de uma arquitectura de resistência.*²⁹

Neste contexto, a *Fábrica de Matosinhos da Algarve Exportador Limitada* situa-se no interstício destes dois tempos, sendo, em essência, um exemplo de um período de transição. E se é verdade que esta unidade integrava uma raiz modernista e funcionalista – tendo sido, a seu tempo, como referimos, e no meio em que se implementou, um projecto «radicalmente inovador» –, parecia revelar – mesmo através das suas ruínas, – o valor e a complexidade de um «estilo português de arquitectura modernista» (fig. 3, 7, 9, 10).

“Luz, Ar e Claridade”... tal era o lema de Walter Gropius por altura da *Deutscher Werkbund*, e mais tarde, na *Bauhaus* dos Anos 20. À luz destes princípios modernistas, podemos hoje em dia afirmar, com alguma certeza, que o valor arquitectónico, urbanístico e histórico-social desta fábrica são inigualáveis no panorama de toda

29 Fernandes, José Manuel, *Apresentação do DO.CO.MO.MO Ibérico*, in *Arquitectura do Movimento Moderno – 1925–1965 – Inventário do DO.CO.MO.MO Ibérico*, ed. DO.CO.MO.MO Ibérico/Fundação Mies Van der Rohe/Associação dos Arquitectos Portugueses, 1998, p. 6.

a arquitectura conserveira portuguesa. O que se seguiu, nos Anos 50/60 do século passado, foi uma lenta e progressiva decadência deste outrora grande sector industrial – por falta de competitividade para com os mercados estrangeiros, e que coincidiu, na sua arquitectura, com a implementação, mais ou menos estereotipada, de modelos técnico-funcionalistas, mais ou menos adaptados, ao longo do território nacional, sendo que as poucas e últimas unidades fabris a laborarem em Portugal carecem de qualidade arquitectónica, implantação urbana, qualidade construtiva, etc., em suma, daquilo que caracterizou o seu “período áureo”, mais parecendo, outra vez, os oitocentistas “largos telheiros industriais” mas, agora, em “chapa ondulada”...

A evolução e o declínio da arquitectura das fábricas de conservas de peixe é um espelho da história de um sector que marcou, mais do que a indústria portuguesa, a vida de gerações de milhares de trabalhadores em torno da dignificação laboral, num tecido social que lentamente se foi desagregando, podendo afirmar-se que, actualmente – e salvo raras excepções de algumas fábricas que mantêm laboração – “o período de defeso veio para ficar”.

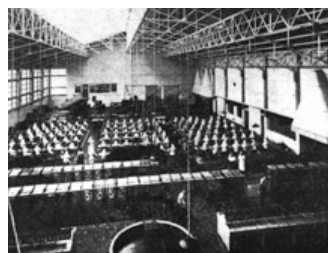


Fig. 9 – AEL, interior da secção de fabrico, vista sobrelevada a partir da açoteia (foto de 1938). Note-se o sistema de asnas treliçadas em ferro, permitindo o vencimento de um grande vão de 26 metros de envergadura sem apoios intermédios. À direita: as chaminés dos autoclaves; à esquerda: a fachada para a avenida da República e a retícula janelar de betão armado que integrava o sistema de caxilharia oscilante destinada à ventilação; em cima: a grande clarabóia; ao fundo, as janelas e o acesso da administração. In *Conservas de peixe*, periódico, s/nº, 1946 (Arquivo do Gabinete de Arqueologia da C.M. de Matosinhos).



Fig. 10 – AEL, interior da secção de fabrico, vista sobrelevada a partir da açoteia (fotografia do autor, 1999).

Resta o espaço de memória, o legado, ou ainda, se quisermos, a herança – segundo *heritage*³⁰, termo sáxonico ontologicamente distinto de *património* –, mas isso, como diria Kipling, é outra história.

E só para terminar:

Diz-nos o texto de apresentação destes encontros:

Como Michel Perrot faz notar, ao contrário do que acontecia nos países ocidentais mais desenvolvidos, como a Alemanha ou os Estados Unidos, onde a consciência de classe é forjada na grande fábrica moderna, nos países de industrialização tardia a autonomia da vila ou do bairro popular providenciaram o cadinho necessário à reprodução de já tradicionais solidariedades de classe.

Ora a lição – ou a “herança”, se quisermos – que nos fica, e que podemos tirar do exemplo único, no panorama nacional, da Fábrica de Matosinhos da AEL, é a de que aí, e talvez só aí, a consciência da classe operária conserveira tenha sido forjada na grande fábrica moderna (tal como nos “países ocidentais mais desenvolvidos” – a crermos na afirmação de Michel Perrot). O que é raro no panorama português. É o que nos fica, através de depoimentos únicos entre todos aqueles que apurámos dentro do tecido social operário conserveiro a nível nacional: “Não havia nenhuma igual”, e outros comentários emocionados, testemunharam-nos o profundo sentido de pertença destas trabalhadoras para com a sua antiga fábrica.

30 Veja-se a este respeito as directivas actuais da UNESCO/ICOMOS, e ICOMOS – Portugal., em continuidade com os princípios fundados pela Carta de Veneza (1964).



O Pensamento Arquitectónico Moderno e a Alteração do Espaço de Habitar Operário

REFLEXOS NA GRANDE LISBOA

1. O Habitar dos Operários

Em Portugal, nos Anos Oitenta do século XX, alargou-se o âmbito do estudo do programa habitacional. A atenção recaía em áreas geralmente descuradas, como a habitação para os operários. Esta preocupação caminha a par da emergência de novos conceitos patrimoniais, nomeadamente o património urbano ou o industrial. Destaco como pioneiros os contributos de Maria João Madeira Rodrigues, com a obra *Tradição, Transição e Mudança – a produção do espaço urbano na Lisboa Oitocentista* (1979), ou de Nuno Teotónio Pereira com o texto *Evolução das Formas de Habitação Pluri-familiar na Cidade de Lisboa* (1978–79), e ainda os de Teresa Barata Salgueiro, com o título *Habitação Operária em Lisboa* (1981); trabalhos que anunciavam mudanças relacionadas com o objecto de estudo e com a metodologia preconizada, adivinhando-se a importância das análises interdisciplinares¹. Em edição datada de 1979, intitulada

¹ Ver ainda Nuno Teotónio Pereira; Pátios e Vilas de Lisboa, 1870–1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, vol. XXIX (127), 1994 (3.º), pp. 509–524; Nuno Teotónio Pereira, Irene Buarque, *Prédios e Vilas de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

Roteiro de Lisboa, do Anuário Geral de Portugal, contabilizaram-se 350 vilas, antecipando a urgência de um levantamento sistematizado.

A tarefa de identificação, inventariação, registo e sistematização foi levada a cabo pela Câmara Municipal de Lisboa, que em inícios dos Anos 90, criou a Divisão de Reabilitação Urbana de Pátios e Vilas, que dependia da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana. Para além do conhecimento direccionado para as novas tipologias de habitação plurifamiliar vocacionadas para os operários, evidenciando novas respostas para uma nova classe social, indissociável da actividade industrial, importara também conhecer a cidade, o seu crescimento, as suas especificidades, por vezes ocultas, ou seja a dinâmica urbana, e diagnosticar que conjuntos poderiam ser reutilizados ou reabilitados, por exemplo.

A preocupação em compreender e conhecer as soluções encontradas para alojar os operários aproximara a realidade portuguesa de uma história civilizacional na qual também participara, independentemente das suas especificidades. Não esquecer que a indústria da primeira geração originou condições de vida nocivas para os operários e para as cidades ou locais que receberam o fenómeno da industrialização. As cidades industrializadas de Oitocentos foram apelidadas por Lewis Mumford de Coketowns.

Contrariar os males provocados por uma industrialização voraz no quotidiano dos operários constituiu, desde cedo, uma preocupação de médicos, de pensadores utópicos ou de industriais. O elevado número de trabalhadores que chegavam às cidades mais industrializadas e que engrossavam a oferta de mão-de-obra não qualificada para as fábricas colocou problemas nunca antes

experienciados, como a falta de higiene ou a existência de epidemias relacionadas com a ausência de condições de habitação. Muitas das soluções encontradas para as cidades industrializadas começaram por ser de natureza higienista. Medidas necessárias evidenciadas até pelas informações constantes nos inquéritos industriais, como o *Inquérito Industrial de 1881* que mostrou a total ausência de condições da habitação nos principais centros industriais do país, ou nos inquéritos à habitação, como o *Inquérito aos Pátios de Lisboa* (1902, 1905). O *Plano Geral de Melhoramentos*, em vigor entre 1865 e 1934, procurou também solucionar aspectos relacionados com higienização da cidade, com especial ênfase para a circulação, a rede viária ou o arranjo do espaço público.

O alojamento para operários surgiu, em muitos casos, espontâneo, em torno de pátios. Por outro lado, a iniciativa privada, muitos industriais, ou outras sociedades promotoras procuraram respostas a baixos custos, preconizando soluções construtivas que permitissem albergar o maior número de pessoas a preços tão reduzidos quanto possível. A conjugação destes dois requisitos gerou a criação de espaços de habitação cuja principal preocupação não residia grandemente no aumento da qualidade de vida dos operários. As novas propostas habitacionais para os trabalhadores da indústria ou de fracos recursos económicos caracterizavam-se geralmente pelo aproveitamento máximo da área existente; pela construção do maior número de fogos na área disponível; pelas reduzidas dimensões de cada um deles; pela concentração das áreas comunitárias, que serviam simultaneamente de circulação – espaço central, pátio, corredor, uma ou mais galerias. Comummente desprovidas de grandes cuidados formais,

estas habitações, para além da racionalização do espaço, tinham em comum elementos que permitiram criar algumas tipologias que facilitaram uma análise mais objectiva e racional. Todavia, ressalve-se a construção de habitações multifamiliares que, apesar de inseridas nestas tipologias, apresentam outras preocupações sociais, traduzidas na inclusão de diversos equipamentos, caso de escolas, creches, pequenos teatros ou clubes, obras geralmente promovidas por industriais apelidados na historiografia corrente de filantropos.

Nuno Teotónio Pereira categorizou algumas das tipologias das habitações para operários: vilas construídas atrás de prédios, no interior do quarteirão formando pátio; vilas em banda ou correnteza; vilas formando pátio; vilas formando ruas; vilas directamente ligadas à produção; vilas de escala urbana.

Estas habitações correspondem a uma solução desenvolvida para um primeiro momento da industrialização, não referenciando aqui o período manufactureiro. O conhecido Regulamento Camarário, de 1930, que proíbe a construção de novas vilas para operários, permite apenas regulamentar as existentes. Então que tipo de medidas, de programas ou de leis vão surgir para os operários de uma indústria que se quer moderna? E de que modo essa moderna indústria acompanha a dinâmica das novas propostas habitacionais para os seus trabalhadores? Parecem ser questões que geralmente não se colocam. Quando se fala de habitações para operários continua-se a referenciar as tipologias atrás enunciadas, o que até poderá levantar outra questão – não há operários ou trabalhadores fabris para além da indústria associada à energia a vapor? Se há que soluções foram encontradas? Será que essas propostas se desenvolvem no seio

da nova legislação associada à construção dos bairros económicos (Dec. Lei nº 16055/1928) ou de casas económicas a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a partir de 1933? E a criação do programa de casas de renda limitada, através do Dec. Lei nº 36212, em 1947, incorporará respostas para a habitação dos trabalhadores fabris?

2. A Moderna Indústria e as Habitações para os Operários

O problema da habitação vai ser uma das preocupações do movimento moderno, reflectindo o pensamento desenvolvido ao longo do século XIX em encontrar soluções para uma nova classe associada à actividade fabril, e procurando repor alguns elementos essenciais à vida entretanto desaparecidos na maioria das soluções preconizadas, elementos tão simples como a luz, o sol e o ar.

O segundo Congresso Internacional para a Arquitectura Moderna (CIAM)² realizado em Frankfurt, no ano de 1929, discutira precisamente o problema da habitação, nomeadamente a operária ou associada à indústria, para a qualurgia encontrar propostas novas, quer para as tipologias colectivas, quer para as individualizadas. A procura de um pensamento normalizador para a casa, que também definia um novo conceito de habitar e simultaneamente de uma noção de felicidade realizado através do habitat, encontra-se na inconfundível

² 1928 é o ano da fundação dos Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna, que pela primeira vez reúnem na Suíça, no castelo de La Sarraz Vaud.

expressão de Le Corbusier – *La Machine à Habiter*. Na obra *La Ville Radieuse* (1935), também de Le Corbusier, encontra-se bem presente a ideia de uma nova habitação, fundamentalmente caracterizada pela racionalização do habitat colectivo através de propostas como as células de habitação, por exemplo, respostas à desordem e desumanização existente na maioria das soluções encontradas em Oitocentos.

Todavia, estas propostas dependentes de novos materiais e soluções técnicas, como o betão armado, eram viabilizadas pela indústria da segunda geração, associada à electricidade, anunciando mesmo um novo paradigma técnico e cultural que se plasmava também no modo de habitar. As rupturas criadas por esta indústria, sinteticamente caracterizadas pela organização científica do trabalho, pela adopção da energia eléctrica e pela aplicação crescente do betão armado, transpuseram-se para uma nova compreensão do Homem e das suas necessidades, que começariam a ser normalizadas. Caminhara-se muito facilmente para o conceito de Homem tipo, de casa tipo, de necessidades tipo. Afinal na senda do Homem novo dependente da ciência e de uma tecnologia que preconizava uma mudança de valores culturais e estéticos, que seguramente se iriam repercutir também na classe operária.

Em Portugal a alteração do programa habitacional para os operários também caminha a par da disseminação da segunda revolução industrial – electricidade. Este fenómeno não se encontra alheio a algumas leis datadas de 1945: i) Lei nº 2005 – Fomento e Reorganização Industrial, que na Parte II/Base IV, refere uma das ideias mais estruturantes do crescimento industrial – a dimensão mínima – como condição essencial à implementação do programa social das

empresas que se estendia a áreas como: rendimento anual dos empregados; condições de higiene ou de segurança no trabalho; realização de acções de âmbito material e cultural, e necessariamente às habitações para os operários, entre outros; ii) ou a Lei nº 2007 – que cria as “casas de renda económica”, através da qual câmaras e outros organismos corporativos, como as instituições de previdência social, foram convocados a desenvolver este programa social.

O fim da Segunda Guerra Mundial anunciara uma nova fase na qual os industriais são chamados pelo próprio Estado, através das leis referenciadas, a resolver o problema da habitação dos seus trabalhadores. Estes industriais, no dizer dos engenheiros Ferreira Dias e Ferreira do Amaral, seriam os detentores de indústrias de “dimensão mínima”. Projectaram-se e desenvolveram-se então programas habitacionais para os operários da segunda revolução industrial, em pleno século XX, que se distanciavam das tipologias conhecidas anteriormente, quer a nível da sua localização urbana, quer a nível dos programas propostos.

Recorde-se o espírito do I Congresso dos Architectos, realizado em 1948, no âmbito da exposição *15 Anos de Obras Públicas* (1932–1947), e a ruptura que trouxe à arquitectura, nomeadamente a nível da sua dimensão social. Neste âmbito destacara-se a comunicação do arquitecto Nuno Teotónio Pereira que em síntese conciliara os princípios modernos com uma “arquitectura social”, ao serviço de classes como a dos operários, procurando corrigir as más condições das suas habitações.

Efectivamente, em muitos dos casos as soluções encontradas procuraram responder aos novos princípios urbanos e arquitectónicos,

mesmo que não tivessem sido construídas, caso do bairro da Companhia das Águas de Lisboa (CAL)³.

Ao nível da cidade planificada, refira-se o Plano Director de Etienne De Gröer (1948), que ao pensar pela primeira vez Lisboa de um modo global, regulamentará a construção das diversas zonas da cidade, das quais destaco a industrial. A solução do *zoning* fora entendida pelo seu autor como uma medida correctora do espaço desordenado, muito em consequência do crescimento emergente de Oitocentos. Assim, as zonas industriais destinaram-se exclusivamente aos edifícios industriais, armazéns, entrepostos, depósitos, instalações portuárias. Sendo áreas vocacionadas estritamente para a actividade produtiva, a construção de habitações para operários fora completamente proibida, exceptuando a casa do guarda da fábrica. Este é um primeiro corte com o modelo desenvolvido no século XIX.

Quanto ao caso do bairro da CAL importa referir que vai ser pensado dentro do Plano dos Olivais Sul, no qual os diversos programas propostos se organizavam em função de conceitos como o grupo residencial, a unidade de vizinhança ou a célula⁴.

Em 1953, o arquitecto Jorge Segurado aceita a encomenda da Companhia das Águas de Lisboa para construir habitações destinadas para o bairro operário. Oportunidade que permitiria por em prática muitos dos novos princípios defendidos, desde 1934, por Segurado,

3 Na comunicação, realizada em Novembro de 2011, apresentamos mais casos, como o da Covina ou da CUF.

4 Plano dos Olivais Sul – Dec. Lei nº 42254/1959.

como a construção de “casas económicas”, o que contribuiria para a resolução do problema geral da habitação sentido em Portugal.

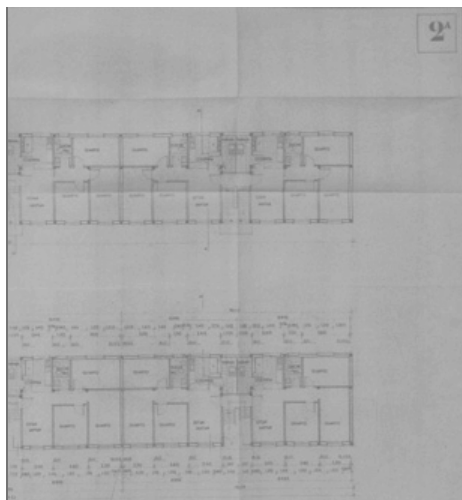
O projecto do bairro da CAL, datado de 1962, não fora planeado para uma segregada área da cidade, inserira-se dentro de um laboratório urbano e arquitectónico por excelência – o já referido Plano dos Olivais Sul. Apostando na habitação em altura, Jorge Segurado planeou 8 blocos de 4 pisos, de duas tipologias, que se implantavam no meio do verde, ficando alguns perpendiculares a uma via secundária. O bloco surgia como uma solução económica, higiénica, privilegiando a relação obtida com a luz, o sol e o verde. Orientação aturadamente estudada para que as duas fachadas do bloco recebessem sol de manhã ou à tarde. Opção que também privilegiou a relação com o espaço envolvente, através da planificação de grandes áreas livres que envolviam os blocos, separados das grandes vias de circulação.

O arquitecto propôs a utilização de betão armado para as lajes, os pilares e as vigas, enunciando tipos de habitação estandardizados, promovendo os princípios de funcionalidade doméstica. O bloco tipo A apresentara 3 quartos de cama, um WC e corredor com acesso comum a esta área, uma sala de jantar que se encontrava separada da cozinha por um móvel armário. A definição de pisos-tipo explorou a criação de zonas que articulavam compartimentos diferenciados – áreas de descanso e sociais, introduzindo compartimentos vocacionados para a lavagem ou secagem da roupa.

Segurado planificou blocos para 192 famílias, numa solução vertical, preocupado essencialmente em facultar um espaço de habitar moderno, uma casa máquina, onde não havia perda de tempos, nem desperdício de espaços. As suas preocupações evidenciaram-se

ao nível das condições da habitabilidade, quer na organização e distribuição interna do espaço – função da casa, quer no tratamento privilegiado atribuído à envolvente. A dimensão social das habitações observara-se sobretudo na austeridade das fachadas, marcadas pelo ritmo das janelas ou pela verticalidade dos vãos de escada.

Mesmo não tendo sido edificados, os blocos para a CAL representaram um corte total com as habitações para os operários construídas até pelo menos ao final dos Anos 20, tanto a nível do conceito habitar, como da proposta social apresentada – direito ao sol, luz e verde, usufruído num bairro onde outras profissões tinham lugar. O pensamento arquitectónico moderno influenciou e influenciou outros bairros construídos para os trabalhadores fabris, como os da Covina ou da CUF, ainda que nestes casos numa estreita proximidade com a fábrica. Entre outros exemplos destaca-se o actual bairro Petrogal, também conhecido da SACOR e Salazar, primeira designação (1960–1965), na Bobadela.



Sinais de Modernidade, Modernidade dos Sinais: Ecletismo, Internacionalismo e Desterritorialização em 1900

História Local vs História Global

À escrita sobre a arquitetura coloca-se, atualmente, o desafio de reconhecer o seu contributo para a reconstrução da história do projeto e do espaço arquitetónico, em particular, da história produzida no século XX a partir de leituras generalizadoras com uma agenda predefinida. Esta consciência tem vastas implicações nos desenvolvimentos dos estudos que, não cabendo aqui a sua discussão, podem ser parcialmente apontadas. Entre elas emerge a necessidade de um urgente *regresso ao arquivo* para visitar obras esquecidas, mal interpretadas ou desvalorizadas na historiografia convencional; este é um processo cheio de surpresas que, com uma renovada atenção aos detalhes dos processos e de proximidade à obra, permite outro entendimento do desfasamento e da consonância da produção arquitetónica portuguesa com as congéneres europeias; permite estabelecer, por exemplo, uma articulação ignorada entre emissão/receção e centro/periferia; permite ainda questionar a dita ausência de uma vontade teórica das obras/arquitetos, facto que implica questionar, antes de mais, a ideia de *teoria* e o *campo da teoria* onde as obras se produzem, aceitando que projeto/história/teoria são

partes omnipresentes do pensamento e da produção arquitetónica, para além da especificidade das suas narrativas¹.

O caminho para outra interpretação da arquitetura do século XX é longo, tal a violenta influência de uma historiografia construída por uma determinada cultura moderna, fundada no epicentro do Movimento Moderno e dos CIAM (Congrès internationaux d'architecture moderne, 1928–1959, 1962). A reflexão crítica em Portugal sobre estes aspetos é tardia. De forma sucinta, devemos referir que é no âmbito da história da arte de José-Augusto França que se delineia outra leitura e interpretação dos fenómenos do século, nomeadamente pela valorização da cultura material como fonte insubstituível para a leitura da obra (das artes plásticas e arquitetura). Apesar de tudo, nos estudos pós França, quase tudo se mantém, com a exceção fundadora do *projeto de investigação* conduzido por Pedro Vieira de Almeida e da crítica comprometida com renovação do pensamento moderno de Nuno Portas, ainda hoje centelhas para um estudo centrado no projeto de arquitetura como forma de conhecimento. Mas como França referia em 1966 e, posteriormente, em 1974, também nos estudos de arquitetura ainda muito há que fazer:

«Importaria também que esta história agora concluída fosse a última a ser feita nas condições de individualismo que lhe foram obrigatórias.» Assim se escreve no livro atrás citado [A Arte em Portugal no Século XIX] e se volta a escrever agora, sem qualquer

1 Carlos Martí Arís, “Una opinión sobre la crítica”, em *La Cimbra y el Arco* (Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2005), 42–47.

*espécie de ilusão a curto prazo. Várias causas impedem, em Portugal, a formação de equipas de trabalho para a realização de estudos de História – não só do século XX e não só de arte.*²

Por este caminho, sucintamente traçado, pretende-se apresentar, em seis tópicos, algumas hipóteses para a leitura da obra de Marques da Silva (1869–1947), focadas a partir dos projetos da Estação Ferroviária de S. Bento (1896–1911) e do Edifício Quarteirão Conde de Vizela (1922–1923), no Porto. Pretende dar-se especial atenção, não só aos edifícios em si, mas também às relações entre eles e deles com a globalidade da obra onde se inserem, como parte do ambiente cultural onde se produziram. A partir desta observação dos edifícios abre-se a (re)leitura da obra de Marques da Silva, uma intervenção cosmopolita e internacional realizada no Porto que, no início do século XX, deve ser atendida como uma obra moderna.

A consideração desta ideia de moderno implica “demonstrar que existe uma clara discrepância entre os objetivos formulados pela vanguarda – que, entre outros, rejeitavam a tradição académica entendida como classicismo – e o programa real da arquitetura europeia e americana, muito menos afastada desta tradição do que estes manifestos e programas fizeram crer”.³ Trata-se de uma leitura fundamental das condições e do programa presente na obra de Marques da Silva, no quadro das arquiteturas da abertura do século XX,

2 José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX. 1911–1961* (Lisboa: Bertrand, 1984), 603.

3 Ignasi de Solà-Morales, “Clasicismos en la arquitectura moderna”, em *Inscripciones* (Barcelona: Gustavo Gili, 2003), 145.

porque hoje sabemos que irão moldar profundamente – mais do que foi convencionalmente aceite – as diferentes produções arquitetónicas do século XX português; irão moldar a própria ideia de moderno.⁴

Assim, a sua leitura impõe que, ao questionar a formulação ortodoxa de moderno, se coloque outra ideia de moderno popularizado e aceite (ao contrário das vanguardas), que entende o moderno como um *processo* cíclico jamais concluído; como uma produção *impura* estabelecida sobre compromissos; e como parte de uma *polifonia* onde se escutam, simultaneamente, várias vozes.

A) PONTOS DE PARTIDA

Na determinação de alguns pontos de partida para esta observação da abertura do século XX, a percepção da duração do tempo surge como significativa.⁵ Esta mudança irá permitir que a “questão simbólica” da produção arquitetónica seja relativizada, deixando de ser entendida como imutável e representativa dos valores milenares. Esta é uma das mais significativas diferenças, já anunciada desde o século XVIII, agora sujeita à crescente aceleração e sucessão de fenómenos, que conduzem à sua necessária precarização como produto no processo de mercantilização de toda a atividade humana

4 Rui Jorge Garcia Ramos, “Raízes e caminhos: Marques da Silva e a arquitectura do século XX”, em *Leituras de Marques da Silva*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos (Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2011), 15–27.

5 Krzysztof Pomian, *L'ordre du Temps* (Paris: Éditions Gallimard, 2008).

(*commodification*). Mas é no tempo de Marques da Silva que, definitivamente, se marca a passagem para esta conceção moderna do tempo, acompanhada por outros temas, como o debate identitário centrado na questão das identidades nacionais, na afirmação totalitária dos nacionalismos, na descoberta das culturas populares como legitimadoras de uma certa ideia de tradição, na formulação do património material e na consolidação de instituições decisivas, como o museu e o arquivo. Podemos salientar que o ritmo da transformação da “questão simbólica” se torna paralelo ao ritmo de transformação da sociedade, definindo-se num processo aberto e de múltiplo sentido. Esta leitura permite introduzir o que se chama “consumo” – consumo imaterial, de produtos e do próprio espaço⁶ – aspeto central na orientação da resposta da nova arquitetura aos novos desafios vindos de uma sociedade em mudança. Este tema permanece no centro do dilema ainda hoje vivido pela arquitetura na abertura do século XXI, é um território vasto de problemáticas, onde a sociologia e a antropologia podem ter um contributo na compressão das suas forças, quer como ritualização de práticas, quer como produtor de simbolismos.

Continuando a indagação de pontos de partida, o novo surge como uma manifestação omnipresente na vida desta época. O homem dos anos de 1900 está rodeado pelo novo, quer como realidade experienciada na sua vida quotidiana, quer como representação experienciada através do acesso ao mundo da imagem. A obra de Marques da Silva apresenta a resposta a uma situação nova, sendo ela própria a

6 John Urry, *Consuming Places* (London: Routledge, 2000).

experiência dessa novidade. A novidade de trás na sua resposta, ajustada aos meios onde intervém, não produz, necessariamente, uma rutura no sentido que vanguarda lhe irá conferir, sendo capaz de dar continuidade à rede urbana, a um modelo de cidade em transformação e às expectativas dos seus encomendadores. Simultaneamente, é capaz de expressar diferentes dinâmicas (encomenda privada, pública, comercial, religiosa) e diferentes tempos em permanente atualização dos valores e dos sinais (Armazéns Nascimento, Edifício Quarteirão Conde de Vizela, Casa de Serralves, Liceu de Coimbra). Contudo, esta novidade é mais do que um estilo, ou seja, é mais que um problema de desenho decorativo das fachadas – este é o equívoco da história da arte vs a história do espaço. O novo na sua obra é, antes de mais, um modo de fazer através da negociação, do compromisso, da presença no local e no tempo, ou seja, é uma forma de pensar/projetar o espaço em si como resposta racional e funcional a um pedido concreto. A obra de Marques da Silva traz novas respostas arquitetónicas a novos programas socioeconómicos para a transformação, agendada politicamente, da cidade.

B) NA BAGAGEM

Nos finais de 1889 Marques da Silva chegava a Paris. A 6 de Agosto de 1890 é admitido na *École Nationale et Spéciale des Beaux-Arts*. Em 10 de Dezembro de 1896 obtém o diploma. Neste período formativo parisiense vai frequentar as aulas no atelier do Victor Laloux (1850–1937), arquiteto de edifícios importantes nas alterações em curso na cidade e na disciplina, como a Gare d’Orsay

(Gare d'Orléans, Paris, 1897–1900) ou a Siègne Central du Crédit Lyonnais (Paris, 1904–1913).

No seu regresso ao Porto traz na bagagem uma ideia de modernidade. A modernidade onde opera Marques da Silva é estruturada a partir de Paris, entre a academia das Beaux-Arts (só aparentemente conservadora) e a cidade capital do *progresso*. Como refere Edward Said, é importante conhecer a itinerância das teorias.⁷ As teorias, tal como Marques da Silva, viajam e este é um facto relevante para outro entendimento da modernidade. Não só é importante conhecer o local emissor, como também o local para onde viaja, o local derradeiro onde a teoria se conforma. A teoria, a experiência formativa e de vida fazem parte da bagagem de Marques da Silva que viajam para um contexto local, onde interferem com o seu trabalho e ação. Esse local é o Porto e é no confronto com o local que essa bagagem entra em tensão ao ter de resolver conflitos, ao negociar compromissos... enfim, ao concretizar um projeto de arquitetura. Esta tensão é a experiência da modernidade como processo dialético e irresolúvel – onde a identificação de uma solução para um problema gera outros problemas e soluções, num movimento cíclico e permanente.

Na sua bagagem vem também a vantagem de ser eclético, ou seja, a capacidade de retirar ensinamento de toda a experiência significativa, para que, de forma pertinente, se possa propor a melhor solução,

7 Edward W. Said, "Reconsiderando a teoria itinerante", em *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, org. Manuela Ribeiro Sanches (Lisboa: Cotovia, 2005), 25–42.

a mais capaz de se adequar às condições locais. Isto é a vantagem de ser eclético, aspeto que, sendo comum e permanente às práticas artísticas, tem consequências particulares para a obra de Marques da Silva devido ao entendimento pragmático da forma de agir e pensar o projeto. Nesta ordem de problemas, o projeto é, acima de tudo, o caminho para uma obra-construção (e não operação diletante); isto significa, entre outros aspetos, a deslocação de uma ideia de arquiteto-autor para outra de arquiteto-técnico; o quer dizer que, apesar da arquitetura continuar a ser uma arte, é agora também uma técnica que, em parceria com os engenheiros (um compromisso de sobrevivência), tem de resolver os problemas da vida; esta postura é a via do *progresso*, esta é a sua ideia de moderno – processual, impuro, polifónico.

Mas a sua bagagem traz outra novidade. A arquitetura, para ser resposta moderna às exigências funcionais da vida, isto é, uma arquitetura mediada e ajustada pelas exigências do consumo, necessita de uma nova capacidade de pôr em prática. Para executar este objetivo vai reconsiderar-se um antigo instrumento, o desenho. Embora fazendo parte do processo de trabalho dos arquitetos, mesmo quando oculto ou quando era não atendido como central numa metodologia de projeto, o esquisso – um desenho rápido das ideias – estava presente. Contudo, agora, este desenho irá passar a ser considerado e valorizado enquanto tal, como instrumento de investigação das variáveis espaciais, na procura infinita da adequação entre forma, simbolismo e função.

O desenho, em sentido amplo, é uma forma de conhecimento que, ao não poder ser substituído pela palavra, permite a tradução rápida de ideias complexas, sendo capaz de acompanhar a velocidade

dos novos desafios da técnica e do diálogo com outras disciplinas essenciais à nova edificação.

Mas o desenho tem também outra consequência para estudo desta arquitetura. O reconhecimento da sua importância retira, definitivamente, a obra de Marques da Silva (e dos seus colegas parisienses) de uma redução estilística a que foi sujeitada pela historiografia da arte ao ignorar a importância disciplinar e o significado do espaço em si na tradução das formas de vida. Assim entendido, o desenho abre e sustenta uma prática moderna do projeto, consequência também de um ensino baseado em “ateliers”, como acontecia nas escolas de *Beaux-Arts*.⁸

O regresso ao arquivo de Marques da Silva permite compreender como estes processos acontecem, permite ver e conhecer por dentro. Por exemplo, no desenho preparatório do grande trabalho académico de fim de curso de uma estação ferroviária (em Paris, no atelier Laloux), vamos encontrar esboços e apontamentos escritos, realizados posteriormente (possivelmente já no Porto), relativos à passagem desta experiência para o projeto da Estação de S. Bento. Estes pequenos esboços permitem verificar que S. Bento vem de Paris, não só metaforicamente, como ideia, como preparação técnica e projetual ou como organização da informação para um projeto já previsto, mas também como desenho cultivado nas qualidades formais e técnicas

8 É esta a tradição do ensino na escola do Porto dirigida por Marques da Silva, depois por Carlos Ramos numa forte continuidade... e agora na FAUP. Por isto trata-se, atualmente, de uma escola eclética, beauxartiana, estruturada pelo ensino do desenho e pela prática, em atelier, do projeto de arquitetura.

dos exemplos parisienses, nomeadamente, do seu mestre Laloux (autor, entre outras, da Gare d'Orsay). Estes desenhos a lápis registam uma planta muito semelhante à de S. Bento, com anotações escritas que referem “está muito grande”. Com esta nota escrita salienta a dimensão excessiva deste projeto académico feito em Paris que, agora, depois de viajar, devia ajustar-se ao local do antigo Convento S. Bento de Ave Maria no Porto.

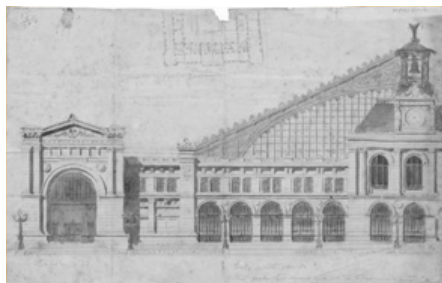


Fig. 1 – “Une Gare Central”, Marques da Silva, Paris, 1895–1896.

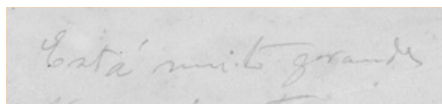


Fig. 2 – Detalhe de “Une Gare Central”, Marques da Silva, Paris, 1895–1896.

C) EM PARIS A PENSAR EM ARQUITETURA NO PORTO

Em Paris prepara a seu regresso ao Porto com a acertada escolha do tema da estação ferroviária urbana para o seu projeto académico de fim de curso. Quando chega, liga-se imediatamente ao debate do momento sobre a transformação do centro da cidade com a construção da nova estação. Numa impressionante manifestação de *marketing* profissional expõe, em 1897, na Câmara Municipal do Porto, o seu trabalho académico para *Une Gare Central*. A demonstração da sua iniciativa e capacidade técnica, articuladas pelo “gosto francês” do projeto, sinal cosmopolita que interessava à burguesia local, permitem que o projeto de arquitetura seja desenvolvido por *motu proprio* até à sua adjudicação somente em 1899.

Mas o seu sentido de oportunidade não se limita a esta ação. Desde logo mantém relações próximas com o poder económico e

comercial da cidade, bem representadas pela encomenda do desenho de mobiliário para a Associação Comercial Portuense. No mesmo momento, assegura também a sua presença no debate social sobre a questão da habitação, com um projeto inédito em Portugal, baseado num modelo francês de habitação operária, para o bairro filantrópico “O Comércio do Porto”.

A sua intervenção alarga-se ao território urbano do Porto e abrange todos os programas, quer no âmbito da encomenda privada, quer pública, contribuindo decisivamente para a cidade nova, a cidade dos equipamentos. Nesse momento já se agendava sobre o Porto uma transformação “violenta” do seu território, que exigia demolições significativas, a introdução de serviços públicos em larga escala, a par da vontade do redesenho do espaço público.

Neste âmbito, para Marques da Silva, a cidade é um todo a ser pensado em conjunto, o que lhe permite reconsiderar o papel simbólico do edifício isolado como parte funcional decisiva do conjunto urbano. Isto significa, também, que o tecido urbano é constituído essencialmente por construções correntes/banais sujeitas a regulamentos que lhes conferem ordenação. Ou seja, é possível satisfazer, pelo menos teoricamente, as necessidades de representação social, os aspetos funcionais e de conforto e, sobretudo, económicos de uma nova classe média interessada em outro estilo de vida.

Nesta leitura da cidade, Marques da Silva considera que uma cidade funcional é o fator mais importante na adequação a uma mais valia económica. Isto permite-lhe operar a passagem de um entendimento da cidade-monumento contínuo para outro modelo,

onde a amálgama de edifícios correntes é pontuada por objetos singulares – o edifício-monumento.

Com isto Marques da Silva não só confere um papel ao valor simbólico da singularidade do edifício-monumento na construção da cidade — de que são exemplo S. Bento e o quarteirão Conde de Vizela, ampliando assim a ideia de monumento —, como reconhece a importância da massa anónima edificada — visível no traçado proposto, em 1915, para a Avenida e centro do Porto — como elemento aglutinador indispensável na definição dos tecidos urbanos e do caráter da cidade. Este é, em curtas palavras, o modelo da renovação *haussemaniana* de Paris que, Marques da Silva, bem conhece.

D) DESTERRITORIALIZAÇÃO DE UMA EXPRESSÃO ARQUITETÓNICA

S. Bento é um projeto desterritorializado, viaja de Paris para o Porto. Esta arquitetura era considerada *estrangeirada*, pela crítica da época, por não se dedicar à procura de uma identidade nacional genuína. Pelo contrário, esta arquitetura afirmava-se como internacional, o que consistia, antes de mais, na sua inclusão numa corrente de pensamento assente na crença do *progresso* e num modo de fazer *eclético*. Este modo de atuação era difundido da Europa às Américas, de Nova Iorque a Santiago do Chile, de Paris a Istambul... locais onde se encontram os mesmos tipos de estações ferroviárias, liceus, grandes armazéns, teatros etc., muito semelhantes aos edifícios construídos no Porto.

A ação de Marques da Silva no projeto de S. Bento exemplifica a forma como considerava a articulação de diferentes tópicos no projeto

de arquitetura para uma resposta eficaz ao programa, adequada à condição urbana e satisfatória para o cliente. No projeto para a estação ferroviária de S. Bento teve de considerar aspetos funcionais precisos, o que impunha o saber de um arquiteto-técnico capaz de resolver a sua complexidade, mas que, simultaneamente, também atendia à realização dos dispositivos espaciais e simbólicos. A articulação do funcional e do simbólico, ao ser central na ação do arquiteto, era considerada com pragmatismo, quer na satisfação do cliente, quer na construção, nomeadamente na utilização de recursos locais, patentes, por exemplo, na tradição de construir em pedra. Contudo, existe uma profunda alteração na aceitação destes problemas: a dimensão. A nova cidade dos equipamentos é projetada não só para o usufruto de uma restrita elite mas, como no caso da estação, para o movimento pendular de grandes massas de utentes. A grande dimensão dos espaços é uma das imagens mais marcantes desta arquitetura que encara, com as engenharias, a resolução de vãos até então impensáveis, a planificação de espaços de circulação, a utilização de novos materiais, com uma precisão exigida à instalações de equipamentos industriais.

Esta arquitetura internacional deve ser observada, não só como a desterritorialização de uma expressão arquitetónica, mas também como o seu oposto, como territorialização que incorpora no contexto urbano do Porto um novo equipamento, fazendo vibrar uma arquitetura “pensada de Paris” perante as condições locais da sua produção. Neste confronto com os arquétipos europeus, é particularmente importante a perícia negocial e a capacidade de desenho no estabelecimento de compromissos por Marques da Silva, atitudes que devemos considerar modernas.

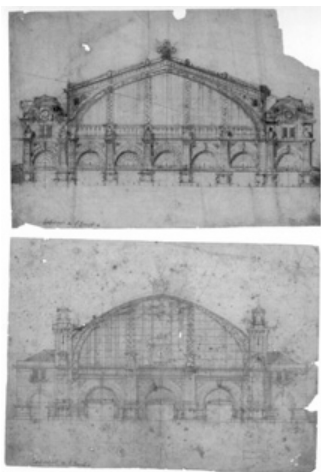


Fig. 3 – *Esquissos para o alçado principal de S. Bento, Marques da Silva, Porto, c. 1897.*

Isto é visível, no regresso ao arquivo, no estudo dos desenhos de diversos projetos como o Teatro S. João, os Armazéns Nascimento, o Edifício Quarteirão Conde de Vizela, nos Liceus ou na operação de Serralves. A observação atenta da sequência de desenhos para S. Bento resalta este processo, onde se regista uma transformação dos valores e intenções presentes na conceção do projeto; passando da sujeição a uma imagem representativa da nova técnica, para uma obediência à tradição construtiva disponível no local e ao gosto do cliente. O hibridismo do desenho final, tal como foi construído, é o resultado desta passagem de uma fachada “metálica” para uma fachada de “pétrea”. Aspeto que deve ser entendido, não como um recuo, mas como parte do processo negocial de fazer arquitetura, o que permitiu reforçar o uso da construção em pedra como legitimação simbólica.⁹

Contudo não se deverá iludir o caráter problemático deste compromisso aqui registado. O visível recuo/afastamento do grande

9 Outros fatores, que interferem com esta obra, são amplamente analisados no trabalho de António Cardoso.

caixilho em ferro e vidro da fachada principal representa o recuo inequívoco de um sinal funcional e moderno, certamente observado em Paris. Esta resposta híbrida será também uma questão de sobrevivência, lição que todos os arquitetos aprendem, que lhe permite conciliar, com assertividade, a sua experiência da modernidade parisiense com a condução do projeto interagindo com o meio sociocultural onde pretende ser reconhecido e viver. Este conhecimento sábio do mundo e do contexto portuense, onde encontra os seus clientes, permite-lhe, ao reconhecer os limites de cada um, manter uma relação simultânea com o universo parisiense – com os colegas com quem se corresponde, de onde encomenda livros, catálogos e aonde irá regressar diversas vezes – e com a elite da sociedade portuense, conservadora nos comportamentos e no gosto, que tendo casa na cidade sonha com os prazeres do campo. Mas é exatamente esta tensão e compromisso, conciliados no projeto, que faz de Marques da Silva, no Porto, um arquiteto moderno.



Fig. 4 – Fotografia de S. Bento na exposição de homenagem ao arquitecto Marques da Silva, 1953.

E) AGENCIAMENTO COLETIVO DA ENUNCIÇÃO

Mas a ação de Marques da Silva, que temos vindo a analisar, não seria possível sem se inscrever numa vontade coletiva, convicta deste entendimento do progresso e desta via da modernidade (havia outras vias em discussão). Assumir a necessidade de fazer demolir a parte final do Convento de S. Bento de Avé Maria, sobretudo

no momento em que se debatia a hipótese de incluir a igreja, ainda de pé, no edifício da estação, é sinal dum agenciamento coletivo. Erguer a estação é uma enunciação progressista sustentada pela burguesia local que, apesar de estar economicamente motivada, foi capaz de produzir um sentido mais amplo de transformação e de qualificação da cidade. A imagem registada em fotografia da multidão a aguardar a chegada do primeiro comboio ao centro do Porto em 1896 (ainda antes da construção da atual estação) remete para a necessidade de um envolvimento amplo da sociedade. Neste caso, a imagem traduz um S. Bento popular, onde se apreende que a eficácia de uma só vontade progressista não basta, só a força dum agenciamento coletivo é suficiente para a transformação da cidade, independentemente da sua índole político-social e características urbanas.

Outros projetos de Marques da Silva, entre outros arquitetos, podem ser referidos como exemplo de transformação profunda da cidade. Os Liceus como refundação social baseada na educação/pedagogia moderna, os Armazéns Nascimento como proposta de outra relação comercial e de consumo burguês, ou o desenho da Avenida dos Aliados como refundação simbólica da cidade são projetos onde



Fig. 5 – Convento de S. Bento de Avé Maria antes de começarem as demolições.



Fig. 6 – Chegada do primeiro comboio à estação central do Porto, 1896.

Marques da Silva assume uma posição na controvérsia do que é a modernidade e de como pode efetivar-se na construção da cidade.

Em 1916 Barry Parker (1867—1947) apresenta um projeto para o conturbado processo da Avenida dos Aliados.¹⁰ O desenho de Parker baseava-se na homogeneidade formal dos edifícios que definiam a praça, exatamente na direção oposta do ecletismo francês posteriormente adotado na construção dos edifícios da Avenida, no seguimento da conceção de Marques da Silva, anteriormente exposta, de edifício-monumento. Esta proposta de Parker, com certeza, terá arrepiado Marques da Silva, obrigando-o a confrontar outra ideia de modernidade, defendida pelo seu colega inglês, vagamente próxima da nossa querela identitária e nacionalista, conhecida na época por Casa Portuguesa. A proposta de Parker transpõe as ideias do *picturesque* inglês para um desenho de conjunto da Avenida no Porto, na senda de uma ideia de cidade-monumento, o que Marques da Silva considerava de natureza “medieval, que não pode aplicar-se à grandeza dos nossos costumes e aos progressos que a locomoção moderna exige”¹¹. A posição de Marques da Silva é clara e coerente nesta controvérsia Moderna; esta proposta de Parker não subscreve a sua ideia de modernidade, nem os seus interesses, nem aqueles que já tinham desenhado a transformação urbana do Porto, sendo por isto

10 Este processo foi amplamente estudado por Rui Tavares e André Tavares.

11 António Cardoso, *O Arquitecto José Marques da Silva e a Arquitectura no Norte do País na Primeira Metade do Séc. XX* (Porto: Faup Publicações, 1997), 253, 288.

abandonada em favor de um traçado urbano de alinhamento e cérceas para a Avenida onde cada edifício é parte de um todo.

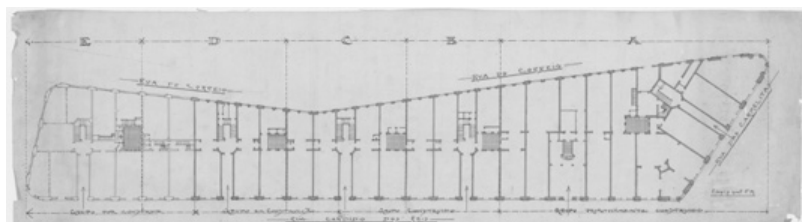


Fig. 7 – Planta do piso térreo do Edifício Quarteirão Conde de Vizela, 1920, Marques da Silva.

F) EVITAR A DISJUNÇÃO CONTEÚDO E EXPRESSÃO

A tensão entre situações dissonantes é permanentemente usada por Marques da Silva nas suas obras; a tensão entre dois entendimentos de moderno ou entre Paris–Porto é usada, não só como pragmatismo na resposta ao local, ao cliente e à tradição, mas também como modo de trabalho, ao fazer incluir o lado problemático desta enunciação “tensa” no projeto. Esta interpretação, ao ser bloqueada pela história canónica da arquitetura, ao apagar esta reflexão teórica discreta presente na prática dos arquitetos, ignora a narrativa mantida entre emissor e local de difusão do pensamento arquitetónico, bem como da sua importância no desenho das soluções projetuais.

É importante verificar que esta operação, conduzida por Marques da Silva, evita sempre a disjunção entre conteúdo e expressão, ultrapassando a hipótese de uma obra na margem do que poderia ser aceite ou de uma obra de vanguarda. Se em S. Bento este problema já é visível, no Edifício Quarteirão Conde de Vizela (1922), situado nas

Carmelitas e um dos maiores edifícios construídos no Porto durante a primeira metade do século, esta tensão entre disjunção e unidade é o próprio tema do trabalho e da sua essência moderna.

Em 1920, Marques da Silva está a dirigir as obras da complexa operação do Bairro das Carmelitas. No Edifício Quarteirão Conde de Vizela a disjunção e a unidade do conjunto estão latentes em todos os níveis do projeto: na conciliação das diferentes faces de um programa comercial, de serviços e de habitação; na relação com a cidade através de um edifício-funcional de desenho racional na distribuição das áreas e na modulação rigorosa, determinadas pela economia da operação imobiliária, e através de um edifício-monumental

virado sobre os Clérigos; no desenho diferenciado dos alçados, entre uma fachada de pedra (rua Cândido dos Reis, Carmelitas) e uma fachada de superfícies lisas rebocadas e pintadas (voltada para a rua do Correio, hoje Conde de Vizela). Sobretudo este tratamento divergente das fachadas, ligadas a modos distintos de atender à “questão simbólica” e funcional, articula sinais de modernidade que apontam o fim de um tempo e abertura de outro, num pragmatismo secular que parece marcar sempre a arquitetura portuguesa.



Fig. 8 – Fotografia do Edifício Quarteirão (rua Cândido dos Reis e Carmelitas) na exposição de homenagem ao arquitecto Marques da Silva, 1953.



Fig. 9 – Fotografia do Edifício Quarteirão na rua Conde de Vizela (antiga rua do Correio), 2010.

As Errâncias do Carré Mulhosien

NOVAS PRÁTICAS NO DESENHO DA CASA OPERÁRIA NO PORTO¹

No Porto, nas décadas que antecederam a implantação da República, não existia um sector industrial alargado e vigoroso, muito menos uma economia firme e estabilizada que justificasse a produção em massa de casas para o operariado. Daí que as soluções encontradas para alojar as *classes trabalhadoras* nunca tivessem assumido a escala urbana das vilas operárias de França ou de Inglaterra. No entanto, é de notar um esforço por implantar na cidade novos modelos que poderemos denominar de intermédios. Esse permeio não corresponde só a um problema de dimensão; ele decorre também do fato das soluções encontradas se situarem politicamente entre a utópica *cidade-jardim* de Ebenezer Howard e o pragmatismo social democrata das *cités ouvrières*. Um desses casos, porventura o mais emblemático, foi o bairro mandado construir pelo jornal *O Comércio do Porto*, em 1899, sob desenho do arquiteto José Marques da Silva (1869–1947): o *Bairro Operário de Monte Pedral*,

¹ O texto que se publica resulta do trabalho realizado no Arquivo Municipal de Mulhouse em Julho de 2011 e é parte integrante da investigação em desenvolvimento, “Habitação Popular no Porto, 1899–1933” conducente à redação de Tese de Doutoramento a apresentar à Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto no âmbito do seu Programa de Doutoramento em Arquitectura.

denominação que o regulamento, redigido em 1901 para fixar o seu regime de utilização e gestão, haveria de oficializar.

A iniciativa do Comércio do Porto na promoção de habitação operária coincide com o mais mediático surto de peste que eclodiu na parte medieval da cidade. Para o financiamento dessa causa, Bento de Souza Carqueja (1860–1935), na época coproprietário do diário nortenho, reunirá o apoio direto de beneméritos oriundos dos mais diversos sectores da sociedade. Na escritura que estabelece a construção das primeiras casas refere-se que os bairros seriam «dotados com as máximas condições higiénicas e organizadas em harmonia com os melhores modelos destas fundações no que forem adaptáveis no nosso país»². Se dúvidas houvesse, a referência ao termo “modelos” permite colocar o Monte Pedral numa cadeia de acontecimentos que ilustra bem o que foi nessas últimas décadas do século a necessidade de normalização de soluções e a itinerância dessas na proclamação do novo alojamento operário. Neste caso particular, trata-se da afirmação de uma casa-tipo muito particular – *le carré mulhousien* – cuja génese podemos circunscrever com uma precisão invulgar na história da arquitetura da casa.

Apresenta-se assim a viagem de um modelo em três momentos distintos: Mulhouse, em 1853 – Paris, em 1889 – Porto, em 1899.

2 Arquivo Histórico Municipal do Porto: *Livro de Documentos Relativos a Termos e Escrituras*, 1899, f. 344.

Mulhouse, 1853. Nascimento de um Modelo de Casa Operária.

*Un membre de l'institut des architectes de la Grande-Bretagne, M. Henri Roberts a publié sur les habitations des classes ouvrières (The dwellings of the labouring classes), un ouvrage qui révèle autant de science chez l'artiste, que de nobles sentiments chez le citoyen.*³

A obra de Henry Roberts (1803–1886) citada por Jean Penot (1801–1886) em 1852 ao Comité de Economia Social da Sociedade Industrial de Mulhouse (França) havia sido traduzida para a língua francesa dois anos antes por ordem do próprio Louis-Napoléon Bonaparte⁴. No livro recolhe-se e tipifica-se as mais significativas soluções habitacionais que foram sendo implementadas em Inglaterra contra aqueles “bairros de má reputação” descritos por Engels em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra em 1844*, especialmente, no capítulo “As grandes cidades”.⁵ Profusamente ilustrada com desenhos de projetos, a edição original foi patrocinada pela *Society for Improving the Condition of the Labouring Classes* – uma das mais eminentes *Model Dwellings Companies* da Londres vitoriana, onde Henry

3 Jean Penot, «Projet d'habitations pour les classes ouvrières», *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*, Tome XXIV, n°117 (1852): 130.

4 Referimo-nos à edição francesa, *Des Habitations des Classes Ouvrières* (Paris: Gide et J. Baudry Éditeurs, 1850)

5 Frederick Engels, *The Condition of the Working-Class in England in 1844* (London: George Allen & Unwin Ltd, 1892 [1845]): 23–64.

Roberts era arquiteto honorário – desenhos de projetos, a publicação que rendia tributos aos estatutos da referida sociedade filantrópica enquanto manual difusor dos modelos ideais de habitação operária. Numa das primeiras páginas transcreve-se os mecanismos de atuação da sociedade referindo que era objectivo indicar as fórmulas que combinassem a arquitetura da casa simples com os critérios de conforto e economia, «by arranging and executing Plans, as Models, for the the Improvement of the Dwellings of the Poor»⁶. A questão da formação de casos exemplares é pois perseguida no intuito de transformar o esforço numa metástase capaz de abarcar a escala do problema.

Nesta sequência, a mesma sociedade, presidida desde a sua fundação pelo príncipe consorte Albert, irá construir para a exposição universal de Londres de 1851 – *The Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations* – um dos mais celebrizados protótipos de habitação operária na sociedade oitocentista. Sob a insígnia – *Model Houses For Families Erected By H-R-H Prince Albert* – o edifício concebido por Roberts para albergar quatro famílias e implantado junto ao famoso Palácio de Cristal, foi percorrido por cerca de 250.000 visitantes. O acontecimento teria desviado as atenções de muitos daqueles que se dirigiam à feira com o intuito de negociar, divulgar ou mesmo espiar as novidades tecnológicas expostas. Paralelo a um provável tráfico de patentes industriais, maquinaria e outros artefactos industrializados, um outro, protagonizado por inovações

6 Henry Roberts, *The Dwellings of the Labouring Classes, their Arrangement and Construction* (London: Savill and Edwards Printers, 1850): s.p.

tipológicas e técnicas centradas no problema da habitação e da insalubridade da cidade industrial. Pode-se afirmar que, em pleno século XIX, este facto abriu uma discussão profunda e alargada sobre o desenho da nova habitação das classes pobres urbanas.

Dos delegados enviados pela *Société Industrielle de Mulhouse* (SIM) à exposição de Londres, Jean Zuber *fils* (1799–1853), então responsável pelo *comité de economia social*, assinalou o acontecimento com uma nota à SIM seguida de proposta para um concurso de projetos e relatório⁷ sobre as melhores soluções a seguir no território francês, em geral, e na Alsácia, em particular. Desses primeiros estudos apresentados concluir-se-ia que:

*Les logements isolés sont bien préférables: chaque famille y vit seule, ou à peu près seule. Les occasions de mal faire y sont moins fréquentes; la surveillance des jeunes gens y devient plus facile; les disputes y sont à peu près inconnues; la propreté y est mieux maintenue, parce que la responsabilité de chacun y est plus directe et plus complète. C'est donc en faveur de ces logements que le comité s'est prononcé.*⁸

A clara opção por um regime de propriedade individualizada distancia-se daquilo que eram as soluções fundamentadas na utopia

7 Jean Zuber (filho), «Note sur les habitations d'ouvriers», *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*, Tome XXIV, n.º116 (1852): 129.

8 Jean Penot, «Rapport du comité d'économie sociale sur la construction d'une cité ouvrière a Mulhouse», *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*, Tome XXV, n.º124 (1853): 303.

falansteriana. Uma delas – o *Famelistério* do industrial Jean-Baptiste André Godin (1817–1888) – estava prestes a erguer-se a quinhentos quilómetros dali, em Guise. Esta coincidência no tempo e no espaço expressa bem uma dualidade histórica estruturadora que permite arrumar as várias propostas sobre a resolução do alojamento do operariado fabril. São duas correntes de genealogia oposta: uma, de tradição socializante, enraizada no *saint-simonisme* e no socialismo utópico de Robert Owen (1771–1858) ou de Charles Fourier (1772–1837); e outra, social-cristã, alicerçada sobretudo na *ética religiosa* de Frédéric Le Play (1806–1882)⁹. Se, na primeira encontramos o paradigma progressista das comunidades rurais autónomas de propriedade colectiva, na segunda verifica-se que a urgência em elevar o estatuto do operário e o valor do trabalho, nas relações de poder, tomará um sentido reformista das instituições e produzirá mecanismos dúcteis de regulação social.

A influência da doutrina de Le Play na idealização da casa individual têm sido esquecida por alguma historiografia habitual. Para a compreensão de Mulhouse ela é particularmente instrutiva, nomeadamente, quando a relacionamos com o que era no período considerado as boas práticas da Economia Social. Segundo Le Play, o esforço colectivo de harmonização social e económica devia ser efetuado através da institucionalização de uma ordem orgânica tal como secularmente

9 Ver, por exemplo, Henry Desroche, citado em: Jean-Pierre Frey, *Le Rôle Social du Patronat: du Paternalisme à l'Urbanisme* (Paris: L'Harmattan, 1995): 87. Recordar-se que, entre 1829 e 1879, Frédéric Le Play fez um estudo exaustivo sobre as famílias operárias em vários locais da Europa.

persistia em certas comunidades rurais de origem medieval. Sob o jogo hierárquico igreja – patrão – operário, restaura-se uma moral rural aplicada agora a comunidades urbanas com o objetivo de atingir a paz social e o progresso económico. Trata-se de uma engenharia social, gradualmente atualizada e cruzada com as preocupações dos higienistas, num movimento cada vez mais dirigido ao controle das práticas quotidianas e do espaço doméstico. Entre outros, a propriedade individual e a garantia de um património transmissível, a habitação simples individualizada, a horta como complemento lúdico e de sustento, transformaram-se em elementos materiais chave para o fortalecimento, sedentarização e perpetuação do grupo familiar e, consequentemente, para a estabilidade física e emocional do indivíduo¹⁰ – condição primordial na engrenagem produtiva da fábrica. A construção da *cit  ouvri re* de Mulhouse foi subsidiada e controlada maioritariamente por um patronato industrial local protestante e ma onico, sob influência direta do social cristianismo de Le Play.

Em Junho de 1853, por iniciativa de Jean Dollfus (1800–1888), após garantia de suporte financeiro de industriais locais e de uma subvenção governamental, é fundada a *Société Mulhousienne des Cit s Ouvri res* (SOMCO) com o intuito de implementar na cidade a construção de bairros operários. A constituição da sociedade foi o rápido culminar de diligências astuciosas e o seu sucesso parece indicar a existência de um plano estratégico sólido que integraria, desde

10 Ver, por exemplo, o capítulo dedicado à casa operária em: Frederic Le Play, *Les Ouvriers Européens* (Paris: Alfred Mame et Fils Libraires- diteurs, 1879): 320.

logo, um modelo financeiro de gestão e os detalhes sobre as habitações a construir. O arquiteto Émile Muller (1823–1889), atento leitor dos textos sociais-cristãos¹¹ e fiel depositário do pensamento carismático de Jean Dollfus, foi o projetista designado para liderar o processo.

As hipóteses que se concretizaram no terreno de oito hectares, que a sociedade havia adquirido fronteiro à cidade antiga, fundamentavam-se numa experiência prévia de quatro habitações desenvolvidas por Muller ao serviço da fábrica Dollfus. Foi nessa fase antecessora que foram discutidas e validadas as soluções. Assim, a Julho de 1853, inicia-se os trabalhos de construção do bairro dispondo sobre uma malha ortogonal fortemente hierarquizada três tipos de “maisons d’ouvriers au meilleur marché possible”: a mais onerosa, constituída por grupos isolados de quatro casas de planta quadrangular; uma segunda, intermédia, semelhante à primeira mas sem cave; e a mais barata, constituída pelo sistema mais vulgar de *casas em banda*, *back-to-back*, assegurando sempre jardim frontal em cada fogo. Na proposta, Émile Muller reavalia o programa do alojamento operário à luz da casa simples *pavilhonar* e das formas construtivas populares nativas. Principalmente, o celebrado *carré mulhosien* resulta de uma inventiva sobre os processos de aglutinação¹² e seriação do edificado

11 Jean-Claude Hahn (dir.), *Nouveau Dictionnaire de Biographie Alsacienne* (Strasbourg: Fédération des sociétés d’histoire et d’Archéologie d’Alsace, 1982): 2755.

12 Trata-se de um caso em que o processo de aglutinação das palavras ajuda a explicar a construção da linguagem arquitetónica deste tipo particular de casa. Com as devidas cautelas de relação disciplinar, tal como acontece na linguística, estamos perante um autêntico “processo de composição

que, no caso, dissimula os quatro fogos relacionados recriando, em certa medida, a escala urbana dos bairros residenciais burgueses.

***Paris, 1889. Consagração da Casa
Unifamiliar com Jardim.***

Outra exposição universal, especialmente, ligada à proclamação de novas soluções de habitação para as classes populares, foi a parisiense de 1889. Para além da mediatização construída à volta das novidades industriais e tecnológicas – que enaltece o século do vapor, do caminho de ferro e da eletricidade – a feira comemorativa dos 100 anos da tomada da Bastilha abrigou alguns acontecimentos importantes na denúncia pública das condições materiais e morais dos trabalhadores e das possíveis formas da sua resolução¹³. À frente desse desígnio encontrava-se um conjunto de personalidades da elite republicana francesa de formação e interesses diversos (economistas, engenheiros, industriais, filantropos, políticos, médicos e arquitetos), reunido à volta do *Grupo de Economia Social* da feira. Por via da influência cultural e política que a França detinha, algumas dessas figuras ficarão permanentemente ligadas à história da renovação urbana e ao nascimento da habitação social na Europa fim-de-século. Importa referir alguns exemplos como Émile Cheysson (1836–1910),

de palavras pelo qual duas ou mais palavras se juntam, para formarem uma palavra nova, com perda de fonemas e de acentuação”.

13 A propósito da Exposição Universal sublinha-se que nesse ano realizou-se em Paris o Congresso Internacional dos Trabalhadores que haveria de ficar ligado à fundação da *Segunda Internacional* e à instauração do *Primeiro de Maio* como dia do trabalhador.

Jules Siegfried (1837–1922) ou Georges Picot (1838–1909). O primeiro, engenheiro politécnico, industrial no prestigioso polo industrial de Creusot, havia organizado com o seu mentor Le Play a Exposição Universal de Paris de 1867; escreveu, entre outros, *La Question des Habitations Ouvrières en France et à l'Étranger* (1886) e redigiu os programas dos primeiros concursos públicos de arquitetura para bairros de casas baratas em Paris. O segundo, influente político, foi o primeiro presidente da *Société Française d'Habitation à Bon Marché* (SFHBM) e fundador, com Cheysson, do Museu Social¹⁴; dedicou-se sobretudo às questões da higiene das populações urbanas e rurais sendo posteriormente reconhecido como o pai da lei que, a partir de 1894, regulamentou e promoveu em França as HBM¹⁵. O último, o juiz e historiador Georges Picot, foi secretário da Academia das Ciências Sociais e Políticas e, com Jules Siegfried, fundador da SFHBM; havia escrito em 1885, *Un devoir Social et les logements d'ouvriers*.

É transversal a estas três personagens um conhecimento profundo da atividade da SOMCO, especialmente Jules Siegfried, nascido em Mulhouse e por lá exercido influente atividade industrial.

14 *Musée Social* – instituição parisiense fundada em 1894 para preservar os documentos expostos no Pavilhão de Economia Social da Exposição Universal de 1867 da responsabilidade de Frédéric Le Play. No decorrer dos anos o Museu Social transformou-se num importante centro de pesquisa sobre as questões sociais ligadas ao mundo do trabalho agrícola e industrial e, por essa via, foi responsável em França pela discussão e introdução das primeiras leis ligadas à regulamentação urbanística e habitacional, nomeadamente, aquela inspirada no movimento das cidade-jardim na passagem do século.

15 Trata-se do programa das *Habitations à Bon Marché* cuja ação até 1949 lucrará importantes níveis de realização.

Estas circunstâncias devem ter pesado na atribuição do *Gran Prix* da décima primeira secção da exposição internacional à memória de Jean Dollfus e aos bairros que sob a sua responsabilidade haviam sido construídos de forma exemplar em Mulhouse. As mesmas razões devem ter influenciado a proposta de medalha de ouro para Émile Muller, desaparecido nesse ano, a quem apelidavam de “eminente arquiteto de casas baratas e higiénicas”. Todas estas contingências não deixam de ser reveladoras de alguma exclusividade que as soluções implementadas em Mulhouse tinham adquirido na discussão da casa económica nesses anos. Aliás, conforme é referido por Georges Picot, as várias formas de resolução do problema da habitação operária deviam ser colocadas a partir de dois paradigmas conotados, respectivamente, com a experiência londrina e a de Mulhouse:

Des efforts tentés depuis un demi-siècle ressort la division même de notre rapport. Les familles peuvent être logées dans des petites maisons isolées avec jardin ou dans de vastes bâtiments, sortes de ruches dont chaque alvéole contient un foyer.

Les deux types sont en usage: ils ne s'excluent pas, mais s'appliquent en des localités différents et à des besoins divers. Leur histoire est tout spéciale.

[...] Nous l'avons vu au début, la maison ne contenant qu'une famille, ayant auprès d'elle un champ cultivé, verger ou jardin, est la forme naturelle de l'habitation [...] L'indépendance de la famille y est plus assurée; les enfants y grandissent en meilleur air, le jardin

*leur permet de s'ébattre. Le père, rentrant de son travail, s'intéresse à la culture; il y consacre ses loisirs.*¹⁶

Uma vez mais, apesar da divergência sobre os modelos a adotar, continua a dominar uma preferência pela pequena casa com jardim, considerada a forma natural da habitação humana. Por oposição, a *grande casa* de apartamentos era um modelo artificioso que importava aperfeiçoar utilizando-o apenas nos locais onde, em último caso, os fatores económicos o reclamasse. Isso é explicitado na resolução dezoito do *Congrès International des Habitations à Bon Marché*,¹⁷ realizado no contexto da exposição, onde se clarifica que, quando financeiramente possível e no interesse do operário e da sua família, as habitações separadas seriam sempre preferidas. Obviamente, a eleição era eminentemente ideológica e económica colocando o operário numa teia de interesses fundados não só na estabilidade secular das instituições mas também na boa fluência do capital. A casa transforma-se num instrumento político capaz de estabelecer, através da noção protetora de *lar* e do valor patrimonial de *terra*, um compromisso entre o individual, o familiar, o comunitário e o patriótico.

Com o propósito de melhor representar o universo operário, o *Grupo de Economia Social* apresentou à exposição quinze secções temáticas. A décima primeira e a décima terceira eram dedicadas,

16 Georges Picot, «Section XI, Habitations Ouvrières», in *Exposition Universelle Internationale de 1889 à Paris – Rapports du Jury International* (Paris: Imprimerie Nationale, 1891): 188, 189.

17 Antony Roulliet, *Congrès International des Habitations à Bon Marché. Compte Rendu Sommaire* (Paris: Imprimerie Nationale, 1889): 51.

respectivamente, à “habitação operária” e à “higiene social”, ambas inseridas no grupo IV: “*Efforts sociaux pour améliorer le sort des ouvriers par l'action morale et préventive de la constitution d'un foyer domestique et par la pratique de l'hygiène*”. Resultou daqui dois eventos marcantes na definição e na promoção daquilo que eram as melhores práticas na construção da habitação operária no final do século XIX: uma exposição temática apresentada na Esplanada dos Inválidos¹⁸ e o primeiro *Congrès des Habitations Ouvrières*, já citado, também denominado *Congrès International des Habitations à Bon Marché* para nessa nova terminologia mais genérica se incluir, para além da classe operária, outros grupos sociais carenciados.

A montagem da exposição do *Grupo de Economia Social*, numa estratégia de ganhar protagonismo relativamente a outras distrações da feira, obedeceu a uma disposição que representava uma pequena vila operária com uma das suas ruas formada por modelos reais de casas operárias. Do ponto de vista do seu exotismo e da sua espetacularidade, nada de comparável a um outro evento, a decorrer paredes meias, igualmente dedicado ao programa da habitação. Referimo-nos à exposição de cariz etnográfico e etimológico organizada por

18 No relato fornecido pela *Revue Technique de l'Exposition Universelle* concluía-se que a questão da habitação operária destacava-se do conjunto das questões sociais tratadas na feira sublinhando da exposição do grupo de Economia Social, quer o esforço na construção de réplicas dos melhores exemplares que alguns industriais haviam proporcionado aos seus trabalhadores, quer a proeza em reunir um conjunto de documentos dedicados ao tema expostos em diversas zonas do recinto para melhor informar o grande público.

Charles Garnier (1825–1898) – *L'Histoire de l'Habitation Humaine*. Apesar de centrados no mesmo tema, os dois acontecimentos visavam objetivos distintos e, sobretudo, punham em confronto dois paradigmas do *modus operandi* do arquiteto. A nova arquitetura praticada nas *cités ouvrières* contém uma lógica utilitarista e racionalista da mesma natureza daquela que otimiza os processos industriais. Advém de um pragmatismo científico difundido na *École Nationale des Ponts et Chaussées* pouco interessado na continuidade da cultura arquitectónica classicizante. Por sua vez, os quarenta e quatro tipos de casas que o arquiteto da Ópera de Paris seleciona para expressar a diversidade e autenticidade local da arquitetura – desde a longínqua Melanésia até aos povos escandinavos – sublinham a importância que a fonte vernacular assume no final do século. O desenho da casa é observado na sua relação com o clima e a geologia, com a paisagem e com os costumes indígenas – a tónica é colocada fora da rigidez da norma clássica *Beaux-Arts*, legitimando o trajeto do romantismo eclético onde a inventiva da forma sublinhará, entre outros, o pitoresco da composição assimétrica e o caldeamento dos estilos.

Do ponto de vista disciplinar da Arquitetura, as duas exposições congêneres dão-nos uma espécie de “big picture” sobre a heterogeneidade de interesses que influenciavam a forma da casa simples, em geral, e da casa operária, em particular, nas últimas décadas do século XIX.

Estes acontecimentos ligados à grande *Exposição Universal de Paris de 1889* estiveram patentes ao público até à sua sessão de encerramento a 31 de Outubro. Sob a sombra da estrutura imponente de Eiffel, símbolo da modernidade enaltecida por Baudelaire, sabe-se a presença de alguns portugueses particularmente interessados nas

questões da cidade e da sua arquitetura¹⁹. É provável que José Marques da Silva (1869–1947), recém-chegado do Porto para iniciar os seus estudos na *École Nationale et Spéciale des Beaux-Art de Paris*, movido pela curiosidade de um jovem estudante de arquitetura, tenha ainda utilizado os últimos dias do evento.

Para o desfecho deste breve quadro traçado à volta do *carré mulhousien* importa admitir que, entre as novidades técnicas e artísticas da feira, Marques da Silva tivesse naturalmente focado a sua atenção na mostra de Garnier (muito publicitada nos círculos intelectuais da academia) e, porventura, visitado a anónima exposição do Grupo de Economia Social²⁰ anexa. Por certo, até 1896, ano em que obteve o diploma e regressa a Portugal, Marques da Silva ouviu os ecos do debate particular sobre as HBM, cruzou-se com alguns dos autores que se dedicaram ao tema e folheou as publicações que divulgavam os melhores exemplos.

19 Particularmente interessante para o tema é a participação do engenheiro português João Mendes Guerreiro (1842–?) no Congresso das Habitações Económicas (HLM); episódio desenvolvido na investigação de onde se extrai parte deste artigo. Em 1883, Mendes Guerreiro integra uma comissão encarregue de elaborar um projeto para o porto de Lisboa. Em 1887 assina uma solução para as docas de Alcântara e Santos, a qual é complementada com um desenho urbanístico de um novo bairro ribeirinho.

20 A exposição, espalhada não só pelas galerias da Exposição de Economia Social, mas também, em diversas partes do Campo de Marte e no Trocadéro, contava com maquetes, projetos, brochuras e livros, colocados de forma a atrair o grande público.

Porto, 1899. Anacronismos de um modelo.

Em Novembro de 1899, foi lançada a primeira pedra do bairro operário no Monte Pedral promovido pelo jornal local *O Comércio do Porto* e projetado pelo arquiteto Marques da Silva. A coincidência no tempo com o mais mediatizado surto de peste ocorrido na cidade nortenha dará a essa obra filantrópica uma notoriedade ímpar na discussão nacional sobre a higiene urbana e a habitação operária. Logo no arranque do programa, que incluirá a construção de três bairros estrategicamente distribuídos pelo que era em 1900 o perímetro urbano da cidade consolidada, os proprietários do jornal defendem que os conjuntos a edificar adaptariam os modelos testados no estrangeiro segundo os máximos princípios higiénicos. Mais tarde, esse objetivo é reforçado no elogio à obra proferido pelo Ministro das Obras Públicas e da Justiça, João de Alarcão:

*Em todos esses tipos [de casas] houve a preocupação de criar habitações acomodadas ao nosso clima e ao nosso meio social, sem se perderem de vista os requisitos a que, segundo as opiniões expressas por higienistas, por sociólogos e por arquitetos, em livros e congressos, devem satisfazer as casas baratas, para realizarem completamente o fim útil e humanitário a que se propõe.*²¹

21 Trata-se do discurso que acompanhou uma proposta de lei para a promoção de bairros operários. «Proposta de Lei nº10BB», Diário da Câmara dos Senhores Deputados, Sessão nº19 de 22 de Agosto de 1905, pág.15. A notícia foi publicada no *O Comércio do Porto* a 29 de Novembro de 1905.

Estas referências internacionais evocam uma rede de afinidades estabelecida à volta do movimento das *cités ouvrières* que permite por em relação realidades geográficas, sociais e políticas distintas. Uma ramificação particular que emerge desses trânsitos e influências é a “*petit histoire*” protagonizada pelo já referido *carré moulhousien*. De várias modos, a invenção de Émile Muller disseminou-se ao longo de meio século pelas mais diversas regiões industriais europeias. O triunfo dos bairros de Mulhouse resultou da urgência do tema na agenda política da época e, simultaneamente, da impetuosidade e sagacidade dos discursos e dos escritos dos personagens envolvidos que a imprensa de grande tiragem difundirá através dos seus diversos géneros²². Portanto, ou a experiência pessoal e académica de Marques da Silva, já apontada, ou uma atenção especial dada ao caso pela administração do jornal nortenho fruto da sua mediatização internacional, terá sido diretamente responsável pela escolha desse modelo para formar o Bairro Operário do Monte Pedral.

A fase inicial da construção que “o distinto arquiteto Sr. Marques da Silva tomou generosamente a seu cargo” compunha-se de catorze casas formando dois núcleos ao longo da Rua Serpa Pinto. Apesar da proposta ser visivelmente de matriz *mulhousiana*, a resolução do pequeno quarteirão que o núcleo forma a sul, desmonta

²² Por exemplo, um dos veículos de maior divulgação foi o livro de Émile Muller e Émile Cacheux, *Les Habitations Ouvrières en Tous Pays*. Paris: Baudry & Cie, Libraires – Éditeurs. Vários números das diversas edições estão localizadas nos arquivos nacionais. A de 1889, medalha de ouro na Exposição Universal de Paris, encontra-se atualmente no Fundo Antigo da Universidade do Porto.

o sistema quadripartido ajustando-o à dimensão irregular do lote. Esse trabalho de otimização geométrica e rentabilização de áreas determinou uma solução formada por seis *casas em banda, costas com costas*, distinta da solução usada no núcleo destacado a norte, claramente tomada de Mulhouse apesar dos fogos terem uma planta quadrangular com sete metros de largura. As variantes introduzidas denotam não só um saber na “arte de bem compartimentar”, patente na disposição e articulação dos espaços mas, também um domínio no desenho da forma, suficientemente ágil para, por exemplo, dar coerência e unidade formal ao conjunto através do uso da matriz modular original como mecanismo de controle entre as partes²³. Porventura, esta atenção à qualidade arquitectónica do bairro acabou por gerar uma terceira gama de habitações com áreas superiores a cem metros quadrados – facto interdito no contexto do alojamento operário, cujo limite máximo para este padrão de casas se situava nos oitenta metros quadrados.

Émile Muller referia-se à sua *habitação quadrupla* como sendo a solução mais vocacionado para alojar os contramestres e quebrar a monotonia das casas operárias vulgares. Representava, afirmava ele, uma gama alta de alojamento que, apesar de obrigar a mais ruas, a lotes maiores e exigir um maior controle sobre os inquilinos,

23 A este propósito, veja-se a ilusão criada no alçado voltado para a Rua Serpa Pinto dos dois volumes dos extremos. Apesar das diferenças nítidas em planta com a solução usada na *casa quadripartida* isolada (matriz que identifica a restante solução a norte), alguns dos seus sinais formais repetem-se pontuando todo o projeto.

corrigia as diferentes ambições e necessidades da hierarquia operária e, simultaneamente, possibilitava uma diversidade tipo-morfológica essencial à qualidade espacial e paisagística do bairro. O pequeno desenho, que representa a totalidade da proposta de Marques da Silva até à atual Rua de Zambeze, assemelha-se a um pequeno estrato do plano de Mulhouse tentando transpor para a pedreira da Constituição esse microcosmos. O traçado esboçado que define a malha ortogonal estabelece zonas de *casas em banda* e *casas quadripartidas* ordenadas num crescendo até culminar com o sector mais importante voltado para a Rua Serpa Pinto. A par com o quartel militar, essa parte do bairro construída em 1900 dotou o troço daquela rua com uma escala urbana adequada à sua importância na estrutura viária do Porto da época. Nesta perspectiva, Marques da Silva serve-se do “type mulhousien”, não só para acentuar os critérios de higiene ligados à circulação do ar e à exposição solar, mas também como artifício arquitectónico capaz de tecer possíveis continuidades morfológicas com novos bairros burgueses e adaptado a uma visão mais genérica da cidade oitocentista enquanto *obra de arte*.

Se a leitura das áreas dos compartimentos e dos fogos do bairro pode criar um equívoco relativo à validade da proposta no interior da luta contra a carência de habitação, o recurso ao jardim periférico e o uso de pequenos apontamentos inspirados em arquiteturas vernaculares alimenta uma confusão de outra natureza. Na primeira década do século²⁴, ao reproduzir o modelo da casa

24 Note-se que a segunda fase do projeto é de 1904 acrescentando-se nessa data doze casas.

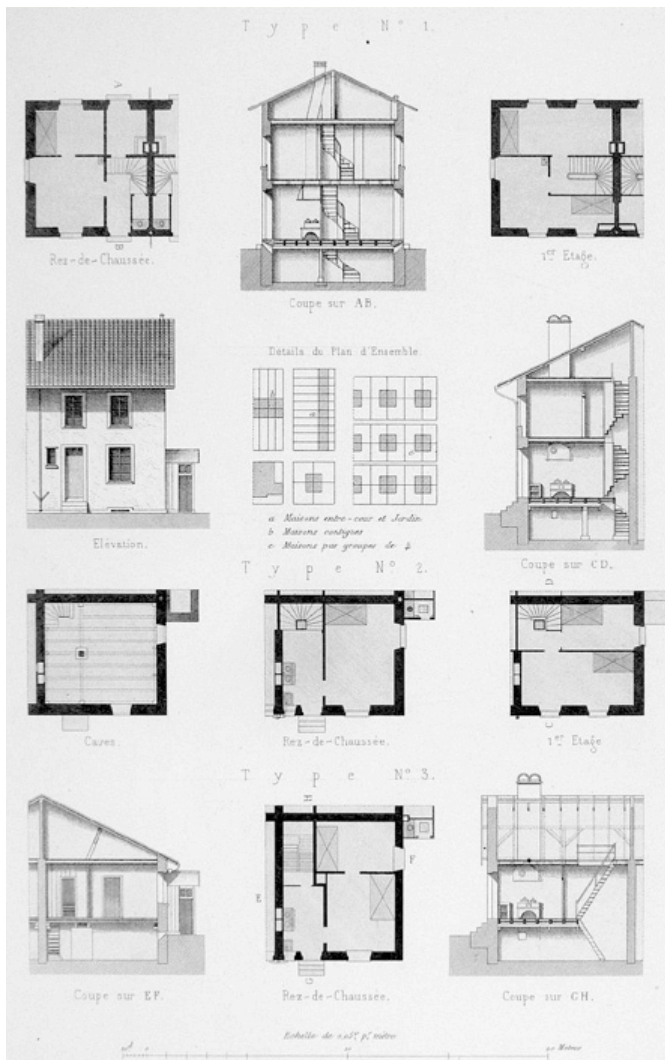
unifamiliar isolada com jardim como ideal do alojamento operário, Monte Pedral representava já um dos últimos resquícios europeus da narrativa começada em Mulhouse. O princípio da *casa-jardim* estava já a desvanecer-se cedendo o lugar a soluções de habitação massificadas. Os bairros ajardinados com casas pitorescas que se construíram nesses anos decorrem já de uma dinâmica distinta – o movimento internacional das *garden-cities* – e interpretam os sinais *urbano-fóbicos* de uma classe média em ascensão. O termos *cidade-jardim* e *casa-jardim* que, insistente e discricionariamente, a República e o Estado Novo usarão, em nada se assemelham às formulas testadas sobretudo em Inglaterra e na Alemanha, pondo em relação o *higienismo*, o urbanismo e o eugenismo.

Nota final

*Le type de Mulhouse est devenu classique: il convenait de s'arrêter quelque temps sur un effort d'une telle importance. Il nous suffira de mentionner par la suite les imitations qui ont été faites et les modifications qu'a reçues ce système.*²⁵

O intervalo de tempo, entre o arranque da solução de Émile Muller e a interpretação de Marques da Silva, representa um processo de deformação com vários sentidos. Uma das dificuldades de interpretação dos processos de conceptualização do novo alojamento operário

²⁵ Georges Picot, «Section XI, Habitations Ouvrières», in *Exposition Universelle Internationale de 1889 à Paris – Rapports du Jury International* (Paris: Imprimerie Nationale, 1891): 199.



Implantação e três tipos do “carré Mulhousien” divulgados em 1867. In *Revue Générale de l'Architecture et des Travaux Publics*, Vol. XXV, Paris, 1867.

prende-se com o seu carácter doutrinário. Olhado estritamente na perspectiva da “questão social”, um simples desajuste dimensional transforma-se num erro, que se desvanece à luz dos princípios da cultura arquitectónica *Beaux-Arts* e do seu entendimento sobre a boa forma da cidade. O problema disciplinar que a habitação simples colocava aos arquitetos que, como Marques da Silva, se regiam pelo *canon* da academia, decorria da imposição de rígidas limitações programáticas e orçamentais ao exercício do estilo. Ao invés da formação dada na *École Nationale Supérieure des Beaux-Arts*, essa questão estaria resolvida na formação politécnica como, por exemplo, a oferecida pela *École Spéciale d'Architecture*, onde Muller havia sido professor. Se no primeiro caso predominava uma visão eminentemente artística da prática, centrada nas técnicas de ornato e na norma compositiva dos edifícios institucionais, na segunda prevalecia um pragmatismo interdisciplinar vocacionado, sobretudo, para a resolução dos programas utilitários da segunda industrialização. Conjugava-se com essas orientações a questão do estatuto social do arquiteto: o *beaux-arts*, secularmente ligado ao poder e à alta burguesia; e o *entrepreneur/arquiteto/engenheiro*, formativamente ligado ao *saint-simonisme* e ativamente empenhado no progresso social.

Porém, no período em que Marques da Silva frequenta a escola parisiense, Julien Guadet (1834–1908), professor de *teoria de arquitetura*, transmite a ideia de um classicismo operante, relativo e processual²⁶. Conforme é ressaltado por Jean-Pierre Epron:

26 Giovanni Fanelli e Roberto Gargiani, *Auguste Perret* (Bruxelles: Editori Laterza, 2002): 3.

*Cette théorie est mêlée au projet d'école. Elle permet aux élèves de composer par les règles et préceptes qu'elle donne; mais elle appelle à la 'transgression' puisqu'il faut par ces projets d'élèves tester l'efficacité des nouvelles positions pour adapter la pratique à la conjoncture.*²⁷

Essa vantagem metodológica estará presente na obra portuguesa de Marques da Silva e é a razão pela qual, em jeito síntese e reflexão futura, chama-se a atenção para dois termos estruturadores até agora usados arbitrariamente. Referimo-nos ao par *modelo/tipo* e ao seu valor semântico e sentido disciplinar na concepção, produção e interpretação arquitectónica.

Parafraseando a famosa definição de Quatremère de Quincy²⁸ (1755–1849), dir-se-ia que Marques da Silva toma o *carré mullhou-sien* como um tipo, ou seja, uma estrutura conceptual susceptível de ser manuseada. A metamorfose operada, que permite criar um novo objecto, reforça o sentido negativo da cópia no pensamento idealista da arte e refuta operações básicas de reprodução aceitáveis nos meios ligados às escolas técnicas. É assim possível associar

²⁷ Jean-Pierre Epron, *L'architecture et la règle* (Paris: Perre Mardaga éditeur, 1981):174.

²⁸ Referimo-nos à frase retirada do seu *Dictionnaire Historique d'Architecture*: "A palavra Tipo não representa tanto a imagem de uma coisa que se tem de copiar ou imitar perfeitamente, mas antes a ideia de um elemento que deve ele mesmo servir de regra ao modelo. [...] O Modelo, entendido segundo o exercício prático da arte é um objeto que se deve repetir tal qual é. Pelo contrário, o Tipo é um objeto segundo o qual se pode conceber obras que não se assemelham nada entre si. Tudo é preciso e está fixo no Modelo, tudo é mais ou menos vago no Tipo". Tradução do autor a partir de, QUATREMÈRE DE QUINCY, A.C. *Dictionnaire historique d'architecture* (Paris: Librairie d'Adrien Le Clère et C.ie, 1832, tome II): 629.

a questão do *modelo* ao ensino politécnico e a do tipo ao ensino académico de Belas-Artes.

A racionalidade de processos e formas auferida pela lógica da máquina, da optimização industrial e do conhecimento científico, será fundamentalmente responsável pela estandardização e réplica dos *modelos* escolhidos. Esta visão positivista toma a imitação a que o *modelo* se presta como ação fundamental na eleição de protótipos²⁹ de casas baratas e na sua reprodução técnica. A *arquitectura menor* dessas habitações permitiu a democratização da casa saudável para o maior número. Entre nós, usaram-na sobretudo os mestres de obras e os condutores de obras públicas como, aliás, se pôde verificar nos bairros erigidos posteriormente pelo jornal O Comércio do Porto na zona das Condominhas e do Monte Aventino da cidade nortenha.

29 Antonino Terranova e Francesco Cellini, «Nota-Ficha sobre 'tipo' e 'modelo'», in Ludovico Quaroni, *Proyectar un edificio. – Ocho lecciones de arquitectura* (Madrid: Xarait Ediciones, 1987): 87.



A Habitação Operária na Amadora

O CASO DO EIXO VENDA NOVA—PORCALHOTA

Introdução

Apesar da sua proximidade com Lisboa (ou precisamente por isso), a historiografia sobre a Amadora é escassa e relativamente recente, em especial ao nível de uma produção historiográfica de problematização. Com efeito, até há muito pouco tempo, as obras de referência eram também elas poucas e quase todas com características de *memorabilia*¹, o que, pese embora a sua importância, não permitia uma visão aprofundada sobre o território e a sua população. Estranhamente, uma das obras mais surpreendentes sobre a génese da Amadora vai ser publicada no jornal *Notícias da Amadora*, ao longo de vários números, por um homem teoricamente pouco letrado, nos anos 60, e que mais tarde é editada em forma de livro pela Câmara Municipal da Amadora, em 1982. Trata-se da obra de António Santos Coelho, *Subsídios para a História da Amadora* (cf. Coelho, 1982).

António dos Santos Coelho nasceu na actual Amadora (no lugar do Alto do Maduro) a 25 de Maio de 1892. Como o seu pai, começou por ser moleiro e carpinteiro. Foi ainda aprendiz de tanoeiro e de entalhador. Mais tarde, tornou-se num pequeno empreiteiro de

1 Exceptuam-se alguns trabalhos, pioneiros, sobre arqueologia.

construção civil, uma actividade então em franca expansão na Amadora. Foi sócio fundador do Sindicato dos Carpinteiros e militante do Partido Socialista Português. Nessa qualidade foi secretário da Junta de Freguesia da Amadora² ainda antes de 1926. António dos Santos Coelho morre em 1971 na “sua” vila da Amadora, ele que nos seus artigos falava já da necessidade de haver uma Amadora Concelho (Coelho, 1982, p.75).

O Eixo de Desenvolvimento da Amadora (Séculos XIX/XX)

Na obra já referenciada, recorrendo às suas memórias individual e colectiva, transversando um período temporal que vai desde 1887 aos anos 50/60 do século XX, António Coelho define objectivamente um eixo de desenvolvimento da Amadora³, formado pela Estrada Nacional e pela Estrada Velha de Queluz⁴, numa espécie de Ípsilon dobrado, juntamente com uma pequena derivação transversal, a Estrada da Falagueira, embora esta com características muito mais ruralizantes.

Esta observação histórica de António dos Santos Coelho, embora se podendo considerar simplista, é perfeitamente lógica e válida perante os actuais conhecimentos da História da Amadora,

2 Criada em 1916

3 Numa atitude que podemos, sem rebuços, designar como fenomenológica.

4 Estas estradas (hoje a Rua Elias Garcia e a Rua Gonçalves Ramos) correspondiam à Antiga Estrada Real que partia de Palhavã e se dividia em Estrada de Mafra e Estrada de Sintra, precisamente no ponto em que o comboio intercepta a actual Elias Garcia, no Alto do Maduro.

pelo que a irei utilizar nesta pequena reflexão acerca de algumas estratégias de habitação operária na Amadora, nas primeiras décadas do século XX. Para tal segmentarei o referido eixo de desenvolvimento e utilizarei apenas a parte da antiga Estrada Real, entre as Portas de Benfica e a Porcalhota de Cima. Neste percurso, para além de quintas, cresceram vários assentamentos, entre eles a Venda Nova, junto às Portas onde se cobrava o imposto de Barreira, o Lugar ou Sítio das Cruzes, o Outeiro, a Porcalhota e a Reboleira. Todos estes lugares se arruavam ao longo da estrada, preferencialmente do lado direito (no sentido de Lisboa-Amadora), sendo que do lado esquerdo haveria, até muito tarde, uma paisagem predominantemente agrícola, mesmo bucólica (cf. Câncio, 1961, pp.3–4), e onde, já nos anos 40 do século XX, se começaram a instalar unidades industriais.

Interessa aqui perceber como se irá dar a transmutação de carácter desta zona e como e porquê dos fenómenos de suburbanização e rurbanização que irão acontecer. Raquel Henriques da Silva (1994, p.405) dá-nos exemplarmente a pista certa, num dos seus textos publicados n’O *Livro de Lisboa: No quadro do Liberalismo*, e particularmente, da Regeneração, Lisboa foi uma cidade contida. Só nos últimos anos do século XIX ela começa a condicionar (sobretudo no que diz respeito ao norte do Concelho) algumas zonas rurais, muitas vezes ligadas a antigas zonas de lazer da nobreza (ou de uma nova burguesia), como era o caso de Benfica. Com essa nova pressão económica, aqui se vão construir algumas unidades industriais, como é o caso da Fábrica de Francisco Grandella (c. 1890) e da Fábrica Simões, já de 1907, que vão repartir o espaço com algumas

quintas de lazer, bem como com alguma vivência mais tradicional, nos antigos casais e lugares rurais.

Do outro lado da Circunvalação Fiscal, para os lados da Porcalhota, a situação era, evidentemente idêntica, até porque as duas povoações (Benfica e Porcalhota) estiveram até muito tarde ligadas por razões administrativas e de vizinhança e mantinham as mesmas características económicas e sociais. Em 1881 há referência a uma estamperia e tecelagem (Viúva Xavier e Filhos) na Quinta do Bosque (Em frente à Porcalhota de Cima) e em 1895 é fundada, no Alto do Maduro, a Fábrica de Espartilhos a Vapor Santos Mattos e C^a. Conhece-se o impacto que, sobretudo esta última fábrica, teve na mão-de-obra da região (em especial feminina), sendo que vinham trabalhadoras de zonas tão distantes como Valejas, Barcarena ou Queluz de Baixo e evidentemente, Porcalhota e Venda Nova. De realçar que, anteriormente, a actividade transformadora da região tinha características eminentemente de cariz proto-industrial – alguns fornos de cal, a extracção de calcário na Serra da Mira, o engarrafamento de vinho no Borel e na Amadora, mas sobretudo a actividade moageira e a produção de pão! Aliás, vários são os autores a louvar o pão saloio da Porcalhota, entre eles Francisco Cândio, já aqui citado, que seria vendido pelas ruas de Lisboa.

Para além destas actividades, a maior parte dos habitantes desta região viveriam da agricultura, descontando, algum comércio, sobretudo a restauração, com ligação óbvia às estradas reais⁵. As

5 De lembrar o próprio topónimo de Venda Nova, junto às Portas da Circunvalação Fiscal.

estratégias de habitação serão, portanto e até muito tarde, sobretudo do tipo rural. Quer isto dizer que as habitações, mesmo aquelas integrantes de pequenos lugares e fora as da aldeia da Porcalhota, seriam unidades de produção agrícola, um pouco mais perto (no caso dos Casais) ou mais longe dos terrenos de amanhã. Ainda hoje existem alguns vestígios deste tipo de habitação, para além de topónimos que enfatizam a memória agrícola da região (o caso do Alto do Maduro, Regueira, Cerrado da Bica, Terra dos Arcos, etc.). Entretanto, a partir da viragem do século XIX para o XX, lá mais para cima a caminho de Sintra e Mafra, na zona da Venteira-Amadora, um outro fenómeno de transição e mudança acontecia (para usar os termos de Maria João Madeira Rodrigues). A inauguração do Apeadeiro da Porcalhota (com este nome, mas construído no lugar da Amadora) em 1887, no Ramal de Cintra da Linha do Oeste é fundamental para este novo processo e, ao mesmo tempo, icónico. Aliás já se vinha notando a necessidade de uma estrutura de transportes que correspondesse a novas formas de vida económica, social e doméstica – o caso das carreiras de Omnibus de 1850 ou da linha do Larmanjat de 1873. Aqui se vai dar um fenómeno urbano (de base suburbanística e rurbanística), com características especialmente burguesas (uma pequena e média burguesia esclarecida), muito ligada à I República e às ideias aí subjacentes. Não sendo o local para desenvolver esta temática, só de referir que o desenvolvimento urbano dessa zona (hoje Venteira e Mina, consideradas o centro da Amadora-cidade), carregou novas e intensas actividades, em especial os serviços, o comércio e a construção civil, para além de alguma indústria, como a já referida Fábrica de Espartilhos.

Da viragem do século aos anos 30

É assim que o eixo Venda Nova–Porcalhota, com novas pressões funcionais a jusante (Benfica) e a montante (Amadora–Venteira), vai obrigar-se a uma nova estratégia habitacional.

Mas há ainda uma outra situação espoletadora de mudança. Referi como uma das actividades do secundário de raiz proto-industrial desta zona, a actividade moageira. Esta actividade destacava-se, aliás das restantes, tanto pela mão-de-obra agrícola que influenciava (para além da que se atinha ao fabrico do pão) como até pela sua presença na paisagem. Com efeito, num dos mais pequenos concelhos portugueses (23,77 Km²) a quantidade de moinhos ou dos seus vestígios ainda hoje é enorme. Num levantamento efectuado há pouco mais de 20 anos, calcularam-se para cima de meia centena, o que daria, no mínimo, dois moinhos por km² (acrescendo ainda os moinhos de água e azenhas da Ribeira da Falagueira e, eventualmente, os da Ribeira de Carenque). Ora, sabe-se que esta actividade é posta em causa pelas moagens industriais de Lisboa – o caso de, entre outras, a moagem da Nacional Fábrica de Máquinas Providas a Vapor (c. de 1821), a Moagem a Vapor de João de Brito (1835–36 e aumentada posteriormente) ou mesmo a Manutenção Militar (c. 1861). Ao longo deste século XIX vemos, então, o trabalho dos moinhos da Amadora (e não só, como é lógico, decair, com muitos moleiros a terem que mudar de actividade (foi o que se passou com António dos Santos Coelho, já no início do século XX) engrossando a mão-de-obra operária, nas fábricas e na construção civil. Contudo, algumas famílias tinham realizado algum capital e manteriam na sua posse

algumas terras agrícolas. Sobretudo famílias que a pouco e pouco tinham realizado uma concentração de meios de produção (terras, moinhos e fornos). Foi o caso da família de Zenaide Gomes Chambe, que em 1910 manda construir 32 casas para pobres (mais 20 em 1911) constituindo assim o Bairro das Fontainhas, pegado à Estrada da Circunvalação Fiscal, junto às Portas de Benfica. Por casas para pobres (expressão usada no projecto submetido à Câmara Municipal de Oeiras), entenda-se aqui casas de baixo custo (pardieiros, para usar uma expressão da época) que seriam arrendados a operários, tanto de Benfica (recorde-se que a Fábrica Simões tinha começado a laborar em 1907), como da Amadora. Este Bairro constituía-se como uma vila arruada, com dois renques de casas, das quais apenas uma pequena parte se mantém hoje, como memória.

Ainda antes das Fontainhas, também Jacinto Gonçalves, em 1904, tinha submetido um projecto para 18 “barracas” no do Bairro das Cruzes (que mais tarde aumentará com mais 30 barracas em terrenos adquiridos a Vicente Joaquim Esteves)⁶ e também por esta época terá construído nas traseiras de uma quinta (mais próximo da Venda Nova, um Pátio, o Pátio do Jacinto, no qual se entra pelo antigo pórtico da quinta, com um painel de azulejos de finais do século XVIII. Seria este Jacinto Gonçalves, um empresário ligado aos transportes (possivelmente de panificação) e que agora investe o cabedal realizado. A sua viúva, já depois de casada em segundas núpcias com Manuel de Matos,

6 Terá sido por esta altura que a componente bairro terá sido acrescentado ao topónimo arcaico, que seria Lugar ou Sítio das Cruzes.

estará na origem da Vila Emília Adelaide, junto da referida quinta, e que repete o modelo do Bairro das Fontainhas.

Bairro das Cruzes, Pátio do Jacinto, Bairro das Fontainhas e Vila Maria Adelaide, são fenómenos perfeitamente identificados com a linha estrutural e cronológica das Vilas e Pátios de Lisboa, estudadas por exemplo por Maria João Madeira Rodrigues e Nuno Teotónio Pereira. Mas para além de algumas situações de menor impacto e fenomenologicamente mais próximas do que vai suceder nos anos 40, falta aqui mencionar um outro exemplo, já dos anos 30 – a Vila Martelo – a única com características mais próximas de alguma filantropia. Construída em 1932, seguindo o modelo de vila arruada, com dois renques de casas, numeradas de 1 a 15 e 2 a 16, esta vila situava-se na Rua Elias Garcia, sensivelmente entre a Porcalhota de Baixo e a de Cima e colocava-se atrás das instalações da Empresa de Camionagem Martelo e a casa do respectivo dono, Joaquim Luís, conhecido como “O Martelo”. Da mesma época da Empresa de Eduardo Jorge “O Chora”, a Empresa Martelo constituiu-se em 1929 e teve algum sucesso com os percursos entre o Terminal dos Eléctricos de Benfica a Queluz e a Caxias, com passagem pela Amadora. Arquitectonicamente, a Vila Martelo, construída para os trabalhadores da empresa, é mais evoluída que os exemplos anteriores e revela mesmo alguns cuidados com a sua urbanidade, o que se pode verificar, por exemplo, com a existência de um depósito de água, que encerra aliás o tardoz da Vila. Só como menção por já estar fora do percurso predefinido (já na zona entre a Amadora e a Venteira, junto à estrada velha de Queluz, houve ainda um outro exemplo, o qual se desconhece a sua estrutura, embora tudo leve a crer ser arruado, o Bairro Ferreira do Amaral.

O advento do Pólo Industrial

Entretanto, na viragem dos 20 para os anos 30, começam a aparecer, embora muito lentamente, unidades industriais que necessitam cada vez de mais espaço. É o caso da Nobre e Silva, ainda nos anos 20 (plásticos), da BIS, fundada em 1931, em Benfica (Borrachas), da Pereira & Brito, 1935 (têxteis) ou da Cometna de 1935 (metalurgia). Apesar da depressão e da visão ruralista do Estado Novo, estas unidades vão beneficiar da política proteccionista imposta pelo regime de condicionamento industrial. Os terrenos de aluvião do lado esquerdo da Rua Elias Garcia, os antes riquíssimos terrenos agrícolas, na proximidade do comboio e servidos pelas carreiras do “Eduardo Jorge” e do “Joaquim Martelo” passam a ser procurados como localização ideal de uma nova área industrial – entre 1940 e 1950, o número de unidades fabris na Amadora passam de 26 para 76, com especial incidência na zona da Venda Nova. Salientam-se a metalurgia, o vidro e os produtos químicos. Estava estabelecido o Pólo Industrial da Venda Nova, tendo como unidades fundamentais, a Cometna, a J. B. Corsino, a Electro-Arco, a Sotancro, os Laboratórios Vitória e a Sorefame, entre outras.

Em termos de habitação operária, o enorme volume de mão-de-obra que esta nova realidade implica, provocará duas situações urbanas. O antigo assentamento da Venda Nova (agora conhecido por Venda Nova Velha) constitui-se em bairro operário, bem tipificado, entre os anos 30 e 40. Apresenta-se arquitectonicamente com linhas de raiz art deco, extremamente simplificado, tanto ao nível das plantas como dos alçados. Apontamentos azulejares remetem para um

historicismo arquitectónico, muito procurado na época, na habitação da classe média e burguesa. Em 1946 é mesmo construído o Cine-Portugal, um típico cinema de reprises de bairro, que vem aprofundar a vivência operária da Venda Nova.

Para além desta solução, numa situação menos pensada e articulada, à volta das unidades industriais, por vezes em situações de interpenetração, vão-se construindo habitações similares, algumas de melhor qualidade, situação que se deve estender pelos anos 50.

Também nos anos 50, mas especialmente nos anos 60, esta habitação operária afasta-se das fábricas, ocupa novos espaços com algum ordenamento (Damaia, Bairro Taxa, Bairro de Janeiro, por exemplo) ou pelo contrário, completamente desordenados (Brandoa, Quinta da Lage, Estrada Militar, etc.). Mas estas são contas de um rosário que terá de ser contado noutra altura.



A Construção da Metamorfose

[...]

Bénissons la vie!

*Saluons la naissance du travail
nouveau.*

Le Monde n'a pas d'âges. [...]

Arthur Rimbaud

A citação que faculta a incursão à obra a *Invenção do dia claro* (1921), de José de Almada Negreiros, é de Arthur Rimbaud. Dessa citação seleccionou-se este excerto que nos remete para a expectativa atribuída então ao trabalho, factor de relevância maior para as sociedades, neste caso, a *naissance du travail nouveau*. Foi em torno dessa significância alargada conferida ao trabalho que um conjunto de estudiosos reflectiu, discutiu e apresentou contributos, numa perspectiva interdisciplinar, nos encontros científicos Áreas Industriais e Comunidades Operárias, realizados em 2011. Contributos publicados, na sua maioria, nas presentes actas digitais sob o título *De Pé Sobre a Terra. Estudos sobre a indústria, o trabalho e o movimento operário em Portugal*.

O Capítulo I versa sobre a dimensão tangível do novo trabalho, auscultada nos locais onde se desenrolam as actividades, quer seja a nível dos edifícios industriais, quer seja a nível do território, mais concretamente as cidades, ou ainda nas novas formas de habitar de

uma nova classe trabalhadora – a operária. Textos na sua maioria informados por uma leitura crítica das produções internacionais, fundamentalmente europeias, e que procuram enquadrar parcelas de uma matriz maior que foi sendo ensaiada para o território nacional, e não nos referimos apenas às concretizações planificadas e justificadas por autorias de referência para a arquitectura ou o urbanismo realizados em Portugal.

Dos quatro textos editados no Capítulo I – “Construção. Planeamento Urbano, arquitectura, habitação operária” há palavras que os une e aproxima – novo/nova/novidade/moderno/moderna/arquétipo/modelo, apontando, claramente, para o nascimento de um novo paradigma civilizacional, indissociável da industrialização, e que se procura fixar no título desta brevíssima síntese – “a construção da metamorfose”.

A revista francesa *L'Esprit Nouveau*, editada por Le Corbusier, Amédée Ozenfant e Paul Dermée, publicada em Paris entre 1920 e 1925, integra-se nesta construção da novidade, na configuração de novas correntes estéticas, representando uma espécie de processo síntese de uma produção artística que não podia estar alheada do fenómeno cultural da industrialização. A obra de Le Corbusier *Vers une architecture* (1923) integra alguns dos seus textos publicados na edição *L'Esprit Nouveau* nos quais salienta essa inequívoca relação entre os produtos oriundos da indústria e a busca de um pensamento para a standardização do espaço de habitar – para o Homem novo, que manifesta novas preocupações e novos hábitos.

A indústria, a industrialização, a máquina, ainda da primeira revolução industrial, associada às transmissões mecânicas e

à produção da energia a vapor, e mesmo as céleres transformações provocadas pelo anúncio do modelo Fordiano, pela electricidade e pelos novos materiais, como o betão armado, eram cantadas por poetas como Fernando Pessoa. A *Ode Triunfal* de Álvaro de Campos é disso exemplo, pois a modernidade é-nos dada através das novidades tecnológicas e da novidade dos produtos de uma indústria que procurava normalizar e democratizar os hábitos pelo consumo, como o do automóvel, símbolo maior de uma outra padronização das rotinas, para além da veiculada pela própria fábrica. A máquina simbolizara essa crença no mundo moderno liberto de incertezas e onde a ciência e a técnica alcançaram uma quase sacralização.

As transformações causadas pela industrialização em território nacional também foram densas e violentas. Talvez, até hoje, não tenham sido verdadeiramente apreendidas as suas diversas manifestações. Essa violência deve corresponder à que hoje se regista com o processo de desindustrialização, no que se refere à segunda revolução industrial, fenómeno que já não é novo, e cujas consequências continuam por compreender. Se partirmos da ideia de que o projecto moderno se consolida com a Revolução Industrial, adivinhando-se a presença da proposta teórica de Descartes e do contributo das revoluções políticas, como a Francesa, estaremos, nesta fase, na “modernidade líquida”, em que tudo é volátil e instável, de acordo com o pensamento de Zygmunt Bauman.

Seguramente, que a nova era industrial contribuiu para a alteração dos valores associados ao Antigo Regime, impondo uma nova interpretação do mundo. Não posso deixar de citar Celestino Garcia Braña, no seu artigo “Industria Y arquitectura moderna en España,

1925–1965”, publicado na *La arquitectura de la industria, 1925–1965*, registro Docomomo Ibérico (2005) quando refere a viagem que Karl Friedrich Schinkel e Peter Beuth realizaram a Inglaterra (1826) para conhecerem as novidades industriais, modificações que já tinham sido relatadas pelo próprio Beuth a Schinkel 3 anos antes:

“El milagro de nuestro tiempo, querido amigo, son para mí las máquinas y los edificios construídos para ellas, llamados factory. Un ejemplo usual puede tener hasta ocho y nueve pisos de alto, y tiene además hasta cuarenta ventanas y al menos cuatro de profundidad. Las columnas son de metal y las vigas que se apyoan sobre estas también. [...] un bosque de chemineas aún más altas. Producen un maravilloso efecto desde lejos, sobre todo de noche, cuando millares de ventanas se iluminan com la luz de gas” (p. 42).

Evidenciando unicamente o essencial do essencial referencie-se a pesquisa constante de vários autores, profissões e especialidades (industriais, operários, inventores, químicos, físicos, engenheiros, arquitectos, urbanistas) para solucionar os diversos problemas inerentes à primeira revolução industrial. Investigação que na origem revela e molda as características da modernidade, e que contribuirá para que a segunda revolução industrial possa ser entendida como um período áureo para a sociedade em geral, adivinhando-se como uma fase de todas as possibilidades, como a concretização das várias utopias sonhadas ainda durante Oitocentos.

Françoise Choay no seu livro *L'Urbanisme. Utopies et Réalités, Une antologie* (1965, 1ª edição) informa como o século XIX e parte do XX foram pródigos na produção de soluções, ideias e modelos para resolver condignamente as alterações provocadas pela

industrialização nas cidades, no modo de vida dos operários, em particular, nas habitações, e no território em geral. Choay organiza esses diversos contributos em capítulos sistematizados por: “o pré-urbanismo progressista, culturalista, sem modelo; o urbanismo progressista, culturalista, naturalista; a tecnotopia; a antrópolis e a filosofia da cidade” e inúmera vários autores, comentando as suas propostas.

De entre os projectos referidos, a *Cité Industrielle* de Tony Garnier pode simbolizar uma síntese, anunciando soluções para as questões enunciadas por quase um século e preconizando, simultaneamente, um pensamento urbano e arquitectónico dependente de um novo período tecnológico associado à electricidade. “Para a mesma cidade planificou-se uma central hidroelétrica, um enorme complexo industrial, que além de incluir múltiplas unidades industriais com produções diferenciadas, era dominado por uma monumental siderurgia composta pelos seus altos-fornos, aciarias, grandes martelo-pilão, trens de laminagem e prensas, integrando ainda uma produção de ponta (automóveis e aviões) e um porto próprio. [...] Podemos dizer que, de uma só vez, a Cité Industrielle integrou o conjunto de novidades cívicas, culturais, económicas e sociais, momento propiciado pela excepionalidade da indústria neotécnica” (Deolinda Folgado, *A nova ordem industrial no Estado Novo. Da fábrica ao território de Lisboa, 1933–1968*. Lisboa: Livros Horizonte, 2012).

De referir também as alterações pesquisadas para melhorar as condições dos espaços de trabalho, indissociáveis da organização científica do trabalho (Taylor), não podendo deixar de salientar o revolucionário contributo da dupla Ford-Khan, na relação organização do trabalho/mecanização/automatização/arquitectura industrial.

Curiosamente, os 4 textos que integram este Capítulo I não reclamam o tempo industrial de Oitocentos. Ainda que referenciado e presente em qualquer dos contributos a pesquisa e a solução enunciam uma modernidade que conforma o século XX.

No caso dos textos sobre o arquitecto António Varela, enquanto autor da fábrica de conservas “Algarve Exportador” (Hugo Nazareth Fernandes), ou sobre o moderno espaço pensado para o operário da segunda revolução industrial (Deolinda Folgado), ambos aludem ao ideal de construções moldadas pela “luz, ar, claridade” ou “luz, sol e verde”, apontando para renovados locais de trabalho, e requalificadas habitações para os operários. Ainda antes do arquétipo de “fábrica verde” de Le Corbusier estar definido já se construíam fábricas modernas na década de 30 (Algarve Exportador; Matosinhos, 1938; Casa da Moeda; Lisboa, 1933), também em 40 (Standard Eléctrica; Lisboa, 1945 – anteprojecto), mas fundamental nos Anos 50 e 60 (Dialap; Lisboa, 1960) em Portugal. Também a nível das habitações para os operários destas fábricas modernas o pensamento urbano cortou com a promiscuidade de Oitocentos. Mesmo para as habitações que se construíam nas proximidades das fábricas gizava-se um pensamento urbano com influência no *zoning*, caso do Bairro da CUF (Cristino da Silva). Uma ou duas gerações de arquitectos (Jorge Segurado, Nuno Teotónio Pereira, Fernando Silva, Nuno Portas, etc.) aportavam e defendiam soluções que qualificavam as novas habitações, também para os operários que trabalhavam nas fábricas.

Os relevantes e indispensáveis textos de Rui Ramos e Eliseu Gonçalves, complementam-se e abrem uma análise a norte, aproximando-nos da cidade do Porto, sempre com um olhar à influência da

cultura francesa. A referência à obra de Marques da Silva no âmbito do quadro da modernidade dos novos equipamentos para a cidade industrial e cosmopolita, por via das suas novas funções ou da construção para a habitação operária, através do caso “O Comércio do Porto” é fundamental para uma análise do processo de industrialização/modernização que se pretende mais ampliada e esclarecida.



CAPÍTULO II

Contestação Ideias, Lutas e Outros Aspectos do Movimento Operário

Conflitos Ambientalistas nas Minas Portuguesas

(1850–1930)

Introdução¹

Os conflitos industriais ocuparam um lugar importante na memória coletiva das comunidades mineiras no passado recente, na literatura e no cinema dedicado a esse universo, constituindo um tópico central da historiografia dedicada à história das relações industriais². O interesse dos historiadores sociais pelo estudo dessas comunidades foi suscitado pela necessidade de compreender comportamentos coletivos inscritos em processos históricos mais vastos de mudança. Importava, nomeadamente, conhecer a relação dessas comunidades com a organização produtiva criada por empresas capitalistas, bem como os processos de comunicação embebidos nas

¹ Versões preliminares deste texto foram apresentadas no *Encontro Áreas Industriais e Comunidades Operárias (Sessão I. O Mundo do Trabalho no Sul de Portugal – Bolsas Industriais e Comunidades Rurais)* que decorreu no Museu de Portimão, entre 3 e 4 de Junho de 2011 e no *Seminário Interesses Económicos e Movimentos de Protesto Político da Monarquia à República*, organizado por Daniel Alves e Paulo Jorge Fernandes, que decorreu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL) a 19 de Outubro desse ano. Este texto foi elaborado no âmbito do projeto *Movimento social crítico e alternativo: memória e referências* financiado pela FCT [PTDC/CPJ-CPO/098500/2008].

² Sobre história das relações industriais na indústria mineira onde se inscreve o fenómeno do sindicalismo e o estudo das relações laborais veja-se Feldman & Tenfelde (1990), em especial o texto de abertura de Klaus Temple, “On the History of Industrial Relations in Mining”

práticas paternalistas, a emergência das organizações autônomas de trabalhadores e as formas reativas a partir de baixo, enfim, o conflito aberto e a sua organização. Menor atenção foi dada aos *conflitos externos* associados ao desenvolvimento da atividade industrial nas regiões atrasadas e no contexto mais lato da abertura local à economia mundial. Referimo-nos aos conflitos desencadeados pela destruição ou alteração do ecossistema que suportava um modo de vida e uma determinada ordem social anterior, e que frequentemente opuseram os proprietários fundiários, lavradores, ganadeiros, pescadores e populações locais às companhias mineiras. Trataram-se, pois, de conflitos associados a alterações ambientais criadas diretamente pela atividade industrial moderna, apesar da ausência de uma consciência ecologista, ou de discursos de tipo tradicionalista ou naturalista que visavam mobilizar uma parte da sociedade contra os demónios da modernidade, nos quais a *máquina* surge como a reificação das modernas nações industriais.

O interesse dos historiadores sociais por este tipo de acontecimentos acompanhou a importância que têm vindo a assumir de forma crescente, na última década, os estudos sobre os conflitos ambientais (vistos quer na ótica das mudanças ambientais que induzem comportamentos violentos quer da competição entre grupos, organizações e

(Feldman & Tenfelde, 1990: 1–11) e, como exemplo desta historiografia, Knapp, Pigott & Herbert (1998), Kazuo (1998), Klubock (1998) Contreras e outros (1998), Parnell, Martin F. (1998), Holbrook-Jones (1982), García García (1996), Guimarães (2001), Higginson (2007), Yudelman (1983), Wrigley (1982 e 1986), Zeitlin (1987), Burgess (1975), Charles (1973), Trempé (1971) e Millis (1942).

Estados por recursos naturais escassos) a par do interesse pelos novos movimentos sociais, partidos e organizações *verdes* na ótica da ciência política e das relações internacionais³. Em vez de se fixarem nas transformações ambientais geradas pela atividade mineira na longa duração, a ênfase no conflito oferece um ângulo de observação privilegiado sobre a distribuição do poder no seio duma sociedade ou no quadro de um sistema de poder transnacional, e também sobre a resiliência dos sistemas sociais à degradação ambiental⁴. Enfim, o seu estudo empírico permite perceber quem beneficia ou perde com a destruição ambiental, como lidam os diferentes grupos sociais com a sua degradação, quais as perceções de classe, representações e como são incorporadas no discurso político, no âmbito da gestão dos conflitos, da negociação e da institucionalização⁵.

Procurámos incorporar este inquérito na análise dos conflitos emergentes com o desenvolvimento da indústria mineira desde meados do século XIX até ao Estado Novo. As balizas cronológicas adotadas são algo arbitrárias uma vez que não delimitam fases ou tipificam esses conflitos. Ainda assim realçam a importância da legislação mineira de 1850–1853 e de 1930 no enquadramento da atividade extrativa durante este período, estabelecendo a forma do Estado

3 Veja-se a este respeito, por exemplo, Diehl & Gleditsch (2001).

4 Sobre a historiografia mineira ambientalista veja-se a síntese de Pérez Cebada, "Contaminación y Medio Minero en el Pasado: un debate actual" (2001, 11–26) e Smith (1993). V. tb. Crowder et al. (1996).

5 Andrew Hurley (1995) e Lekan & Zeller (2005) servem de ilustração para este tipo inquérito histórico que cruza a perspetiva social com a ambiental. Veja-se também Boardman (2001).

conceder direitos e estabelecer deveres aos agentes económicos. Também não se pretendeu elaborar um inventário exaustivo deste tipo de conflitos no continente português⁶. Em suma, a nossa investigação assentou essencialmente em alguns casos relevantes que identificámos em investigações anteriores sobre as grandes minas da faixa piritosa alentejana. A hermenêutica repousou essencialmente sobre documentação dos arquivos municipais de Grândola, de Ferreira do Alentejo, de Aljustrel e de Mértola, sobre os arquivos do antigo Serviço de Fomento Mineiro e Instituto Geológico e Mineiro, na imprensa regional e, finalmente, nas atas das sessões parlamentares (Guimarães 1989 e 2001).

Os casos analisados contrariaram a imagem do país rural e bucólico pintado por Eça de Queiroz n'A *Cidade e as Serras* (1901), que desconheceu o mesmo tipo de conflitos ambientalistas já identificados noutras regiões durante aquele período. Veremos como, no quadro do Estado liberal, os empresários mineiros viram o seu poder reforçado de forma a subtraírem-se aos custos resultantes dos danos ambientais que poderiam ser reclamados por indivíduos lesados e, consequentemente, a poderem expandir a sua atividade. Neste contexto, salienta-se a fragilização do poder negocial dos proprietários fundiários e dos empresários agrícolas que, apesar de representados nos órgãos de poder local e de terem voz no parlamento, não

6 Esse objetivo exigiria um trabalho de pesquisa sistemático nos arquivos dos administradores dos concelhos, dos governos civis, dos ministérios e judiciais que se encontra fora das nossas possibilidades. Esse trabalho deveria ainda atentar na massa documental já perdida nos nossos arquivos e admitir, finalmente, que nem todos os conflitos latentes dessa natureza acabaram por desembocar em conflitos abertos com as companhias e as autoridades locais.

constituíram uma força de bloqueio ao desenvolvimento mineiro e industrial.

A nossa exposição começa por apresentar duas visões concorrenciais sobre a evolução histórica dos conflitos ambientalistas nas sociedades industriais. Veremos, seguidamente, como a formação da propriedade mineira constituiu um elemento estruturante que subalternizou a posição dos proprietários fundiários. No terceiro momento, mostraremos como, apesar disso, os conflitos ambientalistas atuaram sobre as escolhas técnicas e contribuíram para o desenvolvimento de soluções alternativas que diminuíssem os custos externos da poluição. Realçaremos a evolução desses conflitos com as empresas mineiras quando os litigantes foram camponeses (minas do Braçal), lavradores e proprietários (Aljustrel, São Domingos) e pescadores e armadores (São Domingos). Na conclusão tentaremos caracterizar estes conflitos ambientalistas, identificando os aspetos daquelas duas visões que os factos parecem confirmar.

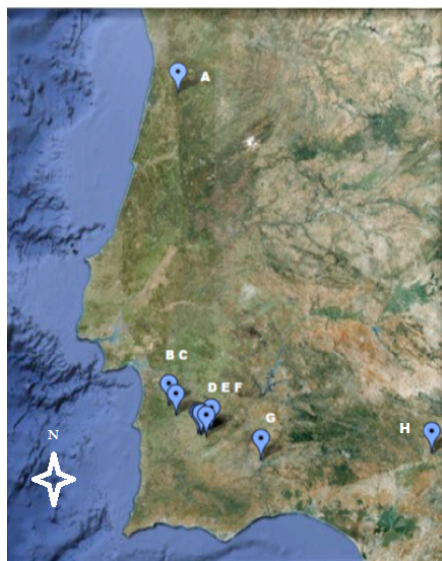


Figura 1. Localização das minas de pirite e estabelecimentos metalúrgicos referidos no texto

- A. Minas do Braçal, Talhada e Coval da Mó e estabelecimento metalúrgico Dom Fernando.
- B. Mina da Caveira.
- C. Minas do Lousal.
- D. Mina de São João (termo de Aljustrel).
- E. Mina de Algarves.
- F. Estabelecimento metalúrgico das Pedras Brancas.
- G. Mina de São Domingos e estabelecimento da Achada do Gamo;
- H. Minas de Rio Tinto (Huelva, Espanha)

1. Conflitos ambientalistas nas sociedades liberais

Os conflitos ambientalistas foram vistos no passado recente como um tipo de fenómeno emergente exclusivo das sociedades industriais avançadas⁷. Nessa perspetiva, só a partir de um determinado nível de conforto e de desenvolvimento social, as pessoas teriam condições para poder escolher entre privar-se de um determinado bem para salvarguardar o meio ambiente ou, pelo contrário, aceitar esse custo não-económico (a destruição do meio ambiente) em troca do acesso a esse bem (Pfennigstorf 1979, 350). Essa opção pressupunha ainda a conjugação de um conjunto de fatores que não se espera encontrar em sociedades onde a maioria da população ainda luta pela sua sobrevivência e o nível de escolarização e de participação política são geralmente muito baixos, nomeadamente, a *tomada de consciência* dos problemas ambientais gerados pelo crescimento económico moderno, a

⁷ Os *conflitos ambientalistas* definem-se essencialmente por ter a explícita intensão de atuar sobre o ambiente, quer para o preservar, quer para o recuperar ou alcançar uma sustentabilidade ambiental (Molina *et al.* 2009, 52). Trata-se, pois, de um tipo específico de *conflito ambiental*, sendo este definido genericamente como qualquer tipo de conflito sobre um recurso natural. Muitos destes conflitos são de natureza redistributiva, frequentemente, intramodais e não têm qualquer impacto direto na estrutura social. Servem de exemplo os conflitos entre empresas mineiras pela posse de um jazigo mineral ou entre lavradores pelo uso da água. Os conflitos ambientais (pela crescente escassez ou valorização de recursos) podem dar origem a conflitos armados sangrentos internacionais ou no seio das nações. Veja-se, a este respeito, os estudos publicados por Diehl & Gleditsch (2001) a propósito dos conflitos abertos resultantes ou suscitados por alterações ou questões ambientais. Os conflitos ambientalistas são geralmente intermodais como os que opõem, por exemplo, os de uma indústria poluidora das águas aos agricultores de uma região. O conflitos intermodais são os que habitualmente mais propiciam os protestos Verdes.

afirmação de *novos valores e princípios éticos*, enfim, a emergência do discurso ambientalista como fator de mobilização política de massas (movimentos e partidos verdes) (V. tb. Inglehart 1971 e 1977).

As sociedades liberais, ao consagrarem os princípios da igualdade dos indivíduos perante a lei, o respeito pela propriedade privada e a liberdade económica, estabeleceram a indemnização pecuniária como forma corrente de ressarcir os danos provocados a terceiros. Também a regulamentação das atividades económicas poluidoras, insalubres, incómodas e perigosas por parte dos Estados se desenvolveu como forma de prevenir danos públicos, sancionando aqueles que abusassem da sua liberdade ou posição dominante. Neste contexto, a literatura jurídica diz-nos que, frequentemente, não é fácil estabelecer um nexo causal os danos ambientais (mesmo quando identificada a sua origem ou entidade responsável) e o dano provocado à riqueza e à propriedade de um indivíduo concreto. Além disso, torna-se igualmente difícil monetarizar os danos morais e psicológicos que, em muitos casos, afetam a qualidade de vida. Ao contrário do que sucedia no passado, o crescimento económico proporcionado pelo desenvolvimento tecnológico *igualizou* a poluição que agora afeta igualmente ricos e pobres. De tal forma que os benefícios, custos e responsabilidades são diluídos pelo conjunto da sociedade sem que se possa identificar claramente os responsáveis.

In a modern industrial society, no individual and no group can be singled out as being alone responsible for, or as profiting from, pollution. Each of us contributes to pollution, directly by driving an automobile, living in a centrally heated building, and producing waste, and indirectly by using and consuming products that have

been manufactured in polluting plants. As no one person can claim innocence, so no one person has an inherent right to be spared the burdens of pollution at the expense of others. (Pfennigstorf 1979, 351)

As sociedades que se industrializaram tiveram de aceitar os danos ambientais como o “inevitável custo do Progresso” e desenvolveram um conjunto de atitudes e valores que *flexibilizavam* a legislação de forma a favorecer o crescimento económico moderno. Só num estágio avançado, se desenvolveram políticas ambientais e formas de administração burocratizada que tomavam em consideração os efeitos da poluição e o risco da atividade industrial no longo prazo para a saúde pública.

Os historiadores têm vindo a contestar algumas destas afirmações, quer salientando a natureza classista e racista das opções e políticas ambientais (Hurley 1995), quer defendendo a natureza ambientalista de muitos conflitos em que os camponeses estiveram envolvidos no passado (Molina *et al.* 2009, 57). Estes movimentos são vistos como parte do conflito social e não como epifenómenos que as historiografias de tradição positivista e marxista consideravam marginais ou de interesse residual por serem essencialmente anti modernos ou reativos à modernidade burguesa. Os conflitos ambientalistas emergem, deste modo, como objeto historiográfico sem que lhes seja reconhecida necessariamente a nitidez classista que tinham os conflitos industriais. Apesar de não encontrarmos ideologias ambientalistas, reconhece-se nas práticas, crenças religiosas e sistemas de valores um «ambientalismo dos pobres» que mobiliza e suporta o seu protesto perante ações que ameaçam o ecossistema que sustenta o seu modo de vida (Molina *et al.* 2009, 61; Jones 2000). Deste modo, procura-se descortinar “lógicas

subjacentes aos conflitos ambientalistas do passado, realçando as suas causas e raízes profundas, rejeitando qualquer simplificação baseada nas origens de classe, declínio económico, pobreza ou simples consequência dos danos ambientais” (Molina *et al.* 2009, 49).

O nosso inquérito passou pela identificação, em cada conflito mineiro, dos atores, das suas motivações, das suas ações e dos recursos que mobilizaram. Interessou-nos menos avaliar a “sustentabilidade” dos programas e das práticas ambientais defendidos pelos grupos oponentes do que as formas de resolução desses conflitos ao longo do tempo e de como o Estado desenvolveu procedimentos para lidar eficientemente com eles. Por outras palavras, interessou-nos identificar, em cada caso concreto, as fundações de um possível desequilíbrio de poderes que se veio revelar sempre favorável à ação industrial.

Nas minas de pirites, a maioria dos conflitos ambientalistas foram despoletados pela poluição atmosférica e dos rios resultante do processamento do minério extraído, mais do que propriamente da atividade extrativa em si mesma. Em dois casos tomaram a forma de *protesto camponês*, ou seja, de conflitos intermodais onde a motivação de um dos atores (camponeses e pescadores) foi a defesa dos recursos naturais contra as práticas destrutivas da indústria. Outras vezes os empresários mineiros tiveram de se defrontar com proprietários dispostos a ir resolver as suas pretensões por via judicial, seguindo a forma preconizada para a resolução destes conflitos. No entanto, veremos que essa solução se mostrou insuficiente, que os litígios se arrastavam ao longo de décadas, de tal forma que o protesto dos proprietários e lavradores chegou até ao parlamento e integrou o debate político. Assim, todos estes casos podem ser vistos como ações

reativas resultantes do facto de uma das partes acreditar convictamente que estava a ser prejudicada pela ação da outra, de tal modo que essa ação era percebida como uma ameaça ao seu modo de vida, à sua riqueza ou à sua propriedade.

Embora se perceba, em todos os casos, que havia uma consciência concreta dos danos infligidos ao ambiente pela atividade industrial, não encontramos testemunhos de discursos ambientalistas (ainda que na forma discursiva simbólica ou religiosa).

Refira-se, finalmente, que nem todos os problemas ambientais graves gerados pela mineração deram lugar a incidentes ou movimentações. Serve exemplo, o comportamento das populações da região da mina de São Domingos quando se começaram a verificar surtos de malária devido à construção de represas de águas pluviais. O número de doentes hospitalizados todos os anos era de tal forma elevado que foi reconhecido como um problema de saúde pública, o que levou o governo a nomear uma comissão de inquérito em 1874 para encontrar soluções e averiguar responsabilidades. Apesar de se ter tornado um problema endémico que, durante o Verão, despovoava a aldeia da mina, não conhecemos nenhuma mobilização popular por causa dele.

2. Os «valores do Progresso»: direitos fundiários e interesses industriais.

A primeira legislação liberal extinguiu os Direitos Reais sobre os minerais e estabeleceu o princípio que os jazigos mineiros pertenciam ao proprietário (art. 17 dec. 13/08/1833, de Mouzinho da Silveira, e dec. 25/11/1836). Neste quadro, os capitalistas mineiros deviam poder negociar livremente com os proprietários o acesso e a

exploração do subsolo. Seguia-se, deste modo, o princípio existente no Reino Unido que tornou a aristocracia diretamente interessada no desenvolvimento mineiro e industrial, à medida que as rendas geradas pelas minas e pelo crescimento urbano se tornaram uma parte substancial dos seus rendimentos⁸. Ora, este princípio foi discutido no parlamento em Maio de 1850, na altura em que o governo tentou publicar nova legislação mineira inspirada na Lei napoleónica de 21 de Abril de 1810⁹ e na legislação espanhola de 1849¹⁰. Deste modo, a legislação de 25 de Julho de 1850 e de 31 de Dezembro de 1852, de Fontes Pereira de Melo defendeu o princípio segundo o qual os depósitos minerais pertenciam ao Estado (não ao proprietário do solo) e

8 Veja-se, a este respeito, Thompson (1963, 268), Jacobs (1989, 187 e 189), Cain & Hopkins (1993, 189), Lieven (1992, em especial o capítulo 6, pp. 119–132). Palmer & Neaverson (1994, 7) e, mais recentemente, Murdoch *et al.* (2003, 115): “While by the mid-nineteenth century some members of the old aristocracy were among the most prominent of the coal owners, others leased out their coal bearing land and benefited from way leaves, royalties and railway rents. At the same time, minor landowners sitting on rich seams were able to build up their estates with the wealth that coal provided. Moreover, a successful mine owner would naturally aspire to join the ranks of rural landowners and to become a member of the country gentry.”

9 “LOI concernant les Mines, les Minières et les Carrières”, *Journal des Mines*, 160, Abril 1810 pode ser consultada no sítio comemorativo do bi-centenário do Corpo de Minas em http://www.bicentenaire-mines.org/documents/loi_1810_04_21.pdf (cópia fac-similada) ou em <http://admi.net/joi/loi1810.html> (em hipertexto) (último acesso 6/08/2012).

10 Veja-se a intervenção do deputado Ferreira Pontes a 14 de Maio de 1850 no *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 7a legislatura, 3ª sessão, p.145. A análise comparativa desta legislação encontra-se no “Decreto com força de Lei de 31 de Dezembro de 1852. III. Parte Histórica”, publicado no *Boletim do Ministério das Obras Públicas e Minas*, Lisboa, 1857 e foi comentada também pela *Revista Mineira* (Madrid, 1851), tomo II, pp.85–94. Vale ainda a pena ver o nosso breve apontamento em Guimarães (1989, 9–11).

que, depois de descobertos, deveriam ser entregues a empresários ou sociedades capitalistas como *concessão definitiva* de forma a garantir a sua exploração económica. Separava-se assim a propriedade do solo da propriedade subterrânea, deixando nas mãos do governo a capacidade de outorgar concessões – uma solução que facilitava o acesso aos jazigos minerais a partir do exterior.

Cabia assim ao governo autorizar os trabalhos mineiros e outorgar concessões mineiras sem qualquer necessidade de permissão dos proprietários fundiários ao longo das várias etapas do processo. A lei permitia que estes recebessem *até* 2,5 % dos lucros a partir do momento em que o empreendimento comesse a produzir para o mercado. Este montante era equivalente ao *imposto proporcional* devido pelo concessionário do Estado¹¹. Contudo, o mesmo decreto, que estabelecia como norma a livre negociação entre as partes, permitia que os capitalistas mineiros se socorressem da violenta *Lei de Expropriação por Utilidade Pública*. Assim, em caso de ausência de acordo, a terra poderia ser adquirida por um montante monetário geralmente muito inferior ao seu valor de mercado. Para além da administração mineira ser geralmente muito generosa na demarcação da área das concessões (por comparação com a prática existente noutros países europeus), o recurso à expropriação por utilidade pública estendeu-se depois às áreas afetas às oficinas acessórias aos trabalhos

11 Artigo 38 do decreto de 31 de Dezembro de 1852 publicado no *Diário do Governo* de 5 de Janeiro de 1853, no. 4). Ver tb. o decreto regulamentar de 9 de Dezembro de 1853 no *Diário do Governo* nº 294, 14.Dez.1853.

mineiros (tratamento e pré-metalurgia), aos terrenos que serviam os caminhos-de-ferro mineiro e portos.

Em suma, a legislação fontista de 1850–1853 que fixou o quadro legal para o surto de desenvolvimento mineiro nas décadas seguintes, garantiu que os proprietários e os camponeses não pudessem prejudicar esse desenvolvimento. Na prática, as empresas mineiras tornaram-se proprietárias dos terrenos que cobriam as concessões outorgadas pelo Estado. Deste modo, não vemos emergir nos finais de Oitocentos nenhum debate político antissenhorial em torno das elevadas “rendas mineiras” (como na Inglaterra) pois os proprietários de terras, *enquanto tal*, foram alienados da atividade mineira. Apesar disso, a participação de grandes proprietários, comerciantes e capitalistas portugueses nos negócios mineiros encontra-se documentada em alguns contextos regionais para o período deste estudo (Fonseca, 1996, 243–246; Guimarães, 1996, 117–123 e 2001, 37–72). Proprietários e lavradores foram, de resto, quem provavelmente mais animou a atividade de registo de descobertas mineiras feitas nas câmaras municipais até ao período entre as duas guerras mundiais, como mostram os dados fornecidos por Leal da Silva (2011) para o concelho de Arouca¹². Alguns desses registos foram feitos em terrenos próprios,

12 Entre 1853 e 1887, num total de 348 manifestantes mineiros no concelho de Arouca (indivíduos que procedem a registos de descoberta), 100 eram proprietários, 47 lavradores e 46 advogados. Apenas 3 eram engenheiros (Silva, 2011: 307). Este número passou a ser relevante a partir de 1909 (53 engenheiros para um total de 486 manifestantes até 1918) mas vindo atrás dos proprietários (130) e lavradores (98). No período entre 1919 e 1938, os grupos com mais manifestantes de minas foram as sociedades comerciais (79), os lavradores (56), os industriais (31) e os proprietários (21). Proprietários

sugerindo um comportamento defensivo ou o desejo de reforçar uma posição negocial¹³. Como tínhamos já notado anteriormente, a abundância de manifestos mineiros feitos nas câmaras, registos de alegadas descobertas que ninguém confirmava, correspondiam a escasso número de concessões, a maior parte delas inativas (Guimarães, 1996 e 2001). De resto, desde cedo (1864) houve a preocupação de impedir comportamentos especulativos deste tipo por parte dos proprietários ou de outros indivíduos, tornando nulos os registos consecutivos de descoberta que não dessem origem a trabalhos mineiros.

Para além de esvaziar a capacidade negocial dos proprietários, a legislação tornava os concessionários *vizinhos* de pleno direito. Deste modo, os empreendimentos mineiros tinham o direito de usar a águas dos rios, ribeiros e nascentes bem como os bens comunitários como a lenha, as florestas e os pastos para os seus animais¹⁴. Podiam ainda impor servidões nos terrenos que deveriam utilizar para captação ou transporte de águas. Os problemas de saúde pública, de segurança dos indivíduos e bens que resultassem dessa atividade ficavam sob supervisão dos governadores civis. O Regulamento de Minas

e lavradores foram novamente os grupos com maior número de manifestantes no período da “febre do volfrâmio” (1939–1945) (Silva, 2011: 317, 319 e 323).

13 Cf. Silva, 2011, 75: “A presença de diversos manifestos subscritos por proprietários sobre achamentos feitos em terrenos próprios pode entender-se ou no sentido de uma valorização patrimonial por descoberta ou como processo de proteção, antecipando-se a que outros o fizessem e pudessem aceder pós-registo ao direito potestativo de realizar trabalhos, certamente incómodos, em propriedades que afinal lhes pertenciam”. (Sublinhado nosso).

14 Artigo 45 do decreto de 31 de Dezembro de 1852.

de 1853 estabelecia o princípio da indenização pelos prejuízos que pudessem resultar dessa atividade, nomeadamente, pelo esgoto das águas subterrâneas em propriedades vizinhas, em rios, ribeiras ou outros locais, ou por acumulação de água no solo. As empresas mineiras deveriam também fazer os trabalhos necessários para garantir a segurança e a saúde das povoações e dos trabalhadores, de acordo com as instruções do Governador Civil do distrito onde se laborassem que deveriam atender, por sua vez, às recomendações do engenheiro inspetor dos serviços de minas criados nessa altura. Em caso de litígio, os tribunais ordinários não tinham capacidade para interromper trabalhos mineiros, arrestar maquinaria ou utensílios usados em trabalhos mecânicos ou metalúrgicos¹⁵. Neste quadro jurídico, o engenheiro inspetor tornou-se a figura chave no processo de supervisão da atividade mineira, não só porque lhe cabia verificar o cumprimento dos trabalhos previstos no plano de lavra aprovado pelo governo e, de um modo geral, o cumprimento da legislação mineira, como do seu parecer técnico dependia também o andamento dos processos que corriam nos tribunais ordinários contra as empresas, nomeadamente aqueles que resultavam de danos ambientais.

Um exemplo do desigual poder negocial entre as companhias mineiras e os proprietários pode ser ilustrado pelos procedimentos

15 Decreto de 13 de Agosto de 1862. Ver também os relatórios dos decretos de 4 de Dezembro de 1869 e de 6 de Dezembro de 1888. Merecem destaque as seguintes compilações: *Repartição de Minas, Coleção da Legislação sobre pesquisa e lavra de minas* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1881) e o *Código do Mineiro ou Coleção Completa sobre Pesquisa e Lavra de Minas* (Porto, 1883).

adotados em 1869 pela Mason & Barry L.ted, quando esta pretendeu proceder ao tratamento das pirites por processos hidrometalúrgicos. O processo técnico de cementação das pirites desenvolvido no sul da Península exigia muito mais terra para além da área concessionada, nomeadamente, para se depositar à superfície uma enorme massa de pirites pobres, para se construírem represas de águas pluviais, tanques de cementação, depósitos de águas ácidas

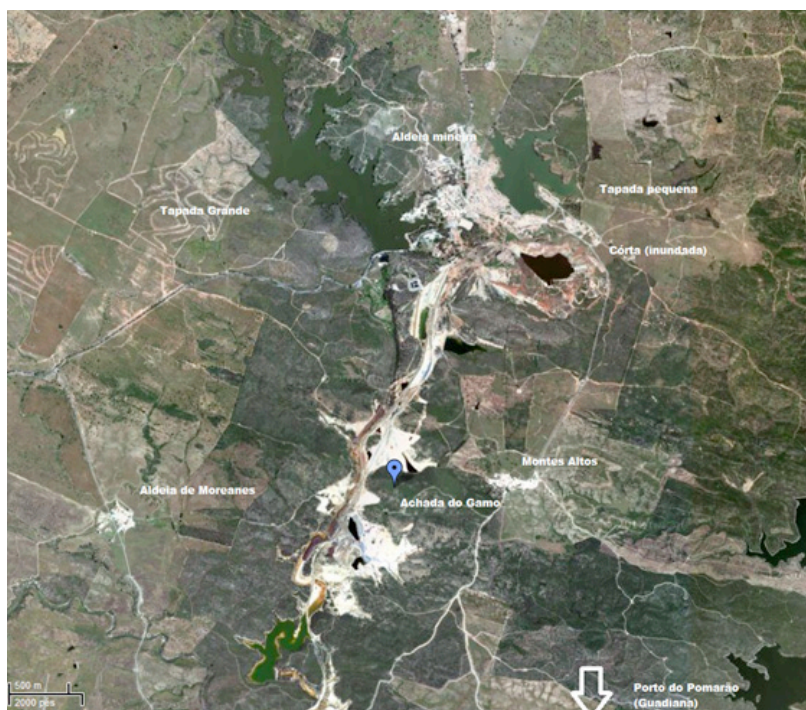


Figura 2. Vista atual dos vestígios do antigo conjunto mineiro e hidrometalúrgico de São Domingos (Mértola)

provenientes da lixiviação das pirites e, finalmente, canais para a condução das águas ácidas para os rios (figura 2)¹⁶.

A sociedade que explorava sob arrendamento à concessionária La Sabina (sedeada inicialmente no Huelva e depois em Paris) encontrou no governo português um aliado decisivo. Nesta altura, o diretor inglês James Mason (1824–1903) tinha já recebido os títulos de Barão do Pomarão e Visconde de São Domingos, atribuídos por Dom Luís em reconhecimento do seu sucesso empresarial. Tendo os novos planos de lavra e de tratamento de minério aprovados pelo governo, Mason enviou regularmente listas de propriedades afetadas diretamente para expropriação por utilidade pública. Uma dessas listas referia 22 propriedades que totalizavam 8,4 quilómetros quadrados na paróquia de Santana de Cambas onde a mina se localizava¹⁷. A dimensão de cada propriedade variava entre 100 e 1 743 metros quadrados, situando-se a norma entre 300 e 700 metros quadrados. A maioria dos proprietários afetados residia na pequena aldeia da paróquia e, embora não tenhamos qualquer informação sobre o seu estatuto social, podemos assumir que pertenceriam às camadas intermédias da burguesia rural pois mostraram capacidade para contratar um advogado e tentar ganhar a sua causa em tribunal com base no facto da companhia recusar negociar com eles, usando diretamente do dispositivo legal

16 Sobre os processos técnicos de extração do cobre das pirites conhecidos nos princípios do século XX veja-se P.Truchot (1980 : 160–206).

17 Sobre os planos de lavra aprovados pelo governo e os trabalhos realizados veja-se Sequeira (1883, pp. 488–503 “sistema de lavra da mina de São Domingos” e, principalmente, pp. 527–540 “Preparação mecânica e metalúrgica dos minérios de São Domingos”).

da *expropriação por utilidade pública*. O resultado previsível foi a aquisição de terra a baixo custo com as consequências que podemos imaginar para o destino dos pequenos proprietários afetados pelos planos de expansão da empresa¹⁸. A empresa, finalmente, alimentou a ficção, repetida por engenheiros inspetores nos seus relatórios, de que a região antes da mina era árida e deserta, o que contrastava com o fervilhar de vida que a moderna indústria trouxera¹⁹.

Em suma, a legislação liberal de 1852–1853 garantiu que os proprietários e, sobretudo, os camponeses não pudessem minar o desejado desenvolvimento mineiro, usando o poder negocial que derivava dos direitos de propriedade. Esta inversão de posições permitiu às companhias impor servidões e recorrer em posição dominante à aquisição, arrendamento ou expropriação por utilidade pública, assim como limitar o alcance das indemnizações por danos à propriedade de terceiros. Estas disposições que se estenderam aos trabalhos

18 Apesar de usar intensivamente os recursos locais, o município de Mértola não beneficiou por via fiscal desse desenvolvimento mineiro dado que a companhia ficou isenta de taxas locais sobre a sua atividade. Esses privilégios estenderam-se também aos trabalhos metalúrgicos e de transporte associados. Em 1869, o município perdeu no Tribunal Administrativo contra a companhia quando tentou coletar a percentagem que lhe cabia sobre a Contribuição Industrial baseada nos salários dos empregados e não no rendimento declarado ou estimado pelo Estado (decreto de 22 de Julho de 1869).

19 J. Custódio (1996, 202) oferece-nos esta visão imaginada da paisagem anterior à exploração, sem apresentar outra base documental do que as cartas de demarcação de minas e as fotografias documentais da empresa tiradas a partir de 1868, numa altura em que a empresa recorria à ustulação do minério em fornos e em *telleras* (v. infra). Diz ele: “A serra de São Domingos, antes de James Mason, era um local ermo e árido, de rara vegetação e parcas oliveiras, com terras pobres sertanejas, onde mal se praticava a agricultura e se semeava uns anos as leiras, para noutros se poisar a terra.

acessórios, caminhos-de-ferro e portos viriam a ser consolidadas na legislação de 1930²⁰. Além disso, a supervisão dessa atividade foi entregue a engenheiros inspetores afetos aos serviços de minas e aos governadores civis nas matérias que respeitavam à ordem, à segurança e à saúde públicas. Os tribunais ordinários não tinham poder para suspender as atividades mineiras em caso de litígio ou dando razão a uma das partes queixosas. Neste contexto, as perturbações ambientais que resultavam dessas atividades tinham de ser resolvidas através de indemnizações num jogo muito desequilibrado entre as empresas, os proprietários e as populações.

3. Ações em defesa de um bem público: o motim de 1855 na mina de São João do Deserto (Aljustrel, Alentejo)

O motim de 1855 esteve diretamente relacionado com um inesperado acidente durante a exploração das pirites de ferro na mina de São João do Deserto, um lugar próximo da vila de Aljustrel, no Baixo Alentejo. Antes da descoberta do valor do depósito mineral de 1846

As ervas espontâneas permitiam o pastoreio de gado lanígero de longínquas tradições alentejanas, sendo os pastores os habitantes mais frequentes das encostas e dos vales adjacentes.” Se bem que estivessem numa região de terras pobres, a agricultura e o pastoreio continuou desenvolveu-se nas freguesias mineiras de Santana de Cambas e da Corte Pinto. Para além das propriedades exploradas pela empresa, sabemos que nas décadas de 1930 a 1960, muitos trabalhadores dispunham duma pequena horta cedida pela empresa. Sobre a ocupação do espaço veja-se García (1996, vol. I, em especial o cap. II. “O Guadiana e a estruturação do espaço, da antiguidade ao século XIX”) e Rui Santos (1996) para o século XVIII.

20 V. decreto 18.713 de 1 de Agosto de 1930 (art.º 55, §1ª). A lei de 26 de Julho de 1912 (art.º 3º, nº4) chegou a considerar de “utilidade pública e urgente” todas as expropriações para a lavra de minas. V. tb. decreto 18.713 de 1 de Agosto de 1930.

por Sebastião Gargamala, um explorador mineiro, o local era conhecido pelas propriedades medicinais das *águas férreas* e era procurada por pessoas da região e do país, principalmente para o tratamento de doenças de pele, do estômago e das febres sazonáticas (paludismo)²¹. A exploração teve início no meio de disputas frequentes com o proprietário e os trabalhos pararam em 1849 devido à inundação inesperada das galerias, quando os trabalhos numa galeria encontraram um veio de água abundante. Não possuindo recursos para importar uma máquina a vapor, Gargamala cede os seus direitos a José Ferreira Pinto Basto. Este capitalista contratou então os engenheiros John Taylor Jr. e John Holman para continuar a exploração em 1854.

A exploração arrancou no ano seguinte, empregando 25 trabalhadores e 7 bestas. Na mesma altura, os banhos públicos começaram a sofrer com falta de água. Nesse Verão, as pessoas que tinham ido tratar-se a Aljustrel encontraram a *sua* fonte seca. Na sequência daqueles acontecimentos, um grupo de homens armados invadiu o campo mineiro durante a noite e cercou as casas do Diretor e dos seus empregados, lançando gritos ofensivos à sua dignidade e entrando em confrontos físicos. Apesar de ter tomado conhecimento daqueles factos, a autoridade local não interveio. Em Agosto daquele ano, o governo ordenou ao concessionário o fornecimento de águas medicinais à ermida de São João. As águas deveriam ser recolhidas usando

21 Sobre as propriedades destas águas veja-se o estudo de Julio Maximo d' Oliveira Pimentel (1809–1884), *Memoria e estudo chymico da agua mineral de S. João do Deserto, em Aljustrel*. – Lisboa: Imprensa Silviana, 1852.

balde à mão, até que fossem definidos os trabalhos a realizar pelas autoridades²². Contudo, os trabalhos mineiros voltavam a parar em São João e a mina foi abandonada até 1868.

O motim de 1855 não pode classificar-se como um protesto camponês muito embora fosse motivado pela ameaça de destruição de um bem público em contexto rural. A reação popular compreende-se e, em certa medida também, a passividade das autoridades locais, tanto mais que não seria viável às pessoas lesadas recorrer judicialmente contra os responsáveis. Perante a ação de protesto violento desencadeada, as autoridades tentaram apenas garantir que os concessionários, com os meios disponíveis, preservassem este bem. Com esta medida, acabaram por solucionar o conflito²³.

22 Portaria do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 6 de Agosto de 1855 (*Diário do Governo*, 189, de 10 de Agosto) manda o concessionário fazer obras para que não se percam as águas medicinais, célebres na região.

23 “Em 1861, o aproveitamento das águas mudou completamente. Abandonou-se a ermida de S. João do Deserto com a sua nascente no interior da capela e alguns banhos anexos, e construíram-se as novas instalações termas 1 km para jusante, no barranco da Água Azeda. / Nesta renovação construiu-se uma nova capela de raiz, também dedicada a S. João do Deserto, e um balneário, que no interior contava com seis banheiras e uma zona de duches (segundo o informante)” (Centro de Estudos de Antropologia Social e Instituto de Ciências Sociais, *Águas Termais, São João de Negrilhos*, Lisboa, 2002. Disponível em http://www.aguas.ics.ul.pt/beja_negrilhos.html (último acesso 6/08/2012). As termas de São João do Deserto estiveram em atividade até meados da década de 1960.

4. Ações em defesa da comunidade: a acção ludita de 1862 nas minas do Braçal, em Sever do Vouga (distrito de Aveiro)

No Verão de 1862, os habitantes das povoações que circundavam as minas do Braçal invadiram armadas o campo mineiro, destruíram maquinaria, arrasaram trabalhos em curso, queimaram várias casas, deitaram fogo aos pinhais que pertenciam ao concessionário e chegaram mesmo a atacar os trabalhadores mineiros e os militares e outros homens armados ao serviço da empresa que aí prestavam serviço, ignorando as suas intimações. Os militares que aí prestavam serviço e outros homens armados finalmente conseguiram repelir os populares mas o estabelecimento ficou seriamente danificado. Nas narrativas oficiais não se refere o número de mortos ou de feridos. Mas sabemos que depois desta ação *ludita* de 15 de Agosto, os trabalhos mineiros tinham parado e as minas encontravam-se inundadas. Um ano mais tarde laboravam ali menos de 80 trabalhadores, quando anteriormente eram perto de três centenas e meia. Este acontecimento inesperado chocou a burguesia portuguesa e foi discutido no parlamento²⁴.

Uma ordem do Ministério dos Negócios do Reino intimou o Governador Civil de Aveiro a investigar e a procurar os indivíduos responsáveis por aqueles crimes e que tinham instigado os populares

24 Veja-se João Chrisóstomo de Abreu e Sousa e Joaquim Tomás Lobo d' Ávila, "PROPOSTA DE LEI N.º 118-1", *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 13ª legislatura, 4ª sessão, nº 113, 10/06/1864, p. 1939.

a levar a cabo uma ação que “desacredita e degrada o país aos olhos do mundo civilizado e prejudica uma indústria que enriquece o concelho e dá trabalho a muitos homens”²⁵. O governo não aceitava que na origem dos incidentes estivesse apenas a ignorância e os “preconceitos absurdos” dos camponeses que os levou a acreditar que na origem das doenças das vinhas e de outras plantas estivesse o fumo das operações de ustulação das pirites. Essa ação tinha de ter sido conduzida por maus indivíduos que exploraram a credulidade do povo e os instigaram contra o empreendimento mineiro. Os responsáveis tinham, por isso, de ser encontrados e castigados. Ao mesmo tempo, o governador deveria usar as pessoas mais ilustradas e com autoridade, os padres e os funcionários públicos locais “para dar-lhes ilustração e dissuadi-los dos prejuízos infundados contra o estabelecimento mineiro e metalúrgico do Braçal”.

A mina do Braçal tinha sido apresentada como um empreendimento excecional conduzido por um comerciante alemão estabelecido em Portugal, Mathias Feuerherd. Em 1851, a *Revista Universal Lisbonense* noticiava em termos encomiásticos a inauguração de três rodas hidráulicas, de uma turbina e dos trabalhos de condução de água que tinham alterado o curso do rio Mau²⁶. O engenheiro Neves Cabral tinha também descrito detalhadamente as minas da região

25 Portaria do Ministério dos Negócios do Reino, Direção Geral da Administração Civil de 19 de Agosto de 1862 (Anselmo J. Braamcamp), *Diário do Governo*, 188, de 22 Agosto.

26 “A mina do Braçal no concelho do Sever do Vouga”, *Revista Universal Lisbonense*, 2ª série, tomo III, nº 25, 27 de Fevereiro de 1851, pp. 289–290.

poucos anos antes e tinha notado que o engenheiro e os mestres eram todos alemães, assim como os fornos e a maquinaria utilizada no tratamento dos minérios eram semelhantes aos usados no Harz e Freiberg (Cabral, 1858). O estabelecimento tinha ainda uma fundição de chumbo que usava carvão importado para alimentar os fornos. Os minérios extraídos do Braçal e de outras pequenas minas da região (Palhal, Talhadela, Coval da Mó e Malhada) eram classificados como galena, sulfato de chumbo (PbS), calcopirite ou pirite de ferro (CuFeS₂). A metalurgia Dom Fernando recebia minério de várias minas da região, todas contendo elevado teor de enxofre que, quando ustulado, libertava sulfatos responsáveis por chuvas ácidas que, efetivamente, destruíam as “searas de milho”, provocavam “moléstias nas vinhas” e esterilizavam os solos (Cabral 1889, 196).

Nessa altura trabalhavam no Braçal mais de 300 pessoas das localidades vizinhas. León Poinsard (1857–1917) caracterizou esses trabalhadores, nos princípios do século passado, como mineiros-camponeses pois grande parte deles mantinha ainda pequenas propriedades agrícolas que trabalhavam no quadro duma economia doméstica de subsistência (Poinsard 1910)²⁷. O vínculo destes trabalhadores à empresa não impediu que este conflito se configurasse como uma ação de *protesto camponês*, de acordo com a tipologia de Molina e outros (2009). As escassas descrições do conflito não

²⁷ Nas minas alentejanas a situação era diferente pois o trabalhador mineiro, recrutado muitas vezes fora da região (Beiras, Algarve), procurava também durante o Verão o trabalho agrícola melhor remunerado, tal como muitos artesãos.

referem estes vínculos, antes sugerem uma mobilização das comunidades aldeãs vizinhas do campo mineiro, onde também se recrutavam os trabalhadores braçais. Entre estas *populações* certamente encontraríamos pequenos e médios lavradores que nada tinham beneficiado com a presença do estabelecimento.

Desconhecemos também quanto tempo esteve latente este conflito sobre os fumos ou o caminho que conduziu à ação direta violenta. Mas a referência a dois padres, que tinham sido enviados com o objetivo de convencer os locais dos seus preconceitos obscurantistas, mostra-nos como as autoridades estavam a tentar gerir o conflito. Os camponeses defrontavam-se com uma empresa que gozava de proteção do governo, tendo sido isenta de pagamento de impostos mineiros durante 10 anos por ter sido tomado em consideração o volume do investimento realizado na metalurgia. A ação ludita levou o proprietário Diederich Mathias Fewerheerd a reclamar uma indemnização do governo, estimando as perdas em maquinaria e com a paralisação dos trabalhos em 10,5 contos de réis. Pretendia ainda uma autorização para construir um caminho-de-ferro que ligasse as três minas que ele detinha na região (Braçal, Malhada e Coval da Mó) à fundição sobre o rio Mau, numa extensão de 8,5 km. A sua pretensão foi defendida pelo governo no parlamento que lhe concedeu um subsídio de três contos réis por quilómetro de linha²⁸. A lei aprovada em 1864 atribuí

²⁸ Veja-se “Proposta de Lei nº 118—121” de 25.Maio.1864 de João Chrysostomo de Abreu e Sousa and Joaquim Thomás Lobo d’Ávila e o “Projecto de Lei 143”, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 13^a legislatura, 4^a sessão, 10/06/1864, p. 1939.

ao empresário alemão 26 contos de réis para construir o caminho-de-ferro com base no argumento dos benefícios da atividade mineira e metalúrgica para as pessoas da região e para o país.

Ora, a redução dos custos de transporte favoreceu o aumento da produção mineira e da atividade da metalurgia Dom Fernando. Como consequência, a poluição atmosférica aumentou bem como a tensão social. O relatório da empresa refere que, nos início do Verão de 1866, “as povoações vizinhas do Braçal, Palhal e Telhadela, ajudadas por outras mais distantes, preparavam-se para destruir estas minas, dispersando operários e empregados, realizando enfim em maior escala a tentativa que antes haviam feito contra a mina do Braçal” (Guimarães, 2001: 115). A empresa continuava a insistir na superstição e na ignorância ancestral dos camponeses e louvaram “a atitude enérgica do governo” que se antecipara ao movimento, enviando para ali forte aparato policial. Foram assim necessários vários anos para que a questão voltasse ao parlamento. Em Setembro de 1873 foi nomeada uma comissão técnica para avaliar as reclamações das pessoas contra o estabelecimento metalúrgico, a qual não trouxe mais resultados do que impor aos lavradores empobrecidos e desesperados o uso da cal para recuperar a fertilidade antiga dos seus solos, trabalhos que, além do mais, deveriam fazer às suas próprias custas.

Passou-se mais de uma década para que a questão, aparentemente solucionada com a repressão, vigilância e indemnização do capitalista alemão, voltasse ao parlamento. Mas, desta vez, era um deputado que surgia em defesa dos camponeses. Em Janeiro de 1875, Pires de Lima responsabilizou diretamente a empresa, dando voz a um movimento, agora também apoiado pela Câmara, que reclamava

indemnizações daquele estabelecimento em petições coletivas entregues no Governador Civil. Diza ele:

Há pouco mais ou menos oito anos, que os proprietários dos campos marginais do Caima e Vouga começaram de ser assoberbados por uma grande calamidade.

Aqueles terrenos notáveis até certa época pela sua fertilidade, foram pouco a pouco perdendo a fertilidade antiga, até chegarem a ser quasi de todo estéreis. O mal tomou proporções assustadoras, e o queixume dos povos era grande e fundado. Diferentes pessoas técnicas foram mandadas á localidade para conhecer os factos e inquirir as causas que os tinham produzido, e afinal no espírito de todos, ou pelo menos da maior parte, formou-se o convencimento de que aqueles estragos todos eram causados pelas minas metalúrgicas, conhecidas hoje com os nomes de Telhadella, Palhal, Carvalhal e Pena.²⁹

Mostrava, além disso, como as escassas medidas tomadas pelo governo na sequência das recomendações da comissão técnica tinham sido inúteis ou contraproducentes³⁰. O apelo dirigido

29 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21ª legislatura, 1ª sessão, nº 12, 18/01/1875, p.108.

30 Nesta interpelação ao ministro das obras públicas, disse ainda: "Assegurei S. Ex.^a à câmara que já tinha tomado todas as providências que lhe haviam sido indicadas pela comissão. Creio na afirmativa do sr. ministro, mas não sei combiná-la com os queixumes dos povos, os quais continuam profundamente descontentes. Há dois meses foram eles entregar ao governador civil de Aveiro uma representação, na qual se lamentavam de que as suas circunstâncias, longe de melhorarem, houvessem, pelo contrário, piorado sensivelmente em resultado das disposições tomadas, segundo uma portaria de 10 de agosto de 1874. A serem verdadeiras as asserções dos infelizes, o governo impusera-lhes a obrigação de fazerem despesas que eles não estão no caso de suportar, e a esterilidade

ao governo para que fosse encontrada uma solução era baseado na convicção de que o ressentimento justificado das populações poderia conduzir à alteração da ordem pública³¹. Segundo ele, os pequenos proprietários da região do Caima eram pobres e muitos, sendo-lhes impossível levar as suas reclamações aos tribunais. Mostrava, finalmente, a diferença de tratamento dada pelo governo ao concessionário e aos camponeses. Segundo ele, os cabecilhas do motim de 1862 tinham sido identificados, julgados e castigados e, em vez da empresa mineira lhes pedir satisfações, dirigiu-se ao governo, acabando por ser contemplada com uma vultuosa indemnização, sem nunca ter assumido nem ressarcido as pessoas que prejudicou. Enfim, o governo deveria agora atuar de forma a garantir que os camponeses prejudicados fossem indemnizados pelos danos resultantes da atividade metalúrgica. Não temos, porém, notícia que isto tivesse ocorrido. As minas e a metalurgia cessaram a sua atividade em 1904 devido à falência do proprietário. Nessa altura, foram dispensados oitocentos homens. O reinício da exploração, anos depois, deu lugar ao reaparecimento de novas reclamações. Os conflitos ambientalistas inscrevem-se quase sempre na “longa duração”. Mesmo quando parecem solucionados, vemo-los regressarem mal a distribuição do poder que sustenta o equilíbrio social se altera. Entre estas, como

dos seus campos continuava igual se não mais assustadora do que antes” (*Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 18/01/1875, pp. 101—108).

31 *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, 21ª legislatura, 1ª sessão, nº 16, 23/01/1875, p. 163.

veremos, conta-se a diminuição ou alteração do poder repressivo ou de vigilância do Estado, que frequentemente acompanham a redistribuição do poder social e as revoluções políticas, a entrada de novos mediadores, a perda de influência de um dos atores e o enfraquecimento da influência da propaganda industrialista desenvolvida pelas companhias. A intervenção daquele deputado sinaliza o momento em que a tese da companhia e do governo que legitimara a sua posição (*os camponeses analfabetos e bons tinham sido vítimas de agitadores que tinham abusado da sua credulidade, voltando-os contra o Progresso*) começara a deixar de produzir os seus efeitos junto da “opinião pública”. Mas, como veremos de seguida, o conflito ambientalista conduziu por vezes à busca de novas soluções técnicas que acabaram por diluir ou por desviar os custos das alterações ambientais para outros grupos sociais.

5. Conflito social e mudança tecnológica nas minas de pirite alentejanas

O desenvolvimento da exploração mineira na faixa piritosa ibérica esteve muito dependente dos processos técnicos de tratamento dos minérios desenvolvidos em cada exploração de forma a reduzir custos de transporte e a aproveitar os diferentes metais presentes nos sulfuretos (cobre, chumbo, ouro e prata) juntamente com o enxofre. Na mina de São Domingos, por exemplo, os minérios começaram por ser exportados em bruto para as metalurgias inglesas mas os minérios mais pobres (com teores inferiores a 2 e 3 por cento de cobre) só

tinham interesse económico se fossem valorizados localmente³². Os processos técnicos adotados a partir de 1867 eram semelhantes aos utilizados noutras minas da Península que enfrentavam o mesmo problema. Os minérios pobres em metais eram ustulados em fornos fechados na Achada do Gamo, situada na periferia do campo mineiro, e depois reduzidos a pequenas dimensões com recurso a máquinas movidas a vapor. A partir dessa altura, eram manualmente classificados e separados. Seguiu-se depois a lixiviação dos minérios em tanques, a precipitação do cobre como cemento e, finalmente, a primeira fundição para obter o *regulus* (Sequeira 1884, 532–533). A queima das pirites ao ar livre, em *telleras*, técnica desenvolvida e usada no sul de Espanha e também adotada pelos ingleses em Rio Tinto (Huelva), foi evitada tanto nesta exploração como nas minas de Aljustrel e da Caveira devido aos custos económicos associados à poluição. Segundo o engenheiro Pedro Sequeira (1884, 533):

O exemplo das dificuldades com que tinham lutado as empresas no reino vizinho para poderem estabelecer as calcinações das suas pirites ao ar livre, as valiosas indemnizações que tinham sido obrigadas a pagar à agricultura, as grandes extensões de terreno que era preciso adquirir para expor à ação devastadora dos fumos sulfurosos (embora a charneca de São Domingos fosse asada para

32 Nestes jazigos, o teor dos metais nos sulfuretos tendia a diminuir à medida que se avançava em profundidade. No início das explorações, venderam-se para as fundições inglesas igualmente o ferro contido nas camadas superiores (chapéus de ferro). Note-se que a mina de São João, nos arredores de Aljustrel, tinha sido registada inicialmente como mina de ferro

ali estabelecer aquela operação) e o receio das intermináveis discussões com os proprietários vizinhos do estabelecimento, levaram a empresa da mina a procurar por todos os meios resolver a sua questão independentemente da sua utilização ao ar livre.

A queima de grandes pilhas de minérios ao ar livre libertava gases sulfúricos durante muitos meses, “destruindo todas as plantações nas vastas extensões da vizinhança, obrigando as companhias a pagar indemnizações pesadas e a comprar largos tratos de terra, deixando ainda, apesar disso, espaço para permanentes e infundáveis disputas com os proprietários e os habitantes em redor das minas” (Cabral, 1889, 76). O uso de fornos tinha a vantagem de tornar a queima mais rápida, diminuindo o impacto direto dos fumos ácidos espalhando-os por áreas ainda mais vastas³³. Ao contrário do processo anterior, que aproveitava a lenta combustão das piritas, os fornos fechados requeriam, no entanto, combustível em larga escala, que escasseava na região. O processo tornava-se assim tanto mais oneroso quanto a capacidade de carga dos fornos era limitada. Em 1868, a Mason & Barry abandonou o uso de fornos em São Domingos e ensaiou a ustulação em *telleras*. Finalmente, em 1877, após uma década de experiências, a companhia decidiu usar pela primeira vez, nas piritas com menos de 2% de cobre, o processo de

33 Para se ter uma ideia do que se afirma, basta pensar que os fumos provenientes da queima de minério de Rio Tinto (Huelva, Espanha) chegavam a incomodar as populações de Vila Real de Santo António. Importa salientar ainda a mudança de *escala* destas operações quando as empresas passaram a alimentar a crescente procura de enxofre e de cobre no mercado mundial até à 1.ª Guerra Mundial.

“cimentação natural”, ou seja, sem recorrer previamente à ustulação³⁴. Os minérios triturados colocados em pilhas com 20 metros de altura, sendo depois lixiviados graças à ação química da água. Esta água ácida e rica em cobre era depois precipitada. Para tal utilizava-se, neste tratamento “a frio”, ferro de sucatas em tanques com 40 a 50 metros cúbicos de capacidade. O produto deste ciclo, a *cáscara*, continha 60 a 80% de cobre. As operações finais antes do embarque e envio para o porto do Pomarão, no Guadiana, consistiam no enxugo, moagem e embarricamento dos cimentos. Os minérios lixiviados eram depois exportados pelo valor do enxofre e os cimentos enviados para as metalurgias inglesas.

Este processo inovador foi desenvolvido localmente. Requeria grandes quantidades de água e era moroso (15 anos) mas permitia explorar a maior parte do minério pobre existente nos jazigos. A empresa alterou o sistema de lavra, passando a combinar a exploração a céu aberto (*córta*) com o sistema de poços e galerias. O empreendimento mudou de escala produtiva e alterou decisivamente a paisagem em seu redor pois este processo exigia, como vimos, a construção de represas de águas pluviais e de depósitos para evaporação das águas ácidas, enfim, a extensão do território servido pela exploração. Entre 1870 e 1887, a Achada do Gamo recebeu perto de duas mil toneladas de pirites por ano para cimentação natural. Este era o maior empreendimento mineiro em Portugal e, com uma

34 O plano de trabalhos e do estabelecimento hidrometalúrgico na Achada do Gamo foi aprovado pelo governo a 6 de Maio de 1877.

população dela diretamente dependente de cerca de 4 mil indivíduos, enfileirava entre os maiores da Península.

A observação de Neves Cabral (1889) sugere que o conflito com os proprietários fundiários da região tenha sido um fator importante, se não mesmo decisivo, para a Mason & Barry suprimir o processo de ustulação, desenvolvendo uma técnica alternativa à queima de pirites em *telleras*³⁵. E contribui para “explicar” porque não existiu uma coa-lização hostil de lavradores, ganadeiros e de trabalhadores mineiros, semelhante à que ocorreu na margem esquerda do Guadiana poucos anos depois, em Rio Tinto. Aqui, o movimento contra a administração inglesa atinge o seu paroxismo em 1888, quando, na sequência das campanhas de ambas as partes na imprensa, desembocou em manifestações públicas e na confrontação aberta com as autoridades, resultando daqui dezenas de mortos e um número indeterminado de feridos³⁶. Noutro caso, que veremos de seguida, as preocupações com os custos das indemnizações a pagar aos proprietários e lavradores obrigaram as empresas a assumir custos logísticos elevados que contribuíram para o fracasso do empreendimento.

35 A 2 de Abril de 1876, os tritadores de minério movidos a vapor que tinham sido instalados na Achada do Gamo três anos antes, foram inutilizados na sequência de um incêndio, quando estavam prontos para começar a trabalhar. Na sequência desta ação de sabotagem, a empresa resolveu passar a fazer a trituração à mão no local da mina (Sequeira 1884, 537). A forma como a empresa lidou com este incidente, bem como os conflitos violentos registados anteriormente nessa mina e no Braçal, sugerem que a direção da empresa poderá ter considerado como um risco sério, também pelas reações violentas que poderia suscitar, a utilização da ustulação ao ar livre.

36 Sobre este conflito veja-se Ferrero Blanco (1994) e Pérez Cebada, “La Génesis de las Políticas Conservacionistas en el sector minero” (2001, 51–78).

A *Companhia de Mineração Transtagana*, constituída como sociedade anónima com capitais portugueses, explorava desde 1868 as minas de São João do Deserto e de Algares e também queimava as pirites em fornos e em *telleras*, operação que combinava com a lixiação e cementação (Guimarães 1989). Para tal a empresa viu-se obrigada a adquirir várias propriedades agrícolas em Aljustrel que somavam seis mil hectares. Na década de 1870, a queima de pirites abandonou Algares, no termo da vila de Aljustrel, e passou a fazer-se principalmente na Herdade das Pedras Brancas, localizado a 10 km dos dois campos mineiros situados nos dois extremos opostos da povoação (figura 3). Essa logística elevou os custos operacionais e foi considerada na época como uma opção errada que tinha sido responsável pela falência do empreendimento, no início da década de 1880, numa conjuntura de crescente concorrência no mercado mundial de cobre. De qualquer forma, depois dos trágicos acontecimentos de Rio Tinto ocorridos durante o chamado *Ano dos Fumos*, a queima em *telleras* foi proibida e progressivamente abandonada durante a década de 1890, sendo substituída pela hidrometalurgia.

No entanto, a hidrometalurgia era também um processo bastante agressivo para o ambiente devido essencialmente ao despejo das águas ácidas nos rios e ribeiras, à sua infiltração e contaminação de poços e veios subterrâneos, à serventia que impunham nas propriedades agrícolas que passavam a ser atravessadas com “águas de morte”. Na década de 1880, as queixas insistentes dos pescadores de Vila Real contra o despejo de águas sulfatadas no Guadiana levadas a cabo pela Mason & Barry obrigou o governo a nomear uma comissão de inquérito, formadas por técnicos do Ministério das Obras Públicas, para

também, com base em cálculos matemáticos de gabinete, que o mal provocado pela descarga das águas era mínimo durante as cheias devido ao sistema de represas e de canais que tinha sido construído. Além disso, verificava-se que a ribeira de Chança, afluente do rio, recebia as águas ácidas de outras minas espanholas, tornando-se difícil atribuir responsabilidades exclusivas à empresa inglesa. Salientava-se que a empresa tinha gasto 212 contos de réis até 1887 com o sistema de drenagem e que tinha pago 4 contos em “donativos” a indivíduos e associações de pescadores, nomeadamente, ao *Compromisso Marítimo de Vila Real de Santo António* e ao *Compromisso de Castro Marim*. Assim, a empresa podia afirmar que estava a obedecer à lei e a indemnizar as pessoas, enquanto James Mason se apresentava como um patrono da indústria entre os grupos e os indivíduos que poderiam usar a sua voz junto da opinião pública e do governo. Nas palavras do Chefe do Departamento Marítimo do Sul, James Mason mandara distribuir 600 reis diariamente em Fevereiro de 1884 a diversas associações marítimas para silenciar as contestações que poderiam emergir se o mesmo dinheiro fosse distribuído pela autoridade marítima³⁸. Nas suas palavras, o rendimento dos pescadores tinha diminuído tanto que a população ocupada na pesca declinara. As pessoas lembravam-se ainda que, em meados do século XIX, os cardumes de sardinhas que passavam junto à costa eram tão grandes que tanto os donos das embarcações como os pescadores obtinham grandes lucros. Fosse como fosse, desde aquela data a Mason & Barry

38 Instituto Geológico e Mineiro – Processo 11 – Pol.

não pagou mais indenizações apesar dos pescadores continuarem a acusar a empresa de continuar a fazer descargas arbitrariamente (e não durante o inverno, em momentos de cheias, como deveria).

6. Hidrometalurgia e reivindicações agrárias.

Queixas semelhantes apareceram no início do século XX sobre a poluição do rio Sado, não havendo resposta por parte das autoridades. Essas queixas, feitas pelo povo e pela municipalidade de Alcácer do Sal, relacionavam-se com a drenagem das águas sulfatadas das minas de Aljustrel, que tinham reiniciado a sua exploração em 1898.

Após anos de silêncio (pelo menos nos arquivos locais), o problema da poluição das águas reapareceu com a mudança de regime político. Em Março de 1911, os pescadores e o povo de Mértola fizeram uma petição às novas autoridades republicanas locais apelando para que o rio Guadiana voltasse a ser de novo um rio vivo. Uma petição semelhante da câmara republicana de Mértola seguiu depois para o governo. Este atribuiu-lhe a fiscalização dos desagues da mina, ao mesmo tempo que responsabilizava também as minas espanholas pela situação.

O problema da poluição dos solos e dos cursos de água pelos empreendimentos mineiros do sul foi levantado no Parlamento em Março de 1912 pelo republicano unionista Jorge de Vasconcelos Nunes (1878–1936). O grande proprietário de Grândola interveio para apelar ao novo governo republicano que atuasse decisivamente contra a indulgência dessas empresas estrangeiras. Segundo ele, apesar da legislação existente, os proprietários fundiários não eram plenamente indemnizados nas suas perdas. Outro unionista influente na região,

Aresta Branco, achava que a decisão política deveria ponderar o prejuízo tanto o benefício públicos que essa indústria trazia. No essencial, não se colocavam abertamente contra a indústria limitando-se a reclamar que as minas de Aljustrel e de Grândola usassem um sistema de drenagem das águas ácidas idêntico ao que tinha sido adotado em São Domingos. No final, o Parlamento decidiu enviar um engenheiro aos concelhos mineiros alentejanos e do distrito de Aveiro para estudar uma solução para o “extermínio dos peixes”, a morte dos rios e das culturas. No espírito daqueles deputados, “em nenhum país se assistia a tais abusos contra a agricultura”.

A Société Anonyme Belge des Mines d’Aljustrel (S.A.B.M.A.), por seu turno, aproveitara a mudança de regime e a passagem de Manuel de Brito Camacho pela pasta do Fomento para propor, ainda em 1910, a construção do ramal de Aljustrel e a diminuição das tarifas ferroviárias. A proposta demonstrava que a capacidade produtiva das minas poderia ser mais do que duplicada devido à diminuição dos custos de transporte, com vantagens fiscais também para o Estado. O projeto manteve-se controverso, chegando a verificar-se, em Abril de 1922, o furto de material de linha que provocou o descarrilamento do comboio – uma sabotagem que nenhuma força política reivindicou.

O ramal de Aljustrel até ao Carregueiro, ligando as minas à Linha do Sul e Sueste, seria inaugurado apenas a 2 de Junho de 1929, já em plena Ditadura Militar. Não teria, no entanto, os efeitos desejados pois, no ano seguinte, devido à crise mundial verificou-se uma forte quebra na produção que persistiu até 1937, quando finalmente se conseguiu ultrapassar as 130 mil toneladas alcançadas naquele ano.

Assim, só na década de 1950 se ultrapassaram, de modo persistente, as 200 mil toneladas anuais.

Ora, se é verdade que a ação de sabotagem indicia uma forte politização da questão do ramal ferroviário, nada nos diz que houvesse ali motivações anti-industrialistas. Os republicanos nacionalistas de Grândola apoiaram a construção da Linha do Vale do Sado durante a Primeira República, a qual viria a beneficiar as minas da região (Santa Suzana, Caveira, Lousal). Em 1915, o caminho-de-ferro chegou ao Lousal, acabando estas minas por ser arrendadas por aquela sociedade luso-belga. Assim, se é verdade que os problemas de poluição preocupavam aqueles deputados, estamos longe de poder falar num conflito entre os interesses da agricultura e os da indústria, como se percebe no debate parlamentar sobre os ramais ferroviários mineiros. Devemos, no entanto, salientar que os proprietários fundiários e os lavradores conseguiram, durante o governo de Sidónio Pais, tornar mais céleres os processos judiciais e equilibrar a sua posição perante os tribunais nos processos de indemnização que instaurassem por prejuízos imputados às empresas mineiras³⁹. Grande parte das reclamações destes “interesses agrários” reunidos em tornos da direita republicana foi depois incorporada na legislação

39 Decreto-lei 4159, Diário do Governo 89, 1ª série de 27 de Abril de 1918, regulamentado pelo decreto-lei 4544, Idem, de 4 de Julho de 1918. A partir de agora os prejuízos causados a terceiros pelas minas corriam através de processos sumários instaurados nos municípios, havendo lugar para a formação de comissões de peritos onde ficavam representados os proprietários das minas, ouvidos os engenheiros dos serviços de minas.

de 1930 (ministério de Domingos Oliveira), a qual enquadrava a atividade mineira durante o Estado Novo no continente.

Conclusão

Os conflitos ambientalistas só recentemente começaram a interessar os historiadores sociais. Estudos como o de Chad Montrie (2003), que documentaram nos E.U.A. dos anos '60 e '70, a oposição popular às modernas formas extração de carvão à superfície (stripmining) nos Apalaches, parecem sustentar a ideia de que só num estágio avançado de relativa abundância, os valores sociais começariam a mudar de tal forma que as questões ambientais passariam a integrar a agenda política. Mas longe de ser um fenómeno exclusivo dos países com maiores rendimentos, vemos hoje mundializar-se este tipo de conflito. Ainda recentemente, uma manifestação no Perú contra extração mineira terminou com dezenas de feridos, após 9 dias de greve que envolveram os trabalhadores andinos⁴⁰. Alegavam que os novos projetos mineiros, que o governo iria atribuir a grandes capitalistas, iriam poluir os rios e os cursos de águas utilizados para a agricultura e o pasto do gado.

Longe de se tratar de uma novidade, encontramos conflitos ambientalistas em Portugal logo durante a primeira Regeneração. Deste modo, o destaque que, nas últimas décadas, os órgãos de

⁴⁰ *Manifestação contra extração mineira no Peru terminou com dezenas de feridos*. Notícia transmitida pela RTP a 12 Nov, 2011, 10:21 e disponível em <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=498697&tm=7&layout=122&visual=61>

imprensa têm dado à mobilização “popular” em torno dos problemas Verdes (como o da coincineração em Souselas e no Outão, com contestação pública das decisões judiciais) não traduz necessariamente a emergência de *novos tipos* de conflito onde, supostamente, teriam também desaparecido as oposições de classe. Ao contrário do que é muitas vezes sugerido, as responsabilidades pelas alterações no meio ambiente não são abstratas nem diluídas pelo conjunto da sociedade, mas claramente identificadas pelos intervenientes e sentidas como ameaças ao seu modo de vida.

Este texto realçou que muitos conflitos abertos (como os motins) resultaram das limitações da legislação liberal para lidar, de forma rápida e eficiente, com danos aos bens coletivos, através de indemnização a uma multidão de intervenientes que, além disso, não é capaz de (ou não quer) monetarizar as suas perdas. Porém, só uma parte destes conflitos tomou a forma de *protesto camponês*. Os valores do industrialismo, que impregnaram a política e os governos desde o fontismo, favoreceram geralmente os capitalistas mineiros mesmo contra os interesses dos proprietários fundiários. Nesta perspectiva, a legislação mineira de 1930 constituiu o desfecho de conflitos ambientalistas que se desenvolveram ao longo da segunda metade de Oitocentos e que dividiram proprietários, lavradores, ganadeiros, camponeses, pescadores, por um lado, e capitalistas mineiros e agentes do Estado, por outro.

Vimos também que os conflitos ambientalistas tenderam a inscrever-se na longa duração, em estádios diferenciados sucessivos. O primeiro, de ebulição mais ou menos lenta, culmina na mobilização pública que suscita a repressão, ou na resolução por via judicial ou

política. Depois, a persistência do problema conduziu à *sublimação* com consequências na legitimidade da ação dos poderes públicos que foram obrigados a conter o conflito através da sua gestão administrativa corrente (por exemplo, mobilizando o exército em antecipação, perseguindo os agitadores, por um lado, impondo algumas alterações às empresas, por outro). Também a legislação fundamental que foi produzida durante este período, mostra uma aprendizagem por parte do Estado liberal na gestão administrativa destes conflitos, passando a assumir um papel crescente de fiscalização e de mediação ativa. Deste modo, a mudança política, quando atribui ou aumenta a capacidade de intervenção pública aos que anteriormente não a tinham, volta a trazer à discussão velhas questões que pareciam já resolvidas. Vimo-lo durante a Primeira República e, mais recentemente, Pedro Silva (2005) mostrou-o também para a Gaia (Belmonte) depois da Revolução de Abril de 1974, dando voz aos pequenos proprietários.

Importa, finalmente, destacar os diferentes recursos mobilizados pelos diferentes atores. Enquanto a burguesia agrária elegeu os tribunais, o parlamento e a imprensa para se fazer ouvir, os grupos populares tenderam a usar a mobilização coletiva, a ação direta (como manifestações com invasão de propriedade, destruição de bens poluentes, uso de violência verbal e física) e a sabotagem como forma de resolução urgente de um conflito. Mas, quando foram capazes de mobilizar para a sua causa os grupos intermédios e superiores, puderam ensaiar exercer a sua influência por via pacífica e legal graças a esses mediadores. A ação popular é legitimada pela atribuição clara de responsabilidades a uma entidade concreta, enquanto esta tende a desenvolver estratégias de rejeição e de

diluição de responsabilidades, chamando a si as autoridades técnicas e científicas. Deste modo, as empresas mineiras contaram essencialmente com a sua influência e capacidade económicas, com o apoio do governo, com a sua capacidade de sedução junto de atores-chave como os inspetores de minas, e com a sua propaganda cimentada em valores partilhados pela opinião pública, para continuar a levar por diante os seus projetos. Essa propaganda defensiva, exercida através da imprensa, de folhetos ou brochuras anónimas ou encomendadas, assentava em argumentação racional ou científica para influenciar a opinião pública e os governantes a seu favor.

O Movimento Operário em Montemor-o-Novo e a Primeira República

1. O impacto socioeconómico da implantação da República

O concelho de Montemor-o-Novo era então o 4º mais extenso do território continental, com uma área de 1.442,50 km² ¹, e também um dos mais despovoados. A sua densidade populacional detinha-se, em 1911, nos 15,6 habitantes/Km², ainda inferior à baixa média do distrito de Évora, com 20 habitantes/Km² ².

Situado em pleno Alentejo, caracterizava-se por uma economia quase exclusivamente rural, predominantemente baseada na exploração do latifúndio. A legislação fundiária liberal introduzira alterações estruturais no regime de posse da terra. Contribuía para acelerar a substituição de senhorios rentistas e absentistas

¹ Apenas precedido dos concelhos de Odemira, com 1.718,80 Km², Santiago do Cacém, com 1.525,60 Km² e Alcácer do Sal, com 1.463 Km². Seguiam-se, com uma pequena diferença, Idanha-a-Nova e Castelo Branco. (*Censo da população de Portugal. No 1º de Dezembro de 1911. Parte I*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913, pp. 333–334). Após a desanexação do concelho de Vendas Novas, em 1962, o de Montemor-o-Novo passou sétimo lugar.

² *Censo da população de Portugal...*, pp. 332–367.

por proprietários e lavradores vocacionados para uma exploração mais moderna e lucrativa³.

Todavia, esta economia agrária em crescimento, embora lento e irregular, não se traduziu em benefícios económicos para os trabalhadores rurais, de longe o grupo socioprofissional mais numeroso da região. Apesar da emigração, do alastramento ao sector rural do associativismo de classe, com o consequente aumento da capacidade reivindicativa e da contestação social, os salários reais dos assalariados agrícolas mantinham-se, nas vésperas da Grande Guerra, ao nível de há um século atrás⁴. As condições de trabalho, com jornadas de sol a sol, a ausência de protecção social e o crónico desemprego sazonal, também não registaram melhorias. E além das dificuldades habituais, o processo, embora lento, de mecanização de uma parte das tarefas do campo, representava uma ameaça crescente de concorrência, passando por isso as máquinas agrícolas a constituir um alvo frequente de sabotagem, incluindo em Montemor⁵.

3 Helder Adegar FONSECA, “A ocupação da terra”, in *História económica de Portugal. 1700—2000, volume II, O século XIX*, Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005, pp. 83—118.

4 Jaime REIS, “O trabalho”, in *História económica de Portugal. 1700—2000, volume II, O século XIX*, Pedro Lains e Álvaro Ferreira da Silva (org.), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005, pp. 119—151.

5 José Pacheco PEREIRA, “As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve”, *Análise Social*, N.º 61/62, 2.ª Série, vol. XVI, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1980, 1.º — 2.º, pp. 151—152 (135—156). Teresa FONSECA, Jorge FONSECA, *Fascismo e antifascismo. O exemplo de Montemor-o-Novo*, Montemor-o-Novo, URAP, 1994, p. 24.

O caminho-de-ferro aproximara a sede do concelho e algumas das suas freguesias rurais, como Santiago do Escoural, Cabrela e Vendas Novas, dos centros industriais do Barreiro e de Setúbal. Destas localidades da Margem Sul, para onde alguns montemorenses começavam a emigrar, chegavam notícias das reivindicações laborais e dos surtos grevistas dos anos agitados do período final do constitucionalismo monárquico.

As ideias maçónicas e republicanas também penetraram neste concelho, assumindo-se, junto de uma pequena mas dinâmica elite ligada à indústria corticeira, ao comércio e às profissões liberais, como alternativa à decrépita monarquia e como via de progresso económico e social. Em 1900 existia já um núcleo republicano organizado⁶, que em Janeiro de 1901 fundava o semanário *Democracia do Sul*⁷. Na freguesia do Escoural foi criado, em 1909, um triângulo maçónico, que nesse mesmo ano deu lugar à loja «União e Progresso», cuja duração de prolongou até 1916, com uma breve suspensão em 1914⁸.

Dada a estreita ligação do movimento republicano e da própria implantação da República à maçonaria, a existência desta loja demonstra que o republicanismo não se circunscrevia à vila de Montemor. Com efeito, as listas com que o Partido Republicano se preparava para

6 *O Meridional*, Ano XIX, Nº 978, de 19/3/1910.

7 *Democracia do Sul*, Ano 16º, Nº 787, de 2/8/1917. Gil do MONTE, *Achegas para a história do jornalismo no distrito de Évora*, Évora, Gráfica Eborense, 1984, p. 91.

8 A, H, de Oliveira MARQUES, *Dicionário da maçonaria portuguesa*, Lisboa, Delta, 1986, vol. I, pp. 514–515; vol. II, pp. 1455–1456. Um triângulo é uma loja constituída por um número mais reduzido de maçons. Veja-se, na mesma obra, vol. II, p. 1441.

concorrer às eleições municipais previstas para 6 de Novembro de 1910, incluíam, cidadãos da sede do concelho e das freguesias rurais”⁹.

A classe operária demonstrava, por seu turno, um dinamismo nada inferior ao da pequena burguesia republicana. A 2 de Outubro de 1910, os corticeiros de Vendas Novas, entraram em greve, impedindo a carga e descarga da cortiça e de outras mercadorias. Associavam-se deste modo à paralisação dos trabalhadores ferroviários do Barreiro e à de outros operários de diversos sectores, um pouco por todo o país, principalmente em Lisboa. Conseguiram ainda a solidariedade dos comerciantes da freguesia, que nesse dia encerraram as portas¹⁰.

A tensão ancestral entre grandes proprietários e operários agrícolas agudizou-se com a implantação da República, em virtude da desconfiança dos primeiros e das esperanças dos segundos relativamente ao novo regime. Nos dias imediatos à revolução de 5 de Outubro, os moradores da freguesia de Lavre cometeram “*uns abusos de invasão de propriedade*”. A primeira equipa camarária republicana, na sessão da tomada de posse, lamentou o acto. Mas justificou-o com a atitude de desprezo dos latifundiários para com os trabalhadores¹¹.

Este evento, ainda que registado de forma imprecisa e sucinta, representa um contributo para o tema, ainda pouco estudado, do fenómeno das ocupações de terras no Alentejo durante a I República,

9 *O Meridional*, Ano XX, N.º1.004, de 18/9/1910.

10 *O Meridional*, Ano XX, N.º1.006, de 2/10/1910.

11 Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo (AHMMN) / Câmara de Montemor-o-Novo (CMN), A1 B179, *Actas das Vereações Camarárias (1910–1911)*, *Acta de sessão de posse da Comissão Administrativa Municipal Republicana ...*, fl. 4. Id., acta de 17/10/1910, fl. 11.

cujo ponto culminante consistiu na ocupação colectiva das terras do Vale de Santiago, em Odemira¹². E antecedeu um empreendimento similar, ocorrido em Janeiro e em Março de 1912 em Vera Cruz, no concelho de Portel¹³.

A implantação da República originou uma súbita contrariedade: a recusa do patronato rural, maioritariamente adversário do novo regime, em empregar os trabalhadores. A 11 de Dezembro de 1910, “*um grupo de cerca de cem*” operários agrícolas dirigiram-se à câmara a reclamar contra o seu despedimento despropositado, pois havia nas herdades trabalho por efectuar. A edilidade e alguns patrões conseguiram distribuir entre si os desempregados, debelando provisoriamente o problema. E acusaram os autores dos despedimentos de terem “*provocado a crise para levantarem dificuldades à República*”¹⁴.

Nos anos subsequentes, a “*crise de trabalho*” continuou a ser alvo de debate recorrente nas vereações. E como as obras camarárias eram insuficientes para absorver os desempregados, o vereador do pelouro via-se “constantemente assediado de trabalhadores” a pedir emprego, facto que continuava a atribuir “*à má vontade dos lavradores*”¹⁵.

12 Francisco Canais ROCHA e Maria Rosalina LABAREDES, *Os trabalhadores rurais do Alentejo e o sidonismo. Ocupação de terras no Vale de Santiago*, Lisboa, Um de Outubro, 1982, pp. 65–81.

13 Id., *ibid.*, pp. 47–49.

14 A:H:M:M:N./C:M:N:, A1 B179, *Actas das Vereações Camarárias (1910–1911)*, acta de 12/12/1910, fls. 62v.–63.

15 Id., *ibid.*, acta de 3/1/1911, fls. 81v.–82.

2. Formas de organização dos trabalhadores

2.1. O ASSOCIATIVISMO MUTUALISTA E ORGANIZAÇÕES SIMILARES

O associativismo de feição mutualista surgiu em Portugal na primeira metade de oitocentos. E apesar de encarado com desconfiança e até hostilidade pelo patronato e por sectores sociais conservadores, incluindo a Igreja, enraizou-se e disseminou-se gradualmente por todo o país, com maior incidência em Lisboa e no Porto¹⁶. Em 1876 existiam em Portugal Continental 300 associações de socorros mútuos, com 70.000 associados¹⁷. Englobavam os mais variados sectores profissionais, principalmente o comércio e o operariado industrial. Possuíam como objectivo comum possibilitar ao associado “*pugnar pelos seus interesses, vincular os seus direitos, cuidar do seu presente e futuro*”¹⁸. Mas assumiam características específicas variadas: associações de socorros mútuos na doença e na velhice; cooperativas de consumo e/ou de produção; caixas de crédito; ou sociedades de instrução popular, entre outras¹⁹.

Nos três distritos alentejanos fundaram-se 20 associações entre 1856 e 1870, uma das quais em Montemor-o-Novo, designada por

16 Costa GOODOLPHIM, *A associação*, Lisboa, Seara Nova, 1964, pp. 93–196.

17 Id., *ibid.*, p. 203.

18 Id., *ibid.*, p. 95.

19 Id., *ibid.*, p. 94.

Associação de Beneficência. Instituída em 1860, atingiu, antes do final da década seguinte, 130 membros²⁰.

No dealbar do século XX surgiu na sede do concelho a *Associação de Socorros Mútuos da Classe Operária Montemorense Primeiro de Maio de 1901*. Seguiram-se-lhe a *Associação Montemorense de Socorros Mútuos*²¹, a *Associação de Socorros Mútuos Cabrelense*²², na freguesia de Cabrela. E em Vendas Novas a *Associação de Socorros Mútuos Vendasnovense*²³.

A entrada oficial de Portugal na Grande Guerra conduziu à fundação, a 20 de Março de 1916, da Cruzada das Mulheres Portuguesas, por um grupo de activistas republicanas, com o objectivo de prestar assistência moral e material a quem delas necessitasse, devido à guerra²⁴.

Em Vendas Novas foi criada ainda nesse ano uma *Subcomissão da Cruzada das Mulheres Portuguesas*. As suas associadas desenvolveram uma actividade relevante. Instalaram uma enfermaria e inauguraram uma creche a 30 de Setembro de 1917, solicitando à câmara de Montemor a assistência do médico local às crianças que a frequentavam. E apesar “do abandono a que os abastados da terra” a tinham devotado, com o apoio da Comissão Central, da câmara e de muitos

20 Id., *ibid.*, p. 98.

21 A:H:M:M:N./C:M:N., A1 B184, *Actas das Vereações Camarárias* (1914–1915), acta de 19/10/1914, fls. 6–7.

22 Id., A1 B187, *Actas das Vereações Camarárias* (1916–1918), acta de 11/12/1916, fls. 24–27.

23 *Democracia do Sul*, Ano 18º, Nº 911, de 16/3/1919.

24 <http://www.primeirarepublica.org>

cidadãos, conseguiram ajudar, apenas no seu primeiro ano de existência, 3.270 crianças²⁵.

As cooperativas revelaram-se também úteis nesta conjuntura difícil. A *Cooperativa de Crédito e Consumo de Montemor-o-Novo* foi inaugurada a 23 de Fevereiro de 1918²⁶. Em Agosto contava já com 1.200 cooperantes, equivalentes a cerca de 4.000 pessoas²⁷, continuando a crescer nos meses seguintes²⁸. Tal afluência traduz o interesse dos consumidores, que além de vantagens de natureza económica adquiriam, assim unidos, muito mais força reivindicativa. Por isso, a iniciativa alastrou a outras freguesias: em Vendas Novas surgiu a *Cooperativa de Crédito e Consumo Operário*²⁹; e no Escoural a *Cooperativa dos Trabalhadores Rurais e Operários Escouralenses de Crédito e Consumo «A União»*³⁰. Além de venderem aos associados diversos bens de consumo, estas cooperativas funcionavam também como panificadoras.

A conflagração mundial gerou profundas alterações sociais. Negócios clandestinos provocaram o aparecimento de «novos ricos», caricaturados na imprensa, na literatura e no teatro. Grandes

25 A.H.M.M.N./C.M.N., A7 C39, *Registo da Correspondência Expedida* (1915—1918), ofício de 22/12/1916, fls. 86—86v. *Democracia do Sul*, Ano 16º, N° 794, de 26/8/1917; N° 795, de 30/8/1917; Ano 18º, N° 908, de 2/3/1919.

26 *Democracia do Sul*, Ano 17º, N° 835, de 24/2/1918.

27 A.H.M.M.N./C.M.N., A7 C40, *Registo da Correspondência Expedida* (1918—1919), ofício de 14/8/1918, fl. 31v.

28 Id., A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 17/9/1918.

29 Id., *ibid.*, ofício de 25/8/1918. *Democracia do Sul*, Ano 18º, N° 911, de 16/3/1919.

30 Id., A7 C37, *Registo da Correspondência Expedida* (1912—1934), ofício de 11/6/1918, fl. 50.

comerciantes, industriais e proprietários agrícolas, viram subir os seus lucros com a actividade especulativa. Mas por outro lado surgiu uma categoria social de «novos pobres», muito mais numerosa. Integrava todos quantos viviam de rendimentos fixos ou difíceis de actualizar, como pequenos proprietários, pensionistas, funcionários públicos, militares de carreira, empregados de comércio e transportes e operários³¹, incapazes de fazer face à subida vertiginosa do custo de vida.

Entre os funcionários públicos, o professorado representava um sector especialmente sacrificado. As suas remunerações ficavam muito aquém do indispensável à manutenção de um estilo de vida adequado à dignidade da profissão e representavam um dos factores da carência de docentes do sexo masculino³². E apesar das melhorias dos seus vencimentos introduzidas em 1911 e 1917, a situação continuou “*gravemente insatisfatória*”, facto que levou a União do Professorado Primário a promover uma campanha nacional em prol de uma nova revisão dos ordenados³³.

Em Agosto de 1917, os docentes de Montemor organizaram-se num “*núcleo para a defesa dos seus interesses de classe*”³⁴ e pediram à câmara alguma “*melhoria da sua situação*”, devido “*à carestia da vida*”. Porém os autarcas, embora reconhecendo a justiça da

31 A. H. de Oliveira MARQUES, *A Iª República portuguesa (alguns aspectos estruturais)*, Lisboa, Horizonte, 1980, pp. 44–45.

32 Manuel Ferreira PATRÍCIO, “A instrução pública. Os limites de uma reforma”, in *Portugal Contemporâneo* (dir de António Reis), vol. 3, Lisboa, Alfa, 1990, p. 236 (233–252).

33 Id., *ibid.*, p. 245.

34 *Democracia do Sul*, Ano 16º, Nº 789, de 9/8/1917.

reivindicação, lembraram-lhes a impossibilidade, de acordo com a lei, de intervirem nessa matéria³⁵.

Todavia, da movimentação nacional da classe resultou, ainda nesse ano, uma nova revisão salarial³⁶. Em Fevereiro de 1918, os sete elementos da comissão executiva do *Núcleo do Professorado Oficial do Concelho de Montemor-o-Novo* pediam, em nome dos colegas, que lhes fosse abonada a nova subvenção, à semelhança do que já começara a ser praticado por outras municipalidades. Justificavam a necessidade urgente do benefício por sofrerem, *“como toda a gente, os efeitos da pavorosa crise económica do momento actual, agravada cada dia pela sempre crescente carestia dos géneros mais necessários à vida”*³⁷.

Os médicos revelaram uma capacidade organizativa e reivindicativa semelhante. Em Janeiro de 1918, a Associação dos Médicos da região, sediada em Portalegre propôs à câmara de Montemor uma subida de 300 para 400 escudos para os associados do concelho³⁸.

Outros sectores profissionais subvencionados total ou parcialmente pela edilidade promoveram repetidamente reivindicações semelhantes: os amanuenses da câmara; os empregados do Teatro Municipal; os trabalhadores do sector da limpeza; os técnicos da central eléctrica; os guardas-nocturnos das freguesias urbanas; as

35 Id., N° 794, de 26/8/1917.

36 M. F. PATRÍCIO, “A instrução pública ...”, p. 245.

37 A.H.M.M.N./C.M.N., A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 23/2/1918.

38 Id., *ibid.*, ofício de 28/1/1918.

amas dos expostos; os serventes das escolas; o carcereiro da cadeia pública; e o relojoeiro municipal.

Do mesmo modo procediam os trabalhadores da Misericórdia: médicos, enfermeiros, criados das enfermarias, cozinheiro, lavadeira, costureira e mais empregados do hospital de Santo André; o farmacêutico e os ajudantes da farmácia; e o pessoal administrativo e outros servidores da Santa Casa³⁹.

A tradição associativa com fins profissionais, económicos ou solidários, ajudou por certo a atenuar os efeitos da “crise das subsistências” provocada pela Guerra Mundial.

As cooperativas de consumo, embora sem capacidade para impedir o açambarcamento e o mercado negro, possuíam alguma influência junto das autoridades municipais. Obtinham, com maior ou menor dificuldade, o fornecimento de géneros alimentares que escasseavam no mercado legal. E para milhares de consumidores montemorenses representaram certamente a única fonte de abastecimento, para além da produção doméstica.

2.2. O ASSOCIATIVISMO DE CLASSE

O mundo rural permaneceu, durante muito tempo, alheado deste movimento associativo, que se radicou prioritariamente nos centros urbanos. A primeira associação de classe de trabalhadores

³⁹ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo (A.S.C.M.M.N.), *Livro de Actas das Sessões da Direcção da Misericórdia* (1914–1925), sessão de 16/5/1918, fls. 46v.–47.

rurais surgiria em Beja, apenas em 1901. Mas foi com a implantação da República que o movimento se generalizou. Em Montemor, ainda em 1910 constituiu-se a *Associação dos Trabalhadores Rurais de Vendas Novas*. Em Janeiro de 1912 já se encontrava em actividade a *Associação dos Trabalhadores Rurais do Escoural*, provavelmente formada no ano anterior⁴⁰. Também em 1912, a *Associação dos Trabalhadores Rurais de Montemor-o-Novo*, instalada na sede do concelho, demonstrava um dinamismo indiciador de uma organização com alguma experiência⁴¹. E pelo menos desde 1913 existia também uma *Associação dos Trabalhadores Rurais de Cabrela*⁴².

No entanto, em Lavre, não havia na época uma instituição similar. Apesar de terem protagonizado as ocupações de terras nos primeiros dias do regime republicano, os lavrenses encontravam-se “desunidos”. Tal situação era fruto da “pouca educação e da péssima orientação por eles seguida”, de acordo com a opinião de um seu conterrâneo, F. S. Rodrigues, correspondente do *Trabalhador Rural*. Este sugeria, por isso, a deslocação àquela vila de um dirigente sindical de Évora, de modo a esclarecê-los⁴³.

Fora do sector agrícola existiam ainda outras associações de classe. O *Grupo dos Empregados de Comércio de Montemor-o-Novo*,

40 A.H.M.M.N./C.M.N., A1 B180, *Actas das Vereações Camarárias* (1911—1912), acta de 22/1/1912, fl. 140v.

41 Id., *ibid.*, acta de 26/6/1912, fl. 185v. Id., A1 B181, *Actas das Vereações Camarárias* (1912—1913), acta de 30/12/1912, fls. 35—35v.

42 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 4, Março de 1913.

43 Id, Nº 2, Janeiro de 1913.

também designada por *Associação dos Caixeiros*; a *Associação dos Operários Corticeiros de Vendas Novas*; e o *Grupo dos Empregados de Comércio de Vendas Novas*. Os dois primeiros surgiram ainda sob o regime monárquico⁴⁴.

As associações de classe distinguiram-se das organizações mutualistas pelo seu carácter essencialmente reivindicativo. Centravam a actividade na luta por melhores condições de trabalho e de vida; e num sentido mais amplo, por uma sociedade mais justa.

A diferença de objectivos era bem patente na natureza nas comemorações do dia mundial do trabalhador. Enquanto a *Associação Operária 1º de Maio* festejava a data com um cortejo acompanhado por bandas de música e foguetes, a *Associação dos Trabalhadores Rurais* assinalava-a com comícios e manifestações. Em 1914, ainda foi tentada uma aproximação, por iniciativa desta última associação, no sentido de promoverem uma comemoração conjunta, que no entanto não resultou⁴⁵.

Deste modo, goradas as expectativas de uma nova ordem baseada no trabalho e na justiça social prometida pelos republicanos, o movimento sindical operário rapidamente retomou formas de contestação mais radicais, já experimentadas nas derradeiras décadas da monarquia constitucional.

44 *O Meridional*, Ano XIX, Nº 979, de 27/3/1910.

45 *O Trabalhador Rural*, Ano II, Nº 12, Abril de 1914.

3. A conflitualidade social

Ainda em 1910 teve início um surto grevista sem precedentes. Nos últimos dois meses deste ano e ao longo de 1911 ocorreram mais de 60 greves por todo o país, um grande número das quais promovidas por trabalhadores rurais⁴⁶. Mas a de Janeiro de 1912, o movimento adquiriu maiores proporções e consequências dramáticas.

Tudo começou quando os trabalhadores do concelho de Évora proclamaram a greve. A contestação teve origem no incumprimento, por parte dos lavradores, das tabelas salariais previamente acordadas e na indiferença do governador civil, conivente com o patronato. A iniciativa foi violentamente reprimida e culminou com o encerramento da sede da Associação dos Trabalhadores Rurais. Estes passaram a reunir-se no campo, o que ocasionou ainda mais prisões. Os delegados das outras organizações operárias do distrito proclamaram a greve geral, à qual aderiram mais de 20.000 trabalhadores de ambos os sexos. As autoridades ripostaram com nova carga policial e militar⁴⁷.

Deste acto repressivo resultaram uma morte, numerosos feridos, prisões e o encerramento de diversas associações. A 29, a União dos Sindicatos Operários de Lisboa decretou uma greve de solidariedade com os trabalhadores alentejanos, que se estendeu a outras localidades das imediações da capital e da Margem Sul. Em poucos

46 A. H. de O. MARQUES, *A 1ª República portuguesa ...*, Lisboa, 1980, pp. 45–46.

47 Alexandre VIEIRA, *Para a história do sindicalismo em Portugal*, Lisboa, Seara Nova, 1974, pp. 58–59

dias, a agitação alastrou ao resto do país, incluindo a cidade do Porto, onde se promoveram comícios e manifestações de rua⁴⁸.

Os operários agrícolas montemorenses, além de acompanharem os de Évora nas paralisações, ajudaram financeiramente os companheiros presos e respectivas famílias⁴⁹, apesar das suas próprias dificuldades.

O associativismo rural não se deixou intimidar por este episódio repressivo. Se à data dos confrontos existiam 32 sindicatos de trabalhadores rurais, em Janeiro de 1913 eram já 94⁵⁰; e em Abril do mesmo ano 127⁵¹.

Em Agosto de 1912 teve lugar, precisamente em Évora, o I Congresso dos Trabalhadores Rurais. Nele participaram delegados de 39 sindicatos, representantes de 12.600 trabalhadores⁵². Nesta assembleia constituiu-se a Federação dos Trabalhadores Rurais. Por seu turno, esta última fundaria em Dezembro desse ano o seu órgão oficial, *O Trabalhador Rural*⁵³, enquadrado na corrente do sindicalismo revolucionário⁵⁴. Os operários agrícolas alentejanos, incluindo os

48 Id., *ibid.*, pp. 61–64. *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 2, Janeiro de 1913. Manuel Joaquim de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, Porto, Afrontamento, 1974, pp. 90–93. A. H. de O. MARQUES, *A 1ª República portuguesa*, p. 47.

49 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 4, Março de 1913.

50 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 2, Janeiro de 1913.

51 Id., Ano II, Nº 10, Janeiro de 1914.

52 Costa JÚNIOR, *Movimento operário português*, Lisboa, Verbo, 1964, p. 76.

53 M. J. de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, p. 94.

54 Implícita em todos os números do jornal, mas claramente expressa no seu número 15, Ano II, de Agosto de 1914.

montemorenses, tomavam ainda regularmente conhecimento das propostas e ideias divulgadas por outros periódicos de pendor revolucionário, como *O Sindicalista e A Revolta*, este último órgão da Federação Anarquista do Sul⁵⁵. Apesar da sua elevada taxa de analfabetismo, havia sempre alguém com instrução, que lia para os companheiros.

A 6 e 7 de Abril de 1913 realizou-se novamente em Évora o II Congresso dos Trabalhadores Rurais. Estiveram presentes cerca de 70 associações, incluindo as 4 do concelho de Montemor-o-Novo, cada uma com 2 delegados. O evento começou a ser preparado com meses de antecedência. Comissões de propaganda percorreram o Alentejo em acções de esclarecimento⁵⁶, reveladoras da capacidade organizativa e mobilizadora deste grupo profissional. Nesta reunião magna foram aprovadas resoluções respeitantes a salários, horários de trabalho e aproveitamento de terrenos incultos. Apesar da sua importância, nenhum dos jornais de grande tiragem, todos republicanos, noticiou o evento⁵⁷.

De facto, o fosso entre o poder central e os trabalhadores ia-se acentuando. As tímidas medidas de alcance social adoptadas a partir de 1911 pelos ministérios republicanos eram insuficientes para conter a intensificação do movimento reivindicativo. Mas a dura resposta governamental, principalmente a empreendida pelo primeiro ministério de

⁵⁵ *O Trabalhador Rural*, Ano I, N.º 2, Janeiro de 1913. Id., N.º 5, Abril de 1913. A. VIEIRA, *Para a história do sindicalismo ...*, p. 70.

⁵⁶ *O Trabalhador Rural*, Ano I, N.º 4, Março de 1913.

⁵⁷ Id., N.º 5, Abril de 1913.

Afonso Costa, acabou por conduzir à decadência do movimento sindical rural, devido à prisão e deportação dos seus principais dirigentes. Em Maio de 1913, a União dos Sindicatos de Évora, onde funcionava a Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais, foi encerrada por 4 meses. Por esse motivo, *O Trabalhador Rural* suspendeu a publicação por igual período de tempo, reaparecendo em Outubro⁵⁸.

Muitas associações de classe do Alentejo e Baixo Ribatejo extinguiram-se nesta altura⁵⁹. Algumas, porém, lograram sobreviver à devastação, como as dos rurais do concelho de Montemor-o-Novo. A da sede do município e a do Escoural participaram no Conselho Federal realizado na capital alentejana a 12 de Outubro desse ano, no qual desempenharam um papel de relevo. Francisco Pereira, dirigente da Associação montemorense desde a sua fundação, presidiu aos trabalhos. E o delegado da congénere do Escoural, Ricardo Zôrro, secretariou a reunião⁶⁰.

Francisco Pereira, em nome da sua Associação, convidou o sindicalista Joaquim Candieira⁶¹ a proferir uma conferência em Montemor-o-Novo, a 1 de Março de 1914⁶², pouco tempo depois da sua libertação, no âmbito da amnistia proposta por Bernardino Machado e

58 Id., Nº 7, Outubro de 1913.

59 F. C. ROCHA e M. R. LABAREDES, *Os trabalhadores rurais do Alentejo* ..., pp. 25–26.

60 *O Trabalhador Rural*, Ano I, Nº 8, Novembro de 1913.

61 Sobre este grande dirigente do operariado agrícola, veja-se: António VENTURA, *Subsídios para a história do movimento sindical rural no Alto Alentejo (1910–1914)*, Lisboa, Seara Nova, 1976, p. 46.

62 *O Trabalhador Rural*, Ano II, Nº 11, Março de 1914.

aprovada pelo parlamento a 20 de Fevereiro desse ano⁶³. Este organizador do associativismo rural alentejano⁶⁴ fora acusado de “agitador” durante o primeiro Ministério de Afonso Costa⁶⁵. Condenado a dois anos e meio de prisão, ainda estivera detido “*longos meses*”⁶⁶.

O 1º de Maio seguinte foi assinalado pelos mesmos trabalhadores rurais de Montemor com uma sessão solene, depois de malograda a tentativa de uma comemoração conjunta com a Associação operária mutualista, como acima descrevemos. Desta vez o convidado principal foi Manuel Ferreira Quartel⁶⁷, outro destacado dirigente sindical⁶⁸ recentemente libertado e cujo rosto, ainda marcado “*pelo sofrimento de mártir dos algozes*”, causou forte impressão a Francisco Pereira, quando o foi esperar à estação ferroviária⁶⁹. Quartel participara, entre 14 e 17 de Fevereiro desse ano, no histórico Congresso Nacional Operário de Tomar, como delegado da Federação Nacional dos Trabalhadores Rurais⁷⁰.

Vendas Novas, por seu turno, assinalou o dia do trabalhador com um grande cortejo. A partir da sede das Associações dos

63 João Bonifácio SERRA, “Do 5 de Outubro ao 28 de Maio: a instabilidade permanente”, in *Portugal Contemporâneo*, vol. 3 (dir de António REIS), Lisboa, 1990, p. 42 (13–84).

64 M. J. de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, pp. 93–94.

65 De Janeiro de 1913 a Fevereiro de 1914.

66 *O Trabalhador Rural*, Ano II, Nº 10, Janeiro de 1914.

67 Id., Nº 13, Maio de 1914.

68 Sobre este sindicalista veja-se: António VENTURA, *Subsídios para a história do movimento sindical ...*, pp. 42–43.

69 *O Trabalhador Rural*, Ano II, Nº 13, Maio de 1914.

70 Id., Nº 12, Abril de 1914.

Trabalhadores Rurais e dos Corticeiros, o desfile percorreu as ruas da vila. Nele se incorporaram outros sectores profissionais, como os sapateiros e os caixeiros, a Sociedade Filarmónica Operária e o Grupo Mocidade Recreativa, todos com os respectivos estandartes cobertos de crepes pretos, em sinal de luto e de protesto. No final houve comício, no qual pontificou António Henriques⁷¹, outra grande figura do sindicalismo operário⁷².

Após um período de relativa acalmia, a agitação social reacendeu-se. Em princípios de 1916, durante o segundo governo de Afonso Costa, surgiram em Lisboa e um pouco por todo o país manifestações de protesto e assaltos espontâneos a padarias e outros estabelecimentos comerciais, por parte da população esfomeada e enfurecida. As forças policiais ocuparam a sede da UON e prenderam quem lá se encontrava, o mesmo sucedendo com outros sindicatos⁷³.

Os acontecimentos da capital tiveram fortes repercussões em Montemor-o-Novo. Na sede do concelho, os operários agrícolas empreenderam manifestações de protesto e cortaram as linhas telegráficas. Em Vendas Novas a agitação foi semelhante. Mas o ponto alto da revolta ocorreu em Cabrela. Aqui, *“os trabalhadores armados tomaram uma atitude mais hostil, mais ameaçadora”*. As autoridades mandaram *“para aquela vila força pública a fim de manter*

71 Id., Nº 13, Maio de 1914.

72 M. J. de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, pp. 93–94.

73 A. VIEIRA, *Para a história do sindicalismo ...*, pp. 91–93. M. J. de SOUSA, *O sindicalismo em Portugal*, p. 107.

a ordem”. Mas como esta “foi recebida hostilmente” pelo povo, efetuaram-se “algumas prisões” e foram apreendidos machados aos manifestantes. Entre os detidos encontrava-se Luís António, presidente da Associação local dos Trabalhadores Rurais. As detenções não intimidaram os revoltosos. No dia seguinte, “os agitadores de Cabrela”, apoiados pelos de Vendas Novas, “percorreram algumas freguesias” do concelho, “tentando arrastar à desordem os ranchos de diversos lavradores”. Évora e o Redondo foram, pelos mesmos dias, alvo de distúrbios idênticos⁷⁴.

Nos últimos dias de Maio de 1917, já durante o terceiro ministério afonsista, o administrador do concelho comunicava à câmara ter já requisitado um reforço policial para Vendas Novas, “em vista dos últimos acontecimentos (...) e com o fim de evitar tumultos graves”⁷⁵. Não obstante, os “incidentes desagradáveis” repetiram-se na mesma vila a 25 de Junho⁷⁶. Tal ocorrência levou o presidente da câmara, Jaime Arnaldo Lopes Brejo, a oficialiar a 22 grandes produtores cereáliferos do concelho, no sentido de os convencer a vender à edilidade a farinha possível, da qual havia grande falta, quando tinha conhecimento de que pelo menos alguns deles possuíam os celeiros cheios.

74 *O Meridional*, Ano XXVI, Nº 1.281, de 6/2/1916.

75 A.H.M.M.N./C.M.N., A1 B187, *Actas das Vereações Camarárias* (1916–1918), acta de 28/5/1917, fls. 79v.–82.

76 *Id.*, A7 C39, *Registo da Correspondência Expedida* (1915–1918), ofício de 26/6/1917, para o lavrador José Joaquim Nunes, fl. 132 v.

Apelava para o seu patriotismo e advertia-os para o perigo de os incidentes se repetirem nesta e em outras localidades⁷⁷.

Por estas missivas depreendemos que os “*incidentes*” de Junho e muito provavelmente os “*acontecimentos*” de Maio tivessem consistido em assaltos a padarias, muito frequentes na época por todo o país.

Em Setembro de 1917, os empregados dos correios de Montemor aderiram em peso à greve geral nacional do pessoal dos correios e telégrafos. No dia 13, permaneciam já inactivos “*há mais de oito dias*”⁷⁸, começando o serviço a normalizar apenas no final do mês⁷⁹.

4. O associativismo operário e as câmaras republicanas

A nível local, as relações entre os corpos administrativos e as associações laborais seriam mais pacíficas, a juízo pelo que ocorreu em Montemor-o-Novo, onde existiu alguma cooperação entre o órgão dirigente dos trabalhadores rurais e as câmaras de gestão republicana. Além dos exemplos acima descritos ocorridos em 1910, em 1912, a pedido da municipalidade, a Associação dos Trabalhadores Rurais disponibilizou uma lista de associados desempregados, a fim de lhes ser distribuído trabalho nas obras municipais⁸⁰.

77 Id., *ibid.* Além do ofício indicado na nota anterior, outros de teor idêntico, entre os fólios 131 e 139 do mesmo livro.

78 *Democracia do Sul*, Ano 16º, Nº 799, de 13/9/1917.

79 Id., Nº 802, de 25/9/1917.

80 A.H.M.M.N./C.M.N., A1 B180, *Actas das Vereações Camarárias* (1911–1912), acta de 26/6/1912, fl. 185 v.

A mesma Associação ajudou a angariar fundos para a criação, em Janeiro de 1914, do Asilo de Mendicidade, destinado a recolher os idosos desamparados do concelho⁸¹. E na festa do primeiro aniversário desta instituição de beneficência, o seu representante teve direito a um lugar destacado, junto à mesa e a par do delegado da Associação Operária 1º de Maio⁸².

Em 1915, voltou a colaborar com a câmara, apresentando uma listagem, tal como a Associação Operária, de 40 famílias especialmente carenciadas pela falta de trabalho, motivada pelo inverno prolongado⁸³.

Em Maio do mesmo ano, desfilou na “grandiosa manifestação” de regozijo pela queda da ditadura de Pimenta de Castro, organizada pelo Centro Republicano local, a par de outras associações⁸⁴.

E a Cooperativa de Consumo, que apesar de possuir uma administração autónoma tinha sido criada pela Associação dos Trabalhadores Rurais montemorenses, manteve durante a guerra uma colaboração aparentemente pacífica com as comissões de subsistência republicanas.

Algumas iniciativas promovidas pela Associação para debater questões laborais ou o aumento do custo de vida tiveram lugar no Teatro Municipal, disponibilizado para o efeito pela edilidade.

81 *A Folha do Sul*, Ano 22º, Nº 1648, de 1/1/1919.

82 *O Meridional*, Ano XXIV, Nº 1225, de 3/1/1915.

83 *Id.*, Nº 1232, de 21/2/1915. Nº 1233, de 28/2/1915.

84 *Id.*, Nº 1245, de 23/5/1915.

5. A repressão sidonista

O culminar da contestação dos montemorenses, bem como da repressão que sobre eles se abateu, ocorreu durante a ditadura sidonista. O «Presidente Rei» organizara o movimento insurreccional de 5 de Dezembro de 1917 com o intuito declarado de pôr termo às lutas interpartidárias, repor a acalmia social e a ordem pública. Tais promessas, aliadas ao seu modo de actuação populista, granjearam-lhe inicialmente numerosos apoios e uma atitude de expectativa da parte do movimento sindical. Porém, Sidónio Pais não resolveu nenhum dos grandes problemas nacionais.

A sua acção económica teve efeitos desastrosos, com a subida, ainda mais vertiginosa, do custo de vida e o desaparecimento completo de alguns géneros que ainda se encontravam no mercado. O açambarcamento atingiu proporções inéditas, com a conivência dos próprios governadores civis⁸⁵.

O operariado depreessa concluiu que a repressão dezembrista superava, em violência e intolerância, a do «racha sindicalistas» Afonso Costa. Porém, experimentado na luta reivindicativa e acicatado pelas condições de vida insuportáveis, não se deixou abater, antes reforçando o movimento grevista. E a UON, apoiada por socialistas e anarco-sindicalistas, chegou a preparar uma greve geral para 18 de Novembro de 1918. O evento acabou por fracassar, devido a vários factores: a selvática perseguição aos trabalhadores e às suas

85 ROCHA, F. C., LABAREDAS, M. R., *Os trabalhadores rurais do Alentejo ...*, p. 40.

estruturas organizativas; as perturbações causadas pela pneumónica; e a desmobilização de muitos potenciais aderentes, esperançados nas consequências da assinatura do armistício, a 11 do mesmo mês⁸⁶.

A vila e o concelho de Montemor-o-Novo sentiram duramente os efeitos da ditadura do ex-ministro de João Chagas. O novo governador civil de Évora, major José Marcelino Carrilho, substituiu a câmara democraticamente eleita por uma comissão administrativa da confiança do governo⁸⁷.

Esta decretou de imediato a extinção das 8 horas de trabalho, anteriormente atribuídas ao pessoal empregado nos serviços da limpeza pública⁸⁸.

O relacionamento com o professorado primário também se deteriorou⁸⁹. A articulação com as comissões administrativas das juntas de paróquia tornou-se bastante tensa. Estas queixavam-se da falta de bens de consumo, do açambarcamento e do estado intransitável das estradas e caminhos. E alertavam insistentemente para o clima de indignação predominante nas suas áreas administrativas e para o perigo iminente de “*conflitos*” ou “*alterações da ordem pública*”.

As retaliações da ditadura relativamente aos adversários políticos não pouparam estas comissões administrativas, como sucedeu,

86 A. VIEIRA, *Para a história do sindicalismo ...*, pp. 129–138.

87 A.H.M.M.N./C.M.N., A1 B187, *Actas das Vereações Camarárias* (1916–1918), acta de 12/1/1918, fl. 164. *Democracia do Sul*, Ano 17º, Nº 842, de 21/3/19178.

88 Id., A1 B187, *Actas das Vereações Camarárias* (1916–1918) acta de 18/2/1918, fl. 183v.

89 Id., A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofícios de 26/9/1918 e de 26/9/1918, de 29/9/1918 e de 30/9/1918.

por exemplo, no Escoural. Quando, a 28 de Abril, Sidónio Pais se fez eleger presidente da República, depois de alterar a lei eleitoral em vigor, Democráticos, Evolucionistas e Unionistas promoveram uma grande campanha pela abstenção, invocando a ilegalidade do sufrágio. Os escouralenses, de acordo com as advertências dos partidos republicanos, não votaram. E as autoridades, “*por vingança*”, desmembraram-lhe a freguesia, através da desanexação das paróquias de S. Cristóvão e de S. Romão⁹⁰.

E em Cabrela, a comissão administrativa local foi substituída “*por um único homem*”, que acumulava várias funções: presidente da junta de paróquia, regedor, substituto do juiz de paz e fiel do celeiro municipal. A sua administração era considerada, pela imprensa republicana, “*uma verdadeira calamidade*”⁹¹.

A dificuldade de relacionamento da câmara sidonista com as instituições e corpos sociais do concelho foi particularmente evidente no caso da Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais. Em Setembro de 1918, o presidente da direcção deste sindicato operário solicitou à edilidade a cedência do Teatro Municipal. O pedido destinava-se à realização de uma assembleia de trabalhadores, na qual seriam “*apreciadas as reclamações de carácter económico da União Operária Nacional*”, provavelmente já no âmbito da preparação da greve geral projectada para 18 de Novembro seguinte. Contrariamente ao sucedido com as vereações republicanas, esta

90 *Democracia do Sul*, Ano 17º, Nº 891, de 8/9/1918.

91 *Id.*, Ano 18º, Nº 903, de 13/2/1919.

indeferiu o pedido, com a alegação de que as instalações apenas se destinavam a espetáculos⁹².

A recusa não demoveu os organizadores do evento, que transferiram o encontro para a sua própria sede. De acordo com a imprensa republicana, a iniciativa decorreu ordeiramente, com a presença exclusiva dos associados. Depois de terminado o evento, “*mas achando-se ainda na sede (...) muitos trabalhadores*”, entraram de rompante o administrador do concelho, tenente Francisco José da Silva Santos Júnior, acompanhado por dois polícias e alguns agentes da Guarda Nacional Republicana. Prenderam a Mesa do encontro, constituída pelos seguintes elementos: o já nosso conhecido Francisco Pereira, presidente da agremiação; o pedreiro e sindicalista Agostinho José Maria de Sampaio; e António Vaz, delegado da UON, que viera proferir a conferência de fundo⁹³.

Os operários presentes protestaram. Seguiram a força policial e “*foram postar-se, em grande número, diante da administração do concelho, pedindo a liberdade dos seus camaradas e protestando contra a falta de pão*”⁹⁴. Perante a contestação e o engrossar da multidão que “*ia aparecendo de todos os lados*”⁹⁵, o administrador do concelho requisitou mais força policial. A guarda tomou o Terreiro de S. João de Deus pela força e tentou fazê-lo evacuar. Porém, como

92 A.H.M.M.N./C.M.N., A4 C86, *Correspondência Recebida*. 1918, ofício de 9/9/1918.

93 *Democracia do Sul*, Ano 17º, N° 894, de 19/9/1918; e N° 895, de 22/9/1918.

94 *Id.*, N° 894, de 19/9/1918.

95 *O Meridional*, Ano XXVIII, N° 1.418, de 22/9/1918.

*“alguns trabalhadores mais exaltados recalcitrassem, deu-se um conflito entre um popular e um guarda”, quando este agrediu o civil “com uma coronhada. Nessa altura, toda a serenidade abandonou” as forças da ordem. “A pistola do senhor administrador do concelho e as armas dos guardas começaram a disparar tiros nervosamente, doidamente, e dez minutos depois desta alucinação jaziam no chão dois trabalhadores mortos, havendo vários feridos, um dos quais tão gravemente que veio a falecer”*⁹⁶.

As três vítimas mortais eram António Joaquim, Raul José Sabino e José Cabeçana. O tenente Santos Júnior foi acusado de *“assassinar voluntariamente”* António Joaquim⁹⁷. Os outros teriam sido alvo casual das balas disparadas pela guarda, acusada de fazer *“fogo sobre a multidão com pontarias baixas, muitas delas para as embocaduras das ruas”* adjacentes ao Terreiro⁹⁸.

Os vestígios da refrega ficaram assinalados nas paredes e nas portas dos edifícios do Terreiro, *“cheias de sinais produzidos pelas balas”*⁹⁹. Mas os confrontos não ficaram por aqui. Houve *“mais correrias e alguns tiros no Rossio”*, onde o povo revoltado feriu dois guardas e um cabo da GNR¹⁰⁰.

96 *Democracia do Sul*, Ano 17^o, N^o 894, de 19/9/1918.

97 *Id.*, N^o 895, de 22/9/1918.

98 *O Meridional*, Ano XXVIII, N^o 1418, de 22/9/1918.

99 *Democracia do Sul*, Ano 17^o, N^o 895, de 22/9/1918.

100 *Id.*, N^o 894, de 19/9/1918.

Os presos acabaram por ser soltos. António Vaz, na estação do caminho-de-ferro da Torre da Gadanha, por pressão dos ferroviários. E os outros uns dias mais tarde¹⁰¹.

Pelo menos nos dois fins-de-semana seguintes, a vila martirizada foi ocupada por um destacamento de tropas, acontecimento ironizado deste modo na Democracia do Sul: “(...) *gente de Montemor há-de ser feroz e aguerrida. E então armamento? São capazes de até terem tanques, os mafarricos! (...) Ora desta maneira, como é possível enviar tropas para França? De modo algum. As que há até são poucas para mandar para Montemor*”¹⁰².

A greve geral convocada pela UON para 18 de Novembro ficou bastante aquém do desejado. Mas mobilizou os ferroviários do Sul e Sueste, os operários da construção civil, os gráficos, e o operariado agrícola dos distritos de Évora e de Beja, surgindo, neste contexto, as ocupações de terras no Vale de Santiago acima referidas¹⁰³.

As autoridades fizeram numerosas detenções, incluindo, no dia 21, a de Abel dos Santos, membro da Associação dos Rurais de Montemor. Prometeram-lhe a liberdade se denunciasse o paradeiro de Francisco Pereira e de Joaquim Vidigal. Como não cedeu, esteve detido 63 dias¹⁰⁴.

101 Id., N.º 895, de 22/9/1918.

102 Id., N.º 898, de 3/10/1918.

103 ROCHA, F. C., LABAREDAS, M. R., *Os trabalhadores rurais do Alentejo ...*, p. 42 e segs.

104 *A Folha do Sul*, Ano 22.º, N.º 1.683, de 7/5/1919.

O administrador do concelho, apesar dos graves incidentes de 15 de Setembro, continuava em funções, para grande indignação da opinião pública. Por esses dias, montou uma perseguição a outro trabalhador rural, José Vidigal da Cruz, por ser, segundo a imprensa republicana local, “*um tanto altivo e dedicado ao engrandecimento da sua Associação*”. No entanto, o sindicalista conseguiu escapar-lhe durante meses. Protagonizou aventuras rocambolescas: manteve-se escondido na própria casa, quando esta era devassada pelos perseguidores; e atravessou, com risco de se afogar, ribeiras caudalosas, para despistar os cães polícias¹⁰⁵.

A 3 de Dezembro, em consequência de mais uma greve dos trabalhadores agrícolas, foi preso outro membro da mesma Associação, António Silvestre Cardoso. Este fazendeiro, que completava o magro rendimento da sua courela com trabalho à jorna, era casado e pai sete filhos. Ficou detido na cadeia local até 1 de Janeiro, data em que foi transferido, com Abel dos Santos, para os calabouços do governo civil de Lisboa, ambos acompanhados da informação de “*agitadores*”. Foram soltos a 23 de Janeiro de 1919¹⁰⁶, nas vésperas da queda do governo de Tamagnini Barbosa.

6. O rescaldo da Guerra

A 11 de Novembro de 1918 foi assinado o armistício que pôs termo à Primeira Grande Guerra. Portugal pouco festejou o evento,

¹⁰⁵ Id., N.º 1679, de 23/4/1919.

¹⁰⁶ Id., N.º 1.683, de 7/5/1919.

devido à proibição de manifestações públicas, decretada por Sidónio Pais. A ferocidade da repressão dos sectores que aderiram à paralisação de 18 desse mês isolou ainda mais o governo do ditador, apressando o seu assassinato, a 14 de Dezembro¹⁰⁷.

Com a demissão do último governo de maioria sidonista, a câmara arbitrariamente demitida em Janeiro de 1918 retomou funções. Reintegrou os funcionários demitidos por razões políticas. Repôs as regalias laborais e salariais perdidas. E restabeleceu o diálogo com as organizações sindicais e mutualistas, com os professores, com as juntas de paróquia e a população em geral.

Os montemorenses puderam finalmente expressar o júbilo pelo fim da guerra, através das calorosas recepções públicas aos conterrâneos que iam regressando das frentes de combate.

A perseguição ao movimento sindical abrandou significativamente a partir do governo de José Relvas¹⁰⁸, embora as dissidências políticas e a instabilidade governativa dificultassem o retorno à normalidade.

A 3 de Março de 1919, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Escoural reabria as suas portas, encerradas compulsivamente por ocasião do movimento grevista do Novembro anterior¹⁰⁹. Nos princípios de Junho, a Associação dos Trabalhadores Rurais de Montemor

107 Alberto FRANCO e Paulo BARRIGA, *O homem que matou Sidónio Pais. A empolgante história de José Júlio da Costa*, Odemira, Câmara Municipal, 2008.

108 J. B. SERRA, "Do 5 de Outubro ao 28 de Maio ...", p. 71.

109 *A Folha do Sul*, Ano 22º, Nº 1668, de 15/3/1919.

reuniu para eleger os delegados ao congresso de Coimbra e ouvir um operário corticeiro de Évora descrever o significado das ocupações no Vale de Santiago e as “atrocidades cometidas” nessa altura pelas forças da ordem. No final da sessão, os operários agrícolas montemorenses, em mais uma demonstração de solidariedade, reuniram algum dinheiro, destinado às famílias dos operários presos durante aquela ousada iniciativa¹¹⁰.

Montemor, como o país em geral, esforçava-se por recuperar a normalidade. Porém, a conjuntura internacional prenunciava tempos difíceis, para uma Europa que procurava erguer-se dos escombros da Guerra. O golpe militar de 28 de Maio de 1926, abriu o caminho a 48 anos de ditadura. Todavia, os trabalhadores montemorenses, experimentados na luta contra os governos republicanos e os seus interregnos ditatoriais, jamais baixaram os braços, mantendo sempre acesa a esperança em dias melhores.

110 Id., N° 1693, de 11/6/1919.

A greve de 70 dias no Sul e Sueste (1920), segundo os Diários de José António Marques

O texto que vamos apresentar é a crónica de uma longa greve nos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste em 1920, acontecimento histórico no qual o narrador é observador e participante.

Trata-se da transcrição de parte de um documento, escrito por José António Marques, operário ferroviário, registado pelo próprio em cadernos, sob a forma de registos diários¹. José António Marques nasceu no dia 1º de Maio de 1900, iniciando os seus diários por volta dos 18 anos, coisa que fez ao longo de toda a sua vida, tendo parado apenas 3 anos antes de morrer, em 1993. Os seus apontamentos versam sobre uma multiplicidade de acontecimentos ocorridos no Barreiro, de tal forma, que, sob o ponto de vista histórico os seus escritos constituem uma fonte extraordinária para o conhecimento da vida quotidiana da população do Barreiro, na primeira metade do século XX, com especial enfoque na comunidade operária ferroviária. Inserto no seu primeiro caderno, encontra-se o testemunho sobre um facto datado

¹ Estes manuscritos constituem uma parte do importante espólio que José António Marques legou à Câmara Municipal e está depositado no Arquivo Municipal do Barreiro. O documento a que nos reportamos tem o título que José António Marques lhe atribuiu: *Registo dos factos mais notáveis nos anos 1918 a 1920*, com a cota AMB/EJAM/Lv.1

de 1920: a greve de 70 dias, que teve lugar na Companhia dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, empresa na qual trabalhava José António. A greve teve início a 30 de Setembro e terminou a 9 de Dezembro de 1920.

José António é ele próprio autor e actor, no processo histórico que descreve, transmitindo a visão singular de um operário sobre o mundo que o rodeia, num dos pólos mais industrializados do país, habitado por uma população operária profundamente politizada. Assim era o Barreiro nas décadas iniciais do século passado.²



José António Marques aos 18 anos.

Espólio JAM, Cx. 24 —

Arq. Mun. do Barreiro

É, portanto, através do seu olhar, da sua compreensão do mundo e das suas emoções, que vamos acompanhando, diariamente, o desenrolar desta luta. Ao longo de 2 meses, intensos e intermináveis, assistimos à tomada de consciência de José António, jovem ferroviário de 18 anos que conta, dia-a-dia, como tal acontecimento pôs à prova a capacidade de resistência da classe. Em simultâneo, as suas notas transportam-nos para os locais do quotidiano, num quase registo cinematográfico, animado e colorido, que nos coloca em cenários de grande conflitualidade social, como os que se viviam no Barreiro, e de resto em todo o país, no final da I República.

² Quando José começa a escrever os seus diários em 1918, um Relatório da Comissão Administrativa Municipal, em breve caracterização económica e social, referia-se ao Barreiro nos seguintes termos: «A importante vila do Barreiro situada a 40 quilómetros de Lisboa, conta hoje cerca de 12.000 habitantes. Além das vastas oficinas dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste e Companhia União

Através das suas palavras chegamos ao desfecho deste processo, dramático, para muitos dos intervenientes. Forçados a retomar o trabalho, os ferroviários, desalentados, foram vencidos pela fome e derrotados nas suas aspirações. No final enfrentam os impedimentos e as perseguições.

Para tentar compreender o contexto em que surgiu a greve de 30 de Setembro de 1920, vamos recuar ao início do ano, recorrendo às notas de José António.

Escreve ele que, no dia 14 de Janeiro, uns 80 operários abandonaram as Oficinas *«falando que arrebatava a greve»*. No mesmo dia, no Barreiro, também os corticeiros entraram em greve.

No mês de Fevereiro, no dia 12, refere que o pessoal da CUF entrou em greve e a 24 do mesmo mês, os Caminhos de Ferro do Sul e Sueste (CFSS) estavam de novo paralisados. Dois dias depois paravam os ferroviários do Minho e Douro. Em 4 Março, José António, de serviço em Faro, escrevia:

«Fui à primeira reunião de ferroviários. Na cidade correu o boato que se tinham declarado em greve os correios e telégrafos.» Neste dia ainda, anotava ele, no seu comentário habitual sobre o estado do tempo: *«Fez um dia lindo e peras e a noite de luar, mas fria»*, prosseguindo depois com outros assuntos: *«Soube que*

no Barreiro principiou o trabalho. Às 14h retirou para Lisboa o Batalhão de Sapadores de Caminho de Ferro. Fez 17 anos a Maria Gertrudes Maurício³».

No dia 5 anotava: «*Soube-se que por causa da greve caiu o governo*» e no dia 25 Março «*a reunião de ferroviários que estava marcada não se realizou, por ter sido proibida*». ⁴

Em 14 de Abril, segundo notícia do *Sul e Sueste*, suicidou-se nas Oficinas Gerais um servente de 20 anos. Deixou uma carta, na qual se dizia «*cansado da vida e aborrecido com a má organização social*»⁵.

A 5 de Junho, entre os vários acontecimentos de que fala José António, lê-se o seguinte: «*pelas 12h declarou-se em greve o pessoal da construção da linha do Barreiro/Seixal*».

Em 1 de Julho nova greve estava a decorrer no Sul e a 3, seguiram-se-lhes os Caminhos de Ferro do Vouga.

Em 4 de Agosto, durante uma reunião de ferroviários no Barreiro, registou-se um tiroteio, na sequência do qual foi tomada a Rotunda das Máquinas pela GNR. O Barreiro estava em estado de sítio. Escreve José: «*Á noite as ruas são patrulhadas por forças de*

3 Namorada de José António Marques.

4 Terá sido na sequência desta greve que foram presos Leopoldo Calapez e Manuel Dionísio, membros da Associação de Classe, por trazerem consigo exemplares do *Bandeira Vermelha*, conforme regista o jornal *O Sul e Sueste*, nº21, 31 de Março, 1920. Ainda segundo *O Sul e Sueste*, a polícia efectuou buscas às casas de Miguel Correia e António José Piloto, destacados militantes anarquistas do Barreiro, igualmente membros da direcção da Associação de Classe dos Ferroviários do Sul e Sueste. Dias depois António José Piloto, Presidente da Associação, viria a ser preso pela Polícia Cívica em 10 de Abril. Cf. *O Sul e Sueste* nº22, 23 de Abril, 1920.

5 *O Sul e Sueste*, nº22, 23 de Abril, 1920.

Cavalaria, Infantaria e GNR, principalmente a Rua Miguel Pais. Quando regressava a casa, mais o Eugénio da Silva, perto da 1 da madrugada, fomos abordados por praças da GNR, que procuraram donde vínhamos. O Sebastião Gomes e o José Pequeno fugiram, para a S. Instrução, por motivo de estarem a fazer experiências com revólveres. Deu resultado a Guarda andar em procura deles.»

No dia 15 de Setembro os ferroviários fizeram uma reunião geral, onde discutiram, entre outros assuntos, a questão dos vencimentos⁶.

O problema da insuficiência dos salários e as deficientes condições de trabalho, aliados à carestia de vida e à fome, eram motivo permanente de protestos e justificavam a maior parte das greves no Sul e Sueste⁷. A estas reivindicações juntavam-se os pedidos de readmissão de ferroviários despedidos em processos grevistas anteriores, os protestos contra as perseguições políticas, pela libertação de ferroviários presos e pelo cumprimento da lei das 8 horas de trabalho⁸.

6 Em 14 de Março de 1920, *O Sul e Sueste*, insurgia-se contra os baixos salários de algumas categorias profissionais e exemplificava: «Pessoal efectivo auxiliar, ou eventual 70\$00; pessoal feminino 50\$00; aprendizes, boletineiros e praticantes 50\$00; reformados 50\$00; pensões de sobrevivência 35\$00». *O Sul e Sueste* nº20, 14 de Março, 1920.

7 Em 16 de Agosto escrevia-se no *Sul e Sueste*, a propósito dos salários e das condições de trabalho dos ferroviários: «Chega a ser ridículo o vencimento da maioria dos ferroviários, comparável com os de certos moços de escritório, no entanto as suas responsabilidades são enormíssimas, e o seu trabalho extenuante e arriscado. Dia a dia os lares ferroviários são assaltados por doenças provenientes da sua má alimentação e das intempéries a que estão sujeitos, devido à falta de conforto tanto interior como exterior e não há meio de aparecer uma creatura, que dentro dos processos legais, legítimos e humanos ponha termo a tal situação...». «Terrível Situação», *O Sul e Sueste*, nº33, 16 de Agosto, 1920, p.2

8 Nesta altura trabalhava-se 10 horas nas Oficinas dos CFSS, contra o que estipulava a lei das 8 horas, aprovada em 7 de Maio de 1919. *O Sul e Sueste*, nº25, 20 de Maio, 1920.

No dia 20 Setembro lê-se no diário de José António Marques: *«Principiaram as forças da GNR a guardar os comboios, tanto de passageiros como mercadorias.»*

No mesmo dia, Miguel Correia dirigente da Associação de Classe, foi suspenso tal como outros ferroviários. Nos dias seguintes mantém-se o mesmo cenário: *«Continuam as forças militares na estação, fazendo-se a partida dos comboios e vapores militarmente»* e *«no dia 29 pelas 16h, foram tomadas as Oficinas Gerais por forças militares.»*

Chegados ao dia 30 de Setembro de 1920, escreveu José António Marques *«pelas 17 horas, o pessoal do caminho de ferro do Sul e Sueste declarou-se em greve»*.

Tinha assim início a longa paralisação que viria a terminar 70 dias depois. Nessa noite, conta José, a estação do Barreiro estava às escuras e parecia um deserto, não se ouvindo o silvo de uma locomotiva sequer. O silêncio foi interrompido, pelas 22 horas, com a chegada dos tripulantes dos vapores que terminaram as carreiras em Lisboa e regressavam ao Barreiro, a bordo do catraio do Mariano.

Em 2 de Outubro prosseguia a greve e ele escrevia: *«Chegou mais tropa, para render a que se encontrava já há dias na Estação do Barreiro. Fizeram os militares um comboio, às 18h para Setúbal e a Central Eléctrica já trabalha.»*

A 3 continuava a greve e José anotava que a falta de pão fazia-se sentir há 8 dias, no Barreiro: *«Só apanha quem for às bichas.»* Depois prossegue: *«Pelas 11h40, encalhou em frente da Estação, o vapor Minho, tripulado por marinheiros e praças do exército. Às 12h40 partiu um comboio, dizia-se que seguiu para Beja. Foram*

transferidas as Festas do Lavradio, por motivo da greve. Á noite corria o boato andavam a fazer rusgas a casas de ferroviários. Quando cheguei a casa estava a família toda em cuidado.»

No dia 5 a paralisação prosseguia no Sul e Sueste e entrou em greve a CP. Sem nada para fazer, José juntou-se a outros rapazes e o bando de amigos resolveu sair para o campo, armar aos pássaros nos arrabaldes da vila. *«Declarou-se, pelas 5 h da madrugada a greve na C.P. Fomos armar aos pássaros, para o Pinhal da Brenha, apanhámos só 3.»*

No dia 7 de Outubro José escreve no seu diário que, o Barreiro continuava em estado de sítio: *«Chegaram mais forças de Infantaria e Cavalaria da GNR. A Associação dos Ferroviários encontrava-se cercada por forças da GNR e Infantaria e as ruas patrulhadas por cavalaria, etc.»*

Havia perseguições e prisões indiscriminadas, no intuito de obrigar os ferroviários a voltar ao trabalho. *«Ao desembarcar do vapor, na estação do Barreiro, foram presos o José Café e o Amadeu Marinho, julgando a GNR tratar-se de maquinistas. Pelas 19h35 estive mais o Daciano no Mexilhoeiro. Fomos para ao pé dos maquinistas, e fogueiros de terra e mar, e outros ferroviários, que se encontravam junto a uma barraca, a ver os vapores a fazer carreiras de Lisboa a Barreiro. Regressámos a Barreiro, era quase noite. Soube que tinham chegado mais 30 praças de cavalaria da GNR, de Setúbal.»*

A 9, diz ele: *«Continua-se a efectuar prisões de ferroviários e pondo-se outros em liberdade.»*

No dia 13 continua a greve nos CFSS. José aproveitava o tempo: *«Fui passear ao campo mais o Carlos Sândalo e o Borrvalho.*

Sáímos do Largo Casal até à Quinta Nova do Gandum. Encontrá-mos por acaso o Comité Local, por cima da Paiva. Era o António José Piloto e o maquinista Horta.»



Escola de Praticantes de Estação dos Caminhos de Ferro de Sul e Sueste, 1921.

Espólio JAM, Cx. 24, Arquivo Municipal do Barreiro

Haviam passado 3 semanas, desde o início da greve. Registrava-se agora algum desânimo, entre os ferroviários. A presença dos militares, em constantes patrulhas pela vila era opressiva. No jornal local *Acção*, escrevia-se que «A *táctica adoptada pelo governo foi mobilizar diversas unidades do exército para com elas normalizar os serviços ferroviários, mas isso que ainda só veio agravar mais*

*a vida interna do país, só tem protelado a questão, que particularmente também tem originado incalculáveis prejuízos».*⁹

Alguns ferroviários começavam a regressar ao trabalho. A tensão acumulava-se como um rastilho e os ânimos exaltados dos operários em greve, faziam explodir os conflitos. No dia 24 de Outubro, ao fim da tarde, registaram-se incidentes.

«Às 18h55 foi corrido o Guerra, escriturário amarelo, vindo alguns sobre ele, pela Rua Eusébio Leão. Pelas 19h20 foi também o amarelo José d'Almeida, o 'Rato Cego'. Às 20h50, atiraram da janela do Alfredo Figueiras uma carta, com os dizeres 'Viva os Ferroviários' e foi corrido, por uma claqué de ferroviários, o sobrinho do 'Rato Cego'. Por fim até perdeu a fala. Eu, e outros, mandámo-lo embora para casa.»

No dia seguinte, José prossegue no seu relato: *«Continua a greve e todo o dia andaram pela vila bastantes camiões, em transporte de carga e passageiros, de várias partes do Alentejo. Correu o boato de, ficar hoje, a situação dos ferroviários do Estado resolvida. Pelas 23h houve descargas na estação, sobre umas embarcações.»*

No dia 26 de Outubro continuava a greve. Escreve ele que, tendo havido reunião com o Ministro do Comércio, nada ficou resolvido. Saíram nesse dia, do Barreiro para o Alentejo, 12 camiões carregados de sacaria de adubos da CUF.

No dia seguinte terminavam sem êxito as negociações entre o Governo e o Comité. A situação nas casas dos ferroviários

9 Acção, nº 2, 24 Outubro, 1920

agravava-se, alguns arranjavam meios para tentar garantir a subsistência da família. Escreve José António no seu diário: *«Pelas 20h45 passaram pelo Largo Casal 2 indivíduos, a vender sardinha fresca. Meteram-se pelo beco do Formiga, correndo o boato que eram ferroviários, disfarçados.»*

No dia 30 de Outubro houve mais prisões. Pelo Barreiro dizia-se que a Ponte de Faro tinha ido pelos ares e *O Século* noticiava que, os grevistas tinham tirado os carris perto de Ourique. Nesse dia, à tarde, houve reunião de ferroviários no campo. José não faltou:

«Fomos a caminho do campo ao sítio combinado para a reunião. Às 15h15 fomos até ao Pinhal do Brenha, mas como não víssemos nenhum camarada fomos para a estrada. A primeira vedeta, no cruzamento, era Luiz Fonseca, a 2ª vedeta, na Quinta dos Arcos, o José Oliveira. Juntaram-se perto de 800 ferroviários. [...] Aberta a sessão, a maioria dos ferroviários, assentaram-se no chão. Presidente da reunião, o Piloto. O primeiro a falar foi o Custódio Boavida, sobre o estado actual da greve. Também falou o chefe dos maquinistas, Horta. Falou sobre o pessoal de tracção, principalmente os maquinistas, depois o José Leal, maquinista, sobre os últimos decretos do governo do Sr. António Granjo. [...] Até falou o Cebola, dizendo é agora o princípio da greve por violências. [...] Também falou o militar do Batalhão de Sapadores, Luís Monteiro, disse sobre o mesmo caso do Cebola isto aqui só por meio de violências, que andar a pedir aos ministros por esmola, de ministério para ministério, de dia para dia, não dá resultado. [...] E ele disse na greve de Novembro, há 2 anos, tinha queimado a caldeira da máquina 14, e era militar, dizendo o melhor era já formar uma comissão para

se tratar das violências e actos de sabotagem. [...] A seguir falou o chefe de estação, Fernandes Júnior, sobre a venda da linha. Depois falou o Chefe do Escoural, o Carvalho, sobre alguns assuntos da greve e sobre um assunto que se tinha passado com outro ferroviário, que vinham a pé em Poceirão e tiveram que negar que eram ferroviários. [...] Em seguida falou o revisor Ferreira, sobre muitos assuntos ferroviários, dizendo o melhor era as violências, já não há outro meio a fazer. Depois disse, há dias, por não ter que comer, cozi uns caranguejos. [...] No fim falou o Piloto, disse nem que viessem forças para nos prender, não retirava ninguém do lugar que estamos, sendo aprovado por todos. Dizendo também: camaradas não tomai o trabalho sem ver a vitória final, senão ficamos desgraçados. [...] Também falou sobre os 100 contos, que o governo vai fazer de despesa com os reis da Bélgica que brevemente chegarão a Lisboa e dos 300 contos para a ordem pública, que foram aprovados sem discussão e para nós trabalhadores que produzimos não há verba, e não se aprova. [...] Sobre os amarelos, o Batalhão de Sapadores e o roubo nas Oficinas de 400ks de metal branco e sobre os camaradas a pedir o dinheiro à classe, disse façam o menos possível, o dinheiro em caixa é pouco. [...] Empregar as violências, não ter dó dos passageiros, que eles não têm dó dos nossos filhos e dos ferroviários estarem a morrer de fome. [...] E que o Sr. António Granjo condenou o vagão fantasma, mas está pronto a mandá-lo fazer. [...] E condenou os ferroviários que frequentam tabernas e teatros, dando vivas aos ferroviários do SS, CP, MD e ao Comité, respondendo os camaradas com vivas ao Miguel Correia [...] O Piloto disse no final não haja receios alguns, é olhar para a frente, e não para trás. [...] Terminou

a reunião às 19h50. Destroçaram uns para um lado, outros para diversas partes. Vim só, em direcção à estrada, era escuro mas a noite estava linda. Ainda veio um cão atrás de mim, ouvi falas de pessoas conhecidas. Saltei o valado, caindo na estrada, aonde vinham muitos ferroviários.»

Conta José que, nos dias seguintes, foram presos mais ferroviários e alguns, desesperados, estavam resolvidos a ir contratados para África, para os caminhos-de-ferro de Moçâmedes.

No dia 3 de Novembro a greve prosseguia e as perseguições aumentavam. A polícia, na tentativa de pôr os comboios em funcionamento, prendia indiscriminadamente qualquer ferroviário que encontrasse. Procurado pela Polícia, José António vê-se forçado a sair de casa e esconder-se num terreno que seu pai tinha, fora do Barreiro. Alguém lhe leva o almoço e os jornais e ele sente-se como se estivesse já na prisão. *«Foi preso o guarda-freio Cebola e pelas 10h25 fui avisado para fugir de casa, andando em minha procura a Polícia dos CFSS e o Sr. Alexandre, e alguns da Segurança do Estado, e o Secreta Alberto Silva. Fui para o terreno do meu pai. Foi o almoço e jornais, parecendo já um preso. Às 18h05 regresssei a casa, não fui à vila.»*

No dia 7 de Novembro começou o vagão fantasma. O Batalhão de Sapadores dos Caminhos de Ferro cercou o Lavradio *«sendo presos alguns ferroviários, entre eles o maquinista António Feio, Francisco A. Silva e Manuel Nunes. Estes seguiram no comboio 19, à frente do célebre vagão fantasma para Setúbal. No cabeçote da máquina soldados da GNR, tendo instruções de fuzilar os ferroviários que transitavam no dito vagão. [...] No dia seguinte foram para o vagão fantasma, o Luís Carvalho, fiel de estação, Francisco*



Reportagem do jornal O Século, 1917. Espólio JAM, Cx. 24 – Arquivo Municipal do Barreiro

Candeias, chefe, e António Camacho, revisor de material. À noite recolheram ao Governo Civil.»

O braço de ferro entre os ferroviários e a empresa continuava, mas a situação agravava-se de dia para dia para estes. Alguns estavam já a «trabalhar na agricultura no Lavradio, em Alhos Vedros, Moita, etc. e outros na Companhia União Fabril e na grande fábrica que se encontra em construção, na Verderena.»

A 9 escrevia José: «Fui à vila à noite, soube que tinha ordem de prisão, como o Carlos Garcias. Este passou dois dias no Teatro República. Por esse motivo, a polícia andava em rondas, à procura também do Artur e do Custódio. Foi preso o filho do Brito.»

No dia 11 de Novembro, o Tenente-coronel Raul Esteves intimou os ferroviários para se apresentarem ao serviço, até dia 25. As

prisões continuavam, quem fosse apanhado era levado e metido à força no vagão fantasma.

O desespero instalava-se, e, no dia 12, houve mais um suicídio: matou-se com um tiro o bilheteiro António Paiva.

No dia 13 a greve continuava e as caldeiras das Oficinas estavam a trabalhar, com militares do Batalhão de Sapadores. Diz José António: *«Às 17h50 tocou a buzina, pela primeira vez, após 44 dias em greve.»*

No outro dia, à noite, o Largo Casal estava apinhado de ferroviários, ansiosos por notícias, que não chegavam. Corria o boato que tinham roubado a buzina das Oficinas mas, no dia 16, a buzina tocou às *«7h20, às 7h25, às 7h37, às 9h30, às 10h, às 11h45 e 11h52»*.

Houve desordens, numa taberna do Largo Casal e entretanto chegaram ao Barreiro mais 40 praças do Batalhão de Sapadores. Havia várias locomotivas avariadas, pois os militares não sabiam trabalhar com elas.

No dia seguinte não tocou a buzina das Oficinas. Ao meio-dia chegou farinha ao Barreiro, há já 7 dias sem pão. Soube-se que ficou formado o novo governo e às 20h15, foi corrido do Largo Casal, o Manuel Sacristão, por ser amarelo.

Continuava a greve, mas havia carreiras de vapores para Lisboa, feitas por militares, e umas 10 locomotivas a trabalhar.

«Pelas 20h10 atiraram foguetes. Diziam os boateiros, que era a greve resolvida, soube-se mais tarde que era o aniversário do 22 de Novembro. Por motivo do boato, da greve resolvida, havia já cervejas e no Largo Casal, não se podia passar, estavam perto de 300 ferroviários e de outras classes. Vinham saber notícias...»

No dia 25 de Novembro, terminou o prazo para admissão dos requerimentos e até esse dia, tinham entrado apenas 5 nas Oficinas. Da parte da tarde, Raul Esteves e mais oficiais *«passearam pela vila. Patrulhas de Infantaria e Cavalaria não autorizavam grupos pelas ruas, nem nos estabelecimentos. O governo pediu a demissão»*.

Quinze dias antes do final da greve o estado de ânimo de José e, por ventura, o da maioria dos seus camaradas, parece denotar já um grande cansaço. O desalento que o assalta revela-se na frase *«Fez um dia tristíssimo, todo o dia.»*

Em 30 de Novembro regista no seu diário *«Continuação da greve. Três indivíduos desconhecidos deram uma tarefa no Inspector Carvalho. No dia 1, julgando haver reunião dos ferroviários, forças da GNR a pé, de cavalaria e engenharia e alguns camiões, foram para o Vale Romão. Ainda prenderam um fulano três vezes, apalmando quem passava e revistando carroças, burros, etc.»*

No dia 3 de Dezembro escreve: *«Às 19h10 encontravam-se no Largo Casal muitos ferroviários, à espera de fresquinhas. Neste momento chegou uma força da GNR, a cavalo, a maioria meteram-se pela Leitaria do Lá-vai. A Guarda, ao ver isto, fizeram cerco à dita Leitaria. Desapearam 4 praças e 1 Cabo, estiveram a apalpar todos, sendo perto de 60 ferroviários. Alguns tentaram sair pela porta de trás mas, deram com a Guarda. O Farto Velho, o tempo que teve, foi esconder o revólver na boca do fogareiro. Não prenderam pessoa alguma, sendo um grande alvoroço por toda a vila.»*

Ainda nesse dia soube-se *«que o Comité foi chamado pelo ministro e suprimido o 'vagão fantasma', sendo soltos todos os grevistas na linha do Douro e Minho.»*

No dia 4 continuava a greve e a situação entre os ferroviários era cada vez mais insuportável. *«A maioria dos ferroviários encontrava-se no Largo, ‘esmorecidos’. Em casa soube que foram demitidos o João de Beja e o Maneca. Fizeram requerimento e a resposta foi, que, estavam já preenchidos os lugares.»*

No dia 6 era esta a situação no Barreiro: *«estavam proibidos os ajuntamentos pelas ruas e estabelecimentos, era só aviar-se e sair logo. Os jornais traziam que a vila estava entregue ao poder militar. Foi substituído o Administrador do Concelho [pelo] Sr. Capitão Loureiro. Saí de casa, cheguei ao Largo Casal, fui depois até à praia, encontravam-se muitos ferroviários. Depois juntei-me de conversa com o Luís Penim, e outros, com respeito à nossa situação. Depois fomos pela praia, Jardim Público, Bairro Operário, etc. Pelas 17h50 chegou uma ordem que iam prender os ferroviários como vadios. Já foram presos 2, no Barreiro-A, como tal.»*

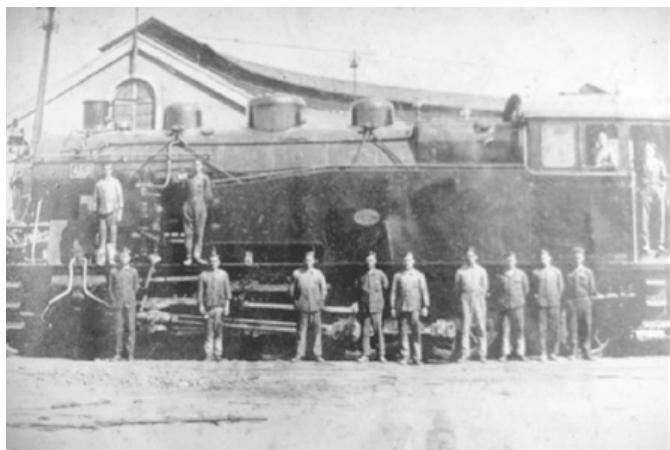
Na cadeia dos Paços do Concelho estava preso Júlio Veríssimo, Presidente da Câmara Municipal. Escreve José António: *«Fui ter com um oficial dizendo: parece mal estar esse homem nessa prisão, como Presidente do Senado da Câmara. Resposta do oficial: não conheço como tal, mas sim ferroviário, e se é por causa disso, ele segue já para entrar na cadeia. Seguiu depois para o vapor às 17h55. Correu o boato que vão tomar a Associação de Classe, para quartel da GNR. Regressei a casa.»*

No dia 7 de Dezembro escreve: *«andou toda a manhã o Capitão Loureiro como Administrador do Concelho e prendeu 7 ferroviários, depois mandou 3 embora. Continuavam as patrulhas pelas ruas da vila. Chegaram mais 150 praças da GNR, que*

fizeram aquartelamento na Associação de Classe e nas Cocheiras do Daciano. Não era permitido andar nas ruas, e, alguns empregados da Fábrica Herold, pediram um salvo-conduto. À noite houve reunião de ferroviários e corticeiros.»

No dia 8 ansiava-se pelo fim da greve.

«Chegou a notícia que a Comissão de Melhoramentos esteve no Ministério, mas não ficou nada resolvido. Saíram manifestos aos ferroviários e ao público, com os dizeres: apresentação dos ferroviários em massa, amanhã.»



Rotunda das máquinas, Barreiro, início séc. XX. Foto Sindicato Ferroviários do Sul

No Largo Casal, cheio de ferroviários, esperava-se pelo Comité.

No dia 9 de Dezembro, profundamente desalentado, José António escreveu: *«Terminou a greve dos ferroviários. Após 70 dias em greve perdemos, pelo motivo de fome, em diversos lares».*

Eis que chegava ao fim uma das mais longas paralisações registadas no Sul e Sueste, na qual a classe ferroviária sofreu uma derrota profunda. As reclamações não foram atendidas, muitos homens perderam o seu posto de trabalho e outros foram parar à prisão.

«Estiveram muitíssimos ferroviários no Largo Casal. Veio ordem para irem todos para o Largo dos Aliados. Em frente da Igreja da Senhora do Rosário falou o Rosa de Tunes e pelas 11h30 seguimos em massa, pela Rua Miguel Pais. Eram perto de 2000 homens para se apresentar ao serviço. Ao chegarmos em frente da minha loja, um alferes e 2 praças da GNR a cavalo, não deixaram passar pessoa alguma. Formou-se uma comissão e foram à estação. Foi respondido à dita não pode ser ninguém admitido sem requerimento. Respondeu o pessoal, todos à uma, vamos embora. Regressamos ao Largo dos Aliados e só apareceram uns 300 ferroviários. A maioria foi fazer requerimentos e outros já os tinham feitos, nas algibeiras. Quando regressámos ao Largo, passou pela Rua Miguel Pais uma força de cavalaria da GNR, acelerada, para a estação. No Largo, estive numa das janelas da Igreja, falando, o Custódio Boa Vida, dizendo não se faz requerimentos, que foi uma comissão a Lisboa. Quando terminou, uma mulher que estava a ouvir fugiu, e a maioria dos ferroviários idem. / Mais tarde [...] encontrava-se grande bicha nos Paços do Concelho, ao papel selado. Ao fim da tarde, já estavam 3 terços do pessoal com requerimentos metidos. / Encontravam-se muitos ferroviários pela praia, à espera de notícias de Lisboa. Avistou-se ao longe o Catraio do Mariano, todos a andar, e ele foi para a doca da CUF. Vieram com a notícia, que a Comissão ficou em Lisboa. Retirámos para o Largo Casal, fazendo bastante

frio. No Largo estavam poucos ferroviários. Fui para a Sociedade de Instrução, mais o Custódio e o Aurélio.»

No dia 10 «Levantei-me às 7h30, estive com Rafael Soeiro e fomos até às Oficinas. Estavam perto de 60 ferroviários. Retirei e fui para a vila. Comprei, no José Café, por motivo de não haver papel selado, papel de 25 linhas. Estavam muitos ferroviários e mulheres, a comprar também. Entrou um ferroviário com “Batalhas”, debaixo do sobretudo, a vender. / Pelas 12h30 fiz entrega do meu requerimento na mesa. Regressei ao Largo Casal, uns faziam requerimentos, outros em procura de papel selado. No Largo estava grande número de ferroviários, ao sol. Chegou um camarada, dizendo que vinha no jornal o nome de 400 ferroviários despedidos do SS, Douro e Minho. / Soube que estavam a chamar alguns, que tinham metido os requerimentos de manhã. O Eugénio Silva veio despedido. Estavam muitos ferroviários a trabalhar nas Oficinas. / Mais tarde, uma grande claque, fomos até às Oficinas, estava grande porção de ferroviários, à espera que chamassem pelos nomes. Entrei pelo escritório, trazes fato de ganga, não, mandou-me a casa buscar.»

Depois de vestir-se no escritório foi ter com o encarregado que lhe perguntou:

«Tens ferramenta, não, mandou-me à Gare. Neste momento chegou um comboio feito por militares. Pelas 17h12 o João da Luz mandou-me embora, fui para a vila. Falei com a Maria Gertrudes e regressei à Sociedade Instrução. Estive a jogar à bisca, mais o Júlio Martins... / O primeiro comboio, feito pelo pessoal foi para Setúbal, máquina nº 28, maquinista António de Oliveira, fogueiro o Balbino.»

E o relato de José António continua...

O “Caso José Diogo” no Contexto das Movimentações Sociais nos Campos do Sul, em 1974

1. As primeiras convenções de trabalho rural no distrito de Beja

Após um interregno de mais de uma década em termos de lutas reivindicativas e sem possuírem qualquer estrutura organizativa à data do 25 de Abril, os assalariados rurais do Baixo Alentejo, impulsionados pela Comissão Pró Sindical da freguesia de Pias, concelho de Serpa, realizam, em Beja, a 2 de Junho de 1974, a sua primeira reunião à escala distrital¹. Sete dias depois, a 9 de Junho, também em Beja, reúne-se a Comissão Distrital Pró Sindicato onde é constituído um Secretariado, cujos elementos mais activos são Manuel Godinho Tagarroso, Francisco de Ascensão Baptista, ambos de Pias, e José Baptista Mestre Soeiro, da Cabeça Gorda, todos do PCP, e é aprovado o caderno reivindicativo da classe², na base do qual se iniciam as negociações com a ALA (Associação Livre de Agricultores), organização dos grandes proprietários agrícolas onde domina o

1 Constantino Piçarra, *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja, 1974–1975*, Coimbra, Almedina, 2008, p.55.

2 Idem, *Ibidem*, p. 56.

sector do capitalismo agrário dos *campos do Sul*, a qual, em Beja, a 21 de Maio de 1974, elege a sua “Comissão Provisória Distrital”, constituída por Raul Miguel Rosado Fernandes, José Rodrigues Palma Júnior e Henrique de Mira Coroa³.

Por decisão da Comissão Distrital Pró Sindicato, as negociações pela assinatura do contrato colectivo de trabalho iniciam-se a nível concelhio, uma vez que, segundo os próprios, as debilidades organizativas do sindicato não permitem que tal aconteça à escala distrital.

No concelho de Beja, por onde o processo negocial começa, os empresários agrícolas recusam em bloco as propostas dos trabalhadores. Só uma greve rural, que se estende por doze freguesias do concelho e que decorre de 13 a 19 de Junho, em pleno período de ceifas, é que obriga os grandes proprietários a aceitar uma convenção de trabalho agrícola, assinada a 19 de Junho de 1974⁴.

Este acordo, para vigorar durante noventa dias, e que é o primeiro contrato de trabalho referente ao mundo rural assinado em todo o Alentejo a seguir ao 25 de Abril, prevê pelas 8 horas de trabalho o salário de 190\$00 para os tractoristas, 160\$00 para os outros trabalhadores, 120\$00 para as mulheres e a semana de 44 horas, sendo o trabalho realizado nos domingos e dias feriados pago a dobrar e as horas extraordinárias, nomeadamente as 4 horas de sábado, remuneradas com um acréscimo de 50%. Garantia-se ainda trabalho para todos os homens e mulheres cabeça de casal e para as

3 Idem, *Ibidem*, p. 52.

4 Idem, *Ibidem*, p. 66.

restantes mulheres trabalho correspondente a metade do período de tempo de vigência do acordo⁵.

Para se ter uma ideia do alcance desta vitória dos assalariados rurais é importante ter em consideração que, em 1973, no distrito de Beja, o salário diário médio de um trabalhador geral não ultrapassa para os homens os 80\$00 e para as mulheres os 45\$00⁶.

A este contrato sucedem-se reuniões nos outros concelhos do distrito entre os trabalhadores e os grandes proprietários agrícolas organizados na ALA, com vista às assinaturas das respectivas convenções, sendo a proposta dos assalariados rurais o acordo de Beja, entretanto em vigor.

Em 23 de Julho de 1974, par além de Beja e Serpa, concelho este onde os trabalhadores também recorrem à greve, o que ocorre de 30 de Junho a 5 de Julho, estão assinadas convenções de trabalho rural nos concelhos de Vidigueira, Aljustrel, Cuba, Ferreira do Alentejo, Moura e Alvito. A convenção de Mértola é assinada a 31 de Julho e a de Castro Verde na segunda quinzena do mês de Agosto. As tabelas salariais e demais direitos associados são confirmados, posteriormente, por portaria do ministério do Trabalho⁷.

Todas estas convenções reproduzem a de Beja, embora com a introdução em alguns concelhos de cláusulas suplementares. Por exemplo, em Castro Verde é estabelecido um salário diário de

5 Idem, Ibidem, p. 67.

6 Cf. *Estatísticas Agrícolas, distrito de Beja, 1976*.

7 Idem, Ibidem, p. 68.

130\$00 para os trabalhadores com mais de 65 anos e menos de 70 e acorda-se que a distribuição dos trabalhadores, o que materializa a garantia de emprego aceite pela entidade patronal, só seja feita pelos empresários agrícolas cujas explorações possuam uma área igual ou superior a 150 hectares⁸.

2. Os primeiros passos da organização partidária em Beja

Como pano de fundo a estas primeiras lutas dos assalariados rurais do distrito temos as movimentações dos partidos políticos com o intuito de se organizarem na região.

Para além das principais organizações políticas, PPD (Partido Popular Democrático), PS (Partido Socialista), MDP/CDE (Movimento Democrático Português / Coligação Democrática Eleitoral) e PCP (Partido Comunista Português), que vê a sua primeira sede aberta no dia 26 de Abril, em Pias, concelho de Serpa⁹, também a extrema-esquerda se tenta implantar no distrito. Em Baleizão, concelho de Beja, surge um auto denominado “Comité Alentejo Vermelho”, mantendo ligações informais ao CARP (M-L) – Comité de Apoio à Reconstrução do Partido (Marxista-Leninista) e, em Beja, pontificam dois grupos. Uma estrutura do CARP (M-L) e uma “Comissão de Unidade

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 69.

⁹ “Os centros de trabalho da Direcção Regional do Alentejo e Algarve”, *O Militante*, 4 de Outubro de 1975.

Popular”, organização legal do PCP (M-L) – Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista), facção Mendes¹⁰.

Na explicação desta realidade não será estranho o facto de três dirigentes do PCP (M-L), fundado em Paris em 1970, serem Ângelo Barreto (Ortigão), Eduino Gomes (Vilar) e Carlos Janeiro (Mendes), naturais, respectivamente, da Amareleja, Ervidel e Pias, localidades do Baixo Alentejo, e de terem feito os estudos secundários no Liceu de Beja, o que possibilitou a permanência de uma rede de contactos com a região¹¹.

3. *Columbano Líbano Monteiro*

No concelho de Castro Verde, à semelhança dos outros concelhos do distrito, depois de assinada a primeira convenção de trabalho rural, os trabalhadores temporários são distribuídos pelos agricultores, em reuniões por freguesia convocadas pelo sindicato para esse efeito, onde não comparecem muitos dos empresários agrícolas, que se colocam à margem deste processo, invocando a ilegalidade quer da distribuição dos trabalhadores, quer das próprias convenções de trabalho.

De entre estes proprietários agrícolas que se colocam à margem do processo encontra-se Columbano Líbano Monteiro, veterinário e ex-presidente da Câmara Municipal de Castro Verde durante

10 Dados colhidos pelo autor a partir de duas entrevistas realizadas pelo próprio, em Maio de 2011, a Alberto Matos, militante do PCP (M-L), facção Mendes, em 1974, e a Raul Janeiro, irmão de Carlos Janeiro (Mendes), nesta data já desligado do PCP (M-L), mas com ligações informais a militantes da extrema-esquerda de Baleizão.

11 Idem, Ibidem.

catorze anos, distribuídos pelas décadas de 1940 e 1950, e figura temida pela comunidade castrense, sobretudo pelo zelo com que exerce, na qualidade de presidente do Município, as funções de informador institucional da PIDE.

Columbano é, de facto, um devotado e convicto homem do Estado Novo.

Em 1948, aquando da preparação dos cadernos eleitorais para as eleições do ano seguinte, para a Presidência da República e Assembleia Nacional, Columbano entra em litígio com o presidente da Comissão Recenseadora local. Ao contrário deste, que confiante num resultado eleitoral favorável, pretende apenas cuidar dele “na altura própria”, Columbano defende que constem apenas nos cadernos eleitorais “os chefes democratas e um ou outro menos comunista, cortando-se todos os outros”, conforme faz notar em ofício datado de 17 de Março de 1948, endereçado ao Governador Civil de Beja¹².

A julgar pelo conteúdo de um mapa, datado de 1949, existente no Arquivo Municipal de Castro Verde, intitulado “Mapa Estatístico do Recenseamento Eleitoral do Concelho de Castro Verde, Ano de 1949”, Columbano teria imposto a sua vontade ao Presidente da Comissão Recenseadora, uma vez que, nesse mapa, à frente do número de eleitores de cada uma das cinco freguesias do concelho (Casével, Castro Verde, Entradas, S. Bárbara de Padrões e S. Marcos da Ataboeira) vem quantificado, em percentagem, as opções políticas

¹² Cf. Ofício confidencial n.º 6, da Câmara Municipal de Castro Verde, de 17 de Março de 1948, – Arquivo Municipal de Castro Verde.

dos inscritos – 87% nacionalistas; 10% indiferentes; 3% oposicionistas¹³. Os resultados eleitorais não se tratavam na altura própria, mas sim na constituição dos cadernos eleitorais.

Em Fevereiro de 1949, Columbano empenha-se pessoalmente na eleição de Carmona, redigindo e fazendo distribuir um panfleto intitulado “Ao povo deste Concelho”¹⁴, onde, após contrapor o que considera ser a desordem da Primeira República à ordem do seu tempo, personificada no candidato General Carmona, termina sublinhando o carácter livre das eleições que se estavam a disputar. Afirmção que não deixa de ser peculiar, sobretudo quando confrontada com o defendido pelo próprio em matéria de organização dos cadernos eleitorais para estas mesmas eleições.

De 1941 a 1965, a Câmara Municipal de Castro Verde recebe 588 pedidos de informação sobre o “comportamento moral e político” de cidadãos naturais ou residentes no concelho”, dos quais 457 são provenientes da PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado). Destes 588 pedidos de informação, 314 reportam-se aos anos 40 e 50, período em que Columbano Líbano Monteiro exerce o cargo de presidente da Câmara¹⁵. Nas respostas, Columbano destaca-se pelo zelo que coloca nas informações que presta. À falta de dados objectivos,

13 Constantino Piçarra, *Afinal, o fascismo sempre existiu – 3* – in “O Campaniço”, Castro Verde, Maio/Agosto, 1994, p.14.

14 Cf. Comunicado: “Ao povo deste concelho”, de Fevereiro de 1949 – Arquivo Municipal de Castro Verde.

15 Constantino Piçarra, *Afinal, o fascismo sempre existiu – 1* – in, “O Campaniço”, Castro Verde, Janeiro/Fevereiro, 1994, p.15.

socorre-se da sua consciência, do seu pensamento ou das inclinações políticas dos familiares da pessoa sobre quem é solicitada a informação. Eis três exemplos bem elucidativos do que se afirma: Em ofício datado de 17 de Março de 1956 refere sobre um cidadão em relação ao qual a PIDE pede informações: “Politicamente , se bem que não seja ou eu não saiba que tem qualquer actividade, diz-me a consciência que deve ser mais de lá que de cá”¹⁶. Mais tarde, em Junho de 1958, informa a polícia sobre outro cidadão: “Como eu não sabia e ainda hoje não saiba, em boa verdade, quais sejam as tendências políticas dele, menciono apenas que o irmão dele é da vanguarda comunista”¹⁷ e, em Fevereiro de 1956, responde à PIDE nos seguintes termos, “nada me sabem dizer dele a não ser que nada há a apontar ao seu porte, quer moral quer político. Penso, contudo, que, politicamente, deva se russo, como outros que lá há encobertos”¹⁸.

4 – O “caso José Diogo”

Eis um esboço do perfil político de quem emprega, como tractorista, no início de Julho de 1974, José Diogo, um antigo emigrante na Suíça durante sete anos, residente em Casével, freguesia do concelho de Castro Verde.

16 Cf. Ofício confidencial n.º 9/56 da Câmara Municipal de Castro Verde, de 17 de Março de 1956
– Arquivo Municipal de Castro Verde.

17 Cf. Ofício confidencial n.º 14 da Câmara Municipal de Castro Verde, de 19 de Junho de 1958
– Arquivo Municipal de Castro Verde.

18 Cf. Ofício confidencial n.º 7/56 da Câmara Municipal de Castro Verde, de 21 de Fevereiro de 1956
– Arquivo Municipal de Castro Verde.

Quando a convenção de trabalho para este concelho é assinada na segunda quinzena de Agosto de 1974, Columbano passa a pagar aos tractoristas 180\$00 pela jorna diária, menos 10\$00 que o convenicionado, e não cumpre o resto das cláusulas do acordo de trabalho. Assim, no início de Setembro, após pressão dos seus trabalhadores, liderados por José Diogo, Columbano acede, por fim, a respeitar o horário de trabalho de oito horas e o pagamento de horas extraordinárias. Pouco tempo depois, no contexto de um desentendimento relativo a um transporte de palha, José Diogo é despedido¹⁹.

Após uma semana de desemprego, dia 30 de Setembro de 1974, José Diogo desloca-se a casa de Columbano para lhe pedir trabalho. O encontro com o antigo patrão não corre da melhor maneira e da discussão resulta o esfaqueamento de Columbano que, dias mais tarde, vem a falecer. José Diogo, acusado de homicídio, dá entrada na prisão de Beja, aguardando aí julgamento²⁰.

Numa conjuntura em que os assalariados rurais lutam pela assinatura de um contrato colectivo de trabalho à escala distrital, com manifestações de rua importantes, como a que ocorre a 25 de Outubro de 1974, em Beja, José Diogo, simpatizante do PCP, como a maioria dos trabalhadores agrícolas neste período, trata de procurar apoio, para si e para a sua família, junto das formações políticas situadas à esquerda.

19 Cf. Carta de José Diogo, publicada no jornal "A Verdade", n.º 9, de Novembro de 1974.

20 Idem, *Ibidem*.

Com o silêncio do PCP e do “Avante”, bem como do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, o auto denominado “Comité Alentejo Vermelho” assume a defesa política de José Diogo, envolvendo nisso os jornais a “Voz do Povo” e “A Verdade”.

Em 5 de Novembro de 1974, a “Voz do Povo” toma posição sobre o caso, por solicitação do “Comité Alentejo Vermelho”, referindo que se solidariza com a exigência de libertação imediata de José Diogo, embora sublinhe não se estar em presença de um acto de justiça popular.

O jornal “A Verdade”, da segunda quinzena de Novembro do mesmo ano, publica na íntegra uma carta de José Diogo onde este relata os acontecimentos de 30 de Setembro, que tem a particularidade de terminar com um “Viva o PCP”, apela à sua libertação e garante-lhe publicamente o apoio da “Comissão de Unidade Popular” de Beja.

Portanto, a partir de finais de 1974, José Diogo passa a ser apoiado e, simultaneamente, bandeira política da UDP – União Democrática Popular –, do PUP – Partido de Unidade Popular – e da FEC (M-L) – Frente Eleitoral dos Comunistas (Marxista – Leninista), tudo frentes eleitorais de diversas organizações comunistas marxistas-leninistas que, em finais de 1975, constituem o PCP R – Partido Comunista Português Reconstruído. Para além destas organizações, José Diogo é, ainda, apoiado financeiramente, juridicamente e politicamente pela AEPPA – Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas –, onde se destaca como seu advogado Amadeu Lopes Sabino, e pelo GAC – Grupo de Acção Cultural “Vozes na Luta” – que faz mesmo uma canção dedicada ao tractorista de Castro Verde.

A marcação do julgamento de José Diogo para o Tribunal de Ourique, dia 12 de Maio de 1975, despoleta a primeira grande campanha de mobilização do povo do distrito de Beja, liderada pela UDP, no sentido da exigência da libertação deste operário agrícola e da denúncia da paralisia do Estado face à necessidade do desmantelamento total do aparelho repressivo e corporativo do Estado Novo²¹.

Antecedida de duas sessões de “cantos populares”, realizadas em Beja e Moura, no dia 1 de Maio, efectua-se, em Castro Verde, a 11 deste mês, organizada pela AEPPA e pela UDP, uma grande manifestação de apoio a José Diogo, com cerca de mil pessoas, segundo relato da “Voz do Povo”, que conta com a presença do GAC e que culmina numa manifestação que percorre, ao fim da tarde, as principais ruas da Vila. Perante esta mobilização popular, o julgamento é adiado, com a justificação do “clima emocional” criado e marcado para 8 de Julho, em Lisboa, na Boa Hora²².

A aproximação da data deste segundo julgamento gera nova onde de mobilização, desta vez assente numa articulação mais estreita entre a UDP e o PUP, aproximação facilitada pela decisão tomada em Abril de 1975, de dissolução do PCP (M-L), facção Mendes e da recuperação para a organização do antigo nome de CMLP (Comité Marxista-Leninista Português)²³.

21 Cf. “Voz do Povo”, n.º 40, de 6 de Maio de 1975 e n.º 42.

22 Cf. “Voz do Povo”, n.º 42, de 20 de Maio de 1975 e n.º 41, de 13 de Maio de 1975.

23 A dissolução do PCP (M-L), facção Mendes, ocorreu em Congresso, transformado por decisão aí tomada na 3.ª Conferência do CMLP (Comité Marxista Leninista Português), nos dias 26, 27 e 28 de Abril de 1975.

A mobilização realizada tem, novamente, como resultado o cancelamento do julgamento e o seu adiamento para 25 de Julho de 1975, desta vez para a cidade de Tomar, zona do país onde, segundo comunicado emitido pela organização regional do Alentejo do CMLP, “o caso não é tão conhecido e onde as forças reaccionárias manobram mais á vontade”²⁴.

Chegado o dia da terceira marcação do julgamento, em Tomar, com uma forte presença popular vinda de Lisboa, encabeçada pelas comissões de trabalhadores onde a UDP tem peso político, caso da Setnave, realiza-se no Claustro do Tribunal o julgamento popular de José Diogo, que resulta na sua absolvição e na condenação de Columbano como inimigo do povo português. Enquanto este julgamento se desenvolve, o juiz do tribunal oficial aceita libertar José Diogo mediante uma fiança de 70 mil escudos que, recolhida e entregue no mesmo dia, permite libertar o tractorista de Castro Verde ainda a tempo de vir a discursar no comício da UDP que nesse dia se realiza em Lisboa²⁵.

24 Cf. Comunicado, sem data, emitido pela Organização Regional do Alentejo do CMLP – Arquivo da UDP do distrito de Beja.

25 Dados colhidos pelo autor a partir de entrevista realizada pelo próprio a José Diogo, em Maio de 2011.

Conclusão

Deste caso, que também origina um filme documentário, de 1975, intitulado “Liberdade para José Diogo”, da autoria de Luís Galvão Teles, uma ideia final em termos de conclusão:

Tendo José Diogo esfaqueado Columbano, num acto individual, é certo, mas num contexto de luta dos assalariados rurais dos campos do Sul por melhores salários e garantia de emprego, e toda a batalha desenvolvida pela sua libertação ter decorrido num quadro de radicalização da luta dos assalariados rurais, facto que conduz às ocupações de terras no início do Verão de 1975, todo o movimento protagonizado pela UDP, PUP e FEC (M-L), passa ao lado do ponto nevrálgico da luta de classes no Alentejo, que se situa ao nível da posse da terra, para se centrar no desmantelamento do aparelho fascista e na denúncia e ataque ao direito burguês que, no caso vertente, segundo comunicado da AEPPA, de Abril de 1975, classificava como crime um acto que mais não era do que um episódio da luta de classes, ou seja do confronto mortal entre o proletariado e a burguesia²⁶.

José Diogo é, pois, apresentado como um elemento de aglutinação e unidade dos comunistas marxistas-leninistas na reconstrução do partido, como uma vítima do direito burguês e uma bandeira de luta pela destruição do aparelho de Estado fascista, mas

²⁶ Cf. Comunicado da AEPPA, intitulado “Liberdade para José Diogo”, de Abril de 1975 – Arquivo da UDP do distrito de Beja.

nunca simbolizará uma proposta de reforma agrária semelhante ou divergente daquela que está a ser construída nos *campos do Sul*, no ano de 1975, com a qual estas organizações pretendessem afirmar-se junto dos assalariados rurais. Aspecto, a meu ver, revelador da pouca reflexão existente no seio dos grupos marxistas – leninistas sobre a questão agrária e da sua fraca implantação junto dos trabalhadores dos *campos do Sul*, a quem continuam a chamar camponeses, de que é exemplo o facto da primeira reunião importante da UDP sobre as ocupações de terras e a realização da reforma agrária só se ter realizado em 15 Junho de 1975, em Évora, a qual contou com a presença de cerca de meia centena de trabalhadores agrícolas²⁷.

27 Cf. “Voz do Povo”, n.º 47, de 24 de Junho de 1975.

1982: da Greve Geral à Madrugada Sangrenta

Durante uma visita às festas de Campo Maior, o actual primeiro-ministro Pedro Passos Coelho declarou ser necessário não confundir o exercício do direito à manifestação e à greve com a postura daqueles *que pensam que podem incendiar as ruas e ajudar a queimar Portugal* (Público 2011). Num contexto em que se torna evidente a distinção entre «bons» e «maus» manifestantes, «pacíficos» e «violentos», «cidadãos» e «radicais» importa recordar eventos passados em que os primeiros se viam reduzidos à condição dos segundos.

Há trinta anos atrás, no ano de 1982, o país encontrava-se sob governo da Aliança Democrática (AD), formação política composta por PPD/PSD, CDS e monárquicos. O seu programa era a austeridade, embora a ordem discursiva de então fizesse expressar de outro modo a flexibilização da lei dos despedimentos (numa conjuntura de expansão de contratos-a-prazo), a imposição de tectos salariais, os aumentos de taxas e cortes ao nível da saúde e da habitação e, finalmente, a proposta de revisão constitucional a apontar para o fim das nacionalizações e da reforma agrária.

A radicalidade de tais medidas, consubstanciadas pela situação de crise vivida (com cerca de 400 000 trabalhadores desempregados), tem como resposta a convocação daquela que seria a primeira greve geral do então ainda jovem regime democrático. Sem

a participação da União Geral de Trabalhadores (UGT), o governo AD inicia de imediato uma campanha de difamação da CGTP-IN, insinuando uma aproximação da central sindical ao fenómeno da luta armada, ainda activo. Cerca de uma semana antes da greve, marcada para o dia 12 de Fevereiro de 1982, um engenho explosivo destrói parte da casa de Torres Couto, à altura líder da UGT. Na sequência deste acontecimento, em entrevista ao telejornal da RTP, o dirigente sindical insinua a existência de uma relação entre o atentado e a acção da Intersindical: *esta sabe que sem a nossa adesão a greve não terá o êxito que eles gostariam que tivesse e, por conseguinte, tem que recorrer a algumas forças anti-democráticas, a métodos desta natureza*¹.

Entre acusações de que a iniciativa visava a destabilização do regime e promessas de protecção aos que optassem por não exercer o direito à greve, o governo envia um ofício à CGTP-IN onde afirma ter chegado ao seu conhecimento informações relativas a pressões *junto das populações, convidando-as a aderir à greve de dia 12 de Fevereiro, sob pena de retaliações graves*. No mesmo comunicado, as autoridades prometem *responsabilizar até às últimas consequências os elementos provocatórios passíveis de comportamento ilícito, bem como reforçar os serviços de segurança e de protecção às populações, garantindo genericamente o direito à segurança de todos, incluindo*

1 CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 195, «Resultados», «Declarações de Torres Couto ao Telejornal do dia 7.2.82».

*os que quiserem trabalhar*². Paralelamente, o Ministério da Administração Interna (MAI) faz seguir para as forças policiais *vários textos que caracterizavam a acção dos sindicatos como perigosa manobra golpista contra... a democracia* (*O Diário* 24 de Fevereiro de 1982).

No dia da greve, as notícias não enfatizarão os cerca de 1.500.000 trabalhadores em greve (números da CGTP). Tampouco as inúmeras tentativas de intimidação a grevistas – do impedimento da organização de plenários e piquetes nos locais de trabalho às ameaças de não renovação de contratos-a-prazo, passando por processos disciplinares, suspensões, ou faltas injustificadas – foram alvo de destaque. A atenção acabará por se centrar em alguns actos de sabotagem, como o apedrejamento de autocarros em serviço ou o tão famigerado recurso à colocação de pregos na estrada. Num telex de 3,70 metros enviados pelo MAI aos meios de comunicação social, chega-se mesmo a mencionar *um pinheiro de pequeno porte* (*O Dia* 19 de Fevereiro de 1982), utilizado no bloqueio de uma via.

A tese da insurreição, alimentada pelo então ministro da AI Ângelo Correia, acabará por apostar nos resultados da detenção de três pessoas, ao final do dia, ao redor de um automóvel estacionado na zona do Parque Eduardo VII. A apreensão de armas, de material de emissão radiofónica e de gravações onde se afirmava o apoio à greve, e a consequente suspeita de envolvimento das FP-25, levaram

2 CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 189, «Contactos com entidades oficiais», Ofício do Gabinete do Ministro ao Secretário-geral da CGTP-Intersindical Nacional, 8 de Fevereiro de 1982.

Ângelo Correia a juntar os pontos soltos. Por mais distanciados que estivessem um dos outros, todos eles foram juntos num puzzle, o qual, nas suas próprias palavras, assinalava *um plano subversivo e destabilizador tendente a alterar a ordem democrática* (*O Jornal* 19 de Fevereiro de 1982).

O discurso criado acabou por ter repercussões na actuação das próprias forças de segurança, constatando-se, ao longo do dia, várias cargas policiais sobre concentrações de trabalhadores. Na Praça do Rossio, em Lisboa, a actuação da Polícia de Intervenção (PI) provoca vários feridos, inclusivamente entre jornalistas presentes no local, aos quais não valeu, segundo as declarações do profissional Joaquim Bizzaro ao jornal *O Dia*, ostentar o cartão de imprensa e gritar «somos jornalistas» (*O Dia* 13 de Fevereiro de 1982).

Mais tarde, já à noite, uma caravana de automóveis em festejo do sucesso da greve é sujeita a uma *operação stop*. Argumentando a procura por armas, os vários carros em desfile foram barrados e revistados, tendo alguns dos seus proprietários sido detidos e agredidos. De acordo com o relato do jornal *O Diário*, *Numa das viaturas descobriram uma faca ferrugenta, inutilizada, jazendo numa caixa de ferramentas. A condutora do veículo não foi dispensada de passar pela esquadra do D. Maria, «para identificação». Antes disso, os revistadores tinham informado os revistados de «hoje vamos acabar com a vossa seita toda»* (*O Diário* 14 de Fevereiro de 1982).

O cariz da operação policial que, conforme admitiu Ângelo Correia, contou com a coordenação de elementos da GEO (a polícia espanhola anti-terrorista), levou a que, face à falta de provas credíveis, o ministro recuasse nas suas posições. Perante questões

impertinentes de jornalistas, no âmbito do programa da RTP-2 «Clube de Imprensa», o ministro evitará explicações mais detalhadas sobre os acontecimentos, remetendo-as para a categoria de «segredos de Governo» (*O Jornal idem*).

Por sua vez, o juiz do 1.º Juízo de Instrução Criminal de Lisboa não deu sequer como indiciadas as acusações de crimes de rebelião e contra a segurança de Estado contra os três detidos do Parque Eduardo VII, limitando-se a acusação ao crime de posse ilegal de armas de guerra (*Diário Popular* 10 de Fevereiro de 1982).

As insinuações e acusações haviam, no entanto, sido criadas e difundidas, ajudando a preparar o terreno para os desafios do amanhã.

A madrugada sangrenta

No Porto, os festejos do 1.º de Maio organizados pela CGTP-IN decorriam, habitualmente, na Praça da República. Naquele ano, porém, a resposta à requisição do espaço público por parte do governo civil, então dirigido por Rocha Pinto (militar na reserva próximo do CDS), havia tardado. Oito meses depois do primeiro contacto, realizado a 4 de Maio, a União de Sindicatos do Porto (USP) renova o seu comunicado, obtendo, poucos dias depois, a informação de que as respectivas áreas já haviam sido requisitadas pela UGT a 27 de Abril de 1981, ou seja, ainda antes do 1.º de Maio de 1981. Semanas depois, a USP declarava não aceitar a decisão das autoridades, uma vez que, conforme estipulado por lei, qualquer indeferimento necessitaria de ser realizado no prazo de 24 horas seguidas à comunicação inicial, convocando a sua concentração para a Praça General Humberto Delgado, Avenida dos Aliados e Praça Geral da Liberdade.

O relatório produzido pela Procuradoria-geral da República (PGR) em torno dos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto refere que, embora não se possa contestar o direito da UGT a usufruir daqueles espaços, *a falta de resposta atempada aos avisos feitos pelas organizações sindicais em nada contribuíram para clarificar a situação e esclarecer, com a devida antecedência, os direitos de cada uma dessas organizações* (USP 1983, 91). Fonte próxima do governo chega mesmo a afirmar ao *Expresso* que, não obstante o âmbito legal da decisão de Rocha Pinto, *a mesma foi incorrecta sob o ponto de vista político e até humano* (*Expresso* 1 de Maio de 1982, 12).

O cenário de duas centrais sindicais rivais a partilhar o mesmo espaço é adensado pela chegada de informação à PSP do Porto a denunciar, por um lado, o reforço dos efectivos sindicais para aquele dia, oriundos de Lisboa e, por outro, o armazenamento de matracas, tubos e correntes de ferro por parte de elementos próximos da USP. Estas informações, segundo as declarações do Major Ramos de Campos, chefe da Secção Técnica – Informações e Operações – do comando distrital da PSP do Porto, foram fornecidas por *fonte estatal de alta fidelidade* (USP 1983, 135). A gravidade da situação exigia a presença da PI, chefiada pelo 1.º comissário Magalhães Teixeira e pelo 2.º comissário Magalhães Lima, um dos responsáveis pelos acontecimentos vividos meses antes no Estádio da Luz, em Maio de 1981, aquando da vitória do Benfica no campeonato nacional.

Na noite de dia 30, véspera do dia do trabalhador, os primeiros registos de confrontos ocorrem entre as 21h30 e as 21h45, resultando de pequenas “escaramuças” junto ao palco da UGT (Praça Humberto Delgado) entre simpatizantes da Intersindical e as forças de

segurança da UGT. Dá-se então uma primeira carga policial que culmina no estabelecimento de um cordão de segurança entre os apoiantes das centrais sindicais. O relatório da PGR menciona o lançamento de pedras contra esta linha, contrariado por ocasionais cargas contra os seus autores. Destas resultaram alguns feridos, em particular o subchefe José Gonçalves, *privado de oito dentes (idem, 94)*. No entanto, a grande parte das pessoas encontrava-se dispersa *pela Avenida dos Aliados, Praça da Liberdade e pelas ruas que dão acesso àqueles lugares, sem que manifestassem qualquer hostilidade às forças policiais ou ao espectáculo promovido pela UGT (idem, 93)*. Apenas a partir das 23h30, quando já havia terminado o espectáculo de variedades organizado pela UGT, é que ocorre a última carga policial, responsável por vários feridos e pela morte de duas pessoas.

A investigação do que terá ocorrido na madrugada do dia 1.º de Maio de 1982 começa por deparar-se pela não correspondência dos depoimentos de Ramos Rocha, autoridade máxima do comando da PSP do Porto, e de Magalhães Teixeira, comandante da PI, quer no que concerne a forma de execução da operação, quer no que respeita aos seus fins. Enquanto o primeiro afirma que o plano tinha *um objectivo imediato de dissuasão e de contenção das intenções, o segundo defende que o objectivo era «limpar» todo o local dos manifestantes que procuravam contrariar a realização do espectáculo da UGT (idem, 99)*.

Findas as actividades promovidas pela UGT, a CGTP tenta improvisar um palco numa carrinha que começa a subir a Avenida. Fonte anónima, nunca identificada, informa um agente da PSP de pedras e cocktails molotov escondidos nesse mesmo veículo,

anteriormente transportados por sujeitos afectos à Intersindical. Ao mesmo tempo, a deslocação de carrinhas da PI para a rua Sampaio Bruno (não para a Rua Magalhães Lemos, como havia sido delineada pelo plano operacional da PSP) é confrontada com apedrejamentos. Sem dar conhecimento a Ramos Rocha, Magalhães Teixeira emite ordens para que os respectivos comandantes da PI actuem, passando o plano a ocorrer sob sua orientação. As cargas efectuadas na Avenida dos Aliados e na Praça da Liberdade visam manifestantes, jornalistas e demais pessoas que se encontrassem na rua. O relatório é peremptório ao afirmar que *os elementos do Corpo de Intervenção agrediram indiscriminadamente todas as pessoas que se encontravam à sua frente, à bastonada e ao pontapé, e às vezes com obscenidades, independentemente do sexo e idade; quer arremessassem pedras ou nada fizessem; quer fossem em fuga ou simplesmente estivessem paradas, mormente abrigadas em paragens de autocarros ou nas soleiras dos prédios. Todos eram agredidos, muitas vezes de forma selvática e por mais de um elemento policial contra a mesma pessoa, mesmo que esta se encontrasse prostrada no chão e indefesa* (idem, 104). A busca chega a estender-se ao banco do Hospital de Santo António, aonde carregam sobre familiares e amigos das vítimas que então chegavam às urgências.

Outros batalhões da PI dirigem-se para sul (Praça Almeida Garret e Estação de S. Bento), onde se deparam com alguma resistência, manifesta no lançamento de pedras, garrafas e paus. Foi neste contexto que as forças policiais recorreram ao uso de armas de fogo (inclusivamente de metralhadoras G3), tendo sido nesta zona (próxima da Praça Garret) que Pedro Vieira, de 24 anos, e Mário

Gonçalves, de 17 anos, foram mortos. Pedro Vieira, atingido pelas costas, fruto de ricochete, e Mário Gonçalves, atingido na cabeça por um disparo realizado a poucos metros. De acordo com o relatório da PGR, a sua morte foi provocada por *lesões traumáticas crâneo-encefálicas, que foram produzidas por projectil de arma de fogo, existindo fortes indícios nos autos que apontam a autoria do disparo a um elemento graduado (Comando de Pelotão ou Comandante de Secção) do Corpo de Intervenção (idem,112).*

O relatório esclarece igualmente que, ao contrário das afirmações produzidas pelo governo, fruto de uma reunião de urgência na Quinta da Marinha, não existem quaisquer provas do lançamento de cocktails molotov e de disparos realizados por manifestantes, actos que, alegadamente, haviam tornado inevitável a actuação das forças de segurança. Por sua vez, entre estas, os únicos ferimentos registados foram torções lombares, derivados do excessivo uso do cassete (Expresso 1 de Maio de 1982, 12–13).

No dia seguinte, já sem a PI nas ruas, milhares de trabalhadores regressam ao centro dos acontecimentos, num ambiente de indignação, até raiva, mas sem qualquer registo de confrontos. Quatro dias volvidos, milhares de pessoas acompanhariam as urnas das vítimas mortais, a enterrar, no que Torres Couto descreveu como constituindo *uma passeata pelas ruas da cidade*. Pelas 16h30, trabalhadores de todo o país uniram-se num minuto de silêncio, apenas interrompido pelos silvos emitidos pelas sirenes de fábricas e das embarcações da Transtejo, juntos na homenagem aos que caíram (USP 1983, 65–70). Nesse mesmo dia, a Intersindical convoca uma greve geral para o dia 11 de Maio.

Conclusões provisórias

As demissões de Ângelo Correia (MAI), Rocha Pinto (Governo Civil do Porto) e Magalhães Teixeira (PI), embora tenham constituído uma reacção ao quase estado de excepção declarado nas ruas do Porto, não conseguiram apagar o passado. Não obstante a frustração do plano de uma hegemonia sindical afecta à UGT no Norte do país, capaz de edificar o sonho marcelista de uma elite sindical tecnocrata mais avessa à rua do que à mesa de negociações, a campanha de difamação a que a Intersindical foi sujeita não deixou de produzir os seus efeitos. Na realidade, mais do que a própria central sindical, eram os próprios trabalhadores que eram intimados a adoptar uma postura razoável, equilibrada, própria da sua condição. No final, a campanha teve consequências, admitidas sem grande pudor.

Numa entrevista concedida ao programa *Clube de Imprensa* em torno dos acontecimentos verificados durante a greve geral do dia 12 de Fevereiro, Ângelo Correia concluiu ser necessária *a existência de uma só estrutura de informação, com capacidade para assegurar a segurança do Estado democrático, sendo a interligação entre os vários sectores assegurados por um órgão*³. A revisão constitucional de 1982 viria, de facto, a considerar a criação de um sistema de informação nacional, instituído dois anos depois sob a sigla SIS, Sistema de Informações e Segurança.

3 CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 11 de Fevereiro de 1982, n.º 103, «Fui eu' – confissão de Ângelo Correia sobre a chamada do polícia espanhol», *Primeiro de Janeiro*, 14 de Fevereiro de 1982, 4.



Os Meios de Difusão do Anarquismo em Portugal no Princípio do Século XX¹

No Encontro regional de Lisboa, procurei sistematizar as fases do desenvolvimento do movimento anarquista em Portugal, no princípio do século XX. Neste texto vou centrar-me sobre os meios de difusão utilizados pelos militantes que lograram esse resultado.

Serão dez, os tópicos em que podemos organizar tal matéria.

1. A imprensa jornalística

Existiu um número importante de jornais explicitamente anarquistas. Mas, dentro desses, alguns tiveram uma muito maior predominância, tornando-se jornais de referência nacional para todo o movimento libertário. Foi o caso da sequência de jornais portugueses *A Voz do Tanoeiro* (1901–02), *O Despertar* (1902–05), *A Vida* (1905–07 e 1909–10), *A Aurora* (1910–20) e *A Comuna* (1920–27); de *Terra Livre* (Lisboa, 1913) e *O Anarquista* (da UAP, Lisboa, 1923–26); e de *Terra e Liberdade* (Barreiro, 1930–31). Com igual ou maior importância, existiram os jornais sindicalistas (revolucionários) *O Sindicalista*

¹ Texto da comunicação apresentada oralmente no Encontro 'Norte Industrial' realizado no Porto em Novembro de 2011

(Lisboa, 1910–1916), *Voz Sindical* (Setúbal, 1923–26) ou *Vanguarda Operária* (Porto, 1929–30). Naturalmente, foram largas dezenas os jornais corporativos, de tal ou tal sindicato, federação ou grupo profissional, alguns deles muito prezados no seu meio social específico. E houve alguns jornais próximos de ideias do libertarismo, por vezes apenas por um aspecto particular, mas sem nunca se envolverem muito com o movimento: casos de *A Humanidade* (Lisboa, 1911–16); ou *A Ideia* (Montijo, 1931–34); mais tarde os culturais anti-fascistas *O Sol* e *O Diabo*.

A maior parte destes jornais tiveram (ou ambicionaram ter) uma periodicidade semanal, o que lhes garantia um acompanhamento da actualidade (social, política, internacional). Mas há imensos que apenas lograram publicar três ou quatro números, dando mostras do falhanço do seu projecto editorial. Há também folhas de publicação irregular, ou que saíam apenas para comemorar o aniversário da fundação da associação. E ainda os “números únicos”. Obviamente, os diários foram a excepção e o grande projecto de vida de alguns militantes que, por várias vezes e modos, se dedicaram empenhadamente a essa tarefa. Falharam tal desiderato *A Greve* (com Alexandre Vieira e muitos outros) e *A Boa Nova* (de Campos Lima, sozinho), em 1907; e o *Combate* (dirigido por Carlos José de Sousa), de 1919. E apenas *A Batalha* pôde enraizar-se no espaço mediático da época como grande jornal matutino, entre 1919 e 1927 (Baptista, 1977).

Porém, falando do espaço da opinião pública nacional no primeiro terço do século XX, havia Lisboa, brilhava o Porto, sendo que o resto do país era apenas um modesto consumidor do que se imprimia naquelas duas grandes cidades, com as excepções de diversos

pequenos núcleos editoriais locais, sem real implantação nem capacidade de alastramento. A iliteracia tinha, de facto, um peso esmagador sobre as classes populares e os territórios das províncias.

Quem faz estes jornais militantes são, naturalmente, militantes, em grande parte autodidatas e muitos deles de profissão chegada às artes gráficas, ao livro ou à imprensa. Quem recebe e lê estes produtos impressos em letra de forma são, ainda, militantes, também os simpatizantes (às vezes escutando a leitura em voz alta, pelos primeiros) e os adversários das ideias e posições ali estampadas – às quais lhes responderiam na primeira oportunidade. Um lugar importante cabia, pois, às polémicas, orais e escritas. E outra função relevante era a dos correspondentes locais desses jornais: cito, entre tantos outros, Elias Matias, em Évora, ou Clemente Vieira dos Santos, no Porto.

2. A propaganda presencial

Se a leitura de jornais era a fonte de informação das pessoas comuns considerada mais fidedigna, a força argumentativa principal para convencer terceiros da bondade de uma determinada ideia era a da oratória, seja na versão mais erudita dos conferencistas, seja na versão mais igualitária e popular da discussão em grupo. Os militantes encareciam e procuravam melhorar as suas qualidades comunicativas para as “tomadas de palavra”, fosse na via pública, nos locais de trabalho, nas associações (sindicais e recreativas), ou ainda no exercício de ir contraditar conferências de opositores. De certa maneira, o bom militante era aquele que sabia bem falar em público.

Referindo-me aqui unicamente à cidade do Porto e seus arredores, deixaram marca e memória militantes anarquistas e

anarco-sindicalistas como Gonçalves Viana (depois, católico), Serafim Cardoso Lucena, Manuel Joaquim de Sousa, António Alves Pereira, Júlio Gonçalves Pereira, Joaquim Moreira da Silva, Manuel Fiúza Júnior, Manuel Pedro, Guilherme Moreira Alves, Adelino Torres de Pinho, José Alves, Tibério Teixeira, António Teixeira de Araújo, Clemente Vieira dos Santos, José Rodrigues Reboredo, Francisco Bento da Cruz, João Vieira Alves, José Augusto de Campos, Mário Ferreira, Aníbal Dantas, Fernando Barros, Rodrigo Ferreira, António Inácio Martins, Luís Laranjeira, José Augusto de Castro, Abílio Faria e outros.

Um meio de intervenção militante de grande importância foram, além das sedes dos sindicatos ou associações de classe, os Centros de bairro (centros e bibliotecas de estudos sociais, semelhantes aos Centros Republicanos, salvo que sem qualquer patrono), onde tinham regularmente lugar as conferências (por militantes ou personalidades simpatizantes) e as ‘veladas sociais’, constantes de teatro (ver Figueiredo, 2011), recitação de poesia ou mesmo música. Houve uns 40 destes centros, sendo talvez os mais importantes os seguintes: a Sociedade de Instrução e Beneficência ‘Germinal’, de Setúbal; o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais, das Antas-Porto; o Centro Comunista Libertário, do Porto; o Centro e Biblioteca de Estudos Sociais ‘Filhos de Visco’, de Gaia; o Centro de Estudos Sociais ‘Regeneração Humana’, de Alcântara-Lisboa; o Grupo Dramático de Belém-Lisboa; o Centro de Recreio e Propaganda Livre, de Setúbal; o Ateneu Popular, de Lisboa; e o Ateneu de Educação Popular de S. Paio de Gouveia.

Outro espaço de debate e difusão de ideias mais elementar mas muito prezado eram as tertúlias regularizadas: em cafés (vários), em barbearias (como a do José Artur Quaresma, em

Setúbal), oficinas de sapateiro (por exemplo, no Porto, a do Manuel Ferreira Torres, o “Torres das tombas”, glosando a Torre do Tombo) e as livrarias (entre as quais a Renascença, de Joaquim Cardoso, ao Poço dos Negros, em Lisboa).

Obviamente, o panfleto, impresso e distribuído de mão em mão era uma meio de propaganda acessível, porém não muito empregue na época pelos militantes, dada a iliteracia reinante nos meios populares. Mas os anarquistas nunca terão feito uso das “brigadas de agit-prop” que, mais tarde, os comunistas tentaram empregar.

O convívio era também muito apreciado e praticado, sobretudo mediante a organização de excursões e pic-nics, permitindo estender às famílias (mulheres, crianças, colaterais) a “boa semente” da palavra e da convivência. A praia da Caparica também servia os adeptos do nudismo solar e os pinhais vizinhos davam bom abrigo aos campistas. Já o desporto era controverso: a ginástica era bem-vista, mas o futebol pouco (excepto o grupo de “Os Batalhudos”, cujos jogos eram anunciados no diário operário).

As escolas “modernas” (criadas por vezes em parceria com republicanos), bem como as universidades livres e populares, foram das mais significativas criações deste movimento. Além de se eximirem ao controlo cultural da religião católica, propuseram muitas vezes modalidades pedagógicas inovadoras que só décadas mais tarde vieram a ter aceitação generalizada, como foi o caso da educação mista, para rapazes e raparigas, ou a aprendizagem memorizada e lógica associada aos trabalhos manuais (Candeias, 1994).

Finalmente, referimos de passagem quatro formas de propaganda presencial também usadas pelos militantes, embora só de forma

esporádica: as “cègadas” carnavalescas (em Campo de Ourique-Lisboa, ou em Setúbal); o fado social (embora as tabernas fossem muito criticadas); o cinema militante (com o pioneiro Fernando Barros, do Porto); e os meios passivos que constituíam os cartazes e inscrições murais.

3. A “*propaganda pelo facto*”

Uma parte minoritária do militantismo anarquista envolveu-se no ilegalismo de “acção directa”: praticaram atentados individuais (a polícias, juízes, alguns industriais); bombismo; “atracos” (para sacar dinheiro para a militância); sabotagens; fogo-posto. Mas nunca terão sido tentados pela fabricação de moeda-falsa. Estas “tácticas” suscitaram sempre grande discussão interna, sobretudo porque de imediato desencadeavam maior repressão governamental sobre o movimento, e também porque, segundo alguns, contraditavam os seus objectivos emancipadores e de felicidade humana. Porém, num meio que respeitava a liberdade acima de tudo, aquela minoria beneficiou geralmente da aquiescência dos restantes e mesmo da sua solidariedade (financeira) quando se encontravam sob pressão das autoridades.

As preparações insurreccionais são outra coisa. Aí, a grande maioria dos militantes e simpatizantes do movimento concordaria em que era necessária a “revolução” para mudar efectivamente o regime social e político em vigor. A greve geral era um instrumento decisivo, mas só a insurreição armada poderia deitar abaixo o capitalismo e o Estado. Não é assim de estranhar que, por exemplo, no Porto em 1919 haja 17 grupos anarquistas armados com 200 a 300 homens prontos a colaborar com as tropas republicanas vindas do Sul para derrubar os “couceiristas” (Lima, 1920) – como antes já acontecera no 31 de

Janeiro de 1891, e viria de novo a suceder no 3 de Fevereiro de 1927 e no 18 de Janeiro de 1934.

4. A actividade editorial

A leitura reflexiva ou emocional (doutrina, crítica, ensaio, criação literária) era a actividade cultural mais enfatizada pelos anarquistas, até pelo que depois proporcionava para o enriquecimento da discussão em grupo.

Vários núcleos editores de livros se evidenciaram, no primeiro terço do século XX: a Biblioteca de Estudos Sociais, de António Ernesto Dias da Silva; a Colecção Sociológica, da Guimarães Editores; a Biblioteca do Movimento Social, da Bertrand; a Livraria Central de Gomes de Carvalho; a Biblioteca de Educação Nacional, dirigida por Agostinho Fortes; a Biblioteca de Educação Moderna, dirigida por Ribeiro de Carvalho, da Livraria Internacional; a secção editorial d'A *Batalha*; as edições Spartacus, de Campos Lima; etc. Já a edição de pequenas brochuras, de 16 ou 32 páginas, muitas vezes aproveitando os “chumbos” de uma sua primeira impressão em jornal, como folhetim, estavam ao alcance de certos grupos de afinidades anarquistas e foram por eles largamente utilizados.

Quanto às revistas, já em outra oportunidade recente tive o ensejo de chamar a atenção para a florescência cultural do anarquismo nos alvares do século XX português. Afirmando agora que, à medida que crescia o impacto social do sindicalismo libertário, também foi esmorecendo a regredindo essa criatividade e diversidade cultural, em parte pela quebra de laços com o sector político republicano, em parte também pelo maior fechamento ideológico dos anarquistas

e em parte ainda pela atractividade do bolchevismo. Tal pode ser medido pelo número e qualidade das revistas culturais e literárias editadas por anarquistas, sozinhos ou em colaboração com outras personalidades (geralmente republicanos ou independentes). Mesmo assim, na década de 20 ainda podemos encontrar os magazines ilustrados *Renovação* (editado por *A Batalha*, 1925–26) e *Cultura* (de Campos Lima, 1929–31), a revista doutrinária *Aurora* (Porto, 1929–30) ou o jornal cultural *O Globo* (de Jaime Brasil, 1930).

Por outro lado, ao gosto da época, também os anarquistas editaram, de longe em longe, almanaques. Foram: o *Almanaque Cosmopolita* (1900); o *Almanaque d'A Aurora* (1913); e o *Almanaques d'A Batalha* (1926).

5. Sexualidade, procriação, emancipação da mulher, naturismo, comunidades

Agrupamos neste ponto uma série de temas que muito mobilizaram também o militantismo libertário. Em especial evidência, colocamos a doutrina neo-malthusiana de auto-controlo dos nascimentos, com a sua base teórica de económica política (de Malthus), que na época suscitava vivas discussões e oposições, inclusive entre muitos libertários e sindicalistas, mais optimistas e próximos de Marx quando se tratava de confiar nas potencialidades das “forças produtivas”. Entre nós, o primeiro sinal é dado pela tese académica do dr. Ângelo Vaz, no Porto, em 1902, a que se segue a fase propriamente militantes desta frente de luta social, em favor de uma procriação desejada, consciente e controlada, a que não faltava a distribuição ou venda de produtos e dispositivos anti-concepcionais. Em 1906 um

punhado de militantes, incluindo vários farmacêuticos e outros profissionais ligados à saúde, avança para o terreno da propaganda com a edição de textos e outros modos de ação, bem como com o estabelecimento de uma ligação orgânica à Federação Internacional da Regeneração Humana, que liderava internacionalmente o movimento. Amadeu Cardoso da Silva, Teixeira Júnior (autor de *Mulheres, Não Procreéis!*), Silva Júnior, Nobre Cid ou Martins do Rego são talvez os nomes mais em destaque neste campo, que vem a suscitar uma tardia mas dura reacção por parte da Igreja, do Congresso Nacional de Farmácia de 1927 e acabando tais práticas por serem criminalizadas no Código Penal em 1929 por “anti-natalistas”.

Esta questão do controlo dos nascimentos (que só toma o nome de *birth control* numa segunda vaga do movimento internacional, que ocorre já nos anos 30, centrada agora nos Estados Unidos e que entre nós é correspondida pelo grupo de educação sexual ‘Despertar’ em 1940—41, com o apoio de Jaime Brasil) liga-se directa e estreitamente à sexualidade e à questão feminista, por um lado, e à questão da educação, por outro. O Congresso Feminista e da Educação, promovido por Eduardo Brasão e outra gente nos anos 20, é talvez um ponto culminante desta consciência social, mas o sufrágismo das feministas portuguesas da época era um obstáculo a maiores aproximações entre ambos os movimentos. Do lado anarquista, se a esmagadora maioria dos militantes eram homens, ainda assim existiram uma União das Mulheres Anarquistas (com Júlia Cruz, Margarida Paulo e outras) e o Grupo Luisa Michel, do Porto nos anos 20, com Margarida Barros, Virgínia Dantas, etc. Quanto à questão da liberdade sexual, o tema será sobretudo abordada já nos anos 30, por Jaime Brasil, José

Soares Lopes e outros militantes individualmente sensíveis ao entendimento do anarquista individualista francês E. Armand expresso nas páginas do seu jornal *L'En Dehors* onde, entre outras causas, se defendia o conceito da “*camaraderie amoureuse*”.

O combate anti-alcoolismo e anti-tabagismo, a alimentação vegetariana ou frugívera, o “naturismo” (com recurso às medicinas naturais, ao termalismo, aos banhos de sol e a uma actividade física adequada) encontraram numa minoria de anarquistas entre os seus mais estrépitos apóstolos, como foi o caso do portuense Ângelo Jorge que introduziu entre nós o anarquismo anti-científico de Henri Zisly e fez a ponte à Associação Vegetariana Portugal através do dr. Amílcar de Sousa. E por esta via se teceram igualmente relações e colaborações com o dr. Almerindo Leça e a Liga Portuguesa de Profilaxia Social, e com a Sociedade Protectora dos Animais e a Liga contra as Touradas.

Mas a próxima relação com a natureza e o ensaio de formas de vivência em “comunismo livre” atingiu talvez a sua maior expressão com as “comunas” (em Vidago, Odemira ou Albarraque), comunidades de vida e de trabalho nas quais se empenharam militantes como Carlos Nobre, Jorge Campelo, Gonçalves Correia ou ainda Manuel Rodrigues (o “Globetroter”) mas que, porém, nunca conseguiram vingar, face ao meio social envolvente, adverso ou desconfiado, e também minadas pelas desinteligências internas.

6. Anti-militarismo, pacifismo, mundialismo

Todo o anarquismo é, doutrinariamente, pacifista e anti-militarista, e essa orientação também foi adoptada em Portugal embora talvez não num primeiro plano de prioridades. Mas, para além das

iniciativas dispersas de certos grupos de afinidade ou da acção de conjunto do movimento sindical contra a guerra que grassava na Europa em 1914–18, vale pena referir a existência de uma Liga Anti-Militarista, antes de 1910, e os contactos tidos com a Associação Internacional Antimilitarista sediada na Holanda e onde pontificavam Nieuwenhuis e De Jong, antes e depois desse marco.

Especialmente sensíveis a esta posição eram os jovens. As organizações das Juventudes (Sindicalistas, depois Libertárias, já nos anos 30) é uma das genuinidades do nosso movimento que se antecipou a muitos outros países na missão de mobilizar e organizar os jovens (rapazes e raparigas) com uma referência ideológica mas sobretudo com reivindicações e objectivos específicos de acção: contra o militarismo e a guerra; pela convivência inter-sexual; pela defesa dos direitos dos aprendizes e dos jovens trabalhadores; etc. (Freitas, 2007).

Mas a mais notória iniciativa em que muitos militantes anarquistas se empenharam, com vista a uma futura paz, concórdia e comunicação universal, foi decerto a do ensino do Esperanto, a língua-veículo há poucos anos antes criada pelo dr. Zamenof. Veja-se, por exemplo, o jornal anarquista português escrito neste idioma *La Vero* (Lisboa, 1922–23).

7. Anti-clericalismo

Já fizemos recentemente estas referências, mas vale a pena realçar aqui a base de comum entendimento que existiu durante bastante tempo entre anarquistas e republicanos quanto ao combate a dar à influência religiosa da Igreja Católica em Portugal, considerada culpada de estar intimamente associada ao poder político da Monarquia,

de ter um passado marcado pelas perseguições da Inquisição e de contribuir poderosamente para a manutenção do povo rural num lamentável estado de atraso cultural.

Além de toda a comum utilização dos textos relevantes para este efeito (de Sébastien Faure, de Heliodoro Salgado, etc.), esta proximidade levou a que alguns anarquistas, geralmente intelectuais, participassem em várias associações e campanhas criadas e dominadas por republicanos, como foi o caso da Associação do Registo Civil e do Livre Pensamento, da criação de escolas seguindo uma pedagogia “racional” importada do pedagogo libertário e *maçon* catalão Francisco Ferrer (em Lisboa, a Escola-Oficina nº1, a “Promotora” e outras), da Liga dos Direitos do Homem ou da própria maçonaria e da Carbonária Portuguesa.

8. O fortalecimento da coesão militante e as fissuras internas

A importância do texto e da leitura já foi aqui referida, devendo ser contudo enfatizadas as discussões a que os mesmos davam muitas vezes lugar. Isto ocorria, tanto em reunião de pequeno número de pessoas, como nas páginas dos jornais ou mesmo em conferências-debate. Em alguns casos (vide o Grupo de Educação Sexual ‘Despertar’, em 1940—41), estas discussões eram rigorosamente organizadas num quadro próprio de formação interna ao grupo e aberta a alguns simpatizantes, com cadernos pessoais manuscritos com perguntas (pelo “animador”), respostas e reflexões escritas, e sua discussão ao longo de diversas sessões. Nos núcleos da Juventudes Sindicalistas ou no Centro Comunista Libertário do Porto faziam-se procedimentos

de aprendizagem e discussão de ideias semelhantes. Isto permitia dar aos agrupamentos uma certa coesão ideológica, mantendo cada qual a mais ampla liberdade de pensamento individual.

Algo de semelhante mas ainda mais intenso – o que é lógico, dada a situação de inactividade forçada em que se encontravam os militantes – acontecia nas prisões, onde foram produzidos muito escritos de auto-didactas, se analisaram as razões do insucesso de muitas revoluções e se fizeram planos para as próximas, e para a organização da “sociedade futura”.

Em contrapartida, os “trânsfugas”, os “infiltrados” e os “rachados” foram sempre uma dificuldade insuperável para as organizações montadas pelos anarquistas e que se caracterizavam por uma grande liberdade de entrada e de saída – pois já então, e sempre, era “proibido proibir”.

Igualmente inerente ao espírito libertário destes meios sociais mas com efeitos frequentemente nocivos para a eficácia da acção organizada era o irreprimível individualismo de alguns anarquistas. Houve individualistas “comportamentais”, outros meramente “anti-organizadores” e, enfim, os filosóficos (seguidores de Stirner ou de Ryner); houve os construtivistas (à maneira de Armand), como o algarvio e ex-marinheiro José Franco e a sua folha *A Ideia*; mas houve também Juliano José Ribeiro e o jornal *Refratários*, que provocaram grossas dissensões no meio do operariado anarquista portuense.

9. As celebrações rituais

Embora exteriormente iconoclastas, os anarquistas entregavam-se também a celebrações rituais. Por exemplo, em relação a

datas, eram anualmente celebradas as seguintes, lembrando momentos de luto ou de revolta: o 18 de Janeiro (data da tentativa de greve geral insurrecional em 1934 para derrotar o Estado ditatorial corporativo que Salazar queria implantar); o 31 de Janeiro (data do levantamento republicano do Porto em 1891); o 13 de Fevereiro (data da lei de Hintze e João Franco de 1896 que criminalizou a simples propaganda anarquista, permitindo a deportação para Timor dos seus prosélitos); o 18 Março (proclamação da Comuna de Paris, em 1871); o 1º de Maio (lembrando a luta dos operários de Chicago pelas 8 horas de trabalho, em 1886); o 4 de Julho de 1937 (em que Emídio Santana falhou o tiranicídio contra Salazar); o 14 de Julho (marco inicial da Revolução Francesa, em 1789); o 19 de Julho (de 1936, em que o proletariado organizado de Espanha travou o golpe militar de Franco, iniciando-se a guerra civil); 3 de Agosto (data do início do terrível morticínio da Grande Guerra, em 1914); o 13 de Outubro (data em que foi fuzilado em Barcelona, em 1909, o pedagogo Francisco Ferrer); o 11 de Novembro (de 1887, dia em que foram executados cinco anarquistas em Chicago, acusados do lançamento de uma bomba no ano anterior, nas manifestações pelas 8 horas de trabalho). A data do aniversário da fundação da associação de classe ou sindicato era também sempre festivamente assinalada.

Os congressos ou conferências organizativas do movimento sindical ou dos grupos anarquistas constituíam também oportunidade de manifestação de gestos rituais muito tipificados: a verificação dos mandatos dos delegados; a constituição de uma comissão revisora de contas (dos gerentes de saída); a designação das mesas para coordenar os trabalhos; as saudações “ao povo trabalhador e a todos aqueles

que sofrem as perseguições dos poderosos”; o modo de discussão das “teses” e moções; e os “vivas” finais, com a entoação dos (poucos) cânticos que os militantes sabiam cantar.

Mas havia também as contra-celebrações, isto é, aquelas datas e épocas do calendário celebradas tradicionalmente em sociedade e a que os anarquistas procuravam dar um outro sentido, ou desmontar as suas falsidades: era o caso do Natal (substituído pelo Solstício de Inverno), do Carnaval (época do fingimento, ou de aproveitamento pelas “cêgadas”) ou da Páscoa (em que se criticava a opulência da Igreja, em contraste com o despojamento do Cristo).

10. A solidariedade (defender os lutadores, alargar os apoios)

A ideia e as práticas tradutoras da solidariedade eram uma constante deste movimento. Tomaram muitas formas, de que citamos alguns exemplos: a greve dos tecelões portuenses de 1903, com as mulheres a fazerem mendicância pela cidade, incomodando as consciências da boa burguesia portuense; as frequentes quêtes (peditórios) nas fábricas, para ajudar operários em greve; as “cozinhas comunistas”, organizadas ao ar livre para sustentar os trabalhadores envolvidos numa greve; a recolha de filhos de grevistas (de S. Pedro da Cova, da Covilhã, etc., copiando o que os IWW haviam iniciado em 1912); as comissões “pró-presos por questões sociais”, que mais tarde se coordenaram numa Federação Portuguesa de Solidariedade (rival do Socorro Vermelho dos comunistas); e, por último, já profissionalizada, a defesa jurídica que a CGT proporcionava aos seus militantes perseguidos, onde trabalharam advogados-militantes ou

simpatizantes como Alexandre Sobral de Campos, João de Campos Lima ou Nóbrega Quintal.

E como sempre sucede nestas ocasiões, a invocação do sacrifício e o pedido de ajuda (financeira, ou outra) a pessoas mais sensíveis ou liberais, ainda que distantes das ideias daqueles lutadores, constituía também um meio para alargar o círculo de influência do restrito mundo militante, inflacionando a sua grandeza aos olhos de muitos.

No plano internacional, a solidariedade manifestava-se sobretudo pela difusão de notícias relativas aos países onde a luta social estava mais avançada – o México, a Rússia, a Espanha, a Itália –, sobre os tiranizados mártires e os revoltados (os Casério, Angiolillo, Mateo e Morral, a ‘Mano Negra’, etc.) e pela denúncia do colonialismo mais brutal que ocorria em África.



As Eleições Sindicais nos Últimos Anos do Fascismo (1969–1974): o Caso dos Têxteis

A chegada ao poder de Marcelo Caetano, em Setembro de 1968, e o anúncio de que iria promover uma abertura política do regime criou algumas expectativas em vários sectores da sociedade portuguesa, que acreditaram na possibilidade de que se iria proceder a uma reforma do Estado Novo.

A anunciada abertura política necessitava de se materializar em medidas concretas, pelo que o regime, a fim de lhes dar forma, introduziu algumas alterações legislativas, nomeadamente no domínio da legislação sindical, como os Decretos-Lei nº 49 058, de 14 de Junho de 1969, relativo à designação dos corpos gerentes dos Sindicatos Nacionais, e nº 49 212, de 28 de Agosto de 1969, referente ao regime jurídico das contratações colectivas.

A partir de então, pelo Decreto-Lei nº 49 058, as direcções sindicais eleitas já não necessitavam, para entrar em exercício, de ser homologadas pelo Governo, todas as decisões que de alguma forma pudessem afectar a legitimidade das eleições ou a sua preparação teriam de ser tomadas pelos tribunais do trabalho, a verificação das condições de elegibilidade passaria a ser efectuada pelos próprios organismos interessados, através de *“uma comissão designada pela mesa da assembleia geral de entre os sócios que não exerçam cargos de gerência no*

sindicato”, e as comissões administrativas só poderiam manter-se em exercício até ao termo do processo judicial que envolvia esses gerentes, quando reintegrados, ou até a realização de novas eleições, a efectivar no prazo máximo de seis meses após o termo daquele processo.

Por seu turno, o Decreto-Lei nº 49 212, sobre o regime jurídico da contratação colectiva de trabalho, impunha a resposta obrigatória às propostas de negociação e fixava prazos e regras que tornavam possível a contratação colectiva: *“a entidade que desejar a celebração de uma convenção colectiva ou a sua revisão apresentará por escrito a sua proposta à entidade com quem pretende negociar, a qual, no prazo de trinta dias, deverá responder, informando se a aceita ou se a rejeita ou apresentando uma contraproposta”* (disposição que veio a ser alterada pelo Decreto-Lei n.º 492/70, de 22 de Outubro). Tornava também imperativa a negociação de contratos e acordos colectivos de trabalho, e criava as figuras da conciliação e da arbitragem.

Embora se detectasse, por parte de Governo de Caetano, uma certa preocupação em marcar uma diferença com o consulado salazarista, havia antecedentes que já preconizavam uma mudança, nomeadamente quanto ao disposto no Decreto-Lei nº 49 058. De facto, o III Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social, realizado em 1964, culminou um conjunto de estudos destinados a rever a legislação sindical numa perspectiva corporativa, recomendando *“a possibilidade de aperfeiçoar o sistema de controle preventivo dos corpos gerentes eleitos dos sindicatos, por forma a torná-lo, sem prejuízo das imperiosas exigências da ordem social estabelecida, mais flexível e consentâneo*

com a autonomia e eficiência dos organismos”¹. Também no que dizia respeito ao Decreto-Lei nº 49 212, um outro decreto anterior (Decreto-Lei nº 47 032, de 27 de Maio de 1966), já vinha constituindo o diploma fundamental no domínio da regulamentação jurídica do contrato individual do trabalho.

Quais as razões destas mudanças, que ocorreram durante a década de 1960, e se vão manter até ao final da “primavera marcelista”? Na realidade, desde o início daquela década que a sociedade e economia portuguesas estavam a registar um conjunto de transformações, fruto da entrada de Portugal na EFTA em Dezembro de 1959, e no GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio) em 1961. Registou-se também, durante aquela década, um acentuado desenvolvimento económico (incremento da industrialização, emergência do sector terciário), ao mesmo tempo que se verificava uma progressiva diminuição do peso da ruralidade, fruto do fenómeno da emigração económica para o estrangeiro e do início da deslocação para a periferia de Lisboa (e de uma maneira geral para o litoral), onde a oferta de emprego começava a exercer uma maior atracção. Verificou-se, ainda, uma crescente pressão dos organismos internacionais, em especial da Organização Internacional do Trabalho (OIT), obrigando

1 José João Gonçalves de Proença (1964), O III Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social. Lisboa: Junta da Acção Social. Ver também Fátima Patriarca (2008), “Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano”, in Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da Silva (Eds.), Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 132–134.

o Governo a procurar respostas que evitassem um ainda maior isolamento internacional do regime.

Como é conhecido, a abertura sindical, prometida pela chamada “primavera marcelista”, foi de curta duração. Um ano após a publicação dos diplomas que consubstanciavam a referida abertura, o Governo de Marcelo Caetano desencadeou uma ofensiva legislativa de carácter restritivo, visando atingir os sindicatos que tinham a dirigir-lhes direcções da confiança dos trabalhadores. Contudo, é esquemático reduzir tudo ao regresso à situação anterior à abertura marcelista – a realidade era mais complexa. A sociedade portuguesa registava um acelerado processo de transformação, a todos os níveis.

A “primavera marcelista” terminou abruptamente, mas durante a sua curta existência tinha aberto uma Caixa de Pandora que nunca mais foi fechada, quer na sociedade, quer no mundo sindical, quer no movimento operário, que a partir de então e até ao 25 de Abril se manifestou de forma quase contínua, desencadeando centenas e centenas de lutas. A ofensiva legislativa de carácter restritivo iniciou-se com os Decretos-Lei nº 492/70 e nº 502/70, de 22 e 26 de Outubro, respectivamente, os quais se irão manter até ao 25 de Abril de 1974, e prosseguiu com o Decretos-Lei nº 196/72, que decretava o congelamento dos salários, preparando-se o Governo para promulgar um outro, que reduzia o número de delegados sindicais, e que só não viu a luz do dia porque entretanto eclodiu o 25 de Abril.

O Decreto-Lei nº 492/70, de 26 de Outubro, atingia, logo de imediato, as revisões contratuais em curso, introduzindo alterações a várias disposições do Decreto-Lei n.º 49 212/69, que regulava e uniformizava a estrutura das convenções colectivas de trabalho. Quanto

ao Decreto-Lei nº 502/70, introduziu a possibilidade de destituição dos dirigentes sindicais que, na avaliação do Governo, deixavam de reunir os requisitos de elegibilidade, o que permitiu a imediata suspensão dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, efectuada em Novembro de 1970.

A partir de Junho de 1971 a recém-criada Intersindical passou a ser alvo de uma repressão sistemática que dificultou a continuação da sua actuação, embora não tivesse conseguido eliminá-la, uma vez que os sindicatos que a integravam puderam prosseguir a sua actividade, nomeadamente quanto à eleição de delegados sindicais e de comissões de delegados, reforçando a sua presença no mundo laboral. A repressão, que tinha abrandado ligeiramente durante o período das eleições de 1969, regressava com os seus poderes reforçados. A PIDE, crismada de DGS desde os finais de 1969, será reorganizada em 1972, no sentido de aumentar a sua eficácia repressiva. Através do Decreto-Lei nº 368/72, de 30 de Setembro, o regime fascista dificultava ainda mais a assistência do advogado constituído aos interrogatórios efectuados ao preso político, que poderia ser interdita quando existisse *“conveniência para a investigação”*, entre muitos outros aspectos que contribuíam para o desarmamento jurídico dos cidadãos perante a polícia política. Destacava-se, principalmente, o artº 82º do referido Decreto-Lei, ao abrigo do qual *“o pessoal da Direcção-Geral de Segurança com funções de investigação criminal tem direito a gratificações de tecnicidade, cujo quantitativo será fixado por despacho dos Ministros do Interior e das Finanças”*.

O Decreto-Lei nº 502/70, permitindo novamente a destituição dos dirigentes sindicais, recolocava na ordem do dia uma das

questões mais polémicas do movimento sindical, que era a da participação nas eleições para os Sindicatos Nacionais. De facto, com a excepção do período de 1933–35, durante o qual os comunistas seguiram uma linha de criação de um movimento sindical clandestino, após o VII Congresso da Internacional Comunista – e, principalmente, após a reorganização de 1940–41 –, o PCP² adoptou definitivamente a orientação de conquistar as direcções daqueles organismos, que o Estado Novo tinha criado, precisamente para controlar e neutralizar o movimento sindical.

A partir de então, o trabalho do PCP em relação aos Sindicatos Nacionais desenvolveu-se de acordo com as seguintes orientações: i) fazer pressão sobre as direcções dos Sindicatos Nacionais para que defendessem as reivindicações dos trabalhadores; ii) entrar em massa para os Sindicatos Nacionais; e iii) eleger direcções de trabalhadores honestos que gozassem da confiança da classe³. Esta orientação era acompanhada, sistematicamente, por uma citação da obra de Lénine *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*, que defendia que os comunistas deviam trabalhar nos sindicatos reaccionários, desde que as massas participassem nos mesmos.

No entanto, nas condições de um regime fascista – e não nas condições de democracia burguesa parlamentar, como defendia

2 Partido Comunista Português. Fundado a 6 de Março de 1921, como Secção Portuguesa da Internacional Comunista (IC), é o partido político activo mais antigo de Portugal.

3 As tarefas dos comunistas nos Sindicatos Nacionais”, *O Militante*, III Série, n.º 18, Abril de 1943, p. 5.

Lénine na obra citada –, era necessário atender ao seguinte: i) os “Sindicatos Nacionais” corporativos não eram organizações de massas; ii) os operários desprezavam estes Sindicatos, não os frequentando (e, daí, as enormes dificuldades das listas apoiadas pelo PCP, que ficavam isoladas, sem base de apoio); e iii) os operários obtinham vitórias quando se organizavam em comissões à margem daqueles sindicatos por objectivos concretos (contra os despedimentos, por aumentos de salários, contra as multas e os castigos, etc). Deste modo, a questão que se colocava era a de adoptar uma tática que pudesse proporcionar melhores resultados na defesa dos interesses dos trabalhadores, a qual, como a experiência acumulada vinha indicando, não passava pela conquista dos Sindicatos Nacionais.

De facto, a experiência histórica de décadas na luta pela vitória em eleições sindicais revela-nos que só em raras ocasiões foi possível conquistar as direcções dos Sindicatos Nacionais. Com excepção de momentos especiais – como na conjuntura do imediato pós II Guerra Mundial ou, mais tarde, numa ou noutra ocasião –, era praticamente impossível conquistar as direcções daqueles Sindicatos, não só por falta de uma indispensável base de apoio, mas também porque esse processo se encontrava sistematicamente eivado de ilegalidades de todo o tipo, das quais o regime não tinha qualquer pejo em se socorrer. Era uma luta inglória, de grande desgaste e frustração para os quadros comunistas, com resultados fraquíssimos ou nulos, com a agravante de se estar a iludir os trabalhadores ao procurar enquadrá-los nas organizações que o regime fascista tinha criado precisamente para controlar e neutralizar a actividade sindical.

Através de um pequeno exercício – a análise das tentativas de conquista dos Sindicatos Nacionais relatadas no jornal *O Têxtil* – facilmente constatamos que todas essas tentativas fracassaram, demonstrando a impossibilidade prática de se conquistarem os Sindicatos Nacionais Têxteis, não obstante a persistência com que o PCP se consagrou a alcançar esse desiderato. Transcrevemos, de seguida, alguns extractos, bastante esclarecedores, das notícias publicadas naquele jornal:

O Têxtil reconhece “o desinteresse e hostilidade de muitos trabalhadores em relação aos sindicatos nacionais”, in “Utilizemos os sindicatos na defesa dos nossos interesses”, *O Têxtil*, nº 12, Julho de 1958.

“... os laçaios que os fascistas puseram à frente do nosso Sindicato”, in “Quando correremos com a actual direcção do Sindicato?”, *O Têxtil*, nº 40, Fevereiro de 1962.

Fraudes eleitorais: “Mais uma vez a equipa de ladrões fascistas capitaneada pelo Costa e Silva apoderou-se do Sindicato”, in “O Sindicato do Porto foi mais uma vez roubado à nossa classe”, *O Têxtil*, nº 41, Março-Abril de 1962.

Fraudes eleitorais: “... aquele senhor do grupo do Costa e Silva e do Fonseca (agente da PIDE que lá está como chefe dos serviços administrativos) ...”, in “O Sindicato do Porto foi mais uma vez roubado à nossa classe”, *O Têxtil*, nº 41, Março-Abril de 1962.

Não homologação das listas de oposição: “... não foi considerada válida, sob falsos pretextos”, in “Para onde deve encaminhar-se a luta dos têxteis do Porto?”, *O Têxtil*, nº 49, Maio de 1963.

Quando, nas situações particulares atrás referidas, tinha sido possível eleger uma lista da oposição, defensora dos interesses dos trabalhadores, esta era de imediato neutralizada através do recurso às “comissões administrativas”, que se eternizavam (ilegalmente) à frente dos Sindicatos, chegando a prolongar-se por mais de 15 anos, como foi o caso do Sindicato Têxtil da Covilhã (1945—1960), 16 anos no de Tortosendo (de 1946 a 1962) ou de 6 anos no do Porto (1955 a 1961).

Há, contudo, um episódio curioso na longa história do PCP para conquistar os Sindicatos Nacionais Têxteis. Em 1964, após uma vez mais ter sido derrotado em todas as tentativas de conquistar aqueles sindicatos, e provavelmente sob a influência do grande movimento grevista de 1961—62, surge no *O Têxtil* um artigo (um Editorial, como eram, aliás, todos os artigos consagrados à conquista dos sindicatos, demonstrando a importância que o PCP lhe conferia)



Fig. 1 – Primeira página do *O Têxtil*, nº 53, Setembro de 1964, advogando a necessidade de se alterar a tática sindical que vinha sendo seguida pelo PCP no que respeitava às tentativas de conquista dos Sindicatos Nacionais.

que preconizava uma alteração da tática que até então vinha sendo seguida: “sempre que nós, mesmo na base das leis fascistas, pretendemos meter homens honestos na direcção do Sindicato a que pertencemos, os vmi-nistros fascistas não sancionam a direcção por nós escolhida, nomeiam comissões administrativas da sua confiança ou mantêm a direcção contra a qual a classe votou”, in Editorial, *O Têxtil*, nº 53, Setembro de 1964.

“Mudar de tática” – era de facto essa a conclusão lógica que seria impenoso retirar das sucessivas e fracassadas tentativas de conquistar os Sindicatos Nacionais. Mas, logo de imediato, aquele desvio foi corrigido e o PCP continuou a insistir, debalde, na conquista dos Sindicatos Nacionais.

Durante o consulado caetanista, fruto das alterações políticas, económicas e sociais que se tinham registado durante a década de 60, criaram-se algumas condições para explorar o novo regime que começava a ser aplicado aos Sindicatos Nacionais – em resultado das alterações legislativas já referidas – no interesse dos trabalhadores. No entanto, como sublinhou José Barreto, “o movimento de animação sindical de 1969–70 localizou-se predominantemente em



Fig. 2 – Manifesto da Lista B, que se preparava para disputar as eleições para o Sindicato Têxtil de Delães.

Lisboa e no Porto”⁴. Nos restantes centros e regiões industriais do país não se registaram mudanças significativas, continuando a vigorar as mesmas situações de arbitrariedade e ilegalidade que até então vinham caracterizando a actuação do regime no campo sindical. O sucedido com a Secção de V. N. Famalicão do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, com sede em Delães, que seguidamente descreveremos de forma resumida, é um bom exemplo desta realidade dual.

Pela primeira vez desde a sua existência, as eleições para o Sindicato Têxtil de Delães – que se realizariam no início de 1971 – foram preparadas com extremo cuidado, organizando-se uma Lista B, de oposição, para as disputar. Com mais de um ano de antecedência, em 2 de Fevereiro de 1970, os elementos da Lista solicitaram ao Presidente da Câmara de Famalicão certidões de eleitor comprovativas da inscrição no recenseamento dos eleitores da Assembleia Nacional, uma exigência para poderem candidatar-se nas eleições para o Sindicato.

Quanto foi aberto o período eleitoral e a Lista B foi apresentada, esta causou, de imediato, um grande sobressalto nos apoiantes do regime: “*a chamada Lista B está fortemente apoiada por elementos políticos claramente opostos à política social do Governo, que tem desenvolvido uma campanha intensíssima junto dos trabalhadores, pois, desde o mês de Setembro [de 1970], os operários*

4 José Barreto (1990), “Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXV (105–106), p. 78.

*movimentaram-se em toda a sua região e iniciada a campanha sur-gem panfletos e postais apelando ao voto*⁵.

Refeito do susto inicial, o regime resolveu o problema recorrendo aos métodos habituais. A Comissão de Verificação entendeu aceitar a sufrágio apenas a Lista A, afecta ao regime, alegando que os elementos da Lista B não possuíam como habilitação literária mínima a aprovação no exame da 4ª classe, o que contrariava “*o disposto no artº 23º do Decreto-Lei nº 40 964, de 31/12/1956*”. Só que a lei invocada para a invalidação da Lista B já não era aplicável, pois tinha sido revogada pelo Decreto-Lei nº 49 058, de 14/06/1969, o primeiro da “abertura” marcelista. Só as incapacidades que privavam da qualidade de cidadão eleitor inibiam de ilegitimidade.

Os candidatos da Lista B apresentaram, de imediato, no Tribunal de Trabalho de V. N. Famalicão, uma acção de impugnação do acto eleitoral, que se iria realizar em 28 de Fevereiro de 1971. Esperavam que o Tribunal decretasse a suspensão dessa Assembleia Geral (não se realizando assim as eleições) e que reconhecesse a legalidade da sua Lista B. Prevendo que o Tribunal não se pronunciasse atempadamente, ordenando a suspensão do acto eleitoral, os elementos da Lista B apelaram à abstenção. No entanto, o acto eleitoral veio a ser, efectivamente, suspenso pelo Tribunal. Mas só em 4 de Maio de 1971 foi julgada a acção de impugnação, dando razão à Lista B. Inconformado com a derrota, o delegado de Braga do Instituto Nacional

5 Correspondência entre o Ministério das Corporações e Previdência Social e o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência”, Arquivo do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave.

do Trabalho e Previdência (INTP) solicitou ao Secretário de Estado do Trabalho e Previdência que submettesse a apreciação do processo ao Supremo Tribunal Administrativo. Passados largos meses, o Supremo encontrou um pretexto formal para anular a sentença que favorecia a Lista B. Tudo ficou na mesma e o Sindicato permaneceu ilegalmente, nas mãos dos serventuários do regime.

Este caso – ao qual se poderiam somar muitos outros – indicam-nos que, efectivamente, nos anos finais do regime fascista, a tática sindical poderia ter sido mais flexível, aproveitando as possibilidades legais quando fosse possível e desenvolvendo uma acção de organização clandestina onde tal se justificasse. Deste modo, que avaliação histórica é possível fazer destes processos? Valeria a pena participar nos actos eleitorais sindicais, correndo o risco das sistemáticas fraudes inviabilizarem essas tentativas?

Como temos vindo a salientar, as condições existentes na sociedade portuguesa tinham-se alterado. O que mudara? Não a política do regime que, após a “primavera marcelista”, voltara praticamente “ao mesmo”, mas a disponibilidade para a luta, a mobilização, consequências das mudanças ocorridas na sociedade e na economia.

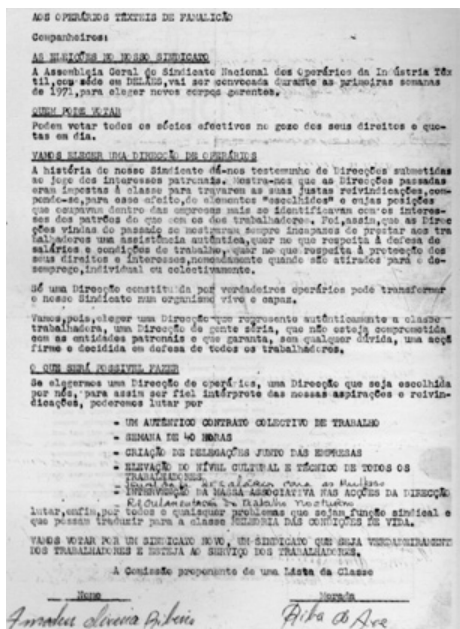


Fig. 3 – Comunicado da Lista B, candidata ao Sindicato Têxtil de Delães.

MES⁶ e que já actuavam de uma forma organizada, as organizações marxistas-leninistas [OCMLP⁷, MRPP⁸ e CR(m-l)/PCP(m-l)⁹], para além de um significativo grupo de sindicalistas empenhados, sem filiação ou simpatia partidária.

O PCP (assim como os católicos progressistas e os futuros MES), defendia a tática exclusiva de penetração nos Sindicatos Nacionais,

6 Movimento de Esquerda Socialista, fundado em Maio de 1974, as suas origens remontam ao período da campanha eleitoral de 1969, quando um grupo de militantes do catolicismo progressista, intelectuais de diversos sectores e quadros sindicais e do associativismo estudantil, abandonaram a Comissão Democrática Eleitoral (CDE), passando a actuar organizadamente, embora sem qualquer denominação partidária, que vieram a adoptar apenas a seguir ao 25 de Abril.

7 Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, constituída nos finais de 1972, como resultado da integração do grupo organizado no exterior em torno do jornal *O Comunista* (fundado em Paris em 1968) na Organização que no interior do país publicava o jornal *O Grito do Povo* (fundada no Porto nos finais de 1969).

8 As origens do MRPP remontam a Fevereiro de 1968 quando, no rescaldo de uma manifestação estudantil contra a Guerra do Vietname realizada defronte da Embaixada dos EUA em Lisboa, foi constituída a EDE – Esquerda Democrática Estudantil, que actuava no meio estudantil universitário da capital. Em 18 de Setembro de 1970 a EDE transformou-se no Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), numa reunião em que participaram Arnaldo Matos, João Machado, Fernando Rosas e Vidaül Froes Ferreira, tendo o primeiro sido eleito secretário-geral. Antes do 25 de Abril o MRPP desenvolveu uma intensa actividade de agitação e propaganda no movimento estudantil da capital e junto do operariado das cinturas industriais de Lisboa, embora a sua base de apoio fosse predominantemente estudantil, e apenas na região de Lisboa exercesse alguma influência em certos sectores do operariado.

9 Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista). Fundado em Paris, num Congresso realizado em Agosto de 1970, com base na transformação do Comité Marxista-Leninista Português (CMLP), que considerava ter cumprido o seu papel de reunião das condições necessárias à reconstituição do partido comunista, o PCP(m-l) desenvolveu nesta época a sua principal actividade essencialmente no seio do movimento estudantil – através da União dos Estudantes Comunistas (marxistas-leninistas)

apesar do *Avante!* reconhecer, nas vésperas do 25 de Abril, que “as direcções [dos Sindicatos] são na sua grande maioria constituídas por indivíduos que não foram eleitos pelos trabalhadores, muitas delas completamente vendidas ao patronato e que, de costas voltadas para a classe, se prestam a negociar e a assinar acordos de trabalho que são autênticas trapaças”¹⁰.

A única alternativa que então se colocava à orientação de conquistar os Sindicatos Nacionais era defendida pelas organizações marxistas-leninistas, que a fundamentavam no legado teórico de Francisco Martins Rodrigues, elaborado em 1965 no âmbito da luta ideológica então travada a propósito do conflito sino-soviético¹¹. Contudo, estas organizações, constituídas recentemente, na sequência das movimentações políticas que acompanharam a campanha eleitoral de 1969,

[UEC(m-l)] – e, no exterior, junto da emigração, através da publicação do jornal *O Salto*, do trabalho em associações de emigrantes como a Liga Portuguesa do Ensino e Cultura Popular e o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Emigrados. O Comité Revolucionário (marxista-leninista) [CR(m-l)], mais conhecido por “Comités Guerra Popular”, foi fundado em Outubro de 1971 por um conjunto de activistas estudantis, principalmente do então ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (actual ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão), alguns delas já economistas, os quais, em 1971, passaram a prestar apoio ao Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa, tendo conquistado a adesão do seu presidente. Em Abril de 1973 uma parte dos seus membros foi obrigado a exilar-se em Paris, para evitar a vaga de repressão que se exerceu sobre a Organização, vindo aí a aderir ao PCP(m-l), o qual, deste modo, passou a controlar o Sindicato dos Químicos.

10 “Luta sindical. Frente às medidas repressivas, Reforçar a acção de massas”, *Avante!*, VI Série, nº 451, Março de 1973.

11 Francisco Martins Rodrigues (1965), “Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores”, *Revolução Popular*, nº 6, pp. 14–25

tinham uma base social principalmente estudantil e pequeno-burguesa, dispondo de uma influência reduzida no operariado, o que dificultava a aplicação prática da orientação sindical que preconizavam. Apresentavam também algumas diferenças entre si, que importa salientar.

Assim, o MRPP não manifestava possuir, propriamente, uma linha ou orientação para a intervenção no movimento sindical. Para esta Organização, e de uma forma simplista, o que então se verificava era tão só um conluio entre o PCP e o regime. Foi já nos inícios de 1974 que, na sua imprensa, publicaram o único artigo sobre o assunto, “A quem servem os sindicatos fascistas-revisionistas?”¹². O MRPP era a única organização que não apresentava uma linha sindical clara, nem se reclamava da análise efectuada por Martins Rodrigues. Quanto ao PCP(m-l), inicialmente defendia a formação de Comissões Sindicais Clandestinas, ou seja, comissões unitárias anti-fascistas e anti-capitalistas destinadas a dirigir a luta sindical¹³, reproduzindo na íntegra a orientação que tinha sido preconizada por Martins Rodrigues. Contudo, quando passou a controlar o Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa, com a integração dos militantes do CR(m-l) que nele trabalhavam – entre os quais o presidente do Sindicato –, alterou a sua orientação, que agora contemplava a possibilidade de aproveitar as oportunidades de infiltração em certos sindicatos fascistas de base operária, desde que a eles passassem

12 *Luta Popular*, nº 15/16, Janeiro/Fevereiro de 1974.

13 PCP(m-l) (1971), *Programa Político do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista): aprovado pelo V Congresso*. [S. l.]: Edições do Partido, p. 58.

a ocorrer as massas. Mas o objectivo continuava a ser o de preparar as condições necessárias para o lançamento da forma de organização sindical representada pelas Comissões Sindicais Clandestinas, com vista à construção de um aparelho sindical independente.



Fig. 5 – Cabeçalho do primeiro, e único, número do Classe contra Classe, jornal da Organização Sindical Vermelha.

Quanto à OCMLP, que foi das poucas dessas organizações que não só dispunha de uma pequena base operária como foi a única que desenvolveu um esforço continuado de implantação dos principais centros industriais do país, defendia que a abertura sindical caetanista não transformara a natureza fascista dos sindicatos corporativos, que os trabalhadores desprezavam e não frequentavam, eram completamente ineficazes no que respeitava à satisfação das reivindicações dos trabalhadores, para além de constituírem “autênticos covis de funcionários corruptos e sem escrúpulos, de bufos e

legionários”¹⁴. No entanto, face a essa abertura e às movimentações sindicais que a mesma proporcionara, a OCMLP considerava que única tática eficaz se baseava no aproveitamento das possibilidades existentes nalguns sindicatos para mobilizar os trabalhadores mais destacados para a organização clandestina nas fábricas, e para a criação de uma organização sindical independente.

Numa primeira fase, a partir de 1970, criou comités operários clandestinos, com vista a organizar e dirigir os processos de luta que se desencadeavam nas fábricas, como se registou nos casos da Sepsa, Alumínia, e Estaleiros de Viana do Castelo. Numa segunda fase, após Dezembro de 1973, lançou a OSV – Organização Sindical Vermelha, a fim de coordenar a actividade dos Comitês Operários a nível nacional e de aumentar a sua capacidade de intervenção. No entanto, a OSV nunca chegou a ganhar corpo pois no mês seguinte à sua apresentação e ao lançamento do seu órgão *Classe contra Classe* (Março de 1974) ocorreu a queda do regime, com o golpe militar do 25 de Abril.

Não existe, por conseguinte, experiência histórica suficiente que nos permita retirar alguma conclusão sobre esta tentativa de criação de um movimento sindical clandestino. A adopção desta tática não constituía propriamente uma novidade, tendo já dado resultados positivos por diversas ocasiões, tanto em Portugal, no período de 1931–35, como no país vizinho, com a criação das Comisiones

14 “Experiência de luta sindical no tempo do fascismo”, in Conferência Sindical da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa, 1ª (1975), 1ª Conferência Sindical da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa. [S.l.]: Edições “O Grito do Povo”, p. 18.

Obreras, após 1958 até ao final do regime franquista. No entanto, quer antes quer depois da “primavera marcelista”, o PCP nunca admitiu a utilização de outra tática, que não a da conquista dos Sindicatos Nacionais afirmando-se, inclusivamente, contra a clandestinização do movimento sindical. Numa clara referência ao anúncio da OCMLP, de criar uma organização sindical clandestina, o *Avante!* afirmava que *“a argumentação de que já não é possível aproveitar as possibilidades de actuação nos sindicatos (...), que é preciso passar à criação de estruturas sindicais clandestinas, é uma argumentação falsa e perigosa que (...) revela desespero, falta de confiança na acção de massas e sobrestimação do papel individual ou de pequenas minorias”*¹⁵.

15 “Luta sindical. Frente às medidas repressivas, Reforçar a acção de massas”, *Avante!*, VI Série, nº 451, Março de 1973. Ver também o artigo “Revisionistas e fascistas de mãos dadas nos ‘Sindicatos’ Nacionais”, *O Grito do Povo*, nº 15, Julho de 1973, pp. 10 e 12, no qual a OCMLP responde a este artigo do *Avante!*



A Resistência Operária à Ditadura em Silves

Introdução

Desde o seu início, o Estado Novo, regime de cariz ditatorial, marcado por um acentuado autoritarismo do Estado, que impôs aos portugueses um forte dirigismo político, económico e social, mantido por diversas instituições repressivas e policiais, foi combatido por uma oposição proveniente de vários sectores da sociedade portuguesa. Entre estes, contam-se alguns sectores militares, vários núcleos republicanos, as organizações operárias, o Movimento Nacional-Sindicalista, o PCP e outros movimentos democráticos surgidos após a II Grande Guerra Mundial. Todos eles foram duramente reprimidos, quando não eliminados, pelo Estado Novo.

Este trabalho debruça-se particularmente sobre a oposição operária ao regime ditatorial no concelho de Silves no período entre 1926 e 1958, sendo identificados os protagonistas, as resistências e as reacções no operariado silvense nos anos controversos que se seguiram ao golpe militar de 28 de Maio e a todo o processo que conduziu à instituição e afirmação do Estado Novo até ao fim da década de 50.

O estudo dos anos anteriores a 1926, apesar de complementar, foi imprescindível para o conhecimento social e político do operariado silvense e para a compreensão dos percursos da oposição operária no período ditatorial.

O estudo profundo do movimento operário em Silves constituía uma grave lacuna na historiografia contemporânea portuguesa, que merecia ser colmatada devido à pujança e particularidades deste movimento nesta cidade.

A intervenção crescente do Estado, a partir de 1926, na sociedade portuguesa e nomeadamente na indústria, com a orientação obrigatória do regime corporativo que a condicionou nas suas ínfimas expressões, resultou na greve geral de 18 de Janeiro de 1934, que constituiu um marco incontornável na história da cidade. Havia que seguir o percurso e a evolução do movimento operário silvense, analisá-lo e caracterizar a mutação das suas organizações ao longo do Estado Novo.

Incide também sobre o período pós 18 de Janeiro, abrangendo os tempos da Guerra Civil de Espanha, da II Grande Guerra Mundial, o MUNAF, os movimentos democráticos do pós-guerra (MUD e MUD Juvenil), bem como a reorganização local e regional do PCP e o seu desmantelamento em 1948, até ao epílogo das eleições presidenciais de 1949, que constituíram o último fôlego da oposição unitária do pós-guerra. Deste modo são retratadas a posição e oposição operárias relativas à implementação do corporativismo na indústria e as suas acções, sobretudo as relativas à questão social. Analisei os aspectos do movimento operário que mais marcaram a indústria e os que se opuseram à ditadura e ao corporativismo, apresentando simultaneamente os mecanismos de defesa, de pressão e negociação desta classe laboriosa, socialmente tão desvalida, bem como as suas organizações legais e ilegais.

Inclui ainda o estudo da resistência oposicionista ao longo da década de 50 até às eleições presidenciais de 1958, revelando o declínio

da resistência operária que caracterizara a cidade na década anterior, apesar da intensidade com que se manifestou no apoio a Humberto Delgado. Foi contemplada a evolução do MUD Juvenil e do PCP e a influência do Movimento Nacional Democrático no operariado silvense.

Corticeiros e resistência

A história da indústria corticeira surge como pano de fundo deste estudo. A sua importância foi capital para o desenvolvimento social, cultural e político da cidade. Desde meados do séc. XIX, o desenvolvimento da indústria corticeira em Silves, num mundo cercado pelo meio rural, levava à configuração de um verdadeiro microcosmos que constituiu um terreno de observação com grandes potencialidades. As múltiplas formas de socialização reflectiram-se nas associações patronais e nas operárias, nas sociedades recreativas, nas cooperativas e nas instituições do poder local. As organizações resultantes destas formas de sociabilização operária foram também contempladas pela importância que tiveram na oposição operária à ditadura.

As acções e os movimentos dos industriais silvenses revelam-nos que eles estavam interessados na queda do executivo democrático republicano e na formação de um governo mais conservador. Os industriais pretendiam um estado desembaraçado dos empecilhos, dos partidos e da instabilidade inerente ao parlamentarismo, que conseguisse repor o equilíbrio orçamental, estabilizar a moeda, financiar o sector em crise, e que tivesse autoridade necessária para liquidar o movimento reivindicativo dos trabalhadores, isto é, dar satisfação às reivindicações patronais.

A repressão ocorrida durante as greves da Associação Cor-ticeira de Silves, em 1924, fez com que o dia 22 de Junho de 1924 permanecesse vivo, durante muitos anos, na memória dos silvenses, constituindo pelo seu impacto um marco simbólico na história do movimento operário de Silves, que “marcaria como ferrete o decénio seguinte”¹. Do sentimento de revolta popular nasceu uma frase que ficou célebre no operariado silvense: “Não mais iremos para a rua com lenços na algibeira”. A repressão sobre a manifestação operária em Junho de 1924 teve resultados nefastos, que conduziram à radicalização do movimento sindical silvense, pois, até aí, as reivindicações operárias tinham beneficiado do clima “democrático” que suscitava inesperadas convergências entre os industriais e o operariado da cidade.

Mudadas as condições com o advento da ditadura, era necessário alterar as estratégias e intervenção operárias. O movimento sindical silvense chegara a um impasse...

A geração de militantes sindicalistas e anarquistas silvenses, liderados por Domingos Passarinho, dominava a Associação de Classe, revelando dificuldades em relação à nova situação imposta pela ditadura. O organismo sindical continuava a bater-se pelo cumprimento do horário de trabalho e contra a “exploração indecente” dos garotos, a quem era dado trabalho superior às suas forças em troca de um pagamento irrisório.

¹ Cf. João Madeira, «Da alvorada do Século ao Estado Novo, Notas sobre “Silves, a cidade democrática”», in *Mirante*, n.º 12, Dezembro de 1997, p. 6.

Além dos despedimentos, as fábricas encerravam ou reduziam o pessoal. As que se mantinham em laboração não iam além de três dias de trabalho semanal. Em 1926, o movimento operário silvense perdera a força de outrora. O falhanço das greves era o sintoma evidente da sua desmobilização. Os activistas operários eram despedidos e levados à emigração, e muitos outros afastaram-se, receando que lhes acontecesse o mesmo.

Ainda que defendendo tenazmente a sua posição ideológica na condução do operariado silvense, os sindicalistas foram perdendo influência em detrimento da corrente comunista, que melhor se soube adaptar às novas condições da luta política e social impostas pela ditadura.

No âmbito da oposição operária anarquista sobressaem, pelo testemunho, as vidas e acção de José Correia Pires e de José dos Reis Sequeira. Na emergência do PCP e na influência que teve no operariado silvense teve destaque especial a figura de Sebastião dos Ramos Viola Júnior.

O 18 de Janeiro é, sem dúvida alguma, um marco na vida do operariado silvense e nacional. Objecto de disputas ideológicas que subordinaram o seu estudo, só recentemente outros estudos sobre a greve de 18 de Janeiro de 1934 alteraram substancialmente, e bem, a meu ver, a ideia e análise historiográfica sobre esta greve no país e nomeadamente em Silves.

O 18 de Janeiro de 1934 deu o mote para a grande repressão que se abateu, durante décadas, sobre os operários silvenses que ousaram contestar o regime. Nesse primeiro momento de manifesta resistência à ditadura, o Estado Novo quis punir exemplarmente os que nele participaram. O destino dos mais responsáveis foi o degredo

em Angra do Heroísmo e depois, para alguns deles, no Tarrafal. A investigação policial dos acontecimentos foi atabalhoada e o apuramento das responsabilidades relativas à greve reflectiu-se nas penas atribuídas. Embora os principais responsáveis tenham sido os mais pesadamente condenados, muitos foram os que, com uma intervenção reduzida, foram severamente castigados, enquanto outros elementos com maior responsabilidade foram, de certo modo, poupados nas condenações que tiveram.

Relativamente à greve do 18 de Janeiro de 1934, impõe-se tecer algumas conclusões para esclarecer a minha posição enquanto investigadora, mas também para evitar a repetição de questiúnculas estéreis que têm gravitado à volta desta questão.

Se os testemunhos de Virgílio Barroso, de Manuel Pessanha, de Francisco Nicolau e de António Estrela tinham sido, até aqui, as mais importantes referências para o estudo desta greve em Silves, o contributo de José Gonçalves Vítor, meu entrevistado e, na altura, o único sobrevivente do 18 de Janeiro em Silves, foi muito útil e esclarecedor das divergências que os primeiros manifestaram e que os investigadores insistentemente equacionam.

Vejamos os aspectos a esclarecer: primeiramente, a velha questão sobre a direcção e sobre as acções preparatórias da greve por parte dos anarquistas e dos comunistas: estas foram juntas ou separadas?

As versões de Manuel Pessanha e de António Estrela, confirmadas agora por José Gonçalves Vítor, são, até melhor prova, as mais verosímeis. Na opinião de todos eles, cada organização procedera à preparação do movimento de forma separada e autónoma. O próprio armamento tivera proveniência diversa. À excepção de algumas

reuniões do comité clandestino de acção regional em Portimão com anarquistas, às quais assistiram elementos comunistas de Silves, outros de Monchique, Lagos e Messines, não são “visíveis, em Silves, quaisquer laços ou elos de ligação, ainda que ténues, entre as duas estruturas organizativas, como, apesar de tudo, acontece em Lisboa, Marinha Grande, Barreiro ou até Coimbra”².

Esse facto não invalida, porém, que elementos comunistas e anarquistas tivessem tido contactos pessoais, pois entre muitos deles existiam relações de parentesco e de vizinhança. Assim, não creio na existência do “Comité Revolucionário de Silves”, bem como na sua composição e Direcção, apesar de serem repetidamente referidos pelos investigadores³, certamente com base nas declarações de Francisco Nicolau⁴, mas que outros testemunhos, anarquistas e comunistas, negam peremptoriamente.

Sobre os acontecimentos propriamente ditos do dia 18 de Janeiro, os comunistas e os anarquistas participaram nos apelos revolucionários à greve, conseguindo a paralisação total das fábricas. No entanto, não há dúvida alguma que os actos insurreccionais

2 Cf. Fátima Patriarca, *Sindicatos contra Salazar. Ob. Cit.*, p. 432.

3 Cf. João Madeira, «A greve geral de 1934 no Algarve», in Maria da Graça Marques (Coord.), *Ob. cit.*, p. 528 e João Manuel Duarte Vasconcelos, *O 18 de Janeiro de 1934. História e Mitificação*, [Tese de Mestrado em História Contemporânea], policopiado, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2002, p. 96.

4 Cf. *Notícias do Sul*, Évora, ano I, n.º 18, de 3 de Fevereiro de 1977, p. 1, «Em Silves também houve 18 de Janeiro», (artigo de Fernando Fitas) e *Diário de Lisboa*, 5 de Janeiro de 1980, p. 9, «O 18 de Janeiro de Silves», (artigo de Alfredo Canana).

propriamente ditos foram protagonizados pelos anarquistas, nomeadamente o assalto à Associação de Classe e a acção que projectava invadir o posto da GNR, não fosse a chegada do comboio. Deste modo, a actuação das duas correntes patenteou a divergência estratégica definida anteriormente pelos dirigentes das mesmas no decurso dos preparativos. Mas, parece-me verosímil que, no dia 18 de Janeiro, na “arruaça” dos eventos, elementos de base de ambas tendências se encontrassem misturados⁵.

Também me parece importante referir que, apesar da greve ter sido total nos estabelecimentos fabris silvenses, corticeiros e moageiros, o comércio manteve-se aberto, com algumas excepções pontuais de comerciantes receosos ou solidários.

A dificuldade no apuramento dos “factos reais” e dos protagonistas da greve geral residiu não só nas fontes⁶, mas também na controvérsia dos testemunhos que se lhe seguiram. Foi meu objectivo que este estudo, eminentemente político-social, fosse no seu conjunto a história dos indivíduos que em Silves protagonizaram o mais alto momento de contestação operária no Algarve e que aí tiveram um

5 João da Conceição Valério teria tomado parte no grupo que assaltou a Associação de Classe. Vide ANTT, PIDE/DGS, Proc. 940 SR, Relatório Extraordinário do PV da PIDE de VRSA, Maio de 1939. Este documento é exemplar para verificarmos as confusões feitas pela Polícia entre os anarquistas e os comunistas.

6 A elevada quantidade de detidos no concelho dificultou o trabalho da Polícia e também dos investigadores. Dificultava também o facto de haver muitos parentescos entre os elementos das duas correntes. Assim, muitos documentos oficiais e outras referências induzem em erro, confundindo anarquistas e comunistas. A datação das prisões e dos autos de declarações dos detidos continua, quanto a mim, a ser até hoje o problema insanável da controvérsia posteriormente gerada.

papel (pre)dominante, e que contribuísse com factos inéditos, até aqui desconhecidos dos investigadores e que só uma história verdadeiramente local poderia trazer ao de cima.

A corrente anarco-sindicalista não conseguiu recuperar do golpe sofrido. Nunca mais atraiu ou mobilizou o operariado silvense. Por outro lado, a organização local do PCP não chegou a ser totalmente desmantelada. Tinham ficado os jovens da FJCP que, escassos meses após o 18 de Janeiro, reorganizaram o Comité Local e que promoveram as orientações da “Frente Popular”. Mas, em início de 1938, a captura de João Veiga arrastou para a prisão quase toda a organização do PCP no Algarve.

Apesar da vitória do regime e da prisão dos principais responsáveis, a agitação comunista continuou e até aumentou ao longo do ano de 1938.

As forças da oposição e o operariado silvense apoiaram a Espanha republicana. Foi nos tempos da Guerra Civil espanhola que se forjou a geração silvense que, na década seguinte, se opôs tenazmente ao regime salazarista. Essa geração tinha também o cunho republicano e anti-regime consolidado na Escola Comercial e Industrial de Silves, onde muitos operários faziam o curso comercial ou o industrial nocturno e onde pontificavam professores anti-salazaristas⁷.

O regime só conseguiu impor o novo sindicato corporativo em 1939, designando-o de Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros

7 Cf. João D' Alvor, *Ob. Cit.*, p. 5.

do Distrito de Faro⁸ (SNOCDF). Silves ficou com a sede deste organismo, havendo uma secção em Faro.

A liderança do operariado era quase inexistente. Os golpes profundos desferidos pela PVDE no final dos anos 30 quase tinham levado à extinção do PCP. As sucessivas prisões dos mais importantes quadros partidários fizeram com que a segunda metade dos anos 30 fosse dramática para o PCP. Prisões, “infiltrações” e problemas de organização e divergências quase levaram ao desaparecimento do Partido. Foi neste período conturbado que o *Komintern* deixou de ter ligações com o PCP, que considerou infiltrado de provocadores a soldo da Polícia política.

Em Silves, como no país, o PCP atingiu nesta fase um dos momentos mais baixos da sua história. Presos os membros do Comité Local, em 1938, os simpatizantes encontravam-se dispersos e sem ligações, concentrando-se num grupo de aprendizagem de Esperanto. Estavam também ligados à cooperativa operária “A Compensadora” e à sua biblioteca, à Sociedade Filarmónica Silvense, ao Silves Futebol Clube e à Biblioteca Popular. Frequentavam a Escola Comercial e Industrial e o Teatro Mascarenhas Gregório.

Estas organizações, onde se “tentava incutir nos mais jovens as traves mestras para a formação ideológicas dos jovens operários”⁹,

8 O Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros do Distrito de Faro, com sede em Silves, foi instituído por alvará de 3 de Julho de 1939. Como noutras situações, na escolha da localização da sede sindical não imperou o critério administrativo, mas sim a existência em Silves de um núcleo industrial e operário mais importante do que na capital administrativa do distrito.

9 Depoimento manuscrito de Joaquim do Nascimento Ventura, de Março de 2006.

foram o motor de aliciamento de uma nova geração de comunistas que se irá destacar na década seguinte, quer pela sua intervenção política quer pelo apoio prestado ao PCP.

Não foi senão na primeira metade da década seguinte que o PCP ascendeu a uma posição de hegemonia incontestada na oposição ao Estado Novo. Sob o regime ditatorial consolidado iniciara-se um novo período no seio do operariado silvense. A reorganização do PCP restaurou a confiança de muitos militantes de base. A nova Direcção¹⁰ restabeleceu ligações com os velhos militantes e simpatizantes dos anos 30, que tinham perdido os contactos com o Partido durante o período de crise organizativa ou que, por falta de confiança, tinham recusado contactos com os anteriores dirigentes. Alguns dos velhos comunistas já se tinham, porém, afastado por conflitos pessoais e ideológicos.

Através da criação de uma organização sólida, de um trabalho sistematicamente organizado e de um eficaz sector de propaganda, o PCP foi a organização que se impôs na liderança do operariado silvense contra o regime ditatorial.

Simultaneamente, a II Guerra Mundial criava as condições para a unidade da oposição e também para uma certa eficácia da resistência

10 A estrutura do PCP a partir da reorganização era a seguinte: um Secretariado composto por 3 membros – Álvaro Cunhal (Duarte), José Gregório (Alberto) e Manuel Guedes (Santos) – um Comité Central formado por cerca de 12 elementos, Comités Regionais nas áreas principais do País (Lisboa, a Margem Sul do Tejo, o Alentejo, o Algarve, o Ribatejo e o Oeste – litoral e norte de Lisboa – e o Norte) e as células de base agrupadas por local do trabalho ou profissão. Havia quase sempre pelo menos duas tipografias clandestinas e outras munidas das técnicas específicas, nomeadamente “um aparelho de fronteira” para as comunicações com e através da Espanha.

ao regime de Salazar. As dificuldades vividas eram muitas. A indústria corticeira não beneficiara com a guerra e agonizava lentamente. O trabalho de sapa dos comunistas continuava e parecia dar frutos. Os militantes e simpatizantes do PCP, apesar de todo o controlo e vigilância a que eram sujeitos, predominaram no seio do operariado silvense. José Rodrigues Vitoriano foi o paradigma exemplar da reorganização operada no PCP na província do Algarve.

Na conjuntura do fim da Guerra, crescia a esperança na queda do regime ditatorial. A organização comunista silvense cresceu como nunca, tendo alcançado no pós-guerra o seu apogeu. A orientação era clara: nas fábricas e nos campos, os movimentos reivindicativos deveriam ganhar nova intensidade, devendo para isso multiplicar-se as reclamações sobre salários, horário de trabalho, descontos, etc.. Para tirar o maior proveito possível do conjunto das actividades reivindicativas foi indispensável a combinação entre o trabalho legal e o clandestino, articulado ao longo da segunda metade dos anos 40, e na qual o Sindicato Nacional e as Casas do Povo foram “chamados e arrastados à luta”¹¹.

Em 1945, o PCP emergia em Silves como uma autêntica alternativa revolucionária, dominando o movimento de massas, conseguindo agregar o operariado corticeiro no Sindicato Nacional dos Operários Corticeiros, promovendo e conduzindo as reivindicações junto dele. A separação dos aparelhos sindical, partidário e de imprensa

11 Cf. David L. Raby, «O MUNAF, o PCP e o Problema da Estratégia Revolucionária da oposição, 1942—1947», in *Ob. Cit.*, pp. 695.

na organização local trouxe à militância muitos operários, que rapidamente assumiram funções de «quadros» nos comités de empresa, nos comités locais e nos comités regionais. Circunstâncias diversas provocaram consecutivas mutações na organização. Uma subida de escalão produzia alterações nos comités constituídos.

O PCP tomou a sério as prometidas eleições sindicais. Em 1945, “uma grande parte dos trabalhadores já estava consciente do interesse que havia, para eles próprios, de utilizarem os sindicatos nas suas lutas reivindicativas”¹². A eleição de José Vitoriano para Presidente do Sindicato provocou, por sua vez, mais uma reorganização do Comité Local e a subida de novos elementos e marcou uma nova etapa no movimento sindical algarvio com novas perspectivas na luta do operariado¹³.

A liderança de José Vitoriano foi favorável ao desenvolvimento das reivindicações operárias e criou subtilmente as maiores dificuldades ao patronato e ao Instituto Nacional do Trabalho (INT). O novo dirigente sindical silvense passou a desempenhar um papel activo nas lutas da classe corticeira, em vez do papel amortecedor e sabotador que o regime pretendia dos quadros sindicais corporativos, pois era conhecedor dos muitos problemas que afectavam a classe, o desemprego e a falta de géneros e, simultaneamente, da organização local do PCP.

12 Entrevista a José Rodrigues Vitoriano.

13 Cf. *Vértice* 68, Setembro/Outubro 1995, p. 6, «Apontamentos sobre a luta sindical durante o fascismo» (artigo de José Vitoriano).

A adesão da juventude silvense ao MUDJ foi notável. Os seus pioneiros em Silves foram operários, mas o movimento agregou à sua volta amplos sectores da juventude, nomeadamente os filhos de comerciantes, de industriais e da classe média de todo o concelho. Foi na juventude operária e nos estudantes que o movimento juvenil teve os mais destacados activistas. O MUDJ foi uma verdadeira escola de formação de simpatizantes e de quadros do PCP¹⁴, que tiveram um papel determinante na oposição na década seguinte. A primeira geração do MUDJ silvense forneceu novos quadros ao PCP local, além de vários pontos de apoio. A organização juvenil ganhara amplo apoio entre os operários algarvios, tendo organizado “em armazéns reuniões de setenta e oitenta pessoas da classe conserveira, corticeira e pescadores”¹⁵.

Devido ao trabalho clandestino e a uma eficiente organização¹⁶, com base no sector operário corticeiro, Silves foi fundamental

14 Exemplos desta situação foram os casos de Carlos Costa, Ângelo Veloso, Carlos Aboim Inglês, Aurélio Santos, Domingos Abrantes, Maria da Piedade Morgadinho, Ilídio Esteves, António Abreu (Pai), Areosa Feio, Hernâni Silva, João Honrado, Mário Soares e Salgado Zenha.

15 Cf. Manuel da Silva, Ob. Cit., pp. 32 e 33, e José Tengarrinha, «Os caminhos da unidade democrática contra o Estado Novo», in *Revista de História das Ideias, Do Estado Novo ao 25 de Abril*, n.º 16, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Coimbra, 1994, p. 389, nota 3.

16 Em 1948, a organização comunista estabelecia-se à escala provincial, ou seja, estava ramificada em toda a província do Algarve. Esta ramificação era dirigida e orientada por um Comité Provincial composto por três membros, sendo dois deles em situação legal e um funcionário clandestino. Esse Comité Provincial controlava, por sua vez, três Comités Regionais. O Comité Regional n.º 1 abrangia as áreas dos concelhos de Silves, Portimão e Lagos. O Comité Regional n.º 2 abrangia os concelhos de Albufeira, Loulé e S. Brás de Alportel. O Comité Regional n.º 3, os de Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Havia comités locais em todas essas cidades. O controlo do Comité Regional n.º 2 era feito directamente pelo funcionário do PCP, porque aí a organização não era forte, tinha apenas

para que o PCP construísse “nos anos quarenta, uma das mais poderosas e estruturadas organizações regionais, cobrindo o Algarve de Barlavento a Sotavento”¹⁷.

Esta organização seria, segundo o Chefe de Brigada Fernando Gouveia, desmantelada “por completo”¹⁸ em 1948, conduzindo à prisão os principais elementos da organização comunista silvense e algarvia. Dos 55 presos algarvios, 47 foram a tribunal. A 5 de Abril de 1949, foram condenados 38 réus¹⁹ e absolvidos 9²⁰.

Os anos 50 revelam o declínio da oposição que caracterizara a década anterior²¹. Silves não foi excepção. O regime salazarista conseguiu, habilmente, ultrapassar a pressão política interna e externa provocada pelo desfecho da II Grande Guerra.

A nível interno, os mecanismos repressivos do regime mantiveram-se e, nalguns casos, endureceram devido à experiência acumulada. A ilegalização do MUD e os golpes desferidos no PCP no final da década de 40 muito contribuíram para o controlo da situação política.

algumas «pontas» em Loulé, Albufeira e São Brás de Alportel. Além da organização provincial, regional e local, a organização sindical, que constituía um sector à parte, levava a cabo a infiltração nos mais importantes Sindicatos Nacionais da região. O PCP tinha também os seus delegados nas comissões concelhias e regionais do MUD e do MUDJ.

17 Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal*, Ob. Cit., Vol. II, p. 141.

18 Cf. Fernando Gouveia, Ob. Cit., p. 261.

19 Cf. *República*, n.º 6613, 6 de Abril de 1949, p. 5, «O Plenário».

20 Cf. IAN-TT, TBH, 2.º Juízo Tribunal, Proc. 128/48, 1.º Vol., capa do processo.

21 Cf. António Ventura, «A crise da oposição no início dos anos cinquenta», in Sérgio Campos Matos, (Coord.), Ob. Cit., p. 254.

Por outro lado, a oposição unitária tivera o seu canto do cisne após a campanha eleitoral de Norton de Matos.

Assim, os anos 50 significaram para a oposição “uma longa travessia no deserto”. A agitação política e social fez-se sentir principalmente nos momentos eleitorais, embora sem a pujança de outrora. O PCP teve grandes dificuldades em manter as ligações com o Algarve, nomeadamente com Silves, conseguindo, porém, ter permanentemente uma estrutura local organizada.

Em 1958 o regime ditatorial passou por uma das mais duras provas da sua existência, a candidatura de Humberto Delgado.

O ano de 1958 trouxe novos elementos para o PCP e revelou a importância dos jovens do MUDJ na direcção e organização das actividades políticas. A esperança na mudança do regime que voltara a surgir na campanha de Humberto Delgado, conseguindo galvanizar à sua volta as diversas hostes oposicionistas, gorou-se rapidamente. A contestação à burla eleitoral fez-se sentir tardiamente no meio operário da cidade, tal como no resto da província²². A 30 de Junho de 1958, os operários de sete empresas de Silves paralisaram o trabalho como protesto à burla eleitoral, concentrando-se junto à Fábrica do Inglês. “Ao amanhecer, a cidade encontrava-se coberta de inscrições, as paredes das fábricas e as estradas pelos campos fora. As ruas estavam juncadas de tarjetas que eram disputadas pelo povo”²³. As tabernas

²² Cf. Fernando Rosas, «A lenta agonia da salazarismo», *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Vol. VII, 1994, p. 538.

²³ Cf. *Avante!*, VI Série, n.º 259, Julho de 1958. p. 2, «Na grande jornada nacional de protesto».

e outros estabelecimentos comerciais mantiveram-se encerrados até ao regresso dos operários ao trabalho. O movimento de contestação operária prosseguiu nos meses seguintes²⁴.

A campanha eleitoral evidenciara os oposicionistas ao regime e a vigilância e repressão acentuou-se sobre os apoiantes de Delgado²⁵. José Malaquias Pinela foi preso pela PIDE a 29 de Julho de 1958. A detenção deste funcionário revelou-se gravosa para a organização do PCP no Algarve²⁶. As suas extensas declarações à Polícia política provocaram mais uma leva de prisões em Faro, Portimão e Olhão²⁷.

Os tempos eram de retrocesso em toda a oposição. O movimento eleitoral gerado pela candidatura de Humberto Delgado foi-se desmobilizando, reaparecendo a ideia da necessidade de um golpe militar para derrubar o regime.

Os elementos comunistas mais activos estavam plenamente referenciados e vigiados, pelo que abandonaram Silves rumo à Margem Sul do Tejo. Pela sua profissão e quantidade, tiveram um papel de destaque nesta região. Os mais activos elementos, em alguns momentos, assumiram a liderança no controlo e na organização local do PCP na cintura industrial a sul do Tejo. A maior parte dos silvesenses aí radicados manteve uma permanente actividade política ou atitude

24 *Ibidem*, n.º 265, Outubro de 1958, p. 3, «Luta Corticeira».

25 Cf. IAN-TT, PIDE/DGS SC SR 1650/49 UI 2650, Sidónio Nunes Pacheco, fl. 11, Relatório Semanal de Setembro do PV da PIDE de Faro ao Director da PIDE, de 23 de Setembro de 1958.

26 Cf. José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal, Ob. Cit.*, Vol. III, pp. 681 e 683.

27 Sobre estas prisões vide IAN-TT, PIDE/DGS, Proc. 1203/58 UI 5245, Manuel Campos Lima e P. Ind. 479/GT NT 1413, Isidro da Conceição Paula.

contra a ditadura, quer integrando o movimento operário e grevista, quer na organização anarquista ou no PCP, quer apoiando os fugidos à Polícia e os que precisavam de solidariedade.

Muitos fugiram de Silves por serem procurados pela Polícia, outros fizeram-no em busca de melhor vida. Outros, pela vigilância cerrada a que estavam sujeitos, desligaram-se do PCP e da actividade política. O declínio da indústria corticeira conduziu também à diminuição do operariado na cidade. A organização do PCP ficou a cargo de antigos simpatizantes e novos militantes que não estavam preparados para a dureza e complexidade das tarefas exigidas.

Silves era uma terra “queimada” pela PIDE e perdeu para Portimão a liderança dos movimentos oposicionistas da década de 60 no Barlavento e no Algarve.

Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais

UM DESAFIO PARA A HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

O recrudescimento dos conflitos sociais na última década impulsionou o regresso à academia do estudo do movimento operário e dos movimentos sociais. O Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais do IHC pretende ser parte deste processo: recuperar, fomentar e divulgar a história do trabalho, do movimento operário e dos movimentos sociais, e dos conflitos sociais dos séculos XIX e XX. Desde o início construímos este Grupo com o objectivo de acolher investigadores de universidades e unidades de investigação nacionais e internacionais que estudem, no período contemporâneo, o movimento operário. Privilegiamos uma abordagem interdisciplinar que mantenha a componente histórica como essencial no desenvolvimento das investigações, bem como a integração nestes estudos das principais discussões teóricas e debates da historiografia contemporânea. Não podemos por isso deixar de nos regozijar com esta iniciativa que junta um vasto número de investigadores, com trabalhos de fôlego, sobre as áreas industriais e as comunidades operárias no sul de Portugal, de forma interdisciplinar, porém histórica, e aberta academicamente.

Estamos perante um grande desafio neste campo. As obras que têm marcado a historiografia contemporânea privilegiam o papel dos

sujeitos representativos, partidos, sindicatos, instituições, governos, centrando-se nos arquivos institucionais ou entrevistas actuais a quadros dirigentes dos processos. É notório ainda hoje o predomínio que obras centradas em direcções políticas e tendo como fonte principal os próprios dirigentes políticos (com um *boom* de história oral feita com dirigentes de Estado, de partidos, de associações, de escolas, etc.) tem sobre os estudos que abordam as classes sociais. Atropeçada por uma história de cunho liberal a história social em muitos países viu-se mesmo privada da parte social e reduziu-se à história económico-empresarial.

Este recuo poder-se-ia atribuir ao perene problema das fontes, que é sempre referido quanto se trata de analisar a história das classes trabalhadoras e populares. Carlo Ginzburg, por exemplo, inicia o seu *O Queijo e os Vermes* justamente lembrando que «A escassez de testemunhos sobre o comportamento e as atitudes das classes subalternas do passado é com certeza o primeiro – mas não o único – obstáculo contra o qual as pesquisas históricas do género se chocam».¹ Mas a escolha da abordagem historiográfica que fazemos é central e não diz respeito só a um problema de fontes. As classes trabalhadoras fazem a História nas fábricas, nos quartéis, nos campos, nas ruas, deixando-nos fragmentos desta história nas suas memórias, na sua imprensa, nos seus panfletos, nas suas anotações. O problema central não é o das fontes, mas o de haver historiadores disponíveis para trabalhar determinado objecto, como escreveu Eric Hobsbawm no

1 GINZBURG, Carlo, *O Queijo e os Vermes*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p. 11. 3.

ensaio «A História de baixo para cima»: «Muitas fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – de respondê-la. Não podemos ser positivistas, acreditando que as perguntas e as respostas surgem naturalmente do estudo material».²

Investigar e compreender a história social, e nela a história do movimento operário, o esqueleto, nas palavras de Chris Harman³, é uma opção que em si contém pelo menos duas escolhas: em primeiro lugar, a admissão da autonomia relativa da teoria, ou seja, a assunção de que os documentos não «falam por si», como quiseram outrora os positivistas e como hoje, de algum modo, apontam as teorias pós-modernas, ao ocultarem-se numa indiferenciação das causas explicativas do processo histórico. Dito de outra forma, o historiador parte de uma teoria para a verificação de se se confirma ou não na realidade; e procura explicar essa realidade hierarquizando, numa história em construção, os factores que contribuíram para um dado acontecimento. Em segundo lugar, implica também escolher como protagonistas os sujeitos sociais (classes e suas fracções), em alternativa a uma abordagem que olha a história pelo prisma dos *sujeitos representativos* (elites), procurando dessa forma eliminar do desenvolvimento social a noção de conflito colectivo.

2 HOBSBAWM, Eric, *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 220.

3 HARMAN, Chris, *A People's History of the World*, London-Sidney, Bookmarks, 2002, p. IV.

Revisionismo, como escreveu Eric Hobsbawm⁴, não é todo e qualquer processo de escrita da história – como pretendem precisamente as teorias pós-modernas⁵ –, mas almejar a construção de uma história sem dados da realidade que a verifiquem, ou sem hierarquizar a importância dos acontecimentos, ou ainda ocultando dados fulcrais da análise. A história social não pode ser feita relegando para um segundo plano os conflitos sociais. Um historiador da cultura pode só estudar uma determinada cultura operária, um historiador dos conflitos sociais pode só estudar uma greve mas um historiador social não pode deixar de estudar a greve e a cultura operária. E dificilmente pode arriscar não hierarquizar estes factores e definir a qual deles vai dar mais importância para compreender um determinado acontecimento.

Uma história amputada da história do trabalho, ou seja, a história da produção e da reprodução da sociedade, não pode ser uma história total que permite compreender a vida dos homens. Os estudos monográficos, como se pode ver pelo extraordinário sucesso desta iniciativa – afinal onde se podem juntar em Portugal mais de um trinta de investigadores que se debruçam sobre o movimento operário? – foram um refúgio durante muito tempo para aqueles que sempre consideraram o estudo das classes oprimidas e trabalhadores, nas palavras de Hobsbawm dos «de baixo», um estudo central.

4 HOBBSAWM, Eric, *Ecos da Marselhesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

5 Para uma análise da relação entre pós-modernismo e história ver WOOD, Ellen, *Em Defesa da História*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

A estes estudos está assim colocado um grande desafio. Porque a história social também não pode ser uma história total se se cinge ao fragmento, à vila, ao bairro. Eric Hobsbawm falou em 1989 de crise da história do movimento operário, Van der Linden 20 anos depois vem lembrar que essa crise hoje ultrapassada deu porém origem a novos perigos, entre eles o da excessiva fragmentação. Uma história total terá sempre que partir do bairro, da fábrica, da empresa, do particular, para a história social ou seja a história da sociedade.

No horizonte da pesquisa monográfica estão questões da História: Quem era esta classe trabalhadora? Como se formou historicamente? Que métodos de organização privilegiou? Ela foi sobretudo sindicalista ou evoluiu para uma consciência política? Qual foi o seu papel histórico nos grandes confrontos da sociedade portuguesa dos séculos XIX e XX?

Estas são algumas das grandes questões que estão no nosso horizonte para explicar as sociedades humanas. Fazer-se esta opção, a da história do trabalho, das relações que se estabelecem no mundo do trabalho e do conflito que daí resulta, que genericamente denominamos de conflitos colectivos, abrir-nos-á invariavelmente uma «caixa de Pandora», deixando-nos surpreender pelos acontecimentos, permitindo-nos recuperar essa dimensão *histórica* da história, ou seja, a capacidade dos seres humanos de fazerem a sua própria história.

Quero terminar agradecendo e desejando a todos um excelente colóquio.

A Greve na Indústria de Lanifícios da Covilhã em 1941

O INÍCIO DA AGITAÇÃO OPERÁRIA EM PORTUGAL
DURANTE A II GUERRA MUNDIAL

«Então as greves não são proibidas? – perguntou.

No grupo em que eles se encontravam houve um súbito silêncio.

Também havia de ser proibido deixar-nos morrer de fome, e não é – exclamou por fim, Tramagal.» (Castro 1985, p. 198)

O impacto da Segunda Guerra Mundial veio abalar os alicerces do Regime que se constituiu e consolidou ao longo da década de trinta, tendente à repressão e eliminação das tensões e contradições entre os diversos sectores da sociedade portuguesa. Através de um forte enquadramento ideológico e de uma política preventiva e repressiva, conseguiu estancar o movimento operário. O conflito mundial iria, contudo, produzir em todos os países envolvidos, mesmo aqueles que mantiveram a sua neutralidade ao longo do período, um forte impacto económico, político e social. Devido ao alcance totalizante dos efeitos de guerra a todos os sectores da sociedade assistir-se-á, neste período, a um conjunto de factores que vieram destabilizar a, já por si, precária vida do operário português, como a inflação, o racionamento, a especulação e o desvio de bens de primeira necessidade para mercados paralelos. A percepção das desigualdades sociais aumentava e a organização corporativa parecia não corresponder às

reivindicações operárias. Os órgãos do Governo tentaram cortar a contestação na sua raiz: através de uma política de censura nos jornais – com as notícias sobre os acontecimentos do conflito mundial e as suas consequências a serem efectivamente filtrados.

É sensivelmente a partir de Julho de 1940 que os efeitos da Segunda Guerra Mundial se começam a fazer sentir de forma mais intensa na vida económica e social de Portugal, país que, a partir daquele momento, passou a ser considerado como «neutro adjacente». Naquele mês de 1940, dá-se o momento-chave que inaugura uma nova fase da guerra. A retirada do exército anglo-francês de Dunquerque, bem como a queda da França, foram um rude golpe nas pretensões dos Aliados. A 13 de Julho de 1940, no contexto do bloqueio económico britânico, havia sido aplicado o racionamento aos países ibéricos e, em Agosto, decretado o sistema de *navicerts*, implementando-se, desta forma, um rígido controlo sobre a actividade comercial. Em Junho de 1941 dá-se o ataque alemão à União Soviética, e Portugal tornar-se-á o principal abastecedor de volfrâmio à beligerante alemã, como consequência do corte das vias de abastecimento oriental, o qual a impedia de ter acesso ao volfrâmio chinês. É neste particular contexto que a política económica de guerra e o bloqueio económico acentuam a sua pressão sobre os países neutrais. O atraso no estabelecimento do tabelamento de géneros, o racionamento das importações através de quotas em níveis inferiores aos das necessidades habituais, os maus anos agrícolas de 1940 e 1941, a exportação legal ou de contrabando de bens para a Alemanha, o açambarcamento e o mercado negro, vão fazer que, no Outono de 41, se dê a rarefacção dos produtos e dispare a inflação no país (Rosas 1990, pp. 49-75).

Na Covilhã, os salários dos operários não chegavam para satisfazer os requisitos mínimos. Um trabalhador de Estambre – secção onde se iniciou a greve e que congregava cerca de 1200 operários, constituindo uma maioria no sector fabril – ganhava à volta de 8\$ diários, a maioria com família constituída, com dois, três e quatro filhos¹. Para uma suficiente alimentação calórica de um agregado familiar, em 1943, era necessário um salário diário de 28\$85. Mesmo prevendo que a inflação entre 1941 e 1943 tenha aumentado, podemos supor que o salário médio diário destes operários estivesse muito aquém de satisfazer as necessidades alimentares mais básicas – «neste contexto é de subalimentação crónica e de fome que falamos» (Madeira 2007, p. 340).

É então que, a partir de Julho de 1941, começam os pedidos de aumentos salariais. Como resposta, o Sindicato Nacional (SN), por parte do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP), fará chegar ao conhecimento dos operários da indústria de lanifícios, no mês de Setembro, a existência de «umas fichas que deviam ser preenchidas pelos operários e onde deveria constar as condições da vida de cada um deles»². De modo a minimizar a contestação social, a proposta do INTP passava por conceder um aumento pontual para suprir as necessidades daqueles operários que mais dificuldades apresentavam, chamado de subsídio familiar. A concessão deste benefício salarial seria realizado «não arbitrariamente, mas sim sobre uma base

1 Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 de 13 de Dezembro. ANTT, Núc. MI, Gab. MI, maço 521.

2 Idem.

de justiça em que se atenda ao grau de necessidade do beneficiário, determinado pelo maior ou menor salário, encargos de família, etc.»³. Um aumento global para o conjunto do operariado era, nesta altura, incompatível com a política económica do Governo:

Sem ousar prever a extensão do conflito e todas as suas consequências, o Governo definiu logo no primeiro momento a atitude que se impunha: manter na medida do possível a normalidade existente, e isso importava na vida económica o emprego dos máximos esforços no sentido da estabilidade da produção e dos serviços, da moeda e do crédito, dos preços, vencimentos e salários. (...) as razões desta orientação estavam em que, repousando a normalidade da vida no equilíbrio económico para o qual contribuem inúmeros factores, se tem visto serem mais favoráveis à colectividade reajustamentos parciais e sucessivos do que a pretensão de ordenamentos de conjunto, por acto do poder ou magia da liberdade (Salazar 1943, p. 323).

Num período em que o «custo de vida aumentou consideravelmente», para além da «falta que se nota nos generos de 1ª necessidade», o conjunto do operariado passaria por sérias dificuldades económicas. A demonstrar a difícil situação dos operários de lanifícios, «foram inúteis todos os avisos, comunicados e pedidos de comparencia no Sindicato, onde nem um operário compareceu para preencher as fichas» do INTP, com as quais este instituto estudaria o aumento pontual do salário a alguns operários⁴. A reivindicação tornara-se

3 Circular do GILC, de 1 de Setembro de 1941. CDAH/ML-UBI, corresp. entre a ETL e o GILC.

4 Relatório da PVDE, *cít.*

comum a todos os trabalhadores da lã: desejava-se um aumento para todos e não para alguns.

Em Outubro, o operariado voltaria a pressionar as estruturas corporativas para que estas reavaliassem a sua situação, através da constituição de uma comissão de operários. Canalizando as suas reivindicações através do sistema legal e corporativo do Estado Novo, a comissão de operários fez chegar ao SN um manifesto sobre a situação do operariado têxtil e o aumento do custo de vida causado pela guerra. Neste relatório, entregue à direcção do SN, no qual se pedia «o interesse do Estado as suas reivindicações», estariam os preços dos bens de primeira necessidade e explícito o problema do salário que auferiam ser insuficiente para suprir as necessidades mais básicas de uma família operária⁵.

Nesta altura, embora o pedido tivesse sido considerado «modesto e justo» por parte da direcção do SN, foi respondido aos operários que os assuntos referentes aos aumentos salariais demorariam o seu tempo, e que não era de um dia para o outro que se decidiam matérias desta importância. Faziam ainda referência à oportunidade perdida de aumento salarial para os mais necessitados, em forma de subsídio familiar, na recusa do preenchimento das fichas do INTP⁶. Duas semanas depois, a 4 de Novembro de 1941, surgindo

5 Sobre a constituição de uma comissão de trabalhadores que juntaria dois operários por cada uma das três fábricas mais importantes da Covilhã ver os vários Autos de Perguntas, pela PVDE, aos indivíduos presos na greve de Novembro de 1941. ANTT, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941, Felisberto Fernandes Berto, «O Boga» e outros.

6 Exposição de Alberto Borges, de 15 de Novembro de 1941 in *Processo PIDE/DGS*, cit.

rumores de que o pedido de aumento salarial ainda não havia sido enviado ao INTP, o operariado começara a perder a esperança depositada na direcção do SN, que acusavam de ter metido o manifesto dos trabalhadores «no arquivo». A greve iniciar-se-ia no dia seguinte, a 5 de Novembro de 1941.

A ineficiência do sistema corporativo, ao não dar resposta às reivindicações do operariado, seria mais tarde criticada, aquando da redacção do parecer da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), enviada àquela cidade após a greve. Segundo esse parecer, se da parte dos «proprietários das fábricas e da Direcção do Sindicato tivesse havido mais providência e atenção, a greve não se teria talvez realizado, ou então teria ficado (...), circunscrita às Secções de Estambre». Quanto aos proprietários das fábricas, constou aos inspectores da PVDE que nenhum deles havia «chamado à razão os operários: muitos primaram pela ausência; outros foi preciso obriga-los quasi a terem as caldeiras acesas e as fabricas abertas, aptas a receberem os operários». Numa região essencialmente mineira «e donde qualquer curioso pode extrair em meia duzia de horas e com uma simples enxada toneladas de minério de facil e remuneradora venda, ela viu de um momento para o outro aparecem individuos que sem olhar a preço comprem tudo quanto no mercado aparece. Daí uma baixa de compra no numerário e em desequilíbrio no orçamento do operário e daí ainda o pedido de aumento de salário dos operários da Secção de Estambre». Porém, apesar da falta de providência, tanto do SN como do patronato, os operários não estavam ilibados de culpa: «O caso não era para isso; os interesses não eram gerais, a situação europea é grave e o País só não sente os resultados da guerra em

todos os campos da vida económica, devido às milagrosas medidas do incomparável Homem de Estado que Deus nos deu. Infringiram a Lei e nada os pode nem deve desculpar, nem sequer o meio em que vivem: a Covilhã»⁷.

Quinze operários covilhanenses e um soldado foram presos entre o dia 5 e o dia 6 de Novembro de 1941⁸. Terão sofrido diversas torturas durante o curto período em que se encontraram na esquadra da PSP da Covilhã⁹. São posteriormente enviados para a prisão do Forte de Caxias. Em Dezembro, cerca de cinquenta operários e operárias juntar-se-ão aos seus colegas em Caxias. Após esta data, e depois de uma enérgica repressão por parte das forças policiais e da PVDE, veio a assistir-se a um interregno na agitação social e política no Concelho da Covilhã, apesar das condições se deteriorarem à medida que as consequências da Segunda Guerra Mundial se alastravam.

No dia 5 de Novembro de 1941, os operários «ao receberem os seus salários, e verificando que não lhes foi concedido qualquer aumento, preveniram os patrões de que não voltariam a trabalhar,

7 Parecer da PVDE, de 10 de Dezembro de 1941 *in* Processo PIDE/DGS, *cit.*

8 Ver: Processo PIDE/DGS, *cit.*

9 «no interesse de todos, têm de acabar, na Covilhã, de uma vez para sempre, as frequentes paralizações de trabalho, utilizadas como meio de agir, sob pena de, por irreflexão de alguns, tãda a indústria vir a sofrer (...), na memória de todos deve estar ainda bem presente o que se passou nesta cidade, em Dezembro de 1941. Que meditem bem nisto os interessados», Aviso da PSP da Covilhã, de 13 de Dezembro de 1946. CDAH/ML-UB, corresp. entre a FA e a PSP; «a alusão ao que se passou em 1941 é respeitante às muitas prisões então feitas, aos espancamentos que o seu antecessor fez e aos tiros de metralhadora que feriram e inutilizaram alguns operários grevistas. Não chegou a haver greve.» (Raimundo 1984, p. 53).

enquanto não vissem satisfeitos os seus desejos»¹⁰. Pouco depois, às 14 horas, uma multidão de operários e operárias invadia a Fábrica Alçada, com o intuito de dispersar os colegas que nela se mantinham a trabalhar. O conjunto dos grevistas, de «quási todas as fábricas» da Covilhã, já tinha estado em duas outras fábricas, antes de ser surpreendido por alguns soldados, aquando do fecho dos portões da fábrica, que os levariam sob prisão até à esquadra da PSP. Dez operários foram presos à saída da Fábrica Alçada. Os restantes serão presos como consequência de denúncias e um outro, nas manifestações de rua. Várias mulheres são inquiridas mas, na greve de Novembro, nenhuma é detida. É chamado um investigador da PVDE à cidade, José Maria Branquinho, que dará início aos interrogatórios.

Na invasão da Fábrica Alçada destacam-se dois indivíduos, de acordo com o relatório da PVDE: um deles, de nome Gilberto Duarte, era um soldado que pertencia ao Batalhão nº.2 daquela cidade. Será o único a ser levado ao Tribunal Militar Especial (TME) e só será libertado muito depois dos outros grevistas o serem¹¹. O outro, Felisberto Fernandes Berto, de 28 anos e operário de lanifícios, morreria a 20 de Dezembro de 1941, no Hospital do Desterro, em Lisboa, poucos dias antes dos seus colegas serem soltos¹². Este operário foi dos que mais

10 Relatório da PVDE, *cit.*

11 Ver: AHM, TME, Processo n.º 7/41, Livro 5.

12 Felisberto Fernandes Berto aparece como uma das vítimas do Regime (AAVV 1984, p. 133); Este operário, detido aquando a greve de Novembro, morreu com uma úlcera, segundo o diagnóstico médico: «entrada no Hospital do Desterro no dia 1 de Dezembro e falecimento no dia 20 de Dezembro de 1941; Felisberto Fernandes Berto, filho de António Fernandes Berto e de Maria dos Santos da

se havia destacado na greve, destruindo uma máquina na tentativa de a paralisar, aquando da invasão da Fábrica Alçada¹³.

A cidade foi colocada sob alerta, e deu-se início ao policiamento apesar de, nas ruas, se manter uma certa acalmia. Na noite de 5 de Novembro, os operários reuniram-se na sede do SN, onde estava presente o delegado do INTP na Covilhã, Antão Santos Cunha e o Comandante da PSP. O delegado do INTP «enumerou os benefícios que os operários teem recebido e ainda não era tudo, o Governo continuava a trabalhar para que aos operários fossem dadas novas regalias e não era assim que se faziam as reclamações». Os operários exigiam a libertação dos detidos, visto ter sido «um acto de exaltação», ao que o delegado do INTP retorquiu que, «embora inconscientemente, fizeram-no e têm que receber castigo». Posto isto, «foi deliberado pelos operários que ninguém retomaria o trabalho, sem que fôsem restituídos à liberdade os operários presos e lhes fôsse dado o aumento

Piedade, idade 28 anos, casado com Maria José Moraes, operário de lanifícios, natural de São Martinho, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco, residente no Bairro do Castelo, freguesia de Santa Maria Maior, concelho da Covilhã; diagnóstico, úlcera.», in Hospital de São José, NT 8890, registo de entrada nº 153; na greve de 1946, na Covilhã, também se deram outros casos de úlcera diagnosticada aos detidos: «Estive lá cerca de 8 meses [Caxias], o trato era péssimo, foi lá que criei uma úlcera no estômago, tive que se operado.» (Raimundo, 1984, p. 84).

13 Auto de Perguntas de Felisberto Fernandes Berto, «O Boga», em 18 de Novembro de 1941, in Processo PIDE/DGS, *cit.*

pedido»¹⁴. Todas as fábricas de lanifícios da Covilhã, Tortozendo e Aldeia do Carvalho suspenderam o trabalho¹⁵.

No dia seguinte, a 6 de Novembro, pela manhã, diversas patrulhas policiais encontravam-se nos portões das fábricas da cidade para permitir o normal funcionamento das mesmas. Mas os operários não compareceram às 8 horas, como habitualmente, para dar início a mais um dia de trabalho. A ordem tinha sido interrompida e os operários tinham decididamente levado a greve avante: os operários seguiram até ao largo central da cidade – local simbólico pela sua centralidade e por lá albergar a sede da administração do concelho e o comando e esquadra da PSP, onde os guardas mantinham os operários presos no dia anterior.

A «grande multidão de ambos os sexos» que se dirigira em grande «algazarra e atitude hostil» até ao Largo do Pelourinho, era encabeçada por mulheres e crianças, surpreendendo a PSP e a GNR, que tinha um diminuto contingente disponível para fazer face aos milhares de operários que até lá se deslocaram¹⁶. O protagonismo das mulheres e crianças nesta greve assume um carácter que não

14 Exposição de Alberto Borges, *cit.*

15 Auto de Perguntas de Amélia Pereira, «a Priora», em 12 de Novembro de 1941, in Processo PIDE/DGS, *cit.*

16 «Apenas com 3 soldados (...) que me acompanhavam, e com o Chefe e 5 guardas da polícia, que ali compareceram, foi estabelecido um cordão, para não deixar avançar mais a multidão, a qual aconselhei e intimei a não avançar mais e a debandar, pois que com aquela atitude nada poderiam conseguir que a beneficiasse, podendo até ser bastante prejudicada», in Relatório da GNR, de 8 de Novembro de 1941, in Relatório da PVDE, *cit.*

pode ser desprezado: por um lado, o papel da mulher na gestão da economia familiar é central e, por outro, também elas estavam substancialmente envolvidas no trabalho fabril ou no trabalho doméstico feito para fábricas, sendo os seus salários francamente inferiores aos dos homens¹⁷. A seguinte passagem de *A Lã e a Neve* ilustra bem a importância da mulher no lar covilhanense:

Ao contrário dos filhos, à Júlia e a outras mães esses sombrios dias inverniais pareciam curtíssimos. Elas constituíam como que o centro de cada lar, o eixo de cada família e o tempo corria-lhes mais rápido do que a chuva sobre os telhados. Elas tinham de forçar a imaginação para obter alimentos baratos, de forma a que todos comessem dentro da exiguidade dos salários – e, no Inverno, isso era-lhes mais difícil. Elas tinham de vestir os filhos, cortando, adaptando, remendando velhas roupas; e à faina doméstica, todos os dias iguais, juntavam, muitas vezes, trabalhos para as fábricas. (Castro 1985, pp. 120-121).

De facto, muitas operárias terão feito greve em Novembro de 41. Nas actas da secção feminina do SN, a direcção reprovava as «atitudes de afrontos e desordens a que grande parte se lançou e muito mais o sentimos quanto é certo que dele tomou parte grande número das nossas associadas»¹⁸. Quanto aos menores, entravam para as fábri-

17 Em 1943, dos 5029 operários na indústria de lanifícios da Covilhã, 1273 eram mulheres. Não sabemos, contudo, se este número inclui o trabalho feito em casa para as fábricas. Sobre o número de operários da indústria de lanifícios (Portugal, Instituto Nacional de Estatística 1945, pp. 294-295).

18 Acta da Secção Feminina do Sindicato Nacional, de 10 de Novembro de 1941, in ATSTBB.

cas, habitualmente, a partir dos dez ou doze anos de idade, de forma a contribuir para a reduzida economia familiar¹⁹.

Eram cerca de «4 ou 5 mil amotinados que pretendiam assaltar a esquadra de Polícia e dar fuga aos operários que lá estavam presos», segundo o relatório da GNR sobre o movimento grevista²⁰. Os guardas da PSP e os soldados da GNR tentaram estancar o avanço da multidão, fazendo um cordão à frente do Comando da PSP. António Mendes Alçada, «um operário dos mais exaltados», lançou as mãos à espingarda de um dos guardas²¹. Após ter sido atingido com a coronha da espingarda, foi enviado para os calabouços da Polícia e de lá seguiria, juntamente com os seus colegas e sob a tutela da PVDE, para a prisão de Caxias. Ao verem que mais um dos seus tinha sido detido, os operários, as operárias e as suas famílias exaltaram-se, «redobrou a vozearia» e, como o Largo do Pelourinho se encontrava em obras, lançaram mãos às pedras da calçada e arremessaram-nas contra as forças policiais. O Chefe da Polícia é atingido e foram também disparados tiros de lado a lado, o que levou a que alguns guardas e operá-

19 São os pais os primeiros a não prescindir do trabalho dos menores nas fábricas, para ajudar na economia caseira. Em 1923, as crianças entravam para as fábricas a partir dos 9 anos de idade. (Assunção 2008, p. 301); Segundo os censos de 1940, para o Distrito de Castelo Branco, a idade activa situava-se a partir dos 10 anos de idade (Portugal, Instituto Nacional de Estatísticas 1944).

20 Relatório da GNR, *in* Relatório da PVDE, *cit.*

21 «porquanto na ocasião em que a ordem publica ali estava alterada, este ter-se-á agarrado à arma do declarante, com a intenção de o desarmar, vindo agarrada a ela até à esquadra, para onde o declarante o obrigou a ir, só aqui a largando», in declaração do guarda da PSP, Joaquim Martins, Processo PIDE/DGS, nº. 2448/941. Ver ainda: Auto de Perguntas de António Mendes Alçada, a 27 de Novembro de 1941 *in* Processo PIDE/DGS, *cit.*

rios ficassem feridos²². Um dos operários chegaria mesmo a perder a perna nos confrontos²³. Uma descrição destes acontecimentos é dada em *A Lã e a Neve*:

Mal os presos haviam sido aferrolhados na cadeia, instalada, como a esquadra da polícia, no rés-do-chão do velho edifício filipino que a Câmara Municipal ocupava, já a multidão surgia ali em frente, no Pelourinho, enchendo de gritos toda a praça. E cada vez engrossava mais, mulheres atrás de mulheres, sempre mais mulheres. - Queremos os presos! E queremos pão para os nossos filhos! (...) As mulheres berravam sempre mais alto e incitavam, com palavras e gestos, os homens mais tímidos. (...) O Pelourinho andava em obras, para alargamento da sua área e as pedras do calcetamento amontoavam-se aos cantos da praça. Enfurecidas, mãos femininas agarravam-nas e arremessavam-nas sobre a polícia. (...) Batido por certa pedra, mesmo à porta da esquadra, um dos polícias apontara, em desforço, a sua carabina – e um rapaz caíra com uma perna trespassada pela bala. Ao seu grito sucedeu em uníssono um grito de ódio da multidão inteira (Castro 1985, p. 127).

22 Das forças policiais foram feridos o Chefe da PSP que «ficou contuso», um guarda da PSP atingido com um tiro «junto ao olho direito» e um soldado da GNR, atingido no lábio. Ficaram ainda «feridos 5 civis, que foram internados no Hospital da Covilhã», in Relatório da GNR, *cit.*

23 Relatório da PVDE; o jornal *Avante!*, faz igualmente referência a esta situação: «Foi a altura da intervenção das forças armadas. Polícia, Guarda e Forças do Exército abriram fogo. Os trabalhadores ainda tentaram resistir, defendendo-se com pedras. Mas as metralhadoras crepitaram. Um operário caiu com uma perna esfacelada que posteriormente foi amputada.», in “Greves e manifestações na Covilhã: o povo trabalhador luta pelo pão e pela liberdade!», *Avante!*, Novembro de 1941.

Ao som dos tiros e com a chegada dos reforços policiais, «o largo foi limpo de insurrectos, começando então a dispersar das embocaduras das ruas aquêles que para ali tinham ido»²⁴. Com a cidade sob forte policiamento, a agitação operária foi controlada e a ordem nas ruas restabelecida. Nessa noite, os operários reuniram-se no Teatro Covilhanense, onde mais uma vez se proclamou que a greve se ia manter enquanto as suas reivindicações não fossem atendidas.

As autoridades administrativas e policiais, vendo que os seus esforços para acabar com a greve não surtiam efeito, mandaram chamar um «grupo de operarios, dos mais preponderantes, que resolveram redigir um manifesto aos trabalhadores das Fabricas». Este manifesto foi escrito por diversos elementos que se sabiam ligados ao anarco-sindicalismo e que, segundo os agentes da PVDE, embora «aparentem estar fora de qualquer actividade revolucionaria, alcançaram essa preponderancia em virtude de quasi todos êles terem tido actividade politica»²⁵. Alguns dos indivíduos que assinam o manifesto tinham estado em tempos presentes nas direcções da extinta Associação de Classe (AC). Outros haviam contribuído activamente para o jornal desta associação, *O Trabalho*, até 1933, altura em que foi extinto, como consequência da implementação da nova ordem corporativa.

O manifesto de 7 de Novembro incitava os operários a regressar às suas oficinas no dia seguinte, pelas 8 horas da manhã, com a

24 Relatório da GNR, *cit.*

25 Relatório da PVDE, *cit.*

promessa de que essa comissão tudo faria para resolver o problema dos trabalhadores, intercedendo junto de quem tinha o poder de decisão²⁶. Segundo a PVDE, foi esta medida que fez que os operários regressassem às fábricas a 10 de Novembro, e cessassem a greve deixando, no entanto, a promessa de voltarem a recorrer à paralisação do trabalho, no prazo de quinze dias, caso as suas reivindicações não fossem atendidas²⁷. Posto isto, os trabalhadores avisavam que seria bom «de futuro que tanto os da direcção como todos aqueles que ocupam cargos de responsabilidade estudem a forma de criar a paz nas ruas e nos lares e nos espíritos»²⁸.

O facto de as autoridades terem recorrido, em desespero de causa, devido à incapacidade de resolverem o problema da agitação social, aos membros da extinta AC – que tinha ligações aos anarco-sindicalistas, dos mais proeminentes e ligados à actividade política –, será criticado aquando da redacção do relatório da PVDE²⁹. Quando se tratava de problemas relativos ao operariado, os mediadores por excelência no Estado Novo deveriam passar pelo SN ou pelo INTP. Ora, isso não sucede, uma vez que estas instituições se colocam à margem, voluntária ou involuntariamente, dos aconteci-

26 Manifesto de um grupo de operários, *Idem*.

27 Relatório da PVDE, *cit*.

28 Exposição de Alberto Borges à PVDE, *cit*.

29 «E como todas as ocasiões são boas para interferência e processos mais ou menos velados, constata-se o facto de ter sido o ex-operário José Caetano, presidente da última Direcção da Associação de Classes dos Operários da Industria de Lanifícios, militante anarquista e com cadastro Policia, que extra-oficialmente serve de medianoiteiro no regresso dos operários ao trabalho», in Parecer da PVDE, *cit*.

mentos. É natural, assim, o que se encontra no parecer do relatório da PVDE, segundo o qual «teria sido mais natural que tivesse tratado do caso uma entidade oficial»³⁰. De facto, a preferência recaiu sobre os membros de uma AC de esquerda, extinta, ligada à oposição e não aos membros da direcção do então SN. O conjunto dos trabalhadores estava desiludido com a direcção do Sindicato, acusando Bernardo Gíria, um dos dirigentes, de não salvaguardar os seus interesses. Deste modo, esta greve, desprovida da mediação do SN, constituiu um conflito aberto entre os operários e o Governo, num dos primeiros sinais dados pela classe trabalhadora dos defeitos e insuficiências do sistema corporativo.

Paralelamente à agitação da classe operária covilhanense, surgia uma tensão latente, por um lado, entre o patronato covilhanense e a Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios e, por outro, o Governo. Os primeiros desejavam conceder o tão reivindicado aumento salarial enquanto os últimos adiavam a decisão, retirando à FNIL a autoridade jurídica que sempre havia detido na organização corporativa para decretar aumentos salariais em conjunto com a Federação Nacional dos Sindicatos de Lanifícios³¹.

Os operários dos lanifícios voltariam, no entanto, a recorrer à greve poucas semanas após os incidentes de Novembro, depois de verificarem que a reivindicação de aumento salarial não havia surtido efeito. A 5 de Dezembro de 1941, exactamente um mês depois do

30 *Idem*.

31 Sobre esta questão, ver: ANTT, SGPCM, proc. 200 / 4, n.º 5, NT 7.

início da primeira greve, os «operarios ao receberem a sua feria aviram os patrões de que estava passado um mês das promessas que lhes haviam sido feitas, e como até à data nada obtivessem, resolveram fazer novamente greve». Nesta segunda greve de 1941 não existe, porém, notícia de «amarelos», «tendo os operarios de todas as outras Fabricas aderido à greve»³². A 8 de Dezembro, os operários juntar-se-iam mais uma vez no Largo do Pelourinho, mas desta vez «em atitude passiva». Nesse mesmo dia, o Governador Civil de Castelo Branco, António Maria Pinto, enviava um comunicado aos grevistas da Covilhã, o qual se encontrava espalhado pelas ruas da cidade. Neste comunicado, o Governador Civil começava por alertar que a greve era entendida como «um facto perturbador da ordem, da tranquilidade pública e da vida económica e como tal é reprimida», ordenando aos operários que regressassem ao trabalho no dia seguinte. Caso tal não acontecesse, o Governador Civil não se eximiria de ordenar a detenção dos «criminosos» e a fazer aplicar a lei que, para estes casos, determinava uma pena «de destêrro de 4 a 10 anos, com prisão no lugar de destêrro de 2 a 4 anos»³³.

Na noite de 8 de Dezembro, realizou-se uma reunião no cinema da cidade, presidida por António Maria Pinto, o Governador Civil, por Ubach Chaves, o Representante do Estado na Indústria de Lânicios e por Antão dos Santos Cunha, delegado do INTP na Covilhã.

32 Relatório da PVDE, *cit.*

33 Comunicado do Governador Civil de Castelo Branco, António Maria Pinto, em 8 de Dezembro de 1941, *Idem.*

Nesta reunião, Ubach Chaves aconselhou os operários a cumprirem o que havia sido ordenado pelo Governador Civil, «afirmando que, tanto os que ficassem em casa como aqueles que viessem para a Rua, sofreriam as mesmas sanções». A reunião contou com pouca afluência do meio operário, para desânimo dos seus organizadores. Nessa noite, houve um «certo apaziguamento, desaparecendo pouco a pouco a multidão que desde manhã se encontrava no Largo»³⁴. Nesta greve não se recorreu aos operários mais destacados para mediar o conflito entre os operários e o Estado, provavelmente devido às duras críticas a que as autoridades covilhanenses foram sujeitas após terem seguido esse caminho, um mês antes.

No dia 9 de Dezembro, após a afixação do comunicado do Governador Civil e da reunião que teve lugar no dia anterior, no cinema, a maioria dos operários voltaria ao trabalho. Os mais des-temidos, no entanto, mantiveram-se em greve. Ao darem conta do incumprimento da ordem de regresso às fábricas por parte de alguns operários, as autoridades do concelho vão intimar os proprietários das fábricas a entregar a lista daqueles que haviam faltado, sendo realizadas, nessa altura, várias prisões³⁵. Serão mais de 50 os operários e operárias presos nesta segunda greve da Covilhã³⁶. Alguns seriam trabalhadores que ganhavam acima da média, o que espanta e coloca

34 Relatório da PVDE, *cit.*

35 Lista de operários que não compareceram ao trabalho na ETL enviada para a PSP, a 9 de Dezembro de 1941. CDAH/ML-UBI, corresp. entre a ETL e a PSP.

36 Processo PIDE/DGS, *cit.*

a polícia política sob alerta, pois as condições económicas não seriam as únicas razões para se terem mantido em greve³⁷. Estava «inteiramente vedado» aos industriais de lanifícios, por ordem superior do Governador Civil, «readmitir ao seu serviço qualquer dos operários ou operárias que não compareceram ao trabalho», a partir de dia 9 de Dezembro³⁸. Se tinha havido alguma complacência com as mulheres operárias aquando da primeira greve de Novembro, em Dezembro, com a prisão de um número de significativo delas, as autoridades enviavam um sinal claro de que de tudo fariam para pôr fim à agitação operária naquela cidade e noutras que lhes queriam seguir as pisadas. Apesar das sucessivas detenções realizadas, o operariado fez constar que partiria para uma terceira greve caso as suas reivindicações não fossem atendidas, «mas desta vez mais violentamente e secundados pelos seus camaradas da Guarda, Tortozendo e Concelhos limítrofes»³⁹.

Coincidência ou não, ainda não havia terminado a greve de Dezembro, e o Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Trigo de Negreiros, enviará ao Ministro do Interior a redacção de um projecto de decreto que, dois anos mais tarde, em 1943, será uma das armas do Estado Novo na luta contra o movimento

37 «embora com menos responsabilidade, podemos apontar: Francisco Cunha, José Rodrigues Bernardo e José da Cruz Serra, todos operários da Fabrica, Quintino Maria da Costa, que sendo considerada a que melhor paga, não se apresentaram ao serviço no dia seguinte ao do comunicado do Governador Civil.», in Relatório da PVDE, *cit.*

38 Circular do GILC, de 9 de Dezembro de 1941. CDAH/ML-UBI, corresp. entre a ETL e o GILC.

39 Relatório da PVDE, *cit.*

operário durante este período: a mobilização industrial. O projecto tinha sido elaborado por Trigo de Negreiros, depois das sugestões feitas por Rafael Duque, o Ministro da Economia e de conversas tidas com o Ministro do Interior⁴⁰. Desejava-se complementar o decreto-lei de 1934, no qual constava a proibição da coligação operária e/ou patronal, de modo a punir-se a greve e o lock out mas que, agora, no clima de agitação social a que se vinha a assistir, parecia ser insuficiente⁴¹. Neste projecto de decreto, os indivíduos que suspendessem o seu trabalho, por deliberação patronal ou coligação de empregados ou operários, para além de ficarem sujeitos à mobilização industrial, seriam convenientemente condenados como grevistas e poderiam vir ainda a ser julgados como desertores incorrendo numa pena de 4 a 10 anos de desterro, ou de prisão, entre 2 a 4 anos. Ao Estado incumbia o superior papel de «defesa da produção, abastecimento do país, (...) e regularidade da vida económica e social» e, como tal, ficava

40 «De harmonia com a nossa conversa, escrevi a V. Ex.^a o projecto de decreto relativo à mobilização das empresas e operários que abandonarem voluntariamente o trabalho. Trata-se de dar forma, ainda que em 1.^a redacção, por sugestão feita pelo Sr. Ministro da Economia, e, por isso, em caso de se entender que a solução pode ser adoptada, o projecto será revisto para se introduzirem as alterações que se reportarem necessárias. Não podemos, [...], deixar perturbar ou destruir a economia, admitir processos há muito condenados ou enfraquecer a disciplina e a autoridade. As coisas apresentam-se com melhor aspecto.», *in* Projecto e Cartão de Trigo de Negreiros para o MI, de 8 de Dezembro de 1941, *in* Relatório da PVDE, *cit.*

41 «as disposições do decreto-lei n.º 23.870, de 18 de Maio de 1934, devem ser complementadas com outras que permitam ao Governo mobilizar de forma efectiva as forças produtivas em que se tenha verificado suspensão ou quebra irregular de actividade», *in* Projecto e Cartão de Trigo de Negreiros, *cit.*

autorizado, através do Ministério da Economia, a implementar o sistema de mobilização industrial para as empresas afectadas⁴².

É importante ressaltar que são os próprios agentes da polícia política, enviados àquela cidade ainda a segunda greve não havia terminado, que reconhecem a precariedade das famílias do operariado industrial. Foram ainda investigadas as ligações com o «pessoal mineiro», mas a PVDE não chega a aprofundar o assunto. Os agentes da PVDE alertam ainda para o facto de a Covilhã ter no seu meio indivíduos com «ideias avançadas», aos quais seria necessário dar redobrada atenção. Outro dos problemas era o facto de a Aldeia do Carvalho, situada a 4 quilómetros da Covilhã, e que albergava cerca de 800 operários, não ter qualquer policiamento e de ser daí que provieram muitos dos operários que participaram nas greves de Novembro e Dezembro de 1941. Acrescenta o relatório da PVDE que não era igualmente «raro aparecerem pintadas pelas paredes distintivos comunistas, tendo já estado alguns habitantes presos nesta polícia, implicados em manejos desta natureza». Por fim, a polícia política conclui o relatório, assinalando:

«que a cidade da Covilhã, é um meio, talvez devido a influências do passado, os operários «querem conquistar» e não que lhes «ofereçam», parecendo-nos que só com uma repressão energética, como a que se está fazendo, mas contínua, será possível normalizar

a situação naquela cidade, embora convencidos que parte dos operários têm direito a que se olhe pela sua situação»⁴³.

Sem chegarem a ir julgamento no TME, os operários detidos nas duas greves foram soltos na véspera de Natal, por ordem do Ministro do Interior, à excepção de dois: Gilberto Duarte, que «se havia esquecido da sua qualidade de soldado, para se lembrar unicamente de que também é operário»⁴⁴ e Felisberto Fernandes Berto, que havia morrido quatro dias antes, no Hospital do Desterro.

Por despacho ministerial, de 17 de Março de 1942, os operários de lanifícios viram os seus salários serem aumentados em 20%. Esta medida abrangia ainda todos os operários ligados de alguma forma ao trabalho nas fábricas de lanifícios, como o sector da construção civil, serralheiros e «outro pessoal subsidiário que, regular e permanentemente, trabalha nas fábricas»⁴⁵. O despacho de alteração dos salários mínimos vinha com a seguinte nota do Subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social: «Espera-se que todos – empresas e trabalhadores – compreendam os altos objectivos que levaram o Governo à publicação dêste despacho e colaborem com êle no seu exacto cumprimento. Na hora conturbada que o mundo atravessa, o espírito de disciplina representa a melhor salvaguarda da paz social

43 Relatório da PVDE, *cit.*

44 AHM, TME, Processo n.º 7/41, Livro 5.

45 Circular do INTP, de Maio de 1942. CDAH/ML-UBI, corresp. entre a FA e o INTP.

e a mais valiosa garantia do futuro da Nação»⁴⁶. O aumento salarial, contudo, não faria face à inflação galopante dos anos de conflito mundial: em 1943 os operários de lanifícios da Covilhã estariam numa situação ainda pior do que aquela em que se encontravam em 1941.

As greves de Novembro e Dezembro de 1941 na Covilhã darão o mote para um ciclo grevista «em muito maior escala» que vai caracterizar os anos da Segunda Guerra Mundial, em Portugal (Freire 1996, pp. 401-404). A agitação social no país será marcada por uma crescente politização, com o PCP a liderar muitas das greves após 1942. No final do conflito, em 1945, os operários da Covilhã regressarão à greve mas a repressão, agora já suficientemente testada noutras circunstâncias, irá trazer ainda mais duras consequências para aqueles que «às vezes, se uniam e reivindicavam um pouco mais de pão» (Castro 1985, pórtico).

46 Circular do GILC sobre os salários mínimos, de 18 de Março de 1942. CDAH/ML-UBI, corresp. entre ETL e GILC.



Contestação.

IDEIAS, LUTAS E OUTROS ASPECTOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

“toda a história moderna se fez com base em intenções de controlo e nas pessoas que se opõem a isso”

Chomsky (2000: 84)

O presente capítulo espelha de forma bastante clara a ideia avançada por Chomsky no seu “Discurso da Dissidência”. No conjunto de textos aqui apresentados podemos encontrar várias formas e diversos relatos sobre resistência, oposição, contra-hegemonia, tanto por parte dos actores dos acontecimentos relatados como dos investigadores que se propõem a fazer uma história a partir de baixo, dando voz aos subalternos, aos oposicionistas, aos resistentes, ou simplesmente apresentando uma leitura diferente, antagónica ou contra-hegemónica de factos ou acontecimentos.

Do conjunto de textos apresentados, os que incidem sobre o movimento operário, a sua história e as suas lutas constituem a maioria e remetem para as clássicas discussões sobre movimentos sociais e resistência, sobre industrialização, classe, consciência, processo histórico mas também novos movimentos sociais, identidade e globalização.

Em disciplinas como a História ou a Sociologia podemos encontrar propostas que olham os movimentos sociais do período da industrialização como a combinação de dois processos, analiticamente

distintos mas empiricamente associados. Por um lado, o conflito industrial propriamente dito, ligado ao modo de produção capitalista e às suas tensões internas e, por outro, a entrada progressiva para o papel de cidadãos, das camadas sociais tradicionalmente excluídas da construção do moderno estado-nação (Bendix cit em Melucci, 1995). Junto da classe operária novecentista estes dois processos encontravam-se intimamente interligados, de um lado a luta de classes e do outro a luta por direitos de cidadania. É a partir daqui, segundo Melucci (1995), que se irão separar as correntes teóricas que se dedicarão à análise das sociedades contemporâneas, umas olhando mais atentamente os processos de conquista social e de direitos políticos e outras as tensões estruturais e as lutas pela obtenção e distribuição dos recursos existentes. No presente capítulo podemos encontrar propostas teóricas e exemplos empíricos, históricos e sociais que demonstram estas diversas realidades, desde a segunda metade do século XIX até ao pós 25 de Abril de 1974.

Paulo Guimarães apresenta-nos a temática dos conflitos ambientalistas no seio da indústria mineira portuguesa, entre a segunda metade do século XIX até aos anos 30 do século XX, mostrando em distintos contextos os diferentes comportamentos e estratégias negociais de proprietários, camponeses e das companhias mineiras na relação que estabelecem entre si e com o Estado português, no que diz respeito aos danos e desequilíbrios ambientais criados pela atividade mineira e industrial. O autor põe em análise as vozes dos diversos protagonistas e apresenta um trabalho de arquivo notável que permite compreender uma temática poucas vezes abordada na academia portuguesa numa perspectiva histórica tão detalhada.

No âmbito da história do movimento operário, o texto de Teresa Fonseca, ao apresentar-nos a situação de Montemor-o-Novo no período da Primeira República, remete para uma temática mais frequente e melhor estudada mas à qual faltam por vezes estudos que confirmem o detalhe do local, que é extremamente necessário para pensar, por exemplo, a conflitualidade social em termos de escala, as identidades profissionais e de classe a partir do micro e das suas alianças e redes sociais que se podem ou não estender a horizontes de expectativa e conquista mais vastos. Igualmente, para uma parte do período do Estado Novo (1926–1958), o artigo de Maria João Raminhos Duarte sobre a resistência operária ao Estado Novo em Silves, contribui decisivamente para o alargar do conhecimento monográfico sobre a resistência operária no sul do país, discutindo questões também elas com repercussões nacionais e ainda hoje academicamente pertinentes como é o caso do 18 de Janeiro de 1934.

Num outro registo, o relato apresentado por Rosalina Carmona a partir do diário pessoal de um ferroviário do Barreiro, sobre a greve de 70 dias dos operários ferroviários dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste (1920), revela uma fonte biográfica inestimável, que permite captar um momento assaz importante para a história do movimento operário do Barreiro, com toda a trama quotidiana de uma população operária no pós I Grande Guerra, e que constituindo um relato essencialmente na primeira pessoa, com pontuações e leituras críticas da autora, nos transporta de forma imediata para aquela realidade de maneira quase romanesca. Ainda no registo grevista, é importante destacar o artigo de Sílvia Correia e José Nuno Matos que, já para o pós 25 de Abril, apresenta uma análise detalhada da documentação

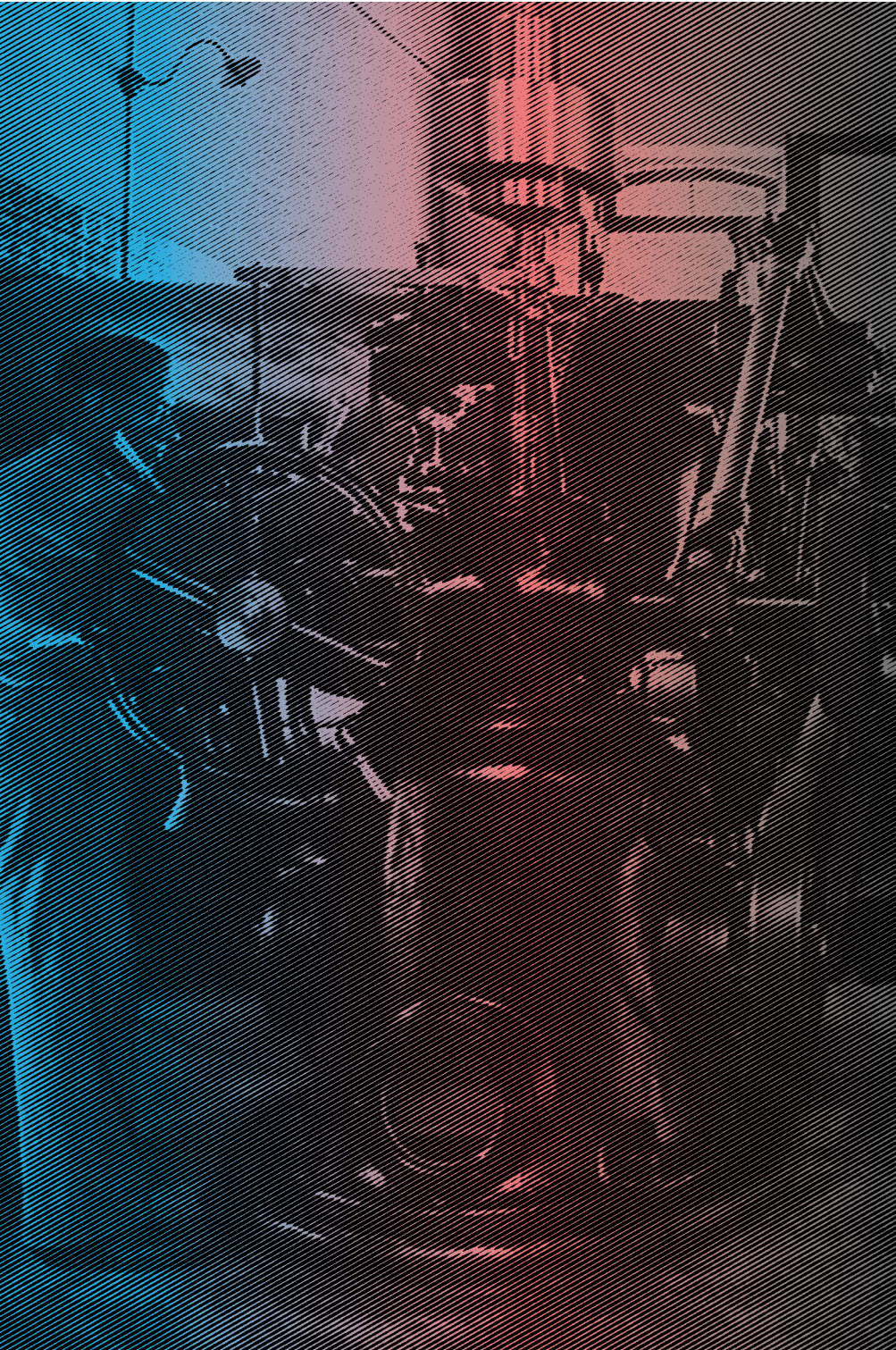
de imprensa e do material de arquivo sobre o papel da CGTP no desenrolar da Greve Geral de 12 de Fevereiro e das comemorações do 1º de Maio de 1982, no norte do país, e de como estes acontecimentos foram entendidos e utilizados pelo poder político vigente para gerir o poder sindical e o sistema de informações do Estado. Num contexto de emergentes movimentações sociais e colectivas, uma história da resistência, das greves e das lutas laborais em Portugal apresenta-se como imprescindível para um entendimento do país, das suas lutas, tensões e contradições internas.

Neste âmbito é ainda de referir como crucial o texto de José Manuel Lopes Cordeiro sobre as eleições sindicais nos últimos anos do Estado Novo (1969–1974), no seio da indústria têxtil, onde o autor faz uma análise minuciosa do papel do Estado e das diversas forças políticas e movimentos oposicionistas envolvidos, inserindo-os também na conjuntura social e ideológica circundante. E, para uma história política, operária e sindical, o artigo de João Freire sobre os meios de difusão do anarquismo no princípio do século XX, onde o autor percorre a imprensa, a propaganda, a actividade editorial, as celebrações e o associativismo, entre outros aspectos constituintes do movimento e da sua implantação em Portugal.

Com um enquadramento teórico e empírico desta natureza resta ainda espaço para uma breve discussão sobre os movimentos sociais rurais do sul do país. E neste âmbito Constantino Piçarra discute, a partir da análise do mediático caso de José Diogo, as lutas político-ideológicas que este despoletou junto dos grupos marxistas-leninistas do pós 25 de Abril, reflectindo sobre as suas consequências para a definição da luta de classes e da questão agrária.

Com este conjunto de textos obtemos uma visão mais rica e complexa da realidade nacional, observamos diferentes regimes de poder e formas de oposição, negociação e resistência. Desenvolvemos um olhar mais atento para a questão do local, do regional e da sua articulação com o nacional, olhando os processos com as suas ambiguidades, subtilezas, reviravoltas e contradições. Acima de tudo contribuindo para pensar a contestação de forma não essencializada, opondo-a às formulações estabilizadoras, procurando captar as porosidades, os interstícios e os processos mais do que o facto ou o acontecimento *per si*, refletindo sobre a complexidade dos sujeitos e da suas acções no seio dos estados modernos e do sistema capitalista.

Sónia Ferreira



CAPÍTULO III

Cultura Expressões Artísticas, Práticas Desportivas e Colectividades Locais.

As Fases da Difusão do Anarquismo em Portugal, 1900–1926¹

OS ACONTECIMENTOS, AS CONJUNTURAS DE ACÇÃO E OS CONTEXTOS

Nesta comunicação queremos sistematizar, justificando-a, uma periodização da difusão do anarquismo em Portugal desde os finais do século XIX, em que – entre a propaganda, as querelas com os socialistas “marxistas” e a tentação terrorista – o movimento se mantém confinado a pequenos grupos de operários, pequenos-burgueses e intelectuais localizados em Lisboa e no Porto, até ao desabar da ditadura militar que Maio de 1926 toma conta do governo sem efusão de sangue, em que o movimento social do operariado se mostra incapaz de o contrariar, apesar da força incomparavelmente maior que detinha em relação a trinta anos antes.¹

Fá-lo-emos então em dez sucessivos passos.

1. A Progressiva Conquista das Associações de Classe Trabalhadoras pelo Militantismo Anarquista.

Segundo Eltzbacher (1908 ou 1909), são doutrinas anarquistas as expostas por Godwin, Proudhon, Stirner, Bákunine, Kropótkine,

¹ Texto de Setembro de 2012, a partir do suporte da comunicação oral apresentada em Outubro de 2011 em Lisboa

Tucker e Tolstoi, lista a que seria certamente necessário juntar Malatesta, um autor posterior. Silva Mendes (1896, reed. 2006) não anda longe da mesma constelação ideológica, divulgada em Portugal entre as elites intelectuais contestatárias e os operários autodidatas, nos anos da viragem do século XIX para o XX. Por outro lado, paralelamente ao anarquismo social, há que lembrar a existência de um anarquismo individualista (entre nós, Juliano José Ribeiro, ou José Franco) e mesmo de um mais nebuloso anarquismo místico corporizado na pessoa de Tolstoi (entre nós, ver Fontana da Silveira; mais tarde Jorge de Abreu). Quanto às formas de acção propugnadas, foram ensaiadas estratégias revolucionárias, reivindicativas-sindicalistas e pacifistas (educação, vida em comunidade, procriação consciente, acção directa não-violenta, etc.).

A estratégia do sindicalismo revolucionário (ver Pereira, 2011) começara no início do século XX, sobretudo por influência francesa – a Federação das Bolsas do Trabalho, lançada por Fernand Pelloutier, é criada em 1892, a Confédération Générale du Travail em 1895, o congresso de Amiens dá-se em 1906 –, mas também em outros países estrangeiros, com os Industrial Workers of the World na América, a FORA na Argentina, a SAC na Suécia, a CNT em Espanha, a USI em Itália, etc. O congresso anarquista de Amesterdão de 1907 proporciona a ocasião de um debate significativo quanto a esta estratégia, entre o sindicalista Monatte e o anarquista Malatesta. E em Portugal, regista-se o congresso sindicalista de 1909, com uma cisão dos anarquistas que vão criar o embrião impulsor da futura organização confederal (a Comissão Executiva do Congresso Sindicalista), enquanto que no Porto esta tendência se sente suficientemente forte

para impor desde logo aos “reformistas” a criação de uma União Geral de Trabalhadores da Região Norte.

2. A Florescência Cultural do Anarquismo nos Alvores do Século XX.

Nas condições sócio-culturais da época, a imprensa constitui um poderoso meio de acção social, que os anarquistas procuram utilizar ao máximo para a difusão das suas ideias, o combate político e a mobilização social. Registem-se os seguintes títulos, como mais significativos de uma enorme actividade propagandística: os jornais anarquistas *A Vida* e *a Aurora*, do Porto; *A Era Nova*, de Coimbra; *A Conquista do Pão*, o diário *A Boa Nova*, *O Protesto* e *a Guerra Social*, de Lisboa, e o *Germinal* de Setúbal; mais *A Obra* e o diário *A Greve*, de orientação sindicalista. E igualmente revistas culturais como *Amor e Liberdade*, *Luz e Vida*, *Novos Horizontes*, *Nova Silva* ou *A Sementeira*.

Mas o anarquismo não está também ausente do mundo literário, através da publicação de livros de crítica social de autores como Tolstoi ou Zola e de portugueses como Guerra Junqueiro, Manuel Ribeiro ou Mário Domingues, de cientistas como Darwin, Haeckel ou Spencer, e de militantes anarquistas autores de obras de doutrina e ensaio como Kropótkine, Tolstoi, Reclus, Eltzbacher, Jean Grave, Sébastien Faure, Augustin Hamon, Émile Pouget, Malatesta e os portugueses Heliodoro Salgado ou o já referido Silva Mendes. No teatro, distinguem-se as obras de Ibsen, dos portugueses Simões Coelho ou Araújo Pereira e o trabalho prático da Sociedade de Teatro Livre (ver Figueiredo, 2011). E até no domínio do fado temos nomes importantes como Avelino de Sousa, Augusto Machado ou José Carlos Rates.

No campo da intelectualidade, vários nomes sonantes aparecem envolvidos com os anarquistas, entre os quais os então jovens Jaime Cortezão, Teixeira de Pascoais, Leonardo Coimbra, Tomás da Fonseca, Alfredo Pimenta ou Lopes de Oliveira, que alinham com militantes anarquistas confessos de boa cepa académica como são Emílio Costa (ver Ventura, 1994 e 2000), Campos Lima, Pinto Quartín, Adolfo Lima ou Neno Vasco (ver Samis, 2009). Silva Mendes pode escrever em 1896, apesar do bombismo ravacholista em França: “De resto, ninguém se deslustra com ser anarquista: são-no algumas das maiores individualidades da actualidade: H. Spencer, Kropotkine, Elisée Reclus, Tolstoi, Ibsen, isto é, o maior sociólogo, o maior apóstolo da liberdade, o maior geógrafo, o maior cristão, o maior dramaturgo!” Mas o contributo “ecologista” (*avant la lettre*) só cá chegou por via do naturismo de um Zizly e o feminismo de Emma Goldmann (Queiroz, 2008) praticamente manteve-se desconhecido entre nós durante várias décadas.

3. A Importância das Relações Internacionais no Movimento.

Alguns países concentram as relações internacionais dos anarquistas portugueses, logicamente determinadas pelas correntes de sociabilidade tradicionais e por afinidades culturais. É o caso da Espanha, para onde se imprime no Porto a brochura “*Greve de Ventres*” de Bulfi, legalmente impossível no país vizinho, e de onde provêm diversos militantes que marcam o movimento português, como foi o caso de Miguel Córdoba, preso em 1908 sob a acusação de participação no regicídio. É, obviamente, também o caso da França, onde vão estudar e instruir-se (nas “ideias novas”) homens como Campos

Lima ou Homem-Cristo Filho (que virá a aderir ao fascismo italiano), enquanto Emílio Costa vai para Bruxelas onde trabalha com Élisée Reclus. É, evidentemente, o caso do Brasil, com as alternâncias de Neno Vasco, Pinto Quartin, Jorge Campelo ou Marques da Costa entre os dois países. E é ainda o caso dos Estados Unidos da América, com um forte e persistente núcleo de emigrantes libertários na Nova Inglaterra. Mas convém também não esquecer as correspondências epistolares e permutas de jornais tidas com Itália, Alemanha, Inglaterra, Rússia ou Argentina – para já não referir as existentes no interior do império português de além-mar, incluindo a Índia e o Extremo-Oriente – que fornece aos anarquistas portugueses uma informação muito ampla sobre o capitalismo e os regimes estatais no mundo mais desenvolvido, e os esforços emancipatórios aí desenvolvidos pelas classes trabalhadoras.

4. A Questão da República, num Regime Monárquico Agonizante.

Esta é uma questão central, mas fracturante, dentro do militantismo anarquista em Portugal, sobretudo a partir do momento da publicação por Emílio Costa do livro *“É precisa a República?”* em 1903. O “possibilismo” – da Federação Socialista Livre, de José Luís Martins dos Santos (de Setúbal e do *Germinal*), do próprio Emílio Costa e de muitos outros – julga que o derrube da Monarquia é um passo importante para o progresso da liberdade e, por isso, se dispõe a colaborações sectoriais com o sector republicano (especialmente visíveis na Associação do Livre Pensamento e do Registo Civil, na Liga dos Direitos do Homem, certamente também na Maçonaria e nas iniciativas

educacionais fora da alçada religiosa). Há mesmo os homens da “carbonária anarquista” (José Nunes, José do Vale, etc.) que se dispõem a preparar a “artilharia civil” para o acto revolucionário. Mas há também fortes oposições a esta linha de acção, sobretudo por parte de ortodoxos do combate anarquista (muito presentes no Porto) e dos mais aguerridos dos recém-iniciados no sindicalismo revolucionário. E finalmente há algumas posições mais ambíguas, ou dúbices, como parecem ser as defendidas por Hilário Marques a partir da sua banca de escrita no Cais-do-Sodré para a revista *A Sementeira*.

5. A Nova Conjuntura Aberta em 1910 e a Galvanização do Sindicalismo Revolucionário.

O sindicalismo de acção directa cresce notavelmente após Outubro de 1910, incluindo os trabalhadores rurais e classes profissionais não operárias, com o pico da greve geral de Janeiro de 1912 e a acção desenvolvida pela CECS e pelo jornal *O Sindicalista*, dirigido por Alexandre Vieira.

Freire (1988 e 1992) registou o incremento das sessões públicas de propaganda libertária: 35 em 1909; 43 em 1910; e 128 em 1913. A propaganda neo-malthusiana cria fortes abalos na opinião pública, com o seu correlato anti-militarismo a provocar rápidas acções repressivas por parte das novas autoridades governativas. E em Coimbra os estudantes anarquistas multiplicam-se em iniciativas e realizações do seu timbre próprio (“Falange Demagógica”, jornais cáusticos, os “tenentes anarquistas”, etc.).

Mas a iniciativa mais séria e profunda deste período é talvez o congresso anarquista de Novembro de 1911 em Lisboa – ao qual os

historiadores nunca prestaram a devida atenção – e onde foi central a discussão sobre a atitude a tomar face ao sindicalismo, com uma plataforma de saída aparentemente aceitável por todos, mas, na realidade, com uma linha “dura” defendida por Bartolomeu Constantino, Bernardino dos Santos, o jornal *A Revolta* e a maioria dos agrupados na Federação Anarquista da Região Sul, da qual se distanciava a orientação estratégica mais claramente anarco-sindicalista propugnada pelos militantes do Porto, d’*A Aurora* e das fundamentais personalidades locais que eram então Manuel Joaquim de Sousa ou Serafim Cardoso Lucena.

6. A Travagem, Perante a Repressão do Novo Regime e a Guerra.

Aquele espectacular desenvolvimento de lutas, organização e militantismo foi travado pela repressão governamental de 1912–13: Augusto Vasconcelos fecha a Casa Sindical de Lisboa e prende 600 militantes operários; Duarte Leite detém e condena Silva Júnior por anti-militarismo; e Afonso Costa actua declaradamente contra o sindicalismo e os anarquistas, perseguindo o jornal *Terra Livre*, os supostos responsáveis pela bomba do 10 Junho, os presos no Limoeiro e ordenando a expulsão de Quartin para o Brasil.

Mas a travagem teve sobretudo como resultado um mais forte e realista relançamento do movimento social em 1914: entendimento com socialistas; congresso operário de Tomar, em Março, com a criação da UON. Paralelamente, dá-se um notável crescimento dos grupos anarquistas, que eram 51 em 1910 e passam a 130 em 1913; realizam-se conferências para discutir os temas da ordem-dos-trabalho

do congresso internacional que iria realizar-se no Verão de 1914 em Inglaterra, nomeando os respectivos delegados, mas donde acabam por nascer 4 federações anarquistas regionais em Portugal (norte, centro, sul e Algarve). Operam-se também aproximações entre radicais anarquistas e republicanos “machadistas”.

Porém, breve surge a enorme desilusão, com o afundamento do internacionalismo proletário nesse mês de Agosto, em que os deputados sociais-democratas alemães votam os créditos necessários à guerra e em França (preventivamente detidos os militantes constantes de um famoso *carnet B*) os conscritos embarcam alegremente para a frente, “*la fleur au fusil*” bradando “*À Berlin! À Berlin!*”.

Segue-se um tempo de espera, em guerra lá fora (e connosco em África) no período 1914—16, onde só os radicais se mexem: Bartolomeu Constantino, Bernardino dos Santos e Júlia Cruz, a União Anarquista-Comunista, os jornais *O Agitador* ou *Comuna Livre*. Mas o grosso do movimento vai desenvolvendo, como pode, a sua difícil propaganda contra a eventual intervenção de Portugal na guerra: fazem-no os núcleos da Juventude Sindicalista e o jornal *O Despertar*, com Alexandre Quintanilha em grande destaque, e com os portugueses a marcar posição na conferência internacional contra a guerra europeia, que se realiza na Páscoa de 1915 na cidade de Ferrol, na Galiza espanhola.

Neste tempo de espera ocorre também a sangrenta revolução “democrática” do 14 de Maio de 1915 em Lisboa, da qual os anarquistas e o movimento operário estiveram completamente afastados.

E já ao longo de 1916 e com a participação de Portugal ao lado da Inglaterra e da França na guerra contra a Alemanha tem lugar a

ruptura política entre Malatesta e Kropótkine, acerca da atitude dos anarquistas perante o conflito, com uma correspondente clivagem entre Neno Vasco e *A Aurora* de um lado, e Emílio Costa e o *Germinal* do outro: os primeiros, mantendo a tradicional posição “derrotista revolucionária” e condenando qualquer apoio a qualquer das partes envolvidas; os segundos, tomando partido em favor do “direito de defesa da França”, ainda por cima um país de liberdade (relativa) face ao autoritarismo e militarismo germânicos.

7. O Rearranque Ofensivo do Movimento Anarco-Sindicalista a Partir de 1917.

Com o prolongamento da guerra e as dificuldades do abastecimento urbano, a inflação monetária e a mobilização militar dos jovens, o ano de 1917 vê um claro reacender dos conflitos políticos e sociais: é a partida de tropas para França que motiva revoltas, resistências e conspirações (por exemplo, em Tomar em Dezembro de 1916, e relatórios sucessivos do Serviço de Informações Militares para o ministro Norton avisando-o de conluios entre “machadistas”, “germanófilos” e sindicalistas); é a “revolução da batata” que põe Lisboa a saque em Maio de 1917; são as conferências da UON no Norte e no Sul, preparando o relançamento da actividade sindical. E, claro, com as surpreendentes notícias que chegam de uma Rússia em convulsão, onde o Czar é agora um prisioneiro dos revolucionários.

Nova espera ocorre em 1918 em Portugal, com a revolução “dezembrista” e o consulado de Sidónio Pais (de Dezembro a Dezembro); em Abril, com o desastre militar de La Lys; com a pneumónica e

a greve geral (falhada) de Novembro, mais o anúncio do fim da guerra; por último, com a trágica morte de Sidónio.

O sub-período de 1919—22 é a grande fase de ofensiva das organizações das classes trabalhadoras: o levantamento monárquico de Janeiro de 1919 inquieta o militantismo, que não deseja um qualquer regresso ao passado, mas a “nova república velha” deixa-o indiferente. Funda-se o diário *A Batalha* em Fevereiro, é criada a CGT em Setembro, no congresso de Coimbra. A Federação Maximalista Portuguesa é também criada em 1919 com o jornal *Bandeira Vermelha* e com os equívocos que levam a tais posições revolucionários-de-espírito como Manuel Ribeiro (ver Silva, 2010); e os “decretos ditatoriais” de Rates (*A Ditadura do Proletariado*) são publicados no ano seguinte pela editorial de *A Batalha*.

Tudo isto se passa “ao lado” das conflitualidades republicanas: Maio e Outubro de 1921 (que envolvem a GNR, alguma Marinha, e a pavorosa “noite sangrenta”); ou a criação do Partido Liberal (de Evolucionistas e Unionistas) que ganha eleições em Junho 1921 e as perde logo em Janeiro de 22.

Entretanto, lá fora, grandes movimentos grevistas, com ameaças insurreccionais, ocorrem em França e na Itália. Em Julho de 1920, em Moscovo, o II Congresso do Komintern define as “21 condições” de adesão a esta nova Internacional, com a correspondente ISV a orquestrar os rompimentos “unitários” em organizações sindicais de vários países.

Em Março de 1921, em Lisboa, é fundado o Partido Comunista/Secção Portuguesa da Internacional Comunista, com o seu jornal *O Comunista*. Manuel Joaquim de Sousa convida-os nas páginas

d'A *Batalha* “à boa paz”, a que se junta a “Nota oficiosa da CGT” de 16 de Julho de 1921. A resposta é a cisão que José de Sousa lidera nas Juventudes Sindicalistas – ao mesmo tempo que se conhece o esmagamento da oposição anarquista na Rússia ao governo ditatorial dos bolchevistas.

O congresso operário da Covilhã de Outubro 1922 é já o de um “contar de espingardas” no seio do movimento operário. Apesar de tudo, o referendo sobre a adesão internacional da CGT à nova AIT (“de Berlim”) confirma a força prevalecente do anarco-sindicalismo naquele congresso, com significativo reforço no seguinte, em 1925 em Santarém. O que se segue é uma “cisão doce” dos partidários da ISV e d'A *Internacional*, mais tarde por via de uma Comissão Inter-Sindical.

O período de 1922–23 é também um biénio de lutas operárias importantes mas que se saldaram por derrotas, com o fim do “pão político”, face a uma reacção autoritária que se organiza (Medeiros, 1978). Há um crescimento organizativo, porém já em fase de refluxo: múltiplos congressos e novas estruturas, da Liga Operária de Expropriação Económica às Câmaras Sindicais de Trabalho; congressos das Juventudes Sindicalistas (1921 e 26), dobrado pelas aventuras violentistas de bombistas e “legionários vermelhos” (Freitas, 2008); o jornal *A Comuna*, no Porto, tenta acompanhar a nova vaga de radicalismo, mas sempre em meio operário organizado; há a fundação da União Anarquista Portuguesa em 1923 e do jornal *O Anarquista*; congressos e novas federações anarquistas regionais (norte, Lisboa e Alentejo). Mas, perante o agudizar de certas lutas e o emprego de meios violentos, os governos de António Maria da Silva retomam a prática das deportações.

8. Os Impasses Ocorridos em 1923–26 e a Queda do Movimento

As divisões no campo proletário, adensam-se, radicalizam-se e pessoalizam-se; comunistas, Santos Arranha e Manuel Joaquim de Sousa, a própria redacção d'A *Batalha* são actores de pugnas internas que só podem enfraquecer o movimento, enquanto a crise económica vai alastrando e retirando combatividade e efectivos militantes. Mas a mais grave e estruturante cisão foi sem dúvida a aberta entre comunistas e anarco-sindicalistas.

As forças conservadoras parecem agora cada vez mais confiantes numa viragem forte para dar o golpe-de-misericórdia na desagregação da República liberal, parlamentar e partidarística: Confederação Patronal, Cruzada Nuno Álvares, União dos Interesses Económicos e o golpe militar de 18 de Abril de 1925 são passos sucessivos que anunciam a “revolução nacional”. O ambiente externo também claramente ajuda essa dinâmica: marcha sobre Roma dos fascistas em 1922; ditadura de Rivera em Espanha em 23. E, internamente, republicanos “radicais” e “reconstituíntes” (João Carvalho em Dezembro de 23 e Cabeçadas em Julho de 25) lideram revoltas contra os “democráticos”, embora mal-sucedidas; assim prosseguem as governações do PRP, sem maioria; e o ensaio “esquerdista” de José Domingos dos Santos do início de 1925 já chega tarde, ou é inconsequente. A “República radical” proposta por Campos Lima ou a ‘União dos Interesses Sociais’ de 1925 nunca chegaram a ter qualquer aplicação efectiva.

Deste modo, quando acontece o golpe de 28 de Maio de 1926 não há praticamente quem saia a barrar-lhe o caminho – nem por

parte das forças republicanas, nem do lado do movimento operário – aliás em tempo de greve geral na Grã-Bretanha.

O regime constitucional de 1911 perdera a sua legitimidade, mas muitos eram ainda – inclusivamente no seio dos quartéis – os que rejeitavam os modos ditatoriais militares (conservadores), ou as visões nacional-corporativistas que se começaram a desenhar desde então. O levantamento de Fevereiro de 1927 foi um claro exemplo disso, como vários outros que se lhe seguiram, tendo como resultado uma repressão policial sempre mais dura. Para os anarquistas e o movimento operário ainda por eles controlado, a greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 foi um “ponto de honra”, para “não entregar o ouro ao bandido”. A guerra de Espanha de 1936–39, a sua última esperança e a desilusão final.



A Quem Pertencem as Festas do Povo?

CULTURA POPULAR E TRABALHO VOLUNTÁRIO EM CAMPO MAIOR

1. Justificação de um objeto empírico fortuito

Optei por responder ao desafio de escrever sobre «Áreas Industriais e Comunidades Operárias» partindo de uma focalização que julgo pouco previsível, facto que justifica uma breve explicação. Importa deixar claro, desde já, que esta escolha não decorre de qualquer limitação do objeto empírico escolhido, já que Campo Maior – local onde há já mais de uma década realizei a minha investigação de doutoramento e que nestas páginas revisitarei – se oferece como um terreno válido para desenvolver o tema proposto seguindo uma linha mais convencional do que aquela por que optei. Contexto rural, dominado pelo latifúndio, Campo Maior em quase nada se distinguiria do padrão caracterizado com precisão por José Cutileiro (1971), não fosse a presença da fronteira. Esta linha sinuosa que separa Portugal de Espanha inscreve-se na vida das populações de alguns lugares de uma forma particularmente vincada, e é esse o caso desta vila no norte alentejano. De forma tão vincada, que falar de atividade laboral e de comunidades operárias em Campo Maior implica falar da fronteira – realidade que se inscreve na vida coletiva não apenas como memória mas também como raiz da atividade laboral que hoje domina a vila.

Passado e presente interligam-se pela fronteira e pelo trabalho que esta proporcionou no passado e de que subsiste uma herança

marcante. Em relação ao passado, a vila de Campo Maior surge marcada pela presença do contrabando, ou seja, por um *trabalho* remetido para a esfera da ilegalidade, nuns casos como atividade exclusiva, noutros como atividade complementar. No que diz respeito ao presente, há algo que destaca e singulariza Campo Maior: a transmutação da atividade *ilegal* do contrabando de café numa moderna indústria de torrefação, perfeitamente integrada na esfera da economia *legal*. Uma forma de sobrevivência e transmutação do passado que permite que esta vila se destaque não só no contexto geográfico em que se insere como também face a outros lugares de fronteira. Basta notar que, entre 1950 e 2001, Campo Maior perdeu apenas 10% da sua população, bem menos que o distrito de Portalegre de que faz parte e claramente em contraciclo com a tendência geral do interior do país (cf. Cunha, 2006^a: 22). O desaparecimento dos rendimentos que o contrabando gerava foi compensado pelos empregos que a indústria de torrefação tem proporcionado, facto que fixou a população e criou uma *comunidade operária* que podia muito bem constituir o ponto focal deste trabalho. Noutro lugar (Cunha, 2006) procurei mostrar a porosidade entre *economia subterrânea* e *economia formal* a partir da atividade do contrabando em Campo Maior. Apontei, então, a ambiguidade dessa distinção, trabalhando-a a partir do binómio *legal/ilegal*, não deixando de dar a devida atenção à diluição da atividade contrabandista e sua transformação em atividade comercial legal. Argumentei que esse binómio era insuficiente para esclarecer a relação laboral e a natureza dos laços profissionais, pois se em relação aos contrabandistas das décadas de 1920 a 1940 parece pouco apropriado falar de proletarização, a situação alterou-se quando essa

atividade passou a estar sob o controlo quase exclusivo dos comerciantes de café¹. A porosidade das categorias torna-se evidente sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, quando a atividade dos contrabandistas assumiu uma feição muito próxima do trabalho assalariado. De facto, embora se tratasse de uma atividade complementar a um trabalho regular, os laços estabelecidos entre aqueles que transportavam o café e os proprietários desse produto caracterizavam-se pela dependência e subalternidade. Em termos de relação laboral, e descontando a evidente diferença entre a participação na economia subterrânea e a inserção na economia formal, esse grupo, relativamente extenso e indistinto, está mais próximo dos atuais assalariados industriais da vila que dos antigos contrabandistas, uma vez que estes se caracterizavam pela independência e autonomia, ou seja, pela possibilidade de gerir e administrar os seus próprios interesses.

Neste trabalho, proponho-me deslocar o debate da relação entre *formal* e *informal* do centro para a periferia do meu argumento. Assim, não o construirei a partir do binómio legal/ilegal nem das consequências da transformação dos laços laborais, decorrentes da afirmação de uma forte atividade industrial num contexto tradicionalmente agrário. A minha proposta é outra, e decorre de uma influência inspiradora e de uma lacuna que entendo dever suprir. A primeira advém do trabalho de Florence Weber (2009), nomeadamente da importância que atribui ao “trabalho paralelo” na sua investigação. O segundo aspeto

1 Para uma análise desta diferença e também das condicionantes históricas que a justificam, cf. Cunha, 2009.

prende-se com a ausência, na versão publicada da minha tese de doutoramento (Cunha 2006^a), do capítulo em que abordei um acontecimento importante na vida de Campo Maior: as chamadas Festas do Povo. Razões editoriais impuseram a redução do texto, tendo a escolha recaído sobre esse capítulo, que considerei dispensável na economia geral do trabalho. Entendi sempre que essa parcela continha várias possibilidades de desenvolvimento, sendo uma delas a que remete para a importância do trabalho voluntário, elemento indispensável para a realização daquela festa. Cruzando estes dois fatores, focalizar-me-ei no *trabalho fora do trabalho*, ainda que o faça de uma forma bem mais parcelar que aquela que encontramos em Florence Weber. Por outro lado, a forte expressividade estética associada a estas festas – que têm nas flores de papel, algumas extremamente elaboradas, o seu elemento identificador – permite-nos pensar a relação entre *cultura e classe*. Argumentarei, então, que as Festas do Povo podem ser lidas, num primeiro plano, como expressão de *cultura popular* e, num segundo plano, como *interceptor* de diferenças dentro da comunidade. Neste sentido, serão o confronto entre rural e urbano; a relação entre arte popular e sua legitimação numa estética burguesa e ainda o papel do trabalho voluntário e idealmente gratuito, que revelarão a festa e o que ela significa para a comunidade.

2. Festa dos Artistas, ou a Prevalência do Urbano em Contexto Rural.

A festa que me proponho abordar possui uma vincada dimensão comunitária, evidente no plano do discurso mas também das práticas, fator que lhe dá relevo como potenciador de alianças ou segmentações.

Evidentemente que não existe festa sem uma narrativa que a legitime e lhe dê suporte, mas neste caso concreto estamos perante uma narrativa particularmente densa, que opera a vários níveis, desde a identidade coletiva às micro identidades que se expressam em cada rua, passando por distinções de classe e de ordem profissional. Antes ainda de tentar dar conta destes aspetos, importa caracterizar brevemente o evento. Não tendo qualquer periodicidade definida, ocorrendo “quando o povo quer”, estas festas consistem, basicamente, na decoração das ruas da vila com milhões de flores de papel, de todas as formas, cores e níveis de complexidade. Adquiriram evidente notoriedade enquanto cartaz turístico há alguns anos atrás, mas as atuais festas parecem ser herdeiras de umas outras, bem diferentes, basicamente de projeção local, e que remontam, comprovadamente, a 1893 (Galego, 2004: 27). Entre essas festas, que se realizavam em honra de São João Baptista, e as atuais Festas do Povo, proclama-se uma relação que eu diria ser mais desejada que real, mas com base na qual se legitima o presente, apresentando-o como uma herança do passado consagrado na tradição. Nem o uso das flores de papel, nem o modelo organizativo, nem sequer o nome atribuído ao evento valida uma continuidade real, tendo qualquer suposta *verdade histórica* menos importância que um conjunto de *representações* agregadas à festa, capazes de desempenhar um papel estratégico na afirmação da identidade do grupo (cf. *e.g.* Candau, 1998: 87 sgg).

Uma abordagem diacrónica afigura-se como a forma mais adequada para pensar alguns fragmentos narrativos da festa, nomeadamente aqueles que remetem para a sua origem e para a atividade

de quem a terá *inventado*. Em depoimento publicado num jornal local, encontramos uma das narrativas dominantes sobre o tema:

Era com uns mastros no terreiro, forrados com verdura e uns papelinhos cortados como eles [contrabandistas] entendiam. Estas festas realizavam-se quando o negócio lhes corria bem. Depois passaram a ser as «Festas dos Artistas», não eram artistas profissionais, eram os alfaiates, sapateiros e outros. Mais tarde passaram então a «Festas do Povo» porque todo o povo trabalhava para elas. Começaram a ter incremento quando os presidentes da Câmara se começaram a entusiasmar (Jornal Campomaior, 19/4/91).

Permito-me sublinhar dois aspetos nesta descrição. Em primeiro lugar a atribuição da origem das festas aos contrabandistas: teria sido em cumprimento de uma promessa a São João, relativa à passagem de contrabando, que a primeira festa se teria realizado. É uma ideia defendida com convicção por muitas pessoas, sendo fácil encontrar mais que um campomaiorense que reivindica parentesco com esse mítico contrabandista. Não se trata de uma visão consensual, sendo mesmo rejeitada por alguns campomaiorenses ilustres que a consideram pouco abonatória². O segundo aspeto que importa

² É o caso de Rui Nabeiro, o empresário fundador da Delta e um dos presidentes do município que mais contribuiu para o ressurgimento das festas após o 25 de abril. Diz ele: "Quem conta a história são os historiadores, fora isso cada um atribui-lhe a origem conforme a sua imaginação e interesse, não sendo a origem que refere nada lisonjeira e imbuída duma forte carga pejorativa. A afirmação é pois sua e a minha opinião e bem diferente, porquanto simbolizam a arte dos campomaiorenses e a cultura do Alto Alentejo". (in. *Turilinhas*, 7/12/92). Num plano diferente, também Galego, na sua História das festas, rejeita essa origem.

relevar é o da associação da festa aos *artistas*, o que significa dizer aos homens dos ofícios, por contraposição à população rural³. Como nunca tiveram uma periodicidade definida, estas festas escapam à articulação entre festa e calendário, tão frequente nas comunidades rurais. Se as flores e a dança, tão presentes nesta festa, são características daquilo a que Caro Baroja (1984) chamou o “estio festivo”, o simples facto de não ocorrerem todos os anos confere-lhe um estatuto diferente de outras festas de verão⁴. É também este estatuto particular e não isento de ambiguidade que contribui para legitimar a vinculação da festa a um grupo profissional particular, os artesãos. Como veremos, o modo de organização da festa, assente em redes de vizinhança e obrigando a um notável trabalho de cooperação, exige não apenas voluntarismo mas também capacidade técnica e disponibilidade de tempo, fatores que contribuem para vincar o seu cariz urbano.

Antes ainda de aprofundar a questão do trabalho envolvido na festa, importa deixar claro o pendor comunitário a que já aludi. A narrativa que lemos remete a origem da festa para uma iniciativa particular para defender a sua gradual apropriação, primeiro pelos *homens dos ofícios* e depois por toda a comunidade. Independentemente da verdade ou falsidade que possa haver nesta história, ela é

3 A designação *Festa dos Artistas*, tal como a designação *Festa das Flores*, são empregues popularmente, mas nunca constituíram designação oficial das festas (cf. Galego).

4 A marcação simbólica do ciclo agrário em Campo Maior teve uma importante referência nas Festas de S. Mateus, celebradas na cidade vizinha de Elvas.

relevante no modo como a festa continua a ser sentida e pensada⁵. De resto, não é muito diferente, nas suas consequências, a hipótese que remete a origem das festas para a evocação de S. João Baptista, padroeiro da vila e também, segundo Lourenço Cayolla (1921: 52), dos contrabandistas locais. Também essa hipótese nos coloca perante um evidente alargamento do âmbito da festa, que ao perder a sua conotação religiosa assumiria maior abrangência. De uma ou outra forma, o maior envolvimento da comunidade traduziu-se no crescimento do espaço ocupado pela festa e, concomitantemente, na exigência de participação de cada vez mais população. Das ruas iniciais, reais ou ficcionadas, passou-se para a ambição – sempre manifestada por quem se responsabiliza pela organização – de conseguir envolver todas as ruas da vila⁶. Esta expansão e crescimento da festa fez-se num movimento duplo e contraditório, por um lado de descentramento – na medida em que cada rua se constitui num polo autónomo – e por outro de efetiva centralização organizativa – exigida pela crescente complexificação do evento. Decorrem daqui várias implicações no que diz respeito ao trabalho voluntário e gratuito e também no que concerne à estética da festa, mas antes de as considerarmos olhemos o modo como a festa foi evoluindo.

5 Numa das últimas edições das festas uma das ruas ostentava algumas quadras, de entre as quais destaco estas: “Belas Festas do Povo / Belas festas dos artistas / Começas há mais de cem anos / Pelos Nossos contrabandistas // As Festas de Campo Maior / Nasceram de uma promessa / Se passasse o contrabando / Ia haver grande festa”.

6 Trata-se, em todo o caso, de uma *totalidade* algo ilusória, já que diz respeito apenas à parte antiga da localidade.

O olhar diacrónico que venho ensaiando, permite-nos perceber dois aspetos importantes para o argumento que procuro desenvolver. Em primeiro lugar, a transfiguração da festa de evento local em cartaz turístico e, depois, o aumento de exigência de trabalho, quer em quantidade quer em qualidade. Como já disse, a continuidade entre a versão atual da festa e as celebrações do passado remete mais para a eficácia do discurso que para a verdade histórica. Ainda assim, é possível apontar alguns momentos de mutação, transformações fundamentais para a festa alcançasse a configuração atual. Façamos, em primeiro lugar, do salto qualitativo que parece ter ocorrido em meados dos anos 60. Nessa altura, em dois anos consecutivos (1964 e 1965), as festas conseguiram obter eco no exterior e uma expressividade no plano interno que, até então, desconheciam. A explicação desta mudança é feita mais pela evocação de ações de agentes individuais do que por transformações mais amplas, como poderiam ser o desenvolvimento do turismo, ou o gradual aumento do tempo disponível, fruto da modificação dos horários de trabalho, por exemplo. Conta-se que nas festas de 1964 uma “senhora muito rica” abriu as portas de sua casa e expôs, numa espécie de pátio interior alguns dos objetos das “casas ricas”, sendo atribuído a esse gesto um papel decisivo para o crescimento das festas. Deixando de lado o que esta narrativa nos diz acerca do funcionamento da memória social (Cunha, 2006^a: 66 sgg.), vale a pena considerá-la no plano da legitimação de uma prática cultural pela cultura dominante. Em busca de uma definição de *classes populares*, Richard Hoggart (1957: 44) defendeu que algumas atitudes classificáveis como populares podiam ser atribuídas, também, às camadas inferiores da pequena burguesia. Sinalizou,

portanto, uma porosidade que parece aplicável às Festas das Flores. O seu pendor fundamentalmente estético terá constituído o elo articulador, permitindo uma convergência de gosto e fomentando o aprimoramento técnico das decorações de papel. A importância, atribuída ainda hoje, a esse suposto sinal de adesão às festas de camadas sociais até então afastadas do evento, mostra, justamente, esse papel de intercetor e agenciador de uma visão integrada da comunidade.

Naturalmente que podemos apontar razões de natureza mais estrutural, que vão desde a modificação do modelo organizativo, ao esforço de promoção em Espanha e ao aproveitamento do *boom* turístico interno, mas o que importa reter é que nessa ocasião as festas ganharam nova dimensão e maior envolvimento. Todavia, apesar do sucesso alcançando, as Festas do Povo apenas se repetiram em 1972, para logo se interromperem durante dez longos anos. Terá pesado, nesta ausência, a guerra colonial e o luto de algumas famílias de militares e, já após o 25 de abril de 1974, as tensões decorrentes do PREC. O ressurgimento das festas no começo dos anos 80 marca uma segunda mutação importante, dando início ao ciclo que perdura até hoje. Impôs-se um modelo organizativo mais centralizado, em parte suportado pelo contacto direto e estreita colaboração com o poder político. O empresário Rui Nabeiro, na altura Presidente do Município, terá tido um papel decisivo na concretização das festas do ano de 1982, as primeiras após as transformações políticas de 1974. A partir de meados da década de 80, as verbas envolvidas na organização cresceram muito significativamente, e as festas assumiram, de forma ainda mais clara, a sua vocação de cartaz turístico. Do ponto de vista da população, esta mudança é olhada com alguma duplicidade. Se

por um lado existe satisfação e orgulho com a projeção alcançada e reconhecida fora da vila, por outro manifesta-se algum desconforto, seja porque as festas, enquanto espaço de sociabilidade, deixaram de ter a importância que tiveram no passado, seja pela percepção de que a uma maior centralização corresponde um maior distanciamento. Tendo presente estes elementos de contextualização, estamos agora em condições de olhar as Festas do Povo a partir da vertente *trabalho*.

3. Voluntarismo e Vocação: o Trabalho Fora do Trabalho

Para lá do valor estético atribuído às flores e da importância conferida à tradição, há um outro tema sempre evocado quando se fala da Festas do Povo – o trabalho:

De entre todas as festas que se realizam por esse País fora, poucas haverá cujo título goze de tanta propriedade como o das Festas de Campo Maior. Festas do Povo! E na realidade, o são! Festas do Povo, festas do trabalho! Do trabalho que redime, do trabalho de, praticamente, toda a população que alegre e afanosamente, vem trabalhando há meses para que a «sua rua» fique bonita, se possível a mais bonita! E trabalha de graça, sem qualquer remuneração ou satisfação que não seja de ordem espiritual – afinal a mais grata de todas. Executadas as tarefas diárias, noites e noites se seguem cumprindo religiosamente, as cláusulas de inexistente contrato colectivo de trabalho! (Botelho, 1996: 147).

Este texto, escrito propositadamente para o Programa de 1957 por um autor local, dá bem conta da importância simbólica mas também da exigência efetiva de trabalho, contabilizável no número de horas de dedicação às festas. Descontando o tom encomiástico,

bem adequado à época em que o texto foi escrito, a ideia de esforço e empenhamento, bem como a necessidade de roubar tempo a outras atividades, adequam este testemunho àquela que é ainda a realidade das festas. Talvez este seja, afinal, o traço mais assinalável destas festas. Não estamos perante o trabalho de um grupo restrito, por exemplo uma comissão de mordomos, mas perante um envolvimento que, idealmente, abarca hoje toda a comunidade. Deixemos em suspenso este *hoje*, procurando recuperar esse tempo em que as festas eram dos *artistas*. Francisco Galego, ao negar que a origem das festas esteja nos contrabandistas, diz-nos quem eram esses artistas, sublinhando a diferença em relação aos outros, àqueles que se dedicavam às tarefas agrícolas:

Os artistas eram os que se dedicavam ao comércio e às artes manuais e mecânicas como os pedreiros, os carpinteiros, os sapateiros, os alfaiates, os ferreiros e outra gente dos ofícios como os comerciantes. (...) Os artistas eram mais urbanos nos hábitos, no vestuário, na mentalidade e nos comportamentos. A maior parte deles tinha recebido instrução nas escolas que tinham começado a instituir-se nos aglomerados urbanos (Galego, 2004: 35).

A diferenciação entre *gente do campo* e *artistas* é aqui fundamental, não só por distinguir grupos socioprofissionais, como também por definir o conteúdo urbano destas festas. Elas são urbanas na inserção espacial, mas são-no, sobretudo, pela componente estética que as destaca e se foi tornando cada vez mais saliente: as flores de papel. Argumento, portanto, que a focalização da festa na mera fruição estética, sem nenhuma componente utilitária relevante (como poderia ser a marcação do ciclo agrícola, uma procissão ou uma

feira), a valoriza simbolicamente, aproximando-a de um certo ideal de modernidade, tanto no que diz respeito à emancipação do campo artístico (García Canclini, 1997: 31), quanto à rutura com a mundo-visão associada à ruralidade. Este princípio de valorização estética parece afastar este grupo daquilo a que Hoggart (1957: 149) chamou “gosto pelo concreto” e que atribui às classes populares. Importa sublinhar, no entanto, que neste caso não estamos perante uma pura estética de contemplação. Esta envolve quem visita as festas e as olha de fora, já que quem nelas participa vincula-se a uma estética de produção. O valor atribuído a um ornamento de papel decorre, por isso, de um conhecimento prático, da avaliação do esforço e da técnica implicados. Isto não obsta à hipótese, acima enunciada, de aproximação do popular a camadas inferiores da burguesia. O carácter urbano destas festas, garantido pela sua inserção espacial, pelo modelo organizativo e também pela narrativa da sua origem, reforça a sua porosidade, permitindo-lhe manejar tanto a linguagem da tradição quanto a da modernidade. Em reforço desta interpretação, tenha-se presente que os próprios enfeites de papel, na medida em que são cada vez mais sofisticados, legitimam uma autoria, quer dizer, uma singularização do *artesanato*, que dessa forma se aproxima do *artista*.

Os contornos imprecisos deste objeto, o modo como produz uma identidade coesa para o exterior e fragmentada quando olhada de dentro, tornam-se mais nítidos quando pensados a partir do trabalho voluntário oferecido à festa. Proponho que consideremos as ocupações específicas proporcionadas pelas festas como trabalho voluntário, não remunerado, simbolicamente valorizado por aquilo que produz e adequadamente enquadrado no quotidiano da vila, pelo

menos em anos de festa. Muito embora alguns destes atributos sejam contestáveis e outros estejam em processo de transformação, este ponto de partida permite definir dois níveis de análise. Por um lado as distinções dentro do trabalho gerado pela festa e, por outro, as várias ambiguidades que enleiam a relação entre os discursos e as práticas. Um dos aspetos que Florence Weber sublinha a propósito do trabalho fora do trabalho é o prazer que ele pode proporcionar, defendendo que esse prazer é exponenciado pelo contraponto que permite em relação ao trabalho dependente: na *bricolage* o operário é totalmente senhor do seu trabalho (Weber, 2009: 116)⁷. É condição de concretização da festa – pelo menos na versão mais sofisticada e trabalhosa que se foi afirmando – a disponibilização de trabalho fora do trabalho, ou seja, adesão voluntária a uma atividade que não está sujeita às condições normais do trabalho, concretamente remunerativas. Esta condição implica, evidentemente, gerir o tempo disponível de uma forma específica, retirando tempo a algumas ocupações para o consumir em serões de trabalho voluntário. É neste aspeto que se define a expressão verdadeiramente *comunitária* destas festas.

Como já disse, as Festas do Povo de Campo Maior desenvolveram-se numa dinâmica de centralização organizativa que de alguma forma contraria o modelo estrutural que lhes subjaz. Pode dizer-se que o plural que lhe é atribuído – *festas* e não *festa* – é bastante adequado, já que cada rua constitui um núcleo idealmente autónomo. São

7 O conceito de *bricole* é complexo e só parcialmente sobreponível ao trabalho gerado por estas festas (cf. Weber, 2009: 96).

os vizinhos de cada uma das ruas que decidem aderir à festa; são eles que discutem e determinam o tema e o modo de decorar aquele espaço e são eles que organizam as tarefas. Até ao início dos anos 80, esta responsabilidade estendia-se ao financiamento integral das decorações, conseguido através de uma coleta semanal ou mensal feita casa a casa. A vontade de expansão, de tornar a festa cada vez mais imponente e apelativa do ponto de vista turístico, bem como o acréscimo de receitas, permitiu a concessão de apoios por parte da entidade organizadora⁸. Em 1982 foram atribuídos dez escudos por metro quadrado de rua ornamentada, montante que quintuplicou em 1985. Em 1989, a comissão forneceu já todo o papel usado na decoração dos tetos e, nas edições seguintes, foi fornecido todo o material necessário à decoração. A etapa derradeira deste processo começou a viver-se nas festas de 1998, quando a Associação de Festas se disponibilizou a remunerar mão-de-obra para garantir a decoração de algumas ruas do núcleo antigo da vila, que por escassez de habitantes tinham dificuldade em participar. Esta forma diferente de financiar a festa está ligada a modificações estruturais, que aqui nos interessam pelas implicações que tiveram ao nível da organização do trabalho e da autonomia das ruas. Em relação ao trabalho, a questão central julgo ser a emergência da profissionalização, que vem alterar a regra do trabalho voluntário, além de potenciar tensões novas dentro da comunidade. No que diz

8 Habitualmente, a festa organizava-se a partir de comissões *ad hoc*, em alguns casos ligados a entidades públicas, como a Casa do Povo ou a Misericórdia. A atual Associação de Festas surgiu em 1994, sendo constituída por sócios individuais que elegem a respetiva direção em Assembleia Geral.

respeito à autonomia das ruas, estamos perante um ajustamento de eixos fundamentais da festa, nomeadamente o que articula a festa como *acontecimento local* e como *produto turístico* e o que liga *centro* e *periferia*, isto é, a Associação de Festas a cada uma das ruas. Ao referir estas modificações, tanto no uso do trabalho quanto na lógica do equilíbrio interno da festa, estou a convocar dois níveis essenciais de análise, a *economia da festa* e a *política da festa*.

4. Artistas e Operários: a Divisão do Trabalho nas Festas

Se as Festas do Povo implicam trabalho, como se organiza e diferencia esse trabalho? Começemos pelo óbvio: conseguir a transfiguração súbita e completa de uma vila; substituir a luz intensa e crua do verão pela luz suave coada por tetos de múltiplas cores, compostos por milhões de flores de papel, implica um elevado custo em horas, dias e meses de trabalho. Na medida em que cada rua se constitui numa unidade autónoma, é difícil definir um padrão uniforme de organização do trabalho. Podemos, ainda assim, definir um *tipo ideal* mais ou menos correspondente à narrativa dominante na vila. Após a declaração de adesão de uma rua às festas em preparação, os vizinhos escolhem o/a “cabeça de rua”, pessoa que ficará responsável pela coordenação dos trabalhos e também pela articulação com a Associação de Festas. Os serões dos próximos meses serão consumidos na preparação das decorações, dividindo-se as tarefas de acordo com a disponibilidade e capacidade de cada um. Faz parte desta narrativa ideal a afirmação de que todos trabalham e que o fazem em conjunto e em convívio, num local amplo disponibilizado para o efeito por um dos vizinhos. Na realidade, dificilmente encontramos este

modelo em funcionamento, desde logo porque o essencial do trabalho passou a ser feito em família e com o acompanhamento televisivo, facto que implica uma significativa mudança no plano das sociabilidades. Se, noutros tempos, os serões passados em conjunto constituíam uma oportunidade para a aproximação dos jovens, hoje existem outros espaços de sociabilidade, o que leva ao lamento pela ausência de jovens solteiros nas sessões de trabalho. O aproveitamento de um serão de trabalho agrícola para encetar namoro, expressar afeto ou interesse, foi notado por vários historiadores (*e.g.* Shorter, 1975: 136–7). A diferença reside aqui na natureza e enquadramento do trabalho – urbano e desligado da produção agrícola. A porosidade entre a maioria proletarizada (assalariados rurais, operários da torrefação ou mesmo contrabandistas contratados à tarefa) e as franjas da pequena burguesia urbana (comerciantes e artesãos) faz-se pela aceitação e valorização de uma visão do mundo que inclui uma estética e um conjunto de práticas de sociabilidade, entre as quais se conta o namoro em casa e sob vigilância da família.

O ideal do envolvimento da totalidade dos vizinhos talvez nunca se tenha verificado, e no que diz respeito à atualidade encontramos níveis de participação bastante diferenciados. Desde pessoas que, noite após noite, ocupam o serão e parte do dia a fazer “trapaças” ou “torcidos”⁹, até outras que colaboram tão pontualmente, que não se pode falar num verdadeiro envolvimento. Trata-se de um trabalho

9 Designações locais para enfeites que constituirão a base das flores de papel – para uma apresentação mais detalhada e técnica desta questão, cf. Cascabulho, 1997:24 sgg.

que recruta homens e mulheres, muito embora estas ocupem uma posição claramente dominante na fase de preparação das flores. Os homens, se bem que nalguns casos participem na feitura quotidiana destes ornamentos, reservam a sua colaboração sobretudo para a noite da enramação e, no caso de indivíduos particularmente dotados, também para a elaboração dos componentes decorativos mais complexos¹⁰. O grupo dos que mais trabalham, não sendo extenso, é determinante para o sucesso do evento. O empenhamento de algumas destas pessoas é justificado pela tradição familiar de envolvimento na festa, sendo fácil ouvir a evocação de um *gosto* que vem de pais e avós já falecidos. Existe também um discurso do sacrifício sem compensação, habitualmente usado para explicar por que razão a festa não se faz mais vezes. Numa das últimas edições, em programa de rádio emitido a partir do Jardim Municipal, um antigo trabalhador rural expressava isso mesmo dizendo: “Só há uma coisa que não gosto [nas festas]. É que há seis meses que sou viúvo: quando a mulher se vai deitar, levanto-me eu...”. Entre dois extremos – o empenhamento incondicional e a não participação – pode definir-se toda uma paleta de tons intermédios, justificados por inúmeras razões, que vão desde o desinteresse à impossibilidade real, passando pela inimizade que impede a colaboração. O processo de preparação das festas implica

10 A distinção entre trabalho feminino, feito dentro de casa (flores de papel), e masculino, feito no exterior (enramação), tem, evidentemente, algo de *clássico*, mas gostaria de a remeter aqui para as observações de Weber (2009: 72 sgg.), acerca da importância do trabalho no exterior da fábrica por parte dos operários masculinos por si estudados.

dinamismo e militância, mas é a história pessoal e a situação particular de cada vizinho que determina o grau de participação.

Em 1998 o trabalho remunerado era ainda uma novidade, tendo um caráter pontual e pouco expressivo, embora traduzisse um sinal importante, sobretudo se agregado a outros indicadores. Vale a pena considerar a questão no cruzamento entre *política* e *economia* da festa, observando a tendência para a centralização a par da complexificação da relação entre festa e trabalho. Estes processos prendem-se com a afirmação da festa como cartaz turístico, suscetível de chamar à vila largos milhares de visitantes. Se essa ambição de reconhecimento exterior legitima a centralização, o modelo organizativo que daqui decorre suscita frequentes reservas. A oferta dos materiais necessários à decoração das ruas agrada aos participantes, mas os elevados montantes angariados pela organização suscitam reservas. “Se eles lá estão metidos é porque algum interesse têm”, ouve-se dizer, numa sinalização de desconfiança, talvez também de inveja, traduzindo, entre quem faz e quem organiza, um distanciamento que não se verificava no modelo tradicional da festa.

O trabalho da Associação de Festas pode ser entendido como esforço de racionalização mas também como exercício de controlo disciplinador. A vontade de acordar uma periodização para as festas é uma boa ilustração do que está em causa. Percebe-se que a definição de uma regularidade permitia *vender* melhor o produto, mas então por que resistem as pessoas a essa ideia? Explicava-me um membro da Associação: se ficasse decidido que a festa seria de quatro em quatro anos, por exemplo, logo viria quem dissesse “Ai é de quatro em quatro anos?! Então não faço...”. Esta presumível atitude foi-me explicada

pelo “feito dos campomaiorenses”, mas julgo que também podemos ver nela a expressão da resistência possível ao centralismo crescente e também uma forma de preservar a ideia de que “é o povo que decide quando há festas”¹¹. Não esquecendo esse aspeto determinante e muito prático, que é o de a realização das festas pesar na população pelo trabalho e despesa (direta e indireta) que implica, importa ler o desacerto entre Associação e população como a expressão visível de tensões e mudanças estruturais. *Tradição, autenticidade, modernização, desenvolvimento*, são algumas das categorias esgrimidas de forma assumida ou implícita nesse processo. A tensão latente entre um grupo desestruturado mas essencial à festa – a população anónima que disponibiliza a mão-de-obra que a assegura – e as instituições que gerem os recursos e proventos, é apenas um dos planos. Se mudarmos de escala, perceberemos que uma conflitualidade de diferente natureza se manifesta a outros níveis, constituindo-se mesmo como elemento estrutural da festa. Basta que desviemos o olhar do todo para cada uma das ruas para percebermos tanto a rivalidade entre ruas vizinhas (expressa no secretismo acerca dos motivos decorativos e das cores dominantes, bem como na impossibilidade de premiar e distinguir ruas) como a frequente tensão no interior de cada rua, e na qual pesam conflitos gerados dentro da própria festa e outros que a transcendem.

11 Entre a enunciação deste princípio e a realidade vai quase sempre uma grande distância. Existem várias formas de pressão, ora subtis ora declaradas, que habitualmente funcionam, levando a concretizar festas segundo lógicas que ultrapassam a população – por exemplo fazendo coincidir a realização das festas com o calendário eleitoral autárquico.

Se procurarmos um único conteúdo que corte transversalmente os diferentes níveis de tensão, esse conteúdo só pode ser o *trabalho*. Não só porque é ele que permite a concretização da festa, mas também pelo valor simbólico que lhe é atribuído. Na visão local, trata-se da expressão de uma capacidade dos campomaioreses, uma forma de *arte* que passou de pais para filhos, um *património* a preservar. Ao dispor de mão-de-obra que pode distribuir segundo o seu critério, a Associação contribuiu para uma reinterpretação do valor do trabalho voluntário, pois tornou evidente a possibilidade de profissionalização. Este não é um sinal suficiente em si mesmo, mas torna-se mais claro se lhe juntarmos outros indicadores. Por exemplo, o surgimento de pontos de venda de flores aos turistas, que nas festas de 1998 tiveram já alguma expressão. Até aí, as únicas flores de papel eram as que compunham as decorações das ruas; flores que desapareciam por vezes, levadas pelos visitantes. O surgimento de pontos de venda pode ser interpretado como um sintoma do crescimento da dimensão comercial da festa e como oportunidade de negócio, ao mesmo tempo que suscita uma discussão acerca da autenticidade e da imitação. Também aqui a Associação tentou intervir, procurando regular o comércio através da certificação de flores que seriam postas à venda em cada rua. A ideia era permitir que a população tirasse algum proveito financeiro, mas a tentativa fracassou: com todo o material disponibilizado pela Associação, as ruas deixaram de ter necessidade de obter receitas próprias, pelo que pouco interesse manifestaram pela iniciativa. Por outro lado, a questão da autenticidade colocou-se face à acusação de que as flores postas à venda não eram artesanais e tinham origem em Espanha.

No mesmo sentido da discussão da autenticidade e também de uma hipotética profissionalização de alguns artesãos, importa referir a emergência, em localidades próximas de Campo Maior, de festas com contornos semelhantes. Em artigo de opinião, Tiago Veríssimo, na altura membro da Associação de Festas, escreveu o seguinte:

É com muita tristeza e até com alguma revolta interior que vejo neste Verão de 1997, aparecer mais algumas imitações das nossas Festas (Redondo, Cartaxo, Canha e outras) e com mais tristeza fiquei quando foi afirmado que algumas delas existe a colaboração de Campomaiorenses. Os Campomaiorenses que colaboram na realização de outras festas, independentemente de o fazerem por fins económicos, tornam-se a meu ver como mercenários da nossa cultura (Notícias de Campo Maior, 6/8/97).

É certo que nem sempre é este o tom com que se fala dessas outras festas, mas a reivindicação de autenticidade e a acusação de imitação estão quase sempre presentes¹². Uma ideia forte é a de que um bem comum, como as Festas do Povo, não deve ser apropriado por interesses privados. Os artesãos que vendem a sua arte num contexto externo às festas são por isso suscetíveis de censura, do mesmo modo que o podem ser os que tiram proveito das festas sem contribuir para elas de forma efetiva. Estão neste grupo aqueles que beneficiam dos

¹² Ao que pudemos apurar trata-se de festas já antigas, mas onde a componente flores de papel cresceu nos últimos anos de forma muito considerável. É provável que o sucesso das Festas do Povo não seja indiferente a este crescimento, mas quer quanto à conceção, quer quanto à história, as diferenças entre as festas de Campo Maior e as das outras localidades é clara.

pequenos negócios que se realizam à sombra das festas e que vão desde o aluguer de quartos à abertura de pequenos espaços comerciais. Mesmo os estabelecimentos convencionais não escapam à censura, dizendo-se que apesar de serem os únicos na vila a beneficiar materialmente das festas, se mostram quase sempre relutantes em colaborar nelas. As Festas do Povo surgem, portanto, como uma realidade em mutação, que procura equilibrar-se entre a pulsão da *modernidade* e a inevitabilidade de um discurso alicerçado na ideia de *tradição* e de *autenticidade*. A estes dois vetores junta-se um terceiro, o das *práticas quotidianas* associadas à festa, feitas de saberes técnicos mas também de memórias coletivas. Forma-se assim um feixe de signos atravessados por forças de permanência e de mudança, cujo confronto gera equilíbrios e desacertos, tensões e alianças. O cruzamento entre a aceitação da autoridade e a sua crítica, entre o valor de uma arte que se pensa popular e a ambição de um reconhecimento mais amplo, entre o trabalho voluntário e os proventos turísticos, define um campo de significações em que a comunidade se pensa entre o que foi e o que o tempo fez dela.



A Construção de uma Frente Estética:

O PROJETO DA SOCIEDADE TEATRO LIVRE (1902–1908)

*“Se toda a arte produz a simpatia humana,
é o teatro o ramo em que ela adquire maior intensidade.”¹*

Adolfo Lima, 1898

Partindo de alguns resultados obtidos no decorrer de uma investigação de mestrado sobre a Sociedade Teatro Livre, esta comunicação tem como objetivo propor uma releitura desta experiência teatral sob a perspectiva da história da cultura contemporânea². Fundada em 1902 e extinta em 1908 na sequência do seu fracasso comercial, a Sociedade teve uma existência breve e acidentada. Todavia, e como argumentado nas linhas que se seguem, esta efemeridade e insucesso não devem significar a redução do seu significado: mais do que um esforço falhado de imposição da estética naturalista nos palcos portugueses, como sugerido pelos especialistas do Teatro e da Literatura³, o Teatro Livre

1 Adolfo Lima, Caderno de Apontamentos, 1898, fl. 33, AHS, cx. 1.

2 A dissertação resultante desta investigação tem como título *Arte Redenção e Transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902–1908)*, e foi defendida em Dezembro de 2011 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

3 Cf. Pereira 1983, 1982; Ribeiro 2001, 1994; Rebello 2010, 2005, 1978; Cruz 1983; Martocq, 1983.

consistiu numa tentativa de criação de um teatro popular em Portugal e na expressão de uma nova atitude perante a arte e a cultura por parte de alguns sectores da intelectualidade portuguesa.

Fundada num clima de agravamento da questão social, de radicalização das ideias políticas e de consolidação do movimento operário sob o ascendente anarquista, a Sociedade Cooperativa Teatro Livre apresentou-se ao público com o intuito de “Redimir pela Arte, Vencer pela Educação”⁴. Projeto militante, de natureza cooperativa e composto por elementos de origens socioprofissionais diversas, o Teatro Livre resultou da iniciativa de um coletivo composto por uma maioria de intelectuais anarquistas e por alguns elementos socialistas e republicanos, todos oriundos da pequena e da média burguesia e de alguns sectores do operariado. Procurando servir a causa proletária mediante a criação e exibição de repertórios de matriz essencialmente naturalista, nos quais se denunciavam a iniquidade e a violência da ordem social capitalista, o Teatro Livre foi um braço estético de uma frente cultural maior e parte de uma estratégia de neutralização da influência burguesa no espírito dos leitores, dos alunos e dos espectadores.

Estruturado em torno de três grandes eixos, este texto procura: num primeiro momento, sublinhar a originalidade da iniciativa, contextualizando a experiência ao nível nacional e inserindo-a na rede de organismos culturais dinamizada pelos intelectuais afectos ao movimento operário; numa segunda parte, traçar a genealogia da ideia de teatro que presidiu à criação do Teatro Livre, remetendo

4 Parecer da Comissão Elaboradora dos Estatutos, AHS, esp. Pinto Quartim, caixa XIII.

para as influências internacionais; e, por fim, numa terceira e última parte, salientar alguns dos principais aspetos da existência do Teatro Livre, contemplando quer as récitas, quer as iniciativas que complementavam os espetáculos.

O Intelectual Militante e a Construção de uma Frente Cultural Proletária.

Não sendo uma novidade deste arranque de século, a relação entre intelectuais e classes trabalhadoras, uma ligação tão antiga quanto o próprio movimento operário⁵, redefine-se neste período. Já distante das posições reformistas de meados do século XIX⁶, a atitude dos intelectuais próximos do movimento operário – entre os quais se contam nomes como o de Adolfo Lima, de Luís da Mata, de Ernesto da Silva, de Heliodoro Salgado, de César Porto e de Emílio Costa, todos na génese do Teatro Livre – reveste-se de alguma novidade na viragem do século. Em aberta rutura com o Estado e com a ordem social capitalista, estes intelectuais, inspirados pela figura tutelar de Émile Zola, ecoam em Portugal as ideias revolucionárias

5 Löwy 1974, 9

6 Ao longo da segunda metade do século XIX a evolução da relação entre intelectuais da pequena e da média burguesia e proletariado indicia uma tendência para o estreitamento. Num artigo publicado na revista *Análise Social*, Maria de Lourdes Lima dos Santos analisa a atitude dos primeiros intelectuais comprometidos com a causa operária, atribuindo-lhes uma “vaga ideologia socialista amalgamada a elementos de liberalismo e de conservadorismo” (Santos 1978, 49). No início do século XX, e sob o ascendente libertário, o posicionamento destes intelectuais é já mais claro e pautado pela rutura com a ordem social vigente.

que marcaram o final do século XIX. “Proletário d’alma e coração”⁷, Zola é glorificado por alguns destes intelectuais em diversos artigos publicados na imprensa da época⁸ por ocasião do caso Dreyfus, esse “abençoado abalo na sociedade francesa”⁹. Reclamando-se portadores de valores universais, como a verdade e a justiça, e alinhando com as lutas do proletariado, embora se tratassem, na maioria dos casos, de elementos externos à própria classe trabalhadora, estes intelectuais tiveram um papel fundamental na elaboração de uma cultura alternativa. A educação do proletariado – entendida por estes militantes no seu sentido mais lato e que compreende não apenas a escola mas toda a esfera de produção cultural – adquiriu neste contexto uma dimensão particularmente combativa e abrangente. Entendia-se que eram múltiplas as batalhas a travar, e que era necessário usar dos mesmos meios que a burguesia: a imprensa, a sala de aula e o teatro, pedras angulares de um mesmo projeto cultural. Foi neste ambiente de luta cultural que estes homens animaram um conjunto de iniciativas e de organismos, complementares entre si e destinados ao fortalecimento de uma estratégia cultural proletária.

Compostos por elementos de famílias políticas diversas, estes organismos culturais caracterizam-se na primeira década do século

7 Ernesto da Silva, «Emílio Zola» in *A Obra*, 4 de Outubro de 1902, p.1.

8 Veja-se a título de exemplo os artigos de Manuel Laranjeira («Zola no Panteão», in *O Norte*, 7 de Junho de 1908) e de Ernesto da Silva («Emílio Zola» in *A Obra*, 4 de Outubro de 1902; «Os Livros» in *Revista Nova*, 15 de Setembro de 1901 e 31 de Janeiro de 1902).

9 As palavras são de Mayer Garçon, um entusiasta do Teatro Livre: «As questões sociais e a nova arte» in *Revista Nova*, 10 de Agosto de 1901, p. 184.

XX pela sua hibridez ideológica, congregando anarquistas, socialistas e republicanos, e apesar das diferenças de base que os cindiriam após a revolução de 1910. Mas, por esses anos, as relações eram ainda pacíficas, apesar de, para uns, a República significar um meio e, para outros, um fim. Relacionando o Teatro Livre com a Federação Socialista Livre, o historiador António Ventura, salienta a diversidade ideológica destas iniciativas sob a perspetiva das “convergências possíveis”. Porventura consistindo na expressão mais acabada desta colaboração tática, a Federação Socialista Livre (1901—1906), entidade que promovia uma intervenção social, política e cultural, na qual Ventura inclui também a Biblioteca de Estudos Sociais¹⁰, apresentava propósitos organizativos e educativos bem definidos. Começando por ser referida na imprensa como Aliança Revolucionária, a Federação propunha-se trabalhar “ativamente numa forte organização que virá a fortalecer a causa proletária e preparar os espíritos bons do proletariado para os grandes combates do pensamento”¹¹. Um dos grandes objetivos era educar intelectual e socialmente o proletariado e assim preparar a sua emancipação.

Cronologicamente coincidentes com o Teatro Livre, iniciativas como a referida Biblioteca de Estudos Sociais e a Escola Oficina N.º1 consistiram em parcelas de uma mesma rede informal de organismos. A repetida presença de alguns dos intelectuais nos vários projetos indicia a coerência entre iniciativas, parte de uma mesma estratégia emancipatória. São disto exemplo os casos de Ernesto da Silva,

¹⁰ Ventura 2000, 161.

¹¹ Idem, 136.

tipógrafo-dramaturgo e socialista, de Araújo Pereira, ator e libertário, e do anarquista Emílio Costa, então estudante, todos sócios-fundadores do Teatro Livre e membros das comissões organizadoras da Biblioteca de Estudos Sociais, um organismo também ele de natureza cooperativa e que pretendia reunir recursos pecuniários para a compra de livros, facilitando desse modo o acesso à leitura por parte dos operários.

Além da leitura, entendida pelos militantes do movimento operário como um instrumento de combate, também a escola deveria funcionar como um centro de resistência à dominação burguesa, sendo para isso necessária a criação de um sistema de educação alternativo. É assim que nasce a Escola-Oficina Nº1, pensada para ministrar um ensino de tipo integral, caro aos libertários¹². Esta escola, pela partilha quer dos associados, quer das suas ideias orientadoras, parece ter irrompido da mesma lógica que o Teatro Livre, encontrando-se nos seus quadros vários sócios fundadores da Sociedade. Tal é o caso de Adolfo Lima, um dos mais destacados teóricos do anarquismo português e diretor da Escola entre 1907 e 1918, uma tarefa desempenhada em conjunto com o seu amigo Luís da Mata, outros dos sócios fundadores do Teatro Livre. Outros dos colaboradores ativos da Escola foram os já aqui citados impulsionadores do Teatro Livre Emílio Costa e César Porto. É também de referir a importância que, para estes homens, o próprio teatro tinha no âmbito pedagógico. Numa conferência intitulada *O Teatro e a Escola*, proferida e publicada em

12 A Escola Oficina Nº1 foi estudada por António Candeias na sua tese de doutoramento (cf. Candeias 1994).

1914, Adolfo Lima defende o papel que o teatro deveria assumir na educação das crianças, sublinhando os seus benefícios para o desempenho intelectual dos alunos menos motivados. A dimensão artística do ensino, e mais concretamente a expressão dramática, é por Lima relevada como algo capaz de “conquistar”, “absorver” e “cativar”¹³ as crianças, melhorando os seus resultados e permitindo, por essa via, um reforço dos laços entre o aluno e a instituição escolar.

O intenso ativismo destes intelectuais no ambiente sindical e associativo operário contribuiu para a coordenação e sofisticação dos mecanismos da ação proletária face à ofensiva capitalista, e o seu papel revelou-se fundamental para a formulação de uma identidade e de uma linguagem de resistência que passava também pela produção cultural. Através de uma espécie de transferência do “capital cultural acumulado”, e fazendo aqui uso da formulação de Pierre Bourdieu, estes intelectuais proporcionaram às classes trabalhadoras “os meios de constituírem objetivamente a sua visão do mundo e a representação dos seus interesses numa teoria explícita e em instrumentos de representação institucionalizados, organizações sindicais, partidos, tecnologias sociais de mobilização e de manifestação, etc.”¹⁴. Neste sentido, pode considerar-se o próprio Teatro Livre como um destes “instrumentos de representação institucionalizados”, através do qual se travou a “luta simbólica”¹⁵ pela representação artística do mundo social.

¹³ Lima 1914, 25–26.

¹⁴ Bourdieu 1989, 153.

¹⁵ *Idem*, 173.

Do Teatro do Povo ao Teatro Livre: as ideias fundadoras.

Ora, se ao nível nacional o Teatro Livre parece ter sido parte de uma frente cultural mais vasta, ao nível internacional é possível enraizá-lo em três grandes tradições: a do teatro popular, a do naturalismo francês e nórdico e a do *Théâtre Libre*, impulsionado em Paris por André Antoine¹⁶. Relacionadas entre si, estas três escolas tiveram grande expressão na Europa de finais do século XIX fundindo-se, no caso português, na experiência do Teatro Livre. Todavia, e sendo inegável o peso das ideias de Antoine e dos naturalistas franceses e nórdicos na dramaturgia encenada pela Sociedade, principalmente de Zola e de Ibsen, dá-se aqui particular relevância à influência do teatro popular francês por esta parecer preponderante na criação da Sociedade, tendo sido, não obstante, a menos explorada pelos historiadores do Teatro que têm invocado a experiência¹⁷.

16 Assalariado e autodidata, André Antoine pretendeu revolucionar a cena teatral francesa, tendo sido pioneiro o seu papel enquanto encenador pela adoção de técnicas originais, que procuravam recriar ao máximo os aspetos da vida real e eliminar das representações quaisquer traços de artificialismo. Em 1887 funda o *Théâtre Libre*, onde encena, entre outros, textos de Zola e de Hauptmann. Apresentando-se como um «anti-teatro» e encenado “quase tão-somente para uma elite” (Ribeiro 2001, 315–316), o *Théâtre Libre* acaba por se dissolver em 1896 devido a constrangimentos financeiros.

17 Salva-guar-da-se a exceção de Luiz Francisco Rebello que, embora muito sumariamente, alude à presença de algumas experiências no imaginário dos impulsionadores do Teatro Livre, como como a do Teatro Cívico de Louis Lumet e a do Teatro Social de Marselha de Maxime Lisbonne (Rebello 2010, 211).

A ideia da criação de um teatro do povo que funcionasse como alternativa às revistas e aos repertórios românticos e de temática histórica habitualmente exibidos nas salas comerciais, remonta a 1900. Nesse ano, foi publicado um significativo número de textos que evidenciam a contiguidade entre um programa de renovação estética e um projeto de transformação social. Apresentando o teatro como uma “arena de grandes lutas”¹⁸, estes textos sublinham a dimensão pedagógica das artes de palco, em prejuízo da sua função meramente lúdica. Numa série de textos publicada no jornal *A Obra* e intitulada «Teatro do Povo: inquérito a uma ideia», algumas personalidades desta intelectualidade são convidadas a sondar o estado do teatro em Portugal¹⁹. O tom da crítica é feroz, e a arte teatral dominante, de gosto burguês, é apontada como “verdadeira calamidade social”²⁰ e “escrava do capitalismo”²¹.

Perante a constatação do estado de decadência do panorama teatral português, alguns destes intelectuais, todos adeptos de um projeto de renovação teatral mas nem todos participantes da experiência do Teatro Livre, propõem-se inaugurar um novo tipo de teatro. O propósito principal era o de resgatar as salas de espetáculo do mercantilismo a que os empresários teatrais, equiparados a

18 «Teatro do Povo» in *A Obra*, 9 de Dezembro de 1900, p. 3.

19 “Os camaradas que hoje respondem ao inquérito são ainda pouco conhecidos do movimento social português o que não impede de serem bons e leais cooperadores desse movimento.” («Teatro do Povo: inquérito a uma ideia» in *A Obra*, 23 de Dezembro de 1900, p. 3)

20 Luís da Mata, «Teatro do Povo: inquérito a uma ideia» in *A Obra*, 1 de Janeiro de 1901, p. 4.

21 Bento Faria, «Teatro do Povo: inquérito a uma ideia» in *A Obra*, 23 de Dezembro de 1900, p. 4.

“merceeiros”²², as tinham votado. Urgia assim fundar um novo tipo de teatro que colocasse termo às “leriasinhas sentimentais” e às “fanto-chadas históricas”²³. Nesta perspectiva, moralizar o teatro equivaleria, para estes críticos, à própria moralização dos costumes e à possibilidade de transformação da ordem social dominante.

Mas que tipo de teatro então? Se ao nível dos conteúdos das peças a inspiração é o naturalismo, já o modelo formal parece ter sido o do teatro popular, ou teatro do povo, uma tendência teatral polimorfa²⁴ que visava, no seu conjunto, a descentralização e a democratização artística pela criação de espaços e de repertórios alternativos²⁵. Os dinamizadores do Teatro Livre procuraram transpor para a realidade nacional estes esforços de democratização cultural a dois níveis: das representações, mediante a inclusão da vida e dos problemas do

22 Costa Carneiro, «Dramaturgos & C^a» in *Revista Nova*, 20 de Maio de 1901, p. 94.

23 *Idem*, p. 92.

24 Muito heterogéneo, este tipo de teatro é objeto de designações diversas, como teatro “operário”, “popular”, “revolucionário” ou de “ideias” e a questão da sua denominação tem sido equacionada por alguns autores (Rebérieux 1991).

25 Não tendo sido objeto de estudo na historiografia nacional, este movimento teatral, disseminado um pouco por todos os países onde emergia um proletariado urbano, tem sido, ao nível internacional, alvo de alguma atenção. São exemplo os trabalhos de Jeanne Moisand sobre o teatro popular catalão (Moisand 2011); de Jonny Ebstein e de Monique Surel-Tupin para o caso francês (Ebstein 1987; Surel Tupin 1987a, 1987b); de Gianni Isola para o caso italiano (Isola 1991), ou ainda de Philippe Ivernel sobre teatro proletário na Europa (Ivernel 1991), e mais especificamente, sobre o teatro desenvolvido no contexto da social-democracia alemã (Ivernel 1987). Destacam-se também alguns contributos dados no âmbito do teatro anarquista brasileiro, desenvolvido num primeiro momento por imigrantes europeus (Cabral 2008; Vargas 1980).

proletariado nas peças (miséria, prostituição, alcoolismo, exploração); e dos consumos, através de uma política de acessibilidade dos preços.

A preponderância do *Théâtre Populaire* francês na criação do Teatro Livre em Portugal, confirma-se numa outra série de artigos, da autoria de um dos principais impulsionadores da Sociedade, o já referido Luís da Mata. Neste conjunto de sete artigos, intitulado «Teatro Popular» e publicado no diário socialista *A Luta* cerca de dois anos antes da formação da Sociedade, Luís da Mata elabora com detalhe um plano para a fundação de um teatro popular. Este projeto foi em grande medida e assumidamente inspirado no *Théâtre du Peuple* dinamizado em Bussang dans les Vosges pelo dramaturgo francês Maurice Pottecher. Replicando as preocupações de Pottecher quanto ao problema do acesso dos trabalhadores ao teatro, que o elevado preço dos ingressos tantas vezes proibia, Luís da Mata lança nestes artigos o desafio para a criação de um teatro independente dos caprichos das empresas teatrais, e cuja formação se viabilizaria pela angariação de recursos financeiros, uma solução que prenuncia a criação do Teatro Livre: “Em todo o caso uma sociedade cujo capital fosse formado por colocação de ações de preço muito diminuto e pagáveis em prestações, como são os de algumas cooperativas existentes entre nós em que meia-dúzia de homens de boa vontade e inteligentes quisessem trabalhar”²⁶. Este novo teatro, e como sugerido por Pottecher, deveria complementar os espetáculos com uma série de atividades não-performativas, tais como publicações e conferências, uma linha

26 Luís da Mata, «Teatro Popular» in *A Luta*, 15 de Maio de 1900, p. 2.

que o Teatro Livre vai também seguir, promovendo uma série de conferências e associando-se à revista *Humanidade*.

Todavia, e declarando grande admiração por Pottecher, Luís da Mata discorda do francês quanto à questão dos destinatários de tal teatro. Se para Pottecher este teatro do povo deveria destinar-se à totalidade do corpo de cidadãos, ao conjunto de “correntes nervosas que compõem a alma coletiva da multidão”²⁷, já Luís da Mata defende que um verdadeiro teatro popular deveria dirigir-se apenas às classes trabalhadoras, uma vontade que corresponde a um distinto entendimento do conceito de “povo”:

*“Porém, o teatro popular, como eu o entendo, como eu o desejo, pelo menos entre nós, diverge totalmente desse, como diverge o que eu entendo por povo – neste caso, repito: o povo a que me refiro é o operário da oficina e do gabinete, o trabalhador da matéria e da ideia; é o grande proletariado, o eternamente produtor, o eternamente defraudado no lucro do seu produto: é enfim um povo que trabalha o dia inteiro e que, à noite, passa três horas distraído e descansado: são os que trabalham, é... o povo numa palavra.”*²⁸

Destinado ao proletariado manual e intelectual, o teatro popular idealizado por Luís da Mata excluía a burguesia da sua plateia, uma atitude que não reunia o consenso no seio daquele que viria a ser o núcleo duro do Teatro Livre. O contraponto é dado por Adolfo Lima

27 Pottecher 2006 [1899], 29 (tradução minha).

28 Luís da Mata, «Teatro Popular» in *A Luta*, 15 de Maio de 1900, p. 2.

anos antes num seu caderno de apontamentos. Neste, Lima defende a universalidade de tal teatro que, mais que popular, deveria ser social:

*“Não se trata de levar a efeito o estabelecimento de um teatro do povo, mas o do teatro social, aberto a todas as classes e educativo para todos sem distinções, sem exclusivismos. Tanto o operário como o burguês carecem de educação e cada qual é um ser humano idêntico e sujeito às influências dos meios educativos. Tanto o filho do burguês como o filho do operário precisa ser educado. Tanto um como o outro pode e deve ser educado pelo teatro. E constituir ou fundar um teatro exclusivo para o povo, banindo assim a burguesia, tanto alta como baixa, é um erro de sectarista.”*²⁹

Para todos, o teatro social de Adolfo Lima implicava que fosse representado não em instalações independentes mas nas próprias salas comerciais, devendo procurar-se a colaboração dos empresários teatrais para tal. Além de, dessa forma, se conseguir atingir diversos públicos, havia uma outra razão subjacente ao desejo de Lima: a da qualidade das representações, melhor garantida pelo desempenho de profissionais, uma preocupação denotada pelo próprio nos seguintes termos: “É preciso é que todos os que conhecem ou que saibam da existência de uma peça boa que sirva para a educação, a apresente, a indique, a traduza, a leve a um teatro qualquer, onde ela poderá ter um melhor desempenho e aí a faça representar”³⁰.

29 Adolfo Lima, Caderno de Apontamentos, 1898, fl. 33, AHS, caixa I.

30 *Ibidem*.

A definição de um novo tipo de teatro ao serviço de um projeto de transformação social não se esgota nos argumentos de Adolfo Lima e de Luís da Mata. Tomando como exemplo o homónimo *Théâtre Libre* de André Antoine – que sem dúvida inspirou o Teatro Livre, pelo menos ao nível do intuito de renovação estética – o tipógrafo Ernesto da Silva lança outras pistas para a compreensão do teor e dos objetivos da experiência, no âmbito de uma conferência proferida já após a fundação da Sociedade, em Dezembro de 1902. Demarcando o Teatro Livre do *Théâtre Libre*, Ernesto da Silva, distingue os dois projetos com significativa clareza:

*“Temos assim que o Teatro Antoine, embora sumamente valioso como agente de rejuvenescimento da arte francesa, ainda não é nitidamente o Teatro Livre, simplesmente devotado à missão e vulgarizar o conhecimento de obras mais úteis ao espírito do espectador, desprendendo-se generoso e apóstolo de preocupações de ganho, unicamente cuidando de manter-se como escola e elemento civilizador.”*³¹

Ora, se em França o Teatro Livre era sinónimo de Antoine, como nota mais tarde um outro autor do Teatro Livre, Manuel Laranjeira³², já em Portugal a experiência consistiu em algo de substancialmente diferente, e o nome “Livre”, estrategicamente escolhido por uma questão de eficácia na mobilização dos vários públicos, não deve iludir quanto às similitudes. Semanas após a inauguração da

³¹ Silva, 1902, p. 9.

³² Carta de Manuel Laranjeira a Luís Pinto Ribeiro, datada de 20 de Junho de 1905 (Laranjeira 1993, 381).

Sociedade, um novo artigo de Luís da Mata, desta feita comungando da visão universalizante de Adolfo Lima, desfaz qualquer equívoco: “eu venho mais uma vez insistir na urgência de fazer-se um Teatro do Povo que, pela conveniência de não dar a aparência de restringimento a uma ideia que a todos tem de ser útil, se crismou em Teatro Livre”³³.

Estavam então reunidas as condições para a formação de um Teatro Livre em Portugal: uma sociedade cooperativa que delineava programas teatrais com base num projeto político e social, mas que deixava a sua execução a cargo de companhias profissionais contratadas para o efeito.

A Sociedade Cooperativa Teatro Livre: atividades complementares, récitas e extinção.

Pensada ao longo de dois anos, a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Teatro Livre foi formalmente constituída a 7 de Junho de 1902. A escolha da data não terá sido fortuita: comemorava-se nesse dia o quarto centenário da fundação do teatro português. O Teatro Livre apresentava-se assim como marco de uma nova era na cena teatral nacional, “uma obra intencionada a dar ressurgimento, trazer uma nova seiva ao Teatro Português”³⁴.

Sediada na Calçada de Sant’Ana, nº 61, 1º, a Sociedade arranhou com um capital inicial de 100 mil réis, reunido entre os dez sócios fundadores. Eram eles: Jaime Tavares (farmacêutico), Manuel Araújo

33 Luís da Mata, «Teatro Livre» in *O Caixeiro*, 15 de Junho de 1902, p. 2.

34 Parecer da Comissão Elaboradora dos Estatutos, AHS, p. 1, esp. Pinto Quartim, caixa XIII.

Pereira (ator), Adolfo Lima (advogado), Mateus Rodrigues (ajudante de despachante), César Porto (homem de letras), Bernardo Sá (condutor de obras públicas), Emílio Costa (estudante), Luís da Mata (homem de letras), António Ribeiro de Azevedo (jornalista) e Artur Máximo Brou (estudante).

A iniciativa foi secundada por diversos periódicos progressistas como *O Mundo*, *O Caixeiro* e *A Vanguarda* que publicaram nas suas páginas, além dos estatutos da Sociedade, as condições de adesão à cooperativa³⁵. Através destes sabemos que a compra de ações podia ser faseada, de forma a permitir a sua aquisição por parte de interessados menos endinheirados. E, de facto, esta flexibilidade dos pagamentos traduziu-se numa assinalável amplitude na composição socioprofissional da Cooperativa, aspeto verificável na análise das propostas de sócio existentes no Espólio Pinto Quartim, depositado no Arquivo de História Social da Universidade de Lisboa.

Espaço de confluências ideológicas, como foi já referido, a Sociedade Teatro Livre caracteriza-se também pela transversalidade social da sua composição, na qual é possível identificar onze grande grupos profissionais. Contam-se assim, por ordem decrescente, os seguintes elementos: operários (25), proprietários (18, e considerando entre estes industriais e comerciantes), empregados de comércio (17), estudantes (15), advogados (13), homens de letras (12), atores (9), funcionários públicos (8), farmacêuticos (6), professores (5) e militares (2).

35 Os estatutos foram publicados no jornal *A Vanguarda* de 11 de junho de 1902 e as condições de adesão n' *O Mundo* de 8 de Junho e d' *O Caixeiro* de dia 15 desse mesmo mês.

A complexidade aumenta quando decompomos estes grupos e encontramos de manipuladores de tabaco a médicos. A intenção de alargamento da participação na Sociedade estendia-se também às mulheres, se bem que apenas às casadas. A admissão de elementos femininos foi contemplada nos Estatutos, devendo a mulher casada juntar à proposta a devida autorização do marido³⁶. Todavia, o ingresso de mulheres nunca aconteceu na Sociedade Teatro Livre.

Apesar de constituída logo em 1902, os espetáculos da Sociedade só tiveram início em 1904, devido aos constrangimentos económicos derivados do atraso no pagamento das prestações³⁷. Entretanto, o ano de 1902 é assinalado por outro tipo de iniciativa: as conferências, destinadas a promover “a elevação moral e intelectual dos sócios e do público em geral”³⁸. Estas decorreram no segundo semestre desse primeiro ano de existência da Sociedade, tendo sido proferidas por membros da casa, como Heliodoro Salgado e Ernesto da Silva, mas também por meros simpatizantes da iniciativa, tais como Teófilo Braga e Angelina Vidal. O fio condutor destas quatro conferências é o papel interventivo que a arte deveria desempenhar na sociedade. A seguinte síntese de Heliodoro Salgado é paradigmática desta premissa:

“A Arte Moderna não pode ficar no culto da forma: deve ser veículo de ideias sãs, e fomentadora de sentimentos nobres. Dada a

36 Estatutos do Teatro Livre, capítulo III, artigo 10º, AHS, esp. Pinto Quartim, caixa XIII.

37 Relatório de Contas 1902—1903, p. 2, AHS, espólio Pinto Quartim, caixa XIII.

38 Estatutos do Teatro Livre, capítulo I, artigo 2º, AHS, espólio Pinto Quartim, caixa XIII.

questão social; a Arte não a pode desconhecer e deve interessar-se por ela, cooperando na sua solução.”³⁹

Uma outra iniciativa complementar das récitas foi também prevista, mas apenas levada a cabo já depois do início dos espetáculos: a criação de uma revista que publicitasse “pela palavra escrita os trabalhos do Teatro Livre”⁴⁰, propósito que se concretizou entre Maio de 1905 e Fevereiro de 1906. Com sede na mesma morada que a Sociedade Teatro Livre, na Calçada de Sant’Ana, nº 61, o quinzenário de propaganda e de crítica *A Humanidade* apresentou-se ao público como uma publicação generalista. À semelhança do Teatro Livre, a *Humanidade* afirmava-se como “obra de ideia e não obra de comércio”⁴¹, sendo a sua orientação claramente libertária. Simbolicamente lançada no dia primeiro de Maio, a vida da revista *Humanidade* não excedeu a publicação de treze números, especialmente dirigidos às classes trabalhadoras. À parte da coincidência da morada, outros indícios não deixam dúvidas quanto à relação entre a *Humanidade* e a Sociedade Teatro Livre. A publicidade feita às récitas, a publicação de excertos das peças e de artigos de defesa das mesmas, bem como um número especial de contra-ataque à crítica burguesa tecida ao Teatro Livre⁴², tornam inequívoca esta

39 Extrato de conferência proferida a 8 de Novembro de 1902 no Ateneu Comercial de Lisboa, com o título «A Liberdade no Teatro» («Teatro Livre» in *O Mundo*, 10 de Novembro de 1902, p. 2).

40 Parecer da Comissão Elaboradora dos Estatutos, AHS, espólio Pinto Quartim, caixa XIII

41 *A Humanidade*, 1 de Maio de 1905, p. 8.

42 Trata-se do número 8, publicado a 9 de Setembro de 1905 com o título «Auto-panegírico de Crítica Lisbonense: ramalhete de baboseiras e partes adjacentes (a propósito das récitas do Teatro Livre)».

relação entre o periódico e a Sociedade, bem como a articulação das suas funções no projeto de emancipação intelectual, política e social do proletariado.

Funcionando como plataforma para a publicação de textos anarquistas e socialistas, *A Humanidade* pretendia-se um trampolim para leituras mais vastas. Uma outra tarefa assumida pela revista era a de orientar os programas de leitura dos seus assinantes, oferecendo-lhes sugestões bibliográficas a cada número. Contam-se, neste mapa bibliográfico, obras como o *Germinal* e o *Trabalho*, de Zola, *Determinismo e Responsabilidade* e *Pátria e Internacionalismo*, de Hamon, *A Anarquia*, de Malatesta, *A Sociedade Futura*, de Jean Grave, *Naufraços*, de César Porto e periódicas diversas, como as revistas *Amor e Liberdade* e *Luz e Vida*. É também de referir que no primeiro número de *A Humanidade* surge mencionada a Biblioteca de Educação Nova, uma editora de obras de teatro, filosofia, sociologia, crítica, entre outros temas. A morada indicada é a mesma que a da sede da revista *Humanidade* e do Teatro Livre, o que confirma a coexistência nestas instalações de várias iniciativas. Por outro lado, as relações dos membros do Teatro Livre com a Biblioteca de Educação Nova aparecem expressas na correspondência da Sociedade. Entidades distintas, a Sociedade e a Biblioteca cooperavam numa estratégia editorial que visava a circulação de obras revolucionárias, onde se incluíam as peças do Teatro Livre, como no caso de *Em Ruínas*, de Ernesto da Silva. Em rede, estes três órgãos – o Teatro Livre, a *Humanidade* e a Biblioteca de Educação Nova – consubstanciavam o projeto de emancipação proletária gizado pelos intelectuais do movimento. Mais tarde, em 1906, apesar de todos os esforços, a

revista acabaria por definhar por falta de receitas, e à semelhança do que sucederia com o Teatro Livre. Veja-se agora muito sucintamente como decorreram as récitas.

Realizada na noite de 8 de Março da 1904 no Teatro do Príncipe Real, a primeira récita do Teatro Livre foi recebida com expectativa pela crítica. Anunciada com largas semanas de antecedência, a primeira temporada esteve a cargo da companhia teatral da casa, tendo como encenador o ator Pedro Cabral. Principiando com um discurso de abertura proferido por Cabral, a primeira récita contou com a encenação de duas peças: *A Moral Deles*, de Maurice Boniface e Edouard Bodin, e o prólogo dramático *...Amanhã*, do jovem dramaturgo Manuel Laranjeira. A peça *...Amanhã*, se impressionou pela positiva a maioria dos críticos progressistas, que a consideraram “uma obra puramente literária e integralmente revolucionária”⁴³, já por parte da imprensa conservadora foi mal acolhida e interpretada como um incentivo ao “ódio”⁴⁴. Nessa noite, que o crítico teatral Joaquim Madureira considerou um marco “na história do teatro e da história das ideias em Portugal”⁴⁵, a plateia do Príncipe Real encontrava-se repleta, reunindo elementos de todas as classes sociais, aspeto salientado pelo jornal *Novidades*:

43 «Teatro Livre: récita de inauguração» in *A Obra*, 12 de Março de 1904, p. 1.

44 «Lisboa no Teatro: o Teatro Livre no Príncipe Real» in *Diário Ilustrado*, 10 de Março de 1904, p. 2.

45 Madureira 1905, 313.

*“Assim foi que, no Príncipe Real, a sociedade artística Teatro Livre realizou o seu primeiro espetáculo, anteontem à noite, e com uma casa completamente cheia de espectadores de todas as classes, de todos os partidos, de todas as cores, costumes, profissões e feitos. Vimos dois cavalheiros legitimistas ao lado de pregadores revolucionários do Benfornoso; vários capitalistas encartados, de ricos anéis e berloques, destacando-se de entre os grupos humildes e mal trajados de vencidos pela vida... Nos camarotes, senhoras bonitas da burguesia. Artistas de todas as artes, literatos de todas as letras.”*⁴⁶

Não deixa de ser significativo este colorido quadro de uma assistência, sugerindo uma afluência muito heterogênea ao espetáculo dessa noite, porventura possibilitada pela modicidade dos preços, uma das preocupações dos dinamizadores do Teatro Livre. A questão foi equacionada pelos membros da Sociedade, que previram a democratização do acesso aos espetáculos através de “bilhetes distribuídos pelas associações operárias e por estas passadas aos seus associados com bônus de 20% em cada dúzia de bilhetes”⁴⁷. Não me foi possível confirmar se tais princípios foram aplicados na bilheteira da primeira récita, apesar de diversidade dos elementos da plateia eventualmente sugerir tal aplicação. Decorrida na noite de 19 de Abril de 1904, a segunda récita do Teatro Livre seguia a mesma fórmula: uma peça estrangeira, *A Carteira*, de Octave Mirbeau, traduzida por

46 «Teatro Livre» in *Novidades*, 10 de Março, de 1903, p. 3.

47 Primeira Récita (ms, sd), AHS, esp. Pinto Quartim, caixa XIII.

Costa Carneiro do original francês *La Portefeuille*, e uma peça portuguesa, *Em Ruínas*, de Ernesto da Silva.

A segunda temporada ocorreria no ano seguinte, 1905, entre Junho e Julho. Tratando-se de um empreendimento mais ambicioso, esta repartiu-se por um total de dez peças, tendo-se subarrendado para o efeito o Teatro Ginásio. O programa contava, entre outras, com as peças *Às Feras*, de Manuel Laranjeira (o seu segundo contributo para o Teatro Livre, redigido por encomenda) e *Às Vítimas*, uma tradução de um original de Frédéric Boutet. Esta segunda temporada, além de mais recheada em termos de repertório, foi também mais agitada e marcada pela proibição de uma das peças, *Às Vítimas*, de Frédéric Boutet. Forte crítica à organização social burguesa, e aos valores que a sustêm, em particular a caridade, a versão portuguesa de *Catherine s'en Va* afrontou a sensibilidade da comissão de censura teatral, que atuou, obrigando à retirada de cena da peça do dia imediato. A crítica conservadora também não se fez esperar, condenando a peça “sem apelo, nem agravo, por imoral nos intuitos, por dissolvente nos factos [...] por atentatória a todos os princípios são que regem a sociedade”⁴⁸.

Dois dias depois da estreia e proibição de *Às Vítimas*, mais precisamente no dia 31 de Julho, data de encerramento da temporada, o Teatro Livre promovia uma récita gratuita. O espetáculo foi publicitado na imprensa como um evento raro, tendo sido, ao que parece, o segundo caso de uma récita gratuita na história do teatro

48 «Novidades Teatrais» in *Diário Ilustrado*, 30 de Julho de 1905, p. 3.

português⁴⁹. Segundo notícia do *Novidades*, às seis e meia da tarde na Rua Nova do Trindade, frente ao Ginásio, já se encontrava uma enorme multidão, desejosa por conseguir um ingresso gratuito. As autoridades foram chamadas para controlar a multidão, apontada nos jornais como turba indisciplinada e representativa de um “novo gênero de espectadores, alguns dos quais, decerto”, iriam “ao teatro pela primeira vez na sua vida”⁵⁰.

Porém, o entusiasmo pelo Teatro Livre esfriaria e dele só tornamos a ter notícias em 1908, ano da terceira e última temporada, decorrida no Teatro D. Amélia. A terceira temporada contou com peças mais curtas e de menor fôlego literário, uma quebra que o público penalizou, pateando. Destaca-se nesta temporada a peça *O Triunfo*, de Carrasco Guerra, censurada pelas autoridades policiais, um ato, aliás, injustificado para a maioria dos críticos teatrais. Para o crítico d’*O Mundo*, por exemplo, a censura apenas tinha posto em xeque a credibilidade do censor, acusado de “forçar demasiado a nota”⁵¹. Contudo, a fraca qualidade não escapou sequer à crítica da imprensa progressista, geralmente mais benevolente, e na própria *Luta* se referem as más escolhas do repertório⁵².

Após a sua extinção, o Teatro Livre não tardou a desvanecer-se na memória do público e da crítica. No entanto, algo restou, e alguns

49 “O primeiro, se não estamos em erro, deu-se para comemorar o centenário da Índia, em D. Maria e cremos que também no Teatro Trindade, na mesma noite.” (*Novidades*, 31 de Julho de 1905, p.1).

50 *Idem*.

51 «Primeiras Representações» in *O Mundo*, 14 de Junho de 1908, p.2.

52 «Crónica do teatro: D. Amélia» in *A Luta*, 17 de Junho de 1908, p. 2.

dos protagonistas desta história referem-na anos mais tarde como uma experiência singular na vida teatral portuguesa. Os seus testemunhos convergem nas razões do fracasso comercial da iniciativa: a ação destrutiva da crítica conservadora que, “lançando os seus raios desapiedados e furibundos”⁵³, precipitara o fim dos espetáculos. Nas suas memórias, Adelina Abranches, a Catarina da peça censurada em 1905, *Às Vítimas*, corrobora esta hipótese:

*“Trabalhámos que nem mouros: pusemos peças interessantíssimas. Mas os jornais conservadores atiraram-se-lhes à ideia, à forma e até à interpretação, como gato a bofe, o que deu em resultado trabalharmos... para as cadeiras!”*⁵⁴

O poderoso crivo da crítica – entidade “encarregada de cuidar do carácter aleatório do público”⁵⁵ – tinha, na opinião destes defensores do Teatro Livre, liquidado a existência da Sociedade, afastando das salas os públicos menos ousados. A luta fazia-se nos palcos, mas também nos jornais, onde a crítica teatral condicionava o sucesso das peças. A falta de público, a que a acrimónia da crítica não terá sido alheia, condenou ao fracasso uma experiência que se queria de ideias e não de comércio. As regras do mercado tinham, em parte, frustrado uma experiência que se pretendeu renovadora do teatro português. Por outro lado, a própria desagregação interna

53 Pinheiro 1929, 117.

54 Abranches 1947, 269–270.

55 Badiou 2002, 100.

da Sociedade e o esbatimento do entusiasmo que marcou a fase inicial da sua existência, bem como a desigualdade da qualidade das peças, terão contribuído para a liquidação da experiência. Apesar de todos os esforços, em meados de 1908, ano da morte do Teatro Livre, continuava a lastimar-se a inexistência de um teatro popular em Portugal “digno desse nome”.⁵⁶

56 A observação é de José Simoes Coelho, ator, que invoca como ponto de comparação os exemplos do teatro popular russo, do *Volkstheater* austríaco, do *Schiller Theater* alemão e dos espetáculos da *Maison du Peuple* belga («Teatro do Povo e para o Povo: só analisando o passado podemos prever o futuro» in *O Século*, 11 de Junho de 1908, pp.1–2.).



Homens ao Minuto

PARA UMA HISTÓRIA DO BOXE NAS DÉCADAS DE QUARENTA E CINQUENTA

A partir do núcleo de informação presente no arquivo da Direcção-Geral de Educação Física, Desporto e Saúde Escolar (doravante Direcção Geral)¹ este texto procura interpretar a natureza das relações que constituíam o universo específico do boxe em Portugal durante a década de quarenta, mais concretamente a partir de 1942, data da criação daquela instituição estatal. Na sequência dos difíceis anos trinta e antes da recuperação económica da década de cinquenta, a maioria da população portuguesa enfrentava um quotidiano austero, lutando contra a persistente inflação, o aumento do desemprego e o racionamento de géneros. Nas maiores cidades, a afluência das populações pobres do interior agravou a situação, dando origem a políticas coercivas e reguladoras por parte de um Estado gerido pela ditadura de Salazar, incapaz de organizar esquemas de protecção social.

No contexto depauperado de Lisboa, cidade onde este texto fundamentalmente se concentra, o boxe vivia no início da década de quarenta um momento de ressurgimento. Modalidade popular, o boxe

¹ As pastas do arquivo da DG consultadas pertencem ao fundo arquivístico do Ministério da Educação – Secretaria Geral, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 (doravante. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4)

evoluiu em Portugal de modo pouco metódico, pelo trabalho pioneiro de clubes como o Ateneu Comercial de Lisboa ou o Ginásio Clube Português, dependendo do valor de atletas que apareciam ocasionalmente, como os históricos Silva Ruivo, que terá sido o primeiro profissional português, e o gigante Santa Camarão, do esforço errático de associações de bairro e do interesse de curto prazo de empresários e organizadores. Em tempo de guerra, o interesse pelo boxe, como por outros desportos espectaculares, acompanhava o incremento urbano do cinema, do teatro de revista e da rádio. Em Janeiro de 1945, o jornalista Rufino Sena, do *Diário Popular*, exclamava, depois de mais uma noite de combates no Coliseu: “Se houver quem negue ser o «box» a seguir ao «football», o espectáculo desportivo predilecto do público lisboeta, há que apontar-lhe a sensacional visão de grandiosidade que oferecia ontem o Coliseu dos Recreios, cheio a deitar por fora.”² Era assim também no Campo Pequeno e no Parque Mayer. Ao conjunto de bons atletas portugueses haviam-se juntado em 1942 quatro habilitados pugilistas provenientes da colónia de Moçambique, entusiasmando o público e os donos das casas de espectáculos.

A Direcção Geral foi criada pelo Estado Novo no intuito de regular e coordenar o desporto organizado fora das instituições do Estado (da escola, da Mocidade Portuguesa, da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, do Instituto Nacional de Educação Física)³. O seu programa de acção procurava regular as manifestações desporti-

² *Diário Popular*, 6/1/45, p. 6

³ Pelo decreto de lei n.º 32: 241, de 5/9/42.

vas associativas, disciplinar, higienizar e moralizar os seus contextos sociais de prática e consumo, nos casos em que o desporto se tornou um espectáculo público, e exercer um controlo sobre as actividades das associações, impedindo qualquer movimentação política. Prolongando, para esta área específica, os interesses do Estado em controlar o quotidiano social urbano e as sociabilidades populares⁴, a Direcção Geral tinha o poder de fiscalizar a composição das direcções associativas e os seus orçamentos e actividades, de organizar a inscrições dos atletas e inspecções médicas, de vigiar a actuação dos vários elementos envolvidos na organização e prática desportivas, de disciplinar o comportamento do público, de vistoriar salas de espectáculos, de coordenar os intercâmbios internacionais e as representações nacionais⁵.

Os artigos de jornal que relatavam a actividade do pugilismo em Portugal discutiam no essencial o plano desportivo, descrevendo as exhibições, a prestação dos pugilistas, do árbitro, a atitude do público. Por vezes opinavam sobre a modalidade e os seus problemas de organização, deixando escapar imagens de um mundo de lutas e conflitos. O arquivo da Direcção Geral permite explorar este mundo de outras perspectivas, revelando um espaço de relações de poder e interesses, pouco escrutinado na informação publicada, que envolve pugilistas,

4 A propósito das políticas de regulação social na cidade de Lisboa no final do século XIX e primeiras décadas do século XX ver: Frédéric Vidal, Gonçalo Rocha Gonçalves, "O desporto de Rua em Lisboa no início do século XX", in José Neves, Nuno Domingos (eds.), *Uma História do Desporto em Portugal*, vol. 1, Vila do Conde, Quidnovi, 2011, pp. 147–166.

5 Estas funções ficaram melhor definidas com a aprovação do regulamento da Direcção Geral pelo decreto n. 32 946 de 3/8/43.

managers, organizadores de espectáculos, árbitros, jornalistas e outros agentes cuja actividade o Estado desejava disciplinar. Este universo de relações, relativamente autónomo, encontrava-se incrustado nas estruturas políticas, económicas e sociais que caracterizavam o ambiente da época. Intervindo a partir de uma instituição com poderes de acção e transformação, os agentes da “razão do Estado” não se encontravam, no entanto, fora deste mundo. Neste sentido, a informação do arquivo, enunciando os procedimentos da acção estatal ideologicamente enquadrada, fala também das suas fraquezas e ineficiências, revelando de que modo o Estado se entranha na sociedade e a sociedade o invade. Tal processo é discernível pelo contraste entre as classificações prescritivas da Direcção Geral, isto é, o modo como concebiam o boxe e o procuraram transformar, e a organização concreta de uma actividade, onde predominavam relações de trabalho firmadas por contratos, mas também por uma contratualidade social mais difusa, reprodutora de sistemas de valores e práticas partilhados.

Abrindo caminhos de investigação, a informação do arquivo é limitada. Nem todos os actores pertencentes a este mundo têm o mesmo poder de se fazer representar, de fazer exercer, através da escrita de documentos, a sua opinião e contar sobre a sua condição. A voz dos pugilistas, por exemplo, células primárias da modalidade, raramente chega ao arquivo em “estado puro”, filtrada que está por agentes que falam em seu nome, das suas forças e fraquezas. O arquivo não permite compreender em grande medida as suas estratégias, intenções e aspirações, o que pensavam do boxe, do seu corpo, dos valores desportivos e da ética da modalidade. A sua informação tende ainda a restringir a prática do boxe aos seus contextos

mais institucionalizados, muito concentrados na cidade de Lisboa e na sua realidade social. Por vezes, alguns documentos remetem para as margens desta prática, espaços que desafiam uma definição oficial do boxe. Desporto, arte, espectáculo, confundido muitas vezes com lutas de rua, que alimentavam sistemas de apostas ilegais, com apresentações circenses e todo um conjunto de subgéneros, o boxe foi categorizado de inúmeras formas, muitas vezes contraditórias, e que resultavam dos conflitos permanentes entre as perspectivas que denunciavam posições e interesses de indivíduos e grupos face a uma prática que possuía uma inegável dimensão comercial.

A partir de 1942, o Estado, por intermédio da Direcção Geral, participou mais activamente nestas lutas, intervindo a partir de políticas que definiam uma posição doutrinária mas também reproduzindo uma acção cuja genealogia se encontra inscrita nas lógicas enformadoras do Estado moderno.

Esgrima com Punhos

Em 1944, o jornalista Rafael Barradas, tenente do exército e antigo desportista, escreveu um livro de divulgação designado *ABC do Pugilismo*⁶. Publicista do modelo oficial de práticas físicas organizado pelo Estado Novo⁷, assinara inúmeras palestras radiofónicas

6 Rafael Barradas, *ABC do Pugilismo*, Lisboa, Edições Vic, 1944.

7 Veja-se a este propósito, Luís Miguel Carvalho, "Explorando as transferências educacionais nas primeiras décadas do século XX", *Análise Social*, vol. XL (176), 2005, pp. 499-518; António Gomes Ferreira, "O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo", *Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação*, v.22, Florianópolis, Jul./Dez 2004, pp. 197-224; Nuno Domingos,

na Emissora Nacional sobre os mais variados temas desportivos e escrevia regulamente nos jornais. Rafael Barradas é também uma das principais figuras deste texto. Foi ele que assumiu, como delegado da Direcção Geral, precisamente no ano em que escreveu este livro, a direcção do boxe nacional, em virtude do contencioso que resultou na suspensão da Federação Portuguesa de Boxe (n. 1914). Sob a supervisão do Director-Geral dos Desportos, tenente-coronel Salvação Barreto, antigo jogador de futebol amador no Clube Internacional de Lisboa, e do Inspector-Geral dos Desportos, capitão António Cardoso, recordista nacional do lançamento do peso e do disco e conhecido pugilista amador, Rafael Barradas foi o interlocutor entre a razão do Estado e o conjunto de agentes e relações que perfaziam as bases do edifício do boxe em Portugal.

No *ABC do Pugilismo*, Rafael Barradas, colocando-se no papel do divulgador, pretende explicar o boxe a um público que, segundo as suas palavras, ignora genericamente os rudimentos e a história da modalidade⁸. Actividade de subtilidade e fino controlo corporal, o boxe não podia ser confundido com “brigas de viela”, o pugilato de rua e outras “manifestações de brutalidade, metendo pés e mãos, cabeçada e rasteira” muitas vezes transformadas em espectáculos públicos. O boxe, na verdade, não era mais do que uma “esgrima com os punhos”,

“Building a motor habitus: Physical education in the Portuguese Estado Novo”, *International Review for the Sociology of Sport*, Volume 45 Issue 1, March 2010, pp. 23-37.

8 Rafael Barradas, op. Cit. p. 7.

“a mui nobre e leal arte do jogo do soco”⁹, que noutras paragens suscitara o interesse de grandes figuras das letras, como Conan Doyle, Jack London, Bernard Shaw ou Tristan Bernard. O verdadeiro boxe era “apanágio da inteligência, do método e da aplicação.”¹⁰ Barradas descreve a base técnica desta arte, salientando as posturas e os golpes principais, as posições das pernas, dos braços e do tronco, a lógica de cada golpe e os seus efeitos esperados. A exigência a que o boxe submetia o corpo do praticante obrigava a uma vigilância médica, sobretudo sobre os órgãos mais requisitados: o coração, os pulmões, o nariz e os olhos. A ginástica, de acordo com as determinações do modelo oficial de educação física dominante durante as primeiras décadas do Estado Novo, deveria ser uma das componentes fundamentais do treino, garantido ao pugilista uma base atlética. A comprovação da cientificidade do boxe fazia-se pelas suas leis, que regulavam o espaço de combate, o traje, as funções de inúmeros agentes, desde os auxiliares até aos cronometristas, passando pelos locutores, os árbitros, os júris e o pugilista e o seu comportamento no ringue. Barradas dedica algumas páginas ao regime alimentar do atleta profissional e à sua higiene, o que incluía prescrições quanto ao seu estilo de vida: “noitadas, refeições suculentas fortemente temperadas, prazeres sexuais excessivos, etc, são incompatíveis com a profissão.”¹¹ O atleta português, denuncia, está longe de alcançar “essa disciplina

9 Idem, p. 8.

10 Idem, p. 16.

11 Idem, p. 85.

dos sentidos” muito por falta de apoio do seu “condutor”, ou *manager*, que lhe deveria incutir os “sentimentos humanos grandiosos que se denominam: a noção de dever, o sentido das responsabilidades, a delicadeza, a cortezia, a serenidade, a modéstia, etc”¹². Fora da cabeça do pugilista deveriam ficar ainda as “obsessões próprias do negócio”.¹³

Barradas escreve com nostalgia dos tempos, durante a Primeira Guerra, em que, em França e Inglaterra, “todas as pessoas de bom gosto e bom tom, o escol da sociedade elegante e artista ... o «tout Paris» e a «gentry» concorriam aos espectáculos possuídos de verdadeiro fervor”¹⁴. Infelizmente, discorre Barradas, o fim da guerra deu origem à transformação da “nobre-arte” em pugilato. A “inteligente e coordenada esgrima de punhos, cheia de elegância de subtileza”, transformou-se “no choque violento, por vezes cruel e monótono, de dois jogadores ignorantes da esgrima e da finta mas senhores de forte musculatura e robusta compleição.”¹⁵ Em Portugal, lastima o tenente, a primeira fase foi curta ou nunca chegou mesmo a acontecer. Sem o enunciar explicitamente, Rafael Barradas associava o descrédito do boxe ao momento em que, transformando-se num espectáculo público remunerado, atraiu atletas oriundos das classes trabalhadoras. O vislumbre de uma mobilidade social conquistada pela força do músculo não estimulava a elegante arte da “esgrima com punhos”. O

12 Idem, p. 86

13 Idem.

14 Idem, p. 89.

15 Idem, p. 90.

regresso a um boxe “com princípios” assinalava agora o projecto de disseminação de valores e práticas promovido pela Direcção Geral, contribuindo para aumentar o “nível da colectividade”. A concepção de um pugilista ideal, transmissor de uma conduta “correcta” ao espectador, correspondia também à descrição de uma classe trabalhadora respeitável, “serena e modesta”, que no quadro do Estado Novo, num período de carestia generalizada, se contentasse com o lugar social que herdara. Comportamentos não correspondentes a este ideal tendiam a ser criminalizados¹⁶. A Direcção Geral integrava-se assim, no seu campo de actuação, num esforço mais vasto, que procurava regular espaços sociais e a vida dos grupos que neles viviam¹⁷.

A “arte de boxar” fora desenvolvida pelos *sportmen* amadores da transição do século. Esta ética amadora advogava a “arte” contra a

16 A idealização de um comportamento popular, como nota Maria João Vaz, já caracterizava os princípios de acção de instituições estatais desde pelo menos o final do século XX, penalizando-se os homens incapazes de controlar as suas paixões, violentos, preguiçosos, indisciplinadores, desrespeitadores da autoridade, e as mulheres que saíam do espaço doméstico e se comportavam fora de uma concepção de domesticidade. Maria João Vaz, “O Povo como classe criminosa”, em *Como se faz um Povo*, José Neves (org.), Lisboa, Tinta da China, 2010, p. 285.

17 Vários trabalhos se debruçaram sobre este processo de regulação. Do ponto de vista da imposição de uma ordem coerciva estatal veja Diego Palácios Cerezales, *Estado, Régimen y orden público en el Portugal contemporáneo*, Tese de doutoramento, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2008. Sobre o processo de enquadramento de grupos sociais específicos veja-se o caso das “criadas de servir”, estado por Inês Brasão “Serviço Doméstico em Portugal: lugares de origem, êxodo e itinerários urbanos (anos quarenta e sessenta)”, em Nuno Domingos e Victor Pereira (ed.), *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Ed. 70, 2010. Sobre grupos numericamente significativos mas de definição mais difusa, que o Estado aliás se esforçou por categorizar, veja-se Susana Pereira Bastos, *O Estado Novo e os seus Vadios*, Lisboa, Dom Quixote, 1997.

“força bruta”, o desinteresse desportista contra o comércio e o negócio. Quatro décadas depois, os seus herdeiros sociais haviam largado o boxe, dedicando-se a outras actividades físicas selectas e distintivas. No entanto, esta concepção do boxe, representando um *habitus* motor¹⁸ cristalizado, transposição em gestos e movimentos desportivos das práticas e disposições de uma burguesia aristocrática e cosmopolita e dos seus corpos socializados, transformara-se num padrão de avaliação dos combates, instituindo um modelo de classificação dos gestos e movimentos dos pugilistas. Este padrão foi sujeito a redefinições, nomeadamente porque o desenvolvimento das técnicas de treino e dos princípios tácticos, processo que caracteriza um campo desportivo relativamente autónomo, não se conforma exactamente aos princípios motores implícitos naquela definição ideal do boxe. Ainda assim, como cartilha de princípios, o modelo amador adequava-se bem à política da Direcção Geral.

O domínio técnico, elementar para a arte se exprimir nos gestos e nos movimentos dos atletas, constituía-se como uma primeira dimensão da arte do boxe. A técnica deveria, no entanto, estar ao serviço de uma atitude. Dir-se-ia, aliás, que as fundações últimas da ética amadora se encontravam na atitude. Esta media-se por valores como a vontade, a persistência, a lealdade e a combatividade. Se a combatividade podia também ser um atributo do pugilista profissional, estimulado

18 Nuno Domingos, op. Cit. Loic Wacquant, no seu trabalho sobre o boxe em Chicago, seguindo também a herança teórica de Bourdieu, utilizou o termo “Practical Schemata”. Loic Wacquant, *Body and Soul: notebooks of an apprentice boxer*, Oxford, Oxford University Press, 2004, pp. 16.17.

pela remuneração, a lealdade e a nobreza de valores definiam apenas os desportistas exemplarmente formados. Nas palavras que relatam no *Diário Popular* um combate no Parque Mayer ecoam as duas grandezas da “arte”¹⁹. Naquela sessão os corpos expressaram “souplesse”, “a mais pura esgrima”, a “arte dos golpes”, a “elegância das atitudes”, a “leveza”, com pugilistas “saltitando em bicos de pés durante os dez assaltos”. A técnica, feita corpo, fora servida pelo “afinco”, a “fibra” e o “brio”; os pugilistas entregaram-se “de corpo e alma ao combate, até ao esgotamento total”, “galhardamente”. A propósito dos moçambicanos que chegaram em 1942 a Lisboa para revolucionar o boxe nacional, o mesmo jornalista, reconhecendo-lhes a vontade e sobretudo a força, desvaloriza as suas faculdades técnicas. Os moçambicanos tinham “disciplina, coragem, vontade, encaixe, fôlego e força”, mas não sabiam “esgrimir com os punhos, jogar com as pernas, combater com o tronco, não sabem, enfim, «boxar»”²⁰. E no entanto, apesar das deficiências apontadas, os quatro moçambicanos foram rapidamente campeões.

Para o regime, mais do que ensinar a técnica, interessava promover a atitude. A técnica era quase observada como uma característica incorporada, típica da forma de vida de determinados grupos sociais. O seu desenvolvimento embatia na precariedade material que assinalava a vida dos clubes populares, então os berços do amadorismo.

19 Rufino Sena, *Diário Popular*, 21/9/46, p. 4.

20 *Diário Popular*, 26/8/44, p. 4.

A acção da Direcção-Geral dos Desportos

CONTROLAR O ASSOCIATIVISMO NO BOXE

Prosseguindo a estratégia de controlo sobre os núcleos de organização associativa, a Direcção Geral procurou usurpar, progressivamente, as áreas de competência da Federação Portuguesa de Boxe, da recém-formada Associação de Pugilismo de Lisboa ou da organização federada no Porto.²¹ Logo em 1942, a instituição estatal assumiu a resolução dos problemas do boxe amador, argumentando que a federação não tinha um plano de trabalho ou um regulamento para o sector²². Problemas sucessivos relacionados com a gestão do boxe profissional conduziram à suspensão da estrutura federativa em 1944. A Direcção Geral concluiu que a FPB não era “idónea”²³. No ano seguinte, numa carta dirigida à Federación Nacional de Deportes espanhola, a propósito de um outro assunto, o director-geral enunciou as razões da suspensão da FPB: “o boxe em Portugal possui a federação oficializada, tendo-se porém reconhecido dificuldades na

21 A Direcção Geral suspendeu a organização de combates no Porto enquanto não se constituísse uma delegação idónea da Comissão Dirigente do Box profissional. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier Boxe B. Carta ao delegado da Direcção Geral no Porto, 31/5/44.

22 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Diversos, Carta da Direcção Geral à FPB, 24/11/42.

23 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier A, Comunicação interna seu chefe da repartição da Direcção Geral ao Director-Geral, 13/4/44.

selecção de dirigentes eleitos, conforme preceitua o regime português, pelos clubes filiados, os quais ou não tinham competência para gerir assuntos de profissionalismo ou provavam ligação com empresários e apoderados, resolveu-se manter a direcção do boxe profissional a cargo desta Direcção-Geral, por intermédio de um delegado seu, o sr. Tenente Rafael Pinto Barradas, e sob fiscalização permanente do Inspector-geral dos Desportos, o Capitão António Cardoso.”²⁴

Entre os casos que sugeriam a sujeição da FPB a interesses comerciais encontrava-se o suposto favorecimento à empresa Sala Central de Desportos, situada no Parque Mayer e gerida pelo empresário Domingos Pinto, em prejuízo das organizações Tobox, que exploravam o recinto do Campo Pequeno.²⁵ A FPB era ainda suspeita de manipular arbitragens e influenciar os resultados dos combates.²⁶ A veracidade destas conjecturas era incerta, dependente que estava de opiniões parcelares e provas inconclusivas, o que alimentava circularmente todas as presunções e teorias da conspiração. Jacinto Duarte,

24 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, Pasta Boxe, Dossier A, Carta do inspector dos desportos a Guilherme Hildebrand, 13/11/45.

25 A Tobox fora suspensa pela federação por um período de seis mês, por “frequentes atitudes de desrespeito”, por pactuar com distúrbios e mau comportamentos durante as sessões públicas, o que redundava em alterações da ordem pública. A organização de espectáculos, por sua vez, acusou a FPB de beneficiar a sua concorrente do Parque Mayer na realização de combates à quarta-feira. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Auto da FPB enviado à Direcção Geral em 29/10/43.

26 Em 1942 o árbitro José dos Santos argumentou junto da Direcção Geral que membros da FPB alteraram decisões suas. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Carta de José Santos à Direcção Geral, s/d.

secretário-geral da FPB aquando da suspensão, pediu infrutiferamente a realização de um inquérito, argumentando que as acusações não eram verdadeiras e que na sua origem estava “o meio vicioso do box em que meramente se digladiava o interesse comercial...”.²⁷

Os processos de averiguação movidos pela Direcção Geral encontravam-se sob permanente suspeição. Contestava-se a imparcialidade de testemunhas e relatores; os seus juízos e decisões eram creditados a intenções ocultas e a lógicas persecutórias. As deliberações, legitimadas pela força pretensamente justa e imparcial do Estado e da lei, seriam rapidamente absorvidas por uma perene cultura da desconfiança.

Separar, contar e definir

Para concretizar a política de regulação do boxe português a Direcção Geral criou instrumentos burocráticos para “situar” os seus diversos elementos, definir as suas funções no interior de um campo de práticas demarcado pelo Estado. A elaboração de listas e cadastros, impressos, boletins e cartões, a obrigação de declarações, licenças, vistos, autorizações, procuravam clarificar os termos dos vínculos entre os vários agentes e os direitos e deveres de pugilistas, treinadores, equipas de apoio, assistentes, árbitros ou jornalistas organizadores de espectáculos e *managers*. As competições, fossem amadoras ou profissionais, deviam apresentar uma regularidade, serem anunciadas

27 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Carta de Jacinto Duarte, secretário-geral da FPB à Direcção Geral, 8/4/44 .

com antecedência e aprovadas pelo crivo da Direcção Geral. Antes dos combates, os organizadores tinham de anunciar os intervenientes e referir a sua categoria, para evitar que o público, como muitas vezes sucedia, fosse enganado quanto ao valor dos pugilistas.

Não bastava apenas, no entanto, decretar as funções dos vários intervenientes neste universo específico: interessava que estes transpusessem para a sua prática uma atitude modelar. Pugilistas foram punidos por comportamento indevido, por agressões a adversários e a árbitros, por desprezarem o público, por não cumprirem contratos, por não comunicarem os seus combates; clubes e organizadores de espectáculos por não assegurarem as condições ideais para a prática, por tolerarem agressões, pelo facto de os seus membros não respeitarem as diversas autoridades; empresários e *managers* foram castigados por não cumprirem contratos e por agirem fora da lei²⁸.

28 No arquivo da Direcção Geral existem vários exemplos destas práticas elencadas. Notem-se alguns exemplos. Em 1945 Rafael Barradas pune o pugilista Kid Adriano (Carlos Wilson) por ter desistido no combate realizado a 15/6 no Parque Mayer. 90 dias de suspensão, 50% da bolsa apreendida e entregue ao empresário por prejuízos. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/523, Pasta Boxe, Dossier D, Informação de Rafael Barradas 18/6/45; Em 1943, sob pressão da Direcção Geral, a FPB repreende os árbitros de um combate no Campo Pequeno realizado a 3/3/43 e suspende o organizador, a Lisboa Boxe. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Diversos, Carta da FPB à Direcção Geral, 16/3/43; Sob pressão da Direcção Geral, a APL castigou com três meses de suspensão o pugilista Carlos Pombo por se ter apresentado por dois clubes diferentes, por um ano Humberto Cruz, do clube dos Tabacos, porque no Ginásio Clube foi detido pelas autoridades e por agredir um pugilista que estava combatendo, seis meses para José André, por no mesmo evento ter sido expulso pelas autoridades. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Diversos, Carta da APL à Direcção Geral, 18/8/43. Sob pressão da Direcção Geral, a FPB ainda em 1943, suspende os boxeurs Joaquim de Matos e Amadeu Brandão, do Grupo Desportivo os

Concebidos como contextos desportivos e morais distintos, o universo amador e o profissional necessitavam de se encontrar rigorosamente definidos e separados. Em Janeiro de 1944, a Direcção Geral informou a FPB de que nenhum amador podia requerer exame para profissional sem ter completado 21 anos e ter frequentado cursos de ginástica num clube apropriado²⁹. Acrescentava que os amadores não estavam autorizados a participar em espectáculos públicos organizados por empresas³⁰. Os atletas amadores eram praticantes dos clubes. Estes, idealmente, proporcionavam-lhes condições de prática, como, por exemplo, a cedência de instalações, a supervisão de um treinador e o apoio médico. Filiadas em organizações regionais, estas associações organizavam competições regulares não lucrativas e com regulamentos adequados a normas internacionais. Os amadores não podiam participar em torneios profissionais. Na prática profissional, o pugilista, cuja condição teria que ser reconhecida por um licença passada pela FPB depois de efectuados exames médicos, era

13, por participarem numa sessão pública de boxe sem comunicarem. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos N.º 3, Carta da FPB à Direcção Geral. 2/11/43. Em Agosto de 1943, na sequência de um conjunto de castigos, e a pedido da Direcção Geral, a Associação de Pugilismo de Lisboa avisa as colectividades que passarão a ser responsabilizadas pelo comportamento dos seus pugilistas. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, Pasta Boxe, Dossier Diversos, 1943. Em 1944, Domingos Pinto foi castigado pela Direcção Geral por não comunicar publicamente a categoria (série) dos pugilistas. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Carta de Domingos Pinto à Direcção Geral, 17/10/44.

29 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier A, Informação da Direcção Geral à FPB, 8/1/44.

30 Idem.

representado por um *manager* que “cuidava” da sua carreira em troca de uma percentagem dos seus ganhos em combate, designados por “bolsas”. Os *managers* “vendiam” os préstimos do pugilista aos organizadores dos espectáculos que arrecadavam os lucros da bilheteira. Muitas vezes, porém, os organizadores asseguravam directamente os contratos com os pugilistas. Estes negociantes constituíam o âmagô do boxe profissional, por onde circulava ainda toda uma diversidade de agentes cuja presença nas pastas do arquivo é menos evidente.

Para a Direcção Geral era indiscutível que “ao box amador deve ser reservado um campo de acção à parte do box profissional. A sua aprendizagem e as suas demonstrações deverão circunscrever-se, por isso, na medida do possível, ao ambiente clubista.”³¹ A criação, no início de 1944, de uma Comissão de Estudo e Organização do Pugilismo Amador visava distinguir, “duma maneira rígida e inflexível”, o pugilismo amador, um desporto, do box profissional, um espectáculo”³². Uma percentagem dos lucros das competições profissionais seria angariada para financiar clubes, associações regionais e a federação. Os clubes amadores deviam submeter os atletas a exames médicos e também, de acordo com o modelo de práticas físicas dominante durante o Estado Novo, à frequência de aulas de

31 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Diversos, Carta da Direcção Geral à APL, 27/7/43.

32 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier A, Carta da APL à Direcção Geral, 17/2/44.

ginástica, modo de integrarem na aprendizagem dos movimentos do corpo metodologias “racionais” e educativas.

Inspecções médicas

A certificação médica dos pugilistas era realizada pelo Centro de Medicina da Federação Portuguesa de Futebol, na qual trabalhavam alguns profissionais ligados ao Instituto Nacional de Educação Física, como era o caso do médico responsável pela inspecção aos pugilistas, Manuel Mesquita Guimarães. A passagem da condição de amador para profissional exigia uma atenta avaliação. A ficha do exame clínico, igual à utilizada para aquilatar da condição dos jogadores de futebol, incluía a análise dos aparelhos respiratório, circulatório, a verificação do abdómen, dos sistemas osteo-auricular e nervoso. Nem sempre os atletas ultrapassavam estes exames.³³ Indivíduos com menos de 21 anos não estavam autorizados a participar em combates profissionais, a não ser que os serviços médicos da Direcção Geral reconhecessem a sua robustez.³⁴

No seu *ABC do Pugilismo*, Rafael Barradas listou as lesões e traumatismos comuns na prática do boxe. Entre as enfermidades temporárias, encontrava-se a “embriaguês pugilística ou *punch*

33 Em Julho de 1994, o Centro de Medicina Desportiva da FPF informou que António Correia Chanoca, José Valente Rocha e António Fernando Figueiredo foram reprovados nos exames médicos AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier A, Informação da FPF à Direcção Geral, 18/7/44.

34 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Diversos, Informação da Direcção Geral à FPB, 8/10/43.

drunkenness que parece dever-se a pancadas repetidas no queixo ou à queda de um indivíduo, desamparadamente, no solo”, e a cegueira imprevista, “derivada de continuados golpes na região temporal e orbicular”, responsáveis pela perda de visão de alguns pugilistas já depois de finda a sua vida profissional. Quanto às lesões permanentes destacavam-se as do nariz, por via do deslocamento das cartilagens interiores dos pontos de implantação óssea, sob a acção dos golpes; as dos olhos, resultado da frequente abertura da arcada supraciliar e de maleitas como a conjutivite traumática, as extravasões sanguíneas das pálpebras, as oftalmoplegias totais ou os derrames sanguíneos na câmara ocular anterior; as dos ouvidos, que incluíam as orelhas em ‘couve-flor’ deformadas pelos golpes, a inflamação do canal auditivo e as rupturas que por vezes conduziam à surdez; e, por fim, as das mãos, extremidades sujeitas a inúmeras fracturas. A este rol de problemas juntavam-se todas as patologias não decorrentes directamente da prática, mas que não eram raras nos pugilistas, como por exemplo as doenças contagiosas.

Depuração Social

O processo de regulação do boxe em Portugal consagrou padrões de comportamento considerados “normais”, expressão de uma definição prescritiva da modalidade. Esta modelação da luta organizada reforçou o estatuto marginal de outras práticas físicas que envolviam uma qualquer dimensão de conflito desorganizado. Interessava à Direcção Geral, num quadro mais lato de intervenção estatal, eliminar actividades não autorizadas, clandestinas, onde a luta, corpo a corpo, não se efectuava segundo as leis do boxe, mas sob

uma jurisdição própria, permitindo-se golpes e estratégias interdita-das pelas normas da modalidade. Alguns espectáculos clandestinos envolviam sistemas de apostas. Noutros contextos, o boxe era apre-sentado como uma recreação de carácter circense, praticado em feiras e circos, centros das sociabilidades populares³⁵. Proibiram-se campeonatos populares de boxe sob o pretexto comum de que a Direcção Geral não autorizava “a realização de qualquer torneio de box fora dos organismos especialmente dotados para esse fim”³⁶, ou, como noutro caso, por “falta de eficiente inspecção médica, pelo pouco escrúpulo na atribuição da categoria dos contendores e, ainda, pelo alheamento dos mais elementares princípios de profilaxia.”³⁷

A Direcção Geral pediu por diversas vezes a intervenção da Polícia de Segurança Pública, como em Agosto de 1944 quando exigiu a proibição dos combates de boxe promovidos por um circo ambulante em Campolide³⁸. Era comum a realização de espectáculos de boxe em

35 Ver Vidal e Gonçalves, op. Cit.

36 Expressão empregue pelo chefe da Repartição da Direcção Geral António Cardoso em 1943 ao proibir a realização do Torneio Portuense de Box. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Diversos. Carta de António Cardoso ao delegado da Direcção Geral no Porto, 29/9/43.

37 Assim o denunciou o delegado da instituição no Porto, a propósito da realização do Campeonato Popular de Box, organizado pelo semanário *Sporting*. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Diversos, 30/7/43.

38 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta A, Carta da Direcção Geral à PSP de Lisboa, 16/8/44. Em 1947, o alvo foi um circo em Benfica chamado Perna-de-Pau que organizava sessões de boxe amador AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/623 1947, Pasta Boxe, Dossier 5b, Carta do Comando Geral da PSP à Direcção Geral, 9/4/47.

circos, algumas vezes com a presença de pugilistas consagrados do circuito nacional e atletas estrangeiros. Em Novembro de 1945, um folheto do Circo Favoritos anunciava uma desforra entre Agostinho Sales, campeão de Portugal, e Ernesto Martin. O boxe fazia parte de um programa que incluía fados, teatro e variedades. Sales e Martin partilhavam o cartaz com Aurora Silva, “verdadeira fadista com a sua voz de ouro”, Lina de Sousa, a “voz cristalizada do fado”, Ivone Fonseca, a “revelação de 1945”, e o “sentimental cantor” Augusto Graça.

Noutras ocasiões, alheadas da lei ou pouco interessadas em a fazer cumprir, as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia organizavam combates públicos³⁹. Em 1946 a Direcção Geral informou os Governadores Cívicos de que não era permitido, como vinha acontecendo, a realização de combates de boxe com entradas pagas sem a sua permissão⁴⁰. Em 1952, a propósito da organização de combates ilegais em Faro, a FPB adverte a Direcção Geral que tais ocorrências eram comuns nos arredores de Lisboa e noutras cidades do país⁴¹.

39 Em 1944 o inspector dos espectáculos Óscar de Freitas pediu à Direcção-Geral um parecer sobre o pedido da Junta de Freguesia de Santa Catarina para autorização de uma sessão de box, acrescentando na carta: “Entendo contudo que por se tratar dum desporto popular susceptível de influenciar directamente a assistência e exigindo requisitos dos jogadores, que, na maior parte dos casos, se tem verificado não existirem, não deve ser permitida a sua efectivação”. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier B, Carta da IGE à Direcção Geral, 25/8/44)

40 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/535 1946, Pasta Boxe, Dossier 4-A, Circular da Direcção Gera aos Governadores Cívicos, 5/1/46.

41 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/391, 1952, Pasta Boxe, Dossier 5B, Carta da FPB à Direcção Geral, 21/8/52.

Apesar das proclamadas intenções, as instituições estatais tinham dificuldade em colocar o seu programa de acção em prática, erradicando todas as lutas consideradas, à luz de uma concepção normativa, marginais e desviantes.

Os espaços não controlados, circos, ringues improvisados, salas esconsas, onde se praticavam formas de luta híbridas, pouco disciplinadas, por vezes brutais ou simplesmente espectaculares, estavam demasiado próximos da rua e do pugilato, ou mesmo do circo, e muito longe da arte da “esgrima com os punhos” e da atitude nobre, educada e ordenada que se esperava dos combatentes e do público. A organização de combates regulamentados, afastados da rua e dos bairros populares⁴², concentrava-se num circuito lisboeta de lazer urbano noctívago, mais próximo do consumo, fundamentalmente masculino, de certos estratos das classes médias e médias baixas lisboetas. Num publicação de 1942 denominada *Figuras do Pugilismo Nacional*, patrocinada pela Sala Central de Desportos de Domingos Pinto, desenhava-se, entre as fotografias dos atletas em pose e a publicidade a várias casas comerciais, um itinerário noctívago que tinha no centro o Parque Mayer e se estendia pela Rua da Glória e a Rua dos Condes e que incluía o Mayer Bar (“O Bar dos artistas, jornalistas e desportistas”, ao lado do Capitólio), o café e restaurante Globo (“aberto toda

42 Sobre as sociabilidades populares em Lisboa no século XX ver Vidal e Gonçalves, op. Cit, e, para um período mais recuado, que não deixa de estabelecer uma base importante para a interpretação desta época, Maria Alexandre Lousada, “O Povo de Lisboa – sociabilidades na transição para o Portugal contemporâneo, em Como se Faz um Povo, José Neves (coord.), Lisboa, Tinta da China, 2010, pp. 263–275.

a noite”), o Concha, dancing-bar (com “a grande orquestra internacional Sousa Pinto”) e o Olímpia-Club, cabaret-dancing (“as melhores variedades artísticas, aberto toda a noite”) ⁴³. Em certa medida, remetia-se para um conjunto de lugares reconhecidos pelas forças da ordem pública práticas associadas a comportamentos desviantes. Tratava-se de uma permissividade relativamente controlada, que não prejudicava a exploração comercial inerente a estas actividades.

Ao procurar controlar o associativismo desportivo, a Direcção Geral aspirava a ganhar acesso a uma estrutura de mediação social que envolvia um número elevado de pessoas. Conquistado este espaço era mais simples exercer influência política, eliminar focos de tensão e coordenar uma política de regulação social a partir da normalização da actividade desportiva. No contexto político do Estado Novo, poucas vozes afirmavam publicamente a sua discordância com este modelo de intervenção. Aproveitando algum espaço de dissensão concedido pelo fim da Guerra, cujo desfecho acabou por tirá-lo do campo prisional do Tarrafal em Cabo Verde, o jornalista e treinador Cândido de Oliveira, em entrevista ao Diário Popular, considerava a acção do novo organismo do Estado perniciosa, invasora da autonomia dos clubes e ineficaz no apoio que devia consagrar ao desenvolvimento das práticas desportivas:

“O Estado devia limitar-se a estabelecer regras superiores de orientação, inspiradas na experiência e na ciência da educação físico-desportiva e deixar às Federações e aos Clubes a acção propriamente

43 Isidro Pinto (ed), *Figuras do Pugilismo Nacional*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1942.

dita. Vigiar as actividades desportivas, dar-lhes estímulo e auxílio, criando meio materiais – piscinas, campos e parques de jogos. ... Isto seria bastante mais útil do que ter confiado à DGD uma ingerência directa no funcionamento dos clubes e das associações: condicionando e intervindo nas eleições dos dirigentes dessas instituições particulares do desporto; procurando averiguar se um castigo foi bem ou mal imposto a um jogador pelo Clube ou pela Federação; se um árbitro de um jogo ou de um combate de «box» serviu bem ou foi incompetente e, mais perturbadoramente ainda, modificando decisões competentemente tomadas pelos árbitros desportivos, como sucedeu no último Portugal-Espanha, em «water-polo».”⁴⁴

O imperativo comercial no coração da pugilismo

Em 8 de Outubro de 1945, Domingos Pinto, organizador de espectáculos de boxe no Parque Mayer em Lisboa escreveu uma carta à Direcção Geral. O subscritor possuía uma longa carreira no boxe nacional, antigo praticante, ex-campeão regional, dirigiu a Associação Regional de Pugilismo, fez parte do conselho técnico da FPB, desempenhara o cargo de *manager*, para além da actividade como jornalista. A sua carta versava um assunto específico: um contrato acordado com o pugilista Jorge Larsen que a instituição estatal considerara nulo⁴⁵.

44 “O desporto deve estar à margem das lutas políticas”, entrevista a Cândido de Oliveira, *Diário Popular*, 17/11/45, p. 1 e 5.

45 Domingos Pinto havia enviado uma largo dossier em que anexa a exposições e cartas. A exposição mais importante seguiu a 8/10/45 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/523, Pasta Boxe, 1945, Dossier A, 8/10/45.

Para o empresário a Direcção Geral, ocupada com assuntos desportivos, não era competente para julgar uma disputa de âmbito laboral cuja jurisdição pertencia à Inspecção-Geral dos Espectáculos e aos tribunais do trabalho. Domingos Pinto sugeria, desta forma, que o boxe, movido por relações de natureza comercial, não podia ser considerado um desporto. A sua argumentação, que procura, a partir de um caso particular, constituir doutrina, enuncia a lógica de um sistema que perdura pela possibilidade de oferecer vantagens comerciais a diversos agentes, o que contrariava a visão da Direcção Geral sobre a modalidade. Por outro lado, Domingos Pinto relembra que este sistema, fundado em relações laborais firmadas em contratos, é legitimado por um conjunto de instituições estatais, o que revelava as próprias contradições inerentes à acção do Estado:

“Quando em 1938 iniciei, como desportista amador, e na qualidade de dirigente da Federação e do Grupo Desportivo «Os treze», a obra de ressurgimento do pugilismo nacional, não havia então, nem pugilistas (uns tinham abandonado o país, outros tinham envelhecido e abandonado) nem dirigentes (se havia Federação, não dava sinal de vida), nem público (tinham desertado dos espectáculos, pois as «vigarices» tinham sido inúmeras), nem recinto apropriado (pois o Coliseu e o Campo Pequeno eram casas de grande lotações e enormes gastos). Não havia nada nem ninguém que quisesse arriscar os seus capitais ... e arrecadar tão enormes lucros ... Para fazer pugilistas tive que contratar treinadores. Os estrangeiros Clavari, Alabau, Sória e Isidro Perez foram meus contratados e secundados pelos nacionais Sevilla, Francisco Brito e Serafim Cardoso, actuais «managers». Assim se fizeram, com (enormes) gastos de salas de

entretenimento, os Sousas actuais, Licínio, França, Oliveiras, Figueiredo, Guilherme Martins, Valente Rocha, Silvas, etc. Organizaram-se numerosas competições populares e inter-salas, pois os clubes da especialidade raramente dispõem de indivíduos com temperamento para desportos de combate. E não resisto à tentação de dizer a V. Ex que a 1.^a sessão organizada, foi feita com entradas gratuitas .. a primeira sessão popular deu de receita bruta 148\$00 e quase mil escudos de prejuízo. Isso representava bem a importância que o público lisboeta dava nessa altura às sessões de box. Dois anos mais tarde, comecei um ligeiro intercâmbio com pugilistas espanhóis de terceira série. E assim por diante até às grandes receitas da época áurea de 1942 em que apareceu a já célebre equipa de moçambicanos.”⁴⁶

A vontade de estimular o boxe popular, contada em tom épico na missiva, acabou por acarretar prejuízos ao empresário. As sessões populares e a construção do recinto “estádio Mayer”, ginásio situado no Parque Mayer, tê-lo-iam obrigado a vender seis dos seus estabelecimentos. Pinto era um comerciante com alguma prosperidade, possuindo uma rede de talhos. A necessidade e precariedade financeiras conduziram-no a reflectir sobre a possibilidade de realização concreta dos princípios nobres e desinteressados que, num quadro de ética amadora, guindavam até aí a sua actividade no mundo do boxe e a decidir, não sem aparentes rebates de consciência, nortear a sua acção numa direcção diferente:

46 Idem.

“não pude hesitar, quando se aproximou o momento de me decidir a ser um organizador profissional, isto é um homem que teria de passar a negociar com o esforço atlético dos seus contratados. E só poderá avaliar o que teria sido a minha repulsa, quem como o Dr. Salazar Carreira⁴⁷, conhecia gestos e atitudes deste desportista eclético que se chamou Domingos Pinto, que na época em que foi campeão regional e nacional, seleccionado, não quiz abandonar o «seu» grupo Desportivo «os treze», clube onde tinha de comprar o seu material desportivo e o dos seus companheiros de equipa, para ter o prazer de não ingressar as fileiras dum clube grande onde o profissionalismo disfarçado era já praticado. Não tive outro remédio, para me defender dos «videirinhos»⁴⁸ que haviam de surgir, a aproveitar-se do meu esforçado sacrifício. (...)

Fiz então, com que os meus contratados assinassem contratos (a exemplo dos que existem nos grande centros mundiais) dando-me, afinal de justiça, exclusividade da sua actividade pugilistica, dando-lhe um tratamento semelhante ao que se faz com artistas de circo, lutadores, artistas de music-hall, não os considerando desportistas que de facto não são, pois não concebo que sejam desportistas, e portanto com direitos nessa Direcção-Geral, homens que vendem a um empresário o seu esforço a um tanto por minuto⁴⁹. Porque há-de um

47 Salazar Carreira possuía um longo percurso no desporto português que o levaria a Inspector dos Desportos. A sua acção, guiada por um ética do amadorismo, zelava pela existência de um desporto “puro”, não comercial.

48 Um videirinho é um agenciador ou um fura-vidas.

49 Sublinhado no original.

pugilista ser desportista e não o há-de um lutador ou um voador? Se os actuais voadores do Lisboa Ginásio e do Ginásio Clube Português ingressarem amanhã numa companhia de circo e levarem também com eles, nessa companhia, uma «troupe» de lutadores, por essas províncias fora, continuarão eles a ser desportistas? Em meu entender, e tem sido esta minha tese sempre apregoada, são apenas homens que para exercerem a sua profissão, tiveram de fazer e têm de fazer muito desporto e muita preparação física. Tal e qual como eles, deixei de ser um desportista em «box» no dia em que tirei uma licença de «manager», que traduzida quer dizer negociante e no dia em que abri uma bilheteira e me classifiquei de empresário, tendo para isso abandonado todos os cargos que tinha da Federação, Associação de Pugilismo e clubes da especialidade.”⁵⁰

À margem da carta enviada por Domingos Pinto alguém, provavelmente o delegado Rafael Barradas, escreveu: “Prova patente da oposição de princípios entre Domingos Pinto e a Direcção-Geral”⁵¹. Pouco tempo depois, Barradas escreve ao Director-Geral⁵² sublinhando que, “no dia em que os pugilistas profissionais deixem de ser considerados desportistas para serem artistas de circo, não haverá mais combates sérios no País. Sucede-lhe o que aconteceu à luta greco-romana.

50 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/523, Pasta Boxe, 1945, Dossier A, 8/10/45.

51 Idem

52 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/523, Pasta Boxe, 1945, Dossier A, 8/10/45, Carta de Rafael Barradas ao Director Geral dos Desportos, 9/10/45.

Contra isso insurjo-me veementemente e luto pelo oposto: que os pugilistas, mesmo profissionais, sejam desportistas a cem por cento.”

Representando um desafio à concepção desportiva da modalidade definida pela Direcção Geral, a perspectiva comercial de Domingos Pinto encontrava-se mais próxima do contexto das relações concretas que suportavam o quotidiano do boxe em Portugal. Domingos Pinto descrevia, no entanto, um sistema que o próprio dominava e que se baseava fundamentalmente no controlo sobre a circulação de mão-de-obra, exercido muitas vezes de forma despótica, como o demonstrava o conflito com o pugilista Larsen a quem o empresário exigia o cumprimento de um contrato de exclusividade sem termo: “o período marcado, desde o tempo em que começou a combater por conta da minha empresa até ao dia em que os técnicos ou médicos federativos entendam ele já não ter aptidões para ser pugilista”⁵³. O empresário não actuava, no entanto, fora da lei. A sua posição estava escudada pela legalidade conferida pelo próprio Estado que, através do registo dos contratos na Inspeção-Geral dos Espectáculos, legitimava todo um sistema de relações laborais. O empresário sentia-se à vontade, aliás, para recorrer aos tribunais do trabalho. Comerciante de um espectáculo, Domingos Pinto não desejava que a sua actividade caísse sob alçada da autoridade desportiva estatal. A acção da Direcção Geral acabava por representar uma certa ética dos valores, não propriamente humanista ou solidária, mas “amadora” o suficiente para chocar com as práticas mercantis dominantes.

53 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/523, Pasta Boxe, 1945, Dossier A, 8/10/45.

O Estado, muitas vezes tomado como um simples instrumento uniforme do regime que o governa, respondia, no entanto, a distintos interesses. Segundo Rafael Barradas cabia à Direcção Geral, que se apoderara da autonomia do associativismo desportivo, e não aos tribunais comuns, asseverar que não se registavam acordos laborais “cujos termos e as normas pareçam subtis, contenham gérmem de sofisma, careçam de equidade, sem mútuo benefício e, sobretudo, se afastem das boas normas desportivas”, acrescentando que: “Domingos Pinto como empresário pretende monopolizar os serviços dos principais pugilistas portugueses, alegando ou que os criou ou já tem com eles contratos de exclusividade...”⁵⁴. Como resultado deste processo, a Direcção Geral deliberaria que a partir de 1 de Janeiro de 1946 não seriam permitidos quaisquer contratos entre empresários e pugilistas com carácter de exclusividade de serviços.

Esta medida seguia-se a outras que visavam a regulamentação da actividade dos organizadores. Logo depois da criação da Direcção Geral, os organizadores de espectáculos foram obrigados a comunicar todos os combates à instituição estatal, de forma a obterem um visto de autorização⁵⁵. Mais tarde, outra norma procurava evitar que os organizadores actuassem simultaneamente como *managers*.⁵⁶

54 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/523, Pasta Boxe, 1945, Dossier A, 8/10/45, Carta de Rafael Barradas ao Director Geral dos Desportos, 9/10/45.

55 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Diversos, Circular 17/11/42.

56 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier, 4-E, Esboço de declaração a preencher pelos organizadores, 23/1/45.

Um sistema de circulação de mão-de-obra

A comissão criada pela Direcção Geral para zelar pela separação entre a esfera amadora e a comercial do pugilismo projectava “substituir a regulamentação antiga, prestável a todos os negócios oportunistas realizados por empresários ou boxeurs profissionais que (...) levaram o descrédito até ao pugilismo amador conduzindo a que o seu aspecto educativo seja prejudicado em proveito daqueles que o tomam como escola ou «Fábrica» de futuros profissionais.”

O universo dos organizadores de espectáculos e dos managers, aqueles que controlavam directamente o boxe profissional, mas também de outros agentes que beneficiavam da existência de competição, desde os treinadores aos assistentes e terminando nos jornalistas e nos jornais, dependia de uma matéria-prima que era formada nos clubes amadores, onde predominavam as agremiações populares, como, no caso lisboeta, o Grupo Desportivo da Mouraria, o Lisboa Rio de Janeiro, o Sport Lisboa Oriental; clubes históricos como o Lisboa Ginásio, o Ginásio Clube ou o Ateneu Comercial de Lisboa; e clubes sedeados em empresas, como por exemplo o Matadouro ou a Lisgás, grupo da Companhia de Gás e Electricidade⁵⁷. A separação entre o boxe amador e o boxe profissional, que a Direcção Geral procurou consagrar, estabelecia-se como uma divisão formal que resistia pouco a uma visão mais unitária de um mercado de trabalho em

⁵⁷ A Lisgás nasceu em 1935 e era um clube para os empregados das Companhias reunidas de Gás e Electricidade.

movimento. O sistema de circulação de mão-de-obra, que tinha no espectáculo profissional o seu principal fim, começava nos clubes de bairro que estimulavam em condições precárias o boxe amador, ou, ainda antes, nas aspirações de jovens das classes populares lisboetas face a um mundo de escassas oportunidades. Publicamente, muitos dos intermediários interessados em explorar este circuito laboral ocultavam a sua dimensão económica, preferindo salientar a sua missão patriótica. Assim o fez Manuel da Silva Lopes⁵⁸, director da secção de boxe da Lisgás e membro da direcção do clube Rio de Janeiro (fora também um alto dirigente da APL), que em 1943 afirmou ao jornal *Sports* que o trabalho dos clubes amadores “poderá proporcionar a revelação de bons pugilistas profissionais”, consolidando “a acção moralizadora” e a necessidade dos “praticantes se revigorem física, moral e intelectualmente”.

A passagem de um pugilista da condição de amador para a de profissional não significava apenas uma mudança de categoria, mas a entrada no mercado de um novo trabalhador com licença para se apresentar em espectáculos públicos com entradas pagas. A chegada em 1942 dos quatro pugilistas moçambicanos trazidos de Lourenço Marques pelo *manager* Canelas Júnior (Larsen, Levy, Carlos Wilson, Fernando Matos), mão-de-obra especializada e de alta qualidade, estimulou o mercado, atenuando as restrições à mobilidade de pugilistas internacionais imposta pela guerra mundial.

⁵⁸ Entrevista concedida ao jornal *Sports* em 26/2/43 anexada a uma carta enviada à Direcção-Geral em 25/4/44. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Pasta Boxe, Caixa 04/516 – 1944.

Todos os entraves colocados à circulação da mão-de-obra, incluindo os decorrentes da aplicação de leis, prejudicavam o funcionamento do sistema. Diversos esquemas foram usados para tornear estes obstáculos legais. Em Novembro de 1943, Sampayo Teixeira, dirigente da APL, acusou a FPB de facilitar o processo de profissionalização dos pugilistas⁵⁹. Em inúmeros casos a APL, entidade responsável pela concessão de uma autorização a quem prestasse provas do seu valor técnico, não era consultada. A atribuição à APL de uma função fiscalizadora visava “evitar o mercantilismo de organizadores pouco escrupulosos e melhorar a situação actual do pugilismo nacional”. Alguns pugilistas moçambicanos, que chegaram a Portugal seguindo o filão aberto pelo quarteto pioneiro, apesar de apresentarem “deficientes conhecimentos técnicos”, obtiveram a licença da FBP. Noutra situação, um grupo de atletas (Joaquim de Matos, Amadeu Brandão e Jack de Freitas) prestou provas para obtenção de licença profissional numa festa de homenagem ao antigo praticante Silva Ruivo, sem conhecimento oficial da APL⁶⁰.

A fiscalização médica, dimensão elementar da política da Direcção Geral, converteu-se também num estorvo à flexibilização e mobilidade da mão-de-obra. Em Janeiro de 1944 a APL comunicou à instituição estatal que numa sessão de boxe profissional realizada três dias antes no recinto da Lisgás, o amador José Costa foi autorizado pela

59 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Carta da APL à Direcção Geral, em 18/10/43.

60 Idem.

FPB a fazer o seu exame de profissional sem o seu conhecimento⁶¹. Sob o pseudónimo de Joe Costa, este pugilista nunca havia feito nenhum combate como amador e chegou a ser considerado incapaz por uma inspecção médica realizada em Maio do ano anterior⁶². José Costa, de acordo com a informação do médico dos desportos, revelava “valores anormais no pulso e na tensão arterial o que pode sugerir enfermidade e os perímetros torácicos dão a certeza de uma incapacidade respiratória”⁶³. Para a FPB, no entanto, o pugilista está apto, já que ultrapassara um “exame de suficiência”, onde se aplicou o mesmo critério utilizado para fiscalizar os pugilistas moçambicanos, Jack Freitas e outros⁶⁴. As inspecções médicas, além de interferirem na entrada dos atletas no mercado profissional, desempenhavam também um papel nas lutas entre *managers* e organizadores. O *manager* Canelas Júnior contestou uma decisão tomada por uma junta médica indicada pela FPB que considerou o seu pupilo Jorge Larsen cego de um olho, o que, segundo ele, “contrariava as opiniões de médicos moçambicanos e sul-africanos”⁶⁵. Considerava o *manager* que a origem deste diagnóstico, que impedia Larsen de combater, respondia ao interesse da

61 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier A, Carta da APL à Direcção Geral, 8/1/44.

62 Idem.

63 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier A, Carta do médico dos desportos à Direcção Geral, 17/2/44.

64 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier A, Carta da FPB à Direcção Geral, 23/2/44.

65 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inspeções Médicas, Carta de Canelas Júnior à Direcção Geral, 16/2/43.

concorrência comercial, concluindo que nas inspecções realizadas nas vésperas dos combates, os “apaixonados clínicos podem causar grandes males”⁶⁶. Enquanto Larsen foi alvo de uma inspecção demasiado rigorosa outros pugilistas combatiam com “estrabismos acentuadíssimos, que lhes não permitem se não visão monocular, isto é, esses indivíduos são praticamente cegos de um olho, embora alternada e separadamente possam ver com um olho ou com outro.”

Antes da transição para a categoria de profissional, muitos pugilistas já combatiam por dinheiro, violando a lei. Em Dezembro de 1943, Domingos Pinto, então na qualidade de director da secção de boxe do Grupo Desportivo “os 13”, solicitou à Direcção Geral a suspensão dos castigos a dois pugilistas do clube que desconheciam que o estatuto de amador os impedia de combater em sessões públicas com entradas pagas⁶⁷. Ambos eram candidatos a profissionais. Em Setembro de 1944, a APL alertou a instituição estatal para a campanha promovida pelos jornais *O Sports* e *Diário Popular* para que fossem incluídos amadores nas sessões para profissionais⁶⁸. Os jornais beneficiavam do aumento do número de praticantes, estímulo para o crescimento da

66 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inspecções Médicas, Carta de Canelas Júnior à Direcção Geral, 28/4/43.

67 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Carta de Domingos Pinto à Direcção Geral, 17/12/43. Estes factos eram relativamente comuns. Em 1944, por exemplo, a APL pediu um inquérito ao pugilista António Moreno, inscrito da APL pelo clube Matadouro, e que é acusado de disputar combates de profissionais. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Dossier Amadores, Carta da APL à Direcção Geral, 29/11/44.

68 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Carta da APL à Direcção Geral, 15/9/44.

modalidade, do interesse do público e do número de leitores. Alguns periódicos, como foi o caso do *Diário Popular*, organizaram campeonatos populares de boxe. Em Agosto de 1950 este periódico propôs à Direcção Geral a realização em Lisboa de um campeonato inter-bairros onde participariam indivíduos sem experiência em provas oficiais e que não estivessem inscritos na APL⁶⁹. Esta associação e a FPB aprovaram a proposta, e os candidatos foram submetidos a exames médicos⁷⁰. Associaram-se ao campeonato os bairros de Alcântara, Alfama, Bairro Alto, Alto do Pina, Bairro de Inglaterra, Campo de Ourique, Madragoa e Mouraria. Aos clubes com sede nestes bairros cabia garantir apoio logístico às equipas. Após cinco jornadas da competição, os organizadores queixaram-se à Direcção Geral do processo que conduzia à subversão dos seus objectivos. A partir do momento em que “duas dezenas de jovens” se revelaram, “mais se acentuaram as tentativas de «torpedeamento» do torneio por parte de alguns indivíduos que no boxe têm exercido nociva acção. A «máquina» destes indivíduos está perfeitamente montada. Chegam a dispor de «agentes» disfarçados de «treinadores» e «orientadores» dentro dos clubes de amadores, sob o disfarce de colaboradores, mas no fundo são apenas «angariadores» dos «dominadores» e «rendeiros» do boxe.”⁷¹ Os atletas que se evidenciaram neste campeonato estavam a ser “roubados”

69 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/530, 1950, Pasta Boxe, Dossier 5-B, Carta do Diário Popular à Direcção Geral, 7/8/50.

70 Idem.

71 Idem.

e alguns já não apareciam às jornadas da competição. Para o *Diário Popular* a Direcção Geral devia impedir os atletas de se inscreverem em clubes antes do fim deste campeonato. Apesar da concordância da instituição estatal, o campeonato acabou por ser suspenso⁷². Os benefícios do torneio para o sistema de circulação de mão-de-obra, ao permitir a revelação de novos valores, esgotavam-se quando se bloqueava a sua integração no circuito montado. A própria FPB acabou por defender, perante a Direcção Geral, “e dada a pobreza dos praticantes amadores”, a inclusão dos candidatos a pugilistas nos clubes onde foram preparados para o campeonato do *Diário Popular* com vista à sua participação nos campeonatos amadores da APL”⁷³.

O bloqueio à mercantilização do boxe amador não prejudicava apenas *managers*, empresários e dirigentes de clubes. As próprias associações e os atletas, que conseguiam pequenos ganhos, resultado da venda de bilhetes, rejeitavam a versão idealista e desinteressada do desporto pelo desporto, privilégio de quem vivia fora de uma economia da necessidade. Foi em nome dos pequenos clubes que a Direcção Geral e a FPB, depois desta ter voltado a assumir a direcção do boxe nacional, inverteram as determinações mais rígidas que caracterizaram o período do magistério de Rafael Barradas⁷⁴. Em 1947, a Direcção Geral argumentou junto da Inspecção-Geral de

72 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/530, 1950, Pasta Boxe, Dossier 5-B, Carta da FPB à Direcção Geral, 15/9/50.

73 Idem.

74 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/623, 1947, Pasta Boxe, Dossier 5-A, Carta da FPB à Direcção Geral, 29/10/47.

Espectáculos que o boxe sofria de um tratamento desigual em relação a outras modalidades amadoras⁷⁵. Antes disso, em Setembro de 1946, a FPB, em circular dirigida aos clubes, sugeria-lhes que pedissem à Direcção Geral material e aulas de pugilismo pois “à semelhança do que se faz em toda a parte, os pugilistas amadores, mais cotados, e que obtenham a indispensável autorização dos clubes que representam, poderão, de futuro, fazer um ou dois combates de abertura em sessões profissionais a fim de criarem a indispensável «endurance» e prática de ring, com vista a futuras competições internacionais.”⁷⁶ No período do pós-guerra, aumentaram os pedidos de autorização à Direcção Geral para transferência de atletas entre clubes amadores. Apesar das limitadas condições que podiam justificar esta mobilidade desportiva - suspensão da actividade do clube, mudança de emprego ou de residência e passagem pelo antigo clube da chamada carta de desobrigação – era evidente a existência de um mercado semi-profissional dentro do coração do boxe amador⁷⁷.

Este sistema particular de formação e circulação de mão-de-obra inscrevia-se nas lógicas mais estruturais que caracterizavam o mercado de trabalho, em relação ao qual se confrontavam os jovens de classes populares. Eixo de sociabilidade, o clube de bairro, dentro

75 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/623, 1947, Pasta Boxe, Dossier 5-A, Carta da Direcção Geral à Inspeção dos Espectáculos, 21/11/47.

76 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/623, 1947, Pasta Boxe, Dossier Amadores, Circular da Direcção Geral aos clubes, 27/9/46.

77 Veja-se, sobretudo, AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/426, 1948, Pasta Boxe, Dossier 5-J, Transferências.

dos seus constrangimentos materiais e humanos, transformava-se também numa escola de formação. É certo que muitos pugilistas aprendizes não desejavam necessariamente seguir uma carreira, mas apenas desenvolver relações de sociabilidade no bairro e adquirir uma técnica de defesa pessoal, vantajosa em diversas situações quotidianas e provável factor de estatuto local. Para outros, porém, a aprendizagem podia ser útil, não apenas para um eventual percurso no boxe profissional, mas para a realização de tarefas que exigiam determinado treino físico, como os serviços de segurança, o trabalho nas forças de defesa, nos serviços militares ou na polícia ou mesmo em actividades que se encontravam à margem da lei.

As estratégias de mobilidade destes indivíduos e os valores que partilhavam num mundo de trocas e performances específicas, cujo estudo implicaria um trabalho lançado sobre outras bases, estavam condicionados por uma economia da necessidade sujeita a acordos formais e informais, base de um sistema de relações de poder.

A lógica do contrato

Tanto no contexto amador como no profissional predominavam relações de trabalho que implicavam contrapartidas e formas de contratualização, fossem estas expressas num contrato legal ou estabelecidas no âmbito de relações informais, expressão de uma contratualidade social de natureza mais ampla. No caso do amadorismo, prevalecia uma circulação de recompensas cujos termos eram acordados verbalmente e de acordo com relações de confiança, sujeitas, no entanto, a vários tipos de incumprimento. No universo do boxe profissional as relações de trabalho estavam reguladas por contratos. Os

intermediários destas ligações laborais saltitavam de função em função, sendo comum encontrar antigos pugilistas a treinar⁷⁸, ou à frente de clubes, *managers* que foram organizadores, e vice-versa, dirigentes federativos e associativos que se tornaram empresários e que escrevem ao mesmo tempo nos jornais. Como se irá fazer notar mais à frente, até alguns membros da Direcção Geral, apesar da sua retórica moralizadora, intervinham na negociação de contratos. A lógica de um sistema por todos reconhecido tendia a impor-se às prerrogativas inerentes à função que cada um ocupava. Ainda assim, a intervenção da Direcção Geral em nome dos valores desportivos, sobretudo no período entre 1942 e 1946, desafiou parcialmente esta lógica contratual. O seus princípios de justiça, defendendo em alguns casos os mais fracos, não deixavam de se fazer, no entanto, em nome de um projecto paternalista, regulador e moralizador das classes populares.

Em 26 de Setembro de 1944, o chefe da repartição da Direcção Geral escreveu ao delegado Rafael Barradas dando-lhe conta de factos graves sobre a contratação no boxe profissional que haviam sido comunicados à instituição. Tal missiva acabaria por ser publicada nos jornais: “A coberto de contratos assinados com evidente abuso da pouca cultura ou de dificuldades materiais dos pugilistas interessados, há indivíduos que intitulado-se *managers* estão atentando contra

⁷⁸ A função de treinador não estava certificada, quem acabava por cumprir a função eram antigos pugilistas. Quando um antigo pugilista pediu informação em relação a processos de certificação, a Direcção-Geral respondeu-lhe que não havia nenhum organismo oficial que o pudesse fazer, mas que talvez dentro de algum o INEF ficasse com essa responsabilidade. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa O4/523, Pasta Boxe, Dossier A, Carta da Direcção Geral ao pugilista Carlos Pereira, 22/6/45

a dignidade da pessoa humana e contra os mais elementares princípios da moral e da justiça. Têm sido vendidos alguns pugilistas como quem vende um animal e têm-se condenado outros à inactividade forçada durante meses por reclamarem o que julgavam pertencer-lhes.”⁷⁹

Estas situações degradantes estavam protegidas por contratos de trabalho. A redacção de contrato estabelecia não apenas uma relação de direitos e deveres mas também um magistério moral do *manager* sobre o seu pugilista. Um contrato típico deste período, como por exemplo o celebrado entre o *manager* Canelas Júnior e o pugilista Carlos Wilson, estabelecia que este último teria, dentro do prazo do contrato, de “obedecer, recebendo e aceitando todos os conselhos, ensinamentos e indicações do referido *manager*, bem como aceitar, respeitar e cumprir todos os contratos compromissos firmados pelo mesmo com terceiros.”⁸⁰ Ao *manager* era concedida a faculdade de vender os préstimos do pugilista a organizadores de espectáculos. Ao assinar o documento, o pugilista ficava proibido de celebrar “contratos, assumir compromissos, fazer quaisquer combates ou exhibições, tomar parte em filmes cinematográficos ou dar entrevistas”, direitos que cedia ao seu *manager*. A este cabia ainda receber as bolsas atribuídas ao pugilista a quem entregaria uma importância líquida, descontando despesas feitas de comum acordo e as percentagens

79 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Informação da Direcção Geral ao delegado Rafael Barradas, 26/9/44.

80 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Diversos, Contrato de Carlos Wilson (Kid Wilson) com o *manager* Canelas Júnior, 15/6/43.

combinadas sobre a bolsa do combate⁸¹. Em contrapartida, o *manager* comprometia-se a ministrar “conselhos, ensinamentos e indicações de ordem técnica e profissional, bem como todo o apoio moral, assistência médica ... material para os treinos, local para os mesmos e massagistas” e a arranjar o maior número de combates possível⁸². A redacção do contrato proporcionava todo o tipo de negócios entre *managers* e empresários, realizados à revelia dos pugilistas, como as combinações quanto ao valor das bolsas e a marcação de combates segundo o seus interesses económicos de curto prazo. Mão-de-obra de desgaste rápido, os pugilistas eram muitas vezes deficientemente preparados por quem lhes geria a carreira.

Em Setembro de 1944 o pugilista Agostinho Guedes informou a Direcção Geral que se encontrava preso a um contrato celebrado em 1940 com um *manager* que nunca chegara a conhecer⁸³. Este *manager*, José da Silva Sales, actuava como testa-de-ferro do empresário Domingos Pinto. O esquema permitia que o organizador acumulasse as funções de *manager* com as de empresário, fazendo contratos consigo próprio, independentemente do interesse dos atletas. Alegando que o contrato estava redigido em condições anti-desportivas, o pugilista pedia a sua anulação. Para Rafael Barradas, esta situação em que “uma das partes dispõe dos méritos e serviços da outra não têm

81 Idem.

82 Idem.

83 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Carta de Agostinho Guedes à Direcção Geral, 26/9/44.

paralelo em qualquer país civilizado e só é comparável à propriedade de um escravo ou de um cavalo ou cão. De um lado, exactamente aquele que trabalha, nem sequer existe a regalia de poder rescindir um acordo ruinoso, do outro existem todas as faculdades e regalias.”⁸⁴ Atendendo a que “durante quatro anos o sr. Domingos Pinto teve oportunidade de tirar partido – realizar capital e juros – do seu pupilo e que o contrato mútuo estava redigido em bases inaceitáveis com evidentes prejuízos de uma das partes”, a Direcção Geral anulou o contrato. Para Domingos Pinto, que suspeitava estar Agostinho Guedes instruído pela sua concorrente Tobox⁸⁵, não era ele mas o pugilista que violara o contrato, já que se aproveitara da sua “sala de treino, com respectivo treinador, massagista, a quem pago elevado soldo mensal”. Para além disso, Guedes entabulara negociações com outro empresário, função que não lhe competia pelos termos acordados.

Casos como o de Agostinho Guedes eram comuns. A Direcção Geral denunciou por diversas vezes a existência de contratos que apenas observavam os “interesses comerciais” dos empresários “esquecendo completamente os fins desportivos”⁸⁶; acordos nos quais pugilistas não tinham “conhecimento do texto do contrato” sendo pagos abaixo do mínimo estipulado pela instituição estatal, que ia de “200

84 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Carta de Rafael Baradas ao Director Geral dos Desportos, 23/10/44.

85 Idem.

86 Em relação a um contrato entre os empresários Ernesto Augusto da Silva e Domingos Pinto, AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/523, 1945 Pasta Boxe, Dossier A, Carta da Direcção Geral a Ernesto Silva e Domingos Pinto, 17/9/45

escudos por assalto, 150 e 100 escudos para os pugilistas de 1.^a, 2.^a e 3.^a série, respectivamente”⁸⁷. A introdução de um novo modelo de contrato não alterou a situação de forma significativa. Em vários contratos presentes no arquivo da Direcção Geral não se encontra a assinatura do pugilista mas apenas a do seu *manager*, a quem o novo modelo, eufemisticamente, chama “procurador”.

O contrato moral

A naturalização preconceituosa da condição social dos pugilistas, apresentava-se como uma justificação para atropelos contratuais. *Managers* e empresários infantilizavam os lutadores, concebendo-os como indivíduos que não estavam à altura de rubricar um contrato. A relativização dos termos do acordo, por insuficiência de uma das partes, sugeria que as negociações, afastando-se da esfera legal, deveriam permanecer num universo de relações e interdependências regulado por formas de autoridade tradicional, para usar a conhecida definição proposta por Max Weber. Não bastava que a legalidade fosse dúbia, que o Estado legitimasse em contratos relações de poder desiguais. Os mais fortes, ainda assim, encaravam a lei como um estorvo, preferindo remeter o espaço da negociação ao terreno da dominação material e simbólica mais difusa. Exemplos desta prática são as cartas que ilustram o conflito de Domingos Pinto com Jorge Larsen.

87 No contexto de uma dívida do empresário Ernesto Silva a dois pugilistas espanhóis. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier A, Carta da Direcção geral a Ernesto Silva, 1/8/45.

O estilo persuasivo, pessoal e confidente utilizado pelo empresário, como se estivesse a dirigir-se a uma criança ou a um filho desavindo, converte-se num tom ameaçador, que faz lembrar ao pugilista com quem é que está comprar uma guerra e quais as consequências prováveis da sua atitude. Numa das cartas exclama; “estou a tratar de negócios com um homem ou com uma criança”⁸⁸.

A concepção do pugilista como alguém incapaz, que traduzia uma visão da sociedade e dos seus grupos sociais mais debilitados, era partilhada pela própria Direcção Geral, mesmo nas situações em que o protegia. Sobre o caso Agostinho Guedes, Rafael Barradas considerava “que só por meio de uma acção enérgica, rápida e profunda, será possível exigir das pessoas que tiram o maior rendimento de meia dúzia de indivíduos boçais e ignorantes, o cumprimento das indispensáveis obrigações que lhes cabe.”⁸⁹ Tão distantes dos *boxeurs gentlemen* do princípio do século, os lutadores de quarenta carregavam às costas uma menoridade existencial. A Direcção Geral, ao desejar protegê-los das habilidades de *managers* e empresários, não deixava de reificar uma sobrançeria de classe.

A defesa da posição dos pugilistas tornou-se muitas vezes na estratégia retórica esgrimida por inúmeros agentes e identidades face à Direcção Geral, encobrendo o interesse de organizadores e *managers*.

88 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier A, Carta de Domingos Pinto a Jorge Larsen, 23/6/45.

89 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Box, Carta de Rafael Barradas ao Director Geral, 20/9/44.

Em 1942, pouco tempo depois de iniciar a sua actividade, a instituição estatal obrigou a FPB a punir um conjunto de pugilistas que se envolveram em desacatos numa sessão organizada no Coliseu, propondo também a suspensão da Round, empresa responsável pela organização⁹⁰. Para a federação estes castigos e suspensões bloqueavam a manutenção de um circuito profissional com combates regulares. Por esta razão dirige-se à Direcção Geral em nome dos pugilistas. Os castigados, Tomás Albarran, Jack Pestana, Guilherme Martins, Serafim Cardoso, Tino Clavari, Diamantino Gama e João Teixeira, eram profissionais e a sua vida dependia do boxe⁹¹. Para reforçar o argumento a FPB anexou ao processo uma carta do pugilista Jack Pestana. Este começa por desculpar-se pela sua pobre escrita, “como sabem não sei bem o português”, e lamentar o atrevimento de ter uma opinião: “eu sei que os Exmo. Senhores se vão rir desta minha carta mas eu tenho que lhes falar segundo a minha opinião.”⁹² Pestana procurava a anulação da sua suspensão porque “como devem de o saber estou a viver não bem na miséria mas quasi na mesma, visto não ter recursos”. Encontrando-se nesta situação estava disposto “a combater por viagens e comer só”, prometendo mostrar o seu valor, algo que ainda não sucedera completamente porque nunca encontrara “um homem que tivesse interesse de

90 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Box, Carta da FPB à Direcção Geral, 17/11/42.

91 Idem.

92 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Box, Carta de Jack Pestana à FPB, 11/3/43.

me apresentar em boas condições”.⁹³ No dia 21 de Maio Jack Pestana voltou a combater. Para a Direcção Geral, na sequência dos acontecimentos anteriores, tratava-se de um “exame prático”⁹⁴. Decorrendo o combate com normalidade, concede que o atleta continue a combater “visto ter compreendido os deveres de um profissional. Ganhar ou perder não conta. Conta sim, acima de tudo, ter brio e dignidade desportiva. Foi o que se pretendeu obter com o castigo.”⁹⁵

À luz dos princípios promovidos pela instituição estatal, Jack Pestana, vivendo na miséria, devia perceber que o boxe não era uma questão de sobrevivência mas de “dignidade desportiva”. Inúmeras vezes foi exigido aos pugilistas um comportamento em harmonia com valores, como por exemplo a defesa da pátria, que ultrapassassem questões consideradas pela Direcção Geral como mesquinhezes próprias do negócio. Antes de um importante combate em Espanha, Beni Levi, o popular pugilista moçambicano, atravessava um mau momento de forma, o que levou a Direcção Geral a decretar a suspensão da sessão. Domingos Pinto, o seu empresário, justifica a situação

93 Idem.

94 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Carta FPB à Direcção Geral, 28/5/43.

95 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Carta da Direcção Geral à FPB, 31/5/43. É possível encontrar no arquivo as queixas de outros boxeers. Francisco Costa Brito e Manuel Pinheiro escreveram à FPB em dizendo que devido à suspensão da mesma encontram-se numa situação “insustentável”, porque “é nas sessões de pugilismo que encontramos os nossos meios de subsistência, legalmente”, pois os profissionais de boxe “não vivem do ar; têm de trabalhar para comer”, AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/516 - 1944, Pasta Boxe, Dossier A, Carta de Francisco Costa Brito e Manuel Pinheiro à FPB, 18/1/44

pela “vida particular menos regrada, para o qual tem sido arrastado por pessoas que o idolatram – e o absorvem”⁹⁶. A sua saída de Lisboa, onde andava “obcecado por pensamentos e desejos”, seria benéfica. O cancelamento do combate, no entanto, estava para o organizador fora de questão. Os compromissos com os congéneres espanhóis, de que resultariam um lucro não despidendo, fundamentavam uma argumentação patriótica: era indispensável garantir uma “representação condigna para as cores do nosso país, de que Beni Levi poderá ser um condigno representante.”⁹⁷ A Direcção Geral voltou atrás, concedeu mais algum tempo para a preparação do atleta e rematou: “Ao pugilista Levi deve ser mostrado que esta Direcção Geral, consentindo a sua ida, depõe nas suas faculdades e no seu patriotismo toda a esperança de que sentirá em terra estranha o peso do encargo de responder pelo valor desportivo da sua Pátria”⁹⁸.

A Direcção Geral não hesitou em punir os pugilistas que no decorrer de qualquer contencioso fossem acusados de levar uma vida considerada imoral. Em alguns destes processos acabou por se colocar do lado dos mesmos empresários e *managers* que já havia condenado várias vezes por práticas desonestas. Em Abril de 1945 deu razão a Domingos Pinto quando este se queixou do comportamento do pugilista Carlos Wilson, que se recusou a combater

96 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Carta de Domingos Pinto à Direcção Geral, em 21/7/43.

97 Idem.

98 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Carta da Direcção Geral a Domingos Pinto, 21/7/43.

alegando sofrer de blenorragia, uma doença sexualmente transmissível e de um braço magoado⁹⁹. O médico consultado provara que Wilson não havia feito a devida purgação blenorragica e que a história do braço não parecia verdadeira. A Direcção Geral exigiu que Wilson cumprisse o contrato.

Em diversos conflitos entre os pugilistas moçambicanos, *managers* e organizadores, o processo de infantilização do pugilista reproduzia as lógicas de categorização racial que caracterizavam o colonialismo português em África. Xangai, por exemplo, um assalariado da oficina dos caminhos-de-ferro de Lourenço Marques, “só queria comer, dormir e passear” e tinha “apenas o propósito de não trabalhar”.¹⁰⁰ Neste aspecto, como declarou no âmbito do inquérito instaurado pela Direcção Geral, a sua estratégia era igual às “arteirices usadas por pretos e mulatos em África, para arranjar doença”¹⁰¹. Xangai, argumentou Canelas Júnior, tinha por hábito “lançar habilidades e mentiras” e era “também um indisciplinado, um ambicioso, um manhoso e um mentiroso”¹⁰². Às acusações Xangai responde que não combateu porque “não só se sentia doente, como foi verificado por médicos, mas também se sentia em inferiores condições físicas, e

99 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, Pasta Boxe, Dossier D, Carta de Domingos Pinto à Direcção Geral, 8/5/45

100 Manuel Joaquim Canelas Júnior, *Desafronta*, Lisboa, Edição de Autor, 1945, pp. 102–103.

101 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Carta de Canelas Júnior à FPB, 28/4/43.

102 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Auto de Declarações de Joaquim Canelas, 28/5/43

bastante destreinado”¹⁰³. O relatório final da Direcção Geral absolve Canelas: “Mostra-se dos autos e ainda por os demais assuntos tratados nesta Federação acerca do pugilista Luiz Eugénio “Xangai”, que ele é mau desportista e um péssimo profissional. Diz hoje uma coisa para amanhã dizer outra e nesta ordem de ideias não me custa acreditar que ele tivesse feito declarações produzidas aos jornais diários para prejudicar o seu «manager».”¹⁰⁴

Durante a sua permanência em Lisboa, Carlos Wilson e Fernando Matos rebelaram-se e enfrentaram o seu *manager* acabando por ser embarcados à força para a capital de Moçambique. Em entrevista ao *Notícias de Lourenço Marques*, ambos afirmaram que as negociações dos seus contratos de trabalho realizaram-se sem o seu conhecimento, tendo sido coagidos a assinar os mesmos sem os lerem¹⁰⁵. Canelas Júnior, rejeitando a existência de problemas laborais, preferiu evocar o comportamento social dos atletas, que passavam muito tempo em Lisboa com duas mulheres, com quem, aliás se pretendiam casar, e que estavam, Canelas sugere, a soldo dos seus concorrentes comerciais¹⁰⁶. Os pugilistas, a quem cobrava 40% das bolsas, mais gastos eventuais, verba oficial negociada com a empresa

103 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Auto de Declarações de Xangai, 24/5/43.

104 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Relatório da Direcção Geral, 27/5/43.

105 Manuel Joaquim Canelas Júnior, *Op. Cit.* pp. 83–85

106 Idem. p. 68.

Tobox¹⁰⁷, revelavam uma imensa ingratidão, já que não reconheciam o seu papel como intermediário, nem a bondade que caracterizava o seu tratamento: “porquanto (embora de raças diferentes) comiam à minha mesa, comigo, com os meus filhos e a restante família... Nunca fiz destrinças raciais (justificáveis na emergência) nem sequer me preocupei em Lisboa, em Lisboa ou qualquer outro ponto do continente com as chamadas questões de raça – que no Ultramar têm grande importância.”¹⁰⁸ Sobre as condições de desembarque de Matos e Wilson o *Diário Popular* deixou por momentos o seu estilo mais analítico para ser contundente: “Depois de uma actuação que despertou grande interesse, os simpáticos desportistas regressam à terra de origem numa terceira classe suplementar – isto é, nas cobertas – sem qualquer conforto. Deram socos, levaram socos, chamaram às casas de espectáculo milhares de pessoas, mas ao que parece, não conseguiram arranjar dinheiro para os bilhetes de passagem numa classe mais confortável. É assim a vida dos astros, quando não se lhes pode já tirar proveito das suas faculdades.”¹⁰⁹

Estes corpos descartáveis, perdendo a utilidade comercial, regressavam à sua condição social de origem, reforçada no caso dos moçambicanos pelo efeito discriminador da racialização. A outra face da pretensa irresponsabilidade e imoralidade dos pugilistas era a obrigação de tornar os seus corpos disponíveis. Com frequência os

107 Idem, p. 47. A estreia dos moçambicanos em Portugal foi a 17/6/42 no Campo Pequeno.

108 Manuel Joaquim Canelas Júnior, *op. cit.* p. 88.

109 *Diário Popular*, 25/11/52.

lutadores faziam mais do que um combate por semana¹¹⁰. No seu *ABC do Pugilismo*, Rafael Barradas alertou para que “nenhum pugilista, amador ou profissional poderá combater mais do que 3 vezes por mês e sempre a que entre os encontros medeiem 10 dias”¹¹¹. Quando, depois do sucesso do quarteto trazido por Canelas Júnior, se procurou explorar o novo mercado colonial, vários pugilistas provenientes de Moçambique foram declarados profissionais, apesar do mencionado protesto da APL sobre a inobservância de todas as disposições necessárias para a passagem dos pugilistas a profissionais, nomeadamente as inspecções médicas.

Júlio Neves, um menor de idade ao serviço do *manager* Palma Mira, foi um dos novos moçambicanos considerado apto para combater. Em Lisboa, o seu primeiro combate não correu bem. O delegado da Direcção Geral descreve num documento interno uma luta que se passou “de forma deplorável, dada a inferioridade do pugilista Júlio Neves e foi além do que deveria ter ido. No terceiro assalto Júlio Neves recebeu golpes que o abalaram tão profundamente que se justificava a intervenção dos ‘segundos’ para declarar desistência. Não o fizeram com manifesto prejuízo do pugilista. Mais tarde, quando novos golpes colocaram Júlio Neves completamente ‘groggy’ – estado em que é sempre perigoso receber golpes – também os ‘segundos’ não intervieram como lhes competia. O árbitro do combate devia tê-lo parado,

110 Beni Levi, confessa o próprio Canelas Júnior, chegou a fazer mais do que um combate por semana. Manuel Canelas Júnior, *Op. Cit.* p.125.

111 Rafael Barradas, *Op. Cit.* p. 97.

visto que um dos pugilistas estava em manifesta inferioridade; não o fez, talvez pelo facto de, tratando-se de um pugilista que se estreava e viera expressamente de Moçambique, uma decisão dessa ordem podia ser interpretada como prejuízo aos organizadores da sessão”¹¹².

No *Diário Popular*, o cronista Rufino Sena salientou inúmeras vezes que muitos atletas acabados de transitar do boxe amador não tinham preparação suficiente para lutar a certo nível, sendo atirados às feras por *managers* e organizadores. Uma sucessão de maus combates poderia acabar-lhes com a carreira. A imprecisão das séries que definam o valor do atleta proporcionava parêlhas muito desiguais, o que acabava por ser prejudicial para os atletas. No arquivo da Direcção Geral, estes abusos são quase sempre contados por terceiros e raramente pelos próprios atletas.

A batota feita corpo

As condições de constituição de um sistema de relações onde reinava a suspeição e a dúvida expressavam-se também no momento dos combates, por intermédio da linguagem dos corpos em movimento. O espectro das combinações assombrava o mundo do boxe. A ilegalidade de alguns combates chegou mesmo a ser anunciada nos jornais, o que afrontava a competência das entidades que regulavam a modalidade. Ao publicitar o seu programa no Campo Pequeno no *Diário Popular* e no *Diário de Lisboa*, a Tobox proclamava: “Daremos mais pormenores

112 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Inquéritos e Protestos, Carta da FPB à Direcção Geral, 18/10/43.

sobre esta sessão organizada pela Tobox que o mesmo é dizer que teremos mais uma sessão honesta”¹¹³. A FPB emitira em 1943 uma nota que proibia os organizadores de aludir directa ou indirectamente aos seus concorrentes na publicidade das sessões “empregando expressões que fizeram criar no espírito do público desconfiança sobre a honestidade das sessões, pois esta federação desde que sanciona uma sessão é porque entende que ela é organizada honestamente, não podendo pois admitir que a forma da publicidade venha criar dúvidas.”¹¹⁴

Os combates combinados geravam efeitos diversos: inflacionar o “valor” de um pugilista no mercado, garantindo-lhe mais combates e bolsas maiores, ajudar a manipular os *ranking* dos atletas amadores, definir quem passava para profissional, quem combatia pelo título e, embora o arquivo não revele nenhuma pista neste sentido, permear ilegalmente sistemas de apostas. Noutro sentido, uma derrota consentida poderia dar azo a uma desforra, motivo para novo combate e consequentemente mais proveitos para *managers* e organizadores. Não era fácil comprovar a existência de combinações. Sem acesso a provas documentais ou a testemunhos, restava avaliar a “atitude” do pugilista. Na “atitude”, uma das dimensões que identificavam a nobreza da disciplina, encontravam-se as marcas da moral e da idoneidade do atleta, bem como de todo o processo que envolvia o combate. A combatividade era a característica que melhor definia

113 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/516 – 1944, Pasta Boxe, Circular da FPB, 28/8/43.

114 Idem.

esta atitude, assumindo-se como um princípio constituinte do *habitus motor* idealizado do pugilista. Aos árbitros e júris cabia julgar o movimento dos atletas. Rafael Barradas focou esta questão no seu livro ao afirmar que “se, durante um combate, os dois jogadores não se baterem regularmente, antes simulem ou evitem tocar-se a fundo, o árbitro, após dois avisos públicos, suspende a função e desqualifica os jogadores por falta de combatividade.”¹¹⁵

Quando o contraste entre o comportamento idealizado e o comportamento concreto do pugilista se declarava demasiado flagrante surgiram legítimas suspeitas quanto à atitude do lutador. Este podia estar, por sua vontade, a infringir os termos que definiam uma atitude ideal. Algumas estratégias tácticas implicavam posturas defensivas e uma gestão cautelosa dos ataques. Em determinadas ocasiões, o jogo atacante era contraproducente e por vezes perigoso. Noutras circunstâncias, a condição física do pugilista impedia-o de estar à altura de um comportamento desejado. No entanto quando os movimentos e os gestos do pugilistas se distanciavam de uma convenção partilhada pelos lutadores e o público, avocava-se que os gestos denunciavam eles próprios intenções pré-determinadas e negociadas entre vários interesses. O pugilista tornava-se então num actor, que geria o seu corpo de acordo com um guião pré-definido. Ao pagar um bilhete, o público ganhava legitimidade para julgar os pugilistas, para tecer considerações sobre a sua atitude e exigir mais empenho. Quando consideravam que algo de anormal se passava gritavam “Chiqué”,

115 Rafael Barradas, Op. Cit. 106.

expressão que denunciava um combate combinado. A intervenção do público participava na definição da “ordem da interação” presente no ringue. Em alguns combates, a “atitude” dos pugilistas levou a Direcção Geral a instaurar inquéritos de averiguação. Rafael Barradas realizava então descrições minuciosas, utilizando a linguagem técnica como medida de avaliação da justeza dos movimentos dos pugilistas.

Em Julho de 1945 redigiu um relatório sobre o comportamento dos boxeers espanhóis que combateram no dia 13 do mesmo mês no Parque Mayer¹¹⁶. De acordo com este relatório, fontes das próximas citações, Jesus Melónez combateu de forma “regular, empregando-se durante todo o seu combate sem a mais leve sombra de hesitação ou falta de brio desportivo.” Já Eduardo Lopez, que combateu pela segunda vez Augusto de Sousa num prazo de poucos dias, “limitou-se a esboçar, sem concluir, grande número de ataques com o punho esquerdo”; revelando “mobilidade excessiva”, nunca se aproveitou das aberturas do adversário limitando-se a “socar em swings largos que batiam nas costas de Souza. Este último imitou-o em mobilidade e ineficácia”: “Durante os 8 assaltos só se registou um único soco duro..”. O árbitro foi interrogado pelo delegado da Direcção Geral pela sua complacência com o espanhol. Barradas considerou que o rendimento dos atletas foi “propositadamente inferior ao que podem produzir” e que portanto deveriam ser castigados. No combate entre Juanito Martin e Beni Levi, como alguém prevenira o próprio Barradas

116 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier D, Relatório de Rafael Barradas, 14/7/45.

ainda antes do encontro, o espanhol jogou no corpo-a-corpo, evitando lutar. Levi, em assinalada decadência, “não esboçou um único ataque sério”. Apesar disto, o espanhol não atacou. O público, relatou Barradas, começou a gritar “Chiqué! Chiqué”. O comportamento era tão irregular que Barradas, como delegado, ameaçou os pugilistas de lhes tirar a bolsa “caso insissem em não combater”. O árbitro acabou enfim por desclassificar o espanhol. O organizador Domingos Pinto, rejeitando as suspeitas de combinação no combate entre o seu pupilo e o espanhol Martin, inverteu habilidosamente o argumento. A passividade do espanhol, argumentava o empresário, não sugeria a existência de uma combinação. “Se um «chiqué» se tivesse previamente preparado seria, naturalmente para que o nosso campeão pudesse obter uma indiscutível e brilhante vitória ... de forma a poder-se iludir o público acerca da actual forma do nosso campeão...”.¹¹⁷

O inspector dos desportos escreveu ao seu congénere espanhol da Delegación Nacional de Deportes informando-o das “irregularidades verificadas, sobretudo ante provas formais de que alguns combates não haviam sido leal e desportivamente disputados, antes obedeciam a prévias combinações com condenável ludíbrio do público...”¹¹⁸. Alguns meses mais tarde, depois de outro caso de suspeição que envolveu pugilistas espanhóis, a entidade espanhola reproduziu uma

117 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier D, Carta de Domingos Pinto à Direcção Geral, 14/7/45.

118 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier D, Carta da Direcção Geral à Delegación Nacional de Deportes, 19/7/45,

queixa da Federação local de Boxe sobre as condições dos combates em Portugal: “A paixão do público e a parcialidade dos árbitros são tão grandes, que não é possível que os nossos pugilistas ganhem em Portugal...”, acrescentando que a “direcção técnica e os árbitros não aplicam os regulamentos internacionais vigentes”.¹¹⁹ Rafael Barradas responde, justificando a função disciplinadora do Estado face à incapacidade do associativismo desportivo, em Portugal e em Espanha: “Sabe o Delegado da D. Geral que, desde há algum tempo, os empresários (não todos, é bem de ver) e os procuradores desportivos de certos pugilistas reagem contra a inflexível disciplina e rigorosas sanções a que estão sujeitos os seus actos e omissões. Conhecem, igualmente, por experiência, que um organismo do género Federação, composto por pessoas ignorantes (em oitenta por cento dos casos...) da essência do boxe profissional, lhes facilitará, em grande escala as combinações prévias, os interesses particulares, etc. Isto aplica-se igualmente aos procuradores-desportivos espanhóis e portugueses, pois nalguns casos averiguados, tem sucedido haver espectáculos nos quais o empresário português se associou ao cuidador dos pugilistas espanhóis que tomaram parte nos mesmos para exploração do negócio”¹²⁰. As queixas dos empresários aos jornais sobre as arbitragens procuravam “iludir a verdadeira causa e que tem sido, algumas

119 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier D, Carta da Delegación Nacional de Deportes à Direcção Geral, 27/10/45.

120 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier D, Carta de Rafael Barradas ao Director Geral dos Desportos, 8/11/45.

vezes, o haverem vendido por dinheiro a própria derrota em com ela a sua dignidade de desportistas.”¹²¹

A “verdade” do combate encontrava-se na interpretação dos gestos e das intenções que os justificavam, na avaliação da “atitude”. Rafael Barradas havia descrito ao Director Geral dos Desportos, antes desta polémica, num relatório, citado em seguida, em que toda a cena da luta se desenvolve numa interacção de parada e resposta entre pugilistas, auxiliares, o árbitro e o público¹²².

O combate entre Agostinho Guedes e Fidel Arseniega não “decorreu regularmente. A atitude do pugilista visitante não correspondeu nem à sua classe, nem ao seu estado de saúde, nem às oportunidades flagrantes que lhe concedeu o adversário”: “Guedes subiu ao ring pálido e nervoso, o que foi confirmado pelo auxiliar principal. Principiou o combate jogando de longe e utilizando o punho esquerdo em «directos», para manter o adversário à distância. Tal era o seu temor que alvejou de preferência o estômago, descobrindo a cabeça tanto que o público, nalguns sectores, o avisou publicamente e em voz alta: «cuidado! cobre-te Guedes!». Foi «contado» por Arseniega

121 Tal tinha acontecido, “Inácio Ava e António Rodrigues há anos e com Fidel Arseniega e Agostinho Guedes há muito pouco tempo. Vários espanhóis tinham sido penalizados, alguns por «pouparem os adversários», outros por agredirem o árbitro, outros por cometerem faltas”. Desde Maio de 1944, continua Barradas, 24 espanhóis vieram a Portugal e realizaram-se 38 combates, com 8 vitórias para os espanhóis, 5 empates e 25 derrotas. Destas algumas resultaram da falta de empenho dos pugilistas (Mendieta, Juanito Martins, Eduardo Lopez, Valdés, e Arseniega”. Idem.

122 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier D, Relatório de Rafael Barradas, 20/10/45.

num desses ataques e ficou com o olho direito quase fechado. No 2.º e 3.º assaltos, a luta manteve-se equilibrada: Guedes, fugindo com agilidade e estendendo o punho esquerdo. Alguns ensaios tímidos de Guedes, ... com punho direito à cara foram insuficientes por serem curtos. Num desses ensaios, Arseniega abriu-lhe uma ferida pequena no sobre olho esquerdo. O pugilista espanhol manteve-se na mais completa defensiva: passividade, lentidão de movimentos, desperdício de inúmeras oportunidades. A dado momento do 3.º assalto aplicou um soco na cara de Guedes derrubando-o por dois segundos. O pugilista português foi salvo pelo timbre e recolheu ao «canto», manifestamente *groggy*.” Início do 4.º assalto: “Guedes deixou o canto de braços caídos ao longo do tronco, completamente *groggy*, de sorriso nos lábios mas um sorriso alvar de inconsciente; o seu auxiliar principal com a toalha na mão, preparava-se para a lançar no solo do ring, se o pupilo tombasse; Arseniega não ataca o adversário, roda à sua volta, aguarda alguns segundos que Guedes se recomponha e afasta-se do adversário sem que este esboce um gesto só de ataque!!!”

Todos os gestos conduziam à mesma conclusão: “Neste momento surgiram as nossas suspeitas quanto à sinceridade do combate. (...) Arseniega não faz senão fugir de um adversário *groggy*; durante o round (4) apenas aplicou 4 golpes no tronco, ligeiros, e outros e esboçou para o final do assalto foram tão anunciados que Guedes, mais refeito, se esquivou. 5.º assalto, parte do público grita: *chiqué!* *Chiqué!*, outra conserva-se calada mas sem entusiasmo. Ao nosso lado perguntam ao auxiliar principal de Arseniega «entonces su pupilo se olvido de las manos em España?»”. Até ao fim do combate, entre os 6.º e o 10.º assalto Arseniega nunca atacou a cara de Guedes.

Entre o 5 e 6.º Barradas avisou o árbitro, que foi falar com o espanhol. No fim ganhou o português aos pontos. Qual era a razão que justificava a atitude do espanhol? Segundo Barradas estaria à espera de “uma desforra lucrativa, em Espanha ou em Portugal”, preferindo ser batido por pontos. A suspeita confirmou-se: “Dois dias depois fui procurado por Agostinho Guedes e noutra ocasião pelo próprio empresário para autorizar um combate-desforra.”

Algumas situações de batota não envolviam combinações. Num dos primeiros grandes processos disciplinares dirigido pela Direcção Geral, iniciado ainda no ano de 1942, o *manager* Canelas Júnior foi acusado de fornecer ao seu pugilista Fernando Matos ligaduras para as mãos que incluíam ilegalmente um adesivo que tornava os socos mais contundentes¹²³. Isto ocorreu durante o combate pelo título de campeão nacional que opunha Matos a Agostinho Guedes. Os averiguadores do inquérito¹²⁴ confirmaram que junto da ligadura se encontrava um adesivo de 10 por 3 cm utilizado para provocar uma maior rijeza na mão e maior dureza no soco perigando a integridade física do adversário, o que se constituía como uma infracção aos regulamentos internacionais do boxe. O relatório que condenou o *manager* evoca toda a retórica do boxe como uma arte dominada por valores morais, relembrando que um “dos prin-

123 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/604, 1943, Pasta Boxe, Dossier Boxe, Grande dossier sobre o processo disciplinar que a FPB instaurou a Canelas Júnior, ano de 1942.

124 José Rozendo, antigo campeão amador e professor na Mocidade Portuguesa e Fernando Cabalero y Seródio, membro do Conselho técnico da FPB.

cípios a observar em toda a actividade desportiva «é o da lealdade no combate». Onde este falte, deixa de haver desporto.”¹²⁵ Canelas desvalorizou o caso e acusou Agostinho Guedes de usar ligaduras de tela, proibidas por lei, acrescentando que muitos boxeurs em Portugal utilizavam ligaduras embebidas em água, pó de talco e gesso¹²⁶. Em nome da “verdade desportiva”, Canelas seria suspenso, o que, independentemente da justiça do inquérito, deixava os seus concorrentes comerciais satisfeitos.

É difícil avaliar a dimensão destas práticas irregulares. O clima de suspeita sugeria uma disseminação tentacular. Ligaduras reforçadas com adesivos, pugilistas que refreavam os seus gestos, que interpretavam os movimentos do adversários não para explorar as suas fraquezas mas para avaliar até onde deviam gerir o seu corpo de modo a não infringir um desfecho já decidido, evitando ao mesmo tempo defraudar os olhos do público que os vigiava, constituíam-se como elementos de um espectáculo que, pese embora as intenções da Direcção Geral, ultrapassava em muito a sua estrita dimensão desportiva. O modo como os pugilistas conviveriam com estas práticas é todo um terreno de investigação a explorar. Desportistas, performers com domínio da técnica e educados para serem combativos, indivíduos que reconheciam nos seus gestos dimensões estéticas e

125 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier D, Relatório final do inquérito a Canelas Júnior, 2/12/42.

126 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/523, 1945, Pasta Boxe, Dossier D, Auto de Declarações de Canelas Júnior, 12/11/42.

humanas, eram simultaneamente, como Domingos Pinto insistiu, profissionais de um espectáculo, como os artistas de circo, núcleos de uma dinâmica comercial cujo controlo lhes escapava. Neste mundo de contratos, dependências sociais e circulação de mão-de-obra, a administração do seu corpo só lhes pertencia intimamente.

“Vive-se num regime desportivo de incertezas e surpresas”

Com a passagem do tempo sobre o momento de criação da Direcção Geral e sobre a sua intervenção decidida nos assuntos do boxe português, que passou a controlar directamente a partir de 1944, colocavam-se fundamentadas questões em relação à sua capacidade para transformar um sistema de relações desportivas que se constituíam sobretudo como um sistema de interdependências laborais e comerciais. Embora a acção da Direcção Geral tenha vindo agitar as águas, há indícios de que muitas das lógicas dominantes permaneceram intocáveis. Se o Estado criara um novo organismo, os quadros que mobilizou para concretizar as suas políticas não se constituíam como agentes exteriores ao mundo que procuravam transformar, já que haviam sido pugilistas amadores, jornalistas ou simples aficionados, que conheciam bem o meio, relativamente pequeno, e os seus elementos. Rafael Barradas, no exercício da sua actividade como delegado, mantinha as suas crónicas nos jornais e actuava muitas vezes como intermediário informal da resolução de conflitos, como por exemplo o que opôs Domingos Pinto ao pugilista

Agostinho Guedes¹²⁷. Esta proximidade, que se terá tornado demasiado promíscua, esteve na origem da sua inesperada destituição, facto que veio marcar a transição do controlo do boxe em Portugal novamente para a FPB.

Em Abril de 1946, uma carta da Direcção Geral agradece a Barradas a sua colaboração¹²⁸. Na sequência de um processo disciplinar motivado por uma denúncia, Barradas foi acusado e considerado culpado de ter proposto os seus préstimos ao empresário José Santos, ainda nas funções de delegado. O seu trabalho consistiria em fazer propaganda às organizações deste nos jornais, em troca de uma recompensa pecuniária. No âmbito do inquérito, José Santos acusou Rafael Barradas de beneficiar da sua posição na Direcção Geral para pressionar o pugilista Jorge Larsen a cessar contrato com o seu anterior organizador Manuel Ribeiro para passar a ser representado pelo próprio Santos. Barradas teria ainda telefonado para o quartel onde era soldado o pugilista Guilherme Martins para o persuadir a deixar o seu *manager*, Rosa Brito, para se juntar também a Santos¹²⁹. Todos

127 “Procurei o sr. Guedes e disse-lhe que podia fazer novo contracto com o seu anterior *manager* em base por mim estabelecidas. Recusou-se, alegando que isso o ia arruinar e que preferia ser completamente livre e gerir os seus próprios negócios. Concordei e transmiti ao sr. Domingos Pinto o insucesso da minha acção AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4, Caixa 04/516 – 1944, Pasta Box, Carta de Rafael Barradas ao Director Geral, 23/10/44

128 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/535 1946, Pasta Boxe, Dossier 4 A, Carta do Chefe da Repartição da Direcção Geral a Rafael Barradas, (9/4/46).

129 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/535 1946, Pasta Boxe, Dossier 4 A, Declarações de José Santos no âmbito do processo instaurado a Rafael Barradas, 13/4/46.

os envolvidos foram interrogados e confirmaram as acusações.¹³⁰ O antigo delegado rejeita as acusações e informa a Direcção Geral que se recusa a responder a um inquiridor injusto¹³¹. Todos estas averiguações sucederam pouco tempo depois da instituição estatal ter decretado o fim dos contratos de exclusividade.

Se o representante máximo do Estado no boxe nacional deixara as suas funções, outros agentes, que actuavam contra as prerrogativas da Direcção Geral, persistiam em manter-se no mundo do boxe. Domingos Pinto, depois de suspenso por várias vezes, a última das quais por não pagar a bolsa ao famoso pugilista francês Cerdan – o que, com referiu a Direcção Geral, “resultou num descrédito para o box português”¹³² – continuava a ser um actor principal em todos os negócios que envolviam o boxe em Lisboa. *Managers* e empresários reportaram diversas vezes à instituição estatal a forma como foram manipulados por Domingos Pinto, de quem, por este se encontrar suspenso, se tornaram testas-de-ferro. Manuel Ribeiro, prejudicado pelo ex-empresário, afirmou que este continuava a exercer a sua actividade junto de empresas como a Lisbox e a Record, “contratando em nome destas e praticando todos os actos como se gerente fosse das duas,

130 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/535 1946, Pasta Boxe, Dossier 4 A. Manuel Ribeiro presta declarações a 30/4/46. A 7/5/46 realizou-se uma acareação com Manuel Ribeiro, Francisco Brito, Isidro Pinto e o pugilista Jorge Larsen, Larsen. A 2/6/46 foi a vez de Guilherme Martins.

131 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/535 1946, Pasta Boxe, Dossier 4 A, informação interna da Direcção Geral, 30/8/46.

132 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 Caixa 04/535 1946, Pasta Boxe, Dossier 4 A, informação do Chefe da Repartição da Direcção Geral ao Director Geral, 26/11/46.

chegando até a assistir e a presidir aos pagamentos, depois de realizadas as sessões.”¹³³ Noutra carta refere que Domingos Pinto é um indivíduo “absolutamente convencido da sua impunidade” alguém que “se serve de todos os expedientes – encostando-se a outros – para aniquilar a modalidade”. Sugere ainda que, embora suspenso, o visado tratava directamente com a recém-empossada FPB, onde era recebido a acarinhado, contratava pugilistas como se fosse organizador, organizava programas, escolhia os boxeurs, dirigia os espectáculos, estabelecia ligações com boxeurs estrangeiros, espalhava maldades e intrigas. Em suma praticava todos os actos como se estivesse legalmente em actividade e até pagava aos boxeurs.

Outro *manager*, José António Arsénio, insinuou que o antigo empresário, mesmo depois de irradiado e por conviência da FPB, organizou os últimos campeonatos amadores regionais, na condição de entregar à Comissão Administrativa da FPB a importância de 1000 escudos por cada sessão¹³⁴. Se Arsénio cedeu a Pinto, aceitando-o como sócio numa empresa de organização de combates, foi pela lógica do sistema fundada na FPB. Confirma que Pinto está associado a empresas, como era o caso da Sports e acusa os organizadores Francisco Brito, Jerónimo Gonçalves e Agostinho de encobrirem as suas manobras. Numa passagem da carta enviada à Direcção Geral

133 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4. Caixa 04/623 1947, Pasta Boxe, Dossier 5 A, Carta de Manuel Ribeiro à Direcção Geral, 15/3/46.

134 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4. Caixa 04/623 1947, Pasta Boxe, Dossier 5 A, Carta de José António Arsénio à Direcção Geral, 23/10/49.

exclama: “Como é possível trabalhar em tal situação. Vive-se num regime desportivo de incertezas e surpresas.”¹³⁵

Manuel Ribeiro e José António Arsénio, suspensos por terem participado num abaixo-assinado contra a FPB supostamente promovido por Domingos Pinto¹³⁶, para voltarem a exercer a sua actividade foram sistematicamente recusados, até que a Direcção Geral, já em 1950, permite que Arsénio volte a trabalhar, concedendo que o boxe tinha “necessidade de possuir organizadores”¹³⁷. Nas várias cartas que escreveu a defender a sua posição, Arsénio assume-se como uma vítima, repetindo a retórica anti-económica que predominava nas relações discursivas entre os indivíduos e as instituições do meio: “perdeu mais de 200 contos”, “dedicado à modalidade”, “sofrendo a doença do boxe”, “apaixonado pela defesa do seu progresso e do seu prestígio”, “teve sempre a preocupação de ser útil e de bem servir” “não se dedicou à modalidade por aventura ou para fazer modo de vida explorando o negócio de boxe – como tem acontecido com a maior parte dos que tem aparecido como organizadores, que têm

135 Idem.

136 Em 1949, um abaixo-assinado contra a FPB acusava-a de pouca assiduidade no trabalho corrente, da cobrança de taxas elevadas sobre os espectáculos, da multiplicação das multas, da anulação de contratos, da organização de calendários. Na sequência deste documento alguns dos seus subscritores foram suspensos. Assinaram o organizador José António Arsénio (da Lisbox), os *managers* Manuel Ribeiro Henrique Constantino, Francisco Costa Brito, Gonçalves, e a Sociedade de Espectáculos Desportivos Associado a esta carta vinha outra missiva desta vez assinada por pugilistas, entre os quais Levy, Franla, Martins e Figueiredo. AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4. Caixa 04/623 1947, Pasta Boxe, Dossier 5 A, Carta dos organizadores à DG, s/d.

137 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4 (11/3/50).

montado espectáculos sem capacidade financeira e que arrastam para situações de incalculáveis prejuízos – incautos entusiásticos – dos que se servem por conveniência própria e que abandona.”¹³⁸

Era certo que Arsénio já não era um puro, confessando “que os aventureiros, os astutos videirinhos, afastados oficialmente da modalidade, que desde há anos tem emporcalhado, conseguiram meter o signatário no seu meio lamacento, misturando-se com eles.”¹³⁹ Essas pessoas, de que assegura ter-se afastado, vivam ainda “na carreira clandestina de organizadores... servindo-se de testas de ferro, ingénuos ou aproveitadores.”¹⁴⁰

Arsénio, comerciante de profissão como Domingos Pinto, assegurava que não vivia do boxe.

Conclusão

Produto de um sistema de relações de poder sedimentado no tempo, o boxe português, centrado na cidade de Lisboa, sofreu a partir de 1942 o embate da política reguladora, burocrática e higienista da Direcção Geral dos Desportos. Instrumento de cooptação do associativismo desportivo, a instituição estatal assumia simultaneamente as virtudes da prática amadora, condenando a comercialização do desporto, factor de degenerescência da modalidade. O regresso a um boxe

138 AME, SS, Fundo: DDGEFSDE, Série O4. Caixa 04/623 1947, Pasta Boxe, Dossier 5 D, Carta de José António Arsénio à Direcção Geral, 12/4/49.

139 Idem.

140 Idem.

com “valores”, a partir de um modelo ideal e desinteressado promovido por uma aristocracia urbana na transição do século, coadunava-se com uma política de controlo urbano e de socialização de classes populares. Num período de pobreza generalizada, a separação dos “bons pobres” dos “maus pobres”¹⁴¹, identificando as práticas destes últimos como problemas sociais, ambicionava a criação de uma classe trabalhadora respeitável e ordeira. Confinar “os espaços de luta”, promotores de excitação social, a universos institucionalizados, normalizados, nos quais todas as funções estavam definidas e onde o “desvio” seria punido, implicava marginalizar oficialmente um conjunto de dinâmicas sociais onde não chegava o braço do Estado. Pela interacção entre a Direcção Geral e os diversos elementos que completavam este mundo do boxe, dinâmica apreensível nas pastas do arquivo, acede-se à lógica que comandava uma estrutura de relações.

Apesar das suas intenções e também das medidas tomadas, que indiscutivelmente transformaram um campo de práticas, o poder revelado pela instituição estatal para alterar um sistema relações foi escasso. Desde logo a Direcção Geral, como denunciou Cândido de Oliveira ao *Diário Popular*, não procurou realizar uma política de promoção do desporto, actuando sobretudo como instância de controlo e regulação. O boxe amador, base ideal do comportamento exemplar do desportista, já não dependia do lazer aristocrata, mas da economia da necessidade das classes populares empobrecidas. Longe de estar separado das negociatas do boxe profissional, o amadorismo

141 Como notou Susana Pereira Bastos, *op. Cit.* p. 57.

constituía-se como a base de um sistema de circulação de mão-de-obra, protegido por contratos, e controlado pelos intermediários que exploravam as oportunidades comerciais concedidas pela organização de espectáculos públicos. Eram estes indivíduos que “construíam” no quotidiano o boxe em Portugal, a partir de acções não remissíveis apenas ao universo desportivo, mas de estratégias de conquista de recursos materiais e sociais. No boxe expressavam-se visões do mundo e formas de agir sobre ele, condicionadas à posição que os diferentes indivíduos possuíam num sistema de relações de poder, onde coabitavam indivíduos empobrecidos, mão-de-obra do boxe quase sempre produto dos bairros populares ou das margens das cidades coloniais, e os vários intermediários que procuravam usufruir deste reservatório de mão-de-obra.

As condições sociais de produção deste espectáculo desportivo baseavam-se assim num regime amplo de contratualização, sustentado em contratos de trabalho mas também em todo o tipo de relação de dependência económica, social e simbólica, expressão de um mundo desigual. Os agentes e instituições do Estado que procuravam alterar os ritmos deste mundo, com um limitado sucesso, não deixavam de partilhar as suas lógicas, de as compreender e de em último caso de as reproduzir.



“A realização dos homens não era no seu trabalho nas fábricas, mas nas colectividades”

DISCURSOS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA NA
COOPERATIVA DE CONSUMO PIEDENSE¹

1. Introdução

A Cooperativa de Consumo Piedense (CCP), fundada a 4 de Março de 1893 e sediada na Cova da Piedade, Concelho de Almada, remonta historicamente ao movimento associativo dos finais do séc. XIX. O movimento surge como resposta dos trabalhadores ao processo de industrialização, que introduz profundas transformações económicas e sociais na vida das famílias operárias. Como nos diz Alexandre Flores, “a população ia descobrindo a causa das injustiças sociais, e compreendendo que o modo de organização social e económica lhe era adverso, sendo por isso necessário opor-lhe uma

¹ Este artigo remete para um estudo realizado no âmbito do estágio de licenciatura em Antropologia (ISCTE-IUL) no Museu da Cidade de Almada, entre Outubro de 2004 e Setembro de 2005, intitulado: Memórias e Identidades da Cooperativa de Consumo Piedense, com orientação científica do Prof. Dr. Brian Juan O'Neill (ISCTE-IUL) e supervisão técnica da Doutora Ângela Luzia (Museu da Cidade de Almada). Disponível à comunidade desde 20 de Fevereiro de 2009, em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1259>

atitude colectiva de resistência” (Flores 2003, 249). A “atitude colectiva de resistência” reflectiu-se na criação de associações mutualistas, cooperativas de consumo, colectividades recreativas e culturais, proporcionando às classes subalternizadas o acesso ao trabalho, aos bens de consumo, à saúde, ao ensino, ao desporto e a uma cultura democrática e solidária, que convergiu no movimento de resistência e organização política durante o Estado Novo (*cf.* Abreu e Branco 1987, Policarpo e Mateus 1999, Policarpo 2004). Se no passado as cooperativas de consumo procuraram resolver as necessidades de grupos locais, organizados em torno de um projecto económico e cultural alternativo (*cf.* Correia 1965, Desroche 1976, Costa 1978, Namorado 2001), actualmente, a estratégia rege-se pela tendência do movimento cooperativo global, que torna prioritária a eficiência económica em detrimento do seu carácter organizacional e da sua cultura (Book 1993). Neste sentido, a fusão da Cooperativa de Consumo Piedense na Pluricoop², em 2005, privilegiou a vertente económica, obliterando um passado histórico de intervenção social e cultural. A CCP encerrou a sua actividade em 2010, após cinco anos de integração na Pluricoop, deixando um espólio bibliográfico e documental incomensurável. Ao longo do nosso trabalho de investigação (realizado entre Outubro de 2004 e Setembro de 2005), acompanhámos as problemáticas em torno do processo de fusão da CCP na Pluricoop, partilhando as inquietações e as incertezas dos sócios relativamente ao futuro da

2 Ver Pluricoop: <http://www.consumo-pt.coop/pluricoop/>

sua Cooperativa, tentando recuperar as memórias de uma associação de reconhecido prestígio internacional.

Neste artigo, abordamos as múltiplas dimensões históricas e culturais da organização administrativa, da composição socioeconômica e da política da Cooperativa de Consumo Piedense, entrelaçando metodologicamente a etnografia e a história. Com o enfoque na memória, e recorrendo a fontes documentais e às histórias de vida de trinta sócios, analisamos os discursos e as práticas de resistência como representações identitárias do grupo de associados. Como afirmava Maurice Halbwachs (1950), é através do sentimento de pertença que os indivíduos são capazes de adquirir, localizar e evocar as suas memórias. A memória individual dos nossos informantes era inseparável da memória colectiva, e todas as recordações sustentavam-se num conjunto de ideais e acontecimentos partilhados. Os sócios do género masculino evocaram a CCP como espaço de troca, de partilha e debate de ideias, valorizando as aprendizagens, as iniciativas culturais, a resistência ao fascismo, os conflitos entre grupos e as perseguições políticas. As sócias rememoravam as relações afectivas, vinculadas a grupos familiares e de vizinhança, entretecidas nos acontecimentos emocionais das suas vidas (o namoro, o casamento, o nascimento dos filhos, a prisão dos maridos). Todavia, para ambos os géneros ser sócio da Cooperativa significava a partilha de uma cultura de resistência, vinculada a um sistema de trocas de bens e de valores que contribuiu para a sua construção identitária.

2. Esta Cooperativa chegou a ser considerada a maior da Península Ibérica

A CCP foi fundada por um grupo de cinquenta trabalhadores, maioritariamente operários da fábrica Bucknall³. A identidade de classe e a precariedade económica dos primeiros associados reflectiam-se nas prioridades dos dirigentes, determinados a assegurar a subsistência de centenas de famílias operárias, por meio de um sistema de crédito e de retorno dos lucros. O trabalho voluntário foi fundamental para a consolidação do projecto cooperativo, assim como para a afirmação de competências de alguns dos seus membros, que contrariaram o percurso de vida (Bertaux 1976). Segundo Durkheim (1893), o efeito mais importante da divisão do trabalho resulta da solidariedade e da consciência colectiva, que neste caso uniu os associados numa geração (Lisón Tolosana 1983), como grupo social vinculado aos ideais cooperativos.

É um movimento solidário, onde não há explorados nem exploradores, é tudo para o mesmo saco, e depois há o tal retorno. Era trabalho voluntário de dirigentes (...) depois das horas do trabalho

³ Em 1911, com a compra da fábrica Vilarinho & Sobrinho, a Bucknall tornou-se na maior unidade fabril corticeira do Concelho de Almada, com escritórios em Lisboa, Londres e Glasgow. Os incêndios ocorriam com alguma frequência nestas unidades fabris, e a Bucknall teve os de maior dimensão em 1912, 1929 e 1946. Este último terá contribuído para o declínio da empresa, agravado pela expropriação das fábricas do morro de Cacilhas para a construção da estrada marginal em 1950. Dos seus 600 trabalhadores em 1945, 300 foram dispensados até 1952, altura em que a Bucknall foi vendida à firma Barreira & Companhia.

é que os idealistas iam para ali aviar as batatas e o café, trabalho voluntário dos associados da massa trabalhadora. (...) Tinha que ser a rapaziada a dirigir aquilo, tinha de provar que um trabalhador é um gajo que é capaz, ali é que a malta se fazia. (João Gama)⁴

A Cooperativa nasce por uma necessidade económica, a melhoria dos bens, a concessão do crédito, a garantia que em certas condições de adversidade havia um certo apoio da parte da Cooperativa. É o caso das greves, é o caso de pessoas que estavam em situações mais deprimentes que estavam desempregadas, a Cooperativa concedia-lhes crédito. (Raul Cordeiro)⁵

A precariedade económica dos operários corticeiros reflectia-se de tal forma na vida da Cooperativa, que, em 1931, iniciou-se um projecto para a implementação de uma indústria corticeira para minimizar a crise de desemprego, que fracassou devido a conflitos de interesses entre os sócios operários e os proprietários de pequenos fabricos. Durante as décadas de 1930 e 1940 a CCP foi particularmente importante a nível socioeconómico, minimizando a miséria e a fome

4 João Jorge Tavares Gama (Cova da Piedade, 1926) frequentou a Escola Comercial, foi funcionário da Caixa Geral de Depósitos, dirigente da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense (SFUAP), da CCP e é presidente da URPICA. Como afirmou: *Você sabe, nascemos num meio associativista do mais importante que existe no nosso país (...) Eram associações para tudo e para nada. (...) E eu vivi um bocado este ambiente aqui, desde garoto.* Entrevista realizada na URPICA em 2005.

5 Raul Cordeiro (Idanha-a-Nova, 1930) veio viver para a Cova da Piedade com três anos de idade. Tem o Curso Geral de Comércio e foi Técnico de Contas. Colaborou desde muito jovem na biblioteca e na Secção Cultural da SFUAP. Por convite de Jaime Ribeiro Lourenço, Presidente da Direcção da CCP veio colaborar como 1º Secretário da Assembleia-geral, desempenhando posteriormente outros cargos directivos. Entrevista realizada em sua casa, em 2005.

que assolavam as famílias dos operários, resultantes de permanentes crises laborais (Fonseca s/d), posteriormente agravadas pela recessão económica da II Guerra Mundial.

A Cooperativa nessa época tinha um alcance social muito importante, olhe que eu lembro-me, lembro-me que depois da guerra havia uma crise tremenda, não havia nada para comer nem nada, a gente para comprar alguma coisa era tudo no mercado negro e custavam um dinheirão. A Cooperativa era aí a única casa em quem se podia confiar. (Manuel Galhós)⁶



Grupo de sócios corticeiros, organizadores da Secção de Cortiça, 1931. Arquivo Histórico CCP

6 Manuel Galhós Manuel Galhós (Cova da Piedade, 1918–2011), filho de mãe costureira e de pai pintor, foi aprendiz de sapateiro e frequentou a Escola António José Gomes, mas não completou a 4ª classe. Foi como corticeiro na fábrica Bucknall que fez toda a sua aprendizagem profissional e cívica, marcada pelos ideais anarco-sindicalista. Excerto da entrevista realizada em sua casa em Janeiro de 2005.

Os sócios manifestaram uma imensa dívida de gratidão em relação à Cooperativa, justificando a fidelização como a “obrigação imperativa de retribuir” (Mauss 2001, 123) os bens materiais e simbólicos que a Cooperativa lhes proporcionou ao longo da vida. Por outro lado, as narrativas enaltecem a acção de antigos sócios/dirigentes, por representarem um exemplo de trabalho e dedicação. Ao longo de gerações, as suas práticas serviram de modelo aos colaboradores mais jovens, entrosadas pelo incentivo ao conhecimento teórico do cooperativismo, consolidando interesses e valores comuns.

A Cooperativa era uma colmeia humana. Nós ensinávamo-nos uns aos outros. A gente primeiro era um escrúpulo enorme, toda a gente, toda a gente fazia por cumprir o seu dever. Se caía uma batata no chão, não ficava ali, pegava-se na batata e vai-se pôr lá. Não se desperdiçava nada, absolutamente nada. Porque sabíamos, cada um de nós, o que custava arranjar dinheiro para cumprir as nossas missões. (Germano da Costa)⁷

A base forte da Cooperativa foi sempre os seus dirigentes, a nata. Depois há um conjunto de sócios que colabora, cooperativistas

⁷ Germano da Costa nasceu em Sobral Gordo, Arganil, em 1917. Em 1930 veio viver com o pai para a Cova da Piedade, para casa do padrinho, operário corticeiro. Aos 14 anos de idade inicia a sua actividade como corticeiro na fábrica Bucknall, onde permanecerá até à venda à firma Barreira & Companhia. Não frequentou a escola, mas fez a sua aprendizagem como autodidacta no grupo profissional, concluindo mais tarde o Curso Profissional de Contabilidade. Trabalhou durante seis anos na empresa Parry & Sons, e posteriormente por conta própria como contabilista e técnico de contas. Foi Presidente da Direcção da CCP (1946, 1947 e 1950) e desempenhou diversos cargos directivos entre 1942 e 1974. Excerto da entrevista realizada em sua casa em Outubro de 2004.

e depois há os outros, os cooperadores. (...) As cooperativas não se apresentam por acções teóricas mas por acções práticas realizadas. (Raul Costa)⁸

O desenvolvimento da CCP deveu-se à acção e capacidade empreendedora dos seus dirigentes e colaboradores, que implementaram projectos inovadores para satisfizessem as necessidades económicas e sociais dos associados. O Posto Médico, inaugurado em 1955, virá a converter-se nos Serviços Médicos e de Enfermagem para centenas de famílias que não beneficiavam de qualquer assistência médica e social. A quinta da Argena, adquirida em 1956, articulava a função de cooperativa de consumo a cooperativa de produção, com a instalação de um aviário e de uma vacaria, sob a coordenação técnica do sócio Jaime Nunes da Rosa, médico veterinário⁹. A década de 1960 assinala um grande crescimento económico e social, resultante da rentabilização e modernização dos serviços, da dinamização cultural e da consequente adesão de novos sócios¹⁰. Em 1962 foram adquiridos terrenos

8 Raul Costa nasceu nas Barrocas em 1937, filho de João Costa (corticeiro, anarco-sindicalista e dirigente da CCP nas décadas de 1930/1940), descende de uma família de dirigentes associativos. Iniciou a sua actividade de colaborador na Comissão Cultural em 1957, desempenhou diversos cargos dirigentes e era secretário da Direcção em 2005. Excerto da entrevista realizada na CCP em Outubro de 2004.

9 A Quinta da Argena serviu mais tarde como valor patrimonial, ao beneficiar de um projecto de urbanização e de loteamento de terrenos que permitiu à Cooperativa sobreviver a uma falência técnica em 1990.

10 Em 1965 a Cooperativa de Consumo Piedense inaugura a sua filial de Corroios a 19 de Setembro e a filial do Feijó a 5 de Dezembro. Em princípios de 1966, é comprado por 1000 contos o prédio contínuo à Sede completando-se o conjunto imobiliário da área dos edifícios sede, que passa a cobrir todo o quarteirão em que se situa (Ramos, 1994: 61). A partir do somatório dos valores apresentados

e edifícios anexos à Sede, permitindo a expansão e a concretização de um projecto inovador para a época, o auto-serviço (ou supermercado), como recordou o antigo sócio/dirigente Brito Mateus¹¹:

A expansão deveu-se a um grande dinamismo dos dirigentes, nós tivemos o primeiro self-service do Concelho de Almada, porque tivemos a sorte de nos primeiros anos da década de sessenta estabelecer contactos com a Federação das Cooperativas Suecas, com a KF que era a maior organização cooperativa de consumo do mundo.

A troca de conhecimentos e de experiências com representantes internacionais, de outras organizações cooperativas, contribuíram para o desenvolvimento e inovação da CCP, nomeadamente a colaboração com técnicos suecos¹². O crescimento económico acentuava um grande dinamismo dos sócios/dirigentes que vão assumindo a responsabilidade da sua gestão, e neste processo de eleição e sucessão

por António Ramos, no quadro de novos associados, concluímos que na década de 1960 o número de adesões ascendeu aos 507 sócios, superando a década de 1950, que tinha registado 457 novos sócios; posteriormente, na década de 1970 verificou-se a adesão de 252 sócios, e na década de 1980, de 401 sócios (Ramos 1994, 71).

11 Fernando Brito Mateus (Setúbal 1932–Cova da Piedade 2007) veio viver para a Cova da Piedade em 1954. Tinha o Curso Geral do Comércio e era 3º oficial Administrativo no Arsenal do Alfeite quando se filiou na Cooperativa em 1956. Em 1960 integrou a Comissão dos Serviços Médico Sociais, participando activamente na implementação dos regulamentos e no desenvolvimento dos serviços. Dedicou vinte anos da sua vida ao projecto cooperativo tendo sido Presidente dos Armazéns Centrais da Unicoope, cargo que acumulava com outras funções directivas na Cooperativa e noutras associações locais. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Janeiro de 2005.

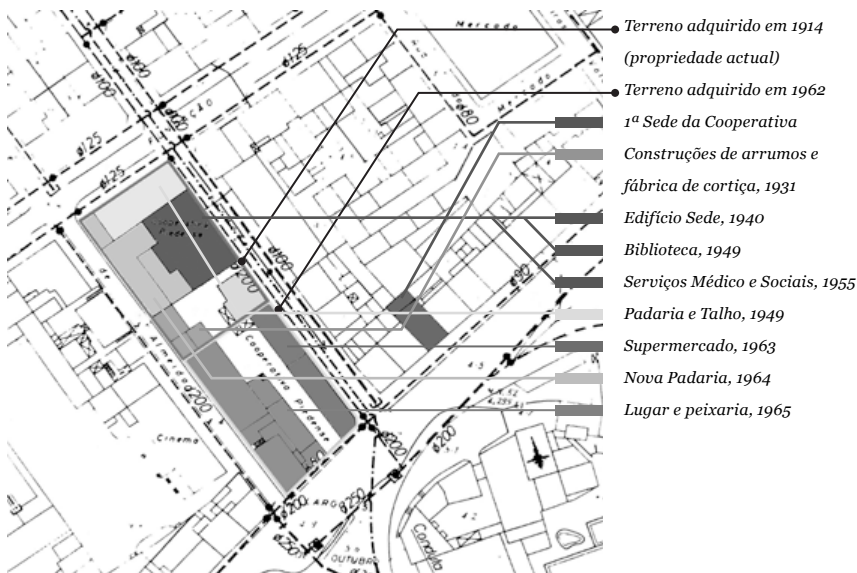
12 Boletim Interno da Cooperativa Piedense, Ano I, n.ºs 10–11, Outubro/Novembro.

dos órgãos sociais afirmavam-se indivíduos e grupos, que permaneceram ao longo de vários anos ligados aos destinos da CCP.

Na década de 1970 acentuou-se a crise económica da Cooperativa, provocada pela conjuntura nacional e internacional, exigindo medidas de contenção, como a redução do retorno e do crédito que foram particularmente impopulares entre os associados. A crise agravou a conflituosidade entre grupos de sócios, opondo os cooperativistas defensores da Escola de Nimes, aos defensores de Robert Owen, que viam as cooperativas como meio de transformação das sociedades¹³. O debate ideológico entre anarquistas e comunistas no espaço da Cooperativa reflectia a luta do Partido Comunista (PC) pela hegemonia política do movimento operário, originando no interior da Cooperativa a suspensão e expulsão de sócios pertencentes a ambos os grupos. A vigilância da PIDE, e as perseguições políticas a sócios militantes do PC agudizava o conflito, provocando um movimento de reacção contra as iniciativas culturais que pudessem comprometer o futuro da Cooperativa. O processo da PIDE/DGS sobre a Cooperativa comprova a vigilância cerrada sobre as actividades culturais, e sobre

13 Em Inglaterra, os primeiros promotores das cooperativas, como Robert Owen, propagaram o movimento cooperativo como alternativa à natureza exploradora da sociedade capitalista na Europa, e “a doutrina cooperativa surgiu, sem dúvida alguma, como reacção ao funcionamento da economia capitalista liberal. Ela encerrava na sua base juízos de valor negativos, que se traduziam numa condenação do sistema económico-social vigente, que assim se pretendia reformar ou mesmo substituir” (Correia: 1965: 8–9). Em França, desenvolveu-se a partir de 1865 uma nova doutrina cooperativista com Edouard de Boyve e August Fabre, a que mais tarde se juntou Charles Gide. Estes cooperativistas considerados não marxistas, defendiam a não introdução da luta de classes na cooperação, sendo a neutralidade política “um dos pilares teóricos da doutrina da Escola de Nimes” (Leite 1981, 18).

Fases de crescimento da Cooperativa de Consumo Piedense



a actividade política de alguns associados¹⁴. O clima de instabilidade era agravado pela pressão exercida pelo Estado sobre a Cooperativa, e pelos sucessivos relatórios detalhados da PIDE sobre a identidade dos sócios que integravam os Órgãos Sociais¹⁵. O cerco à Cooperativa

14 IANTT, Ficheiro da PIDE/DGS, Proc.5191 CI (1), pasta 1, NT-1305, Sociedade Cooperativa Piedense.

15 O Processo da PIDE/DGS relativo à Cooperativa é composto por 143 documentos arquivados entre 1956 e 1971, com interregnos entre 1959/1961 e entre 1963/1966, verificando-se a partir de 1966 um acompanhamento ininterrupto até 1971. A informação mais antiga incide sobre a constituição dos Órgãos Sociais da Cooperativa de 1958, assinada pelo agente Lucílio Loureiro, "Incumbido de averiguar os nomes completos, modo de vida e porte moral e político dos sócios eleitos para os corpos gerentes da Cooperativa. Dos nomes citados destaca-se o presidente da Assembleia Geral, Raul

apertava-se em várias frentes: na económica, com o surgimento das cadeias de supermercados, e na política, pela vigilância e detenção dos sócios *arsenalistas*¹⁶. Os conflitos ideológicos são indissociáveis das histórias de vida dos sócios/dirigentes e dos sócios colaboradores, servindo para os indivíduos reivindicarem a sua identidade e pertença a grupos, construindo uma representação de si e do passado, a partir da visão do presente.

As Direcções conscientes nunca admitiram sectores políticos daqui ou políticos da acolá. Ali havia uma função, servir a Cooperativa e aproveitar a Cooperativa naquilo que ela nos podia ajudar. Este foi sempre o meu lema e das direcções que acompanhei durante muitos anos. (Germano da Costa)

A corrente do PCP dum lado era maior, e a corrente anarquista do outro lado, embora tivesse bastantes elementos dentro da Cooperativa, mas não se manifestavam porque não lutavam, apenas se manifestavam partidariamente, mas lá dentro da Cooperativa toda a gente sabia que era o PCP que estava dentro

Antunes Cordeiro, casado, funcionário do Montepio Geral de Lisboa há cerca de 2 anos, tendo exercido anteriormente, a profissão de caixeiro na Cooperativa Piedense. “Do seu porte moral, nada consta que o desabone. Politicamente, consta estar preso nesta Policia, por actividades subversivas.” Raul Antunes Cordeiro foi preso pela PIDE a 28 de Outubro de 1958, esteve em interrogatórios a prisão do Aljube, foi transferido para Caxias, daí para a Rua Angra do Heroísmo, no Porto, e posteriormente para Peniche, num total de cinco anos e meio de prisão.

16 “A direcção clandestina do PCP no Arsenal do Alfeite ficou, nos anos sessenta, decapitada a partir da prisão dos seus principais dirigentes: Mário José de Araújo, António Rogério Reizinho Falcão, Ludgero António Pardal, Albino Quaresma Francisco, José António Revez e José António Marques Carvela” (Flores e Policarpo 1998, 178).

da Cooperativa, porque era o PCP que lutava para criar imagem daquilo que fazia. (José da Costa)¹⁷

Havia oposição em que se dizia que uns eram fascistas e nós os progressistas, mas não era bem assim, porque hoje uns são do PC ou do PS. (...) Essas pessoas, na altura, tinham medo que o convite a determinadas figuras da oposição democrática, sobretudo intelectuais, pudesse por em perigo a continuidade da Cooperativa. (Raul Costa)

No processo de rememoração, a partir do qual os sócios reconstroem o espaço relacional da Cooperativa, surgem as memórias da Biblioteca, como espaço social (Bourdieu 1994) de aprendizagem política e de construção de identidades.

3. Era um centro de referência cultural e foi uma trincheira contra o antigo regime político

A criação da Biblioteca deveu-se à iniciativa de António Campos de Aguiar, secretário da Direcção, e a sua primeira Comissão está registada na Acta da Reunião da Direcção de 14 de Abril de 1940, ficando constituída pelos sócios Luís Fernandes, João Valério, Felisberto Fernandes, Carlos Jóia, José Correia, Geordano e José Maria da Silva. Mas a primeira reunião da Comissão da Biblioteca realizou-se apenas a 4 de Abril de 1949, com a presença de Mário Gama, José

¹⁷ José da Costa nasceu em Sobral Gordo, Arganil, em 1923, e veio residir para a Cova da Piedade com 13 anos de idade. O pai, irmão, tios e primos eram operários corticeiros na Bucknall e foi nesta unidade fabril que iniciou o seu percurso profissional. Foi membro da primeira Comissão Cultural (1949) e desempenhou outras funções como dirigente da CCP. Excerto da entrevista realizada em sua casa em Novembro de 2004.

da Costa, Júlio Felipe, Antónia Gonçalves Costa, Laurinda da Costa, Maria Laura Fernandes e Adelaide Marques Rodrigues. A Comissão, inicialmente composta por ambos os géneros, acabará por perder os elementos femininos por motivos profissionais. Contudo, nos finais da década de 1950 será criada uma Comissão Cultural Feminina, cujas actividades estão documentadas até ao início da década de 1970.



Biblioteca nos finais da década de 1950. Arquivo Histórico da CCP

A criação de bibliotecas nas associações do Concelho de Almada representava uma estratégia política de oposição ao Estado Novo, protagonizada por elementos afectos ao Partido Comunista Português na clandestinidade. A principal missão das bibliotecas era divulgar uma cultura democrática, proporcionando aos seus frequentadores o acesso ao conhecimento do mundo e da sociedade, controlado e manipulado

pelo sistema de Ensino Oficial (Ó 1992). Como assinala Pierre Bourdieu, a Escola representa um dos maiores poderes do Estado, impondo aos indivíduos as categorias de pensamento que estes aplicam ao mundo, e ao próprio Estado. E as bibliotecas eram uma alternativa à Escola do Estado, ou parafraseando Thomas Bernhard, “onde se faz dos jovens criaturas do Estado” (Bourdieu 2001, 69).

A Biblioteca da Cooperativa ajudou muita gente, sócios e filhos de sócios a cultivarem-se, a tomarem contacto com a vida social através de livros que comprávamos, alguns até eram proibidos, mas a gente tínhamo-los lá. (...) Na Bucknall tínhamos uma biblioteca importantíssima, eu nunca andei na escola para aprender a ler, mas comecei ali, com a necessidade que eu próprio tinha de querer aprender. (...) Fundámos na Cooperativa uma biblioteca que começou com livros que vieram da Bucknall para ali. (Germano da Costa)

As obras neo-realistas foram uma das maiores fontes de aprendizagem e de formação de mentalidades, como meio de acesso e transmissão de novas ideias, e de novas visões do mundo e da sociedade. Álvaro Cunhal (1996) salientava a importância do neo-realismo na literatura, por partir de uma visão da sociedade “em que o interesse social e humano do artista o conduzia a tomar como objecto da criatividade não o seu eu, antes as classes trabalhadoras, nomeadamente o operariado, os camponeses, os pescadores” (1996,97). Os autores estrangeiros mais representativos desta corrente literária, e também os mais lidos, eram Jorge Amado, John Steinbeck, Ernest Hemingway, Jack London, Máximo Gorki e Emile Zola, por denunciarem a exploração capitalista, a injustiça social e as dificuldades de vida das classes subalternizadas. Também os escritores portugueses neo-realistas

incidiram as suas obras na vida das classes trabalhadoras, tornando-as autênticas monografias antropológicas como: *Glória, Uma Aldeia do Ribatejo* e *Gaibéus*, de Alves Redol; *Esteiros*, de Soeiro Pereira Gomes; *Seara de Vento*, de Manuel da Fonseca; *Quando os Lobos Uivam*, de Aquilino Ribeiro, entre outras. Esta corrente literária, indissociável da luta pela liberdade e pela democracia contra o regime fascista, justificava as perseguições e a censura sobre as bibliotecas, classificando simbolicamente algumas obras como armas ameaçadoras.



Fernando Lopes-Graça e C. Amadores de Música, 1958

Às vezes a gente apanhava sustos porque a PIDE andava sempre em cima, para dismantelar uma biblioteca a propósito de haver livros subversivos (...) Um grande susto que eu apanhei pessoalmente foi quando o Romeu Correia publicou o seu primeiro livro que foi Sábado Sem Sol. Na biblioteca da SFUAP, onde eu estava, vendemos alguns e um dia uma balbúrdia muito grande que a PIDE tinha invadido a biblioteca da Academia. Uma grande dor de cabeça, ficámos todos a tremer, se os gajos chegam aqui à biblioteca da SFUAP e se chegam à biblioteca da Cooperativa vai ser uma macacada. Mas ficou por ali, foi porque o Romeu publicou um livro sem ter uma prévia censura, e então os gajos foram lá e apreenderam os livros na altura. (João Gama)

A nossa biblioteca era permanentemente visitada pela PIDE, para levarem os livros que eles achavam que não deviam lá estar, os chamados livros proibidos, ao princípio ainda a gente os escondia,

em gavetas de fundo falso, outros levavam-se para casa, e os livros circulavam assim clandestinamente. (Brito Mateus)



Colóquio e sessão de autógrafos de Alves Redol, 1963

O acesso a obras literárias proibidas pela censura, e a discursos proferidos por escritores e intelectuais oposicionistas, contrariando o pensamento que o regime político impunha, contribuíram para preservar a Biblioteca da CCP na memória colectiva dos associados, como um espaço de aprendizagem e de oposição à cultura do Estado Novo. Como uma ferramenta para a construção da identidade, que confere sentido às vivências comuns, “dotando o colectivo de uma força assinalável na resistência contra os esforços que a sociedade envolvente emprega para desvalorizar e desmemoriar” (Godinho 2001, 130).

Pela biblioteca da Cooperativa passaram figuras como Alves Redol, António Sérgio, David Mourão Ferreira, Fernando Lopes Graça, Matilde Rosa Araújo, Maria Lamas, Mário Cesariny, Mário Henrique Leiria, Óscar Lopes, Soeiro Pereira Gomes, Urbano Tavares Rodrigues e muitos outros, que assinalaram a sua presença no Livro de Honra e na memória colectiva dos associados. As actividades das Comissões Culturais abrangeram diversas áreas de intervenção, desde a publicação de boletins informativos e culturais até ao ensino, na criação de cursos de cultura geral e técnico-profissionais. O projecto educativo iniciado em 1954 teve uma primeira fase coordenada pelo Dr. Pinto de Mesquita, responsável pelos primeiros cursos profissionais de Dactilografia,

Estenografia, Caligrafia, Desenho e Português, divididos em duas turmas, num total de 74 alunos de ambos os sexos. Posteriormente, outras figuras marcaram as memórias dos sócios, como Gomercindo de Carvalho e Fernando Glicínio Simões. Gomercindo de Carvalho criou em 1963 um Curso de Cultura Geral, no âmbito das actividades da Comissão Cultural da Cooperativa, e posteriormente será o responsável pela formação das Escolas do Clube Desportivo da Cova da Piedade, que ainda hoje mantém a sua actividade. A saída deste grupo de trabalho para outra associação local, por conflitos políticos com a Direcção, não impediu a continuidade das actividades culturais na Cooperativa, tendo-se verificado durante o ano de 1964 um crescimento na aquisição de novas obras para a Biblioteca, que atingiu um total de 3.788 exemplares, assim como a criação de um grupo cénico, de um grupo de excursionistas, sessões de cinema seguidas de debate, sessões de homenagem a escritores portugueses, e a publicação do Boletim Interno.

S. R. *Confidencial ao Comandante Fiedus*
182 *Ext. Hagedus*
1138-S.R.
 Excelentíssimo Senhor
 Em referência ao ofício confidencial nº
 S.183-S.R., de 18 de Outubro findo, junto envio a
 V.Ex.a uma informação do agente de 2ª classe LU-
 CILIO LOUREIRO, referente aos corpos parentes da
 Cooperativa de Consumo Piedense, com sede na Cova
 da Piedade.
 A Bem da Nação
 Setúbal e Posto da P.I.D.E., 5 de Novembro de 1958
 Ao Excelentíssimo Senhor Director da Polícia Inter-
 nacional e de Defesa do Estado.
 L I S B O A.
 Polícia Internacional e de Defesa do Estado
 SERVIÇOS DE SEGURANÇA
 Situação de Segurança - Serviço Reservado
 ENTRADA Nº. 11902
 Recebido em 8.10.1958
 Mod. 107-30.020 ex.-708 - Anexo T. da Act. Conf. 1958
 JACINTO MALHEIRO CORVO

Fonte: IANTT/PIDE/DGS

A Cooperativa tinha uma actividade cultural que o próprio regime temia. Passaram pela Cooperativa os melhores escritores portugueses, grandes figuras da cultura passaram todos por lá, todos aqueles que eu conheço passaram pela Cooperativa. (...) Chegámos a ter uma Comissão Cultural com trinta e cinco ou trinta e seis elementos, não há nada que não se falasse lá, ao ponto de ter sido criada uma lei, uma intervenção do Ministério do Interior do Salazar (...) As actividades culturais incomodava-os muito, diariamente éramos visitados pela PIDE, mas era diariamente. (Vitor Costa)¹⁸

A integração de militantes e simpatizantes do Partido Comunista Português nas Comissões Culturais, como estratégia política de resistência e oposição ao regime, gerou conflitos entre grupos, receosos que a intervenção da PIDE no espaço da Cooperativa pudesse comprometer a sua continuidade. Os relatórios da PIDE/DGS revelam que as actividades culturais eram toleradas pelo regime, por se inserirem em contextos comemorativos, mas a vigilância e repressão sobre os sócios era constante.

No mesmo sentido, intelectuais e convidados que participavam em colóquios, homenagens e sessões solenes estavam sujeitos

¹⁸ Vitor Costa (Cova da Piedade, 1929) concluiu o Curso Geral do Comércio, desenvolvendo a sua actividade profissional como escriturário e posteriormente como Gerente Industrial. Filho de João Costa, corticeiro, escolhido de rolhas, dirigente anarco-sindicalista e dirigente da CCP. A adesão ao MUD Juvenil e a participação na campanha à presidência do General Norton de Matos, em 1948, marcam o início da actividade política. Na década de 1950 inicia-se na Comissão Cultural, ocupando posteriormente diversos cargos dirigentes na CCP. Como afirmou: *A Comissão Cultural servia de escola para as Direcções*. Entrevista realizada na Mecânica Piedense em 2004.

a referências sobre o conteúdo das suas intervenções. Maria Lamas foi uma das intelectuais portuguesas a participar nas sessões culturais dedicadas às mulheres, na Biblioteca da Cooperativa¹⁹. Uma das informações do Chefe do Posto de Setúbal, Fernando Waldeman do Canto e Silva, para a Direcção Central de Lisboa, incide sobre o colóquio de Maria Lamas: “Direito da Mulher”, realizado dia 8 de Março de 1970, pelas 22.00 horas, na sede da Cooperativa²⁰. Como recordou o sócio/dirigente Raul Costa, o valor simbólico do espaço era percebido pelos intelectuais como o espaço da utopia, da possibilidade de transformação da sociedade, “de passagem material” de uma sociedade repressiva para uma sociedade democrática, em que “atravessar a soleira” significava ingressar num mundo novo (Van Gennepe 1978,

19 Em 1945 Maria Lamas iniciou a sua actividade política no MUD (Movimento de Unidade Democrática), seguindo-se a sua eleição como Presidente do Concelho Nacional das Mulheres Portuguesas. A partir dessa década, percorrendo todo o país, iniciou o seu trabalho de pesquisa sobre as condições de vida das mulheres portuguesas e dessa longa caminhada de conhecimento resultou a obra: *As Mulheres do Meu País*.

20 “Assunto: Actividades Culturais Subversivas. (...) A Maria Lamas durante o uso da palavra nada mais fez do que criticar o nosso País, exortando as mulheres à luta. (...) Durante o Colóquio que se lhe seguiu há a assinalar principalmente a intervenção de um indivíduo, que se apurou ter o nome de Carlos Jóia e ser corticeiro na Fábrica Jacinto na Cova da Piedade, que se levantou e repetiu várias vezes que estavam muitas mulheres presentes, algumas corticeiras, e que estavam com medo, pois não tinham coragem para dizer onde deixavam os filhos. Em voz alta dizia e repetia para não serem cobardes, para dizerem que os filhos ficavam ao abandono enquanto estavam na fábrica. Para não terem medo de pedir creches, para se unirem todos, pois que isto não pode continuar assim. Este indivíduo teve a nitida intenção de continuar a dar mais relvo à actividade de agitação de massas, única tarefa que Maria Lamas foi executar na Sociedade Cooperativa Piedense...”. Os sublinhados do texto correspondem ao da informação nº 54/70 de 12/3/1970, Ficheiro da PIDE/DGS, Proc.5191 CI (1), pasta 1, NT-1305, Arquivo da Torre do Tombo.

37). A construção da diferença, delimitada pelo espaço e pelo tempo de resistência política, foi particularmente evocada pelo grupo de sócios que partilharam uma cultura democrática, integrados numa rede social edificadora da memória colectiva.

4. Conclusão: Quem estava preparado politicamente depois do 25 de Abril, eram as pessoas que estavam integradas nas colectividades

A Câmara Municipal de Almada, através dos seus mecanismos editoriais, museológicos e comemorativos, tem contribuído para a patrimonialização do associativismo (cf. Abreu e Branco 1987, Ramos, 1994, Lima e Caetano 1997, Policarpo e Mateus 1999). A par da CCP, outras associações centenárias receberam a medalha de Ouro da Cidade, e a inscrição do seu nome em ruas, permitindo à comunidade recordar a sua identidade, representando-a numa “metanarrativa” (Connerton 1989). Após o 25 de Abril, os sócios/dirigentes das colectividades formaram a nova elite política democrática, granjeando lugares de prestígio e de influência na administração local. Uma rede de sociabilidades (Barnes 1987) entrelaça os órgãos do poder local e dirigentes associativos, escorada num passado de luta contra o fascismo. Nas eleições autárquicas de 2005, Mário Araújo (presidente da Mesa da Assembleia Geral da SFUAP), João Gama (presidente da Direcção da URPICA) e Álvaro Fernandes (presidente da Direcção da Cooperativa) foram candidatos pela CDU, consolidando os laços entre o poder local e as associações, na preservação de uma herança identitária legitimadora da ordem social presente.

As organizações cooperativas representam uma longa história de ideias, teorias e utopias, em que a consciência de lutar pela comunidade ideal é tão importante como sempre foi, e sê-lo-á no futuro, embora tenha sido abandonada a partir da década de 1980 por dificuldades de sobrevivência económica. Contudo, os aspectos económicos não se podem sobrepor à ideologia, descaracterizando as organizações cooperativas. A orientação futura exige visões em relação à identidade do movimento cooperativo e à democracia, participação e economia efectivas. Boaventura Sousa Santos diz-nos que é necessária uma globalização alternativa, uma globalização da solidariedade e da reciprocidade, da cidadania pós-nacional, do desenvolvimento económico sustentável e democrático, do comércio justo como condição do comércio livre, do aprofundamento da democracia, dos parâmetros mínimos de trabalho, do respeito pela igualdade através da redistribuição e do respeito pela diferença através do reconhecimento²¹. O Cooperativismo pode contribuir para uma sociedade mais justa, mas o seu futuro depende da integração dos jovens nas organizações. Book (1993) sugere que as organizações cooperativas antigas devem permitir que os jovens



*Painel em baixo relevo da CCP,
símbolo da solidariedade*²²

21 Consultável em: <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/013.php>

sejam pioneiros, deixando-os tentarem, falharem e triunfarem, de forma a recuperarem a cultura e a dinâmica fundadora.

A memória colectiva dos sócios da Cooperativa reflecte o compromisso da partilha e da troca entre gerações, na construção de um ideal de grupo, em que a solidariedade e a reciprocidade constituíram um quadro de valores que atribuem sentido e significado à sua pertença ao grupo de associados. A sobrevivência económica e a resistência política apresentam-se como marcadores temporais na vida dos sócios, representando a vitória da solidariedade sobre o individualismo, simbolicamente perpetuada na memória colectiva como “a maior Cooperativa da Península Ibérica”.²²

²² O painel em baixo relevo encomendado em 1939 ao escultor Júlio Vaz Júnior, está colocado no cimo da escadaria do edifício sede. “O referido trabalho apresenta duas figuras homem e mulher; ao lado do homem, este segurando um martelo, fica uma bigorna, ao meio de ambos figura uma roda dentada e na retaguarda das mesmas figuras humanas aparece uma chaminé fumegando, de tipo industrial. As duas figuras referidas estão de pé, frente a frente com as respectivas mãos direitas enlaçadas, como símbolo do aperto de mão em solidariedade.” Livro de Actas da Direcção, Lote nº101, 1939–1952, Arquivo Histórico da CCP.



José Gomes Ferreira e o Sonho Neo-Realista do Destinatário Trabalhador

A dedicatória do romance *Fanga* (1943), de Alves Redol, pode bem ser um emblema da forma como os escritores neo-realistas se entenderam e questionaram enquanto intermediários entre a arte e o povo. Era ele a sua fonte inspiradora e o seu destinatário ideal(izado); a ele queriam chegar, no afã de fazerem frutificar o empenhado democratismo cultural que tanto os moveu. Senão vejamos: «Para vocês, fangueiros dos campos da Golegã, escrevi este livro. Que algum dia o possam ler e rectificar — porque o romance da vossa vida só vocês o saberão escrever.» (Redol 1976: 42).

A dedicatória atribui ao romance e ao seu autor, ainda em início de carreira, uma dupla significação que não esconde bloqueios e contradições. De um lado, põe em evidência a busca árdua da palavra que quer decifrar, dizer e dar voz a um universo silenciado e invisível: o universo do trabalho e de uma geografia marginalizada, a dos fangueiros dos campos da Golegã, a que Alves Redol adere ideológica e afectivamente mas a que, por origem de classe, sabe não pertencer. Daí a projecção nos fangueiros de uma desejada (utópica) autoria, o da escrita das suas vidas: «porque o romance da vossa vida só vocês o saberão escrever».

Do outro lado, a dedicatória põe em evidência a procura não menos difícil desses fangueiros (e, através deles, dos trabalhadores, de um modo geral) como seus leitores, afastados que estavam das letras e da leitura e, nessa condição, subentende-se, privados do poder emancipador do livro que o escritor neles queria despertar: «Para vocês, fangueiros dos campos da Golegã, escrevi este livro. Que algum dia o possam ler e rectificar (...)».

Naquele paratexto de *Fanga* está patente o impulso de um intelectual de extracção (pequeno-)burguesa que deseja chegar ao povo trabalhador. Margarida Losa chamou-lhe «a questão sociológica de estabelecer quem escrevia para quem» (1999: 185) e «de como se deveria escrever para esse mesmo público, caso ele fosse definido» (*idem: ibidem*). De facto, os neo-realistas convergiram na necessidade de corresponderem à urgência de intervenção política, por via da cultura e da arte, para se demarcarem do que diziam ser (por vezes de forma restritiva e preconceituosa) o individualismo egotista e o elitismo dos modernistas. Representar o povo e mais ainda comunicar com ele foram motivos constantes da mobilização neo-realista. Aí está também um dos seus dilemas, alimentando a sua contínua polémica interna que, para Losa (*idem: ibidem*), não chegou a uma plataforma de entendimento, entre os finais dos anos 30 e o limiar dos anos 60.

Sem prejuízo de considerarmos convergências e tensões, *nuan-ces* e evoluções que o campo neo-realista foi sofrendo ao longo desse arco temporal, podem identificar-se duas grandes tendências no seu debate teórico-crítico. Primeiro, a dos que viam na arte o espelho do real, insistindo na vantagem do mínimo de artifício para aceder a um público novo, de origem trabalhadora. O debate crítico do

neo-realismo, cujo pico de tensão atravessa as páginas da *Vértice* entre 1949 e 1953, faz ressoar esse ponto de vista em contraponto com os que, como Mário Dionísio, recusavam a divisão da forma e do conteúdo e valorizavam a materialidade da linguagem e a oficina literária, sem nunca a quererem dissociada da política. Nesse sentido, a arte escaparia ao papel de derivado programático, pela razão simples de ela não poder ser «revolucionária sem começar por ser arte» (Dionísio, 1987: 54), enquanto fenómeno transfigurador de linguagens inscritas na sociedade e na história.

Por outro lado, a idealização romântica do povo trabalhador (sobretudo rural) acompanhará a construção da pátria neo-realista, como face contra-hegemónica do salazarismo. Traduziu-se ela no projecto de recompor a paisagem e o povoamento nacionais e de «conjugar uma linguagem literária com registos populares, familiares ou mesmo ‘pobres’ da língua» (Losa 1999: 188)¹. Tal não significa que esta escrita se tenha restringido às personagens populares e positivas (relevantíssimas, em todo o caso); nem tão-pouco se reduziu ao propósito documental (que o teve), como «sucédâneo d[os] meios de comunicação e de diálogo com a realidade» social (Sacramento

1 A propósito da colectânea de contos tradicionais que reuniu, em 1958, com José Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira define os saberes populares como tesouro ancestral e fecundador da criação literária e implicitamente como raiz legitimadora da sua ideia de nação portuguesa. Continua, portanto, a perfilhar a matriz romântica (de Garrett, por exemplo) na relação privilegiada com a cultura popular rústica: ela é um tesouro que o intelectual ou o artista erudito pode e deve dar a conhecer, por ser ela o «rumor inicial tão próximo da terra que traz agarrada ainda a névoa das manhãs mais longínquas» (Oliveira 1979: 126).

1975: 31), abafados que estavam pela censura à imprensa e à investigação das Ciências Sociais e Humanas.

Do mesmo modo não se pode afirmar que a vontade de tornar os textos mais acessíveis e eficazes na sua mensagem de transformação social os tenha afastado do trabalho e da invenção literárias. Não admira aliás até que ponto foi relevante a produção literária para crianças e jovens em que vários neo-realistas se notabilizaram: Alves Redol, Sidónio Muralha ou Papiniano Carlos. Sem fugir à tónica da consciencialização social, também essa literatura resultou do trabalho poético da simplicidade (que não do simplismo) da palavra. Nessa medida o neo-realismo contribuiu para a criação do público infante-juvenil que finalmente começava a alargar-se entre nós, acompanhando a expansão da escolaridade e da leitura pública (cf. Magalhães 2009: 257–265).

Ao pensar em Carlos de Oliveira, a par de Graciliano Ramos e Cesare Pavese, Margarida Losa avança a hipótese de o público implícito destes escritores não ser o mesmo de Redol, Amado ou Pratolini. No seu entender, partilhavam todos eles as mesmas temáticas sócio-políticas, mas os primeiros.

(...) não foram autores que tenham tido em mente escrever para grandes audiências, muito menos para audiências de estratos populares. Talvez a sua intenção tenha sido precisamente a contrária: levar as vozes, as preocupações, ou os interesses desses estratos até junto de um público restrito e culturalmente sofisticado, até às vanguardas digamos, associando-se, por essa via, aos restantes Modernistas (...) (Losa 1999: 184)

Com isso Margarida Losa torna mais desafiante a questão do(s) destinatário(s) do neo-realismo e dos modos de chegar a ele. Não é certo que tenha sido exactamente como a ensaísta propõe mas é válido o argumento da maior elaboração e exigência estéticas de escritores como Oliveira e, consequentemente, da maior restrição do seu público-alvo.

O próprio Redol, como vimos logo na dedicatória de *Fanga* – ele que mais depressa alcançou um público alargado e menos sofisticado e que, em todo o caso, lutou sem descanso pela sua maturação literária –, teve a noção das ilusões criadas à volta do povo como objecto de representação e como destinatário. Na «Breve memória» com que prefacia a 6.^a edição de *Gaibéus*, em 1965, Redol não abjura a opção de artista socialmente empenhado que responde aos imperativos do seu tempo histórico. Em contrapartida reconhece, no início do neo-realismo, uma certa idealização da massa trabalhadora e, como tal, assinala a sua distância de artista (burguês) em relação a esse outro social chamado povo:

Vimos muitas miragens no deserto, talvez porque a sede da desafrota nos secasse a lucidez. Precisávamos de ter um povo, criarmo-nos com ele, e caminhámos ao seu encontro sobre nuvens de ilusões, supondo que pisávamos terra firme. E julgámos muitas vezes o País pelo que desejávamos, desconhecendo que as alienações divergem. (Redol 1993: 38)

Como se comprova nesta passagem do prefácio redoliano, os testemunhos autobiográficos destes escritores são fontes privilegiadas para acedermos, na primeira pessoa, à problemática do destinatário (desejado e/ou real) da literatura neo-realista. Neste trabalho

usarei apenas alguns exemplos, sobretudo de José Gomes Ferreira, na certeza porém de que, à distância de muitas décadas, eles nos revelam um pouco da efervescência e urgência interventivas dos anos 30–50 em que se afirmou a frente político-cultural do neo-realismo contra a ditadura de Salazar.

Importa, entretanto, fazer uma breve observação sobre esse material autobiográfico que, não teve, na sua esmagadora maioria, uma circulação pública contemporânea à escrita. Os motivos dessa situação são inúmeros. Prendem-se com a natureza pessoal ou íntima do seu conteúdo, condicionada pelo desejo de reserva dos seus autores ou dos seus herdeiros. Acresce o contexto de longa privação de liberdades cívicas que cerceou a vida e a expressão públicas dos escritores oposicionistas; Carlos de Oliveira definiu essa condição como privação biográfica ou «complexo do iceberg» (1979: 181) do escritor português. Além disso, poder-se-á dizer que a escrita autobiográfica não foi muito corrente entre os neo-realistas. Afinal, eles buscavam alcançar uma voz coral e mobilizadora do colectivo (tantas vezes abafada numa poesia de tom menor e voz solista) e detiveram-se, sobretudo na ficção, na análise dos mecanismos estruturais da economia ou das relações entre classes.

E, no entanto, a conta autobiográfica dos neo-realistas não é assim tão pequena. Penso no díptico de Fernando Namora, *Retalhos da Vida de um Médico* (1949–1963), ou na ficcionalização autobiográfica de Manuel da Fonseca que convoca, na poesia e na prosa, a memória nostálgica da infância, inscrita na geografia alentejana. Salienta-se o traço (auto)biográfico de vários prefácios de neo-realistas, publicados nos anos 60–70, ainda sob ditadura, já na fase

institucionalizada do movimento: é o caso dos prefácios de Redol a *Gaibéus*, *Avieiros* e *Teatro-I* e dos prefácios a obras de Redol escritos por Mário Dionísio (*Barranco de Cegos*) ou Joaquim Namorado (*Fanga*). Depois há que considerar os textos epistolares que integram espólios, como os que guarda o Museu do Neo-Realismo. Finalmente, os testemunhos tardios ou póstumos publicados na imprensa, sob a forma de artigos ou entrevistas, e editados em livro como diários e autobiografias ou recolhas de ensaios e crónicas, com graus bastante diversos de marca autobiográfica: Carlos de Oliveira, *O Aprendiz de Feiticeiro* (1971); Mário Sacramento, *Diário* (1975); Mário Dionísio, *Autobiografia* (1987); João José Cochofel, *Opiniões com Data* (1990); ou Armindo Rodrigues, *Um Poeta Recorda-se* (1998).

Escolho então desde já uma passagem de uma carta de João José Cochofel a Fernando Lopes-Graça, escrita a 6 de Fevereiro de 1942 e hoje depositada no espólio do compositor no Museu da Música Portuguesa:

(...) estou à frente da secção cultural de um club operário e uma das coisas que de princípio se impõem é a organização de uma biblioteca, o que é impossível fazer-se somente com a verba de que para isso dispomos. Você não poderia pedir ao Bento de Jesus Caraça que oferecesse uma colecção da Cosmos, e ao Câmara Reis (ou alguém da Seara) uma assinatura da revista. Seria uma grande ajuda. Veja lá se pode dar um jeitinho... [sublinhado do texto]

A vivacidade deste apontamento em *post-scriptum* ilustra com clareza os modos de actuação dos membros da frente neo-realista que ganhou consistência à entrada dos anos 40, nomeadamente em Coimbra, Lisboa ou Vila Franca de Xira. A essa realidade não é alheia

a relação de alguns destes intelectuais, crescentemente seduzidos pelo marxismo, com a estrutura clandestina do PCP, cuja imagem e acção beneficiam e materializam politicamente uma corrente unitária e cultural na legalidade, logo na sua reorganização de 1940–1941.

Intervir politicamente através da cultura implica, como se lê no excerto acima transcrito, dinamizar colectividades e associações, criar redes informais (à revelia do poder dominante) de difusão de obras, organizar palestras de escritores ou *performances* poéticas e musicais. O objectivo seria o de alargar o espectro de receptores, idealmente aqueles mais arredados da cultura erudita. Assim se compreende a importância que Cochofel atribui à criação de uma biblioteca num clube operário: aí pretende fazer chegar publicações periódicas culturais como a *Seara Nova*² ou a não menos emblemática «Biblioteca Cosmos» (1941–1948): a colecção dirigida por Bento de Jesus Caraça, cujas tiragens e abrangência temática a tornaram num fenómeno de divulgação científica e cultural desse período.

Outro caso exemplar do *modus faciendi* neo-realista é o de Fernando Lopes-Graça que, entre as esperanças democráticas do Pós-Guerra e do MUD, giza o projecto de cancioneiro político *Marchas, Danças e Canções* (1946), associado à fundação do Coro do Grupo Dramático Lisbonense, mais tarde chamado Coro da Academia de

2 À data, em 1942, *O Diabo* (1934–1940) e *Sol Nascente* (1937–1940) haviam cessado a publicação, por pressões da Censura, e a *Vértice* só em 1945 ganhará o estatuto de órgão do neo-realismo: a *Seara Nova*, de que Lopes-Graça viria a ser secretário de redacção, em 1945, seguia uma linha editorial de matriz demo-republicana mas teve na pessoa do seu director, Câmara Reis, um ponto de apoio e diálogo com os neo-realistas.

Amadores de Música. Assim o conseguirá pela vontade, expressa no prefácio desse cancioneiro, de chegar e envolver um destinatário que romantiza, o povo, superando as barreiras sociais e culturais que o separam dele³. Aí temos patente o artista como intermediário entre a arte e o povo, entidade inspiradora e idealizada, a que aquele deve ou descer ou fazer catapultar para a cultura emancipadora.

Na evocação que o compositor escreve sobre Manuela Porto, em 1952, é assumido:

(...) o sonho de alargar a acção e (...) a missão artística, pedagógica e cívica do grupo [Coro do Grupo Dramático Lisbonense], dotando-o com um núcleo teatral, (...) uma como que Barraca portuguesa, em que não haveria porventura um Lorca com o seu génio a operar milagres, mas em que havia certamente o mesmo propósito e o mesmo amor de servir a arte e o povo ou, por outra, de pôr a arte ao serviço do povo. (Lopes-Graça 1992: 170)

Lopes-Graça lembra aqui a iniciativa político-cultural do Coro para o qual compôs e que dirigiu, circulando em associações recreativas e populares da zona da Grande Lisboa, com *performances* mistas de música coral, poesia e teatro, em que intervieram as actrizes Manuela Porto e Maria Barroso. Importa sublinhar o facto de o Coro ser aproximado, mesmo que com modéstia, ao grupo de teatro

3 É muito interessante acompanhar os bastidores da composição dessas canções através das cartas trocadas entre Lopes-Graça e os poetas que primeiro lhe deram poemas para *Marchas, Danças e Canções* (Carlos de Oliveira, José Gomes Ferreira e João José Cochofel), no período que media entre a Primavera de 1945 e Novembro de 1946, quando finalmente aquele cancioneiro é publicado (cf. Carmo 2008: 213–228).

universitário *La Barraca* que Federico García Lorca dirigiu com Eduardo Ugarte, a partir do Verão de 1932, no âmbito da política cultural da II República espanhola, levando o teatro clássico espanhol às zonas rurais e mais privadas de actividade cultural. Desse modo, Lopes-Graça filia-se na tradição revolucionária de democratizar e descentralizar a cultura junto do povo, pelo que também leva à prática uma ideia-chave para a intervenção dos movimentos e protagonistas de esquerda daquela conjuntura: a cultura como instrumento e problema intrinsecamente político⁴.

É todavia José Gomes Ferreira quem mais problematiza a escrita sobre e para o povo, graças à sua opção contínua e lúcida de escrever em múltiplos géneros autobiográficos. Convém não esquecer a posição especial de Gomes Ferreira no campo neo-realista. É um *compagnon de route* mais velho que se junta aos neo-realistas nos meados dos anos 40. Entre eles (em particular Oliveira, Cochofel e Dionísio) encontra o estímulo para retomar a publicação em livro da sua poesia (*Poesia I*, 1948), depois de se ter demarcado da obra

4 Na mesma linha Mário Dionísio recorda emocionado a declamação junto de operários de um poema seu, decerto a par da poesia de outros companheiros do *Novo Cancioneiro*. No imediato Pós-Guerra, estes autores conquistaram circuitos alternativos de comunicação literária, por exemplo graças à intervenção de Lopes-Graça, dando à poesia a voz erguida da declamação ou do canto de participação, em recitais de resistência à ditadura: «Estou vendo, lá para Alcântara, uma garagem da CUF, que era ou me parece hoje que era imensa, cheia de operários erguendo-se de chofre e aplaudindo poesias, entre as quais a minha 'Elegia ao companheiro morto', declamada, com a alma toda, pela Maria Barroso. Saia preta, blusa muito branca, uma imagem do povo inconformado.» (Dionísio 1987: 41).

neo-romântica de juventude e de absorver e integrar a vaga modernista dos anos 30–40, nomeadamente sob a égide pessoana.

O diário *Imitação dos Dias* (1966), que começa a ser escrito nos anos 50, dá sinais desse convívio assíduo e íntimo: quase sempre acontecia em tertúlias de café mas também em confraternizações mais domésticas com as respectivas famílias ou em férias passadas em comum na casa de Cochofel, no Senhor da Serra (em Miranda do Corvo). Num fragmento em que evoca Manuela Porto, a tradutora, escritora e atriz falecida em 1950, Gomes Ferreira lembra-a em recitais de poesia portuguesa que mobilizavam o público: «A Manuela transitória, a Manuela companheira, a Manuela labareda nos estrados de versos, com a voz do tamanho do entusiasmo do mundo em lágrimas» (Ferreira 1970: 74), a declamar Pessoa ou os «últimos escorraçados do neo-realismo» (*idem*: 73), como Manuel da Fonseca no seu «Mataram a Tuna!». Curiosamente as palavras do escritor denunciavam como era restrito o círculo de espectadores lisboetas desta actividade cultural tão combativa:

(...) a Manuela, ídolo insubstituível dessas trezentas pessoas heróicas que andam de um lado para o outro, em Lisboa, a fingir cultura – a correr das dissonâncias da Sonata para o pescoço torcido da geral do S. Carlos; da Exposição de Artes Plásticas para o último concerto de canções do Lopes Graça; da estreia do Auto da Índia no teatrinho do Grupo Dramático Lisbonense para o recital poético na Associação Feminina para a Paz... (idem: ibidem)

No vol. II do diário póstumo *Dias Comuns* (1998), José Gomes Ferreira não esconde a distância que o separa do povo trabalhador. Num fragmento de 28 de Abril de 1968 denuncia o risco de demagogia

de escrever *para* e (ainda mais) *pelo* povo. Há neste fragmento um diálogo interior, quando amigos seus discutem problemas literários. Querendo tirá-los desse umbilicalismo intelectual, em favor de preocupações mais sociais, o diarista sente o perigo de ser demagógico e exprime o remorso de saber que o povo é uma entidade outra e irreduzível a si, por muito solidário que se manifeste com ele:

Às vezes, quando os meus amigos (alguns em pleno – e até legítimo – gozo do desencanto) discutem os seus problemas literários, onde por momentos são reis, apetece-me interrompê-los com esta pergunta de voz simples:

— Muito bem... E o povo?

Não os interrompo porque a boca antessabe-me a demagogia. A demagogia e, mais ainda, a remorso. Porque, no fim de contas, que escrevi eu para ou pelo povo? Que fiz eu por essa gente de xale, jaleca, suor de trabalho, calos sujos, camisas terrosas a arrastar pelo mundo a terrível melancolia portuguesa que nenhum bailarico de cravo na orelha consegue disfarçar ou iludir?

E então volto-me para mim e pergunto:

— Sim... E o povo? (Ferreira 1998: 169; itálicos do texto)

É óbvia a estranheza em relação a esse povo camponês «a arrastar pelo mundo a terrível melancolia portuguesa» (*idem: ibidem*): ora dolorosamente vergado pela exploração e pela alienação, ora estilizado e edulcorado pelo folclorismo tão ao gosto da *política do espírito* salazarista.

Em *O Irreal Quotidiano* (1971), como já tive ocasião de analisar noutro lugar (Carmo 2010: 258–263), fica à mostra a distância que separa o escritor de operários de gosto pouco requintado

e massificado, numa reflexão que o autor diz ter sido avivada pela releitura de *Avieiros*, de Redol. Assim o afirma na crónica «Que sabemos nós dos outros?», onde Gomes Ferreira também põe a nu o constrangimento de a arte erudita poder não ser comunicável com os humilhados e ofendidos da sociedade. Para o efeito o cronista recorda um episódio que envolve duas figuras tipificadas: ele próprio, homem culto, e uma camponesa que, ao ser confrontada com um concerto de Mozart, só consegue ouvir o barulho duma torneira a pingar. A resposta magoada da camponesa é simétrica da sua, amante de música e de literatura, que mói as dores de ter no povo, como Redol no prefácio de 1965 a *Gaibéus*, uma miragem inventada para benefício de jovens intelectuais revolucionários: «‘Mas que sei eu do povo?’ – repito. – Não estarei a ser injusto com estas críticas moldadas ao gosto da minha classe social? Que percebo eu dessa gente senão o que deduzo, com leviandade e lógica exterior, das conversas superficiais, surpreendidas aqui e ali, de raspão?» (Ferreira 1971: 222–223).

Já em *Dias Comuns–I* (1990) questiona o conceito de arte proletária que, entre as duas guerras, agitou a crítica literária francesa de tendência comunista (Barbusse, Aragon, Nizan) e sustentou a imposição dogmática do realismo socialista como modelo literário, tendo naturalmente perpassado pelo conflito interno do neo-realismo:

Entendamo-nos: por Arte Proletária não quero significar arte para proletários. Mas Arte feita por homens originariamente operários que, embora cultos, conservassem a mentalidade operária, o gosto dos interesses operários e não aderissem, com a presteza habitual, às ideologias pequeno-burguesas de todos nós.

Talvez assim esses homens conseguissem transformar totalmente as Artes – e sem as esquisitices pinocas actuais.

Mas isto deve ser um sonho. (Ferreira 1990: 112; itálico do texto)

A nota tem a data de 18 de Setembro de 1966. Nela ressoam, a mais de duas décadas de distância, a dedicatória de *Fanga* (de 1943) e o desejo irrealizado de os trabalhadores serem não apenas leitores mas também autores de si mesmos pela palavra escrita. A frase de remate do fragmento deixa em aberto a dúvida sobre a viabilidade de uma arte proletária: o seu protagonista seria um híbrido, o operário culto, um *homem novo* feito escritor, confirmando um avanço no domínio da arte – uma arte nova, com novos autores, para novos protagonistas sociais⁵.

No fundo, o que está em causa é o projecto de tornar democráticas a fruição e a criação artísticas. Daí decorre o sonho de os proletários se emanciparem dos criadores pequeno-burgueses, aqui depreciados pelas suas «esquisitices pinocas actuais» (*idem: ibidem*) em termos artísticos. O trecho citado é lacunar e a sua interpretação, incerta mas ele pode ser entendido em função do contexto histórico-cultural dos anos 60 que, cada vez mais, põe em causa a hegemonia cultural do neo-realismo e a *verdade prática* da arte social, à

5 Ao descrever o grupo neo-realista de Lisboa, Dionísio insiste na relevância da classe social desses escritores e na verdadeira aporia que é o projecto de literatura proletária: «Aderimos à luta de outra classe, mas era uma adesão de tipo sentimental, intelectual, que não impedia que mantivéssemos as limitações da classe a que pertencíamos. E a nossa arte não podia desprender-se totalmente delas – eu pensava muito no que Wurmser dizia, que nunca haveria literatura proletária, porque quando os proletários p[ou]dessem fazer literatura, o proletariado já teria desaparecido como classe.» (Dionísio 1982: 21).

imagem do que faz um famoso inquérito de *O Tempo e o Modo*, em 1963. Mesmo se critica a ideologia pequeno-burguesa «de todos nós» (*idem: ibidem*), as palavras de Gomes Ferreira não trazem consigo uma explicação dogmática da literatura pela origem de classe do seu autor. Também não depreciam uma arte burguesa como o modernismo (de que, de resto, ele fez parte), tido pela crítica de inspiração jdanovista como expressão decadente e alheada dos ventos da história, porque não cívica, céptica e inacessível às massas trabalhadoras.

A todos os testemunhos de neo-realistas que até agora citei é comum, de forma mais ou menos explícita, o sentido de segregação social do escritor na sociedade portuguesa. Tal isolamento deve-se ao aparato repressivo do regime político vigente mas também à iliteracia e ao analfabetismo endémicos da contemporaneidade portuguesa, que fragilizavam as estruturas e a intervenção dos agentes do campo cultural e literário.

Para os neo-realistas, a leitura é entendida como correlata da afirmação e participação política daqueles a quem procuram chegar e que desejam emancipar, expandindo a sua luz civilizadora através de bibliotecas, palestras ou recitais. Herdeiros da tradição iluminista e romântica, o neo-realismo assenta, então, o seu pensamento e a sua actuação na palavra escrita e na sua difusão através da imprensa cultural, do livro e da palestra/conferência (Pita 2005: 347–353). A palavra escrita é afinal um instrumento de poder que os neo-realistas querem ver disseminado pelas classes dominadas mas nem por isso evitam um modelo hierarquizado dos níveis de cultura. Se para alguns deles (caso nítido de Gomes Ferreira) esse dado lhes provoca algum incómodo, a verdade é que se colocam na posição de quem

consagra o juízo de valor sobre a cultura popular: o que desmerece as expressões da cultura popular urbana e de massas (como o fado) e o que valoriza e conserva a voz oral e popular, recolhida em cancionários ou apropriada no discurso romanesco.

Homens da palavra escrita e da cultura letrada, os neo-realistas debateram-se com o problema de viverem num país em que só muito lentamente, a partir dos anos 50, se tornou possível a chegada ao universo da leitura de percentagens mais significativas de portugueses⁶. Dadas as gritantes assimetrias económicas e culturais, nos meados do século XX era ainda muito restrito o número de consumidores de bens culturais como o livro e por isso não diferiam muito, em termos de origem de classe, aqueles que escreviam e aqueles que liam (Trindade 2006: 210). Ora aí estava uma realidade que para os neo-realistas urgia transformar, no confronto declarado com o nacionalismo ruralista e católico do Estado Novo.

Embora faltem estudos sociológicos sobre o neo-realismo, há indícios fortes para defender que o movimento teve como destinatários estratos significativos da burguesia urbana, em dissidência com a

6 A dado passo de «Almanaque literário» (1949–1969), Carlos de Oliveira deplora a limitação dos hábitos de leitura em Portugal (inclusive entre as classes mais favorecidas), a mediocridade do mundo editorial, bem como a precariedade da actividade profissional e o isolamento do escritor, no limiar dos anos 50. Como excepção identifica a mobilização antifascista que quis democratizar a sociedade e a cultura mas que foi violentamente abafada pelas classes dominantes portuguesas no Pós-guerra: «Os problemas de base, a doença, a fome, a distribuição da riqueza, continuavam por solucionar. Promover socialmente os homens não era coisa que se fizesse ainda através da cultura ao alcance de todos. Pelo contrário.» (Oliveira 1979: 59).

ditadura e atraída pelas expressões literárias e artísticas do neo-realismo e do seu imaginário resistencialista. O objecto-livro neo-realista tinha, de resto, o atractivo essencial da ilustração e da concepção gráfica, concebida por artistas plásticos influentes como Manuel Ribeiro de Pavia, Júlio Pomar, Victor Palla, Cipriano Dourado, Lima de Freitas, entre outros: esse foi, sem dúvida, um factor «determinante na própria afirmação popular do movimento» (Santos 2008: 112).

O neo-realismo veio então a ser um fenómeno sociológico sem precedentes na cultura portuguesa, porque conquistou novos públicos, como as crianças ou esferas mais esclarecidas e empenhadas politicamente do operariado urbano e rural. Contribuíram para e participaram na mutação da sociedade portuguesa, marcada pelos fenómenos da urbanização, da emigração e dos *media* audiovisuais. Daí que, findo o período forte de intervenção conjunta dos neo-realistas, os anos 60–70 correspondam à sua institucionalização, com implantação na imprensa cultural e no associativismo de cultura e recreio. Não por acaso Luís Trindade (2006: 211) defende que, além da televisão, o Estado Novo caiu aos pés da oposição política e cultural, tão determinada na promoção da cultura e em particular da leitura e do livro.

Volto ainda a José Gomes Ferreira para citar um fragmento de *Dias Comuns—I*, com data de 21 de Maio de 1966:

Sessão de autógrafos na feira do Livro para lançamento do novo romance do Redol: O Muro Branco.

Lá fomos fazer companhia ao romancista: eu, o Abelaira, o Carlos e o João José. Mas mal tivemos tempo de o abraçar. Os leitores chegaram com os livros e mestre Redol iniciou a faina terrível de grafar dedicatórias a desconhecidos.

Contemplei-os do meu vagar... Homens e, sobretudo, mulheres de destinos parados que pareciam cumprir o rito de buscar em redor qualquer coisa de misterioso, oculto num acto banal, para lhes atestar a existência. (Ferreira 1990: 57)

Há uma tonalidade melancólica no retrato desta sessão de autógrafos (nada que se estranhe na escrita de Gomes Ferreira), criada pela distância contemplativa que separa o *eu* e o grupo de amigos escritores dos leitores anónimos de Redol. Todavia é notória a quantidade de gente que quer um autógrafo do autor de *O Muro Branco* e que «busc[a] em redor qualquer coisa de misterioso, oculto num acto banal, para lhes atestar a existência» (*idem*: 57). Redol era então um escritor *bestseller*, em final de carreira, consagrado no circuito editorial e também, acrescento eu, no campo escolar: na verdade, quanto mais se aproxima a década de 70, mais saliente vai sendo a presença de Redol (e, depois dele, de Soeiro ou Namora) nas selectas de Português do ensino preparatório, liceal e técnico.

Ao explicitar com tanta insistência a importância do seu destinatário, o fenómeno cultural e literário do neo-realismo conduz-nos por força à necessidade de estudar a sua recepção: não apenas a recepção da crítica literária ou da instituição escolar mas igualmente o impacto que teve nas histórias de vida e no discurso identitário dos seus leitores. Entramos, deste modo, no campo da História e da Sociologia da Leitura, para as quais a História Oral pode dar um contributo inestimável.

Em vários estudos da área da Antropologia, da Sociologia e da História (casos de Godinho 2001: 227–232; Simões 2005: 149–171, Duarte 2010: 167–168), foi já identificado o poder congregador da leitura, inserida em espaços de convívio e cultura de cunho oposicionista,

como as associações e clubes dos meios urbanos e operários ou de certo proletariado rural. A memória oral de resistência dos camponeses do Couço, entre 1958 e 1962, confirma justamente «a imbricação da literatura com o envolvimento político» (Godinho 2001: 227): ler a imprensa clandestina ou a literatura neo-realista constituía inclusive um factor de distinção sócio-cultural de quem lia e um meio de formação e incorporação políticas. Também Eduardo Lourenço assinalou a energia cultural que o neo-realismo polarizou logo nos anos 40, atingindo uma «aceitação genérica muito para além do que podia ser então (...) o público ideologicamente consciente» (1994: 288). No seu entender, a consciencialização política que a literatura neo-realista incentivou fez dela o alicerce de um «*marxismo afectivo*» (*idem: ibidem*; itálico do texto), mais forte do que os textos de doutrinação política, e o eixo determinante da cultura de resistência à ditadura.

Mesmo assim, falar da leitura do neo-realismo não se pode ficar pela ideia limitada de que ele foi uma plataforma de recrutamento político. Trata-se de uma questão mais vasta e interessante que passa pelo tanto que a literatura pode transformar a imaginação humana, ainda para mais num contexto asfixiante e repressivo. Não que a literatura por si só possa transformar a sociedade. Contudo, não é menos verdade que a invenção poética ou ficcional dos neo-realistas levou os seus leitores, trabalhadores ou não, a recompor a geografia física e humana da nação portuguesa e a imaginarem um país mais livre e democrático, o que, bem vistas as coisas, não foi realização de somenos importância.



Atingir o céu com uma escada¹

APONTAMENTOS SOBRE AS IDEIAS, A CULTURA,
O LAZER E A INVENÇÃO DOS TRABALHADORES

Um homem a escrever pode virar o mundo para onde quer.

Nuno Camarneiro, *No meu peito não cabem pássaros*

A cultura é algo ordinário, escrevia Raymond Williams, o mesmo que nos lembrara antes que a superestrutura é um assunto da consciência humana. Assim, é necessariamente muito complexa, pela sua diversidade, mas também porque é sempre histórica: num dado momento, inclui continuidades com o passado e reacções do presente (Williams, 1958:266). Numa mutação que terá provavelmente ocorrido no decurso do séc. XIX, sob a instigação de um crescente nacionalismo, o conceito, antes associado ao “*modo, e arte, o trabalho de cultivar a terra (...) a cultura do ingenho, do entendimento, instruindo-nos*”, com remissão para a “cultivação”, o “cultivado”, o “culto” (Bluteau, 1789, vol. 1:354), virá a transformar-se na assunção básica das aspirações que guiam uma colectividade, um povo, uma nação. Trata-se de um processo significativo através do qual uma ordem social é comunicada, reproduzida, experimentada e

¹ Trata-se de um extrato de uma citação de um dos entrevistados por Jerome Mintz, em *Casas Viejas*, José Monroy (Mintz, 1982:27)

explorada, sendo constituinte de outros processos sociais e não o seu simples reflexo ou representação (Godinho, 2010: 67).

Com o adjetivo «popular» emparelhado, embora se lhe atribua «graça» e «encanto», a cultura desvaloriza-se e torna-se um resíduo de valor inferior. A explicação só pode estar no adjetivo ou na forma substantiva de que provém, remetida para os grupos sociais subalternos. Num estudo sobre a América Latina, William Rowe e Vivian Schelling afirmam que chamar «popular» a algo implica uma oposição, contrapondo a *cultura popular* à *cultura erudita* das elites, com uma continuidade malsã entre a *cultura popular* e a *cultura de massas* (Rowe e Schelling, 1991:2). Uma e outra têm em comum serem sempre indicadas como alheias, *dos outros*.

Vale a pena lembrá-lo quando se lança um olhar sobre a cultura e o lazer dos trabalhadores, dos grupos sociais subalternos, da produção cultural que os tem como produtores ou que os almeja como destinatários, a que nos convida o conjunto de textos propostos. Se a cultura é algo ordinário, que toda a gente tem, é todavia frequente que ela seja olhada – e categorizada – a partir do ponto de vista do observador. Lembra-nos Raymond Williams que a cultura dos trabalhadores merece ser interrogada, pois não é produzida *só para* eles, nem *por* eles (Williams, 1958:319–20). Por outro lado, mesmo quando uma dada classe social é dominante – e as ideias dominantes são as ideias da classe dominante – é possível que os membros doutras classes concorram para o bolo comum. Através dessas contribuições, pode ser alterado ou opor-se às ideias e valores da classe dominante.

Na obra de Jerome Mintz dedicada aos anarquistas da aldeia andaluza de Casas Viejas, ficamos a saber que os ideais libertários ali

penetraram por várias formas, devido às migrações de trabalhadores locais para outras zonas. As leituras, feitas pelos próprios, se alfabetizados, ou por outrem, no caso dos analfabetos - devido à prática de leitura em grupo de panfletos aos que não eram letrados - é uma dessas formas de difusão do ideário. O texto de João Freire, que faseia a difusão do anarquismo em Portugal desde finais do séc. XIX até ao início do Estado Novo, demonstra igualmente o papel da leitura na propagação do ideário. Os jornais, que se vão sucedendo ao longo do período abrangido, as revistas culturais, a ficção de crítica social de Tolstoi, Zola, Guerra Junqueiro, Manuel Ribeiro ou Mário Domingos, as obras de doutrina e ensaio dos teóricos do anarquismo, o teatro, o fado - com nomes como Avelino de Sousa, Augusto Machado e José Carlos Rates -, denotavam este importante papel de divulgação, bem como a pujança do movimento anarquista em Portugal. Não era alheio a este crescendo a notabilidade de alguns. Como notara Silva Mendes, *“ninguém se deslustra com ser anarquista: são-no algumas das maiores individualidades da actualidade: H. Spencer, Kropotkine, Elisée Reclus, Tolstoi, Ibsen, isto é, o maior sociólogo, o maior apóstolo da liberdade, o maior geógrafo, o maior cristão, o maior dramaturgo”* (cit. João Freire). Entre os periódicos - e indiciando a importância que o anarquismo teve em Portugal, destacar-se-á *A Batalha*, diário publicado a partir de Fevereiro de 1919. Os vários formatos da disseminação das ideias anarquistas em Portugal - e a sua forte internacionalização - são esboçados por João Freire, que atende aos acontecimentos, às conjunturas, às acções e aos contextos, permitindo-nos vislumbrar a conquista das associações de trabalhadores pelo militantismo anarquista e a florescência do ideário no início do séc. XX. Se sem as

ideias revolucionárias não haveria prática revolucionária, o papel dos designios anarquistas fica marcado nesse alvor do séc. XX pela sua associação aos vários movimentos e momentos de aceleração da história, num tempo efervescente, acarretando com a forte repressão, em crescendo até ao advento da ditadura militar, e que continuará pelo Estado Novo. Num contexto de agravamento das condições de vida, a partir de 1919 cresceram as greves, os atentados à bomba e a tiro contra patrões e contra a polícia. Crescerá a repressão, com a prisão de grevistas e encerramento dos sindicatos. São anarquistas muitos dos deportados para Timor, ao abrigo da lei de João Franco, de 13 de Fevereiro de 1896 (Monteiro Cardoso, 2007:31). Trata-se sobretudo de ativistas sindicais que, nas greves de 1923–25 haviam recorrido à violência contra os patrões, os polícias e os fura-greves (Monteiro Cardoso, 2007:34). As autoridades denominam-nos «deportados sociais», em contraposição aos «deportados políticos», provindos das revoltas reviralhistas e de extratos sociais mais elevados. A sua proveniência social fica marcada nas profissões que exercem: padeiros, serralheiros, pedreiros, marceneiros, pintores, mecânicos, motoristas (Monteiro Cardoso, 2007:235–259). Se o Partido Comunista, fundado em 1921, vai fagocitar muito do movimento anarquista, enfraquecendo-o drasticamente no decurso dos anos 1930, nota João Freire que *“Para os anarquistas e o movimento operário ainda por eles controlado, a greve geral revolucionária de 18 de Janeiro de 1934 foi um «ponto de honra» para «não entregar o ouro ao bandido». A guerra de Espanha de 1936–30, a sua última esperança e a desilusão final.”* Para o caso espanhol, como anota Jerome Mintz, embora nem a revolução, nem a reforma oferecessem aos anarquistas mais do que uma

momentânea visão de esperança – seguida por derrota e repressão – com a agudização dos conflitos políticos e sociais sob a República, foi esse o ânimo da luta na Espanha dos anos 30.

Na senda dos veículos para a difusão de um ideário, Cláudia Figueiredo dedica-se à investigação da Sociedade Teatro Livre (1902–1908), como tentativa de criação de um teatro que denomina «popular». Segmentando um trabalho que esteve associado à sua tese de mestrado, interroga o «Teatro Livre» como expressão de uma nova atitude em relação à cultura e à arte por parte de alguns intelectuais de matriz anarquista, socialista e republicana, numa hibridez ideológica a que a implantação da República poria termo. Tratou-se de um projeto militante, que pretendia alterar os repertórios teatrais então criados e exibidos, integrando-os numa denúncia da situação política e social: a do capitalismo, nesse início do século XX. Esses intelectuais, inspirados por Zola, pugnavam pela educação do proletariado, através de meios idênticos aos da burguesia, que se constituíssem como alternativos: a imprensa, a escola, o teatro, as bibliotecas. A criação de bibliotecas e de salas de aula – como é exemplo a Escola-Oficina – é complementada com o teatro e com a publicação de uma revista, *Humanidade*, que viria a ter 13 números, entre maio de 1905 e fevereiro de 1906: “*Funcionando como plataforma para a publicação de textos anarquistas e socialistas, a Humanidade pretendia-se um trampolim para leituras mais vastas*”. Concomitantemente, considera-se que há que resgatar as salas de espetáculo do comércio para que as remetam os que as controlam, pela via de um «teatro popular». Idealiza-se um teatro de consumo popular, embora as suas instâncias de produção escapem aos grupos sociais subalternos da época,

como é evidenciado no conjunto de ocupações indicadas pelos sócios fundadores da Sociedade: farmacêutico, advogado, ator, ajudante de despachante, jornalista, condutor de obras públicas, homens de letras, estudantes. Os temas tratados nos textos das récitas assentam em alguns dos problemas do proletariado da época: a miséria, a prostituição, o alcoolismo e a exploração. No debate em torno dos recetores preferenciais destas sessões, emergem duas ideias de «povo»: uma abrangente, que reúne as classes numa dimensão social ou universal – muito corrente na construção de uma ideia de *nação* – e outra sectorial, que associa o termo aos grupos sociais subalternos. Aos espetáculos assistia, segundo a imprensa, um público colorido “*de todas as classes, de todos os partidos, de todas as cores, costumes, profissões e feitios*”. Uma récita gratuita convocava um público novo, que ia pela primeira vez ao teatro. A efemeridade do projeto, com peças censuradas e interditas, foi explicada pelos protagonistas devido à crítica que lhes foi movida pelos jornais conservadores. Quiçá, as indefinições em torno dos destinatários – mais abrangentes ou mais sectoriais, mais «sociais» ou mais «populares», mais universais ou mais «de classe» – possa ter justificado este curto percurso de um projeto de «Teatro Livre», também diferenciador nas entidades de produção e de consumo. Resta saber como dialogava este teatro com as performances de matriz popular, associadas a momentos do ciclo festivo anual, nos bairros mais pobres da cidade de Lisboa ou no mundo rural, que tanto atemorizavam as autoridades, devido ao seu carácter vexatório para as instituições do Estado e para as classes no poder, bem como à forte transgressão que, ao longo do séc. XIX e nos alvares do séc. XX, punham de prevenção as polícias nos momentos em que eclodiam.

Num registo que remete para os autores do neo-realismo, Carina Infante do Carmo debruça-se sobre a contradição com a qual estes se debateram na sua aproximação ao «povo»: se este era “*a sua fonte inspiradora e o seu destinatário ideal(izado)*”, os produtores dos textos publicados e com muita circulação pela sociedade – sendo até lidos em grupo, para os que fossem ágrafos – eram intelectuais de origem pequeno-burguesa, que se queriam ver como a voz dos trabalhadores e lidos por eles. Alves Redol, por exemplo, retirará de Jean Ghéhenno a epígrafe para *Glória, uma aldeia do Ribatejo*, publicado em 1938: “*Nunca se ensinou o povo ao povo. Nunca se lhe disse que ele, também, podia ter orgulho em tudo o que fez. A história, por comodidade e tradição, continua ligada aos grandes nomes brilhantes, como a espaçados focos luminosos*”. Numa continuidade com a idealização romântica, que procura o povo nos campos, os neo-realistas quase o inventam, recompondo a paisagem e o quadro de povoamento nacional, com uma linguagem que se pretende ligada a registos populares da língua. Numa confissão daquele que mais esboçou, no terreno, a aproximação aos subalternos, Alves Redol,

“*Vimos muitas miragens no deserto, talvez porque a sede da desafrota nos secasse a lucidez. Precisávamos de ter um povo, criarmos-nos com ele, e caminhámos ao seu encontro sobre nuvens de ilusões, supondo que pisávamos terra firme. E julgámos muitas vezes o País pelo que desejávamos, desconhecendo que as alienações divergem.*” (Alves Redol, na «Breve Memória» que prefacia a 6ª edição de *Gaibéus*, cit. Carina Infante do Carmo)

No caso de José Gomes Ferreira, no qual se centra a autora, a escrita autobiográfica – pouco habitual nos neo-realistas, que

pretendiam evocar sobretudo o coletivo – evidencia a vontade de proximidade em relação aos subalternos, concomitante com o reconhecimento da distância, como se nota num excerto de *Dias Comuns*:

“Porque, no fim de contas, que escrevi eu para ou pelo povo? Que fiz eu por essa gente de xale, jaleca, suor de trabalho, calos sujos, camisas terrosas a arrastar pelo mundo a terrível melancolia portuguesa que nenhum bailarico de cravo na orelha consegue disfarçar ou iludir?” (José Gomes Ferreira, *Dias Comuns*, cit. Carina Infante do Carmo)

Note-se igualmente como o «povo» era entendido na sua matriz rural, distante daquele que, nas cidades, mourejava nas fábricas e oficinas, numa continuidade com a conceção romântica e em disputa com a abominada construção Estado-novista em torno do «bom povo português». O entendimento dos destinatários como «outros», massificados, em relação aos quais há uma fronteira intransponível, o que introduz uma latente contradição, é detetado por Carina Infante do Carmo: *“A palavra escrita é afinal um instrumento de poder que os neo-realistas querem ver disseminado pelas classes dominadas, mas nem por isso evitam um modelo hierarquizado de níveis de cultura”*. Porém, o poder da leitura e da literatura na disseminação de um ideário e na construção de comunidades – nacionais e, neste caso, de classe – é fulcral. Não muda as sociedades, mas constrói mulheres e homens que o querem fazer. Está associado a coletivos locais, associativos, de bairro, conduzindo à construção daquilo a que Eduardo Lourenço denomina *«marxismo afectivo»* (cit. Carina Infante do Carmo).

Retorno a Raymond Williams, ao ler o texto de Dulce Simões, que enlaça a etnografia na história para olhar para a Cooperativa

de Consumo Piedense (CCP) a partir da memória dos seus sócios e de um sólido trabalho de arquivo. Lembra-nos Williams que a cultura da classe trabalhadora é uma ideia coletiva básica, perpassada pela solidariedade, com as instituições, as maneiras, os hábitos de pensamento e as intenções que procedem dela. A ideia de solidariedade é potencialmente a base real de uma sociedade (Williams, 1958:334). Num exercício assente em trinta histórias de vida, em que a memória individual e coletiva se envolvem, Dulce Simões demonstra que a CCP foi para os seus sócios do sexo masculino um *“um espaço de troca, de partilha e debate de ideias, valorizando as aprendizagens, as iniciativas culturais, a resistência o fascismo, os conflitos entre grupos e as perseguições políticas.”* As mulheres associadas recordaram sobretudo as relações afetivas, ligadas a grupos de parentesco e de vizinhança. Para mulheres e homens, a cooperativa, fundada em 1893, significou a continuidade e persistência de uma cultura resistente, por um tempo longo. Como escrevi noutro lado, as memórias têm classe, têm género, variam conjunturalmente e em escalas diversas – grupal, comunal, regional, nacional (Godinho, 2012). O exercício sobre a memória que Dulce Simões nos traz assenta em Maurice Halwachs, que escreveu em 1925 *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, e só a título póstumo seria publicada a sua outra obra central, *La mémoire Collective* (1950). Demonstramos que a nossa memória é a dos grupos em que vivemos, e que se espraia ou se estreita no tempo e no espaço, sucessiva ou simultaneamente. No interior destes grupos desenvolve-se memórias colectivas, estruturantes da nossa construção, e uma das razões das nossas escolhas. No texto de Dulce Simões demonstra-se quão

determinantes são o espaço, o tempo, o grupo social, a coorte geracional e o gênero neste exercício memorial.

A CCP acompanhou a história de vida dos associados, nos momentos difíceis da existência, minorando os tempos de penúria em conjunturas históricas e pessoais marcadas pelo desemprego, numa zona do país em que o proletariado fabril é dominante, sobretudo na indústria corticeira. Nas palavras de um dos entrevistados, foi uma «colmeia humana», prestando aos seus sócios um conjunto de serviços estimáveis, com uma biblioteca desde os anos 1940, com um posto médico a funcionar desde 1955, e com serviços de enfermagem. Juntando o consumo à produção, a cooperativa expandiu-se, com uma vacaria e um aviário. Se os serviços são importantes, o lado do debate, da discussão e da resistência durante o longo período do fascismo português foi exaltado pelos sócios. Assim, como refere Dulce Simões, *a «sobrevivência económica e a resistência política apresentam-se como marcadores temporais na vida dos sócios, representando a vitória da solidariedade sobre o individualismo»*.

O associativismo constituiu uma modalidade de união entre os indivíduos, e nomeadamente os que provinham dos grupos sociais dominados, para conseguirem edificar à sua medida modelos de vida e bem-estar, modos de cultura e lazer, desporto e recreação. Porém, torna-se pertinente compreender a diferença entre esse lazer, que usa a força, no âmbito de uma comunidade ou o coletivo laboral, e o lazer pago e mercantilizado (Abrams, 1992:22). O universo do boxe pode constituir uma boa unidade de análise destas questões, como nos propõe Nuno Domingos. Embora de fruição popular e popularizado, o boxe integrou formatos inerentes à mercadorização de um desporto

popular, com um nível de organização que escapa à espontaneidade e/ou à associação a um ciclo festivo e de trabalho. Como nota Jorge Crespo numa obra recente, *“As lutas corpo a corpo desde sempre se realizaram, em diversas áreas culturais, com objectivos de preparação física individual mas, também, integrando-se em determinados quadros de atitudes e mentalidades colectivas. A força, uma qualidade física dominante nestes jogos, foi durante muito tempo uma concessão divina e integrava-se num complexo simbólico que, sob aspectos diversos, representava com eficácia uma das aspirações fundamentais dos homens. No trabalho, ser forte era revelar-se com condições para assegurar a subsistência própria e dos seus familiares.”* (Crespo, 2012: 105). Esta integração dos jogos de força na força da vida – marcados numa *história do corpo* (Crespo, 1990) – fica bem expressa num conjunto de lutas que integram o lazer popular, e que, em alguns contextos e situações, parecem trazer para o terreno do jogo, em fruição lúdica, a força inerente à atividade laboral.

A internacionalização de um pugilista nascido em Alfama em 1902, António Santa Camarão, o seu percurso fulgurante, percorrendo os melhores rinques nos anos 1920, e continuando a sua carreira pelos anos 1930 e 1940, mereceu um cuidado trabalho de Luís Maçarico (2003), impossível de omitir quando se lê o texto de Nuno Domingos. Este último centra-se na *“natureza das relações que constituíam o universo específico do boxe em Portugal”*, nos anos 1940, ou seja, num momento em que o Estado Novo tentava prolongar o controlo sobre a população, quer ao nível do quotidiano da cidade, quer das sociabilidades populares. Trata-se de identificar um esforço de biopolítica que se estendia à dominação do corpo

das camadas populares e ao controlo do desporto, nomeadamente através de uma Direção Geral. Alguns dos sequazes do regime conotavam com o boxe e os seus praticantes a rudeza que atribuíam às classes populares, distanciando-a da «*esgrima de punhos*» que considerariam prestigiante. Os músculos e a forte compleição teriam alegadamente substituído a graciosa e subtil arte de boxear. As camadas populares de que provêm então os pugilistas, e os seus estilos de vida, vistos de cima, são marcadas pelo destemperamento, expresso nas noitadas, na comida excessiva, no sexo em desmesura, que impediriam a *disciplina dos sentidos*. O controlo do associativismo, através da acção da Direcção Geral dos Desportos, separava estritamente o boxe amador – que queria ver restrito aos clubes, e que se considera um desporto – do profissional, que é entendido como um espetáculo. É porém, difícil estabelecer esta fronteira, pela porosidade das situações encontradas. A proibição dos campeonatos populares de boxe, visava retirá-lo do envolvimento inerente às sociabilidades populares – que incluía o circo, o fado, o teatro e os espetáculos de variedades. Assim, havia que distanciá-lo dos bairros pobres da cidade, remetendo-o para o lazer urbano noturno de determinados sectores meios e médio-baixos da população, com um imperativo comercial. Como nota Nuno Domingos, “*Os espaços não controlados, ringues improvisados, salas esconsas, onde se praticavam formas híbridas, pouco disciplinadas, por vezes brutais ou simplesmente espetaculares, estavam demasiado próximos da rua e do pugilato, ou mesmo do circo, e muito longe da arte da «esgrima com punhos» e da atitude nobre, educada e ordenada que se esperava dos combatentes e do público.*”

A profissionalização significava combater por dinheiro, num circuito em que os intermediários, angariadores, «dominadores» ou «rendeiros» se interpunham e negociavam, usando uma mão-de-obra que infantilizavam e que tratavam como incapaz. Desse modo, generalizavam a forma como a sociedade lidava com os grupos sociais subalternos. Esse processo de infantilização acentuava-se quando o pugilista era africano, reproduzindo as lógicas de categorização do colonialismo português. Tratava-se, em qualquer dos casos, como aponta Nuno Domingos, de *corpos descartáveis*, que quando perdiam a sua utilidade, regressavam ao grupo de origem. Em grande contraste com o idealizado, os combates eram frequentemente combinados e a batota era recorrente. O grito de «*Chiqué*» assinalava por parte do público um combate concertado, com suspeitas quanto «à sinceridade do espetáculo».

Ensina Clifford Geertz aos antropólogos que há que encontrar o grão de areia que permite ler uma duna. O boxe permite ler a política do Estado Novo, com o seu carácter de regulação, de burocratismo e higienismo, estabelecendo uma fronteira entre «bons» e «maus» pobres, sobre a qual escreveu Susana Pereira Bastos (Bastos, 1997, *passim*). Como refere Nuno Domingos, nos anos 1940, pautados por uma miséria generalizada que ficaria conhecida como a «grande fome», o boxe amador estava associado a uma «economia da necessidade das classes populares empobrecidas».

As festas irrompem em momentos específicos e circunscritos estritamente pelas sociedades, indicando aos participantes a interpretação que deve ser dada aos seus gestos, palavras e comportamentos (Mesnil, 1974). Assumem um carácter narrativo, já que através

delas se conta uma festa, um contexto social e uma história. Numa beleza efémera, sempre em risco sob uma chuva estival, milhões de flores de papel convertem muitas ruas do centro de Campo Maior em espaços de luz filtrada, com tonalidades distintas, sob o sol de Verão. As *Festas do Povo* atraem forasteiros, impressionados com a forma como uma comunidade se organiza para decorar as ruas, num trabalho não remunerado que ocupa muitos vizinhos ao longo de meses. Esta imagem de cartaz turístico, ligada a uma representação positiva do local, da vizinhança e da força do grupo, foi igualmente alimentada por uma continuidade com festividades anteriores, alicerçadas no modo de vida local. O antropólogo Luís Cunha trabalha há muito em Campo Maior, uma vila que sobrepujou o nível local no reconhecimento público através das designadas «Festas do Povo». Com um passado ligado ao contrabando de café, agora com uma economia legal assente numa indústria de torrefação, Campo Maior distancia-se dos outros concelhos alentejanos vizinhos, bem como do interior de Portugal, em geral. Os campomaiorenses emigraram menos, pois os rendimentos perdidos no contrabando com a entrada na União Europeia foram compensados com o emprego na indústria de torrefação de café. A vila tem hoje uma *comunidade operária*, naquilo que parece o prolongamento de relações anteriores, quando o contrabando passou a ser controlado pelos comerciantes de café, nas décadas de 1970 e 1980. Quem transportava o café era assalariado desses comerciantes, uma relação laboral que teve continuidade no formato fabril, ilustrando a tese de Luís Cunha: há porosidade entre a *economia subterrânea* e a *economia formal*. O autor propõe-se aqui interrogar o *trabalho fora do trabalho*, através das *Festas do Povo*, entendidas quer como

expressão da «cultura popular», quer como conjugação das diferenças, porque “*conseguir a transfiguração* súbita e completa de uma vila; substituir a luz intensa e crua do verão pela luz suave coada por tetos de múltiplas cores, compostos por milhões de flores de papel, implica um elevado custo em horas, dias e meses de trabalho”. A festa atual interceta de forma densa a identidade coletiva, as micro-identidades, com distinções de classe e ordem profissional. Alguns agentes locais construíram uma continuidade narrativa entre a festa atual, e duas outras, anteriores, que hoje constituem uma espécie de narrativa oficial em torno das Festas do Povo. Uma, primordial, está associada aos contrabandistas e às promessas pela passagem bem sucedida de contrabando, e uma outra aos *artistas*, ou seja, à população associada aos *ofícios* – ou seja, a atividades não agrícolas.

Preparar as festas – e, sobretudo, as flores que se tornaram emblemáticas na decoração das ruas – requer um número de horas de trabalho que, em algumas casas, pode ser muito elevado. Porém, trata-se de um trabalho para que se voluntaria quem o realiza, associado ao prazer que dá, pelas suas condições de realização. Não está, assim, associado às condições comuns do trabalho assalariado, pois não tem pagamento. Como nota Luís Cunha “*O processo de preparação das festas implica dinamismo e militância, mas é a história pessoal e a situação particular de cada vizinho que determina o grau de participação*”. Este quadro ideal, não é, todavia exato: 1) o trabalho é sobretudo feito em família, com a televisão em fundo, e não sob a quimérica forma das sociabilidades coletivas; 2) algumas famílias envolvem-se na totalidade, mas são muitos os casos de participação pontual, sem um envolvimento total; 3) no caso de algumas ruas

menos habitadas ou com população muito idosa, no centro histórico, estas tarefas passaram a ser remuneradas, o que trouxe uma alteração às regras da voluntariedade e acresceu tensões à preparação da festa. Distinta por género – mulheres a fazer as flores em casa, homens a colocarem os arranjos na rua – a festa passa hoje por um «*esforço de racionalização*» que é também um «*exercício de controlo disciplinador*», introduzido pela Associação das Festas, com ênfase na *tradição, autenticidade, modernização e desenvolvimento*. Como realidades em mutação que permitem ler as alterações das sociedades, as celebrações oscilam entre a aparente aceitação da autoridade e o registo escondido da crítica, entre uma identificação em torno do «popular» e a ambição de públicos mais vastos, entre a voluntariedade e os ganhos com o turismo. Com elas, a comunidade olha para si, como foi – ou se imaginou – e para aquilo em que se vem tornando.

Os artigos apresentados, que se centram em torno de tempos, lugares e contextos diferenciados, falam-nos de cultura e lazer *das* classes trabalhadoras ou *para* as classes trabalhadoras, sob diferentes perspectivas. No que toca ao lazer entre os membros dos grupos sociais subalternos, há um caminho entre aquilo que Lynn Abrams denomina a espontaneidade e a organização (Abrams, 1992: 132), entre a rua e o palco, a participação e a assistência. Resta saber com se transformou, como conviveu, com os formatos do controlo do lazer, da mercantilização, bem como com novas práticas da cultura popular, que não se confunde com a de *massas*, porque as *massas* são os outros. Sabê-lo, tornará mais fácil atingir o céu com uma escada.





CAPÍTULO IV

Trabalho Técnicas, Práticas e Políticas do Trabalho Operário

A Organização Científica do Trabalho na Fábrica de Telha e Tijolo do Arco do Cego:

ENTRE A MELHORIA DA PRODUTIVIDADE E O DESGASTE DO TRABALHADOR

O objecto deste estudo prende-se com uma realidade muitas vezes esquecida, porque desconhecida, que começa, a partir dos anos 30, a marcar profundamente o quotidiano em algumas fábricas. Trata-se da adopção de técnicas de organização científica do trabalho por alguns estabelecimentos portugueses, num processo paulatino que não pode ser comparado, em vigor ou profundidade, com as realidades europeia ou norte-americana, mas que apresenta um impacto muito considerável no quotidiano das fábricas que as implementam, não sendo possível, por conseguinte, estudar de forma completa os processos de industrialização portuguesa no século XX sem abordar esta realidade.

De facto, a introdução de métodos de organização científica do trabalho em alguns sectores produtivos é habitualmente considerada como um marco importante na história de algumas zonas industriais como os Estados Unidos da América, a Europa Central ou o Japão. Porém, na realidade, estes princípios difundiram-se praticamente por todo o mundo industrializado ou em vias de industrialização, tendo ocorrido experiências interessantes também na América do Sul, na Europa Oriental ou nos países periféricos da Europa do Sul, que

começaram de forma mais tardia a ser estudadas pelos investigadores da temática. Neste rol integra-se, igualmente, Portugal, País no qual foram feitas algumas experiências no sentido do estudo e desenvolvimento destes princípios, apesar das investigações nacionais e internacionais sobre o tema não terem ainda apostado de forma concreta na análise da realidade nacional. Como excepção, apresenta-se a investigação por nós realizada no âmbito da dissertação de Mestrado defendida em 2009, na qual foi desenvolvida uma primeira análise da problemática do processo de desenvolvimento da organização científica do trabalho em Portugal durante o século XX¹.

De facto, segundo o que apurámos no referido estudo, é, em grande medida, no período da I República que surgem em Portugal os primeiros indícios de reflexão em torno da temática, por via de pequenos artigos publicados em alguns periódicos da época que, apesar de não fazerem, nos primeiros anos, referências concretas à organização científica do trabalho, apresentam algumas questões que podemos considerar serem precursoras dos estudos sobre estas doutrinas e evidenciam o reconhecimento por parte de alguns grupos de que a indústria portuguesa se encontrava refém de esquemas de fabrico incorrectos e rotineiros. No entanto, apenas após a I Guerra Mundial começam a surgir as primeiras referências

¹ Azevedo, Ana Carina. 2009. «A Organização Científica do Trabalho em Portugal». Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

concretas a estes princípios, quase todas inseridas em publicações de cariz técnico dirigidas a círculos bem definidos, entre os quais se contam os médicos, os engenheiros e os industriais. A primeira referência explícita à organização científica do trabalho encontrada num texto português data de 1917 e é da autoria de Mendes Correia centrando-se na relação entre o Taylorismo e a reeducação profissional dos mutilados de guerra². Muitos outros se seguiriam até ao final dos anos 30. Aos artigos presentes em publicações de carácter técnico ou em periódicos operários, dos quais se destacam as revistas *O Trabalho Nacional*, da Associação Industrial Portuense e *A Batalha*, da Organização Operária Portuguesa, juntam-se, também no período anterior à II Guerra Mundial, algumas obras que fazem já uma análise mais profunda destes princípios, das quais se destacam os contributos de João Camoesas com o artigo «O Taylorismo e a organização científica do trabalho», de 1925 e a obra *O Trabalho Humano*, de 1927 ou de Cunha Leal com a obra *A Técnica e as Transformações Sociais Contemporâneas*, de 1933³.

Apesar desta primeira fase de desenvolvimento da organização científica do trabalho ser caracterizada por uma grande componente teórica, surgiram também nos mesmos anos, as primeiras aplicações práticas, não obstante o seu carácter esparso e tímido. Além de certas

2 Mendes Correia. 1917. «Taylorismo e reeducação profissional», in *Separata de Portugal Médico*, Porto, 1917.

3 Camoesas, João. 1925. «O Taylorismo e a organização científica do trabalho», in *Educação Social*, 1925; pp.182–185; Camoesas, João. 1927. *O Trabalho Humano*. Lisboa: Oficina Fernandes e Cunha Leal. 1933. *A Técnica e as transformações sociais contemporâneas*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

tentativas de racionalização do trabalho que surgem em alguns estabelecimentos produtores ainda durante os primeiros anos do século XX, das quais se destacam a fábrica *Ouizille* de Sesimbra, a *Campos Mello & Irmão, Limitada* e o Arsenal da Marinha, apenas a partir da década de 1920 podemos afirmar estar em presença de um mais concreto processo de desenvolvimento destes princípios no País. A criação do Instituto de Orientação Profissional Maria Luísa Barbosa de Carvalho em 1928, a participação portuguesa no IV Congresso Internacional de Organização Científica do Trabalho em 1929 e a criação da Comissão Portuguesa de Organização Científica do Trabalho Agrícola em 1930 são marcos desse desenvolvimento, bem como o surgimento de referências à introdução de métodos de organização científica do trabalho em alguns estabelecimentos industriais, tudo isto aliado às menções que apontam para uma crescente influência de algumas firmas de consultadoria organizacional no País, que tinham nas Associações Industriais Portuguesa e Portuense grandes agentes de divulgação.

Porém, o aprofundamento dos estudos e da aplicação dos métodos de organização científica do trabalho em Portugal tem no pós II Guerra Mundial a sua época de maior desenvolvimento. É, de facto, neste período que se dá início ao que podemos considerar como o «segundo tempo» da organização científica do trabalho no País, durante o qual são criados organismos privados e estatais que têm por objectivo difundir os seus princípios que, quase de forma tentacular, passam a ser alvo de estudo a nível industrial, agrícola e administrativo, entre outros. No período anterior, à excepção dos casos já conhecidos da CUF, da CP e das fábricas militares, a organização científica do trabalho desenvolve-se em Portugal de forma lenta. No entanto,

na região de Lisboa, uma fábrica encontrava-se, em 1942, totalmente reorganizada segundo estes princípios. Trata-se da Fábrica de Telha e Tijolo do Arco do Cego, pertencente à Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia que, desde os finais da década de 1920, era conhecida pelos seus modernos métodos de trabalho, que a colocavam na vanguarda de algumas congéneres estrangeiras.

Desta forma e usando como exemplo a realidade desta fábrica, pretendemos lançar um novo olhar em torno das formas de reorganização dos processos de trabalho postas em prática, atentando sobre a dicotomia entre os benefícios em termos de melhoria da produtividade que as mesmas proporcionaram e a clara diminuição da qualidade de trabalho dos operários, que passaram a estar sujeitos a ritmos desgastantes e fisicamente prejudiciais.

A Fábrica de Telha e Tijolo instalada, no início do século XX, na rua do Arco do Cego, n.º16⁴, apresentou um processo de crescimento relativamente acelerado que em muito se deveu ao impulso dado ao sector da construção civil pelos planos de urbanização da capital promovidos, na época, pela Câmara Municipal. Mas além do crescimento físico das instalações, a fábrica iniciou também um processo de organização do trabalho bastante detalhado que promoveu a melhoria significativa da sua produtividade e o aumento dos lucros. Como tal, este processo foi alvo da curiosidade dos seus contemporâneos a ponto de ser

4 A fábrica foi instalada nos terrenos da Quinta da Palmeira de Baixo (antiga Estrada Real), onde o proprietário Sylvain Bessière possuía uma moradia de habitação e onde se encontrava disponível um filão de barro essencial à laboração.

extensamente explanado, em 1942, na separata da revista *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*⁵. O autor, Jaime de Almeida Leitão, refere ter escolhido esta fábrica para alvo das suas observações devido ao «pressentimento de que, os êxitos da companhia, longe de serem obra de sorte ou acaso, deveriam antes ser a consequência lógica da aplicação nas suas fabricas dos métodos racionais de organização do trabalho». E continua referindo que «hoje, não nos resta a menor dúvida de que á aplicação sistemática, tanto quanto as condições do meio o tem permitido, dos Princípios de Taylor na organização do trabalho da Companhia, se devem fundamentalmente os seus êxitos»⁶. De facto, este pressentimento de Jaime Leitão encontrava-se certo. A fábrica de telha e tijolo do Arco do Cego havia encetado um grande processo de reorganização do trabalho segundo os modelos derivados dos estudos de Taylor e apresentava já em 1942 algumas das suas secções organizadas de forma científica, desde o trabalho de extracção da matéria-prima, passando pelo estudo do formato, peso e capacidade das ferramentas, pela sua fabricação de acordo com os resultados obtidos e pelo estudo do processo de fabrico dos produtos, até ao estudo do sistema de remuneração mais adequado.

Analisemos, portando, os principais aspectos da organização do trabalho nesta fábrica.

5 Leitão, Jaime de Almeida. 1942. «Organização Científica do Trabalho no fabrico de telha e de tijolo». in Separata da *A Arquitectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação (Reunidas)*, Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.

6 *Idem, Ibidem*, p.4.

Em primeiro lugar, é necessário ter em conta que o estudo do trabalho não se encontrava totalmente implementado em todas as secções. O caso do transporte da matéria-prima desde a barreira, local onde era recolhida, até às caves, por exemplo, não foi alvo de imposições quanto à escolha e aperfeiçoamento das ferramentas, nem à correcção e cadência dos movimentos. O único estudo feito neste sentido consistiu no estabelecimento do rendimento a atingir por cada trabalhador, rendimento este que foi estabelecido pela contagem das vagonetas carregadas durante um dia por um bom operário. Como bem exemplifica Jaime de Almeida Leitão, «não se sabe oficialmente qual a distância óptima a que o carregador deve colocar-se da vagoneta para lançar a pázada. Desta forma, cada trabalhador opera como melhor lhe parece, tendo unicamente como obrigação dar determinado rendimento que é medido pelo número de vagonetas carregadas»⁷. Ora, para que este rendimento óptimo fosse determinado, os tempos de trabalho foram amplamente estudados e estabelecidos com toda a precisão. Foi o caso do trajecto das vagonetas desde o piso inferior até às bocas de descarga e do seu transporte até às bocas de descarga dos depósitos. No primeiro caso os tempos de trabalho foram fixados da seguinte forma:

Cada vagoneta é empurrada por dois homens cuja tarefa diária foi fixada da seguinte forma:

Cronometrou-se algumas dezenas de vezes o tempo gasto por um homem marchando normalmente para

⁷ *Idem, Ibidem*, p.14.

fazer o percurso – cimo da rampa-bôca de descarga e volta. Achou-se a média que representamos por t_m .

Cronometrou-se igualmente algumas dezenas de vezes o tempo gasto por uma equipe considerada boa em despejar a vagoneta na bôca de descarga e pô-la novamente em condições de marcha.

Achou-se a média que representamos por $t'm$.

Obteve-se assim para o tempo médio normal do referido percurso o valor $t''m = t_m + t'm$.

Cada equipe de dois homens terá que efectuar em oito horas de trabalho $n' = 8/t_m + t'm$ percursos.

É esta a tarefa imposta a cada equipa.»⁸

No segundo caso, «a equipe de cada vagoneta é igualmente constituída por dois homens cuja tarefa se fixa sempre que o itinerário é modificado.

A determinação da tarefa, assenta nos seguintes dados:

Mediu-se várias vezes o tempo dum percurso rectilíneo dum certo número de metros, efectuado por um homem marchando normalmente. Fêz-se a média e determinou-se o tempo médio gasto em percorrer um metro do percurso. Seja êsse tempo t .

Mediu-se o tempo médio gasto por uma equipe considerada boa em substituir a vagoneta cheia que se encontra debaixo do destorrador por outra vazia. Seja êsse tempo t' .

8 *Idem, Ibidem, p.16.*

Mediu-se nas mesmas condições o tempo gasto numa mudança de direcção com placa giratória. Seja êsse tempo t'' .

Mediu-se finalmente o tempo médio necessário para descarregar uma vagoneta e voltar a pô-la em condições de marcha. Seja êsse tempo t''' .

Com estes elementos achamos que para um percurso de 60m por exemplo, com uma única mudança de direcção com placa giratória, cada equipe deverá transportar por dia n'' vagonetas, sendo n'' igual a:

$$N'' = 8/60t + t' + 2t'' + t'''$$

O estabelecimento dos itinerários é estudado pelo encarregado do serviço visando sempre a obtenção de percursos mínimos com o menor número possível de mudanças de direcção.⁹

O número exacto de trabalhadores necessários para cada fase do percurso foi, também, calculado de forma a não existirem operários a mais nem a menos. Por exemplo, supondo que é necessário transportar 100 vagonetas com barro por dia desde a barreira até uma boca que se encontra a 40 metros de distância do ponto de transbordo do piso superior para o piso inferior, com uma mudança de direcção com placa giratória, vejamos quantos carregadores serão necessários. Segundo este estudo, sabendo que «cada carregador tem como tarefa diária que carregar n vagonetas, sendo n a tarefa obrigatória», verificamos que serão necessários « $100/n$ carregadores».

⁹ *Idem, Ibidem*, p.16–17.

Sendo que, no percurso até ao cimo da rampa do destorroador, as equipas são constituídas por dois elementos, «para 100 vagonetas são necessários $100/n'$ equipes ou sejam $2 \times 100/n'$ trabalhadores». No caso do percurso do destorroador até à boca da cave, cada equipa tem a tarefa de descarregar um determinado número de vagonetas (N''), sendo este valor encontrado a partir da seguinte expressão: $N'' = 8h/80t + t' + 2t'' + t'''$, decorrente dos estudos dos tempos de trabalho realizados anteriormente através das fórmulas acima apresentadas. Depois de encontrado o número de vagonetas que cada equipa deve transportar por dia, o número de equipas necessárias é calculado através da divisão de 100 vagonetas pela tarefa que cada equipa deve desempenhar. O número de trabalhadores necessários é calculado multiplicando este valor por dois, ou seja « $2 \times 100/n''$ trabalhadores»¹⁰.

O trabalho nas eiras foi, igualmente, alvo de estudo e organização sendo calculados o número de carros e operários estritamente necessários para cada hora de trabalho. Estes cálculos são idênticos aos acima apresentados e assentam nos seguintes dados: tempo médio normal de percurso de um metro; tempo médio de descarga dos produtos do carro para as estantes e tempo de substituição junto à nora de um carro carregado por outro vazio¹¹. Após o produto final se encontrar acabado, o seu transporte para o armazém seguia, igualmente, uma rígida organização tendo como base o tempo que demora a carregar um carro, o tempo normal de percurso de um metro do

¹⁰ *Idem, Ibidem*, pp.17–18.

¹¹ *Idem, Ibidem*, p.38.

trajecto, o tempo normal de descarga e arrumação no armazém, a quantidade de produtos a transportar e as distâncias desde os locais de arrumação no armazém até às portas do forno¹².

Ora, se atentarmos nestes dados não só como meros cálculos e os transpusermos para o quotidiano, a verdade é que estes resultam numa realidade bastante dura para os operários. Se a realidade do trabalho cientificamente organizado no interior de uma oficina pode ser bastante difícil no que diz respeito ao ritmo intenso e desgastante dos tempos de trabalho preestabelecidos, pode não envolver, no entanto, trabalhos fisicamente pesados, sendo que alguns deles são mais desgastantes pela sua monotonia e repetitividade do que pelo facto de requererem um grande esforço físico. Pelo contrário, no caso apresentado, o trabalho nesta fábrica não consistia apenas na produção das telhas e tijolos mas, também, na recolha e transporte do barro, o que tornava o trabalho fisicamente difícil. É efectivamente este trabalho de recolha, carregamento, transporte e descarregamento das vagonetas desde o nível do barreiro até ao da fábrica que se encontra escrupulosamente estudado e definido. É fácil compreender que um trabalhador dificilmente consegue manter durante todo um dia de trabalho o ritmo exigido, especialmente quando o mesmo implica este tipo de tarefas. Além disso, é preciso não esquecer que o ritmo imposto e o desgaste por ele provocado não se podia reflectir na qualidade do trabalho.

¹² *Idem, Ibidem*, pp.55–56.

Mas outras formas de racionalização do trabalho praticadas, por exemplo, nas secções responsáveis pela produção, apesar de não pressuporem já um aumento considerável do desgaste físico dos trabalhadores, traziam consigo consequências negativas a nível salarial ou ao nível das possibilidades de despedimento, não obstante as suas repercussões positivas no que diz respeito à diminuição dos desperdícios. Assim, nas secções responsáveis pela produção, foi instituído um sistema de responsabilização dos operários pelos erros de fabrico que era baseado na atribuição de um sinal pessoal a cada operário, com o qual este marcava as peças por si produzidas. Desta forma, sempre que surgisse um defeito de fabrico, facilmente se descobriria o responsável¹³, sendo que tal teria repercussões a nível salarial. Isto acontecia porque, sendo a tarefa de cada operário fixa também o teria de ser o seu salário, contudo este sofreria penalizações por cada produto inutilizado por uma questão de imperícia ou incúria¹⁴, erros estes que os métodos de estudo do trabalho pretendiam evitar. Além disso, a reorganização do trabalho posta em prática nesta fábrica trazia ainda consigo o aumento da possibilidade de despedimentos. Em 1942, a empresa havia substituído o salário ao dia, que tem como base o tempo de trabalho de cada operário, pelo salário baseado na produção. Ora, utilizando esta forma de remuneração, a escolha dos operários mais eficientes tornava-se um assunto bastante fulcral. Como tal, sempre que a empresa reconhecia que uma equipa

13 *Idem, Ibidem*, pp.31 e 35.

14 *Idem, Ibidem*, p.38.

não atingia a média estipulada, o chefe da barreira¹⁵, com a ajuda dos próprios membros da equipa, identificava os elementos responsáveis pela falha e enviava-os à Direcção que, por sua vez, tratava de os colocar noutra serviço para o qual fossem considerados mais aptos ou, na impossibilidade de tal acontecer, dispensava-os¹⁶. Ora, é fácil verificar que esta situação criava duas situações negativas. Por um lado, tendo em atenção os ritmos exigidos, esta medida fragilizava os operários mais velhos e com menor capacidade física; por outro, criava um ambiente propício à competitividade entre os membros do mesmo grupo que, sendo positiva em termos de melhoria da produtividade global, tinha implicações negativas a nível da fragmentação dos laços entre os operários.

A análise até agora apresentada apenas deu a conhecer o estudo e a imposição de normas de organização científica do trabalho por parte da direcção da fábrica, não tendo levado em linha de conta as reacções dos trabalhadores à sua nova realidade. De facto, é difícil encontrar dados que nos permitam conhecer quais as reacções dos operários, visto as mesmas serem, de uma forma global, muito divergentes, dependendo dos métodos implantados e da sua aplicação, dos sectores em que os trabalhadores se encontram inseridos, das consequências da alteração dos métodos de trabalho e das contrapartidas oferecidas

15 O chefe de barreira era o operário responsável pelo controlo da produção através da contagem das vagonetas e do seu registo em folhas diárias. Cabia-lhe, igualmente, fiscalizar o trabalho, distribuir as tarefas, organizar as equipas de trabalhadores, o fornecimento e a recolha de ferramentas e o controlo da produção. *Idem, Ibidem*, pp.11–12.

16 *Idem, Ibidem*, p.12.

ou não pelo patronato. As informações recolhidas permitem-nos, no entanto, afirmar que as reacções negativas poderão ter sido uma realidade ou, pelo menos, uma possibilidade aos olhos da direcção da fábrica visto encontrarem-se estipulados prémios e punições para que nenhum operário – neste caso específico, nenhum forneiro – tivesse interesse em não seguir à risca as instruções dadas a nível superior. O seguinte preceito em uso na fábrica é bastante revelador em relação à forma como eram encaradas e «resolvidas» as incompreensões ou oposições operárias: «para combater a ignorância se forneçam os mais amplos esclarecimentos; para combater a malevolência se apliquem os mais severos castigos»¹⁷. Além disso, algumas notícias publicadas, ainda no final da década de 1930, no *Avante* revelam-nos a existência de condições de trabalho bastante difíceis. Um artigo publicado em Novembro de 1936 e intitulado «A escravidão nos tempos modernos na Companhia das Fábricas de Cerâmica» refere que na secção dos fornos de telha e tijolo, «o trabalho é violentíssimo» e que os operários «andam sempre a correr com os carrinhos de telha e tijolo, de modo que a roupa que trazem vestida é um lago de suor (...)»¹⁸.

Em suma, não conseguimos precisar a partir de que data nem por que motivo os métodos de organização científica do trabalho começaram a ser aplicados neste estabelecimento. No entanto, sabemos que pelo menos desde os finais da década de 1920, estes passaram

¹⁷ *Idem, Ibidem*, p.55.

¹⁸ Anónimo. 1936. «A escravidão nos tempos modernos na Companhia das Fábricas de Cerâmica». *Avante*, série II, número 22: p.3.

a fazer parte do quotidiano da fábrica, com resultados bastante positivos. Como nos refere a *Indústria Portuguesa*, a Fábrica de Cerâmica Lusitânia era conhecida pelos seus modernos métodos e processos de fabrico saídos dos campos científicos da investigação, que a colocavam, por vezes, à frente de algumas congéneres estrangeiras¹⁹ e ter-lhe-iam permitido aumentar os seus rendimentos mesmo durante a crise económica que se fez sentir no País no início dos anos 30²⁰. No entanto, numa visão que perscrute além do brilhantismo técnico dos métodos impostos e dos seus inequívocos benefícios económicos e de produtividade, devem ser tidas, igualmente, em consideração as consequências nefastas que as mesmas apresentam para o operariado, gerando ritmos e cadências bastante nefastos ao organismo, prejudiciais à saúde e quase impossíveis de manter ao longo de uma jornada de trabalho. Assim se compreende a dicotomia entre os benefícios que os métodos de organização científica do trabalho trouxeram a esta fábrica em termos de melhorias na produtividade e a clara diminuição das condições de trabalho dos operários que as mesmas pressupunham. De facto, esta dicotomia acaba por ser característica da própria industrialização, cujos desenvolvimentos técnicos e organizativos devem ser constantemente ponderados face às consequências que apresentam ao nível do trabalhador.

19 1929. «Uma bela fábrica de cerâmica. As instalações da Luzitânia no Arco do Cego». *Indústria Portuguesa*, Revista da Associação Industrial Portuguesa, Ano II, n.º 16: p.27.

20 1931. «Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia». *Indústria Portuguesa*, Revista da Associação Industrial Portuguesa, Ano IV, n.º 39: p.58.



A Comissão Interna da Empresa

IDEOLOGIA, RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO

Em 15 de Setembro de 1962, Jorge de Mello, administrador-delegado da CUF, numa sessão de homenagem aos trabalhadores que completavam 40 anos de serviço, e na presença dos ministros da Economia, das Corporações e secretário de estado da Indústria, profere um discurso que passará à história sob o título «Sobre a missão social da empresa»¹ o qual, no entender do seu biógrafo Jorge Fernandes Alves, pode ser interpretado «como a fixação da nova doutrina oficial para o grupo empresarial da CUF»². Por seu turno, na sua tese de mestrado sobre a política paternalista nos estaleiros da Rocha do Conde de Óbidos, Helena Maria Ribeiro Santos³, vai considerar o discurso de 1962 como um dos múltiplos exemplos que espelham a política paternalista adoptada pela Companhia, sempre apresentada como uma «grande família», no seio da qual os papéis aparecem claramente definidos: por um lado, os trabalhadores “dedicados servidores”, cuja vida seria

1 Publicado em *Indústria* (publicação da CUF), nº 11, Outubro de 1962, pp. 5–9.

2 ALVES, Jorge Fernandes, *Jorge de Mello. «Um Homem». Percursos de um empresário*, Lisboa, Edições Inapa, 2004, p. 62.

3 SANTOS, Helena Maria Ribeiro, *A Grande Família – Breve História do Paternalismo nos estaleiros da Rocha do Conde de Óbidos (actual Lisnave)*, tese de mestrado em Sociologia do Trabalho, das Organizações e do Emprego, Lisboa, ISCTE, 1998, p. 36 (policopiado).

dominada por uma «assídua e leal dedicação ao trabalho»; por outro, a empresa, através dos seus dirigentes, guiada por “princípios éticos” e consciente da sua “responsabilidade moral”, cujas preocupações maiores traduziam-se em pagar o salário justo, com a segurança no trabalho, com a doença e a velhice dos trabalhadores, preocupações que reflectiam o «espírito de família» que a animava, sublinhando o administrador que «na casa existe também uma lei do amor que é por vezes bem diferente e bem mais onerosa que a lei legal».

O discurso proferido por Jorge de Mello reflecte uma clara influência da doutrina social da Igreja, mediante uma referência directa à encíclica *Mater e Magistra* de João XXIII, a qual preconizava que, «Uma concepção humana da empresa deve, sem dúvida, salvaguardar a autoridade e a eficiência necessária da unidade de direcção; mas não pode reduzir os colaboradores de todos os dias à condição de simples e silenciosos executores, sem qualquer possibilidade de fazerem valer a própria experiência, completamente passivos quanto às decisões que os dirigem», sendo por isso «legítima nos trabalhadores a aspiração a participarem activamente na vida das empresas, em que estão inseridos e trabalham»⁴. Jorge de Mello, que viria a ingressar na União Católica de Industriais e Dirigentes de Trabalho, anuncia então como propósito passar a integrar os trabalhadores da CUF na direcção de actividades de âmbito social, como eram as despensas e refeitórios, assim como a venda de acções da Companhia de modo a serem adquiridas pelos mesmos e, por último,

4 *Mater e Magistra*, 1961.

a instituição de reuniões entre a administração e representantes eleitos dos três grupos principais a laborar na empresa, ou seja, dos quadros técnicos, administrativos e operários. Como o próprio justifica, «Entende-se igualmente que o interesse dos servidores nos problemas que envolvem os sectores onde trabalham muito poderá ser fortalecido e aumentado ainda com benéficos resultados para a própria exploração em causa se estes forem ouvidos nas resoluções a tomar»⁵. Estava assim anunciado a criação da Comissão Interna da Empresa, que entrará em funcionamento em Janeiro de 1963, a qual terá feito valer a Jorge de Melo o reparo de Salazar de que «O senhor foi um bocadinho imprudente!»⁶.

A CIE permanece ainda hoje um assunto omisso no que concerne à história da CUF. E, todavia, trata-se de uma experiência pioneira em Portugal, criada por iniciativa patronal com vista a promover a conciliação de classes, posteriormente exportada para outras realidades fabris, como seja a Lisnave.

Pretende-se aqui abordar o modo como o PCP interpretou a criação da CIE e a sua actuação face à mesma. É sabido que face aos sindicatos corporativos, após uma primeira fase de repúdio, e na sequência do VII Congresso da Internacional Comunista ocorrido em Moscovo em 1935, foi adoptada como estratégia a acção no seio dos mesmos, mediante a eleição de dirigentes “honrados” ou “de confiança” nas listas de oposição ou mesmo nas listas únicas, com o

5 *Indústria* (publicação da CUF), nº 11, Outubro de 1962, p.8

6 ALVES, Jorge Fernandes, *Ob. Cit.*, p. 64.

objectivo de “minar” a sua natureza fascista, transformando-os assim em espaços onde eram feitas ouvir as reivindicações dos trabalhadores. Como Álvaro Cunhal 1943, «Sem dúvida que as massas operárias viram desde logo nos sindicatos nacionais inimigos de classe. Mas a coacção fascista, de um lado, as promessas demagógicas, de outro, a sindicalização obrigatória, nuns casos, certas vantagens mínimas, noutros, levaram as massas operárias a ingressar nos sindicatos nacionais com maior ou menor gosto, mais ou menos contrafeitas. Isto é, os sindicatos nacionais tornaram-se de facto amplas organizações de massas»⁷. E, tal como fora preconizado por Lenine, havia de se trabalhar onde estavam as massas.

A estratégia adoptada relativamente à CIE vai ser em tudo semelhante. Logo em Fevereiro de 1963, o Comité Regional da Margem Sul do Tejo do PCP difunde uma circular na qual alerta para o facto de «o que a administração da CUF e o Dr. Jorge de Melo pretenderam com o seu discurso demagógico foi adormecer os seus operários, embalar-lhes com ilusões e lançar as bases de um cerco ao operariado das empresas controladas pelo seu monopólio, com vista a isolá-lo da classe operária portuguesa e da sua luta e a atingirem a sua suprema finalidade, isto é, um maior grau de exploração pelo aumento incessante de produtividade (...)»⁸. Todavia, alertava-se também para o facto de

7 Cit. in BARRETO, José, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», *Análise Social*, vol. XXIX, nº 125–126, p. 289.

8 Comité Regional da Margem Sul do Tejo do PCP, *A Comissão Interna da CUF e a luta de classes*, Fevereiro de 1963.

«Nas condições do fascismo (...) estas “COMISSÕES DE EMPRESA” oferecem ao proletariado possibilidades vantajosas de luta. Por isso é necessário que, logo desde o início, a classe se interesse em eleger para tais COMISSÕES operários honrados, capazes de defenderem os interesses dos seus companheiros que são os seus próprios interesses e de não se deixarem envolver nas ciladas do patronato para os transformar em dóceis e fiéis servidores (...)».

De sublinhar que a CIE surge num contexto dominado pelo recrudescimento da luta operária motivado pela degradação das condições de vida. Na CUF desde a greve de Julho–Agosto de 1943, nunca mais havia ocorrido um movimento de semelhante envergadura, situação a que não seria alheia a repressão entretanto desencadeada, chegando a ser instituído um comando militar na vila operária. Aliado a isso, a existência de uma rede de informadores nas várias dependências da fábrica, cuja actuação justificará a difusão de uma lista emanada do Comité Regional da Margem Sul do PCP com os nomes de «agentes da PIDE, bufos e provocadores» a trabalhar na CUF, onde estava também instalado o próprio quartel da GNR. Como recordou uma antiga funcionária,

Na CUF, como sabem, a Guarda Nacional Republicana esteve lá mesmo dentro (...) sei que iam lá comer aos refeitórios e isso tudo, e todas as semanas saíam, como nós costumávamos dizer, com a mobília cá para fora, a mobília chamávamos nós tanques de guerra. (Georgina Álvaro)

A par da política repressiva adoptada, que terá condicionado efectivamente o recurso à greve, a situação específica que caracterizava o operariado cufista. Como pode ler-se nas páginas do *Militante*,

«A classe operária da CUF tem algumas características e actua em condições que a diferencia do resto da classe operária do sector. Está agrupada numa grande empresa, é a mais bem paga da região (e até talvez do país). Os operários da CUF gozam de um conjunto de regalias (férias, subsídios diversos, creches, dispensas, etc.) que não têm os operários de qualquer outra empresa, pelo menos no sector. A percentagem de operários qualificados é incomparavelmente superior a qualquer outra empresa, bem como o seu nível cultural»⁹. Segundo Silva Marques, responsável pelo Comité Regional do PCP da Margem Sul em 1965 é esta especificidade de condiciona em larga medida o recurso à greve apesar de, e tal como o próprio informa, ter, em meados da década, 60.500 militantes, ou seja, 5% da população do agrupamento fabril. Nas suas próprias palavras, «Não há dúvida que estava neste conjunto de circunstâncias a chave explicativa desse fenómeno típico (e raro no país) que era a CUF do Barreiro: a maior concentração de forças do Partido Comunista não era onde germinavam as mais vigorosas batalhas contra o regime, mas era onde mais amplamente florescia, por um lado, a acção reivindicativa segundo fórmulas moderadas, e, por outro, a actividade política, associativa, cultural e cívica dum modo geral, realizada por trabalhadores, operários e empregados.»¹⁰

Apesar destes condicionalismos, a partir de 1955 começa a verificar-se uma intensificação das exigências operárias. A zona têxtil,

9 «A campanha ideológica do patronato», *O Militante*, III Série, nº 129, Setembro de 1964, p. 4

10 MARQUES, J. A. Silva, *Relatos da clandestinidade – o PCP visto por dentro*, Lisboa, Ed. Jornal Expresso, 1976, p. 208.

constituída por mão-de-obra maioritariamente feminina, apresenta-se como uma das mais reivindicativas. Recorre-se a métodos de resistência passiva, à “cera” (ritmo de trabalho lento), apresentam-se reclamações e dão-se paralisações mais ou menos longas. Na década de 60 a situação evolui em crescendo. Assim, e a título de exemplo, em Maio de 1960 é entregue uma exposição à Gerência com 2000 assinaturas reclamando aumento de salários; em 62, novo abaixo-assinado com 4000 assinaturas, com o mesmo objectivo, reivindicando também a extinção dos prémios e a equivalência dos salários para o mesmo tipo de funções; em 63, novo abaixo-assinado com 5000 assinaturas reivindicando o aumento geral de 10\$00, o pagamento do 7º dia e, novamente, «salário igual para trabalho igual»; em 64–65 recurso generalizado à “cera”, prática de concentrações e paralisações no trabalho, abaixo-assinados constantes, inclusive contra a expulsão do “bufo” Inácio (1964), contra arbitrariedades nas promoções, reivindicações estas que irão prolongar-se pelos primeiros anos da década de 70.

A par de lutas de carácter económico, outras de cariz marcadamente político, com a recusa dos operários da CUF em contribuir para o peditório de «uma hora de trabalho para os soldados», manifestando-se contra a Guerra Colonial. Já em 1969, com a aprovação da Carta Reivindicativa dos Trabalhadores da CUF, são enunciadas várias exigências, como sejam o fim da Guerra Colonial, a liberdade sindical, o direito à greve, amnistia para os presos políticos, extinção da PIDE, fim da censura e o estabelecimento das liberdades democráticas.

Esta situação justifica que à época, a criação da CIE seja interpretada como o método encontrado pela administração para silenciar

as exigências operárias, traduzindo-se assim numa vitória da classe. Nas palavras de um antigo encarregado:

(...) foi a forma de acabar com os abaixo-assinados. Que eles sabiam, porque a bufaria informava isto tudo, não é? Eles sabiam que naquela altura os abaixo-assinados eram sucessivos, não é? (Cândido Graça)

E, segundo um operário militante do PCP:

A Comissão foi formada também derivado ao nosso impulso, do próprio Partido. Porque havia o seguinte: havia muitas pessoas, em especial na zona têxtil, à base de mulheres, em que os próprios encarregados exploravam-nas e não pagavam, ou pagavam-lhes mal, não atendiam aos pedidos delas. E então, a gente para tentar fomentar o próprio movimento, começámos a demonstrar que eles ali queriam ser os donos daquilo, mas que se elas fossem a Lisboa falar com o dr. Jorge de Melo, que ele se calhar tinha melhores condições para resolver os problemas delas ali. (...) E então, pensámos que isto iria sobrecarregar o próprio Jorge de Melo, em que ele depois teria que encontrar um outro método para o problema. E foi o que aconteceu. (Joaquim Palma Cadeireiro)

A CIE é apresentada como uma vitória dos trabalhadores pois, e tal como justificado no Militante, «Representa o reconhecimento e aceitação oficial por parte da CUF duma forma de organização da classe operária que contra a vontade do patronato os operários vêm impondo através das suas lutas. (...) Assim, a primeira observação que se oferece com a constituição da CIE, é a de que não podendo evitar que os operários organizem as suas comissões de unidade e as imponham ao patronato, a CUF legaliza a sua existência e orienta a

sua organização, tentando assim exercer sobre elas um certo controle e uma certa influência»¹¹.

A criação da CIE foi acompanhada pela criação de um boletim, de título *CUF – Informação Interna*, onde eram publicadas as actas das reuniões entretanto efectuadas. De mencionar que, segundo o regulamento da mesma, era obrigatório comunicar com oito dias de antecedência os assuntos que os representantes e delegados eleitos pretendiam ver tratados nas reuniões mensais, o que foi considerado como método censório às reivindicações que os operários pretendessem apresentar à administração. Também segundo o mesmo regulamento, os delegados deveriam ter 5 anos de casa e ser detentores de «boa conduta cívica e moral», o que, em última instância, poderia resultar na não admissão de qualquer delegado que não correspondesse aos parâmetros exigidos.

Como resposta à publicação de empresa, em Junho de 1963 tem início a publicação de o *Boletim dos Trabalhadores da CUF*, órgão clandestino afecto ao PCP, que descreve o quotidiano nas fábricas e dá notícia das várias exigências operárias. Como pode ler-se, «A intensa actividade “ideológica” dos senhores da CUF com vistas a inculcar nas massas da empresa a teoria da “harmonia de classes” impunha que se cria-se [sic] um boletim capaz de desmascarar as campanhas ideológicas do patronato e que ao mesmo tempo fosse um órgão de combate». Copiografado numa casa de apoio na vila operária, um ano

11 «A experiência da Comissão Interna da CUF», *O Militante*, III Série, nº 129, Setembro de 1964, p. 2.

volvido ganha forma impressa, o que ilustra a adesão dos operários ao mesmo. Como viria a concluir Domingos Abrantes,

Esse boletim, e às voltas das questões da CIE, teve um efeito extraordinário na formação política e ideológica de milhares de trabalhadores.

Tal como verificado relativamente à estratégia adoptada face aos sindicatos, também face à CIE nem sempre o PCP conseguiu mobilizar os operários da CUF para uma maior participação. Assim, em Julho de 1965 o *Boletim* alertava para a necessidade de «combater energicamente» duas tendências verificadas: a “esquerdista”, que menosprezava as possibilidades de luta que a Comissão oferecia, e a “oportunista”, que fomentava expectativas quanto às medidas adoptadas pela administração¹². A incompreensão das possibilidades de luta que a CIE oferecia conduziria a um primeiro boicote às eleições para delegados em 1965 e posteriormente, em 1969, onde em vez de listas de candidatos os operários optaram por escrever as suas principais reivindicações. Alertava então o *Militante* que «Os delegados são livremente eleitos, logo, as massas, se compreendem a importância da CIE, elegem os homens e as mulheres que julgam defender os seus interesses. Esses delegados agrupados nos sub-grupos, constituem autênticas comissões de unidade com existência legal, virados para os problemas que mais afectam as massas»¹³, e embora não se

12 Cf. «A luta continua!», *Boletim*, Ano III, nº 13, Julho de 1965, p. 1

13 «A experiência da Comissão Interna da CUF», *O Militante*, III Série, nº129, Setembro de 1964, p. 5

recusasse liminarmente o recurso ao boicote, este deveria ocorrer apenas quando as massas «revelem manifestas disposições para as formas superiores de luta e até as já estejam a emprega-las»¹⁴.

Apesar das incompreensões verificadas, o PCP conseguiu fazer eleger como delegados alguns dos seus militantes ou simpatizantes, os quais, apesar das limitações já mencionadas, conseguiram levar à comissão algumas das principais reivindicações, como sejam o aumento geral dos salários, o pagamento do 7º dia ou a igualdade salarial para as mesmas funções. Foi esta situação que permitiu que, imediatamente após o 25 de Abril, e apesar da extinção da Comissão ter sido uma das primeiras reivindicações apresentadas, ter sido possível uma transição pacífica para a nova comissão de trabalhadores entretanto criada. O caminho já vinha sendo traçado.

14 «A luta da classe operária numa grande empresa monopolista – A CUF», *O Militante*, nº 149, Junho de 1967, p. 7.

Natureza-morta com Máquinas

A POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO FABRIL NA FOTOGRAFIA
INDUSTRIAL NAS DÉCADAS DE 50 E 60 NO PORTO

1. Apresentação. O que é uma fotografia industrial?

Ao longo das décadas de 50 e 60 do século passado, é possível assistir, na revista *A Indústria do Norte*, ao insistente trabalho de vulgarização e inculcação de uma “consciência industrial” (Fevereiro de 1962), orientada para a “produtividade” e a “racionalidade”, entre um segmento de especialistas técnicos e dirigentes empresariais interessados na modernização económica e política da indústria. Muito apropriadamente, a revista da Associação Industrial do Porto, publicará, a partir do início de 1962, uma série de reportagens fotográficas de empresas que, ao combinarem a intenção publicitária com o registo documental, se apresentavam plenamente comprometidas com o exercício de um magistério industrialista. Empresas nortenhas como a Fapobol, a Eduardo Ferreirinha e Irmão, a Corporação Industrial do Norte, a Efaced, a Molaflex, a Alumínia ou a Sonae, procuraram exhibir e sancionar as suas iniciativas modernizadoras recorrendo a imagens fotográficas. Enquanto formas de auto-apresentação, estas fotografias acompanhavam, ilustrando-a fotograficamente, a retórica que empresários e políticos identificados com a ideologia industrialista mobilizavam, nos eventos solenes e solenizadores, para afirmar e justificar a sua missão económica e política. Para além do mais,

tratando-se de fotografia comercial, realizada, pois, no âmbito de uma *encomenda*, esta coincidência entre a imagem iconográfica da fábrica moderna e os discursos industrialistas de empresários e técnicos não é puramente accidental, havendo vantagens em interrogar as condições desse encontro afortunado entre um “estilo pictoral” e um “estilo cognitivo” (Baxandall, 1985: 140).

O fundo fotográfico da Casa Alvão, instalado no Centro Português de Fotografia, inclui um vasto espólio de encomendas de fotografia industrial realizadas por empresas portuenses.¹ Ainda quando não existem à partida nenhuma determinações explícitas do cliente, o trabalho realizado sob encomenda tem as suas condições de felicidade dependentes da materialização dos critérios implícitos associados a uma fotografia apropriada e persuasiva relativamente aos critérios de apreciação e aos interesses expressivos dos compradores. Por seu lado, os custos e as definições técnicas associados à realização destas provas fotográficas – circunstâncias de captação complexas e difíceis de controlar, tempos de exposição demorados, fixação incerta e frágil nos suportes fotográficos, procedimentos de revelação complicados e inconstantes – restringem as margens de tolerância na produção eficiente de fotografia. A partir da análise do trabalho efectivamente realizado na Casa Alvão,

¹ Todas as fotografias apresentadas ao longo do texto pertencem ao Centro Português de Fotografia, a quem estão todos os direitos reservados. As finalidades exclusivamente científicas da presente publicação justificaram a cedência de utilização de tais fotografias. No entanto, todos os seus usos posteriores continuam submetidos aos termos da legislação em vigor.

observando os negativos das fotografias consideradas comercialmente elegíveis, pudemos observar como os requisitos estéticos a satisfazer e as exigências técnicas a cumprir convergiam, influenciando poderosamente na cultura profissional dos fotógrafos. Ao serem constrangidos a compatibilizar a inventividade e a improvisação com as solicitações clientelares e as exigências materiais do ofício, o modo de actuação dos fotógrafos orientava-se imperceptivelmente no sentido de produzir uma representação da fábrica compatível com a sensibilidade dos seus potenciais clientes.

Esta coerência prática com as expressões escritas do *engenheirismo* estava longe de corresponder a um cálculo cínico de vantagens (materiais ou de reputação) ou a uma tentativa de lisonjear a clientela. O registo fotográfico, mesmo aquele aparentemente marcado por preocupações realistas, evidencia as pré-ocupações do fotógrafo que estão, em geral silenciosa e tacitamente, presentes no momento de concepção e execução da fotografia. Sob as opções técnicas que parecem ser necessárias para a obtenção de uma fotografia industrial, expressas e justificadas por um vocabulário profissional que lida com a profundidade de campo, a iluminação ou o arranjo do cenário como se se tratassem apenas de simples questões instrumentais, existia a propensão profissional do fotógrafo que o conduz a procurar uma fotografia eficaz. Desta maneira, era provável que a “filosofia espontânea” dos fotógrafos profissionais, absorvendo as condições e condicionamentos associados à produção fotográfica sob encomenda, os tornasse inclinados e aptos a tornar a fotografia industrial, simultaneamente, numa mercadoria eficaz em termos económicos e num objecto eficiente em termos estéticos.

Para interrogar o princípio estruturador que sustenta este ponto focal, escolha de critérios que parece *instintiva* porque corresponde a um senso prático profissional, é preciso realizar uma anamnese das condições sociais e históricas que sustentam a emergência e actualização da fotografia como “sociograma” (vd. Bourdieu, dir., 1965). A fotografia “normalizada” que daqui resulta é aquela “agradável” aos olhos dos clientes, que é positivamente apreciada e percebida como verosímil porque corresponde ao sistema de preferências de proprietários e especialistas das empresas, ao mesmo tempo que é “económica” - em todos os sentidos da palavra - para o fotógrafo. Por força deste mecanismo de ajustamento recíproco entre expectativas clientelares e práticas fotográficas, cada fotografia seleccionada como “competente” em termos técnicos é plausivelmente aquela que é consonante com a representação difusa ou idealizada que da fábrica têm os seus dirigentes. Por isso, a aparente estereotipia da “oferta”, mais do que sintoma de uma limitação criativa (“falta de imaginação”, “recursos limitados”), mais do que obediência a um cânone artístico elementar (“estreiteza no estilo”),² é provocado pela forte consistência na “procura” de fotografia industrial.

2 As centenas de negativos compulsadas revelam os traços de uma imagem monótona. Sensação apenas aparente, que se explica porque não possuímos os esquemas de leitura com e para os quais foram criadas estas fotos. Só chegam a parecer idênticas (ou mesmo “todas iguais”) quando não possuímos aqueles princípios de discriminação que permitiam aos visualizadores originais (os fotógrafos e, eventualmente, os clientes) sinalizarem, inclusive como fundamentais, certos traços e contornos, variações infinitamente pequenas que eram, contudo, *significantes* (Elias, 2006).

Esta situação sugere que tanto “compradores” quanto “vendedores” partilhavam, ao menos parcialmente, uma “forma de atenção” comensurável relativamente ao espaço fabril, pois “ambos foram afectados por um movimento de gosto que escapava ao seu controlo” (Kermode, 1991: p.41). Embora as técnicas postas em prática por estes fotógrafos só excepcionalmente fossem explicitadas em textos e consciencializadas, elas repousam sobre um consenso irreflectido quanto à representação “legítima” e “autorizada” da fábrica e do trabalho industrial mantido com os proprietários e especialistas fabris, os quais encontravam nessas imagens uma projecção visual dos seus interesses e aspirações.

Porque as fotografias apreendem o ponto de vista de certo observador fixando-o como visão instantânea e autêntica da realidade é que, na sua *Pequena história da fotografia*, Walter Benjamin afirmava que era possível encontrar, subsumido nelas, um “inconsciente óptico” associado a um ponto de vista particular sobre as coisas (1992: 119). Propomo-nos neste texto, de maneira sucinta, a um trabalho de objectivação sociológica que extraia os esquemas práticos inconscientemente investidos na feitura e na leitura do espaço fotográfico. Por via desta espécie de sócio-análise, é possível remontar, a partir do *produto final*, a fotografia, ao *processo de finalização*, à sucessão de actos implicados na criação e interpretação fotográficas. Em particular, é possível interrogar o ponto focal – fotográfico e social – que define a perspectiva exibida pelas imagens fabris. “Por outras palavras: quais são as práticas nas e pelas quais os observadores e intérpretes vêem e reconhecem aquilo que eles consideram um assunto «merecedor» de ser fotografado?” (Lüdtke 2006: 14)

Os princípios de classificação da fábrica e do trabalho emergentes do discurso industrialista, vocabulário de motivos organizado em torno às ideias de “eficiência”, “organização”, “produtividade” ou “normalização”, parecem sair caucionados, como que *demonstrados* como evidentes, pelas paisagens industriais. Num tempo marcado pela transformação das políticas de produção, as fotografias “credíveis” e “cativantes” do espaço físico das fábricas portuenses começavam a mostrar sinais de estarem impregnadas pelo ideal de uma organização racional do trabalho, que significava na altura, grosso modo, a substituição de um sistema técnico e disciplinar tradicional pela crescente mecanização do trabalho e pela sistematização e formalização dos controlos hierárquicos. Pelo facto do sistema de preferências que governa as orientações políticas e económicas deste grupo social, portanto as suas inclinações em relação a uma estratégia industrialista e modernizadora, actuar para definir identicamente os seus juízos estéticos, ele também contribui para explicar a cumplicidade nas escolhas retóricas e fotográficas.

2. O ponto de vista absoluto. As categorias da percepção e apreciação dos dirigentes empresariais.

Quando, em Novembro de 1965, o engenheiro Jorge Ferreirinha, empresário metalúrgico e dirigente patronal portuense, discursa no *Primeiro Congresso Nacional de Fundição*, a sua intervenção não visa somente descrever a situação industrial portuguesa nos termos da retórica do “progresso”, como pretende ainda, voluntariosamente, prescrever uma orientação para o futuro da indústria, procurando realizar o que enuncia simplesmente pelo acto da sua enunciação.

“O tal telheiro sombrio transformou-se num moderno edifício, bem iluminado e bem ventilado (e até climatizado); os velhos fornos que no meio de densos fumos e fogo elaboravam as misteriosas ligas, não dando lugar a atraentes instalações de fusão comandadas com extraordinária precisão e controladas por laboratórios químico-metalúrgicos; o trabalho pesado dos transportes manuais é substituído por mecanizações mais ou menos espectaculares; e até os computadores electrónicos aparecem já a calcular as variáveis de fusão a comandar complexas unidades automáticas de moldação. A fundição, mecanizando-se, humaniza-se. E passa a ser um lugar digno de trabalho, onde o acidente é evitável, a silicose banida: graças ao progresso material de hoje, a fundição pode e deve ser um lugar agradável para trabalhar.” (p. 31)

Podíamos repetir fastidiosamente exemplos semelhantes. As preocupações com a eficiência técnica, a regulação, a racionalização da organização do trabalho, a especialização, a planificação, a normalização, ou a promoção da “engenharia progressiva” (João Ferreira do Amaral), repercutem-se nas estratégias de *representação* adoptadas pela fracção do patronato industrial portuense que procurava, durante as décadas de 50 e 60 do século passado, a afirmação económica no interior dos limites administrativos impostos pela legislação corporativa e do reconhecimento político das prerrogativas e interesses específicos da indústria nortenha. É a possibilidade e a necessidade deste sistema de pertinências exibido pela retórica patronal ser traduzível e traduzido fotograficamente que explica que, no universo de escolhas estilísticas dos fotógrafos comerciais do Porto, tenha sido tendencialmente favorecida a criação de uma panorâmica

fabril que correspondia aos interesses e preferências do cliente. Exactamente porque lhes proporcionavam o que parecia ser a demonstração antecipada da fábrica moderna, estas fotografias tendiam a parecer evidentes a estes dirigentes empresariais, parecendo, além disso, fornecer uma expressão verosímil e plausível às suas idealizações e aspirações industrialistas.

Releia-se o que afirmamos face a essas fotografias do interior de uma oficina metalo-mecânica [Imagem 12A e 12B]. A repetição do disparo, aparentemente conservando todos os controlos do instrumento fotográfico idênticos e mantendo a mesma posição focal, serve para registar as versões tidas por aceitáveis da fotogra-



Imagens 12A e 12B

fia de interior. Na primeira, classificada no Fundo consultado como anterior à seguinte, vemos os trabalhadores concentrados sobre o seu trabalho, mãos e braços em posições críticas de plena laboração, fazendo um uso devoto das suas ferramentas, olhos fixos na tarefa a ser executada, apáticos. Não há janelas, nem clarabóias. A profundidade de campo é acentuada pela orientação oblíqua da mirada; a iluminação vai escasseando com a distância focal. As opções artísticas e técnicas adoptadas pelo fotógrafo concorrem para proporcionar uma visão especialmente estática do trabalho industrial. Nesta imagem são neutralizados os pormenores e as idiossincrasias, sendo

que os rostos, ocultos ou de perfil, tornam-se praticamente anónimos, impressão de indefinição acentuada pela execução rigorosa de tarefas, pela postura de rotina e pelo uso comum de fardamento. Todos os trabalhadores estão obedientemente no seu posto de trabalho, sem que nenhum permaneça desocupado ou estático; todos eles estão absolutamente compenetrados na tarefa, mantendo o olhar fixo e constante sobre a máquina, ignorando a monotonia e a distração; todos mantêm uma postura diligente, não há quem esteja parado, e todos executam gestos espontâneos, precisos e eficazes, sem que ninguém tenha que receber ordens ou ser advertido.

A segunda fotografia revela-nos o mesmo cenário. Apenas com uma excepção, que é, porém, plena de significado: a evacuação dos trabalhadores. Tratados como elementos do cenário, é demonstrada toda a fluidez do “factor humano” quando comparada com a solidez ao capital fixo. Julgamento semelhante realiza, na sua edição de Dezembro de 1961, portanto pouco tempo antes de começar a publicar a série de vinhetas fotográficas acima mencionadas, a revista *A Indústria do Norte* a propósito da recente projecção no Porto de um documentário cinematográfico sobre a Siderurgia Nacional, quando não foi encontrada melhor caracterização para a trama do filme que salientar que, “quase que despido do factor humano (o operário é sobrepujado pela imponência da maquinaria)”, são as instalações fabris que “aparecem-nos como as vedetas do «filme»”. Segundo este texto, através de “imagens plenamente elucidativas e captadas com objectividade”, provava-se cabalmente a superioridade de “uma organização viva, onde nada passa despercebido, muito pelo contrário, onde tudo se conjuga para resultar uma autêntica unidade laboral”.

Os constrangimentos e oportunidades que enfrentava esta fracção do empresariado tendiam a repercutir-se nas suas reivindicações e orientações genericamente dirigidas para a modernização. O que, no âmbito específico da fotografia, correspondia a preferir as imagens conformes à perspectiva do proprietário distanciado e individualizado e, portanto a uma concepção impessoal, sistemática e ordenada da fábrica. Foi o surgimento de uma relação contemplativa com o espaço fabril entre aqueles que, primeiro, têm um interesse em concretizar a racionalização e o controlo da fábrica e que, depois, mantêm uma relação de fruição e idílio com o cenário fabril, que permitiu a manifestação e a celebração deste género de fotografia industrial. Para o caso em estudo, equivale isto a dizer que uma fotografia que pretendesse recolher ou solicitar valorizações positivas da parte dos clientes, deveria apresentar uma panorâmica que fosse conveniente e aprazível e que, ao mesmo tempo, realizasse imagetivamente as pretensões empresariais a uma fábrica ideal. Ou seja, para parafrasear uma definição de Michael Baxandall, “o essencial daquilo que chamamos *gosto* repousa sobre a concordância entre as operações de análise que reclama uma [fotografia] e a capacidade analítica do espectador” (1985: 55). Nesse sentido, estas fotografias são uma expressão metafórica da relação particular mantida pelos proprietários com a fábrica, por um lado, orientada de acordo com o cálculo e com a maximização da utilização económica do equipamento e do trabalho, e, por outro lado, dirigida para a observação detalhada e precisa do espaço fabril.

Vejamos duas fotografias da indústria têxtil, tiradas na secção de tecelagem [Imagem 3] e na secção de fição [Imagem 4]. Na primeira, a objectiva está colocada num plano superior, ao mesmo nível

do patamar a que conduzem as escadas do rés-do-chão, isto é, aos escritórios e gabinetes administrativos. A justaposição intrincada de equipamento fabril deixa praticamente invisíveis os operários que manobram as máquinas. Na segunda, a vista a partir de um ponto elevado abre-se sobre as sucessivas linhas de maquinaria, na qual repousa inerte o produto de um trabalho aparentemente abandonado a meio. Ao decidir pela evacuação dos trabalhadores no instante preciso da fotografia e pela solenização de uma imagem que evidencia a onnipotência e materialidade da fábrica mecanizada, o fotógrafo sanciona e justifica a qualidade



Imagens 3 e 4

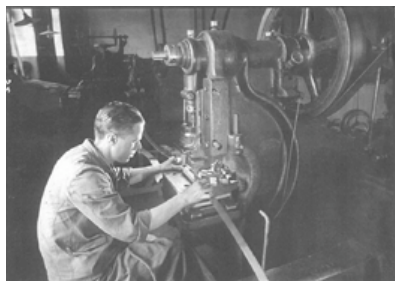
intrinsecamente fotografável da indústria “moderna” e fornece a medida e o meio para eternizar a mundivisão do espaço fabril “puro”, a que corresponde e obedece o próprio acto de decidir fotografar a fábrica na sua assepsia e harmonia exclusivamente mecânicas.

No campo visual fotográfico é fixada a utopia de um olhar que tudo observa, tudo regista e tudo domina, uma visão artificial que, apesar de tudo, não pode dizer-se artificiosa. A correlação entre as propriedades do “espaço pictórico” e as propriedades do “espaço intelectual” (Panofsky 1993: 65) é patente nas semelhanças familiares

entre a fotografia industrial nas décadas de 50 e 60 e os discursos que invocavam a organização racional na indústria portuense nessa mesma época. A função explícita dos dispositivos disciplinares dos regimes de fábrica passa por sistematizar e prescrever procedimentos e infundir o auto-controlo sobre o «gesto operário» (Coriat 1984: p.14), quer dizer, sobre as condutas operárias: os movimentos doravante circunscritos no tempo e no espaço – criando uma «economia dos corpos no trabalho» (idem: p.37), a linguagem e as interacções comunicacionais controladas.

3. Realismo idealista. O trabalho de higienização visual dos operários.

Notem-se as fotografias de operários a executarem isoladamente o seu trabalho [Imagem 8 e Imagem 21]. As mãos nos comandos, firmes ou minuciosas na tarefa; o olhar concentrado na máquina, hipnotizado; os trabalhadores absortos do que os envolve, indiferentes aos ruídos, temperaturas, pressões. Parecem ser trabalhadores exemplares, quer dizer, trabalhadores que correspondem a um modelo idealizado pela organização racional do trabalho e que estão aptos a funcionarem como exemplos pedagógicos, morais e profissionais. A ortodoxia (“one best way”) da racionalização do espaço de trabalho e do processo de trabalho encontra,



Imagens 8 e 21

ou melhor, projecta nestas fotografias, os trabalhadores que a merecem, que lhe convém. Para efeitos de demonstração, admite-se inclusive suspender temporariamente o trabalho e fixar a execução individualizada de um trabalho realizado colectivamente. Na [Imagem 17], todas as máquinas estão paradas, excepto aquela montada e manobrada

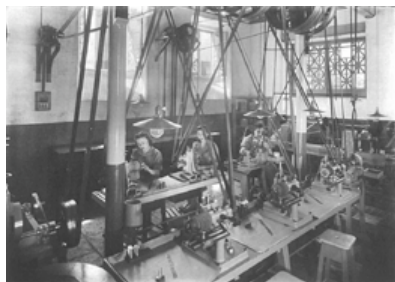


Imagem 17

no modo de “dever-ser” pela única trabalhadora visada pela câmara; ao lado, mal disfarçadas, as suas colegas aguardam que o fotógrafo termine para voltarem ao trabalho.

Estas fotografias oferecem a suposta prova cabal, “autêntica”, de um local de trabalho devidamente organizado e de uma cooperação graciosa entre trabalhadores e gerência. “[N]ão se consegue encontrar, escreve Alf Ludtke, em nenhuma destas fotografias, um trabalhador a beber café (muito menos cerveja ou bagaço!); em quase lado nenhum está alguém a falar com um colega, já para não falar na brincadeira; ninguém parece estar exausto, sujo ou aborrecido (por causa, por exemplo, do barulho constante ou do pó, ou mais ainda, pela aceleração e divisão do trabalho, sendo que ambos foram veementemente intensificados devido à «racionalização» da construção das máquinas a partir do início dos anos 20). E ninguém parece ferido, já agora. Toda a gente é fotografada como estando totalmente absorvida no seu trabalho. As fotografias revelam um estereótipo que sugere que trabalhar na fábrica é exactamente o que indicam os termos da gerência: fluxo de trabalho constante” (Ludtke 2006: 21–22). Afinal que trabalhadores são estes? Trabalhadores manifestamente abstémios nos consumos e

nos comportamentos, fisicamente ímpolutos e incorruptos, cientes e ciosos das suas obrigações laborais, destros, dedicados, mudos, incansáveis, limpos, conformados e até satisfeitos. Tanto assim que a autoridade pode permanecer latente, invisível, sem que os corpos dóceis dos operários cheguem a requerer uma intervenção disciplinadora. Estes operários parecem trazer infusa a ética do trabalho industrial ambicionada e difundida pelas instâncias estatais e patronais.



Imagens 5 e 6

Confirmam-se as [Imagens 5 e 6], ambas de fábricas metalúrgicas, a primeira de uma secção de fundição, a segunda de uma secção de acabamentos de peças de precisão. A [Imagem 5] captura três operários concentrados na realização de uma tarefa. Atrás de dois deles, absortos no trabalho, libertam-se vapores de um tubo metálico; nada parece afectar a sua impassibilidade. A [Imagem 6] mostra-nos as operações de acabamento de peças metalomecânicas; a minúcia do trabalho parece ligar-se com a suposta (e superimposta) delicadeza das mulheres. As três operárias da fotografia, com rostos cândidos, iluminados pela serenidade, estão maquilhadas e com o cabelo penteado com cuidado, vestidas com fardas idênticas, ímpolutas.

Fascinadas pelo seu trabalho, não tiram os olhos da máquina, não trocam olhares nem palavras com a companheira do lado, não espreitam pelas janelas. A teatralização do ambiente de trabalho torna as fotografias de descrições em instrumentos de prescrição.

Olhe-se agora a [Imagem 11]. Os cenários são escuros, com a presença poderosa de máquinas volumosas. O enquadramento está centrado em torno à unidade do homem com a máquina. Os operários fardados, todos equipam de igual maneira. Os rostos permanecem serenos, sem um ricto de dor, esforço ou protesto, apesar das tarefas executadas levarem a crer tratar-se de um trabalho pesado, agreste e eventualmente monótono. O facto de encontrarmos vários exemplares de algumas destas fotografias [Imagens 11A/11B] permite inquirir sobre a razão dessas repetições e proporciona uma oportunidade para entender os critérios de excelência – implícitos ou explícitos – a que devia estar submetida a prática da fotografia industrial. É que «[o] erro é o lugar de claridade de uma escolha definitiva» (Renard 1994: p.163). Na repetição do disparo, realizada após versões que parecem ser preparatórias ou fracassadas, não só as falhas técnicas são corrigidas, como é também contornada qualquer aparência de pusilanimidade e falta de firmeza nos gestos [Imagem 11A; reparar no movimento da cabeça e na postura menos assertiva] ou afastado tudo quanto sugira negligência e relaxamento no ofício. A impessoalização dos operários e do trabalho fabril é reforçada nas fotografias que apresentam os trabalhadores de costas, ocultos parcial ou totalmente pela maquinaria, pura e simplesmente ausentes da fábrica. Até mesmo a presença do fotógrafo é neutralizada: ninguém contra-direcciona o olhar na direcção da objectiva e o fotógrafo pode, assim,



Imagens 11A e 11B

manter a ficção da sua não-interferência e do carácter puramente documental do seu trabalho, reforçando a impressão de espontaneidade e naturalidade das imagens realizadas.

Ao mostrarem o funcionamento optimizado das novas fábricas, estas fotografias anunciam a nova ordem fabril idealizada e

necessitada pela emergência de um novo tipo de observador. Este, o empresário capitalista, reencontra nas fotografias industriais uma expressão metafórica das vantagens económicas e políticas que retira da racionalização e do ordenamento da fábrica. “O observador auto-consciente: o homem que não está apenas a olhar para a terra mas que é consciente de que o está a fazer, como uma experiência em si, e que preparou modelos e analogias sociais importados de algum lado para apoiar e justificar essa experiência: é esta a figura que temos que procurar: não um tipo de natureza mas um tipo de homem” (Williams 1975: p.121). A possibilidade de emergência histórica de uma relação onnipotente e onnisciente com o espaço fabril, que é suposto as fotografias registarem e esclarecerem, está relacionada com a concentração económica e as possibilidades técnicas que permitiram aos capitalistas industriais apropriarem-se racionalmente da materialidade e das representações da fábrica e do trabalho fabril, quer dizer, produzir fábricas racionais e fotografias com uma perspectiva racional.

Estas representações naturalistas e purificadas cristalizam uma forma de percepção da fábrica “moderna” que corresponde à “estrutura de sentimento” desse grupo social particular que visa o enquadramento racional e disciplinar do processo de trabalho. A invenção de uma relação contemplativa com o espaço fabril é a manifestação e a celebração do ponto de vista daqueles que possuem interesse em efectivar uma relação de racionalização e controlo sobre o espaço fabril e que podem manter uma relação de fruição estética dos panoramas fabris. “O sentimento da natureza – escreve Jean-Claude Chamboredon – é uma maneira de pensar, no modo neutralizado ou dissimulado, as relações sociais” (Chamboredon 1973: 30). Este efeito

de realidade é o resultado maior de uma operação de transmutação simbólica patente nas fotografias industriais: a sublimação das relações sociais na produção e das relações sociais de produção.

4. Conclusão. As fotografias como operação de neutralização da dominação fabril e como utopia da fábrica racional.

Primeiro, um ponto de vista absoluto e exterior, onisciente do campo visual e dirigido para o infinito, criando, dessa maneira, um espaço homogêneo submetido a regras rígidas. Segundo, a fixidez do movimento, congelando o instante e situando a acção fora do tempo. Terceiro, o esvaziamento do “factor humano”, que soleniza a fábrica “pura”, mostrando a aparelhagem mecânica como intrinsecamente interessante. A invenção pelos fotógrafos industriais de uma tal atitude contemplativa para com o espaço fabril, manifesta e celebra o ponto de vista daqueles que não só têm interesse em concretizar a racionalização e o controlo da fábrica, como também têm uma postura de fruição e idílio perante a fábrica, vendo-a de um posto de observação que, mesmo quando está fisicamente próximo, é socialmente distinto dos operários.

A fotografia é a expressão metafórica da relação especial dos proprietários com a fábrica, uma relação planeada porque está orientada de acordo com o cálculo destinado a maximizar a utilização económica do equipamento e do trabalho e porque visa uma observação detalhada e precisa que reduz a fábrica a um plano ordenado e racional. Esta racionalização do espaço fabril por via pictórica acompanha os discursos industrialistas contemporâneos. Não

por acaso, são concomitantes a impessoalização da representação do trabalhador mostrada nestas fotografias e a progressiva formalização e individualização do enquadramento do trabalho e do trabalhador (fichas de produção e prémios, contratualização e procedimentos de contratação, normas de segurança e higiene, etc.). A correlação entre as propriedades do espaço pictórico dos fotógrafos e as propriedades do espaço mental dos dirigentes empresariais é evidente nas parencas existentes entre as fotografias dos anos 50 e 60 e as estratégias de difusão dos processos de organização racional das fábricas do Porto dessa altura. Estas fotografias são, assim, como que versões explícitas de visões implícitas.

Por outro lado, estas fotografias, que, ao neutralizarem a representação de certas ocorrências fabris, como o sofrimento, a revolta ou a exploração, conduzem a uma sublimação da situação histórica vigente, são também a projecção de uma operação massiva de assepsia dos corpos, espaços e comportamentos. Entre a representação espacial produzida pela mirada reguladora (em sentido económico e fotográfico), que implica uma ordenação sistemática do espaço, e a experiência imediata da fábrica embrenhada no olhar “ingénuo” e “espontâneo” dos operários há toda a distância que vai do “espaço conceptualizado” ao “espaço vivido”. Aparentemente, estes são trabalhadores moralizados, abstémios nos consumos e nos gestos; competentes e dedicados; incansáveis; limpos; conformistas e resignados, se não satisfeitos; fisicamente incorruptíveis e impecáveis. Todos são fotografados totalmente absorvidos no seu trabalho. Todos parecem conscienciosos e zelosos. A autoridade pode permanecer latente, invisível, simplesmente porque os corpos dóceis dos trabalhadores não

requerem sequer a sua intervenção. De facto, todos os trabalhadores parecem ter infusa a ética do trabalho industrial procurada e propagada pelos dirigentes empresários e pelas instituições estatais (campanhas de prevenção, escolas técnicas, etc.). As fotografias revelam-se estereótipos que parecem confirmar que trabalhar na fábrica era exactamente o que previa a administração. Estes trabalhadores são exemplares, primeiro porque representam o modelo ideal pressuposto pela organização racional do trabalho, depois, porque se destinam a funcionar como exemplos pedagógicos, morais e profissionais. O modo ortodoxo (“the one best way”) de racionalização do espaço fabril e do processo de produção está projectado aqui, juntamente com os trabalhadores que lhe convêm e que o merecem.

A Insuficiência da Resposta do Estado:

A AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA PÚBLICA AOS OPERÁRIOS
DURANTE A I REPÚBLICA (1910–1926)

I. Introdução: assistência e beneficência nas vésperas da I República

Nesta abordagem às questões em torno da assistência e beneficência pública e privada a análise a realizar clarifica-se conhecendo o seu enquadramento institucional e político ainda na Monarquia Constitucional. De facto, as primeiras tentativas de intervenção do Estado em matéria de assistência globalmente considerada iniciaram-se após a vitória liberal na Guerra Civil (1828–1834) logo em 1835, com a criação do Conselho Geral da Beneficência por Decreto de 6 de Abril desse ano, onde se reconhece a necessidade de proteger os indigentes. Na saúde e higiene pública foram dados alguns passos prévios na melhoria da sua situação antes da institucionalização do regime republicano: em 1836 foi instituído o Conselho de Saúde Pública e a rede de delegados (nos distritos), subdelegados (nos municípios) e regedores (nas paróquias) de Saúde dependentes daquele órgão. Em 1851, o Hospital de S. José foi retirado da tutela da Misericórdia de Lisboa sendo atribuído à tutela pública, à imagem do que já acontecia com os Hospitais da Universidade de Coimbra. O Decreto de 22 de Junho de 1870 centralizou os serviços hospitalares e atribuiu-lhes

valências sanitárias, de vacinação e de ensino médico. No domínio da saúde e higiene pública mencionem-se ainda os Decretos de 4 e 28 de Dezembro de 1899 que, respectivamente, criaram a Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública sob tutela do Ministério do Reino e o Instituto Central de Higiene. Associado a estas instituições foi criado um fundo de beneficência pública no sentido de combater o flagelo social que era a tuberculose e foi criada a Assistência Nacional aos Tuberculosos, financiada pelo Estado. Cabia-lhe o financiamento da rede hospitalar, cobrindo as despesas com os indigentes através dos municípios, já que todos os outros cidadãos arcavam com todas as despesas nos hospitais.

A situação neste sector em 1910 apresentava 243 unidades hospitalares no país, sendo a grande maioria da responsabilidade da Igreja e das Misericórdias. Porém, cabia ao Estado a administração das unidades mais modernas e bem apetrechadas como o Hospital Real de São José e Anexos, que até 1910 contava oito unidades hospitalares em Lisboa (Hospital de São José, Hospital de São Lázaro, Hospital de Rilhafoles, Hospital do Desterro, Hospital Estefânia, Hospital de Arroios, Hospital do Rego, Hospital de Santa Marta). Completavam esta tutela directa o Instituto Bacteriológico *Câmara Pestana*, o Instituto Central de Higiene, o Instituto Oftalmológico e a Escola de Medicina Tropical em Lisboa, para além de seis estabelecimentos no Porto e os Hospitais da Universidade de Coimbra. A grande maioria das unidades do país só com muita benevolência podia designar-se de hospital, uma vez que correspondia mais a um dispensário ou posto clínico mal equipado, com um quadro clínico diminuto e prestando cuidados de má qualidade. Serviam sobretudo os pobres e indigentes,

uma vez que as restantes camadas populacionais recorriam à medicina privada, sempre que podiam arcar com as suas despesas.

Até à implantação da República em 1910 são também dignas de registo nesta área a inclusão das políticas da assistência pública na dependência directa da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino em 1868 e a criação do Conselho Superior de Beneficência Pública e a Repartição da Beneficência destinados a organizar a assistência domiciliária e aos alienados (Serrão 1992, 235; Almeida 1997, 69–71).

O enquadramento deste sector ficava a cargo da Direcção-Geral de Saúde e Beneficência Pública, reformulada após o Decreto de 4 de Dezembro de 1899, tutelando uma Repartição de Saúde e a já citada Repartição de Beneficência. Através deste organismo, o Estado acompanhava a direcção das misericórdias e dos seus hospitais ou dispensários, da Casa Pia de Lisboa e dos recolhimentos. Desde a Monarquia Constitucional, portanto, as separações entre as tutelas da saúde e higiene pública, por um lado, e as da assistência e beneficência, por outro, ficaram asseguradas através do modelo de subordinação pública e de acompanhamento às instituições do foro privado.

II. A I República Portuguesa: os indigentes e os operários – mudança no modelo e não no acesso

Durante a I República (1910–1926), a Constituição Política da República Portuguesa de 1911 reconheceu «o direito à assistência pública» (Artigo 3.º, n.º 29.º) que, aliás, provinha já da Carta Constitucional da Monarquia Constitucional (1834–1910), embora redigida de forma um tanto mais vaga (Artigo 145.º, § 29.º: «A Constituição também garante os socorros públicos»). Ou seja, durante o período

em análise, os cidadãos portugueses não beneficiavam de direitos políticos e sociais universais, antes sendo apenas reconhecido aos pobres e indigentes o direito à assistência pública, ou seja àqueles cuja situação física e intelectual os impossibilitasse de desempenharem qualquer actividade profissional obtendo dela o seu rendimento. Só aqueles que assim fossem reconhecidos, à luz dos princípios vigentes da sociedade e da ordem estabelecida de recusa e repressão da mendicidade e ociosidade, poderiam usufruir do benefício da assistência pública gratuita. Assim, todos os restantes, qualquer que fosse o seu rendimento, teriam sempre de pagar o seu acesso às instituições de saúde, ou recorrer aos esquemas de socorros mútuos existentes entre os trabalhadores. Por isso era usual que todos os que pudessem custear tais serviços recorressem à chamada de médicos à sua própria residência, ou utilizassem os quartos particulares de que dispunham os Hospitais Cíveis de Lisboa, evitando permanecer nas enfermarias de utilização colectiva pelos doentes, na sua grande maioria pobres.

Numa análise ao proletariado urbano em Portugal nestes anos é impossível olvidar o número relativo aos indigentes, indivíduos sem meios de subsistência e que constituiriam o alvo prioritário da Assistência Pública gizada oficialmente já sob a República: nesse contexto compreendiam-se os denominados *vadios* e vagabundos sem profissão, tal como marginalizados de qualquer ordem e que pelos números do Censo Populacional de 1911 ascendiam a 122.404 portugueses previsivelmente num estado de despojamento material bastante acentuado e sobrevivendo à custa de instituições como os Asilos, os Albergues Nocturnos, os Balneários Públicos, as Cozinhas Económicas e as Sopas de Caridade das Misericórdias entre outras. Em Lisboa,

esses indivíduos totalizavam cerca de 3.400 indigentes por volta de 1908, número que não parou de crescer e se acentuou grandemente com a situação de guerra que acarretou o aumento do custo de vida em flecha e a deterioração das suas já precárias condições de vida (Marques 1991, 217–218; Reis 1996, 208–210).

Após a preparação do diploma, era publicada a chamada *Lei da Assistência*, por intermédio do Decreto, com força de lei, de 25 de Maio de 1911. Na introdução ao diploma é afirmado que a assistência pública em Portugal era uma realidade rudimentar, mas que necessitaria sempre de levar em linha de consideração as diferentes formas especiais em que o socorro da sociedade aos indigentes foi sendo facultado ao longo do tempo. Logo aí há uma delimitação clara de que a assistência pública se destina aos pobres, ou seja àqueles que comprovadamente não detinham quaisquer meios de subsistência, designadamente por via de uma actividade laboral. O legislador declarava que fixar-lhe linhas gerais de orientação seria primordial no sentido do desenvolvimento da assistência pública no País, antevisto como lento e progressivo. Assim, como objectivos gerais a atingir o Governo Provisório da República Portuguesa fixava: a descentralização dos diferentes serviços a prestar no sentido de atingir uma eficácia maior e mais rápida; a centralização da sua direcção no sentido de melhorar a sua fiscalização; a diminuição das suas despesas gerais; a garantia de fornecimentos às instituições em condições preferíveis. Por outro lado, assumia-se que o problema da pobreza não seria resolvido com esta reforma dos serviços da assistência pública, mas a mendicidade deveria ser eliminada mediante o sucesso obtido com esta remodelação. Afirma-se ainda que o velho hábito da prática da esmola iludia o

facto de o problema de fundo ser a criação de trabalho para resolver o problema da mendicidade. Assume-se também que as características dos pedintes portugueses só atestavam na realidade o atraso, a passividade e a inércia do Estado português, reflectindo a ausência de solidariedade social e a ausência de previdência. Assim, o legislador assume que a pobreza só poderia ser erradicada quando a criação da riqueza permitisse a sua distribuição a níveis que posteriormente possibilitassem a tributação por impostos que facultassem o aumento das despesas públicas, mas a níveis não vexatórios e que não incidissem sobre os níveis de subsistência da população. Também se afirma que a mendicidade não seria nunca resolvida apostando apenas numa óptica punitiva e enquanto não se comprovasse no seio social o carácter contraproducente da prática da esmola. Cometia-se a Lisboa o essencial desta reforma, entendendo-se que ao definir este sistema de assistência pública o Estado adquiria o direito de reprimir a mendicidade porque passava a não deixar desamparados os verdadeiros indigentes. Entendia-se a Direcção-Geral de Assistência como o organismo público indicado para a organização e administração das diferentes instituições, mas também a sua fiscalização através de um cadastro geral que obviasse à existência de fraude e favorecimentos de qualquer ordem no seio deste sistema. Ou seja, entendia-se que a administração e fiscalização deviam ficar confiadas a esse organismo tutelado pelo Ministério do Interior, enquanto a fiscalização e a distribuição dos serviços de socorro aos indigentes seriam garantidos por comissões a nível distrital e local: as cidades de Lisboa e Porto, como grandes centros urbanos teriam nas suas comissões o grau de autonomia indicado para atender a esses objectivos. Por outro lado,

o Fundo Nacional de Assistência concentraria os montantes disponíveis para a aplicação aos serviços, não onerando de forma exagerada os contribuintes nacionais. Por último, anunciava-se que a segregação dos indigentes era também combatida, assim como a prática da esmola (Imprensa Nacional 1911, 2130).

No articulado legislativo, destaca-se o facto da assistência de cariz privado ficar enquadrada por esta legislação, considerando-se mesmo ser essencial o seu contributo para serem atingidos os objectivos anunciados. As instituições de cariz privado ficavam obrigadas a consultar o Estado para poderem aceitar legados e doações, assim como anualmente deviam enviar os relatórios da actividade de assistência realizada e os orçamentos e contas da gerência do ano económico antecedente, que igualmente careciam de aprovação superior. Também a nível de saúde pública as instituições de beneficência privada ficavam sobre o controlo directo do Ministério do Interior por intermédio da Direcção-Geral de Assistência. Esta ficava com a tutela do expediente, da informação e da administração da assistência, herdando todas as competências que desde 9 de Fevereiro de 1911 estavam confiadas à acção da 2.^a Repartição da Direcção-Geral de Administração Política e Civil: organização, administração, fiscalização, cadastro, informações e estatística da assistência pública e privada em Portugal.

O Conselho Nacional de Assistência Pública tinha como incumbência gerir o Fundo Nacional de Assistência e coordenava a assistência pública e privada, quer através da reforma dos seus serviços, quer através da revisão da sua legislação. No caso da cidade de Lisboa, todos os serviços administrativos de assistência seriam conjugados numa única entidade, a Provedoria Central de Assistência de Lisboa,

estando subordinada ao Ministério do Interior pela Direcção-Geral de Assistência. Competia-lhe a centralização de todos os serviços administrativos dos estabelecimentos e instituições de assistência pública. Dessa forma dirigiria e administraria económica e financeiramente os serviços de assistência pública, podendo também criar novos serviços e empreender obras de conservação e beneficiação se tal fosse entendido como conveniente. Devia ainda arrolar as famílias disponíveis para os cuidados aos idosos e menores desvalidos através de uma pensão. Nessa função tornava-se imperioso aquilatar as condições económicas, de habitabilidade e salubridade dos domicílios e a idoneidade moral dessas famílias. Esses jovens deveriam obrigatoriamente frequentar a escola primária, algo que o Estado vigiaria junto das famílias de acolhimento, aconselhando-se a aprendizagem de trabalhos oficiais e agrícolas. Era ainda criada uma Comissão Central de Assistência, que superintendia todas as instituições e serviços de assistência oficial da região de Lisboa, exceptuando os estabelecimentos dependentes directamente do Ministério do Interior, sendo ainda da sua responsabilidade a ligação entre as assistências pública e particular. As juntas de paróquia deviam também emitir atestados de pobreza para admissão de indigentes nos hospitais e instituições de beneficência. Eram ainda criadas: a Comissão da Assistência Pública do Porto com funções similares da Provedoria em Lisboa; as Comissões Distritais de Assistência; as Comissões Municipais de Assistência (Imprensa Nacional 1911, 2130–2133). O Fundo Nacional de Assistência era composto: por um valor atribuído anualmente no Orçamento de Estado; por um imposto especial nas tarifas da via-férrea; pelo rendimento de uma estampilha especial Assistência no

valor de 10 réis no serviço postal e 20 réis no serviço telegráfico, nos dias 24, 25, 26 e 30 de Dezembro, 1 e 2 de Janeiro, 4 e 5 de Outubro e no dia da comemoração da promulgação da Constituição; por metade do valor dos espólios que revertiam para o Estado; pelo valor de 1% sobre as doações em favor de ascendentes ou descendentes; pelas doações ou legados de beneficência; pelas contribuições voluntárias e receitas de subscrições ou espetáculos públicos organizados para o efeito; por quaisquer outras receitas estabelecidas por lei.

Nos anos posteriores, até à reforma dos serviços de assistência em 1919, foi-se tornando cada vez mais clara a premência da procura de libertação de espaço nas instituições públicas e particulares de assistência, tal como o acompanhamento mais eficaz do acolhimento familiar no caso das crianças outrora internadas em asilos. No contexto do após Primeira Guerra Mundial, Portugal conheceu um amplo movimento legislativo à semelhança do vivido durante a vigência do Governo Provisório, e após a experiência de Sidónio Pais à frente do Estado e Governo. Dessa forma também a assistência pública e privada foram reestruturadas, através do Decreto n.º 5640, de 10 de Maio de 1919 que criava e organizava o Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral (ISSOPG) no Ministério do Trabalho. Tinha a seu cargo a superintendência, administração, execução e fiscalização de todas as leis, decretos, regulamentos e instruções para o exercício dos seguros sociais obrigatórios e industriais e de todos os ramos de previdência, assistência e beneficência, nos termos da legislação vigente. Tinha uma administração autónoma e deliberativa exercida por um Conselho de Administração de onze vogais, sob presidência do ministro do Trabalho e de vice-presidência do seu

vogal e administrador-geral. Da sua dependência ficava a Direcção dos Serviços da Tutela dos Organismos da Assistência Pública e Beneficência Privada e a Direcção dos Serviços da Inspecção, Estatística e Cadastro da Assistência. Sob a sua tutela ficava também o Conselho Nacional de Assistência Pública (Imprensa Nacional 1919, 1047–1060). Da sua orgânica resultava uma estrutura pesada e onerosa, com 220 funcionários distribuídos pelo quadro interno, 42 integrados no quadro externo, 18 no quadro do pessoal subalterno e auxiliar, para além dos contratados destacados a nível concelhio, que chegavam a 600 funcionários. O seu financiamento ficaria dependente do lançamento de um imposto sobre as instituições financeiras, sendo 2% sobre os prémios cobrados pelas seguradoras nacionais, 3,5% sobre seguradoras estrangeiras e de 1,5% sobre o capital das sociedades bancárias, excluindo as que dispunham de caixas de pensões privativas. O Estado suportava a totalidade das despesas com o pessoal interno e externo durante cinco anos e, depois desse período, até 50% do seu montante. Este Instituto haveria de alterar a sua denominação para Instituto de Nacional de Seguros e Previdência em 1928, mantendo-se até 1933. O novo sistema de seguros sociais passava a incluir como beneficiários o universo dos assalariados com rendimento inferior a 900\$00 anuais, o que correspondia ao operariado e aos empregados de menores recursos. O ministro do Trabalho, Augusto Dias da Silva, chegou a afirmar em 1919 que cabia às Bolsas Sociais de Trabalho o papel de regularização do trabalho, sobretudo ao nível do recenseamento da população trabalhadora e da própria situação profissional por sector, tal como para os seguros sociais assegurava que o patronato teria de contribuir para o fundo de cobertura dos seguros.

Até ao golpe de 28 de Maio de 1926, existiria ainda uma nova reforma dos serviços de assistência resultante da extinção do Ministério do Trabalho, pelo Decreto n.º 11 267, de 25 de Novembro de 1925. Através desta reestruturação, os serviços de assistência voltavam ao Ministério do Interior, nomeadamente a Direcção-Geral de Assistência, que voltava a deter a tutela da Provedoria Central de Assistência de Lisboa, da Casa Pia de Lisboa, da Misericórdia de Lisboa, dos Hospitais da Universidade de Coimbra e do Hospital de D. Leonor das Caldas da Rainha. Também o Conselho Nacional de Assistência e a Direcção-Geral dos Hospitais Cíveis de Lisboa ficavam sob tutela do Ministério do Interior (Imprensa Nacional 1925, 1619–1627).

III. Conclusões

Analisando a assistência pública numa perspectiva global, cremos ser plenamente justificada a aceção de que, apesar de um novo modelo implementado durante a vigência da I República, com as suas sucessivas revisões legislativas, o seu carácter supletivo e deficitário imperou entre 1910 e 1926. Por um lado, nunca no plano teórico e ideológico os dirigentes dos executivos republicanos superaram o princípio do direito à assistência pública – na linha, aliás, da garantia de socorros públicos, ainda que redigida de forma mais vaga, do período da Monarquia Constitucional – confinado aos que comprovadamente não tivessem meios de subsistência através de uma actividade laboral. Assim, todos os trabalhadores ficavam excluídos do direito de acesso gratuito à assistência pública, apenas lhes restando as associações de socorros mútuos para puderem garantir o seu futuro em situações de acidente de trabalho, doença, velhice, invalidez e morte. No acesso aos

cuidados de saúde também lhes era exigido o pagamento das quotas de internamento nos hospitais, assim como nos postos dispensários ou hospitais das misericórdias espalhados por todo o país. Ou seja, durante o período em análise, os cidadãos portugueses não beneficiavam de direitos políticos e sociais universais, antes sendo apenas reconhecido aos pobres e indigentes o direito à assistência pública, ou seja àqueles cuja situação física e intelectual os impossibilitasse de desempenharem qualquer actividade profissional obtendo dela o seu rendimento. Só aqueles que assim fossem reconhecidos, à luz dos princípios vigentes da sociedade e da ordem estabelecida de recusa e repressão da mendicidade e ociosidade, poderiam usufruir do benefício da assistência pública gratuita. Todos os restantes, qualquer que fosse o seu rendimento, teriam sempre de pagar o seu acesso às instituições de saúde, ou recorrer aos esquemas de socorros mútuos existentes entre os trabalhadores. Ainda assim, com a implementação do sistema de seguros sociais obrigatórios, a situação alterou-se, pelo menos no plano legislativo, ainda que apenas para os sectores com mais reduzidos rendimentos entre a força de trabalho portuguesa. No entanto, a não concretização plena do sistema continuou a excluir da integração em qualquer sistema de previdência social uma parte importante dos trabalhadores portugueses no período.

Por isso, pensamos ser adequado o entendimento de que o regime da I República não se afastou do perfil de um Estado liberal, com previdência social diminuta baseada na verificação de meios e direccionada às classes trabalhadoras de rendimentos mais reduzidos a que se reconhecia um estigma social assumido e preciso, tal como no plano da assistência pública se mantiveram os pressupostos de

atendimento apenas aos pobres, que atestavam a sua condição pela inexistência de meios para se sustentarem. Através dessa política o Estado encorajava o mercado, quer pela atribuição de um subsídio mínimo, quer subsidiando as seguradoras privadas, como de facto aconteceu com os seguros nas situações de acidente de trabalho. O seu âmbito nunca poderia ser muito mais alargado. Por outro lado, a política do Estado manteve-se particularmente repressiva relativamente ao problema da mendicidade, sobretudo nos meios urbanos. Parece-nos também que, tal como demonstrámos, são várias as continuidades mantidas e que a mudança da Monarquia para a República não alterou nesta matéria, ainda que a laicização dos serviços de assistência se tenha associado a uma planificação mais centralizada de todo o sector, e à tentativa de recusar a feição caritativa que a beneficência mantinha de forma vincada durante o período da Monarquia Constitucional.



Histórias de Desapossamentos

Os quatro textos deste capítulo «Trabalho. Técnicas, práticas e políticas do trabalho operário» têm como ponto comum a descrição de processos de desapossamento dos trabalhadores. Mesmo se a industrialização e a formação social portuguesas apresentam singularidades, estes processos, com intensidade e formas variáveis, encontram-se no mundo ocidental durante o século XIX e XX.

Desapossamento do domínio do tempo, em primeiro lugar, com a implantação em certas fábricas de dispositivos relacionados com a Organização Científica do Trabalho como se lê no texto de Ana Carina Azevedo. Com a racionalização dos processos produtivos, a introdução dos cronómetros, a imposição de cadências, a mecanização, a retribuição à tarefa e a competição organizada entre os trabalhadores, os operários encontram-se numa permanente e exaustiva corrida contra o tempo. Os operários devem atingir metas num período delimitado, sob pena de perderem parte dos seus parcos rendimentos. Estes processos ditos de racionalização permitem aos proprietários das fábricas de imporem o seu ritmo, o seu tempo, aos trabalhadores, e mais precisamente, aos corpos dos trabalhadores. Esta imposição do ritmo temporal é uma forma de poder ao qual os trabalhadores tentaram resistir. Nas plantações, uma das “armas

dos fracos”¹ usada pelos escravos para tornar as condições de trabalho um pouco menos difíceis era trabalhar mais lentamente, tentar impor um ritmo de trabalho menos esgotante. No início do século XIX, em Inglaterra e pela Europa fora, movimentos luddistas quebravam máquinas. Segundos os artesãos e trabalhadores que participavam nestas acções, as máquinas tiravam trabalho e transformavam a temporalidade do trabalho². Parte das novas máquinas destruía o trabalho ao domicílio (*domestic system*) e tornava impossível a articulação do trabalho agrícola e industrial que muitos núcleos familiares realizavam em função do ritmo das temporadas ou dos dias. Mas os movimentos luddistas não impediram a multiplicação das fábricas onde muitos trabalhadores perderam o domínio do tempo. Na fábrica, sobretudo com a taylorização, é a máquina que impõe o seu ritmo, ritmo que é muitas vezes decidido pela direcção. Contramestres vigiam as cadências dos trabalhadores e assinalam os mais lentos. No entanto, mesmo nas fábricas onde se implementa o trabalho em cadeia, trabalhadores tentam não ser dominados pelo ritmo que lhes é imposto. Alguns, graças à agilidade e à perícia, conseguem seguir o ritmo e mesmo ganhar alguns segundos em cada gesto, segundos que podem ser convertidos numa pequena pausa, num sentimento de satisfação por não ser controlado pela máquina mas de ter a ilusão

1 James Scott, *Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven, Yale University Press, 1985.

2 Ver François Jarrige, « Le luddisme, refus de la mécanisation », in Michel Pigenet, Danielle Tartakowsky (dir.), *Histoire des mouvements sociaux en France de 1814 à nos jours*, Paris, La Découverte, 2012, pp.69–78.

de controlá-la. Estas formas de resistências, que não remetem em causa a ordem da fábrica, mostram uma outra forma de desapossamento implicado pela taylorização: a desclassificação do saber-fazer dos operários qualificados e dos artesãos e a fragmentação do trabalho. Uma das consequências da mecanização do trabalho industrial em muitos sectores é de tornar irrelevante os saberes, as qualificações, a “inteligência da mão”³ que artesãos e alguns operários possuíam. A mecanização desqualifica parte do trabalhadores (mas torna a existência de alguns trabalhadores qualificados necessários) que apenas realizam uma tarefa fragmentária e se tornam mais facilmente intercambiáveis. Neste sentido, os processos de racionalização do trabalho inscrevem-se no desejo do patronato português em combater o movimento operário que desde o fim do século XIX e sobretudo na primeira República tinha nos trabalhadores qualificados e artesãos os seus principais actores e dirigentes⁴. A Organização Científica do Trabalho tem assim como objectivo de desapossar os trabalhadores das suas qualificações, dos seus conhecimentos, da sua ética do trabalho, tornando-os meros agentes facilmente substituíveis. No entanto, não se pode esquecer que até os anos 1960 – e mesmo depois – parte substancial da indústria portuguesa assemelhava-se a um “tipo de

3 Trabalhos recentes sobre o trabalho manual põem em relevo a «inteligência da mão», ver Richard Sennett, *The Craftsman*, New Haven, Yale University Press, 2009; Matthew Crawford, *Shop class as soulcraft. An inquiry into the value of work*, New York, Penguin Press, 2009.

4 Ver Marinus Pires de Lima, «Notas para a história da organização racional do trabalho em Portugal (1900–1980) – alguns resultados preliminares de uma investigação em curso», *Análise Social*, n.º 72-73-74, 1982, pp. 1299–1366.

manufaturas que a civilização europeia banuiu há dois séculos”⁵. Muitos industriais portugueses não baseavam os seus lucros sobre uma racionalização da produção mas sobre a utilização de uma mão-de-obra pouco remunerada, com poucos direitos políticos, sindicais e sociais e sobre uma protecção perante a concorrência externa por via de importantes pautas aduaneiras e perante a concorrência interna com o sistema do condicionamento industrial.

Vanessa de Almeida relata um terceiro desapossamento: o “desapossamento pela delegação”⁶. Na empresa e mais geralmente no campo político, os operários, porque carecem de capital cultural, económico e social e de tempo livre, não se exprimem de maneira autónoma. O operariado é um grupo sem voz: “no espaço público, os operários são falados mas quase não podem falar”⁷. Indivíduos e organizações falam pelos operários. Os que pretendem falar em nome dos operários, muitas vezes, têm os seus próprios interesses, que não são totalmente coincidentes com os interesses dos supostos representados. Em vários países da Europa Ocidental, no século XX, partidos falaram pelos operários, principalmente os Partidos Comunistas. Nestes partidos, os operários eram eleitores, militantes, funcionários

5 José Ferreira Dias, *Linhas de Rumo I e II e outros escritos económicos*, vol. 3, Lisboa, Banco de Portugal, 1998, p.216.

6 Pierre Bourdieu, «La représentation politique», *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n°36–37, 1981, pp.3–24, p.3.

7 Julian Misch, «Em nome dos operários. Que representação política das classes populares», in Bruno Monteiro, Virgílio Borges Pereira (eds), *A política em estado vivo. Uma visão crítica das práticas políticas*, Lisboa, Edições 70, 2013, pp.221–235, p.224.

e, por vezes, dirigentes. Estes Partidos Comunistas permitiram, nalguns períodos, a alguns operários de aceder a cargos públicos e constituíram uma “empresa de subversão das regras do jogo político”⁸ que até então impediam aos operários de participarem activamente no campo político. Porém, estes partidos nem sempre representavam toda a diversidade do mundo operário. No caso do Partido Comunista Francês, os trabalhadores imigrantes, as mulheres, os trabalhadores menos qualificados eram pouco representados e presentes no partido. Eram principalmente os trabalhadores qualificados inseridos em grandes empresas que tinham um grande peso no partido. Além disso, o partido podia ter interesses políticos, financeiros ou organizativos que se sobrepunham aos interesses dos operários.

O caso apresentado por Vanessa de Almeida tem no entanto especificidades. À diferença dos países democráticos da Europa ocidental, em Portugal, nos anos 1960, parte substancial dos operários não vota e o movimento operário tinha sido destruído pela ditadura nos anos 1930. O principal partido que pretendia representar o operariado era sistematicamente perseguido e os seus militantes viviam na clandestinidade, no exílio ou na prisão. Os dirigentes dos sindicatos nacionais eram estreitamente vigiados pelas autoridades que temiam o “entrismo sindical” de oposicionistas e mais particularmente de militantes do PCP. O papel dos sindicatos na protecção

8 Julian Mischi, *Servir la classe ouvrière. Sociabilités militantes au PCF*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2010, p.11.

dos trabalhadores, sem ser completamente nulo⁹, era reduzido. O sistema corporativo pouco representava os trabalhadores que eram desapossados de qualquer verdadeira representação: ele era sobretudo um meio de preencher o vazio criado pela destruição dos sindicalismo livre e defendia principalmente os interesses do patronato. No entanto, certos grandes grupos económicos, que possuíam várias empresas em sectores diversificados, desenvolveram uma política paternalista. Esta acção tinha sobretudo o objectivo de disciplinar e fixar uma mão-de-obra com qualificações e obviar umas das raras armas que tinham os trabalhadores perante o patronato: mudar de emprego indo para outra empresa ou emigrando. As iniciativas da CUF descritas pela Vanessa de Almeida não significavam que os trabalhadores tinham direitos e eram cabalmente representados: as melhorias eram outorgadas para melhor disciplinar os trabalhadores. A metáfora da família¹⁰ usada pela direcção CUF demonstra bem a dimensão pouco democrática da sua política paternalista. Com efeito, a imagem da família serve para naturalizar um poder autoritário. Na família, o pai manda e os filhos (e a mulher) obedecem, sem legitimidade para contestar a dominação do pai. O pai pode ser bom mas nunca é escolhido pelos filhos num processo eleitoral.

Além de serem desapossados da gestão do tempo, dos seus saberes, da expressão da sua visão do mundo e dos seus interesses, os

9 José Barreto, «Comunistas, católicos e os sindicatos sob Salazar», *Análise social*, n°125–126, 1994, pp.287–317.

10 Ver Rémi Lenoir, *Généalogie de la morale familiale*, Paris, Seuil, 2003

trabalhadores podem ser desapossados da sua imagem, do poder de se representarem. Bruno Monteiro ilustra com subtileza como as fotografias tiradas nas fábricas e encomendadas pelos industriais tornam invíveis o ponto de vista dos trabalhadores. O que conta nestas fotografias, são as máquinas, a representação do progresso e da ordem. Estas fotografias e as publicações onde elas são reproduzidas inscrevem-se na lutas entre as várias fracções das elites da sociedade portuguesa, lutas de classificação e lutas para impor a sua visão do mundo ao Estado e ao resto da sociedade. Com estas representações, os industriais querem rebater a propaganda difundida pelo regime que punha sobretudo em relevo o mundo rural. Nestas fotografias, a indústria não é o universo da desordem, do sujo, da obscuridade, da subversão com grande parte das elites conservadoras advogava: é um espaço ordeiro, limpo, claro, moderno e produtivo. Porém, nesta luta no seio das elites – a burguesia agrária vai perder a hegemonia cultural que detinha apenas no fim dos anos 1960¹¹ – os trabalhadores são apenas sujeitos, não são actores. Estas fotografias não são tiradas do ponto de vista dos trabalhadores. A subjectividade dos trabalhadores é inexistente. A dureza do trabalho, os sofrimentos físicos suportados, a agilidade dos trabalhadores, a solidariedade e a camaradagem entre os operários, as pequenas resistências quotidianas nunca aparecem nestas imagens. Fotografias tiradas pelos próprios trabalhadores teriam dado um retrato bem diferente destas fábricas: as fábricas tornar-se-iam um espaço de trabalho, de

11 Boaventura de Sousa Santos, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974–1988)*, Porto, Afrontamento, 1990, p.18.

resistências e de lutas, de camaradagem, de provação física, de cansaço, de aborrecimento. Os operários, numa “apresentação de si”¹², poderiam ter transmitido uma imagem deles – conformando-se porém às expectativas de outras pessoas exteriores ao universo da fábrica (a família, os vizinhos, etc.) – que os valorizassem (a representação da agilidade, do domínio da máquina). Porém, restam-nos poucos retratos fotográficos desta visão da fábrica e do trabalho operário, prova do desapossamento simbólico do que foram vítimas os operários.

Finalmente, o texto de David Pereira evoca, nas suas entrelinhas, outro processo de desapossamento que se desenvolveu com a industrialização: a massificação do trabalho assalariado, isto é, do proletariado. O proletário é aquele que apenas possui a sua força de trabalho e a sua prole. Uma das características do proletário é de não ter a propriedade dos meios de produção : não é dono da terra que trabalha, não é dono das máquinas com as quais trabalha. Na Europa ocidental, a massificação do assalariamento na indústria criou a “questão social”. Os assalariados, apesar de trabalharem muito, não ganhavam o suficiente para (sobre)viver. Uma massa de proletários pobres ameaçava a ordem com insurreições e revoluções. Na segunda parte do século XIX, vários governos europeus tentaram encontrar uma solução a este problema, além das práticas paternalistas desenvolvidas por alguns industriais. Nas palavras de Robert Castel, para proteger os assalariados, inventou-se a “propriedade social”: a propriedade social oferece

¹² Erving Goffman, *La mise en scène de la vie quotidienne. 1. La présentation de soi*, Paris, Minuit, 1973.

protecções sociais (acesso à bens e serviços sociais) que “anteriormente apenas eram dados pela propriedade privada”¹³. Mas o desenvolvimento da propriedade social e mais geralmente do Estado social (ou do Estado providência) é mais tardio em Portugal. Para alguns autores, o Estado providência nasce apenas depois do 25 de Abril 1974 em Portugal. O processo que descreve David Pereira inscreve-se principalmente na vontade antiga das autoridades em controlar os pobres, aqueles que não trabalham mas que podiam fazê-lo, e assistir os indigentes, aqueles que não podem trabalhar. Desde 1834, e sobretudo no período republicano, o Estado pretende tirar à Igreja o papel que esta instituição tinha na assistência desde o período medieval. Mas estas iniciativas¹⁴ não se assemelham à construção de um Estado social num país onde grande parte da população ainda vive no campo, precariamente protegida pelas solidariedades familiares e de vizinhança e pela propriedade de pequenas superfícies de terra.

Estes quatro textos oferecem pistas para o desenvolvimento de outros estudos sobre a industrialização em Portugal. Aqui referiremos apenas dois prolongamentos possíveis. Em primeiro lugar, os saberes e as técnicas industriais circularam através do mundo ocidental. A historiografia deu pouca atenção aos migrantes mais qualificados (engenheiros, industriais) e aos efeitos que eles tiveram em alguns sectores. No texto de Ana Carina Azevedo, o estudo da trajectória de

13 Robert Castel, *L'insécurité sociale. Qu'est ce qu'être protégé?*, Paris, Seuil, 2003, p.31.

14 Que também são estudadas por Miriam Halpern Pereira, “As origens do Estado-providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado”, *Ler História*, nº37, 1999, pp.45–61.

Sylvain Bessière, proprietário da fábrica da Telha e Tijolo do Arco do Cego, teria permitido compreender como a Organização Científica do Trabalho se difundiu através da Europa e foi implementada no contexto luso. Com efeito, os processos de racionalização do trabalho são transnacionais e é nesta perspectiva que podem ser cabalmente apreendidos¹⁵. Em segundo lugar, é necessário continuar uma história social do mundo do trabalho na qual a subjectividade dos trabalhadores é resgatada dos processos de invisibilização estudados nestes textos. Certas empresas, querendo legitimar-se com o peso do passado, financiaram estudos históricos. Uma história empresarial centrada nos donos das indústrias desenvolveu-se, com obras de uma qualidade científica variável. Nestas obras, os trabalhadores são muitas vezes ausentes. Assim, ainda desconhecemos muitos elementos essenciais da existência dos trabalhadores nos diferentes sectores produtivos. Esperemos que os trabalhos aqui apresentados, na continuidade de alguns trabalhos provenientes da história¹⁶, da sociologia¹⁷ e da antropologia¹⁸, sejam prolongados e alimentem uma história social relativamente marginalizada no campo historiográfico português.

15 Ver por exemplo, Yves Cohen, *Le siècle des chefs. Une histoire transnationale du commandement et de l'autorité (1890–1940)*, Paris, Amsterdam, 2013.

16 Por exemplo, Bruno Monteiro (dir.), *História social do Porto. Sociedade, política e Cultura no Estado Novo*, Porto, Deriva, 2011; Inês Brasão, *O tempo das criadas. A condição servil em Portugal (1940–1970)*, Lisboa, Tinta da China, 2012.

17 Por exemplo, Virgílio Borges Pereira (dir.), *Ao Cair do Pano: sobre a formação do quotidiano num contexto (des)industrializado do Vale do Ave*, Porto, Afrontamento, 2012.

18 Por exemplo, Paulo Granjo, «*Trabalhamos sobre um barril de pólvora*». *Homens e perigo na refinaria de Sines*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.



CAPÍTULO V

Cidade Transformações Sociais e Territorialização da Indústria

Palavras e Problemas de uma História dos Subúrbios

Uma história vista dos subúrbios? Se a história vista de baixo não teve em Portugal muitos seguidores será uma história vista do subúrbio possível? Se o é quais as metodologias e as fontes disponíveis? Quais os problemas que levanta? Abordar este tema passa por contextualizar adequadamente as palavras que utilizamos. Ao percebê-las, nos seus múltiplos e sucessivos significados, constatamos que têm por detrás números diversos. São números que nos ajudam a perceber a sua história. O estudo agora publicado versa sobre estes tópicos. Poderá vir a integrar um guia de pesquisa da história dos subúrbios de Lisboa.

1. Arrabalde As palavras e as coisas

Até à emergência dos transportes públicos de preço acessível às classes populares, mesmo as maiores cidades, como Londres, podiam ser percorridas a pé. Densamente povoadas e congestionadas eram muitas vezes rodeadas de barreiras fiscais. No século XVIII as antigas muralhas foram em muitos casos deitadas abaixo por razões higiénicas ou outras.

Na periferia destas cidades existiam arrabaldes (*faubourgs*). Uma parte destes arrabaldes era conotada com as classes populares e ou com actividades desprezadas ou poluentes. Nesses casos a periferia espacial era também uma periferia social¹. As próprias barreiras fiscais faziam nascer, do lado de fora da muralha, actividades que pretendiam fugir ao fisco, como as tabernas, ou à polícia de costumes, como a prostituição². Essas periferias eram suspeitas, assim foi visto o *Faubourg* de Saint Antoine, durante a Revolução Francesa. Um *faubourg* cuja população, livre das peias corporativas, há muito se conformara com liberdade de iniciativa³.

Também existiam arrabaldes correspondendo a uma tradição de vilegiatura, de que as categorias sociais que desenvolveram o espírito de lazer, os nobres ou a classe média rica, puderam desde cedo usufruir. Dispondo de tempo livre podiam desenvolver o seu gosto pela caça, pela jardinagem ou pela contemplação das belas paisagens. Dispunham de transporte próprio que lhes permitia chegar ao centro da cidade.

1 Merriman, John, *Aux Marges de la ville, faubourgs et banlieues en France, 1815-1870*, (Paris, Seuil, 1994), p.10/13.

2 Daniel Jalla, «Le Quartier comme territoire et comme représentation: les “barrières” ouvrières de Turim au début du XXème», *Le Mouvement Social*, nº118, 1982, pp.79-97.

3 Steven Kaplan, «Les Corporations, “Les faux ouvriers” et le faubourg Saint-Antoine au XVIIIème» em *Annales Economies Société, Culture*, Março-Abril, 1988, nº2, pp.353-378.

1.1. ARRABALDES DA MARGEM SUL DO TEJO

Em torno de Lisboa as quintas da nobreza eram famosas desde o renascimento. A presença da água e dos divertimentos que o grande mar interior proporcionava, acrescentavam encanto a uma zona algo árida onde porém não faltava a silhueta da serra da Arrábida no horizonte. No sopé da Serra a quinta da Bacalhoa em Azeitão ainda hoje manifesta a fusão entre a horta e o jardim. Este arranjo, de provável origem árabe, tornava as quintas arrabaldinas em locais de recreio apetecido onde a rigidez da vida na Corte se apaziguava.

O endividamento aristocrático fez com que muitas quintas mudassem de proprietários e usos após a extinção dos morgadios em 1863. Algumas transformaram-se em fábricas, outras foram sucessivamente divididas e deram origem a pátios populares com habitações degradadas. Estes edifícios marcaram, com a sua forte presença, os arrabaldes, quer se tenham mantido até tarde com a sua função de lazer, quer se tenham transformado lentamente em ruínas. A sua beleza manteve na paisagem marcos inesquecíveis de muros arruinados, fontes e lagos com os respectivos sistemas de rega, pomares e jardins abandonados.

Desde meados do século XIX o hábito de alugar casas nas vilas da outra banda e tomar banhos no rio tinha-se desenvolvido para uma categoria social mais modesta de pequena e média burguesia. A imprensa local dá-nos testemunho destas novas realidades. O mesmo se passa com a pintura. Dispomos de quadros de Ramalho mostrando a praia de banhos encostada à Real Quinta do Alfeite. Já então se vislumbram no quadro as chaminés das fábricas.

Já em plena ditadura o jornal *O Almadense* ainda se queixava do recente abandono do lazer nas quintas da outra banda pelas elites Lisboaetas agora frequentadoras de termas, praias e viagens ao estrangeiro⁴.

1.2. ESTATUTOS E HABITANTES

No Antigo Regime a margem sul não pertencia ao termo de Lisboa embora os seus habitantes tivessem sido obrigados contribuir para a construção da muralha fernandina no século XIV⁵. Existiam 7 concelhos ribeirinhos em inícios do século XIX e neles a distância entre os vizinhos e os habitantes do termo existia.

As vilas, quer fossem sedes de concelho, quer não, eram elevadas a este estatuto pelo rei. Em Portugal muitas vilas eram maiores do que algumas das cidades do interior. Com a reforma administrativa de 1832 e a nova divisão de 1836 muitos concelhos desaparecem. Na Península de Setúbal foi esse o destino de Azeitão, do Lavradio ou de Coina. O centro urbano de Vila Nogueira de Azeitão mantém ainda hoje uma dignidade que falta ao Seixal que só foi sede de concelho pela divisão administrativa de Passos Manuel.

É aceitável pensar que a população da margem sul do estuário do Tejo decresceu entre as datas dos recenseamentos de 1801 e de 1849. O período assistiu a várias epidemias e a população de Lisboa também terá diminuído, pelo que não custa a aceitar esta hipótese. Em 1842 a

4 *O Almadense*, nº67, 20 de Outubro de 1927.

5 Vieira da Silva, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, (Lisboa, CML, 2ª ed., 1987), p.9.

FREGUESIAS	FOGOS	HABITANTES	NASCIMENTOS	ÓBITOS
Almada Concelho	3333	12951	460	458
Santa Maria do Castelo	414	1444	51	61
São Tiago	618	2759	85	99
Amora	180	610	29	17
Arrentela	416	1485	57	41
Caparica	1140	4755	161	154
Corroios	40	107	3	7
Seixal	525	1791	75	79
Coina Concelho	69	228	15	2
Barreiro Concelho	573	2425	86	70
Alcochete Concelho	603	2230	3	63
Alcochete	539	1976	101	49
Samouco	64	254	14	14
Aldeia Galega Concelho	720	2658	117	97
Aldeia Galega	700	2575	113	94
Sarilhos Grandes	20	83	4	3
Lavradio	233	907	40	32
Moita	365	1261	55	20

Quadro nº1: Recenseamento de 1801

Fonte: Luís Espinha da Silveira Recenseamentos de 1801 e 1849, 2001, vol.I, p.192/193, Lisboa, INE.

Revista Universal Lisbonense referia epidemias no Barreiro e tinha uma crítica à Câmara de Almada por causa da falta de higiene nas ruas. A crítica estendia-se à falta de higiene dos habitantes.

Um dos problemas que não pode deixar de se pôr ao estudar estes espaço, os seus habitantes e percursos é que população das vilas não coincidia com a da freguesia ou das freguesias que nela tinham sede. Lisboa tem bairros, as suas periferias têm lugares ou sítios. Os lugares, tal como as vilas, tinham uma existência legal mas sem expressão administrativa no período liberal. A vila tinha o prestígio

FREGUESIAS	FOGOS	HABITANTES	NASCIMENTOS	ÓBITOS	CASAMENTOS
Almada Concelho	2285	6440	248	261	54
<i>Almada Freguesia</i>	964	3388	91	95	15
<i>Caparica</i>	1321	3052	157	166	39
Barreiro Concelho	823	3384	69	128	22
Seixal Concelho	628	2150	131	158	24
<i>Seixal Freguesia</i>	628	2199	67	82	13
<i>Paio Pires</i>	340	620	13	7	3
<i>Amora Corroios</i>	326	893	24	41	6
<i>Arrentela</i>	249	671	27	28	2

Quadro nº2: População Recenseamento de 1849

Fonte: Espinha da Silveira, *Op. Cit.*, Vol. III, p.738

de ter tido uma representação em Cortes, e muito antes um foral. Os vilãos, os vizinhos da vila, tinham um estatuto superior aos habitantes do termo no Antigo Regime e algo disso permanecia ainda no arrabalde e transmitiu-se aos subúrbios.

O liberalismo igualizou o estatuto dos cidadãos mas não os seus preconceitos. Ainda que se proclamasse ardentemente igualitária, a vila era um poço de pequenas desigualdades em que todos se mediam nos mais pequenos gestos. Os meios populares também são feitos de diferença. Diferenças que as elites não vêm e que os próprios muitas vezes proclamam não existir. O investigador porém não deve confundir o discurso com a sociedade que o produz. Os lugares podiam ser elevados a vilas como estas podiam ser elevadas a cidades.

Inscrevia-se no registo de nascimento de uma criança o sítio e a freguesia de que era oriunda. Eu, segundo o meu registo de nascimento, sou do lugar de Margueira Velha da Freguesia de Almada. Como não fui baptizada o meu pai deslocou-se ao Registo Civil em Almada para

declarar o meu nascimento. Já o meu avô tem um registo paroquial que refere que foi baptizado na Igreja Paroquial da Vila de Almada em 1898. A maior dignidade de nascer na vila é evidente. As identidades estruturavam-se neste contexto e essa estruturação permaneceu identificável no espaço urbano até à década de sessenta do século XX.



Gravura nº1: Lisbon From the Fort of Almada

Pintado por Lieutenant Balty, gravado por N. Miller, Colecção pessoal.

Uma pesquisa no Registo das 137 crianças baptizadas em 1897, em Almada, mostra que dos pais 30,7% tinham nascido no Concelho, mas só 26,3% na freguesia de Almada. 33,6% tinham nascido na Península de Setúbal e 20,4% vinham da Diocese de Coimbra. Já 32,8% das mães eram da freguesia de Almada e 45% do Concelho. Se nos reportarmos à Península de Setúbal dela provinham 54,0% das mães e 16,1% vinham da Diocese de Coimbra. Vemos assim que a Beira era a província de que eram oriundos mais novos vindos. Também podemos ver que os homens de fora casavam frequentemente

com mulheres da freguesia e que a freguesia da Caparica fornecia mais mulheres à freguesia de Almada do que homens.

O Concelho de Almada ainda era em 1864 um concelho rural com apenas duas freguesias. A Freguesia da Caparica (nossa senhora do Monte) era uma freguesia dispersa com sede no lugar de Monte da Caparica e tinha 6.311 habitantes contra os 4.026 da freguesia de Almada, ela própria plena de manchas rurais. As duas freguesias eram constituídas por lugares separados por estradas e azinhagas. A freguesia de Almada estendia-se até aos limites da Sobreda. Em 1890 dedicavam-se à agricultura 38,7% dos que tinham profissão no Concelho.

Ainda no arrabalde antigo começou a nascer uma indústria moderna. O primeiro recenseamento que contém elementos estatísticos sobre a população dos lugares é o de 1911. A freguesia de Almada tinha 38 lugares e a de Caparica tinha 21. A freguesia do Barreiro tinha 10, a do Lavradio 9 e Palhais tinha 21.

FREGUESIAS	FOGOS	HABITANTES
Barreiro Concelho	2612	12203
<i>Barreiro Freguesia</i>	1776	8375
<i>Barreiro</i>	1762	7899
<i>Braamcamps</i>	6	40
<i>Moinho das Lezírias</i>	6	34
<i>Moinho Pequeno</i>	8	39
<i>Paiva</i>	13	66
<i>Palhais Freguesia</i>	286	1194
<i>Lavradio Freguesia</i>	286	1134
Almada Concelho	4070	18111
<i>Almada Freguesia</i>	2163	9962
<i>Almada</i>	811	3767

<i>Cacilhas</i>	387	1648
<i>Margueira</i>	146	146
<i>Mutela</i>	113	500
<i>Piedade</i>	190	958
<i>Caparica Freguesia</i>	1907	8149
<i>Monte da Caparica</i>	92	397
<i>Costa da Caparica</i>	234	1034
<i>Trafaria</i>	260	1136
<i>Seixal Concelho</i>	1966	8475
<i>Aldeia de Paio Pires Freguesia</i>	272	1120
<i>Aldeia de Paio Pires</i>	191	630
<i>Amora Freguesia</i>	603	2480
<i>Amora</i>	394	1573
<i>Arrentela Freguesia</i>	454	1998
<i>Arrentela</i>	226	981
<i>Seixal Freguesia</i>	637	2877
<i>Seixal</i>	614	2769

Quadro nº3: Censo de 1911; População

Fonte: Censo da População 1911 Parte VI. Lisboa 1917 INE, p.208, 209.

Para além da vila, a freguesia de Almada incluía uma série de lugares dos quais se distinguia Cacilhas. Nos lugares de Cacilhas, Mutela, Cova da Piedade, Margueira, Olho de Boi e Romeira concentrou-se a indústria. O subúrbio moderno, na margem sul do Tejo, afirma-se graças ao transporte marítimo. O barco a vapor é precoce. A água é abundante, dois elementos favoráveis ao estabelecimento da nova indústria.

No entanto, no caso de Almada, a vila permanecerá o território dos artesãos. São eles os fundadores da Sociedade dos Artistas Alma-denses em 1858. Esta Sociedade de Socorros Mútuos tinha 123 sócios em 1865. Nesse ano entraram 3 e saíram 4. A Sociedade

socorreu 51 doentes correspondendo a 1.254 dias de doença. A sua receita era 475\$000 e a sua despesa 467\$000⁶. São ainda eles os fundadores da Academia Almadense, como testemunha o túmulo de José Maria Oliveira.



Mapa nº1: A Margem esquerda do Tejo com o primeiro projecto de localização da ponte sobre o Tejo de Miguel Carlos Correia Pais (1879)
Carta Coreográfica dos Terrenos em redor de Lisboa,
Depósito Geral de Guerra, Filipe Folque, 1869, 1/100 000.
Pormenor, Colecção Pessoal.

6 Gerardo Pery, *Geographia Geral e Estatística de Portugal e Colónias*, (Lisboa, 1N,1875), p.261.

Uma das razões para a pequena presença de operários nas associações situadas na vila era a elevada taxa de analfabetos existente entre eles. Em 1911 na freguesia de Almada 55,4% dos indivíduos do sexo masculino e 64,2% dos de sexo feminino eram analfabetos. O Seixal e o Barreiro, concelhos mais industriais tinham taxas de analfabetos superiores. No Barreiro os analfabetos em 1911 representavam 58,5% dos homens e 67,7 das mulheres. Assim a margem sul destacava-se por elevadas taxas de analfabetos integrando-se num padrão próximo do Sul do País muito mais analfabeto do que o Norte.

Os operários de fábrica não seriam ainda muito relevantes na vila de Almada dominada pelo artesanato, o comércio e incipientes serviços. Na classificação publicada pelo recenseamento de 1911 os dados referem-se ao concelho, indústria e artesanato não se distinguem e os que se lhe dedicam representam 38,7% dos que têm profissão. No Concelho, em 1911, a administração Pública e os membros das profissões liberais não atingiam 3,5% da população com profissão. Não dispomos de dados estatísticos sobre os operários da vila, apenas sobre o sector industrial no concelho. Um operariado ignorado escondia-se dentro das pequenas e esconsas casas da vila. Era constituído por mulheres e homens trabalhando a domicílio para vários patrões lisboetas. Podemos encontrá-lo pesquisando os *fait divers* nos jornais locais.

O Seixal era um concelho polinucleado com largas manchas rurais e desertas onde a dominância da sede do concelho era muito inferior à de Almada. Também aqui, o lazer e a indústria já coexistiam antes do início do processo de suburbanização.

O Barreiro porém tinha características diferentes. Sendo um concelho mais pequeno em população e área do que Almada tinha

um núcleo urbano mais importante. Em 1801 só tinha uma freguesia mas em vez de ser amputado em 1836, como aconteceu a Almada, recebeu a população do concelho do Lavradio que então desapareceu. Este último em 1801 só tinha 907 habitantes. Em 1911, a freguesia do Barreiro tinha 68,7% dos habitantes do concelho e a vila 64,7%. Em parte o crescimento da vila ficou a dever-se ao facto de o caminho-de-ferro do Sul aí ter tido a sua testa desde 1861. A permanência dessa situação foi muito contestada no século XIX, mas determinou a construção de oficinas e habitação para trabalhadores, empregados e engenheiros do que, a partir de 1869, foram os Caminhos-de-ferro de Sul e Sueste. Assim a vila cresceu com características diferentes da de Almada. No século XIX, tal como em Almada, o caciquismo existia, sendo evidenciado no cognome de Penicheiros, atribuído à sua Sociedade Filarmónica. Aqui não podemos esquecer a presença dos engenheiros, com as suas narrativas de progresso e a forte influência socialista utópica que acompanhou a acção de alguns deles. O caminho-de-ferro no Barreiro era, em finais do século XIX, uma empresa do Estado em que a acção dos engenheiros não era contrariada pelas administrações oriundas de assembleias de accionistas. O transporte ferroviário e marítimo favoreceu a instalação da indústria corticeira.

2. O Subúrbio moderno

2.1. A PALAVRA E A COISA

A palavra subúrbio, sendo de origem romana, representa uma reintrodução de termos vindos do latim no Português em pleno renascimento. É uma palavra que sempre foi pouco utilizada mas esteve

sempre presente⁷. A realidade do subúrbio moderno deve associar-se à dependência em relação a um centro urbano mais importante onde trabalha uma parte importante dos seus habitantes. Estes utilizam os transportes em comum ou deslocam-se a pé. A sua mobilidade é limitada mas o seu contacto com a grande cidade é permanente, sendo em sua direcção que a maior parte das deslocações se dá.

O subúrbio vai conquistando o território do arrabalde antigo que era dominado pela ruralidade, pelo artesanato urbano produzindo para o mercado local ou exterior, combinados com o lazer aristocrático ou burguês. A suburbanização como processo envolve um crescimento mais rápido das periferias do que do centro urbano, ter-se-á iniciado nas cidades mais desenvolvidas da Europa e dos Estados Unidos, na primeira metade do século XIX⁸.

Convém referir que o local de residência e o local de trabalho podem definir dois tipos diferentes de subúrbio como Annie Fourcaut estudou, no seu livro *Bobigny Banlieue Rouge. Bobigny commune rouge* não era uma municipalidade industrial mas tão-somente um território de loteamentos clandestinos onde os operários parisienses compraram um pedaço de terra para construir as suas “bicoques” lentamente transformadas em habitações definitivas (tecido chamado pavillonnaire).

⁷Magda Pinheiro, «Subúrbio», em Christian Topalov, *L'Aventure des Mots de La Ville – Dictionnaire Historique Plurilingue*, Laboratoire d'Anthropologie urbaine. (Paris, Laffont, 2010), pp.1197/1201

⁸Keneth Jackson, *The Crabgrass Frontier, the suburbanization of the United States*, (Oxford UP, 1985).

2.2. SUBÚRBIOS DA MARGEM ESQUERDA DO TEJO

Na margem Sul em 1911 algumas freguesias já cresciam mais depressa do que Lisboa no seu todo. A freguesia de Almada cresceu a uma taxa de 1,9% ano entre 1900 e 1911 enquanto a cidade de Lisboa crescia a uma taxa média de 1,8%. Podemos ver pela percentagem de novos vindos existentes nas diversas freguesias o carácter atractivo das freguesias mais urbanas da margem sul. Neste contexto o Barreiro já se destacava por ter uma maior percentagem de novos vindos, tal como o seu concelho se destacava por uma superior presença da Indústria. Em 1911 quer a freguesia do Barreiro quer a vila eram muito maiores do que as de Almada. O Seixal era, no entanto então o concelho com uma maior percentagem de população industrial.

% DE POPULAÇÃO NASCIDA NO CONCELHO, NO DISTRITO E NOUTRO DISTRITO				
Lisboa	46,0%	8,8%	40,6%	Σ 95,4
<i>Campo Grande</i>	<i>52,3%</i>	<i>1,2%</i>	<i>34,7%</i>	<i>Σ 88,2</i>
<i>Almada</i>	<i>64,3%</i>	<i>10,6%</i>	<i>24,1%</i>	<i>Σ 99</i>
Freg. S. Tiago	50,9%	13,6%	34,2%	Σ 98,7
<i>Barreiro</i>	<i>53,7%</i>	<i>18,3%</i>	<i>27,0%</i>	<i>Σ 99</i>
Freg. Barreiro	49,2%	17,3%	32,2%	Σ 98,7

Quadro nº4: População segundo o local de nascimento

Fonte: Recenseamento de 1911.

Os Concelhos suburbanos da margem sul tinham lugares que misturavam indústria, comércio e habitação operária e patronal, como Mutela ou a Romeira, lugares onde a indústria era dominante mas existia habitação operária e patronal sendo o comércio quase nulo,

como Margueira. Nestes lugares a presença da casa do patrão permaneceu forte. Outra era a situação do Olho-de-boi onde a indústria pertencia a uma sociedade anónima com sede em Lisboa. A Cova da Piedade teve um crescimento industrial que se traduziu também numa mais forte presença urbana e lhe permitiu suplantar Cacilhas. Aqui cresceram os pátios operários e as pequenas casas abarracadas. Um patrão adquiriu importância nacional sem deixar de residir no lugar e a sua casa atingiu o estatuto de palacete. A sua acção paternalista estendeu-se à escola e a sua influência às eleições. Assim a Cova da Piedade atingiu a dignidade que lhe permitiu obter o estatuto de freguesia nos anos 20.

No concelho do Seixal, a Amora ou mesmo a Arrentela tinham centros urbanos de dignidade equivalente à da sede de concelho e misturavam grande indústria, residência popular e das elites assemelhando-se bastante à Cova da Piedade.

Já no Barreiro o caminho-de-ferro criou novas possibilidades. Dali se podiam transportar outros produtos para outros locais do Sul do País como veio a acontecer com os adubos, determinando nos anos 10 do século XX a escolha do local pela indústria química e a emergência de um novo tipo de cidade, a *Company Town*⁹. Aqui existiu numa mistura entre o modelo de Crewe e o de Le Creuzot mas

9 Ana Nunes d'Almeida, *A Fábrica e a Família*, (Barreiro, CM Barreiro, 1993), pp.311. Christiane Devillers, Bernard Huet, *Le Creusot, Naissance et Développement d'une ville Industrielle, 1782-1914*. (ChampVallon, Seyssel, 1981), p.287. Diane K. Drummond, *Crewee and its people*, (Oxford, Scollar Press, 1995).

também existiam funções suburbanas. Como *company town* o Barreiro foi alvo de uma política patronal paternalista que moldou fortemente a sua identidade. As funções suburbanas eram mais reduzidas proporcionalmente do que em Almada ou no Seixal pois a travessia do Tejo proporcionada pelo ferryboat era mais longa. A instalação em 1959 da Siderurgia Nacional no Seixal, num contexto de metropolitização, já não gerará um paternalismo comparável ao vivido no Barreiro devido à acção da CUF, entre as duas guerras.

3. A Metrópole

3.1. A PALAVRA E A COISA

A palavra metrópole em Portugal mudou o seu significado mais comum na época contemporânea, passando de significar um bispado de que outros eram sufragantes a ser sinónimo de mãe pátria. Só nos anos setenta urbanistas e sociólogos começaram a aplicar a palavra ao descrever um novo tipo de aglomeração urbana. Orlando Ribeiro aplicara a palavra ao descrever São Paulo, pouco depois da segunda Guerra Mundial definindo-a por uma paisagem em que os arranha-céus já dominavam. A metrópole, no seu sentido moderno, apresenta uma maior diversificação nos percursos dos habitantes. O centro já não recebe a quase totalidade das deslocações e o automóvel privado suplanta o transporte colectivo. A cidade central começa então a perder habitantes e novas centralidades emergem.

A metrópole irá asfixiar as identidades suburbanas até as transformar num produto manipulado por políticos e profissionais da cultura local. Em Portugal emerge lenta mas seguramente no pós

segunda guerra. O seu nascimento é acelerado pelo planeamento domínio do planeamento urbano modernista. Em toda a Europa gera as chamadas “boring landscapes”.

3.2. A MARGEM SUL DA METRÓPOLE DE LISBOA

Em 1939 o Arsenal de Marinha é transferido para o Alfeite, na Cova da Piedade e na vila de Almada, agora designadas por aglomeração leste, aplica-se um planeamento do tipo cidade jardim que pretende diminuir as deslocações pendulares¹⁰. A nova Almada devia ter habitações para a classe média baixa e para os trabalhadores mas também emprego. O objectivo era contrariar a suburbanização existente. Em Almada o novo desenho urbano começou por favorecer a desindustrialização no sector corticeiro ao destruir o acesso aos cais fluviais de zonas industriais como Margueira.

A construção da Siderurgia Nacional em Paio Pires veio porém mostrar o novo caminho industrial centrado no modelo de *import-substitution* até meados dos anos sessenta.

O planeamento só não integrou o crescimento do número dos habitantes muito pobres que a mecanização da agricultura e os maus anos agrícolas vividos durante a Segunda Guerra Mundial, trouxeram. Estes novos vindos, oriundos do Alentejo e Beira Baixa, não

¹⁰ Jorge de Sousa Martins, “O arranque da Metropolização na Margem Sul, Factores e modos de urbanização na região de Almada (1935–1947)” em Magda Pinheiro, Luís Vicente Baptista e Maria João Vaz, *A Cidade e a Metrópole, Centralidades e Marginalidades*, (Oeiras, Celta) 2001, pp.53–64.

encontraram lugar nas escolas públicas, nem habitação pois a que foi construída nos anos cinquenta era uma gota de água face às necessidades e destinava-se a trabalhadores com salários estáveis membros das forças armadas ou dos sindicatos corporativos. O crescimento económico permitiu aos muito pobres sobreviver em lamentáveis condições materiais e culturais. A taxa de analfabetismo permaneceu extremamente elevada até aos anos sessenta. Nesta data os analfabetos ainda variavam entre 38% da população no Concelho de Alcochete e 20% no Barreiro e em Almada.

Na zona oeste da margem sul a construção da ponte ligando o Pragal a Alcântara, inaugurada em 1966, foi um marco impor-

tante. A Ponte contrariou o planeado no tempo de Duarte Pacheco e foi ressentida no Barreiro como um ataque à fonte do seu crescimento, o caminho-de-ferro. A Câmara Corporativa também previu o crescimento desordenado a que daria origem e exigiu, sem êxito, a construção simultânea da via-férrea e da rodovia. A opção de não construir de imediato o caminho-de-ferro teve pesadas consequências urbanísticas para o sistema urbano da margem sul agora a crescer de forma acentuada e com um peso crescente na metrópole em formação. No momento da inauguração da ponte a economia crescia a ritmos nunca vistos no País e a margem sul da metrópole de Lisboa afirmava-se



*Foto nº1: Desmantelar da Fábrica Buckhnal
em 1952, de Alexandrino Pinheiro*

como um pólo industrial, tanto no que se referia à indústria pesada, como, sobretudo depois de 1968, no que concerne a indústria ligeira de exportação¹¹. O nível de vida popular permitiu finalmente aos operários da nova indústria pesada aceder ao automóvel. Os trajectos dominantes dos habitantes permaneceram ainda em direcção a Lisboa, e houve crescimento da função suburbana nalgumas localidades mas a diversidade foi maior. Local de trabalho e residência deixaram de estar necessariamente ligados como tão bem salientou Maria Alfreda Cruz. Localidades como a Baixa da Banheira manifestam-no. Foi então que a presença de loteamentos clandestinos em terrenos rurais e florestais se afirmou. Estes loteamentos tinham características semelhantes aos da “*marée pavillonnaire*” das cidades francesas de entre as guerras. O Estado Novo não decretou uma lei “*Loucheur*” favorecendo a construção de infra-estruturas e deixou essas zonas sem saneamento básico, escolas ou creches.

Para além destes loteamentos, sinal da falta de alojamento mesmo para moradores com algum capital, cresceram os bairros de lata indiciadores da permanência da miséria. Estes instalaram-se muitas vezes



Foto nº2: Barracas entre Almada e a Cova da Piedade em 1968, de Magda Pinheiro

11 Magda Pinheiro, “The Making of a Metropolis in a Developing country: Lisbon, 1950–2000”, em Lars Nilsson, *The Coming of the Post-Industrial City*, (Estocolmo, 2005), pp. 135–146.

em quintas abandonadas que o planeamento dos anos quarenta, dominado pelo modelo cidade jardim, deixou subsistir para futuros parques urbanos. Como não chegaram a ser expropriados antes do início da Guerra Colonial foram ocupados com bairros de lata situados entre os antigos lugares. A estrutura de lugares foi progressivamente absorvida pela maré urbana, quer se construíssem prédios, quer barracas.

CENTROS / ANOS	1890	1900	1911	1920	1930	1940
<i>Almada</i>						5.724
<i>Barreiro</i>			7.899	10.250	16.130	19.846
<i>Montijo</i>	6.014	6.851	7.899	10.250	16.130	19.846

Quadro nº5: População em Centros de mais 5000 habitantes

Fonte: Anabela Nunes, idem, ibidem, p.35

Os números que sustentam esta descrição são difíceis de abordar. O estudo de Ana Bela Nunes, sobre a população dos centros urbanos, ao dar este nome às freguesias, gera algumas dificuldades¹². A criação de uma freguesia nova aparece como uma diminuição da população na freguesia desmembrada. No entanto é o único estudo que permite lidar com o problema do crescimento populacional suburbano ultrapassando os dados concelhios. Só um estudo com utilização de Sistemas de Informação Geográfica, pode permitir suplantar estes problemas.

¹² Anabela Nunes, em Maria Eugénia Mata e Pedro Telhado, *Urban Dominance and Labour Market Differentiation of a European Capital City*, Dordrecht, 1996.

CENTROS / ANOS	1890	1900	1911	1920	1930
<i>Almada</i>	11.995	30.688	38.714	42.607	22.550
<i>Amora</i>			9.905		7.122
<i>Baixa da Banheira</i>	5.196	12.525	18.481	21.358	22.933
<i>Barreiro</i>	22.190	30.399	53.200	50.863	47.901
<i>Cacilhas</i>					8.637
<i>Corroios</i>				13.228	10.549
<i>Cova da Piedade</i>		15.270	21.004	28.251	24.906
<i>Cruz de Pau</i>		15.270	21.004	28.251	24.906
<i>Feijó</i>			9.214	13.974	13.238
<i>Fogueteiro</i>					5.122
<i>Laranjeiro</i>			6.933	20.374	23.086
<i>Lavradio</i>				13.896	12.668
<i>Miratejo</i>				5.123	11.392
<i>Moita</i>				8.463	12.146
<i>Montijo</i>	13.306	17.751	25.949	23.017	23.247
<i>Paivas</i>				6.627	10.493
<i>Palmela</i>					5.553
<i>Pinhal Novo</i>				5.708	10.547
<i>Quinta da Lomba</i>				11.223	11.401
<i>Quinta do Conde</i>					5.198
<i>Torre da Marinha</i>				5.302	7.651
<i>Vale da Amoreira</i>				6.735	7.651
<i>Val Milhões</i>					6.063

Quadro nº 6: População em Centros de mais 5000 habitantes

Fonte: Anabela Nunes, *idem*, *ibidem*, p.42.

A guerra colonial absorveu o que devia ter sido empregue no bem-estar da população e na sua educação. O subequipamento educativo e cultural, num contexto de grande expansão, traduziu-se no fim da aculturação positiva dos novos vindos. As colectividades tradicionais declinaram mesmo antes da luta entre tendências políticas

ANO	TOTAL	LISBOA %	MARGEM NORTE %	MARGEM SUL %
1900	488.774	72,84	17,42	9,74
1911	599.255	72,65	18,00	9,35
1920	662.636	73,40	16,84	9,76
1930	817.340	72,72	17,54	9,74
1940	977.456	71,86	18,10	10,04
1950	1.150.853	67,52	20,77	11,71
1960	1.363.562	58,76	27,62	13,63
1970	1.682.545	46,10	37,10	16,81
1981	2.268.729	35,60	46,09	18,30
1991	2.540.278	26,1	48,6	25,3
2001	2.682.687	21,0	52,8	26,2

Quadro nº7: População na Área da Metrópole segundo a lei de 2003

Fonte: Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade Em Portugal, Uma Geografia Urbana*, (Porto, Afrontamento), 1992, p.87, <http://www.aml.pt/AmlemNúmeros> (visited 6/3/2007).

	1911	1920	1930	1950	1960
Almada / Santiago / Paróquia	9.871	11.478	8.529	10.755	31.523
Almada / Vila	3.767				23.325
Cova da Piedade / Paróquia			5.071	7.722	23.585
Caparica / Paróquia					
sede no lugar do Monte da Caparica	8.205	8.813	6.908	8.575	10.363
Aglomeração Este					
planeamento urbano				29.271	55.108

Quadro nº 8: População das Paróquias no concelho de

Almada e da chamada aglomeração Leste

Fonte: Jorge de Sousa Rodrigues, “O arranque da Metropolização na Margem Sul, Factores e modos de urbanização na região de Almada (1935–1947)” em Magda Pinheiro, Luís Vicente Baptista e Maria João Vaz, *A Cidade e a Metrópole, Centralidades e Marginalidades*, (Oeiras, Celta, 2001), p. 63–64.

se ter afirmado. O cinema, que fora um dos seus maiores sustentáculos económicos, foi atingido pelo crescimento do número de postos de televisão. No pós vinte cinco de Abril será notório o apagamento da memória histórica local acompanhado pelo desprezo pelos saberes técnicos. Levará um tempo infelizmente demasiado longo até as novas autoridades se aperceberem da sua importância.

Conclusão

Na metrópole moderna do pós vintecinco de Abril assistiu-se à desindustrialização e a uma quebra da população industrial. O fenómeno foi particularmente sentido na margem sul. A indústria pesada deslocalizou-se tal como as indústrias tradicionais e a mais recente indústria ligeira produzindo para a exportação. A função suburbana cresceu ao mesmo tempo que os serviços se afirmavam criando novas centralidades.



As Comunidades Operárias na Legibilidade Geográfica da Margem Sul do Estuário do Tejo

Propomo-nos traçar, nesta Comunicação, um muito breve quadro da evolução da Margem Sul do Estuário do Tejo (MSET), em torno da sua personalidade geográfica fomentada pelo dinamismo sociodemográfico e socioeconómico, de cuja especificidade se guarda memória. Entendemos que este tipo de especificidade constitui património da identidade cultural quer do país, quer das unidades que compõem a Área Metropolitana de Lisboa, em geral e, em particular, da Península de Setúbal, na medida em que o seu desenvolvimento fomentou práticas de trabalho e laços de socialização, cuja preservação tem direito a ser estimulada, razão pela qual aqui nos encontramos

2. Poliformismo geográfico

Que a MSET é polimorfa é indiscutível e que a sua integração se foi fazendo (e desfazendo?) aos poucos e aos pedaço, também o é.. Vários ciclos deixaram disso testemunho, desde o rural/agrário, ao fabril, ao (sub)urbano, ao da mobilidade, todos eles entrecruzados simultaneamente ou não na identidade regional produzida ao longo de todo o percurso da história portuguesa. na sua diferenciação geográfica básica, ainda expressa na toponímia oral, que atribui a designação-de Outra Banda (O.B.) à região oeste, centrada em Almada,

por ficar em face de Lisboa, e a designação de Borda de Água (B.A.) à região leste, por, desde o Barreiro a Alcochete, incorporar em torno de esteiros e sapais, as aglomerações centradas no rosário de pequenos cais do Mar da Palha, delimitado a leste pelos pauis que prenunciam o Ribatejo de feição alentejana onde se veio a distinguir-se Aldeia Galega do Ribatejo/Montijo, quando passa a rematar a principal via de comunicação terrestre que do Alentejo rumou a Lisboa até ao 3º quartel do século XIX, constituindo por isso, até então, a passagem da B:A que concentrava o maior volume das mercadorias “atravessadas” no Tejo, desde a carne, o trigo e a palha do Alentejo, ao sal e ao vinho da produção regional, sendo esta organizada pelas casas de lavoura com a utilização de mão de obra local durante a maior parte do ano e sazonalmente pela que em ranchos era acolhida nas propriedades para safras específicas.

Com este perfil costeiro contrasta o de Almada, incrustada no pequeno maciço de guarda à transição do golfão do porto para o canal de saída do Tejo para o Oceano e cuja área de influência, que chegava ao esteiro de Corroios, incorporava, ao contrário da Borda de Água, quintas fidalgas, servidas pelos seus próprios cais no atravessamento do rio, tendo por destino frequente não só o mercado da Capital, mas a frequência da própria Corte por parte de alguns dignitários que por aqui habitavam.

Em todo o caso, foi a Ribeira de Coima que, introduzindo a primeira ruptura no recorte do litoral debruado pelos sapais, constituiu a fronteira entre as orgânicas da OB e a BA. A partir do momento em que concentrou estímulos que convergiram num desenvolvimento autónomo em relação às duas outras unidades, com especial pujança

a partir do momento em que o Porto de Lisboa incorpora no seu movimento os terminos das vias férreas do Norte e de Sul e Sueste.

Foi esta zona de contacto que veio a funcionar como área de indução da indústria pesada, cujos casos lapidares viriam a ser precisamente a CUF e a Siderurgia no perímetro da Ribeira de Coima vindo ambas em conjunto com a Lisnave, no litoral do Alfeite, a inserir-se no contexto da fase da industrialização que rompeu com a única tendência de unificação regional promovida neste âmbito: a que se deve à indústria corticeira.

3. Papel da indústria corticeira

Que papel coube então à indústria corticeira? O de, a partir do 3º quartel do século XIX, se plasmar na integração das três componentes básicas da Margem Sul do Estuário do Tejo, a partir da litoralização do perfil territorial da sua distribuição fabril, em torno da rede de cais dos esteiros a que afluía a cortiça pela combinatória do afluxo da matéria prima e de gente ao porto de Lisboa. Por mais de um século, este perfil, combinando-se caso a caso com os outros factores da paisagem regional, conferiu a toda a região um denominador comum que não entrou em litígio, *antes em simbiose*, com a implantação das restantes localizações fabris que, por mais de um século, foram aproveitando circunstâncias diferenciadas desse mesmo litoral, entre Almada e Alcochete

Finalmente, à medida que a procura da cortiça se desenvolve, a própria região intervém no negócio, capitalizando pequenas economias locais nos fabricos que proliferaram à sombra das fábricas, por seu turno interessadas na segmentação dos procedimentos

industriais e no estabelecimento das dependências que, facultando abastecimento de matérias-primas à produção artesanal, deixava as maiores casas corticeiras mais livres para se dedicarem à sua vocação primordial: o comércio externo do sobro, incipientemente preparado e subsidiariamente o das rolhas escoadas para os produtores de vinho, até mesmo em Portugal... Só mais recentemente, a indústria de aglomerados se abalçou a outras perspectivas, introduzindo um novo perfil no conjunto dos antecedentes¹.

E assim os arranjos empresariais da indústria corticeira se diferenciaram ao longo do tempo.

¹ Veja-se, a propósito a biografia da indústria corticeira do Seixal. As suas grandes empresas, Mundet e Wicander, resultam precisamente de investimentos estrangeiros significativos, mas chegaram aos nossos dias com perfis claramente diferenciados. A primeira, de origem catalã, estabeleceu-se em 1906 e a segunda, sueca, em 1911, datas que participam duma época de instabilidade financeira, com reflexo manifesto na indústria corticeira... Com motivações específicas – uma correspondendo a uma unidade fabril condicionada pela abundância local de matéria-prima, até que a mesma ameaçou esgotar-se, outra condicionada pelo mercado de revestimentos e isolantes, com interesse para os equipamentos de habitabilidade dos países de clima menos clemente do que o mediterrânico – ambas se cruzaram, em frente do porto de Lisboa, na procura de abastecimento livre de intermediários e capaz de subestimar custos alfandegários de importação para os respectivos países. Foi neste condicionalismo que ambas surgiram. Mas enquanto a Wicander se instalou no Seixal e não se envolveu significativamente na indústria corticeira corrente, a Mundet, com instalações repartidas pelo Seixal e pelo Montijo, diversificou os seus perfis produtivos, como forma de defrontar a concorrência dos vedantes de plásticos, que apenas deixaram incólume o mercado de vinhos de qualidade. O investimento na produção de aglomerados foi uma alternativa para o declínio anunciado.

4. A relevância do papel político de Lisboa na indústria pesada

É neste contexto unificador da industrialização corticeira no desenvolvimento da identidade regional, que se enraízam os casos da indústria pesada durante a fase de amadurecimento das perspectivas abertas pelas vias de comunicação ferroviária e viária no relacionamento multidimensional do país com Lisboa e com o seu porto.

5. Recrutamento geográfico e social da mão de obra

5.1

Partindo dos casos concretos para a explicação geral, é lícito garantir com que gente se edificou a dinâmica transversal à constituição das comunidades operárias em presença. A mão de obra fabril edificou-se com gente de todo o país, com relevo para a do Sul do Tejo que se caldeou com as populações locais que a precederam nas safras e nas fábricas de todo o jaez que aqui se implantaram.

5.2

É na viragem dos anos 40/50 que os alentejanos passam a predominar na procura do emprego fabril das grandes indústrias. Provindo sobretudo do interior e acolhidos como mão de obra fabril inqualificada, como a das afluências precedentes à indústria corticeira, são sempre designados nos registos que compulsamos simplesmente como “trabalhadores”.

5.3

Foi a generalização da camionagem que permitiu que a extensão do êxodo captasse trabalhadores braçais nos mais recônditos

locais atraídos pelas perspectivas de emprego regional, mas foi o carácter de indiferenciação de muitas rotinas de trabalho fabril que permitiu a sua abertura a gente que especificamente não seria suposto dirigir-se-lhes.

5.4

Ao concentrar o essencial do emprego fabril, em função do seu porto marítimo e da sua praça bancária, Lisboa passa também a redistribuir a gente que lhe chega, para as periferias suburbanas, onde os promotores fabris encontram chão onde se instalar... A Campanha do Trigo (que arrancara de 1927–32) nas charnecas dos frágeis solos do Alentejo) acabou por dar novo alento ao êxodo das suas gentes, garantindo espessura aos trajectos que, desde os anos 40, acompanhavam a migração das firmas corticeiras para os cais do Tejo, incluindo o de Coima, sem que a agricultura local lhe tivesse podido constituir alternativa credível.

5.5

Por isso, a incorporação maioritária de rurais e de trabalhadores da construção civil na génese da mão de obra nas várias unidades da indústria pesada revela ter-se mantido com muito ligeira alteração à situação que a CUF patenteava mesmo na época de ouro da sua expansão (1921–1937), quando mais de 50% da mão de obra manifestava possuir um nível de instrução ínfimo ou mesmo nulo. A magreza do contingente detentor dum curso técnico (3,2%, sendo 2,5% industrial) era suficientemente sugestiva do modo como a política pública de educação da época nem minimamente investia numa formação de base que permitisse mais do que a empiricidade das aprendizagens. A produtividade resultava apenas da duração e da intensividade das

jornadas de um trabalho rotineiro, que tão mal pagava, com fundamento na iliteracia, o envolvimento do operário numa prática moldada em esforço e atenção ilimitados.

Nisso a Siderurgia só se destacou na formação intensiva do pequeno número de quadros indispensáveis ao arranque e enquadramento dos demais, pelo que, para o efeito, terão sido integrados em estágios de siderurgias europeias. Mas, quanto às origens geográficas do operariado do aço o facto é que muita da sua proveniência constitui a geração derivada da primeira vaga de sulistas que entretanto se tinham caldeado com a população seixalense, começando por encontrar porto de abrigo na Mundet e nos seus fabricos mais ou menos satélites.

5.6

Todas as comunidades operárias encontraram um povoamento disponibilizado pela reconversão agrícola desses tempos; mas que muito rapidamente se foi deslassando ao ritmo da extensificação suburbana que submergiu a MSET no fenómeno arrabaldino de Lisboa. Aqui se caldearam as culturas de origem dos imigrantes, numa dinâmica lenta e persistente de onde emergiu a cultura operária da região. Se (parafraseando Touraine), “tudo na vida é trabalho e sentido” foi ao trabalho que os construtores da identidade regional da MSET deram mais sentido. E é nessa a matriz da cultura fundada nas práticas quotidianas que se enraízam os anos das lutas que aqui nos convocam.

5.7

Em todo o caso, foi no convívio dos imigrantes que se caldearam na região, que deve buscar-se a génese da profunda aculturação de posturas, hábitos e instrumentos da vida material da Margem Sul

do Estuário do Tejo. Como toda a aculturação, traduz-se em perda de genuinidade das realidades originais em presença, mas também na emergência de factos e instrumentos novos da vida material e mental. A densa rede de colectividades locais e a forte atractividade que as suas práticas culturais sempre exerceram nos residentes enraizados nos diversos locais de povoamento, demonstram-no ainda, ao acompanharem de modo crítico, particularmente expresso na imprensa e na actividade teatral da região, dos palcos à animação do espaço público, processos de transformação das relações da produção económica e da propriedade da terra.

6. A MSET em contexto de perda da soberania económica de Lisboa

A perda de “peso” da região e do país na indústria, acompanhou assim todo o perfil evolutivo da produção fabril portuguesa, ainda que a formação básica do capital fixo tenha resistido mais do que o emprego ao acelerado declínio registado desde o final do século passado – o que se entende pela relativa inércia dos imobilizados no património financeiro e fundiário dos proprietários industriais... à espera de novas vocações dos solos, ou melhor, à espera de novas recidivas de “urbanização”, situações mais rentáveis para o florescimento do capital do que qualquer produção de matriz económica, sobretudo desde que a globalização a tornou mais ou menos dispensável em face da primazia do capital financeiro... Agora que o desenvolvimento regional, aqui e em qualquer parte “ não pode ser mais visto em termos de factores de localização, mas sim de capacidade criativa e de gestão empresarial”, a questão da revitalização de qualquer

sistema económico passa por uma intervenção pública que seja capaz de garantir as infra-estruturas necessárias à melhoria da qualidade de vida e à eficiência da *cidade* – o que implica ampliar a sua fruição, combater a poluição, modernizar o sistema de transportes e criar uma rede funcional de equipamentos que contrariem as deseconomias do congestionamento e a repulsão demográfica dos quadros técnicos, dos operários” e – acrescente-se – dos construtores da cidade que a ela continuam a afluir em fuga das terras de origem, as quais, aquém e além mar, tão frequentemente lhes nega o direito à subsistência.

Isso passa sobretudo por um sistema educativo que, apostando na formação de competências e na certificação de capacidades ao longo da vida de todos, conte com a pluralidade de instituições que nisso possam intervir, difundindo e produzindo conhecimento e estimulando a curiosidade e a reflexão, que é aliás o que todos aqui estamos procurando fazer. Difundir esta prática, reconfigurando-a de acordo com os públicos, em todos os azimutes, é uma necessidade vital. Só então, os promotores industriais investirão, em face do *know-how* disponível, as inovações tecnológicas possíveis para imponham no mercado global, aberto à estimulação publicitária real e virtual dos nossos dias os segmentos de excelência da indústria portuguesa, como sejam os das várias aplicações possíveis da cortiça mediterrânica, única no mundo.

A Autoeuropa gerada nos últimos decénios no coração da Península de Setúbal aí está a demonstrar qual é o caminho. A exploração da sigla no Google e o contacto com o site <http://www.net-empregos.com> demonstram à saciedade quanto o perfil da mão de obra qualificada pelo sistema de educação/formação que se lhe ajusta, bem como

às actuais circunstâncias de exigência e de ritmo de produção para o mercado global de onde provêm o financiamento e as encomendas do produto final e como estas geram a constelação de unidades subsidiárias que funcionam em rede com a fábrica mais poderosa da indústria transformadora sediada em Portugal, replicando, embora a outra escala o paradigma da constelação em rede que a indústria corticeira assumira na MSET e que as grandes indústrias pesadas da CUF e da Siderurgia pela natureza concentracionária da sua concepção empresarial e fabril não assumiram.

Remate

No arco ribeirinho do Tejo evoca-se o condicionalismo fulgurante dos anos 60, com o Plano Marshall e a base da Nato a mitigarem o isolacionismo de um país impreparado para defrontar a economia que já então se ia globalizando, no rescaldo da devastação da Europa pelas guerras do século XX que entretanto, pela neutralidade propalada pelo salazarismo, não envolveram esta finisterra europeia. O patronato industrial apoiara no entanto o lado ideológico afim do de Salazar de modo mais subliminar do que politicamente assumido, designadamente na guerra civil de Espanha, com o envolvimento dos capitães da indústria no apoio activo ao lado franquista, até que, fechado o ciclo das guerras europeias do século XX, Salazar desencadeou a sua própria guerra em territórios de África.

A manifesta inviabilidade da manutenção do Império português de onde provinham, aliás, matérias-primas para a vertente da indústria química da CUF, terá justificado a distanciação desta relativamente à política estatal. Trinta anos de crescimento constante no

quadro abrangente dos Acordos EFTA, de que Portugal foi co-fundador, garantiram à MSET, onde entretanto se tinham instalado os maiores grupos económicos de matriz industrial ligados ao sector bancário de Lisboa e ao capital estrangeiro, um cariz de eldorado sintetizado na mobilidade da gente que tomando Lisboa por “norte”, abandonava o resto do país de Norte a Sul em busca de trabalho em falta nas terras de miséria que os vira nascer. As taxas de crescimento económico da economia portuguesa de então que dir-se-iam hoje de tipo asiático² não invalidaram que perdurasse até aos nossos dias o atraso do desenvolvimento integral, o único de entre os 3D assumidos na proposta de Abril de 74 que se manteve abaixo do limiar então previsto. Do tempo mítico da MSET, onde o capitalismo português teve então a sua expressão mais sintomática, resta o património pobre das “polis” em reconstrução extensiva e a memória social de um tempo em que a cultura operária se fundou na solidariedade activa contra a repressão da liberdade, tão mal amada por um regime significativamente sustentado pela rapacidade dos grandes capitães da indústria. O Outro lado da CUF – o do operariado que se qualificava não na escola nem em acções de formação formal, mas na experiência fabril em que se caldeavam os trabalhos e os dias - passa porém pela resistência à aliança da grande indústria com o “poder soberano” do Estado, apesar da capacidade desta para ter gerado um bairro operariado (no Lavra-dio) vigiado pelas polícias nele aquarteladas ou em vigília longínqua, consoante a tipologias das suas funções no “regime de excepção” à

2 Brandão de Brito na intervenção simultânea no âmbito da Conferência assim designada.

vivência comunitária livremente assumida. E porque toda a vida corre sempre o risco de se encontrar desprotegida³, desde que a democracia seja letra morta, é que o ganho mais significativo do regime de hoje é a possibilidade de esta se aprofundar Assim sendo, tudo está em aberto na MSET, porque “a geografia não é apenas uma questão de latitude e de longitude, de fronteiras e recursos, de exércitos e de restrições (...). Ela é também e sobretudo uma questão de política e de decisão”⁴... Que a Autoeuropa sirva de norte e de ponderação à política económica do país e que o estudo das comunidades operárias da península de Setúbal demonstre a sua sustentabilidade no quadro do estado poliárquico da democracia é um repto regional que, em meu entender, a investigação social não poderá deixar de ponderar.

3 Agamben chamar-lhe-ia “vida nua”, no âmbito do conjunto de conceitos correlativamente enunciados neste mesmo texto e que fazem parte da teoria de Biopolítica que o autor subscrive.

4 Mensagem insistentemente difundida pelo *Courrier International* em aliança com o Programa da TVCabo intitulado *Sociedade das Nações*

Áreas Industriais e Comunidades Operárias:

O CASO DE ESTUDO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL
NO DEBATE HISTORIOGRÁFICO

E. P. Thompson, ao inaugurar, há meio século, uma *nova história social*¹, induziu um notável investimento científico na análise diacrónica das complexas relações sociais dentro e fora da produção, nos locais de trabalho e nos espaços de lazer, nas redes formais e informais de entreajuda e previdência. Sob o impacto desta rotura com a historiografia tradicional, que privilegiava a evolução política e ideológica dos dirigentes e organizações formais dos trabalhadores, uma espantosa produção de estudos monográficos veio ilustrar as metamorfoses dos espaços e das sociabilidades operárias durante o longo, irregular e heterogéneo processo de desenvolvimento do capitalismo.

A confrontação dos dados recolhidos em diferentes contextos europeus e norte-americanos induziu as seguintes conclusões: a partir da última década de oitocentos, a deslocalização da indústria para a periferia, não sendo acompanhada de um progresso dos transportes urbanos suficientemente rápido, terá dado origem a áreas industriais e bairros operários que se tornaram centros de uma intensa

1 The Making of the English Working Class (1963).

vida comunitária, desenvolvida a partir da sobreposição física das esferas da produção, consumo, lazer e acção colectiva².

A partir da segunda metade dos anos oitenta, em reacção à perspectiva *culturalista* que hegemonizou a história dos *de baixo* durante décadas, diversos autores centraram a sua atenção na mobilidade e na estratificação das classes trabalhadoras, procurando demonstrar a diversidade de itinerários daqueles que participaram neste processo. Os estudos da mobilidade tornaram-se então uma verdadeira moda historiográfica, pondo em causa a formação de comunidades homogéneas social e culturalmente³.

Nas últimas décadas, considerando quer o impacto da concentração capitalista na vida de largas camadas da população europeia quer a agência humana neste processo, os historiadores têm vindo a analisar as estratégias individuais, mas sobretudo as colectivas⁴, que os industriais e os trabalhadores gizaram, respectivamente para modernizar os processos produtivos e lidar com as transformações estruturais que marcaram as *relações sociais industriais*⁵ desde então.

2 Cronin, James. *Labor Insurgency and Class formation: Comparative perspectives on the crisis of 1917-1920 in Europe*. In: *Work, Community and Power*. Filadélfia: Temple University Press, 1983, p36

3 Magri, Susanna; Topalov, Christian. *Villes Ouvriers: 1900-1950*. Paris: L'Harmattan, 1989.

4 Marcel Van der Linden, «Introduction». In: Kok Jan (ed.) – *Rebellious Families: household strategies and collective action in the nineteenth and twentieth centuries*. International Studies in Social History, Vol. 2. New York; Oxford: Berghahn, 2002, p7-9

5 «Relações entre trabalhadores e o processo de produção, entre os trabalhadores e os empregadores e entre os trabalhadores entre si», segundo Michael Hanagan e Charles Stephenson, *Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation*. Westport, Conn.; London: Greenwood Press, 1986, p.1–2

Se estudos como o de Roger Gould sobre a Comuna de Paris vieram chamar a atenção para as relações de vizinhança⁶, recentemente, os investigadores tendem a recusar a compartimentação dos estudos sobre a fábrica e o território, relacionando as relações familiares e sociais, os percursos migratórios, a relação com a comunidade de origem, a mobilidade residencial, ocupacional e social com as relações de produção e particularmente com o mercado de trabalho.

Os resultados destas múltiplas investigações demonstram como o trabalho industrial, mesmo quando precário e ocasional, influenciou na vida quotidiana, na organização da família, do espaço e tempo de sociabilidade, assim como a relação com a hierarquia das empresas e com os companheiros de trabalho foi condicionada pelas conexões comunitárias, começando desde logo pelo recrutamento de mão-de-obra que percorria os fios das redes sociais, pessoais, de parentesco e vicinais⁷. O redireccionamento da pesquisa para a *Fábrica* veio também resgatar antigos debates em torno do papel dos artesãos durante

6 Cit. por Mike Savage – «Classe, História do Trabalho e da Classe Trabalhadora na Europa». In: C. H. M. Batalha, F. T. da Silva e A. Fortes, *Culturas de Classe: Identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p25-48

7 Stefano Musso, «Gli operai nella storiografia contemporanea. Rapporti di lavoro e relazioni sociali», *Annali*, XXXIII (1999), p.IX–XLVI

o processo de industrialização⁸, marcados agora pelas questões de género destacadas nos estudos feministas⁹.

Finalmente, é de referir, que para além dos locais de trabalho e residência, os espaços de lazer têm vindo a assumir uma crescente importância nos estudos sobre o universo operário. Como defendeu Charles Tilly, estes tiveram um papel fundamental na acção colectiva, uma vez que a existência de «espaços seguros», onde os trabalhadores pudessem discutir e organizar-se «seja qualquer for a sua forma, são condição *sine qua non* dos movimentos sociais»¹⁰.

Testando diferentes quadros interpretativos que marcaram a historiografia social, e tendo como caso de estudo a Península de Setúbal, este artigo analisa a evolução das proximidades espaciais e sociais, num período de aceleração dos processos de urbanização e industrialização – entre 1890 e 1930 – através de uma investigação que incidiu na territorialização das unidades de produção fabril e nas áreas de residência operária, na formação e estratificação dos

8 Michael Hanagan – The logic of solidarity: artisans and industrial workers in three French towns, 1871-1914. Urbana: University of Illinois Press, 1980; Michael Hanagan e Stephenson, Charles – Confrontation, class consciousness and the labor process: studies in proletarian formation. Westport, Conn.; London: Greenwood Press, 1986; John Breully, «Artisan economy, ideology and politics: the artisan contribution to the mid-nineteenth-century European labour movement». In: John Breully (coord.), Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history. Manchester: Manchester University Press, 1994. P76-114; Keith Mann, Forging political identity: silk and metal workers in Lyon, France, 1900-1939 France 1900-1939. New York; Oxford: Berghahn, 2010.

9 Cristina Borderias (coord.), Género y políticas del trabajo en la España contemporánea, 1836-1936, Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2007

10 Charles Tilly, Contention over space and place, *Mobilisation*, 8/2 (2003)

mercados de trabalho industrial e urbano, na mobilidade e nas redes sociais dos trabalhadores.

Esta análise foi escorada pela confrontação de metodologias e dados provenientes de estudos monográficos diversos, incidindo noutros *espaços* onde se reflecte a lenta e tardia modernização económica e social da Europa Meridional. Recorrendo a fontes diversas, desde as iconográficas às demográficas, foi possível cartografar a transfiguração dos espaços de trabalho, residência e lazer e mapear a metamorfose das relações entre artesãos, trabalhadores qualificados, semiquualificados e indiferenciados.

1. A organização espacial do trabalho

Enquadrando o caso de estudo da Península de Setúbal nas tendências gerais meridionais, verificou-se desde logo que a forma como se implementou uma nova organização espacial da indústria na capital portuguesa encontra paralelos em diversos contextos da Europa meridional, onde a industrialização decorre da interacção entre uma ou mais cidades e o seu *hinterland*, prolongando os antigos *faubourgs*¹¹ – bairros populares periféricos onde o trabalho artesanal se implantava desde a medievalidade¹².

11 Pierre Merlin – *Les banlieues des villes françaises*, Paris: La documentation française, 1998. p6–15

12 Eulália de Medeiros e Paulo Guinote, *A banda d'além Tejo» na História: roteiro histórico da margem do estuário do Tejo das origens ao fim do Antigo Regime*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Min. da Ed. para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p31–46

A partir de finais do século XIX, aos tradicionais eixos da indústria lisboeta, acresce o desenvolvimento de espaços industriais modernos na margem Sul do Tejo e na dependência do porto de Setúbal. Na sua produção agiram variados actores, entre os quais se destaca o Estado na construção de caminhos-de-ferro, estruturas portuárias, entre outras infra-estruturas. No contexto nacional, quando em 1861 é decidida a localização da estação terminal da linha ferroviária que atravessa o Sul de Portugal no Barreiro, fica traçado o destino industrial da Península de Setúbal, desde aí estrategicamente localizada entre os montados alentejanos, onde se produzia a matéria-prima de uma das mais importantes indústrias nacionais – a corticeira –, e um dos maiores portos comerciais da Europa do Sul – Lisboa.

O mais antigo subúrbio industrial português foi alvo de avultados investimentos. Grandes empreendimentos cercaram os antigos enclaves rurais, transformando radicalmente a paisagem e o quotidiano das populações locais. No entanto, a principal inovação que a transferência da indústria para a periferia comportou foi uma nova reorganização do trabalho nas fábricas¹³. Mais do que tecnologicamente inovador, este processo impunham uma nova repartição das tarefas concentrando na *oficina grande* – designação da primeira instalação da Mundet no Seixal – várias operações, que com a ajuda de maquinaria rudimentar permitiam ao empresário enfraquecer estruturalmente o papel do artesão ou trabalhador qualificado na produção.

13 John M. Merriman (dir.), *Consciousness and class experience in nineteenth-century Europe*, Teaneck: Holmes & Meier Publishers, 1979, p93

Por outro lado, a fábrica abria caminho para a introdução do sistema salarial, mais adequado à regulação do tempo e da produtividade¹⁴.

O número crescente de trabalhadores empregues em cada estabelecimento industrial atesta a modernização do sector secundário. O aumento da escala das unidades de produção, no contexto nacional, ocorre precisamente nos sectores predominantes na região em análise – as indústrias conserveira e corticeira. Na última década de oitocentos e nas primeiras de novecentos, surgem novas indústrias, resultantes das inovações tecnológicas que marcam a 2^a Revolução Industrial. Entre estas destaca-se a indústria cimenteira (a segunda fábrica de cimento artificial estabeleceu-se no concelho de Setúbal em 1906) e a química, com o seu expoente máximo no complexo fabril da CUF que em 1920 ocupava 20 hectares e empregava 2000 operários¹⁵.

A historiografia portuguesa tem subestimado este processo com base nos inquéritos e censos operários (1890, 1917 e 1930). Estes, todavia, ignoram a maioria do proletariado fabril, constituído por trabalhadores adventícios, na sua maioria mulheres. Não contabilizando o trabalho feminino, os inquéritos e censos operários fornecem uma visão truncada do trabalho industrial em Portugal durante o período em análise. Os recenseamentos gerais da população, agrupando homens e mulheres e, a partir de 1930, revelando o seu vínculo

14 Michelle Perrot, «On the formation of the French working Class». In: Ira Katznelson e Aris- tides Zolberg, *Working-Class Formation: Nineteenth-Century Patterns in Western Europe and the United States*. Princeton: Princeton University Press, 1986, p90–103

15 Manuel Ferreira Rodrigues e José M. Amado Mendes, *História da indústria portuguesa da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins: Europa-América, 1999, p241–273

laboral, fornecem dados imprescindíveis para estimar o peso da mão-de-obra feminina no sector industrial, demonstrando que as mulheres, embora consideradas *membros da família auxiliando o respectivo chefe*, eram mais de metade dos operários em praticamente todos sectores, incluindo a construção civil, os transportes e até a metalurgia. É possível concluir que, contabilizando esta fracção do operariado, os níveis de concentração industrial seriam substancialmente superiores aos revelados nos inquéritos.

É de considerar, porém, que se o investimento do capital na intensificação e divisão do trabalho reduziu o papel do trabalho artesanal, a diminuição do número de oficinas em alguns sectores foi largamente compensado com o aumento noutros. As fábricas necessitavam de certos bens e serviços que estas providenciavam – componentes, manutenção, entre outros. De facto, mesmo nos complexos industriais meridionais marcados pela grande indústria, as unidades de pequena e muito pequena dimensão persistiram. A introdução do sistema fabril, longe de extinguir a oficina irá contribuir para a sua proliferação¹⁶.

Na Península de Setúbal, os designados *fabricos* desempenharam um papel complementar fundamental na expansão dos principais sectores. A implantação de grandes empresas induziu uma dinâmica de desenvolvimento imparável. As quintas e os terrenos destinados à exploração agrícola em torno dos pequenos enclaves rurais e piscatórios foram loteados para a implantação de mais

16 John Breuilly, *Labour and liberalism in nineteenth-century Europe: essays in comparative history*. Manchester: Manchester University Press, p82–89

unidades de pequena e média dimensão que trabalhavam de subempreitada para as grandes fábricas estrangeiras.

Por outro lado, «as paredes da fábrica não criam o proletário moderno»¹⁷. A reunião de um grande número de trabalhadores no mesmo lugar não significava obrigatoriamente uma mudança no trabalho em si, mas apenas nas qualificações e na distribuição. Os trabalhadores passaram da oficina para a fábrica sem perder a sua identidade de trabalhadores de ofício.

Os antigos artesãos continuaram a trabalhar como na oficina, controlando os seus próprios horários, fazendo os intervalos que achavam adequados e exigindo ser tratados como iguais pelos seus supervisores¹⁸. Na Península de Setúbal, o melhor exemplo deste fenómeno é sem dúvida o dos soldadores da indústria conserveira. Sobre a sua resistência à imposição de uma nova organização do trabalho importa citar o relatório dos Serviços Técnicos da Indústria, segundo o qual, os soldadores «recusavam-se ao trabalho em certas horas e não admitiam desigualdades»¹⁹.

Os altos salários dos trabalhadores qualificados e a sua autonomia eram obstáculos ao controlo do processo produtivo, pelo que o aumento progressivo da escala das unidades de produção tornou

17 Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels». In: Histoire de la France Urbaine. Tomo IV. Paris: Editions Seuil, 1985

18 Michael Hanagan, The logic of solidarity: Artisans and Industrial Workers in three french towns, 1871-1914. Urbana: University of Illinois Press, 1980, p2–11

19 Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906), p132–133

cada vez mais rentável o investimento em maquinaria²⁰, mesmo em países onde a mecanização foi tardia, como nos latinos²¹. As novas grandes fábricas deixam de ser aglomerados de artesãos, sendo possível observar a lenta aparição dos operários indiferenciados e semiqualeificados²².

Desta forma, a resistência do trabalhador de ofício é cada vez mais eficazmente confrontada pelo grande industrial, o que produziu uma larga massa de «artesãos descontentes»²³. Michael Hagan classifica o processo marcado pelo esforço dos empregadores em controlar o processo produtivo e a resistência dos artesãos como uma verdadeira *guerra industrial* que se arrastou entre 1890 e 1914²⁴.

As questões de género tiveram um papel importante neste processo. A expansão do trabalho feminino na indústria está intimamente ligada à alteração do conceito de qualificação que se desenvolveu ao longo do período em análise. No entre guerras, quando a segregação de género era ainda profunda, as mulheres ocupavam este novo segmento, do trabalho semiqualeificado, enquanto os homens

20 Pierre de Peretti, Saint-Denis 1870–1920, p12–14

21 Angel Smith, Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898–1923, p32

22 Yves Lequim, «Le Monde des travailleurs manuels», In: Histoire de la France Urbaine. Tomo IV.

23 William H. Sewell, «Artisans, factory, and class formation of French working class, 1789–1948». In: Ira Katzenelson and Aristide Zolberg, Working-Class Formation, p45

24 Michael Hanagan, The logic of solidarity: Artisans and Industrial Workers in three French towns, 1871–1914. Urbana: University of Illinois Press, 1980, p2-11

continuavam a preservar o monopólio do trabalho especializado, nos sectores onde este ainda era relevante²⁵.

Como noutros contextos similares, os conflitos industriais na Península de Setúbal a partir de finais de oitocentos opõem sobretudo artesãos e industriais em torno da organização do trabalho dentro das fábricas, mas a resistência artesã baseada na qualificação perdeu progressivamente eficácia, à medida que aumentava a escala das unidades de produção e emergia o trabalho semiqualeficado. As fichas de inscrição nos sindicatos nacionais fundados nos anos trinta revelam um universo maioritariamente feminino, em que as operárias se distinguem pela maquinaria rudimentar que manejam – surgindo como broquista manual, broquista mecânica, garlopista, etc. Os artesãos ainda muito presentes no inquérito industrial de 1890 são, à data, um estrato residual.

Desde finais de oitocentos que a estratificação dentro da fábrica se baseava sobretudo no género e na idade. Os dados recolhidos nos fundos empresariais da Península de Setúbal, referentes aos salários e à periodicidade de cada tarefa, mostram que existiam diferenças salariais entre trabalhadores qualificados e indiferenciados, mas estas não eram tão acentuadas como as determinadas pelo género²⁶.

Pelo menos até à Guerra, em determinados sectores, os trabalhadores lograram manter uma estrutura salarial baseada no valor

25 Keith Mann, *Forging political identity: silk and metal workers in Lyon, France, 1900–1939* France 1900–1939. New York; Oxford: Berghahn, 2010, p137–183

26 Livros de ponto da Cork Company Limited de 1895 e 1896. Fundo da Casa Reynolds. AMB

do trabalho manual masculino, não obstante a crescente pressão dos industriais. O esforço dos trabalhadores masculinos monopolizarem as tarefas melhor remuneradas relaciona-se sobretudo com a dramática dependência das economias domésticas face aos salários masculinos. As famílias trabalhadoras, ocupadas sobretudo em trabalhos não qualificados e instáveis, foram obrigadas a envolver todo o grupo doméstico no trabalho industrial²⁷.

A família emergia com a função prioritária de garantir a sobrevivência económica, sendo os seus membros altamente interdependentes, contribuindo com os seus salários para o orçamento familiar global, na medida em que as suas responsabilidades domésticas permitiam²⁸. O trabalho continuava a organizar-se de acordo com as hierarquias do trabalho ao domicílio e na oficina – com base na idade, no sexo e na posição no seio da família. As mulheres e as crianças eram remuneradas com salários muito baixos, sendo consideradas parte duma unidade familiar²⁹.

Esta estratégia familiar foi largamente aproveitada pelos industriais para baixar ao máximo o custo do factor trabalho, induzindo

27 Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881–1911*, Oxford: University Press, 1992, p98–99

28 Leslie Page Moch and Louise A. Tilly, «Joining the Urban World: Occupation, Family, and Migration in Three French Cities». *Comparative Studies in Society and History*, 27/ 1 (Jan., 1985) p33–56; Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881–1911*, Oxford: University Press, 1992, p98–99

29 Em Janeiro de 1921, no distrito de Lisboa, na indústria das conservas, um homem auferiria cerca de 3\$87 ao passo que uma mulher receberia apenas 1\$92. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 14, Julho a Dezembro de 1923, p94–97; Entre Julho de 1914 e Dezembro de 1920 os salários masculinos subiram, na indústria das conservas, 524% e os das mulheres 463%. Boletim do Trabalho Industrial, n.º 14, Julho a Dezembro de 1923, p142–144

a agudização da contenda em torno da feminização do trabalho, durante o período em análise. Segundo o relatório da 3^a Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria, em 1906, muito embora a maior parte do trabalho seja executado por mulheres, «para o trabalho das máquinas, dos cofres para a cozedura fritura, bem como para a soldagem, só há homens (...). Em França por ser a soldagem feita por mulheres não há este perigo, mas entre nós se quiséssemos num meio, como o de Setúbal, introduzi-las, a sua entrada seria uma declaração de guerra, acentuando-se desde logo viva hostilidade da parte dos soldadores e rebentaria uma greve geral, podendo suspender-se imediatamente a laboração em trinta fábricas»³⁰.

De facto, a mais significativa conclusão que estes dados permitem confirmar, bem como os relatórios oficiais e os recolhidos além-fronteiras, é o facto da resiliência das relações sociais artesanais ter permitido sobretudo retardar a redução dos salários masculinos, não obstante a efectiva desqualificação do mesmo. Por exemplo, a indústria da cortiça comportava um amplo conjunto de tarefas, diferenciadas no seu grau de especialização, as associações da classe da Península de Setúbal, todavia, defendiam que todos os trabalhadores integravam «a grande família corticeira»³¹. Pelo contrário, os representantes da produção procuravam acentuar a divisão entre trabalhadores

30 Luís Feliciano Marrecas Ferreira, «Relatório da 3^a Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria», Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 (1906), p132–133

31 J. de Oliveira Simões, «Inquirição pelas associações de classe sobre a situação do operariado», In: Boletim do Trabalho Industrial, n.º 49 (1910) p404–405

qualificados e indiferenciados. Segundo os mesmos, «entre a família corticeira contam-se por milhares os trabalhadores que desempenham misteres de facilíma execução, que qualquer um desempenha desde o primeiro dia (...)», defendendo que estes não deveriam ser, como eram, remunerados como aqueles, poucos, que devido às «exigências já maiores do serviço que praticam, carecendo por isso de aprendizagem mais larga», são «os verdadeiros operários da classe»³².

Por outro lado, se se perpetuava a divisão sexual do trabalho dentro da fábrica, entre os homens as hierarquias não eram estanques e, particularmente, na região meridional, a mobilidade ainda caracterizava os mercados de trabalho das áreas urbanas e anexas, compostos por vários segmentos, entre os quais os trabalhadores fluíam ciclicamente – os trabalhos domésticos, os trabalhos indiferenciados e ocasionais, os trabalhos qualificados ou artesanais³³. Mesmo nos subúrbios industriais em formação era possível utilizar estrategicamente esta diversidade, particularmente no que respeita aos trabalhadores indiferenciados³⁴, contribuindo para a preservação

32 José António d'Oliveira Soares, Carlos Amaral Neto, Joaquim Nunes Mexia, *Produção e Indústria Corticeira: o que pensam os representantes da produção membros da comissão encarregada de estudar este assunto*, Lisboa: Typographia de A Editora, 1912, p35–38

33 Flemming Mikkelsen, *Working-class formation in Europe: in search of a synthesis*, p11. Disponível em linha: <http://www.iisg.nl/publications/mikkelse.pdf>

34 Stefano Musso, «Political tension and labor union: working-class conflicts in Turin during and after the First World War». In: Leopold Haimson e Giulio Sapelli(coord.), *Strikes, social conflict and the First World War*, Milão: Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1992, p224–229

do valor do trabalho masculino e para a mitigação das hierarquias baseadas na qualificação.

Para além da mobilidade ocupacional descrita nos relatórios oficiais e reflectida nos fundos empresariais, é de referir ainda que, ao longo deste período, a mobilidade social ainda aproxima as diferentes camadas das classes trabalhadoras. O caso de estudo da Península de Setúbal ilustra que, enquanto o mercado de trabalho industrial e urbano se expandiu, até meados da década de vinte, a estratificação coexistiu com uma significativa fluidez, verificável a partir das taxas de mobilidade social entre os diferentes estratos do universo operário. Ou seja, a entrada de largos contingentes de trabalhadores indiferenciados nas fábricas não pôs imediatamente em causa a posição social dos trabalhadores qualificados, mas entre os trabalhadores indiferenciados e jornaleiros regista-se uma variação acentuada quer da taxa de auto-recrutamento, que desce 17 pontos percentuais entre 1890 e 1910, quer da mobilidade entre o trabalho indiferenciado e qualificado ou semi-qualificado, que sobe 21 pontos percentuais³⁵.

De facto, é possível apreender que no contexto nacional, como noutros meridionais, é somente no período entre guerras que a nova organização do trabalho exerce uma maior pressão sobre as hierarquias e as mobilidades entre os trabalhadores masculinos. Até à guerra, assiste-se à progressiva concentração dos operários em

35 É possível observar que 19% (1890-1891) 13% (1909-1910) e depois 9,8% (1929-1930) dos filhos de artesãos experienciam a mobilidade descendente, tornando-se trabalhadores indiferenciados, enquanto 17,8%, 38,1% e depois 31,3% dos filhos de *trabalhadores* aprendem um ofício.

grandes unidades de produção, à reorganização do trabalho e à introdução de maquinaria rudimentar, mas apenas nos anos vinte, à medida que se contrai o mercado de trabalho, devido mais à redução das vendas e da produção, é que a mecanização impõe uma generalizada redução salarial³⁶.

A historiografia tem sublinhado a lentidão deste processo e a persistência das hierarquias do mundo trabalho artesanal como factores de desagregação entre os trabalhadores. Todavia, os dados recolhidos na Península de Setúbal indiciam que mais do que as hierarquias é a fluidez e a mobilidade que caracterizam a repartição do trabalho nas fábricas. Como defende Stefano Musso, no que se refere ao caso de estudo turinense, para além da experiência profissional e dos laços sociais, a expectativa de melhores condições de trabalho em diferentes áreas profissionais a que a flutuação ciclicamente os reconduzia, levou os trabalhadores a solidarizar-se com interesses que não apenas os corporativos e a eleger reivindicações gerais de base classista³⁷.

Por outro lado, a resistência dos artesãos não implicou a destituição face ao proletariado fabril. Pelo contrário, ameaçados pela introdução de maquinaria e pela emergência do trabalho semiqua-lificado, optaram por defender o valor do trabalho masculino, integrando os recém-chegados na estrutura salarial artesanal, em detrimento apenas das mulheres e crianças. A importância do salário

36 Segundo as estatísticas oficiais publicadas em vários números do Boletim do Trabalho Industrial.

37 Stefano Musso, «Gli operai nella storiografia contemporanea. Rapporti di lavoro e relazioni sociali» in *Annali*, XXXIII (1999), pIX–XLVI

masculino nas economias domésticas, porém, determinou que também estas muitas vezes defendessem a estratégia eleita. Durante a greve conserveira de Março de 1911, em entrevista ao sindicalista, as operárias das fábricas reclamam que «o industrial para ganhar mais, obriga-nos a fazer trabalhos que pertencem aos trabalhadores, como mouras, pregar caixas e trabalhar com ferramentas e isto porque ganhamos menos e porque temos mais horas de trabalho do que os nossos camaradas trabalhadores»³⁸.

2. A divisão social do espaço

Numa parte considerável dos estudos urbanos meridionais é sublinhado que o processo de periferialização das manufacturas e fábricas, entre os finais do século XIX e a I Grande Guerra, induziu uma progressiva segregação sócio-espacial das classes trabalhadoras. O desenvolvimento industrial, beneficiando da localização materialmente próxima dos vários elementos de produção e reprodução do trabalho – as fábricas, os armazéns, as matérias-primas, os pontos de escoamento e a mão-de-obra – assume um padrão de territorialização que favorece a sobreposição entre as áreas produtivas e residenciais, introduzindo pela primeira vez o critério de «zonamento»³⁹.

³⁸ «Ao povo e ao operariado: o movimento grevista em Setúbal», *O Sindicalista*, 26 de Fevereiro de 1911, p1 do Suplemento

³⁹ Augusto Ciuffetti, *La Città Industriale, Un percorso storiografico*. Crace: Strumenti e documenti, 2002, p44

O Estado desempenhou um papel relevante na divisão social do espaço. As principais cidades europeias, durante o século XIX, foram palco de programas de obras públicas que, embora limitados na sua acção, tiveram um impacto determinante sobre a organização territorial. Mesmo nos aglomerados urbanos de pequena e média dimensão, os centros foram embelezados, construindo-se grandes lojas, hotéis e teatros. A cidade reforçou o seu papel enquanto sede de negócios e comércio, espaço cada vez mais reservado à burguesia, sendo expulsas das áreas centrais as classes populares⁴⁰. Os ciclos construtivos expandiram sucessivamente a coroa suburbana, onde emergiram parcelamentos operários em localizações cada vez mais periféricas⁴¹.

O processo de expulsão para as periferias das camadas populares foi limitado na Europa do Sul, mas a expansão do mercado de trabalho nestas áreas não deixou de atrair as classes trabalhadoras que se fixaram junto das fábricas e fabricos e progressivamente reproduziram o movimento geral das populações laboriosas dos centros para as periferias⁴².

Na capital portuguesa, o processo de periferialização, reflectido num crescimento demográfico e urbano desigual, esteve subordinado à localização e concentração das unidades de produção

40 Pierre Merlin, *Les banlieues des villes françaises*, Paris: La documentation française, 1998. p18

41 José Luis Oyon, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914–1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p134–136

42 Teresa F. Rodrigues e Olegário A. Vieira Ferreira, *As cidades de Lisboa e do Porto na viragem do século XX. Comunicação apresentada no Congresso «O Porto de Fim do Século (1880–1910)»* (Ateneu Comercial do Porto, 31 de Janeiro a 6 de Fevereiro de 1991)

industrial. A progressiva segregação sócio-espacial, que se desenvolve desde finais de oitocentos através de um processo de expulsão para as periferias dos sucessivos movimentos migratórios «do campo para a cidade», é indissociável da expansão do mercado de trabalho nos subúrbios industriais em formação⁴³.

Mais do que a renovação urbanística⁴⁴, actuou no desenvolvimento de áreas residenciais periféricas a necessidade que as classes trabalhadoras tinham de habitar junto dos seus locais de trabalho. A habitação operária concentrou-se junto das unidades de produção durante todo o período em análise⁴⁵, muito devido ao preço dos transportes, totalmente inacessíveis para o uso quotidiano das classes trabalhadoras⁴⁶. Os estudos demográficos realizados na margem Sul do Tejo e Norte do Sado confirmam a persistência do vínculo entre locais de trabalho e residência⁴⁷.

43 Victor Matias Ferreira, *A cidade de Lisboa: de capital do império a centro da metrópole*, Tese de doutoramento em Sociologia apresentada ao Inst. Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa da Univ. Técnica de Lisboa. Lisboa: [s.n.], 1986, p120

44 Magda Pinheiro, «Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista», *Ler História*, n.º 20 (1990) p105

45 José Luis Oyon Bañales, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914-1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p123-151

46 Magda Pinheiro, «Transportes e urbanização na margem Sul do Estuário do Tejo: o concelho de Almada». *Ler História*, 43 (2002) p157 e seguintes

47 Maria Paula Diogo, *População e Indústria na margem Sul do Tejo da Regeneração ao Estado Novo*, p140; Maria de Lurdes Reizinho e Silva, «A Dinâmica populacional do concelho de Setúbal na segunda metade do século XIX», *População e Sociedade*, 5 (1999), p61-79

O desenvolvimento das periferias é, desta forma, acompanhado por uma mais nítida divisão social do espaço. James Cronin, ao comparar o fenómeno em diversas cidades europeias, defende que nas novas periferias a homogeneidade social é mais nítida. Os operários surgem aqui mais segregados das outras categorias sociais do que nos bairros populares da cidade antiga⁴⁸. Porém, nas cidades do Sul da Europa, a segregação espacial não era tão marcada entre os diferentes estratos da classe trabalhadora, pelo menos até à eclosão da I Guerra. Nestes, a homogeneidade social era menos nítida, coexistindo o operariado com outras camadas sociais, nas quais se destacavam os artesãos, os trabalhadores domésticos e de colarinho branco e os pequenos comerciantes⁴⁹. Não obstante, como revelam quer os recenseamentos gerais da população quer, mais detalhadamente, os registos de casamento analisados na Península de Setúbal, nestas áreas periféricas, e particularmente nos aglomerados urbanos onde se concentra a indústria, os diferentes estratos do universo operário constituem a esmagadora maioria da população⁵⁰.

48 Cit. por Susanna Magri e Christian Topalov, *Villes Ouvrières 1900-1950*, Paris: Harmattan, 1989, p17-40

49 José Luis Oyón Bañales, «Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900-1950», *Historia Contemporánea*, n.º 24 (2002) p28-31

50 Entre 1890 e 1911, a percentagem de população do concelho de Almada a depender da indústria e dos transportes cresce de 31% para 45%. No Barreiro, soma 53,8% da população, em 1890, para ascender a 63,4%, em 1911. No Seixal, em 1890, estava dependente da indústria e dos transportes 46,1% da população do concelho, e em 1911, 57,2%. Finalmente, no concelho de Setúbal, verifica-se que apenas 23% em 1890, e 40,2%, em 1911, se empregavam nestas actividades. Se considerarmos

Para além da divisão social do espaço, tem vindo a ser analisada, em diferentes contextos nacionais, a germinação, ao longo dos séculos XIX e XX, de novas áreas de residência operária e sua relação com as políticas imobiliárias e urbanas, concluindo-se que a especulação dos senhorios e a permissividade das autoridades determinaram o desenvolvimento de condições de habitabilidade degradantes para o operariado⁵¹.

Mesmo nos arredores da cidade de *Haussman*, a intervenção urbanística oficial foi limitada nas áreas suburbanas de vocação industrial. A periferia urbana desenvolveu-se numa clandestinidade consentida, permitindo-se ao proprietário individual usufruir livremente das vantagens da localização, dos preços, dos espaços disponíveis e dos acaços do mercado imobiliário⁵². A lógica especulativa determinou o nascimento de estruturas cada vez mais autónomas, em comparação com o resto do tecido urbano, quer no que respeita à sua composição social quer no que concerne ao tempo e modalidade da vida quotidiana»⁵³.

a rubrica *pesca e caça*, que como vimos estava, naquele aglomerado, largamente ligada à indústria conserveira, obteremos então um total de 35,8% em 1890, e 72,7% em 1911.

51 Manuel C. Teixeira, «A habitação popular no século XIX — características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro», *Análise Social*, vol. XXIX/127, (1994) 555–579

52 Marcel Roncayolo, «Une croissance non maîtrisée». In: Georges Duby (coord.), *Histoire de la France Urbaine*. Vol. IV, Paris: Editions Seuil, 1985, p119 e seguintes

53 Augusto Ciuffetti, *La Città Industriale. Un percorso storiografico*. Crace: Strumenti e documenti, 2002, p76

Como foi verificado noutros contextos similares na Europa Meridional⁵⁴, o crescimento de vastas áreas de residência operária na Península de Setúbal, durante o período em análise, decorre da iniciativa privada, estimulada pela possibilidade de especulação decorrente da necessidade dos trabalhadores se fixarem junto aos locais de trabalho, e da permissividade e abstenção das autoridades oficiais, que permitiu um desenvolvimento desregrado e sem as mínimas condições de salubridade. Os primeiros planos de urbanização da margem Sul, que apenas se concretizaram na década de quarenta, descrevem «verdadeiros casebres», «cavalariças humanas» e «áreas habitacionais que estão colocadas entre fábricas ou atrás de outras casas más e deitam sobre um corredor de dois metros de largo ou mesmo mais estreito»⁵⁵.

Na maioria dos casos, eram os donos dos terrenos que construíam «pequenas casinhas de tijolo e madeira, abarracadas, à retaguarda das suas habitações (ou para lá dos seus muros de vedação), constituindo minúsculos pátios com serventia para a rua»⁵⁶. São excepcionais os casos de trabalhadores melhor remunerados e com uma situação mais estável, como os ferroviários, que induzem

54 Jacques Girault, «Industrialisation et ouvriérification de la banlieue parisienne». In: Jacques Girault, *Ouvriers en banlieue XIXe-XXe siècles*, Paris: Éditions Ouvrières, 1998; Annie Fourcaut, Bobigny: banlieu rouge, aris: Presses de Sciences Po, 1985; Augusto Ciuffetti, *La Città Industriale*, , Un percorso storiografico. Crace: Strumenti e documenti, 2002; José Luis Oyón Bañales, «Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano, 1900–1950», *Historia Contemporánea*, n.º 24 (2002) p26

55 Etienne Gröer, «Urbanização do concelho de Almada: 1946». *Anais de Almada*, 7–8 (2006) p215

56 Armando da Silva Pais, *O Barreiro Contemporâneo: a grande e progressiva vila industrial*. Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1965, p306

maiores investimentos ou de empresas como a CUF, que construiu habitações para albergar os sectores mais estáveis da sua mão-de-obra⁵⁷. A mão-de-obra flutuante acomodava-se em bairros clandestinos, semelhante que cresciam nos arredores das vilas⁵⁸.

Estes bairros duplamente periféricos «são esquecidos pelas entidades» públicas. Aqui, «o problema da habitação apresenta-se de uma forma verdadeiramente assustadora; em casas pequenas sem higiene, sem luz, mal construídas, vivem dezenas de criaturas; casos há, que, num pequeno quarto dormem dezenas de criaturas conservando neste ambiente os seus dejectos»[□]. São de facto muito comuns os testemunhos da proliferação de «casas onde mediocrementemente poderiam habitar 4 ou 5 pessoas, e residem pelo menos 7, 8 ou mais»⁵⁹.

A expansão urbana da cidade de Setúbal vai também ao encontro do padrão de localização da habitação operária junto das unidades de produção, neste caso das fábricas de conservas, que conheciam neste período um grande incremento e desenvolvimento na periferia da urbe. Pescadores e operários conserveiros viviam em casas mais ou menos *abarracadas*, em pequenas *ilhas* e *bairros da lata*. A imprensa da época fornece eloquentes e dramáticas descrições do que eram estes *bairros excêntricos*. Na urbanização de Setúbal, as autoridades públicas pouco interferiam. Construtores e agências privadas

57 Rosalina Carmona, *Do Barreiro ao Alto do Seixalinho: um passado rural e operário*, Alto do Seixalinho: Junta de freguesia de Alto do Seixalinho, 2005, p71–85

58 «A nossa Vila: e os seus novos bairros», *Eco do Barreiro*, 15 de Junho de 1924, p1

59 Cit. por Ecomuseu, *O abastecimento público de água no concelho do Seixal*, p6

gerem os investimentos na habitação operária, criando projectos tipo – *renques* e *vilas*⁶⁰. Os proprietários dos bairros onde se concentrava a mão-de-obra das fábricas de conservas transformaram ou construíram habitações abarracadas, a que chamaram *pátios*, muitos autorizados como *armazéns* pela Câmara Municipal⁶¹.

Neste mesmo período, a temática da habitação operária e popular irá destacar-se nos debates internacionais sobre a questão social. No âmbito da exposição universal de 1889 tem lugar um congresso sobre alojamento social onde é defendida a intervenção dos poderes públicos neste domínio. No entanto, será apenas no período entre guerras que esta se efectivará. As políticas públicas tendentes a melhorar as condições de habitabilidade das classes trabalhadoras são indissociáveis da expansão da acção colectiva neste domínio – a organização dos inquilinos em ligas, as greves de inquilinos e a politização das relações inquilino-senhorio abalaram diversas cidades europeias imediatamente antes, durante e após a I Grande Guerra⁶².

Também em território nacional, a política do Estado no que se refere ao inquilinato foi confrontada com uma ampla contestação

60 Paulo Eduardo Guimarães, Setúbal: A cidade na História e na Arte: A era Industrial, . [S.l : s.n.], 1993, p7–26

61 Joaquina Soares, «Alguns aspectos da produção do espaço urbano de Setúbal nos anos vinte», *Movimento Cultural*, nº 6 (1989) p122

62 Jacques Girault, «Industrialisation et ouvriérisation de la banlieue parisienne». In: Jacques Girault, *Ouvriers en banlieue XIXe–XXe siècles*. Paris: Éditions Ouvrières, 1998, p97 e 179–180

por parte do movimento sindical⁶³. A habitação estava no centro das preocupações e reivindicações das organizações operárias. As mulheres eram particularmente sensíveis às questões relacionadas com os espaços residenciais⁶⁴. A questão do inquilinato foi das mais mobilizadoras e politizadas durante o período em análise, sentida como «uma inqualificável violência das classes ricas sobre as classes pobres». No primeiro grande ciclo de agitação social em Portugal, «um dos assuntos postos na ordem do dia após os últimos acontecimentos é o das rendas das casas. Tanto é certo que o nosso povo não encara a República como simples questão de mudança de regime político. Assim num grande brado se reclama contra o pagamento adiantado do aluguer das habitações aos semestres e trimestres, exigindo-se do parlamento uma lei que regule o pagamento aos meses». Era exigido que se condenasse «as moradias ruins» através da intervenção das câmaras municipalizando o serviço das habitações e fazendo construir casas higiénicas e baratas»⁶⁵.

As populações operárias empenharam-se ainda na contestação à falta de equipamentos e serviços públicos. No Barreiro, a falta de escolas era constantemente sublinhada por um dos mais importantes jornais locais nos anos vinte, editado sobretudo por ferroviários⁶⁶.

63 David Pereira, *As políticas sociais em Portugal (1910–1926)*, Tese de Doutoramento em História defendida na FCSH da UNL, 2012, p20, 41 e 463

64 «A mulher no movimento operário», *O Corticeiro*, 5 de Fevereiro de 1910, p4

65 «Actualidades», *O Trabalho*, 6 de Novembro de 1910, p1

66 «Instrução em geral no país e na vila do Barreiro», *Éco do Barreiro*, 25 de Agosto de 1925, Suplemento.

No *Eco do Barreiro* defendiam ser «ao Estado que compete mandar construir um edifício escolar na nossa vila»⁶⁷. A inacção do mesmo induzia a mitigação destas carências por parte das associações locais. Foi verificado, nos fundos próprios conservados e na imprensa regional, que as mais de quatro centenas de agremiações voluntárias que germinaram na Península de Setúbal, entre 1890 e 1930, asseguravam um amplo conjunto de serviços ligados à educação, à previdência, à saúde, ao consumo, etc.

De facto, a concentração da indústria, a especulação imobiliária mas também a deficiência de equipamentos urbanos, tornaram indispensável não só a prossecução de estratégias de sobrevivência diversificadas mas também a acção colectiva dos trabalhadores na produção social do espaço. Os testemunhos materiais da agência das classes subalternas no território têm vindo a constituir fontes essenciais para compreender a experiência colectiva nestas comunidades, mas também o significativo papel do espaço. A necessidade de assegurar serviços básicos, bem como de criar espaços de sociabilidade secundária, teve um papel fundamental na reconfiguração, formalização e consolidação das redes sociais que atravessavam o mundo do trabalho industrial em formação⁶⁸. A base social das colectividades da Península de Setúbal, analisada a partir das fichas de sócios conservadas,

67 «A instrução primária no Barreiro: falta de escolas», *Éco do Barreiro*, 15 de Outubro de 1925, p1

68 Margaret Kohn – *Radical Space: building the house of the people*, Ithaca: Cornell University Press, 2003, p2, 23 e 46

reflecte esse processo, bem como uma tendência evolutiva no sentido de agregar diferentes grupos profissionais fora da fábrica.

A produção destes espaços beneficiou da filantropia de particulares integrados em estratos bem posicionados na pirâmide social, mas nos países latinos, e numa percentagem significativa dos casos analisados na Península de Setúbal, resultou sobretudo do empenho colectivo de elementos enquadráveis nas classes trabalhadoras, nomeadamente operários empregues nas novas unidades de produção industrial, mas também antigos artesãos, pescadores e outros trabalhadores ligados às actividades locais tradicionais.

3. A configuração das proximidades sociais

Vários autores, ao analisar as áreas industriais e as comunidades operárias construídas neste período, sublinham que estes socio-espacos correspondem antes de tudo a pessoas e a relações de vizinhança, de solidariedade e de identidade. Só assim é compreensível a distância entre a realidade material observada e os testemunhos orais recolhidos em diferentes contextos. «A vida era bela nessa época...», frisava um residente no *Borgo de San Paolo* nas primeiras décadas do século XX⁶⁹. Também no contexto francês, como sublinha Yves Lequim, prolifera em torno do quarteirão operário o discurso das intimidades, do calor das vizinhanças, da familiaridade das ruas e dos pátios, através das camaradagens dos terrenos baldios, das fraternidades das escadas,

69 Danielle Jalla, «Les Barrières ouvrières de Turin», *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982) p92–97

dos companheirismos de percurso, em resumo de todas as ocasiões de encontro e de trocas da vida quotidiana⁷⁰.

Na Península de Setúbal, são também conhecidos abundantes testemunhos orais, principal fonte utilizada na análise das sociabilidades espontâneas e informais, confirmando a indiscutível força das relações que atravessavam estes bairros operários, particularmente no que se refere às sociabilidades mais primárias⁷¹.

Para além dos testemunhos orais, os registos de casamento têm vindo a ser eleitos como fonte privilegiada para analisar a evolução das relações de parentesco e amizade. Entre as interpretações possíveis destes frutuóseos dados, foi verificado, no período em análise, uma destacadíssima endogamia geográfica⁷², vestígios de antigas redes de ofício, trazidas pelos artesãos e mestres expulsos dos centros da cidade, bem como pelos camponeses e jornaleiros recém-chegados dos campos⁷³. Estes diferentes percursos e relações interagiram nos sócio-espacos operários em formação numa fase de grande crescimento industrial e urbano, facilitando a integração das famílias no denso tecido de conexões organizadas que se formavam nas cidades e seus subúrbios.

70 Yves Lequin, «Ouvrières dans la ville». *Mouvement Social*, Vol. XXXII/1 (Janvier 1982)

71 Fundo oral do Museu da Cidade de Almada; Ana Nunes de Almeida, *A Fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro Lisboa*: [s.n.], 1990.; Sónia Ferreira, *Mulheres e Fabricantas: resistência operária em Almada* Tese de doutoramento em Antropologia, FCSH, 2008; entre outros.

72 José Luis Oyon, «La ruptura de la ciudad obrera y popular. Espacio urbano, inmigración y anarquismo en la Barcelona de entreguerras, 1914–1936», *Historia Social*, n.º 58 (2007) p138–139

73 Gabriella Bonacchi e Alessandra Pescarolo, «Cultura della comunità e cultura del mestiere alle origini della «resistenza» proletária italiana», *Movimento Operaio e Socialista*, ano III (1980) p46

Com efeito, a noção de êxodo rural e desenraizamento repentino determinado pela industrialização tem vindo a ser matizada, tendo em conta os laços de reciprocidade das comunidades provinciais que se reconstituíram em torno das cidades⁷⁴. Neste processo, que envolveu movimentos demográficos massivos do campo para a cidade, as antigas redes comunitárias rurais e as de ofício desempenharam um papel fundamental. Os migrantes tendiam a escolher os mesmos destinos dos seus vizinhos e colegas de trabalho e a reproduzir a sua teia de relações no novo habitat, dando origem a bairros que se caracterizam pela mesma origem geográfica e profissional da sua população. As redes de migração e integração asseguravam recursos de subsistência e expectativas de emprego. Em muitas cidades, a migração e o acesso ao mercado de trabalho eram funções das mesmas redes sociais⁷⁵.

As sondagens realizadas nos registos paroquiais e nas fichas dos sindicatos nacionais da Península de Setúbal permitiram aferir esta tese, demonstrando que durante o período de desenvolvimento industrial, verificado entre finais do século XIX e meados da década de vinte da centúria seguinte, as redes migratórias, organizadas a partir da província, permitiram aos forasteiros uma efectiva integração nos contextos de chegada. Estas fontes comprovam o peso das redes familiares e comunitárias na organização dos fluxos migratórios a partir de concelhos e freguesias específicas e demonstram que

74 Yves Lequim, *La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848–1914)*. Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1977

75 Louise Tilly, *The working class of Milan, 1881–1911*, Oxford: University Press, 1992, p77

esta estratégia facilitava o ingresso nas grandes fábricas, pesando os naturais destes mesmos concelhos e freguesias entre os forasteiros inscritos nas empresas onde o *jornal* era mais estável. A proveniência de várias famílias de uma mesma freguesia, a sua recomposição à escala do lugar pelo casamento entre conterrâneos e a repartição do trabalho artesanal e fabril entre naturais e forasteiros, são dados que vão ao encontro das teses gerais, destacando o peso das redes de migração e integração na estruturação das relações sociais.

No entanto, como foi ilustrado, a fábrica e a sua envolvente, onde habitavam os trabalhadores, estimulava a germinação de novas relações que superavam os conhecimentos familiares ou originários do meio camponês. À medida que estes poderosos vínculos completavam a integração urbana, as redes de migração diluíam-se e passavam a ser as proximidades profissionais e vicinais a determinar as relações sociais urbanas⁷⁶.

Contabilizando-se a percentagem de casamentos entre famílias forasteiras e locais na Península de Setúbal, verificam-se diferentes padrões, mas uma evolução geral tendente à integração dos migrantes através do matrimónio. Apesar das redes de migração terem mantido um peso ainda assinalável onde e quando os movimentos

76 Yves Lequim, La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848–1914), La formation de la classe ouvrière régionale. Les Ouvriers de la région lyonnaise (1848–1914). Lyon: Presses universitaires de Lyon, 1977 p22; Maurizio Gribaudi, Itinéraires ouvriers: espaces et groupes sociaux à Turin au début du XX siècle, Turin: G. Einaudi, 1987, p234–235; Angel Smith, Anarchism, revolution and reaction: Catalan labour and the crisis of Spanish state, 1898–1923, New York: Berghahn, 2007, p61–62

migratórios são mais intensos, o que é facto é que os casamentos entre naturais têm uma proporção pouco expressiva sendo perceptível que a tendência para segregar os forasteiros é menor do que aquela que permite a sua integração nas redes locais.

As proximidades e distâncias sociais nestas comunidades são profundamente condicionadas pela convivência nos espaços residenciais – a esmagadora maioria dos noivos e noivas foram escolhidos na mesma divisão administrativa ou no mesmo bairro –, mas também indissociáveis da inserção das famílias migrantes no mercado de trabalho. Para além da comunidade de residência, os dados disponíveis apontam para o papel dos locais de trabalho e do ofício como estruturadores das redes de relação.

Nos finais de oitocentos, era ainda muito ténue a ligação entre os estratos superiores e inferiores da classe operária. Era maior a proximidade dos artesãos e trabalhadores qualificados aos *marítimos*, uma classe profissional com um peso muito significativo nas comunidades de residência. No mesmo período, os *trabalhadores* constituíam um grupo relativamente fechado sobre si próprio. As suas relações de amizade eram marcadas por altas taxas de auto-recrutamento. Os dados recolhidos sugerem ainda que, antes do arranque industrial, os elementos destes estratos não se sentiam particularmente próximos dos seus colegas qualificados, preferindo escolher membros melhor posicionados na hierarquia social para testemunhar os seus casamentos.

Esta realidade altera-se substancialmente nas décadas seguintes, devido às transformações já descritas na organização do trabalho. Analisando as proximidades sociais destas classes profissionais,

entre 1909–1910, podemos verificar que os ofícios tradicionais que se mantiveram relevantes no quadro da produção industrial mantiveram os seus laços de ofício, comprovados em altas taxas de endogamia profissional, mas também aprofundaram as suas relações com outras camadas com as quais partilhavam os espaços de produção. É o caso dos *soldadores* de Setúbal que reforçam a proximidade com os *trabalhadores* ou dos *corticeiros* que aprofundam os laços nos locais de trabalho com os seus congéneres, mas também com serralheiros, operários e trabalhadores indiferenciados.

O mesmo se poderá dizer em relação aos *ferroviários* do Barreiro. Muito embora os contratados pela companhia dos CFSS dificilmente se possam considerar uma classe, tendo em consideração a estratificação interna aos diferentes serviços nas oficinas e nas linhas, a verdade é que os laços entre maquinistas e operários, entre chefes de estação e factores são muito fortes.

É de destacar que, neste recorte temporal, os *trabalhadores* surgem entre os mais escolhidos como testemunhas dos matrimónios de todos os profissionais da indústria, sugerindo que, não obstante as hierarquias dentro da fábrica, entre 1890 e 1910, esta camada se integrou efectivamente nas redes de relação aí desenvolvidas.

As configurações profissionais que analisámos permitiram verificar os comportamentos regulares mas também os atípicos. Esta é uma ferramenta metodológica importante para descortinar os limites dos universos relacionais, bem como a maior ou menor abertura dos meios sociais. No entanto, obscurece de alguma forma a relação entre categorias mais alargadas que tiveram um papel importante no processo histórico.

Tendo em consideração a composição social dos aglomerados urbanos de vocação industrial em análise, são sobretudo relevantes as ligações entre *artesãos*, *trabalhadores qualificados*, *semiquualificados* e *indiferenciados*, sendo pertinente reconstruir historicamente e à escala do lugar, a evolução das proximidades e distâncias entre estes estratos, num período marcado pela transformação profunda das actividades económicas e das estruturas sociais.

Apesar da persistência das relações de tipo clientelista, o que estes dados apontam como inédito na alvorada do século XX são as proximidades desenvolvidas nos espaços industriais, entre os diferentes protagonistas do trabalho na *Fábrica*. O ingresso massivo de trabalhadores indiferenciados nestes novos espaços, a emergência do trabalho semi-qualificado graças à maquinaria introduzida e a consequente erosão do papel do artesão na produção induziram a secundarização das redes de ofício e a germinação de laços mais abrangentes.

Com diferentes nuances, estruturadas pelas dinâmicas migratórias, pelas funções urbanas de cada sócio-espço, actividades dominantes e consequente composição social, observa-se uma evolução dos padrões de proximidade e distância social, que a par da mitigação da segregação entre naturais e recém-chegados, tende a esbater a estratificação entre os trabalhadores industriais.

Não obstante a percentagem daqueles que procura unir-se a elementos melhor posicionados na hierarquia social, são mais aqueles que se relacionam com os seus congéneres ou com outros grupos com quem partilham locais de trabalho, de residência e condição. Esta endogamia social, que durante aquele período tende a mitigar a barreira da qualificação, estará na base da criação de fortes laços de

reciprocidade entre as classes trabalhadoras, o que ajuda a explicar os ciclos de agitação social que marcaram a segunda década do século XX.

De facto, antes do embate da crise dos anos vinte, que determinou uma contracção significativa do mercado de trabalho, as proximidades e distancias sociais testemunhadas nas relações de matrimónio e compadrio, atestam que nos aglomerados suburbanos de vocação industrial as relações entre os vários estratos do operariado se estreitam. Não obstante a presença e a convivência com outras camadas sociais, é sobretudo entre os trabalhadores manuais e assalariados que se sedimentam as mais profundas ligações.

Os Operários na Cidade:

IDENTIDADES PROFISSIONAIS E RELAÇÕES DE VIZINHANÇA
EM ALCÂNTARA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Compreender melhor as formas de estratificação social numa população urbana heterogénea mas profundamente marcada pelo processo de industrialização, foi o principal objectivo do meu estudo sobre os habitantes do bairro de Alcântara em Lisboa, no início do século XX¹. A ideia era questionar o alto nível de diferenciação social das sociedades contemporâneas e as formas locais de coesão social, tentando identificar as “estruturas sociais subjacentes” com base na reconstituição de universos relacionais². Em parte, essa ins-tigação inscrevia-se na continuidade dos numerosos estudos que têm escolhido o bairro como espaço privilegiado para a análise “de perto e de dentro” (José Guilherme Magnani) de práticas e percursos

1 Este estudo foi o objecto de uma tese de doutoramento defendida na Université Lumière Lyon 2 em 2003 e publicada mais tarde numa versão abreviada. Vidal, Frédéric. 2006. *Les habitants d'Alcântara. Histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du XXe siècle*. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.

2 Grendi, Eduardo. 1977. «Micro-analisi e storia sociale». *Quaderni Storici*, nº35: 506–520. Este trabalho situava-se também no quadro teórico da sociologia configuracional de Norbert Elias. Para uma apresentação geral ver: Elias, Norbert. 1991. *Qu'est-ce que la sociologie?* La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube (*Was ist Soziologie?*, 1ª edição 1970)

individuais ou colectivos, de formas de viver ou de investir o espaço urbano, nomeadamente no contexto das cidades industrializadas³. Reconsiderarei a problemática do bairro do ponto de vista de uma história social da cidade, atenta às formas de relação social quotidianas: relações efectivas entre indivíduos ou famílias que partilham um mesmo espaço residencial. O bairro era para mim, antes de mais, um meio específico de relações e de interacções sociais.

Foi a questão clássica da relação entre proximidade espacial e proximidade social que me preocupou⁴. Como interpretar as diferenças de estatuto socioprofissional entre os indivíduos envolvidos nas interacções sociais quotidianas num bairro industrializado? Será que existem linhas de partilha facilmente identificáveis e relativamente estáveis entre grupos de indivíduos que, em parte, são determinadas pelas pertenças sociais ou socioprofissionais? Que fontes e metodologias podem ajudar a identificar essas dinâmicas sociais que operam à escala do espaço residencial (o espaço do bairro ou da rua)? Tendo em conta a natureza do meio social em análise, essas questões têm conduzido a uma reflexão mais geral em torno da relação entre um

3 Os estudos de bairro conheceram um importante desenvolvimento na historiografia francesa dos anos 1980 e 1990. Para um balanço crítico: Burdy, Jean-Paul. 1992. «Les quartiers et la ville industrielle en France (XIX^e siècle–XX^e siècle): une approche thématique et bibliographique des dynamiques sociales et culturelles». *Historiens et Géographes*, n.º 335: 213–236; Burdy, Jean-Paul. 1994. «La monographie de quartier en histoire urbaine: quelques éléments de bilan sur une recherche stéphanoise». *Histoire Economie et Société*, n.º 3: 441–448; Saunier, Pierre-Yves. 1994. «La ville en quartiers: découpages de la ville en histoire urbaine». *Genèses*, n.º 15: 103–114.

4 Magri, Susanna. 1993. «Villes, quartiers: proximités et distances sociales dans l'espace urbain», *Genèses*, n.º 13: 151–165.

mundo operário – definido enquanto grupo socioprofissional específico – e o universo mais diversificado da cidade.

A diversidade socioprofissional da população de Alcântara

Nos anos 1930, a imagem do bairro de Alcântara remete para a ideia tradicional do bairro popular onde vivem operários mais ou menos qualificados, empregados de comércio e pequenos comerciantes, artesãos, alguns empregados do Estado (polícias, militares, nomeadamente). Apesar de já se notar sinais do recuo da actividade industrial, a componente operária deste meio social costumava ser ainda bastante destacada nessa época.

Durante a segunda metade do século XIX, o vale de Alcântara conhece uma profunda e rápida mutação. O subúrbio periférico transforma-se num bairro popular e urbano. Neste período, a população de Alcântara cresce com um ritmo nitidamente superior ao da população lisboeta. Segundo o censo de 1900, a freguesia de Alcântara – cujos limites correspondem mais ou menos ao território tradicionalmente identificado como sendo o “bairro” de Alcântara – tem 22.745 habitantes, o que corresponde nessa altura a 6,4% da população total do concelho de Lisboa. Em 1864, essa mesma proporção era de 4,4%. Durante as primeiras décadas do século XX, o crescimento da população de Alcântara torna-se mais brando. Em 1940, a proporção em relação à população total de Lisboa regressa

aos valores registados na metade do século XIX: 4,9%, para uma população total na freguesia de 34.903 habitantes⁵.

A estrutura social da população também se altera ao longo dessas décadas. Desde metade do século XIX, Alcântara ganha uma vocação predominantemente industrial. Na viragem do século XX, o bairro acolhe ainda algumas das mais importantes empresas do país. A actividade é relativamente diversificada, prevalecendo todavia a produção em pequena escala. Apenas algumas dezenas de empresas chegaram a atingir uma maior dimensão: no sector têxtil, da mecânica, ou da química. Uma das mais conhecidas é a CUF que nasce da fusão, em 1898, da União Fabril e da Companhia Aliança Fabril, duas empresas sedeadas no bairro. Desde a sua fundação em 1865, a União Fabril, situada da Rua das Fontainhas e controlada pelo grupo de investimento Burnay, destacou-se na área então embrionária da química: fabricação de sabões, velas, óleos. Em poucos anos, a CUF viria a tornar-se o principal grupo industrial português mas, a partir dos anos 1910, desenvolve-se essencialmente na área do Barreiro, na margem Sul do Tejo. Durante a década de 1930, a economia local de Alcântara continua a ser marcada pela actividade industrial. Em relação ao final do século XIX, regista-se no entanto um declínio dos sectores tradicionais, tais como o têxtil e os curtumes. A metalurgia, por seu lado, pouco se desenvolveu. Em suma, na primeira metade do século XX, Alcântara é sobretudo um lugar de expansão de uma

5 Fontes: Censos. Estes valores têm em conta a evolução das divisões administrativas (limites da freguesia e do concelho) ao longo do período.

economia urbana cuja actividade industrial está intimamente ligada ao mercado local: uma actividade de transformação, de transporte ou de comercialização de bens de consumo imediato.

As fontes disponíveis nem sempre permitem caracterizar com grande precisão a evolução económica e social do bairro. Os inquéritos industriais ou os dados estatísticos são muito mais ricos em finais do século XIX, período de apogeu da vocação industrial de Alcântara, enfatizando a componente operária da população do bairro. Por outro lado, com o desenvolvimento das redes de transportes – a linha do eléctrico entre Cais do Sodré e Algés, via Alcântara, é inaugurada em 1901 –, as actividades presentes no bairro dão uma ideia cada vez mais aproximativa da composição socioprofissional da população residente.

O estudo das representações do bairro e da circulação das “imagens urbanas” associadas a Alcântara permite repensar o objecto de estudo⁶. Surge então a imagem de um meio social mais composto e intimamente ligado às dinâmicas sociais e políticas envolventes. Entre os finais do século XIX e os anos 1940, os discursos sobre Alcântara veiculam vários tipos de representações: a imagem do subúrbio operário, do bastião republicano e, por fim, a imagem do “bairro popular” que incorpora os discursos tradicionalmente associados aos outros bairros “típicos” da capital⁷. É possível estabelecer

6 Lepetit, Bernard. 1988. *Les villes dans la France moderne (1740–1840)*. Paris: Albin Michel.

7 Cordeiro, Graça Índias e António Firmino da Costa. 1999. «Bairros: contexto e intersecção». In *Antropologia urbana*, dir. Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 58–79.

uma cronologia mais precisa deste processo de construção identitária: a imagem de subúrbio operário está mais presente no fim do século XIX; Alcântara torna-se uma zona de forte implantação do movimento republicano antes de 1910; a imagem de “bairro popular” cristaliza-se nos anos 1930. Mas a análise das representações do bairro de Alcântara permite sobretudo assinalar a diversidade social do povoamento desta zona de Lisboa. As referências identitárias ligadas a Alcântara estão sempre emprenhadas por uma forte componente operária e industrial. Mas elas vão-se complexificando durante as primeiras décadas do século XX, integrando a presença de uma população mais heterogénea. É essa diversidade de povoamento, essa tensão ou conjugação entre mundo operário e mundo urbano que constituíram o principal objecto do meu estudo. Deixando de lado a história de uma comunidade urbana, passei então a analisar um conjunto de itinerários individuais e de práticas relacionais.

Os registos paroquiais e civis constituem uma fonte quase única para acompanhar a evolução da composição socioprofissional da população de Alcântara. O meu trabalho baseou-se na recolha das declarações registadas pelos habitantes de duas ruas de Alcântara por ocasião de um baptismo ou de um nascimento. Recolhi as declarações dos casais que moravam na Rua da Cruz e na Rua Feliciano de Sousa, entre 1900 e 1910 (registos de baptismo) e entre 1930 e 1939 (registos de nascimento). Trabalhei com base num total de 1082 declarações que correspondem a 809 casais, para as duas ruas e os dois períodos.

Não vou aqui expor os pormenores do método de análise utilizado⁸. Distanciei-me das abordagens habituais da demografia histórica que costuma utilizar estes registos para reconstituir grupos populacionais ou comunidades de habitantes, e as suas evoluções diacrónicas. Tentei analisar e interpretar esta fonte de duas maneiras. Primeiro, fiz uma análise sistemática dos procedimentos de declaração e de redacção das actas. O vocabulário e as expressões utilizadas para enunciar a morada ou a profissão testemunham dos processos de construção das identidades sociais. As declarações nesses registos são na realidade fruto de um grande número de mediações. O facto é bastante claro quando se trata de analisar as declarações profissionais. Um primeiro elemento chamou rapidamente a minha atenção: as mulheres não têm profissão (nos anos 1900) ou são quase todas domésticas (nos anos 1930). Estamos aqui obviamente na presença de um discurso construído. Não é o trabalho feminino que surge nessa fonte mas sim um olhar da sociedade portuguesa sobre a actividade profissional das mulheres. A segunda interpretação desta fonte foi mais experimental. Estes documentos dão conta de uma grande variedade de relações sociais entre indivíduos que partilhavam um mesmo espaço residencial. Coloquei a hipótese que, através

8 As questões metodológicas foram tratadas em dois artigos: Vidal, Frédéric. 2004. «Factores de diferenciação social em Alcântara no início do século XX: a análise de uma lista de declarações profissionais». *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº45: 53–70; Vidal, Frédéric. 2004. «As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede?», *Ler História*, nº46: 223–238.

das ligações entre os pais e os padrinhos, seria possível reconstituir fragmentos de redes de relações sociais.

Lógicas declarativas e diversidade das identidades profissionais

A lista das declarações profissionais masculinas recolhidas nos registos paroquiais e civis permite registar os rastros de uma paisagem social bastante diversificada (quadro 1). Foram recolhidas, para os dois períodos, 166 declarações. Obviamente, a frequência de cada declaração é bastante irregular. A declaração de “trabalhador” é a única que ultrapassa sistematicamente o limiar dos 20%, em cada rua e em cada época. Na Rua da Cruz e nos anos 1930, os “empregados de comércio” correspondem a mais de 10% das declarações. Uma pequena dezena de profissões corresponde a entre 2% a 5% das declarações: caldeireiro, marítimo, pedreiro, serralheiro, carpinteiro, operário, etc. Por fim, cerca de um terço das profissões declaradas são desempenhadas por um ou dois indivíduos. Reencontramos aqui a imagem das ruas populares onde se cruzam operários mais ou menos qualificados, membros do mundo do pequeno comércio, artesãos, empregados do sector privado ou do Estado, membros do exército ou dos diferentes serviços de segurança pública (bombeiros, polícia, guarda fiscal, etc.).

Obviamente, com um pouco mais de atenção, é possível elaborar um retrato mais complexo das características da composição socioprofissional da população e da sua evolução: a predominância de sectores de actividade relativamente bem definidos (a metalurgia, a construção civil, o comércio); a forte presença de indivíduos sem qualificação

1900-1019			1930-1939		
DECLARAÇÕES	N.	%	DECLARAÇÕES	N.	%
Caixoteiro	3	0,9	Caixoteiro	3	1
Soldador	3	0,9	Ferroviário	3	1
Vendedor de hortalça	3	0,9	Marceneiro	3	1
Caldeireiro de ferro	4	1,2	Marinheiro da Armada	3	1
Canteiro	4	1,2	Militar	3	1
Cocheiro	4	1,2	Motorista	3	1
Marinheiro da Armada	4	1,2	Barbeiro	4	1,3
Polícia civil	4	1,2	Empregado da Carris	4	1,3
Empregado no comércio	5	1,5	Empregado de escritório	4	1,3
Comerciante	6	1,8	Funileiro	4	1,3
Ferreiro	6	1,8	Marinheiro	4	1,3
Marítimo	6	1,8	Descarregador	5	1,7
Carroceiro	7	2,2	Estivador	5	1,7
Sapateiro	7	2,2	Sapateiro	5	1,7
Tecelão	7	2,2	Comerciante	6	2
Caldeireiro	8	2,5	Operário	6	2
Carpinteiro	8	2,5	Pedreiro	6	2
Fundidor	8	2,5	Ajudante de caldeireiro	9	3,1
Pedreiro	9	2,7	Serralheiro	9	3,1
Serralheiro	16	4,9	Carpinteiro	12	4,1
Operário	21	6,4	Marítimo	14	4,7
Trabalhador	123	37,6	Caldeireiro	20	6,7
			Empregado no comércio	25	8,4
			Trabalhador	70	23,5
Outras declarações *	61	18,7	Outras declarações *	68	22,8
Total	327	100	Total	298	100

* Menos de três ocorrências

Quadro 1: As declarações profissionais dos pais da Rua da Cruz (efectivos e percentagens)

profissional (os “trabalhadores”, cuja proporção parece diminuir entre os dois períodos); a emergência, nos anos 1930, dos empregados do sector terciário que se nota com a presença mais numerosa dos “empregados”, “empregados de escritório” ou “dactilógrafos”. Se compararmos as listas das declarações recolhidas nos anos 1900 com as dos anos 1930, a repercussão de algumas mutações técnicas é também visível: surgimento de novas profissões (os “electricistas”) e desaparecimento de outras (“condutor dos americanos”, por exemplo).

Declarar ou mandar registar a sua profissão não é um processo simples. Um serralheiro, um caldeireiro, um carpinteiro, um empregado da Carris, um empregado da câmara municipal ou um militar não declaram a sua profissão na mesma maneira. Em função dos casos, pode ser declarado um saber-fazer, uma qualificação, a pertença a um grupo socioprofissional (uma classe), um conhecimento técnico, um estatuto profissional, ou uma posição numa hierarquia social. Ao responder à questão “qual é a sua profissão?”, cada indivíduo pode escolher privilegiar um desses modos de identificação.

É possível estabelecer uma tipologia grosseira das lógicas declarativas, como acabei de o fazer. Todavia, a partir da terminologia ocupacional utilizada nesses documentos, raramente pode ser determinado com precisão o estatuto profissional ou o nível de qualificação. Um mesmo termo pode designar um operário ou um artesão independente. A um nome específico não corresponde sistematicamente uma qualificação real, etc. Por exemplo, algumas denominações ocupacionais designam a especialidade de um estabelecimento industrial e não a qualificação dos trabalhadores: como saber se os “bolacheiros” possuem um real saber-fazer ou são simplesmente operários pouco

qualificados de uma fábrica de bolachas? Existe também o problema da evolução dos usos do vocabulário e da terminologia ocupacional. Nos anos 1930, um *chofer* conduz um veículo. No século XIX e, provavelmente, ainda nos anos 1900, este termo designa geralmente a pessoa encarregada do abastecimento de uma máquina a vapor. Como ter a certeza dos usos em curso em Alcântara e no meio social estudado durante a primeira metade do século XX?

Temos também de ter em conta as condições e o contexto do acto declarativo. A maior parte dos registos são assinados pelos declarantes. Podemos considerar que as declarações são efectuadas pelos indivíduos em questão. Isso não significa que a natureza da informação declarada não possa variar em função dos indivíduos e das suas intenções no momento de declaração. Em função dos percursos individuais, do momento do ciclo de vida, do modo de inserção no meio urbano, a qualidade e a natureza da informação fornecida podem ser bastante variáveis. Por exemplo, podem existir diferenças entre as declarações das pessoas nascidas em Alcântara e as pessoas que chegaram posteriormente ao bairro. Na ausência de documentação comprovativa da exactidão das declarações, as formas de autocontrolo são mais eficientes para as pessoas conhecidas e inseridas nas redes locais de relação social. Pierre Bourdieu resume uma parte do problema com a fórmula inspirada por um velho provérbio francês: “quem se casa longe de casa, ou engana ou está enganado”⁹.

9 Bourdieu, Pierre. 2002. *Le bal des célibataires*. Paris: Seuil.

Uma grande parte destes fenómenos ficou fora do meu alcance. As informações recolhidas nesses registos permitem frisar todo um conjunto de relações e de negociações em torno das quais se constroem as identidades sociais e profissionais que são intrinsecamente instáveis. Estas listas de declarações podem ser aparentadas com uma taxinomia indígena. Testemunham lógicas afectivas descritas por Émile Durkheim e Marcel Mauss¹⁰. Caracterizam-se pelo facto de serem redundantes, flutuantes, e incluírem uma ordem hierárquica, mas apenas de uma maneira implícita, parcial e mais ou menos aleatória¹¹. No entanto, dois elementos parecem ser determinantes na definição das identidades profissionais: o nível de qualificação e o estatuto profissional, definido em termos jurídicos: o facto de ter ou não uma relação de tipo contratual com uma empresa ou ser funcionário público, por exemplo. Para perceber a relação entre esses dois elementos, há que ter em conta as características gerais do mercado do trabalho em Lisboa durante as primeiras décadas do séc. XX. Queríamos aqui realçar duas dessas características. Nessa época, o tipo de produção e a natureza do tecido industrial implicavam, geralmente, uma especialização limitada das profissões. Este contexto reflecte-

10 Durkheim, Émile, e Marcel Mauss. 1903. «De quelques formes primitives de classification», *Année Sociologique*, 6: 1–72.

11 Guereau, Alain. 1993. «À propos d'une liste de fréquences des dénominations professionnelles dans la France du XIXe siècle», *Annales ESC*, 4: 979–986. Ver também: Blum, Alain, e Maurizio Gribaudi. 1990. «Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social», *Annales ESC*, 6: 1365–1402; Blum, Alain, e Maurizio Gribaudi. 1993. «Les déclarations professionnelles: pratiques, inscriptions, sources», *Annales ESC*, 4: 987–995.

-se, em particular, na fraca diversidade da nomenclatura ocupacional vulgarmente utilizada, nomeadamente no sector da metalurgia mas também em domínios mais novos na época, como a manutenção de instalações eléctricas ou a condução de veículos. Uma especialização em tarefas raramente leva à formação de uma identidade profissional específica que se manifeste pelo uso comum de uma denominação apropriada. Em muitos sectores de actividade, a paisagem ordena-se em torno de algumas profissões chave – serralheiro, caldeireiro – que reencontramos em vários espaços de produção. Estes sectores podem, no entanto, ter adoptado modos de organização do trabalho bastante diferentes: a pequena oficina independente, a grande fábrica, a oficina de manutenção de uma companhia como a Carris.

Uma segunda característica do mercado de trabalho remete para uma outra imagem das formas de trabalho assalariado em Lisboa nesta época. Domina uma impressão de grande diversidade e complexidade dos estatutos. Mais do que a natureza do “ofício”, é o tipo de “emprego” que define claramente a posição social. Podemos tomar por exemplo, a organização interna da companhia Carris e, sobretudo, das suas oficinas de Santo Amaro. Nos anos 1940, a Carris empregava cerca de 4000 pessoas. Até aos anos 1950, nas oficinas de Santo Amaro, trabalharam várias centenas de pessoas, na construção e na manutenção dos eléctricos¹². Os serralheiros, os caldeireiros, os electricistas que faziam parte do quadro do pessoal da Carris

¹² Ver: António Paes de Sande e Castro, *A Carris e a Expansão de Lisboa – Subsídios para a História dos Transportes Colectivos da Cidade de Lisboa*, Museu da Carris, 1956 (estudo dactilográfico).

tinham, tal como os condutores dos veículos, direito a numerosas regalias. Alguns – quais? Isto fica por estudar – tinham possibilidade de fazer carreira no seio da companhia com base em tabelas estritamente definidas. O exemplo da companhia Carris é sem dúvida paradigmático da diversidade das formas de emprego em Lisboa na primeira metade do século XX. Não é o único, como o testemunha um documento publicado pelo INE em 1945, que dá conta das variações nas taxas de remuneração então estabelecidas, em função dos estatutos profissionais ou do sector de actividade¹³. Num meio urbano como o de Alcântara, o ofício pode ter um papel essencial na construção das identidades individuais, mas já estamos numa época onde o importante é ter um “bom emprego”¹⁴.

As práticas relacionais

Gostaria de acabar este texto com algumas reflexões acerca da influência dos estatutos profissionais na configuração das redes de relações sociais. A escolha dos padrinhos pelos pais das crianças registadas é considerada como um indício das práticas relacionais das famílias¹⁵. A presença dos padrinhos ao lado dos pais da criança

13 Instituto Nacional de Estatística. 1945. *Taxas de Remuneração de Trabalho oficialmente estabelecidas 1934–1944*, Lisboa: INE.

14 Lequin, Yves. 1986. «Le métier». In *Les lieux de mémoire*, org. Pierre Nora. Vol 3 (2). Paris: Gallimard, 377–419.

15 Esta análise baseia-se em duas fontes distintas: os registos paroquiais e os registos civis. Neste estudo, considereei estes dois registos como fontes semelhantes. Em bom rigor, isto é apenas uma convenção. Os “padrinhos de baptizado” e os “padrinhos de registo civil” ocupam lugares essenciais mas

recém-nascida pode levar a vários tipos de interpretação. As relações de compadrio derivam de uma prática secular que tem a sua própria história e cujas regras evoluíram no tempo e em função dos contextos sociais locais ou nacionais. Neste caso, é legítimo interrogar-se sobre o significado que podemos dar a estas relações no contexto específico de um bairro industrializado de uma grande cidade da Europa do sul, onde as formas tradicionais de compadrio (relação entre os pais e os padrinhos) e de apadrinhamento (relação entre os padrinhos e o afilhado) poderiam ter perdurado. Defendo a hipótese da existência de uma informalização das relações de compadrio em Alcântara durante as primeiras décadas do século XX. As escolhas dos habitantes são o resultado de um processo claramente individualizado. Não existem padrinhos onnipresentes, escolhidos por várias famílias, como é costume nas comunidades onde o compadrio tem mantido a forma de uma relação de tipo clientelar¹⁶. Tudo indica que os padrinhos fazem

nem sempre semelhantes. Nos anos 1930, a menção da identidade dos padrinhos pode parecer duvidosa. Neste período, embora não existisse qualquer tipo de obrigatoriedade legal, a identidade do padrinho e da madrinha das crianças declaradas consta sempre dos registos de nascimento. No que se refere ao primeiro período, podemos interrogar-nos acerca da eventualidade de uma selecção involuntária de uma certa categoria de população. Pois, antes de 1911, os não católicos que queriam apenas declarar um nascimento sem para isso baptizar a criança, podiam teoricamente recorrer aos “livros da administração” instituídos em 1878. Em Alcântara, estes livros foram pouco utilizados e podemos considerar que os registos paroquiais tinham na prática a função de registo civil. Sobre a função do registo civil antes de 1911 ver a introdução ao decreto de 1878 por Thómas Antonio Ribeiro Ferreira, então secretário de estado dos negócios eclesiásticos e de justiça: *Decreto de 28 de Novembro de 1878*, Lisboa, 1878.

16 Uma única excepção, nos registos de baptismo do início do século: o padrinho “empregado na igreja”. No decorrer do estudo, estes casos foram tratados à parte.

parte do quotidiano dos pais: não existem grandes distâncias, nem sociais nem residenciais, entre os pais e os futuros padrinhos.

O estudo destas relações de compadrio baseia-se apenas em indícios muito parcelares. As relações entre os pais e os padrinhos podem ser caracterizadas com base nas eventuais afinidades profissionais, familiares (quando o grau de parentesco é conhecido, ou através de indícios de tipo patronímico), e residenciais (mas apenas para os anos 1930, nos anos 1900 a residência dos padrinhos não consta nos registos). Como havia muito mais informações sobre os homens (os nomes completos, as profissões) do que sobre as mulheres, acabei por estudar essencialmente relações masculinas, entre homens¹⁷. Todavia, uma visão de conjunto dos resultados obtidos permite detectar os rastros de redes de relacionamentos bastante complexas que dão uma ideia das diferenças de posição e desigualdades de situações que contribuem para estruturar um meio social como Alcântara. Estas relações podem ser então utilizadas como indícios da existência de uma proximidade social entre indivíduos ou grupos de indivíduos, no quadro de relações clássicas nas sociedades contemporâneas, isto é, de relações livres e espontâneas que se estabelecem em função de critérios sociais ou culturais, não ligados a regras jurídicas ou costumieiras previamente definidas.

17 O estudo assenta na análise das correlações entre os dados seguintes: nome, profissão, lugar de nascimento, filiação e morada dos pais; nome, profissão e, para os anos 1930, também a morada dos padrinhos.

À escala de uma rua ou de um bairro, existem formas relativamente consistentes de estratificação social (quadro 2). Em função dos estatutos sociais ou dos itinerários individuais, as famílias evoluem em universos relacionais diferentes. A profissão ou o estatuto socioprofissional aparecem como factores determinantes neste processo de distinção. Os “trabalhadores” são de facto os indivíduos que têm redes de relações menos diversificadas. Pelo contrário, as pessoas que declaram um “emprego” beneficiam de uma posição mais favorável¹⁸. Nomeadamente, em comparação com as pessoas

		PAIS		
PADRINHOS		SEM QUALIFICAÇÃO	QUALIFICADO	EMPREGO
1900–1910	Sem qualificação	53,2	31,0	15,2
	Qualificado	30,4	59,3	42,4
	Emprego	16,4	9,7	42,4
	Total	100,0	100,0	100,0
	N.	214	248	59
1030–1939	Sem qualificação	35,7	7,1	2,1
	Qualificado	54,0	79,7	62,5
	Emprego	10,3	13,2	35,4
	Total	100,0	100,0	100,0
	N.	126	310	48

Quadro 2: Lógicas relacionais entre os pais e os padrinhos (em percentagem)

18 É aqui considerado “emprego”, declarações que especificam a empresa ou a entidade empregadora (ex. da Carris, da CUF), assim como todas as actividades ligadas ao Estado ou à administração pública (polícias, militares, correios etc.).

que declaram simplesmente uma “qualificação”. A influência do estatuto profissional torna-se mais forte nos anos 1930.

Todavia, essas práticas relacionais não se ordenam apenas em função dos estatutos profissionais individuais. Outras observações permitem sublinhar o papel da cidade e do meio urbano na orientação das práticas relacionais¹⁹. Ter ou não nascido em Alcântara, casar-se com uma pessoa de Alcântara, a antiguidade da presença em Alcântara, as mobilidades residenciais individuais ou familiares à escala da cidade, as estratégias matrimoniais, os modos de articulação entre relações de vizinhança e de parentesco: estes parâmetros contribuem também para a definição de graus de proximidade e de distância social. Darei aqui apenas um exemplo. Nos anos 1900, uma relação forte com o bairro de Alcântara está geralmente associada a um fechamento do universo relacional das famílias. Ou seja, quando o pai e a mãe nasceram os dois em Alcântara, raramente escolhem padrinhos fora do meio socioprofissional paternal de origem. Pelo contrário, quando os pais são lisboetas de raiz mas não nasceram em Alcântara – o que designo ao longo do meu estudo por “ter uma relação forte com a cidade” –, nota-se frequentemente um alargamento do universo relacional. Aqui temos ainda de sublinhar o papel das mulheres no processo de enriquecimento das redes sociais do casal. Quando as mães nasceram em Lisboa, os universos relacionais do casal alargam-se muitas vezes para além do meio socioprofissional

19 Sobre a metodologia aplicada neste fase do estudo, ver os capítulos 7 e 8 do meu livro: *Les habitants de Alcântara...*, op. cit.

do marido/pai. Por sua vez, o lugar de nascimento do pai não surge como um factor tão benéfico de alargamento das redes.

No início do século XX, um meio como o de Alcântara não corresponde de facto a um agrupamento de populações indiferenciadas. É um meio social tipicamente urbano, no sentido em que é um espaço social dinâmico sempre em transformação, como o comprova a diversidade das situações e dos percursos individuais e familiares. No entanto, à escala da rua ou da vizinhança, aparecem factores que contribuem para aproximar ou afastar indivíduos ou grupos de indivíduos. A análise das listas de declarações feitas nos registos paroquiais e civis põe nitidamente em evidência a existência de tais factores. Cheguei a uma imagem de um meio social bastante estruturado mas onde existem também margens de liberdade e tentativas de alargamento dos “campos dos possíveis”, para retomar uma noção chave da abordagem da micro-história²⁰.

20 Ginzburg, Carlo, Edoardo Grendi, Jacques Revel. 1994. «Sulla Microstoria», *Quaderni Storici*, nº86: 511–575.



Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX

CONTRIBUTO PARA UM CONHECIMENTO GERAL E
APLICADO AO CONCELHO DO SEIXAL

O artigo apresenta resumidamente alguns resultados de uma pesquisa histórica sobre a industrialização do concelho do Seixal¹ realizado no âmbito do projeto «inventário e estudo do património industrial do concelho». Dele destacamos os principais objetivos: traçar uma panorâmica da evolução da indústria no concelho do Seixal (1831–1961), contextualizando essa evolução no quadro mais geral da industrialização de Portugal; avaliar até que ponto o processo de crescimento do sector industrial no concelho se inscreveu nas orientações gerais do crescimento industrial do país, por elas foi moldado e concorreu para a sua matriz; criar uma base de conhecimento para avaliação e seleção de testemunhos relevantes relativos à história da indústria e processos tecnológicos (património industrial).

¹ Estudo em que participámos e foi realizado, entre 2003 e 2005, pela Equipa de Estudo e Inventário do Património Industrial do Ecomuseu Municipal do Seixal sob a coordenação de Graça Filipe. *EMS DCA 3 SEIXAL. Ecomuseu Municipal Industrialização no concelho do Seixal [Texto polycopiado]: séc. XIX e XX: documentos de apoio*, Graça Filipe [et al.] – [Seixal]: [Ecomuseu Municipal], 2005. 2 vol., pag. var.; 32 cm. Acessível no Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal.

Nele se tomaram como ponto de partida as obras de autores de história económica, que se debruçaram sobre o período cronológico em estudo e sobre as fases de crescimento/desenvolvimento industrial que o percorrem e fornecem linhas de interpretação para esse processo. Complementou-se esse trabalho com a pesquisa e estudo de fontes de história local no Arquivo Histórico Municipal do Seixal e na imprensa local, conseguindo-se, desse modo, a caracterização da indústria no concelho do Seixal para cada uma das fases identificadas.

Adotou-se como conceito de industrialização o “aumento do peso da indústria transformadora nos níveis de atividade e de emprego, acompanhado de mutações tecnológicas profundas e de transformações na estrutura de produção e da procura». (CONFRARIA, 1999: 262).

As fases de industrialização do concelho, que analisaremos seguidamente, estão delimitadas por acontecimentos de natureza económico-financeira ou política, que se repercutiram no processo de desenvolvimento industrial, são marcadas pela continuidade, mas impregnadas de características que as particularizam.

1. Da vitória liberal à Regeneração

1.1. A HERANÇA PROTO-INDUSTRIAL

Na década de 1830, a agricultura era a atividade económica predominante no concelho do Seixal². Ela ocupava a maioria dos habi-

² O concelho do Seixal, criado, em 1836, pela reforma administrativa de Passos de Manuel contava, então, com 1.218 fogos. NABAIS, António J., *História do Concelho do Seixal: Cronologia*, p. 57.

tantes das freguesias de Amora, Arrentela e Paio Pires, enquanto os do Seixal se dedicavam sobretudo à pesca³. Neste ambiente rural tinham lugar atividades artesanais relacionadas com as práticas agrícolas, a pesca e o tráfego fluvial entre o território concelhio, as povoações ribeirinhas e sobretudo Lisboa.

A herança proto-industrial englobava moinhos de vento e de maré, estaleiros navais, lagares de vinho e de azeite, oficinas de calçado, fornos de cal e de tijolo, tanoarias e oficinas de ferreiro.

Os fornos de cal na Quinta da Palmeira (dos frades Jerónimos) e os fornos cerâmicos de António Brandão, na Arrentela, eram conhecidos no século XVIII⁴.

As posturas de 1837 também atestam essa herança. A postura n.º1⁵ assinala a importância económica dos moinhos, estabelecendo o valor do imposto a pagar à Câmara pelo cereal moído⁶ e destinado, em primeiro lugar, a Lisboa. A postura n.º8 refere-se aos estaleiros e às madeiras enterradas nas praias e utilizadas na construção e reparação naval. Os lagares de vinho não sendo objeto de regulamentação, mas apenas o vinho (postura n.º6) existiriam num concelho que, em 1853, era essencialmente vinhateiro⁷. Esta característica alterou-se

3 *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.166.

4 «Ceramistas do século XVIII», *Arquivo Histórico Português*, Vol. XI, 1910, ed. Anselmo Braamcamp Freire.

5 NABAI, António J., *História do Concelho do Seixal: Cronologia* p. 55

6 Correspondência expedida pela Administração, 04/12/1846. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

7 AHMS, CMS/B/A/03/Lv.01 – Acta da reunião ordinária de Câmara, 17 de Janeiro de 1853.

devido à praga de oídio, que destruiu grande número de vinhas⁸, mas os lagares permaneceram.

Quanto aos lagares de azeite, sabe-se que havia um, em 1862, na freguesia de Paio Pires⁹. Neste contexto, presumimos a existência de oficinas complementares da atividade agrícola: tanoarias que produziam vasilhame para os vinhos; oficinas de ferreiro para o fabrico de alfaias agrícolas ou utensílios usados na reparação/construção naval.

1.2. O “ARRANQUE” INDUSTRIAL

No concelho do Seixal, o “arranque” industrial foi, à semelhança do que se verificou no resto do país, tímido e de fraca dimensão.

Os estabelecimentos industriais criados no período de 1831 a 1850, integravam os setores: têxtil – estamparia, calçado, curtumes e reparação naval.

Dos 4, só a *Fábrica de Estamparia de Algodões* teria alguma dimensão e concentraria um montante relativamente elevado de trabalhadores e de maquinismos que justificassem o nome de fábrica. As restantes unidades industriais seriam pequenas oficinas e um estaleiro de reparação naval.

A *Fábrica de Estamparia de Algodões* instalada na Torre da Marinha (Arrentela) tinha antecedentes industriais que remontavam ao início do séc. XIX. Nesse local, estabeleceu André Durrieu um

8 *Idem.*

9 *Archivo Pittoresco*, vol. V, 1862, p.166.

lavadouro de lãs a que acrescentou armazéns. Em 1831, o governo de D. Miguel comprou aquelas instalações e os terrenos adjacentes e edificou uma fábrica de mantas para o exército. Em 1834, João R. Blanco comprou-a para montar a fábrica de estampania de algodões que se manteve próspera até à introdução da pauta aduaneira de 1852, a qual favorecia a importação de fio de algodão em detrimento dos tecidos de pano-cru ingleses. A nova legislação provocou a decadência da empresa, que encerrou.

As suas chitas, vendidas principalmente em Espanha, não seriam de grande qualidade. A empresa recusou o convite do Governador do Distrito de Lisboa para a participação na 1.^a Exposição Universal em Londres (1851), alegando «serem um tanto inferiores as fazendas que hoje tem prontas»¹⁰.

A oficina de curtumes estabelecida no Seixal, possivelmente desde 1838, que empregava três trabalhadores também declinou o convite para participar naquela exposição¹¹. Uma oficina de calçado iniciou o seu funcionamento em 1850¹². A *C.^a de Navegação do Tejo e Sado*, proprietária de barcos a vapor, possuía (1849) uma oficina onde consertava os seus barcos¹³.

Partilhando da ideia de Rui Ramos de que o país, “Estruturalmente pouco tinha variado em relação à situação típica do séc. XVIII”

10 AHMS, ACS/D/B/01/Lv005, 30 de Dezembro de 1850.

11 *Idem*.

12 Inquérito Industrial de 1881, I parte, p. 296-297.

13 AHMS, CMS/B/A/03/Lv.001 – Acta da reunião ordinária de Câmara, 30/04/1849.

(RAMOS, 1990: 189), diremos que a estrutura económica predominante do concelho do Seixal se mantinha. A instalação da *Fábrica de Estamparia de Algodões* não esconde a falta de investimentos em capital intensivo que pudessem dar dimensão e capacidade tecnológica aos estabelecimentos industriais recém-criados, onde a concentração de trabalhadores a par da divisão técnica do trabalho, se tornassem realidade.

Do início da Regeneração à crise da década de 1890

Nos 40 anos que medeiam o início da Regeneração e a crise de 1890 existiram no território concelhio 49 empresas. No Inquérito Industrial de 1890 registam-se 44 estabelecimentos industriais. Trinta e oito são classificados como “pequena indústria” 5 como oficinas e uma fábrica, a *C.^a de Vidros na Amora* (CVA). A *C.^a de Lanifícios da Arrentela* (CLA) (encerrada, devido a um incêndio, no ano anterior) não consta no inquérito tal como uma fábrica de sabão, uma moagem a vapor e uma seca de bacalhau.

Organizando-as por setores industriais constata-se, pela primeira vez, a referência a 7 deles: vestuário, indústrias subsidiárias da reparação naval, moagem, panificação, seca de bacalhau, sabão e vidro, mas só os 3 últimos seriam realmente “novos”.

Os setores têxtil e do vidro eram os que tinham maior relevância, em termos de capital social, apetrechamento tecnológico e número de trabalhadores.

O setor têxtil evoluiu da estampagem de tecidos para a sua produção em lã. Em 1858, Júlio Caldas Aulete, que formara uma parceria comercial (1855) para adquirir a *Fábrica de Estamparia e*

fundar uma fábrica de lanifícios, deu início à laboração. A fábrica, que empregava 160 operários, estava dotada de uma máquina a vapor de 48 c/v (*Fundição Pedro Collares Júnior & Irmãos*) 6 máquinas de fiar, 32 teares mecânicos e teares manuais¹⁴. Contava com um carril estreito para circulação interna de matérias-primas e produtos¹⁵. Produzia uma grande variedade de panos aveludados, casimiras e castorinas de diversas cores, distinguidos com a atribuição da medalha de prata na Exposição Industrial do Porto (1861)¹⁶.

No ano seguinte, transformou-se em sociedade anónima sob a designação *C.^a de Lanifícios da Arrentela, SARL*. Integrada no mais importante ramo industrial do país, que no Inquérito de 1852 representava 57% dos estabelecimentos industriais e 61% da mão-de-obra (RAMOS, 1990: 221), a empresa continuou a crescer tornando-se na maior unidade industrial do concelho até à crise de 1890.

Segundo o Inquérito Industrial de 1881, laboravam aí 420 trabalhadores (quase o triplo de 1862); tinha 3 máquinas a vapor com a potência total de 200 c/v, 3 geradores de vapor, 79 teares mecânicos (2 Jacquard) 25 teares manuais Jacquard, 9 máquinas de torcer fio, 3 máquinas de encher canelas com 60 fusos cada uma, 1 estufa a vapor e 1 prensa hidráulica, numa demonstração clara de que a empresa continuara a equipar-se e a intensificar a mecanização do trabalho.

14 *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.167.

15 AHMS, CMS/B/A/03/Lv 002 – Acta da reunião ordinária de Câmara, 16/03/1857.

16 *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.167.

O Inquérito Industrial de 1890 permite compará-la com a CVA. Fundada, em 1888, com o nome de *Empresa da Fábrica de Vidros da Amora* e constituída por José Lourenço da Silva Gomes, Justino Guedes e James e William Gilman, transformou-se no ano seguinte em sociedade anónima, tendo como principal acionista António Centeno¹⁷.

Em 1890, construiu um forno contínuo a gás do sistema Siemens, dotou a fábrica de 12 máquinas de produção de gás pobre e 2 máquinas a vapor de 4 c/v cada uma, elevando para 8 mil a produção diária de garrafas em contraponto às 2.400 anteriores. Esteve na origem da indústria portuguesa do vidro de embalagem. Fabricava garrafas para vinho, cerveja, gasosa e águas minerais, garrafões e frascos. Tal produção sustentava-se sobretudo na exportação do vinho, que registou um forte crescimento a partir de 1885 (Barosa, 1996:7).

Na CLA o número de trabalhadores ultrapassava o triplo da CVA (133). O seu capital social era superior em 40.000\$000 réis. Na CLA só o azeite, a oleína e o grude eram portugueses. As restantes matérias-primas, incluindo grande parte da lã, eram importadas. Na CVA, o sulfato de soda, o manganês, a areia, o barro e a pedra calcária eram nacionais.

Em ambas, o pessoal técnico tal como a tecnologia era estrangeira; o carvão que alimentava as caldeiras e o forno gás pobre era importado de Inglaterra; produziam para o mercado nacional

17 António Centeno: Jurista, deputado do Partido Progressista entre 1884 e 1910, jornalista, proprietário do Diário Popular e homem de negócios, ligado sobretudo ao sector da energia, tendo sido administrador da Companhia do Gás e, depois, das Companhias Reunidas do Gás e da Electricidade, durante 56 anos (desde a fundação até à sua morte, em 1947).

(centrado em Lisboa e no Porto), onde a competição com produtos congêneres nacionais ou estrangeiros, lhes reduzia em muito a capacidade de obterem grandes lucros.

Conscientes das fragilidades, os administradores de ambas as empresas enunciaram reivindicações praticamente idênticas que, satisfeitas, fariam crescer as suas empresas: extinção da dívida flutuante do Estado, o concorrente por excelência dos raros capitais disponíveis, que atingiam juros elevados (6 a 10%); redução dos direitos fiscais sobre as matérias-primas; construção da ligação do caminho-de-ferro Seixal-Barreiro, abertura do mercado colonial aos tecidos portugueses, até aí dominado pelos europeus.

Os restantes setores industriais concelhios estão classificados no Inquérito Industrial de 1890 como “pequena indústria” e oficinas. A “pequena indústria” incluía estabelecimentos com 1 ou 2 trabalhadores. As oficinas (3 de curtumes e 2 estaleiros) contavam com 5 a 12 homens. Os moinhos de maré estavam equipados com 12 rodas hidráulicas. Havia 27 motores mecânicos, um deles pertencendo à moagem a vapor da Amora¹⁸, atestando a adaptação da indústria da moagem à modernização tecnológica. Também a fábrica de sabão de *Henry Borguet*¹⁹ adquirida à *Pradel e C.^a* em 1867 – possuía um

18 Em 1862, esta fábrica estava em funcionamento. *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.166.

19 AHMS; Alvará concedido pelo Governo Civil de Lisboa a *Henry Borguet* para fábrica de sabão na Quinta da Bella Vista, no Seixal, a 4 de Fevereiro de 1876. Enquanto esteve na posse da *Pradel & C.^a*, ela era identificada como fábrica de produtos químicos. *Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862, p.165. O sabão era uma indústria em crescimento nessa época, após o termo do exclusivo estadual, em 1858.

motor a vapor de 16 c/v e empregava 18 operários²⁰. Mas a “pequena indústria” disporia apenas de ferramentas manuais.

Dos 654 trabalhadores referidos nos Inquéritos Industriais de 1881 e 1890, as duas maiores empresas do concelho ocupavam 553, o que corresponde a 84,5% da mão-de-obra do setor transformador, revelando que o avanço da industrialização estava a processar-se lentamente. Embora se note algum crescimento e diversificação industrial, muito poucos setores tinham sido tocados pela mecanização e pela moderna organização fabril. A mecanização por via da máquina a vapor tocara apenas o setor têxtil, o do sabão e o da moagem (parcialmente), pois o fabrico das garrafas era manual.

Da crise da década de 1890 à 1.ª Guerra Mundial

Os impactos da crise económico-financeira de 1891 terão sido pouco significativos nas empresas de maior dimensão do concelho: CLA e CVA. Esse facto coloca-as em sintonia com os dados apurados para o setor industrial, a nível nacional, que manteve, o mesmo nível de importação de matérias-primas e de produtos intermédios. (LAINS, 1995: 157)

Em plena crise financeira, a CLA mandou reconstruir, reequipar e dotar de energia elétrica as oficinas de cardação, fição e tecelagem, justificando a visita do rei D. Carlos e sua esposa, em 1892²¹.

²⁰ Supõe-se que seja a “fábrica de azeite e sabão” referenciada no Inquérito Industrial de 1881, I parte, p. 296–297.v

²¹ NABAIS, António J., «História do Concelho do Seixal: Cronologia», p. 72. Reportagem na *Revista Ilustrada*, n.º 52, 1892, p. 111–113.

A qualidade da sua variada gama de tecidos, inclusive tecidos para fardamentos militares, valeu-lhe o reconhecimento como «principal fábrica de lanifícios de Portugal»²² e a atribuição da medalha de Grande Mérito na Exposição Industrial de Belém (1893)²³ e a de Ouro na exposição do Porto (1897).

Na 1.^a década do séc. XX, prosseguiu com melhoramentos, construindo uma nova tinturaria (1903) e substituindo os geradores de vapor.

A CVA, em 1892, ganhou a medalha de ouro na Exposição Industrial Portuguesa realizada no Porto. Contudo, nesse mesmo ano, a empresa viu-se em dificuldades para escoar a sua produção de garrafas pretas, pois o mercado interno era diminuto e a absorção pelos exportadores de vinho comprometida com a pauta de 1892. Esta pauta isentava de direitos alfandegários as garrafas que fossem reexportadas (75% das garrafas anualmente consumidas no país) favorecendo a utilização das garrafas estrangeiras. Apesar desta cedência do governo, a empresa resistiu e singrou.

Em 1895, a administração propôs a distribuição de um dividendo de 8% sobre o capital realizado e de 1891–1898, a fábrica teve um crescimento médio da produção de 14,8% (BAROSA, 1996: 53).

O êxito da empresa despertou o interesse do grupo Burnay, que, ambicionando deter o monopólio do setor vidreiro, comprou a fábrica (1902) (BAROSA, 1996: 55). A nova gerência introduziu as máquinas

22 SOUSA, A.E. e CAVALEIRO, F., *A Exposição Industrial de Belém em 1893*, p. X–XI

23 Idem, p. 117

semi-automáticas Boucher de soprar e moldar garrafas, uma revolução na técnica de fabrico, mas que terá funcionado com problemas.

O relativo falhanço da CVA sob a direcção do grupo Burnay levou os antigos acionistas José da Silva Gomes e António Centeno a reabrirem, em 1904, a primitiva fábrica de vidros sob a designação *Empresa da Fábrica de Vidros nas Lobatas*. As duas empresas coexistiam lado a lado, mas concorrentes num mesmo mercado, fundiram-se, em 1909. Ambas continuaram a manter a sua produção autónoma e sem percalços até ao início da I Guerra Mundial.

Outros setores industriais surgiram no concelho: explosivos e cortiça. O primeiro instalou-se em Vale de Milhaços (Corroios). O perigo de explosão levou à construção da fábrica de pólvora naquele local arborizado e pouco povoado, mas com acesso, por estrada de macadame, ao porto do Rouxinol, a partir do qual interagia com Lisboa, o seu porto exportador para as colónias africanas, sobretudo Angola, onde substituíra as pólvoras estrangeiras.

A fábrica foi edificada por Libânio Augusto de Oliveira, em 1895²⁴, vendendo-a, no ano seguinte, à firma *Francisco Carneiro & Comandita*, que o manteve como seu diretor técnico.

Em 1897, uma explosão destruiu as oficinas de produção e a fábrica foi reedificada com novo projecto encomendado à *Krupp Grusonwerk*, a empresa alemã fornecedora de toda a tecnologia produtiva.

24 *O Puritano*, 7.º Ano, n.º 555, 03/03/1895, p.2

Um ano depois, foi adquirida pela *C.^a Africana de Pólvora, SARL* (CAP)²⁵, que substituiu a primitiva máquina a vapor por uma outra de maior potência (125 c/v, do fabricante francês Joseph Farcot) em 1900, mais em consonância com a força motriz requerida para o funcionamento da sua maquinaria. Com ela se produziram, em 1911, 300 mil Kg de pólvora, dando trabalho a 70 operários²⁶.

Em 1913, a proibição de venda de pólvora em Angola²⁷ provocou uma crise que implicou o seu funcionamento irregular, com despedimentos.

O setor corticeiro surgiu, no distrito de Lisboa, na década de 1880. Em 1900, contava com 43 empresas. Das firmas criadas no concelho²⁸, a *Salvador Antão* (1904), a *Arps & C.^a Lda* e a *E. Jeremias & C.^a Lda* (1914)²⁹, organizaram a sua produção em função da exportação de prancha de cortiça, a tendência predominante na época³⁰. Só a empresa catalã *L. Mundet & Sons*, que se instalou no Seixal (1905)³¹,

25 EMS; Fundo Sociedade Africana de Pólvora. Escritura de constituição da *Companhia Africana de Pólvora*, de 08 de Novembro de 1898.

26 Boletim do Trabalho Industrial, n.º 73 – Informações estatísticas sobre a indústria dos explosivos em 1911, p.7.

27 *Idem*, p. 5. Esta proibição estaria relacionada com as medidas de controlo, num período militarmente activo, em que se procurava fazer a chamada “Pacificação de Angola”.

28 AFONSO, Fátima, *Levantamento e identificação de unidades industriais da cortiça no concelho do Seixal: dados para a história da indústria corticeira na Margem Sul do Estuário do Tejo*, p. 3.

29 Em 1914, ambas as empresas estavam em laboração. AHMS; ACS/D/B/01/ Lv 064

30 PERDIGÃO, Azeredo, *A indústria em Portugal*, p. 145.

31 7.º Cartório Notarial de Lisboa. Notário David José Leandro Duarte Ribeiro. Escritura de compra de 29 de Agosto de 1905. Livro de Notas para escrituras diversas, n.º 938, fls. 104V–106.

associou à preparação da prancha de cortiça, o fabrico de rolhas, discos e papel de cortiça para filtro dos cigarros, mercê da ramificação dos negócios familiares que estendera até aos EUA.

Havia ainda os setores com herança em períodos passados. O setor da cerâmica de construção surgiu, em novos moldes, na *Empresa Cerâmica de Lisboa* (1903)³² e na Orey, Antunes & Comandita (1908)³³, que estabeleceram fábricas nas proximidades de Coina.

No setor dos curtumes havia 3 oficinas, uma na Arrentela e duas no Seixal. A primeira provinha do último quartel do séc. XIX e continuava na posse de Ayres da Silva. As outras duas, que fabricavam também sola, pertenciam a Manuel Joaquim Brito e a António Martins Coelho, premiado na Exposição Industrial de Belém de 1893. Outras tantas fábricas de sabão existiam no Seixal, embora só 2 estivessem em funcionamento.

Sete proprietários de estaleiros de construção/reparação naval, requereram, em 1904, a renovação das licenças camarárias para a ocupação de pequenas faixas de praia, onde exerciam a atividade³⁴, mas o Anuário de 1908 eleva esse montante para 17. De

32 AHMS; ACS/D/D/02/Lv 002 – Livros de Registos de Diplomas, Alvarás e Cartas de Nomeação (1875–1937), Alvará de 23 de Março de 1904. No novo processo de fabrico, misturava-se areia com cal e, sob a ação do vapor, produzia-se uma pasta com que telhas e tijolos se moldavam à prensa, indo secar em autoclaves alimentadas pelo vapor.

33 *Anuário Comercial Português*, 1908.

34 AHMS; CMS/B/A/03/Lv 012 – Livro de actas de sessão da Câmara, sessão ordinária de 10 de Outubro de 1904, fl. 285–286.

qualquer modo, os estaleiros eram, em 1904, a principal fonte de receita camarária³⁵.

A indústria de seca de bacalhau teve um crescimento acentuado. De 1903 a 1908, na Ponta dos Corvos, estabeleceram-se 5 empresas pertencentes a armadores de pesca na Terra Nova. Ao fazê-lo, conjugaram a redução dos direitos fiscais sobre a pesca e comércio do bacalhau (1901) e as condições naturais favoráveis a esta indústria: abundância de água e de sal³⁶, boa exposição solar e ventos propícios a uma boa seca³⁷.

As unidades de preparação e seca de bacalhau tinham uma estrutura funcional semelhante: armazéns de peixe verde e seco, parques de lavagem e recinto de secagem ao ar livre³⁸.

O setor moageiro continuava o seu esforço de adaptação à mecanização pelo recurso à energia do vapor e à diversificação de produtos, sem, no entanto, conseguir escapar ao processo de concentração em curso. O Moinho do Breyner constitui um bom exemplo. Explorado pela firma *Miguéis & Filho*, em 1901, tinha instalado a moagem a vapor³⁹, 4 anos mais tarde, possuía maquinaria para o

35 *Ibidem*, fl. 285–286.

36 Em 1915, José A. Almeida Lima ainda fazia exploração de sal na Quinta da Palmeira, Paio Pires (*Anuário Comercial Português*, 1915).

37 LEONE, João Carlos de Oliveira, *Duas palavras sobre o commercio marítimo em Portugal*, 1902, p. 24.

38 Também incluía as instalações destinadas ao pessoal que era recrutado para os trabalhos nas secas, e que em grande parte vinha de fora.

39 *Jornal Sul do Tejo*, 1901, 1.º ano, n.º 4, p.4.

fabrico de massas⁴⁰, mas, em 1911, já estava integrado na *Nova Companhia Nacional de Moagens*⁴¹.

Processo semelhante ocorreu com o Moinho Novo dos Paulistas, da Fábrica de Massas de Cesário Castor Melleiro, que, em 1907, também transitou para a alçada da mesma companhia de moagens⁴².

Manuel Joaquim de Oliveira, proprietário do moinho de Corroios, rendeiro dos moinhos da Torre e da Passagem⁴³ e também negociante de cereais conseguiu manter-se autónomo, por algum tempo.

O período em análise nada teve de catastrofista na indústria do concelho. Passado o início da década de 1890, as indústrias instaladas animaram-se e novos setores se implantaram na década seguinte. Só a moagem de cereais estava em reestruturação. A CLA realizou avultados investimentos em maquinaria tal como os acionistas da fábrica de pólvora. A CVA introduziu inovações tecnológicas no fabrico de garrafas.

1.4. DO FIM DA I GUERRA À DITADURA MILITAR

A I Guerra Mundial e suas sequelas teve efeitos contraditórios na indústria do concelho, sobretudo depois de 1919. Por um lado, proporcionou o aparecimento e crescimento da indústria de conservas

40 Boletim do Trabalho Industrial, n.º 2 – Relatório anual da 3ª Circunscrição, 1905, p. 66.

41 FERNANDES, Alberto do Couto – Farinhas, Moinhos e Moagens, p.241.

42 *Ibidem*, p.241.

43 AHMS; Correspondência Recebida, 1907, 19 de Agosto.

de peixe, a consolidação do setor corticeiro, por outro, dificuldades significativas nas principais fábricas/setores industriais.

A CLA que, até àquela data, se manteve como uma das principais contribuintes fiscais⁴⁴, nos anos 20 viu-se atingida pela crise. Por quebras nas vendas, reduziu a semana de trabalho para três dias⁴⁵ subaproveitando a capacidade tecnológica instalada e ao chegar a 1930, os encargos de exploração, mas sobretudo os juros dos empréstimos contraídos, originavam elevados prejuízos⁴⁶.

Também eles terão afetado a pequena *Fábrica de Lanifícios da Amora*, de cariz predominantemente manufactureiro (14 teares manuais de um total de 18)⁴⁷, propriedade da *Cruz, Arraiano & C.^a*. O setor têxtil enfraqueceu no pós-guerra.

A CVA viveu tempos de tal modo conturbados, que encerrou a laboração. Logo no início da guerra (verão de 1914) a fábrica parou, porque o preço do carvão subira, e a «situação era de um grande stock e de pequenas vendas» (Barosa, 1996:513) O mercado da garrafaria encontrava-se deprimido. Em 1917, o grupo Burnay vendeu os 50% de capital que detinha na sociedade.

Em finais de 1918, os conflitos laborais agudizaram-se, a fábrica paralisou⁴⁸, recorrendo à intervenção policial e à dispersão

44 AHMS; CMS/C/A/02/Cx011.

45 AHMS; ACS/D/B/01/Lv082, 15 de Outubro de 1924.

46 AHMS; ACS/D/B/04/Cx035, 29 de Junho de 1931.

47 AHMS; ACS/C/C/01/Cx.002 – Documentos relativos a licenças para o exercício de actividades públicas (1904–1932).

48 *A Voz da Amora*, 5 de Janeiro e 1 de Junho de 1919.

dos operários por outras fábricas de vidro do país⁴⁹. Em 1919, contava com 700 trabalhadores⁵⁰.

No pós-guerra não recuperou a antiga importância e, em 1925, estava em franco declínio, em virtude de as vendas terem diminuído mais de 90%⁵¹. Dois anos depois, os seus bens de equipamento, avaliados 1.500 contos, estavam em leilão⁵².

A CAP, a quem continuava vedada a venda de pólvora em Angola, viu agravada a sua situação financeira optando pela dissolução, em 1920, e a venda da fábrica a Armando L. Rodrigues e a Francisco Camelo (1921), que criou a *Sociedade Africana de Pólvora, Lda* (SAP) (1922)⁵³. Esta sociedade obteve autorização do Estado para o comércio da pólvora em Portugal em alternativa ao mercado colonial.

Uma outra fábrica de pólvora negra foi instalada no C. Marinha (Amora), em 1918⁵⁴. Dois anos mais tarde, o seu proprietário, Artur de Sousa, registou-a como *Sociedade Industrial Lusitana*, enveredando, em 1927, pela produção de pólvora branca⁵⁵.

49 Campo Arqueológico da Amora – Fase preparatória – Conclusões, Setembro de 1982.

50 *A Voz da Amora*, n.º 63, 16 de Fevereiro de 1919, p.1.

51 AHMS; CMS/C/A/02/Cx025, 11 de Setembro de 1925.

52 *O Seixalense*, 30 de Janeiro e 12 de Junho de 1927.

53 EMS; Fundo Sociedade Africana de Pólvora. Escritura de constituição da Sociedade Africana de Pólvora, de 11 de Julho de 1922.

54 Alvará de Licença do Ministério do Interior, n.º 164 de 26 de Janeiro de 1918. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

55 Alvará de Licença do Ministério do Comércio e das Comunicações, n.º 200 de 26/05/1927. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

Também os setores do sabão, da construção/reparação naval e da moagem decaíram. O número de saboarias manteve-se, mas mudaram de proprietários, sinal, provável, de que não tinham resistido à concorrência da CUF, empresa preponderante do setor. O número de proprietários de estaleiros diminuiu para 6 e alguns trocaram o Seixal por outras localidades ribeirinhas.

Os moinhos continuaram a perder importância. Até o moinho de Corroios, propriedade do maior industrial moageiro do concelho em 1919, reduziu a atividade e foi encerrado em 1930. O Moinho do Breyner, apesar de integrado na *Nova Companhia Nacional de Moagens*, foi transformado em *Fábrica Nacional de Grudes, Pelos e Adubos*⁵⁶.

O setor da cortiça estava em franco crescimento. Três fábricas concentravam 603 operários, montante só superado, na margem sul, por Almada (908), onde existiam 15 estabelecimentos industriais⁵⁷.

A *Mundet* venceu a sua preponderância com a abertura de uma sucursal na Amora (1917)⁵⁸ para o fabrico de vedantes, cujas instalações ampliou (1926). Alterou a sua natureza jurídica para sociedade anónima por quotas (1922), passando a denominar-se *Mundet & C.^a Lda* e aumentou o seu capital social⁵⁹. Diversificou a gama de produtos fabricados e exportados.

⁵⁶ AHMS; ACS/C/C/02/Cx 002 – Processo para concessão de alvará de licença à *Fábrica Nacional de Grudes, Pêlos e Adubos, Lda*, 1920.

⁵⁷ AFONSO, Fátima, *Levantamento e identificação de unidades industriais da cortiça no concelho do Seixal: dados para a história da indústria corticeira na Margem Sul do Estuário do Tejo*, p. 3.

⁵⁸ *A Voz d'a Amora*, 7 de Janeiro de 1917.

⁵⁹ EMS, Fundo Mundet.

A corticeira *Wicander*, de origem sueca, e com fábrica em Sines, ter-se-á instalado no Seixal (1916)⁶⁰, adquirindo as fábricas da *E. Jeremias* e da *Arps*. Três anos depois, empregava 177 operários na preparação da cortiça e na produção de rolhas e quadros.

No pós-guerra, a *Mundet*⁶¹ e a *Wicander* protestaram contra o aumento do imposto sobre os produtos enviados para fora do concelho, mas a redução dos lucros não pôs em causa a sua sobrevivência.

Entre as pequenas empresas corticeiras de capitais portugueses que surgiram, afirmou-se a *C.^a de Agricultura de Portugal*, que instalou, no Seixal, uma fábrica de preparação e transformação de cortiça (1920).

O setor alimentar continuou representado pelas secas de bacalhau (2 novos estabelecimentos) e pelas conservas de peixe. Este sub-setor surpreende pelo elevado número de unidades industriais (6) que atraiu à Amora e ao Seixal em 1917/18. Duas das conserveiras já possuíam fábricas noutras localidades e marcas registadas. Os documentos deixam antever que a maioria estava mal apetrechada tecnologicamente, sem condições de higiene e segurança, e que somente o contexto de guerra as viabilizou.

Passada essa época e com ela a necessidade premente de alimentar milhares de bocas, emergiu a sobrecapacidade de produção instalada, conduzindo ao seu encerramento, exceto a *Almeida & Pólvora, Lda.*⁶²

60 Ofício expedido pela Administração do Concelho ao proprietário da firma *C.G. Wicander*, 22/11/1916. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

61 AHMS; CMS/C/A/02/Cx025, 14 de Setembro de 1926.

62 AHMS; ACS/D/B/04/Cx029, 3 de Março de 1920.

De 1915 a 1926, a indústria da cal ganhou destaque, em paralelo com a urbanização crescente das localidades à volta de Lisboa. Na Amora, os fornos de cal pertenciam às sociedades *Casimiro José Sabido & Irmão* e à *Sociedade Industrial Lusitana*⁶³ e, em Paio Pires, a 2 proprietários em nome individual, nomeadamente José O'Neil Pedrosa que, em 1920, tinha em construção 2 fornos para telha e tijolo e 3 de cal⁶⁴.

Da ditadura militar ao final da II Guerra Mundial

Os problemas e dificuldades que atingiram a maioria das indústrias concelhias na pós-guerra, prolongou-se pelo início da década de 1930, refletindo os efeitos da Grande Depressão de 1929.

Dificuldades de escoamento da produção provocaram a queda dos preços dos produtos arrastando a diminuição do lucro das empresas, os despedimentos, a redução do tempo de trabalho e a consequente redução salarial. A crise económica transformou-se em crise social, afectando também os rendimentos das finanças locais na medida em que os empresários invocando a crise que os afectava, requeriam a redução dos impostos.

A evolução da conjuntura económica internacional e as medidas tomadas pelo governo, nomeadamente a Lei do Condicionamento Industrial e a organização corporativa de alguns setores debelaram a crise

63 AHMS; CMS/C/A/02/Cx023.

64 AHMS; Livro de Registos de Diplomas, Alvarás e Cartas de Nomeação (1875–1937), 16 de Dezembro de 1920.

e reanimaram a economia. Criaram-se 26 novas empresas e surgiram novos setores industriais: bebidas, tintas, resinas e adubos orgânicos.

As empresas de lanifícios, além do condicionamento industrial estabelecido para o setor (1928), beneficiaram do reforço dos direitos alfandegários sobre os tecidos de lã estrangeiros (1929) e da criação da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios (1936), conseguindo sobreviver e contribuir, em 1938, para a “redução de 62% no valor e de 70% na quantidade das importações de tecidos estrangeiros, substituídos pela produção nacional» (ROSAS, 1986: 172).

Igualmente protegidas pelo condicionamento (1931) e pela cartelização corporativa, que limitava a concorrência setorial, as empresas corticeiras de maior dimensão aplicaram os seus lucros na construção de novos edifícios e intensificaram a mecanização do processo produtivo.

A *Mundet* (detentora de 6 fábricas) alargou o recinto de armazenagem de cortiça, remodelou a oficina de lavagem de rolhas⁶⁵, melhorou a serralharia no Seixal; e na Amora (1935) edificou 3 novos baracões⁶⁶, para produzir discos, bóias e palmilhas.

A *Wicander* cujos mercados englobavam apenas o norte da Europa e a América, em 1937, continuava em crise, laborando com redução de pessoal⁶⁷.

65 AHMS; CMS/C/A/04/Cx013 – Ofício da *Mundet & C.ª Lda* ao Presidente da Comissão Administrativa do Concelho do Seixal, 02/12/1929.

66 AHMS; CMS/C/A/05/Lv003 – Livro de Registo de Entrada de Requerimentos (1928–1935), 25/10/1935.

67 Direcção Geral da Indústria; Relatório da 3.ª Circunscrição Industrial, 1937.

Apesar da crise, esta empresa (1940) alinhou ao lado da sua congénere, a *Mundet* (1939), na construção de um posto de transformação de energia elétrica⁶⁸, substituindo-a ou associando-a à produção de electricidade nas próprias instalações, ficando aptas a intensificar a mecanização do trabalho.

A *C.^a de Agricultura de Portugal* não seguiu esta orientação, embora tivesse edificado uma central elétrica privada (1930)⁶⁹.

Concorrendo com estas empresas e apesar das limitações impostas pelo Condicionamento Industrial à criação de novas unidades produtivas, a firma *Produtos Corticeiros Portugueses, Lda.* instalou-se na Amora (1935)⁷⁰, especializando-se no fabrico de discos. O aumento rápido do volume de negócios transformou-a numa das principais fábricas corticeiras do concelho, em 1940⁷¹. Nesse ano, comprou uma grande quantidade de terreno para a construção de oficinas e armazéns⁷².

A evolução desta indústria no Seixal condiz com a ilação de F. Rosas para o conjunto do país: «entre 1930 e 1940 o número de fábricas [de cortiça] mais do que duplica e o de operários passa de cerca de 9.000 para mais de 20.000» (ROSAS, 1983: 177).

68 A *Sociedade de Electrificação Rural e Urbana* (SEUR) estabeleceu-se no Seixal, em 1934.

69 *O Seixalense*, 6.º Ano, n.º 128, 25/05/1930, p.1.

70 *O Seixalense*, 11.º Ano, n.º 203, 01/03/1936, p.1.

71 Ofício do Presidente da CMS a António Montês, 8/03/1940. Correspondência expedida pela Administração. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

72 AHMS; CMS/C/A/05/Lv005 – Livro de Registo de entrada de Requerimentos (1938–1940), 24/02/1939.

Mas ao invés do que era comum no país, no concelho do Seixal, em 1935, não existia qualquer “fabrico”⁷³ – unidade produtiva de cariz familiar. Durante a 2.^a Guerra Mundial assistiu-se ao seu retorno, fundando-se 2 no Seixal.

Das 4 sociedades corticeiras então criadas, só a firma *Abastecimentos Intercontinentais de Cortiça, Lda* (1945) dedicada à trituração de cortiça teria alguma dimensão. As novas unidades produtivas não representaram uma ameaça concorrencial para as maiores empresas corticeiras, que aumentaram e diversificaram a sua capacidade produtiva. A *Mundet* alugou as instalações da antiga *C.^a de Agricultura de Portugal* e a *Wicander* introduziu o fabrico de aglomerados compostos. Investiram em obras sociais, construindo, esta última, refeitórios e casas de habitação para o seu pessoal técnico e a *Mundet*, a Casa da Infância, que inaugurou (1943) com a presença do chefe de Estado.

A reorganização da indústria conserveira, iniciada em 1928 com o seu condicionamento, favoreceu a fábrica de conservas *Pólvora Lda*. Em 1935, a empresa ampliou e modernizou a fábrica, introduzindo a secção de vazio (fabrico de embalagens) e novos equipamentos para a produção de 4 milhões de latas de conservas de peixe⁷⁴.

Embora a indústria resineira estivesse condicionada desde 1927, terá sido o crescimento exponencial das exportações de resina (390%) de 1928 a 1938, causado pela guerra civil de Espanha e a suspensão

73 AHMS; ACS/D/B/01/Lv. 097 – Ofício do Administrador do concelho ao Director do Instituto Nacional de Estatística, 29/11/1935.

74 *Voz do Seixal*, n.º 173, 01/12/1935, p.2.

de compras da Alemanha aos EUA, que justificou a construção de uma fábrica de transformação de resina na Amora (1941–43).

Em 1938, constituiu-se a *Empresa Resineira do Sul, Lda*, sob a égide da firma *Resinagem Nacional, Lda* (com experiência no setor) para o comércio e destilação de resinas⁷⁵, rentabilizando a exploração dos pinhais do sul do país. Alguns anos depois, a fábrica transitou para a *União Resineira Portuguesa*.

Ainda no ramo químico, a SAP iniciou o fabrico de chumbo granulado para cartuchos de caça (1937)⁷⁶; a *Sociedade Portuguesa de Explosivos, Lda* (SPEL) (1928), herdeira da *Soc. Industrial Lusitana, Lda*, registou a seu favor o alvará de licença de pólvora branca⁷⁷ e a fábrica de tintas *Alvamar* instalou-se na Arrentela (1934).

Dentro do ramo alimentar, na década de 1930 estabeleceu-se, no Seixal, uma fábrica de refrigerantes⁷⁸ e requereu-se licenciamento para outras 2, o mesmo acontecendo em 1943.

Também a *Lisbon Fresh Water Suplly, Ltd* procedeu à abertura de um poço e à construção de um depósito de água na Amora (1936)⁷⁹ para a captação e armazenagem de água destinada ao abastecimento de navios atracados no porto de Lisboa.

75 *Voz do Seixal*, 01/02/1939, p.3. Escritura de constituição da *Empresa Resineira do Sul, Lda*.

76 *Voz do Seixal*, 11.º Ano, n.º 206, 30/04/1937, p.3.

77 Alvará de licença do Ministério do Comércio e Comunicações. Averbamento de 21/02/1929. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

78 *Correio do Seixal*, 4.º Ano, 24/06/1931, p.2.

79 AHMS; CMS/C/A/05/Lv 004 – Livro de Registo de Entrada de Requerimentos (1935–1938), 05/03/1936 e 24/04/1936.

Quatro novos estaleiros se juntaram a outros 4 de proveniência anterior, destacando-se os Estaleiros Venâncio, fundados na Amora (1933)⁸⁰ e ainda em atividade.

A firma *Jerónimo Pereira Campos Filhos* (Seixal) fabricava telhas e tijolos e a *Soc. Industrial Lusitana* construiu um forno para a produção de cal.

A firma *A. Silva & Silva* (1943), com atividade comercial conhecida desde a década de 1930⁸¹, construiu e equipou oficinas de serração e carpintaria mecânica⁸², no Seixal. Consolidou a atividade industrial lançando-se na realização de empreitadas de construção civil⁸³. Outros 3 empresários estabeleceram oficinas de serração e um outro montou uma serralharia.

A *Sociedade Industrial Alegria, SARL*⁸⁴ e a *Sereia – Fábrica de Adubos Orgânicos, Lda*, instaladas, respetivamente, no Moinho Velho dos Paulistas (1938) e no Moinho do Breyner (1930/31) fabricavam adubos orgânicos e rações para animais. Por pressão da população⁸⁵ e por exigência das autoridades de fiscalização sanitária⁸⁶ modernizaram os

80 NABAIS, António J., *História do Concelho do Seixal: Cronologia*, p. 92

81 Entrevista de Carlos Carrasco e Fernanda Ferreira (EMS) a José Silva, 24/03/2003.

82 *Diário Popular*, 30/07/1945.

83 AHMS; CMS/C/A/05/Lv 005 – Livro de Registo de entrada de Requerimentos (1938–1940), 04/11/1939.

84 EMS/CDI; Correspondência da Administração, 04/03/1938; Edital, Outubro 1938.

85 Ofício da Junta de Paróquia de Arrentela ao Administrador do Concelho, 08/05/1930. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

86 Ofício da firma *Sereia – Fábrica de Adubos Orgânicos, Lda* ao Administrador do Concelho 05/01/1933. Documento reproduzido. Acessível no EMS/CDI.

seus equipamentos reduzindo o mau cheiro e “emanações insalubres” oriundas de animais doentes, utilizados como matéria-prima.

Do pós-guerra II Guerra à década de 1960

Este período é marcado pela introdução no concelho da indústria siderúrgica e pela expansão da indústria química, duas indústrias de base, que, então, constituíam a aposta de modernização do setor industrial e de aceleração do crescimento económico do país.

A implantação da *Siderurgia Nacional, SARL* (SN), em Paio Pires⁸⁷, teve um significado nacional. O início da laboração em 1961, com a garantia do Governo, aos acionistas, do exclusivo de fabrico de gusa e aço, por 10 anos, tinha como objetivo a auto-suficiência do país em produtos siderúrgicos, uma das mais importantes importações nacionais. O impacto a nível laboral fez-se sentir de imediato na contratação de 3.000 trabalhadores, além dos efeitos de arrastamento sobre outras indústrias dependentes da metalurgia do ferro.

A *Unisotra - Sociedade Fabril de Matérias Plásticas, SARL* instalou-se no Seixal, em 1946/47. Os seus sócios⁸⁸, compreendendo a enorme versatilidade do plástico, foram diversificando a produção. Aos expositores para montras, bengalas para chapéus, faróis

⁸⁷ O complexo fabril, parcialmente edificado em antigos terrenos agrícolas, ocupava uma área de 2,6 milhões m². Envolvendo uma grande componente tecnológica, requereu avultados investimentos da sociedade mista de capitais públicos e privados, presidida por António Champalimaud. CARRASCO, Carlos, CURTINHAL, Elisabete, FILIPE, Graça, «A Siderurgia – Um património nacional», in *Revista História*, n.º 60, Ano XXV (III Série) Out. 2003, p.62–64.

⁸⁸ Henrique Sommer Champalimaud, Gordan Bailony e Luís da Costa Ivens Ferraz.

para carros e bóias para a pesca, produzidos numa primeira fase, acrescentaram o fabrico de brinquedos e artigos de utilidade doméstica, e, por fim, a produção de tubos de plástico com aplicação na construção civil, saneamento básico e abastecimento de água.

A qualidade dos tubos plásticos, comprovada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, justificou a construção de uma nova fábrica na Cruz de Pau (Amora), equipada com tecnologia alemã. Com ela, a *Unisotra* obteve um acréscimo de 58% no valor das vendas no biénio 1956–58, satisfazendo encomendas no mercado nacional e colonial e ocupando cerca de 150 trabalhadores, no início da década de 1960.

A *Quicor – Química Corticeira, Lda*, dedicada ao aproveitamento dos ácidos gordos extraídos da cortiça a transformar em cera de cortiça e suberoline, representava a novidade no setor corticeiro. Uma ideia em aprofundamento no Laboratório de Estudo e Ensaio da Cortiça⁸⁹.

A existência da *Quicor* foi, contudo, curta (1949/52). Dificuldades de escoamento da produção, instabilidade dos preços, fraca qualidade da matéria-prima e deficiências a nível tecnológico⁹⁰ justificaram o seu desaparecimento.

A *Socer – Sociedade Comercial de Resinas, SARL*⁹¹ ampliou as instalações da fábrica de resinas da Amora.

89 *Tribuna do Povo*, 11.º Ano, n.º 244, 15/01/1961, p.1–2.

90 *Tribuna do Povo*, 11.º Ano, n.º 244, 15/01/1961, p.1–2.

91 A *Socer* resultou da fusão da *União Resineira Portuguesa* com a *Companhia de Produtos Resinosos* e a *Companhia Industrial Resineira*, em 1953. *Livro de Ouro dos 100 mais da Exportação Portuguesa*.

Além dos novos setores, o tecido industrial concelhio consolidou-se nas áreas industriais já implantadas, destacando-se a indústria de preparação e transformação da cortiça, à qual cabem 13 empresas num total de 40 listadas para este período.

Era grande a diversidade entre elas. Duas eram “oficinas de trabalho familiar” denotando a aplicação de pequenos capitais. Outras duas, com experiência na preparação de cortiça, transferiram-se para o concelho do Seixal⁹². A *Sociedade Corticeira Concorco, Lda* (que mantém atividade industrial) fabricava granulado de cortiça, bastões e discos de cortiça aglomerada⁹³. Duas fabricavam quadros e rolhas ou quadros e aparas; e três fabricavam um só produto: aglomerados hidráulicos⁹⁴, granulados de cortiça e discos. Três eram as grandes empresas já conhecidas: *Mundet*, *Wicander* e *Queimado & Pampolim, Lda* na sequência da sociedade *Produtos Corticeiros Portugueses*.

No final da década de 1950, evidenciam sinais de sentido oposto. A *Mundet*, evidenciando dificuldades em colocar no mercado a produção de rolhas e discos, pôs termo ao arrendamento dos armazéns da Quinta da Trindade. Pelo contrário, a *Queimado & Pampolim* e a *Wicander* expandiram as suas instalações, construindo, ampliando ou remodelando antigos edifícios. Nesta última, a ampliação do

92 Boletim da Direcção-Geral da Indústria, n.º 531 de 12/11/1947.

93 Esta fábrica ocupou as instalações da firma *Abastecimentos Intercontinentais de Cortiça*, em Santa Marta de Corroios. Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, n.º 537, 15/04/1959.

94 CMS; Divisão Administrativa de Urbanismo, Processo de Obras n.º146/B/48.

edificado fabril deveu-se à instalação de maquinaria para o fabrico de rolhas, juntas e cunhas para sapatos em cortiça aglomerada⁹⁵.

Outros setores continuavam em consolidação. A SAP associou ao fabrico de pólvora a produção de rastilho⁹⁶. A SPEL, que se transferiu para Santa Marta de Corroios (1953) depois da explosão que destruiu as instalações na Amora, produzia explosivos de aplicação civil⁹⁷ e militar⁹⁸.

No setor alimentar, a *Fábrica de Refrigerantes S. Pedro*, instalada no Seixal e explorada por José P. Ferrão, admitiu novos sócios (1959)⁹⁹, estendendo a clientela para lá dos limites do distrito de Setúbal. Manuel Rego de Almeida alterou o pedido de licenciamento de uma fábrica de refrigerantes, do Seixal para a Amora.

A *Lisbon Fresh Water* construiu um novo depósito de água, que comportava 300 m³ de água¹⁰⁰. A *Sociedade da Quinta da Atalaia, Lda* abriu 2 poços de 4m de diâmetro e edificou 3 reservatórios subterrâneos e um cais de acostagem¹⁰¹. Reforçou-se a capacidade de

95 O pedido de autorização de instalação de equipamentos mencionava 10 máquinas de rabanear, 25 brocas a pedal, 15 máquinas de lixar cabeças de rolhas, 8 garlopas, 3 máquinas de espaldar cortiça para sola e 1 triturador de cortiça. Boletim da Direcção-Geral da Indústria, n.º 482, 04/12/1946.

96 A empresa recebeu autorização para instalar a oficina de fabrico de rastilho, em 1939, embora só o tenha feito na década de 1940. Boletim da Direcção-Geral da Indústria, n.º 76, 22 Fevereiro de 1939.

97 *Tribuna do Povo*, 12.º Ano, n.º 267, 14/01/1962, p.2.

98 *Tribuna do Povo*, 11.º Ano, n.º 243, 01/01/1961, p.7.

99 A *Fábrica de Refrigerantes S. Pedro, Lda* dava continuidade ao licenciamento atribuído a Ângelo Rodrigues Valgôde (1943).

100 CMS; Divisão Administrativa de Urbanismo, Processo de Obras 97/B/52.

101 CMS; Divisão Administrativa de Urbanismo, Processo de Obras 148/B/48.

abastecimento dos navios que demandavam o porto de Lisboa em consonância com o crescimento do comércio internacional.

A *Sociedade Lisbonense de Pesca de Bacalhau* – uma das secas em atividade na Ponta dos Corvos – pretendia aumentar as instalações (1959).

Edificaram-se os lagares de azeite de André de Matos (1949)¹⁰² e o do Grémio da Lavoura de Almada e Seixal (1958)¹⁰³, que foram mecanizados.

O setor têxtil perdeu a *Fábrica de Lanifícios da Amora* e a CLA, que, além dos tecidos de lã, confeccionava mantas de viagens e cobertores, reduziu, para 150, o número de trabalhadores¹⁰⁴.

A *Fábrica de Têxteis Artificiais, SARL* apesar das dificuldades de instalação entrou em funcionamento (1947/8). Verticalizou a produção introduzindo a secção de fiação. Também possuía secção de tinturaria e estamparia¹⁰⁵, equipadas com tecnologia estrangeira. Em 1956, podia fabricar diariamente 38.500 metros de tecido¹⁰⁶, que vendia em Portugal e nas colónias africanas.

O surgimento de novas empresas industriais e os trabalhos de construção da SN atraíram novos trabalhadores ao concelho refletindo-se na evolução demográfica. De 1940 a 1960 houve um acréscimo de 8.000 habitantes, atingindo, naquele último ano, 20.470

102 CMS; Divisão Administrativa de Urbanismo, Processo de Obras 13/B/49.

103 AHMS; CMS/B/A/03/Lv045 – Acta da Reunião Ordinária de Câmara de 06/06/1958.

104 Tribuna do Povo, 5.º Ano, n.º 97, 05/12/1954, p.8.

105 Boletim da Direcção-Geral dos Serviços Industriais, 2.º Ano, n.º 88, 06/09/1950.

106 *Jornal do Comércio*, 30/12/1956.

pessoas¹⁰⁷. Para evitar a falta de habitações, a vereação deliberou licenciar todos os projectos aprovados antes da publicação da Lei n.º 2.099. O impacto da urbanização crescente fez-se sentir nos subsectores industriais ligados à construção civil, fazendo surgir: 2 fábricas de tijolos, 2 oficinas de cantaria e 2 de serração e polimento de mármore, 2 fornos de cal, 4 serrações, 1 carpintaria, 1 serração e carpintaria, 1 oficina metalúrgica e 1 serralharia. Só 5 destas unidades industriais pertenciam a sociedades, sendo uma delas a firma *A. Silva & Silva*, que com a fábrica de tijolo¹⁰⁸ fortalecia a sua presença no setor.

Conclusão

De 1831 a 1961, foi grande a diversidade das indústrias que se instalaram no concelho do Seixal, mercê, sobretudo, da acessibilidade proporcionada pelo rio Tejo e da proximidade do porto de Lisboa, concentrando-se no arco ribeirinho Seixal–Arrentela–Amora.

Predominaram as empresas de pequena dimensão, mas as de maior relevância, excetuando a *C.ª de Vidros na Amora*, mostraram grande resiliência, e perduraram até ao final da década de 1980 ou para além dela. Fundadas com o fim de substituir produtos importados (menos as corticeiras e conserveiras), nasceram da aplicação de capitais nacionais privados ou associados a fundos públicos (SN). Dependiam, no entanto, da tecnologia e dos combustíveis

107 15 Anos de poder democrático (1974–1989). Câmara Municipal do Seixal. CMS, p. 34.

108 O Requerimento para a construção desta unidade fabril foi apresentado na Reunião Ordinária da Câmara Municipal do Seixal de 10/03/1955.

estrangeiros e, nalguns casos, também da mão-de-obra especializada e de parte das matérias-primas. Debilidades que terão limitado o próprio investimento na indústria

No seu conjunto, a indústria no concelho do Seixal partilhou das grandes tendências da evolução da indústria nacional, tanto no surgimento e sua consolidação, aproveitando as conjunturas favoráveis e as medidas governamentais, como no desaparecimento, participando em processos de ordem geral como o movimento concentracionista a nível das moagens e dos oligopólios nos sabões, que acabaram por pôr termo à sua existência.

Atravessou etapas semelhantes às da industrialização do país. Ao “arranque” tímido dos anos de 1830 seguiu-se uma fase de crescimento lento, mas constante, até à I Guerra Mundial, marcado pela presença crescente da tecnologia do vapor. O abalo provocado pelas sequelas da guerra prolongou-se até início da década de 1930, depois recuperou e afirmou-se à conta do Condicionamento Industrial, da organização corporativa das indústrias e do plano de dinamização da economia materializado no I Plano de Fomento, mediante a construção da SN.

Cem Anos de História da Indústria na Rua do Freixo – Campanhã

1. Introdução

Ao longo dos tempos a localização da indústria, quer se tratasse de pequenas oficinas, quer de fábricas, foi determinada por elementos geográficos e morfológicos, bem como pelas novas infraestruturas e acessibilidades instaladas no espaço urbano. Na cidade do Porto, este aspeto é visível como o pretendemos demonstrar através de uma primeira abordagem de um estudo de caso específico: a rua do freixo, na freguesia de Campanhã.

A rua do Freixo reflete o processo de industrialização próprio de áreas servidas pelo Caminho-de-ferro, junto da Estação ferroviária, somando-se, ainda, a proximidade com, antigas Estradas e o rio Douro – via de acesso de mercadorias e matérias-primas.

O objetivo deste trabalho é expor, ainda que de forma sucinta, o processo de ocupação industrial, desta rua que passará a ter um papel estruturante com o funcionamento da linha férrea (e a sua Estação), estabelecendo a ligação com o centro da cidade, a alfândega, a marginal do Rio Douro e a Estrada da Circunvalação.

Até à década de 70 do século XX, esta rua constituiu uma *montra* do processo de industrialização iniciado em 1860. Nela, encontramos, ainda hoje, relevantes vestígios de edifícios fabris, testemunhos dos ciclos de desenvolvimento industrial ao longo dos últimos cem anos.

1.1. A FREGUESIA DE CAMPANHÃ NO CONTEXTO DE CRESCIMENTO DA CIDADE DO PORTO

A freguesia de Campanhã é delimitada a sul pelo Rio Douro, a Este e a Nordeste pelo município de Gondomar a Oeste pelas freguesias de Bonfim e Paranhos. Integra lugares como as Antas, Corujeira, S. Roque da Lameira, lugar de Contumil, Lomba, Godim, Vila Meã, Formiga, Nôeda, Freixo, S. Pedro, entre outros... A freguesia possui uma área de 8,13 km², o que corresponde a um quinto do território concelhio¹.

A proximidade do rio Douro permitiu a esta zona o desenvolvimento de atividades relacionadas com a agricultura e o comércio flúvio-marítimo. As *Memórias Paroquiais* de 1758, referem-nos a presença de moleiros detentores de 76 rodas que se estendiam ao longo dos cursos de água (rio tinto e Torto). Outra actividade era a pesca, sobretudo, sável e da lampreia. A presença do rio Douro foi determinante para o comércio, por ele fazia-se o transporte de passageiros e mercadorias, principalmente, vinho, cereais, pão e carqueja, e mais tarde, carvão vindo de S. Pedro da Cova, fatores determinantes para a localização da indústria na freguesia.

No século XIX, no seio das concretizações urbanísticas da cidade do Porto será lançado, em 1881, o Plano de Melhoramentos da Cidade, que ditará a ligação do centro comercial da freguesia de Santo Ildefonso com a zona oriental da cidade: Bonfim e Campanhã.

1 MEIRELES, Miguel Ferreira e RODRIGUES, Agostinho Vieira (coord.) (1991), *Campanhã: Estudos Monográficos*. Junta de Freguesia de Campanhã/Câmara Municipal do Porto, p.157.

Novas ruas são construídas, outras prolongadas e regularizadas, permitindo estabelecer, não só, a ligação entre o centro da cidade, através da *estrada do pão* ou de *Campanhã*, como facilitar as ligações com o rio, com a Alfândega e com a Estação Ferroviária de Campanhã².

Em 1875, é inaugurada a linha do Minho entre Campanhã, Nine e Braga e a Linha do Douro até Penafiel, bem como a linha do Porto à Póvoa de Varzim. A Estação ferroviária de Campanhã (inaugurada em 1875), constituiu, a partir de então, um importante núcleo de transporte de mercadorias e passageiros. Em 1877, entra ao serviço a ponte ferroviária Maria Pia e ainda as pontes sobre o Cávado em Barcelos e a Ponte Lima, em Viana de Castelo, permitindo uma articulação regional das linhas férreas. Em 1881, inaugura-se a linha para transporte de mercadorias entre Campanhã e a Alfândega, em Miragaia, e nesse mesmo ano inicia-se a construção da ponte Luíz I para unir o Porto e Gaia. A estes investimentos soma-se a abertura da Estrada de Circunvalação (1895), numa extensão de 16,43 km em redor da cidade e o início em 1884, da construção do Porto de Leixões, estrutura que virá a assumir um importante papel na vocação comercial da região.

Este conjunto de infraestruturas é resultante de uma verdadeira revolução nos transportes que tem o seu início em 1850, com a Regeneração. O seu impulsionador e inspirador é o engenheiro Fontes Pereira de Melo, Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. O dinamismo da política fontista imprimiu a construção

2 PINTO, Ricardo Jorge, *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano*, Porto:

de grandes infra-estruturas, estradas e caminhos-de-ferro, uma rede decisiva para o desenvolvimento urbanístico, comercial e industrial do país, com reflexos nos os principais centros urbanos e suas regiões envolventes.

Do ponto de vista demográfico, a população no Porto aumenta em cerca de 46% entre 1838 e 1864. Este aumento resulta, em grande parte, da população vinda do campo para a cidade atraída pelo dinamismo comercial e industrial da cidade. A população que chega, inicialmente, ocupará os bairros mais antigos da cidade, mas no final do século “(...) *começam a fixar-se nos bairros periféricos de Bonfim e Campanhã, na zona oriental (...). Na segunda metade do século, a evolução tecnológica e o crescimento de alguns ramos da indústria levaram à relocalização do emprego industrial, essencialmente em freguesias como Bonfim e Campanhã (...) área do Porto, que cedo adquiriu um carácter marcadamente industrial*”³.

Entre 1864 e 1890, as áreas do Porto que registam um maior aumento da população foram as freguesias de Bonfim, Campanhã e Paranhos, fenómeno compreendido à luz do surto industrial, comercial e demográfico que se vive na cidade. No caso da freguesia de Campanhã, em 1864, esta possui 4.286 habitantes, e em 1890 este valor duplica para 9.908 habitantes⁴. Em 1900, Campanhã atinge os 12.707 e, em 1911, atingirá os 17.188 habitantes (ver fig.1: Gráfico com-

3 TEIXEIRA, M. C. (1998), *Habitação Popular na cidade Oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT.p.19.

4 IBIDEM, p.24.

parativo do crescimento da população), valor, tanto mais significativo quanto a cidade regista um total de 191.890 habitantes. Feitos os cálculos, Campanhã possui, quase, 10% da população da cidade.

Para dar resposta à instalação desta população, nas últimas décadas de oitocentos e inícios de novecentos, surgem novas moradias e prédios. Os terrenos de freguesias, como de Campanhã, serão ocupados por uma *“(...) construção “burguesa” das típicas casas oitocentistas forradas a azulejo e ostentando artísticos ferros forjados, adensando-se em torno da Estação do pinheiro, ou nas «ilhas» e «pátios». Quintais e pequenos lotes disponíveis são subdivididos até ínfimas áreas de alojamento, a alugar aos recém-chegados da província em busca de postos de trabalho no comércio e na indústria.*⁵

2. O Freixo: Freguesia de Campanhã

A rua do Freixo, situa-se na freguesia de Campanhã, na vertente sul, via recortada e íngreme que liga a rua do Heroísmo à Estrada da Circunvalação e as margens do rio Douro. Cartografada em 1892 por Telles Ferreira, esta via é descrita na altura da seguinte forma: *“(...) Desde o*

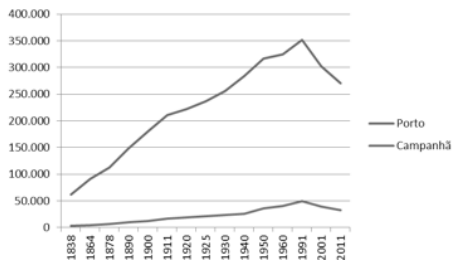


Fig. 1 Gráfico comparativo do crescimento da população do Porto e da sua freguesia de Campanhã, entre 1838 e 2011.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (1971);

A Cidade do Porto: Súmula Estatística (1864–1968).

Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

5 MEIRELES, M.F.; RODRIGUES, A.V. (Coord) (1991), *Campanhã: Estudos Monográficos*. Porto:

Junta de Freguesia de Campanhã/Câmara Municipal do Porto, p.147.

caminho de ferro até à quinta do Esteiro encontram-se as magníficas veigas de S. Roque da Lameira, através das quais se vai projectada a estrada, em boas condições em planta como em perfil. Deste ponto até ao rio começa a descer com declive, superior a 6%, terminando no cais marginal, (...) mesmo junto à fábrica de sabão de Novaes. (...)”⁶

No âmbito do Plano de melhoramentos de 1881, a rua do Freixo será alargada e regularizada⁷, estabelecendo um eixo de ligação entre o centro da cidade, a Estação Ferroviária e o rio Douro. Ela atravessava lugares como Pinheiro de Campanhã, Nôeda, Preza d'Agra, Rego Lameiro junto das margens do rio Douro e ainda o lugar de Esteiro de Campanhã, junto ao rio Tinto. O traçado da rua percorre propriedades da família Novais, transportando-nos desde a rua da Estação até aos caminhos de serventia das quintas históricas que compõem o território da freguesia de Campanhã, em especial a quinta do Freixo, a quinta da Revolta, a quinta do Allen e a quinta da Bonjóia.



*Fig. 2. Traçado da rua do Freixo e povoamento da região envolvente - 1882.
Fonte: Planta Cartográfica de Telles Ferreira 1892. AHMP-CMP.*

6 Direcção das Obras públicas. Estrada da Circunvalação à cidade do Porto. *Peças escriptas* D.CMP-02-001. AHMP/CMP

7 PINTO, Jorge Ricardo (2007), *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano*. Porto (1875–1900). Porto: Edições Afrontamento, p.80

2.1. A INDÚSTRIA NO FREIXO – UMA ARTÉRIA DA FREGUESIA DE CAMPANHÃ

A década de 1860 o Porto, reflete as tendências nacionais para um crescimento do sector industrial mais rápido, do que o verificado no setor agrícola⁸. Assiste-se ao nascimento de novas unidades fabris, principalmente no sector têxtil, assim como unidades de carácter oficial: tecelagens, tinturarias, curtumes, velas de sebo, sabão, açúcar, destilação, fósforos, unidades sem grande investimento de capital.

Esta realidade é visível em Campanhã, desde 1860. Jorge Ricardo Pinto no seu trabalho dedicado ao Porto Oriental no século XIX aponta: *“Na área da Formiga/China/Rêgo Lameiro e Presa Velha (perto da rua do Freixo) verifica-se a presença de um conjunto de fábricas (...) que incluem uma*

saboaria, duas fábricas de Cal e a já referida fábrica de curtumes. A saboaria, de Martins & Alexandrino, emprega seis homens, na sua maior parte galegos. A fábrica de cal do lugar da China tem apenas



Fig.3. Rua do Freixo e Esteiro de Campanhã em 1892 por Telles Ferreira.

Fonte: Planta Cartográfica de Telles Ferreira 1892 – AHMP/CMP

⁸ ROLLO, M. F., *Engenharia e História: Percursos Cruzados*, p.2. Disponível em: <http://in3.dem.ist.utl.pt>. Consulta em 16 de Outubro 2012.

um concorrente em toda acidade – a Sobrinhos & C^a, no lugar do Ouro – e empregam três operários cada, para lidar com o forno”⁹.

Aqui, encontramos a Companhia de Fiação Portuense, na rua de Montebello, uma tinturaria de algodão no Campo 24 de Agosto, uma unidade de produção de fitas, em São Vitor, com duas oficinas e 12 operários. Encontramos, ainda, uma fábrica de tabacos a *Manilha*, fundada em 1875, na atual rua de Coelho Neto, com 277 operários; e a *Boa-fé*, de Vieira & Irmão, na atual rua de Alves Veiga, fundada em 1865 e com 80 operários. Nesta zona instalou-se, também, uma fábrica de fósforos de Mattos & C^a, uma oficina de produção de bolachas, biscoitos e bolos, na rua de São Lázaro com 11 operários e uma destilação em São Vitor¹⁰, com 3 alambiques e 4 operários. Para elas concorrem um operariado de largas centenas de pessoas que vem alimentar este “motor” do crescimento urbano entre finais do século XIX e inícios do XX.

Já na freguesia de Campanhã e junto aos terrenos da rua do Freixo e sua envolvente, desde 1860 a 1875, que encontramos saboarias, curtumes e destilações. A partir de 1875 com a abertura do caminho-de-ferro, a rua do Freixo será procurada, para a instalação, nem sempre bem sucedida, de refinações de açúcar, depósitos de carvão, cereais, serrações... De acordo com as licenças concedidas, estabelecem-se moagens, uma unidade de lavagem de lãs, uma fábrica de

9 PINTO, Jorge Ricardo (2007), *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano*.

Porto (1875–1900). Porto: Edições Afrontamento. p.150

10 *Ibidem*.

louça esmaltada, uma marcenaria a vapor, uma unidade dedicada à produção de garrafas em vidro... Nas primeiras décadas do século XX, soma-se uma Subestação de distribuição de eletricidade, uma Central termoelétrica, e nos anos 40 uma fábrica de carboneto de cálcio.

Podemos afirmar que a indústria que se instala nesta parte da cidade vem à procura de terrenos disponíveis, atravessados por linhas de água (rio tinto e torto, águas da Presa d'Agra), mas vem, sobretudo, à procura da linha férrea como meio de transporte de matérias-primas e mercadorias.

2.2. CURTUMES, LAVAGEM DE LÃS E SABOARIAS

O tratamento dos couros e curtumes em Campanhã é uma atividade com grandes tradições, utilizando desde cedo as suas linhas de água para o processo de curtimenta dos couros. Em 1861, encontramos junto ao rio Tinto uma unidade de curtumes que já empregava o vapor¹¹, fato que a diferencia num sector, tradicionalmente muito arcaico, nas suas técnicas e métodos.

Mais tarde, nas proximidades do rio Tinto, no lugar do Esteiro de Campanhã, instala-se uma unidade de lavagem de lãs. Sobre este sector devemos recorrer ao Inquérito Industrial de 1881 para a cidade do Porto, onde encontramos a referência de “(...) *quatro*

11 CORDEIRO, J.M.L.(2006), *A Indústria Portuense no Século XIX*. Dissertação de doutoramento em História Contemporânea. Universidade do Minho. p.244

*unidade de lavadores de Lã, possuindo tanques e eiras de seca*¹². Nestas unidades lavavam-se as lãs sujas vindas, sobretudo, de Trás-os-Montes, sendo destinadas à exportação. A fábrica do Esteiro seguia de perto este modelo. Em 1920, o seu proprietário é Henrique Augusto Guedes, encontra-se a construir uma chaminé para a sua fábrica, e em 1932, na sequência de um incêndio, remodelará a fábrica. Estiveram envolvidos neste projeto o engenheiro Jorge Vieira Bastian e o arquiteto Júlio J. Brito¹³.

O negócio da lavagem de lãs, sofrerá, porém, uma forte quebra a partir dos anos 40, obrigando a firma de Henrique Augusto Guedes e Filhos Lda. a investir no fabrico do sabão, construindo, para tal, um novo edifício em 1954¹⁴. Localizada no outro lado da rua do Freixo no n.º 880, (lateral com a Estrada da Circunvalação), a fábrica será explorada pela Socipole, herdeira da marca de sabões SISOL, mantendo-se em laboração até aos nossos dias.

As saboarias escolhem preferencialmente locais com águas e boa exposição solar. Será nos centros urbanos: Lisboa e Porto que ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do século XIX vemos nascer novas saboarias na sua maioria produzindo sabão amarelo, rosa, azul ou raiado.

O Freixo foi o terreno escolhido pelos investidores da saboaria, após a abolição do monopólio régio do sabão pela Cortes, em Julho de

12 MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA, *Inquérito industrial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. p.195

13 Licença 758/1932. AHMP/CMP

14 Licença 355/1952. AHMP/CMP

1858. Um dos primeiros investidores neste sector será o visconde do Freixo, Joaquim Afonso Vellado que logo em 1858 lançará uma unidade de sabão,“(…) *construiu a sua fábrica de raiz (...), com dois pisos e duas caldeiras a vapor de 10 CV cada e uma máquina que punha em acção uma serralharia e uma bomba onde intervinha directamente em seis caldeiras de ferro aonde se processava a cozedura*”¹⁵. Em 1866 constituirá “(…) *hum sociedade em comandita (...) que se denominará Companhia de Saboaria do Porto (...) e que a fabricação do sabão será na fábrica do Freixo (...) a direcção da fábrica he encarregada a hum socio gerente, que será o outorgante Barão do Freixo (...) terá a companhia hum só mestre, salvo porém, se o trabalho exigir hum segundo mestre*”¹⁶ (...) *A vizinhança mais próxima da fábrica he a outra fabrica da Boavista e unidade confronta pelo Norte com Maria Pinto, e a sul com a extinta saboaria da Boavista*”¹⁷. Podemos afirmar que esta iniciativa de António Afonso Vellado faz parte do arranque da industrialização do Freixo.

Tendo em consideração os documentos consultados, foi instalada, uma outra saboaria localizada na Quinta do Freixo, que em 1894 passará para a posse da Companhia Aliança Fabril, mais tarde adquirida e remodelada pela CUF – C^a União Fabril, de Lisboa.

Em 1881, o Inquérito industrial de 1881, dá notícia da saboaria de Martins & Alexandrino, no Rego Lameiro que empregava 6

15 ALVES, Jorge F. (1994), *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto. p. 307

16 Cartório Notarial do Porto, Série Po 1^a, Liv.702. Fundo ADP

17 Autos de requerimento para concessão de licença , nº2075-1971.Fundo ADP

homens, *possuía um mestre galego*¹⁸, produzindo sabão em barra amarelo e raiado. À frente dos destinos desta unidade encontraremos Roque Maria Martins e José Cardoso Lima. Em 1909 mudam as instalações da unidade fabril para a rua do Freixo n^{os} 1333 a 1341, ocupando os antigos armazéns da Real Companhia Velha. Em 1935, realizam sucessivas obras de ampliação e modernização da unidade fabril. Nos anos 60, esta empresa familiar cujo socio maioritário é Cardoso Sampaio Lima, participará na constituição de outras sociedades, mantendo-se sempre no mesmo ramo.

2.3. A INDÚSTRIA DO VIDRO

Localizada também no Lugar de Rego Lameiro, encontramos, nos inícios do século XX, uma fábrica de vidro pertencendo aos proprietários da fábrica de garrafas da Amora, o Concelho de Seixal. Trata-se de uma atividade impulsionada pelo trato do Vinho do Porto, (nos inícios do século XIX já se teria instalado uma unidade nas margens do rio Douro, em Gaia), que virá a instalar-se no Freixo, nas proximidades do rio Douro.

Em 1923, será vendida sob a denominação de *Fábrica de Garrafas Rio Douro*, a Raul da Silva Barbosa e Domingos Almeida, que detinham uma sociedade comercial sob a denominação de Barbosa & Almeida, Ld^a. Em 1930, a Barbosa & Almeida, na sequência da

18 PINTO, Jorge Ricardo (2007), *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano*. Porto Edições Afrontamento. p.150

entrada de novos sócios, instalações constituídas por grandes pavilhões onde funcionavam fornos de vidro, a secção de composição, de empalhamento e armazenamento. Nos seus principais clientes conta-se a Companhia Velha, a Ramos Pinto, a Porto Calém, entre outros¹⁹. O aumento das exportações de vinho do Porto nas décadas de 60 e 70 e a proibição da venda de bebidas a granel – com a exigência do seu engarrafamento – foram fatores que reforçaram fortemente a posição desta empresa no mercado vidreiro²⁰ e determinaram o investimento, cada vez maior na modernização da sua unidade fabril.

2.4. A INDÚSTRIA METALÚRGICA

Outro núcleo relevante na rua do Freixo será o da metalúrgica. Aqui, se instalam duas emblemáticas unidades fabris: a fábrica de Louça Esmaltada de John Minchin & Mário Navega e uma extensão da metalúrgica *Duarte Ferreira*, nascida no Tramagal.

A História da fábrica de esmaltagem remonta a finais do século XIX quando *John Minchin Junior* instala nos terrenos junto de Rio Tinto, na rua do Freixo nº 989 uma fábrica de Louça Esmaltada seguindo o modelo de fabrico inglês, sob a firma C^a Metalúrgica do Norte.

Em 1914, a fábrica funcionaria em pleno e o seu processo de fabrico consistia na laminagem de ferro ou ferro fundido que seria

19 MENDES J. Amado (2002), «Vidro e vidro de embalagem», in *Revista CEPESSE*, nº13, Out. 2002. Porto: Edições Afrontamento. p.83

20 *Ibidem*.

cortado “(...) coberto com uma ou mais camadas de porcelana para assim dar mais duração aos diversos artigos de usos doméstico e outros que nesta fábrica são produzidos.”²¹

O crescimento da empresa, levará à sua transferência para um local mais amplo situado nas proximidades da Estação ferroviária de Campanhã. O novo edifício fabril, com entrada pela rua do Freixo, virá a ocupar a travessa e a rua de Nôeda sendo ao longo das décadas de 30, 40 e 50 do século XX, sucessivamente, ampliado e beneficiado. Este investimento foi possível graças à entrada do novo sócio Mário

Navega, genro de J. Minchin, que virá a destacar-se pela sua gestão comercial desde a década de 30. A afirmação da Fábrica de Esmaltagem J. Minchin & Mário Navega, deve muito ao consumo do mercado interno da sua louça esmaltada, mas sobretudo à exportação para o mercado colonial de todo o tipo de louça esmaltada e, mais tarde, ao sucesso da sua louça em inox.

Esta unidade fabril, chegou a empregar mais de trezentos trabalhadores distribuídos pelos escritórios, armazéns, funilaria, esmaltagem, embalagem. Todavia a perda dos mercados coloniais e as

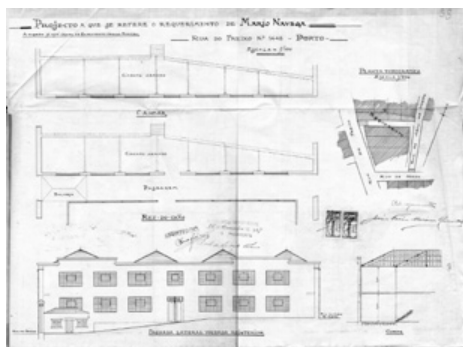


Fig. 4. Projeto das instalações da Fábrica de louça Esmaltada J. Minchin/Mário Navega na Rua do Freixo.

Fonte: Licença de obras 1929/1263 .AHMP/CMP. F

21 Alvarás – Maço do Governo Civil do Porto – Fundo ADP

movimentações políticas que ocorrem no sector metalúrgico após o 25 de Abril de 1974, ditaram o encerramento, definitivo, desta unidade.

No que diz respeito ao sector metalúrgico, importa, ainda nomear uma outra empresa que procurará, a partir de 1935²², a rua do Freixo para instalar uma extensão da sua fábrica: a empresa metalúrgica *Duarte Ferreira & Filhos*, nascida no Tramagal. Esta adquire, em 1933, os edifícios deixados pela fábrica de J. Minchin Junior, para armazenar máquinas agrícolas charruas e sementeiras. A partir de 1934, esta metalúrgica diversificará a sua produção, nomeadamente, com o fabrico de guindastes para o Porto de Lisboa e de Leixões, materiais para navios e ainda motores de gasógeno²³. O desenvolvimento desta empresa insere-se num vasto conjunto de medidas governamentais que tem como concretização formal a *Campanha de Trigo*, peça fundamental para a compreensão da política económica do Estado Novo. A Campanha marcará, não só os seus objetivos em torno da produção cerealífera, mas, mais ainda “(...) marcou o lançamento e a conquista do mercado interno pelas indústrias químicas de adubos e metalúrgica de maquinaria e das alfaías agrícolas (...)”²⁴ como será o caso da Duarte Ferreira.

22 Licença de Obras 1444/1935. AHMP/CMP

23 PAIS, J. M.; LIMA, A. M.; GAMEIRO, M. M., «Elementos para a História do Fascismo nos Campos: a Campanha do Trigo: 1928–38», in *Análise Social* Vol. XIV, 1978 – 2º. p.345

24 BRITO, J.M. Brandão, «A industrialização em Portugal (no pós guerra 1947–1973)» in J.M. Brandão Brito e M.F. Rollo, «Indústria/industrialização» *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol I Dir. Fernando Rossas e J.M. Brandão de Brito – Bertrand Editora, 1996

2.5. A DISTRIBUIÇÃO E PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Um dos locatários da rua do Freixo, a partir de 1919, será a UEP – *União Eléctrica Portuguesa*, cujos equipamentos industriais ficarão protegidos pelos seus altos portões e muros de pedra.

A União Eléctrica Portuguesa – UEP será a responsável pela distribuição da energia elétrica produzida no Alto do Lindoso (Ponte da Barca) pela empresa espanhola Electra del Lima. Esta energia começará a ser rececionada e distribuída para o Porto e Gaia a partir da subestação do Freixo, que entrou em funcionamento em 1922.

A ocupação dos terrenos da vertente do Freixo pela UEP inicia-se com a construção da casa das bombas de água e a Subestação, próximo da marcenaria a vapor de António Nascimento. Segue-se, em 1926, a construção da Central Termoelétrica do Freixo – central de produção de reserva de energia para os períodos de estio ou quebras de produção.

O funcionamento deste novo equipamento industrial será complementado pela instalação de escritórios, armazéns, oficinas gerais, refeitório, posto médico, e a partir de 1946, por uma unidade eletrometalúrgica dedicada à produção de Carboneto de Cálcio, a EIF – Empresa Industrial do Freixo e construída na vertente norte do Freixo²⁵.

²⁵ SAMPAIO, Maria da Luz (2008), *A Central do Freixo: Um projecto termoeléctrico para a região do Porto*. Tese de Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais. FLUP. p. 117

Este é um momento crucial para a cidade do Porto e, também, para os concelhos limítrofes, especialmente Gaia e Matosinhos que recebem energia elétrica para iluminação pública, estendendo-se progressivamente à indústria, e mais tarde à população.

A UEP nos anos 30, reforça a potência da sua Central com um novo grupo gerador, aumenta progressivamente a extensão das suas linhas e, simultaneamente, a sua carteira de clientes realizando contratos de fornecimento de energia junto dos municípios: Porto, Gaia, Matosinhos, Coimbra e, ainda, junto de várias indústrias. Esta empresa, será responsável por uma rede em alta tensão ao longo do litoral Norte, ligando os mais importantes centros urbanos: Braga, Porto, Coimbra e Setúbal.

Esta é uma iniciativa, no âmbito das medidas de eletrificação do território nacional, que se inicia com a instalação das primeiras instalações e concessões para o aproveitamento de rios de água, muito especialmente quedas de água de rios, levando à construção de pequenas centrais hidroelétricas. A partir dos



Fig.5. Central Termoeétrica do Freixo e terrenos envolventes.

Fonte: UEP (1969), 50 Anos de Actividade da União Elétrica Portuguesa. Porto: UEP, p.12

anos 40, este processo segue de perto os incentivos ao processo de industrialização, onde se insere o trabalho legislativo do engenheiro José Nascimento Ferreira Dias Júnior, “(...) a quem se ficaram dever as leis nº 2002 e 2005 respetivamente, da eletrificação do País e do

Fomento e Reorganização Industrial”²⁶. Nestas propostas industrialistas, a eletrificação apresentava-se “(...) como uma condição fundamental para o processo de modernização/industrialização do País (...) partindo sempre do principio de que a produção de electricidade terá de ser de origem hidráulica devendo as centrais térmicas reservar-se para funções complementares, nomeadamente, durante o verão, para aproveitar os carvões pobres de origem nacional”²⁷.

2.6. AS MOAGENS DO FREIXO

No lugar de Pinheiro de Campanhã, junto ao caminho-de-ferro será construída, em 1914, a unidade de moagem, a Ceres. O seu nascimento deve-se ao sucesso dos negócios de João Ferreira de Figueiredo, comerciante de cereais e farinhas da cidade do Porto. Este empresário dispõe na altura de capitais suficientes para avançar com este novo projeto: uma unidade de moagem apetrechada com o sistema de moagem de cilindros (sistema Austro-húngaro), localizada nos terrenos Lugar de Pinheiro de Campanhã. A nova unidade beneficiará da passagem da linha férrea para alfândega, assim como da proximidade da Estação Ferroviária de Campanhã.

Em 1926, apesar dos condicionalismos impostos ao sector da moageiro, a moagem Ceres ganha uma posição no mercado da

²⁶ ROLLO, M. F., *Engenharia e História: Percursos Cruzados*, p.17 Disponível em: <http://in3.dem.ist.utl.pt>. Consulta em 16 de Outubro 2012

²⁷ *Ibidem* p.17–18

produção de farinhas de trigo possuindo um quota de rateio de trigo que lhe permite chegar à década de 1950 e iniciar um conjunto de remodelações no interior da sua unidade fabril. Em 1963 vê aprovado pelo Ministério da Economia o reapetrechamento dos equipamentos e a remodelação do edifício.

Um outro local marcado pela história da moagem industrial será a Quinta do Freixo, uma das históricas quintas na região oriental da cidade. Em 1875, o seu proprietário é o alemão, *Gustav Alexandre Peters*, que, possui uma destilaria de cereais junto à margem do rio Douro. Em 1886, a sua Firma *Peters & Companhia* venderá as máquinas e utensílios da sua unidade fabril a José Maria Rodrigues Formigal²⁸, e este instalará, no local, uma moagem a vapor.

Alguns anos, mais tarde, em 1890²⁹, Gustav Peters venderá, uma outra parcela à recém criada Companhia de Moagens Harmonia e, em 1893³⁰, venderá, ainda uma outra parcela à sociedade a *Silva & Fonsecas*, terrenos junto à Ribeira de Abade, na freguesia de Valbom, Gondomar, onde esta sociedade irá explorar, também, uma fábrica de Moagem: A Concórdia.

Nos alvares do século XX, nas margens do rio Douro, e em torno da Palácio do Freixo, encontramos um importante núcleo de moagens industriais a laborar, somando-se, ao longo do rio Tinto e Torto um conjunto de moinhos e azenhas.

28 Cartório Notarial do Porto Serie PO 10º Lv 73. Fundo. ADP

29 Cartório Notarial do Porto. Serie PO 10º Lv91. Fundo ADP

30 Cartório Notarial do Porto. Serie CNPT01/Out. 1893. Fundo ADP

Importa referir que até 1890 o negócio moageiro estava em expansão. A livre importação de cereais, aliado à disponibilidade de capitais e à introdução novas de tecnologias permitem o lançamento de novos projetos empresariais. As novas moagens da segunda metade do século XIX possuem caldeiras, de origem francesa ou inglesa, consumiam carvão e introduzem novos sistemas de moagem (originários, sobretudo, da Alemanha), constituindo um sector de grande experimentação tecnológica.

3. O crescimento da indústria 1930–1960

Ao longo das décadas de 30 a 60 do século XX, que assiste-se a um período de crescimento acelerado da economia portuguesa. De 1945 a 1960, verifica-se um incremento na formação de capitais disponíveis para investir nas indústrias transformadoras, ao qual se associa o lançamento pelo Estado dos Planos de Fomento que definem, claramente os rumos da industrialização.

Em 1945 é publicada no Diário do Governo a Lei nº 2005 de Fomento e Reorganização Industrial, através do qual o governo desejava avançar com uma estratégia de industrialização do País, reorganizar as indústrias já estabelecidas, promover a criação de novas atividades capazes de absorver a mão-de-obra e obter um maior equilíbrio da balança comercial. Defendia-se neste quadro legislativo, no qual se insere também a lei nº 2002 de eletrificação nacional, a ideia de um desenvolvimento económico assente na concentração e modernização da indústria.

O país no pós-Guerra *acabaria por encetar um processo de desenvolvimento económico e social e a década de 1950 ficaria*

marcada pelo arranque sistemático do planeamento económico (*I Plano de Fomento, 1953/58*) e pelo triunfo definitivo da ideia de industrialização. Neste contexto Portugal irá desenvolver um conjunto de sectores incorporando a componente da engenharia de várias especialidades e a absorção de transferências de tecnologias vindas do exterior. “*O I Plano de Fomento apontava como principais objectivos: o fomento da agricultura, o aumento da produção da energia hidráulica, a conclusão das industriais de base já em curso, a instalação da siderurgia, o desenvolvimento das vias de comunicação e meios de transporte, o incentivo ao desenvolvimento da refinação do petróleo, da produção de adubos e da marinha mercante*”³¹. A década de 60 “(...) ficará marcado pelos elevados surtos migratórios e de emigração verificados”³². Embora se registe uma melhoria global das condições de vida, a fuga dos campos, aumentou, afectando sobretudo o interior do País e os meios rurais ou pouco urbanizados, dirigindo-se para as cidades ou, então, para o exterior”. Estes movimentos, mais patentes em cidades como Lisboa e Porto, obrigavam a um esforço de planificação dos espaços urbanos, orientados pelos respectivos Planos Directores, concebidos em bases modernas. No Porto, teremos o Plano Regulador da Cidade de Antão Almeida Garrett ao qual se sucederá, em 1962, o Plano Director de Robert Auzelle. O pretexto para a revisão do Plano Regulador deveu-se à necessidade de

31 ROLLO, M. F., *Engenharia e História: Percursos Cruzados*, p.25. Disponível em: <http://in3.dem.ist.utl.pt>. Consulta em 16 de Outubro 2012

32 *Ibidem*, p.25.

definir um vasto plano de melhoramentos, apoiados pelo Estado, e que tinham por objetivo a melhoria das condições de alojamento de uma parte importante dos seus habitantes e moradores nos bairros antigos e nas tradicionais “ilhas”, aos quais se juntaram, rapidamente os problemas de trânsito e os da expansão da cidade.

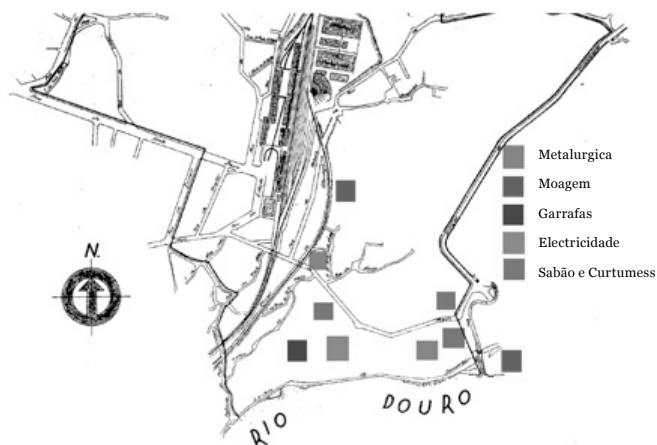


Fig.6. Planta da freguesia de Campanhã com a distribuição da indústria ao longo da rua do Freixo e sua envolvente. Fonte: Planta da freguesia de Campanhã, finais do século XIX. Fundo cartográfico. AHMP/CMP.

Nos inícios do século XX, a população na freguesia de Campanhã ronda os 24.000 habitantes, e em 1960, atingirá o número de 40.035 habitantes³³. Vivem em pequenas moradias de dois a três pisos, mas sobretudo, em *Ilhas* que se estendem entre a rua do Heroísmo, rua padre António Vieira, Rua da Lomba, Travessa do Freixo,

³³ Censos: INE 2001

lugar de Pinheiro, rua de Nôeda. Após a II Guerra Mundial e com um enquadramento social e político muito distinto, iremos assistir na década de 50 e por iniciativa do próprio município, à construção de bairros sociais na freguesia, entendidos como uma oferta habitacional com melhores condições de higiene e salubridade e para quais muitos transitaram, deixando as Ilhas. Chegados aos anos 60, a população de Campanhã conta com 40.000 habitantes.

Para a fixação da população na freguesia muito contribuiu não só as unidades industriais, mas também, os pequenos negócios de comércio a retalho ou de venda direta que se estendem ao longo da rua do Freixo e na rua envolvente, imprimindo uma nova dinâmica à freguesia de Campanhã. E se uma parte destes trabalhadores vive perto da fábrica, outros deslocavam-se, diariamente, vindos de S. Roque da Lameira, Rio Tinto, Valbom, Atães, Jovim, Foz do Sousa, Maia... Eles são funileiros, forneiros, serralheiros, carpinteiros, carregadores, fogueiros, electricistas, motoristas, lavadeiras, não esquecendo a quantidade de ferroviários.

Na região do Freixo estão em funcionamento um conjunto de unidades de moagem, vidreiras, metalúrgicas, esmaltagens, saboarias..., que produzem para o mercado interno, e exportam, sobretudo para as colónias africanas.

4. O declínio os anos 70 e 80

Chegados à década de 70, a crise petrolífera de 1973 e a mudança de regime operada em 1974, a perda dos mercados coloniais e as movimentações políticas nos anos seguintes terão como consequência grandes mudanças no panorama industrial do país.

Na rua do Freixo e sua envolvente nas décadas de 70 e 80 ocorrem grandes mudanças na atividade industrial. Em 1969, a Barbosa & Almeida devido à falta de terrenos para expandir as suas instalações e aos constrangimentos de circulação no Freixo, muda-se para uma nova e moderna unidade na freguesia de Avintes, concelho de Vila Nova de Gaia. No Freixo, a fábrica será demolida, dando lugar às instalações da empresa Mota e Engil.

Em 1975, a União Elétrica Portuguesa – UEP, integrada na recém criada EDP, irá progressivamente desativar a sua moderna Estação de Comando, assim como todos os seus serviços, cessando, desde logo, o fabrico do carboneto de Cálcio.



Fig. 7. Fachada principal da Central
Termoelectrica do Freixo (ano de 2006)

A fábrica de Esmaltagem Mário Navega, muito dependente dos mercados coloniais, em especial Angola, apresentará sérios problemas de liquidez logo a partir de 1976, encerrando, definitivamente, em 1988.

A empresa metalúrgica *Duarte Ferreira & Filhos* será intervencionada pelo Estado em 1975, e apesar dos vários esforços para levar a cabo o relançamento da empresa, o encerramento das fábricas do Tramagal e do Freixo ocorre na década de 80. A empresa será extinta, finalmente na década de 90.

Nos terrenos da Quinta do Freixo, a fábrica da CUF, será vendida em 1989, vindo, posteriormente, a encerrar. Encerraram, ainda, a Fábrica de *Moagem Concórdia* e a fábrica da *Empresa Carborífera do Douro*, que se localiza nos terrenos da antiga fábrica de moagem de António Maria Rodrigues Formigal.

A partir da década de 1980, assistimos ao desaparecimento da actividade industrial, ocorrem falências, trespasses, mudanças no sector elétrico, metalúrgico... Nos inícios do século XXI, restam em funcionamento duas fábricas de moagem: a Ceres, junto à Estação Ferroviária de Campanhã e a nova unidade da companhia de moagens Harmonia, bem como duas saboarias: a do Freixo (herdeira da antiga saboaria do Rego Lameiro) e a Socipole.



Fig. 8. Entrada para "Ilha" na rua do Freixo.(ano de 2011)

5. Conclusão

A rua do Freixo, que estabelece a ligação entre a rua do Heroísmo (via que liga a freguesia de Campanhã ao centro da cidade), a estação ferroviária e a marginal do rio Douro, constitui um exemplo concreto do processo de industrialização diretamente interligado com o desenvolvimento urbano. Por seu lado, o desenvolvimento da indústria favoreceu a fixação da população, e, por outro lado, uma urbanização ligada com as dinâmicas comerciais de circulação de mercadorias e produtos, impulsionado pela linha férrea e pela proximidade de uma via fluvial.

A intensificação da dinâmica da fixação da indústria esteve, também, associada à disponibilidade de terrenos na região, na sua maioria quintas de grandes dimensão e ainda à existência de uma mão-de-obra de feição rural oriunda de zona de S. Pedro de Campanhã, Azevedo, Valbom, Rio Tinto, Gondomar,... à qual se juntava uma população que virá residir para a zona oriental da cidade em *Ilhas* e pequenas moradias.

Ao longo da artéria do Freixo podemos realizar um percurso com mais de cem anos de história, por entre as saboarias que nascem com fim dos monopólios régios. Pelos edifícios fabris que se ergueram fruto da disponibilidade de capitais de uma burguesia comercial e industrial que investe em modernas moagens e inovadoras metalúrgicas... Aqui, encontramos, o resultado da importação de técnicas e tecnologias, como os processos de esmaltagem ou de produzir farinhas, através de modernos processos de moagem. Aqui, os altivos muros, as fachadas de azulejo biselado, os ferros forjados das janelas e dos portões, testemunham o investimento de burgueses, de brasileiros, ou de pequenos comerciantes e proprietários.



*Fig.9. Portão de Entrada para a Central Termoelétrica
– rua do freixo – Campanhã (ano 2011).*



*Fig.9. Portão de Entrada para a Central Termoelétrica
– rua do freixo – Campanhã (ano 2011).*

Na atualidade, deparamo-nos com um antigo casario, abandonado, envelhecido ou à venda, onde o fio da história nos trás à memória um operariado, que outrora, descia e subia a íngreme a vertente do Freixo, deslocando-se por caminhos rurais e pelas novas artérias da cidade novecentista.

O paradigma da industrialização no qual assentava o desenvolvimento urbano desde a década de 1860/70 em especial na freguesia de Campanhã desapareceu.

A reconversão desta região é um processo incontornável. Um processo com vários enunciados: reutilizar o edificado ou construir de novo? E este velho edificado participará no processo de regeneração urbana? A resposta a estas questões carecem de uma reflexão, sob pena, de no caso da rua do Freixo, se circunscrever, apenas, à renovação banal e especulativa de mais uma artéria da cidade.

Um processo com vários enunciados: reutilizar o edificado ou construir de novo? Um processo que contemplará este património – feito de mais de cem anos de história - chamando-o a ter um papel no processo de regeneração urbana? E quais serão as novas funções deste território? A resposta a estas questões carecem de uma reflexão, sob pena, de no caso da rua do Freixo, se circunscrever, apenas, à renovação banal e especulativa de mais uma artéria da cidade.



As Guerras Mundiais e o Sector Conserveiro Portimonense

1. As Primeiras Fábricas Conserveiras

A instalação das primeiras fábricas modernas de conservas no nosso país inicia-se no século XIX, pela iniciativa de industriais estrangeiros, nomeadamente franceses, atraídos pela abundância de peixe no litoral português. A maioria dos autores aponta como início da indústria conserveira moderna em Portugal, a constituição, em Vila Real de Santo António, em 1865, de uma fábrica de conservas de atum em azeite. Igualmente consensual é a fundação da primeira fábrica de conserva de sardinha¹, em 1880, na região de Setúbal². Daqui em diante a expansão do sector viveu um ritmo acelerado. Os industriais portugueses, atentos à novidade e percebendo que o negócio podia ser lucrativo, desde logo pelo baixo investimento e pelo fraco nível de tecnologia que exigia, começam também a apostar na criação de fábricas de conservas, em várias zonas do País. E é neste contexto que se

1 Esta primeira fábrica dedicou-se à produção de sardinha em azeite.

2 Sobre esta problemática consulte-se Edmundo Correia Lopes, «A indústria de conservas de peixe», in *Indústria Portuguesa*, nº 224, Outubro de 1946, pp. 717–720; Hernâni de Barros Bernardo, “A localização da indústria conserveira. Alguns problemas geográficos”, in *Indústria Portuguesa*, nº 224, Outubro de 1946, pp. 701–707; e António Manuel Pinto Barbosa, *Sobre a Indústria de Conservas em Portugal*, Lisboa, 1941.

inserem os inícios da indústria conserveira portimonense. O progresso e desenvolvimento da região de Portimão vão estar intimamente ligados à evolução e expansão da indústria das conservas.

As várias investigações arqueológicas que, ao longo dos anos, têm sido feitas sobre as diferentes comunidades que habitaram quer os espaços portimonenses, quer as regiões circundantes, têm permitido constatar a crucial importância que o mar desempenhou na economia e organização dessas populações. A pesca e os recursos marinhos foram, desde sempre, as actividades de maior relevo nas zonas ribeirinhas, não só pela necessidade de alimentação das gentes, mas também devido às possibilidades de aproveitamento dos próprios produtos recolhidos, para trocas e transacções comerciais. A salga e a salmoura surgem, neste contexto, como formas ancestrais e quase imemoriais de conservação do pescado³. Contudo, o final do século XIX trouxe grandes mudanças e desenvolvimentos à tarefa de conservação do peixe.

A excelente localização geográfica de Portimão, e a riqueza do mar no litoral algarvio, atraíram à região vários estrangeiros que difundiram novos métodos de conservação. A riqueza dos produtos marinhos e a importância crescente do porto portimonense fizeram da região “o primeiro centro da vida económica do Algarve”⁴. Depressa se assistiu a uma forte implantação de pequenas fabriquetas

3 Veiga Ferreira, *Algumas considerações sobre as fábricas de conservas de peixe da antiguidade encontradas em Portugal*, pp. 9 e seguintes.

4 Joaquim Ferreira Moutinho, *O Algarve e a Fundação Patriótica d'uma Colónia Industrial e Agrícola*, p. 77.

de conservas, que embora ainda recorressem a métodos bastante rudimentares, constituíram os inícios da indústria de conservas em Portimão. Não obstante, segundo Edmundo Correia Lopes, a indústria de conservas de tipo moderno surgirá apenas, na região portimonense, pela mão de João António Júdice Fialho, rico industrial e proprietário, tido como “o maior industrial nacional e mesmo ibérico da indústria conserveira”⁵. Luiz Mascarenhas afirma mesmo que nas suas fábricas havia “tudo o que modernamente em maquinismos e instalações industriais modernas têm inventado para reduzir o trabalho manual”⁶.

Assim, a 5 de Julho de 1892⁷, partindo da iniciativa de Júdice Fialho, é implantada a primeira fábrica de conservas de peixe, em azeite, em Portimão: a *Fábrica S. José*. A esta vir-se-iam juntar⁸ a Fábrica de Ferragudo, em Março de 1904, e a Fábrica S. Francisco, em Maio do mesmo ano. Em 1902, entrava também em laboração uma outra Fábrica, chamada de S. Francisco, propriedade de um industrial originário de Andaluzia, D. António Feu Marchena⁹. Estes dois homens, Júdice Fialho e António Feu, seriam, por longos anos, os mais

5 Edmundo Correia Lopes, «A indústria de conservas de peixe» in *Indústria Portuguesa*, nº 224, Outubro de 1946, p. 718, e *Boletim de Pesca*, nº 10, Lisboa, Março de 1946, p. 46.

6 Luís Mascarenhas, *Indústrias do Algarve*, 1915, p. 14.

7 *Boletim de Pesca*, nº 10, Lisboa, Março de 1946, p. 46.

8 Joaquim António Nunes, *Júdice Fialho e a evolução Histórica de Portimão*, pp. 10–11.

9 A sociedade Feu Hermanos foi fundada em Ayamonte, em 1889, por uma família catalã com destacada reputação na Andaluzia. Na sequência da expansão da empresa, António Feu Casanova decide apostar também em Portugal, entregando várias unidades fabris ao cuidado dos seus dois filhos: D. António Feu Marchena e Cayetano Feu Marchena. Para informações mais detalhadas consulte-se o Arquivo Feu Hermanos guardado no Arquivo Histórico do Museu Municipal de Portimão.

importantes industriais conserveiros de Portimão. Fomentadores de “modelos de produção vertical”, dispunham de estaleiros, de frota pesqueira e de transporte, e de propriedades agrícolas, de onde vinham as matérias-primas essenciais à produção de conservas e à reparação das embarcações, como o azeite e a madeira, encontrando-se, assim, relativamente protegidos face às oscilações dos mercados¹⁰. Joaquim Rodrigues diz-nos, contudo, que “à semelhança de outros centros conserveiros a mecanização em Portimão era igualmente muito reduzida,”¹¹ predominando o processo manual e o trabalho de sol a sol.

Segundo os dados que recolhemos, a Fábrica Delory, propriedade da firma *Société des Établissements F. Delory*, estaria também entre as primeiras fábricas que se constituíram em Portimão no início do século XX. Obviamente, sabemos que o leque de industriais conserveiros e de fábricas era bastante mais vasto. Contudo, o acervo documental, onde estariam registadas mais detalhadas informações sobre esta questão, perdeu-se devido a um incêndio¹². Situação que torna mais complicada a investigação sobre estes primeiros tempos da indústria conserveira portimonense.

10 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, p. 76.

11 *Idem*, *Ibidem*, p. 78.

12 O incêndio do Arquivo do Patacão fez com que se perdessem os documentos relativos à 5ª Circunscrição Industrial, ou seja, o distrito de Faro, ao qual Portimão pertence.

2. A I Guerra Mundial e a Expansão do Sector Conserveiro Portimonense

Até aos alvares da I Grande Guerra, o desenvolvimento do sector conserveiro portimonense foi harmonioso. No comércio externo, a Grã-Bretanha constituía simultaneamente o principal mercado para as produções e o principal fornecedor de folha-de-flandres¹³ para a indústria local. De acordo com José Cordeiro, Portugal era, nas vésperas da guerra, o primeiro produtor mundial de conservas, e 55% do total da produção nacional de conservas de sardinha, em 1915, seria proveniente do Algarve¹⁴. Os melhoramentos das técnicas de pesca, os vários *cercos americanos* e as *armações pesqueiras* de Júdice Fialho e *Feu Hermanos*, a abundância de peixe e o facto dos principais armadores portimonenses serem também os maiores industriais, eram tudo factores que concorriam para o lugar cimeiro de Portimão na indústria das pescas e conservas algarvias.

Contudo, a estável realidade do sector das conservas portimonense ia ser alterada com as novas necessidades de mercado de uma Europa em guerra. Mais do que em qualquer outra indústria, o desenvolvimento da indústria conserveira, foi notável, passando esta rapidamente a ocupar o segundo lugar nas exportações nacionais. Esta

13 Sacuntala de Miranda, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890–1939)*, p. 106 e seguintes.

14 José Manuel Lopes Cordeiro, «Algumas características da indústria portuguesa de conservas nas vésperas do segundo conflito mundial», in *Separata dos Cadernos do Noroeste*, vol. 8 (1), Braga, s.n., 1995, p. 27.

repentina expansão provocou uma espécie de *febre industrial*, cuja euforia se expressou na proliferação e disseminação de pequenas unidades industriais ao longo do rio Arade.

Os anos de 1914 a 1923, foram anos de um verdadeiro *boom* conserveiro em Portimão, o que dinamizou bastante a vida na Vila¹⁵, e atraiu as populações das serras e aldeias vizinhas. Ao mesmo tempo que a elite conserveira portimonense se definia e assumia como grupo de pressão e poder, a massa operária ia também aumentando consideravelmente. A Vila de Portimão revelou-se, nesta época, uma das regiões mais florescentes no que concerne à indústria conserveira. Vários cidadãos abastados, empolgados pelos lucros dos tempos de guerra, decidem tentar a sua sorte e investir também na indústria das conservas¹⁶, contribuindo assim para a rápida multiplicação do número de fábricas em laboração na região.

PARÓQUIAS	1802	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950
PORTIMÃO										
<i>Famílias</i>	-	1 285	1 540	1 723	2 016	2 349	2 220	3 508	3 840	4 315
<i>Pop. Residente</i>	2 961	5 531	6 318	6 819	7 972	9 837	9 133	14 712	14 679	16 684
<i>Homens</i>	-	2 669	2 999	3 295	3 823	4 732	4 595	7 102	6 896	7 923
<i>Mulheres</i>	-	2 862	3 319	3 524	4 149	5 105	4 538	7 611	7 783	8 761
<i>Analfabetos</i>	-	-	4 862	5 638	5 909	7 216	6 837	10 434	8 148	8 073

15 Manuel Teixeira Gomes, natural de Portimão e eleito Presidente da República em 1923, eleva Portimão a Cidade apenas a 11 de Dezembro de 1924.

16 Consultem-se os periódicos da altura, onde são referidas celebrações de várias escrituras e constituição de novas fábricas e firmas. Ver por exemplo o *Arauto dos Interesses Algarvios*, nº 31, 18/02/1915, p. 3.

PARÓQUIAS	1802	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950
ALVOR										
Famílias	-	518	538	650	721	718	585	862	820	1 034
Pop. Residente	1 346	2 162	2 287	2 391	3 031	3 109	2 884	3 379	3 303	3 751
Homens	-	1 114	1 184	1 220	1 496	1 596	1 516	1 672	1 647	1 853
Mulheres	-	1 048	1 103	1 171	1 535	1 513	1 368	1 707	1 656	1 898
Analfabetos	-	-	2 028	2 240	2 747	2 545	1 907	2 753	2 422	2 500
MEXILHOEIRA GRANDE										
Famílias	-	387	479	532	608	682	682	721	838	1 023
Pop. Residente	678	1 741	2 062	2 419	2 751	2 985	2 941	3 004	3 437	3 262
Homens	-	933	1 038	1 245	1 409	1 492	1 511	1 534	1 828	1 741
Mulheres	-	808	924	1 174	1 342	1 403	1 430	1 470	1 609	1 521
Analfabetos	-	-	1 803	2 220	2 521	2 693	2 586	2 590	2 599	2 232

Tabela 1: Censos da População do Concelho entre 1802 e 1950

Fonte: Joaquim António Nunes, *Portimão, Estudos Algarvios*, nº 3, Lisboa, Casa do Algarve, 1956.

As conservas mais exportadas, para as frentes de guerra, eram as de sardinha em azeite ou em molhos, sendo Portimão, ao lado de Olhão, um dos principais centros produtores e exportadores de todo o Algarve¹⁷. No início da década de 1920, quer o número de fábricas, quer as suas produções continuavam em expansão. Em 1921, de acordo com o jornal *O Portimonense*¹⁸ existiriam 27 unidades fabris em Portimão.

Impulsionado pelo contexto de guerra, o parque industrial portimonense expandiu-se pela Vila e seus arredores, nomeadamente no Parchal, Ferragudo, e na Mexilhoeira Grande. Contudo, muitas das

¹⁷ Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, p. 149.

¹⁸ *O Portimonense*, nº 3, 10/12/1921, p. 3.

unidades emergentes não tinham o apetrechamento, nem o know-how ou as condições técnicas das fábricas já implantadas na Vila. A urgência nas instalações e na produção impediram o normal crescimento da indústria conserveira. Várias das unidades fabris, “improvisadas nas instalações, sem organização eficaz e sem suporte financeiro suficiente (...)”¹⁹, finda a guerra não subsistiriam. Já não parecia a indústria organizada e aparelhada dos primeiros tempos, mas uma indústria de ocasião, apostada no maior lucro, mesmo que isso significasse a descida, ou mesmo o esquecimento da qualidade dos produtos. “A maioria dos conserveiros portugueses pôs absolutamente de parte todos os princípios de higiene (...) tendo unicamente como objectivo fabricar muito e vender depressa, porque então tudo se vendia para os países em luta, começou a encher-se as latas com qualquer espécie de peixe”²⁰. Como era de esperar, neste contexto, o incremento do sector conserveiro foi proporcional ao descrédito e desconfiança dos seus produtos no mercado externo e nacional, pela falta de zelo empregue no seu fabrico. “Encheram-se latas de sardinha com tudo: cabeças de sardinha, talos de couve, serradura... E então ninguém reclamou ao Governo! A trampolinice criminosa, fazia-se, contando com o afundamento do barco, para roubar a companhia de seguros!”²¹

19 Citado por Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, p. 167, a partir de Antero Nobre, História breve da Vila de Olhão da Restauração, p. 160.

20 Citado por Joaquim Rodrigues, in *idem*, a partir do *Boletim do Trabalho Industrial*, nº 113, p. 139.

21 Citado por Joaquim Rodrigues, in *idem*, a partir de Da Cunha Dias, *Conservas de Peixe. Subsídios para o estudo de um problema nacional*, pp. 177–179.

Os lucros eram, de facto, brutais. De acordo com o levantamento de Duarte Abecassis²², em 1914 o preço médio de uma tonelada de conserva de sardinha rondava os 91\$00, mas em 1925, vemos o preço por tonelada atingir já 4.194\$00. Uma subida de cerca de 4.500%.

Sem dúvida, que a enorme multiplicação das unidades de produção foi também estimulada pelo eufórico clima de confiança comercial. A Vila

de Portimão encheu-se de casas comerciais e bancárias que facultavam fácil acesso ao crédito e forneciam todas as condições a quem se decidia arriscar no negócio²³. Imensos agentes de casas bancárias, de companhias de seguros, portuguesas e estrangeiras, agentes de navegação, firmas de importação e exportação, e consolados de vários países, povoaram a Vila. Contudo, estas relações financeiras, desenfreadas e não calculadas a longo prazo, foram fatais para vários dos industriais aventureiros assim que a euforia, propiciada momentaneamente pelo contexto bélico, começou a regredir.

É preciso voltar a sublinhar que a guerra proporcionou um enorme desenvolvimento à Vila de Portimão, que além das



Fig. 1: Corte e tratamento da madeira.

Fonte: Jornal da exposição «Da Madeira ao Barco, Os Estaleiros de Portimão», edição da Câmara Municipal de Portimão, Outubro de 2003.

²² Consulte-se Duarte Abecassis, *Estudo Geral Económico e Técnico dos Portos do Algarve*, 1926.

²³ Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, pp. 154–155.

exportações de conservas, viu também as exportações de todos os produtos agrícolas tradicionais aumentarem. Lembremos, neste ponto, Adelino Mendes: “o Algarve é um dos grandes abastecedores dos exércitos aliados. A França e a Inglaterra devoram as suas conservas de peixe. E o seu figo amontoa-se já nos armazéns dos exportadores, à espera da hora em que há de seguir para os mercados ingleses e franceses. E vende-se tudo caro.”²⁴



Fig. 2: Estaleiro de São Francisco (Anos 50)

Fonte: *Jornal da Exposição «Da Madeira ao Barco, Os Estaleiros de Portimão»*, Edição da Câmara Municipal de Portimão, Outubro de 2003.

3. A Crise Do I Pós-Guerra e a Necessidade de Reestruturação do Sector nos Anos 30

O derrapar da indústria conserveira principiara, contudo, anos antes do final das hostilidades, sem que muitos industriais se apercebessem, cegos que estavam com o volume dos lucros e das

²⁴ Adelino Mendes, *O Algarve e Setúbal*, p. 116.

exportações. Para a maioria dos industriais arrivistas, a riqueza e o florescimento dos seus negócios fora apenas uma miragem, uma prosperidade artificial.

A partir de 1924, quando o comércio externo de conservas começou bruscamente a descer, a prosperidade dos tempos de guerra entrou em declínio. As maiores empresas aguentaram a crise, enquanto que os industriais e as fábricas de ocasião foram desaparecendo paulatinamente. O ano de 1925 foi um ano de verdadeira crise para todo o sector conserveiro portimonense. A imprensa local dava conta de centenas de desempregados, situação motivada não só pela crise da indústria conserveira no pós-guerra, mas também pela escassez de pescado que se verificou simultaneamente nesse ano.²⁵

Alertados para o crescente clima de crise, os industriais conserveiros pugnavam pela reorganização da sua indústria. Logo após o 28 de Maio de 1926, a movimentação dos interesses conserveiros constituiu uma forma de pressão constante sobre o novo poder instituído.

Neste contexto, e já em 1928, o governo de José Vicente de Freitas publicou dois importantes decretos, condicionando as indústrias pesqueira e conserveira. “Estas medidas de condicionamento industrial, precocemente aplicadas à indústria conserveira, surgiram como um instrumento de política industrial anti-crise, que se manteria até à publicação de regulamentação para esta indústria”²⁶. O condicionamento industrial foi adoptado definitivamente com a publicação do

25 Ver *Jornal de Portimão*, nº2, de 09/08/1925 e nº 36, de 11/04/1926.

26 Maria João Raminhos Duarte, Portimão. Industriais conserveiros na 1ª metade do século XX, p. 114.

decreto-lei nº 19 354, de 31 de Janeiro de 1931, o qual confirmava as restrições anteriores e alargava as medidas a todos os equipamentos e estabelecimentos fabris. Qualquer alteração ao regime de condicionamento estava dependente de autorização ministerial. Posteriormente, com a publicação de nova legislação este regime tornou-se ainda mais restritivo.



Fig. 3: Estaleiro de São José (1999)

*Fonte: Jornal da Exposição «Da Madeira ao Barco, Os Estaleiros de Portimão»,
Edição da Câmara Municipal de Portimão, Outubro de 2003.*

Contudo, pelo menos nos primeiros tempos, esta medida de condicionamento contentou a elite conserveira, uma vez que defendia os interesses dos industriais há mais tempo estabelecidos no sector.

4. A Visita de Oliveira Salazar

Investindo na sua expansão comercial, encontramos em 1929, vários industriais portimonenses a apresentar os seus produtos na Exposição Portuguesa de Sevilha²⁷. Contudo, o sector conserveiro da Cidade de Portimão padecia, à semelhança do que ocorria no resto do país, de algumas enfermidades. Muitos conserveiros pediam por isso a intervenção do Estado, considerada como a única forma de pôr a indústria conserveira na ordem. Esta situação levou Oliveira Salazar, enquanto Ministro das Finanças, a realizar uma visita pelos principais centros conserveiros do país, de modo a fazer *in loco* um diagnóstico dos mais prementes problemas da indústria conserveira. Uma das regiões visitadas foi a Cidade de Portimão²⁸.

Na sequência das suas visitas e dos dados que recolheu, Oliveira Salazar elabora um estudo, *Notas sobre a Indústria e o comércio de conservas de peixe*²⁹, concluído a 7 de Dezembro de 1931, no qual fez o diagnóstico da indústria conserveira, examinando os vários aspectos da deficiente organização industrial e comercial, e da vida do operariado no sector conserveiro. O interesse do Ministro das Finanças por este sector explicava-se, desde logo, pelo importante peso que os valores das conservas tinham nas exportações

27 Maria João Raminhos Duarte, Portimão, *Industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*, p. 115.

28 «Visita Ministerial», In *Comércio de Portimão*, nº 276, 29/11/1931, p. 1.

29 António Oliveira Salazar, *Notas sobre a indústria e o comércio de conservas de peixe*, Lisboa, Tipografia Astória Artes Gráficas, 1953.

nacionais e pela indispensabilidade de se assegurar o equilíbrio do déficit comercial português. A pesca e a conserva, sublinhava o Ministro das Finanças, representavam dois sectores interdependentes com um enorme peso na economia nacional. “A pesca é uma das nossas maiores indústrias; as conservas são um dos maiores, e por vezes, o maior valor da nossa exportação”³⁰.

Através de uma análise atenta das *Notas* de Salazar temos conhecimento de como se encontrava a indústria conserveira nos princípios dos anos 30. Tendo sido Portimão uma das zonas visitadas, utilizaremos como fonte estas *Notas*, para identificar as grandes linhas do sector conserveiro portimonense na década de 30.

Em primeiro lugar, Salazar evidencia o carácter precário das produções conserveiras, dependentes da aquisição nem sempre regular da matéria-prima, o peixe. Qualquer irregularidade a nível das pescas afectava a laboração nas fábricas conserveiras. E deste carácter irregular e intermitente da indústria provinha o carácter irregular do trabalho de boa parte dos indivíduos nela empregados. Este facto gerava uma massa de população flutuante, sempre em risco de cair na miséria. Muitos trabalhadores optavam por isso por complementar o seu trabalho fabril com o trabalho rural.

Relativamente à assistência patronal, Salazar diz que esta era bastante rudimentar, não existindo sequer em muitas das regiões visitadas. Contudo, sabemos que em Portimão foram construídos bairros operários, como o *Bairro Oliveira Salazar* (1936), o *Bairro Pontal*

30 *Idem, Ibidem*, p.5.

(1943), o *Bairro dos Pescadores* (1950); dois *Bairros Económicos* (1955 e 1958); e várias creches junto às fábricas de conserva, para auxiliar as populações trabalhadoras e evitar que caíssem em profunda miséria.

Em segundo lugar, é de destacar a simplicidade técnica requerida pela indústria de conservas, com instalações pouco exigentes e uma maquinaria de preço relativamente baixo. Características que permitiam o recurso, sem qualquer prejuízo, a mão-de-obra não qualificada e elevadas taxas de força de trabalho feminina. O recurso a mão-de-obra infantil era também uma constante. Mulheres e crianças, pelos baixos salários que recebiam, eram vistos pelos industriais como importantes mais valias na sua incessante busca de lucro.

Os mercados consumidores são também um ponto importante. Salazar indica os principais mercados consumidores da conserva de peixe nacional. “As conservas portuguesas aparecem à venda, pode dizer-se, nas cinco partes do mundo – nas colónias portuguesas, nos países europeus, asiáticos, americanos do Norte e do Sul. Mas os principais mercados são a França, a Bélgica, a Alemanha, a Inglaterra, a Itália, os EUA, o Brasil e a Argentina”³¹. E avisa que nem todos os mercados têm exigências iguais, pelo que cabe às indústrias conserveiras tentar satisfazer todos os pedidos de forma a evitar que a concorrência (nomeadamente de franceses, italianos, noruegueses, marroquinos, japoneses e canadianos) as derrube. Um outro grave problema com que o sector conserveiro se debatia, nesta altura, era a concorrência interna entre os próprios produtores nacionais. Esta

31 António de Oliveira Salazar, *Notas sobre a...*, p. 25

situação só evidenciava a desorganização do sector industrial conserveiro português, e a *deseducação* do mercado nacional.

Em suma, havia inúmeros problemas e falhas que, nestes anos 30 precisavam de ser resolvidos. Impunha-se organizar e disciplinar a indústria conserveira. E diz-nos Salazar: “A intervenção mínima da lei, considerado o problema em abstracto, estaria na definição rigorosa dos tipos de fabrico (...); na standardização; na garantia (...) da qualidade (...); na fiscalização (...) absoluta (...) e (...) naturalmente no desenvolvimento ou no aperfeiçoamento de um *princípio de organização efectiva*”³². “Numa palavra: parece-me que desde já, ainda que fique livre o mercado interno à concorrência, se deveria ir para a organização do comércio externo, *monopolizando-o todo* num *centro exportador de conservas*, formado pelos industriais interessados na exportação, desde que as suas instalações e o seu fabrico correspondam às condições que forem determinadas. A fórmula cooperativista talvez fosse aqui de aconselhar, porque permitiria uma remuneração fixa ao capital, (...) e uma distribuição de lucros proporcional às vendas de cada um”³³. “É natural que várias empresas que não se encontram em condições satisfatórias de trabalho, tenham de remodelar-se ou de fundir-se, concentrando-se nas instalações melhores e mais bem localizadas (...)”³⁴.

32 *Idem, Ibidem*, pp.33–34.

33 *Idem, Ibidem*, pp.35–36.

34 *Idem, Ibidem*, p.38.

Salazar apresentou algumas soluções generalistas para os vários problemas da indústria, mas traçou claramente o rumo a tomar. A reorganização da indústria conserveira deveria centrar-se prioritariamente na exportação e na resolução dos problemas inerentes ao mercado externo e à concorrência e, para tal, a intervenção do Estado era imprescindível e inadiável.

No final de 1931, estava concluído o estudo de *Bases para a constituição da Cooperativa Nacional de Conservas*, que definia a constituição de uma sociedade cooperativa que abrangeria obrigatoriamente todos os industriais de conservas do país. “Os objectivos desta cooperativa seriam regular e organizar a produção e a sua venda, assim como promover e assegurar a assistência ao operariado”³⁵.

Contudo, a efectiva organização da indústria iniciou-se em Agosto de 1932, “através de um verdadeiro código da indústria contido em novos decretos, estabelecendo as normas que passavam a regular a produção e o comércio de conservas. Nesta legislação pré-corporativa foi instituído o *Consórcio Português de Conservas de Sardinha* (CPCS). A criação deste Consórcio iniciou uma intervenção autoritária do Estado na indústria conserveira”³⁶. As conservas de peixe, pela importância que, desde cedo, se lhes reconheceu, foram o primeiro sector a ser submetido aos esquemas da disciplina corporativa.

As primeiras medidas do *Consórcio* foram: estabelecer um preço mínimo para as vendas efectuadas fora do país, e implementar

35 Maria João Raminhos Duarte, *Portimão...*, p. 117.

36 *Idem, Ibidem*, p. 119

um período dito de *defeso*, ou seja um determinado período do ano, entre três a quatro meses, em que as pescarias estavam interditas, de forma a permitir uma reprodução *tranquila* das espécies marinhas. Ambas as medidas, como se perceberá foram alvo de severas críticas por parte quer de industriais, quer de operários. Uns reclamavam a redução dos lucros, outros temiam ficar periodicamente desempregados. O CPCS criou ainda, nestes primeiros tempos, o “serviço de depósito de mercadorias em regime de Armazéns Gerais e de crédito a curto prazo por desconto de warrents”³⁷, medidas há longo tempo ambicionadas pelos industriais.

A partir de 1935, a engrenagem industrial complicou-se. O *Consórcio* foi substituído pela *União dos Industriais e Exportadores de Conservas de Peixe*, que se denominaria também Consórcio Português de Conservas de Peixe. Este novo organismo tentou regulamentar as relações comerciais e resolver o problema do chumbo nas conservas, situação que tinha já levado a que muitas das exportações para mercados mais exigentes, como o norte-americano, fossem devolvidas. Portimão foi uma das regiões do país onde se detectou este problema do chumbo.

No geral, a intervenção do Estado no sector conserveiro foi bem vista, contudo, a adesão dos conserveiros portimonenses à ideia corporativa esteve longe de ser espontânea ou voluntária.

Em 1936, foram feitas alterações na estrutura corporativa salazariста e criaram-se mecanismos mais eficazes de controlo das entidades

³⁷ *Idem, Ibidem*, p. 123.

patronais, organismos de coordenação económica, e grémios, tutelados pelo Instituto Português de Conservas de Peixe. A iniciativa dos conserveiros ficava totalmente dependente das decisões estatais, sentindo-se o agravamento de um processo burocrático, sempre sujeito a pressões e manipulações dos grandes industriais do sector.

Todas as matérias-primas subsidiárias das conservas, como por exemplo, a folha-de-Flandres, o azeite, o óleo e os combustíveis, eram distribuídos através de grémios pelas empresas consoante a sua capacidade de produção. Este princípio foi contestado pelos industriais, que acusavam a lei de desigual, uma vez que privilegiava os mais fortes, os que tinham uma fábrica maior. “Exemplo paradigmático desta situação era o domínio da produção e exportação conserveira de Portimão, pelas firmas de Júdice Fialho e Feu Hermanos”³⁸.

5. O Aproximar Da II Guerra Mundial

Próximos os anos do II conflito mundial, o panorama da indústria de conservas não era dos melhores, além da concorrência marroquina e argelina; dos efeitos de arrastamento da crise de 1929; e da eclosão da Guerra Civil de Espanha, havia ainda a questão da própria desorganização do sector. Ao longo dos anos 30, a indústria conserveira nacional atravessou diferentes ciclos que acompanharam, *grosso modo*, as grandes oscilações das crises internacionais.

Todo o ano de 1937, se caracterizou na região portimonense, por fracas capturas de peixe, o que provocou paralisações parciais das

³⁸ Maria João Raminhos Duarte, *Portimão...*, p. 126.

fábricas e uma quebra significativa nas produções e exportações³⁹. No ano seguinte, a situação agrava-se. Além da crise interna da indústria, que o corporativismo não resolvera, a concorrência das conservas estrangeiras prejudicava cada vez mais o sector conserveiro português.

Contudo, no ano de 1939, a dinâmica da guerra voltava a mobilizar a indústria conserveira, dando-lhe novo alento e iniciando um outro período, um dos mais marcantes e importantes momentos na história do sector conserveiro portimonense. Em 1940, Portimão ocupou o segundo lugar nacional de produção e exportação de conservas⁴⁰.

O domínio da produção e exportação conserveira de Portimão, continuou a pertencer às firmas de Júdice Fialho e *Feu Hermanos*, registando este centro conserveiro, de acordo com Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, a maior concentração no binómio produção-exportação⁴¹.

Apesar das dificuldades inerentes à guerra (combustíveis, matérias-primas, transportes), o centro conserveiro de Portimão posicionou-se como um dos grandes centros exportadores de conservas do país, experimentando durante os anos da II Guerra, um período de grande prosperidade económica. Os principais problemas que se vinham debatendo, e que ameaçavam produzir uma situação de grave crise, nomeadamente, as questões ligadas ao apetrechamento tecnológico, e à regularização e organização do comércio

39 *O Conserveiro*, nº 45, de 31/08/37, p. 38.

40 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865-1945)*, vol. II, p. 132.

41 *Idem, Ibidem*, p. 81.

exportador, com o deflagrar de um novo conflito à escala mundial, seriam descuidados, como já havia sucedido anteriormente, esquecendo-se durante algum tempo a necessidade imperiosa de resolver os problemas pendentes.

O regime corporativo, apenas artificialmente assegurava a sobrevivência do sector conserveiro, os problemas não estavam resolvidos, e logo a seguir ao fim do conflito, emergiriam de novo, acarretando consequências e efeitos catastróficos. A própria manutenção do condicionamento industrial fez com que algumas empresas, com uma estrutura produtiva inadequada, vissem garantida a sua sobrevivência por mais alguns anos. Era um mero arrastar de problemas, que nunca foram resolvidos, apenas circunstancialmente remediados.

6. A II Guerra Mundial e o Sector *Conserveiro Portimonense*

Como seria de esperar, a conjuntura de guerra dificultou os fornecimentos de matérias-primas como a folha-de-flandres, o azeite, o óleo e os combustíveis. Além das limitações impostas pelos países fornecedores, mercê do esforço de guerra com que se defrontavam, os industriais conserveiros ainda enfrentavam questões como o açambarcamento, a inflação, a especulação dos comerciantes e intermediários, e as extremas dificuldades nos transportes e fretes. As dificuldades de aquisição de matérias-primas e a redução pontual das vendas eram, contudo, compensadas com a elevação constante do preço das conservas, cada vez mais valorizadas pelo contexto de guerra. “A II Guerra Mundial viu reduzir-se os mercados para as conservas portuguesas e decrescer a exportação, embora o valor médio da tonelada

das conservas exportadas tenha crescido de forma significativa”⁴². Os grandes consumidores, continuavam a ser, tal como sucedera na I Grande Guerra, os exércitos nos campos de batalha, quer do lado do eixo, quer do lado dos aliados.

Entre 1940–1945, o centro de Portimão foi o maior produtor de conservas de sardinha em azeite em todo o Algarve⁴³. O ciclo expansionista que a indústria conserveira portimonense conheceu durante o período da guerra foi tal, que se assistiram a movimentos migratórios de várias populações de camponeses e aldeões que, motivados pelas notícias de imenso trabalho nas fábricas de conserva, abandonam a serra e o trabalho da terra e acorrem à Cidade de Portimão. Na imprensa local há mesmo referência à vinda de artífices e comerciantes de outros pontos do país. Embora este fenómeno constitua um importante elemento para a prosperidade do sector conserveiro nestes anos, pois não havia braços que chegassem para laborar nas fábricas, o certo é que o acréscimo repentino da população portimonense acabou também por causar problemas de habitação e salubridade⁴⁴.

ANO	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
QUANTIDADE	6.756	10.089	3.743	3.597	4.829	4.595	3.867	4.490	6.038

Tabela 3: Exportação de Conservas de Peixe pelo centro de Portimão (1939–1947)

Fonte: Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, p. 133.

42 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, p. 91.

43 *Idem*, *Ibidem*, p. 77.

44 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, p. 166.

O *boom* que se viveu, além de aumentar brutalmente a produção das fábricas existentes, motivou o aparecimento de novas unidades produtivas, a maioria delas verdadeiramente improvisadas, sem grande apetrechamento técnico, e sem quaisquer condições de higiene, à semelhança do que tinha já ocorrido aquando da I Guerra Mundial.

O clima de euforia, perante os tempos que corriam, e a ganância dos industriais em fabricar muito e vender depressa, só podia originar uma vergonhosa descida da qualidade das conservas produzidas, situação que desprestigiou o sector conserveiro portimonense e nacional. Do descrédito resultarão a falta de compradores, óbvias dificuldades de exportação e, conseqüentemente, graves perturbações em todo o sector das conservas, após o final do conflito. Em Portimão, várias fábricas reduzirão o volume das produções e dispensarão trabalhadores, e algumas delas serão mesmo forçadas a encerrar. De facto, não se desenvolvendo as grandes estruturas do sector, todo o crescimento que se verificava no decurso do período bélico era uma prosperidade artificial: o sector cresce sem modernização e desordenadamente. Com o fim do conflito, as exportações estagnam e o sector entra abruptamente em crise.

Durante a II Guerra Mundial, contudo, a indústria conserveira, apesar do estatuto de neutralidade de Portugal, depara-se com algumas restrições, impostas pelos aliados. Tentava-se, desesperadamente, sufocar as forças do eixo, impedindo o abastecimento de um conjunto de bens essenciais ao seu esforço bélico. Obviamente, para Portugal, que ao abrigo da sua posição de neutralidade, esperava capitalizar o máximo de vantagens económicas e comerciais com ambos os campos, esta situação não era, de todo, agradável.

Tinha início, a partir de 1940, uma nova fase, em que os interesses dos neutros não eram tidos em conta, era a fase da *guerra económica*⁴⁵. Todas as actividades bancárias, financeiras ou comerciais; os transportes, terrestres ou marítimos; as exportações e importações; todos os tipos de movimentação dentro da metrópole ou nas colónias passam a estar sujeitas ao controlo, fiscalização e autorização britânicos. É nesta altura que é implantada uma vasta panóplia de esquemas e mecanismos de controlo de todas as actividades económicas portuguesas pelas autoridades britânicas: o sistema de *navicerts* e *shipnavicerts*; licenças de importação; as exigências de certificados de origem não inimiga para as matérias importadas; o racionamento e fixação de quotas de importação, estrategicamente abaixo das necessidades portuguesas, de forma a evitar reexportações para o inimigo e impedir a constituição de reservas; a obrigatoriedade de apresentação dos valores dos stocks das produções internas, principalmente daquelas valorizados pelo contexto bélico; a vigilância acirrada dos mares pela Royal Navy, com a possibilidade de intercepções navais, e a criação de *listas negras*, onde passavam a figurar todos os negociantes, empresas e navios que recusassem sujeitar-se às fiscalizações e inquéritos britânicos.

O Ministry of Economic Warfare e os consulados britânicos em Portugal tentaram ao máximo limitar, porque impedir totalmente era quase utópico, as relações comerciais de Portugal com o inimigo, de

45 Sobre esta temática consulte-se para maior esclarecimento Fernando Rosas, «Sob os ventos da Guerra: a Primeira crise séria do Regime (1940–1949)» in *História de Portugal, O Estado Novo*, vol. VII.

modo a privá-lo de matérias-primas vitais à sua indústria de guerra. As autoridades londrinas irão conseguir, por meio de aliciamentos, subornos e pressões, montar uma extensa rede de controlo sobre todas as actividades comerciais portuguesas, lícitas ou ilícitas.

Importa ainda referir, brevemente, um outro condicionamento, chamemos-lhe assim, a que Portugal esteve sujeito durante este segundo conflito mundial: a *guerra preemptiva*, também levada a cabo pelas autoridades britânicas (United Kingdom Comercial Corporation) como instrumento complementar do sistema de bloqueio. Este tipo de *guerra* consistia em comprar todos os produtos valorizados pelo contexto bélico, para os retirar do mercado, evitando que chegassem às mãos do inimigo. Onde fosse possível, toda a linha de produção era controlada, através do estabelecimento de empresas britânicas em Portugal, ou mesmo da criação de empresas portuguesas fantoche. Entre os produtos *confiscados*, destacamos, por óbvias razões, as conservas de sardinha.

Mesmo com todas as restrições e dificuldades que o sector conserveiro teve que enfrentar (dificuldades no transporte dos produtos exportados; sistema de quotas limitando os valores das exportações; *navicerts* e *shipnavicerts*; bloqueio comercial a países do eixo imposto pelos aliados...), são inegáveis os enormes lucros obtidos. Contudo, apostados que estávamos em satisfazer os, cada vez maiores, pedidos dos países beligerantes e atordoados pelos brutais rendimentos, continuámos a produzir conservas como sempre havíamos feito, não apostando num melhor apetrechamento a nível tecnológico. Com o findar da guerra, o rudimentar apetrechamento da nossa indústria; a concorrência gerada pelos baixos preços praticados por produtores

internacionais muito melhor equipados a nível tecnológico; o desaparecimento dos *mercados estratégicos* que haviam feito a riqueza dos nossos *negócios de guerra*; e a incapacidade de escoar, por vezes, grande parte das produções, entravam o sector conserveiro e impedem-no de assegurar um ritmo de desenvolvimento continuado.

A vulnerabilidade que o sector conserveiro reflectia, pela não resolução de problemas acumulados durante décadas (frota mercante insuficiente e arcaica; falta de mão-de-obra especializada; deficiências tecnológicas...), irá desencadear um desfecho dramático: numerosas fábricas são forçadas a despedir pessoal, a diminuir os períodos de laboração, quando não mesmo a encerrar as portas e declarar falência.

7. O Operariado Conserveiro.

Algumas Linhas De Análise ⁴⁶

Desde o aparecimento das primeiras fábricas, ainda no século XIX, o êxodo rural das populações campesinas vizinhas de Portimão, atraídas pelas possibilidades de emprego num novo sector que rapidamente surgia e pela perspectiva de um quotidiano melhor, foi um factor constante e crescente.

Contudo, como já referimos no capítulo anterior, o trabalho nas indústrias conserveiras mercê das características do próprio sector (a dependência essencial do mar; a existência ou não de pescado; e o

⁴⁶ Para a realização deste ponto seguimos de perto o Capítulo XII: O Operariado Conserveiro, de Joaquim Rodrigues, in *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, pp. 209–362.

carácter sazonal das actividades), tornava os postos de trabalho bastante inseguros e instáveis.

De entre as diferentes categorias profissionais, destacamos os soldadores, homens responsáveis pela fabricação das latas de conservas, que graças ao grau de especialização das suas funções gozavam de uma garantida regularidade de trabalho, mesmo no Inverno. Daqui decorria também o seu poder organizativo e reivindicativo. Joaquim Rodrigues considera que “serão precisamente os soldadores que protagonizarão as principais manifestações grevistas”⁴⁷ do sector conserveiro.

As condições de vida e de trabalho do operariado, regra geral, eram péssimas. Longas jornadas de trabalho, quer de dia e quer de noite, sem direito a descanso semanal, recebendo salários baixos, e sujeitos a péssimas condições de higiene e salubridade. Por isso, desde cedo, os operários vão reivindicar melhores condições e ajudas por parte de associações, sindicatos, e do próprio Estado.

Em Dezembro de 1924, reunia-se o 1º Congresso dos Operários Conserveiros, em Setúbal. Ao longo de seis sessões foram discutidas várias questões que se queriam ver melhoradas e resolvidas. Um dos principais problemas apontados foi a crescente mecanização verificada na indústria conserveira, que conduzia ao despedimento de vários trabalhadores. Segundo diziam os operários, os seus interesses e problemas não eram tidos em conta, os patrões apenas se preocupavam com uma cada vez mais rápida obtenção do produto, de forma a capitalizarem maiores lucros. Outra questão tratada foi

47 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, p. 211.

o horário de trabalho. Os trabalhadores queriam que se abolisse o trabalho de empreitada, se fixasse um horário de oito horas, e que o trabalho começasse a ser pago ao dia e não à tarefa.

Entre 1925 e 1933, a indústria conserveira vive um período de grave crise, pelas razões por nós já referidas: anos de falta de pescado no mar; descrédito internacional e nacional no sector devido às trifulhices que se fizeram durante a guerra; grave crise internacional motivado pelo crash da bolsa de Nova Iorque em 1929, e todos os problemas daí advenientes.

O chamado defeso constituía, neste quadro, um grave problema. “Em Portimão, em consequência do período de defeso, as fábricas ou encerravam, ou reduziram o pessoal, não indo além de três dias de trabalho, e os cercos, na sua maioria, não iam ao mar.”⁴⁸ Em 1932, devido à escassez do pescado, algumas fábricas conserveiras tinham já despedido um vasto número de trabalhadores, adensando-se a quantidade de pessoas que viviam na maior pobreza. O sector operário viveu nestes anos um período dramático. Perante este quadro, não é de espantar que sejam frequentes as notícias sobre a saída de trabalhadores conserveiros algarvios para Espanha e Marrocos⁴⁹.

Os operários, muitos deles desempregados, passavam fome, e não podiam, nem queriam, ficar parados, a sufocar lentamente. Por isso, ao longo dos anos 20, 30 e 40, mesmo com toda a repressão do regime salazarista, assistem-se a várias manifestações e períodos de greve.

⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 231.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, pp. 242–242.

Por seu lado, os industriais insatisfeitos com tanta desordem, viam na disciplina e fiscalização do operariado as principais prioridades da reorganização que pretendiam para a indústria conserveira.

Aquando da criação do Consórcio Português de Conservas de Peixe, a que já aludimos anteriormente, esteve presente uma preocupação social em relação ao operariado e aos seus problemas. O Consórcio criara mesmo uma Comissão de Assistência aos operários das fábricas, cuja missão seria encontrar tarefas para os trabalhadores no período de defeso e distribuir subsídios aos operários desempregados. Contudo, as verbas de que se dispunham eram muito reduzidas, ficando estas medidas muito aquém do esperado pelas classes trabalhadoras.

No ano de 1933, a crise na indústria agravava-se, mercê da diminuição das exportações e da escassez das pescas. Contudo, com a publicação, também neste ano, do Estatuto de Trabalho Nacional, um dos pilares jurídicos do Estado Novo, iniciava-se uma nova fase de relacionamento do regime com o operariado, que muitos esperavam que trouxesse as urgentes melhorias à condição dos trabalhadores conserveiros. O que acabou por não suceder.

Em 1934, era publicado o decreto-lei nº 24.402 que pretendia organizar melhor a questão dos horários e salários de trabalho. Determinava-se assim um horário de oito horas, com descanso semanal, geralmente ao Domingo, e impunha-se o pagamento das horas extraordinárias, com uma percentagem acrescida de 50% ao valor normal. A 15 de Setembro do mesmo ano, um despacho proibia também o trabalho de menores em postos ligados à soldadura ou em máquinas

que trabalhassem a gás⁵⁰. Contudo, na prática, a concretização destas medidas deixou muito a desejar.

Na lógica corporativa estado novista, da colaboração essencial entre trabalho e capital, surgem os Contratos Colectivos de Trabalho. Estes contratos ainda que não satisfizessem inteiramente as aspirações de operários e industriais, tiveram em conta muitas das suas reivindicações, quer ao nível da disciplina de trabalho, do horário, descanso semanal, férias, e novas admissões de pessoal, quer ao nível da assistência. No entanto, as denúncias do incumprimento de muitas cláusulas dos contratos não tardaram, e segundo o autor que estamos a seguir, feitas as contas, as condições de trabalho do operariado também não melhoraram, tendo-se mesmo registado um aumento da taxa de exploração.

Neste contexto, as iniciativas de alguns industriais portimonenses, Júdice Fialho e Feu Hermanos, no que toca a questões assistenciais adquirem ainda maior relevo. Cayetano Feu Marchena teve aqui um papel primordial. Na sua fábrica existia um refeitório para cerca de noventa crianças, e mesas que serviam para as operárias amamentarem os seus recém-nascidos⁵¹. Em 1936, a construção do primeiro bairro operário de Portimão, Bairro Oliveira Salazar, simultaneamente primeiro bairro nacional destinado aos trabalhadores da indústria conserveira, foi também um marco importante, mas em pouco minorou o flagelo do operariado portimonense. Dois anos

50 Joaquim Rodrigues, *A Indústria de Conservas de Peixe no Algarve (1865–1945)*, vol. II, pp. 257–258.

51 *Boletim Informativo da Casa do Algarve*, 3ª série, nº 3, Janeiro–Março, 1954, p.5.

depois, vemos novamente Cayetano Marchena envolvido na criação de cantinas operárias, onde toda a família podia comer uma refeição completa a preços bastante reduzidos.

Segundo Maria João Raminhos Duarte, a “abertura de bairros, cantinas, creches, escolas e colónias infantis pelas principais empresas e pelos grémios não teve apenas uma dimensão de assistência social, mas constituiu um modo de fidelizar os operários às fábricas e aos valores ideológicos do Estado Novo”⁵².

Mesmo durante os períodos de conflito bélico, os negócios de guerra não eram capazes de assegurar postos de trabalho para toda a classe operária. A escassez de capturas que se vivia em todo o litoral algarvio, apenas fazia subir os preços da tonelada de conserva.

Portimão sofria, tal como o resto do país, as consequências do alastramento dos conflitos: aumento do custo de vida e dos preços, especulação e açambarcamento dos produtos essenciais à alimentação das populações, e consequentemente, fome, revolta e miséria.

Basicamente, quem lucrava eram os industriais.

8. Considerações Finais

As pescas e as conservas foram durante largos anos o principal suporte económico, social e populacional da Cidade de Portimão. As épocas de prosperidade e de crise tiveram, por isso, repercussões visíveis no progresso e evolução da cidade.

⁵² Maria João Raminhos Duarte, *Portimão...*, p. 142.

A conserva, produto essencialmente de exportação, de pouca elasticidade na procura, vivia ao sabor das conjunturas. Com exceção dos contextos de guerra, onde atingia uma surpreendente valorização, tratava-se de um produto vulnerável, condicionado sempre pela dependência da matéria-prima, o peixe.

Os surtos provocados quer pela I quer pela II Grande Guerra geraram verdadeiros booms conserveiros, com características de ocasião e improvisação. Findas as conjunturas de euforia, as fábricas mais débeis não resistiam.

Quanto à questão do operariado, que também tratámos, eram demais evidentes os problemas sociais de todo o conjunto dos trabalhadores conserveiros, sempre sujeitos à sazonalidade e ao volume das capturas. Algumas medidas e leis foram sendo implementadas, mas na prática, o desrespeito dos industriais pelas cláusulas estipuladas mantinha as populações operárias na miséria.



Industrialização e Socialismo em Sesimbra no final do século XIX

Sesimbra conheceu um processo de industrialização na segunda metade do século XIX, com a instalação de três fábricas de conservas de peixe, a primeira das quais na década de 1880, e as outras na década seguinte. Mas o modelo industrial também chegaria à vila piscatória através de uma nova tecnologia de pesca, as armadilhas “valencianas”, com modelos empresariais e laborais, e ritmos de trabalho, típicos da indústria, empregando mão-de-obra assalariada, num regime remuneratório misto, com uma componente fixa (equivalente ao salário mínimo de subsistência) e uma componente proporcional ao valor das capturas.

Esta população assalariada, parte da qual imigrada sazonalmente de outros pontos do País, aderiu francamente à propaganda socialista veiculada através do jornal *A Federação*, órgão oficial da Federação das Associações de Classe, e oficioso do Partido Socialista. Ficou registada nas páginas deste periódico a iniciativa de dois pescadores sesimbrenses, Manuel Caetano Ferreira Júnior e José Dias Júnior, que nos dias 12 e 13 de Setembro de 1896 contactaram aquela organização, pois «vão organizar ali a associação de classe marítima e piscatória, para o que vieram pedir a coadjuvação dos membros da Federação das associações de classe. No dia 27 do corrente realizar-se-á ali uma sessão preparatória, indo de Lisboa alguns companheiros para

indicarem qual o caminho a seguir. Os nossos amigos e companheiros de Sesimbra levaram muitos folhetos de propaganda socialista”¹.

Na sequência das conferências de propaganda realizadas em Sesimbra pela Federação das Associações de Classe, constituíram-se vários destes organismos: dos Operários Marítimos, das Operárias Conserveiras e Costureiras, dos Almocreves, e de Ofícios Vários (onde se incluíam os soldadores conserveiros, que só em 1898 constituíram uma associação exclusiva da classe).

Desencadeou-se também um sustentado movimento reivindicativo, que se prolongaria para além da revolução republicana e mesmo até 1924, data da última grande greve piscatória de Sesimbra. Pescadores sesimbrenses participam no Congresso Operário de 1897 e, nesse mesmo ano, uma operária de Sesimbra assume lugar de destaque na fundação da Federação Socialista do Sexo Feminino. A própria vestimenta tradicional dos pescadores, de barrete e cinta, muda radicalmente para um modelo «operário», onde o boné e a boina assumem um significado progressista.

Fábricas de Conservas

Na década de 1880 deu-se a instalação da primeira fábrica de conservas de peixe em Sesimbra, segundo o novo método desenvolvido no início do século por Nicolas Apert: Tratava-se duma grande unidade da Companhia Nacional de Conservas localizada na marginal de Sesimbra. Na década seguinte instalar-se-iam mais duas unidades fabris deste tipo,

1 Jornal A Federação nº 142, de 20 de Setembro de 1896

das firmas *Marques Pereira & Figueiredo* e *Covas & Filhos*. Em 1904 construiu-se na vila sesimbrense uma nova grande unidade conserveira, um investimento da empresa francesa *Ousille & Ce*.

De acordo com o modelo laboral já implantado na vizinha cidade de Setúbal, o trabalho menos qualificado era realizado por mulheres, enquanto o trabalho especializado de fabrico e de soldadura das latas, era realizado por homens, sendo estes por regra melhor remunerados, além de terem garantia de trabalho permanente, pois nos períodos de escassez de peixe eram ocupados no fabrico da latas de conservas.

O primeiro conflito laboral conhecido, numa fábrica conserveira de Sesimbra, ocorreu em Maio de 1897, referindo-se na imprensa que as operárias da *Fábrica Nacional de Conservas* se encontravam em conflito com a entidade empregadora². Em Janeiro de 1899 dá-se uma greve dos operários soldadores da fábrica da firma *Marques Pereira & Figueiredo*, exigindo «garantias iguais às de Setúbal»³. Em Abril do mesmo ano ocorre uma greve dos soldadores na *Fábrica Nacional de Conservas*⁴. Em Maio de 1899 a firma *Marques, Pereira & Figueiredo* despediu todo o pessoal⁵. Em 5 de Dezembro de 1889,

2 O jornal *A Federação* de 30 de Maio de 1897 escreve: «Continuam sem trabalho algumas companheiras que se empregavam na Fábrica Nacional de Conservas, mantendo nobremente a sua generosa resolução. Podem servir de exemplo a alguns companheiros que fugiram da associação logo que o tiranete lhes bateu o pé».

3 Jornal *A Federação* de 18 de Janeiro de 1899. A 20 de Janeiro, o jornal *A Vanguarda* noticia que está terminada esta greve dos operários soldadores, e que foram atendidas as reclamações.

4 Jornal *A Vanguarda* de 6 de Abril de 1899; a 11 de Abril o mesmo jornal noticia que terminou a greve, com vitória dos soldadores.

5 Jornal *A Vanguarda* de 10 de Maio de 1899.

a imprensa noticia uma reunião da Associação de Classe dos Soldadores, para apreciar a situação dos operários da fábrica *Marques Pereira & Figueiredo*, «os quais, com pequenas intermitências, não trabalham há seis meses»⁶. Em Abril 1900, após a morte de três pescadores em greve, por um destacamento de *Infantaria 11* de Setúbal, as instalações da Associação de Classe dos Soldadores de Sesimbra são encerradas e seladas⁷. Em Junho de 1907 o accionista Leon Delpout (da fábrica *Marques Pereira & Figueiredo*) recorre à fábrica de Sesimbra para soldar latas, devido a greve na sua fábrica de Setúbal, mas o conflito acaba por se estender também a Sesimbra⁸. Em Março de 1908, os soldados da mesma fábrica estão sem trabalho⁹. Em Março de 1909 ocorreu nova greve dos soldados da Companhia Nacional de Conservas¹⁰.

Armações Valencianas

O modelo industrial também chegaria à vila piscatória através de uma nova tecnologia de pesca, a das “armações à Valenciana”, com modelos organizacionais e ritmos de trabalho típicos das empresas industriais, empregando uma mão-de-obra assalariada, pouco

6 O *Jornal de Sesimbra* nº 5 de 10 de Dezembro de 1899; nesta data decidem contactar, em Setúbal, o accionista Leon Delpout, de quem obtêm promessa de receber trabalho, segundo o jornal *A Federação* de 17 de Dezembro de 1899.

7 Numerosas referências em quase toda a imprensa de Lisboa, durante os dias subsequentes.

8 *Jornal A Vanguarda* de 11 Junho 1907.

9 *Jornal A Vanguarda* de 15 de Março de 1908.

10 *Jornal A Vanguarda* de 27 de Março de 1909.

qualificada e paga num sistema misto de salário fixo e de uma percentagem no produto bruto da pesca, a que se somavam ainda, como pagamentos adicionais: as “rodadas”, pagas aos homens que transportavam o peixe nas barcas para os locais de venda, e o “maquino”, ou porção de peixe para alimentação do pescador. A maioria das armações à Valenciana armava apenas durante metade do ano, nos meses mais livres de vendavais; algumas, no entanto, pescavam todo o ano, beneficiando dum maior esforço de pesca em troca da elevada probabilidade de sofrer danos devido aos temporais.

Estas armações à Valenciana davam sequência às antigas armações redondas, sendo ambos aparelhos de pesca fixos, localizados muito próximo da costa, encaminhando os cardumes para uma armadilha, da qual o peixe era depois recolhido pelos pescadores. Apesar das semelhanças, as armações à Valenciana são mais complexas e mais eficientes na captura dos cardumes. Outra grande diferença entre ambas era a do modelo empresarial que lhes estava associado. As velhas armações regiam-se pelo modelo do pré-liberal, sendo a pesca exercida por armadores-mandadores, que podiam ser co-proprietários de uma mesma armação, para a qual contribuía com componentes parciais da mesma (redes); estes proprietários ou co-proprietários das armações redondas eram também eles pescadores, participantes activos na faina da pesca: tratava-se de um modelo com raízes nas corporações medievais. Já as armações valencianas desenvolviam-se num modelo claramente capitalista, promovidas por sociedades por quotas ou anónimas, de investidores muitas vezes absentistas.

O trabalho nas armações, sendo embora trabalho piscatório, distancia-se do modelo do pescador ou da companhia de pesca que

se deslocam em barcos para pesqueiros mais ou menos longínquos. Cada companhia de uma armação à Valenciana (cerca de 40 pessoas), vivia permanentemente no arraial ou no calhau da armação¹¹, dormindo e tomando as refeições ali, devendo participar duas vezes ao dia no levantamento do peixe aprisionado nas redes, que se situavam muito próximo, junto à costa. Era um trabalho que exigia poucas qualificações, constando de trabalho braçal de transporte de materiais e levantamento das redes.

A “liberdade” de estabelecimento de empresa, introduzida pelo liberalismo, também se traduziu, na ocupação intensiva da costa sesimbrense, chegando a existir 23 destas armações concessionadas a empresas de Sesimbra – enquanto que as armações redondas conhecidas não tinham ultrapassado o número de sete, que era quantas existiam em 1849.¹¹

O súbito crescimento das armações valencianas ocupava pescadores sesimbrenses, mas também atraiu a Sesimbra muitos trabalhadores de fora da Vila – camponeses da freguesia rural que ocupavam parte do ano nesta actividade, mas igualmente de fora do concelho: “malteses” e “adventícios”, através de migrações internas muito semelhantes às que caracterizavam alguns trabalhos agrícolas, como as ceifas do trigo ou as mondas do arroz, por exemplo.

11 O “arraial” consistia numa zona mista de edifícios e pátio que servia de dormitório e de armazém para os apetrechos e embarcações, e localizavam-se ou na vila de Sesimbra, ou no Portinho da Arrábida; o “calhau” consistia de instalações para os mesmos fins, mas de natureza mais precária, alcandoradas nas encostas rochosas, na proximidade das respectivas armações.

A instalação da primeira fábrica de conservas em Sesimbra – certamente atraída pela abundância e qualidade da sardinha que aqui se pescava – contribuiu para o aumento do número de armações à Valenciana, mas também o movimento inverso se verificou, com a maior abundância de sardinha a atrair novas fábricas.

A primeira grande greve dos pescadores das armações valencianas dá-se em Novembro de 1896. Apesar de já estar constituída em Sesimbra a Associação de Classe dos pescadores das armações, a greve declarada em 19 de Novembro de 1896 teve uma natureza espontânea: a companhia de uma armação declarou em greve de solidariedade para com três companheiros despedidos, e até à sua readmissão. Esta acção, porém, não estava desligada da propaganda operária socialista: os três pescadores foram despedidos pelo mandador Manuel Rodrigues do Giro, da Sociedade de Pescarias Lisbonense, por terem começado a levantar “problemas”, ou seja, a pronunciar-se activamente sobre os direitos que assistiam à classe.¹²

Outros conflitos laborais dos pescadores de Sesimbra ocorreram em 3 de Fevereiro de 1897 (manifestação de mil pescadores em Lisboa, contra o encerramento da Associação Marítima)¹³, Março de 1897 (greve dos pescadores das armações *Lagosteira, Greta e Ilhéu dos Alhos*)¹⁴, 11 de Abril 1900 (confronto, na praia de Sesimbra, entre pescadores em greve e um destacamento de *Infantaria 11* de Setúbal,

12 Jornais *A Vanguarda*, *O Paiz e o Século*, de 24 a 27 de Novembro de 1896

13 Jornais *A Vanguarda*, *O Paiz e o Século*, de 4 e 5 de Fevereiro de 1897

14 Jornal *A Vanguarda* de 7 de Março de 1897.

em protecção de fura-greves; o destacamento dispara sobre os pescadores, provocando três mortos)¹⁵, Março de 1912 (greve da armação *Agulha* em 23 de Março, e da *Cova* em 30 de Março)¹⁶, Abril de 1912 (a armação *Cozinhadouro* junta-se à greve da *Agulha* e da *Cova*)¹⁷, Junho de 1912 (greve das armações de Sesimbra)¹⁸, em Julho de 1912 (pescadores das armações de Sesimbra recusam a matrícula)¹⁹ e Dezembro de 1913 (companha da armação *Moeda* em greve)²⁰.

15 Numerosas referências em quase toda a imprensa de Lisboa, durante os dias subsequentes.

16 *Jornal O Socialista* de 26 de Maio de 1912.

17 O *Jornal O Socialista* de 26 de Maio de 1912, diz ter a greve ficado «solucionada com honra para a classe marítima». No mesmo jornal, na edição de 11 de Setembro de 1912, são apresentadas as contas da «manutenção dos grevistas» das três armações, através de um fundo especial da Associação Marítima: «Esta greve, que em nada afectou os fundos associativos, foi mantida única e exclusivamente pela solidariedade de todos os companheiros das outras armações, porquanto cada companha concorreu diariamente com um caixote e cinco quinhões de peixe do que pertencia à mesma companha. (...) Rendeu 4:783\$370 o peixe vendido dos caixotes e quinhões (...) para pagamento às companhas em greve despendeu-se a importância de 3:517\$480. Convém notar que o número de grevistas socorridos semanalmente pela Associação Marítima era aproximadamente de 90, visto alguns arranjamem, quando as circunstancias o permitiam, outros misteres. Da mesma verba há a deduzir a importância de 30\$300 por 4 funerais de companheiros, o subsídio de 20\$000 para os companheiros grevistas da fábrica Delpeut, de Setúbal, e a importância de 20\$000 para benefício do material tipográfico do jornal operário «A República Social», o que perfaz a importância de 70\$300 que, junta à importância gasta com a greve, perfaz o total de 3:587\$780. Ficou, portanto, um saldo positivo de 1:195\$590.»

18 *Jornal O Socialista* de 9 de Junho de 1912, que diz que a greve «continua insolúvel pela teimosia dos armadores Loureiro e Carlos Correia».

19 *Jornal O Socialista* de 9 de Julho de 1912, que diz que os armadores «entenderam que não deviam acatar as condições do acordo ultimamente estabelecido.»

20 *Jornal O Socialista* de 9 de Março de 1913 – num artigo do dirigente socialista Mário Nogueira, lê-se: «Há já 3 meses que a companha da armação *Moeda* se encontra em greve, em virtude do seu proprietário ter despedido uns camaradas (...) O proprietário tentou contratar uma nova companha

Sinais da vitalidade deste movimento associativo são a integração de uma delegação de Sesimbra no cortejo do 1º de Maio de 1897, em Lisboa, e a primeira comemoração do 1º de Maio em Sesimbra, no ano de 1899, onde participaram diversas individualidades do PS, bem como a participação de uma Sesimbrense, Olinda da Conceição, na fundação da entidade pioneira do associativismo feminino em Portugal, a Federação Socialista do Sexo Feminino, constituída em Junho de 1897. Sob a direcção da propagandista Margarida Marques, e com base no Grémio Socialista dos Anjos, esta Federação englobava, na realidade, muito poucas associações, e não é claro que tenha durando muito tempo. Em todo o caso, afirma-se como organização pioneira do movimento feminista em Portugal. Olinda da Conceição foi efusivamente acolhida pelas socialistas lisboetas: foram-na receber à chegada, de barco, a Lisboa, e foi muito ovacionada na ocasião da sua apresentação na cerimónia oficial, tendo sido convidada para a respectiva mesa.

na Costa da Caparica, o que não levou a efeito, por os camaradas daquela localidade se recusarem a atraí-los os seus companheiros (...) Procurou então contratar trabalhadores do campo, no que não só praticou uma ilegalidade, como também jogava a vida daqueles homens por estes não serem da profissão (...) Não conseguiu contratar ninguém.»

Contributos para o Conhecimento do Encontro entre o Espaço e a Indústria.

O capítulo que o presente livro dedica ao tema “Cidade, Transformações Sociais e Territorialização da Indústria” é constituído por oito contributos que reúnem resultados de investigações com preocupações analíticas e monográficas sobre a história da actividade industrial em Portugal. Os contributos aqui em causa distinguem-se ainda pelo relevo dado ao estudo do enraizamento socioespacial da actividade industrial, procurando vários dos autores contribuir com o estudo da relação entre espaço industrial e dinâmica de formação de relações sociais e políticas.

Magda Pinheiro, em “Palavras e problemas de uma história dos subúrbios”, equaciona as condições de possibilidade de um projecto científico construído, como o título do texto sugere, em torno de uma história dos subúrbios, aqui perspectivada com base no caso dos Concelhos da Margem Sul de Lisboa. Propondo uma análise da génese dos conceitos de arrabalde, subúrbio e metrópole no contexto em causa, o texto fornece um conjunto de coordenadas demográficas, sociais e territoriais significativas para a compreensão das lógicas de localização das actividades económicas, das infraestruturas de transportes e dos quadros residenciais, bem como sobre os ritmos da

sua implantação local, entre inícios do século XIX e finais do século XX. Situando o processo de suburbanização da margem Sul do Tejo à luz de alguns marcos teóricos de referência sobre outros contextos mundiais, a análise demonstra a complexidade social e territorial de que se revestem os concelhos de Almada, do Barreiro e do Seixal à medida que o século XX se afirma e abre pistas para a compreensão do subsequente processo de transformação que decorre da desindustrialização e da criação de novas centralidades.

Maria Alfreda Cruz, em “As comunidades operárias na legibilidade geográfica da margem Sul do Estuário do Tejo”, prolonga as interrogações elaboradas no texto anteriormente citado e fornece-nos um retrato do mesmo contexto territorial. Centra, no entanto, a sua atenção nos papéis específicos desempenhados pela indústria corticeira, pela política de industrialização pesada e pela respectiva articulação com a política de transportes, para documentar os processos demográficos, migratórios e económicos que contribuem para formação das comunidades operárias da Margem Sul. O texto aqui em causa termina, igualmente, com uma reflexão sobre o quadro de transformações em curso no contexto em análise, a que acrescenta um elenco dos impasses e desafios que se colocam ao seu processo de desenvolvimento.

Por sua vez, Fátima Sabino, em “Indústria e Industrialização em Portugal nos Séculos XIX e XX: contributo para um conhecimento geral e aplicado ao concelho do Seixal”, fornece-nos um retrato pormenorizado dos marcos fundamentais do processo de industrialização do concelho do Seixal, situando-o por referência aos movimentos gerais do país, e da composição do respectivo tecido empresarial e

fabril. Releva, em particular, o processo de constituição de um tecido empresarial denso e diverso, que beneficiará da proximidade aos eixos de comunicação dependentes do rio Tejo e do porto de Lisboa para o seu desenvolvimento, e cuja estruturação e transformação se revelarão muito articuladas com as opções de política económica do país, algo que será válido para compreender os processos de fixação de empresas, mas também os respectivos encerramentos.

Joana Dias Pereira, em “A produção social da solidariedade operária: o caso de estudo da península de Setúbal numa perspectiva comparada”, apresenta uma proposta de análise sobre as vinculações sociais dos processos de enraizamento territorial no mundo do trabalho operário, relevando a importância da acção do Estado – e das condições que proporcionou à iniciativa privada – no desenvolvimento da concentração da actividade industrial que marcará, progressivamente, a região em estudo a partir da segunda metade do século XIX. Não sendo incompatível com padrões mais difusos de desenvolvimento da actividade industrial, marcados por lógicas de tipo oficial, a concentração fabril articular-se-á com a formação de contextos residenciais operários configurados em torno da debilidade das condições espaciais. Tais contextos, não obstante a fragilidade das relações salariais, serão domínio de afirmação de uma rede de relações sociais densa, que terá no associativismo operário, e no trabalhos de socialização política e reivindicativa por este realizado, expressão significativa.

João Augusto Aldeia, em “Industrialização e socialismo em Sesimbra no final do século XIX”, analisa o processo de industrialização sesimbrense, estruturado em torno da actividade fabril conservadora, estudando, em particular, a relação que se estabelece entre este,

a acção sindical e o movimento socialista. Tomando por referência a imprensa da época, com especial destaque para a sindical, é assinalada a importância da implementação de uma nova tecnologia de pesca, “as armações à Valenciana”, e da intensificação das relações capitalistas, esboçando-se uma cronologia da conflitualidade laboral local.

Ana Prata, em “As guerras mundiais e o sector conserveiro portimonense”, prolonga o interesse analítico pela actividade piscatória e o sector conserveiro, estudando o desenvolvimento do sector em Portimão, um contexto muito relevante na afirmação do sector no país. Portimão e a sua actividade conserveira crescerão impulsionados pelos abastecimentos aos exércitos Aliados durante a Primeira Guerra, mas verão o seu dinamismo abalado pelo seu final e pelas vicissitudes da actividade económica no sector conserveiro, da sua dependência da falta de qualificação do negócio mas também das próprias flutuações da captura do pescado. O eclodir da Segunda Guerra Mundial voltará a garantir um novo fôlego à cidade e ao sector, que crescerão demográfica e economicamente, sem que, contudo, os diagnósticos e opções de regulação entretanto efectuados pelo Estado Novo se tivessem traduzido na resolução dos respectivos impasses económicos, o que significará, uma vez finda a guerra, a falência de muitas empresas e o crescimento do desemprego. Com uma lógica de acção empresarial configurada em torno da realização de lucro rápido, o operariado empregado no sector será sistematicamente marcado pela grande debilidade das suas condições de vida.

Maria da Luz Sampaio, em “Cem anos de história da indústria na rua do Freixo (Campanhã)”, analisa, por sua vez, a dinâmica da actividade industrial numa rua da zona oriental da cidade do Porto,

a rua do Freixo, propondo-se inventariar os processos e os ritmos de ocupação a que esteve sujeita. Produto da expansão da cidade para Oriente e do conjunto de infraestruturas urbanas que decorrem da acção da Regeneração, a rua do Freixo será marcada pela actividade em domínios específicos da indústria, como as saboarias, o vidro, a metalurgia, a produção de energia e as moagens, num quadro social, demográfico e económico que possuirá capacidade para aumentar o seu dinamismo até aos anos 1960. A intensa actividade económica, empresarial e social que caracterizará a rua conhecerá, a partir dos anos 1970, um sério declínio, sendo o futuro do património que nesta ainda permanece motivo de interrogação maior.

Frédéric Vidal, em “Os operários na cidade: identidades profissionais e relações de vizinhança em Alcântara no início do século XX”, propõe-se restituir um problema clássico da sociologia e história urbanas, o da relação entre proximidade social e proximidade espacial. Tomando por referência o caso de Alcântara, em Lisboa, no início do século XX, o texto suscita a questão do entendimento das clivagens sociais e simbólicas que se podem identificar num bairro e equaciona ainda o problema das fontes para a respectiva investigação. Contexto em rápido crescimento demográfico, o início do século XX transforma-o num bairro de forte vocação produtiva industrial, mas também num bairro com vocação residencial de matriz operária, ainda que esta pertença operária seja necessariamente complexa e albergue margens de variação com algum significado. A análise incide, em particular, sobre esta última dimensão e desdobra-se num estudo sobre os registos de baptismo e de nascimento em duas ruas do bairro, na primeira e quarta décadas do século XX, captados a

partir das profissões declaradas. O resultado da análise sugere várias pistas interpretativas de interesse que restituem a importância de uma leitura não excessivamente homogeneizante da paisagem social das ruas em questão. Aflora-se, por outro lado, a importância específica de enraizamentos urbanos com carácter alternativo na constituição de redes relacionais com propriedades diferenciadas.

Procurando conhecer, em contexto, as relações entre espaço e industrialização, o presente conjunto de análises fornece coordenadas com interesse para a dinamização da investigação sociológica e histórica. Será, nesse sentido, muito importante que os respectivos conteúdos possam ser lidos atentamente e que, a partir destes, se continue a precisar a natureza das questões formuladas.



CAPÍTULO VI

Memória. Os Registos do Passado Industrial

Memórias da guerra civil espanhola em Barrancos:

SOLIDARIEDADES E RESISTÊNCIAS

1. Introdução

A guerra civil de Espanha foi um conflito nacional à escala global que trespassou a fronteira portuguesa, rompendo abruptamente a vida quotidiana das populações raianas. A violência e a tragédia vivida e testemunhada por milhares de pessoas, justificam que gerações inteiras conservem a memória do acontecimento, assinalando as suas posições éticas e as suas visões do mundo. No concelho de Barrancos ocorreram dois dos maiores fluxos de refugiados espanhóis para território português, formados por grupos ideologicamente opostos, cujo acolhimento legitima a construção de uma memória social local, alicerçada na solidariedade como valor identitário. Este artigo centra-se nas memórias de resistência na fronteira, e na sua capacidade estruturante, entretecendo as lutas quotidianas do meio rural com acontecimentos históricos. Designamos por memórias de resistência as recordações colectivas que circulam no espaço privado da família, dos amigos e dos vizinhos, como herança identitária de grupos socialmente subalternizados pelo poder hegemónico. Na antropologia encontramos diversos estudos focalizados nas memórias de resistência, como o de George Collier (1997) sobre os socialistas na Andaluzia rural durante a II República, o de Jerome Mintz

(1999) sobre as memórias colectivas dos anarquistas em Espanha, o de Paula Godinho (2001) sobre as lutas dos trabalhadores rurais do Couço durante o Estado Novo, ou o de Inês Fonseca (2006) sobre a recuperação da terra do povo de Aivados após o 25 de Abril de 1974, entre outros. Estas obras, demarcadas pelo tempo, abordam formas de luta e de resistência política que emergiram em conjunturas históricas favoráveis, contrariando o imobilismo e a passividade muitas vezes associado ao mundo rural (Freire *et al.* 2004).

As comunidades rurais preservaram ao longo do tempo a imagem da comunidade resistente no campo da memória colectiva, apesar de fragmentada pelos fluxos migratórios ou pelos exílios forçados, atribuindo aos acontecimentos conotações políticas óbvias e explícitas, a somar aos papéis politicamente mais implícitos de comemoração constitutiva da identidade do grupo (Fentress e Wickham 1992, 143). Um acontecimento representa sempre uma confluência de alteridades, adquirindo o seu devir e sentido na recepção e nas representações que dele se têm (Farge 2002). No caso da guerra de Espanha, as alteridades expressam conflitos e lutas sociais, no lugar da inscrição do acontecimento, acentuando a bipolarização entre ricos e pobres, trazendo à lembrança um tempo de privações, de repressão e medo, entretecido pela solidariedade, pela astúcia, pela dissimulação, e pelo silêncio, como “armas dos fracos” (Scott 1985). Quando as pessoas nos transmitiam as suas recordações a sua importância era sempre muito vasta, e nessas ocasiões as interpretações que atribuíamos às suas palavras geravam uma multiplicidade de problemas, obrigando-nos a interrogarmo-nos sobre o significado que lhes atribuíam. Em algumas ocasiões, as nossas conversas sobre os

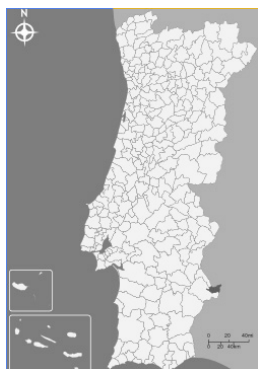
acontecimentos da guerra civil de Espanha activavam uma memória colectiva silenciada, por vezes traumática, mítica e fragmentada, enquanto noutras situações nos deparámos com memórias colectivas fortemente enraizadas, plenas de acção. As memórias da ditadura salazarista emergiam entrelaçadas no contexto histórico da guerra, quando as pessoas recordavam a repressão e as suas condições de vida, estruturando a coesão de um grupo subalternizado como uma unidade colectiva, edificada num espaço social de conflito e interdependências. Desta forma, a narrativa de um acontecimento é a sua pedra angular (Farge 2002), através da qual podemos compreender realidades extremamente diversificadas, que impõem uma infinita flexibilidade na sua análise histórica e social.

No processo de construção de uma etnografia histórica elegemos como terreno o concelho português de Barrancos, estabelecendo pontes com as populações espanholas vizinhas, de Encinasola (Andaluzia) e Oliva de la Frontera (Extremadura). Nas três localidades encontramos ecos do passado consolidando a pertença à Nação (portuguesa e espanhola), mas sobretudo laços de parentesco e vizinhança unindo-as no tempo longo da História. As memórias locais estão marcadas por sofrimentos e privações (entretecidas por aventuras do contrabando), à qual a guerra imprime sentimentos de amizade e de intolerância, mapeando no corpo o sofrimento humano vivido e expressado pelas gentes raianas. O enfoque analítico atribuído à memória (Halbwachs 1950), ao lugar da fronteira (Wilson e Donnan 1998), e às relações de poder (cf. Scott 1990, Bourdieu 2001) evidenciam o conflito e as estratégias de resistência dos actores sociais (Scott 1985, 1990) como *praxis* culturais modeladas pelos processos

históricos (Sahlins 1985). As vidas destruídas pela guerra, em qualquer parte do mundo, desafiaram os atingidos mas também os etnógrafos, a redefinirem a ordem e a desordem, as perdas e os ganhos, a cooperação e a resistência, a opressão e a solidariedade, a violência e a afirmação humana, a estrutura e a acção, a hegemonia e a resistência (Greenhouse cit. em Godinho 2011, 449–450). Ao longo do nosso estudo, as representações sociais da guerra de Espanha permitiram compreender como um acontecimento à escala global alterou a dinâmica social das populações fronteiriças, e de que forma as memórias do passado servem no presente para construir identidades de classe e edificar uma memória contra-hegemónica das ditaduras ibéricas.

2. Barrancos, uma sociedade rural na raia do Baixo Alentejo

O concelho de Barrancos com uma área total de 168 km² é limitado a norte pela província de Badajoz (Extremadura), a leste pela província de Huelva (Andaluzia), a sul, oeste e a noroeste pela região do Baixo Alentejo. A população de Barrancos e os seus vizinhos da Extremadura e da Andaluzia partilharam um processo histórico similar, marcado por condições políticas, socioeconómicas e ideológicas concretas, para as quais contribuíram o repovoamento por intervenção das ordens militares e religiosas, o sistema de vida pastoril e a agricultura como principais actividades económicas. Segundo os arquivos paroquiais do século XVIII a maioria dos habitantes de Barrancos era de origem espanhola, oriundos de povoações vizinhas. Posteriormente, a política de desamortizações do séc. XIX atraiu a burguesia andaluza, centralizando a posse da terra num grupo familiar,



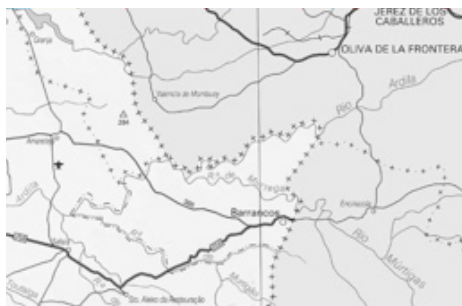
Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Barrancos>

cujos descendentes evocam a Guerra Peninsular em Espanha como motivo de fixação dos seus antepassados na vila.

Ao longo do século XX, o latifúndio contribuiu para o subaproveitamento agrícola, gerando assimetrias sociais, conflitos e estratégias de sobrevivência económica, como as migrações, o contrabando e a emigração. As minas de Aguablanca em Monesterio (Badajoz) e de Riotinto (Huelva) representaram a subsistência de muitas famílias barranquenhãs durante

as décadas de 1920 e 1930, abruptamente interrompida pelo deflagrar do golpe militar de 1936 em Espanha. A elite rural reforçava-se por meio de alianças matrimoniais, por redes sociais em ambos os lados da fronteira, e por cargos políticos à escala local, regional e nacional. O seu poder legitimava-se na posse da terra, “a pedra angular da estratificação social” (Cutileiro 2004, 23), e reflectia-se na capacidade de retirarem dividendos dos benefícios que o sistema latifundiário oferecia, assim

como na habilidade em estabelecerem dependências e alianças com seareiros, rendeiros e trabalhadores rurais contratados. Os responsáveis municipais (na maioria proprietários rurais) tentavam minorizar



Fonte: Instituto Geográfico Português

as crises de desemprego recorrendo à comparticipação do Estado em obras públicas, “as estradas da crise” (como hoje são designadas), e em unísono manipulavam os salários e o emprego, para que não impedissem o fluxo de mão-de-obra o mais abundante e barata possível na época das ceifas (Pereira 1983, 145). O Estado Novo instituiu a caridade como obrigação moral e social dos “ricos” (como instrumento de pacificação social), enquanto o corporativismo pretendia “harmonizar e atenuar” as relações de classe, ao mesmo tempo que se mantinham as divisões sociais e o hiato entre ricos e pobres (Fernandes 2005, 65). A resistência impregnava o quotidiano dos subordinados por meio das redes informais da família, dos vizinhos e dos amigos, sob formas ocultas (Scott 1985). A acção manifestava-se ao nível da *infrapolítica* (Scott 1990), como o cimento de uma acção política mais complexa e institucional que se virá a manifestar após o 25 de Abril de 1974.

Em *Crónicas de ver Alentejo* (1992), João Honrado dedica uma página à resistência antifascista em Barrancos, louvando o apoio aos refugiados republicanos pelos barranquinhos, “que não eram políticos”, e a “resistência contra a aliança das forças salazaristas e franquistas” protagonizada por alguns, poucos, que “perfilavam atitudes políticas” (Honrado 1992, 9). Os nomes de Pepe Gomes, Francisco Marina, Manuel Pica Garcia e Manuel Alcario são frequentemente citados em Barrancos, quando falamos de resistência política. Manuel Alcario era proprietário de uma barbearia na Travessa de Cuba, e “aí falava aos democratas de Barrancos. E era ouvido” (Honrado 1992, 9). Quem o conheceu preserva a memória de um auto-didacta, inconformado com as desigualdades e as injustiças sociais, com outra “visão do mundo”, num tempo em que

“professar ideias dissolventes” transformava cidadãos em “inimigos” do regime. Como “inimigo suspeito” ou “inimigo objectivo”, e independentemente de demonstrarem, ou não, o desejo de derrubar o regime, estes homens representavam ser “portadores de tendências” como se fossem portadores de uma doença (Arendt 1978, 528). Como recordaram alguns barranquenhos:

Havia pessoas, que diziam nessa altura que eram do Partido Comunista, e eu conheci muitas, mas aqui não conseguiam vingar (...) Muitos convivi com eles, inclusivamente lia livros que eles tinham... Não eram filiados em Partido Comunista nenhum, eram abertos, eram aquelas pessoas que viam o mundo de uma forma diferente. (...) Acreditavam que não devia haver ricos tão ricos, e pobres tão pobres. (Clemente Marques)¹

Eram pessoas que já faleceram, o tio Pepe Gomes, o tio Mateus Mendes Pica, havia um tio Francisco Marina que era muito coiso, eu me lembro dele, era ganadeiro nas Russianas e tinha folhetos, daqueles que vinham clandestinos (...) Houve pessoas aqui com olho sempre em cima, presos não, mas sempre na mira, naquela altura não havia

1 Clemente Pires Marques (Barrancos, 1927–2010) nasceu numa família de seareiros e artesãos. Realizou o exame da 4ª classe em Barrancos. Começou a trabalhar com o pai num pequeno comércio de correio, e após a morte do pai estabeleceu-se por conta própria no comércio a retalho expandindo o negócio para Moura. Aquando do 25 de Abril integrou a Comissão Administrativa de Barrancos, gestora do município até às primeiras eleições autárquicas. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 23/1/2008.

esse recurso de falar. (...) O barbeiro Alcario chegou a ter grandes problemas, foi preso pela PVDE, mas foi aqui. (Domingos Caiadas)²

Em Agosto de 1936 o tenente Joaquim Duarte Gonçalves da Silveira, da Polícia de Segurança Publica (PSP) de Beja, deslocou-se a Barrancos na sequência do telegrama enviado pelo Administrador do Concelho ao Governador Civil, alertando sobre o avanço dos “comunistas” para Encinasola. Mas para além dos motivos da sua deslocação o tenente da PSP realizou uma busca domiciliária ao estabelecimento de Manuel Alcario, barbeiro de 36 anos. Na rusga vasculharam a casa de habitação e nem o berço da criança escapou ao “sórdido ofício da repressão salazarista” (Honrado 2008, 43). Após virarem armários e remexerem gavetas os agentes da PSP encontraram dois jornais *Extremadura Roja* de Badajoz, o jornal *Campo Libre* de Badajoz, um panfleto comunista espanhol “Arriba Campesino” de Crescenciano Bilbao, três jornais *Heraldo de Madrid*, dois exemplares antigos da *República Social* e alguns impressos, assim como propostas e circulares do antigo Partido Socialista. Sujeito a interrogatório Manuel Alcario declarou que os exemplares espanhóis eram deixados no seu estabelecimento por um tal José Carneiro Marro, de nacionalidade espanhola, e que “não professava ideias dissolventes”,

2 Domingos Burgos Caiadas (Barrancos, 1929) concluiu o ensino primário em Barrancos, e começou a trabalhar no campo e no contrabando, dentro do grupo familiar. Em 1961 emigrou para França onde fez apenas duas campanhas de três meses. Trabalhou no campo como seareiro e no contrabando até 1976. Excerto da entrevista realizada na sua casa, em Barrancos, a 29/1/2008.

sendo até tesoureiro da Casa do Povo³. No ofício enviado ao Director da PVDE, o tenente Silveira informou: “as pessoas mais categorizadas do meio procuraram-me, abonando-lhe o comportamento e prometendo informarem-me de qualquer mau procedimento que o mesmo possa vir a ter”⁴. Mas a presença da PVDE em Barrancos adquire novos contornos após o primeiro fluxo de refugiados provenientes de Encinasola, quando o Administrador do Concelho atemorizado pelos desenrolar dos acontecimentos em Espanha solicita ao Governador Civil de Beja reforços militares para a fronteira.⁵

3. A guerra na fronteira: vizinhos, amigos e indesejáveis

Na madrugada de 12 de Agosto de 1936, o Administrador do Concelho de Barrancos enviou um telegrama ao Governador Civil de Beja, alertando para um ataque a Encinasola por uma “coluna de marxistas das minas de Riotinto”, da qual faziam parte alguns barranquenhos trabalhadores das minas. Perante a “ameaça comunista” foi destacada uma Companhia do Regimento de Infantaria 17 de Beja, efectivos de cavalaria da Guarda Nacional Republicana (GNR), e uma Brigada Móvel da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE),

3 A apresentação de listas às eleições da Casa do Povo representou uma das estratégias políticas do Partido Comunista Português (PCP) durante a ditadura, na defesa de melhores condições de trabalho para os trabalhadores rurais, ou de melhores serviços de assistência, apesar das dificuldades de mobilização de uma população analfabeta, dispersa e socialmente controlada (Pereira 1983,133).

4 IANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Mç.480 (pt.6/4), ofício 55-C do Comandante da PSP de Beja ao Director da PVDE.

5 IANTT, Ministério do Interior, Correspondência do Gabinete do Ministro, Mç. 481, Cx. 34.

para reforçarem a vigilância da fronteira juntamente com a Guarda Fiscal (GF). O comando das operações no terreno ficou a cargo do tenente António Augusto de Seixas, comandante da GF desta zona desde 1933, e entre 12 de Agosto e 27 de Outubro de 1936 a população de Barrancos partilhou a vida quotidiana com a presença de forças militares, aquarteladas no edifício da Escola Primária e no Monte da Coitadinha. A Brigada Móvel da PVDE era composta pelo agente Júlio Lourenço Crespo (Chefe da Brigada) e por um motorista de nome Saturnino. Durante a permanência em Barrancos os agentes da PVDE ficaram alojados no posto da GF, improvisaram uma prisão numa casa particular da vila e utilizavam a cadeia municipal como local de detenção temporária. Numa das suas cartas o Chefe da Brigada solicita a autorização do Administrador do Concelho para “o súbdito espanhol Juan Fernández Romero, detido pela brigada que dirijo, dê entrada na cadeia dessa Administração, onde ficará às ordens desta polícia até que o Exmo. Director determine qual o destino a dar-lhe”⁶. O destino dos republicanos era a extradição, a entrega na fronteira aos falangistas, como recordam alguns barranquenhos que viviam na vila:

E logo àquele sítio onde estavam vinha um camião fechado, verde, todo fechado, só com uma janelinha em cima, encostavam à porta da casa e metiam os presos dentro e os entregavam para

6 AHMB, Correspondência ao Administrador do Concelho, Pasta nº 6, Cota 01, carta de 25/8/1936.

serem fuzilados, já sabiam que estavam condenados à morte.
(Maria dos Remédios Ramos)⁷

Juntavam quarenta ou cinquenta homens num camião e a gente não sabia para onde eles iam. Passavam aí por certas fronteiras e os entregavam para Espanha, aos que entregavam os matabam. (António Caeiro)⁸

A Brigada Móvel da PVDE, em estreita colaboração com a GF e com a GNR” procedeu a capturas, detenções, entregas e expulsões de cidadãos espanhóis.⁹ Contudo, no relatório da PVDE (1932–1938) não foi assinalado nenhum movimento de passageiros em Barrancos durante o ano de 1936, apesar dos fluxos de refugiados durante os

7 Maria dos Remédios Cumprido Ramos (Camarate, 1925, Barrancos, 2008) era a mais nova de quatro irmãos, e os seus pais eram trabalhadores rurais. Ao longo da vida foi trabalhadora rural, contrabandista e proprietária de um café na Praça da Liberdade. Excerto da entrevista realizada no Lar de Idosos de N. Sr.^a da Conceição, em Barrancos, a 29/1/2008.

8 António Segão Caeiro (Barrancos, 1916) era o mais velho de quatro irmãos. O pai era seareiro e comerciante de mercearia, e a mãe costureira e tecelã. Por morte do pai teve de abandonar a escola e começou a trabalhar no campo. Em períodos de falta de trabalho dedicava-se ao contrabando. Foi seareiro e trabalhou na restauração, actualmente é o proprietário do café Currito. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 14/6/2006.

9 IANTT, Ordens de Serviço da PVDE, Ordem de Serviço n.º 222, Lisboa 9 de Agosto de 1936. Entregas: Que em 13 do corrente, foi entregue no Posto de Moura, pela G.F. de Barrancos, o súbdito espanhol Emílio Garciaz Prado. Ordem de serviço n.º 229, Lisboa 16 de Agosto de 1936, Captura: Que por interessar a esta Policia, se proceda à captura, onde for encontrado, do súbdito espanhol Alfonso Navalón Peral. Este individuo é agente da Policia espanhola, conserva em seu poder o crachá e a pistola, é filiado no partido marxista. Segundo consta encontra-se em Portugal. Ordem de Serviço n.º 248, Lisboa 4 de Setembro de 1936, Expulsões: Que em 5 do corrente foram expulsos sumariamente do País pela fronteira de Barrancos, os súbditos espanhóis Demétrio González Rodríguez, Francisco Ollera Rodríguez e Juan Antonio Rodríguez Capilla, ficando-lhes interdita a entrada no País.

meses de Agosto, Setembro e Outubro, deixando bem claro a situação de precariedade e arbitrariedade a que estavam confinados os destinos dos republicanos em território português. Os vizinhos de Encinasola foram identificados em número de quatrocentos, sendo a primeira vaga constituída sobretudo por mulheres e crianças.¹⁰ O Administrador do Concelho assumiu o compromisso, junto do Governador Civil de Beja, de abrigar e proteger este grupo de vizinhos, que ficaram alojados nas casas de famílias com as quais mantinham relações de amizade ou laços de parentesco.

Recordo-me dos fugidos de Encinasola, era muito pequena e sempre me fez muita confusão ver chegar aquela gente toda aos tram-bolhões, e logo em todas as casas havia gente, ora, uma terra metida noutra pode ver-se. Deixaram tudo para lá e vinham para cá. Ficaram na minha casa, na casa das minhas tias, em muitas casas aqui do povo, toda a gente lhes abriu as portas. (Maria das Dores Ortega)¹¹

Nos acogieron allí, y se portaron muy bien, porque venían camiones. Nosotros no teníamos necesidad, pero los que no tenían nada les daban en Portugal bacalao y arroz a las familias que

10 Júlio Lourenço Crespo, Chefe da Brigada Móvel A da PVDE, Secção Internacional, declarou “que relacionou os espanhóis em número de 400, que fugiram para Barrancos com medo de serem atacados pelos marxistas”. AHM, 1ª Divisão, 38ª Secção, Cx. 63-2. Inquérito militar, p.139.

11 Maria das Dores Ortega Raio (Barrancos, 1927) era a mais nova de oito irmãos. O pai era comerciante, e o tio Sebastião Macias Barroso foi Administrador do Concelho de Barrancos (1934/1937). Excerto da entrevista, realizada em sua casa, em Barrancos, a 27/9/2007.

estaban huidas ahí. Nosotros estábamos en una casa que tenía dinero, no necesitábamos. (Francisco Sabido)¹²

Francisco Sabido Vázquez recordou a sua permanência em Barrancos, salientando o bom acolhimento em casa de Manuel Pereira Janeiro, “onde nada lhe faltou”, evocando a detenção dos seus vizinhos de Encinasola, Saturnino Torres Garcia e Andrés Reyes Acosta Delgado, capturados pela PVDE e transportados para Badajoz, onde foram fuzilados a 16 de Agosto de 1936.¹³ A elite local optou pela colaboração e pela delação de presumíveis opositores políticos, abrindo as portas de suas casas a familiares e amigos. O presidente da Câmara de Barrancos aceitara alojar as mulheres e crianças independentemente da filiação político-partidária dos chefes de família, mas proibira determinantemente a presença dos homens conotados com o governo republicano, como recordaram alguns informantes:

Una de la familia que yo conocía que estaba cerca donde vivíamos nosotros era la mujer y las hijas del Alcalde de Encinasola, que era Candelario, él nunca entró en Barrancos pues sabía que habían llevado los otros a Badajoz. (Francisco Sabido)

12 Francisco Sabido Vázquez (Encinasola, 1922) tinha três irmãs mais velhas. Seu pai começou por vender queijos com um burro, e posteriormente dedicou-se ao negócio de talhante. A família beneficiava de uma situação económica estável e Francisco deu continuidade à actividade. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Encinasola, a 9/4/2008.

13 Saturnino tinha 64 anos de idade, era vendedor e pertencia à Sociedad Obreros la Fraternidad. Andrés tinha 38 anos de idade, era casado, não sabemos a sua filiação partidária mas foi fuzilado “en aplicación del bando de Guerra con motivo del Alzamiento Nacional” (Tapada Pérez 1999, 51).

Isto encheu-se de gente espanhola, quase tudo era pessoal da direita (...) Depois virou-se a guerra ao contrário e aqui já não deixavam entrar ninguém. (António Caeiro)

Durante a guerra civil espanhola intensificou-se a perseguição política, e o controle e identificação de “estrangeiros” constituiu uma prioridade do regime, mas as solidariedades locais colocaram resistências à actuação da PVDE, exigindo a intervenção do Ministério do Interior junto das autoridades municipais:

«Em toda a parte, de norte a sul do país se recebem estrangeiros, se lhes dá agasalho e com eles se transacciona, sem que se indague quem são, de onde vêm e para onde vão. A isto se junta uma certa inércia de algumas autoridades administrativas, tanto regedores de freguesia como Administradores de Concelho, verificada após inúmeros esforços da PVDE.»¹⁴

Mas nem todos os administradores dos concelhos primavam pela inércia, como testemunha uma confidencial enviada pelo Administrador do Concelho de Moura, ao Director da PVDE, alertando para a existência de espanhóis refugiados nos campos de Santo Aleixo, os quais acusa de cometerem assaltos às herdades situadas junto à fronteira e de receberem protecção dos habitantes locais.¹⁵ No Registo Geral de Presos encontrámos referência a quatro processos de 1937, instaurados a naturais de Santo Aleixo da Restauração, capturados

14 Arquivo Histórico Municipal de Barrancos, Correspondência Enviada ao Administrador do Concelho, 2ª Secção, Circular Nº 23, 22/4/1937.

15 Arquivo Histórico Municipal de Moura, confidencial de 24 de Agosto de 1937.

em Barrancos. O motivo da detenção é comum aos quatro arguidos, acusados de “auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal”.¹⁶ Num período em que nos campos de Barrancos viviam e sobreviviam dezenas de republicanos, esta prática foi comum a muitos trabalhadores rurais:

Porque em Barrancos havia muitos barranquinhos que se tinham casado com espanholas, e espanhóis casados com portuguesas, e então havia essas famílias que os recolhiam, mas estavam escondidos. Eu conheci aqui uma rapariga que mataram o pai e mais vinte e oito pessoas na mesma noite, em Aroche. (Maria dos Remédios Ramos)

16 João Baptista Tomás (João Traga Cobras) (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 22/1/1905, filho de José Francisco Tomás e Rosalina Baptista. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos. Transferido para a cadeia civil de Moura, restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Fernandes Rodrigues (Proc. 1435/937) Natural de St.º Aleixo, 5/5/1910, Afonso Augusto Rodrigues e Manuela Fernandes Rodrigues. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por vender diversos artigos aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal com conhecimento do seu destino. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura a 30/10/1937. Restituído à liberdade em 19/11/1937. Luís Cipriano (Proc. 1435/1937), Natural de St.º Aleixo, 11/9/1893, filho de António Cipriano e Andreia Maria. Preso pelo posto de Barrancos em 28/10/1937 por auxiliar com víveres os marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolhendo aos calabouços do posto da GNR de Barrancos (O.S. 306). Transferido para a cadeia civil de Moura em 30/10/1937. Restituído à liberdade a 19/11/1937. Registo Geral de Presos, livro 45, Joaquim Palma Machado (Proc. 1526/937) Trabalhador. Natural de St.º Aleixo, 15/2/1918, Filho de Manuel Machado e de Catarina da Palma. Preso pelo posto de Barrancos em 18/11/1937 por prestar auxílio aos marxistas espanhóis refugiados em Portugal. Recolheu à cadeia civil de Moura. Restituído à liberdade em 30/11/1937. IANTT, PIDE-DGS, Registo Geral de Presos, Livro 44.

Eu tinha um tio, irmão da minha mãe, que era casado com uma espanhola e quando foi a guerra de Espanha coitado, tiveram que fugir também (...) e esteve ali escondido muito tempo, não saía para fora de casa com medo que o vissem a Guarda Republicana e o apanhassem e mandassem para a Espanha. E logo quando aquilo estava quase a acabar é que ele começou a sair, que já não tinha medo. (Antónia)¹⁷

4. Os campos de refugiados: nas margens do mundo

Após o golpe militar de 18 de Julho em Espanha, o Ministério da Guerra divulgou as medidas para o policiamento e controlo das fronteiras, destinadas à colaboração entre todas as forças militares, chefiadas localmente pelo oficial mais graduado, ou há mais tempo no terreno. Assim como os procedimentos em relação aos refugiados espanhóis que trespassavam a fronteira portuguesa, impondo uma clara distinção entre militares e civis. Os militares eram desarmados e detidos à guarda do Exército até ser decidido a sua repatriação. Os civis eram identificados pela Secção Internacional da PVDE em função de listas fornecidas pela Falange, sendo na sua maioria entregues na fronteira às forças nacionalistas (cf. Delgado 1980, Burgos Madroñero 1985, Oliveira 1987, Ribeiro 1995, Espinosa 2003). O primeiro fluxo massivo de refugiados republicanos ocorreu na última semana de

¹⁷ Antónia (pseudónimo escolhido pela própria) nasceu em Barrancos em 1925, e era filha de trabalhadores rurais. Frequentou a 3º ano do ensino primário, foi criada de casa, trabalhadora rural e doméstica. Casou em 1952 com um trabalhador rural, mineiro e contrabandista, que emigrou para França em 1962. Excerto da entrevista realizada em sua casa, em Barrancos, a 10/6/2008.

Julho de 1936 na fronteira galaico-portuguesa, quando carabineiros e milicianos que haviam resistido às forças nacionalistas, a sul da província de Pontevedra e de Orense, entraram em Portugal juntamente com civis provenientes de Tuy e Vigo (cf. Rubio 1979, Godinho 2004 e 2011, Rodríguez Gallardo 2008). O segundo fluxo ocorreu a 12 de Agosto, quando os vizinhos de Encinasola procuram refúgio em Barrancos (cf. Rubio 1979, Pires 1997, Barriga 1999, Tapada Pérez 1999). O terceiro fluxo inicia-se a partir de 10 de Agosto, quando centenas de pessoas provenientes de Badajoz concentraram-se na fronteira do Caia (Elvas) e em Campo Maior, fugindo aos bombardeamentos da cidade (cf. Oliveira 1987, Espinosa 2003, Cunha 2006).

O último fluxo data de 21 de Setembro de 1936, após a ocupação de Oliva de la Frontera, última povoação estremenha a ser ocupada pelos nacionalistas. A 22 de Setembro, o tenente António Augusto de Seixas comunica oficialmente a entrada de “773 foragidos de nacionalidade espanhola”, perseguidos “por tropas que sobre eles faziam fogo”, e sobre a improvisação de um “campo de concentração” na Herdade da Coitadinha. A 23 de Setembro, o campo de refugiados da herdade da Coitadinha é reconhecido por Salazar, devido a pressões políticas nacionais e internacionais, enquanto o tenente Seixas permitia a concentração temporária de mais refugiados na herdade das Russianas. A liminaridade unificadora de todas as situações de êxodo fundamenta a existência dos campos em lugares periféricos, de ocupação provisória, fora dos lugares e fora da temporalidade do mundo comum e previsível, aplicando-se-lhes um regime de excepção, à beira do mundo e da humanidade (Agier 2002,76). Nestes campos não existiram espaços demarcados ou um policiamento rigoroso, permitindo

aos refugiados transitarem entre a Coitadinha e as Russianas, partilhando alimentos e informações. Por vezes chegavam notícias contraditórias trazidas por familiares, de que podiam regressar a suas casas em segurança, criando a incerteza naqueles que deixaram para trás as famílias, mas todos os que regressaram foram fuzilados. A presença dos refugiados republicanos nas herdades gerou solidariedades e distanciamentos, fizeram-se peditórios na vila, distribuição de cobertores às mulheres e crianças, assistência aos feridos por um jovem médico local, e as elites accionaram as suas redes sociais em Lisboa para verem restaurada a ordem social. Paralelamente, o terror trespassava a fronteira, através de relatos de fuzilamentos de parentes e amigos, contribuindo para portugueses e espanhóis partilhem da emoção colectiva do conflito. O enfoque no conflito exige a reflexão sobre as práticas dos representantes do Estado destacados para a vigilância e controlo da fronteira de Barrancos, assim como a possibilidade do acontecimento gerar actos singulares, que ocorrem uma única vez num dado espaço temporal, concebendo novos significados à acção dos sujeitos (Sahlins 1985). Nas narrativas de barranquenhos e de refugiados estremenhos é evocada a acção do tenente Soares da GNR, por impedir o avanço militar dos nacionalistas na herdade da Coitadinha, enquanto o tenente Seixas é recordado por proteger centenas pessoas na herdade das Russianas. A sua acção originou um inquérito militar, pelo número de refugiados oficialmente conhecido por Salazar ser inferior ao número de repatriados para Tarragona. Na sequência do inquérito o tenente Seixas foi penalizado com dois meses de inactividade e passagem coerciva à reforma, mas recorreu da sentença e foi reintegrado em 1938 (Simões 2007).

Em Barrancos, assim como em outras localidades fronteiriças, o apoio da população aos refugiados sobrepôs-se à construção da “diferença” imposta pelo Estado-nação. Como refere Paula Godinho sobre a raia galaico-portuguesa, os poderes políticos centrais “são quotidianamente ultrapassados por solidariedades locais, assentes em lealdades distintas” (Godinho 2004, 174). As “lealdades distintas” justificam, no caso de Barrancos, o acolhimento aos refugiados de Encinasola, alojados na vila e nas casas de familiares e amigos, e a marginalização dos refugiados republicanos, confinados à periferia, às margens da fronteira. O caso de Barrancos permite-nos compreender que a “fronteira quotidiana” dos afectos e da solidariedade permaneceu aberta, embora marcada pela ambivalência e pelo posicionamento político dos grupos em confronto. Mas o procedimento das autoridades portuguesas criou uma memória mítica, de tal forma marcante, que algumas narrativas recolhidas em Barrancos sobre o destino dos refugiados dos campos da Coitadinha e das Russianas indicam Tarragona como o local onde foram fuzilados. O repatriamento para Tarragona representou uma excepção, para a qual contribuiu a adesão formal de Portugal ao Comité de Londres, as pressões da Cruz Vermelha Internacional, da Comissão de Refugiados da Sociedade das Nações e da imprensa internacional, num tempo em que a regra foi a “caça ao homem” entre autoridades militares portuguesas e espanholas na “limpeza” da fronteira.

5. Usos políticos e lutas pela memória

Narotzky e Smith (2002) dizem-nos que as memórias silenciadas têm de ser transformadas em pontos de ligação, numa versão

que possa ser coerentemente utilizada como um guia para o futuro (2002, 221). O caso de Barrancos, silenciado e omitido da História de ambos os países durante as ditaduras ibéricas, representando uma memória colectiva circunscrita à vida dos seus protagonistas e testemunhas gerou conexões entre indivíduos e grupos, emergindo como “objecto histórico” pela sua mediatização. Para a mediatização contribuiu o documentário “Los Refugiados de Barrancos” de Ángel Hernández, produzido pelas Producciones Morrimer em 2008, amplamente divulgado pela imprensa regional estremenha, animando cidadãos espanhóis comprometidos com o movimento social pela recuperação da memória a criar uma página no Facebook a favor da Medalla de Extremadura para o Povo de Barrancos. Em 2009 o governo regional da Extremadura reconheceu esta luta pela memória, integrando-a politicamente no estreitar das relações Portugal/Extremadura, inscrevendo a memória na História estremenha, numa versão legitimadora do presente.

A 23 de Abril de 2010 o município de Oliva de la Frontera erigiu um memorial ao povo de Barrancos e ao tenente Seixas, descerrado pelo presidente do governo regional da Extremadura, que no discurso inaugural atribuiu à reconciliação e à Constituição espanhola de 1978 a oportunidade pelo conhecimento da História recente, evocando as relações de irmandade entre Portugal e a Extremadura. Para o alcalde de Oliva, a homenagem simbolizava a ratificação pelo acolhimento aos oliveros fugidos do extermínio, atribuindo sentido e significado às relações de vizinhança e à vida dos “vencidos” da guerra. Para o presidente da Câmara de Barrancos legitimava-se a solidariedade de uma comunidade unida pela memória e pela História aos vizinhos

espanhóis. Entre os presentes estavam membros da Asociación por la Recuperación de la Memoria Histórica de Extremadura (ARMHEX), familiares do tenente Seixas e de alguns refugiados, partilhando o momento do reconhecimento público. Neste processo, a cerimónia foi apropriada de diferentes formas pelos participantes, em função das suas experiências de vida, das suas lutas presentes e das suas expectativas futuras. Em Barrancos, as memórias da guerra e da solidariedade para com os vizinhos espanhóis legitimam a ideia de uma comunidade solidária, por representarem um acontecimento partilhado por todas as classes sociais, servindo como elemento de coesão na ordem social presente. Simultaneamente, o uso político da memória contra-hegemónica de grupos socialmente subalternizados consolida a ideia de comunidade fronteiriça, num tempo em que a recuperação da memória histórica representa uma luta política contra o esquecimento dos vencidos da guerra no outro lado da fronteira.



Percurso Profissional de um Operário Metalúrgico

Segundo Martuccelli (2002, 24–25), um dos maiores problemas da sociologia actualmente, é não conseguir resolver a distância entre o modelo teórico e as práticas observadas. O que se passa, segundo o autor, é que a sociologia tanto quis juntar os traços individuais naquilo que tinham em comum, que acabou por deixar de lado as dimensões do indivíduo no seu aspecto mais “carnal”. É exactamente este “voltar” ao indivíduo, procurando encontrar as várias dimensões que compõem o agir humano em interacção com os valores da sociedade e o contexto social, que vamos procurar aprofundar neste texto onde se analisa o percurso profissional de um operário especializado. Para tal seguimos a abordagem das histórias de vida¹, adoptando a proposta de Daniel Bertaux (2001), de uma “narrativa das práticas” (*récit de vie*), que implica centrar a pesquisa num aspecto específico do percurso do entrevistado, neste caso, na sua vida profissional.

Realizámos duas entrevistas aprofundadas (a primeira em 2006 e a segunda em 2011) a um operário metalúrgico. O objectivo

1 Não vamos discutir aqui questões de carácter epistemológico e teórico relacionados com a abordagem da história de vida. Esta questão foi por nós analisada no trabalho *O Lugar do Trabalho*. Aspectos sociais e individuais da precariedade, (tese de doutoramento em Sociologia), ISCTE-IUL, 2009.

da entrevista era conhecer o seu percurso profissional procurando compreender a importância que o trabalho teve ao longo da sua vida, assim como a maneira como viveu os vários períodos de insegurança laboral que terminaram numa situação de despedimento com 55 anos.

1. Garcia, serralheiro mecânico e artesão

Garcia termina a 4^a classe com 11 anos (em 1961) e começa a trabalhar para aprender a profissão de canalizador. Com 13 anos entra como aprendiz na Metalúrgica Duarte Ferreira² (MDF).

Aí faz todo o seu percurso profissional seguindo a carreira de serralheiro mecânico: *«Portanto fiz a sequência de formação, que era três anos oficial de terceira, depois três anos oficial de segunda, e passava a oficial de primeira. Depois fui oficial qualificado, isto tudo na empresa, e chefe de equipa.»*

Com 17 anos a empresa “obriga” os trabalhadores a irem estudar
É, portanto fomos obrigados a estudar. É, não naquele termo de tens de ir estudar, mas o que é facto é que no ano a seguir os que não tinham ido estudar foram despedidos. Portanto fomos obrigados

² A MDF Tramagal – Indústrias de Fundição, Lda. tem as suas raízes na oficina de Duarte Ferreira que iniciou a actividade de fundição em 1882 na freguesia de Tramagal, Concelho de Abrantes. Em 1923 a empresa transforma-se numa sociedade por quotas e passa a designar-se *Duarte Ferreira & Filhos*. A empresa vai-se modernizando: em 1927 integra na unidade industrial um laboratório químico e metalúrgico para investigação e ensaio de materiais. Neste mesmo ano cria um sistema de segurança social para protecção dos seus funcionários. Em 1947 transforma-se numa sociedade anónima com o nome de *Metalúrgica Duarte Ferreira, SARL (MDF)*, e emprega então oitocentos trabalhadores. A MDF foi considerada uma das melhores fundições da península ibérica. http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Eduardo_Duarte_Ferreira&oldid=16634219 e Jornal *O Mirante* de 13/9/2007.

a estudar. Eu agarrei essa oportunidade porque sempre gostei. Ah, sempre tive a ambição de ir mais além. Saber o porquê, é pá mas isto?, e eu na situação de não saber, não tenho condições para ir mais além.

Refere que foi exactamente a relação entre o trabalho prático e os conhecimentos teóricos adquiridos na escola, que lhe permitiram tornar-se um bom profissional:

E depois agregado a isso fiz punhos e cortantes, portanto uma área que é mais sofisticada porque é necessário já muitos conhecimentos e isto tudo em paralelo com a escola. Portanto em que de certa maneira eu ia aplicando aquilo que aprendia na escola naquilo que estava a fazer. Portanto isso deu-me um traquejo muito grande em termos profissionais.

Ao longo da entrevista, Garcia refere várias vezes que é a ele, e a mais alguns colegas como ele, que chamam quando há problemas no trabalho:

[...] Portanto, e depois aconteceu uma válvula que `tava a dar raia, deu raia, três ou quatro vezes seguidas, em que o chefe chegou ao pé de mim e disse-me assim: oh Garcia, pá, já lá mandei fulano, já lá mandei fulano, já lá mandei fulano, a válvula continua sempre na mesma. Cada vez que lá vão metem empanques novos mas aquilo fica sempre na mesma. Vai lá ver o que é que se passa. E o Garcia foi lá. E o Garcia, não é só o Garcia, não é gabar-me eu, não é só o Garcia mas um daqueles velhos que mais ou menos estávamos todos equiparados chegamos lá: olhe sim senhor isto tem fuga. Então que empanques é que metemos? Ah foi este assim, assim. Pois é, tem aqui, o veio tem esta medida assim, assim, portanto tem x de medida, o empanque tem folga aqui de meio milímetro. Portanto não pode ser este empanque,

tem de ser o outro anterior e mete-se com ajuste para ficar bem. Eh pá e os gajos não viram isso! Mete-se aquele empanque e a válvula está meses, esteve meses a funcionar sem ter problema nenhum. Portanto isto, isto é a experiência profissional.

A formação destes trabalhadores foi muito longa. Era feita no local de trabalho e complementada com o ensino. Era a empresa empregadora – a MDF – que ditava as regras. Trata-se de uma inserção profissional estável e segura. Quando pergunto ao Garcia o que foi para ele a MDF, ele responde: “*Uma grande escola*”. Actualmente as empresas deixam de ser o local onde os trabalhadores fazem a sua aprendizagem. Claude Dubar refere-se à noção de “*empregabilidade*”, cuja ideia é responsabilizar o assalariado pela aquisição das suas próprias competências: «Assim, a empregabilidade é isto: manter-se num estado de competência, de competitividade no mercado (como nos mantemos em «boa forma» física) para se poder, talvez um dia, ser empregado, ter uma «missão» precisa e limitada, uma «prestação» determinada. São palavras novas para uma relação, de facto, antiga: a do «profissional» e dos seus clientes, a relação de serviço» (2003, 112).

Quando se refere ao trabalho que fazia, Garcia diz que o seu trabalho requeria paciência, rigor e tempo.

Os meus últimos trabalhos que fiz, que fazia, estava mais inserido nessa área que era o alinhamento de motores. Esse acerto é feito na Central, exigido pela Central, é feito a 5 centésimas. Portanto, sabe quanto é que tem um cabelo? tem um décimo. Agora um décimo ainda tem 10 centésimas. Não é? Portanto [é de um rigor muito grande] muito grande, muito grande. Portanto aquilo não tem explicação, mas tem mesmo que ficar assim. Porquê? Porque se não

ficar rigorosamente certo, o que é que acontece?. Se ficar assim (mostra com as mãos), quando passa faz um tc, tc, tc, tc, porque vai para cima e vai para baixo, agora imagine um motor a dar duas mil rotações por minuto em que tá trrrrrrr, não é um tc, tc, tc, mas um trrrrrrr, portanto trrrrrrrrrrr até arrancar a estrutura toda, portanto tem que ficar rigorosamente certo precisamente por isso.

Por outro lado, para ele, o trabalho transforma-se num jogo, numa brincadeira

Houve um dia [...], em que foi o meu ajudante comigo, e eu disse-lhe para ele, no sítio do Pego: Oh Justo, tu ao pé de mim, não é para andares a trabalhar assim, porque ele eh, eh, uma barafunda enorme, portanto aquilo era uma azáfama, agarrar num parafuso e noutro, Oh Justo, comigo não é assim, não funciona assim. Vai com calma. Ao pé de mim ‘tás com calma, trabalhas, vais meter o parafuso quando eu te disser, não ‘tejas com pressas de meter o parafuso. Eu tinha um sistema para pôr aquilo em suspensão, metia a parte do separador e tal, e a ‘tar lá nas minhas calminhas, quando era passado uma hora dizia assim para ele, e ele a conversar comigo, Oh Justo vai aprendendo como é que eu faço, era só o que eu lhe dizia, vai aprendendo como é que eu faço. Quando era passado uma hora, eu dizia assim: Oh, Justo tu já viste que nós temos o separador montado? Eh pá e é verdade, aqui, parece que andámos a gente a brincar e temos o separador montado, eu com fulano farto-me de trabalhar e ele farta-se de suar aí de volta disso, a gente aqui andamos a brincar e o separador ‘tá montado.

Garcia teve um processo de aprendizagem muito longo. As várias áreas do trabalho foram “assimiladas” através da conversão

do trabalho prático em conhecimento tácito. Ao longo da sua vida profissional procurou sempre usar o conhecimento científico (os estudos que vai fazendo e os cursos de formação que nunca recusa) para a resolução dos problemas concretos. Nunca separou “a cabeça da mão” – pensar, associado a fazer.

Richard Sennett inicia o seu livro *Craftsman (El artesano)* mostrando três situações que correspondem à ideia de artesanato: Uma oficina de carpintaria, um laboratório de investigação, um ensaio de orquestra. Conseguimos rapidamente imaginar estes espaços, e o trabalho que aí se desenrola. Exemplifiquemos o pensamento de Sennett a partir da ideia da orquestra: «Ali uma orquestra está a ensaiar com um maestro convidado; este trabalha obsessivamente com a secção de cordas da orquestra, repetindo uma e outra vez uma passagem para conseguir que os músicos deslizem os seus respectivos arcos sobre as cordas exactamente à mesma velocidade. Os instrumentistas estão cansados, mas também alegres, porque o seu som vai ganhando coesão. O gerente da orquestra está preocupado; se o maestro convidado insiste, o ensaio terá horas extraordinárias, com os respectivos custos suplementares para a administração. O maestro está alheio a isso.» (2009, 31–32). Para Sennett, o carpinteiro, a técnica de laboratório e o maestro são artesãos «porque se dedicam a fazer bem o seu trabalho pelo simples facto de fazê-lo bem.» (2009, 32)

Nas duas entrevistas realizadas o que ressalta é a maneira como o Garcia falava do seu trabalho, como contava, como se fosse uma história, o trabalho que fazia, e os conhecimentos que foi adquirindo, ao longo da sua vida profissional. Ele e o trabalho formavam um só. A procura de saber o porquê das coisas, o rigor com que manejava as

ferramentas, a vontade de resolver os problemas novos que surgiam, tudo isto, tem a ver com o *gosto* pelo trabalho que se faz, e com a *pre-ocupação* de o fazer bem feito. Seguindo o pensamento de Richard Sennett, podemos considerá-lo um artesão.

2. O trabalho como um “bem escasso”: o sentimento de insegurança face ao despedimento

Depois de se ter despedido, com justa causa, da MDF com 43 anos³ trabalhou durante doze anos em diversas empresas subcontratadas que faziam a manutenção da Central do Pego⁴.

Portanto trabalhei por conta da FONSECA E FABIÃO, como estava a dizer, o primeiro ano, depois três anos seguidos quem ganhou o contrato foi a empresa espanhola NERVION. Portanto era um grupo, um grupo espanhol, e que quem ficou à frente aqui em Portugal foi A MONESA, que ainda lá está. A Monesa como era espanhola não tinha possibilidade de ter trabalhadores portugueses,

3 Foi o fim da Guerra Colonial que começou a ditar a sentença de morte da empresa, quando esta deixou de fabricar os camiões Berliet que transportavam os soldados nas ex-colónias portuguesas em África. Em Dezembro de 1974 o Estado decide intervir na empresa injectando capital e retomou-se a produção de material agrícola. Esta gestão administrativa acaba por conduzir a empresa a uma situação muito difícil e o espectro da falência e do desemprego começa a tornar-se uma ameaça para os seus 2300 funcionários, que, então, já empregava. Em 1994, os bens da Metalúrgica Duarte Ferreira, entretanto penhorados, são vendidos e, no ano seguinte, ano de 1995, a empresa é, formalmente, extinta. http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Eduardo_Duarte_Ferreira&oldid=16634219 e Jornal *O Mirante* de 13 /9/2007.

4 Trata-se de uma Central Termoeléctrica situada a 8 Km da cidade de Abrantes.

(...) Então [os da] Monesa compraram em Portugal uma empresa chamada JOCA, e constituíram uma empresa chamada NERPOSA.

Nesta breve exposição podemos ver as mudanças sucessivas de empresas que vão ora perdendo ora ganhando os contratos com a empresa-mãe, ora aparecendo ora desaparecendo, e que podem voltar, ou não, a contratar os mesmos trabalhadores.

Garcia quando em 1993 começou a trabalhar com contratos a termo certo em empresas de subcontratação, passa por várias situações de “risco de despedimento”. Sempre que havia concursos, e era uma nova empresa que os ganhava, ele nunca sabia se iria ser novamente readmitido ou não: «A empresa entretanto perde o contrato, e andámos ó tio e ó tio, o que é que vai acontecer, o que é que vai acontecer? Porque independentemente deles dizerem que nós éramos os... éramos os efectivos no posto de trabalho, a empresa que vem se não nos quiser, nós vamo-nos embora.»

Conseguiu, no entanto, escapar à primeira tentativa de despedimento: «Veio outra empresa [...], Ganharam os três anos seguintes, e que eu para ficar lá, tive de agarrar-me um pouco, porque eu não estava na equipa para ficar. É, portanto tinha um engenheiro director bastante amigo, a minha esposa trabalhava em casa dele, portanto e conjugou-se e portanto eu fiquei lá. Fiquei lá». A forma como conseguiu evitar este primeiro despedimento passou por uma trama de relações, ou seja, pelo seu “capital social”, que lhe permitiu ter o apoio de um engenheiro: «Já foi difícil. Foi difícil por vinganças de um engenheiro que [lá] estava da primeira equipa do Fonseca e Fabião.» Conseguiu não ser despedido nessa altura, mas por ocasião do contrato seguinte já não foi possível evitar o despedimento.

Despedimento que está directamente relacionado com os contratos a termo certo e com as empresas subcontratadas.

No estudo “Trabalho, Relações Laborais” (Freire 2009), é analisada a causa de desemprego em onze países⁵. A principal causa do desemprego é o “fim do contrato de trabalho” (35,3%)⁶. O surgimento do contrato a termo certo tornou-se um instrumento de gestão a que as empresas têm recorrido cada vez mais nos últimos vinte anos. Esta opção está associada a um conjunto de transformações ao nível da organização do trabalho: a gestão do percurso profissional pelo próprio trabalhador acabando com o acesso à formação profissional feito pela empresa, a individualização do salário, a mobilidade entre empresas (Oliveira 2009, 139).

Desde 1993 até 2005, quando foi despedido, Garcia viveu sempre com contratos a termo certo que ia assinando com as várias empresas subcontratadas pela Central do Pego. No entanto, ele não sentiu ao longo da sua vida profissional uma situação de “precariedade laboral”, de “instabilidade no emprego”.

É interessante analisar as duas respostas que Garcia dá face a esta questão: na primeira entrevista realizada em 2006, refere que apenas nos últimos dois contratos de trabalho sentiu que corria sérios riscos de ficar desempregado. Na segunda entrevista, realizada 5 anos

5 Portugal, Espanha, Alemanha, Suécia, Hungria, França, Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca e Eslovénia.

6 Em relação a Portugal, as três razões mais importantes do desemprego são: o fim do contrato de trabalho (primeira), despedimento (segunda) e encerramento do local de trabalho (terceira) (Oliveira, 2009: 139).

mais tarde em 2011, ainda parece mais afastada a ideia de “instabilidade no emprego”: «Só me senti inseguro, foi quando saí mesmo.»

Como compreender que um trabalhador não sinta “instabilidade no emprego” quando a qualquer momento pode ser legalmente despedido?

A ideia que a sociedade existe como algo exterior ao indivíduo (Durkheim), que exerce sobre este um forte constrangimento e que em determinados períodos pode transformar profundamente o seu quotidiano, não está interiorizada em cada um de nós. Tanto Robert Castel como Marc Ferro partem dessa ideia para compreender o comportamento dos indivíduos na sociedade. Robert Castel, ao analisar o sentimento de insegurança face ao risco de desemprego, defende que este está relacionado com o processo de socialização, e com os direitos que cada indivíduo tem enquanto cidadão: «o sentimento de insegurança’ não é um dado imediato da consciência. Assume, pelo contrário, configurações históricas diferentes, porque a segurança e a insegurança são *relações* com os tipos de protecção que uma sociedade assegura ou não assegura de uma maneira adequada.» (2003, 6–7). Garcia nasce num meio pobre em que os seus pais não têm possibilidades económicas para o fazerem continuar os estudos e por isso começa a trabalhar aos 11 anos. Nasce numa sociedade na qual os pobres não têm qualquer protecção social (viveu até aos 24 anos antes do 25 de Abril). A precariedade e a insegurança laboral faziam parte do quotidiano dos trabalhadores pobres. Por outro lado, tendo-se tornado um profissional especializado e competente, não entende que não queiram “aproveitar” o seu trabalho.

Marc Ferro, refere-se à dificuldade que cada um de nós tem em ver a realidade quando ela não se conjuga com aquilo que é para

nós considerado “normal” ou “justo”: «a maior parte das pessoas não vivem na actualidade, na História. Vivem a sua vida. Seguram-se contra o roubo ou o incêndio, seguram-se contra a doença. Mas nós não estamos seguros contra a história.» (2005, 543). É assim que a vida de cada indivíduo é atravessada por um contexto social-económico-político que corresponde à sociedade do seu tempo, mas é vivida como se essa realidade não fosse profundamente limitativa da sua liberdade. Marc Ferro, no seu livro *Les individus face aux crises du XX siècle*, relata uma série de casos singulares, que correspondem a comportamentos que se reproduzem num grande número de casos, face a situações de ruptura na sociedade: a guerra, o início do regime soviético (2005, 25–32). Todos os exemplos apresentados se referem à dificuldade que cada indivíduo tem em aceitar que a sua vida privada possa ser destruída, quando se vivem momentos de grande crise social. Continua-se a pensar a partir do modelo anterior de funcionamento da sociedade quando o que está em vigor já é outro, e corresponde a uma fase nova. Embora haja uma diferença clara entre os exemplos apresentados por Marc Ferro: transformações provocadas pelo surgimento de uma guerra ou pela mudança de regime político num país, e o que estamos a analisar neste texto: situações perante o risco de desemprego, o que se passa é que em ambos os casos os indivíduos sentem por um lado uma incapacidade de acção face ao que está a acontecer e que lhes é *exterior*, e por outro, que o que está a acontecer não os vai atingir. Em relação ao “sentimento de insegurança” associado ao risco de desemprego, o que se passou com o Garcia é semelhante a muitas outras histórias onde o trabalhador recusa ver o risco que corre em relação ao seu despedimento. Tem a sensação

de que ele não será atingido porque está seguro no seu local de trabalho, sabe que cumpre bem com as suas tarefas, que é um bom profissional. Serão os outros, que não são tão bons trabalhadores, ou que já não têm tarefas distribuídas, que serão as vítimas do processo. Ele é um profissional, um bom profissional. Vão precisar do seu trabalho.

3. O despedimento como acto consumado:

«os velhos, os trapos já não interessam»

A empresa subcontratada perde o contrato, e a nova empresa decide fazer redução do pessoal. Garcia está de acordo com essa redução de pessoal, porque havia trabalho que estava a ser feito e não era necessário, mas interroga-se, na primeira entrevista, sobre as consequências de escolherem os mais velhos para despedir:

Portanto, não houve a preocupação de verificar, a mim parece-me portanto, possivelmente eu tenho essa ideia porque estou deste lado, ah, a mim parece-me que atiraram com profissionais fora que conheciam todo o equipamento, aliás foi dito por vários colegas que estão do outro lado mesmo da Central e dizem: é pá então mas tu vais-te embora? Então quem é que vai mexer nas bombas lá de baixo? Então quem é que vai mexer a...

Embora não concorde com este procedimento, Garcia explica porque é que a empresa despediu os trabalhadores mais velhos:

Ah, porque cada vez mais, cada vez mais se tenta colocar só gente nova. Portanto digamos que os velhos, os trapos, já não interessam, quando, quando, de certa maneira é justificável, porque quando um indivíduo começa a estar com uma certa idade, começa a ter vários problemas de saúde em que não consegue baixar-se,

não consegue ir a pequenas alturas, portanto de certa maneira, um moço novo é, não olha às consequências, às vezes não olha às consequências trepa por uma viga acima e vai lá para cima (...)” “(Mas sentiu isso? Na sua experiência, na sua profissão?) Sente-se, sente-se isso um pouco. Sente-se, e em função disso, está depois de no final dizerem assim: eh pá os velhos, os gajos já não interessam porque já têm dificuldade em fazer isto, fazem muitas exigências, para irem fazer o trabalho temos de montar lá um andaime, portanto quando o outro vai lá, pendura-se numa perna e vai lá fazer o trabalho, portanto verifica-se um pouco isso.

Também Sennett chama a atenção para este aspecto, ao afirmar que os empregados mais velhos são geralmente mais autónomos e mais críticos em relação aos patrões do que os mais novos (2006, 82). Por outro lado, o tempo de duração de uma competência profissional é cada vez mais curto, «Isto significa dizer que adquirir uma competência não é possuir um bem durável [...]. O patrão que tem de optar entre reciclar um homem de 50 anos ou recrutar um jovem, sai-lhe mais barato o jovem» (*ibid.*, 82). Ilona Kovács, referindo-se à contratação de trabalhadores mais jovens, apresenta os resultados de um projecto sobre os “Novos modelos de produção na indústria portuguesa” e refere que a redução do emprego proveniente de reformas antecipadas acompanhado pela contratação de jovens com um nível mais elevado de escolaridade e de qualificação «pode melhorar a estrutura de qualificações, mas pode levar à perda de conhecimentos tácitos acumulados ao longo de muitos anos de experiência profissional.» (2002, 109).

Em relação à opção da empresa pelo despedimento dos trabalhadores mais velhos encontramos também aqui uma mudança de

opinião por parte do entrevistado. Enquanto que na primeira entrevista não aceita essa decisão; na entrevista feita cinco anos depois ele considera que assim foi melhor já que os mais novos teriam muita dificuldade em encontrar trabalho. Para procurar perceber a razão desta mudança, lembremo-nos da noção de “suporte” de Robert Castel (1995, 2001). Trata-se de um conjunto de direitos sociais conquistadas através do Estado Providência, que permitiram aos indivíduos a possibilidade de se tornarem sujeitos, ou seja, a capacidade de dispor de reservas que podem ser de tipo relacional, cultural, económico, etc., e que são as bases sobre as quais se pode apoiar a «possibilidade de desenvolver as estratégias individuais» (Castel 2001, 30). Garcia tinha um conjunto de “suportes” que lhe permitiram viver a sua nova situação de “trabalhador sem trabalho”, sendo que o principal foi o “suporte económico” associado às regalias sociais do Estado Providência.

4. De trabalhador a desempregado

O desempregado dos anos sessenta, no período do pleno emprego, pertencia a uma «população marginal» ou, então, a uma população de «espera entre dois empregos» (Ledrut 1966). Acontece que, actualmente, o desemprego não diz respeito a uma população «marginal», mas a uma população que teve uma carreira profissional estável: «desde 1974, não se trata apenas de um desemprego estrutural, o dos «activos secundários» (jovens, mulheres, trabalhadores mais velhos), mas também de um novo desemprego, que podemos qualificar de conjuntural, afectando uma população «normal». O desemprego actual ultrapassa o que podemos chamar as «categorias periféricas», continuando naturalmente a englobá-las.» (Schnapper

1994, 63). Trata-se, como diz Castel, da “desestabilização dos estáveis” (1995, 661). Foi de certo modo essa desestabilização que interveio no caso do Garcia. A sua história de vida remete para uma ligação fortíssima entre o indivíduo e a sua profissão. Toda a sua vida se centra no profissional que foi, que é... *«se tivesse feito isso (ter estudado mais) não seria o profissional que sou hoje, ou que fui, que sou, ainda me considero um profissional»*.

Como refere Bauman, à pergunta “quem é você?”, respondia-se com o nome da empresa em que se trabalhava e o cargo que se ocupava: «O tipo de trabalho definia igualmente os standards de vida a que se devia aspirar e a que se devia obedecer, o tipo de vizinhos em relação aos quais não se podia ‘ser menos’ e aqueles de que convinha manter-se afastado. [...] O trabalho ocupava um lugar central, tanto na construção da identidade, desenvolvida ao longo de toda a vida, como na sua defesa. O projecto de vida podia surgir de diversas ambições, mas todas giravam em redor do trabalho que se elegera ou se lograra. [...] Em síntese: o trabalho era o principal ponto de referência, à volta do qual se planificavam e ordenavam todas as outras actividades da vida.» (Bauman 2003, 34–35).

A identidade de cada um era marcada pela sua profissão, pelo seu trabalho. Não trabalhar, significava de certo modo ser excluído da sociedade. É assim, que para Garcia, embora estivesse a receber subsídio de desemprego e passasse posteriormente à situação de pré-reforma, o processo de despedimento foi acompanhado por um sentimento de “humilhação”:

é evidente que... é, não estava preparado para vir para a rua e há uma transformação total da nossa vida, porque eh, começamo-nos

a sentir inúteis, é essencialmente isso, porque nós quer queiramos quer não, primeiro porque temos mais tempo para pensar, e como temos mais tempo para pensar chegamos à conclusão de que fazendo uma análise profunda: afinal já sou velho, afinal já sou velho, já começo a estar inútil, será que a minha vida está a acabar (...)

A sensação de que se “é já velho”, “um inútil”, a ideia de que a “vida está a acabar” – uma e outra provocadas pelo desemprego – surgem, na história do Garcia, com uma certa ambivalência, pois ele tem perfeita consciência de que possui um conhecimento e uma experiência de trabalho que poderiam ser úteis e aproveitáveis pela empresa.

[...] Aliás [isto é] mesmo comprovado por outros colegas que estão na empresa-mãe, digamos, que aqui neste caso da Central, e não só, colegas de outras empresas que fazem parte do grupo de manutenção em que diziam assim: Eh pá, então, mas eles mandam-te embora, deixam-te ir embora, mas e fulano também porque depois há mais, não sou só eu, portanto digamos do ramo que se pode considerar os bons, eh, pá, deixou-te ir embora, então quem é que vai fazer o trabalho assim, assim, assim, [...] Isso ainda se torna mais penoso, nós sentirmos que somos úteis e ao mesmo tempo inúteis porque nos mandam embora.

De um modo geral, considera-se a existência deste grupo de “supranumerários” como um problema, principalmente económico, mas na verdade, «o assalariado desempregado fica privado, não só do seu emprego, mas também de uma parte da sua história» (Clot, 86). Para além do problema económico, que é já suficientemente grave, há o aspecto humano, que tem a ver com a sensação de exclusão experimentada pelo indivíduo, como se fosse deitado fora, posto de lado. O

«desperdício humano», como lhe chama Bauman (2006), corresponde aos membros desta população em excesso que, numa sociedade em que as pessoas “normais” trabalham, não podem ser trabalhadores, e numa sociedade de consumo, não podem ser consumidores⁷.

Breve conclusão

Qualquer história de vida pressupõe sempre a relação entre o comportamento individual e a estrutura social. No caso concreto do Garcia, um “profissional”, um operário especializado, a sua história de vida é o resultado de um determinado sistema social (onde a empresa Metalúrgica Duarte Ferreira é um elemento central), e da singularidade das suas práticas individuais.

Nas duas entrevistas realizadas ao Garcia, concretamente nos temas sobre o sentimento de insegurança no trabalho, e o despedimento dos trabalhadores mais velhos, encontrámos duas explicações diferentes para o mesmo fenómeno. Com o tempo, Garcia passou a olhar o seu percurso profissional como o de um trabalhador que sempre teve um lugar na sociedade: sempre foi um profissional com trabalho, e por outro lado, aquilo que lhe pareceu profundamente injusto quando foi despedido – despedirem os trabalhadores mais velhos – pareceu-lhe mais tarde uma medida justa, visto que os trabalhadores

7 Bauman denominou “comunidade de produtores” a primeira fase da sociedade moderna visto que a maioria dos seus membros se dedicavam principalmente à produção – tudo funcionava a partir da capacidade e vontade de produzir; na presente etapa da modernidade tardia, a sociedade humana impõe aos seus membros, principalmente a obrigação de serem consumidores – a norma imposta é que eles tenham vontade e capacidade para consumir (2003: 44).

mais novos iriam ter muita dificuldade em encontrar trabalho. Construímos sempre o passado em função do presente. O que significa que, à medida que vamos vivendo “novas” situações, alteramos a interpretação que fizemos dos acontecimentos passados: o que foi profundamente negativo num dado momento pode passar a ser entendido mais tarde como uma coisa positiva - pois, como diz o provérbio, “há males que vêm por bem” - ou visto com um olhar menos emocional e mais racional.

Garcia conseguiu resolver a sua situação económica numa situação de tangencia face à realidade: foi despedido com 55 anos e antes da alteração da idade da reforma para os 65 anos. Isto significa que passou directamente de uma situação de assalariado, para outra em que recebia o subsídio de desemprego e posteriormente para a situação de reformado. Os “suportes” assegurados pelo Estado Social garantiram-lhe sempre uma certa independência económica. Ora, actualmente o Estado Social parece estar a desmoronar-se, e os suportes tendem a desaparecer. Ao questionar-se sobre as diferentes maneiras encontradas pelos indivíduos de enfrentarem a instabilidade social, Sennett sustenta que « [...] o problema é saber como estruturar a narrativa da nossa vida hoje, num capitalismo que nos leva à *deriva*. Examinar como as pessoas enfrentam o futuro no capitalismo actual ajuda, em parte, a resolver este dilema. » (2000, 166).

Imaginemos como seria o futuro do Garcia depois de ser despedido com 55 anos e sem qualquer apoio social, ou quem seria o jovem Garcia se tivesse nascido em 1990? Um excelente aluno, bolseiro, do curso de engenharia, ou um jovem à deriva, ou...

Rosa Maria

1. O Lousal Mineiro

A biografia da *Rosa Maria* que aqui damos a conhecer ganhou densidade e textura num espaço-tempo determinado, a Mina do Lousal durante os anos 1940–60, mas foi, também ela, construída e reinterpretada pela sua protagonista num momento histórico muito particular – em 1996, 8 anos após o encerramento da mina.

A Mina do Lousal, no interior do concelho de Grândola, começa a ser explorada no princípio do século XX, teve o seu apogeu nas décadas de 40, 50 e 60 sob a égide da Société Anonyme Mines et Industries, controlada pela SAPEC (sede social em Bruxelas), e encerrou em 1988, culminando uma dinâmica de crise que se vinha estendendo desde o início dos anos 70 e que se deveu particularmente ao contexto económico externo e à conjuntura política e social criada com o 25 de Abril de 1974.

Do Lousal extraía-se pirite (enxofre), principalmente para exportação para os mercados europeus, mas também para o mercado interno. Em Portugal, o enxofre era utilizado na produção de ácido sulfúrico e na consequente fabricação de adubos comercializados, em larga escala, no Alentejo – assegurando-se, assim, uma cadeia de produção que se estendia do Lousal às Praias do Sado, em Setúbal, onde se localizavam as instalações industriais e o porto privativo da SAPEC.

Regra geral, por condicionalismos naturais, as minas situam-se em lugares ermos que é preciso transformar e gerir. Torna-se, então, necessário atrair e fixar um enorme contingente de trabalhadores, pelo que quase todas as companhias mineiras desenvolveram um tipo de gestão paternalista e de patrocínio.

Microcosmos social “isolado” na paisagem alentejana, a história da comunidade está, assim, indissociavelmente ligada à atividade extractiva (de subsolo), que lhe deu origem, com todos os traços de controlo social que caracterizam um lugar patronal, desde a subordinação do uso social do espaço, à rigidez da estrutura social e à homogeneidade socioespacial, passando por medidas de contenção salarial (se o risco económico foi tradicionalmente diminuído à custa da intensificação dos sistemas de exploração de mão-de-obra, o resultado, para as famílias mineiras foi a incapacidade de geração de poupança, a médio prazo) até políticas sociais de construção do “apego ao lugar” (cedência de habitação, de horta, criação de infraestruturas de saúde, de ensino, de atividades livres e de culto; dotação de estabelecimentos comerciais, etc.).

Correndo o risco de uma certa simplicidade esquemática, a imagem de uma pirâmide ilustra bem a importância populacional dos grupos socioprofissionais identificados na Mina do Lousal: do vértice para a base, um número ínfimo de chefias superiores e intermédias, um número reduzido de empregados de escritório, um número considerável de operários do exterior e um número muito significativo de trabalhadores do fundo, ideologicamente considerados como “operariado selvagem”.¹ A mesma pirâmide invertida ilustra ainda a importância social (relações sociais de poder) dos respectivos grupos socioprofissionais.

Indissociável da “esfera do trabalho” desdobrada em dois planos espaciais (fundo/superfície), esta “morfologia social”, caracteriza-se pela extrema hierarquização. No topo encontram-se as figuras tradicionais do padre, da professora primária, do médico, do diretor da mina, do chefe geral da superfície e do chefe geral do fundo.

No Lousal os modos de vida inscreviam-se na quotidianidade da luta pela sobrevivência, fazendo sobressair o valor do trabalho definido numa óptica instrumental, inscrito na acentuada distribuição desigual de poder e marcado pela natureza paternalista e de patrocínio das relações sociais.

Esta marca indelével do “trabalho” está intimamente aliada a uma concepção hegemónica da masculinidade que se entretece na “vida quotidiana” e que requer e se revela através de uma específica articulação com as dinâmicas familiares, as conjugalidades e a divisão do trabalho.

Em bom rigor, e numa perspectiva sociológica, não é da vida da *Rosa Maria* que falaremos, mas da vida das famílias mineiras, focalizando-nos na temática das “estratégias matrimoniais e modelos de conjugalidade”.

Veremos como os modelos conjugais e familiares em articulação com a esfera do trabalho se organizam em torno dessa ordem dicotómica masculino/feminino, investida de sentidos culturalmente construídos. A simbólica e a *praxis* associadas às categorias locais de representação do género não podem ser dissociadas nem das relações de conjugalidade, nem das relações de classe enquanto relações sociais de poder e, portanto, enquanto refletem processos de (in)conformação e desigualdade social.

Centremo-nos, então, no papel que cabe à *Rosa Maria* na gestão do quotidiano, para avançar na compreensão do modo de organização da vida familiar que veicula a domesticidade no feminino.

2. Uma Vida (quase) Feita na Mina:

A História da Rosa Maria² enquanto “Totalidade”

Rosa Maria nasce em Sta. Clara-a-Velha, concelho de Odemira, em 1926 (Anexo 1). O agregado familiar de origem era composto por oito pessoas: pais, quatro irmãos, uma irmã e a própria. Como era a irmã mais velha, coube-lhe cuidar da família. *“Foi por isso que não fui à escola.”* Mas desde muito cedo serve nas casas mais abastadas: *“Antes de casar é que andei a servir... a partir dos 14 anos”*.

José Fouto, aquele que será o seu marido, nasce no ano de 1920, no concelho de Silves, mais especificamente em S. Bartolomeu de Messines. O seu agregado familiar de origem era composto por seis pessoas: a mãe, o padrasto, três irmãs e o próprio. Não frequenta a escola primária e começa a trabalhar muito cedo no campo (aos 6 anos guarda gado, aos 12 vigia medronhos). Vai para Sta. Clara-a-Velha para trabalhar na construção de uma estrada. Antes, trabalhou na construção das linhas de caminho-de-ferro, no Alentejo Litoral. De facto, *“andava trabalhando onde encontrava”*, diz ela.

Em qualquer dos casos, não parece haver antecedentes familiares significativos de ligação à atividade mineira.

“Juntam-se” por volta de 1944/45 e ficam a viver em Sta. Clara-a-Velha. O primeiro filho nasce em Maio de 1946. Diz ela: *“Já fez 50 anos. O dia é que [não me lembro]... a gente juntou-se... aquelas misturas. (...) Tenho um filho que faz 50 anos em Maio.”*³

A decisão do casal de ir para o Lousal tem a ver com a instabilidade e a falta de trabalho, bem como com os baixos salários. Na altura, ele trabalhava com o pai dela, como servente.⁴

Ele chegou ao Lousal a 1 de Dezembro de 1946 e começou a trabalhar a 4. Tem, então, 26 anos de idade. Foi viver para o Bairro dos Quartelinhos (ou dos Solteiros), num quarto com três camas e 12 pessoas (dormiam por turnos).⁵

Rosa Maria veio cerca de 5 meses depois, mas foi residir em Canal Caveira, num fogo com duas divisões. Ele ia visitá-la aos fins de semana (cerca de 3 horas a pé). Em Canal Caveira nasce o segundo filho.

É em 1953 (cerca de 6 anos depois), já no final da gravidez do terceiro filho, que ela se muda para o Lousal e passam definitivamente a viver juntos no Bairro da Graxa. O fogo também tem apenas duas divisões. Aí nasce o terceiro, o quarto e o quinto filho. Contudo, são seis pessoas a viver em apenas um quarto porque quando a filha mais nova nasce, o mais velho já está no Algarve a viver com a avó. Ela tem, então, 37 anos e o ano é 1963.

Quando nasce o terceiro filho, a mulher considera que não é possível adiar por mais tempo a decisão de casar (há seis anos que o marido descia à mina) e expõe, insistindo, o seu ponto de vista ao marido: “*Mas olha lá, já temos três filhos, acontece alguma coisa...*”, que nessa altura morria aí muita gente... chegavam a morrer aos três de uma vez, “*não somos casados, de hoje para amanhã acontece uma coisa qualquer e ficamos sem nada.*” Ele acaba por concordar. “*Fui logo a caminho do padre. Ele tratou de tudo e mandou a gente ir ali além à igreja um dia e casou a gente. Mas força dali [aponta para o marido] não foi nenhuma.*” Ela refere que não festejou o acontecimento: “*Tínhamos algum dinheiro*

para festas, filha? Com os ordenados tão pequeninos naquela altura...”

A opção de ter casado por Igreja não lhe merece comentários⁶.

Têm, então, que mudar provisoriamente para o Bairro do Barquinho, porque o Bairro da Graxa é, primeiro, afectado pelos disparos na corta (barulho, tremores) e, depois, abrangido por ela. Naquele bairro continuam a usufruir de apenas duas divisões. Depois de sucessivos pedidos de mudança de casa, ao fim de cerca de um ano passam, então, a viver no Bairro dos Quartéis, de onde não mais saem.⁷ Pela primeira vez, habitam uma casa com dois quartos, sala de jantar e cozinha. A casa de banho só é construída pela empresa depois do 25 de Abril de 1974.⁸

A primeira ocupação profissional dele é encher vagonetas na corta, ou seja, começa como safreiro na superfície. Cerca de 2 meses depois, é transferido para o fundo da mina como ajudante de marleteiro. Cerca de 5 anos depois (1952) passa a marleteiro e cerca de 8 anos depois (em 1960) é transferido para a superfície. Deixa o fundo com 13 anos de trabalho como mineiro e com 40 anos de idade, ao que parece por que apresenta uma desvalorização permanente de 10% devido à silicose. À superfície desempenha várias atividades. Começa por trabalhar nas estradas, é guarda do Polvarinho, trabalha na Central Eléctrica. Reforma-se em 1981, com 61 anos.

Ela concilia as tarefas domésticas com o trabalho no campo, como assalariada rural.

Diz ela: *“Deus Nosso Senhor me desse anos de vida quantas lágrimas eu chorei de cada vez que sabia que estava grávida. Eu pensava em tudo isso, mas o homem dizia sempre que filhos nunca eram demais e que só parava na menina. E foi assim.”*⁹

Os partos ocorreram todos no domicílio. As histórias dos partos contadas por ela são tristes. Mesmo assim, fez alguns abortos.¹⁰ Diz que ele não queria ter cuidado, que era “tudo à vontade”.

O dia-a-dia era muito difícil¹¹.

Recorda que para comprar a máquina de costura teve que trabalhar muito e, mesmo assim, ainda teve que pedir dinheiro em prestado ao irmão.

Recorda, também, a dificuldade de gestão do trabalho e da vida familiar: *“Eu ia prò arroz e levava os meus filhos e ficavam outros com o pai. E tinha que ir porque ele ganhava muito pouquinho. Ganhava muito pouquinho. E eu não podia ver os meus filhos com fome. Então ia trabalhar. Um ano levei dois.”*

E assim, os filhos, os dela e os dos outros, foram crescendo nos campos ¹². *Rosa Maria* traça-nos o retrato desse tempo: *“Quando eu vim pra aqui morar, o luxo aqui da mina era a “alpercatinha” de borracha e as meias de “cordanito”... (...) Lenço na cabeça e toda a gente ia à monda, ia à ceifa e era prò arroz e tudo. Moços com doze, treze anos, toda a minha gente. Todos esses moços, andava tudo com as mães.”*

Os filhos só tinham dois conjuntos de roupa, duas *mudas*, segundo a sua expressão. À noite dava-lhes banho e na água do banho lavava a roupa deles. Punha-as a secar ao lume durante a noite e no outro dia já estavam secas. Vestiam uma *muda* e lavava outra, e assim sucessivamente.

E *“os homens fazem alguma coisa prà [ajudar em casa]?!... Os moços ajudarem em casa?! Deixavam uma peúga aqui, outra além, um sapato aqui, outro acolá... e mudar de roupa duas ou três vezes. Esse mais novo era assim.”*¹³

Saía de madrugada para ir buscar água potável ao Monte de Vale Junco ou ao Monte do Lousal e demorava cerca de 1 hora no percurso. Depois caminhava mais 2 horas até ao trabalho no campo. Começava a atividade agrícola ao nascer do Sol e só terminava ao pôr-do-sol ou mesmo depois. Chegava a casa muito tarde. Também ia à lenha, cozia o pão, cosia a roupa do marido, lavava roupa na Ribeira de Corona (na Tapada não era permitido) e/ou nos tanques da empresa.¹⁴

O que é que a gente fazia? Com uma casa cheia de moços. O que é que eu fazia filha? De Inverno, chegava a ser de noite ainda tava ali nuns tanques, (...) tava ali lavando. Com as geadas... até caía geada no corpo, pois. De manhã cedo... a gente ia à lenha, pra cozer o pão...// Ia buscar feixes de lenha à cabeça... bastante longe. (...) Buscar farinha. Peneirar. Levantava cedo pra cozer. Lavar a roupa toda à mão (...).

No pouco tempo que lhe restava, havia ainda que ajudar o marido a cuidar da horta¹⁵.

Na prática, não havia tempos de lazer para nenhum dos cônjuges.¹⁶

A história de mobilidade residencial compulsiva da família associada a más condições de habitabilidade ia-se construindo como um “grande enleio”, como *Rosa Maria* lhe chama.

Podemos ver e sentir o ambiente de quando se mudou da Caveira para o Bairro da Graxa, no Lousal do início da década de 50.

Foram-me buscar as coisas. E as coisas vieram. Chegaram ali já de noite. Calcule... com os mocinhos [dois filhos], de barriga grande, com as coisas tudo de montão ali pra casa. O que é que eu faço... ponho o colchão no chão pra gente dormir. Mas já tinha a impressão que havia percevejos. Ai meu Deus! À luz dos candeeiros

de petróleo... eu pus o colchão no chão. Não se esperou nada, uma ferroada. Pronto, o sono foi-se. Passado um bocado lá vinha ele além a descer pela parede abaixo. Ai minha mãe! O que é que eu faço à minha vida? Depois no outro dia lá comecei a arrumar as coisas, com um trapo com petróleo, nos pés das camas... camas de ferro... umas latinhas de conserva com petróleo, cada pezinho da cama assim dentro. As camas desviadas da parede. E todos os dias, todos os dias, todos os dias a “empetrolar” além aquilo. Conforme, além rente às “baguesas” das portas... lá ia com uma faca, tirava aquilo [percevejos] e vá de petróleo, e dei conta deles. Mas sofri bastante.

Não deixa de ser verdade, contudo, que o saldo positivo entre o tempo actual, em que se constata uma visível melhoria das condições de habitabilidade, e o passado, tende a favorecer uma rememoração social que enfatiza a dureza desses tempos.

Só em 1966, com 40 anos de idade, Rosa Maria inicia a sua atividade na mina, como escolhedora na trituração¹⁷: “Até aí fui. (...) Era à monda do trigo, era a apanhar moitas, era estevas, e urzes e cepas, e tudo...monda do trigo e ceifa, e depois ia pró arroz.”

Na trituração trabalha durante 12 anos. “A gente vinha dalém [da trituração] só luziam os olhos e os dentes. Pretas, pretas. Quando era enxofre... Como é que as senhoras dos empregados de escritório queriam que a gente se arrimasse [aproximasse] a elas? Não queriam. Por isso...”¹⁸

O seu trabalho de escolhedora não exigia qualquer tipo de qualificação (técnica ou literária), nem supunha uma carreira.

Trabalhava na escolha ... tava o motor a trabalhar e depois aquela tela tava a correr, a tela vai correndo, não é? A gente távamos

aqui e a tela ia correndo, e as pedras vinham vindo. Era o minério, era o “relhano” e era o seixo, era a “talisca”. E a gente tirava o seixo, a “talisca” e o “safrão”, aquilo que a gente podia tirar // (...) e quando aquilo parava a gente varria. A gente enchia as vagonas, empurravamos-las pra despejar. Era o trabalho que a gente fazia lá, além na trituração.//[Categorias no interior do grupo profissional das escolhedoras] Éramos todas trituradoras X. Foi sempre assim. Sempre.

Mas Rosa Maria quer contar-nos um episódio engraçado, insiste mesmo para que ouçamos uma experiência que viveu na trituração.

Trabalhava além na escolha. Veio pra aí esse encarregado, que era o F.V., mandava só cá de fora.// Foi lá, escolheu-me a mim pra ir trabalhar lá onde trabalhava o V.R.// Tirar as amostras do minério, o mais fino, o melhor, o mais ruim, aquela coisa assim. Então o homem foi-me lá buscar pra eu ir para lá. Digo eu assim: “Sr. F.V., eu não sei ler. Uma pessoa que vá pra ali pra aquele lugar, tem que saber ler.” “A senhora vai porque eu tou a dizer prà Sra. ir e a Sra. vai.” “Vou Sr. F.V., vou sim senhor. Mas não vou lá fazer nada que preste.” Fui para lá e aquilo era assim, vinha aqueles canudos grandes, com uma sonda (...). E criaram ali uma máquina, naquela casa, aquilo era moído e posto em saquinhos. Este, era duma polegada, aquele canudo era doutra, aquele canudo era doutra. Cada canudo depois de moído ia para um saquinho, não é? Olhe, depois tinha que ir o nome, não acha? Um número e um nome. Como é que eu podia pôr aquilo se eu não sabia?// “Sr. F.V., eu não posso fazer isto. Eu não posso ocupar o lugar, porque eu não sei ler.” “Ponha uma tabuleta e ponha aí o nome das amostras.” “Sr. F.V. eu não posso.” Tivemos uma turra! Como é que eu podia fazer uma coisa que eu não sabia?

Como ele sabia ler pensava que toda a gente sabe.// Então ele dizia pra eu pôr e eu dizia que não podia. Que não sabia. (...)// Resolveu-se, eu fui-me embora pra onde estava. Depois convenceu-se. Depois o V.R., que foi o V.R. que lhe disse: “A mulher não sabe ler, Sr. F.V. A mulher não sabe ler, como é que ela pode tar ali?” “Isso é porque ela não quer tar trabalhando naquela casa.” Pensava que era de eu não querer, então embirrava que eu não queria tar ali e que era por isso que eu não escrevia.// Mas eu não haveria de querer porquê? Pois ali não apanhava tanto pó. Não apanhava tanto pó!// [Porque o F.V. a escolheu para aquela função] Não sei. Achava-me mais jeitosa pra eu tar ali. Mas eu é que não podia tar ali. Não sabia.// Oh! Senhora! Mas como é que uma pessoa pode ocupar ... ainda se fosse uma coisa que... “Bom, você faz isto e faz aquilo. Tá bem, a gente faz aquilo, mas escrever não. Não se faz assim dum momento prò outro.”¹⁹

Pelo nosso lado, também reconhecemos a exemplaridade desta situação, já que apresenta semelhança com o funcionamento da lógica de poder no fundo da mina, pondo a descoberto a arbitrariedade dos critérios que estão na base da mudança de um trabalhador de um espaço profissional para outro e/ou da sua eventual promoção.

Na trituração começava cedo, mas também chegava mais cedo a casa. Tinha que deixar o almoço feito e a roupa das crianças preparada para elas irem para a escola. Mas era um tempo melhor.²⁰

Ainda assim, em algum momento terão Rosa Maria e José Fouto colocado a hipótese de sair do Lousal?

José Fouto tinha 40 anos de idade, uma doença profissional contraída no fundo da mina (silicose) e o seu futuro para alguns anos já assegurado em trabalhos à superfície. Foi quando recebeu

uma proposta de trabalho para os caminhos-de-ferro, onde já tinha trabalhado em novo. O facto de não ter conseguido obter indemnização pelo tempo que tinha trabalhado na mina impediu, segundo ele, que aceitasse a proposta.

Tentei sair ainda pró caminho-de-ferro outra vez, mas eles não me davam nada. Deram aí quatro contos a uma pessoa. Se eles [empresa mineira] dão quatro contos [de indemnização] naquela altura, eu tinha saído. (...) Eu já tinha falado [com um responsável da CP] e até me deram a escolher... conheciam-me bem, a mim e à minha mãe, que a minha mãe tinha sido guarda da CP. E então, “Ó homem, tu tens possibilidade. Se quiseres ir...” Mas o J.A.S. [chefe de serviço do fundo] disse-me “És muito novo, ninguém te pode dar nada.” És muito novo e és muito novo e eu nunca fui. Fiquei aqui. Pronto, acabou-se.”

A sua mulher, contudo, chama a atenção para outro factor que considera decisivo: *“E agora vamos pra lá, não temos dinheiro para comprar uma casa, não temos casas nenhuma... temos que nos deixar tar aqui.// Olha, deixemo-nos tar aqui...”* E assim foi.²¹

A verdade é que, com exceção daquele “incidente”, o “presente” que Rosa Maria e José Fouto viveram amarrou o seu “projeto de vida” ao quotidiano.

E se hoje, libertos dos constrangimentos e de uma “vida irrepetível”, até podem pensar, desejar ou imaginar outro percurso e nos dizer, como José Fouto, que *“não, pra isto já não. Prà mina já não. Sabia trabalhar, sabia coiso, mas não.// Parece-me que não vinha para cá. Se conhecesse o que eu conheço... nunca tinha parado aqui... me metido ali. (...)//Já não queria ir prà mina”*, a verdade é que a

estratégia delineada, em primeira mão, foi a da “sobrevivência material”²² e, por isso, a ideia de projeto de vida enquanto inscrição no futuro não foi sequer conceptualizada, quanto mais operacionalizada.

“Ai, eu não sei. Tive tantos anos mal.// Eu tive tantos anos... se fosse aqui explicar, tava aqui até ao sol-posto!” – exclama Rosa Maria.

Era um tempo tradicional, o do Lousal dos anos 1940–60. E é nesta medida que se compreende a lógica gregária da família mineira e a sua focalização nos filhos – eles, que “corporizam” o legado, por excelência, de uma herança familiar caracterizada por limitados recursos sociais capitalizáveis e transmissíveis.²³

Os projetos de *Rosa Maria* e de José Fouto, enquanto casal, são projetos delegados nos filhos.²⁴

Dos seus cinco filhos, apenas dois não foram além dos quatro anos de instrução primária.²⁵

Quanto ao trabalho no fundo da mina, era uma alternativa a não considerar para o futuro dos seus filhos – rapazes, como esclarece Rosa Maria, *“porque eles não queriam e a gente também não. O pai também não.// “Não senhor. Vão trabalhar aí pra outro lado qualquer. Seja como for. Mas prà mina não vão, filhos. Enterrados em vida.”// Porque a gente tínhamos medo que eles morressem lá... desgraçados.”*

Dois dos quatro filhos, quando terminaram a escolaridade básica, foram residir e trabalhar para casa dos avós paternos, acabando por nunca se ligar ao trabalho da mina do Lousal, quer no fundo quer na superfície.²⁶ É ela que continua a nos elucidar: *“O mais velho foi pra lá [para S. Bartolomeu de Messines] porque tinha lá a avó da parte do pai. Quando ele fez os 12 anos, fez a 4.ª classe... Ela tinha já pedido a um senhor... admitiu-o pra lá, prà mercearia. E ele*

foi pra lá empregado.// (...) Depois quando o meu [outro filho] fez a 4.ª classe, a avó puxou por ele pra lá também. Estavam os dois na mercearia.” A idade do trabalho continuava a começar cedo, no início da adolescência, revelando que a construção da identidade social e sexual, o “fazer-se homem”, ainda passava significativamente pela entrada na “esfera do trabalho”.

Não obstante, apenas um dos seus filhos trabalhou na exploração mineira do Lousal durante 10 anos, dando conta da interiorização de uma prática de acomodação que, aparentemente, não merecia o consentimento dos pais: primeiro como pedreiro, depois como ajudante de marteleiro no fundo na mina e, devido a um acidente que acabou por motivar a sua transferência para a superfície da mina, por fim, como apontador. Mas deixou de trabalhar para a empresa mineira em 1980, encontrando-se emigrado desde então. Actualmente é motorista de transporte público colectivo.

Também se regista que apenas a sua única filha ficou a residir no Lousal.

A trajetória biográfica dos descendentes da família de *Rosa Maria* e José Fouto não se delineou segundo a reprodução “fatalista” da mesma situação social de pais para filhos.²⁷

Mas o momento propicia o balanço – possível – da história de cada vida pessoal e familiar bem como da própria comunidade que com elas se entrecruza. A mina já não existe como fonte de trabalho. A vida ativa terminou há muito. O lugar, a terra onde viveram, permanece lá. O tempo é outro e o espaço também.

A verdade é que, dada a sua qualidade perdida de “espaço de centração”, ou seja, dado o desaparecimento da experiência

praxeológica da mina, os sentimentos emergentes são contraditórios e complexos.

José Fouto já nos disse, ainda que por outras palavras, que se pudesse ter feito um diagnóstico antecipado do que iria viver, não teria ido para o Lousal.

Também *Rosa Maria*, sobretudo atendendo ao sofrimento passado pelo marido, não gostaria de voltar a ver a mina em funcionamento. E diz-nos que *“Ainda hoje, tem noites que [o marido] ainda sonha com aquilo. Dá com cada pulo.// Eu não tenho pena nenhuma [da mina já não estar em funcionamento]”*.

Das muitas pequenas histórias que pontuam o seu discurso, há, aliás, uma descrição de um episódio que sintetiza dois aspectos fundamentais para a construção da identidade pessoal e social: a discricionariedade do comportamento das chefias (já ilustrado anteriormente numa situação por ela vivida na trituração) e o “risco da descida ao fundo” expresso no seu traço mais marcante – o acidente de trabalho.

Morreu aí um homenzinho, que deixou 6 filhos. (...) E chegaram lá os capatazes, os engenheiros, ou não sei quem... // E disseram-lhe, “Ah, você com a barrena, se tocasse além naquelas pedras, aquelas pedras caíam.” E ele assim, “Mas é que elas caem-me em cima e eu morro.” “Mas você há-de fazer, você há-de fazer.” O homem irritou-se, sabia que ia mexer além e aquilo caía...[o marido afirma “Foi a morte dele, coitado.”]// Pegou na barrena... pumba! Conforme bate assim, as pedras desandam... a barrena é assim uma coisa comprida... atravessou aqui, a barrena... as pedras desandaram, fizeram de força, atravessaram a barriga do homem daqui até abaixo. Ficou tudo, tudo pendurado, os rins do homem ficaram rente aos

calcanhares, pendurados por umas linhas. // (...) // Deixou 6 filhos. (...) Os mocinhos andavam todos à escola. (...) e depois veio para a ambulância, ainda teve além um bocado... (...) os mocinhos entraram... e não houve ninguém que não chorasse, tanta gente, tanta gente que lá estava dentro... entraram para dentro da ambulância... beijaram o pai. Todos os 6 de batinha, que eram muito asseadinhos...//(...)// Seis de batinha branca...(...) A despedirem-se do pai (...).

Mas quando se trata de buscar razões para o fecho da mina, é também ela que radicaliza o discurso contra a Administração da empresa mineira.

“[Patrão] Levou um par de empurrões ali no Salão [coletividade].// Andaram aos empurrões com o homem ali.// Os trabalhadores.// [Ele] Nunca mais quis saber.// (...) Eles mesmo [os proprietários da mina] deixaram estragar as máquinas, martelos, deixaram estragar isso tudo.// Olhe, havia mais minério descoberto pra mais de 30 anos de mina quando ela parou.// (...) Porque os patrões tavam cheios de dinheiro e não se importaram com estes desgraçados que tavam todos queimados...// (...) Depois... tanto mineiro que ficou lá em baixo, ainda há mineiros que estão lá em baixo.// Eles ficaram com a fortuna... Eles ficaram com a fortuna, e a gente ficámos todos na miséria.// Pois, todos queimados.”

E se não se tratasse da vida dele e da sua família, mas da de outros, até José Fouto pode ver alguns benefícios decorrentes da reelaboração da mina e é capaz de nos dizer: “*Eu tenho pena num sentido. Houve aí muita gente que julgava quando ela parasse era melhor pra eles, mal por mal. E visto eu não trabalhar já lá, lá trabalhavam outros, sempre tinham o ordenadinho deles certo. Havia*

aí muita gente que não são capazes de fazer mais nada senão isto.// (...) Tenho, sim senhor [pena]. Não era pròs meus virem cá pra dentro. Mas era pra outros. (Risos)."

Se nos situarmos do ponto de vista da avaliação entre passado e presente, então ela faz-se balizada pelo binómio vida-morte. O Lou-sal morreu, porque a mina, identificada com o fundo/o interior, era o "coração" da vida da comunidade.

E aí é preciso lembrar a vida que emergia da "mina em funcionamento"²⁸, por momentos subtraída ao fundo de "sofrimento" que foi dando conteúdo e sentido ao discurso biográfico.

3. Uma Vida que Faça Sentido:

A Abordagem Biográfica na Construção da Memória Familiar e Social

Privilegiou-se, como principal ferramenta do processo social de observação, a "narração biográfica", no sentido em que esta designa a história de uma vida contada pelo próprio, implicando, portanto, um narrador – o portador da informação – e um narratário – investigador que propõe a narrativa.

O contexto interlocutório da entrevista fez "construir" um discurso que permitiu a reconstituição da trajetória social (passado, presente e futuro) a partir do quadro de significância da *Rosa Maria* e numa dupla vertente: a da singularidade da sua biografia e da genealogia familiar, e a das regularidades sociais que se inscrevem como pano de fundo da sua ação.

O "desfecho", em 1988, exogenamente determinado de quebra do autocentramento na mina enquanto espaço de prática, símbolo e

poder provocou uma descontinuidade irreversível no modelo social patronal vigente e fechou um ciclo na vida da comunidade local.

Considerou, então, a investigadora, que oito anos volvidos sobre a quebra/diluição do autocentramento espacial (mina) e do controlo social – 1996 foi o ano em que decorreu a fase mais intensa do trabalho de campo – se estava ainda perante um contexto de “crise”, particularmente favorável à reelaboração, renegociação e avaliação das biografias individuais e da memória colectiva face à “nova” situação social. O “presente” que condensava esses anos pós-encerramento da mina constituía, assim, uma oportunidade para a desmontagem dos processos de dominação/subversão das redes de poder e das estratégias e táticas que os atores sociais desenvolvem nos momentos de “risco na transição de papéis” e/ou na passagem a outros ciclos de vida.

Perante uma mulher idosa (tinha 70 anos de idade quando foi entrevistada), marcada por uma memória social ancorada em relações sociais de subordinação, aquele contexto de crise identitária (ausência do espaço de contração – a Mina – que conferiu sentido à sua vida), revelava-se propício, ao mesmo tempo, à desmontagem daqueles processos de dominação/subversão das redes sociais de poder e a um balanço da história pessoal.

A ativação da memória social é, assim, comandada pelo presente, na medida em é neste espaço-tempo que se opera a “filtragem”/seletividade das percepções do passado e se constrói um balanço da história pessoal que tende a preservar a necessária segurança “ontológica” da identidade pessoal e social.

A entrevista realizada abarcou um vasto conjunto de temas – origem social, trabalho, família, sociabilidades, habitat, projetos e

investimentos (pessoais e familiares), e referentes significativos do espaço social do Lousal –, os quais recobrem as inserções sociais que estão presentes na (re)construção dos modos de vida por referência às dimensões da mina-poder, mina-prática e mina-signo.

O contexto interlocutório da entrevista e o texto oral produzido acabaram por evidenciar nesta, como nas outras entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa, a especificidade do universo sociolinguístico mineiro do Lousal associada a um processo mnemónico assente na palavra falada, que determinaram a construção de um “Glossário de Palavras” relacionadas com a atividade mineira (Anexo 3) e de um “Glossário de Expressões” (Anexo 4) recorrentemente utilizadas pelos entrevistados.

Contudo, se é certo que a “narração biográfica” constituiu o principal instrumento de análise, o modelo de análise e a estratégia metodológica preconizados relevaram a importância da diversidade das modalidades de produção da informação, havendo que realçar a “observação” e a análise de fontes documentais e estatísticas enquanto instrumentos que permitiram contextualizar as narrações biográficas, clarificando o seu sentido.

Assim, embora a matriz seja sociológica, dois traços distinguem indelevelmente este processo de investigação: a pesquisa de terreno, marcada pela persistência da investigadora no Lousal ao longo de cerca de três anos (1994–1997) conjugada com uma abordagem teórico-metodológica situada numa posição de “rótula” relativamente ao trinómio antropologia/sociologia/história, ou seja, que enfatiza, fora do quadro e do espartilho formal de cada disciplina, o campo criativo criado pela conjugação de diferentes métodos e técnicas de investigação em ciências sociais.

No presente texto demos enfoque ao discurso construído no feminino no seio de uma família mineira, a da *Rosa Maria*, resgatando-o aos discursos de homens e mulheres, operários e empregados de escritório, que, de uma outra forma, são os protagonistas da contrastação social do Lousal.

Rosa Maria é um pseudónimo, mas o rosto e a história de vida são dela.

NOTAS:

1 A distinção entre “assalariado” (operários) e “empregado” (empregados de escritório, chefias superiores e intermédias) congrega, ao nível da “esfera do trabalho”, todas as diferenças que encontramos entre “empregados de escritório” e “mineiros” enquanto grupos sociais que protagonizavam a contrastação social do Lousal. A identidade dos escriturários era produto de um modo de socialização no trabalho que se inscrevia num espaço profissional específico e de pequena dimensão - os escritórios da mina - conferindo um elevado prestígio social a quem neles trabalhava, quase independentemente da tarefa desempenhada. Não obstante, mais do que os aspectos técnico-organizacionais (existência de “carreira”), mais do que a especificidade das tarefas desempenhadas (trabalho limpo e “intelectual”, ausência de turnos e de avisos sonoros, etc.), mais do que as eventuais diferenças salariais relativamente aos outros grupos profissionais, o que os distinguia era o seu estatuto de “empregado” por oposição ao de “assalariado”. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (Boletim do INE, 1968), Empregado é “*Todo o indivíduo que trabalhe por conta de outrem, recebendo a sua remuneração ao mês ou à comissão*”, enquanto Assalariado é “*Todo o indivíduo que trabalhe por conta de outrem, recebendo a sua remuneração à quinzena, à semana ou ao dia*”. Estas definições utilizadas na organização interna de classificação do pessoal da mina pressupõem relações laborais e salariais distintas, mas é no contexto extra-laboral e extra-económico que elas ganham todo o seu sentido e plenitude, produzindo uma marcação fundamental da vida social que se reflete em várias das suas dimensões (escolar, residencial, etc.).

2 Situação de entrevista: Entrevista realizada no Bairro dos Quartéis, no domicílio dos entrevistados (cozinha), em 19 de Fevereiro de 1996. A entrevista foi marcada com *Rosa Maria*, com o objectivo de recolher a história de vida de uma mulher que tivesse trabalhado na mina, mas ligada

à produção (sector da trituração). Não obstante, a entrevista acabou por ser realizada aos dois elementos do casal, dada a permanência do cônjuge no local. Em 19 de Julho de 1996 foi estabelecido um novo contacto com *Rosa Maria*, à noite, junto à porta de sua casa. A filha e a vizinha também participaram na conversa. Não se recorreu, neste segundo encontro, ao registo por meio de gravação, mas resgataram-se as proposições mais significativas.

3 Existem condicionantes sociais que, ao determinar modalidades próprias de inserção social, influenciam a escolha do cônjuge: desde a condicionante mais objectiva, como a proximidade geográfica da residência e do local de trabalho, passando pela homogamia social (origem social, estatuto socioprofissional), até à proximidade de valores e concepções de vida, que se pressente na biografia enquanto totalidade. O “mercado matrimonial” é ele próprio atravessado pela situação social dos seus protagonistas. Para um e para outro, *Rosa Maria* e José Fouto, a constituição de uma nova unidade familiar não pressupôs, decerto, uma aliança entre duas parentelas nem expectativas de mobilidade social, por via da escolha do parceiro. Estamos perante uma trajectória familiar que se inscreve na repetição, acentuando mesmo a condição de proletarização da identidade herdada. O “viver juntos” como modelo de união conjugal indica, em primeiro lugar, que não existem relações de propriedade a preservar por via das relações matrimoniais e da genealogia familiar. A união formal, porque inscrita num ritual festivo para o qual é necessário despender recursos económicos num meio em que eles são escassos, é objectivamente preterida, de modo que a passagem para uma situação de conjugalidade assumida tende a adquirir um carácter menos excepional, aliás, amortecido muitas vezes, pela permanência, embora transitória, do jovem casal na casa dos pais, normalmente os da mulher. Em última análise, “(...) a instituição do ‘juntar’ permite o começo da vida sexual conjugal sem que estejam reunidas as condições materiais para a constituição de um novo grupo doméstico”, sendo que “casar é, para as mulheres, a obtenção do estatuto adulto e de algum poder, investido na casa e projectado nos filhos” (Almeida, 1995: 222).

4 O desenvolvimento da Mina do Lousal está fortemente associado à constante, embora irregular, crise social e económica dos campos do Alentejo e do Algarve, instalada a partir dos princípios do séc. XX e vivida por uma população agrícola excedentária, analfabeta, com um elevado número de filhos por casal, auferindo baixas remunerações e sem condições de regularidade da relação salarial (precariedade e incerteza do trabalho). No início dos anos 50, a Mina do Lousal estava no auge da sua posição como importante centro empregador da sub-região. A forte atração exercida pela mina e a eficaz socialização no contexto do trabalho mineiro compreendem-se através de duas ideias-chave: a primeira, assenta na representação da mina como um recurso inesgotável, garante de um trabalho estável e, portanto, com pagamento certo; a segunda, remete para a reprodução de uma mesma “condição de proletarização”, acentuada pela continuada relação com o meio rural e agrícola envolvente. De facto, a ocupação “mineira” do Lousal, de lavra relativamente recente, tem uma história geracional

curta, pelo que das genealogias familiares está praticamente ausente uma identidade herdada relativa à condição operária mineira. Se aqueles que chegaram ao lugar já em plena idade ativa, no final dos anos 40, inauguraram por si mesmos uma relação com a Mina do Lousal que não se estendeu ao seu grupo doméstico de origem, no caso dos outros, indivíduos criados e maioritariamente nascidos no Lousal, os antecedentes de ligação à mina recobrem apenas a geração precedente, normalmente por via dos pais. Não obstante, o que interessará ressaltar é que quer num caso, quer noutro, a população assalariada agrícola constituiu a principal reserva de mão-de-obra que acabou por formar o operariado mineiro do Lousal. Assim, mais do que meios sociais de recrutamento distinguem-se diferentes modalidades de encaminhamento do pessoal para a Mina do Lousal, marcadas por trajetórias profissionais que incluem experiências laborais diversas. A construção da rede viária no Alentejo Litoral, em particular da linha férrea do Vale do Sado, constituiu um “trampolim” para a Mina do Lousal, ao propiciar a tomada de conhecimento com aquela realidade social. Naturalmente que outras modalidades de recrutamento existiram. Uma inscreve-se numa linha de continuidade com a atividade agrícola, outra na continuidade com a atividade extractiva, em virtude da passagem por outras minas, de que se destacam as minas de Aljustrel com quem as do Lousal estabeleceram relações privilegiadas.

5 Durante a fase mais marcada de crescimento económico da exploração mineira (final da década de 40 e princípio da de 50), em que ocorreu ao Lousal uma numerosa população, a carência habitacional constituía um grande problema. Para muitos, a solução passou pela construção de alojamentos precários – barracas – os quais inundavam a paisagem mineira. Contudo, uma das principais estratégias de fixação preconizadas pela empresa mineira consistiu, precisamente, na criação do seu próprio parque habitacional, por via da construção de “quartéis operários”. Alguns destes quartéis operários destinavam-se a operários solteiros e/ou cônjuges deslocados da família, configurando bandas habitacionais compostas por cozinhas comuns e fogos com apenas uma divisão repartida por vários homens. Foi o caso do Bairro dos Quartelinhos, onde José Fouto residiu durante mais de 5 anos. Na generalidade, a obtenção de uma casa no interior da concessão mineira, portanto, gratuita, revestia-se de grande dificuldade. Esta dificuldade era acrescida no caso das famílias já constituídas. E se *Rosa Maria* teve de ir viver para a antiga mina da Caveira, outros casais houve cuja solução para a família se manter junta, num cenário de muita procura e pouca oferta foi arrendar um alojamento fora da propriedade mineira. Outra estratégia era, também, desenvolvida pelas famílias, esta no intuito de dilatar a permanência no Lousal, normalmente até aí conseguir um alojamento em regime de cedência: trata-se da retaguarda habitacional sustentada por via da solidariedade parental (de pais para filhos) no início da vida conjugal.

6 Instrumento de moralização das classes populares e da regulação das relações sociais, o casamento religioso foi, durante a década de 1940, alvo da atenção da empresa mineira, que desenvolveu estratégias (em consonância com os valores do Estado Novo) para a sua institucionalização.

Para aqueles que, à partida, já estavam plenamente inseridos nas redes locais de poder, o namoro e, de seguida, o casamento por igreja para formalizar a união conjugal inseria-se plenamente nos requisitos de consolidação do seu estatuto social, por conformação ao modelo conjugal da família burguesa. Para as famílias que aspiravam a um percurso de mobilidade ascendente, o casamento religioso tomava um carácter premente e é, em consonância, que o tempo que medeia entre a assunção do compromisso (viver juntos) e a concretização do ritual é relativamente curto. Não obstante, é nos anos 50 que as famílias operárias, em particular as que estão ligadas diretamente à condição mineira, acabam por aderir ao casamento, depois de muitos anos de vida em comum. Sob o pano de fundo da religiosidade, a celebração do contrato matrimonial constituía uma estratégia familiar que visava, através do esquema de previdência social, acrescer a capacidade de sobrevivência futura da família numa época em que se tornava visível o agravamento das condições de trabalho e de segurança no fundo da mina (a mecanização apenas ocorrerá no final desta década), pondo em risco a vida do homem enquanto chefe de família investido do papel tradicional de ganha-pão.

7 Os alojamentos do Bairro dos Quartéis (Anexo 2), tal como dos Bairros do Serrinho e da Direção, apresentam a mesma estrutura ortogonal, configurando uma quadricula que se foi ajustando, ao longo do tempo, às necessidades da procura. Esta estrutura assenta numa construção em banda segundo uma lógica modular, em que se acrescenta ou diminui uma divisão ao alojamento, acabando por se tornar a cozinha o único espaço funcionalmente demarcado (anteriormente, possuía apenas uma chaminé). Predominam uma porta e uma janela, à vez, nas frontarias das bandas habitacionais, mas em algumas situações é, ainda, observável a sequência de duas ou mais portas, fazendo imaginar uma cadência contínua e ritmada de “quartos” que uniformizavam a dinâmica da arquitectura exterior do “quartel” mineiro. É possível perceber no ascetismo interior e exterior destes espaços uma aproximação à arquitectura tradicional alentejana, mas a especificidade dos bairros mineiros é outra. Estes alojamentos transportam consigo a marca minimalista que serve a ideia de lugar de “consumo” para a reprodução da força de trabalho: ausência de espaço exterior privado ou semi-privado na transição da rua para a casa, um único acesso ao interior e directamente para a cozinha, um reduzido número de divisões, uma dimensão, em área e pé direito, exígua por divisão (dando conta da também exígua e utilitária mobília que se transportava de casa para casa), uma apertada fenestração, uma simplicidade marcante da forma arquitectónica e uma utilização de materiais não prestigiados (nomeadamente, piso de cimento e chapa de lusalite na cobertura). As características do espaço interior, polivalente e flexível, implicam uma apropriação gregária do mesmo, que resulta numa compulsiva contração do espaço doméstico como espaço de sociabilidade. Actualmente, depois de os filhos terem saído de casa para formar outro grupo doméstico, depois do rendimento disponível se ter tornado mais favorável e a capacidade de transformar o espaço ter aumentado (todas as modificações eram sujeitas a prévia autorização da empresa), as marcas de

funcionalização (por exemplo, todos os alojamentos dispõem de sala de estar) e de pessoalização (por exemplo, presença de vários objectos decorativos) do espaço habitado são bastante mais visíveis.

8 O casal *Rosa Maria* e José Fouto sempre se moveu em áreas residenciais tipicamente mineiras, com permanência de más condições de habitabilidade e aparente ausência/ambiguidade de critérios no processo de selecção dos alojamentos. Apesar de, genericamente, se tender, nas mudanças de habitação das famílias mineiras, para uma melhoria das condições de fruição do “espaço habitacional”, a verdade é que tal mobilidade residencial traduz uma lenta progressão da qualidade deste espaço, constituindo, sobretudo, uma forte inibição à sedimentação de relações de convivialidade e ao enraizamento nas unidades de vizinhança, embora esta restrição não surja a um nível consciente. Sendo observável uma elevada mobilidade residencial das famílias mineiras, a atribuição de nova habitação não tem, assim, subjacente um critério de adequação entre as condições de habitabilidade (número e dimensão das divisões) e a dimensão da família. Ao invés, a mobilidade residencial também acompanha a mobilidade social ascendente. A “casa”, enquanto factor de distinção social e de promoção socioprofissional, surge, aos nossos olhos, como uma evidência e, nesse sentido, tende a premiar mobilidades sociais ascendentes e/ou a consolidar posições sociais intermédias, pelo que só nesse quadro a transferência de habitação é justificável para as categorias ou sujeitos sociais – alvo. Quer no caso das famílias mineiras, quer no caso das restantes, assiste-se, assim, a uma reprodução da ocupação de determinadas áreas por uma população relativamente homogénea do ponto de vista socioprofissional. A prevalência desta lógica tem como consequência o facto da mobilidade residencial não se inscrever como “projeto” na estratégia das famílias: ou resulta de uma determinação exterior (decisão deliberada da empresa, expansão da área ocupada pela atividade mineira, permissão para transferências habitacionais com débéis efeitos sociais), ou se insere na trajetória social, como parte integrante da mesma, tornando as acções desencadeadas individualmente, através de pedidos verbais feitos ao responsável pelo sector, meros pré-requisitos para a sua efectiva atribuição. Transformam-se, assim, relações arbitrárias de dominação em relações legítimas, e esta legitimação simbólico-prática do arbitrário repercute-se numa clivagem por muitas vezes assinalada: “empregados” versus “assalariados”, o que quase quer dizer, “empregados de escritório” versus “mineiros”. Tal como nas minas de S. Domingos, *“sendo todas as construções erigidas a mando da empresa, é naturalmente esta quem distribui a população trabalhadora pelos alojamentos. Prática que vinca o domínio espacial da empresa, prolongando o espaço do trabalho para o lar”* (Alves, 1992: 82).

9 Duas racionalidades diferentes confrontam-se a propósito da procriação. Uma, encontra na procriação um sentido de afirmação social face à dureza do quotidiano, tendo como pano de fundo famílias marcadas por uma elevada assimetria sexual na definição dos papéis sociais. Outra, dotada de maiores recursos financeiros e culturais, tende a copiar o modelo burguês, funcionando como um dos vectores da estratégia familiar de mobilidade social. Entre a população mineira as famílias são, usualmente,

numerosas. A razão primeira, sempre avançada pelos entrevistados, é a do desconhecimento quanto aos métodos contraceptivos. Mas, segundo Ana Nunes de Almeida *“sabemos hoje que, desde os tempos mais remotos, os casais praticam formas mais ou menos rudimentares de limitação dos nascimentos. A ‘fecundidade natural’ é por isso mais uma ficção do que uma realidade”* (Almeida, 1990: 251). Então, uma outra razão prevalece face à “lei natural”, essa totalmente enraizada no social e que está ancorada numa concepção de masculinidade virilizante. Vale a pena reter a ideia de que estes modos de comportamento podem estar relacionados com a incorporação da “força física” como uma dimensão da construção da identidade pessoal e, portanto, da masculinidade (ver Iturra, 1990: 96–7). O trabalho que se desenvolve no fundo de uma mina é, genericamente, recorrente da força física e, aliás, do ideal de juventude saudável que a sustenta, a qual se transfigura em dimensão prática e simbólica que se transporta para outras esferas da vida social, em particular para a relação entre os géneros. Esta concepção de masculinidade tende claramente a subordinar as outras, constituindo-se como masculinidade hegemónica, mas não deixará de ser atravessada pelas posições sociais (a propósito deste assunto ver, também, Almeida, 1995). Ainda no que respeita à procriação, estamos perante uma atitude que decorre, grosso modo, da ausência do conceito de “infância” e da não valorização do estatuto de “criança” no seio da família operária. A consequência prática é a de que o ciclo de vida familiar se irá organizar em função da entrada precoce dos filhos na vida activa, significando, ao nível estrutural, que *“(...) os filhos ‘reembolsam’ os pais, que envelhecem, do custo da sua própria produção”* (Bertaux, 1978: 199). A realidade histórica e social do Lousal leva a pôr em dúvida a eficácia dessa estratégia de reprodução continuada da condição mineira, a que não é alheia a recente e relativamente curta duração da exploração mineira, bem como a muito forte ligação aos campos, quer por via da identidade herdada das famílias quer por via da complementaridade agrícola-industrial. Por sua vez, a entrada precoce na vida activa, não deixando de significar que a criança tem uma função económica produtiva no interior do grupo doméstico, é um fenómeno mais lato e intersectorial, que tem, sobretudo, a ver com o “atraso” estrutural cultural e social da sociedade portuguesa. A verdade é que a dimensão das famílias era substancialmente inferior no caso das famílias não mineiras, designadamente aquelas em que um ou os dois cônjuges eram empregados de escritório (ver Almeida, 1990: 251). Não deixa de ser curioso, então, observar que os entrevistados melhor posicionados na hierarquia social apontam como razões para o elevado número de filhos das famílias mineiras o tempo livre” disponível, conceito, aliás, que não parece dotado de significação para estas famílias, pelo menos durante o seu ciclo reprodutivo.

10 Apesar de eticamente censurado, e por isso, mais do que uma prática clandestina tratava-se de uma prática não assumida, o aborto foi, também, uma das técnicas tradicionais utilizadas no controlo da natalidade, porventura mais acessível a quem detinha maior capital económico.

11 A começar pela gestão do orçamento familiar. Desde logo, ressalta a ideia de que é a mulher que domina o espaço físico que é a casa. É o que se pode depreender, desde logo, no que toca ao

sustento da casa garantido, em larga medida, pelo marido mas gerido pela mulher numa dupla dimensão: poupança e trabalho doméstico. A poupança é, por conseguinte, elevada a princípio orientador da conduta das mulheres. A “boa” gestão do orçamento familiar é uma das ideias fundamentais propagandeadas pela doutrina salazarista, a qual reporta à noção de sacrifício no presente para fazer face às contingências futuras (ver Belo e Cabral, 1987: 266). Para a empresa mineira, também este princípio da moral salazarista contribuirá para neutralizar os eventuais conflitos decorrentes do controlo da empresa sobre os níveis salariais, e para garantir, acomodadamente, uma minimalista produção antroponómica da família. Efetivamente, para as famílias mineiras, a poupança não é mais do que a administração do orçamento familiar, ou seja, revela a incapacidade de gerar um fundo de maneo, mesmo que a curto prazo. O padrão de consumo é, ainda, definido pelo elevado peso relativo dos gastos com os bens alimentares.

12 A experiência de assalariamento num mundo rural e agrícola, largamente facultada pelo meio social de origem, não se perde, antes se acentua pela inserção da mina num território em que a agricultura é a atividade predominante, quer quanto a culturas de sequeiro quer, sobretudo, quanto a culturas de regadio – o arroz – em que o Vale do Sado é fértil, dominando a exploração (extensiva) da grande propriedade latifundiária, com recurso a mão-de-obra barata e desprovida de terra. Essa experiência tenderá a atenuar a ocorrência de fenómenos de resistência/tensão à própria condição de assalariamento e rigidez do trabalho da mina. No caso do Lousal, a lógica de organização e divisão sexual do trabalho no seio da família operária tenderá a favorecer a interdependência agrícola-industrial. Ao operário mineiro é-lhe exigido um esforço físico assinalável e são-lhe impostos constrangimentos vários que o ligam quase exclusivamente não só ao fundo da mina mas ao próprio perímetro da exploração mineira. Por isso, é a mulher que, para além de desempenhar as tradicionais tarefas de dona de casa e mãe, ainda trabalha nos campos do Vale do Sado. O salário agrícola da mulher funciona como complemento ao do homem. As histórias de vida de *Rosa Maria* e *José Fouto* inscrevem-se neste registo. Esta participação feminina no mercado de trabalho agrícola, que tenderá a declinar com a mecanização dos processos produtivos, funciona também como elemento socializador da entrada precoce dos filhos na vida ativa no sector agrícola. Em boa verdade, a aprendizagem precoce do trabalho no campo foi uma prática habitual para muitos dos jovens cuja trajetória social desembocou na condição mineira. Mesmo para aqueles cujo percurso profissional resultou na saída da condição de proletarização mineira, pela ascensão a uma “posição intermédia”, é de registar a existência de situações de complementaridade com o assalariamento agrícola. Em suma, a proletarização mineira processou-se numa lógica de grande continuidade e complementaridade com a proletarização do trabalho agrícola. A família (de origem e/ou adquirida) foi o elemento crucial deste processo.

13 As tarefas domésticas que organizam o quotidiano da mulher operária adquire sentido enquanto problemática na medida em que se entrecruza com a concepção dominante de

masculinidade, com o específico contexto de trabalho que é a mina, com a ocupação profissional das mulheres (assalariadas agrícolas ou escolhedoras) e, também, com as características de espaço rural em que se insere o Lousal. Ressalta uma concepção essencialista e biologista das relações desiguais entre os géneros (ver Almeida, Amâncio, Perez e Wall, 1996: 138). Em particular, a divisão do trabalho pela dicotomia sexual é legitimada segundo um princípio classificatório que a eleva a “categoria natural”. Este princípio classificatório que se exprime numa certa exacerbação do comportamento tido como masculino, que supõe o homem como dominador e a mulher como dominada, pelo menos quando dela se fala na esfera pública ou semi-pública, compreende uma lógica de articulação/complementaridade entre o trabalho dos cônjuges, que serve cabalmente a reprodução da força de trabalho. De facto, embora consubstanciada num modelo conjugal e familiar cujo sentido parece advir de uma “ordem natural”, é a subordinação ao modelo económico e cultural da empresa mineira que se encontra na base da diferenciação entre categorias sexuais. Enquanto tal, esta não pode deixar de ser atravessada pelas relações sociais de classe e de poder locais. Importa ter presente que a experiência vivida pelas mulheres das famílias mineiras se insere numa experiência mais vasta e mais profunda que envolve toda a família com vista à “luta pela sobrevivência” mas que, numa perspectiva mais estrutural, resulta da política global paternalista da companhia mineira enquanto “(...) não é somente uma ideologia, é também, e em primeiro lugar, um modo de organização da vida operária fora da fábrica.” (Bertaux, 1978: 192), do qual a organização da vida familiar é uma das primeiras dimensões a considerar.

14 Embora Rosa Maria chame a si as atividades de “ir à água” e “ir à lenha”, a necessidade de garantir água potável bem como uma fonte de calor no alojamento, enquanto funções básicas de manutenção do espaço doméstico que implicam gastos de tempo significativos, acaba por mobilizar, não raras vezes, ambos os cônjuges. Há, contudo, tarefas femininas que parecem estar interditas ao homem pertencente ao universo operário, em particular o mineiro. Cuidar da roupa é uma das atividades mais emblemáticas desenvolvidas pela mulher da família operária, na qual ela ocupa uma parte significativa do seu tempo. Era sobretudo a operação de lavagem da roupa, à mão e longe do domicílio, que requeria mais disponibilidade: os filhos eram muitos, a roupa era pouca; para além disso, o trabalho mineiro implicava um consumo elevado de vestuário que havia que lavar e coser, mais propriamente remendar e voltar a remendar. Também a tarefa de cozer pão é referida como atividade doméstica central. Para além destas, outras tarefas estão, tradicionalmente, incumbidas às mulheres no seio da família. A correspondência (deslocação aos escritórios para emitir e receber cartas), a qual era assegurada pela empresa mineira, constituía responsabilidade exclusivamente feminina. Também, por volta da hora do almoço dos trabalhadores da mina, as suas mulheres (as que não estavam a trabalhar no campo) poderiam ser vistas dirigindo-se para a boca do poço, cumprindo o ritual de lhes levarem a comida, que desceria no elevador até ao fundo. Solicitar uma

habitação no espaço da concessão mineira ou a transferência para outra era, também, uma atividade assegurada pelas mulheres destas famílias. Assim, no que respeita às mulheres instaladas na condição operária, será, em suma, de concluir que o “trabalho” não se confina ao espaço-tempo da ocupação profissional, distendendo-se muito para além dele. As noções de “tempo livre e/ou de lazer” e de “descanso semanal” não fazem sentido quando nos reportamos à utilização do tempo e do espaço fora do contexto estrito do trabalho quer durante a semana, quer ao domingo. Ainda, uma última referência à “ida à missa”, para esclarecer que também adesão à mesma é atravessada por marcas de distinção social e de género. Em primeiro lugar, é reconhecido que a missa constitui um espaço-tempo predominantemente feminino. Em segundo lugar, é relativamente claro que, mesmo assim, a adesão à mesma é genericamente fraca. Em terceiro lugar, a frequência da missa está também particularmente associada ao grupo social dos empregados de escritório e a posições relevantes ao nível da estratificação social do lugar do Lousal. Em contrapartida, as mulheres trabalhadoras na trituração ou no campo preferem, sem muita adjectivação, destacar o excesso de trabalho como limitação objectiva para a frequência da missa.

15 Que atividades, tradicionalmente, os homens desenvolvem depois de um dia normal de trabalho, tendo como pressuposto de base que “Um homem não faz a *lida da casa*” (Almeida, 1990: 244)? O trabalho na “horta”, dada a sua importância estratégica na gestão do orçamento da família operária, parece ser a atividade com maior relevância. Para os operários, em particular os mineiros, o cultivo da horta constituía uma necessidade imperiosa face às difíceis condições de vida da família sendo que, à noite, depois de um dia de cansaço acumulado entre e a mina e a horta, pouco mais restaria para fazer do que repousar e restabelecer forças para o dia seguinte. Mas, no Lousal é reconhecido que todas as famílias, independentemente da sua condição social, dispunham de uma horta onde podiam cultivar, no interior da concessão mineira. Como prática enraizada, ela representa, de facto, uma dimensão do controlo social exercido fora da esfera do trabalho, que se estende a todos os habitantes do Lousal e que a todos dá a ilusão de se sentirem proprietários de um “bocado de terra”, apesar de nenhum ser, verdadeiramente, possidente. Será, então, significativo destacar que a “horta” constituía também um factor de distinção social, quer pela sua dimensão, quer pelos objectivos principais que presidiam ao seu cultivo (necessidade *versus* lazer), quer mesmo por quem a cultivava (o próprio ou um hortelão). Acerca dos principais símbolos de diferenciação social, o privilégio de dispor de um hortelão/jardineiro assegurado pela empresa mineira é um dos mais recorrentemente mencionado pelas famílias mineiras. A proximidade espacial que esta atividade favorecia com a elite local, acabou por lhe atribuir valor como um meio de penetração nas relações de clientelismo e/ou de afirmação do status social. Por isso mesmo, são os próprios operários que acabam por investir na atividade de hortelão/jardineiro prestada a indivíduos com certa relevância social, em regime de complementaridade com a mina, mesmo que não formalizado e a troco de géneros como recompensa pelo trabalho.

16 Em contexto da masculinidade hegemónica de que se tem vindo a falar, valerá a pena retomar a ideia de que o doméstico e o público são demarcados por uma linha de género, passando muito da afirmação do homem pela sociabilidade que se desenvolve em espaços públicos masculinos. A taberna é um desses espaços públicos em que se constrói a masculinidade a partir de processos sociais específicos em que se investe o corpo e o comportamento dessa qualidade de ser “homem”. No Lousal, as tabernas/vendas foram substituídas pelos cafés. Nelas vendia-se, sobretudo, vinho, sendo que “a cultura do vinho carrega, para os locais, o simbolismo da ruralidade e da taberna”, simbólica a que também acresce o facto de que “nos séculos XVIII e XIX, em toda a Europa os trabalhadores consideravam o beber como um aspecto inextricável e até obrigatório do trabalho” (Almeida, 1995: 184). A possibilidade deste cenário apresentava-se à empresa mineira como preocupante. Por conseguinte, uma das medidas a tomar foi impedir a existência de tabernas no interior da concessão mineira. Estas vieram a localizar-se, preferencialmente, na Rua 25 de Abril, a qual confina com o limite da propriedade no seu prolongamento a poente e é, usualmente, apelidada de Rua “Lá de Cima”. Outra medida, e talvez a mais significativa, foi fazer vingar uma imagética sobre os trabalhadores que os caracterizava como “bêbados”, “violentos” e “irresponsáveis” e da qual todos se queriam, necessariamente, dissociar. Enquanto para os detentores de um maior capital social importava clarificar as diferenças sociais, por via da exclusão da taberna como espaço de sociabilidade, para as famílias operárias importava minimizar o desprestígio conferido pela frequência das tabernas e reenviá-lo para o passado, questão que se tenderá a valorizar em tempo de balanço da vida que se viveu. Em todo o caso, o que se pode realçar é que nos dias de descanso semanal a população do Lousal continuava a permanecer no local, que assim se foi (re)construindo como um espaço social eminentemente concentracionário. Se é verdade que as privações quotidianas e a precariedade da vida material das famílias desfavorecidas constituíam um forte constrangimento às relações de sociabilidade, quer no Lousal, quer no exterior, também o é que a casa, a família e o trabalho são focos vigiados e privilegiados pelos dispositivos do poder instituído.

17 Em traços gerais poderá afirmar-se que: a mulher doméstica, com (ou sem) atividade complementar na agricultura, constituía o perfil social dominante; a participação do trabalho feminino na exploração mineira foi extremamente reduzida (em 1977 não atingia os 10%); as mulheres estavam bem representadas nos serviços administrativos e comerciais, enquanto o serviço de limpeza e, na esfera da produção, a escolha do minério para posterior trituração, lhes eram atividades exclusivamente afectas. Por isso, uma das clivagens significativas quanto ao estatuto social das mulheres tem a ver com a sua participação ou não no mercado de trabalho, em especial o agrícola ou o mineiro. Ser-se “dona de casa” tem associada uma representação social marcadamente mais “cotada” da que respeita à mulher proletária do campo ou da mina, num caso como noutro em clara consonância com a posição social do cónjuge. O estatuto social da “doméstica”, que se adivinha como aspiração feminina, contém

em si mesmo uma perversão e, por isso, é uma forma de controlo social (ver Almeida, 1995:58). Duas ideias se poderão reter: uma, que ser-se “dona de casa” ou mulher de “empregado” (por oposição a “assalariado”, tal como explicitado anteriormente) significam praticamente a mesma realidade social; outra, que a atividade mineira está praticamente ausente da ocupação destas mulheres.

18 Já acima se tinha observado que a ocupação mineira ocupa um lugar bastante excêntrico em termos dos contextos de trabalho que as mulheres eventualmente conheceram. O discurso de *Rosa Maria* revela uma rigidez de relacionamento social que parece ser accionada precisamente pela sua inserção na condição operária na mina, condição a que corresponde uma maior “estranheza” social do que a decorre nos campos, onde quase todas as mulheres foram iniciadas. A centralidade geográfica do local em que se exerce a atividade e o trabalho sobre o corpo (poder, saber e socializar) que advém da prática laboral como escolhedoras na trituração confronta mais directa e imediatamente o “olhar” de quem vê e de quem mostra, ou seja, implica uma copresença socioespacial que acentua as clivagens sociais.

19 Na verdade, a única escola que *Rosa Maria*, e também o seu marido, José Fouto, conheceram, foi mesmo, passe o pleonismo, a “escola da vida”. As razões, sob o pano de fundo do ideário salazarista e do papel nele atribuído à mulher, são conhecidas, interessando-nos agora reter a ideia de que o capital escolar assume-se como um bem escasso e a conclusão da instrução primária ainda durante a infância, portanto, em “idade escolar”, funcionam como elementos que concorrem para a distinção social, criando condições para a concretização de trajetórias sociais ascendentes. O nível de instrução (4.ª classe) afigura-se como uma condição de base para quem ingressa nos escritórios da mina, não constituindo um critério significativamente diferenciador no que respeita à hierarquia de posições quer seja no fundo da mina quer seja na trituração. E se para os homens mineiros ainda houve a possibilidade de um retorno aos bancos da escola na idade adulta (Alfabetização de Adultos a partir dos anos 50), tal não aconteceu com as mulheres. Essa possibilidade, contudo, mesmo resultando de uma imposição superior, teve efeitos muito reduzidos em termos de frequência e de obtenção de diplomas, por se continuarem a verificar as mesmas condições de partida: desvalorização da escolaridade face à dura realidade do quotidiano. Por isso, aprender a ler e a escrever não significou mais do que um saber mínimo, de carácter instrumental. Para José Fouto nem isso; permaneceria analfabeto até falecer. *Rosa Maria*, já muito depois do fim da sua vida ativa, faz o improvável: em 1996, quando a conhecemos melhor, tinha 70 anos e encontrava-se a frequentar a 3.ª classe.

20 Dada a dureza das condições de trabalho nos campos, de que o “tempo” (ou melhor, a sua falta) é a dimensão mais negativamente avaliada (distensão do horário de trabalho e excessiva distância, percorrida a pé, entre o local de trabalho e o de residência), as assalariadas rurais viam a realização das tarefas domésticas como realmente custosas e quase como acto “heróico”. É por isso que a “trituração” acaba por se constituir como o local de trabalho mais apetecível para as assalariadas agrícolas, embora de difícil acesso, uma vez que o recrutamento se baseava em critérios

– mérito, cooptação, justiça social (ou antes, paternalismo social) – que não parecem ser mais do que a manifestação de um poder ambíguo e discricionário.

21 O que o casal indica, em primeiro lugar, é a incapacidade que a família teve de gerar poupança para o médio prazo, pelo que sem condições de investimento, qualquer projeto, à partida, estaria condenado ao fracasso. A casa, ao constituir uma necessidade básica e um bem de difícil acesso é, emblematicamente, um dos valores mais significativos para a sobrevivência familiar. Um emprego certo, mesmo que à custa de uma relação salarial precária, foi o móbil da atração ao Lousal. Mas das variadas formas de fixação das famílias mineiras à mina, a fixação geográfica por via do alojamento é, porventura, a de efeitos mais conseguidos.

22 É nesta medida que o trabalho adquire valor, e não enquanto dimensão de realização pessoal no sentido de aspiração a um itinerário de mobilidade profissional ascendente que, na prática, não encontra condições efetivas de concretização.

23 *“A vida familiar das classes populares é, ainda hoje, claramente ‘centrada no lar’ [home-centred], voltada para tarefas e lazers domésticos. O seu centro de gravidade não se situa no casal mas nos filhos. É esclarecedor, a este respeito, o depoimento prestado por um operário londrino residente no bairro de Bethnal Green, entrevistado pelos autores: ‘It’s all for the kiddies’”* (Almeida, 1990: 21). Apesar da natureza patriarcal do padrão da unidade doméstica operária, é a família no seu todo que revela uma específica “centração nos filhos”, diferentemente expressa segundo os géneros e os papéis sociais que lhe estão associados.

24 Os filhos (sobretudo o seu nascimento) constituem, inclusive, um marcador cronológico significativo, através do qual se opera a memorização de distintos espaços-tempos (união conjugal formal e não formal, chegada ao Lousal, duração da permanência no Lousal, transições no ciclo profissional, etc.).

25 O campo escolar é investido de um carácter estratégico que percorre, transversalmente, todas as posições sociais, embora o volume do capital escolar a que se aspira varie em função dessas mesmas diferenciações sociais. Para as famílias instaladas na condição operária, as expectativas quanto ao nível de escolaridade dos filhos situam-se na conclusão da instrução primária de 4 anos, o que não significa que alguns não tenham prosseguido os estudos, ultrapassando essa fronteira “simbólica” que constituía a escolaridade obrigatória mas praticamente estabilizando no ensino preparatório, ministrado no Lousal. E se aceder aos escritórios da mina continuava a ser, tal como o foi para os casais mineiros, uma quase impossibilidade para os seus filhos, o investimento para escapar à condição mineira é feito na aprendizagem de um ofício, de preferência na própria empresa mineira. De entre os ofícios, o de eletricitista é o que granjeia um maior grau de aceitação: uma carreira, um trabalho “limpo”, uma remuneração condigna, uma qualificação que pode ser utilizada noutros contextos de trabalho que não a de uma exploração mineira. Embora, deste ponto de vista, as biografias dos filhos

de Rosa Maria sejam dissonantes, esta é a tónica geral que encontramos nos dos outros filhos de casais mineiros do Lousal. O padrão de expectativas profissionais da população que tem o estatuto de “empregado” ou que está bem posicionada nas redes sociais locais está intimamente associado ao reconhecimento do capital escolar para a aquisição de competências profissionais. Mas precisamente porque esse padrão significaria uma ruptura demasiado brusca com uma específica socialização na comunidade e na família, a qual, apesar de tudo, se caracteriza por escassos recursos culturais e escolares, é precisamente nestas famílias que a discrepância entre os projetos dos pais delegados nos filhos-homens e a trajetória concreta destes foi maior. Ao invés, o padrão de expectativas profissionais da população operária em geral inclui a garantia de conhecimentos escolares básicos (no sentido de ultrapassagem do *handicap* social que seria não saber ler e escrever), já que o investimento é feito na aprendizagem de um ofício que resulte na aquisição de competências técnicas adquiridas por via prática, por conseguinte, pouco associado à escola. Pelo que representa de continuidade com alguns traços da inserção social destas famílias, subsiste uma maior coincidência entre os projetos dos pais delegados nos filhos-homens e a trajetória concreta destes: mantém-se a instalação na condição operária e a experiência de assalariamento, mas “escapa-se” à condição mineira.

26 O investimento para escapar à condição mineira pode também passar pela capitalização de redes de relacionamento no exterior da mina, em particular as familiares. Este procedimento surge bastante generalizado.

27 É certo que a relativa ineficácia da lógica paternalista de reprodução da condição mineira no Lousal deverá ser perspectivada no contexto particular dos anos 70, do ponto de vista endógeno e exógeno. Valerá a pena recordar que a primeira fase da vida activa dos filhos da população mineira nascida nos anos 20/30 se situa algures nas décadas de 70 e 80, destacando-se a crise da exploração mineira e a atracção exercida pelo desenvolvimento do Complexo Industrial de Sines mas, também, o impacto dos fluxos emigratórios. Não obstante, tudo leva a crer que a relativamente curta história do Lousal, a recente “identidade herdada” de ruralidade e de assalariamento agrícola da população mineira, a existência de outro tipo de experiências profissionais associadas, a localização geo-estratégica do Lousal entre o Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa, constituiriam constrangimentos significativos à reprodução da condição mineira, pelo menos nos moldes até aqui delineados. Sendo o *habitus* o produto de uma trajetória social definida por numerosas gerações e não uma condição social de origem, no Lousal não existe um *habitus mineiro*, mas um sentido de orientação social quanto à reprodução de um *habitus operário*. Ainda assim, a identificação de tal tendência não inviabiliza o reconhecimento das possibilidades concretas de mudança social no interior da *classe operária* (de que os lugares profissionais são um indicador relevante). Ou seja, as *estruturas objectivas* que intervêm na produção do *habitus* inscrevem-se na diacronia ao mesmo tempo que incluem os itinerários de mobilidade social e suas relações, flexibilizando as trajetórias de vida dos sujeitos sociais (ver Dubar, 1991: 69–70).

28 A seletividade da rememoração trata de preservar um certo nível de “segurança ontológica” que opere o imprescindível elo entre o ontem e o hoje. Ao se tender a anular as condições de vida associadas ao fundo da mina para valorizar a dinâmica passada à superfície, acaba por se “neutralizar” os conflitos e as tensões vividas entre e a propósito destes dois espaços sociais. Apesar do espaço social do Lousal dever a sua especificidade à natureza de exploração mineira, portanto, ao trabalho desenvolvido no fundo, o que está ausente de modo visível e, por isso se recorda, é a atividade gerada à superfície (mina) e não no fundo (contramina), aquela valorizada positivamente e quase como se se estivesse perante um espaço socialmente “neutro”. Em causa está a ideia da “mina-território” como elemento estruturado, cuja organização material e imaterial configura as práticas dos sujeitos sociais, implicando uma apropriação quotidiana. A disciplinarização do dia-a-dia encontra no relógio de ponto sonoro um dos seus instrumentos mais emblemáticos e mais eficazes para “automatizar” os movimentos repetitivos casa-trabalho. O controlo horário exercido sobre o trabalhador fez coincidir as categorias de tempo e de espaço e assume uma dimensão, ao mesmo tempo, pública e privada. Ainda assim, foi muito mais exigente para os trabalhadores do fundo. O fim do ruído que decorria da própria atividade mineira, ao que tudo indica intenso, também constitui uma marca do passado referida pelos entrevistados. Por isso, a mudança do ambiente sonoro foi sentida substancialmente nos primeiros tempos após o encerramento da mina, e continua a sê-lo para alguns residentes. A propósito das festas surgidas espontaneamente, valerá a pena recuperar a ideia de que, atualmente, elas cumprem uma certa função “mitológica” de vivificação, no sentido de “fuga” à ideia de luta pela sobrevivência sistematicamente enunciada. A representação social que lhes corresponde situa-as no espaço social da unidade de vizinhança - o bairro, ao domingo, durante o Verão e com a permissão da direção da mina. O Verão é, também, o tempo, por excelência, da recordação da sociabilidade entre vizinhos. Entendendo-se o campo cultural como um campo de relações de força entre posições sociais com interesses divergentes faz, então, sentido pensar que a empresa patronal tenha procurado “enquadrar” a festa de S. João, em particular ao subsidiar a mesma, e tenha “investido” na festa de Sta. Bárbara como festa “ritualista”, onde a dimensão catártica de harmonização de interesses divergentes é o objectivo principal, pelo que ela foi, de facto, a festa principal (de maior importância colectiva) do Lousal (ver Duarte, 1996: 118).



Espaços Íntimos: da Materialidade das Coisas ao Invisível da Imaterialidade da Memória

1. Introdução

A cicatriz que carrego comigo desde os meus 3 anos, a que fiz no pé esquerdo com o fundo de uma garrafa verde, é parte do meu património. Porque sendo cicatriz hoje, é reflexo da passagem do tempo (um dia foi uma ferida aberta no meu pé). Porque revejo nela um momento específico da minha história de vida. Porque a esse tempo me individualiza, na sua forma, no facto de estar alojada no meu pé esquerdo e não em todos os pés esquerdos de todos os homens e mulheres e crianças do mundo. Porque transporta consigo uma recordação (diria quase a única que tenho desse período da minha vida, ainda que possa até ser uma memória ‘emprestada’ pelos meus pais, e por conseguinte, não ser efectivamente uma memória real do dia em que cortei o meu pé).

A minha cicatriz é parte do meu património porque com ela estabeleço uma relação afectiva única que se torna também, e a esse tempo, a prova de que existi como pessoa aos três anos de idade, ainda que não me lembre desta minha condição de existência. A esse tempo estabeleço também, com ela, uma relação de estranheza. Uma estranheza spatiotemporal. De um espaço que não consigo

reconhecer (não cresci nesse espaço e mesmo que tivesse crescido o tempo encarregar-se-ia de o transformar) e de um tempo que não recordo. A não ser (julgo) através das imagens que criei mentalmente desse espaço e desse momento e que resultam, insisto, no facto de essa história me ter sido, exaustivamente, contada ao longo dos anos, com uma descrição profunda de todos os factos que aqueles que me assistiram consideraram fundamentais e foram capazes de memorizar. Nesse sentido, a minha, é uma memória reconstruída, ou ‘emprestada’, a partir da memória que outros construíram. Diria então, uma memória de segunda-mão. E, se tal facto (talvez pela sua gravidade) não tivesse sido zelosamente guardado na memória daqueles, então a minha memória, provavelmente, também não existiria e os factos que a compõem ter-se-iam perdido. Teria então, e tão só, uma cicatriz no meu pé esquerdo. E isso, mesmo que a cicatriz esteja no meu pé, não fazia dela necessariamente, um património meu. Porque tendo outros sinais físicos que me individualizam, não os refiro como existência específica.

O que dela faz meu património é o facto de saber também que a minha mãe, minutos antes de eu cortar o pé, me havia mandado calçar. Ela torna-se também património porque eu tinha vestido um bibe branco com pequenas flores vermelhas, bordadas na gola, que serviu naquele instante, e à falta de outra coisa melhor, para estancar o sangue que jorrava do meu pé. Finalmente, ainda, porque o jardim e o pátio onde eu brincava ficou inundado de sangue, e tanto que o empregado da tia Pitró, o Sr. Manuel, teve que passar toda a restante tarde a esfregar o chão e a ‘lavar’ a erva com a mangueira, ao mesmo tempo que chorava e dizia por entre as lágrimas “poor, poor child... oh God, poor child”.

Estranhamente, ou talvez não, há algo de muito importante que não recordo. Não recordo a dor do golpe. Não recordo mesmo se terá existido dor. E, numa criança de três anos que corta o pé esquerdo de uma forma tão grave seria de esperar a recordação da dor. Mas não (o que mais uma vez reforça o facto desta poder ser uma memória emprestada, porque, naturalmente, os meus pais não poderiam ter vivido a minha dor!). Mas recordo-me (ou não!) do bibe branco com flores vermelhas bordadas na gola. E também aqui reside a qualidade de património da minha cicatriz. Ela traz-me em simultâneo a presença e a ausência, a memória e o esquecimento.

Neste sentido, e como diria Marc Guillaume, se porventura conhecesse a história da minha cicatriz, ela representa em mim a “memória material” do corte, isto é, materializa e simboliza um determinado acontecimento do meu passado, que eu decidi reter e valorizar. E dir-me-ia que “Pouco importa que eles [os objectos e a minha cicatriz] deformem nessa ocasião o que realmente se passou, uma vez que ainda assim participam da significação presente que eu quero dar a esse passado” (Guillaume, 2003: 72).

Por outro lado, e paradoxalmente, a minha cicatriz cumpre ainda uma outra função determinante. Sendo frequente tema de conversa familiar, a minha cicatriz representa, também, o amor e preocupação dos meus pais que os faz, trinta e cinco anos depois, ainda recordar o acontecido. Mas também o carinho imenso do empregado da tia Pitró, que me achava imensa piada porque eu falava com ele, simultaneamente (entenda-se, na mesma frase) em três línguas diferentes (português, inglês e afrikaans) e que nessa tarde só parou de chorar quando eu regressei do Hospital. E, entre muitas outras

variantes da história, a minha cicatriz ‘cicatrizou a dor’. Mais uma vez Guillaume iria intervir para dizer que, “são as transferências e os instrumentos do nosso ‘saber esquecer’, uma outra componente material do nosso património mnésico” porque, acrescentaria, “do mesmo modo que o sonho é o guardião do sono, eles [os objectos] são o guardião do esquecimento, esse ‘outro caminho da memória’” (Guillaume, 2003: 72).

Então de que vive e sobrevive a minha cicatriz? Vive e sobrevive da sua materialidade e das “narrativas poéticas” (Chagas, 2003: 15) múltiplas que se geraram em torno de si. Da ilustração de um tempo e espaço perdidos, para os meus pais e para mim. Mas também, e durante muitos anos, da sua capacidade pedagógica e educativa (para a minha mãe tornou-se mais fácil desde então mandar-me calçar).

Tal como a minha cicatriz, muitas outras cicatrizes são parte efectiva de patrimónios mais vastos, que a esse tempo, caracterizam e individualizam os seus legítimos ‘portadores’ e lhes conferem a sua própria individualidade e identidade.

Os chapeleiros de S. João da Madeira ou ‘Unhas Negras’ são também herdeiros de muitas cicatrizes que se formaram ao longo de um tempo e num espaço de produção de chapéus. Contudo, de repente, essas cicatrizes ficaram sem casa, sem o seu lugar de sempre. A fábrica, guardiã moral e física dessas cicatrizes, encerrou.

E no contexto da degradação do lugar emergiram silêncios e vozes que se calaram ante o fim. As sombrias paredes da fábrica fechada faziam antever uma memória de lugar que não era em si uma existência, se não no que guardava de ausência. Entre o fim (o da fábrica) e um qualquer outro princípio (o do museu, nesse mesmo

lugar ainda de ausências) jaziam (e jazem ainda) memórias silenciadas. Cicatrizes ocultas. Memórias do trabalho. Memórias do tempo e do lugar onde máquinas e homens cruzaram caminhos. Memórias de histórias por contar que resvalam de olhares que haviam sido únicos e por isso mesmo intransmissíveis. E, por isso ainda, olhares que tol-daram essas mesmas memórias, olhares que souberam suavizar e que tantas vezes agigantaram as verdades simples de cada dia. Em cada dia. E entre a memória do trabalho e o trabalho da memória nasceu um lugar outro. Um lugar onde os silêncios de outrora dão espaço a vozes múltiplas, olhares dispersos, onde a(s) memórias(s) enquanto instrumento social não tem compromisso com a verdade, mas antes com caminhos de verdade divisíveis.

Com este artigo pretende-se analisar então a relação que homens e mulheres estabelecem com as cicatrizes do seu passado, materializadas nos objectos musealizados, no âmbito da (re)construção das suas memórias e, por conseguinte das suas próprias identidades, considerando-se deste modo que todos os sinais materiais dessa memória são também, e a esse tempo, importantes testemunhos que alimentam, pela sua visibilidade, a memória do passado, impedindo-a do esquecimento.

Assume-se assim que esses objectos (no caso concreto máquinas industriais que foram musealizadas aquando da criação do Museu da Chapelaria em S. João da Madeira) são mediadores de espaços e tempos e que, neste sentido, transportam consigo significados mais amplos de afectividade e despertam valores mais significativos de identidade, no que isso tem de auto-afirmação de um grupo.

Inicia-se então este artigo com a história de dois objectos, ostensivamente mudos¹ na sua génese e, no entanto, profundamente comunicantes na sua essência: uma farda e uma fotografia expostas no Museu do Campo de Concentração de Dachau, na Alemanha. Através deles tenta-se perceber em que medida os objectos adquirem o dom de romperem com as barreiras do espaço e tempo ao serem capazes de gerar narrativas que estão muito para além da sua própria materialidade física, e que se situam na sua capacidade de serem mediadores afectivos de mundos e tempos diferentes. Percebe-se aqui também que a memória não é inerente ao objecto, longe de ser uma característica intrínseca ela pode, contudo, ser despoletada por ele.

Deste modo, considera-se que os objectos podem despoletar três níveis narrativos diferentes: um primeiro resultante do objecto em si, daquilo que ele é na sua própria corporeidade (a esse tempo é já um objecto de memória porque por algum motivo, alguém lhe atribuiu um valor que o salvou da total destruição e desaparecimento); um segundo momento narrativo nasce da possibilidade daquele objecto poder ser relacionado com um qualquer outro objecto ou com uma memória particular de alguém ou mesmo de um grupo de pessoas; neste momento, esse objecto e os demais que lhe sejam artificialmente agregados, constroem ambos uma segunda narrativa na justa medida em que lhe são atribuídas novas categorias de

1 Como afirmam Spencer Crew e James Sims, “The problem with things is that they are dumb. They are not eloquent, as some thinkers in art museums claim. They are dumb. And if by some ventriloquism they seem to speak, they lie” (Kavanagh, 1996: 5).

significado; e finalmente, o terceiro nível narrativo (a que corresponderão tantas novas narrativas quantos os olhares que sobre aqueles objectos venham a ser lançados) será necessariamente o que é construído por aqueles que vêem e lêem esses objectos por intermédio de olhares que são sempre únicos e, por isso, intransmissíveis. O terceiro nível narrativo é absolutamente pessoal e estará muito para além da capacidade objectiva dos objectos despertarem ou não um sentimento emocional de memória e pertença.

Por este motivo se conclui que o real poder dos objectos reside nas relações que permitem estabelecer e que assentam claramente na capacidade construtiva e sonhadora de quem olha, pelo que conservar objectos é também garantir no tempo a possibilidade de novas narrativas, continua e permanentemente construídas e actualizadas.

Assim sendo, sublinha-se que o valor onírico dos objectos, sejam eles uma farda e uma fotografia, seja uma máquina industrial ou uma ferramenta de trabalho, reside nas narrativas que se criam e, essas sim, são as que conferem ao objecto a categoria de mediador de experiências afectivas e cognitivas.

Por esta razão, pese a sua mudez, o objecto pode adquirir um poder mágico, sobretudo quando a ele são agregadas memórias, precisamente aquelas que residem nas pessoas.

E é neste sentido que todos os sinais materiais dessa memória, sejam lugares ou objectos, adquirem para as sociedades uma grande importância porquanto são, na sua génese, testemunhos materiais da identidade da comunidade, com os quais esta estabelece laços de afectividades múltiplas. Dito de outro modo, ao partir das memórias sociais, os objectos e lugares preservados não são apenas objectos e

lugares mas antes verdadeiros espaços de memória social que transportam consigo significados mais amplos, aqueles que residem na identidade da comunidade.

2. Fragmentos de vida

Recordo o dia em que visitei o campo de concentração de Dachau, na Alemanha.

Ali estou eu novamente, com os meus 14 ou 15 anos, diante daquela vitrine. Confesso que guardo hoje poucas memórias do museu na sua globalidade. A não ser dessa vitrine específica. Dentro dela existiam apenas dois objectos. Uma grande fotografia de um homem, impressa a preto e branco, e que forra toda a parede traseira da vitrine e uma farda gasta e impregnada por manchas imensas.

Não sei hoje, como não soube na altura (a pequeníssima legenda que jazia no fundo da vitrine estava no idioma que eu não dominava, o alemão), se aquela farda teria sido usada por aquele homem. Provavelmente não e também não importava saber. O homem, de olhos fundos e demasiado inexpressivos, cavados tanto por uma imensa subnutrição quanto pelo imenso desespero sereno de quem já não luta, com as suas fragilizadas mãos agarradas ao arame farpado que o separava de mim, no tempo e no espaço, simbolizava todos os homens, mulheres e crianças de olhos fundos que ficaram presos atrás daquele arame. E a farda, suja e manchada (de vergonha?), exposta ao seu lado, dava corpo a toda a dor daquele homem. Ambos me fizeram, naquele instante preciso, viver essa mesma dor (uma dor exponencialmente sentida porque curiosamente havia acabado de ler nessa Primavera o ‘Diário de Anne Frank’!).

Ambos fizeram de mim também, vítima de um holocausto que não vivi, trouxeram-me à memória as memórias que não são minhas mas que, no entanto, recordei quase como se fossem. Não consigo precisar quanto tempo estive imobilizada frente àquela vitrine, apenas me lembro da emotividade daquele instante. É como se através daqueles dois objectos eu rompesse as barreiras do espaço e do tempo e fosse atirada para dentro de um qualquer dia vivido naquele campo de concentração envergando aquela farda.

De certa forma, aqueles objectos aproximaram-me de uma realidade outra, porque não vivida, através da identificação emocional a esse homem e a essa farda. Durante o tempo em que os nossos olhos se viram, através do espaço e tempo, compartilhamos a mesma dor, o mesmo sentir esmagador de impotência perante a morte e a mesma vergonha. A vergonha de um ser a quem é retirado o direito à existência, à sua individualidade e identidade (ele é um número inscrito no seu próprio corpo); a minha vergonha de, sobrevivendo a esse tempo que não vivi, o olhar, o invadir, subtraindo-lhe ainda o direito de não querer ser olhado na sua vergonha.

E, contudo, nada do que relatei é resultado de um facto. Nada do que esta experiência me trouxe está claramente inscrito na natureza material dos objectos expostos.

Assim, para além dos lugares comuns da representatividade do objecto (neste caso, o seu poder representativo do holocausto nazi) aquilo que os dois objectos despertaram em mim foi o “common emotional ground of memory and belonging” (Heaney, 1993: 49) de que fala Heaney. Neste sentido, eles foram o espaço de mediação entre a minha herança mnemónica (a que resulta do conhecimento

da História do holocausto, por um lado, e por outro, da história de Anne Frank) e o momento histórico propriamente dito. E neste sentido, como diria Mário Chagas, estes objectos revelaram-me e revelaram-se na sua capacidade de “suportarem a função de intermediários entre mundos diferentes, daí o seu poder mágico”, porquanto foram “provocadores de experiências afectivas e cognitivas” que estão para além da sua materialidade (Chagas,2003: s.p).

Desta forma, e enquanto mediador, o objecto quebra as barreiras do tempo e do espaço (físicas e emotivas), ao mesmo tempo que cria um espaço e tempo novos (que não são o passado a que remetem os objectos, mas também não são o presente daquele que os contempla... são antes uma espécie de espaço e tempo etéreos onde ficamos suspensos): os do momento da percepção, do instante preciso em que o visível e o invisível se unem integralmente, por intermédio dessa “imaginação museal” (Chagas,2003: s.p). Dito de outro modo, e como avança Chagas, “agarrar a memória depende do poder de uma imaginação criadora, uma vez que ela (a memória) não está inerte na coisa, mas acesa na relação que com ela (a coisa) pode manter-se” (Chagas,2003: s.p).

Assim sendo, e voltando à minha fotografia e à minha farda, percebe-se, por um lado, a importância que um tem para o outro, um É na justa medida da presença do outro, e desta forma ‘re-significam-se’ mutuamente no momento em que museograficamente são apresentados na mesma vitrine; juntos criam um discurso novo que não existiria se estivessem separados (e aqui a construção da segunda narrativa); por outro lado, ambos vivem de um terceiro momento de

re-significação onde é construída uma terceira narrativa², a minha, que resulta da relação que estabeleço com ambos os objectos através daquele que é o meu conhecimento acerca dos factos históricos, a minha experiência de vida e a leitura que faço do mundo, as minhas crenças, sentimentos e convicções acerca do próprio holocausto, e a minha visão acerca da visão de Anne Frank. Neste sentido, a terceira narrativa é pessoal e intransmissível porque está ao nível da relação que fui capaz de estabelecer com aqueles objectos e que eles estabeleceram comigo, por meio também daquele que é o meu 'background' cultural, social, ideológico, religioso... enfim, por meio daquilo que eu própria era aos 14 ou 15 anos de idade.

Dito de outra forma, o real poder dos objectos situa-se na relação que permitem estabelecer, e esta relação não resulta da sua materialidade física, mas sim da capacidade construtiva de quem olha, e nesse sentido, da *imaginação museal*, recorrendo à terminologia de Chagas, inerente ao próprio indivíduo. Ora neste sentido, conservar objectos é garantir, no tempo, a possibilidade de outras relações, é assegurar que as portas mágicas da imaginação não serão encerradas, é prever a imensidade de narrativas construídas e re-construídas, aquelas que conferem perspectiva e profundidade ao nosso presente, porque nos tocam e alteram. De certa forma, é manter a capacidade

2 Considero aqui que o primeiro momento é aquele em que os dois objectos existem de forma autónoma, mas a esse tempo já classificados como objectos de memória, porque em algum momento alguém decidiu atribuir-lhes um valor que os salvou da destruição ou desaparecimento; o segundo momento resulta da sua junção numa mesma vitrine, e por conseguinte surge como a segunda narrativa, onde ambos os objectos são re-significados.

de sonhar³, porquanto sejam esses os “instrumentos de mediação, espaços de negociação de sentidos, portas (ou portais) que ligam e desligam mundos, indivíduos e tempos diferentes”, num jogo perpétuo entre “memória, esquecimento, resistência e poder, (...) silêncio e fala, destruição e preservação” (Chagas,2003: s.p).

E se assim for, valerá a pena, então, conservar objectos, mas objectos que sejam possuidores desta capacidade imensa de narrativa poética, esta capacidade mágica de nos acertar em cheio no coração. Objectos, por isso, que não nos deixarão indiferentes. Objectos que tenham a capacidade de falar connosco, inundando-nos de sentimentos múltiplos, contraditórios, até. Mas indiferentes, nunca.

3. Máquinas. Homens e Mulheres

*É que os lugares acabam, ou ainda antes
de serem destruídos, as pessoas somem,
e não mais voltam onde parecia
que elas ou outras voltariam sempre
por toda a eternidade. Mas não voltam
desviadas por razões ou por razão nenhuma.*

*É que as maneiras, modos, circunstâncias
mudam. Desertas ficam as praias que brilhavam
(...)*

3 Como afirma Chagas, citando Walter Benjamim, “os museus fazem parte dos lugares que, na ordem do coletivo, suscitam sonhos”. (Chagas,2003: s.p).

*As ruas rasgam as casas onde leitos
já frios e lavados não rangiam mais.
E portas encostadas só se abrem sobre
a treva que nenhuma sombra aquece.*

*O modo como tínhamos ou víamos,
em que com tempo o gesto sempre o mesmo
faríamos com ciência refinada e sábia
(o mesmo gesto que seria útil,
se o modo e a circunstância persistissem),
tornou-se sem sentido e lugar.
(...)*

*Apenas sei que as circunstâncias mudam
e que os lugares acabam. E que a gente
não volta ou não repete, e sem razão, o que
só põe acaso era a razão dos outros.”*

Jorge de Sena (Lourenço, 1999: 167–168)

22 de Junho de 2005. Inauguração do Museu da Chapelaria.

Por volta das 14h30m o pátio traseiro do museu estava repleto de gente. Gente que gritava e ria efusivamente, que se abraçava como apenas se abraça quem há muito não se vê. Estima-se que aproximadamente 2.500 pessoas estariam à porta do museu. Um olhar mais atento permitia perceber que aquelas não eram umas pessoas quaisquer. Aquelas eram as pessoas que durante anos tinham feito daquele edifício a sua casa. Um olhar mais atento permitia perceber a ansiedade, uma

alegria quase infantil que lhes percorria o rosto. Para a grande maioria das pessoas que ali estava, esta era a primeira vez que iam entrar naquele espaço depois da “Empresa” ter encerrado as suas portas.

O que as movia? Curiosidade? Vontade de saber o que aconteceria à sua fábrica? Nostalgia? Sentimento de posse?

Horas mais tarde, porém, instalou-se uma pequena e muito sentida rebelião. O apertado e pesado protocolo de segurança do Presidente da República, ditava regras de ocupação do espaço que não se coadunavam com a vontade imensa daquelas cerca de 2.500 pessoas que durante horas esperaram pela abertura das portas. E tiveram que esperar ainda mais. E ficar à porta. Ainda nesse dia ouviria todas as suas queixas. Nesse dia e nos dias seguintes⁴. Mas a explosão de sentimentos estava ainda por acontecer.

Depois de um protocolo de inauguração relativamente rápido, fui chamada pelos técnicos do Museu para ver o que nunca achei poder ver dentro de um museu. Ao longo dos três pisos da exposição de longa duração, e após o primeiro impacto visual de deslumbramento, as centenas de pessoas que estavam dentro do edifício, acompanhadas por filhos e netos, procuravam avidamente “a sua menina”. Entre a alegria eufórica e a tristeza profunda, o riso e o

4 E o alvoroço foi tanto e tão emotivo que uma semana depois fez-se uma nova inauguração a que foi chamado “Encontro de Chapeleiros”, e agora apenas para estes convidados especiais, que insistentemente disseram a mais tocante das verdades: ‘este museu é nosso, esta casa é nossa, os convidados de honra somos nós’. E apesar de não poder já citar claramente os autores desta frase, a verdade é que ela espalhou-se entretanto pela boca de todos e, durante dias, todos os chapeleiros que recebi e com quem falei utilizaram exactamente a mesma frase, com o mesmo sentido: “O museu é nosso”.

choro, o nervosismo e excitação, centenas de pessoas pareciam estar a encontrar-se consigo próprias ou pelo menos com partes demasiado importantes da sua vida, que por motivos diferentes, uns tinham preferido esquecer ou pelo menos ocultar, outros revivificavam vezes sem conta como se a vida depois da “Empresa” tivesse feito pouco sentido⁵.

Agarrados às suas máquinas, às máquinas que os viram crescer, passando de crianças a jovens e de jovens a adultos⁶, máquinas que acompanharam todas as suas alegrias, tristezas, dores e namoros, casamentos e nascimentos de filhos, estes homens e estas mulheres, permanentemente em contacto físico com as suas “meninas”, revisitavam todo o seu passado naqueles objectos.

Em cada piso por onde passei fui ouvindo frases soltas de conversas muito sentidas entre o operário e a sua ‘prole’:

“Eu conheci a vossa mãe nesta secção. Ela trabalhava acolá, na afinação”

“Ai meu Deus... quando comecei aqui a trabalhar ganhava 10 escudos por dia”

5 Sobre este assunto é possível consultar a série de entrevistas realizadas a ex-operários entre 2002 a 2005. Disponível para consulta no Centro de Documentação do Museu da Chapelaria.

6 Um significativo número de operários começou a trabalhar na fábrica com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos. Iniciavam a sua vida dentro da fábrica como aprendizes- tafereiros, cabendo-lhes fazer toda a espécie de pequenos recados. A partir dos 12 anos iniciavam então o processo de aprendizagem da arte, passando ao longo da vida por diversos sectores. Sobre este assunto é possível consultar a série de entrevistas realizadas a ex-operários entre 2002 a 2005. Disponível para consulta no Centro de Documentação do Museu da Chapelaria.

“Lembras-te daquela mestra que era aleijadinha... ela já morreu?”

“Esta máquina foi a minha perdição. Nem que me dessem 500 contos eu voltava a trabalhar aqui... ai... tu fizeste-me sofrer tanto”

“Lembras-te o que era aqui? Era dos tintos, onde se guardavam os tintos”⁷

A vida das pessoas, daquelas pessoas, estava toda contida na máquina e a máquina representava a sua própria vida. Era como se em cada máquina existisse a vida toda, a vivida, a recordada, aquela que os havia construído tal como hoje eles se reconhecem.

De certa forma, e utilizando as palavras de Bachelard, “diante de um objecto próximo, viveremos o engrandecimento de nosso espaço íntimo” (Bachelard, 2003: 204), e muito para além do espaço exterior da máquina, aquele que a define como objecto e resulta das regras simples da percepção, o que ali era vivenciado era esse espaço íntimo, esse que foi engrandecido pela máquina porque esta estava a ser percepcionada sem os seus limites e a ela foram atribuídas “imagens superabundantes, alimentadas por teu espaço íntimo, por esse espaço que tem seu ser em ti” (Bachelard, 2003: 205).

E assim, tal como a árvore de Bachelard, também máquina e operário, juntos, se ordenaram e cresceram, ficando à máquina o destino último de nunca estar acabada porque estará sempre “entregue às forças imaginárias, revestida de nosso espaço interior, [e desta

7 Apesar de terem sido registadas estas frases ainda nesse dia em caderno de notas pessoal, já não foi possível estabelecer a ligação aos seus autores.

forma, sempre disponível para entrar] conosco [sic] numa emulação de grandeza” (Bachelard, 2003: 205).

O que representava então aquele espaço novo para todas estas pessoas? Que museu viam os seus olhos?

Seria o encerrar de um ciclo, de toda uma vida que parecia ter estado votada ao esquecimento? Mas não quereriam também eles esquecer? O museu não seria um apagar de tanta tristeza e mágoa e ressentimento? O renascimento de tão ilustre homenagem apagaria o sofrimento de tantos anos de vida? Ou, de facto, esse sofrimento não era, passados tantos anos, tão importante quanto o facto de se perceberem hoje como parte da história de uma terra?

O sofrimento era agora exibido com orgulho. O que outrora doeu era agora motivo de brio.

Como referiu o Sr. Méssio Trindade, ex-operário desta fábrica e actual guia no Museu, nesse mesmo dia de inauguração, diante das máquinas e dentro do edifício onde cresceu, “hoje sinto orgulho por ter sido chapeleiro”⁸. Ali estava resumida toda a sua vida, simbolizando cada espaço um momento de crescimento, simbolizando cada máquina uma nova etapa profissional. Não era a cadeia operatória e as suas cronologias, nem os cheiros nem os sons que lhes eram tão sobejamente conhecidos aquilo que eles viam dentro do museu. O que estava perante os seus olhos eram fragmentos de importantes momentos das suas vidas que, por isso mesmo, adquiriam agora um valor diferenciado. O valor do reconhecimento.

8 Anotado em caderno de notas pessoal e confirmado com o autor.

O valor da identidade.⁹ Porque estava ali para ser visto e não só por si como por todos os outros e para ser contado por si a todos os outros. Recorrendo uma vez mais às palavras de Bachelard,

“O poeta vai mais fundo, descobrindo com o espaço poético um espaço que não nos encerra numa afectividade. Qualquer que seja a afectividade que matize um espaço, mesmo que seja triste ou pesada, assim que é expressa, a tristeza se modera, o peso se alivia. Por ser um espaço poético expresso, adquire valores de expansão” (Bachelard, 2003: 206).

E, de certa forma, o museu era de facto, naquele momento, o espaço poético libertador, que ao ser por si também expressão dessa tristeza (ou a verbalização material de um passado feito de tristeza), moderava a dor e aliviava o peso de todos aqueles chapeleiros. Deste modo, entre as suas memórias do trabalho e o trabalho da memória

9 Dito de outro modo, todo este património, que para cada um dos ex-chapeleiros se resume e apresenta sob a forma “da sua máquina” adquire o valor de representação simbólica da identidade do grupo, dos “chapeleiros”, no que isso tem de aglutinador e diferenciador. Como afirma Elísio Estanque, “Elementos fundamentais na compreensão da identidade são a subjectividade e a narrativa, os quais apontam directamente para a relação entre o sujeito e o *Outro* – já que o termo identidade envolve sempre negação e diferença: «Alguma coisa é alguma coisa, e *não* outra coisa»; isto é a identidade tem pelo menos dois significados diferentes: primeiro, aponta para «o que dá a uma coisa ou pessoa a sua natureza essencial, isto é, o seu *eidos* ou forma, e portanto, a sua continuidade através do tempo e, em segundo lugar, o que torna duas coisas ou pessoas na mesma» (Zaretsky, 1994: 199–200). (...) Se, na maioria dos casos, o referente identitário transcende as relações face-a-face, a construção da identidade colectiva (...) emerge sob a forma de *comunidades imaginadas* (Anderson, 1991; Balibar e Wallerstein, 1991) apoiada em lógicas paradoxais e sob o signo das ambivalências entre a presença e ausência, entre práticas e representações, entre razão e emoção, entre estrutura e acção ou entre universalismo e localismo (Fortuna, 1991).” (Estanque, 2000: 43).

que haviam primeiramente realizado com a equipa do museu e que agora assumia a forma de museu propriamente dito, criava-se um outro espaço, um espaço que já não exigia a nenhum deles que (re)vivessem a sua dor, que os libertava das amarras que as suas próprias afectividades haviam construído e alimentado durante anos a fio. E aqueles operários libertaram-se delas (das suas afectividades) para viverem ‘valores de expansão’, de grandeza, porque deram “o seu espaço poético a um objecto” e isso “é dar-lhes mais espaço do que aquele que ele tem objectivamente ou melhor dizendo, é seguir a expansão de seu espaço íntimo” (Bachelard, 2003: 206). E, de facto, a alegria e emoção verdadeiramente contagiantes e quase infantis daquele dia, pouco ou nada se assemelhava aos discursos pesados, frios, de profunda mágoa que foram sendo ouvidos nas diversas entrevistas que ao longo dos anos foram realizadas.¹⁰

Estávamos assim, e quase, perante um ritual de comemoração, e de uma comemoração que não era a do museu ou por ele claramente promovida, mas antes um ritual de comemoração dos próprios

10 Na colecção de entrevistas realizadas entre 2002 e 2005 aos ex-operários, nota-se em quase todas elas uma grande mágoa relativamente ao processo de encerramento da fábrica e ao consequente processo judicial. Houve muitos operários a afirmarem à equipa que desde que a fábrica encerrou nunca mais tinham se quer passado à porta. Por outro lado, houve também muitas confidências relativas a diversos constrangimentos em torno do próprio trabalho, chefias, relações entre colegas, que o tempo se encarregou de agudizar, e talvez não tanto pelo facto de terem existido, como mais ainda pelo facto de, fazendo parte do seu material mnemónico, adquirir em momentos em que são confrontados com o seu passado (nomeadamente no acto de recordação provocado pela entrevista) alguma relevância.

chapeleiros. Como defende Connerton, a propósito das cerimónias comemorativas, a:

“(...) narrativa era mais do que o contar de uma história, era um culto encenado, era um rito estabelecido e representado. A sua história não era inequivocamente contada no pretérito, mas no tempo de um presente metafísico. Subestimariamos o poder comemorativo do rito, minimizaríamos o seu poder mnemónico, se disséssemos que ele recordava acontecimentos míticos aos participantes. Deveríamos antes dizer que o acontecimento (...) era rerepresentado; os que participavam no rito davam-lhe uma forma cerimonialmente corporizada. A realidade transfigurada do mito era rerepresentada uma e outra vez, quando aqueles que tomavam parte no culto se tornavam, por assim dizer, contemporâneos do acontecimento mítico”. (Connerton, 1999:49).

O que os chapeleiros viam e sentiam naquele dia, não era então um museu, mas esse espaço narrativo onde a história contada não tinha referentes no passado mas sim naquele que era o seu próprio presente, ainda que um presente abstracto, que podiam agora partilhar com as gerações que lhes seguiram (filhos e netos) fazendo-os assim contemporâneos de uma história que, se efectivamente era apenas deles próprios (o que se consubstanciava nas expressões “Eu conheci”, “Ela trabalhava”, “quando comecei aqui a trabalhar”, “Lembras-te”, “foi a minha perdição”), era agora lida também como parte da história da comunidade na qual estavam inseridos e, que por esse motivo deixava de ser uma memória pessoal para adquirir estatuto de memória comunitária ou colectiva, cujo paradigma será a frase “Hoje sinto orgulho por ter sido chapeleiro”.

4. Memórias e Identidades

Perante o objecto despoletador da recordação (a máquina na qual trabalharam, o próprio espaço fábrica-museu onde se encontravam – “Lembras-te o que era aqui? Era dos tintos, onde se guardavam os tintos”), são desencadeados processos de rememoração que aproximam o passado (o deles), ao presente (o momento actual) e ao futuro (corporizado pelas gerações mais novas). Deste modo, o efeito que a máquina e, por conseguinte, o próprio museu, estavam a exercer era, como afirma Connerton, o de reapresentação, “fazendo reaparecer aquilo que desapareceu” (Connerton, 1999: 79) e que, no caso, era a vida de todos eles tal como sempre a haviam conhecido e que, por motivos que foram exteriores à sua vontade, tinha efectivamente desaparecido. Aquilo que reaparecia perante os seus olhos era também, e mais ainda, a sua própria identidade, enquanto pessoa mas também enquanto chapeleiros, e desta forma enquanto comunidade coesa. Ou seja, o museu recordava-lhes/lembrava-os qual era verdadeiramente a sua identidade, aquilo que os distinguia dos outros. E, assim sendo, o museu era a narrativa por intermédio da qual esta identidade era contada e explicada aos outros, a todos os outros que visitavam e visitariam o museu, residindo aqui, e verdadeiramente, o motivo do orgulho em ser chapeleiro, enunciado por Méssio Trindade. Ou, como afirma Connerton, ainda acerca das cerimónias comemorativas (fazendo-se aqui mais uma vez a analogia entre a cerimonia comemorativa e o museu),

“O que é então recordado nas cerimónias comemorativas? Parte da resposta é que uma comunidade é recordada da sua identidade,

representando-a e contando-a numa metanarrativa. Esta é uma variante colectiva daquilo a que chamei anteriormente memória pessoal, ou seja, a atribuição de sentido ao passado como uma espécie de autobiografia colectiva (...). A sua metanarrativa é mais do que uma história que se conta e sobre a qual se reflecte, é um culto encenado.” (Connerton, 1999: 81).

E este acto de recordação foi tão mais significativo quanto o facto de acontecer entre pares, querendo significar que o facto de todos aqueles chapeleiros estarem, ao fim de anos de separação, todos juntos, num mesmo espaço (naquele espaço) e na presença de um conjunto de referentes visuais e materiais que tinham já feito parte do seu próprio mundo e que fazem parte, inquestionavelmente, do seu património mnemónico, despoletou mais ainda o sentimento de pertença a algo superior a cada um deles enquanto pessoa, de pertença a uma identidade diferenciadora. Porque, como afirma Connerton, “a narrativa de uma vida faz parte de um conjunto de narrativas que se interligam, está incrustada na história dos grupos a partir dos quais os indivíduos adquirem a sua identidade” (Connerton, 1999: 81). E a esse tempo, o museu desempenhava o papel maior de estabelecer a ligação entre as diferentes narrativas das diferentes vidas, interligando-as.

Por isso, era importante recordar, até porque, como diria Joel Candau, a memória é um direito, um dever e uma necessidade (Candau, 2001: 121). E, mais ainda,

“(…) la memoria se niega a menudo a callarse. Imperativa, omnipresente, invasora, excesiva, abusadora, es trivial recordar que su imperio se sostiene sobre la inquietud de individuos y de grupos en busca de sí mismos. Si padecemos un ‘mal de archivo’,

de huellas, de recuerdos, si nos consideramos como deudores de la memoria, es porque una angustia ‘nos acecha desde el fondo de nuestro interior. Arrepentimientos diversos, sensibilización al deber de recordar, recovered memory movement en los Estados Unidos, memoria de la Shoah (...) conmemoraciones múltiples: no son más que algunos ejemplos de las resacas incesantes de la memoria sin las que parece que un individuo, igual que un pueblo, ‘no tiene ni identidad ni cultura’ (Candau, 2001: 121–122).

Ora, neste sentido, não satisfazer o dever da memória é expor-se conseqüentemente ao desaparecimento (Candau, 2001: 122), é permitir a morte. E, por esta razão mesma, “La necesidad de recordar es pues real, aunque más no sea para no quedar ‘desprovistos y vacíos’” (Candau, 2001: 123).

E o museu resolvia, em muitas medidas, a carência e o vazio identitário que o encerramento da fábrica trouxe à vida de todos eles. Ainda que aquele lugar, o da fábrica, tivesse mesmo acabado, ainda que todas aquelas pessoas tivessem efectivamente sumido e tantas vezes lhes tivesse parecido que não mais voltariam, ainda que as maneiras, e os modos e as circunstâncias da sua vida houvessem mudado, e parecesse ainda que as portas haviam sido de facto encostadas ou mesmo fechadas atrás de si para toda a eternidade, a verdade é que desta vez a gente voltou. E o edifício que tantas vezes nos pareceu desprovido de alma ganhou naquele dia uma dimensão outra, para nós e para eles. A carência e o vazio que o encerramento da fábrica trouxe foram preenchidos. Não pela fábrica ela própria, não pela repetição exaustiva de cenários, porque esses não se poderiam repetir, não pela alegoria do mundo que efectivamente seria irrepetível

porque, e apesar de tudo, “O modo como tínhamos ou víamos, em que com tempo o gesto sempre o mesmo faríamos com ciência refinada e sábia (o mesmo gesto que seria útil, se o modo e a circunstância persistissem), tornou-se sem sentido e lugar.” (Lourenço, 1999: 167–168). Mas antes, e sobretudo, porque o direito, o dever e a necessidade de memória tinham sido conferidos e era plena e publicamente assumido.

5. Museu da Chapelaria. Discursos narrativos

E do ponto de vista de quem visita o museu?

À saída do museu esperamos que os visitantes levem na pele a sensação estranha que as fibras do pêlo de coelho causam; nas mãos, as sensações únicas que o cone por feltrar, o cone feltrado, o chapéu formado e o chapéu afinado tentaram passar; nas mãos, ainda, mas também nas narinas, que carreguem o cheiro do pêlo, dos tintos, do feltro; que nos ouvidos ecoem por muito tempo todos os barulhos a que foram sujeitos. Na memória espera-se que levem todos os rostos dos chapeleiros que ao longo de todo este percurso lhes foram gentilmente sorrindo como quem agradece a visita, as histórias que ouviram o Sr. Méssio Trindade e a Sra. D. Deolinda (dois ex-operários, actualmente, guias do museu) contar, as palavras ora alegres ora arrelhadas de todos estes chapeleiros e que levem ainda consigo a ideia clara de que se o chapéu é um dos mais bonitos acessórios de moda, por detrás dele estão, não raras vezes, histórias de sofrimento e muita dor. E se assim for, o museu cumpriu grande parte dos objectivos a que se propôs.

Mas espera-se ainda que todos os objectos, porque assim dispostos, porque assim pensados e sentidos, tenham conseguido falar com o visitante e tenham conseguido despertar nele “a common

emotional ground of memory and belonging” (Heaney, 1993: 49). E, mais do que isso, tenham conseguido transmitir “the climate of a lost world and keep alive in us a domestic intimacy with realities that otherwise might have vanished” (Heaney, 1993: 40).

De certa forma, e tal como se referia anteriormente, no que à farda e à fotografia dizia respeito, não se espera menos do que ter transformado todas estas máquinas e ferramentas e histórias de vida, em verdadeiros intermediários entre um mundo que alguns viveram e o mundo daqueles que agora entram no museu, quebrando assim as barreiras do espaço e do tempo e levando os visitantes ao tal tempo e espaço novos, em que o visível da materialidade das coisas dá lugar ao invisível da imaterialidade da memória.

Porque também aqui a máquina apenas é em função das palavras do ex-operário que a descreve (será de referir que as legendas das máquinas são pequenos extractos das entrevistas realizadas aos ex-operários) e ambas se re-significam nesse momento, no instante preciso em que se percebe que aquelas são palavras de quem efectivamente trabalhou naquela máquina que agora está perante os olhos do visitante. E juntos, máquina e testemunho do operário, fazem nascer uma segunda narrativa que dará origem, espera-se, a uma terceira e esta absolutamente pessoal e intransmissível que apenas poderá ser vivida e contada pelo próprio visitante.

Do mesmo modo, as palavras do ex-operário serão também re-significadas no momento em que o visitante contempla esse mesmo operário nas grandes fotografias impressas. Ali está o rosto por detrás das palavras e da máquina. E aquela será, eventualmente, a representação máxima de todo aquele mundo novo para o visitante.

Espera-se por isso que à saída do museu, múltiplas narrativas tenham sido construídas como consequência das relações que tenham (eventualmente) sido criadas entre o olhar, o olfacto, o tacto, a audição e, sobretudo, entre a imaginação museal do visitante e aquilo que efectivamente o museu apresenta.

Espera-se que à saída do museu, todo este mundo tenha despertado a capacidade de sonhar e tenha provocado no visitante todo um conjunto de experiências afectivas que estão, seguramente, muito para além da sua própria materialidade. Espera-se que, tal como a Liliana Gonçalves Brandão, todos os outros visitantes possam também dizer que “o museu da chapelaria é bonito e tem amor e paixão”¹¹.

11 A Liliana Gonçalves Brandão tinha 8 anos quando visitou o museu e era aluna da Escola EB 1 D. Elvira Fernandes Dias (Nogueira do Cravo) e deixou este testemunho no fim da sua visita. Refira-se a este propósito que os alunos e professores são convidados a dar o seu testemunho acerca do museu. No serviço educativo do museu encontram-se disponíveis para consulta todos os testemunhos realizados até ao momento presente.



Indústria Corticeira e Patrimônio em Azaruja e San Vicente De Alcántara Desde 1845.

ALGUMAS NOTAS

*« (...) enseñar todo lo que puedo y sé, el modo de sacar el mejor producto del corcho, empezando por la extracción en el árbol hasta la exportación de tapones».*¹

Os primeiros passos sobre a transformação da cortiça no sul de Espanha e Portugal têm sido muito pouco estudados,² muito menos utilizando o enfoque comparativo entre os dois países.³ De facto,

1 Nadal e Sala 2010, 52. Palavras do rolheiro catalão Andreu Camps aquando da sua chegada a Azaruja, após o acordo com a família Reynolds para instalar uma oficina de manufaturas corticeiras nesta cidade portuguesa. A citação original é de Fonseca e Guimarães (forthcoming).

2 Os investigadores da cortiça têm-se preocupado em analisar a evolução do negócio corticeiro em Espanha e Portugal em geral, prestando pouca atenção ao estudo dos enclaves específicos onde o fabrico se desenvolveu. Algumas exceções a esta regra são os trabalhos de Joaquim Alvarado sobre várias cidades corticeiras da província de Gerona em Espanha; Alvarado 2002, 2004 e 2005. Ver também o livro de Jordi Nadal e Pere Sala sobre a contribuição catalã para o desenvolvimento da indústria corticeira portuguesa (Nadal e Sala 2010). Recomendamos ainda ter sempre em conta o essencial livro de Ramiro Medir Historia del gremio corchero, pois os primeiros capítulos fornecem o contexto ideal para perceber melhor o que aqui estamos a dizer (Medir 1953).

3 Sim, tem existido este marco comparativo em vários trabalhos corticeiros feitos desde uma perspectiva mais geral ou macroeconómica (Zapata 2002 e 2009, Parejo 2009a e 2009b, e Zapata e outros 2009).

ainda é muito reduzida a literatura sobre o assunto, e praticamente inexistente se olharmos para os enclaves corticeiros de Azaruja e San Vicente de Alcántara, apesar da relevância de ambos nos respectivos negócios da cortiça dos dois países ibéricos.⁴ Sabemos, no entanto, que, noutros enclaves corticeiros do sul, como Silves (em Portugal),⁵ foi essencial, nas primeiras etapas da industrialização dessa matéria-prima, a confluência de dois fatores: o capital financeiro inglês, por um lado e, por outro, o knowhow de operários catalães. Neste trabalho veremos que Azaruja e San Vicente de Alcántara, sendo diferentes experiências, partilharam o mesmo padrão de industrialização da cortiça do sul ibérico.

Azaruja e San Vicente de Alcántara encontram-se no coração de duas grandes áreas florestais produtoras de cortiça da Península Ibérica e do Mundo. Referimo-nos ao Alentejo e à Extremadura, respectivamente, regiões que se encontram no epicentro da mancha ibérica de sobreirais e montados, e dos centros preparadores ibéricos, onde são realizados os trabalhos de preparação da cortiça em bruto, ou seja, as primeiras etapas do processo de produção (classificação da cortiça, raspado, cozido, etc.), para a sua posterior transformação industrial. Não é por acaso, portanto, que os corticeiros das duas cidades se tenham destacado historicamente pela

4 Mais uma vez, tem exceções notáveis; para o caso de Azaruja, Matos 2007, Nadal e Sala 2010, e especialmente Fonseca e Guimarães (forthcoming); e para San Vicente de Alcántara, Medina 1998, Ortiz 2001, ASECOR 2004a, 2004b e 2007, e Parejo e Medina 2010.

5 Ramos 1999.

sua condição de provedores de cortiça em bruto e de industriais preparadores. Isto aconteceu na década de 1830, não só quando os estabelecimentos ingleses e catalães esgotaram os recursos corticeiros dos sobreiros da França e da Catalunha, mas também quando os primeiros “especuladores franceses” começaram a comprar cortiça de Sardenha (Itália).⁶ Apenas na década anterior, o mercado inglês tinha comprado grandes quantidades de cortiça proveniente do porto de Bordéus e artigos de cortiça vindos da Aquitânia,⁷ precisamente no mesmo momento em que se tinha começado a procurar novas áreas de sobreiros para serem exploradas.

Se, em Itália, foram as famílias do sul da França e da Catalunha que começaram a exploração industrial da cortiça, nestas duas cidades, foram as famílias catalãs, juntamente com o capital financeiro proveniente de Inglaterra, na época um dos maiores investidores nesta matéria-prima, que estiveram na origem dessas primeiras iniciativas industriais.⁸ Os ingleses reconheciam a mestria dos catalães no fabrico da cortiça, podendo-se verificar esta atribuição de titularidade numa citação recolhida nos “*Annales forestières*” franceses de 1842, que contém a opinião de uns engenheiros florestais anónimos franceses: «Catalunha é mais rica, além disso está mais familiarizada com o fabrico da cortiça do que

6 Ruju 2000, 25.

7 Puyo 2010, 58.

8 Como tem sido mostrado em Alvarado (2002) e em Parejo (2009a), Inglaterra foi o principal importador mundial de cortiça em bruto durante os séculos XVIII e XIX, e um dos primeiros no XX.

o Roussillon ou do que o sul da Espanha. Vamos pedir-lhes, portanto, conselhos enquanto não podemos competir com eles». ⁹ Esta reflexão tem maior interesse se consideramos o estado avançado da manufatura na França nessa época. ¹⁰

Pelo facto de hoje ser pouco discutida a importância do capital britânico no desenvolvimento inicial da indústria corticeira no sudoeste ibérico, é importante assinalar que as duas populações partilham este mesmo marco histórico, visível nalguns vestígios da fabricação corticeira, ainda hoje preservados.

Enquanto outros importantes centros industriais corticeiros pioneiros, como Silves e Almada, têm vindo a perder a maior parte dos sinais da indústria da cortiça um dia existente, a Azaruja e San Vicente de Alcántara, quase sem possuírem estabelecimentos dedicados ao produto acabado, salvo algumas excepções, como é o caso da unidade do grupo Oeneo em San Vicente de Alcántara, são ainda considerados os mais importantes das suas regiões no que diz respeito aos trabalhos de preparação da matéria-prima. A reestruturação da indústria da cortiça tem sido parcialmente bem sucedida e tem, até hoje, tornado possível prolongar a existência de algumas produções industriais simples nestas áreas rurais.

9 *Annales Forestières et Métallurgiques*, Jaubert de Passa, Notice sur le Chêne-liège, avrill, 1842, p. 175.

10 Tradução dos autores. Uma nota informativa datada de 1843, atribuída ao departamento francês do Var, no sul do país, refere que, com apenas duas décadas de vida, a indústria corticeira desta região se desenvolvia de dia para dia, gerando novas fortunas (*Annales Forestières et Métallurgiques*, 1843)

Voltando à década de 1840, a cortiça ainda era um produto industrial pouco relevante em Espanha e Portugal, como acontecia com a maioria dos produtos provenientes do mundo rural. De facto, não aparece referido no Relatório da Exposição Industrial de Espanha de 1845.¹¹ Nesse mesmo ano começou a trabalhar para as florestas da Rainha de Espanha o primeiro engenheiro florestal espanhol formado numa escola científica, que havia estudado perto de Dresden, na Saxônia, entre 1843 e 1845. Quando este engenheiro visitou pela primeira vez florestas de sobreiros da Casa Real, em 1849, incluindo a conhecida Dehesa de Alcudia, foi capaz de ver o estado de abandono no qual estas estavam, até decidir não trabalhar sobre os sobreiros durante os seguintes quatro anos, para ajudar na regeneração das árvores e da sua cortiça. Só desta forma foram colocadas as bases para a primeira venda organizada de cortiça nestes montes, com um tipo de propriedade não exactamente pública.¹² A Dehesa Real do Espadañal, na província de Cáceres, tinha mais notoriedade do que a Dehesa de Alcudia,¹³ e as suas cortiças foram vendidas em 1850 pela Casa Real a compradores chegados de Aracena (Huelva)

11 Referimo-nos à *Memoria de la Junta Calificadora de los Productos de la Industria Española* apresentada na exposição pública de 1845 (Ver a Terceira secção de produtos agrários, p. 54).

12 AGP, Alcudia, 10592/2. Na informação inédita que temos consultado diz-se que havia sobreiros desde o Puerto de Mochuelos até a Mojonera de la Perdiz. Podia-se aproveitar mesmo a cortiça de baixa qualidade. Muitos sobreiros ficavam descortiçados por não ter sido cuidada a riqueza florestal. Tudo isto aconselhava aguardar 4 anos, tempo estimado para a regeneração dos sobreiros.

13 AGP, Espadañal, 10509/6. Em 1856, as rendas da Dehesa de Espadañal viviam nomeadamente do arrendamento de pastos no verão (3.000 reais) e da produção de bolotas (70.000 reais), embora a cortiça já fosse uma parte significativa das rendas totais (1.500 reais).

e Sevilha, encontrando-se entre estes alguns com apelidos catalães, como é o caso do Juan Guinar.¹⁴

A figura de Juan Guinar foi estudada na tese de doutoramento de Antonio Serrano.¹⁵ Segundo Serrano, Guinar estava entre os primeiros compradores de cortiça na Serra Morena de Sevilha, na década de 1820.¹⁶ Como ocorreu em outras cidades da Andaluzia, a chegada de algumas famílias da Catalunha (como os Guinar), foi um ponto de viragem no desenvolvimento da indústria da cortiça nessas populações. Para esses investidores estrangeiros, estes lugares, distantes entre si cerca de 200 quilómetros, faziam parte de uma única região económica por descobrir e explorar como fontes de matérias-primas. Rapidamente, apareceram alguns estabelecimentos industriais que começaram o fabrico da cortiça. Em pouco tempo estes exportavam quantidades notáveis e mostravam os seus produtos em exposições

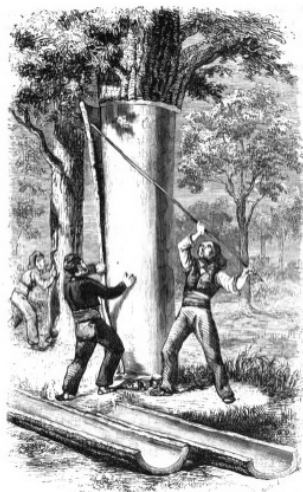
14 AGP, Espadañal, 10509/11. Entre a documentação consultada neste arquivo encontrámos um expediente de arrendamento da Dehesa de Espadañal por 2 anos a Juan Badía. Também há uma carta do 28 de Agosto de 1850, assinada por Jerónimo López (Administração Patrimonial da Real Dehesa del Espadañal, Navalmoral de la Mata, Cáceres), dirigida ao Intendente, levantando o expediente de arrendamento da cortiça à proposta de Pedro Badía, vizinho de Aracena. Ao mesmo tempo, há outra carta do 17 de Novembro de 1855, assinada por José Gallego (Administração Patrimonial da Real Dehesa del Espadañal, Navalmoral de la Mata, Cáceres), levantando o expediente de arrendamento da cortiça após o fim dos 5 anos, a anexar novas especificações para a celebração de mais uma nova subasta de arrendamento por 8 anos. Também encontrámos uma carta do próprio José Gallego, com data do 29 de Dezembro do mesmo ano, informando do arrendamento a favor do dito Juan Badía, pela importância de 4.100 reais por cada um dos 8 anos arrendados.

15 Serrano 2008. Este trabalho é, seguramente, o melhor que conhecemos para conhecer a evolução do negócio corticeiro no Sul da Espanha, concretamente nos municípios sevilhanos da Sierra Morena.

16 Serrano 2008, 421.

nacionais e internacionais, como a exposição de Paris de 1855,¹⁷ ou a exposição Agrícola de Madrid de 1857, onde foi dito que a cortiça era, nessa altura, «um dos produtos mais recentes» e que «a indústria corticeira estava a crescer dia a dia».¹⁸

Há notícias que sugerem que os primeiros rolheiros catalães chegados a San Vicente de Alcántara vieram de Sevilha e de outras cidades de fora da Catalunha. Da mesma forma, os primeiros grandes investimentos britânicos chegaram do outro lado da fronteira portuguesa e não das Ilhas Britânicas. É o caso da família Reynolds, cujas primeiras iniciativas de negócios na Península Ibérica foram em Portugal. Thomas Reynolds foi um marinheiro e comerciante inglês que veio para o país luso em 1820, atraído pelo negócio do vinho, estabelecendo-se no norte do país, na cidade do Porto, com os seus dois filhos, Thomas e Robert. Por vários anos, foi



Descortezamiento del corcho.

Pascual, 1861, p. 485.

“Descortezamiento del corcho”

17 Eugenio Ochoa diz, no seu livro *Paris Londres e Madrid* publicado em 1861, que desde San Vicente de Alcántara os senhores de Cañizares apresentaram os seus artigos de cortiça na Exposição Universal de Paris (Ochoa 1861, 161). No mesmo livro também desmente a alegação de que a primeira fábrica de San Vicente de Alcántara foi criada em 1858 com a participação do capital britânico, como é dito em Salgado (2000, 97). Por outro lado, Fernando Amor y Mayor, num livro de 1856 que contém contribuições sobre diversos produtos agrícolas, refere-se já aos materiais obtidos da cortiça dos sobreiros (Amor y Mayor 1856).

18 Citação recolhida da publicação *El Museo Universal*, nº 16, do 30 de agosto de 1857, p. 124, artigo assinado por Agustín Pascual.

enviando para as suas lojas de Londres vários produtos ibéricos, até que em 1838 decidiu investir no negócio da cortiça, instalando uma fábrica desta matéria-prima em Albuquerque, província de Badajoz, muito perto de San Vicente de Alcántara. O sucesso deste investimento levou-o a abrir novas fábricas de cortiça, tanto em Portugal como em Espanha. Em 1845, o seu filho Robert, juntamente com a sua esposa de origem estremenha,¹⁹ já se tinham mudado para Azaruja, onde ele e o seu irmão Thomas abriram uma fábrica de rolhas de cortiça, com a ajuda do rolheiro catalão Andreu Camps.²⁰ No entanto, impulsionados pelo espírito empreendedor, Thomas e a sua família partiram para a Nova Zelândia com um enorme rebanho de “ovelhas merinas” para iniciar um negócio de gado, tendo desta feita nunca mais regressado a Portugal. Pouco tempo depois, Robert estabeleceu-se em Estremoz, localidade pertencente também ao distrito administrativo de Évora (como Azaruja), onde continuou servindo os negócios da família, que logo foram ampliados com a aquisição de novas terras e pela produção de vinhos de qualidade, negócio em que a família atualmente continua a trabalhar.²¹

19 Robert Reynolds deixou a religião protestante para fazer um casamento católico com uma mulher estremenha. Toda a história da família pode ser consultada no site <http://reynolds.com.es>.

20 Sobre a figura de Andreu Camps, os seus negócios com os Reynolds e a sua chegada a Azaruja, olhar Nadal e Sala (2010, 47–62).

21 O caso de rolheiro catalão Andreu Camps é relevante porque é reconhecido como o primeiro fabricante de rolhas de cortiça que se instalou em Azaruja. Portanto, é sem dúvida um dos pioneiros do fabrico da cortiça no Alentejo; Fonseca e Guimarães (forthcoming). Isso não quer dizer que não existissem em Azaruja, antes da chegada dos Camps, vários estabelecimentos dedicados à preparação

A chegada da família Camps á Azaruja foi apenas a origem do desembarque subsequente de outras famílias da Catalunha nesta cidade, grande parte delas para trabalhar a cortiça, fazer rollhas e quadrados, até dar a este povo de Portugal o caricato nome de “Aldeia dos catalães”, segundo Fonseca e Guimarães (forthcoming). Segundo Nadal e Sala (2010), que têm estudado os livros de batismos da freguesia de São Bento do Mato (de Azaruja) do período de 1845–1892, pelo menos treze famílias catalãs já estavam nessa povoação portuguesa nessa altura (hoje, a população de Azaruja mal excede os 1.300 moradores). Aparecem apelidos como Girbal, Tries, Vilaret, Bech, Tenes, Gruart, Marull, Sureda, Brunet, Lagrifa, Llach ou Gibert, todos eles ligados às actividades de transformação da cortiça. Confirma-se assim, a participação do *know-how* catalão no início da “rolheira” alentejana.²²

O estabelecimento dos Robinson em Portalegre, a poucos quilómetros de San Vicente de Alcántara, foi adquirido em 1849 por esta família aos Reynolds depois de dois anos em funcionamento.²³ Tinha, nessa altura, mais de 550 empregados. Mas não foi a única aquisição dos Robinson, pois também compraram outras fábricas na década

de cortiça ou negócios relacionados com a exploração florestal dos montados de sobreiros. Contudo, a coligação Camps-Reynolds foi a primeira iniciativa alentejana na fabricação de manufaturas corticeiras.

²² Estes autores falam também da chegada de outros operários catalães para outras cidades alentejanas (Nadal e Sala 2010, 66–71).

²³ Nadal e Sala 2010, 49.

seguinte.²⁴ Tanto em San Vicente de Alcántara como na Azaruja a presença de famílias britânicas continuou a ser importante mesmo depois de 1880, ou seja, uma geração após os primeiros pioneiros. Este impulso estrangeiro deve ter sido vital para o desenvolvimento industrial dessas pequenas populações.²⁵ O resultado destas iniciativas de negócios deve ser avaliado em positivo. De facto, existem evidências da presença de artigos de cortiça procedentes de San Vicente de Alcántara e da Azaruja em algumas exposições nacionais e internacionais nos finais do século XIX, como no caso da exposição internacional de Barcelona, em 1888, quando se previu um futuro muito promissor para a cortiça, assinalado pelo crescimento de mercado para os produtos corticeiros,²⁶ e também no caso da exposição internacional de Lisboa de 1884, onde foram apresentados artigos de cortiça da fábrica

24 Ortiz 2001, 59. Outra família britânica na indústria corticeira da Península Ibérica foi a Bucknall, que comprava cortiça nas mesmas herdades que os Reynolds desde 1851, segundo os dados de García García (2008, 16–51).

25 Segundo Mendes (2002, 164), em 1852 apenas 164 operários trabalhavam na indústria corticeira portuguesa. Esta estimativa vem dos “inquéritos industriais” de finais do século XIX, e como é dito em Branco e Parejo (2009), com certeza não inclui os operários de empresas como a Robinson de Portalegre, que nessa altura tinha já mais de 500 trabalhadores.

26 «(...) poucos produtos há em Espanha que num periodo tão pequeno de anos tenham crescido tanto em valor como a cortiça; cortiça quase inexplorada há meio século, e que, devido às numerosas aplicações que recebe cada dia que passa, tem vindo a ser uma das indústrias florestais mais ricas da nossa nação» *Catálogo razonado de los objetos expuestos por el Cuerpo de Ingenieros de Montes en la Exposición Universal de Barcelona*, editado em 1888 (p. 120). No mesmo catálogo é dito que nessa altura as exportações de rolhas de cortiça espanholas alcançavam os 15 milhões de pesetas e a indústria da cortiça em geral ocupava «a mais de 200.000 almas».

Robinson de Portalegre, a qual nessa altura já exportava mais de 40 toneladas por ano para países do norte de Europa.²⁷

No século XX, as duas populações em causa têm tido desenvolvimentos diferentes que explicam a posição actualmente mais forte do negócio corticeiro de San Vicente de Alcántara. Após a primeira revolução logística, com a chegada dos primeiros comboios (a linha Lisboa-Badajoz através de Azaruja foi aberta ao tráfego ferroviário em 1863 e em 1881 começou a exploração da ferrovia entre Cáceres e Lisboa passando por San Vicente de Alcántara), Azaruja perdeu posições como foco de atração de investimentos corticeiros em Portugal, devido à opção desses investidores (entre eles os Bucknall) por outras áreas mais próximas ao porto de Lisboa.²⁸ Cidades corticeiras como São Brás de Alportel,²⁹ Silves ou a própria Azaruja perderam a sua importância na geografia corticeira Portuguesa após a primeira guerra mundial. Pelo contrário, San Vicente de Alcántara ficou numa posição discreta no negócio corticeiro espanhol até a guerra civil de 1936, e pouco tempo depois, na década de 1940, uma segunda onda de emigrantes catalães significou o início de uma nova era de prata no fabrico da cortiça deste enclave espanhol, que teve muito a ver com a sobrevivência do negócio ali até hoje.

Alguns exemplos deste processo, até por questões de estudo, devem ser mencionados, porque são muito importantes para a

27 Estes dados foram recolhidos no Catálogo de la Exposición Universal de Lisboa de 1884 (p. 594).

28 García Pereda 2009, 22.

29 Recomendamos a leitura de *O livro de Alportel*, publicado em 1928, cujo autor é Manuel Francisco do Estanco Louro.

compreensão da atual indústria corticeira sanvicentina. O primeiro é o caso de José Sabat.³⁰ Nascido em Palamós em 1923, Sabat chegou a San Vicente de Alcántara em setembro de 1939, para trabalhar à distância sob as ordens dos seus pais (que permaneceram em Palamós) nos anos da guerra civil. O seu pai tinha escolhido esta parte do território espanhol não só pela excelente qualidade da cortiça que ali abundava, mas também pela proximidade de San Vicente de Alcántara a pontos comerciais importantes como a “Feira de Cáceres”, na Primavera, onde naquela época era feito um grande número de contratos para a compra de cortiça e onde eram fixados (em grande parte) os preços de compra desta matéria-prima. Sabat viu e viveu a revolução logística que, com a chegada dos primeiros camiões da marca Pegaso, pôs fim à utilização tradicional da linha ferroviária Madrid–Lisboa para o transporte de cortiça. Nunca ficou encarregado de um grande estabelecimento (o seu estabelecimento nunca excedeu os 10 trabalhadores permanentes) e foi forçado a reformar-se de forma prematura por problemas de saúde.³¹ No entanto, a sua figura foi fundamental como transmissor do *know-how* para o filho de sua irmã Carmen (Agustín Rodríguez, cujo estabelecimento fica em Valência de Alcántara³²) e o

30 A informação relativa a José Sabat procede duma entrevista inédita feita por Ignacio García Pereda, na casa de Sabat em San Vicente de Alcántara, no mês de Abril de 2011.

31 É frequente que os trabalhadores da indústria corticeira sofram de doenças brônquicas devido à inalação de pó de cortiça, como é dito em Pimentel e Ávila (1973).

32 Agustín Rodríguez morreu jovem na década de 1970. O seu tio José foi a pessoa que ajudou os seus dois filhos nos primeiros anos difíceis. Um deles, ainda hoje, gere um estabelecimento preparador de cortiça em Valencia de Alcántara, muito perto de San Vicente de Alcántara.

irmão da sua mulher (dando origem, neste caso, à entrada no negócio corticeiro da família Cano de San Vicente de Alcántara.)³³

Outro exemplo desta segunda onda de catalães chegados a San Vicente de Alcántara é o de Ángel Gruart, apelido que já aparece na Azaruja no século XIX.³⁴ Gruart nasceu em 1909 na cidade de Cassà de la Selva (Gerona), chegando a San Vicente de Alcántara no ano de 1951. Grande amigo da família Sabaté,³⁵ Gruart tinha um estabelecimento muito maior do que José Sabat, com quase 60 trabalhadores permanentes, principalmente mulheres, que trabalhavam, sobretudo, no processo de selecção e controlo de qualidade das rolhas de cortiça. Ángel Gruart e o seu filho Jorge foram dois dos principais responsáveis pelo nascimento da Associação de Empresários da Cortiça de San Vicente de Alcántara (ASECOR), em 1980. Na verdade, ele foi o primeiro Presidente desta associação e Jorge o segundo. O papel de Jorge Gruart também foi significativo no nascimento de uma outra importante instituição estremenha associada ao negócio corticeiro;

33 Fátima Cano, um dos membros da família Cano (Fátima é filha do irmão da mulher de José Sabat), em 2011 fazia parte da administração da associação corticeira da Extremadura, ASECOR. O seu filho Adrián está hoje também ligado à cortiça como técnico de laboratório do estabelecimento que o Grupo Oeneo tem em San Vicente de Alcántara, onde são fabricadas as conhecidas rolhas DIAM.

34 A informação relativa a Ángel Gruart procede duma entrevista inédita feita por Ignacio García Perea a Jorge Gruart, filho do primeiro, em Badajoz, no mês de Abril de 2011.

35 Modest Sabaté (1909–1986), jornalista catalão, fugiu de Barcelona uns dias antes do início da guerra civil espanhola, para fundar uma sociedade corticeira em Francia no ano 1939. Durante as 6 décadas seguintes o negócio corticeiro de Modest Sabaté cresceu e melhorou num mercado já claramente dominado pelas empresas portuguesas. Em 1986 abriu um grande estabelecimento em Mérida (Badajoz) com a denominação “Corchos de Mérida”, com a ajuda da família Gruart. Este estabelecimento fechou já há alguns anos.

o Instituto para a Promoção da Cortiça (IPROCOR), criado em 1984, que mais tarde diversificou as suas atividades e mudou o nome para Instituto da Cortiça, a Madeira e o Carvão (ICMC).³⁶

Hoje, Jorge Gruart já não trabalha com cortiça, mas o seu sobrinho Raúl Habelat Gruart, juntamente com a sua esposa Silvia Paneque (de origem catalã), começaram em 2006 o fabrico de rolhas de cortiça na jovem empresa Vinico, pelo que a saga corticeira desta família continua.

Percebe-se, portanto, que se hoje San Vicente de Alcántara continua a ser uma das capitais do mundo da cortiça (salvando as diferenças existentes entre outras populações no distrito administrativo de Aveiro em Portugal ou na província de Gerona, em Espanha), isso tem muito a ver com a chegada à cidade estremenha de algumas famílias catalãs nos anos seguintes à eclosão da guerra civil espanhola. Mais tarde, foram criadas instituições (entre elas a ASECOR e o IPROCOR) que têm impulsionado ou consolidado a aposta pública e privada por este sector na Extremadura, processo este que não parece

³⁶ A Junta de Extremadura criou o IPROCOR, em 1984, com a intenção de promover o negócio e de apoiar tecnicamente aos agentes do sector na região. Como é dito num artigo do jornal *Hoy* do 28 de Junho de 1983, na reunião que deu luz verde à fundação do IPROCOR, estiveram representadas a própria Junta de Extremadura (através do Conselheiro de Indústria e Energia, Eugenio Álvarez, e do engenheiro Rafael Poblaciones, que foi o representante da Conselheria de Agricultura), a Sociedade de Desenvolvimento Industrial de Extremadura (SODIEX) (através do seu presidente, César Ramírez), CARCOREX (através da sua presidente, Mari Sol Bardají), a Federação Nacional de Associações da Cortiça (representada pelo seu presidente, Andrés Herranz, director da empresa “Corchera Extremehña”) e a Associação de Empresários da Província de Cáceres (através do seu presidente, Emiliano Tato). O acto foi apresentado por Jorge Gruart, presidente de ASECOR.

ter ocorrido na Azaruja.³⁷ Da mesma forma, San Vicente de Alcántara tem percebido as vantagens de pertencer à Rede Europeia de Territórios da Cortiça (RETECORK), resultando na aposta pela cortiça aludida acima. Mesmo no sentido do património, o Museu da Cortiça de San Vicente de Alcántara, inaugurado em 2008, representa a promoção e consolidação de uma tradição ligada à cortiça nessa população, ao mesmo tempo que na Azaruja a construção de um museu não passa de uma ideia, já comentada, mas sem qualquer concretização.

O parágrafo anterior merece uma reflexão. Na nossa opinião, o património está intrinsecamente relacionado com a identidade; a identidade das especialidades da cortiça, a identidade de famílias locais, a identidade do território... Isso vincula a preservação do património industrial (corticeiro, neste caso) à necessidade de estudar e interpretar a história do negócio que estamos a estudar. Azaruja e San Vicente de Alcántara não têm abandonado o estatuto de fornecedores de cortiça em bruto que tinha caracterizado Portugal e a Extremadura espanhola até o primeiro quartel do século XX. Mas também, hoje, as suas indústrias são já parte de uma história de vida num tempo em que se consolida a liderança dos industriais do Norte de Portugal, uma liderança frente à qual Azaruja não tem sido capaz de se afirmar, tendo permanecido ancorada, nas vésperas da II Guerra Mundial, quando a indústria corticeira portuguesa era nomeadamente preparadora.

37 Até 2009 a maioria dos estabelecimentos corticeiros de Azaruja eram membros da AIEC (Associação de Fabricantes e Exportadores de Cortiça do Sul de Portugal). Esta associação desapareceu ainda em 2009 e os seus membros foram incorporados na atual APCOR.

A reflexão anterior leva-nos a dizer, de forma conclusiva, algumas das razões que justificam a importância deste estudo. A primeira, é a necessidade de dar a conhecer a cultura e a tradição corticeira de Azaruja e San Vicente de Alcántara, onde a iniciativa britânica e o *know-how* catalão foram decisivos para começar o fabrico da cortiça, mesmo em datas bastante recentes. A segunda, é a de enfatizar a importância destes dois territórios dentro da geografia corticeira mundial, uma importância que transcende o campo quantitativo (por ter também um grande valor qualitativo) e que, longe de ser apenas atual, é de grande caráter histórico. Como temos dito, na medida em que conheçamos melhor a história dos territórios corticeiros ficaremos melhor posicionados para defender e proteger o património histórico-industrial que chegou até nós. Em terceiro lugar, tínhamos a intuito de despertar o interesse pela premente necessidade das associações dispostas a proteger esse património histórico e industrial. Na nossa opinião, e à margem das políticas institucionais, estas entidades podem desempenhar um papel fundamental na promoção e na defesa da riqueza corticeira nos seus âmbitos patrimonial, industrial e florestal.

Por último, concordamos que compreender o passado do sector nos ajuda a compreender o presente. Por esse motivo, foi também um dos nossos propósitos dar um fiozinho de história da fabricação da cortiça na Azaruja e San Vicente de Alcántara. Isto é importante, especialmente numa situação temporal e económica como a atual, em que, devido à recente crise económica internacional, uma parte importante dos estabelecimentos corticeiros de Azaruja e San Vicente (alguns deles com grande tradição e riqueza patrimonial) têm vindo a fechar as suas portas. É o momento de salvar este legado histórico e patrimonial.



Memória

REGISTOS DO PASSADO INDUSTRIAL E DO IMPACTO
DA GUERRA NUMA ZONA RAIANA

A partir da leitura de quatro textos procurei tecer algumas considerações e descortinar alguns traços comuns e pontos em que os textos divergem. Três dos textos recorrem à história oral e dão conta de certas realidades e perspectivas que o trabalho de arquivo realizado isoladamente ocultaria. Esses textos partem de investigações que olham para um passado não muito longínquo a partir do tempo presente, através das memórias dos informantes entrevistados.

No texto de Dulce Simões, o recurso a fontes escritas, a documentos oficiais, permite ter acesso a uma maior pluralidade de vozes e de tempos que se sobrepõem numa etnografia histórica realizada junto de três populações raianas, uma do lado português e duas do lado espanhol. O trabalho sobre o sector corticeiro da autoria de Ignacio García Pereda e Francisco Manuel Parejo Moruno, que se debruça sobre o século XIX, parte de fontes escritas, mas constitui um estudo inovador sobre um sector e uma época, comparando a transformação da produção de cortiça em duas localidades, uma em Portugal, outra em Espanha, contribuindo para uma história de empresa, neste caso de empresas, e para o estudo do património industrial corticeiro. No texto de Susana Menezes podemos verificar a importância que pode constituir a construção de um museu para o reconhecimento

e dignificação da memória operária e para o resgate do património material e imaterial de um passado ligado à indústria. Neste caso trata-se do museu da chapelaria, que foi instalado na antiga fábrica, que marcou os quotidianos durante várias décadas dos chapeleiros de São João da Madeira.

O texto de Teresa Sá, que resulta de duas entrevistas em profundidade, de duas narrativas de vida de um ex-operário do sector metalúrgico permite compreender melhor o fenómeno do desemprego do que as análises baseadas em números dos anuários estatísticos. Para se compreender este fenómeno, uma perspectiva mais micro e ao mesmo tempo mais aprofundada, baseada numa investigação densa e fina é muito útil para chegar a um grau de saturação e de pormenor, tendo em conta as consequências e os efeitos que o desemprego provoca em cada pessoa e em cada família a curto, médio e longo prazo. A dimensão afectiva que muitas vezes está arredada das investigações nas ciências sociais, está presente nesta investigação, constituindo uma abordagem humana e compreensiva que dá conta de várias subjectividades que se sobrepõem e se distinguem ao mesmo tempo: da forma como os constrangimentos alheios à vontade de vários trabalhadores, que de um dia para o outro engrossam as fileiras do desemprego, condicionando o seu dia-a-dia e das suas famílias, e, por outro lado, da forma como as pessoas agem perante os constrangimentos provocados pelas mudanças estruturais e avassaladoras, ao nível da legislação laboral, nas duas últimas décadas.

No texto sobre o museu da chapelaria, a autora debruça-se sobre os vários “níveis narrativos” de um elemento expositivo num museu. O primeiro é o objecto em si, que foi guardado ou encontrado

por alguém e que foi exposto no museu. O segundo nível interpretativo de um objecto está relacionado com o facto de este ser associado a outro e essa associação criar um novo significado. O terceiro nível narrativo é o que cada pessoa vê e sente, quando olha para um objecto, ou para um conjunto de objectos e conteúdos expositivos em relação uns com os outros num museu. Como interpreta, como ouve, como cheira, qual a textura? São formas diferentes de interpretar e de sentir um objecto, um filme, uma fotografia que parte sempre de uma lente própria, singular, que advém da experiência de vida e de um background cultural condicionado pela escolaridade, tipo de trabalho desempenhado, pela participação em actividades associativas, pela classe social, que muitas vezes determina o capital social e cultural de cada pessoa, como preconiza Bourdieu.

Quando se elabora e organiza um conjunto de conteúdos expositivos para um museu é da maior importância a forma como se irá escolher, organizar e apresentar esses mesmos conteúdos expositivos. Neste caso, do Museu da Chapelaria de São João da Madeira, o facto de terem convidado ex-trabalhadores da fábrica para fazerem as visitas guiadas ao museu e o facto de se terem recolhido testemunhos orais, demonstra que houve alguma participação e envolvimento dos trabalhadores na concepção do museu. Porém não é referido se a sua opinião foi tida em conta no momento da elaboração da exposição e definição da forma como os objectos foram expostos. Este museu preserva o património industrial, instalando-se no edifício da antiga fábrica de chapelaria e é, ao mesmo tempo, um museu do trabalho, que tenta mostrar ao visitante algumas das vivências e quotidianos destes operários, no tempo em que a fábrica estava aberta. O guia, ex-trabalhador,

conta algumas histórias, contextualiza e explica a função de alguns dos objectos expostos. Através das legendas dos objectos colocadas ao longo da exposição, que contêm excertos de relatos biográficos, o visitante tem acesso a um significado mais lato, que restitui vida aos objectos expostos, conferindo função e importância quer aos objectos em si, quer às memórias partilhadas. Estas iniciativas podem contribuir para um reconhecimento e uma dignificação do papel desempenhado pelos antigos trabalhadores da fábrica, que viram um ciclo das suas vidas terminar com o encerramento da mesma.

Ignacio García Pereda e Francisco Manuel Parejo Moruno abordam a história de um sector produtivo, a produção de cortiça em Portugal e em Espanha, nomeadamente em Azaruja e San Vicente de Alcántara, respectivamente. Uma das explorações de cortiça ibéricas, a de San Vicente de Alcántara, tem sido mais valorizada, porque se construiu um museu. Em relação à de Azaruja, corre-se o risco de se perder a documentação, os instrumentos de trabalho e os métodos de construção das rolhas, a sua história e o papel significativo que desempenhou a nível internacional durante o período focado. A importância da experiência dos rolheiros catalães e o investimento inglês foram características que marcaram estas explorações. Os autores consideram que o início da transformação da cortiça no sul de Espanha e em Portugal tem sido pouco estudado e que têm faltado estudos comparativos entre a indústria corticeira portuguesa e espanhola. Os investigadores encontraram algumas provas da venda de artigos de cortiça, oriundos das duas localidades ibéricas, em exposições nacionais e internacionais em fins do século XIX. A construção da linha férrea que uniu Lisboa a Badajoz, em 1863, e a Cáceres, em 1881, levou a que Azaruja perdesse

alguma importância na exploração corticeira ibérica neste período. San Vicente de Alcántara, durante o século XX até à década de 1940, teve uma posição discreta no sector da cortiça. Porém, a partir dessa década, registou-se um aumento da produção, que estará relacionado com a chegada de algumas famílias catalãs após a guerra civil espanhola. San Vicente de Alcántara, segundo os autores, ainda hoje é “uma das capitais do mundo da cortiça”. Alguns dos motivos apontados é a vinda de um grupo de catalães na década de 1940, uma organização em rede entre produtores de cortiça e entre agentes que pretendem promover a cortiça e outros produtos, como a madeira e o carvão. O facto de terem integrado a Rede Europeia de Territórios da Cortiça e de terem fundado o Museu da Cortiça de San Vicente de Alcántara, terá contribuído para uma maior visibilidade, em comparação com a produção de cortiça de Azaruja. Terminam o seu texto, defendendo a criação de associações, que valorizem o património industrial de ambas as localidades, que, com o encerramento de alguns estabelecimentos corticeiros num lado e noutro, tende a desaparecer.

Teresa Sá, através da recolha de testemunhos orais de um operário em 2006 e em 2011, debruça-se sobre a trajectória profissional de um operário metalúrgico. Questionou em duas entrevistas aprofundadas acerca da importância do trabalho ao longo do seu percurso profissional, pautado pela precariedade laboral. A partir da análise das entrevistas realizadas em tempos diferentes, problematiza o processo de precarização do trabalho e de desregulação ao nível dos direitos laborais.

O operário entrevistado começou a trabalhar numa empresa de metalurgia, que o incentivou a estudar e a realizar cursos de formação no seio da empresa para se ir especializando, subindo na carreira e

chegando, em três anos, a oficial qualificado e, finalmente, a chefe de equipa. Ao falar sobre a sua vida, era inevitável falar sobre o trabalho que desempenhou na empresa metalúrgica que ocupou a maior parte da sua vida. Aos 43 anos, foi despedido e foi sendo contratado temporariamente por empresas que faziam a manutenção da central do Pego. Estas empresas subcontratadas, que contratavam os trabalhadores, iam aparecendo e desaparecendo, consoante as necessidades da central do Pego. Esta situação condicionou a vida profissional do operário em causa, tornando-a muito instável, terminando com o seu despedimento aos 55 anos, após 12 anos de insegurança laboral, marcados pelos contratos a termo certo em diferentes empresas. A sua história de vida profundamente ligada ao trabalho vê-se bastante abalada com o desemprego, contudo a legislação laboral vigente, na altura em que foi despedido, possibilitou-lhe receber o subsídio de desemprego e passar à pré-reforma. Esta situação gerou um sentimento de humilhação e a sua situação de trabalhador sem trabalho gerou reflexões como a seguinte: “afinal já sou velho, afinal já sou velho, já começo a estar inútil, será que a minha vida está a acabar (?)”. Actualmente, os apoios sociais estão a diminuir consideravelmente. Pessoas que tiveram um emprego estável durante décadas e que vão para o desemprego, correm o risco de engrossar as fileiras das pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. Esta situação altera completamente a forma como as pessoas interpretam e recordam o passado e o modo como encaram o presente e o futuro. Na segunda entrevista, o operário já relativiza a sua situação, passando a aceitá-la em troca da existência de mais oportunidades de emprego para os jovens, analisando-a à luz do presente cada vez mais instável

e assimilando alguns dos argumentos apresentados para a introdução de legislação laboral que tem evoluído sempre no mesmo sentido, facilitando os despedimentos, aumentando a insegurança, a flexibilidade e a mobilidade do trabalho. A autora resgata a memória do impacto do desemprego na vida de um ex-operário metalúrgico, numa altura em que o Estado-Providência garantia que a situação de desemprego não fosse tão dramática como poderia ser hoje em que se assiste ao desmantelamento do Estado social, que antes previa uma protecção laboral consignada no direito do trabalho e que tem sofrido profundas alterações nas últimas duas décadas.

A tendência actual, com os elevados índices de desemprego, é para esta dinâmica se aprofundar, incidindo no quotidiano dos jovens, que cada vez mais têm optado pela emigração, em vez de escolherem entre o desemprego e o trabalho precário, e no quotidiano das pessoas da faixa etária dos 40 aos 60 anos, que se vêem cada vez mais na situação inglória: “novos demais para não trabalhar e velhos demais para arranjar emprego”.

Dulce Simões, no seu texto sobre a guerra civil de Espanha salienta as memórias raianas sobre fluxos de refugiados espanhóis em território português. Compreender a forma como as pessoas recordam e transmitem a memória de acontecimentos violentos, que marcaram várias gerações, foi uma das tarefas desta investigação. A etnografia histórica incidiu sobre três terrenos: Barrancos, Encinasola e Oliva de la Frontera. As memórias desta raia permitiram conhecer uma memória contra-hegemónica silenciada das ditaduras ibéricas e a forma como as populações fronteiriças vivenciaram este acontecimento e o recordam no presente. O quotidiano destas populações pautou-se

pelo recurso a várias formas de resistência quotidiana para combater as desigualdades sociais existentes, através do recurso a redes transfronteiriças informais baseadas em laços familiares, de vizinhança e de amizade. As memórias de solidariedade de Barrancos para com os refugiados espanhóis permitem recuperar uma memória de vários acontecimentos e dar voz aos vencidos da guerra e aos grupos subalternos destas populações. Entre Agosto e Setembro de 1936 milhares de pessoas procuraram refúgio em Portugal. Destes milhares de refugiados, foram entregues aos falangistas centenas de pessoas e várias foram fuziladas. Devido a pressões internacionais e a um conjunto de factores reunidos nesta raia, neste período, criaram-se os campos de refugiados improvisados na Herdade da Coitadinha e na Herdade das Russianas para proteger centenas de refugiados republicanos que se juntaram nesta fronteira. Estes campos permitiram a sobrevivência de cerca de 1020 pessoas. Para estes 1020 refugiados conseguiu-se encontrar uma solução política, por isso foram transportados em camionetas para Moura e de Moura foram para Lisboa. Daí embarcaram no navio Niassa em direcção a Tarragona. Em Barrancos dois militares tiveram um papel importante no desfecho deste episódio: o tenente Seixas da Guarda Fiscal, que protegeu centenas de refugiados do campo das Russianas, e o tenente Oliveira Soares da Guarda Nacional Republicana, que é lembrado, por ter travado o avanço militar dos nacionalistas na Herdade da Coitadinha. Este texto distingue-se dos outros, porque não se debruça sobre a memória operária ou sobre o património industrial, mas sim, sobre uma problemática não menos importante – a guerra civil espanhola, mais especificamente sobre a fuga dos republicanos à perseguição dos nacionalistas, numa zona

raiana perto de Barrancos, e sobre a sua recepção e acolhimento pela comunidade de Barrancos que pressionou o governo central a encontrar uma solução política para a questão humanitária que se colocava aos agentes no terreno. Chegaram vários relatos de fuzilamentos de refugiados republicanos entregues pelas autoridades portuguesas aos nacionalistas. Esse poderia ter sido o destino das 1020 pessoas que se refugiaram na Herdade da Coitadinha e no campo das Russianas.

Estes quatro textos permitem reflectir sobre esquecimento e memória, acontecimento, períodos de excepção, de ruptura do quotidiano, memórias do trabalho, museus, património industrial, patrimonialização, vizibilização e invisibilização de um universo em desagregação que tem modificado radicalmente o quotidiano de várias famílias. Fábricas encerradas, deslocalizadas, despedimentos colectivos e individuais, e insegurança laboral têm devastado antigas zonas industriais com o fenómeno do desemprego que vem fragilizar e abalar a estabilidade e a segurança que um trabalhador ou uma trabalhadora poderia sentir. Actualmente, o facto de se ser um trabalhador esforçado, cumprir e que tenha apostado na formação e na especialização, realizadas ao longo do seu percurso profissional, que permitia subir de escalão na hierarquia da empresa, já não assegura a manutenção do emprego.

A dimensão do conflito está presente no texto sobre os testemunhos orais do desempregado, entre trabalhadores empregados e desempregados, entre trabalhador e patrão, entre mais novos e mais velhos. No texto de Dulce Simões o conflito deixa marcas profundas entre campos políticos opostos, entre os subalternos e as elites, entre as autoridades dos dois países. Porém, nesta zona, a solidariedade transfronteiriça atenuou de certa forma as consequências

extremamente nefastas da guerra civil de Espanha, contribuindo para a salvação de 1020 refugiados espanhóis. A dimensão do conflito, nos outros textos, está ausente, talvez porque, nos processos de patrimonialização, numa fase inicial (texto sobre produção corticeira) ou numa fase já bastante avançada (texto sobre o Museu da Chapelaria), esta tende a ser atenuada, para dar lugar à produção de uma memória consensual em que a memória subalterna e contra-hegemónica tem pouco espaço ou nenhum. Contudo, estes trabalhos são muito importantes e extremamente necessários, porque ao remexer o passado, suscitam discussão e incentivam a elaboração de outros trabalhos, que tenham em consideração outras dimensões e perspectivas, que se possam cruzar ou confrontar com a informação recolhida sobre as empresas e sobre o quotidiano dos trabalhadores na fábrica, constituindo uma base de onde se pode partir para outro tipo de investigações.



CAPÍTULO VII

Ofícios. Estudos Sobre as Actividades Laborais em Contexto

A Vida, o Trabalho e a Luta dos Sapateiros de Loulé (1890–1945)

1. Os sapateiros de Loulé através dos tempos

O ofício de sapateiro teve uma larguíssima tradição em Loulé. Será difícil, senão mesmo impossível deslindar o início e, consequentemente, a história da fixação de sapateiros em Loulé. De certo, ela perde-se na bruma do tempo. Contudo, o ofício de sapateiro é já amplamente mencionado nas *Actas de Vereação*, dos séculos XIV e XV¹, onde encontramos ombro a ombro, sapateiros das três religiões. Sapateiros que acumularam outros mesteres (actividade agrícola e quadrilheiros). Paulatinamente foi-se afirmando a presença de sapateiros em Loulé cujo número, embora as fontes não sejam suficientemente claras e concisas, evidencia uma clara progressão. Para além de outras fontes, para conhecer o peso desta profissão em Loulé, socorremo-nos dos vários *Róis de Confessados* (1843, 1847 e 1849)² e do *Inquérito Industrial de 1890*, o qual nos fornece um retrato elucidativo do mundo do calçado quer no Algarve, quer em Loulé.

1 *Actas de Vereação de Loulé. Séculos XIV–XV*. Separata da Revista *Al-Ulyà*, n.º 7, 1999/00, pp. 42, 95, 124, 152, 199, 210, 211, 225, 230, 235, 237 e 238.

2 JUSTO, João Emanuel, PEREIRA, Paula Vargues, MARTINS, Ana Paula e ROSÁRIO, Carla do, “A população em 1835 e 1843/48 na vila de Loulé”, *Al-Ulyà*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º 4, p. 136.

A análise ao Inquérito de 1890 evidencia que na maior parte dos itens referidos em relação à indústria de calçado, Loulé tinha uma posição de grande destaque.

Quadro I: A Indústria de Sapataria em Loulé 1890

CONCELHO	José de Sousa Leal Júnior	Pequena indústria	TOTAL
Nº	1	20	21
CAPITAL			
FIXO	800\$000	8.550\$000	9.350\$000
CIRCULANTE	600\$000	7.470\$000	8.070\$000
TOTAL DE OPERÁRIOS	8	87	95
SABEM LER	4	28	32
QUANTIDADE DE MATÉRIAS-PRIMAS EMPREGUES EM 1889			
QUANTIDADE (KG)	900	9.600 ⁱ	10.500 ⁱ
VALOR (RÉIS)	600\$000	7.140\$000	7.740\$000
PRODUÇÃO EM 1889			
QUANTIDADE (PARES)	—	4.000 ⁱⁱ	—
VALOR (RÉIS)	1.200\$000	306\$000 ⁱⁱⁱ	1.506\$000

Fonte: Inquérito Industrial de 1890. Industrias Fabris e Manufactureiras.

(Inquérito de Gabinete), vol. III, Imprensa Nacional, 1891, pp. 530, 548, 549, 592 e 600.

Notas: i) valores de 14 estabelecimentos; ii) valor de 5 estabelecimentos; iii) valor de 17 estabelecimentos.

A importância da manufactura do calçado, em 1909, é testemunhada por Pedro de Freitas referindo-se aos «centenares de sapateiros» que «trabalhavam com toda a genica para darem conta dos parezinhos de “chequitos”, e outros, da tabela semanal, para fazerem por

tarefa o salário habitual. Imensas eram as lojas que movimentavam essa indústria»³. E traça-nos um retrato da vila⁴ ritmada pela presença da «numerosa classe que Loulé tinha, os manufactores de calçado – mestres e operários, lojas e assalariados, aprendizes e ajudantes...»⁵.

**Quadro II: Salários por cada dia normal de trabalho
na Indústria de Calçado de Loulé 1890**

SAPATEIROS	José de Sousa Leal Júnior	Pequena indústria
OPERÁRIOS (DE MAIS DE 16 ANOS)		
TRABALHO DE JORNAL (MÁXIMO/MÍNIMO):	\$600/\$500	\$600/\$300
TRAB. EMPREITADA OU TAREFA (MÁXIMO/MÍNIMO):	\$800/\$700	\$700/\$300
APRENDIZES (DE 12 A 16 ANOS)		
TRAB. DE JORNAL, DE EMPREITADA OU TAREFA (MÁXIMO):	–	\$060

Fonte: Inquérito Industrial de 1890. Industrias Fabris e Manufactureiras.

(Inquérito de Gabinete), vol. III, pp. 570–571

2. A fundação da Associação dos Sapaterios Louletanos

A ASL terá sido fundada em 1911, visto que se constatava que «Recentemente os sapateiros organisaram uma associação de classe que garante aos associados um subsídios durante a doença»⁶. A 30 de Outubro de 1911, seria discutido um projecto de *Compromisso*

3 FREITAS, Pedro de, *Quadros de Loulé Antigo*, (1991), 3ª ed., C.M. Loulé, pp. 193 e 203.

4 FREITAS, Pedro de, *ob. cit.*, pp. 187–196.

5 FREITAS, Pedro de, *ob. cit.*, p. 203.

6 BRITES, Geraldino, *Febres Infecciosas. (Notas sobre o Concelho de Loulé)*, p. 194, nota 2.

Particular da Associação de Classe dos Sapateiros de Loulé destinado a socorrer os sócios efectivos em caso de doença. Consoante a sua gravidade, assim o montante do subsídio diário⁷.

Num país onde a assistência social primava por não existir, tinha que a ser a solidariedade profissional a sustentar e auxiliar, os companheiros mais desafortunados. Talvez por esta razão, se compreenda um apertado controlo na atribuição dos subsídios e no pagamento das quotas, de maneira a Associação dispor de fundos para ocorrer aos seus membros caídos nas agruras da doença e impossibilitados de trabalhar. Para alguns seria um esforço adicional, retirado dos magros salários que auferiam.

O funeral era sempre um acto doloroso para a família e para os amigos, mas também custoso em termos monetários. Por isso, não admira que o seu subsídio atingisse os 100\$00. Mas, uma condição era imprescindível para usufruir desta assistência: possuir as quotas em dia, medida que seria tomada a partir de 1 de Fevereiro de 1929⁸.

E, se conhecemos pouco da vida e do trabalho dos sapateiros louletanos desta época, sabemos quanto a morte dilacerava os espíritos e era profundamente sentida a perda de um camarada. Exigia-se o direito de testemunhar a sua perda por intermédio de uma cerimónia digna a que todos os sapateiros deveriam ocorrer. Anos decorridos,

7 AHML. SNSF/B/A/001/Liv001, Livro n.º 1, *Actas da Assembleia Geral da Sociedade dos Sapateiros Louletanos*, 1911–1920.

8 AHML. *Acta da Assembleia Geral de 15 de Janeiro de 1929*, da Sociedade dos Sapateiros Louletanos. SNSF/B/A/001/Liv002, 1926–1934.

em Julho de 1936, seria criada a «Caixa de Subsídio de Funeral» *«destinada única e exclusivamente ao depósito de o subsídio que anteriormente se fazia da cobrança de 1\$00 (um escudo) por cada sócio, o que ultimamente tem sido feita com inúmeras dificuldades, resultando que as viúvas dos sócios falecidos tem esperado demasiado pelo recebimento das ditas importâncias»*. O subsídio era agora fixado em 300\$00 (trezentos escudos).

3. Emigração

As dificuldades levavam muitos algarvios a debandarem novas terras e a aspirarem uma vida melhor. Afirmava-se cerca de 1914, que *«Nos últimos anos a emigração tem aumentado muito. Em quasi todos os centros algarvios e mesmo em Lisboa existem grandes colónias de louletanos, principalmente industriais de calçado que consigo arrastam muitos operários»*⁹. Também os sapateiros algarvios não ficaram indiferentes ao chamamento de terras estranhas para fugirem à miséria que os assolava. Entre 1910 e 1945, período que optámos por analisar, emigraram 42 sapateiros de Loulé. Partiram também à procura de melhores condições de vida e de trabalho sapateiros de todo o Algarve com destaque para os de S. Brás de Alportel, mas também de Faro, Olhão, Lagos, Tavira e Albufeira. O maior contingente seria de louletanos.

Os sapateiros de Loulé procuraram essencialmente terras argentinas, mais concretamente 76,2 %, do total.

9 BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, p. 157.

4. A posição político-ideológica dos sapateiros de Loulé

São escassas as referências às opções político-ideológicas dos sapateiros louletanos. Contudo, entre as fontes consultados encontramos alusões a: republicanos (José Pedro Romeiras, José Alexandre dos Ramos considerado o «*decano dos republicanos de Loulé*»¹⁰); socialistas (Inácio de Sousa Vairinhos)¹¹ e anarco-sindicalistas/comunistas. Retenhamo-nos um pouco sobre estes últimos. Os estudos sobre o operariado português são unânimes em sublinhar o domínio ideológico do anarco-sindicalismo durante décadas. Apesar das dificuldades o movimento anarquista expande-se pelas principais zonas de concentração operária. O aparecimento dos primeiros simpatizantes do movimento anarquista no Algarve situar-se-á cerca de 1889–1890¹². Os núcleos anarco-sindicalistas encontravam-se espalhados um pouco por todo o Algarve, com destaque para Faro, Olhão, Monchique, Loulé, Messines e Portimão¹³.

10 MENDONÇA, Artur Ângelo Barracosa, *A Organização do Partido Republicano no Algarve: o Caso de Loulé (1881–1910)*, p. 15.

11 Cf. MARTINS, Isilda Maria Renda, (2004), *Loulé no Século XX, vol. II, A Primeira República – 1910 a 1926*, Lisboa, Coleção Millennium, Câmara Municipal de Loulé, p. 306.

12 “Esclarecimentos”, *O Libertário*, n.º 5, Faro, 13/09/1914 e João de (Seznirosa), “Aos novos libertários do Algarve”, *O Libertário*, n.º 4, Faro, 1/05/1914.

13 VENTURA, António, Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892–1910), p. 86 e FONSECA, Carlos da, *História do Movimento Operário*. I. Cronologia, p. 100; VENTURA, António, Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892–1910), p. 86; RODRIGUES, Edgar, *O Despertar Operário em Portugal, 1834–1911*, p. 272 e RAMOS, António Alberto C. Pereira, (1996), “Afonso Costa e Bartolomeu Constantino. O Movimento

Muitos anarco-sindicalistas exerceram a profissão de sapateiro. Mencionemos apenas para o Algarve o destacado anarquista olhanense Bartolomeu Constantino (23/6/1863 – Lisboa, 11/1/1916)¹⁴, que esteve ligado aos jornais anarquistas farenses *O Libertário* (13/10/1912–1/5/1915) e *A Ideia* (5/3/1915–19/3/1916)¹⁵, assim como José Franco que, com Bartolomeu Constantino e Carlos Nobre, integraram o Centro Operário localizado em Faro¹⁶. Também Crispim das Neves, Luís Henrique, Manuel Franco e António Franco, todos sapateiros de Portimão eram qualificados de anarquistas¹⁷. Em Silves, surge-nos o nome de Augusto Passarinho¹⁸.

Nos dias 6 a 8 de Abril de 1913 realizar-se-ia, em Lisboa, o Congresso Nacional da Indústria de Calçado, no qual foram discutidas quatro teses: *Necessidade de organização e federação corporativa e seus fins*; *Crises e meios de a debelar*; *Aprendizagem e centralização* e *A mecânica na indústria de sapataria em Portugal*¹⁹. Do Algarve deram a sua adesão à realização do Congresso os sapateiros de Lagos,

Republicano e o operariado algarvio em 1904”, Actas do I Congresso dos Algarvios da margem Sul do Tejo, 1 e 2 de Abril de 1995, Casa do Algarve do Concelho de Almada, pp. 129–136.

14 A notícia da sua morte in *O Sul*, Semanário Republicano Evolucionista, Faro, n.º 197, 23/1/1916.

15 MESQUITA, José Carlos V., (1988), *História da Imprensa do Algarve*, Faro, vol. I, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, pp. 325 e 356.

16 RODRIGUES, Edgar, *O Despertar Operário em Portugal, 1834–1911*, (1980), Lisboa, Editora Sementeira, p. 269.

17 ADF. *Livro Copiador de Correspondência do Governador Civil, 1912–1913*. «Ofício de 15 de Setembro de 1912», fl. 242.

18 SEQUEIRA, Jose dos Reis, *Relembrando e Comentando...*, p. 88.

19 *O Manufator*, n.º 4, 16/3/1913 e n.º 5, 6/4/1913.

Faro, Portimão, Olhão e Silves²⁰. Uma das teses do Congresso era precisamente a necessidade de organização dos operários do calçado, situação que faltava aos algarvios: *«Na província do Algarve é numerosa a classe de operários sapateiros, que em grande número parecem desconhecer as vantagens da associação e ignorar o que se passa pelo resto do país, em que os operários de todas as indústrias se organizam para luta contra o inimigo comum: o capital»*²¹.

A influência da revolução russa de 1917 e do bolchevismo no seio do movimento operário português foi paulatinamente esboçando o seu itinerário²². O concelho de Loulé, designadamente a freguesia de Boli-queime, não ficaria à margem desta corrente ideológica. Nele *«se discutiam e apreciavam as doutrinas do bolchevismo, havendo quem delas fizesse larga e franca propaganda...»*. Feitas as competentes averiguações *«resultou a prisão de Antonio da Cruz Fonseca Junior, casado, alfaiate, e António dos Santos Pedreirinho, sapateiro, a quem foram apreendidos uma espingarda, 1 e 1/2 cartuchos de dinamite, uma capsula, um pedaço de rastilho e dois quadros com os estatutos do bolchevismo e retratos dos seus organizadores ou principais defensores»*²³.

20 O *Manufator*, n.º 1, 1/10/1912 e n.º 2, 1/11/1912.

21 O *Manufator*, n.º 1, 1/10/1912.

22 ADF. *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governo Civil, 1930–1936*, «Ofício» n.º 3, de 5/9/1933.

23 ADF. *Inventário do Governo Civil. Livros Copiadores de Correspondência do Governo Civil, 1918–1924* (312A), «Ofício ao Exmo. Sr. Director da Policia de Segurança», 2.º Secção, n.º 15, 22 de Abril de 1921.

No Algarve o 18 de Janeiro de 1934 teve uma movimentação considerável²⁴. Em Portimão, «a formação do Comité partira de uma reunião realizada na oficina do sapateiro José Mendes do Carmo, com a presença do Anarquista José Negrão Buizel»²⁵.

Nos anos vindouros encontramos alusões à organização do PCP no Algarve e a resposta repressiva da PVDE e alguns nomes de sapateiros (Firmino Rita, de Faro, António Carneiro, de S. Bartolomeu de Messines e Sebastião Perianes Palma²⁶).

5. *Tempos de crise*

Durante o período em estudo os sapateiros algarvios, em geral, e os louletanos, em particular, lutaram contra a mecanização, mas também contra a falta de subsistências e a subida vertiginosa dos preços dos géneros de primeira necessidade, contra o açambarcamento e o contra o racionamento. E para enfrentar o seu quotidiano cada vez mais dramático reclamaram o aumento do salário. Embora

24 ADF. *Livros Copiadores de Correspondência Confidencial do Governo Civil, 1930–1936*, «Ofício» n.º 23, de 11/12/1934.

25 VASCONCELOS, João, (11 e 12 de Maio de 2001), “O «18 de Janeiro de 1934» no Algarve: anarquizada ou acções de massa?”, XI Congresso do Algarve, Hotel Sheraton Algarve, Racal Clube, Albufeira, p. 62.

26 “A Acção do «Komintern». No Algarve foi descoberta uma larga rede da organização comunista em Portugal...”, *Correio do Sul*, 27/2/38, p. 1, “*Manejos revolucionarios no Algarve. Uma completa organização comunista, com ramificações em toda a provincia, foi totalmente desfeita pela acção da policia,...*”, *O Algarve*, 27/2/38, p. 1 e 2 e Francisco Guerreiro, *Pequena Monografia de Pechão*, p. 96.

não sejam abundantes os conflitos sociais protagonizados pelos sapateiros, estes não deixariam de protestar²⁷.

Se os sapateiros de Loulé atravessaram momentos lancinantes nas suas vidas, o que dizer do período da Primeira e Segunda Guerra Mundiais e durante os anos trinta do século XX.

Nestes anos difíceis encontra-los-íamos acompanhados pelas suas mulheres e filhos, munidos de senhas de racionamento e de notas ou cédulas imprimidas pela Câmara Municipal, ou pela Misericórdia, permanecendo longas horas nas imensas «bichas» para adquirir uns míseros géneros para aquecer os estômagos.

5.1. OS ANOS 30

Seria precisamente, nos anos 30, que tomamos conhecimento de alguns indícios concretos de crise que os sapateiros louletanos enfrentavam, embora toda a sua história tenha sido uma luta enfrentando as dificuldades do quotidiano.

Durante estes anos e no contexto da II Guerra Mundial as referências a «... *operários sapateiros ... que se encontram sem trabalho*», por diversos motivos, designadamente durante a guerra devido

²⁷ O Algarve, 21/10/1917, p. 2; A Juventude, n.º 11, 22/10/1917; ADF. Correspondência Recebida pelo Governo Civil, 1917, Mç1/cx121, «Telegrama do Comissário da Polícia ao ao Governador Civil de Faro, Loulé», 15/1/1917e AHML. Administrador do Concelho de Loulé. Copiadores de Telegramas Expedidos (1915–1920), «Telegrama ao Exmo. Governador Civil de Faro», de 19/11/1918, Lv004 (1918–1920).

«a falta de materiais para a ... indústria»²⁸. são muito frequentes. Já em plena guerra, um indício de dificuldades é-nos revelado pela reabertura a partir de 12 de Fevereiro de 1942, de uma «*Cantina Sindicato-Legionária*»²⁹/*Operária-Legionária*³⁰, que lhes fornecia refeições, auxílio monetário, e até «*calçado e vestuário*»³¹. Cantina que apesar do esforço de auxílio aos carenciados, atravessaria, como os tempos que decorriam, enormes dificuldades financeiras. Em 1943, por exemplo, afirmava-se que os «*pobres dos operários desta indústria*» atravessavam «*horas negras de fome – já porque foi sempre um serviço pobre, já porque se trata de uma classe muito humilde e modesta – e apresentam-se em bandos nas ruas desta Vila, em atitudes ordeiras por enquanto – enquanto a fome não os faz esquecer os bons conselhos e promessas que lhes fazemos de melhoria breve da situação*».

28 AHML. «Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Loulé ao Exmo. Sr. Director Geral da Assistência», n.º 550, Loulé, 8 de Março de 1944, *Livros de Registo da Correspondência Expedita*, 1943–1944 (n.º 35), fl. 463.

29 AHML. Acta n.º 6, de 11/03/1941. *Actas da Direcção*. SNSF/B/B/001/Liv002, 1939–1960.

30 AHML. «Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Loulé ao Chefe de Gabinete de S. Ex.ª o Ministro de Obras Públicas e Comunicações», n.º 38, Loulé, 11 de Fevereiro de 1943, *Livros de Registo da Correspondência Expedita*, CMLLE/C/A/001/Liv054, 1943 (n.º 32), fls. 30–31 e «Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Loulé ao Chefe do Gabinete de S. Ex.ª o Senhor Sub-Secretário de Estado da Assistência Social», n.º 674, Loulé, 16 de Março de 1943, *Idem*, fls. 205–206.

31 AHML. Fundo. Câmara Municipal de Loulé. *Copiadores de Correspondência Recebida/Expedita referente à Legião Portuguesa*, 1937–1941.

6. Os Sapateiros Louletanos e o Corporativismo

Nos anos trinta chegaria não somente as dificuldades, mas o Estado Novo e o Corporativismo. Os sapateiros de Loulé não escapariam à sonegação das liberdades de classe, tendo sido a 16 de Abril de 1934, aprovado por Alvará, os Estatutos do Sindicato Nacional dos Sapateiros do Distrito de Faro – com sede em Loulé. Este sindicato tinha secções em Tavira e em Lagos. A de Loulé seria fundada em 17 de Junho de 1941³².

E com o corporativismo chegariam os salários mínimos para a indústria de sapataria dos distritos de Faro e Beja (23/03/1942 e 21/04/1945).

Comparando as duas tabelas de salários mínimos constatamos que todos os salários aumentaram entre o mínimo de 13,8% para o conserto de gáspeas e solas inteiras ponteadas e o máximo de 100% para o conserto de capas. Os restantes aumentos situaram-se nas percentagens de 20, 30, 40 e mesmo de 50%.

Durante a guerra racionaram-se os alimentos, mas também a sola³³ cuja falta afligiria quer operários, quer industriais³⁴. Por outro lado, amontoavam-se os stocks dos artigos³⁵.

32 *Agenda Corporativa para 1943*, Organização e edição da F.N.A.T., pp. 158 e 159.

33 Portaria n.º 10.308, de 05/01/1943.

34 AHML. Acta n.º 29, de 8 de Fevereiro de 1943. *Actas da Direcção, 1939–1960* e AHML. «Ofício do Presidente da Câmara Municipal de Loulé ao Exmo. Senhor. Governador Civil do Distrito de Faro», n.º 357, Loulé, 30 de Janeiro de 1945, *Livros de Registo da Correspondência Expedida*, 1945 (n.º 39), fl. 83.

35 AHML. Livros de Registo da Correspondência Expedida, CMLLE/C/A/001/Livro54, 1943 (n.º 32), fl. 7.

7. O dia-a-dia dos sapateiros

O conhecimento da vida destes artistas é-nos fornecido também pelas Actas da Assembleia Geral, as da Direcção, assim como os *Livros de Caixa* de 1912–1913 a 1938–1944 e os *Livros de Contas Correntes dos Sócios* de 1934–1935. Estes últimos fornecem preciosos conhecimentos acerca da vida financeira. Em relação a esta constatamos os consideráveis montantes designadamente de inúmeros subsídios³⁶ atribuídos aos seus sócios, o pagamento da renda da casa, ordenados, impressos e outras de menores verbas. As receitas provinham essencialmente das quotas e das cobranças.

O seu espaço de trabalho – a officia – mostrava alguma degradação no que concerne às condições de higiene, de salubridade e de iluminação. Por isso, as ruas se transformavam «*muitas vezes em oficinas; ora são os sapateiros que nas horas calmosas do estio, se teem sombra em frente da casa, para ali veem trabalhar*»³⁷.

O retrato que podemos traçar das suas condições de trabalho e de vida são fortemente carregados a negro. «*Em regra trabalham em suas casas e são pagos por trabalho feito. A remuneração é tal que, para que do seu officio possam tirar o absolutamente indispensavel para a vida, trabalham desde o nascer do sol, e, todo o dia curvados sobre os joelhos, cosem e batem a sola, puxam o fio, prolongando*

³⁶ AHML. Acta da Assembleia Geral de 24 de Novembro de 1912, da Sociedade dos Sapateiros Louletanos. SNSF/B/A/001/Liv001, 1911–1920.

³⁷ BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, p. 240.

este trabalho noite adiante. Crianças de 6 e 7 anos já o auxiliam nos mais simples trabalhos, assim como a mulher no pouco tempo que lhe resta de tratar duma família numerosa, que é a usual dotação dos artistas mais pobres. Na casa cheia de miséria o trabalho poucas horas cessa e quam minguadas são as horas de descanso!

Foram inumeras vezes que, obrigados a transitar pelas ruas da vila pelas 3 e 4 horas da madrugada, ficavamos surpreendidos vendo já luz nessas modestíssimas oficinas e o martelo batendo já, muitas vezes acompanhado duma canção, talvez para afugentar o sono que pesava sobre as palpebras do madrugador operário. E trabalhando assim sem descanso o artista consegue apenas que a família não morra de fome»³⁸.

Este trabalho não era recompensado em termos salariais: labutando das 5 horas da manhã até às 9 horas da noite, «*dando a linha, papelão e cera*» auferiam 260 a 320 réis diários. Dificilmente alcançaria os 450 réis³⁹.

O alcoolismo, a má nutrição, o ambiente de trabalho, a falta de saneamento básico, a falta de higiene, tudo males referenciados desde há muito, contribuiriam para agravar as suas condições de trabalho e de vida. Cheguemos mais perto da realidade: «*Em Loulé a embriaguez é um vício geral. Tanto se embriaga o indivíduo de classe elevada como o operário. [...] A taberna é o lugar predileto do artista, do operário, do pequeno funcionário. [...] No meio operário, onde domina a*

38 BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, pp. 186-187.

39 BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, nota 1, p. 186.

mais negra miséria, procura esquecer a existência de privações afofando-as numa garrafa. [...] Este vício é também uma consequência do processo de trabalho. O artista trabalha constantemente junto da família. No dia de repouso sente a necessidade de se afastar do meio habitual e vai procurar o meio exterior. Já não haveria esta influência adjuvante se o artista trabalhasse numa oficina»⁴⁰.

As doenças como a tuberculose, o tifo, a varíola e a mais devastadora de todas a «gripe espanhola» não deixariam de importunar os sapateiros.

Embora a documentação não seja abundante sobre a temática do trabalho infantil, no âmbito de uma «proto-indústria» de carácter oficial e doméstico, alguns menores, como auxiliares da família, dedicar-se-iam à profissão. Eis, uma forte razão para a Associação intervir: aprovaria que os menores de 16 anos que trabalhassem como sapateiros, passassem à categoria de sócios, claro está, desde que provassem, por escrito, a autorização consentida pelos pais. Com uma ressalva: não tinham direito a voto enquanto não alcançassem a maioridade, mas gozariam de todas as regalias à semelhança dos restantes sócios.

7.1. OS ESPAÇOS DA SOCIABILIDADE: A CULTURA, A INFORMAÇÃO E O DIVERTIMENTO

Como espaços de sociabilidade encontramos evidentemente a oficina, mas também a loja, a taberna e a sede do sindicato.

40 BRITES, Geraldino, *ob. cit.*, p. 204.

No que concerne à instrução, em Junho de 1941, a Direcção deliberou requerer a criação de um curso nocturno de instrução primária para os sócios do Sindicato e seus filhos, estes últimos, desde que não estivessem em idade escolar. Era uma medida transcendente, visto que «*a maioria dos seus associados*» era analfabeta⁴¹.

Também a informação preocupou os sapateiros. Desde os anos 30 que a rádio se tinha implantado e consolidado em Portugal. A aquisição deste importante meio de comunicação e de propaganda foi solicitada pelo sindicato ao I.N.T.P. «*para proporcionar aos sócios um meio de elevar um nível de cultura e ao mesmo tempo uma distracção útil*»⁴².

Apenas um rádio era insuficiente perante as avassaladoras notícias do mundo. E não se fizeram rogados estes sapateiros que requisitaram, posteriormente, mais oito aparelhos, alguns destinados a sócios, cuja magreza salarial impossibilitava a sua aquisição⁴³.

A cultura e a instrução, numa sociedade onde o peso da agricultura era preponderante, lenta e dificilmente foram saindo do obscurantismo de séculos. Problemática estruturante da formação social portuguesa e um dos factores que contribuiria para o seu secular atraso foi o analfabetismo que grassava entre a população. Também os operários, incluindo a classe dos sapateiros, não fugiram a este

41 AHML. Acta n.º 2, de 2/06/1941. Actas da Direcção. SNSF/B/B/001/Liv002, 1939–1960.

42 AHML. Acta n.º 6, de 15/09/1941. Actas da Direcção. SNSF/B/B/001/Liv002, 1939–1960.

43 AHML. *Copiadores de Correspondência Expedida*, Ofício de 14 de Dezembro de [?], p. 18 e

21. SNSF/C/A/001/Liv001, Séc. XX.

drama. E compreendia-se. Numa economia pouco modernizada onde o trabalho oficial e domiciliário dominava era quase dispensável o operário especializado e consequentemente letrado. E como ir para a escola com salários de miséria quem dificilmente cobriam as necessidades básicas do ser humano? Também não deixava de ser perigoso os operários saberem ler e escrever, visto que isso lhes permitiria tomar contacto com teorias que colocavam em causa a ordem capitalista estabelecida. Contudo, as ideias predominantes no seio do movimento operário português sempre lutaram pelo acesso da instrução. Era necessário incutir conhecimentos. Um pouco por todo o país, com incidência nos principais centros urbanos que coincidiam com os mais destacados centros fabris, surgiram associações e organizações para elevar o nível de instrução e de educação dos operários.

Os arquivos não nos elucidam sobre o conteúdo político-ideológico ou outro da eventual biblioteca da Associação dos Sapateiros Louletanos. Mas, conhecemos o que continha a recheada biblioteca do SN. Podemos dividir aquele conjunto de livros em diversos temas:

- a) um primeiro e restrito conjunto de obras de assuntos diversificados podemos catalogar como de cultura geral;
- b) um outro conjunto também reduzido cuja temática se encontra no âmbito religioso e missionário;
- c) um núcleo um pouco mais avultado dizia respeito à literatura de cunho nacional;
- d) o tema dos descobrimentos estava igualmente bem representado;
- e) finalmente, e como seria previsível, o maior quinhão de livros que eventualmente poderíamos subdividir estava representado

por temas relacionados com o Estado Novo, o seu «chefe» e o corporativismo.

Embora não nos apareçam catalogados, não afastamos a hipótese da biblioteca conter jornais de Loulé e um ou outro periódico de âmbito nacional. Era no fundo um microcosmo do ideário político-ideológico então vigente: o culto ao Chefe, o nacionalismo, o corporativismo, a defesa do colonialismo e da doutrina e moral cristã. Tudo pode ser resumido na expressão lapidar: «*Deus, Pátria e Família*».

Como já fizemos notar, muitos sabiam ler e escrever. Que jornais liam? Receberiam periódicos operários, ou defensores da sua profissão de sapateiros? Sabemos que alguns liam as páginas do jornal *O Manufactor*.

A sociabilidade dos sapateiros de Loulé não esteve apenas circunscrita aos espaços antes mencionados, mas também no famoso CARNAVAL de Loulé. Pedro de Freitas esclarece que o «*Carnaval Civilizado em Loulé*» – iniciado em 1906 – teria sido obra de muitos louletanos: dos caixeiros, dos oleiros, dos «*sapateiros a trabalharem a sola*», dos ourives; dos ciclistas; dos músicos e dos muitos carregadores⁴⁴. Esta participação carnavalesca continuaria nos anos seguintes.

8. A estrutura e o modo de produção de calçado: o «Domestic System»

Como força de trabalho encontramos a família – o próprio sapateiro, a mulher e os filhos – com a respectiva divisão de tarefas. Os filhos

44 FREITAS, Pedro de, *Quadros de Loulé Antigo*, p. 183.

ainda menores dedicavam-se aos pequenos e leves labores oficinais: manter a oficina relativamente limpa, comprar alguns materiais empregues, levar e trazer os sapatos deste ou daquele cliente para conserto e ele próprio fazer esses pequenos consertos. A oficina e o domicílio eram o espaço ritualizado e iniciático de uma longa aprendizagem para que um dia, depois da morte do progenitor, pudesse eventualmente ocupar o seu lugar e assim continuar a linhagem profissional.

As mulheres para além do trabalho da casa desempenhavam concomitantemente um papel activo no processo de trabalho, designadamente em tarefas que de uma forma geral não exigiam dispêndio de grande esforço físico. Mesmo no âmbito da indústria oficial e domiciliária não deixaria de ocorrer alguma divisão de tarefas. Com o aparecimento da máquina de costura, o trabalho de coser os diferentes componentes do calçado foi da sua incumbência. Encontraremos as ajuntadeiras, as orladeiras e as talhadeiras. Estas operárias trabalhavam, quer no seu domicílio, quer na oficina patronal.

Para o sapateiro ficavam as tarefas mais árduas, as que exigiam maior força muscular, mas também grande habilidade – o trabalho-saber –, como o coser das solas, o pregar, o colar, tudo sempre feito na mais esmerada das perfeições, ou, pelo menos, assim deveria ser feito. Sabemos que muitas vezes tal não acontecia.

A eles pertenciam os instrumentos de trabalho (turqueses, limas, martelos, formas, sovelas, facas, etc).

Finalmente, depois de vários dias, até mesmo durante uma semana, frequentemente prolongando o trabalho pela noite dentro – os serões –, de confeccionarem o calçado, chegava o dia, normalmente o sábado, para entrega da obra completa. Recebia, em troca,

um salário e, certamente mais material para recomençar a arte centenária do fabrico de calçado.

Neste sistema oficial e doméstico a matéria-prima – solas, cabeçais, carneira, peles, cordões, ilhozes e pregos –, era fornecido pelos industriais/comerciantes de calçado. Os sapateiros transformavam-na nos diferentes modelos de calçado que era entregue àqueles industriais.

Ilídio Flora, comerciante de calçado em Loulé e antigo sapateiro recorda que *«Às vezes demorávamos um dia ou mais a fazer um par de botas à mão. Os sapateiros levavam os materiais para casa e muitas vezes trabalhavam pela noite dentro para poderem entregar os sapatos acabados no dia seguinte. Alguns traziam os sapatos e esperavam pelo pagamento para poderem comprar a comida. Para muitos era uma forma de subsistência»*⁴⁵.

Finalmente os industriais colocavam-no no mercado, por intermédio das suas lojas, ou conduziam-no às feiras do Algarve e do Alentejo.

Segundo o *Registo de Sócios do Concelho de Loulé*⁴⁶ encontravam-se inscritos no Sindicato e residentes no concelho de Loulé, até 28 de Dezembro de 1945, 777 sapateiros e cortadores, dos quais 656 naturais da vila. A estes, porém, dever-se-á subtrair quatro sapateiros referenciados como já falecidos. Assim, teremos o número de 652 sapateiros.

Dissecando a fonte podemos aprofundar o nosso conhecimento sobre a estrutura da produção de calçado. Assim, temos:

45 Rogen Green, "Uma arte milenar", *Unique*, n.º 15, Quinta do Lago, Primavera/Verão 1999, p. 19.

46 AHML. SNSF/C/B/002 Liv. 003 (1940–1954).

REGISTO DE SÓCIOS DO CONCELHO DE LOULÉ (ATÉ 28 DE DEZEMBRO DE 1945)
Inscritos no Sindicato e
residentes no concelho de Loulé: 777 sapateiros e cortadores
Naturais da vila: 652 sapateiros

A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE CALÇADO
Sapateiros que trabalhavam por conta própria: 236
Sapateiros que trabalhavam para um industrial: 290
*Sapateiros que desconhecemos se trabalhavam
por conta própria ou para um industrial: 126*
TOTAL 652

O Registo das Operárias (ajuntadeiras, orladeiras e talhadeiras) pertencentes ao Concelho de Loulé, do SNSF⁴⁷, fornece-nos o seguinte quadro:

REGISTO DAS OPERÁRIAS
Ajuntadeiras, Orladeiras e Talhadeiras
pertencentes ao Concelho de Loulé,
do SNSF (Inscritas até 8 de Outubro de 1945): 87 operárias naturais de Loulé.

A ESTRUTURA PRODUTIVA
Operárias que trabalhavam por conta própria: 1
Operárias que trabalhavam para um industrial: 71
*Operárias que desconhecemos se trabalhavam
por conta própria ou para um industrial: 15*
TOTAL 87

TOTAL 739 operárias e operários
As operárias eram todas naturais de Loulé.
Entidades patronais (Agosto de 1947) em Loulé: 65

47 AML. SNSF/C/B/003 Liv.001 (1941–1959).

Contudo, muitos sapateiros tinham diversas entidades patronais para quem trabalhavam «*visto que um só não lhes garante o trabalho necessário para a sua manutenção durante o ano*»⁴⁸.

Conclusão

Loulé foi durante séculos um dos mais importante, senão o mais importante, centro do calçado do Algarve e ousamos mesmo afirmar do sul do país.

Encontrámos os sapateiros louletanos desde o século XV, coexistindo neles as três religiões: os cristãos, os seguidores de Maomé e os judeus.

Com o desenrolar dos séculos, apesar das convulsões político-sociais e das crises económicas detectámos um crescimento quase constante dos sapateiros louletanos. Apoiaram-se numa igualmente pré-indústria de curtumes que embora pequena e rudimentar dispunha das matérias-primas para a sua elaboração. E prosseguiria o crescimento do efectivo dos sapateiros nas décadas seguintes, até alcançar uma cifra considerável, precisamente no fim do nosso estudo: entre operárias e operários das diversas categorias aproximar-se-iam do milhar de trabalhadores.

Durante séculos o mundo do calçado de Loulé dependeu de um extenso mercado assente na populosa vila de Loulé e do seu extenso concelho. Os seus comerciantes percorreram outras localidades algarvias e

48 AHML. SNSF/C/A/002/Mç 002, 1947–1960. «Ofício ao delegado do INTP de Faro», Loulé, 20 de Agosto de 1947.

aventuraram-se em transportar os seus caixotes a abarrotar de calçado e as suas tendas às distantes feiras do Alentejo.

A estrutura produtiva teve com pilares o trabalho oficial e domiciliário onde pontificavam centenas de sapateiros, muitos deles dependentes de um ou mais indústrias de solas e cabedais do/dos qual/quais recebiam os «aviamentos» para laborar a sua obra.

Aparentemente o sapateiro sempre pareceu ter usufruído de maior liberdade do que outros operários. A realidade concreta foi, porém, diferente. Na estrutura oficial e domiciliária da indústria do calçado o sapateiro estava, de facto, dependente do patrão do qual recebia os «aviamentos» para laborar a sua obra. O seu espaço de trabalho tanto podia ser a oficina patronal, como a pequena oficina da sua casa. Realizada a obra entregava-a ao comerciante, com loja aberta na vila e que recorriam às feiras, que em troca lhe pagava um mísero salário. Este mais minguava nos períodos difíceis, como foram os vividos durante a primeira e a segunda guerra mundiais, com o seu cortejo de dificuldade económicas e de racionamento, este, não apenas de géneros alimentares, como de matérias-primas necessárias para a confecção do calçado.

Foram tanto ou mais explorados como os restantes operários. Foram uma classe combativa, embora os de Loulé, tanto quanto as fontes consultadas o permitem, não se destacaria, com raras excepções, pela contestação social e pelo desencadeamento de greves. Como classe raramente protagonizaram grandes jornadas de luta a favor de melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho e contra os regimes, designadamente, o Estado Novo, embora, um outro sapateiro se tenha manifestado como oposicionista ao regime.

A sua dispersão em centenas de oficinas, trabalhando arduamente para um ou mais patrões, atenuou a sua visibilidade como objecto da história. Como afirmava o operário de calçado de São João da Madeira, António da Costa Santos, «*O trabalho ao domicílio não propiciava encontros e uma defesa comum dos nossos interesses, pois, mesmo nas oficinas, embora houvesse legislação, não se cumpria o horário de trabalho*»⁴⁹.

Não estando concentrados em grandes unidades de produção, construíram a sua representação mental da sua profissão como um espaço de maior liberdade do que em outras profissões. Desta representação emergiu a reputação do sapateiro como um letrado, amigo do saber e do conhecimento, propenso para a reivindicação, dirigente operário e defensor dos ideais socializantes. Contudo, pouco ou nada destes tropos encontrámos nos sapateiros de Loulé.

Em meados dos anos cinquenta do século XX a estrutura económica do fabrico de calçado era ainda relativamente pujante. Em Fevereiro de 1955, numa campanha destinada a solicitar uma escola técnica em Loulé, enumera-se a riqueza económica do concelho, na qual se inseria a «*extraordinária manufactura de calçado que fornece parte do Algarve e Baixo Alentejo e de que vivem milhares de operários*»⁵⁰, e em Abril de 1956 ainda se contabilizavam 60 patrões e 800 operários⁵¹.

49 Doc. Autobiográfico de A. Carreirinha, in ESTANQUE, Elisio, *Entre a Fábrica e a Comunidade...*, p. 166.

50 MADEIRA, José António, "Factores determinantes...", *A Voz de Loulé*, n.º 54, Ano III, 16/2/1955.

51 "Artesanato Algarvio", *A Voz de Loulé*, n.º 82, Ano IV, 16/4/1956.

A partir dos anos 60 do século XX, os sapateiros louletanos iriam paulatinamente definhando. Onde procurar as causas para o seu progressivo desaparecimento? Vamos adiantar algumas hipóteses.

Podemos encontrá-lo na não renovação geracional da profissão. Os filhos e netos que em determinado momento não quiseram continuar a herança profissional paterna. A profissão já não os atraía quer por estar associada a um modo de trabalho de alguma forma duro e pouco atraente do ponto de vista da higiene. E o que auferiam não era compatível com os novos valores que a sociedade ia atraindo. Novos serviços/profissões, melhores remuneradas, na base de uma melhor formação técnico-profissional surgiam no horizonte, nomeadamente o turismo.

Também a emigração dos anos sessenta terá contribuído para a diminuição dos efectivos dos sapateiros.

Um outro factor esteve na ausência de modernização da indústria do calçado e da sua mecanização na região sul do país, designadamente no Algarve e em Loulé, ao invés do sucedido no norte do país, onde se encontravam as mais importantes e modernas unidades na confecção de calçado. Esta indústria teve, aliás, como grande aliado para a sua expansão o aparecimento dos viajantes que regularmente percorriam todo o país.

Enquanto em outras regiões do país o fabrico de calçado evoluía no sentido mais industrial e comercial – com o aparecimento dos viajantes –, em Loulé a técnica de fabrico regrediu. Álvaro Floro, antigo fabricante e comerciante, evidencia este atraso técnico-laboral ao evocar que o «*Calçado de Loulé até 1942/43 era pregado (espigo de ferro ou cobre), utilizava papelão nas testeiras e palmilha; sendo tal*

prática proibida a partir desse período, os sapateiros locais forçaram-se a uma aprendizagem que lhes permitisse “palmilhar” as biquieras, gáspeas e tacões, (este conjunto chama-se “corte”) à vira e “pontear (coser)” a mesma vira à sola ou à borracha (rasto do sapato ou bota). Este retorno à origem de fazer sapato, seria para Álvaro Floro, o princípio da desmotivação louletana para a manufactura do calçado»⁵².

Os comerciantes algarvios de calçado, com raríssimas excepções, tendo à sua disposição uma abundante mão-de-obra barata, foram avessos à introdução de modernos sistemas de fabrico.

Os anos posteriores iriam marcar inexoravelmente o declínio do mundo oficial e doméstico da confecção de sapatos, consequência da ausência de modernização, de dinamismo e de algum apoio oficial. Estávamos perante uma indústria obsoleta, cujas «*máquinas de outros lados derrotaram as habilidosas mãos dos artífices louletanos*».

A mecanização tornava-se problemática, visto que do ponto de vista energético as manufacturas louletanas se defrontavam com os preços elevados da electricidade pelo que «*nenhum pequeno heróico industrial se aventurou a montar máquinas de fabrico automático*»⁵³.

A ofensiva do Estado Novo contra as industriais caseiras terá, eventualmente, contribuído para o seu declínio.

52 MESQUITA, António, (1991), "Especificidades da pré-indústria de calçado e curtumes no Algarve", *Anais do Município de Faro*, XXI, p. 250.

53 ALBINO, Carlos, "A dinamização da indústria de calçado e formas evoluídas para o artesanato", *A Voz de Loulé*, n.º 491, Ano XX, 8/6/1972.



O Desaparecimento dos Pirilampos? Trabalho e Identidades em Aljustrel

“No início dos anos ‘60, por causa da poluição atmosférica e sobretudo, no campo, por causa da poluição da água, os pirilampos começaram a desaparecer.

Este foi um fenómeno rápido como um relâmpago.

Alguns anos depois, já não havia pirilampos. (...)

Essa «coisa» que ocorreu, há uma dezena de anos, vamos chamá-la de «desaparecimento dos pirilampos».”

Pier Paolo Pasolini, Le pouvoir sans visage

No ano anterior a ter sido assassinado, Pasolini publicou vários textos onde exprimia uma visão muito pessimista da sociedade italiana, referindo-se ao processo de emergência da cultura de massas e do consumismo como ideologia dominante. Estes fenómenos, provocados pela industrialização tardia que a Itália sofreu (tal como Portugal) e pela integração do mercado nacional italiano nos mercados internacionais, estariam a produzir um nivelamento cultural que, na opinião do autor, afectava todas as classes sociais e conduziria ao desaparecimento das identidades próprias (de classe, de profissão, de região, etc.). Ele previa uma homogeneização cultural da sociedade italiana e falava (de maneira exagerada), em genocídio e

fascismo clássico face ao autoritarismo da sociedade de consumo. Em 1975, o ano do seu assassinato, Pasolini cristaliza estas ideias através da metáfora do “*desaparecimento dos pirilampos*”. Ele compara este acontecimento, que teria ocorrido nos subúrbios em desenvolvimento das cidades italianas, ao desaparecimento das referidas identidades particulares. Ambos os fenómenos seriam uma consequência do desenvolvimento industrial.

No entanto, o autor esquece que os processos de mudança social não ocorrem de forma linear. Na realidade, aquilo que se passa relativamente ao mundo do trabalho e dos trabalhadores e às identidades laborais é que, por um lado, não se trata de fenómenos homogêneos e que, por outro lado, estes sofrem transformações constantes, mas não desaparecem definitivamente. Na minha investigação sobre os mineiros de Aljustrel verifiquei que as identidades associadas ao trabalho nas minas sempre foram/são múltiplas, afirmando-se de várias maneiras. Convém esclarecer que, se é verdade que as várias transformações ocorridas no processo de produção das minas de Aljustrel implicaram mudanças ao nível da condição dos trabalhadores mineiros e da reconstrução da identidade mineira, também não é menos verdade que, devido às particularidades da vila e ao modo como a mineração industrial ali se desenvolveu, a identidade mineira nunca foi apenas aquela que imaginamos ter sido. Tal como o trabalho na mina não implicou a existência de uma identidade mineira única, também o fim dos trabalhos de mineração ou a incerteza da sua continuidade não significa o “*desaparecimento dos pirilampos*”, mas antes a sua transformação – brilham com outras cores, mas brilham.

1. A cultura mineira como objecto das ciências sociais

O presente texto refere-se não só à investigação realizada sobre os mineiros de Aljustrel e as suas memórias e identidades relacionadas com o trabalho nas minas, mas também às reacções locais relativamente à tese que defendo questionando a existência de uma *cultura mineira* na vila de Aljustrel (Fonseca, 2007).

O tema central da pesquisa referiu-se à existência de uma identidade mineira, na qual toda a população da vila se reconheceria e que resulta de um processo que associa os jazigos mineiros, o território da vila e toda a sua população. “*Aljustrel, terra mineira, terra de luta*”, é a imagem construída e afirmada ao longo dos tempos sobre a localidade, que nos remete para a existência de uma população trabalhadora associada à mina e bastante mobilizada social e politicamente. Os trabalhadores mineiros são recorrentemente qualificados como corajosos e *valentes* e a vila como sendo essencialmente *mineira* e *vermelha*. Esta identidade é apropriada por todos em Aljustrel – desde os trabalhadores que acumularam e/ou alternaram a actividade na mina com outros trabalhos, àqueles que nunca trabalharam na mina ou ainda aos responsáveis políticos locais. Paradoxalmente, esta situação verifica-se mesmo no actual momento de declínio da exploração industrial mineira no concelho. E são raras as vozes dissonantes.

Num primeiro momento da investigação, tratou-se de compreender o caso de Aljustrel à luz de uma *cultura mineira* universal, que estaria na origem de comunidades com uma forte identidade ligada à actividade profissional e de observar o que se passava relativamente

a essa identidade num momento em que estava suspensa a actividade produtiva da empresa concessionária das minas¹.

Mas, em que consiste essa identidade mineira presente em Aljustrel? São vários os trabalhos das ciências sociais que se têm debruçado sobre a existência de um imaginário universal relativamente aos trabalhadores mineiros e às suas comunidades, que teriam uma cultura própria comum. Salientam a importância da edificação de uma identidade em torno do trabalho na mina e em torno da mobilização social e política destas populações (especialmente combativas e lutadoras). A imagem ficcionada em torno dos mineiros é a de trabalhadores que revelam um amor pelo seu trabalho e pelo local onde ele é exercido (a mina). Os mineiros são vistos como seres à parte da sociedade (trabalhadores e militantes modelo). As características do trabalho que desempenham no subsolo (reconhecidamente duro e perigoso) contribuem para a atribuição de qualidades específicas (de sacrifício e de coragem) aos seus protagonistas, o que os distingue de outros trabalhadores.

As características das comunidades mineiras², que justificam a emergência de uma identidade própria, assentam em diferentes elementos: o seu isolamento físico e o sistema de povoamento disperso, o predomínio económico da actividade de extracção de minério, o trabalho precário e perigoso, a ocupação homogénea, as actividades

1 É importante esclarecer que, durante todo o período em que realizei o meu trabalho de campo (entre 2001 e 2004), a laboração das minas estava suspensa. Situação que se mantinha desde 1993 e que só se alterou em 2006, com o recomeço da mineração por uma nova empresa concessionária.

2 Segundo Bulmer (citado em Knapp *et al.*, 1998).

de lazer comuns (desporto, tabernas, religião, etc.) em que o trabalho se mantém como o principal interesse e tópico de conversas, a segregação de géneros, o conflito de classes, as relações sociais comunitárias múltiplas e complexas (solidariedade, partilha de histórias e de memórias, etc.). As principais teorias na análise destas comunidades referem a importância da edificação de uma identidade em torno do trabalho na mina. O modelo sociológico, construído inicialmente sobre a formação das comunidades mineiras, foi o modelo das “massas isoladas”³. Nesta linha de pensamento, é proposto o conceito de “enclaves”⁴ para descrever a realidade das comunidades mineiras. Estas correspondem a uma forma de organização da produção que reforça os vínculos entre a empresa produtora e a população trabalhadora, através de um isolamento desta (face a outros sectores da sociedade) e da existência de diversos serviços prestados pelo centro de produção, no sentido de manter os trabalhadores e as suas famílias. Esta situação traduz-se na emergência de uma rede de relações separada do resto da economia e da sociedade. Trata-se, portanto, de uma ideia consensual entre os vários autores, a de que o processo como se formam e organizam as comunidades de mineiros resulta na emergência de uma “paisagem cultural” (Bell, 1998) que as distingue de outras. Além do isolamento das comunidades mineiras, também as características específicas do trabalho no subsolo (que exigem esforço físico e coragem) ou o carácter espectacular e a elevada

3 De Clark Kerr e Abraham Siegel (em 1954), citados em Knapp *et al.*, 1998.

4 Pelo sociólogo mexicano Zapata (1980).

frequência das greves mineiras, constituem elementos que têm alimentado o imaginário colectivo (Petras e Zeitlin, 1968; Desbois *et al.*, 1986; Mattei, 1987 e Lazar, 1990).

Este fenómeno de construção identitária dos trabalhadores mineiros como heróis-soldados inscreve-se num fenómeno mais alargado: o da construção social do trabalho, na medida em que este preenche uma função colectivamente identificada e valorizada. A divulgação desse imaginário surgiu no início do desenvolvimento industrial da mineração e com o incremento da industrialização dos países ocidentais, em que a extracção de carvão era fundamental para as economias nacionais. Um primeiro impulso resultou da publicação da obra *La Vie Souterraine. Les Mines et les Mineurs*, escrita por um antigo engenheiro de minas francês (Simonin, 1982) e cujo propósito era descrever o modo de vida dos mineiros e a sua actividade profissional. A divulgação desse texto, no início do século XX, ocorreu com o incentivo e a expensas da empresa mineira onde trabalhou e como é natural, o seu discurso era uma apologia da actividade mineira. Partindo desta cristalização inicial relativa à imagem dos mineiros como heróis e através da divulgação de vários elementos, reais (uns) e imaginados (outros), a pouco e pouco impôs-se um imaginário colectivo sobre estes trabalhadores.

O sociólogo Bruno Mattei (1987 e Desbois *et al.*, 1986) chama a atenção para o facto de as instituições sociais sempre necessitarem de se apoiar em discursos e aparatos ideológicos para que possam operar e ser funcionais. A propagação deste ideário sobre os mineiros não foi, portanto, inocente. Tratava-se de fixar uma imagem deste grupo profissional que serviu a amplos sectores da sociedade: antes

de mais, aos donos das empresas e aos quadros técnicos (que tinham interesse em difundir e impor uma representação dos mineiros como trabalhadores que amam o seu trabalho, corajosos e sempre prontos a qualquer sacrifício, com o objectivo de manter uma mão-de-obra disciplinada), mas também às associações e aos sindicatos que necessitavam de um corpo de indivíduos organizado que os seguisse. O mesmo autor define este dispositivo ideológico como “um stock ‘imaterial’” (com valores e modelos de comportamento próprios), que permite aos indivíduos a quem se dirige (através da interiorização dessas imagens e discursos) uma identificação e reconhecimento.

2. Uma identidade mineira particular

Em Aljustrel, este fenómeno verificou-se sobretudo por mimetismo, não porque as minas de pirite fossem um elemento estratégico para a economia nacional. Contudo, o mito funcionou de forma igualmente eficaz. E vai ser, precisamente, a afirmação de uma identidade *mineira* e *vermelha* para a vila de Aljustrel com que me vou deparar no início do meu trabalho de campo. Muitos dos elementos que têm sido apresentados (Desbois *et al.*, 1986 e Mattei, 1987) como constituindo a identidade mineira – construída no passado, tornada universal e assumida por todas as comunidades mineiras independentemente dos seus contextos geográficos ou históricos – são passíveis de ser encontrados na identidade colectiva construída sobre e pela população de Aljustrel. Estou a referir-me a aspectos como a existência de elementos da *cultura mineira*: as festas de Santa Bárbara (padroeira dos mineiros), a organização dos quotidianos familiares em torno dos serviços prestados pela empresa (assistência médica,

armazéns de abastecimento, habitação, escolas, etc.) – ainda que estes sejam reduzidos, no caso de Aljustrel –, as associações recreativas, culturais, desportivas e sindicais (o campo de futebol da empresa, o grupo de futebol constituído por trabalhadores da mina, as reuniões na sede do sindicato dos mineiros, o grupo coral, etc.), os bairros mineiros e a vida entre vizinhos que compartem o mesmo quotidiano laboral e familiar...;

Um outro aspecto dessa identidade mineira é a relação ambígua dos trabalhadores mineiros com o seu trabalho, detectada nos discursos de todos. Por um lado, o trabalho no subsolo é exaltado e valorizado, existe uma naturalização dos riscos envolvidos (decorrentes da perigosidade do próprio local de trabalho e portanto, incontornáveis) e os trabalhadores mineiros são glorificados e investidos de características próprias (como a coragem, a valentia e a solidariedade). Paradoxalmente, existe em simultâneo um discurso que menospreza e amaldiçoa o trabalho na mina: surgem referências recorrentes à dureza das condições de trabalho e às fracas contrapartidas salariais ou, ainda, à angústia do trabalho no sub-solo, aos aspectos mórbidos associados à actividade mineira e aos múltiplos acidentes de trabalho de que se foi vítima ou a que se assistiu.

Finalmente, outro aspecto da identidade mineira observada em Aljustrel é o da presença dos mineiros e da mina como referentes centrais dos discursos produzidos por todos na vila (mineiros e não mineiros). No decurso do trabalho de campo, verifiquei que entre a população masculina da vila, o trabalhador mineiro continuava a ser o modelo a seguir e a identidade masculina era construída em relação a um grupo de pertença e de referência – os *mineiros*.

Em rigor, *mineiro* é uma das categorias profissionais na actividade de extracção mineira. Porém, em Aljustrel, este termo é usado de forma recorrente nas conversas das pessoas e serve para designar indiscriminadamente todos os trabalhadores da empresa mineira, independentemente do departamento onde trabalhem ou da sua categoria profissional e também as respectivas famílias (mulheres e filhos) ou o grupo de pessoas que reside nos bairros mineiros, embora a maioria actualmente já não tenha qualquer ligação com a empresa. Assim, o sentido mais vasto assumido para este referente (*os mineiros*) confere-lhe uma funcionalidade e um sentido na construção da identidade da população.

Simultaneamente, a *mina* é ainda hoje o principal referente nos discursos de todos em Aljustrel. A sua referência surge também de forma recorrente, com diferentes significados: uns, dizem que foram “*empregados da mina*” para referir a sua situação de trabalhadores da empresa mineira; outros, dizem que “*foram viver para a mina*”, referindo-se ao momento em que foram residir para uma das casas da empresa (nos bairros mineiros ou na vila) e outros, ainda, falam nas “*festas organizadas pela mina*”, referindo-se à festa de Santa Bárbara e à festa anual da empresa. É como se a mina fosse uma entidade com capacidade de acção (tal como a câmara municipal ou a empresa). As referências à mina podem surgir com um sentido mais abrangente, relativo a todo o território concessionado (área de produção industrial, bairros, infraestruturas da empresa mineira, etc.) ou, então, com um sentido mais restrito, relativo apenas ao jazigo ou à área industrial mineira.

Um episódio a que assisti, durante a minha estadia de terreno em Aljustrel, é representativo da importância simbólica que a mina

manteve. Todos os verões, as montras dos fotógrafos da vila enchiam-se de fotografias de noivos, tiradas em locais considerados bonitos: searas alentejanas, campos de girassóis, antigas igrejas, monumentos da região, piscinas ou (surpreendentemente) a *paisagem lunar* da área de produção das minas. Não são muitos os casais que optam por este cenário, mas a sua originalidade capta a atenção de todos.

Interroguei-me sobre os motivos que levariam um jovem casal a querer fixar desta forma a imagem do seu casamento – até porque tendo eu visitado aqueles locais, estes me haviam parecido bastante inóspitos (pelo forte odor a enxofre que se faz sentir e pelas poças de água sulfurosa que, por vezes, existem e que danificam todo o calçado de borracha). Entrevistei um destes noivos que me revelou que, tal como a maior parte das pessoas em Aljustrel, ele e a sua esposa tiveram alguém na família próxima (o avô dela e um irmão dele) a trabalhar na empresa mineira, mas isso eram “coisas do passado”, como me disse. O critério apresentado para a escolha do local das fotografias no dia do seu casamento deveu-se à originalidade daquele cenário: vivendo em Aljustrel, uma “*vila mineira*”, pensaram que seria interessante e fora do comum serem fotografados num local que estava relacionado com uma particularidade da terra onde nasceram e se casaram.

É com base neste sentido mais alargado da mina, em que esta corresponde praticamente à totalidade do território da vila de Aljustrel, que é construída a identidade colectiva de Aljustrel como *vila mineira*. Esta, faz com que a vila seja confundida com a mina e a mina com a vila e permite antever um colectivo indefinido: trata-se de toda uma população que se afirma como mineira.

Contudo, num segundo momento de observação mais detalhada (são essas as vantagens do trabalho etnográfico), a realidade observada mostrou que a população trabalhadora em Aljustrel tem características próprias que a afastam dessa imagem idealizada sobre as comunidades mineiras e que os mineiros tendem a construir sobre si próprios. Foi possível detectar a existência de outras identidades, que se prendem com as reais condições de trabalho e de existência dos trabalhadores nas minas. As particularidades da economia regional e a sua inserção numa economia nacional periférica, moldaram a forma como decorreu a extracção mineira industrial. E influenciaram também a própria construção identitária, que apresenta algumas contradições e divergências relativamente ao *modelo clássico* da identidade mineira.

Esta vila dificilmente poderá vir a ser considerada uma comunidade mineira no sentido mais completo dessa expressão – relativo a uma comunidade homogénea, dedicada e organizada em torno de uma actividade económica exclusiva. As minas de Aljustrel inserem-se na Faixa Pitiora Ibérica⁵. Desde o início da mineração industrial (no último quartel do século XIX), a laboração das empresas concessionárias das minas vai ocorrer de forma intermitente, estando sujeita

5 Trata-se de uma região no sul da Península Ibérica, com 250 km de comprimento e entre 30 a 50 km de largura, que se estende desde Águas de Moura (em Setúbal, Portugal) até próximo de Cartagena (na Andaluzia, Espanha). Trata-se do maior "*distrito mineiro europeu*" e nele se localizam várias dezenas de jazigos de pirite, dos quais se destacam: do lado espanhol, Riotinto (Huelva) e do lado português, São Domingos, Aljustrel, Neves Corvo, Caveira e Lousal. No caso de Aljustrel, foram identificados e explorados 6 jazigos de pirite.

a vários períodos de paralização: em 1907 e 1911 (despedimentos em massa, numa fase de reestruturação da mão-de-obra na passagem da preparação da laboração para a extracção mineira); entre 1930 e 1935 (suspensão da laboração devido ao baixo valor do cobre nos mercados internacionais e aos custos de transporte do minério até aos portos marítimos); entre 1940 e 1944 (nova suspensão da laboração, motivada pela II Guerra Mundial); entre 1945 e 1947 (período longo e difícil de recomeço dos trabalhos na mina); em 1989 (decretado *Lay Off* na empresa concessionária das minas); entre 1993 e 2006 (nova suspensão dos trabalhos de exploração – apenas 80 trabalhadores garantiam a manutenção das galerias, com vista a uma possível retoma dos trabalhos de mineração); em 2006 (recomeço dos trabalhos preparatórios para a exploração mineira); em 2008 (recomeço da mineração e comercialização do minério).

A existência de períodos de desemprego ou a política de baixo valor dos salários (desde sempre praticada pelas empresas), tiveram consequências trágicas para os trabalhadores mineiros e para a população trabalhadora do concelho, que enfrentou graves crises de desemprego e sempre viveu uma condição laboral de grande instabilidade. Esta situação levou muitos dos trabalhadores nas minas a manter um pé nos campos, realizando trabalhos agrícolas para as herdades da região, com o objectivo de complementar os rendimentos familiares ou de suprir a falta de trabalho na mina. Essa situação foi expressa através de uma frase que vários entrevistados proferiram: “*nós levávamos a foice logo p’ra mina*”, no sentido de explicar que muitos deles, quando saíam do seu turno de trabalho no fundo da mina, iam ainda trabalhar nas ceifas (como rendeiros de

pequenas parcelas de terreno ou tomando de empreitada pequenas searas nas herdades da região).

Além disso, apesar da forma irregular como decorria a produção industrial mineira, as empresas concessionárias do jazigo nunca tiveram grandes dificuldades em contratar mão-de-obra sempre que ela foi necessária, uma vez que existiu sempre a possibilidade de recorrer aos trabalhadores disponíveis do concelho, entretanto ocupados nos campos. E também nunca surgiu como uma necessidade para estas empresas o recurso a políticas e práticas sociais (como os aumentos salariais ou a construção de habitação para os trabalhadores) para atrair e fixar a mão-de-obra no trabalho da mina.

Por outro lado, na década de 1960, a concorrência simultânea de diversos factores – como a repressão policial e a prisão de muitos trabalhadores (com as consequentes dificuldades em voltar a encontrar trabalho nas minas), a renovação da mão-de-obra mineira no contexto da transformação tecnológica fomentada pela empresa (com a contratação de trabalhadores jovens qualificados), o êxodo rural que se verificou por todo o país – provocaram um importante corte geracional na mão-de-obra das minas. A maior parte das pessoas que entrevistei, que haviam trabalhado na mina, tinha iniciado essa actividade na década de 1960, altura em que se verificou uma renovação da mão-de-obra mineira com a contratação de jovens qualificados. Desses trabalhadores, apenas alguns tinham o pai ou algum outro familiar ascendente que também tivesse trabalhado na mina. Famílias com mais de três gerações de trabalhadores mineiros são raras. A existência de verdadeiras dinastias de mineiros (em que, geração atrás de geração, os homens da família se empregam nas

minas), como ocorre em determinadas regiões onde esta actividade é predominante, nunca chegou a existir em Aljustrel.

A actividade mineira nunca ocorreu de forma estável, nem atingiu a dimensão necessária (em termos da quantidade de produção e de trabalhadores) para dar origem à formação de uma classe de operários mineiros suficientemente coesa e forte para se impor na sociedade portuguesa. A precariedade laboral, a que os mineiros sempre estiveram sujeitos e que era a condição habitual entre os assalariados agrícolas, contribuiu para a formação em Aljustrel não de uma elite da classe operária nacional (como sucede em muitos países com um forte sector mineiro), mas de uma classe de assalariados única e polivalente (que se repartia entre o trabalho nos campos e o trabalho na mina).

3. Ser mineiro para além da actividade na mina

Em Aljustrel, quando explicava às pessoas o trabalho que realizava e o meu interesse pelas minas e pelos mineiros, frequentemente recebi dois tipos de resposta: “*isso, aqui somos todos mineiros*” ou, então, “*agora, já não há mineiros*” ou “*ser mineiro já não é o que era*”. A principal conclusão alcançada com o meu trabalho, com base nos dados aqui descritos, resultou num questionamento da representação da vila de Aljustrel como “*terra mineira e de luta*” e na convicção de que ser mineiro nunca terá sido apenas aquilo que se diz que foi. Obviamente, esta tese suscitou reacções.

Assim, quando participei (já depois da publicação do livro) num encontro organizado pela autarquia e dedicado à temática das comunidades mineiras e do seu tratamento pelas ciências sociais, apresentei as conclusões do meu trabalho. E fui confrontada com uma forte oposição

por parte do próprio Presidente da Câmara Municipal (na época, eleito pelo Partido Comunista Português). Muitos dos presentes (que trabalhavam ou haviam trabalhado na mina) concordaram que a população em Aljustrel esteve sempre ligada a outras actividades profissionais e que devido às recentes transformações da produção mineira (com o recurso a novas tecnologias) *“ser mineiro já não é o que era”*. Contudo, o autarca local insistiu e afirmou: *“aqui em Aljustrel, sempre fomos mineiros, é isso que nos distingue das populações próximas”*.

Mais recentemente fui ainda protagonista de outro episódio em que, contra toda a lógica, uma determinada identidade mineira é reivindicada para a vila de Aljustrel. Desta vez, tratou-se de um evento de *“marketing do território”* organizado pelo Instituto Politécnico de Beja. Eu, que apenas quando cheguei ao local fui confrontada pela primeira vez com a designação *“marketing do território”*, comecei a recear o pior. Estavam presentes participantes de diferentes áreas: investigadores das ciências sociais, geólogos, representantes da Direcção Geral de Geologia e Energia e do INETI, um fotógrafo e um escritor que têm publicações sobre Aljustrel e minas e o Presidente da Câmara Municipal. Logo na intervenção inicial, o Presidente da Câmara (outro, agora eleito pelo Partido Socialista) arrumou de uma penada a minha tese, dizendo que *“Aljustrel é uma vila com características próprias, que se destaca pelo facto de ter uma população de operários que trabalham nas minas e não uma população camponesa como acontece nas localidades vizinhas”*.

Convém referir que a identidade mineira da vila sempre teve uma razão prática relacionada com factores económicos. A correspondência entre a vila e a mina prende-se com uma associação ao

trabalho na mina mas sobretudo à empresa mineira concessionária dos jazigos, que é o principal contribuinte fiscal da autarquia. Durante mais de um século, a sobrevivência económica do conselho de Aljustrel esteve dependente em grande medida do desenvolvimento proporcionado pela mineração industrial. Este processo de identificação entre a mina, a vila e a sua população assenta, portanto (e primordialmente), em factores de carácter económico. E é reactualizado em diferentes conjunturas.

Contudo, os aspectos simbólicos são igualmente importantes. Vários dos trabalhos dedicados às comunidades mineiras têm vindo a reforçar a hipótese de que estas seriam uma espécie de sobrevivência: mesmo depois do fim da mineração (que constituiu a razão de ser inicial destas comunidades) permanecem formas culturais específicas e identificações colectivas próprias. Para designar este processo, Warwick e Littlejohn (1992, citados por Crow e Allan, 1995) utilizam o conceito de “capital cultural local” (emprestado do conceito “capital cultural” estabelecido por Bourdieu). A força simbólica que o trabalho no sub-solo e os modos de vida associados implicam constitui, portanto, um elemento importante a tomar em consideração, nos processos de renovação económica e requalificação de regiões mineiras. Aquilo que se verifica é uma tentação para manter e fazer reviver estes territórios enquanto espaços mineiros, mas agora como espaços dedicados ao lazer e à cultura. Opera-se, assim, uma passagem da indústria mineira para a indústria do turismo.

Esta transformação torna-se possível através de um processo de patrimonialização das localidades mineiras (incluindo as suas infraestruturas de produção, o equipamento industrial, a arquitectura e

os próprios jazigos), que resulta na atribuição de novas funcionalidades a elementos que perderam interesse produtivo e são convertidos para a actividade turística de características culturais. Este processo de criação do património cultural, baseia-se num reaproveitamento selectivo e na criação de uma nova imagem (que se pretende apelativa e harmoniosa) para estas regiões turísticas.

Em Aljustrel, este processo de patrimonialização (associado à possibilidade de captar apoios financeiros para a região) surge sob o impulso de agentes políticos locais e este facto conduz a uma consciência patrimonial diferente. Através do recurso a um dispositivo ideológico (agora ao serviço de uma requalificação destes territórios) opera-se um reforço da identidade mineira para a vila e para a sua população e uma negação das outras identidades que possam existir. Nesse processo, o recurso à história e à memória locais desempenham um papel fundamental como factor explicativo de uma identidade particular. Este trabalho de manipulação da memória, afasta os elementos que poderiam conduzir à edificação de uma imagem menos agradável ou polémica sobre as minas e os trabalhos de mineração. Os discursos sobre o passado da vila remetem-nos para uma imagem construída no sentido de afirmar a existência de uma actividade única (a mineração) e de exaltar a coragem e valentia dos trabalhadores no desempenho de uma actividade difícil e perigosa, enfrentando as adversidades da vida através de actos de solidariedade.

Sobre este fenómeno que observei em Aljustrel, Román e Balasteros (1995) defendem que os processos identitários são essencialmente fenómenos políticos das sociedades. O propósito destes autores (que partilho) é o de desmistificar a ideia de que existe uma identidade

única e homogénea e de dar conta da heterogeneidade de leituras sobre os dois referentes presentes nas comunidades mineiras: as minas e os mineiros. A política é aqui entendida como um processo através do qual os colectivos articulam modelos de representação, tanto sobre si próprios como sobre os outros, bem como sobre a realidade em que estão inseridos através das relações de poder que estabelecem entre si.

Neste contexto, surgem algumas interrogações sobre as mudanças no mundo da mineração e sobre o processo de reconstrução da identidade da vila e da sua população trabalhadora. O que é ser-se um mineiro desempregado ou reformado? Qual o actual significado do trabalho na mina?

Quanto à primeira questão, já aqui referi ter verificado que, em Aljustrel, as identidades masculinas continuavam a ser edificadas em torno da mina e do trabalho na mina e em relação a um grupo de pertença e de referência – os mineiros. E isto num momento em que a laboração da mina estava suspensa.

Um facto ocorrido frequentemente, durante o meu trabalho de campo, é paradigmático dessa situação: quando entabulei conversa com muitos antigos mineiros, o assunto imediato era a mina. Facilmente ficava a saber que o meu interlocutor tinha trabalhado na mina, em que sector, durante quantos anos e até a quantos metros de profundidade (no caso dos trabalhadores no subsolo). Surgiam explicações detalhadas sobre os poços e as galerias, como se de ruas e praças de uma cidade se tratasse. E todas as informações eram dadas com um sentimento de orgulho, por terem estado associados a um trabalho perigoso e de grande dificuldade. Nesses discursos, um elemento ressaltava pela sua estranheza: a par de todas as informações

peçoais que me facultavam sobre a sua relação com a mina, estes homens, faziam questão de me dizer também qual a taxa de incapacidade que lhes havia sido atribuída para efeitos da pensão de invalidez por motivos de doença profissional (a silicose). Seguiam-se os pormenores desse processo burocrático, que passou na maioria dos casos por uma contestação do valor inicial.

Quando me narraram estes episódios, a intenção não era apenas a de me contar como tinham sido prejudicados financeiramente, mas também a de me revelar a desconfiança generalizada sobre os serviços da medicina do trabalho ao não reconhecer uma doença profissional que surge como uma espécie de certificação do bom desempenho da profissão. Um mineiro, ao fim de tantos anos de trabalho na mina tem forçosamente de estar atingido pela silicose. A indignação pelos baixos valores de incapacidade pela doença era expressa com frases do género: “— *Então, eu, que trabalhei X anos na mina, agora, só tinha Y por cento de silicose?*”. A naturalização dos riscos para a saúde pelo trabalho das minas, elemento que faz parte da interiorização da mitologia por parte dos trabalhadores, leva-os não só a aceitarem a doença com normalidade, como também a verem-na como o culminar de uma carreira profissional desempenhada com brio. Além disso, representa o prolongamento da situação de actividade laboral para aqueles que já não trabalham na mina: é uma forma de os reformados, pré-reformados e desempregados continuarem a pertencer ao mundo da mina. Continuam a ser mineiros para além da actividade na mina.

Quanto à segunda questão (recordo, sobre o actual significado do trabalho na mina), ela remete-nos para uma situação inversa: a de trabalhadores na mina que não são (não se consideram) mineiros.

Em 2006, após um longo período de suspensão dos trabalhos e graças à subida do valor do cobre nos mercados internacionais, verificou-se um recomeço da laboração mineira em Aljustrel. Nesse contexto, a actividade de mineração sofrera alterações profundas e também o trabalho dos mineiros e as suas condições de trabalho se transformaram radicalmente. As tarefas na fase preparatória dos trabalhos de extracção do minério são executadas, essencialmente, por empresas sub-contratadas. Esta situação constitui uma alteração fundamental: uma boa parte destes trabalhadores (temporários) vem de outras regiões e não chega a fixar-se na vila – quando os contratos chegam ao fim, eles seguem para outra “empreitada”, noutro local. Assim, a maior parte dos trabalhadores que aqui estão empregados pouco se identificam com a imagem do trabalhador mineiro e a sua relação com o trabalho no sub-solo também se modificou. Consideram-se condutores ou operadores de máquinas. Trabalham para empresas de construção e estão numa mina como poderiam estar na construção de túneis do metro ou de barragens.

Também as formas de contratação e o tipo de relação que mantêm com as empresas que os contratam fazem com que não haja uma estabilidade do grupo de trabalho, o que impede a transmissão de conhecimentos e do saber-fazer, necessária ao processo de aprendizagem para qualquer trabalhador numa mina e que estava na origem da formação de uma identidade colectiva profissional. Como já não se verifica uma permanência em continuidade no local de trabalho dificilmente contribuem para a perpetuação de uma comunidade mineira, em que a identidade profissional era apropriada por toda uma população. O trabalho na mina assume, assim, novos significados.

No entanto, importa salientar que, apesar de as actuais condições de trabalho na mina terem sofrido profundas alterações, existe um elemento que, no caso das minas de Aljustrel, se mantém: a instabilidade laboral. Após os trabalhos preparatórios para a laboração da mina, a extracção do minério exige uma mão-de-obra mais estabilizada. No entanto, esta vive sob a ameaça constante de novas suspensões da actividade devido às flutuações do valor do minério nos mercados internacionais. Com a agravante, no contexto actual, de inexistência da alternativa de trabalhos na agricultura.

Ao longo de todo o século XX, a situação vivida pela classe trabalhadora da vila, devido à intermitência com que se desenrolaram os trabalhos de mineração, fez com que esta população vivesse em permanente precariedade laboral. Durante este período, o objectivo quer do estado português (sobretudo durante a ditadura do Estado Novo) como das empresas concessionárias do jazigo, foi o de uma manutenção no concelho de uma população trabalhadora em situação de mobilidade geográfica permanente e de disponibilidade para qualquer trabalho – ora na mineração ora na agricultura. Esta realidade configura uma situação semelhante àquela que se verifica existir nos nossos dias e que se prende com as características exigidas actualmente aos trabalhadores, que se resume em três palavras: mobilidade, flexibilidade e polivalência.

Do meu ponto de vista, as recentes transformações do trabalho nas minas trazem impactos inevitáveis para o imaginário sobre o mineiro enquanto trabalhador e militante modelo e para a identidade da vila.

4. Conclusão

A situação que acabo de descrever sobre a identidade mineira em Aljustrel – em que existe uma identidade hegemónica, afirmada oficialmente, que se opõe às outras identidades possíveis (minoritárias e subordinadas) – e alguns dos episódios que têm ocorrido desde que publiquei o meu trabalho, confirmam a minha ideia de que a identidade mineira e revolucionária da vila de Aljustrel, constitui de facto uma ficção.

E a propósito, recordo uma história que o escritor Eduardo Galeano conta: sobre um menino com quem se cruzou numa cidade da América Latina, que lhe mostra um relógio desenhado no seu pulso (dizendo que foi um presente do tio que está emigrado nos EUA), o escritor pergunta ao garoto se o relógio funciona bem e recebe como resposta “*atrasa um pouco*”. Por vezes, penso que se seguisse a fantasia identitária construída pelos grupos de poder em Aljustrel e perguntasse às pessoas se a sua identidade funciona bem, receberia como resposta “*atrasa um pouco*”, num reconhecimento de que essa é apenas a identidade oficial e depois existem outras: as dos mineiros que faziam o seu próprio almoço quando chegavam a casa porque as mulheres andavam a trabalhar no campo, as dos rapazes que choraram no primeiro dia em que desceram ao fundo da mina onde não queriam trabalhar, as das viúvas de mineiros falecidos precocemente devido à silicose, as das crianças cujos pais saíam de casa com a foice ao ombro, as dos que nunca trabalharam na mina e vivem na vila mineira, etc..



Origem e Evolução da Profissão e da Actividade na Hotelaria e Turismo

HORÁRIO, REMUNERAÇÃO, ESTATUTO SOCIAL, ORGANIZAÇÃO DE CLASSE

Introdução

Servos, lacaios, criados e criadas, criados de mesa, cozinheiros, porteiros, são profissões que remontam seguramente aos primórdios da história. Porque desenvolvem actividades com vista à satisfação de necessidades básicas, como a alimentação, as condições para descansar e dormir, a facultação do lazer. Onde quer que se ergueu um palácio, se constituiu uma família de casa abastada, foram seleccionados escravos e servos, ou contratados criados e criadas para lhes fazerem a comida, as camas, limparem a casa.

Nos exércitos, aquartelados ou em batalha, há os que tratam da questão estratégica das provisões alimentares e da sua confecção e distribuição. Com o advento das trocas comerciais e a circulação de mercadorias e pessoas começaram a surgir albergarias, pousadas, estalagens, pensões, hotéis, tabernas, botequins, restaurantes e cantinas, para abrigar e alimentar viajantes, negociantes, os animais de carga e transporte, viajantes, peregrinos e turistas. Vejam-se ainda hoje as imponentes fortalezas que são as pousadas, edificadas a um dia de jornada cada, na histórica rota da seda, por onde chegavam

ao ocidente, por terra, as mercadorias provenientes do oriente, antes dos descobrimentos marítimos.

Remontam pelo menos ao tempo dos romanos, as termas e as caldas, para os banhos e tratamento de águas, actividades onde se vieram a edificar alguns dos primeiros hotéis comerciais.

Mas foi com o aparecimento da máquina a vapor e o desenvolvimento explosivo dos transportes colectivos, primeiro com o comboio e o barco a vapor, no século XIX, e depois com o avião, no século XX, que proporcionaram a deslocação rápida de grandes massas de pessoas para qualquer parte do mundo, que a restauração, a hotelaria e o turismo se transformaram numa das principais actividades económicas mundiais, empregando dezenas de milhões de trabalhadores, na hotelaria e restauração em centros urbanos, rotas e caminhos, aeroportos, comboios e navios, estâncias balneares, de lazer e jogo.

Como a raiz da profissão e o seu percurso dominante durante milénios foi o trabalho doméstico, horário de trabalho, remuneração, estatuto profissional e social, e organização do trabalho, foram condicionados pelas características e origem deste tipo trabalho, o que atrasou a transição para a condição de assalariados e consequentemente a sua organização de classe.

Mas as motivações e razões para a sua organização e luta, embora mais tardias, são as mesmas do restante proletariado. A entreatajuda ou solidariedade, primeiro, nas situações de infortúnio e depois, na luta; a redução da jornada de trabalho; a remuneração e a dignificação do trabalho; o combate ao desemprego e pelo direito ao trabalho; e na nossa época histórica também a luta pela igualdade das mulheres no trabalho. Eixos principais da movimentação e

organização dos trabalhadores, que emergiram em simultâneo com o advento do capitalismo industrial no século XIX, e que como é bom de ver, continuam a ser básicos e plenos de actualidade, acrescentados de outros, inerentes à evolução da sociedade.

Horário de trabalho

Desde tempos remotos, enquanto no duro trabalho do campo, e noutras actividades exteriores, o horário era de sol a sol, todos os dias da semana, do mês e do ano. No trabalho adentro de casa, em regra mais leve, e relativamente à maioria dos trabalhadores produtivos melhor remunerado até à erupção da sociedade capitalista, a disponibilidade do criado, que pernoitava adentro portas ou em anexos, era de 24 horas por dia, ao serviço do senhor, patrão ou patroa.

Com o surgimento de casas comerciais destinadas a fornecer alimentação e serviços equivalentes aos domésticos, a viajantes e a cidadãos dos centros urbanos, foram trazidas para estes estabelecimentos, as mesmas regras profissionais e laborais do serviço doméstico. Os trabalhadores dormiam e comiam dentro dos próprios estabelecimentos ou em anexos próximos, e chegavam a trabalhar 18 a 20 horas por dia sete dias por semana.

Há relatos do princípio do século XX que referem os empregados de mesa dos cafés da Baixa de Lisboa a trabalharem entre as sete e as duas horas da manhã. Horas a que arrumavam as mesas, colocavam sobre as mesmas enxergas de palha onde dormiam, e às seis horas, levantavam-se, limpavam e arrumavam o estabelecimento para reiniciarem de novo o trabalho às sete horas. Pela mesma altura, no Hotel Frankfort e noutros hotéis de da cidade, os trabalhadores

dormiam no chão das cozinhas e em sótãos, estavam proibidos de receber visitas e de saírem à rua, estando muitos deles meses ali enclausurados, até que a entidade patronal “benevolamente” os autorizava a visitar a família.

Em Portugal, foi em 1907 que saiu a primeira lei relacionada com o tempo de trabalho, instituindo o descanso semanal obrigatório ao domingo. Então já havia algumas profissões e trabalhadores que tinham conquistado um dia de descanso por semana, mas não era obrigatório por lei.

Foi em torno do objectivo do cumprimento desta lei que se constituiu a primeira associação de classe (sindicato) e se fundou um jornal dos trabalhadores da hotelaria, *A Defesa*, em Lisboa, cujo lema, inscrito em nota de rodapé do nº 1 era: *o capital é o trabalho não pago*. No Porto já se havia constituído associação semelhante em 1898. Havia já sido constituídas outras associações anteriormente, nesta classe, mas eram de natureza mutualista e cooperativa.

Mas, a lei de 1907 era de tal modo genérica e cheia de buracos que, apesar das denúncias, das assembleias de protesto, das petições nacionais ao Ministro do Reino, promovidas pela associação de classe, o patronato eximia-se facilmente ao seu cumprimento. Foram muito poucos os trabalhadores que então passaram a gozar este direito.

Durante a primeira república, com uma lei um pouco melhor, que remetia as questões do descanso e do horário para regulamentação das câmaras municipais, e atribuía aos sindicatos capacidade para fiscalizarem o seu cumprimento, os trabalhadores, com muito esforço e lutas começaram a fazer aplicar o direito ao descanso semanal, que simultaneamente significava uma redução semanal

do horário em cerca 16 horas. Foi um processo que durou décadas e nos anos trinta do século XX ainda havia muitos estabelecimentos onde não havia dia de descanso.

Considerados trabalhadores domésticos pelo código civil desde o século XIX, os trabalhadores dos cafés, restaurantes e hotéis, durante muito tempo viram-se excluídos da legislação que estabelecia limites diários e semanais ao horário de trabalho.

O projecto da lei fixava o limite máximo de 8 horas diárias e 48 semanais para o comércio e a indústria, em 1919. Na proposta do governo, os trabalhadores de hotelaria faziam parte dos trabalhadores a ser abrangidos. Mas na discussão pública, após forte pressão do patronato sobre o poder político, foram excluídos, e expressamente considerados domésticos na lei que veio a ser publicada. Juntaram-se assim aos trabalhadores agrícolas e aos pescadores que também foram excluídos da aplicação da lei geral.

Só em 1932, em plena ditadura, já próximo da institucionalização do fascismo, o Decreto-Lei 24 402, do horário de trabalho, elimina a classificação dos trabalhadores de hotelaria como domésticos, integrando-os na categoria dos trabalhadores do comércio, a quem se aplicava o horário de 48 oito horas semanais.

Devido ao grande crescimento do sector esta situação de discriminação relativamente a outras actividades comerciais e industriais gerava grande conflitualidade laboral. Desde a segunda metade do século XIX que havia cafés e restaurantes em Lisboa e no Porto com largas dezenas de trabalhadores. O Café Chave de Ouro no Rossio, quando abriu, admitiu 150 trabalhadores para cozinhas, copas e mesas.

O Hotel Avenida Palace em Lisboa, inaugurado ao mesmo tempo que a Estação de caminhos-de-ferro do Rossio, tinha mais de cem empregados. Aos hotéis do final do século XIX e princípio do século XX, nas termas de Vidago e outras, começaram a juntar-se grandes hotéis em estâncias balneares como a Madeira, o Estoril, e nos grandes centros urbanos.

A aposta no desenvolvimento do turismo a partir dos anos trinta, como actividade económica importante e geradora de ingresso de divisas no país, e a crescente organização e luta dos trabalhadores começaram a tornar insustentável a sua consideração como domésticos.

Mas, também esta lei colocava obstáculos à aplicação dos seus limites à jornada de trabalho no sector, ao estabelecer que estes só seriam aplicados depois de convencionados entre trabalhadores e patronato, e ao admitir que horários mais longos fossem negociados nas convenções colectivas.

Foi assim que nas convenções negociadas pelos sindicatos corporativos entre 1937 e 1945, sob fortes protestos dos trabalhadores, foram fixadas 10 horas diárias de trabalho, 60 semanais, um dia de descanso por semana, e 4 ou 8 dias de férias não pagas, conforme os anos de casa. O argumento dos próprios sindicatos aos trabalhadores para aceitação desta duração da jornada de trabalho era o de que na prática, os horários eram então muito mais longos e que mesmo assim iria haver redução.

Só em 1966, com nova lei do contrato individual de trabalho, que vem melhorar as débeis convenções colectivas, as 8 horas por dia e 48 semanais chegam finalmente aos trabalhadores de hotelaria e restauração.

Com a Revolução do 25 de Abril e a fusão de mais de dez convenções colectivas num contrato vertical único para o continente, com entrada em vigor no dia 1 de Maio de 1975, foi unificada toda a regulamentação de trabalho, e reduzido o horário de trabalho de 48 para 44 ou 45 horas semanais, consoante o descanso semanal fosse de 1 dia e meio ou de dois dias, respectivamente.

No 1 de Maio de 1989, a CGTP-IN lançou a palavra de ordem de luta pela redução do horário de trabalho para 40 horas semanais no máximo, em cinco dias. Aqui, já trabalhadores assalariados iguais aos outros, os trabalhadores de hotelaria irmanados com os das fábricas, iniciaram um longo processo de luta empresa a empresa, conquistando as 40 horas em progressão contínua, a começar nas grandes empresas, em regra após várias greves. Destacaram-se nesta luta os trabalhadores do Hotel Sheraton, que fizeram 15 dias seguidos de greve até negociarem as 40 horas.

Este horário foi também sucessivamente conseguido nas convenções colectivas de trabalho, até que finalmente, em 1996, as 40 horas semanais em 5 dias foram consagradas na lei geral de trabalho. Para não fugir à regra dos artifícios dos governos anteriores para enganar os trabalhadores e favorecer o patronato, também esta nova legislação trazia um conceito de trabalho efectivo que eliminava as pequenas pausas existentes nos horários estabelecidos, de tal modo que a sua aplicação, em alguns casos, significava aumento da jornada de trabalho em vez da sua redução. Somente após dois anos de intensa luta, particularmente no sector têxtil, é que os trabalhadores forçaram uma aplicação da lei que fixava de facto o horário em 40 horas semanais em 5 dias por semana.

Hoje, a duração da jornada de trabalho, e o exército de reserva dos desempregados, continuam a ser os dois principais instrumentos do patronato para intensificar a exploração e embaratecer o factor trabalho.

No que respeita ao horário, foram introduzidas as mais sofisticadas formas na sua organização, através da chamada flexibilização, bancos de horas etc., que não têm outro objectivo senão tornar o trabalhador disponível sempre que é necessário, esticando ou encolhendo a jornada, eliminar tempos mortos e pausas, aumentar ritmos de trabalho, e também, voltar a aumentar o tempo de trabalho, mesmo que partido aos bocadinhos ao longo do ano de modo a que o trabalhador se aperceba menos do facto.

Quanto ao direito ao trabalho e à segurança e estabilidade no emprego é contínua a luta entre trabalhadores e patronato, os primeiros exigindo vínculos efectivos e estabilidade laboral e social, os segundos inventando as mais criativas mas falsas justificações ideológicas, e todo o tipo de vínculos laborais precários, para forçar a liberalização e o embaratecimento dos despedimentos.

A remuneração do trabalho

Nas épocas históricas dos métodos de produção escravagista, feudal, e nos primórdios do capitalismo, a quase totalidade da classe profissional eram escravos, servos, lacaios, criadas e criados domésticos em castelos, palácios e casas de nobres e dos ricos. Não é difícil de ver que a sua remuneração era constituída unicamente pela alimentação, vestimenta e alojamento. Eventualmente, de quando em vez, remuneração acrescida por uma prenda ou gratificação aos mais afortunados.

Condições de trabalho que mesmo assim garantiram seguramente durante séculos a estes trabalhadores mais qualidade de vida que a que tinham os restantes explorados na manufactura e nos campos.

Esta foi a natureza da remuneração que foi sendo adoptada pelos estabelecimentos comerciais que ultrapassavam a gestão exclusivamente familiar e contratavam pessoal para o seu serviço, a troca de “cama mesa e roupa lavada”. Na década de cinquenta do século XX ainda era vulgar em Lisboa esta forma de remuneração, nas casas de pasto, tabernas, carvoeiros, pensões e pequenos restaurantes. E para as criadas e criados domésticos das casas da nobreza e da burguesia era a regra. Eu próprio, com 12 anos, comecei a trabalhar num Bar da capital em Outubro de 1953 com esta remuneração. Só passados dois anos passei a ganhar 10 escudos por dia. E porque era assim? Mais uma vez o meu caso dá a resposta. Lembro-me de o meu tio, que fora uns dias à aldeia, fazer a proposta à minha mãe. Se quiseses posso levar o Américo para Lisboa. É menos uma boca com que ficas para alimentar. Eu era o mais velho de cinco irmãos...

Na segunda metade do século XIX os cafés de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga eram espaços de encontro, de tertúlias, de convívio de burgueses, intelectuais, políticos, juizes e advogados, sargentos e oficiais do exército e da Marinha, funcionários públicos superiores, empregados de escritório e do comércio. Eram então os estabelecimentos hoteleiros com maior número de trabalhadores, particularmente no serviço de mesas, cozinhas e copas.

O acto de dar uma gorjeta ou gratificação por parte do cliente ao empregado de mesa que o servia, em cafés, restaurantes e hotéis, com o tempo tornou-se uma prática rotineira. E, nos estabelecimentos

frequentados por clientela abastada ou em tempo de “vacas gordas” as gorjetas podem transformar-se numa apreciável forma de remuneração para quem as recebe. Embora carreguem consigo consequências negativas. Por exemplo, os trabalhadores passaram a disputar, dividindo-se, as melhores mesas e os melhores clientes, e dispunham-se a trabalhar longas jornadas de trabalho porque estando mais tempo de serviço tinham mais possibilidades de receber mais gorjetas.

Quando a gorjeta se afirmou na prática como norma instituída e era raro o cliente que, maior ou menor não a deixava no prato específico que lhe era estendido com o troco, o próprio patronato passou a apropriar-se de uma quota-parte dela. Ao contratar os empregados, impunham-lhes como condição a entrega de cerca de 50% das gorjetas recebidas. Ou mesmo o pagamento por parte dos empregados de uma verba diária ou mensal fixa pelos postos de trabalho que davam origem a gratificações. O mesmo aconteceu com as fardas. Inicialmente parte integrante da remuneração, os patrões passaram a obrigar os empregados a pagá-las, e quando em banquetes de luxo, em embaixadas, bailes e casamentos era imposto o uso de fraque ou casaca de labita, eram também os empregados que tinham de os alugar a custas suas no adelo.

Também aqui a minha própria experiência serve de testemunho directo. Em 1957, quando fui trabalhar para o Hotel Tivoli, eu e os cerca de 600 outros trabalhadores, éramos obrigados a pagar duas fardas cada, em conformidade com o feito e o tecido decididos pelos decoradores da empresa. E, como não tínhamos dinheiro inicial para as pagarmos, era-nos descontada no fim do mês uma parcela do parco vencimento que tínhamos com origem na percentagem.

Em geral, quando acabávamos de as pagar, já estávamos a precisar de as substituir por outras, novas, reiniciando-se o ciclo perpétuo do desconto do seu custo no vencimento.

A primeira greve de que há notícia em Lisboa foi realizada pelos trabalhadores do Café Suisso, ao Rossio, em Agosto de 1909, para deixarem de pagar ao patrão 900 réis por dia cada um, extraídos das gratificações que recebiam dos clientes. Promovida pela associação de classe, a acta do acordo colectivo negociado, que estabelecia uma redução deste pagamento para 600 réis, configura também a primeira convenção colectiva conquistada pelos trabalhadores do sector.

A partir desta vitória, a reivindicação do fim da paga pelo trabalho junta-se como regra, à reivindicação do cumprimento do dia semanal de descanso e à redução das horas diárias de trabalho. Os conflitos entre empregados de mesa e patrões nas principais cidades exigindo que as gorjetas ficassem para quem as recebia eram frequentes, e em regra tinham o apoio solidário dos próprios clientes.

Um dos aspectos negativos desta forma de remuneração é o facto de ela depender da boa vontade e das possibilidades dos clientes. Por isso está sujeita às imponderabilidades provocadas pelas crises económicas, o desemprego, e a guerra. As gorjetas aumentam ou diminuem em conformidade com o poder de compra das populações e com a alteração da composição das classes sociais, os seus hábitos e culturas.

Foi o que aconteceu com as consequências económicas e sociais da I Grande Guerra Mundial. Os preços aumentavam da manhã para a tarde, os bens alimentares eram açambarcados pelos especuladores, a moeda sofria desvalorizações sucessivas e galopantes, o desemprego

e a fome grassavam, o poder de compra diminuía em conformidade, logo, nos cafés, restaurantes e hotéis, as gorjetas reduziam drasticamente ou deixavam de existir totalmente, fazendo regressar as remunerações à fórmula “*cama mesa e roupa lavada*”.

Perante a luta dos trabalhadores e a minguagem do volume das gorjetas arrecadas, em 1917, o patrão d'A Brasileira de Lisboa deixa de extorquir aos seus empregados a parte das gorjetas com que ficava. Pouco depois, o Café Gelo, o Chave de Ouro, o Royal e a Cervejaria Leão, todos de Lisboa, seguem-lhe o exemplo. No Porto e noutras cidades acontece o mesmo. Face à escassez das gratificações, anos depois, os trabalhadores começam a lutar pela sua abolição e pela sua substituição por uma percentagem ou taxa de serviço sobre as vendas realizadas.

Às cinco da manhã do dia 31 de Julho de 1922, uma Reunião Magna de centenas de trabalhadores de cafés, restaurantes e cervejarias do Porto, encerra com a deliberação do início imediato de uma greve pela abolição da gorjeta e pela fixação de uma percentagem de 10% sobre as vendas. A greve inicia-se com grande adesão, mas após a colocação da GNR à porta dos principais cafés da cidade, o patronato fez circular o boato de que havia acordo sobre os 10% e muitos trabalhadores iniciaram o regresso ao trabalho. São presos inúmeros grevistas e 15 activistas sindicais são despedidos. Nada ficou decidido por escrito, e só um café passou a aplicar a taxa de serviço de 10% com que se tinha comprometido, como forma de remuneração. Mas o patronato admitiu pela primeira vez esta forma de remuneração.

Em Maio de 1924, foi a vez dos trabalhadores de Lisboa, de forma mais organizada e formal fazerem a mesma reivindicação. A associação de classe apresentou à associação patronal para

negociação um caderno reivindicativo em que a exigência da abolição das gorjetas e fixação de uma taxa de serviço era a questão principal. Depois de inúmeras diligências e reuniões infrutíferas, dia 4 de Setembro, uma Reunião Magna dos trabalhadores de Lisboa declara a greve no sector com início no dia 7 de Setembro. A greve tem grande adesão, estende-se à Figueira da Foz, e dura 24 dias. Há diversos Cafés e restaurantes que assinam com os trabalhadores actas a estabelecer a taxa de serviço. O Tavares foi o primeiro.

A associação patronal chegou a propor ao sindicato acordar um contrato colectivo com os 10%. Mas como pretendiam acrescentar a percentagem aos preços cobrados ao cliente, o sindicato, em coerência com a luta dos trabalhadores em geral contra o aumento do custo de vida, não aceitou a proposta por esta significar também um aumento equivalente dos preços. Tiveram o pássaro não mão, mas por uma mistura de idealismo, anarquismo e inexperiência, deixaram-no fugir. Durante esta luta alguns trabalhadores galegos foram detidos e colocados na fronteira. 24 Dirigentes e activistas foram presos e enclausurados nos calabouços do Governo Civil até aos primeiros dias de Outubro. Muitos foram despedidos, mas o saldo traduziu-se em algumas dezenas de actas de acordo que foram a semente que fez alastrar ao longo dos anos seguintes esta forma de remuneração aos trabalhadores dos principais cafés, restaurantes e hotéis das cidades, das termas e das zonas balneares.

A 11 de Novembro de 1932, é publicado o decreto-lei 21 861, que proíbe as gratificações nos estabelecimentos hoteleiros, e, embora não a tornando obrigatória, reconhece a existência da taxa de serviço como forma de remuneração.

Perante esta legalização, o patronato alarga a cobrança da percentagem, e aproveita a falta de qualquer regulamentação sobre a sua arrecadação e distribuição pelos trabalhadores, para se apropriar directamente dela, 30% do total no Hotel Palácio do Estoril durante algum tempo, por exemplo, com o pretexto de repor a quebra de receitas na época baixa, e indirectamente, retirando da taxa de serviço o dinheiro para pagar e repor louças e vidros partidos e talheres desaparecidos. Isto, para além de se terem arrogado a si próprios o direito de fazerem a seu belo prazer a gestão e distribuição da taxa cobrada aos clientes para pagar aos trabalhadores.

A partir daqui, a luta passou também a ser a exigência de controlo total dos dinheiros arrecadados por aqueles a quem a taxa de serviço se destinava, e pela fixação de regras para a sua distribuição periódica e em conformidade com as categorias e responsabilidades profissionais de cada um. Foi também no Hotel Palácio do Estoril que após intensa contestação a forma como a taxa era distribuída foi regulamentada em acta de acordo assinada, com regras para a sua distribuição por “pontos” em função das categorias profissionais. Mas a generalização dessas regras e o controlo dos valores efectivamente recebidos, viria levar anos de luta em pleno fascismo.

A lei não fixava a taxa de serviço como forma obrigatória de remuneração, mas proibia os trabalhadores de receberem gorjetas, do seguinte modo: «nos estabelecimentos que adoptem o sistema de cobrar gratificações destinadas ao pessoal estes são obrigados a afixar no vestíbulo de entrada, sala de jantar, botequins e quartos, letreiros em caracteres bem legíveis e em português, francês e inglês

chamando a atenção das propinas ao pessoal, que ficará sujeito a sanções severas se as aceitar.»¹

Não há muito tempo, quando deparei com esta lei ao investigar a história do meu sindicato, vieram-me há memória os letreiros de letras gordas e vermelhas, afixados nas paredes interiores do *Nice Bar* a anunciarem a proibição das gorjetas. O que na altura, em 1953, me intrigava bastante. Pois os clientes davam gratificações e os empregados recebiam-nas, como se aqueles letreiros fizessem parte de outra realidade. Nesta época a lei já era letra morta no que respeita à proibição. Mas ainda subsistia uma prova caricata e simultaneamente dramática que demonstra até que ponto chegaram patronato e governo para sujeitarem os trabalhadores à lei. Obrigavam os empregados de mesa a usar o tradicional *casaco branco e calça preta*, sem algibeiras, para que não pudessem arrecadar as gratificações rapidamente sem que os vissem.

A vida demonstrou que a ideia da proibição da gorjeta não era realista. Esta forma de agradecer a simpatia e o profissionalismo de um empregado, uma dose de comida ou um copo melhor servidos, perde-se no tempo. Além disso, apesar de na luta pela abolição da gorjeta como forma de remuneração muitos trabalhadores a considerarem um vexame, contraditoriamente, o que verdadeiramente estava em causa e os trabalhadores reivindicavam, era a sua obrigatoriedade, a fim de lhes ser garantido um vencimento regular. O que realmente veio a acontecer, em parte, com a generalização da taxa de serviço.

1 Dec. Lei 21 861 de 11 de Novembro de 1932

Em parte, porque a percentagem, garantindo embora maior regularidade do vencimento aos trabalhadores, era ainda assim muito imponderável, dado que sujeita às oscilações do afluxo de clientela. Nas épocas de crise social e económico, a redução drástica do volume de negócios significava uma redução drástica da percentagem, e nos hotéis e outros estabelecimentos sazonais, na época baixa, em geral no Inverno, a renumeração com origem na taxa de serviço era em muitos casos quase reduzida a zero. Esta situação levou mais tarde à reivindicação de um cômputo mínimo garantido, nomeadamente para efeito de descontos para as caixas de previdência quando elas foram instituídas.

A proibição das gratificações não vingou, porque muitos clientes continuaram a dá-las, mesmo depois de proibidas por lei e do estabelecimento da taxa de serviço. E para os trabalhadores, é mais fácil e mais profícuo recebe-las do que recusá-las. Porque são um acréscimo de remuneração à que já está garantida, e porque evitam o vexame feito pelo trabalhador que as recusa ao cliente que as quer dar. Enquanto recepcionista, com um salário fixo razoável, tive oportunidade de ver a cara ofendida dos clientes, portugueses e estrangeiros, durante um período em que eu e outros colegas decidimos recusar as gratificações. Foi nessa altura que percebi que a gratificação não era apenas uma forma de pagamento ou de agradecimento. Que, o que gratifica, afirma ao mesmo tempo um estatuto social superior ao gratificado. Inconscientemente está a fazer dele seu *criado*.

O primeiro ACT – Acordo Colectivo de Trabalho negociado com 39 dos principais cafés de Lisboa, em 1937, fixou as primeiras regras para a arrecadação e distribuição da taxa de serviço pelos

empregados que serviam directamente os clientes, e ordenados mínimos para os restantes trabalhadores. Estas regras vieram a ser também adaptadas e consagradas, no CCT – Contrato colectivo de Trabalho das pensões, de 1938, nos hotéis e restaurantes em ACT também de 1938, transformado em CCT dos hotéis, em 1945.

Os trabalhadores das empresas de média e grande dimensão, onde não era cada trabalhador a receber directamente as receitas dos gastos realizados pelos clientes, só nos anos seguintes é que vão conseguindo algum controlo dos valores recebidos, através da imposição de um registo obrigatório, escrito, dos valores pagos por cada cliente e do respectivo acréscimo de 10% para a remuneração do trabalhador que o servia. Mesmo assim, chegámos ao 25 de Abril de 1974 com muitos trabalhadores de inúmeras empresas a queixarem-se do roubo da taxa por parte de alguns patrões e gerentes. A taxa era então de 10% em toda a hotelaria, excepto nos cafés, onde eram cobrados 16% (pois, eram estabelecimentos de pequenas despesas por pessoa).

Com a revolução de Abril, foi interrompida por um período de 18 meses (25 de Abril de 1974 a 25 de Novembro de 1975) a dominação burguesa da sociedade portuguesa, e os trabalhadores em geral, também os de hotelaria, com a relação de forças a seu favor, puderam, através da luta, obter grande parte das reivindicações que vinham a fazer desde o início do século, negociando-as e consagrando-as em CCTs.

Numa primeira fase, logo em Maio e Junho de 1974, foram negociados acordos que fixaram as férias em 30 dias para todos os trabalhadores, um mês de subsídio nas férias e outro pelo Natal; a proibição do despedimento sem justa causa; a taxa de serviço foi

uniformizada em 15% em todas as actividades hoteleiras; foi abolida a discriminação que existia na qualidade e na variedade da alimentação dos trabalhadores, conforme estes eram chefias ou pessoal administrativo adstrito às administrações, e os restantes trabalhadores. O salário mínimo nacional (s.m.n) de 3 300 escudos a 27 de Maio abrangeu mais de 80% dos trabalhadores, cerca de metade com aumentos de 100% e 200%. Trabalhadores das copas, das cafetarias, moços de cozinha, trabalhadores de lavandarias, refeitórios e limpezas e outros, tinham então salários entre 400 e 1500 escudos.

Em 1974, a distribuição de riqueza produzida em Portugal era de 40% para os trabalhadores e 60% para o capital. No final do ano de 1975 os números estavam invertidos. 60% Destinavam-se ao factor trabalho e 40 ao factor capital. Nos dias de hoje os valores são os mesmos e voltam a estar invertidos em desfavor dos trabalhadores.

O decreto-lei do s.m.n dispunha que o patronato podia descontar até 50% no salário, do valor atribuído à alimentação e alojamento fornecido aos trabalhadores. A forma de remuneração dos trabalhadores durante séculos: a alimentação, e em alguns casos o alojamento, que tinham transitado como um direito adquirido com a conquista de um vencimento regular através da percentagem, ou de um salário, no caso dos trabalhadores interiores sem contacto directo com os clientes, foi transformada pelo patronato numa forma de reduzir o s.m.n. em 50% para os trabalhadores da hotelaria.² Os sindicatos lançaram-se numa

2 A questão não era nova para a classe. Já em Junho de 1921, o Governador Civil de Lisboa, Lelo Portela, tentou fazer aplicar um regulamento da sua autoria a criados e criadas, que estipulava que os

luta com manifestações e greves que duraram até ao fim do ano de 1974, nas empresas que utilizaram o artifício, e conseguiram levar o ministro do trabalho a dispor por PRT, que no caso da hotelaria, não era permitido o desconto do valor da alimentação no salário.

O CCT que entrou em vigor no dia 1 de Maio de 1975, aplicável a todo o continente, cuja negociação com o patronato foi concluída quatro dias depois do termo de um ciclo de greves nacionais, entre 3 e 5 de Maio, com adesão praticamente total, veio consagrar, uniformizar e regulamentar tudo o que tinha já sido conquistado de forma avulsa acrescentando muitas outras reivindicações. Às matérias e direitos já atrás referidos foram consolidados neste CCT. Ficou também convencionalizado que todo o tipo de fardas, fazenda, confecção e limpeza seriam encargo da entidade patronal; a alimentação obrigatória, não seria dedutível no salário; um subsídio de 50% para o trabalho nocturno; feriados e horas extraordinárias pagas a 200%; uma carreira profissional progressiva para cada categoria; a proibição do despedimento sem justa causa; a obrigatoriedade de processo disciplinar e de nota de culpa com informação ao sindicato, quando da tentativa de despedimento com justa causa, e uma indemnização de três meses por cada ano de casa, num mínimo de 12 meses, a cada trabalhador que fosse despedido; direito de acção e organização sindical na empresa; a proibição do lock-out; a proibição de cobrar aos trabalhadores pelas louças, vidros partidos e talheres extraviados no serviço;

patrões pudessem descontar 50% do salário aos que tinham alimentação e alojamento; os primeiros ACTs convencionalizados acolheram também este princípio.

a redução do horário de trabalho de 48 para 44 ou 45 horas de trabalho; direitos especiais para mulheres e menores; e finalmente, a eliminação do último liame importante que ainda lembrava a condição de trabalhadores domésticos. A proibição da taxa de serviço como forma de remuneração em favor de um salário mensal fixo numa tabela com IX níveis salariais. Tinham passado 75 anos de lutas quando os trabalhadores de hotelaria deixaram definitivamente para trás o labéu de criadas e criados domésticos, e passaram a ter estatuto integral de trabalhadores assalariados.

As mulheres na profissão – A luta pela dignidade da profissão estatuto social e de cidadania

No jornal da associação de classe de Lisboa, aparecem logo no início da sua publicação algumas referências, tímidas, à igualdade de direitos das mulheres. Em 1911, defendia-se que elas também tinham direito ao dia de descanso semanal. Em 1914 é referida uma carta de uma empregada de hotel a perguntar se a associação aceitava mulheres como sócias. Mas não há qualquer sinal de resposta positiva. Em Setembro de 1916, quando no Porto abre um café com mulheres a servir à mesa, a associação de classe protesta contra o facto e o apoio que recebe dos trabalhadores é grande. Tudo indica que durante mais de uma década as associações de classe na profissão, embora os seus estatutos fossem abertos à participação das mulheres, eram apenas constituídas por homens.

No início do ano de 1921, com o apoio da USO – União dos Sindicatos Operários de Lisboa, e de dirigentes do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, nomeadamente Maria O'Neill, a escritora

Maria Correia Alves e a médica Adelaide Cabete, constitui-se uma comissão promotora de uma associação de classe das *empregadas domésticas de hotéis e casas particulares*³. Esta comissão instalou-se na sede da associação de classe dos trabalhadores dos hotéis, cafés e restaurantes, que lhes deu o seu apoio solidário e material.

Um episódio rocambolesco ocorrido neste ano de 1921 provocou a maior e mais combativa greve realizada até aí pelos trabalhadores da hotelaria em Lisboa. Ficou conhecida pela *greve do livrete* e nela participaram de forma aguerrida, as criadas domésticas, incluindo as dos hotéis, mas também os homens, incluindo os dos cafés e restaurantes. Tratou-se sobretudo de uma greve de defesa da dignidade das mulheres, mas também da dos homens, e da primeira grande acção concreta em que o objectivo principal foi o combate para se libertarem de ser considerados como criados domésticos.

O Governador Civil Lisboa, Lelo Portela, aviador famoso e viajado, aproveitou o facto de ter sido detida uma ladra que se fazia passar por criada doméstica para assaltar casas em Lisboa, para retirar daí *imaginativa* conclusão de que todas as criadas e criados eram ladrões ou potenciais ladrões. Tal conclusão foi um passo para o criativo governador elaborar um regulamento que mandou publicar no *Diário do Governo* a fim de ser aplicado aos criados e criadas domésticas.

3 Note-se que as próprias trabalhadoras dos hotéis ainda aceitavam paulatina ser consideradas domésticas, de tal modo que o fazem reflectir no próprio nome da Associação de Classe.

O regulamento obrigava a um documento de identificação, onde deveriam ser averbadas as casas onde criados e criadas trabalharam ou trabalhavam; obrigava ainda os trabalhadores a pagarem uma taxa, permitia ao patronato o desconto de 50% do vencimento aos trabalhadores que tivessem direito à alimentação, e obrigava-os a apresentarem-se uma vez por mês no Governo Civil, como se fossem criminosos ou prostitutas. As prostitutas já tinham uma caderneta semelhante e iam obrigatoriamente uma vez por mês ao Governo Civil, à revisita de saúde, e obter um carimbo a validar a caderneta profissional. O jurista do sindicato chegou à conclusão que o dito regulamento se aplicava não só às criadas domésticas das casas particulares, mas também a todos os criados e criadas de hotéis, restaurantes e cafés. A classe ficou em polvorosa!

Entretanto, a Associação de Classe das Criadas Domésticas de Hotéis e casas particulares já havia aprovado os seus estatutos e eleito uma direcção, presidida por Violeta Ribeiro de Magalhães. Os objectivos expressos, eram: *«Promover a instrução da classe, dado ser a ignorância o origem de toda a sua infelicidade; acabar com as agências inculcadoras de Lisboa, verdadeiros antros de prostituição escolas de crime; promover aperfeiçoamento profissional da classe; estabelecer uma casa onde as desempregadas enquanto não arranjam colocação, libertando-as do antro desmoralizador que são as casa de pernoita»*.

A reunião magna de 19 de Julho para discutir a questão do livrete foi já convocada pela velha associação de classe, e pela nova associação de classe, constituída só por mulheres. Estas afirmam: *«Estamos dispostas quer ao abandono do trabalho quer a ir para a*

prisão, mas não nos curvaremos à lei de ser matriculadas. Bilhete de identidade, só o da associação».

Constituíram-se comissões para fazer diligências junto dos poderes públicos e angariar apoios para que a aplicação do livrete não se fizesse. A 17 de Agosto, «numa sala apinhada de gente onde predominava o elemento feminino» comparece um agente da polícia que em nome do Governador Civil declara que a reunião não se podia realizar. Os participantes não acataram a ordem da autoridade por a considerarem atentatória do direito de liberdade de reunião, consideram o *livrete* um atentado à honra e à dignidade das mulheres, e no meio de grande excitação, decidem suspender o trabalho a partir da meia-noite desse mesmo dia, e não regressar ao trabalho enquanto o livrete não fosse revogado. A polícia respondeu de imediato com o encerramento da sede das associações.

Foi assim que as mulheres entraram em força no sindicalismo na hotelaria e granjearam de imediato grande prestígio para a sua associação de classe. No dia 18 de Agosto a adesão à greve foi total nos estabelecimentos de Lisboa. A 19 continuou com um pouco menos de adesão. A polícia fizera correr o boato que o regulamento fora abolido, excepto para as domésticas das casas particulares. Na manhã deste dia foram presas no Rossio quatro criadas que andavam a distribuir o manifesto da greve. Na Praça da Figueira foram presas Elvira Ferro e Lúcia Cruz dirigentes da associação, pelo mesmo motivo. Entre os activistas sindicais de Lisboa constituiu-se uma comissão para ir exigir a libertação das presas, e os operários a trabalhar nas obras no Parque Eduardo VII paralisaram também o trabalho em solidariedade com os grevistas.

No terceiro dia de greve o Governador Lelo faz acusações e ameaças mas também uma cedência. Acusa a greve de intuitos políticos e ameaça os trabalhadores estrangeiros de os mandar prender e colocar na fronteira. Ao mesmo tempo anuncia ter mandado suspender a aplicação do regulamento aos trabalhadores dos hotéis, cafés e restaurantes. As associações, face aos efeitos desmobilizadores que previam com estas medidas do Lelo, suspenderam a greve. A resistência que se seguiu da parte das criadas domésticas foi a resistência passiva, recusando-se a ir ao governo civil tratar do livrete, aparentemente com êxito. Pois não consta que a sua aplicação tenha vindo a ter qualquer eficácia.

Nos primeiros meses de 1911 já houvera uma acção em torno da igualdade de cidadania. Os empregados de mesa por hábitos e obrigações que já vinham de trás eram obrigados a cortar o bigode e a andar de cara rapada.

Sob o impulso das movimentações sociais provocadas pela implantação da República, estes trabalhadores constituíram uma comissão que teve como objectivo contactar as empresas e discutir com o patronato o direito de poderem usar bigode como quaisquer outros cidadãos livres. Houve resistências. Quando o dono Hotel Palácio de Vidago se deslocou a Lisboa pouco antes do início da época balnear, como fazia todos anos, para contratar pessoal, e continuou a exigir como era hábito que todos os contratados rapassem o bigode, a associação de classe promoveu o boicote à ida de trabalhadores para aquele hotel.

Alguns meses depois, a comissão apresentou-se na assembleia-geral da associação com um acordo assinado pelas principais

unidades hoteleiras de Lisboa e do Estoril, que se comprometiam a deixar de exigir aos empregados que rapassem o bigode. A madame Durand, francesa dona do Hotel Durand, tinha mesmo sido o cúmulo da delicadeza para com a comissão. Prometera-lhes que ao único empregado que tinha sem bigode, lhe iria nesse mesmo dia dizer que o passasse a usar...

Hoje, podemos achar exótico tanto ardor em torno do famoso adorno capilar masculino. Mas é bom recordar que naquela época não havia cidadão exemplar nem republicano que se prezasse que não usasse pêra e bigode, ou somente bigode, em regra com pontas compridas e enroladas. Era um sinal de certo estatuto de cidadania, de republicanismo, e dignidade social. De tal modo esta questão foi considerada uma vitória do sindicato, que nos anos seguintes, sempre que se tratava de enumerar os direitos conquistados, o direito de usar bigode era sempre o primeiro direito a ser mencionado.

O episódio da luta contra o livrete, configura claramente uma luta mais avançada com o mesmo e outros ingredientes, pela libertação da condição de domésticos por parte de todos os trabalhadores de hotelaria, e das criadas e criados particulares, e ainda pela dignidade da profissão, pela igualdade das mulheres e por um estatuto de trabalhadores e de cidadãos iguais aos outros.

Respondendo positivamente a uma petição da direcção fascista do sindicato corporativo para que proibisse o trabalho de mulheres em determinadas secções. Em 10 de Novembro de 1936, o secretário de Estado, dá uma no cravo e outra na ferradura. Proíbe admissão de mulheres, nas mesas, bares, e cozinhas dos hotéis, e interdita o seu trabalho depois das 20 horas e antes das 7 da manhã. Esta proibição

teve como fundamento formal os trabalhos destas secções serem trabalhos mais pesados e pouco apropriados para as mulheres. Mas, além disso ser mentira, os trabalhos de roupa, lavandaria, engomadoria, arrumação e limpeza de quartos eram bem mais pesados, o que estava subjacente era a ideologia reaccionária alimentada pelo fascismo de inferioridade da mulher relativamente ao homem, e de que a vocação desta era ser mãe e ficar em casa a tratar dos filhos.

Teve também importância nesta medida, o machismo interesseiro dos homens, considerando que os melhores lugares, os mais bem remunerados, deveriam pertencer aos homens. Aos chefes de família. Aliás, na direcção, portaria, e na recepção dos hotéis, onde estavam alguns dos lugares melhor remunerados, as mulheres também não entravam. Eram feudo exclusivo dos homens. Embora a proibição formal aqui não tenha existido.

Esta exclusão das mulheres na admissão naquelas profissões, foi confirmada e consolidada em todas as convenções colectivas acordadas daí em diante, e só foi eliminada delas já próximo do 25 de Abril. Embora o seu efeito prático ainda se fizesse sentir a mais de 90% nessa altura, na cultura patronal e mesmo entre a classe.

Por exemplo, na comissão directiva provisória de 10 membros eleita ad-hoc no dia 29 de Abril de 1974 éramos todos homens. Nas eleições para os corpos gerentes por voto directo e secreto realizadas três meses depois, na direcção apenas constava uma mulher, a Matilde Graça, empregada de Quartos que, devida a sua condição de conhecida lutadora pelos direitos da classe ainda no tempo do fascismo foi eleita presidente da direcção.

Dia 25 de Maio de 2011, houve eleições para os novos corpos gerentes do sindicato de hotelaria do sul. Em cerca de cem elementos, 51% são mulheres. E, pode entrar-se em qualquer hotel, vendo-se mulheres em todas as secções e profissões, muitas vezes em maior número que os homens, mesmo naquelas secções onde em tempos tinham sido proibidas de ingressar.

Organização de classe e inserção no movimento sindical

DO FIM DA MONARQUIA AO FIM DA 1ª REPÚBLICA

A primeira associação de que há conhecimento constituída por trabalhadores de hotelaria é a dos *cozinheiros*, de carácter mutualista, em 1890. Seguidamente, é fundada no Porto em 25 de Maio de 1898 a Associação de Classe (Sindicato) dos Empregados dos Cafés restaurantes e Hotéis. Segue-se-lhe em Lisboa, em 22 de Maio de 1904, a Associação dos Criados de Mesa, cooperativa, segundo o seu sócio nº 1, o galego Joaquim Bustos Romero, criado no Paço Real, com a aquiescência do rei D. Carlos. Por fim, nesta fase organizativa inicial, após a saída da primeira lei do descanso semanal obrigatório, de 7 de Agosto de 1907, constitui-se em Lisboa o Grupo de Defesa dos Empregados dos Hotéis, Restaurantes e Cafés, com o objectivo de fundar uma associação de classe, um jornal, e obrigar o patronato a cumprir a lei do descanso semanal. A assembleia constituinte da Associação de Classe teve lugar a 5 de Novembro de 1908, na Rua do Poço de Borratém nº 33 – 1º, sua sede até 1912.

Em 4 de Julho de 1909, um grupo minoritário de sindicatos (influenciado por anarquistas e revolucionários) abandona o

Congresso Sindicalista e Cooperativista que se Realizava na Sociedade de Geografia em Lisboa sob a presidência do sindicalista e Secretário-geral do partido Socialista, Azedo Gneco, por não concordar com a participação de delegados dos partidos e defender que apenas deveriam participar representantes das associações de classe. Uma das associações que saiu, e foram dar início a outro congresso na Caixa Económica Operária à Graça, foi a Associação de Classe dos Empregados dos Hotéis e Restaurantes de Lisboa. Em Agosto deste mesmo ano a associação dirige a sua primeira greve, no Café Martinho. Greve que terminou com o acordo colectivo que reduziu 900 para 600 réis cada um, *a paga pelo trabalho*.

A 1 de Janeiro de 1910, sai o jornal *A Defesa*, órgão do sindicato⁴, que imprime como lema no rodapé da 1ª página, o conceito marxista – *o capital é o trabalho não pago*. 1910 É também declarado como ano de luta pelo dia de descanso semanal obrigatório.

O sindicato participa no Congresso Sindicalista iniciado em Lisboa no dia 7 de Maio de 1911, e declara representar nele 570 associações. Participa também na constituição da USO – União dos Sindicatos Operários de Lisboa. O seu dirigente Luciano Gil Montes, empregado de mesa, é eleito para a Comissão Executiva do Congresso, órgão que passa a exercer papel de direcção do movimento sindical no Sul.

4 Doravante, por comodidade, passa a usar-se neste texto a designação sindicato, em vez da de associação de classe, designação legal que se iria manter até imposição dos sindicatos corporativos em 1933 em simultâneo com a dissolução das associações de classe.

Neste ano é contratado para advogado do sindicato, por 100 mil réis ano, o conhecido ideólogo anarquista João Campos Lima.

A partir de 1 de Janeiro de 1912, o sindicato de hotelaria é um dos 34 que, juntamente com a Comissão Executiva do Congresso e a USO se instalam na Casa Sindical de Lisboa, no antigo Palácio Marquês de Pombal, na Rua do Século. Também os jornais operários *A Defesa*, *O Constructor* e *O Sindicalista* (geral) passam a estar sediados nesta casa comum.

Nos dias 29 e 30 de Janeiro deste ano, Lisboa encontra-se completamente paralisada pela Greve Geral de solidariedade para com os trabalhadores agrícolas de Évora, em greve pelo cumprimento do acordo salarial e haviam sido duramente reprimidos pelo Governo de Afonso Costa, que mandou a GNR disparar sobre eles, assassinando um e ferindo vários outros. Na noite de dia 30, *O Racha Sindicalistas*⁵, ao mesmo tempo que reúne e simula negociar o fim da greve com uma delegação sindical, manda um batalhão do exército e uma bateria de artilharia cercarem 700 dirigentes e activistas sindicais concentrados junto à Casa Sindical de Lisboa, que são presos e levados em cordões ladeados por soldados armados. 200 Ficam na Penitenciária e no Limoeiro, e 500 deles são encarcerados no barco de guerra *Pero de Alenquer* fundeado no Tejo para o efeito, onde estão dois meses em condições imundas, sem culpa formada nem julgamento. Entre os presos encontram-se 3 dirigentes da hotelaria, um dos quais Luciano

5 Cognome porque ficou conhecido Afonso Costa, derivado à sua fúria persecutória e repressora às lutas operárias e sindicais durante a Primeira República.

Gil Montes. Cerca de 80 dirigentes que são considerados “os cabecinhas” ficam presos um ano no Forte de Elvas, também sem culpa formada e sem julgamento. Este conflito caracteriza bem a forma como os poderes políticos da república trataram o operariado entre 1910 e 1926, período em que com maior ou menor dimensão ocorreram centenas de afrontamentos semelhantes. Os que se espantam muito com a passividade do operariado face ao golpe militar fascista do 28 de Maio, desconhecem ou não valorizam suficientemente esta parte da história.

O sindicato participa no Congresso Nacional Operário realizado em Tomar entre 14 e 17 de Março de 1914, onde foi constituída a UON – primeira central sindical em Portugal. A sua representação neste congresso foi assegurada por um dirigente do Partido Socialista mandatado para o efeito, o que demonstra que esta componente política havia ganho hegemonia sobre os revolucionários e anarquistas na composição da direcção.

O predomínio dos empregados de mesa nos órgãos dirigentes e a concomitante tendência para dar mais atenção à resolução dos problemas desta categoria profissional, mas também, a discordância face à linha político-ideológica predominante, por parte dos quadros afectos à linha revolucionária e anarquista, empurraram os cozinheiros e os pasteleiros para a formação de um sindicato para estas profissões, provocando assim a primeira cisão, após o congresso de Tomar.

Deste ano até 1920, as dificuldades provocadas pela I Grande Guerra Mundial, aduzidas a uma direcção reformista que ganhou as eleições no sindicato com a promessa de acabar com o radicalismo nas lutas e de promover um diálogo civilizado com o patronato e as entidades públicas, enfraqueceram a ligação ao movimento sindical,

onde pontificavam revolucionários e anarquistas, e viraram a actividade para a formação profissional, a prestação de serviços aos sócios, e as tentativas quase exclusivas de resolver conflitos através da denúncia pública, do diálogo, e de defender a aplicação de direitos através da fiscalização e dos tribunais.

Após a transformação da UON na CGT no congresso de Coimbra em Setembro de 1919, onde os anarco - sindicalistas garantiram hegemonia nos órgãos de direcção na central, intensificou-se a participação dos trabalhadores na vida do sindicato e passou a haver alguma conflitualidade interna através da contestação de alguns membros da direcção.

Esse dinamismo traduziu-se numa das mais interessantes originalidades do movimento sindical português. A constituição da associação de classe das mulheres do sector, já referida no capítulo anterior. As contradições internas geradas pela luta contra o “livrete” e o seu desenlace, com cuja condução os dirigentes reformistas discordaram, aliadas à crescente influência geral do anarco-sindicalismo, fizeram implodir e os corpos gerentes, tendo ficado apenas um ou dois dirigentes a assegurar o funcionamento do sindicato até à realização de eleições, que foram ganhas pela lista anarquista.

Contrariamente ao que para muita gente significa “anarquismo” esta direcção foi aquela que até então tivera uma visão, e inicialmente, uma prática mais aprofundada das formas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Em Setembro de 1922 elegeram em assembleia-geral o delegado ao III Congresso Nacional Operário, da Covilhã, e fizeram aprovar na mesma assembleia a filiação na CGT. E, no espaço de dois anos, elegeram delegados nos locais de trabalho

de forma sistemática, dinamizaram e apoiaram a constituição de associações de classe nas capitais de distrito próximas de Lisboa, e apresentaram formalmente à associação patronal uma proposta de caderno reivindicativo, estruturada, para negociação, cujo conteúdo principal era a proibição das gratificações, a instituição de uma taxa de serviço de 10% e a aplicação da lei do horário à classe.

A greve de 24 dias que foi levada a cabo em Setembro pelas reivindicações foi-se esvaindo, até terminar por si e sem direcção, nos primeiros dias de Outubro. O sindicato sai muito enfraquecido e descreditado deste processo. Apenas alguns dirigentes, entre os quais se destaca o velho Luciano Gil Montes, vão mantendo a porta aberta.

Só a Partir de 1929 o sindicato se volta a reanimar por via de um processo de reestruturação bem sucedido, em que três das associações então existentes se fundem numa só: A Associação de Classe dos Empregados na Indústria Hoteleira e Profissões Anexas. Em 1931 virá a ser formada em Lisboa a FAO – Federação das Federações Operárias, afecta ao Partido Socialista, tendo sido eleitos dois dos dirigentes deste sindicato para a sua comissão executiva. Um deles, Augusto Machado, foi designado pelo governo delegado dos trabalhadores Portugueses à conferência anual da OIT, em Genebra, no ano de 1931.

Neste processo, em plena ditadura militar fascista, já existia no sindicato uma activa tendência do “nacional-sindicalismo” de Rolão Preto, embora minoritária.

NO PERÍODO DO FASCISMO

Estes apoiantes do fascismo no sindicato combatem a presença dos galegos a trabalhar na actividade hoteleira e exigem que não lhes seja dado trabalho enquanto houver “nacionais” desempregados.

Em 1930, a aplicação da lei do horário de trabalho aprovada havia dez anos era ainda fonte de grande conflitualidade laboral, que na hotelaria tinha razões acrescidas por os trabalhadores do sector serem expressamente excluídos dela por via da sua classificação como domésticos.

Com o fito de amortecer os conflitos e amarrar os sindicatos, Salazar cria comités paritários para tratar das questões do horário de trabalho. Mas um conjunto de sindicatos operários recusa-se a integrar estes comités de conciliação, e no dia 6 de Março de 1930 formam em Lisboa, a Comissão Inter-Sindical – CIS, afim combater o desemprego e tratar as questões do horário de trabalho através da luta.

O sindicato dos cozinheiros e pasteleiros que viria mais tarde a integrar-se no recentemente formado sindicato da indústria hoteleira e profissões anexas, foi um dos fundadores da CIS, tendo o seu presidente Aleu Rocha sido eleito para a primeira comissão executiva desta central sindical unitária, de influência comunista.

Após dois anos de luta interna e depois de terem concorrido a umas eleições que perderam, num processo em tudo semelhante ao que viria a ser utilizado em 1976 pelos activistas afectos ao PS, em que a diferença foi apenas a substituição da xenofobia pelo anticomunismo, os “nacional-sindicalistas” provocaram a cisão no sindicato da indústria hoteleira e profissões anexas, e em 10 de Abril de 1931,

realizam em Lisboa a assembleia constituinte do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira e Similares. Afirmam-se na base da Xenofobia e estipulam nos estatutos que apenas aceitam “nacionais” como associados. Este sindicato seria dos três primeiros a ser reconhecido pelo regime fascista a nível nacional, em Dezembro de 1933, e o único a ser reconhecido na hotelaria a sul do país, depois da dissolução coerciva dos sindicatos de classe.

Em Agosto de 1932, o Decreto-lei 24 402 elimina a classificação de domésticos, a 10 de Novembro sai o nº 1 de *O Dever*, órgão do sindicato de classe, que inscreve no cabeçalho o lema: *A emancipação dos trabalhadores há-de ser obra dos próprios trabalhadores*. Em 11 de Novembro o Decreto-lei 21 861 proíbe as gratificações nos estabelecimentos hoteleiros e reconhece a existência da taxa de serviço como forma de remuneração. A 1 de Dezembro sai o nº 1 de *A Voz da Razão*, órgão do sindicato dos “nacionais” que afirma no estatuto editorial *ser um jornal de classe não para combater outra classe mas para defender os portugueses contra os maus camaradas estrangeiros*.

Após a publicação da constituição fascista, em Setembro de 1933 é publicado o Estatuto do Trabalho Nacional – ETN, que obriga à dissolução de todos os sindicatos a partir de 1 de Janeiro de 1934, e à aprovação de estatutos oficiais obrigatórios que negam expressamente a luta de classes, proíbem a greve, as manifestações, e a existência de sindicatos na função pública, pescadores, agrícolas e nos correios.

Dos 754 sindicatos então existentes, apenas 57 aceitam adaptar-se à lei fascista, entre os quais o sindicato dos “nacionais” na hotelaria. A quase totalidade do movimento sindical lançou-se na preparação da Greve Geral de 18 de Fevereiro de 1934 contra a

fascização dos sindicatos. A Greve foi convocada pela CGT, a CIS, que nesta ocasião já era a central mais representativa, a FAO, cujo secretário-geral, Augusto Machado integrava o sindicato da hotelaria, pelos sindicatos autónomos e a Comissão de Trabalhadores do Estado. A repressão fascista sobre esta greve geral foi enorme. O governo de Salazar despediu os trabalhadores da função pública que aderiram à greve e obrigou as empresas privadas a fazer o mesmo. Ao todo foram presos 696 activistas sindicais. 76 Antes da greve, 599 no dia da greve, e 21 posteriormente. Os principais dirigentes foram deportados para os Açores e dali para os campos de concentração de Cabo Verde e de Angola. Enquanto o sindicato de classe na hotelaria aderiu à greve, os “nacionais”, provocatoriamente, estiveram contra a greve e convocaram a assembleia-geral para eleição dos corpos gerentes ao abrigo dos estatutos fascistas recentemente aprovados, para o próprio dia 18 de Janeiro.

Após uma tentativa falhada de constituição de sindicatos clandestinos, em 1935, o PCP aponta aos seus militantes o caminho da luta dentro dos sindicatos fascistas. O Partido Socialista, auto-dissolveu-se e instou os seus militantes sindicais a continuarem a luta nas cooperativas, dado estas associações não terem sido dissolvidas. Na hotelaria, um conjunto grande de militantes seguiram esta orientação, mas nem isto lhes valeu. O Governo considerou que na cooperativa se estava a desenvolver uma actividade de natureza sindical e mandou encerrá-la. Posteriormente aceitou que se desenvolvesse uma negociação que levou à sua integração no sindicato corporativo e entre Maio e Julho de 1936, 800 associados da cooperativa que foram isentos do pagamento de jóia e transferiram-se em bloco para o sindicato “nacional”.

Em 1937, a AG rejeita expressamente a assinatura do ACT dos cafés por este prolongar o horário de 8 para 10 horas diárias. Mesmo assim, a direcção afecta ao regime fascista assina-o. A AG reúne e demite a direcção por abuso de poder e elege uma direcção da confiança dos trabalhadores. Dois meses depois, por despacho de 30 de Agosto, o Governo demite a direcção eleita e substitui-a por uma Comissão Administrativa – CA nomeada por si, em que o presidente é o presidente da direcção demitida pelos trabalhadores. O ACT é publicado com as 10 horas diárias de trabalho em seis dias por semana.

Em eleições realizadas a 20 de Abril de 1940, é eleita uma direcção de novo da confiança dos trabalhadores que só toma posse no mês de Agosto, mas não tarda a haver problemas. Em Janeiro de 1941, a MAG recebe um ofício ministério das corporações a aceitar a demissão de um membro da direcção que a havia pedido, no mesmo ofício o governo demitia compulsivamente o presidente da direcção e o presidente da MAG, o que obriga a novas eleições, que se realizam em Agosto, sendo eleita de novo uma direcção da confiança dos trabalhadores. Um mês depois, a 5 de Dezembro, um despacho do sub-secretário de Estado demite compulsivamente a direcção eleita e substitui-a por uma CA que vai ficar no cargo cerca de três anos. O único feito saliente desta CA constituída por lacaios do regime durante o mandato foi eleição de Salazar para sócio honorário nº 1 do sindicato, a 7 de Junho de 1941.

Esta contestação interna às direcções corporativas, com altos e baixos, nunca deixou de existir no sindicato ao longo dos 48 anos de regime fascista.

Em Janeiro de 1945, já o exército vermelho tinha derrotado a “besta na nazi” em Estalinegrado e vinha em direcção a Berlim, os trabalhadores iniciaram um conjunto de grandes assembleias, que após manipulações diversas culminaram na eleição de uma direcção da sua confiança. A primeira, realizada dia 18 de Janeiro na sede da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio, teve a presença de 700 trabalhadores, e após viva contestação da direcção cessante a AG transformou-se em assembleia eleitoral a que concorreram duas listas, uma de oposição outra afecta ao regime. A lista fascista obteve 12 votos, apenas mais um do que o número de elementos da lista.

Mesmo assim o Governo tentou nova manobra e com o argumento de supostas irregularidade obriga à repetição das eleições que se realizam em Maio, tendo ganho de novo a lista dos trabalhadores. Só 4 meses depois, em Agosto, o regime sancionou a direcção. Os dirigentes sindicais que deram alma a esta luta sindical anti-fascista foram os activistas dos sindicatos dissolvidos em 1934. Nomeadamente José Pinho Ribeiro e Aleu Rocha, últimos presidentes dos sindicatos da indústria hoteleiras e dos culinários, respectivamente.

O sindicato foi um dos 50 sindicatos onde direcções anti-fascistas lograram ganhar as eleições em 1945, aproveitando o abanão provocado no regime pela derrota dos seus amigos Hitler e Mussolini na II Guerra Mundial. Para não se sujeitar a derrotas maiores em 1946, os mandatos eram então apenas de um ano, o Governo alarga para 3 anos os mandatos de todas as direcções que se encontravam em exercício. É assim que esta direcção acaba por estar até 1948, ano em que concorreram três listas às eleições de 2 de Fevereiro. Pinho Ribeiro (socialista) e Aleu Rocha (comunista) concorreram em listas

diferentes mas foram ambos os mais votados (as listas eram abertas) e continuaram, o primeiro na direcção e o segundo como presidente da MAG. O governo não homologou alguns dos eleitos por alegada falta de idoneidade, pelo que apenas em Dezembro tomaram posse os corpos gerentes eleitos.

Nas eleições seguintes inicia-se um processo rocambolesco de chapeladas e contra-chapeladas feitas pelos elementos afectos ao regime, processo que origina assembleias e contestações sucessivas que paralisaram o sindicato e obrigaram a que a direcção cessante se mantivesse em funções contra a sua própria vontade até o conflito ser resolvido. Finalmente, em eleições realizadas a 24 de Fevereiro de 1954 concorrem 4 listas, e Manuel Mendes Leite Júnior, ex-presidente da CA nomeada pelo governo em 1937, obtém mais 1 voto do que Pinho Ribeiro. É este homem que vai estar à frente do sindicato durante 20 anos, como presidente da direcção, até ser escorraçado do sindicato por mais de um milhar de trabalhadores no dia 29 de Abril de 1974.

Leite júnior é um convicto apoiante do fascismo, que lhe retribui o apoio. Em 1959 é designado para a direcção da corporação dos transportes e turismo, e pouco depois procurador à câmara corporativa. Em 1968, Marcelo Caetano nomeia-o para «agregado do Conselho da Presidência (do conselho de ministros) para tomar parte na feitura da nova lei sindical» (corporativa).

Embora se tivesse esbatido nos anos cinquenta e início dos sessenta, a luta sindical anti-fascista dentro do sindicato nunca se apagou completamente. Teve grande intensidade nos anos trinta e quarenta, e voltou a reacender-se de forma organizada em 1970. Apenas

há conhecimento do envolvimento de dois militantes comunistas nesta oposição ao corporativismo sindical, o cozinheiro Aleu Rocha, que já era dirigente sindical em 1930, e Bento Árias, barman, que iniciou participação activa nas assembleias nos anos cinquenta e esteve na base da constituição de uma comissão sindical em 1970, comissão que desenvolveria actividade até ao 25 de Abril. Apesar da influência orgânica aparentemente débil, a orientação política do PCP para se lutar dentro dos sindicatos fascistas também aqui deu os seus frutos.

Em 17 de Março de 1971, mais de uma centena de trabalhadores apareceram inesperadamente no sindicato, numa reunião convocada por telegrama apenas para alguns trabalhadores. Nesta reunião, os trabalhadores rejeitaram a proposta do patronato de se trocar o direito à alimentação por dinheiro, e criticaram vivamente a direcção, que ameaçou veladamente os presentes com a polícia política.

Por esta ocasião, a comissão sindical que se propunha impugnar a direcção fascista já havia recolhido centenas de assinaturas para o efeito, e reuniam diariamente entre as 15h30 e as 18h00, na Leitaria “Camponesa”, Rua dos Sapateiros, nº 155, onde dezenas de trabalhadores acorriam para subscrever o “abaixo-assinado”, obter informações sobre o CCT, em vez de irem ao sindicato, e entregar dinheiro à comissão para que esta pudesse desenvolver o seu trabalho. Além do já referido Bento Árias, entre outros faziam parte desta comissão, Matilde Graça de Jesus, empregada de quartos, e Américo Nunes, recepcionista, ambos trabalhadores do Hotel Tivoli. Os dois vieram a ter papel relevante na direcção do sindicato a seguir ao 25 de Abril. O Américo fez parte da comissão directiva provisória eleita ad-hoc pelos trabalhadores no dia 29 de Abril, e a Matilde

foi a presidente da direcção, e o Américo 1ºsecretário, após as eleições por voto directo e secretas realizadas em 30 de Julho de 1974, a que concorreram duas listas.

DO 25 DE ABRIL À ACTUALIDADE

A 29 de Abril de 1974, quatro dias após o golpe militar dos capitães de Abril, mais de mil trabalhadores invadem a sede do sindicato no Pátio da Salema, concentram-se em redor do edifício, por não caberem todos lá dentro, e elegem por aclamação uma comissão directiva provisória. Serão dois dos elementos desta comissão, Carlos Amorim e Américo Nunes, que logo no dia seguinte, 30 de Abril, vão estar presentes na reunião convocada pelo general Spínola para a Cova da Moura, onde compareceram cerca de 200 dirigentes sindicais, no primeiro contacto da Junta de Salvação Nacional com o movimento sindical. A comissão provisória eleita pelos trabalhadores que acorreram ao sindicato dia 29, virá a ser de novo ratificada por unanimidade e aclamação em reunião manga convocada por o efeito, a 2 de Maio, onde de novo mais de dois mil trabalhadores ratificam também o programa desta comissão, para três meses.

Deste programa de 12 pontos, executado quase na totalidade nos três meses que se propunha, destacamos apenas a título de exemplo: a) a reposição de todas as liberdades individuais; b) aumento imediato dos salários e instituição do s.m.n; c) liberdade de reunião, de associação e de greve; d) administração da previdência exclusivamente pelos trabalhadores; segurança social para desemprego não voluntário; filiação na Intersindical.

No dia 1 de Maio, apelámos ao encerramento de todos os estabelecimentos hoteleiros, o que aconteceu, e milhares de trabalhadores vieram para rua, muitos deles concentrando-se junto à sede do sindicato, para onde os convocáramos, e partindo dali para a Alameda D. Afonso Henriques, onde nos juntámos à mole humana que ajudou a impulsionar o golpe militar dos capitães para uma revolução de carácter progressista.

Participámos activamente no primeiro plenário da Intersindical a nível nacional, em 10 e 11 de Maio. No dia 27, por iniciativa nosso sindicato teve lugar em Lisboa uma reunião dos sindicatos e das secções distritais no âmbito geográfico que vai de Coimbra ao Algarve, reunião em que a maior parte do tempo foi tomado pela discussão organizativa, “sindicato único” ou federação de sindicatos a nível nacional. A discussão ficou adiada e no dia 8 de Agosto seguinte depois de mais duas reuniões de discussão foi decidido fundir as duas federações existentes, norte e sul e ilhas, numa “federação nacional” fusão que só viria a ser formalizada em 7 de Dezembro de 1977, com a aprovação dos estatutos. Todavia, os sindicatos do sector passaram a reunir regularmente em Lisboa por convocatória deste sindicato. Em Junho, as reivindicações foram uniformizadas para todo o continente.

Ainda em Maio, ocorreu a primeira greve depois de Abril com impacto público e alguma duração, nas “Galerias Monumental” (Ritz) snack-bar moderno, com 120 trabalhadores. Uma luta provocada pela questão mais conflituosa entre trabalhadores e patronato de hotelaria desde o final da monarquia até aos anos 30 do século XX. A apropriação das gorjetas dadas pelos clientes, por parte dos patrões. Neste caso, de forma mais sofisticada. O dono das galerias garantia um

salário mínimo aos trabalhadores, e estes eram obrigados a colocar as gratificações num saco fechado a cadeado controlado por ele, e no fim do mês pagava dali os salários e ainda ficava com o remanescente. A greve terminou com a vitória dos trabalhadores e com os resquícios desta prática ancestral de latrocínio.

Na primeira reunião de delegados sindicais e membros de comissões eleitos depois do 25 de Abril, realizada a 7 de Junho, participaram representantes de 26 comissões em hotéis, 25 de cafés e restaurantes, 23 de cantinas, e de comissões regionais eleitas em Loures e em Sesimbra, num total de mais de 100 presenças.

De Junho à primeira quinzena de Julho foram negociados com as associações patronais, acordos a consagrar as reivindicações apresentadas, Um avanço sem precedentes nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e suas famílias. Inicialmente de aplicação apenas ao âmbito geográfico do sindicato do sul, os acordos foram estendidos através da luta a todo o continente, até ao fim do ano.

A 18 de Junho, com o coliseu dos recreios repleto, foram aprovadas as alterações aos estatutos do sindicato necessárias a eleições por voto directo e secreto para os corpos gerentes. As eleições realizaram-se a 31 de Julho, data em que o programa da comissão directiva, para três meses, ficou cumprido na sua quase totalidade. Concorreram duas listas, A e B, tendo ganho a lista A, por 76, 6% dos votos expressos. Do ponto de vista político e ideológico, diferenciavam-se em função do seu posicionamento relativamente à Intersindical. A lista A defendia com entusiasmo a filiação na central sindical, a B, tinha reservas... Enquanto na comissão directiva não eram detectáveis elementos filiados em partidos, nos corpos gerentes ora eleitos,

era possível identificar três militantes do PCP, em 17 elementos. E, no fim do mandato de dois anos, os militantes do partido já eram 10 ou 11, um era do CDS, e os restantes, não tinham filiação partidária. A política sindical unitária promovida pelo PCP era de tal modo aglutinadora, que de início apenas correntes esquerdistas ultra minoritárias no movimento sindical se arriscavam a combater-la, sem sucesso.

No seu programa de acção, além dos objectivos reivindicativos, a direcção eleita afirmava: «teremos sempre presente ao desencadearmos acções de luta que é absolutamente necessário que as liberdades e conquistas sejam alargadas e consolidadas, para que a democracia fique definitivamente implantada em Portugal.»

Em 1 de Setembro sai o nº 1 do jornal “UNILUTA” órgão do sindicato, cujo nome, a aglutinação das palavras unidade e luta é todo um programa sindical no contexto revolucionário. O seu director era Amadeu Esteves Caronho, da direcção e chefe de mesa no “Maxime.”

No dia 27 e 28 de Setembro a sede do sindicato fervilhou dia e noite com centenas de activistas e trabalhadores que ali afluíam respondendo ao apelo da Intersindical para barrar a vinda da reacção em direcção a Lisboa. Dali os trabalhadores eram enviados para as “barreiras” colocadas nos mais diversos acessos à capital a fim de se oporem à manifestação da chamada “maioria silenciosa” de apoio ao golpe do general Spínola.

A 28 de Novembro os trabalhadores da Pousada de Santa Isabel em Estremoz, sanearam o director, elegeram uma CT e entraram em autogestão. Segue-se o abandono dos concessionários das restantes pousadas do Estado, mais de trinta, que passam a ser geridas pelos trabalhadores através de CTs e onde isso não foi possível

por profissionais qualificados recrutados pelo sindicato em regime de comissão de serviço, para o fazerem, de acordo com os trabalhadores.

Até meados de 1975 há centenas de empresas abandonadas pelo patronato que passam a ser geridas em regra desta forma, e na sua generalidade porque a manutenção dos postos de trabalho e o pagamento de salários exigia esta forma de gestão. Destacam-se a título de exemplo apenas algumas que por uma ou outra razão tiveram mais impacto público e político. O grupo Grão Pará, os hotéis Ritz, e Sheraton em Lisboa, o Baía em Cascais, o Alvor, Balaia, Eva, Touring Club, no Algarve, e a Torralta, de implantação nacional, com cerca de 4 mil trabalhadores, e 10 mil camas. Esta, e algumas outras, foram intervencionadas pelo Estado e só foram geridas directamente pelos trabalhadores enquanto não foram nomeadas pelo governo comissões administrativas. Cerca de 80% da hotelaria no Algarve chegou a estar intervencionada e gerida pelos trabalhadores directamente ou com controlo de gestão. Algumas grandes empresas como a sociedade Estoril Sol, detentora de casinos e hotéis, mantiveram nelas as administrações, mas as Cts tinham uma palavra a decisiva a dar na sua gestão. Todas elas foram devolvidas ao patronato na década de oitenta, após o regresso da reacção e do patronado, que em muitos se apoderou de avultados lucros acumulados durante a gestão dos trabalhadores. As Pousadas do Estado deram origem a uma empresa pública, a ENATUR, constituída em 1977, que originou enormes rendimentos que proporcionaram o alargamento do número de pousadas e a consequente recuperação e preservação do património histórico onde eram foram instaladas. Foi dada à exploração do sector privado no dealbar do ano 2000.

O prestígio dos sindicatos subiu em flecha logo nos primeiros meses após o 25 de Abril. Centenas de trabalhadores entravam diariamente nas sedes, a pedir informações sobre direitos, ajuda nos conflitos que surgiam por todo o lado, a sindicalizar-se, a solicitar a eleição de delegados nas empresas. Entre 1 de Agosto e 1 de Novembro de 1974, sindicalizaram-se 838 novos trabalhadores sindicato de hotelaria de Lisboa. Os trabalhadores participavam aos milhares nas assembleias do sindicato e nos plenários de local de trabalho a participação era quase total, em todos; a posição do sindicato em defesa da unicidade foi aprovada por unanimidade em assembleia de 15 de Novembro; Em Fevereiro de 1975, eram 35 mil os sócios do sindicato de Lisboa, os delegados sindicais eram já mais de mil; neste mesmo mês, na conferência unitária de trabalhadores convocada pela Intersindical realizada em Lisboa, com alguns milhares de delegados, participaram mais de 200 representantes de trabalhadores de hotelaria; Mais de 80% destes delegados eram homens e mulheres sem filiação partidária, mas o PCP era hegemónico na sua influência; o PS tinha alguns militantes entre eles que em regra alinhavam com as posições unitárias dos comunistas; UDP, MRRP, LCI, juntos, tinham 14, que se faziam sentir nas assembleias mais pelo barulho das suas intervenções do que pelo número. Na AG para aprovação de estatutos em conformidade com o Dec Lei 215/B/75, lei sindical, aprovados por grande maioria, registaram-se no livro de presenças 2 570 sócios, mas os presentes seriam mais de 4 mil, num coliseu dos recreios repleto que nem um ovo. A 25, 26 e 27 de Julho de 1975, participámos com 8 delegados no I congresso da Intersindical, e o dirigente Américo Nunes foi eleito membro suplente do seu secretariado.

Na véspera do golpe militar de 25 de Novembro o sindicato respondeu ao apelo de mobilização feito pelo Intersindical, mas desta vez foi a reacção a vencer. O sindicato foi um dos que são nomeados no inquérito oficial aos acontecimentos. A 4 de Dezembro, a sede do sindicato foi alvo de um mandato de busca por parte duma patrulha da PSP para «proceder à busca, seguida de apreensão de quaisquer armas ou material de guerra que possam encontrar no Pátio do Salema, nº 4, onde funciona o sindicato de hotelaria de Lisboa»⁶

Logo após o golpe militar que inverteu o curso da revolução, a intersindical inicia uma viragem táctica com a preparação do seu II congresso, que visou no fundamental reforçar-se, alargando a unidade sindical e entre os trabalhadores. Ao mesmo tempo, respondia ao movimento divisionista iniciado com a Carta Aberta – CA, apoiado pela CISL, a social-democracia internacional, os sindicatos norte-americanos, e toda a direita política portuguesa, do PS ao CDS, MRRP e à AOC, cujo objectivo declarado, pela voz do ministro do trabalho socialista, era “partir a espinha” à Intersindical. Movimento que viria a culminar na criação da UGT em finais de 1978.

Em eleições realizadas a 10 de Novembro de 1976, o nosso sindicato foi um dos primeiros a ser objecto do cisionismo, através de um dos métodos anti-democráticos mais utilizados que caracterizou a actuação deste movimento. Merece a pena explicitar um pouco. Concorreram 4 listas. Uma apresentada pela direcção cessante, a lista A, unitária, com elementos afectos ao PCP, PS, e independentes; uma

6 Mandato de busca da PSP do comando distrital de Lisboa, de 4 de Dezembro de 1975.

constituída quase exclusivamente com militantes do PS, a lista B; uma afecta à UDP e independentes, a C; outra, ao MRPP, a D. Os resultados finais, com mesas de voto apenas na sede do sindicato em Lisboa, em Cascais, e nas delegações dos restantes 5 distritos foram os seguintes: 7367 sócios votantes, 60,2% na lista A; 31% na B; 5% na C, e 2,8% na D.

Pois esta lição de democracia e de pluralismo interno não chegou para satisfazer os paladinos do pluralismo sindical e do chamado «socialismo democrático». Levaram apenas alguns militantes do PS. A maioria mantivera-se no sindicato, bem como os elementos afectos aos outros partidos. Mesmo assim, o núcleo activo dos socialistas derrotados nas eleições constituiu o SINDHAT, “sindicato democrático da hotelaria alimentação e turismo, com menos representatividade do que “os nacional sindicalistas” afectos a fascismo, que provocaram a cisão em 1931, utilizando o mesmo método. Sindicato paralelo que serviu no entanto para em conluio com o patronato, através de CCTs “fantoche” começar a corroer algumas das conquistas alcançadas pelos trabalhadores, e foi um dos fundadores UGT, organização divisionista do mesmo cariz, a nível nacional.

O sindicato participou intensamente na preparação de Congresso de Todos os Sindicatos (II) da Intersindical, também referido justamente como “congresso da Unidade”. A Alice Rocha, presidente do conselho fiscal do sindicato, também membro prestigiado da CT da multinacional Marriott, activa militante do PS mas defensora da Intersindical como central única, foi eleita para o secretariado da CGTP-INTERSINDICAL NACIONAL. Veio a ser responsável do departamento de mulheres da central durante dois mandatos.

Até aos dias de hoje temos sido membros activos da CGTP-IN em todos os planos. Nas lutas, na defesa e construção da unidade entre os trabalhadores, na dotação de quadros dirigentes para o seus órgãos centrais e nos das suas estruturas intermédias regionais e sectoriais, no seu financiamento, e na aplicação dos seus princípios, objectivos e orientações.

Lisboa, 22 de Outubro de 2011

Estudada e vista a história por períodos longos, não é difícil ser optimista e concluir por um voto de confiança e de esperança na caminhada da sociedade humana. Também que vale sempre a pena lutar. A roda da história tem até hoje rodado no sentido do progresso.⁷

Américo Nunes

7 Para a elaboração deste trabalho foram utilizados como fontes os meus livros, *Diálogo com a História Sindical* – de criados domésticos a trabalhadores assalariados, Edições Avante – colecção resistência, Lisboa 2007, *Sindicalismo na Revolução de Abril* – Memórias, Edições Avante – colecção resistência, Lisboa, 2010. E a brochura, *HISTÓRIA DO SINDICATO (1908–1975)* Da fundação à revolução do 25 de Abril, edição do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e similares do Sul, Lisboa, Novembro de 2008.

A Mina de São Domingos, Mértola, Baixo Alentejo, Portugal

ACTIVIDADE INDUSTRIAL MODERNA (1854–1966)¹

Nos primeiros anos do empreendimento, dedicados à desobstrução dos poços e galerias antigas e ao esgoto da zona inundada (só os níveis superiores à vala de esgoto romana estavam emersos),¹ a população operária começou por ser da ordem das cinco dezenas² de trabalhadores, recrutados maioritariamente entre a população operária mineira da província de Huelva (Andaluzia, Espanha)³, já de si uma população heterogénea, contendo cidadãos e súbditos de vários países europeus – ingleses, escoceses, galeses, italianos, franceses, alemães, belgas – além da maioria espanhola e a componente local e regional portuguesa, da margem esquerda do Guadiana ao Algarve.⁴ A componente nacional, que se tornou maioritária quando o empreendimento

1 Todas as transcrições feitas neste artigo estão exactamente como no original citado.

2 CUSTÓDIO, 1999: 262. O relatório de Carlos Ribeiro fonte desta informação foi datado em 12 de Agosto de 1857 e refere: “Os novos trabalhos d’exploração encetados ha pouco mais d’um anno, embora tenham sido feitos com grande vigor empregando 50 operários diários...”.

3 GUIMARÃES, 2004: 16.

4 BRAGA, 1861: 400. A nota 1 refere: “Os mineiros de Tharsis e de outras minas da provincia do Huelva a quatro e oito leguas de S. Domingos vem ali pedir trabalhos, alem de que já concorrem bastantes mineiros portugueses educados pela empresa.” (grafia conforme o original tal como em todas as citações).

industrial atingiu a fase cruzeiro, alguns anos depois, teve também origens diversas, tal como é demonstrado por documentos da época.⁵

Em 1859 a média diária de operários empregados na mina foi 221 (mínimo de 101 em Janeiro e máximo de 396 em Dezembro)⁶, tendo sido retiradas 14.658 toneladas de pirite. A extensão de galerias abertas orçava 815 metros. As relações contratuais para com prestadores de serviços exteriores são elucidadas nalgumas passagens do relatório de João Ferreira Braga: *“As obras subterrâneas são todas feitas por pequenas empreitadas e no fim de cada mez são medidas e no dia 2 pagas. Quatro mineiros (dois de dia, e dois de noite), não avançam n’um mez mais de 3 metros correntes de galeria com as dimensões 2 metros por dois metros, e o preço por que tomam estes contratos é entre 24 e 30 duros ou 22\$080 e 27\$600 réis por metro corrente, sendo por conta do empreiteiro a pólvora, a iluminação e a deterioração das brocas e mais ferramentas.”*⁷ Sobre o transporte do minério até ao porto, que nessa altura era feito em carroças puxadas por muares, diz-nos: *“O mineral de S. Domingos é levado em cavalgaduras desde as praças junto à boca dos poços ao Pomarão, porto de embarque sobre o Guadiana, próximo da foz do Chança. Começou este serviço de transporte em 7 de fevereiro, e ate ao fim de dezembro empregaram-se 115:379 cavalgaduras que levaram 685:333 arrobas*

5 “1867, Copy of agreement signed by portuguese fitters in Lisbon, 22nd April” é um contrato de trabalho por seis meses para a prestação de serviços de 3 oficiais e um aprendiz de serralheiro, lavrado em Lisboa por um contratador, João Rodrigues Blanco, agente do Barão de Pomarão, James Mason.

6 BRAGA, 1861: 400.

7 BRAGA, 1861: 400.

de mineral. A distancia ao Pomarão é de 17 kilometros. O preço do transporte por arroba foi nos primeiros mezes 50 réis; concertado o caminho passou a 40 réis. Actualmente está a 50 réis, a fim de dar vasão ao mineral que está sobre as praças, chamando por este alto preço remunerador cavalgadas de pontos mais afastados. (...) O mineral levado ao Pomarão é posto sobre grandes medas junto à margem esquerda do Guadiana e depois embarcado.”⁸

Pela mesma altura, João Maria Leitão redigiu numa *Consulta do Conselho de Minas sobre o relatório do Inspector-Geral das Minas que trata do jazigo de Cobre de S. Domingos* o seguinte: “A extracção faz-se actualmente por meio de sarilhos de mão a uma profundidade média de 33 a 43 metros. É evidente que este estado de cousas não póde ser senão temporário. Junto aos poços nº4 e nº5 já principiaram a construir dois malacates ou sarilhos de bestas. O effeito util desta machina movida por quatro mulas boas, trabalhando doze horas, pode chegar nas vinte e quatro de 6:000:000 a 8:000:000 kilogrammas. Portanto cada malacate pode elevar por dia de uma profundidade de 75 metros umas 83 toneladas de 1.125 kilogrammas, e por anno, trabalhando 300 dias, umas 25:000 toneladas.”⁹ Sobre a forma como eram esgotadas as águas freáticas da mina redigiu algo que é, no que concerne os modos técnicos adoptados, semelhante: “O esgoto é feito actualmente (Julho de 1860) no poço nº1 por meio de duas bombas de duplo effeito. O corpo é de

8 BRAGA, 1861: 401.

9 LEITÃO, 1861: 529.

bronze e os tubos de gutta-percha para resistirem às águas vitriolicas. (...) Estas bombas empregam nas 24 horas 40 homens, que se revezam muito a miúdo, e que só vem a trabalhar 4 a 5 horas por dia, ganhando a 440 réis por ser o trabalho muito violento. O nível das águas acha-se a uns 8 ½ metros por baixo da galeria de desagüe, e desce, ainda que lentamente, com uma extracção que se pode calcular em 400 metros cubicos diarios.”¹⁰ Tal como para a extracção, estava já prevista a mudança para uma forma de esgoto mais barata dentro do mesmo complexo técnico mas o autor não deixa de analisar a futura mudança de paradigma: “A machina de esgoto movida por mulas deve começar a funcionar em breve, o que fará baixar o nível mais rapidamente e com menos despeza. Ainda mesmo supondo uma affluencia de 1:000 metros cubicos a 50 metros debaixo da galeria de desagüe, e um effeito util de 50 por cento na machina de vapor, bastam 15 a 16 cavalos vapor com um gasto de uma tonelada diaria de hulha, que a 5\$000 réis occasiona um gasto annual de 1:825\$000 réis em combustivel, o que, dividido por 100:000 toneladas, dá por tonelada 18 ¼ réis.”¹¹

Em 1865 o responsável pela direcção da mina aproveitou o ensejo para mostrar a Portugal e ao mundo, na Exposição Internacional do Porto, os progressos feitos e os vestígios da mineração antiga encontrados durante os trabalhos mineiros feitos em S. Domingos. No catálogo que editou para a exposição, James Mason fez, entre

¹⁰ LEITÃO, 1861: 530.

¹¹ LEITÃO, 1861: 530.

outros, um resumo da força de trabalho envolvida na construção da Mina de São Domingos: *“É elevado o numero de pessoas empregadas nos diferentes serviços; a direcção technica, a administração, os trabalhos subterraneos e da superficie, as diferentes officinas, o caminho de ferro, e o serviço do porto do Pomarão, occupam hoje perto de 900 pessoas. Entretanto este numero já foi mais elevado e subiu a 5:000 em quanto durou a construção do caminho de ferro.”*¹²

Em 1867 começou a escavação a céu aberto da Mina de São Domingos. Esta opção resultou na modificação radical da paisagem local (transformando-a, em grande medida, no que é hoje) e no desaparecimento da maior parte da aldeia mineira original, construída sobre o chapéu de ferro em moldes análogos aos que foram seguidos para a sua reconstrução, nomeadamente, com as ruas formadas pelos quartéis dos mineiros alinhados em banda.

Em 1876 esteve a Mina de S. Domingos representada na International Exhibition de Philadelphia com exposição própria. Os diversos expositores e as suas colecções foram descritos num catálogo, sendo a mina que nos interessa descrita sob o número 32 e o título *Mine of “S. Domingos” – Cupreous pyrites*.¹³ Por esta altura a mina empregava 1.500 a 2.500 trabalhadores, consoante a necessidade e premência da actividade. O porto do Pomarão podia carregar 1.500 a 2.000 toneladas por dia e era demandado por 400 a 500 navios por ano, com capacidade entre 250 e 1500 toneladas. Além de um registo dos vestígios

¹² MASON, 1865: 11.

¹³ MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 67–73.

antigos encontrados no decorrer dos muitos trabalhos já efectuados, por essa altura já acrescidos com a descoberta¹⁴ do conjunto de 10 rodas de elevar água de época romana (um modelo de uma destas rodas foi enviado à exposição¹⁵), os autores informam sobre o trabalho na mina o seguinte: “*The excavating is done by contract at so much per cubic meter; the tools, gunpowder and other necessary materials are supplied to the miners by the enterprise at cost price. The enterprise has, at the same time, for the making and repairing of the tools, a certain number of blacksmiths, by contract, to charge a fixed price for each article made or repaired; this price comprises only the actual labor, the enterprise furnishing the work-shop, coal and other implements. The labor on the miners’ tools is paid by themselves.*”¹⁶.

As diferenças para com a situação de 1861 são óbvias. Outras podem ser encontradas face à extracção e ao transporte: “*The extrac-tion of the ore of the upper stories is made by locomotives of 30 horse-power, and that of the lower ones is made by a stationary steam-engine of 90 horse-power placed at about 180 metres from the mouth of the tunnel that communicate with them. A second sta-tionary engine works the draining of the mine, transmitting the movement to a single-acting pump at a distance of 200 metres.*”¹⁷ O trecho seguinte descreve o material ferroviário usado nessa época em

14 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 69–70.

15 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 73 (item nº 37, “*Model of a Roman wheel*”).

16 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 70.

17 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 71.

S. Domingos: *“The transportation of the ore to the landing place is done over a railroad three feet six inches wide by locomotives built in Leith, in Scotland, of an average of 55 horse-power. The distance is about 17 kilometres, but in part of the way the traffic is automatic. The construction of this road has been very difficult, with grades of 1:19 and curves of 50 metres of radius. It was necessary to have locomotives of great strength and very short; the transport reaches from 150 to 200 tons. In 1875 there were employed in this service eight locomotives and 400 cars; besides this, 15 locomotives were used in extracting the ore and earth digging.”*¹⁸

O assunto pode ser ainda melhor elucidado recorrendo ao catálogo de uma outra exibição, a Exposição Nacional das Indústrias Fabris, promovida pela Associação Industrial Portuguesa em 1889: *“Transporte interior e extracção. – Este serviço, subordinado como todos os outros, à melhor economia, é executado por diferentes formas, segundo as condições em que tem de se fazer. Assim, para evitar tanto quanto possível as baldeações do minério, assentam-se, sempre que a natureza dos trabalhos o permite, linhas ferreas definitivas ou provisórias de bitola igual à da linha ferrea exterior para que n’ellas circulem os mesmos wagons, que são rebocados por locomotivas sempre que é possível. Onde porém o seu acesso é difficil ou perigoso, nas manobras nas linhas de resguardo para a formação de comboios, no transporte de wagons de esteril que descarregam por movimento de bascula, e nos trabalhos subterraneos, emprega-se a força animal*

18 MALHEIRO e SEQUEIRA, 1876: 71.

exercida por muares. Nos trabalhos subterraneos, cuja largura não permite o assentamento desta linha, emprega-se uma outra de bitola mais estreita, om,56, em que wagonetes que transportam uma tonelada, tirados por animais, ou empurrados por homens nos percursos mais curtos, transportam o produto do desmonte ate as bocas ou camaras de extracção. Nos pontos dos trabalhos preparatorios da lavra, em que nem estes mesmo podem circular, o transporte é feito em espartões às costas, ou em carrinhos de mão ou padiolas. Casos ha tambem, embora raros, em que o minerio tem de ser elevado em espartões pelas chaminés de um piso para o superior.”¹⁹

Em 1883 e no ano seguinte, Pedro Victor da Costa Sequeira, que fiscalizara nos anos anteriores a actividade mineira no distrito de Beja, publicou na Revista de Obras Publicas e de Minas uma Notícia sobre o estabelecimento mineiro de S. Domingos, abrangendo o período entre 1868 e 1880. Durante os 13 anos considerados a mina ocupou diariamente uma média de 1320 trabalhadores.²⁰ Em 1883, com a mina na sua terceira década de actividade, Sequeira escrevia, elucidando a evolução da população mineira: *“Afora os poucos artistas inglezes, contratados pela empresa e que constantemente alli teem trabalhado, encontram-se sempre maior ou menor numero de hespanhoes, que quasi todos trabalham como barreneiros, por ser o serviço para que estão mais aptos e que melhor lhes agrada, e alguns, muito poucos, piemontezes, reconhecidos ordinariamente como entivadores de*

19 CABRAL, 1889: 71.

20 SEQUEIRA, 1883: 230.

prestimo. As outras nacionalidades teem sido sempre representadas na mina por individuos que ali estacionam por tempo muito limitado, não sendo facil registar a sua passagem. A permanência dos hespanhoes e piemontezes tambem se não póde considerar duradoura, excepto para um numero muito limitado estabelecido definitivamente em S. Domingos; mas a proximidade dos estabelecimentos mineiros hespanhoes contribue para que nunca deixem de aparecer no estabelecimento de S. Domingos mineiros daquelle paiz, embora se revezem constantemente. A grande maioria da população mineira é formada por algarvios e alemtejanos, vindo este últimos especialmente das povoações vizinhas e das diversas localidades do Baixo Alentejo. Nos trabalhos da corta, onde se não precisam conhecimentos especiais do serviço mineiro, abundam, quasi sempre, os algarvios, predominando os alemtejanos em todos os outros serviços superficiais e subterrâneos. A população mineira de S. Domingos, se é variável pelo facto da permanência irregular dos operarios estrangeiros, não o é menos pela constante mudança do pessoal de nacionalidade portuguesa. Especialmente o mineiro, propriamente dito, d'esta região do Sul do paiz tem uma tendencia notavel para ser nomada, e raras vezes se ajusta para trabalhar n'uma mina depois de ter sido empregado alli em duas empreitadas seguidas.”²¹

E, acrescenta o autor noutra parte do texto, para melhorar as condições de salubridade pública, de vida dos operários e de atratividade da mina: “Como medida hygienica a empreza mandou

21 - SEQUEIRA, 1883: 245.

construir em 1878, á sahida dos tunneis de extracção, uma casa de banho para uso dos operarios, onde elles se lavam e mudam de fato, terminado que seja o trabalho. (...) A empresa fornece tambem aos operarios empregados nos trabalhos subterraneos, desde 1878, fato de excelente baeta, recommendado como conveniente para aquelles serviços, e calçado proprio (tamancos) que melhor resista á acção corrosiva das aguas da mina, filtradas através da massa.”²²

A variedade de trabalhos e ocupações dos operários do complexo mineiro assim como o peso específico de cada sector de actividade estão patentes no Quadro nº 6 da referida Notícia. Dos grupos com maior peso para aqueles com o menor, temos: 505 trabalhadores na corta (\$325 réis de salário diário), 178 trabalhadores à superfície (\$308), 92 safreiros (\$367) 42 almocreves (\$363), 38 serralheiros e ajudantes (\$490), 31 maquinistas e fogueiros, 20 empregados na preparação mecânica (\$160), 18 carpinteiros de branco (\$478), 18 pedreiros e ajudantes (\$451), 17 limpadores de máquinas (\$321), 17 abegões e carpinteiros de vagões (\$438), 17 cultivadores e assistentes (\$473), 16 bombeiros (\$500), 15 guardas e polícias (\$357), 12 empregados em serviços diversos (\$411), 6 empregados na cementação (\$200), 6 ferreiros e malhadores (\$629), 4 torneiros (\$585), 4 correeiros (\$453), 1 fundidor (\$907), 1 ajudante de fundidor (\$423), 1 funileiro (\$520), 1 caldeireiro (\$362), 1 ferrador (\$576).²³

²² SEQUEIRA, 1883: 224.

²³ SEQUEIRA, 1883: 249.

É interessante notar a ausência de uma categoria como “mineiro” de uma lista como esta. Seria certamente uma causa de indagação se não soubéssemos já que os trabalhos de escavação eram feitos por empreitada. A este respeito, Sequeira descreve a situação que já vimos outros autores caracterizar e acrescenta alguns pormenores interessantes: *“No desmonte, as ferramentas, rastilho, pólvora, dynamite, papel, azeite, são fornecidos pela empresa e pagos pelo empreiteiro, sendo-lhes depois descontada a importância d’esse recebimento, na ocasião da liquidação do trabalho feito. No desmonte a empreitada é dada a tanto por metro cúbico; no arranque do mineral a descoberto, a tanto por tonelada, sendo os waggons pesados na ponte-balança á sahida da mina.”*²⁴ Os trabalhadores da extracção estão, nesta lista, incluídos sob os três itens iniciais: trabalhadores na corta (505), trabalhadores à superfície (178) e safreiros (92). A lista não abrange, contudo, todos os trabalhadores sustentados pela empresa, deixando de fora um conjunto decisivo, descrito noutra apartado do texto, como segue: *“Todos os trabalhos technicos da mina de S. Domingos são dirigidos, superiormente, pelo visconde Mason de S. Domingos. A superintendência na execução desses serviços está hoje confiada na mina: a um empregado, chefe de todos os serviços technicos e encarregado especialmente do tratamento metallurgico; a um empregado que dirige os trabalhos de mineração, propriamente dita, subterraneos e superficiaes; a um empregado que dirige todos os serviços de transporte e as officinas acessórias (serralharia, fundição, forjas,*

24 SEQUEIRA, 1883: 252.

carpinteria, etc.). Cada um d'estes chefes de serviço tem um ajudante para o auxiliar no desempenho das suas obrigações. O serviço tecnico emprega ainda actualmente: um desenhador e o seu ajudante; um empregado especial para dirigir a reparação e construcção de poços, assentamento e conservação de bombas de esgoto, reparação de entivações, etc., etc.; um encarregado da pesagem de mineral e outros serviços de menor importancia; um apontador geral dos trabalhos incumbido da distribuição dos quartos aos operários; capacitazes, olheiros e guardas diversos. Em S. Domingos existem dois laboratorios para ensaios, um na mina outro na Achada do Gamo; um salão para desenhadores e gabinetes para engenheiros, onde se encontram os aparelhos, instrumentos e utensílios necessários para proceder a todos os trabalhos technicos de gabinete, de campo, ou subterraneos exigidos por uma bem entendida direcção technica.”²⁵

Para termos uma ideia da evolução do uso da força animal, é útil compulsar a continuação da *Notícia sobre o estabelecimento mineiro de S. Domingos*, editada em 1884: “Até 1868 o transporte e extracção de entulhos da corta foi feito em carros e wagons movidos a sangue e só n'esse anno é que as locomotivas tiveram ingresso nos trabalhos a céu aberto. A partir d'essa epocha, o motor animal foi sendo successiva e completamente substituido pelo motor a vapor nos longos trajectos e apenas é empregado actualmente nas manobras do material circulante, onde seria perigoso o uso de

25 SEQUEIRA, 1883: 193-4.

locomotivas.”²⁶ “O transporte interior nos trabalhos em construção no interior da mina faz-se em carrinhos de mão e com espartões. Nos trabalhos subterrâneos o transporte interior propriamente dito, isto é, o transporte através dos trabalhos preparatórios de lavra até às bocas ou camaras de extracção, é feito em wagonetes, que percorrem diversas linhas férreas de 0m,56 com rails de ferro de 13k,61 por metro corrente, puxados por animaes e empurrados nos pequenos percursos pelos próprios trabalhadores. Esses wagons transportam uma tonelada, teem como já dissemos rodas de ferro fundido, caixas de madeira e ferro, eixos próximos e rodas independentes, a fim de poderem mais facilmente percorrer as curvas dos caminhos. São descarregados próximo às praças ou bôcas de extracção e o mineral é carregado á pá para o wagon que o conduz à superficie.”²⁷

Os espartões são alcofas feitas de esparto e, tal como os candis do exemplo seguinte, são utensílios usados há milénios na mineração ibérica, exemplos clássicos da presença das mesmas técnicas nos empreendimentos mineiros modernos e antigos. Espartões e candis foram usados durante as épocas romana e islâmica e são restos muito comuns nas minas exploradas nesses períodos, não sendo a Mina de São Domingos excepção a esta regra.

Para um período uma década posterior, o já citado catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris, realizada pela Associação Industrial Portuguesa em 1889, oferece-nos um panorama da

26 - SEQUEIRA, 1884: 514.

27 - SEQUEIRA, 1884: 515.

iluminação usada no interior da mina e dos métodos alternativos: “A iluminação nos trabalhos subterraneos é feita pelos candis dos mineiros alimentados a azeite e custa 40 a 50 réis por candil e por posto de oito horas de trabalho. Nas câmaras de extracção há lampiões fixos de petroleo e os trabalhos nocturnos na corta eram até há pouco illuminados por pharoes constituídos por grandes lâmpadas de folha de Flandres em que, por meio de grossas mechas, se queimava oleo de naphtha, cujo baixo custo, 27 réis por litro, fazia com que fosse adoptado este systema apesar de fornecer uma luz muito fuliginosa.”²⁸

O progresso, como sempre, estava em marcha e, como sempre, ao seu próprio ritmo. O uso de perfuradoras pneumáticas já era uma realidade na Mina de São Domingos mas ainda concorria desvantajosamente em custo com a força de trabalho manual: “É assim que na perfuração de tunneis, quer nos da mina, quer nos dos trabalhos accessorios, se tem recorrido ao emprego de perfuradoras Barrow, que trabalham pelo ar comprimido, de que a empresa possui alguns exemplares, mas a que se recorre em trabalhos em que a economia tem de ser sacrificada á brevidade da execução.”²⁹

A última versão do caminho-de-ferro estava já instalada e podemos ter uma ideia de como era pelas palavras do catálogo coordenado por Neves Cabral: “Alem das linhas ferreas de character mais ou menos provisorio, que já indicámos e que servem para o transporte e extracção de minerios e entulhos da mina, tanto nos trabalhos

²⁸ CABRAL, 1889: 74.

²⁹ CABRAL, 1889: 70.

subterraneos, como na córta e na superfície, existem duas de construção definitiva, uma que liga a mina com o porto do Pomarão e outra, segunda via de parte da primeira, que liga a mina com o estabelecimento da Achada do Gamo. A linha principal mede 18,210 kilometros e o percurso da segunda linha é de cerca de 3 kilometros. Depois das varias transformações que tem soffrido esta linha, já no seu traçado em planta e perfil, já no material, o raio mínimo das curvas é de 200 metros, a rampa máxima é de 5,26 por cento, e a via, formada por carris de aço do systema Vignolles , mede 1,07 metros entre as faces internas dos carris e está munida das necessárias agulhas e placas rotatorias.”³⁰

Por essa altura, 1889: “O numero de operários empregados na mina de S. Domingos, apesar de variavel com a maior ou menor actividade com que, em harmonia com as condições do mercado, se procede a lavra, mantem-se sempre superior a mil, podendo attribuir-se-lhe uma media de 1400. Os seus salarios, cujos minimo e maximo são respectivamente 200 e 960 réis, podem computar-se pela media de 383 réis, que, apesar de baixa para trabalhos d’esta natureza, é sufficiente para que á empresa nunca falem operários que ali encontram condições de vida e um certo conforto e bem estar, que não é facil obter nos trabalhos ruraes, facto para que tem effizamente contribuido também a facilidade de liquidação dos trabalhos de empreitada, que são os predominantes...”³¹

30 CABRAL, 1889: 85.

31 CABRAL, 1889: 93.

A Mina de São Domingos estava lançada e experimentava mesmo os primeiros solavancos. Os períodos de baixa de cotação do cobre e os de instabilidade macro regional e mundial conduziram sistematicamente à quebra de produção e ao despedimento de trabalhadores, generalizando o desemprego e a miséria na região. Entre altos e baixos, a Mina de São Domingos virou o século, conheceu em 1916 o seu pico como empregadora de mão-de-obra, com 2400 trabalhadores, atravessou a 1ª Grande Guerra, lançou em 1932 a produção de enxofre para a Companhia União Fabril numa unidade nova na Achada do Gamo, funcionando pelo sistema Orkla, reforçou esta capacidade em 1943 com uma segunda unidade no mesmo local e, aproximando-se o fim das reservas minerais, preparou-se para encerrar a exploração.

Durante o período de vida da mina a população trabalhadora foi sendo predominantemente substituída por descendentes directos dos operários e empregados ao serviço. Uma expressão muito clara deste procedimento é-nos dada pela leitura de uma lista de pessoas do serviço ferroviário, maquinistas, fogueiros, limpadores, capatazes e empregados de estação. Esta lista é um documento (a fotocópia de uma só folha dactilografada sem autoria) do acervo do Centro de Documentação da Fundação Serrão Martins e descreve um momento final da história do empreendimento. O autor, além da lista, acrescentou um pequeno conjunto de observações muito esclarecedor: *“Verifica-se neste serviço o seguinte: uma grande percentagem de maquinistas, fogueiros, e limpadores é natural do Monte dos Bens. Dizia-se nos BENS, quando nascia um rapaz, que os familiares do recém-nascido pediam: Deus te faça um bom Maquinista!”*

No fim da década de 50 do século XX a previsão apontava 1965 ou 1966 como o ano do encerramento. Nos sete anos que mediam, sondaram-se as possibilidades de reconversão da mina para uma ou várias actividades industriais que pudessem ocupar a força de trabalho após o fim da actividade mineira.

É no *Relatório da Comissão de estudo das possibilidades económicas de reconversão da Mina de São Domingos*³² que encontramos a informação referente a 1959. Nesse ano estavam empregados na mina 1.471 trabalhadores³³ com a seguinte discriminação de ocupações, das categorias mais povoadas para as menos: 919 operários diversos, 105 capatazes e encarregados, 65 escriturários, 62 assentadores de via, 39 maquinistas, 36 marítimos, 31 marteleiros, 31 ferreiros, 23 pedreiros, 21 carpinteiros, 19 serralheiros, 18 electricistas, 15 caldeiros, 12 canalizadores, 9 criados, cozinheiros e serventes, 9 motoristas, 9 torneiros, 5 fundidores, 5 enfermeiros, 4 caixeiros, 4 desenhadores, 3 soldadores, 3 fresadores e furadores, 2 contínuos, 1 ajudante de farmácia, 1 funileiro, 1 sacristão. A distribuição destes trabalhadores pelos sectores específicos da mina pode ser seguida no referido relatório³⁴. Vejamos, entre os 13 sectores distinguidos na operação do empreendimento, dois em particular (dados de 31 de Dezembro de 1959): na fábrica de enxofre existiam 257 operários, 17

32 LEANDRO *et al*, 1960: 37.

33 164 trabalhadores tinham mais de 58 anos à data do relatório e atingiriam a idade de reforma até ao fim da vida activa do empreendimento (LEANDRO *et al*, 1960: 23).

34 LEANDRO *et al*, 1960: 28–31.

capatazes e encarregados, 7 electricistas, 4 escriturários e um director da operação; no caminho-de-ferro existiam 54 assentadores de via, 46 operários diversos, 15 maquinistas e fogueiros, 9 capatazes e encarregados, 4 escriturários e um director de operação.³⁵

Em Janeiro de 1964 o número de trabalhadores na mina fora já reduzido a 1.025. Existe uma lista com a distribuição deste total pelas várias secções de operação e o tipo de contrato laboral regendo a relação com cada um dos grupos profissionais. Das categorias mais povoadas para aquelas com menor incidência: 450 operários na exploração interior, 104 no caminho-de-ferro, 75 nos serviços gerais, 66 na exploração exterior, 54 na preparação de carga e embarque, 33 carpinteiros e pedreiros, 2 na trituração. Todos estes trabalhadores estavam contratados pelo acordo colectivo de trabalho para os operários mineiros e ofícios correlativos. Para além destes existiam ainda os seguintes trabalhadores: 94 pelo contrato colectivo de trabalho para as indústrias metalúrgicas e metalo-mecânicas, 34 pelo contrato colectivo de trabalho para os profissionais de escritório, 31 pela lei geral, 4 empregados técnicos e de controlo fabril, 3 pelo contrato colectivo de trabalho dos motoristas, 2 pelo contrato colectivo de trabalho dos ajudantes de farmácia.

A relação laboral, ao longo do empreendimento e de uma forma geral, consistiu numa procura, por parte da empresa Mason & Barry, de assegurar a força de trabalho necessária e adequada para cada momento com o menor dispêndio possível e o conjunto de

35 LEANDRO et al, 1960: 28.

condições de atractividade necessário e suficiente (habitação, assistência médica, escolarização, ocupação de tempos livres, salário) e numa procura, por parte da população assalariada, de melhoria do rácio esforço/benefício da relação. Se em 1883 Pedro Victor da Costa Sequeira podia escrever que em S. Domingos nunca se tinham manifestado greves³⁶ também é verdade que podia relatar uma página antes que *“Uma notável sedição que poz em risco a vida dos empregados superiores da mina determinou em 1865 a requisição da força armada para manter a ordem entre a população mineira.”*³⁷, ou seja, no mesmo ano em que James Mason exibiu a Mina de S. Domingos na Exposição Internacional do Porto a população local sublevou-se. A vinda do exército iniciou uma permanência de uma década, sendo substituído em 1875 por um corpo de polícia privado.

A relação foi várias vezes tensa. Dois excertos finais permitem caracterizar a atitude genérica da empresa Mason & Barry face à população assalariada, nomeadamente, a manutenção dos salários em níveis suficientes para a sustentação dos trabalhadores e seus agregados domésticos.

O relatório *Memorandum of points raised during visit to Mina de S. Domingos of Commercial Manager – November/December 1919* contém, sob o item *Portuguese Employees on Monthly Pay*, o

36 SEQUEIRA, 1883: 213. A formulação é: “No estabelecimento S. Domingos nunca se teem manifestado greves. Este facto deve attribuir-se ao cuidado que a empresa tem tido em estabelecer minimos, perfeitamente acceitaveis, para os trabalhos de empreitada, em fornecer habitações commodas e baratas aos operarios, soccorros pecuniários, tratamento medico e medicamentos gratuitos...”

37 SEQUEIRA, 1883: 212.

seguinte texto: *“At a meeting of all chiefs it was emphatically pointed out that the recent rise of 200 reis a day was not sufficient for employees on monthly pay. Attached is a list of these showing their present monthly earnings (total) including all bonuses and showing proposed new total pay. The increases suggested involve about £270 a year on clerks, and £280 a year with Capatazes, the increase for clerks being 17% and for capatazes 17 ½ %. It is recommended that for these employees a flat rate should be once more adopted, i. e., no bonuses. It is felt that this is the only course to pursue as the prospects of declining food prices seem to be more remote than ever. But it was strongly emphasised that we should probably have to adopt the same principle with the men’s pay at a fairly early date. The difficulty is the fact that a man’s total earnings now are so much influenced from a comparative point of view by the size of his family. Careful consideration was given to this subject and the conclusion come to was that the only possible way would be to take the average amount of bonus paid to a man with five in family as a standard. This on our present personnel would cost us 30/35 contos or about £4,000 a year – representing about 16d per ton.”*³⁸

O relatório, equivalente àquele que acabámos de referir, para o ano de 1922, *Memorandum of points raised during visit to Mina de S. Domingos of Commercial Manager – Spring 1922*, informa-nos sobre o mesmo tipo de consideração numa situação em que as condições eram diferentes. Sob o item E.1., *Labour Wages & Cost of Living*, foi

³⁸ RICH, 1919: 23.

escrito o seguinte: *“Immediately on arrival at the mine I was informed that the Underground men were asking for an increase. As cost of living was actually slightly less than in December last when last increase (was) made the General Manager said he could not recommend any increase. This reply has been taken quietly. It would appear as if there were one or two agitators among the junior men. Undoubtedly the wages and conditions of work at S. Domingos are better than any other Mine in Portugal. The workmen appear quite happy and the womenfolk well dressed. Men also absent themselves more frequently than formerly which indicates they are not very hard up, and Wine shops are very flourishing and the Cinematograph packed to the door. All chiefs – except Mr. Clinch – do not favour the bonus system of a month’s pay. At the moment labour is ample and as the harvest is bad there will not be such a large exodus as usual.”*³⁹

39 RICH, 1922: 14.



Os “10 minutos”

CONHECIMENTO TÉCNICO, HIERARQUIA E FORÇA DE TRABALHO
ENTRE OS VIDREIROS DA MARINHA GRANDE

Ainda em 1999 era prática corrente, e todos os envolvidos garantiam que sempre assim tinham feito e visto fazer. Nas fábricas vidreiras de produção manual da Marinha Grande, antes do final de cada meio trabalho – isto é, antes do intervalo para refeição e depois, novamente, antes do fim da jornada – as equipas hierarquizadas de produção, as “obragens”, ensaiavam por 10 ou 15 minutos o seu próprio futuro organizacional. O “oficial”, ou “mestre”, cedia lugar ao 1º ajudante, para que se exercitasse no trabalho que um dia lhe caberia, passando cada um dos restantes também às funções do posto acima, com idêntica finalidade de treino.

Ao longo do período sobre o qual se centra esta reflexão, entre os anos 20 e os anos 70 (inclusive) do século XX, e certamente desde muito antes, os “10 minutos” constituíram um momento nuclear, tanto do ponto de vista material como simbólico, no multifacetado processo de reprodução do conhecimento técnico vidreiro e de controlo operário sobre esse conhecimento e essa reprodução. Ao mesmo tempo, a análise desta particular prática fabril enquanto instituição chave naquele processo proporciona acesso privilegiado às dinâmicas de tensão entre hierarquia interna e coesão face ao exterior que caracterizavam fortemente o grupo sócio-ocupacional vidreiro. Neste texto,

que se apoia em dados historiográficos e etnográficos construídos a partir de fontes escritas e orais e de permanências em terreno fabril¹ – propõe-se ainda, à luz das observações de Marx (1909) sobre a força de trabalho em contexto capitalista, que a detenção colectiva do conhecimento técnico observada no caso dos vidreiros marinhenses pode utilmente ser pensada em termos de uma mercadorização incompleta da força de trabalho – o que explicaria a assinalável capacidade negocial vidreira marinhense² de um modo mais ajustado à empiria disponível do que, por exemplo, a aplicação do conceito de aristocracia operária.

1 Este texto retoma, articulando-os em função da problemática enunciada, um conjunto de dados e argumentos anteriormente construídos e publicados, em particular: num estudo de síntese do multissecular percurso da indústria vidreira na Marinha Grande (Marques 1998a); numa investigação, integrada em projecto comparativo, sobre práticas técnicas, memória social e identidade ocupacional vidreiras, com base em fontes escritas, observação directa em contexto fabril e entrevistas (realizadas por Ana Mafalda Ventura) a 49 vidreiros, reformados ou no activo (Marques 2000); e numa investigação sobre usos sociais da técnica entre os vidreiros, centrada nos condutores de máquinas automáticas mas abrangendo aspectos dos fabricos manual e semiautomático (Marques 2009). Deste modo, não se detalham aqui fontes e metodologias, indicando-se antes, a cada caso, as publicações anteriores que as pormenorizam. Agradeço a Joana Dias Pereira e a Bruno Monteiro o convite para apresentar ao encontro Áreas Industriais e Comunidades Operárias a comunicação de que se origina este texto, bem como aos participantes no encontro os seus comentários e críticas.

2 Que se expressa (entre muitos exemplos possíveis) nas suas repetidas diligências, documentadas para desde meados do século XIX, de intervenção directa, mais ou menos formal, sobre a administração fabril (Marques 1998a, nota 56), no seu controlo do acesso dos industriais à mão-de-obra vidreira especializada e das cadências de trabalho na viragem para os anos 1920 (Marques 1997, 19–20), no reconhecimento oficial da obragem enquanto unidade de negociação e redistribuição salarial já em pleno fabrico semiautomático (Marques 2009, 193) ou (e talvez sobretudo) no seu comparativamente elevado nível salarial, mesmo durante os anos 1930 e 40 (Mónica 1981, 517–18).

O saber vidreiro marinhense: da raridade inicial à apropriação local

Nas suas 15 detalhadas condições, o Alvará pombalino que em 8 de Julho de 1769 autoriza o negociante inglês Guilherme Stephens a comprar e reactivar uma arruinada manufactura vidreira sita no lugar da Marinha Grande³ procura conferir ao proprietário o mais amplo controlo sobre meios e condições tidos por indispensáveis ao êxito da empresa: espaço fabril, vias de comunicação, força motriz, combustível, matérias-primas, capital – e o conhecimento operatório indispensável à produção. Evidentemente, enquanto coisas inertes como terrenos, linhas de água ou lenhas se disponibilizam sem problemas à apropriação, já o conhecimento é uma substância social, inexistente fora das teias de relações e significados em que se constitui e institui, e cuja apropriação se decide, portanto, no âmbito de intrincadas dinâmicas de poder e reprodução social. E sobre estas, no caso presente, nem Stephens, nem Pombal, nem o rei – todos eles exteriores ao contexto social relevante – podiam exercer qualquer tipo de controlo.

Assim, ditando embora o Alvará régio aos mestres vidreiros a obrigatoriedade de ensinarem o ofício aos aprendizes “sem reserva de

3 Fac-simile em Barros (1998). A manufactura a reactivar correspondia ao que restava da transferência para a Marinha Grande (i.e., para junto da considerável fonte de combustível constituída pelo Pinhal de Leiria), em 1747 ou 48, da Real Fábrica de Vidros Cristalinos, que havia sido criada por iniciativa régia junto a Coima em 1719 (fontes e desenvolvimento em Marques 1998a).

segredo algum”⁴, a verdade é que apenas os próprios poderiam saber a que ponto aplicavam ou infringiam tal ditame. O estudo detalhado dos relatórios de actividade da fábrica (Marques 1999a), cuja elaboração anual era imposta a Stephens pelo mesmo Alvará e que contém a lista nominal dos assalariados com indicação de funções, permite observar como desde estes tempos iniciais a entrada e a progressão no ofício se encontram influenciadas pelo lugar de cada um nas redes de relacionamento locais, em particular aquelas ditadas pelo parentesco. Logo o primeiro desses relatórios, datado ainda de 1769, acrescenta ao nome de cada um dos aprendizes entretanto admitidos a menção “filho do mestre fulano...”. E observando as promoções a mestre de acordo com os relatórios disponíveis verifica-se que pelo menos metade dos 14 mestres formados a partir dos aprendizes que entraram na fábrica entre 1769 e 1774, inclusive, tem apelido em comum com indivíduos que eram mestres durante o seu aprendizado – quando, entre os 20 outros aprendizes entrados durante o mesmo período e cuja promoção a mestre não se observa, somente 4 apresentam aqueles nomes (Marques 1999a, 19)⁵. Parece portanto ter-se verificado uma apropriação precoce do saber técnico segundo dinâmicas endógenas ao grupo vidreiro em formação – e como parte nuclear, justamente, desse pro-

4 O Alvará especifica o número de aprendizes a acolher (seis) e obriga, no espírito do fomento pombalino, a que sejam portugueses.

5 Para uma periodização do sector na Marinha Grande ao longo do século XX, incluindo as mudanças ocorridas nos anos 1960 a nível da reprodução social do grupo vidreiro, ver Marques (2000, 216 segs). A transmissão familiar do ofício, especificamente, mantém-se relevante até essa década (Marques 1995, 113–14, 2000, 228).

cesso de criação e reprodução de um novo agregado sócio-ocupacional, bem demarcado, coeso e dotado de argumentos pertinentes nas relações de poder que percorrem a fábrica.

Duzentos anos depois, a Fábrica-Escola Irmãos Stephens (assim se designava desde 1954) não vira ainda nascer o “Centro de Aprendizagem onde se efectue com rapidez a formação teórica e prática de técnicos e artistas, para serem utilizados por todas as empresas cristaleiras”⁶, que o Instituto Nacional de Inovação Industrial definira como seu projecto para o estabelecimento, o qual tutelava desde havia já uma década (Marques 1998b, V)⁷. Os vidreiros continuavam – e continuariam, nesta como nas restantes fábricas marinhenses – detentores desse recurso produtivo fundamental, cuja transmissão controlavam inteiramente. Apesar das intenções do INII, e de várias administrações fabris pelo menos desde 1865 (Marques 1995, 102), nenhum modo de aprendizagem formal do ofício, com intervenção de agentes alheios ao grupo e/ou obedecendo a lógicas exteriores à sua reprodução social (por exemplo, a lógica, patente na citação acima, de uma mais rápida – logo menos onerosa – formação de

6 “Empresas cristaleiras”, ou “cristalaria”, designa o fabrico, em cristal ou, habitualmente, em vidro comum, de artigos utilitários ou decorativos para uso doméstico ou hoteleiro – por oposição ao fabrico de vidro de embalagem destinado à indústria alimentar (“garrafaria”) e ao fabrico de vidro plano (“vidraça”).

7 Efectivamente instituído em 1959, no âmbito do II Plano de Fomento, o INII passa no mesmo ano a tutelar a FEIS. O trecho citado integra o discurso do director da Fábrica nas comemorações do respectivo bicentenário, em 1969. Para fontes e desenvolvimento sobre a relação entre a Fábrica e o INII, ver MARQUES (1998b).

mão-de-obra qualificada) pudera ser estabelecido⁸. O conhecimento técnico circulava exclusivamente entre operários e, duas vezes por dia, durante os “10 minutos”, as dinâmicas de reprodução social vidreira sobrepunham-se às da produção material e da acumulação de capital.

***A construção social da qualificação vidreira:
matéria, decisão e significado***

À “boca do forno”, ou na “zona quente” (termos sinónimos que designam, na fábrica, o espaço de trabalho dos vidreiros) são inúmeras as sequências operatórias que se apresentam muito pouco intuitivas: é comum darem-se muitas voltas, cuja racionalidade só os entendidos reconhecem, para chegar ao resultado pretendido – “o vidro só se trabalha à traição”. Recorrente nas fábricas, este dito traduz também, de modo mais abrangente, as dificuldades de manuseamento de uma matéria instável e escorregadia como é o vidro em fusão, e o modo variável, e frequentemente difícil de prever, como reage à acção técnica. O facto de esta reacção depender muito da temperatura a que se encontra o vidro, e de este começar a arrefecer, numa curva de configuração variável e influenciada por grande número de factores, difíceis de controlar na totalidade, assim que é retirado do forno (onde se encontra a muitas centenas de graus centígrados) para ser trabalhado, conduz a que o fabrico vidreiro manual

8 Também na Inglaterra dos anos 1920 os industriais se queixavam da morosidade e dispêndio envolvidos na formação de vidreiros (Farmer 1924, 81–82): o controlo operário sobre o conhecimento técnico vidreiro seria então generalizado.

possa comportar elementos consideráveis de indeterminação, aleatório e variabilidade – exigindo do executante um processo permanente de avaliação (da variável condição do vidro) e decisão (quanto ao gesto operativo a desencadear e/ou à sua modulação precisa) que impossibilita a definição de uma vez por todas, ao pormenor, da cadeia operativa óptima para se fabricar determinado objecto. Ao mesmo tempo, se a dificuldade de manuseamento, instabilidade e variabilidade da matéria e do processo técnico aconselham trabalho em equipa com estrita divisão de tarefas, é a mesma variabilidade que obriga cada executante a avaliar e a ter em conta os (variáveis) resultados da tarefa anterior, deste modo se observando como que uma interpenetração das sucessivas tarefas, mais do que a sua segmentação. O vidro pode dizer-se, assim, refractário à taylorização.

É importante ter presente, no entanto, que esta resistência não decorre imediatamente das características da matéria-prima. A influência destas é, antes, mediada e modulada por factores díspares e interactuantes, como a utensilagem e o layout fabril, as circunstâncias empresariais e comerciais (traduzidas, por exemplo, na extensão das séries de fabrico, ou nas cadências de produção procuradas) ou o leque de soluções organizacionais socialmente aceitáveis em cada contexto. Assim, nos EUA do final de Oitocentos observaram-se, no fabrico de garrafas, obragens decapitadas (sem oficial), constituídas por 3 “helpers” e 3 “skilled craftsmen”, rodando estes últimos entre tarefas a cada 20 minutos – mas, apesar de muito motivados a adotar este sistema, pelo acréscimo de produtividade do trabalho que proporcionava, os industriais ingleses não puderam fazê-lo devido à forte oposição operária (Meigh 1972, 33). No final dos anos 1990, era

possível observar numa “fábrica-estúdio” da Marinha Grande obras de 2 e 3 vidreiros qualificados, servidos por uma parafernália de dispositivos destinados a um controlo mais fino da curva de arrefecimento do vidro em trabalho (o que evitava certas operações habitualmente resultantes das imprevisibilidades dessa curva), produzindo séries muito limitadas e que desempenhavam também, obrigatoriamente, sendo embora vidreiros de topo, funções habitualmente consideradas de início de carreira (Marques 1999b, 190–91) – mas as fontes orais coligidas mostram que teria sido impensável ver oficiais e primeiros ajudantes a executar tais tarefas em qualquer uma das grandes fábricas marinhenses anteriores (Marques 2000, 223–25). E é precisamente (e unicamente) através destas impossibilidades ou possibilidades sociais e simbólicas que as contingências materiais do fabrico se fazem pertinentemente sentir.

Ora, nas circunstâncias históricas precisas em que a indústria do vidro se instala e se desenvolve na Marinha Grande – raridade inicial do saber técnico vidreiro; criação de uma especificidade local, tanto social como simbólica, associada ao vidro; reforço mútuo das pertenças ocupacional, local e familiar; intersecção, ou mesmo fusão, dos processos de tornar-se vidreiro e tornar-se adulto, uma vez que se entrava precocemente para a fábrica; relativa fragilidade das empresas e do grupo patronal, em termos de volume, de capital, de tecnologia, de capacidades de gestão – nestas circunstâncias particulares, em que o seu conhecimento operatório é o conhecimento que possibilita a produção, foi possível aos vidreiros marinhenses trabalhar

socialmente a variabilidade e a complexidade materiais do fabrico no sentido da sua própria qualificação e autonomia⁹.

Obragens, oficiais e aprendizes

Verdadeiro agente colectivo do processo técnico, a obragem é, concomitantemente, instrumento e expressão daquele processo de produção e reprodução social dos vidreiros.

Qualquer objecto produzido à boca do forno passa pelas suas várias mãos, que dele se ocupam segundo uma divisão de tarefas estreitamente relacionada com a hierarquia do ofício (a qual se concretiza, precisamente, na obragem e no seu funcionamento), numa lógica que supõe correspondência entre lugar hierárquico, nível de competência e dificuldade das tarefas atribuídas¹⁰.

No período em referência, o aprendizado iniciava-se em idade infantil, ou púbere. Até ao 25 de Abril a idade habitual rondava os 12 anos; pela década de 1920 muitos começavam aos 6, e chegar à fábrica em idade escolar (entre os 7 e os 10 anos, aproximadamente) foi comum entre os anos 1930 e 50, inclusive. Para estas crianças operárias, à dureza do trabalho e das condições em que era realizado – exposição a temperaturas extremas e choques térmicos; horários e

9 Para fontes e aprofundamento da história do sector vidreiro na Marinha Grande e da concomitante história da localidade e da sua especificidade vidreira, ver Marques (1995, 1998a).

10 *N'O Capital*, Marx (1909, 381) descreve, a propósito das formas de divisão do trabalho na produção manufactureira, uma obragem de garrafaria inglesa – mas sem referir o carácter hierárquico da equipa, o qual, na sua imaterialidade, facilmente passa despercebido a um observador estranho às dinâmicas sociais da produção.

tarefas excessivos relativamente à sua resistência física; alimentação, descanso e protecção (calçado, por exemplo) insuficientes – somavam-se os frequentes maus-tratos verbais e físicos por parte dos mais velhos, compondo uma experiência recordada como difícil, dolorosa – e formadora: ter “bebido água da celha”¹¹ transfigura-se em experiência inerente à condição vidreira.

Esperava-se dos aprendizes que assegurassem certas tarefas marginais ao processo técnico (como as “obrigações”: limpeza e manutenção primária dos utensílios adscritos à obra) e, mesmo, que executassem recados pessoais a mando do oficial. No entanto, não é esse o núcleo do seu trabalho: o aprendiz integra uma obra e participa no processo técnico desde o seu primeiro dia na fábrica, sendo as tarefas que desempenha absolutamente essenciais à produção. Em 1931–33 e em 1945, greves de “garotos” pararam as fábricas marinhenses (BONITA 1993, 262; Gomes 2001, 38–41).

Evidentemente, compreender a situação do aprendiz (a desconsideração, o trabalho duro, os maus-tratos) implica tomar em conta a posição inversamente simétrica do oficial, da qual a primeira funcionava como contraponto e confirmação. No período em referência, o oficial é, na obra, uma figura de autoridade incontestada, e na fábrica um assalariado com prerrogativas próprias, que define e ajusta processos e ritmos de trabalho, impõe estritamente a disciplina

11 Perante as elevadas temperaturas, a sede e o cansaço associados ao trabalho de incessantemente abrir, fechar e arrefecer os moldes, erguendo-os em peso e imergindo-os numa celha, os aprendizes chegariam a beber dessa água não potável.

no interior da obragem e a representa face à administração fabril, interfere decisivamente na constituição da equipa e nas promoções.¹²

Faz certamente sentido supor que a preeminência do oficial neste período ecoasse ainda relações de trabalho pré-industriais – o que é comum em sectores industriais antigos (Hobsbawm 1984, 355) – numa lógica em que o oficial dispõe de considerável autonomia no seu trabalho e a obragem é, antes de mais, a equipa que o coadjuva (precisamente o desenho que se adivinha das disposições do Alvará de 1769). Ao longo do século XX, de facto, o oficial vidreiro marinhense dispôs, pela sua elevada qualificação e pelos mecanismos sociais de produção, transmissão e valorização dessa competência sedimentados ao longo da história do grupo, de uma latitude de acção e de escolha semelhante, em certos aspectos, à do artesão isolado – o que, tratando-se afinal de um assalariado, marca bem o seu elevado estatuto sócio-ocupacional.

Presente na contratação colectiva até 1973, o pagamento à peça aos oficiais e outros vidreiros de topo (geralmente o 1º e o 2º ajudantes) sublinhava esta autonomia e responsabilidade. Inclusive, de um ponto de vista simbólico, o trabalho à peça tal como aparece referido nas fontes¹³ configura uma situação de assalariamento em que a força de trabalho, obrigatoriamente dirigida para fins previamente definidos e especializados, não se encontra, por isso mesmo, sujeita ao livre

12 Este e os anteriores parágrafos apoiam-se no material historiográfico e etnográfico – em particular as entrevistas a antigos vidreiros – coligido e analisado em Marques (2000).

13 - “Preço do branco, garrafas de vidro branco a 10 réis; garrações a 20 réis”, assim se registam termos de negociação salarial nas actas da Associação de Classe dos Garrafeiros (Marques 1997, 20).

arbitrio do empregador. Estes operários não são pagos para fazer o que quer que lhes ordenem durante as horas de trabalho, mas especificamente para fabricar determinado tipo de produtos, por “preços” previamente acordados.

Aristocracia operária, ou modos vidreiros de hierarquia e coesão?

Concretamente, as tabelas estabelecem o valor devido ao oficial por cada um dos objectos fabricados na sua obra (desde que depois aprovados na “escolha”) assim como a percentagem a aplicar no cálculo das remunerações do 1º e do 2º ajudantes¹⁴. Quanto aos restantes, recebem ao dia e não à peça.

Ora, são objectivamente diversos, no tocante aos modos de conduzir o trabalho quotidiano, os interesses imediatos de quem ganha à peça e os de quem ganha ao dia. Mais abrangentemente, a grande abertura do leque salarial faz com que todos almejem ser promovidos quanto antes, e o lugar destacado do oficial nesse leque torna o seu posto particularmente apetecido. Se a progressão na carreira é, de modo geral, muito lenta até aos anos 1960 (dadas a estrutura piramidal do ofício e a inexistência de eficaz protecção na reforma), em épocas de expansão do sector, como foram os anos 1919-21, imediatamente se torna aparente o conflito de interesses que estruturalmente opõe os vidreiros de topo, especialmente os oficiais, aos

¹⁴ Que em 1920, em período de expansão da indústria, vemos aumentar de 70 e 50%, respectivamente, para 80 e 60% (Marques 1997, 20).

restantes: enquanto estes pretendem aceder aos lugares mais qualificados, o que teria como efeito inevitável aumentar a oferta de conhecimento técnico vidreiro, os oficiais procuram a todo o custo impedir esse aumento, que desvalorizaria o seu trabalho e a sua remuneração (Marques 1997, 26–28).

Esta presença, entre os vidreiros, de interesses objectivamente contraditórios e situações sócio-económicas contrastantes ocasionou a aplicação ao grupo do conceito de aristocracia operária. Para o caso marinhense, Mónica (1981) emprega-o ao caracterizar o controlo destes assalariados sobre recursos produtivos essenciais (o conhecimento técnico), traduzido em assinaláveis capacidade negocial e ganhos remuneratórios. Esta proposta não lida, portanto, com o conceito habitual de aristocracia operária, originado na teoria marxista, enquanto condição de vida destruidora, por relativamente privilegiada, da consciência e da acção de classe (o que, de resto, no caso marinhense, iria a contrapelo da empiria disponível¹⁵). Mas já na historiografia britânica, no âmbito da qual a discussão do conceito nesta perspectiva foi particularmente relevante (Hobsbawm 1964; Foster

15 São vidreiros quem leva a cabo a revolta de 18 de Janeiro de 1934 (Patriarca 2000), é a sua presença que faz da localidade um reconhecido bastião oposicionista durante a ditadura e se traduz em maiorias autárquicas comunistas a seguir ao 25 de Abril, é coeva da expressiva diminuição do número de vidreiros na população activa marinhense a perda de influência do PCP na localidade. De resto, tem sido recentemente proposta a ideia de que, de modo geral, as camadas mais bem pagas do operariado nem por isso se afastam da luta de classes, requerendo-se portanto outras explicações que não a noção de aristocracia operária para explicar os fenómenos de conformismo e conservantismo entre trabalhadores (Post 2010).

2010), ocorre repetidamente a identificação dos vidreiros ou seus subgrupos enquanto assalariados com níveis de bem-estar acima da média da classe e, logo, qualificáveis enquanto aristocracia operária (Pelling 1968; Hopkins 1975; Matsumura 1983).

O trabalho de Matsumura (1983), que estuda os cristaleiros vitorianos, distingue-se por accionar o conceito para descrever e interpretar as dinâmicas de poder no interior do grupo. Observando os diferenciais de remuneração e acesso aos níveis superiores da carreira ocupacional, o autor estabelece um corte absoluto entre aqueles no topo da hierarquia (os “aristocratas”) e os restantes. Destes, afirma, muitos aprendizes desempenhariam tarefas meramente auxiliares e muitos deixariam a fábrica sem passar a ajudantes, enquanto grande parte destes, por seu turno, e sobretudo se desprovidos das ligações familiares pertinentes, nunca chegaria a aceder aos postos superiores do ofício.

Também no caso marinhense é certo que muitos aprendizes entrados no período em referência acabam por sair para outras ocupações sem chegarem a progredir na carreira, que só uma parte dos vidreiros atinge o oficialato (outra coisa seria, de resto, aritmeticamente impossível) e que, como já referido, até aos 1960 as ligações familiares mantêm um peso relevante na entrada e progressão na carreira. Por outro lado, contudo, deve notar-se que o poder dos vidreiros de topo, beneficiando os próprios, não deixa de servir também os interesses mais comuns e fundamentais de todo o grupo. Retome-se o exemplo do período 1919-21: dos dois padrões opostos de interesses imediatos então particularmente visíveis, é o dos oficiais que melhor corresponde ao interesse de longo prazo do grupo no seu conjunto,

pois o aumento da oferta de mão-de-obra qualificada degradaria as condições de remuneração de todos, reduzindo a sua “skill rent” - i.e., nos termos neo-marxistas de Wright, a parcela de excedente apropriável pelos assalariados detentores de um saber escasso e crucial à produção (1997, 22). Ora, é certamente também por esta coincidência entre o interesse imediato dos oficiais e o interesse vidreiro comum de mais dilatado prazo que os primeiros se vão mantendo como porta-vozes e figuras de autoridade no seio do grupo.

Sobretudo, a aplicação aos vidreiros da noção de aristocracia operária como proposta por Matsumura (1983) dificilmente se concilia com a unicidade fundamental do processo técnico e, mais ainda, da carreira ocupacional, efectivamente una e integrada: todo o oficial foi aprendiz, todo o aprendiz é um oficial em potência. Perder de vista esta unicidade estrutural é impedir-se de compreender cabalmente os processos, estreitamente relacionados, de trabalho e de produção e reprodução do grupo vidreiro, marcados, justamente, por relações de tensão e complementaridade entre hierarquia e coesão.

Os “10 minutos”: instituir a propriedade colectiva do saber técnico vidreiro

É sob o ponto de vista desta tensão que mais interessante se torna olhar os “10 minutos”.

Pensar, como se propôs acima, o poder dos oficiais vidreiros marinhenses das décadas de 1920 a 70 como repercutindo ainda o estatuto do mestre artesão pré-industrial é também reconhecer as decisivas diferenças que obviamente os separam daquele padrão. Não apenas porque trabalham em ambiente fabril e são,

inquestionavelmente, trabalhadores assalariados, e porque o seu trabalho obedece a exigências sócio-técnicas de produtividade e normalização antes ausentes, mas também porque, no interior do grupo vidreiro, a sua preeminência é agora fortemente contrabalçada pela própria unicidade do processo técnico e, sobretudo, da carreira ocupacional.

Sendo impossível reconstituir o processo, provavelmente longo e conflitual, de que esta se originou, as fontes disponíveis permitem, pelo menos, identificar um ponto de partida. Assim, a análise dos relatórios Setecentistas já mencionados indicia que nos primeiros anos da Real Fábrica se desenham duas carreiras distintas, com os aprendizes passando directamente a mestres e os ajudantes sendo-o permanentemente, sem terem sido aprendizes nem chegando a ser mestres (Marques 1999a, 18). Caber-lhes-iam então, presumivelmente, tarefas de apoio, distintas daquelas executadas pelos mestres, e ser-lhes-ia negado o acesso ao conhecimento técnico que lhes poderia permitir chegar, mais tarde, ao topo do ofício. Já os aprendizes, esses, estariam desde início na carreira principal. As mesmas fontes indiciam também, contudo, que os dois percursos terão começado a fundir-se – e, conseqüentemente, o grupo vidreiro marinhense a ensaiar os seus modos característicos de reprodução social – logo a partir, pelo menos, da década de 1790 (idem, 19): uma precocidade expressiva.

E parece ser este mesmo caminho em direcção a um grupo ocupacional mais coeso e abrangente que vemos desenhar-se através da instituição dos “10 minutos”. Se, na perspectiva de quem entrou para a fábrica no início do século XX, estes podem ainda ser representados

como uma dádiva do oficial ao 1º ajudante¹⁶ (o que mais uma vez demonstra a preeminência dos oficiais na obragem e no grupo) a verdade é que a presença dos “10 minutos” limita a discricionariedade na transmissão do conhecimento técnico. Podendo decerto ser orientado de diversos modos pelo oficial, que mantém, designadamente, um nível considerável de controlo sobre o conhecimento que explicitamente transmite ou retém durante este período, os “10 minutos” democratizam, ainda assim, o acesso ao saber do ofício. Alguns poderão vê-los como uma dádiva do oficial, mas este sabe que se trata de uma obrigação que não pode omitir. Os “10 minutos” instituem – i.e., trazem para a esfera das “regras públicas de pensamento e acção”, nos termos de Mauss¹⁷ – a transmissão de conhecimento como marca do grupo, assim afirmando a propriedade e o controlo colectivos sobre esse património crucial.

Como se referiu, os “10 minutos” subtraem-se parcialmente à produção, dado que o rendimento é susceptível de diminuir quando se trabalha com uma equipa menos qualificada que o habitual. Se o salário é pago por unidade de tempo, como actualmente acontece, qualquer eventual quebra corre por conta da empresa. Mas nos tempos

16 “O oficial então dá-lhe dez minutos. É uma tradição! Já é uma coisa que vem de muito longe, e a gente fazia tam’em a mesma coisa. [...] Desde que eu lá trabalho – que eu lá trabalhei – vi já os oficiais fazerem isso, e depois eu e os outros como eu, oficiais mais modernos, fazíamos a mesma coisa” (oficial entrado para a fábrica em 1914, entrevistado em 1998 – cf. MARQUES 2000, 230–33).

17 “[D]es institutions, c’est-à-dire des règles publiques d’action et de pensée” (HUBERT e MAUSS 2002, 20). Para uma reflexão sobre o conceito de instituição aplicado ao trabalho fabril, ver MARQUES (2011).

do pagamento à peça era sobre os vidreiros que directamente recaía tal prejuízo¹⁸. Ora, se os ajudantes mais qualificados tinham, apesar de tudo, a contrapartida da aprendizagem e do treino, o oficial, nada recebendo, procedia então, na verdade, a uma devolução: devolvia ao grupo, na pessoa do seu 1º ajudante, aquilo que outrora do grupo recebera na pessoa do seu próprio oficial. Os “10 minutos” recordam ao oficial que o saber do ofício não é propriedade sua, instituindo, na circulação desse recurso crucial, uma reciprocidade diferida e – muito importante – transitiva, que marca bem o carácter colectivo da detenção do conhecimento técnico vidreiro.

Mercadorização incompleta da força de trabalho?

É neste ponto que se torna pertinente a definição de força de trabalho proposta por Marx (1909). Descrita como “the aggregate of these mental and physical capabilities existing in a human being, which he exercises whenever he produces a use-value of any description” (1909, 185), a força de trabalho inclui, assim, o saber do ofício, como o autor explicita um pouco adiante: “*in order to modify the human organism, so that it may acquire skill and handiness in a given branch of industry, and become labour-power of a special kind, a special education or training is requisite*” (idem, 191). Ao mesmo tempo, Marx assinala repetidamente que a força de trabalho apenas

18 - O que obviamente requeria, por outro lado, um salário habilitado a suportá-lo: “the shorter the time required for training up to a particular sort of work, the smaller is the cost of production of the worker, the lower is the price of his labor-power, his wages. (Marx 1902, 33); cf. também a nota 8.

se encontra na pessoa, no “living self” do trabalhador – e, nessa linha, toda a sua discussão da força de trabalho enquanto mercadoria põe em cena o trabalhador individualmente considerado. É este sujeito individual que, impedido de vender os frutos do seu trabalho por não ter acesso aos meios de produção que lhe permitiriam fabricá-los autonomamente, se vê forçado, para sobreviver, a colocar antes no mercado a sua força de trabalho – sobre a venda da qual, concomitantemente, tem inteiro poder de decisão, por ser um indivíduo juridicamente livre. Que o indivíduo assalariado seja “livre” no duplo sentido de nada ter de seu além da sua força de trabalho e de desta poder dispor inteiramente são, estabelece Marx, as duas condições essenciais para que a força de trabalho se configure enquanto mercadoria.

Ora, se entre os vidreiros o saber do ofício é património colectivo, e se este saber é parte integrante da força de trabalho, isso significa que o vidreiro individual não detém afinal de modo absoluto a sua força de trabalho, não pode dela dispor livremente. A tradução prática desta impossibilidade é bem patente quando são estabelecidas formas de controlo colectivo sobre a cadência produtiva, sobre a progressão na carreira ocupacional ou sobre o acesso a um determinado posto de trabalho – ao mesmo tempo que a contradição entre esta agencialidade colectiva e o facto de ser o “living self” individual a sede da força de trabalho se encontram bem visíveis no carácter amiúde conflitual e incompleto daquelas formas de controlo. Juridicamente tão livre como o seu patrão, ao qual obviamente não o ligam laços de escravidão ou servidão de espécie alguma, mas apenas a relação puramente mercantil de assalariamento, nem por isso o operário vidreiro é inteiramente “livre” enquanto trabalhador, uma vez que a

sua força de trabalho não é inteiramente sua propriedade individual. Falha assim, entre os vidreiros, uma das duas condições tidas como essenciais por Marx para que se possa falar em mercadorização da força de trabalho: estamos perante uma mercadoria incompleta.

A transacção desta força de trabalho não é, portanto, livre, condicionada como está por factores e circunstâncias extra-mercado (embora estreitamente interactuantes com este). Desaparecidas, com o fim do Antigo Regime, as peias explícitas que o Alvará de 1769 estabelecia à circulação de mão-de-obra (tempos mínimos de permanência na fábrica para os oficiais, autorização ao proprietário para que os mandasse seguir e deter caso “fugissem”, obrigatoriedade de a fábrica empregar os aprendizes uma vez formados...), uma outra “economia moral” (Thompson 1971) – e prática – parece entretanto ter emergido e vigorado no período em análise, por meio da qual os vidreiros colectivamente subtraem à esfera mercantil (onde o trabalhador individual se relaciona com o detentor de capital em situação de inferioridade estrutural, pois depende da venda da sua força de trabalho para sobreviver) a negociação de aspectos fundamentais do exercício da sua força de trabalho. Nem tudo na força de trabalho vidreira está à venda e é intercambiável no mercado, e isso enquadra e condiciona a acção económica tanto do assalariado como do capitalista.

Esta resistência dos vidreiros à mercadorização da sua força de trabalho – ou, para usar os termos de Polanyi, esta sua recusa (ou denúncia, até) da “ficção” do trabalho enquanto mercadoria (2001, 75–76) – poderá decerto ser melhor discutida à luz da ideia, repetida e diversamente articulada na antropologia e na sociologia económicas, por exemplo, de que o des-embebedimento e re-embebedimento do

económico no social é, pela sua importância crucial na vida colectiva, um processo continuado e conflitual (cf. Polanyi 2001, Granovetter 1985, Mauss 1974, Hart 2005, Bourdieu 2000). Tal não cabendo no âmbito do presente texto, não se terminará, contudo, sem sugerir a inclusão deste modo de mercadorização incompleta da força de trabalho entre as formas híbridas, ou “impuras” (van der Linden 2008, 268) de trabalho assalariado, cuja presença Marx assinalou nas margens do capitalismo industrial mas que correspondem, provavelmente, à capacidade de adaptação às formas e contextos particulares, sem com isso comprometer os mecanismos nucleares de acumulação, que está talvez no centro da expansão e longevidade do capitalismo.



Mulheres e Trabalho.

ENTRE A CONSTRUÇÃO DE UMA IMAGEM DA MULHER E A REALIDADE

Este artigo¹, subordinado ao tema geral as mulheres e o trabalho, tem como referentes cronológicos o final do século XIX e princípio do século XX. Estrutura-se em torno de dois eixos. Em primeiro lugar, visa surpreender a oposição entre a construção de uma imagem das mulheres e a realidade (ou a aproximação possível); em segundo lugar, pretende descrever, em traços largos, algumas das questões relacionadas com o mundo laboral feminino e pensar as trabalhadoras entre a invisibilidade (BAPTISTA, 1999) e o preconceito ou os efeitos negativos de uma determinada ideia do que era e do que a mulher deveria ser.

No final do século XIX e nos inícios do século XX, a desigualdade de géneros era uma característica da sociedade portuguesa (à semelhança do que se passava na generalidade dos países), cruzando-se com outras clivagens, nomeadamente entre os que tinham direitos políticos e os que não tinham voz pública e ainda entre as classes privilegiadas e as não privilegiadas, que eram a maioria da população.

1 Com base na comunicação apresentada no Encontro *Áreas industriais e Comunidades operárias, Encontros de investigadores locais: divulgação de estudos monográficos*, II Sessão – o mundo do trabalho em Lisboa e vale do Tejo, VI Painel – O universo feminino do mundo do trabalho, 21 de Outubro de 2011 e em SAMARA, Maria Alice, *Burguesas e Operárias, As Mulheres no tempo da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

A cidade política liberal e oligárquica era inacessível à maioria dos portugueses e à totalidade das portuguesas afastadas da cidadania plena. Os grupos sociais excluídos da ordem liberal oligárquica vigente começaram a lutar pelos seus direitos, a contestar o sistema e a pensar em alternativas políticas, muitas das quais em consonância com teorias e práticas europeias. Dentro do grupo dos deserdados da cidade política, a mulher, cerca de metade da população, não tinha nem o direito de voto, nem a possibilidade de participação política, para além de várias restrições cívicas impostas pelo Código Civil.

Parte das mulheres, porque apenas o plural pode fazer justiça à miríade de situações e condições que podemos constatar, combateu para alterar a sua situação vista como de menoridade cívica, ao lado e com os republicanos. Nos inícios do século XX assistimos ao que foi o princípio de um longo caminho, da luta pelos direitos políticos das mulheres, com a criação de associações que pugnassem pelas questões femininas e feministas, de entre as quais se pode fazer referência à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) e aos nomes de Ana de Castro Osório, Adelaide Cabete, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda. Esta última ativista, republicana, de *ideias avançadas* e livre-pensadora, não deixou de considerar que a feminista não podia deixar de se dedicar a um combate a favor da operária e contra a burguesia, demonstrando assim uma preocupação com as mulheres das várias classes sociais (SAMARA 2007).

A agenda feminista cruzou-se no início do século XX com os combates do movimento republicano. Esta aliança, fomentada pelos republicanos, teve lugar imediatamente antes da tomada do poder e, feita a República, tornou-se difícil de gerir, já que foram criadas

expectativas nas mulheres que não foram cumpridas, nomeadamente em relação ao direito de voto. Há uma relação muito específica de uma parte do feminismo com as esperanças – várias e multiformes – que estiveram presentes na luta contra a sociedade antiga, velha e que era preciso renovar.

Cumpre ainda registar a criação da União das Mulheres Socialistas, em 1912 e que se tinha como objectivo lutar pela “libertação civil, económica e económica da mulher”. (ESTEVES 2005, 877)

Ainda no que às organizações diz respeito, em 1914 foi fundado o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), que teria uma significativa influência em várias gerações de mulheres, mantendo-se em funcionamento até 1947, data em que foi encerrado pelo Estado Novo. Esta organização entendia-se como apolítica, mitigando a anterior ligação entre republicanismo e feminismo. Apesar de algumas das militantes continuarem a ter afinidades políticas com o republicanismo, esta era uma organização que se debruçava sobre problemas das mulheres, já num contexto em que se firmavam institucionais internacionais (Conselho Internacional das Mulheres e Aliança Internacional para o sufrágio feminino). “Os estatutos do CNMP foram aprovados em Abril de 1914 e definiam-no como «uma instituição feminina, não se subordinando a nenhuma escola ou facção filosófica, política ou religiosa». Os seus objectivos eram o de federar as associações femininas, e não apenas feministas, portuguesas «que se ocupam da mulher e da criança» e de «coordenar, dirigir e estimular todos os esforços tendentes à *dignificação e a emancipação das mulheres*». Era também seu objectivo «defender tudo o que diga respeito ao melhoramento das condições materiais e morais

da mulher, especialmente da proletária» e a renumeração equitativa do trabalho.” (COVA 1998) Os objectivos do CNMP já refletem uma diferente consciencialização em relação à necessidade de defesa da mulher trabalhadora, nomeadamente a proletária.

A desigualdade de géneros, cruzada com todas as outras, não só caracterizava a sociedade como estava naturalizada, sendo minoritárias as vozes e as opiniões que a questionavam. Era ainda um mundo no qual o homem era, essencialmente, o produtor de sentido, construindo e difundindo a sua forma de olhar e pensar a mulher, bem como os papéis que lhe estavam destinados. Poucas mulheres tinham as ferramentas necessárias para poder questionar esta forma de as pensar e de deixar para a posteridade escritos ou memórias que nos permitam trabalhar esta questão.

No início do século XX a sociedade portuguesa assentava e reproduzia várias dicotomias, de entre as quais a que opunha masculino e feminino. O homem representava o mundo cultural e a mulher o natural. Ao homem fazia-se corresponder a inteligência e a razão e à mulher a sensibilidade e a emoção. O homem que olhava para a mulher e via-a mais pequena, mais frágil, mais delicada mas, escrevia-se em muitos discursos “científicos”, com uma menor capacidade cerebral.

A mulher pertencia à casa e não ao mundo, pertencia ao lar e não à praça pública e à cidadania. Difunde-se em Portugal, à semelhança de boa parte da Europa, a imagem vitoriana da *Fada do Lar*, “Expressão através da qual a sociedade industrial e burguesa, emergente no século XIX, pretende valorizar as funções domésticas atribuídas às mulheres.” (MACEDO e AMARAL 2005). Era assim atribuído à mulher o papel de esposa, a que se associava, frequentemente,

o papel de mãe. Ser a *Fada* ou o *Anjo do Lar*, uma mulher virtuosa, estava associado a um conjunto de características como a submissão ou a passividade. Na prática, esta mulher deveria cuidar da casa ou supervisionar os trabalhos de quem o fazia, numa vida que começava e acabava no espaço doméstico, agora transformado numa espécie de santuário, o lugar onde as virtudes femininas se afirmavam, em oposição ao interdito da vida e da voz públicas.

Os manuais de civilidade e os livros de conduta prescreviam outras tantas regras, condicionando ou pretendendo moldar a vida destas “senhoras”, que deveriam ser graciosas, silenciosas e resignadas. Das portas de casa para fora, a sua liberdade era restringida, não devendo sair na companhia de outro homem que não o marido, pai ou irmão.

A *Fada do Lar* não é um retrato da realidade (PETERSON 1984), não é a imagem do que era, mas do que se queria construir. Este ideal de classe média burguesa e de classe alta difundiu-se pela sociedade e pelas diferentes classes sociais, sobretudo durante o Estado Novo, constituindo-se um obstáculo aos combates que visavam a defesa do direito ao trabalho com dignidade.

Apesar disto, assistimos ao combate das mulheres contra esta forma que o olhar e o desejo masculinos esculpiram. Parte das mulheres lutaram pelo acesso à educação e pela consequente inserção no mercado de trabalho. Neste caso, estamos a falar, obviamente, do mercado de trabalho qualificado.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos (filóloga, escritora, professora universitária) deixou-nos um retrato sombrio da desconfiança com que a educação feminina era olhada e de como a sociedade tinha uma clara

aversão às mulheres que queriam ou que acediam aos graus mais elevados da instrução, expressa, de forma clara, no adágio “Mula que faz him e mulher que fala latim não têm bom fim.” (VASCONCELOS 2002) referido por Carolina Michaëlis de Vasconcelos. No final do século XIX e inícios do século XX, os índices de analfabetismo eram muito elevados e no caso específico das mulheres podiam chegar aos 80%. Poucas raparigas estudavam para além do ensino primário. Em muitos casos, a educação da jovem rapariga das classes privilegiadas passava pelo piano, pelo bordado, alguma coisa de francês e de literatura. Para muitos, eram apenas conhecimentos de salão. Os livros, se considerados perigosos ou dissolventes, eram afastados da jovem mulher, considerada frágil e susceptível de ser influenciada pelas leituras e, assim, quebrar a imagem e recusar o papel que lhe estava atribuído.

Rogério Fernandes mostrou como uma das formas de dificultar o acesso da mulher à educação fora da família passava por ridicularizar a sua capacidade intelectual, falando dessas estratégias de ironia e sarcasmo: “Por meio do riso e da troça, os homens procuravam combater a ideologia, então nascente, da igualdade dos sexos e, desse modo, tentavam manter intacta a hegemonia masculina no governo da Família e da Sociedade.” (FERNANDES 2003)

A mulher que pretendia estudar para além do prescrito e socialmente aceite estava a subverter o que parecia ser a ordem natural da sociedade, que não atribuía à mulher esse papel, sobretudo quando a vontade de saber se prendia com a obtenção de um grau académico e este abria a possibilidade de uma profissão. Uma mulher com um trabalho remunerado tinha a possibilidade de ser autónoma e independente, impedindo-a de ser a tão desejada *Fada do Lar*.

Num texto clássico intitulado *Profession for women*, de 1931, Virginia Wolf escreveu sobre a necessidade de matar o *Anjo da Casa* como parte da ocupação da escritora. (WOLF 1942) Ou dito de outra forma, era preciso destruir uma determinada ideia de mulher, um fantasma, que a própria mulher, tantas vezes, aceitava, para que outras possibilidades de abrissem. Este era o primeiro passo para a emancipação. E, ainda segundo a mesma escritora, o que ficava depois do *Anjo* ser morto? Uma imagem de uma aparente simplicidade: uma jovem mulher num quarto com um tinteiro. Liberta de preconceitos, esta jovem mulher podia criar e trabalhar. E, ser remunerada pela seu trabalho.

Com o dinheiro que ganhou Virginia Wolf comprou um gato persa. Mas não era suficiente. Queria um automóvel. Para nós, olhando para aqueles tempos, é tentador ler o desejo de ter um automóvel como sinal de independência, autonomia e modernidade. Ou ainda a imagem de uma jovem mulher a conduzir o seu destino.

Neste início do século XX, um pequeno mas crescente número de mulheres portuguesas conseguiu ir para a Universidade² e, assim, entrar em campos profissionais até então exclusivamente masculinos. Até à proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910, tinham-se matriculado na Universidade de Coimbra 23 estudantes do sexo feminino e, de 1910 a 1926, 280 mulheres frequentaram a Universidade (GOMES 1991). Domitila de Carvalho foi a primeira mulher a entrar para a Universidade de Coimbra, no ano lectivo de 1881–1892 e em

2 Até à República, a única Universidade era Coimbra. Em 1911 foram criadas as Universidades de Lisboa e do Porto.

1910, Regina Quintanilha foi a primeira mulher a entrar para a Faculdade de Direito da mesma Universidade. Para além do corpo discente, vale a pena fazer referência à contratação de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, primeira professora e até à sua morte em 1925, a única mulher do corpo docente da Universidade de Coimbra. A possibilidade de as mulheres se doutorarem foi outro obstáculo a ser vencido. Escreveu Maria Lamas que “Nos últimos anos doutoraram-se algumas licenciadas em letras, ciências e uma médica. Este facto, extraordinário entre nós, derrubou o preconceito de que o grau de doutor de borla e capelo era inacessível à mulher.” (LAMAS 2002, 438)

De uma forma paulatina, as mulheres foram tendo acesso ao ensino universitário e entrando no campo profissional qualificado. O triunfo nas *carreiras liberais* fez-se lutando contra a hostilidade e o preconceito (GUIMARÃES 2002). Quando as mulheres de classe média começaram a trabalhar fora de casa, quebrando a tradição, a situação era considerada deprimente, desprestigiante e só se compreendia à luz de dificuldades económicas muito graves. (LAMAS 2002, 428) O trabalho destas mulheres da classe média era visto como sinal do infortúnio, um castigo, não se equacionando a possibilidade de poder resultar de uma escolha.

No entanto, e apesar das dificuldades, nos anos 40 do século XX Maria Lamas escrevia que existiam profissões com altas taxas de feminização como no caso do professorado primário, enfermagem e assistência social (LAMAS 2002). Ou seja, para além do ensino, as mulheres tinham ocupações no campo das prestações de cuidados, de alguma maneira, uma forma de prolongar, fora de casa, a imagem tradicional da mulher. O trabalho com maior

aceitação social estava associado ao gesto de cuidar, atividade vista como característica do mundo feminino.

Uma parte muito significativa destas mulheres que procuravam novas profissões e aquelas que defendiam o direito à educação e ao trabalho como forma de emancipação feminina, defendiam, contudo, que a mulher não podia relegar para segundo plano o seu papel como mãe e os deveres da maternidade.

O quadro relativo às mulheres que franquearam a sua entrada no mundo profissional qualificado diz respeito apenas a uma minoria de mulheres, a uma pequena parcela do que podemos chamar de população ativa feminina. De facto, a maioria das mulheres trabalhadoras pertencia às classes populares e as suas ocupações eram bastante distintas das acima referidas como *carreiras liberais*, ou ocupações profissionais que implicavam a obtenção de um grau académico, e de prestígio social.

As mulheres sempre estiveram presentes nos mundos do trabalho, fosse ou não remuneradas e independentemente da maior ou menor visibilidade ou da importância social atribuída ao seu trabalho. Há que referir também a estreita proximidade entre a atividade económica e o núcleo familiar, nomeadamente no que ao trabalho agrícola diz respeito. “Verificámos, ainda, que o trabalho feminino, a nível nacional se tornou invisível devido à ocultação do trabalho agrícola das mulheres. Os censos passaram a inventariar como trabalho efetivo apenas o realizado pelo «chefe de família».” (BAPTISTA 1999, 154)

As mulheres trabalhavam em todos os ramos de atividade desde a agricultura até à indústria (de referir pelas elevadas taxas de feminização o têxtil e as conservas), passando pelos serviços e

comércio. Maria Lamas deixou-nos um belíssimo retrato intitulado *As Mulheres do meu país*, fruto das suas viagens de norte a sul de Portugal, iniciadas em 1947. Nas suas reportagens deu-nos a conhecer as diferentes mulheres, das camponesas às salineiras passando pelas operárias, costureiras, empregadas domésticas às professoras, empregadas de escritório ou enfermeiras, os seus trabalhos, as suas lutas quotidianas e as diferentes tradições.

Distinguindo entre a pluralidade e a heterogeneidade das mulheres portuguesas, Maria Lamas defendeu que “No povo não há, praticamente, mulheres domésticas. Todas trabalham, mais ou menos, fora do lar. Quando não são operárias, são trabalhadoras rurais, vendadeiras, criadas de servir ou «mulheres a dias».” (LAMAS 2002, 458)

No espaço urbano e/ou industrializado, a mulher era um significativo segmento da força de trabalho, circulando pelas ruas da cidade, sendo tão diferente do modelo da mulher que vivia em função e para o lar. Algumas de entre estas mulheres trabalhavam mesmo para o lar das outras, como no caso da “Maria Olímpia” de Armando Ferreira, uma imagem romanesca e da mulher popular, pobre e trabalhadora. Armando Ferreira descreve o corpo desta mulher trabalhadora, que nos surge, assim, marcado pela sorte cruel, pela desgraça, magro e cansado (FERREIRA), o oposto dos corpos ideais das mulheres e daquelas que não trabalhavam.

Da literatura podemos ainda recuperar uma imagem do operariado do Porto, onde a percentagem de trabalhadoras era muito significativa:

Na fábrica onde Luísa trabalhava, circulava logo de manhã uma alegre palpação de vida. Os operários chegavam em grandes

ranchos, descalços, rotos, chupadas pela fome as caras em que apenas refulgia a luz dos olhos. Vinham tristes, acabrunhadas, sem juventude, arrastando-se num desalento enorme. As mulheres traziam os chailes muito cingidos ao busto; as roupas colavam-se-lhes ao corpo, desenhando-lhes em relevo as formas irregulares e angulosas. Algumas eram já velhas; outras pobres esposas que à pressa abandonaram o leito sem calor, logo ao luzir da estrela de alva, para que ao bando dos filhos não faltasse o magro pão do jantar.

(GRAVE 1915)

As mulheres, cujo corpo nos aparece, mais uma vez, como destruído, longe das características da graça e da beleza que estavam associadas ao sexo feminino, estão marcadas pelo trabalho e pela dureza das sua vida. As mulheres operárias, enfrentavam, juntamente com os operários do sexo masculino difíceis condições de trabalho, fosse pela duração da jornada (podiam ser de 12 ou 14 horas), fosse pela dureza das tarefas. Algumas das mais importantes reclamações, desde o final do século XIX, prendiam-se com a questão do horário de trabalho, a defesa do descanso semanal, a necessidade de proteção em caso de acidente que se relacionava de perto com a higiene e a segurança dos locais de trabalho e a criação de tribunais próprios para os conflitos laborais.

Partilhando as dificuldades da vida operária, as mulheres – e as crianças – auferiam remunerações mais baixas que os seus companheiros do sexo masculino. Esta diferença de nível remuneratório deve ser pensada levando em linha de conta dois aspectos: “(...) em primeiro lugar a aceitação da justificação dos salários mais baixos pagos às mulheres pelo facto – tido como certo – da sua menor capacidade

produtiva; em segundo lugar, as exigências de igualização das remunerações entre homens e mulheres, para as mesmas tarefas, quando surgem, vêm marcadas pela preocupação de defender os níveis de salários anteriormente alcançados pelos operários homens.” (FREIRE 1992, 138). Era comum, tanto nos trabalhos industriais como nos agrícolas, o salário da mulher ser metade ou pouco mais do que o dos seus companheiros masculinos, o que decorria da forma como o seu trabalho era entendido, fosse porque era visto como um complemento ao orçamento familiar, fosse porque era desconsiderado, sendo a capacidade produtiva das mulheres posta em causa.

A presença no mercado de trabalho de mulheres e menores, mão de obra desqualificada e barata acabou por ter efeitos negativos no trabalho masculino, fosse pelo espectro da perda do posto de trabalho, fosse pela sua desvalorização. (MARTINS 1997)

Não estava, assim, ausente destes conjunto de reivindicações do movimento operário, os problemas suscitados pelo trabalho de mulheres e crianças. “Daí que, quando a crise começou a agudizar-se a partir de finais do século xix, o trabalho feminino e de menores começasse a ser hostilizado e acusado de contribuir para o mal-estar social e que para minorar a situação (e também por razões de carácter social) se promulgassem leis regulamentadoras e se pretendesse condicioná-lo ou mesmo proibi-lo em determinadas profissões ou sectores de actividade” (MARTINS 1997, 498)

As primeiras leis que regulamentavam o trabalho de mulheres e crianças datam, precisamente, da última década do século XIX, respectivamente de abril de 1891 e março de 1893, limitando o número de horas de trabalho, fixando a idade mínima de admissão nos

estabelecimentos industriais e proibindo ocupações consideradas mais perigosas ou penosas. Também as organizações operárias se preocuparam e debateram estas questões. O congresso da indústria corticeira aprovou em 1924 a necessidade de se instituir a proibição do trabalho durante a gravidez, com a garantia do lugar da operária quando estivesse pronta para regressar, e alvitrou ainda a criação de creches nas fábricas, reivindicações que aqui eram formuladas pela primeira vez, sendo retomadas, no essencial no Congresso da CGT em 1925 (FREIRE 1992, 178). É ainda João Freire que nos propõe uma leitura destas medidas, escrevendo que “Mesmo sem atender às possíveis intencionalidades dos actores, estas medidas teriam com certeza como efeito, não só melhorar em alguns casos as condições de exercício profissional das mulheres, como também para elevar os custos do seu emprego a um nível tal que o patronato as relegasse para segundo plano, em relação aos homens, no mercado de trabalho.” (FREIRE 1992, 179)

É preciso não deixar, assim, de referir a ambiguidade de algumas das medidas que elencamos quando estamos a trabalhar a este assunto. Na linha do que João Freire escreveu, toda a prudência deve ser aplicada ao analisar as diferentes propostas e medidas que podem trazer com elas efeitos perversos que, ao invés do que é dito ou escrito, dificultem ainda mais a vida laboral das mulheres, claramente o elo fraco do elo mais fraco da sociedade em transformação e com vontade de encetar a via da modernização, do Portugal do final do século XIX e de inícios do século XX.

As mulheres trabalhadoras, nomeadamente as operárias, não tinham uma rede organizativa como a que estava a ser construída pelos operários, que, dos finais do século XIX, apesar de várias

dificuldades, se ia estruturando. O dinamismo das associações de classe e dos sindicatos é essencialmente masculino.

Apesar de ser um campo menos desenvolvido do que no caso dos operários do sexo masculino, tal não significa que não existissem organizações. Podemos fazer referencia às seguintes organizações exclusivamente femininas, que se constituíram depois da legalização das associações de classe e até 1910: Costureiras de Lisboa, Lavadeiras (Lisboa), Costureiras e Ajuntadeiras (Lisboa), Parteiras (Lisboa), Costureiras de Alfaiates (Porto), Operárias Tecelãs (Porto), Operárias Tecelãs Mecânicas (Porto), Operárias fabricantes de botões e artes (Porto, Gaia), Operárias das fábricas das conservas de peixe (Olhão), Fressureiras (Porto), Operárias (Tomar), Costureiras de Alfaiate (Braga), União das Costureiras (Porto), Costureiras (Póvoa do Varzim), Coristas (Lisboa) e Vendedeiras de Leite (Porto) (TOMÉ 2005). Nos vários jornais operários podemos encontrar referencia a outras associações de classe com elementos do sexo feminino, bem como referência às suas lutas, mobilizações e protestos.

De igual modo, as mulheres trabalhadoras não deixaram de utilizar uma das principais armas do movimento operário, a saber, a greve. Farei referência apenas a uma situação por ser emblemática de duas formas de encarar esta situação e porque é protagonizada por mulheres, a saber, a greve das operárias das fábricas de Setúbal em 1911. Assumindo a posição republicana, a feminista Ana de Castro Osório considerou que não era correto, no início do regime, agravar a situação com o que considerou reclamações “inoportunas e embaraçosas”, afirmando que a greve das mulheres das fábricas de conservas foi “extemporânea” e “injusta”. (OSÓRIO 1911)

As trabalhadoras, iniciando a sua batalha pela organização, tiveram que procurar firmar a sua posição dentro do movimento operário organizado. Existiram mulheres politizadas, militantes e que defendiam a sua posição no seio do campo sindicalista mesmo contra dúvidas e preconceitos de alguns dos seus companheiros do sexo masculino (tendo, claro, que lutar sempre contra as questões interiorizadas por muitas das mulheres e que tolhiam a sua própria luta).

Anne Martina Emonts, trabalhando o Suplemento Literário e Ilustrado de *A Batalha* (1923–1927), tratou os dois inquéritos sobre a situação económica e social da mulher assalariada. Segundo João Freire, nos anos vinte, devido à presença muito significativa das mulheres no ambiente fabril, “(...) o movimento sindical começa a ensaiar algumas respostas específicas para o problema, quer em termos organizativos, quer de reivindicações.” (FREIRE 1992, 178)

O primeiro inquérito destes tratava a questão da integração da mulher na vida sindical e foi tratado em 12 artigos, veiculando 25 opiniões, 4 das quais de mulheres. “Da análise das opiniões expressas podemos concluir que apenas 2 negam qualquer utilidade à sindicalização feminina, sendo as restantes favoráveis ao ingresso das mulheres num sindicato. Dez (10) das opiniões podem ser consideradas plenamente igualitárias, portanto, em favor sem restrições da sindicalização feminina; as restantes podem ser consideradas como diferencialistas já que insistem na essência diferente da mulher, exigindo restrições para as futuras sindicalistas.” (EMONTS 2001, 103)

No mundo sindical e no movimento operário organizado existiam muitas das ideias e preconceitos que coartavam as possibilidades de organização e sindicalização das mulheres. Maria Gorreti

Matias, escreveu, tratando do mundo operário feminino, nomeadamente as tabaqueiras, que “(...) o discurso sindical defendeu sempre o regresso ao lar. Pela sua submissão ela era uma terrível rival no mercado de trabalho.” (MATIAS 1986)

Nos finais de 1926 e inícios de 1927 o suplemento de *A Batalha* dedicou as suas páginas a outra questão que se prende com a questão da mulher e do mundo do trabalho, interrogando-se sobre a possibilidade da mulher ter acesso a todas as profissões ou ficar pelo mundo da domesticidade. João Freire esclarece que o *não* prevalece entre os homens, sendo relevante o que chamou de respostas matizadas, “(...) como se tivessem a necessidade de justificar mais aprofundadamente a sua opção negativa, quiçá por terem consciência das contradições que a mesma encerrava, do ponto de vista da ideologia que afirmavam defender.” (FREIRE 1992, 180)

Na sociedade portuguesa de inícios do século XX surpreendemos uma difícil relação entre as mulheres e o mundo do trabalho, do mesmo modo que podemos constatar as diferenças económicas, sociais e culturais entre as mulheres, sempre pensadas no plural. As mulheres trabalhadoras enfrentaram um significativo conjunto de dificuldades, a começar pela aceitação social do seu direito a um trabalho. Este foi (é) um dos principais combates travados, não só pelas mulheres detentoras das ferramentas que lhes permitiam deixar o registo e a memória da sua história, mas por uma imensidão de mulheres anónimas que quotidianamente lutavam pela subsistência e contra o preconceito que as queria remeter ao universo da domesticidade e ao lar.



O mundo que nós perdemos?

TRABALHOS E IDENTIDADES EM PORTUGAL NOS SÉCULOS XIX E XX

Nos anos 60 do século XX, Peter Laslett publicou um livro que se tornou um clássico da história social: «O mundo que nós perdemos»¹. Fazendo uma leitura imediata, este pode ser também um título aplicável ao conjunto dos cinco artigos que constituem este capítulo. Cada um retrata *mundos* laborais de mineiros, vidreiros, sapateiros e criados de servir que muitos dos leitores do século XXI *perderam*. Os autores centram-se nas décadas anteriores às grandes transformações económicas e sociais, que em Portugal decorreram nos anos 60 e 70 do século XX e nos lançaram numa *nova era*². Todavia, se a História visa vincular incessantemente os vivos aos mortos, como sugeria March Bloch³, temos que questionar se estes são mesmo mundos que *nós perdemos*. Esta é uma reflexão que não está explicitamente contemplada nestes artigos, mas que

1 A primeira edição saiu em Inglaterra em 1964, a edição portuguesa na década seguinte: Peter Laslett, 1975, *O mundo que nós perdemos*, Lisboa: Cosmos.

2 As profundas transformações económicas e sociais, que se desenrolaram nos 25 a 30 anos que se seguiram ao fim da II Guerra Mundial, têm levado alguns autores, entre os quais Eric Hobsbawm, a afirmar que nessas décadas se encerrou o ciclo da história da humanidade que teria começado com o Neolítico (Eric, Hobsbawm, 2002, *A era do extremos: história breve do século XX. 1914–1991*, Lisboa: Presença).

3 Marc Bloch, 1987, *Introdução à História*, 5ª ed., Mem Martins: Publicações Europa-América.

insiste em assomar quando se conhecem as contingências sociais e laborais dos trabalhadores actuais.

Os trabalhos e as identidades analisados nestes artigos remetem para um período que decorre da segunda metade do século XIX ao século XXI. Este segmento da História Contemporânea tem sido intensamente escrutinado, estando delimitadas as diversas conjunturas internacionais e nacionais. Apesar de localizado na periferia europeia, tem sido demonstrado que Portugal não ficou imune às dinâmicas internacionais e que estas influenciaram algumas decisões internas. Desde logo, as primeiras crises económicas globais (últimos anos do século XIX e décadas de 30 e de 70 do século XX) e, também, as duas primeiras guerras mundiais (I Guerra Mundial, 1914–1918; II Guerra Mundial, 1939–1945). A par dos impactos destas e outras dinâmicas externas, em Portugal o período foi marcado pelas mudanças de regimes políticos: o fim da Monarquia Constitucional e o início da I República a 5 de Outubro de 1910; a vigência de uma Ditadura Militar de 1926 a 1933, à qual se seguiu o regime ditatorial do Estado Novo (1933–1974); a Revolução de 25 de Abril de 1974, que conduziu à consolidação do actual sistema democrático.

Num país onde, até à segunda metade do século XX, a agricultura foi o principal sector económico, a indústria surge em interacção com a ruralidade dominante, mas destaca-se desta, reorganizando o espaço e construindo outras relações sociais. Se a hegemonia da agricultura tem sido interpretada como um sinal de *atraso*, desde o século XVIII que a indústria foi considerada como sinónimo de *progresso*. Enquanto símbolos da contemporaneidade, os sectores secundários e terciários da economia, como têm sido classificados,

estão associadas à urbanização e à crescente sofisticação tecnológica. A multiplicação de estudos que adoptam diferentes perspectivas, têm mostrado que, mais que disponibilidade de know-how ou tecnologias, foram as circunstâncias históricas e geográficas que contribuíram para a heterogeneidade de percursos que cada um destes sectores tem relevado nos vários países.

Numa perspectiva macro poder-se-á continuar a repetir que o país era *atrasado e essencialmente agrícola*, mas essas constatações são insuficientes para avaliar como os protagonistas de diferentes profissões e actividades económicas concorreram para a diversidade das trajectórias locais. Privilegiando um nível micro, os autores inseridos neste capítulo contribuem para identificar essas trajectórias, descrevendo detalhadamente profissões e contextos laborais que facilitam a compreensão do percurso histórico de indústrias e serviços em diferentes regiões do país.

O conjunto dos artigos fornece dados que permitem acompanhar as diversas tendências, que se cruzam num mesmo período cronológico e num mesmo país. Por um lado, descrevem-se as contingências do exercício do ofício de sapateiro em Loulé, uma profissão que se tinha consolidado em séculos anteriores, mas que em meados do século XX está a entrar nos momentos derradeiros. Por outro lado, observa-se a emergência das novas profissões ligadas à hotelaria e restauração, desde os criados de servir domésticos no século XIX até à expansão do turismo no século XX. Estas profissões tornam-se muito atractivas e estão indelevelmente associadas à quebra da continuidade geracional em outras profissões, como aconteceu com os sapateiros do Algarve. Por fim, três artigos analisam as actividades de

vidreiro e extracção de minério, em épocas de relativa consolidação, devida, em grande parte, à protecção das políticas estatais. A descrição detalhada, apresentada pelos autores, revela as especificidades de cada actividade laboral e sugere a complexidade das inter-relações que estabelecem com os contextos nacionais e internacionais.

Os sapateiros que trabalharam em Loulé, de finais do século XIX e meados do século XX, contam-se entre os últimos representantes de uma *arte antiga* de fazer calçado. Enquanto estes exerciam o ofício em casa, muitas vezes por conta de comerciante ou industrial, com pouca maquinaria e recorrendo a mão-de-obra familiar, no Norte do país a produção de calçado já estava a modificar-se. Continuou a contar com a mão-de-obra doméstica para algumas tarefas, mas tendia a concentrar-se em indústrias maiores e mecanizadas. Nas décadas seguintes, com a crescente integração do mercado interno, para os sapateiros locais foi sobrando pouco mais do que os arranjos ocasionais do calçado de produção industrial. É provável que esses impactos já não fossem alheios às incertezas de rendimentos que os assolavam. Explica Joaquim Rodrigues, que os sapateiros de Loulé enfrentaram muitas das contrariedades organizando-se primeiro numa associação, depois, quando a ditadura a proibiu, num sindicato distrital com supervisão estatal.

Se, seguindo uma organização antiga dos ofícios, os sapateiros se dispersavam pelo espaço urbano, tanto vidreiros, como mineiros estavam concentrados em complexos industriais. Esse poderia ser visto como um sinal da modernidade, mesmo quando as indústrias eram uma excepção encravada em territórios rurais. Esta era uma das particularidades da exploração mineira, exemplificada pelas minas

alentejanas de São Domingos e Aljustrel, tratadas respectivamente por Rui Guita e Inês Fonseca. As perspectivas adoptadas pelos autores são diferentes e, em certo sentido, complementares. Enquanto para São Domingos se acompanham as diversas fases da actividade empresarial, desde a descoberta de minério em 1854 até ao encerramento em 1966. Para Aljustrel questiona-se em que medida a identidade mineira da vila, veiculada pelos discursos dominantes de autoridades e outros interlocutores locais, pode abranger todos os grupos sociais que aí têm residido. A autora considera que mais do que uma identidade mineira aplicável a todos os habitantes, existiram identidades plurais fundadas em experiências laborais diversas. À semelhança do que aconteceu na vizinha São Domingos, em Aljustrel a intensidade de exploração das minas foi marcada pela oscilação dos preços do minério nos mercados internacionais. Ainda que, durante grande parte do século XX, o Estado tenha protegido esta actividade, para muitos habitantes das povoações alentejanas, a exploração do subsolo apenas garantia trabalho precário, intercalado com períodos de inactividade. As listas de trabalhadores de São Domingos não contemplam a categoria de mineiro e em Aljustrel a sobrevivência de muitos habitantes era assegurada por uma pluriactividade sazonal, que incluía os salários obtidos na mina, mas também os de outras proveniências, entre as quais, o assalariamento rural.

Apesar de a mineração ter contribuído para o crescimento das povoações alentejanas, tanto mais que foram construídos bairros mineiros, estas nunca perderam um carácter rural. O mesmo não sucedeu com a Marinha Grande que, desde o século XVIII, cresceu à sombra da multiplicação de fornos para produção de vidro. Entre

as décadas de 1920 e 1970, abrangidas neste artigo, as fábricas destacavam-se na paisagem e todos os habitantes estavam directa ou indirectamente vinculados aos objectos que estas produziam. A complexidade adquirida pela organização do trabalho industrial pode ser exemplificada com o caso tratado por Emília Margarida Marques: o período de 10 minutos durante o qual, duas vezes por dia, a rígida hierarquia das “equipas” de operários era alterada para permitir aos mais novos adquirir experiência e conhecimentos. As fábricas funcionavam num sistema fortemente hierarquizado, em que os saberes específicos eram mantidos dentro de um grupo restrito, que assegurava uma adequada preparação técnica para os candidatos à progressão na carreira. Na Marinha Grande a identidade vidreira continua a ser hegemónica, mas nas últimas décadas muitas fábricas de vidro fecharam e o perfil industrial da cidade modificou-se.

Enquanto todos os artigos anteriores associam uma profissão a um território específico, a análise das profissões ligadas à hotelaria e restauração abrange virtualmente todo o país. Acentuando, por vezes, um registo autobiográfico, o contributo de Américo Nunes está mais focado no processo que conduziu ao reconhecimento legal e social das diversas profissões necessárias para o funcionamento de hotéis, cafés e restaurantes. Tal como se verificou com outros trabalhadores tratados nos restantes artigos, o percurso dos profissionais de hotelaria foi atravessado por duras condições de trabalho e repetidas lutas pela salvaguarda de direitos. Mas, ao contrário do que aconteceu em outros casos, estes profissionais contaram com a força decorrente do peso crescente do turismo e de outros serviços na economia nacional. Desde finais do século XIX que estas eram profissões que apontavam

para a expansão, a qual se tornou mais notória a partir da década de 60 do século XX, devido às rápidas transformações que impuseram os serviços como o principal sector da actividade económica.

Para além dos dados específicos acerca de cada profissão, os artigos permitem identificar a multiplicidade de incidências decorrentes de duas singularidades da estrutura da economia nacional. Uma prende-se com o facto de Portugal ter sido o último país, da Europa Ocidental, a deixar de ter a agricultura como principal contribuinte para o Produto Interno Bruto e para a ocupação da população activa⁴. Quando este deixou de ser o líder, foi substituído nessa posição pelos serviços. Ao contrário do que aconteceu nos países vizinhos e apesar da diversidade de actividades industriais que existiam no território, em Portugal a indústria nunca foi o principal sector económico: esteve sempre na segunda posição.

Os autores que levam mais longe a arqueologia das profissões que analisam encontram, inevitavelmente, ligações rurais, quer dos protagonistas, quer das actividades. Mas muitas dessas marcas permaneceram para além do fim da II Guerra Mundial, tanto mais que mesmo nos maiores centros urbanos, como Lisboa, o processo de desruralização apenas ficou concluído em finais do século XX⁵. Assim, nos períodos cronológicos privilegiados pelos autores que constituem

4 Entre as várias obras que analisam a história económica portuguesa, refira-se a seguinte obra colectiva em três volumes: Pedro Lains; Álvaro F. da Silva (coord.), 2005, *História Económica de Portugal 1700–2000*, Vols. I, II, III. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

5 João Ferrão, 1996, «Três décadas de consolidação do Portugal demográfico moderno», in António Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960–1995*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

este capítulo, as tentativas de especialização destes trabalhadores desenrolam-se num país dominado pela agricultura e ruralidade. O peso desse contexto impõe-se em vários momentos, desde o recrutamento de trabalhadores para indústria e serviços, passando pelas contingências dos abastecimentos e pela construção identitária de comunidades e profissões. Impõe-se, também, pelas semelhanças entre as condições laborais dos trabalhadores agrícolas e os de outros sectores (precariedade, baixos salários, desemprego, horários, não reconhecimento de direitos, etc.)⁶. E, ainda, pela extensão das redes sociais e de solidariedade, que permitem articular as diferentes oportunidades trabalho, garantir bens de primeira necessidade em épocas de escassez, ampliar as bases de apoio em *lutas* laborais e políticas. Estas características nacionais estão reflectidas num carácter “impuro” ou “híbrido” das actividades profissionais industriais, que tem sido associado às economias periféricas no sistema capitalista.

As evidências empíricas mostram que os sapateiros de Loulé desapareceram, os mineiros de São Domingos partiram quando a mina fechou nos anos 60, a mina de Aljustrel reabriu com trabalhadores que

6 As condições laborais dos vários grupos sociais que constituíam a população activa agrícola têm sido tratadas por diversos autores, entre os quais, Dulce Freire, 2004, «Identities and solidariedades. Assalariados rurais e pequenos agricultores no Sul de Portugal (anos 40–50)», in Justo Baramedi, Maria Xesús Baz (coord.), *Memória e identidades. VII Congreso da Asociación de Historia Contemporânea*. Actas in CD-Rom: Santiago de Compostela; Dulce Freire, 2006, «Trabalhar nas vinhas do Douro e do Ribatejo em meados do século XX», G. M. Pereira, P. Montes Leal, (coord.), *O Douro Contemporâneo*, Porto: GEHVDVP/Universidade do Porto. Paula Godinho, 2001, *Memórias da resistência rural no sul. Couço 1958–1962*, Lisboa: Celta Editora; Manuel Carlos Silva, 1998, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.

não têm raízes na localidade, o vidro e os vidreiros já não dominam as actividades industriais da Marinha Grande e, mesmo, as funções dos profissionais de hotelaria estão em mutação. Aparentemente estes capítulos remetem para expectativas, contingências, experiências e possibilidades que faziam parte de um «mundo que nós perdemos». Perdemos mesmo? Ou perdemos irreversivelmente? O título de Peter Laslett sugere um enredo encerrado e até distante, numa Inglaterra social, varrida pelas transformações da industrialização a partir do século XVIII⁷. Todavia, em Portugal o passado tratado nestes artigos continua, em parte, a fazer parte do quotidiano, tanto mais que no presente se está a reinventar um *mundo* laboral com práticas e valores que pareciam *perdidos*. Como sugeria Marc Bloch, a vinculação entre mortos e vivos é incessante e está em constante reactualização.

7 Na verdade, a cronologia e abrangência das transformações sociais em Inglaterra apresentadas por Peter Laslett suscitaram intensos debates e foram contestadas por alguns autores, como J.C. Clark, 1985, *English society 1688–1832*, Cambridge: Cambridge University Press.



CAPÍTULO VIII

Debates. Balanços, Dilemas e Oportunidades da Investigação Sócio-Históricas

Diversidade e Crescimento Industrial¹

A sociedade portuguesa oitocentista, entre 1820 e 1890, assentava na atividade agrícola e no comércio externo a ela ligado, numa proporção maior que em qualquer outro período da sua história, a época medieval exceptuada. Perdida estava a principal base colonial da economia portuguesa desde o século XVII, o Brasil, as possessões orientais eram insignificantes há muito, e as colónias africanas demorariam a adquirir papel de relevo. Entre dois impérios, a economia portuguesa teve que adaptar-se à nova divisão internacional de trabalho. Alguns sectores da produção agrícola, com destaque para a vitivinicultura, adquiriram primazia no comércio externo, em proporção nunca anteriormente atingida. A atividade industrial viu o seu escoamento regredir violentamente: o Brasil independente compraria vinho ou azeite português, ao lado do espanhol, mas não tecidos de linho, algodão, seda ou lã. Apenas chapéus, sapatos, rendas continuaram ainda, embora em quantidade reduzida, a encontrar clientela do outro lado do Atlântico. A memória do mercado colonial perdido seria ainda perceptível em testemunhos nortenhos do final do século, tão forte fora a sua marca na proto – indústria do noroeste atlântico.¹

Ao sair do rescaldo dos anos 1808–1820, a antiga estrutura industrial encontrava-se destroçada, como os inquéritos dessa época o testemunham. Lentamente principia uma reconversão. Revoluta o

tempo das grandes manufacturas reais, das quais poucas sobreviveriam, vai operar-se uma transformação sem grandiosidade, tanto mais discreta quanto será acompanhada nalgumas regiões por um fenómeno de ruralização. Uma reconversão que apresenta traços comuns com a evolução no norte da Itália, estudada por Dewerpe.² Menor dimensão das unidades industriais, maior articulação com o ritmo da catividade agrícola, seria uma forma de redução de custos, de maior flexibilidade e adequação às flutuações da procura que se situava a um nível inferior. Inferior em quantidade e em qualidade. A reconversão, orientada para o mercado interno, far-se-á em função da procura dos estratos da população com menor poder de compra. É o segmento do mercado menos atingido pelos artefactos estrangeiros. Na região do Porto, foram os tecidos mistos de seda e algodão que ajudaram lentamente a sair da crise, na Covilhã foram os baetões. O crescimento industrial será condicionado pela configuração do mercado interno, enquanto não surgem oportunidades de integração no mercado internacional. A estrutura social do mercado oferece oportunidades desiguais aos diferentes sectores da indústria. A elite abastada, o melhor segmento do mercado no mundo anterior à “sociedade de consumo”, privilegia a produção de qualidade, que mesmo no sector básico da indústria, que é nesta época o têxtil, tende a ser de origem estrangeira. A matriz das relações comerciais externas delineada desde o final da primeira década do século facilitaria esta preferência.³

Aprofundar a configuração que a estrutura industrial veio a adquirir durante a segunda metade do século XIX neste contexto, foi o nosso principal objectivo nesta abordagem de alguns aspectos do crescimento industrial. Desenvolvimento industrial, crescimento fabril e

mecanização tem sido considerados implícita ou explicitamente fenómenos equivalentes. Aqui questiona-se esta identificação, mostrando que o crescimento industrial pode ter assumido formas diversas, tal como a historiografia tem vindo a apontar em relação a outros países.⁴ A hipótese de que se partiu nesta abordagem sobre as formas do crescimento industrial português oitocentista assenta na ideia de uma possível diversidade de opções no esforço dos industriais portugueses na adaptação à nova divisão internacional do trabalho no século XIX–XX. Essa diversidade, embora presente desde o estudo pioneiro de Armando de Castro e noutros estudos sobre a indústria oitocentista, merece ser objecto de uma reinterpretação.

Pequena indústria e fábricas: uma reavaliação

Os anos 70 a 80 são geralmente considerados como coincidentes nos países industrializados com a predominância das novas formas de organização e de tecnologia industrial, identificadas de forma sumária com a revolução industrial.⁵ É interessante averiguar o ponto da situação nesse momento em Portugal. Temos a sorte de dispor para esse efeito do inquérito de 1881. Nenhum outro inquérito à escala nacional, reuniu equivalente massa de informação sob a forma de inquérito indireto e direto. Parece ter havido particular disponibilidade dos inquiridores para percorrerem o país e das instituições para editarem este vasto material.⁶ O enquadramento temporal será alargado, a montante e a jusante, com base em documentação vária, outros estudos, inquéritos parciais e estatísticas de comércio externo. Privilegiámos dois sectores, o algodoeiro e os lanifícios pela sua relevância na economia e no mercado de trabalho. Em termos

regionais isso significou dar particular relevo ao distrito do Porto, à Covilhã e à região serrana da Estrela. Os dois concelhos do Porto e da Covilhã ocupavam um lugar ímpar no contexto nacional: a população ativa industrial representava 42% e 43% em 1890, quando em Lisboa atingia apenas 31% e a nível nacional a parcela ainda era menor, 19%.

Um dos grandes problemas conceptuais com o qual os inquiridores de 1881 se defrontaram prende-se com a grande variedade de formas de organização que caracterizava então a paisagem industrial. A classificação em três grandes grupos, fábricas, oficinas e indústria a domicílio vai orientar o conjunto do inquérito e mediante ela pode obter-se uma visão sistemática do conjunto. O problema é que a aplicação desta classificação esparralha a realidade subjacente à qual não se ajusta, conduzindo a agrupamentos de pouco rigor.

A flutuação na aplicação do conceito de fábrica e oficina comprova as dificuldades de definição encontradas diante de um mundo industrial diversificado. Traduz a inexistência real de uma fronteira. Desde longa data que esta flutuação de vocabulário existia, e nada obrigara ainda a uma separação de águas, de um ponto de vista jurídico e fiscal.⁷ Não existiria necessariamente grande diferença de dimensão com a introdução das primeiras máquinas. É o que no caso do Porto explicitamente justificou a inclusão de fábricas de moagem a vapor na categoria de oficinas.⁸ Pelo contrário a oficina de fechaduras comuns do mestre Venâncio da Silva Cambra encontra-se mencionada anonimamente entre as 7 oficinas de Ramalde, Bouças: ora, tratava-se de uma pequena fábrica, onde 50 homens trabalhavam a braço, em 6 forjas, 40 a 50 tornos de bancada, além de outros utensílios, enquadrados por uma acentuada divisão do trabalho.⁹

O caso de utilização mais inexata da designação de fábrica, e que não foi objecto de qualquer crítica na apreciação final do inquérito, é o da Covilhã e Guarda. Todas unidades industriais, independentemente da sua estrutura e dimensão, foram designadas por fábricas, o que introduz um erro considerável que não foi corrigido. Compreender-se-á melhor a dificuldade em efetuar tal correção mais adiante.¹⁰

No caso das oficinas, a forma globalizante como foram descritas nas visitas locais o conjunto das oficinas ou indústrias a domicílio, existentes em cada concelho ou localidade, ocasionou uma contagem como unidades industriais de conjuntos que não tinham necessariamente articulação entre si. A sua desagregação permite a reavaliação da parte representada pelo trabalho oficial nos vários ramos industriais. Feita a correção, o conjunto das oficinas passa de 907 para 2.515 unidades¹¹.

Fábricas e oficinas agrupavam aparentemente parcelas quase idênticas da mão de obra, cerca de 23% cada grupo, mas note-se que elevado número de oficinas não indicaram a mão de obra. Contudo, a grande ausente do inquérito é a indústria a domicílio, só no Porto ela foi incluída de forma significativa. Mesmo assim os trabalhadores a domicílio no conjunto do território nacional somavam 45.095, 49,55% do total, ou seja quase igualavam o total da mão de obra inserida nas fábricas e oficinas. Desse total, 30.000 eram tecelões da cidade do Porto.

Apontada a dominância das pequenas unidades industriais e do trabalho manual, a questão que se coloca é a da sua interpretação. Ao lado de artesãos independentes, por vezes bem prósperos e nada decadentes, coexistiam múltiplas formas de articulação entre produtor e mercado e de articulação entre fábrica, trabalho oficial e a

domicílio. São as partes do Inquérito referentes aos distrito do Porto, Castelo Branco – estes dois apenas cobertos pelo inquérito direto, o mais fidedigno – da Guarda e algumas zonas do Norte, que melhor nos informam a este respeito.

A indústria algodoeira

Linho e seda foram lentamente destronados pelo pano de algodão, de início mesclado com seda. Evolução mais marcada na região norte, onde as primeiras fábricas de fição fabril de iniciativa portuense se situaram não na cidade, mas na região em redor do Porto, onde o custo da mão de obra e da energia hidráulica eram factores favoráveis.¹² Tinham como finalidade evitar a importação de fio inglês. Como aconteceu noutros países, a mecanização da fição veio ao encontro da expansão da tecelagem manual, a domicílio e em oficinas. Um crescimento que impressionou Oliveira Marreca em meados do século: “A tecelagem do algodão em teares movidos pelas forças animadas tem mostrado no Porto uma progressão espantosa.” Traduzira-se pelo aumento da importação de fio, só em três anos, entre 1845 e 1848, de 638.703 para 999.706 arráteis.¹³

Decorridos uma trintena de anos, o fenómeno repete-se. Em 1881, o crescimento da tecelagem manual em relação à situação meio século mais cedo era enorme, passara-se de 2.500 trabalhadores a domicílio no têxtil portuense em 1830, para 30.000, ou seja uma alteração de 4,8% para 28,34% da população urbana.¹⁴ Números que valem como estimativa, embora hoje, desabituaados da dimensão do trabalho manual, possam parecer-nos excessivos, na época não foram questionados. No caso da indústria do Porto o papel desempenhado pelos

tecelões é central e intrigante. Onde se integravam e a que estrutura industrial correspondiam os 30.000 tecelões a domicílio na cidade do Porto, que constam como uma unidade nos quadros síntese? Não foram incluídos nas pequenas indústrias da cidade, mas na população fabril.¹⁵ Na realidade são tecelões que trabalham para fabricantes do Porto e para uma fábrica, a fábrica de Asneiros. Só para esta fábrica trabalhavam à tarefa 229 teares – 126 na cidade, 103 nos concelhos limítrofes – e 800 tecelões compravam fio à fábrica, vendendo-lhe depois o tecido, retribuído parte em dinheiro, parte em fio. Asneiros era o principal destinatário da tecelagem manual portuense, mas de modo algum o único. Uma dezena de fabricantes controlavam entre 100 a 800 teares, calculando-se que a média rondaria os 200 teares; outros 400 a 500 fabricantes controlavam uma média de 15 a 20 teares cada um. Todos estes fabricantes eram antigos operários que tinham enriquecido, ou seus filhos, alguns ter-se-iam mesmo tornado “opulentos”. No total calculava-se em 10.000 o número de teares, o que contando um mínimo de três pessoas por tear – além do tecelão, a mulher dobadoira ou fiandeira, o rapaz que enche as canelas – perfaz o total de 30.000 indivíduos já mencionados.¹⁶ Mais de um quarto da população portuense, 28,34%, trabalhava numa única atividade industrial, o que representa uma forte especialização da população desta cidade, isto sem contar a população nela envolvida na área rural envolvente.¹⁷

A estrutura empresarial dos fabricantes era muito variável, se alguns nem oficina própria possuíam, outros tinham pequenas oficinas de tecelagem, bem menos importantes que os teares que trabalhavam fora por sua conta, outros dispunham de tinturarias anexas, e finalmente havia aqueles que tinham pequenas fábricas junto às

casas de habitação, instaladas no fundo dos quintais. Estes pequenos empresários não eram alheios à tecnologia do vapor, dois utilizavam motores de vapor para dobar e fiar.

Esta extensa rede têxtil, que produzia baetas, cobertores, cotins e riscados tintos, era muito mais considerável em número que as fiações e tecelagens a vapor, afirmava-se no inquérito. A ela se deve ainda juntar um conjunto de pequenas oficinas que produziam colchas e toalhas. Situadas na área urbana, eram oficinas anexas das habitações, onde se reunia um número variável de teares, que podiam elevar-se a 28. Nas oficinas visitadas os teares eram todos Jacquard. Tal como nas anteriores, quando existia um motor mecânico ele destinava-se às dobadeiras, torcedeiras ou cardas. O fio com a grossura necessária para este tipo de tecido não era importado, só era utilizado fio nacional.¹⁸

De tudo isto se concluía em 1881, na visita às fábricas do distrito do Porto : “A manufactura do algodão aparece como uma irradiação ou dependência da grande indústria. Entre nós a preparação do algodão nasceu capitalista e paulatamente.”¹⁹ Estava-se diante de uma enorme massa de trabalhadores a domicílio que produziam à peça para fabricantes ou fábricas. A organização da indústria da tecelagem do algodão, sobretudo na área urbana do Porto assemelhava-se à das “fabricas colectivas”.²⁰ A extensão do trabalho a domicílio apresentava-se como um fenómeno que não se deve opor às criações fabris, às quais pelo contrário se articula.

E a este segundo e notável crescimento da tecelagem manual correspondeu desta vez um verdadeiro boom da fiação mecânica organizada em fábricas entre 1874 e 1880. Na época, esta criação fabril não ofuscou contudo o significado da extensão do trabalho manual como

vimos²¹, mas isso curiosamente aconteceu posteriormente na historiografia. Das 44 fábricas algodoeiras existentes em 1881, 16 dedicavam-se à fiação, nove das quais lhe associavam a tecelagem.²² No conjunto do país, as sete fábricas de fiação e as nove que associam fiação e tecelagem concentram 66% da mão de obra do sector têxtil fabril. Metade deste tipo de fábricas situavam-se no distrito do Porto, onde se concentrava também, como já vimos, a tecelagem oficial e doméstica. Em grau variável, todas utilizavam a energia a vapor, com a exceção de uma unidade de 14 operários em Belém.²³

Destas dezasseis fábricas, dez tinham mais de 100 operários, uma delas ultrapassava as cinco centenas. O contraste com as 15 fábricas exclusivamente dedicadas à tecelagem – das quais seis estão sediadas no distrito do Porto – é considerável: oito em quinze tem menos de 50 operários, e outras quatro entre 50 e 100. Apenas quatro se servem em pequena escala do vapor. Na tecelagem fabril a pequena empresa e o trabalho manual coincidiam, como na indústria a domicílio.

Situação diferente era a da estampania, considerada o sector mais próspero do têxtil, durante grande parte do século até 1881, e concentrada em Lisboa. Os industriais deste ramo eram herdeiros da antiga função dos mercadores de tecidos, como eles dedicavam-se ao acabamento de tecidos que não produziam: os tecidos, que em tempos idos vinham da Índia, eram agora de proveniência inglesa.²⁴ A sua mentalidade refletia essa proximidade do meio comercial.²⁵ Eram treze as unidades de estampania, de dimensão média e pequena, cinco abaixo da meia centena, três entre a meia centena e a centena de operários. Mas só três não utilizavam a energia a vapor e o sector era considerado muito bem apetrechado de um ponto de vista técnico.

Era a estampania que colocava Lisboa ligeiramente acima do Porto na ocupação de mão de obra fabril têxtil (39% e 32%), que no conjunto totalizava apenas 5.517 operários. Contudo a inclusão da mão de obra trabalhando em oficinas e a domicílio desequilibraria marcadamente a relação entre as duas zonas em sentido inverso. Além dos 30.000 tecelões a domicílio portugueses, quase todas as oficinas de algodão e linho se situavam no Porto.²⁶

A produção têxtil destinada a estratos sociais médios e populares envolvia além da região do Porto, diferentes polos de produção na área rural dos distritos de Braga, Viana e Aveiro, donde afluíam cotins e riscados para abastecer o distrito do Porto, no final dos anos 80.²⁷ Estes tecidos de baixa qualidade eram competitivos e capaz de vencer a concorrência fabril. Em meados do século, Oliveira Marreca apontara-o: “Estes produtos obscuros do pobre cuja produção se não regula pela medida do capital, privados como o foram do auxílio dos grandes motores, e do benefício da barateza que estes conferem a qualquer fabricação... com todas as condições de inferioridade venderam-se, vendem-se a um preço mais baixo que o dos produtos, ou análogos, ou similares que saem das grandes fábricas.”²⁸ Decorridos uma trintena de anos, a concorrência no mercado interno da indústria manual portuguesa, articulada ou não à fábrica, apresentava-se como temível àquelas fábricas do sul que não dispunham do seu apoio. A Companhia de Torres Novas declarava que praticava preços feitos para esmagar essa concorrência, mesmo com prejuízo.²⁹

A competitividade deste sector industrial provinha em primeiro lugar do baixo custo da produção desta produção caseira ou em pequenas oficinas, levada a cabo por uma população operária

que sobrevivia num limiar de miséria, que impressionou os inquiridores tanto aqui como noutras zonas da indústria têxtil. Dispunha além disso de proteção pautal considerada suficiente em 1881: não se importavam cotins e riscados, submetidos a direitos proibitivos, os tecidos de pelo e os acolchoados tão pouco, pois os direitos sobre o peso desincentivavam-no. Não impedia contudo considerável concorrência do contrabando.³⁰ A pequena e média indústria algodoeira vivia num equilíbrio que uma proteção ampla e diversificada ao sector, solicitada pelas fábricas de fiação e tecelagem romperia. Seria por isso desaconselhada pelos relatores da subcomissão de inquérito do Porto, que consideravam a fábrica maior perigo para esta considerável população industrial que a concorrência estrangeira. No final da década este equilíbrio parecia ter-se quebrado com o aparecimento de novos concorrentes, tecidos de algodão cardados de origem alemã, muito leves, pagando por isso menos direitos, riscados e cotins franceses, beneficiados pelo recente tratado, e ainda tecidos espanhóis, (provavelmente catalães), embora não seja especificado se ambos sectores, fabril e pequena indústria, estariam a ser afectados.³¹ No início do séc. XX, pelo menos na região de Braga, depois de um primeiro embate a indústria manual recuperara e vivia num “relativo desafogo”, e isso devia-se a “os seus produtos de contextura simples, mas forte, próprios para o grande consumo das populações rurais, poderem concorrer em preço com os de fabricação mecânica.” Também o gerente de uma das fábricas “modernas” de Guimarães informava que o sector manual da fábrica produzia “tecidos para as classes pobres”.³²

A segmentação social do mercado interno fazia-se a dois níveis. A presença de mercadorias estrangeiras, que mereciam a preferência da

elite abastada, era estimulada pelo mecanismo pautal de direitos em função do peso e não *ad valorem* - os tecidos de qualidade eram leves, pagavam menos que os tecidos grosseiros. Outro factor de preferência, mais subtil e difícil de vencer, era o poder da moda. Uma questão que convinha conhecer era a relação entre o sector têxtil e a indústria da confecção. Esta podia contribuir para orientar as preferências da clientela, numa época em que a publicidade já tinha alguma incidência no mercado. Maior incidência tinha, contudo, outro nível de segmentação do mercado que derivava da própria estrutura da indústria. As tentativas de penetrar no estrato elevado do mercado interno por parte dos industriais da fição e tecelagem esbarravam na privilegiada situação da indústria da estamparia, que colocava tecidos de melhor qualidade no mercado, tecidos importados que apenas estampava.

Desde que a indústria algodoeira se não resignasse a ficar confinada às qualidades inferiores de tecidos encontrava como um dos principais gargalos de estrangulamento a proteção preferencial da estamparia, duplamente favorecida pela conjugação de elevados direitos sobre os tecidos tintos e estampados e direitos baixos sobre os tecidos lisos crus e brancos. Este tipo de tecidos constituíam o essencial da importação de tecidos: 77% entre 1875 e 1879 e continuaram a representar a parcela mais considerável até ao final do século. Limitava-se assim a diversificação tanto da fição como da tecelagem.³³ Um mecanismo pautal complexo associava a proteção da estamparia orientada para o estrato social mais elevado do mercado, que agregava um grupo pequeno de industriais, à proteção do sector manual da tecelagem de cotins e riscados para as classes menos favorecidas, proteção indireta através do peso do têxtil. Este mecanismo

penalizava a inovação na tecelagem e na fiação, tinha sentido conservador. Tinha também a vantagem, do ponto de vista das relações comerciais externas, de não ter grande incidência nas importações: é pouco provável que alguma vez se tivessem importado tecidos grosseiros em quantidade significativa. As alterações pautais do final da década de 80 e a subsequente criação de um mercado preferencial nas colónias africanas abriram um novo canal de escoamento que melhorou um pouco a situação, apesar de se exportarem essencialmente tecidos de baixa qualidade.³⁴

Lentamente, o crescimento da indústria algodoeira fora-se refletindo na composição das entradas de algodão, tendo aumentado a parcela do algodão em rama nas importações globais de algodão e diminuído em proporção relativa os tecidos, que representavam 75% deste grupo em 1875–79. É a partir de 1890–94 que tem lugar uma mudança qualitativa, a quota parte do algodão em rama importado passou a ser superior à entrada de tecidos – 47% e 43% – iniciando-se uma inversão que prosseguia em vésperas da primeira guerra mundial. A parcela de fio importado ao longo de trinta e quatro anos (1865–1899), mantém-se quantitativamente pouco importante, entre 4–7%.³⁵ Na origem das queixas dos industriais, estaria o tipo de fio importado e o seu preço, não tanto a quantidade. A dominância do sector têxtil vai refletir-se na maquinaria industrial importada: entre 1888 e 1897, 46% destinava-se a ele, quase toda destinada à fiação e à tecelagem. Os restantes 54% correspondem a parcelas dispersas, nenhuma representando valor comparável. Mas os valores absolutos são relativamente baixos. E, a produtividade mesmo no têxtil era muito baixa. Comparando com a situação em Inglaterra,

sublinhar-se-ia que enquanto um operário podia manejar entre 6 e 14 teares naquele país, em Portugal um operário não conseguia utilizar mais de 2 a 3 teares simultaneamente. Formação técnica insuficiente, mas também graves carências alimentares, para não referir outros factores como o alojamento e a situação sanitária, estariam na origem desta discrepância.³⁶

Em 1917, mesmo no têxtil, onde 8% das fábricas concentravam mais de metade da mão de obra, a grande maioria das empresas continuavam a ser de pequena e média dimensão: 41 % tinham 10 a 50 operários, 28% menos de 10 operários.³⁷ O recurso ao trabalho a domicílio também continuava ser muito considerável, seria estimado em 20.000 pessoas, e é bem provável que a maioria estivesse sediada no Porto.³⁸

O algodão, primeiro associado à seda, depois isolado, foi invadindo o mercado interno, substituindo lentamente o tradicional linho e a seda. A indústria nacional foi evoluindo: a mule-jenny substituiu a roca mais rapidamente que o tear Jacquard e o tear mecânico substituiu o tear manual. O crescimento tomou diferentes formas, criações fabris e também multiplicação de pequenas unidades. Não foi diferente noutros países. Mas com periodizações e principalmente ritmos distintos. No próprio contexto da Europa meridional, Portugal distanciara-se da Espanha e da Itália. O consumo por habitante de algodão em rama em toneladas era em 1910 o seguinte: Portugal 2,7, Espanha 3,7, Itália 5, Grã-Bretanha 21.³⁹ A situação não fora muito diferente nos cinquenta anos anteriores, apenas se delineara uma ligeira melhoria em relação à vizinha Espanha. A posição relativa da indústria têxtil no contexto internacional não se modificara, apesar do seu indiscutível crescimento.

Os lanifícios

A indústria dos lanifícios teve uma notável expansão após os anos 40, principalmente em dois dos centros tradicionalmente mais importantes, a Covilhã e os concelhos de Gouveia e Seia, na zona da serra da Estrela. A maioria das empresas existentes na Covilhã em 1881 tinha quatro décadas de existência, mais de metade tinha alterado pelo menos a denominação da empresa inicial, sinal de forte mobilidade. Apenas oito empresas tinham sido fundadas antes de 1839: uma datava de 1765, J. Gomes Barata, outra de 1784, J. Mendes Veiga, Silva Ranito de 1800, das outras consta só a indicação sumária de “antiga”. Em 1881, detinham a primazia do mercado nacional de lanifícios.

Regiões de proto-indústria secular sofrem uma considerável transformação em vinte anos. No inquérito de 1839/1840 o quadro geral desanimava ainda a comissão: os processos eram antigos, apenas numa fábrica se introduzira máquinas de cardar, fiar e tosar, desconhecia-se a arte da tinturaria, a ultimação dos panos era imperfeita. Também em Seia o processo mecânico não se alterara, não se usavam máquinas.⁴⁰ Escrevendo por volta de 1860, Fradesso da Silveira não continha a sua admiração pelo progresso técnico: “Quem entra na Covilhã, vindo de Coimbra pelas Pedras Lavradas, ou de Castelo Branco por Alpedrinha, pasma ao ver funcionar nas fábricas as máquinas aperfeiçoadas de Verviers. Que sacrifícios e esforços, para levar ali os maquinismos pesados e volumosos, que a indústria dos panos requer! Que série de transformações, que pertinácia de ensaios e tentativas para passar do método aprovado pelo regimento de 7 de Janeiro de 1690 para o processo moderno!”⁴¹

Nos dezoito anos seguintes a indústria dos lanifícios da Covilhã e da região serrana atravessaram um dos períodos mais auspiciosos da sua existência. A produção de tecidos da Covilhã era em 1878, superior a toda a importação de tecidos de lã em Portugal.⁴²

O equipamento das fábricas alterou-se substancialmente. O número de fusos subiu de 13.195 para 22.175, os teares Jacquard manuais mais do triplicaram e os comuns cresceram. Mas poucos foram os teares mecânicos introduzidos, as disponibilidades energéticas locais cerceavam o seu uso e os teares mecânicos chegavam a estar parados por falta de energia. Os limites energéticos eram desde os anos 60 referidos como a razão do reduzido uso de pisões cilíndricos, teares mecânicos, e da preferência dada às máquinas belgas, menos exigentes em força motriz. O parcial estrangulamento tecnológico era uma consequência do próprio crescimento. Os recursos hidráulicos revelaram-se insuficientes para abastecimento simultâneo da agricultura e da indústria durante a estiagem, o ritmo de trabalho industrial diminuía e tornava-se noturno. O custo do carvão era proibitivo.⁴³

Nos anos seguintes, os limites dos recursos energéticos e a grande disponibilidade de mão de obra mantêm o padrão da evolução, mas com algumas alterações. Crescimento moderado da fição, mecânica, que aumentou ligeiramente, mas melhorou em qualidade e se diversificou com o fio retorcido - mais do que triplicou o número de fusos das retorcedeiras - e a grande expansão da tecelagem. Neste caso, embora se tenha observado a introdução de maior número de teares mecânicos, a base deste enorme crescimento da tecelagem entre 1881 e 1890 continuou a assentar fundamentalmente na energia hidráulica e na multiplicação do tear manual, que o aumento demográfico viabilizou.

A Covilhã tornou-se um forte polo de atracção e foi a cidade portuguesa com mais intenso crescimento neste período. e um dos concelhos com maior ponderação da população industrial, ao lado do Porto.⁴⁴

A configuração da estrutura industrial tinha um cariz específico, que encaixava mal nas classificações existentes. O conceito de fábrica utilizado nos inquéritos sobre a Covilhã abrange todo o tipo de unidades industriais, inclui oficinas e trabalho a domicílio. Mas encontra-se aqui uma designação específica, de fábricas completas e incompletas, inexistente no resto do país.⁴⁵

Poucas eram as fábricas completas, que praticavam por si todas as operações, desde o tratamento inicial da lã até ao acabamento final da fazenda. Em 1839 existiam apenas na Covilhã “quatro fábricas de manufacturas de panos que pela reunião de diferentes oficinas que tem em movimento e pela regularidade que nelas se observa podem ser consideradas como tais. Além destas porém há muitas oficinas particulares com diferentes denominações a que são destinadas.”⁴⁶ Era uma paisagem industrial que se prendia com a evolução ocorrida no segundo quartel do século dezanove, quando o modelo da fábrica completa fora abandonada, a organização industrial fragmentara-se e ruralizara-se, como forma de adequação à conjuntura económica.⁴⁷ Em 1863, regressava-se lentamente às fábricas completas, o seu número duplicara, existiam oito fábricas completas, três tinham um número elevado de operários, de 211 a 291, outras três de 72 a 101, mas duas só ocupavam 50 e 27 operários.⁴⁸ Em 1881, este tipo de fábrica mais do que duplica, somam 17 as fábricas completas. Nalguns casos são oficinas que já existiam e que alargaram a sua catividade, noutros são mercadores-fabricantes que se tornaram

proprietários de fábricas completas, as próprias fábricas já existentes também terão aumentado de dimensões.⁴⁹

Contudo, as fábricas completas continuavam a ser uma minoria do tecido industrial, onde eram muito mais numerosas as pequenas e médias unidades industriais: das 27 fábricas com mais de 10 operários, 8 eram completas e 19 incompletas, as restantes 32 unidades incompletas recenseadas em 1863, eram pequenas oficinas e de trabalho a domicílio. A isto havia ainda que juntar 218 teares dispersos na vila e em Tortosendo e Teixoso.⁵⁰ O tecido industrial continuava em 1881 dominado em número pela pequena e média empresa: 66 oficinas tinham de 0 a 9 operários, 45 tinham 10 a 25 operários (ver quadro 2).

A ponderação das fábricas completas e das pequenas e médias unidades industriais diverge consoante se olha para o mercado de trabalho ou para o parque tecnológico. Em 1863, as fábricas completas desempenhavam um papel decisivo no mercado de trabalho, nelas trabalhava 68% da mão de obra. Mas a situação era diferente na distribuição dos utensílios: apenas 43% dos fusos estavam sediadas neste tipo de empresa, e um pouco menos se considerarmos só a fição mecânica, já que das 17 fiações manuais, 12 eram da fábrica completa António Pessoa Amorim & Irmão – que continuava a funcionar no edifício da antiga real fábrica, de que fora rendeiro – onde não havia fição mecânica.

Um traço marcante das médias e pequenas empresas de cardar e fiar – empresas com um número de operários entre 5 a 39 – era o grau de mecanização considerável. Todas praticavam fição mecânica – detinham 57% dos fusos do parque industrial – e apenas duas em dezasseis, lhe agregavam fição manual; das 28 cardas contínuas

existentes no concelho, doze (ou 14, se juntar duas empresas que estavam a montá-las) situavam-se no seu âmbito; cinco tinham percheas mecânicas, mais que nas principais fábricas. Na tecelagem, a situação era diferente: não havia teares mecânicos e os 37 Jacquard eram quase todos propriedade das fábricas completas, apenas a fábrica (incompleta) Paiva & Rogeiro de cardar e fiar que também tecia, utilizava quatro teares deste tipo. Dos teares manuais, 39% estavam nas principais oito fábricas, duas delas concentravam cada uma cinco dezenas, mas a maioria dos teares manuais encontrava-se dispersa, podendo as oficinas reunir entre 3 e 9 utensílios.

A isto há ainda que acrescentar a mal-conhecida indústria a domicílio, era provavelmente o caso dos 218 teares sediados na Covilhã, Tortosendo, Teixoso e outras freguesias, de que nem se indica o proprietário, nem o número de braços. Máquina a vapor só existia na fábrica Marques de Paiva e servia para acionar seis pisões cilíndricos, utensílio de que poucos dispunham, sendo ainda dominante o uso das maceiras de pau.⁵¹

A concentração era em 1881 menor que em 1863 em todos os aspectos: as principais onze empresas utilizavam 57,4% da mão de obra, um pouco menos que em 1863, e apenas 29,3 dos fusos e 42,2% dos teares manuais comuns. Das 38 pequenas empresas, 21 são oficinas de cardar e fiar que todas têm fiação mecânica.⁵² No grupo indiferenciado de 55 fábricas pequenas de tecelagem, embora o trabalho seja todo manual, utilizavam-se 12 jacquard. A mecanização da tecelagem lenta e minoritária, foi sobretudo efectuada no âmbito das principais onze empresas, nelas se aplicavam além de 78% dos Jacquard manuais, 84% dos teares mecânicos. A mão de obra feminina e infantil estava presente de forma significativa nas principais fábricas, e não só na pequena indústria.⁵³

Mas o que é particularmente específico no tecido industrial covilhanense é o carácter segmentado da produção, as fábricas incompletas eram oficinas que apenas desempenhavam uma ou duas fases da produção. Existiam em 1863: 15 fábricas de cardar e fiar, algumas também tinham pisões e tesouras de correr; 12 estabelecimentos de pisões, alguns com tinturaria; 9 tinturarias; 4 de ultimação e de acabamento; uma fábrica de papelão preparada para prensar as fazendas, um laboratório de ácido nítrico. Acrescente-se os 218 teares instalados em “edifícios exclusivamente destinados à tecelagem”, e em casas de fabricantes e tecelões na Covilhã e arredores.⁵⁴

A segmentação das fases da produção em unidades industriais diferenciadas é uma característica do tecido industrial que determina uma multiplicidade de relações inter-fabris de dois tipos: vertical, através da mediação de mercadores-fabricantes ou produzindo diretamente para as fábricas completas de forma supletiva; horizontal, entre pequenos produtores.

A relação entre pequenos produtores podia ser direta ou através dos pequenos fabricantes. Dispunham de uma rede diferenciada de abastecimento de matéria prima, mediante almocreves, enquanto as empresas de maior dimensão se abasteciam diretamente nos principais polos de produção no Alentejo, Beiras e Espanha.⁵⁵ Uma parcela do universo dos pequenos produtores dispõe de alguma autonomia, o “kauf-system” coexistia com o “verlag system”, em proporções que se desconhece. Um exemplo dessa coexistência está patente no caso das fábricas completas de Alçada Mendes e Manuel Mouzaco que tinham tecelões fora trabalhando por sua conta a quem forneciam o fio, e também compravam fazendas aos pequenos industriais. Os

principais compradores dos pequenos produtores eram em qualquer caso as grandes fábricas.⁵⁶

O tecido industrial da Covilhã apresentava uma estrutura segmentada que toda ela tem um mesmo objectivo, a produção de tecidos de lã, constituía como uma grande “fábrica colectiva”. A população industrial via-se a si própria como fazendo parte de um amplo conjunto produtivo. “Consideramos a vila da Covilhã como uma só fábrica dedicada ao fabrico de lanifícios(...)”, diriam os fabricantes da Covilhã em 1858.⁵⁷ Esta forma de organização segmentada era o traço marcante de uma das mais poderosas indústrias têxteis da época, a de Filadélfia, com outras proporções.⁵⁸

Na região serrana, onde os centros de lanifícios também beneficiaram da conjuntura favorável, multiplicaram-se as fábricas, principalmente em Seia e em Gouveia (ver quadro). A estrutura industrial assemelhava-se à da Covilhã, coexistindo fábricas completas com as incompletas, em maior número, e uma rede de trabalho a domicílio efectuado com frequência pela família do fabricante. Como na Covilhã, a mecanização abrange os pequenos produtores, que nalguns caso se associavam para beneficiar da mecanização em comum. Tal como na Covilhã, observa-se desigualdade de apetrechamento entre a fição e a tecelagem nesta região: notável ritmo de mecanização na fição, inteiramente mecanizada, estavam instalados 18.543 fusos, 26,5% do total nacional, ligeiramente mais que em Lisboa (16.125 fusos) enquanto que a tecelagem mecânica dava os primeiros passos com meia dúzia de teares. Os limites energéticos afectavam esta região de forma em tudo similar à Covilhã.

As deficiências da rede de estradas, de que a região da Covilhã sofria, tornavam-se aqui mais dramáticas, o dorso de muar era o único transporte utilizável em diversos pontos, e o próprio percurso pedestre foi imperativo na visita a uma das localidades, ainda em 1881. A vitalidade industrial desta região montanhosa distante, conseguida apesar destas condições, constituiu uma descoberta para os inquiridores, causou-lhes surpresa e admiração.⁵⁹

Em quatro décadas, a região da Covilhã, Gouveia e Seia haviam adquirido um peso determinante na produção nacional de lanifícios. Nos distritos de Castelo Branco e Guarda trabalhavam em 1881: 46% da mão de obra do sector, 58% dos fusos, 58% dos teares manuais. Era uma estrutura industrial cujo crescimento assentara na pequena indústria e na articulação entre a fição mecânica e a tecelagem manual.

Na segunda década do século vinte, o modelo de crescimento covilhanense parecia ter entrado em crise: desde 1890, o escoamento da produção começara a ter dificuldade em enfrentar a concorrência estrangeira no mercado interno, o único de que dispunha esta indústria.⁶⁰ Esta região constitui um caso de crescimento e relativa modernização do aparelho produtivo com base na pequena e média empresa numa região interior sem caminho de ferro. A carência energética viera travando a renovação tecnológica desde os anos 60, e a modernização dos transportes antes da resolução do abastecimento de energia teria efeito desestruturador. Quando o caminho de ferro chegou, em 1891, ligando a Covilhã a Mangualde e à capital, parece ter viabilizado mais facilmente a entrada de tecidos estrangeiros do que o escoamento da produção local⁶¹. Apesar da empresa hidro-elétrica da Senhora do Desterro (serra da Estrela) ter sido a primeira

do continente, o desfasamento entre a ligação ferroviária e o fornecimento de energia eléctrica foi dramático.

Em modelo diverso se organizaram os lanifícios em Lisboa: em 1881, as oito fábricas do distrito representam só por si 30% da mão de obra, 23% dos fusos, 24% da tecelagem manual, 51% da tecelagem mecânica e 64% dos cavalos-vapor do sector. A grande empresa, o vapor e a mecanização da tecelagem apontavam caminho diverso na capital. Constituíam escolha minoritária, contrariamente ao que se poderia concluir de análise acrítica baseada no uso da designação de fábrica nos inquéritos sobre a Covilhã e a região serrana, que poderia sugerir elevada ponderação do trabalho fabril no sector dos lanifícios.⁶²

Os lanifícios portugueses conseguiram ocupar um espaço crescente no mercado nacional. Num primeiro tempo, entre a década de 40 e os anos 80, foram preenchendo as necessidades do consumo dos estratos médios e populares, a nível local e inter-regional, com maior difusão a norte do Mondego. Diferente seria a franja do mercado atingida pela importação de tecidos estrangeiros. Contudo, a produção nacional foi tentando a sua sorte também a esse nível.⁶³

Conclusão

O desenvolvimento industrial oitocentista processou-se de forma lenta e desigual, sem a concentração de factores de transformação que definem um processo intenso, equivalente a uma revolução industrial. A adequação às novas condições de concorrência internacional fez-se aproveitando os recursos disponíveis: mão de obra abundante e a baixo custo, energia hidráulica limitada e irregular. O crescimento teve um carácter extensivo, com um nível tecnológico

que se afirmou de forma desigual. Isso não se ficou a dever à falta de iniciativas dos empresários industriais. O seu condicionamento foi ocasionado tanto pela estrutura do mercado interno e internacional, como pela ausência de encorajamento das iniciativas inovadoras dos industriais, quer por parte do Estado, quer do sector bancário.⁶⁴ Nisso se diferencia de outros países de industrialização tardia, como a Alemanha e a Itália.

O capitalismo industrial caracterizou-se por uma prolongada articulação entre fábrica, pequena indústria e trabalho a domicílio, com acentuada localização nas zonas suburbanas e rurais. Em vez de considerar esta articulação como arcaica, há que encará-la como a forma de adequação do crescimento face às condições mercantis. Um núcleo industrial com maior grau de mecanização em Lisboa não deve fazer esquecer o valor reduzido dos números absolutos. A mecanização continuou a constituir aventura minoritária, quantas vezes ruínosa, ainda em pleno século vinte.

A ligação ao meio rural tem sido referida no caso portuense e da Covilhã, mas esquece-se geralmente que no distrito de Lisboa, o Barreiro apesar do carácter dominantemente fabril, também constituiu na origem um caso de implantação em meio rural. Está por estudar o tipo de relações que se criaram aqui entre trabalho fabril e rural nesta nova vila industrial, onde as fábricas de cortiça e têxteis mantiveram durante algumas décadas um carácter *labour-intensive*.

A marcada articulação com o meio rural explica o tipo de urbanização. O desenvolvimento industrial, polarizado em três zonas principais, Lisboa, Porto e Covilhã, foi acompanhado de um crescimento urbano moderado. Evolução que tem passado desapercibida foi a

criação de redes de consideráveis vilas industriais em torno dos dois principais centros, Lisboa e Porto e embora com menor dimensão igualmente na região da Covilhã, e que constituem embriões das futuras cinturas industriais nos dois primeiros casos.

Os dois principais sectores da indústria portuguesa, os tecidos de algodão e os lanifícios desenvolveram-se com base em estruturas industrial diferentes, mas em ambas a pequena e média indústria tiveram uma função importante até às primeiras décadas do século vinte. Estes sectores dispuseram em grande escala de mão de obra, a baixo custo, e em parte de energia hidráulica de custo quase nulo, factores de competitividade que lhes permitiu ir preenchendo segmentos consideráveis do mercado interno, nomeadamente aqueles com menor poder de compra, e atingir progressivamente estratos mais elevados, quer diretamente, quer talvez mediante a penetração lenta e difícil no circuito de abastecimento da estamperia lisboeta, dedicada ao acabamento de tecidos essencialmente estrangeiros. A desigual proteção no interior do sector algodoeiro teve um sentido conservador, não encorajou a inovação tecnológica no conjunto. No caso da Covilhã entre os factores de retardamento tecnológico encontram-se a ausência de fretes preferenciais nos caminhos de ferro e o tardio investimento na energia hidroelétrica: as carências energéticas tornaram-se particularmente graves quando o caminho de ferro facilitou a concorrência externa

A forma de crescimento do sector têxtil não viabilizou a penetração em mercados externos. Apenas o mercado colonial viria a permitir aos tecidos de algodão virar-se para a exportação, apostando contudo essencialmente em tecidos de baixa qualidade. A outras três

indústrias mais recentes, igualmente “labour intensive”, baseadas em matérias primas nacionais, o minério de cobre, a cortiça e o peixe, estava destinada vocação diferente: o seu crescimento esteve desde o início ligado à exportação para o mundo industrializado. No caso das duas últimas, trouxeram novos mercados para os proprietários de montados e para os armadores. Mas a forma de integração no mercado internacional destes três novos ramos industriais determinou um contorno pouco propício tanto ao progresso tecnológico como a efeitos multiplicadores em outros sectores industriais.⁶⁵

Na viragem para o século vinte estava-se bem longe da situação vivida nos anos 1808–1820. Mas a catividade industrial conservava ainda o seu papel complementar em relação à agricultura, como se idealizara em meados do século. “Olhou as fábricas como continuação ou complemento do laboratório dos campos”, explicara o jurado em meados do século. Decorridas quatro décadas, Oliveira Martins concebia a agricultura e a indústria como “os dois seios do Estado”.⁶⁶ Apesar do crescimento industrial de 1840 em diante, Portugal permaneceu um país predominantemente agrícola até meados do século XX. Compreende-se que fosse ainda possível ao Estado Novo até à segunda guerra mundial, defender como modelo o equilíbrio entre interesses agrários e industriais: este modelo, explicitado frequentes vezes, estivera subjacente à política económica durante grande parte do século dezanove.

NOTAS

1 Versão sintetizada do capítulo I do livro da autora, *Diversidade e assimetrias de Portugal Séculos XIX-XX*, ICS, 2001

2 J. Acúrsio das Neves, *Variedades sobre os objetos relativos às artes, comércio e manufacturas*, T.I, pp.239–70 in *Obras Completas*, v.III ; Pedreira , J. *Estrutura industrial e comércio colonial: Portugal e Brasil 1780–1830*, capítulo II, e pp. 129, 137; Madureira, Nuno, *Mercado e privilégios na indústria portuguesa, 1850–1834*, ruralização na Covilhã , pp. 528–532, mimeo. Dewerpe, Alain *L'industrie aux champs. Essai sur la proto-industrialisation en Italie du Nord (1800–1880)*, 1985.; crítica interessante ao modelo da proto-industrialização do ponto de vista demográfico, salientando que no caso do norte de Itália se caracteriza por um crescimento moderado.

3 Pereira, M.H. “Atitudes políticas e relações económicas internacionais na 1.a metade do século dezanove em Portugal” in *Das Revoluções liberais ao Estado Novo*, 1994

4 Samuel, Raphael “Workshop of the world: steam power and hand technology in mid - victorian Britain” in *History Workshop Journal*, 1977, 3. Um estudo clássico , muito bem documentado. Contém um quadro muito útil da utilização da energia a vapor por sector industrial em 1870 , p. 18 Boa síntese do caso inglês in Berg, Maxine *La era de las manufacturas* e em Joyce, Patrick in *Cambridge Social History of Great Britain*, v.I Sabel, C. e Zeitlin, J. “Historical alternatives to mass production” in *Past in Present*, 108, August 1985. Lequin, Yves *Les ouvriers de la région lyonnaise (1848–1914)*; Cotteteau, Alain “The distinctiveness of working-class cultures in France, 1848–1890” in Katznelson and Zolberg, *Working-class formation. Scranton, Philip Proprietary capitalism: the textile manufacturer at Philadelphia* , 1983 , in Zeitlin, J. “Les voies multiples de l’industrialisation” in *Mouvement Social*, 1985, 133. Dewerpe, Alain *L'industrie aux champs. Essai sur la proto-industrialisation en Italie du Nord (1800–1880)*, 1985.

5 Autores acima citados , nomeadamente Samuel, Joyce e Cotteteau obs cit ; Yves Lequin “Le métier” in Noria, P. *Lieux de la mémoire* e Dewerpe, A. *Le monde du travail en France (1800–1950)*

6 Nem sempre se publicaram os resultados integrais dos inquéritos, a documentação do inquérito à tecelagem do Porto de 1898 nunca chegou a ser editado de forma completa, para não referir os inquéritos anteriores a 1860.

7 Abusava-se das palavras fábrica e fabricante nas repartições de fazenda , como se observava no inquérito, a propósito do *Anuário da Direção-geral das contribuições directas*, Inq. Ind. 1881, II, III, p.57 . Acerca da imprecisão do conceito de fábrica no início do século , ver Jorge Pedreira, *ob.cit* pp.178–182.

8 Relatório da subcomissão encarregada da visita aos estabelecimentos industriais , Inquérito Industrial 1881, II – II, Directo.

- 9 Inquérito Dir. Visita II-II, pp.35-37
- 10 Ver nota 45. Há ainda a considerar as omissões de fábricas, mas embora não tenham sido incluídas algumas empresas importantes, no conjunto essas lacunas não alteram significativamente a ponderação das fábricas no conjunto.
- 11 Inquérito, Introdução ao Resumo, pp. XXX-V: explica-se esta situação e indica-se que esta correção não foi efectuada nos quadros síntese (quadro sem correção, pp.86-87) mas publica-se a desagregação das oficinas, o que me permitiu fazer a correção, sector a sector.
- 12 Cordeiro, José Lopes *Indústria e energia na bacia do Ave 1845-1959*, Braga, 1993, disseminação de mestrado mimeo, pp.107-110.
- 13 Relatório Geral do Jurado in *Exposição da Indústria 1849*, Sociedade Promotora da Indústria Nacional, p.6 Atribuído a Oliveira Marreca, mas assinado conjuntamente por José Maria Grande, Henrique Nunes Cardoso, Franzini, João Andrade Corvo.
- 14 Inquérito de 1830, Junta do Comércio, in Serrão, J. *Temas oitocentistas*, v.I pp.142-5, Justino, D. *A formação do espaço económico nacional*, v. I p.98
- 15 Inq. Industr, Dir, Parte II, L.II, relatório da comissão central do distrito do Porto, quadros pp. 272-5 e p. 279-80.
- 16 Esta estimativa não condiz com os dados do Inquérito industrial de 1890, muito inferiores, IV, pp. 486-7, 508-509, 615-619; recorde-se que se trata de inquérito indireto. Já no *Inquérito à Tecelagem do Porto*, 1898, pp.8-9, aceita-se a estimativa de 10.000 teares, e eleva-se ainda mais o cálculo do número de pessoas correspondentes, 4 em média por tear, ou seja um total de 40.000. No mesmo período, compare-se com Lyon, um centro de forte especialização industrial e com organização da produção do tipo de fábrica colectiva: existiam 35.000 teares de seda, mais do dobro que no fim do Antigo Regime, quando eram calculados em 14.000 (Lequin, Yves *Les ouvriers de la région lyonnaise (1848-1914)*, I, p. p. 65-66, Garden M. *Lyon et les lyonnais au XVIII.e siècle*, p.209), parcela ainda pequena da expansão da segunda metade do século XIX, que fora particularmente importante na região em redor de Lião, onde o número de teares passou de 60.000 a 120.000 entre 1850 e 1872.
- 17 Inquérito de 1889, já referido, pp.8-9. Gerardo Pery refere 277 pequenas fábricas de tecelagem de algodão e três de fição no distrito do Porto, in *Geografia e estatística geral de Portugal e colónias*, 1875, p.147.
- 18 Inquérito Ind. 1881, visita às fabricas do Porto, pp.138 a 151.
- 19 *ob. cit.* pp.43-44
- 20 Conceito utilizado na época por Leplay, retomado por Yves Lequin para a indústria oitocentista da seda em Lyon e Alain Cottureau em termos mais genéricos.
- 21 Ver n. 18.

22 Nesta contagem, incluíram-se todas as unidades com 10 e mais operários, critério que pelo menos tem a vantagem de ser uniforme. O número de fábricas é portanto superior ao indicado nos quadros – síntese do Inq. 1881, que é de 30.

23 Cerca de metade dos fusos ativos funcionavam no Porto, mas o número de teares mecânicos era ligeiramente superior em Lisboa, onde os teares manuais recensados eram insignificantes, o que já sabemos não ser o caso no Porto.

24 Acerca dos mercadores de tecidos e a indústria da estampania no início do século XIX, ver : Pedreira, J. “Indústria e negócio: a estampania da região de Lisboa, 1780-1880” A.S. 112–113, 1991; *Estrutura industrial e mercado colonial* (1780–1830), 1994. Acerca do conflito de interesses entre mercadores e industriais deste sector no mesmo período, Pereira, M. Halpern *Negociantes, fabricantes e artesãos entre velhas e novas instituições*, 1992.

25 Pereira M. Halpern, “ Portugal e a partilha do mercado mundial nos séculos XIX e XX”, 1976, reeditado com aditamentos in *Das Revoluções liberais ao Estado Novo*, 1994, cap. IV, pp.159–60.

26 Oficinas de algodão e linho (tecelagem, tinturaria, fitas e passamanaria): distritos de Lisboa – 1, Porto – 142, Viseu – 4, em Tondela. No distrito do Porto, 58 oficinas localizavam-se no concelho do Porto, 51 no concelho de Penafiel, as restantes dispersavam-se por vários concelhos.. Dados extraídos do Inq. Ind. 1881, Resumo, quadro 15, e corrigidos pela leitura do inquérito.

27 Inquérito à tecelagem no Porto, 1889, p.7

28 Relat.do Jurado, *ob. cit.*, pp.12–13, situação que é atribuído a inexistência de juro, enquanto a fábrica paga juro pelo crédito, ao que se segue uma apologia de uma taxa do juro reduzida para a indústria.

29 Inq. Ind. 1881, I, p.82. Abandonado o fabrico de lonas por esta Companhia, devido a direitos desfavoráveis, haviam passado a produzir brins, passadeiras de juta, pano de linho e toalhas adamascadas. Neste domínio a concorrência estrangeira não entrava. Mas encontravam a concorrência portuense.

30 Relatório da subcomissão do distrito do Porto , Inq.Industr.1881 Dir, II,pp.151–2

31 *Inquérito à tecelagem do Porto*, 1889, pp. 8–9.

32 Manuel M Nunes Giraldes, *Monografia sobre a indústria de linho no districto de Braga*, 1913, p.106 e 102, in Cordeiro, J. Lopes *Indústria e energia no vale do Ave 1845–1959*, Braga, 1993, pp. 87–8 (mimeo)

33 Cálculos feitos por mim com base nas estatísticas do comércio externo. Acerca de toda esta complexa situação pautal, e a inexistência de suficiente diferenciação de direitos , ver a excelente memória sobre a indústria do algodão oferecida à comissão central do Inquérito de 1881, pelo proprietário da fábrica de algodão torcido e tinto H.P. Taveira, Porto, Inq. Ind. 1881, v. I , p.110 e segs. e o depoimento do diretor da Companhia de Torres Novas, pp.86–89. Ver tb. Pereira , M. Halpern “ Portugal e a partilha do mercado mundial” in *Das Revoluções liberais...*, pp.159–160

34 Filomena Mónica mostra bem os efeitos do “boom” africano e seus limites mediante a análise da evolução da Real Fábrica de Tomar, “Os tecelões de algodão”, in *Artesãos e operários*, pp. 163–164

35 Estatísticas do comércio externo, dados organizados por mim; referem-se aqui valores, não quantidades.

36 Simões, Oliveira “Escorço dalguns aspectos da indústria fabril portuguesa”, in *BTI*, n.83, p. 20 e sgs. Neste ensaio Oliveira Simões fornece dados acerca da situação comparativa da produtividade e igualmente da alimentação, salários, condições de vida do operário e formação técnica em Portugal e noutros países europeus, factores que no seu conjunto explicariam a baixa produtividade. Dados acerca da produtividade comparada na indústria portuguesa e europeia onde são relacionados unicamente com a educação e a formação técnica in Reis, J. “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio” in *O atraso económico português: 1850–1930*. Acerca da evolução do consumo alimentar ver Pereira, M. Halpern “Níveis de consumo e níveis de vida em Portugal (1874–1922)” in *Das Revoluções liberais ao Estado Novo*, 1994

37 Dados do Inquérito Industrial de 1917 in Medeiros, Fernando *A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, 1978, pp.75–77. Infelizmente não foi efectuado uma análise por ramos industriais e por zonas, que permita comparar mais aprofundadamente com a informação de 1881 tratada acima.

38 Perdígão, J. Azero do “A indústria em Portugal” in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, 1916, v.III, p.115

39 Cálculos efectuados por mim com base nas estatísticas de Mitchell, 1978.

40 Relatório da comissão encarregada de conhecer o estado da indústria agrícola, comercial e fabril do concelho da Covilhã, 6 de Dezembro de 1839, idem concelho de Ceia, 18 de Março de 1840 in *Correspondência do M. Reino com a Câmara dos Pares*, secção VI., Cx. 2, A.H.P.

41 Silveira, Fradesso da, *As fábricas da Covilhã*, 1863, pp. 10 e 35. Acrescentaria que uma fábrica, de Marques de Paiva tinha 6 pisões cilíndricos movidos a vapor. Consulte-se também “A Covilhã e a indústria dos lanifícios” de João M. Esteves Pereira, publicado no *Ocidente*, n.º 699, 1897, reeditado in *A indústria portuguesa*, 1979; baseia-se fundamentalmente em Fradesso da Silveira, mas contém alguns dados úteis para a situação posterior.

42 Inq. Ind. 1881. III, p.205

43 Acerca dos recursos energéticos: em 1860 Silveira, F. *Ob.cit.*, pp. 101–2, 107, 1881, *ob. cit.* Nos meses de verão, os meses da “vela”, chegava-se a fazer 6 horas de trabalho noturno. Calculara-se em 1881 que mesmo o caminho de ferro não faria baixar preço do carvão o suficiente, e assim aconteceu: ainda em 1933 o preço da tonelada de carvão na Covilhã era o quádruplo do custo em Inglaterra (Galvão, J.A. Lopes, in 1º Congresso Indústria portuguesa, 1933, cit. in Cordeiro, J. Lopes, *ob cit*, p.54). Mais flagrante no caso da Covilhã, devido ao preço do carvão, os limites dos recursos hidráulicos afectavam também

alguns centros algodoeiros, como a bacia do Ave, ver Cordeiro, J. Lopes, *ob. cit.*, p.89 e a propósito de cada fábrica. Quiçá também tenha sido um dos limites da mecanização da tecelagem nesta região.

44 N.º de habitantes da cidade da Covilhã: 1864 – 9.022, 1878 – 10.809, 1890 – 17.562. A população da Covilhã (quatro freguesias) aumentou 62,47% entre 1878 e 1890, enquanto que Lisboa nesse período apenas aumenta 28,4%. Para a população industrial, Recenseamentos de 1890 e 1911: concelho da Covilhã (maior que a cidade, para a qual não existe esta informação) 43% e 39%

45 Para tornar comparável a contagem de fábricas aqui e no resto o país, não me pareceu correto contar só as fábricas completas. No algodão também existiam fábricas incompletas, só de estamparia, de tecelagem ou de fição. O motivo porque não se lhes daria essa designação prende-se com facto de elas não constituírem um elo de uma cadeia produtiva como aqui. Pareceu-me preferível manter a designação de origem, que corresponde a uma diferença de estrutura.

46 Inquérito de 1839/1840, *ob.cit.*

47 Madureira, Nuno *Mercado e privilégios na indústria portuguesa*, capítulo sobre a Covilhã, p.498

48 No total de operários estão incluídos os mestres e os escriturários, que, onde existem, raramente passam da unidade.

49 A oficina de Sebastião Rato de pisoamento, tesoura e tinte em 1863, com 3 operários, tem em 1881 também teares, fição e 80 operários. A fábrica de José Mendes Veiga, antigo mercador, uma das mais antigas, data de 1784 passa de 92 a 400 operários. (Madureira, Nuno, *ob.cit.* p.484; Silveira, F. *Indagações...*, pp.112–3, n.30; Inq. Ind. 1881 pp. 186, n.6 e 8). Outras ligações parecem possíveis, mas seria necessário ter elementos complementares, advinham-se bastantes mudanças de nome, resultantes de prováveis agregações de firmas anteriores.

50 Quadro p. 117 in Fradesso da Silveira, *Indagações...*,

51 *Indagações*, mapas 112 e segs..

52 Das restantes oficinas, dez são tinturarias, uma de apisoar, seis são de tecer.

53 1881: Total das mulheres na indústria: 39,4%,(ligeiramente menos que em 1863,41%). Nas principais 11 empresas em 1881: 41,5%. O trabalho feminino na grande indústria tinha tradição antiga, fora um exclusivo da Real Fábrica.(Madureira, N., *ob.cit.* p.501). Menores: em 1863, masculinos 315, femininos 26; em 1890, masculinos 1.202, femininos 272. Ver também quadro 1. Como já acontecia anteriormente nesta região, a utilização de menores afectava sobretudo a população masculina, ver Madureira, Nuno, *ob. cit.*, p.498

54 *Indagações*, pp.88–92. A afirmação de David Justino de que a pequena produção tinha pouca importância sobretudo por se dedicar a fases parcelares da produção, mostra a sua incompreensão perante a organização específica da Covilhã. (v.I, p.102).

55 A forma como o fornecimento da principal matéria prima, a lã, estava organizada era outro dos problemas graves da indústria da Covilhã e da região serrana. A inexistência de fornecimento regular obrigava a compras anuais nas grandes feiras, o que implicava ou um grande empate de capital ou o recurso ao crédito com juro elevado. Silveira, F. *Indagações...*, p.48; *Inq. Ind. 1881*, III, Visita ao distrito da Guarda, pp. 84–151. O abastecimento de lã era efectuado nos principais pontos de produção relativamente próximos, o Alentejo, Beiras, Espanha, mas para os tecidos superiores era indispensável comprar lã proveniente da Alemanha, Austrália e da América. *Indagações...*, p.92

56 *Indagações...*, pp.90–92

57 Resposta dos fabricantes da Covilhã aos quesitos propostos pela comissão das Pautas em 1858, in *Jornal da Associação Industrial Portuense*, n.8, 24 março de 1860, p.59

58 Scranton, Philip *Proprietary capitalism: the textile manufacturer at Philadelphia*, 1983, in Zeitlin, J. “Les voies multiples de l’industrialisation” in *Mouvement Social*, 1985, 133.

59 Conclusão do relatório de dois delegados da Comissão Central de Inquérito que visitaram a região, 1881, *Inq. Ind.*, v.III, pp. 172–3 e o conjunto do relatório pp. 88 e segs., dos mais completos de todo inquérito. Ver tb *Indagações...*

60 Perdigão, J. Azeredo “A indústria em Portugal” in *Arquivos da Universidade de Lisboa*, 1916, v.III, pp.117 e segs. Poincard, Léon *Le Portugal inconnu*, 1910, p.209, considera a região decadente; porventura uma visão exagerada.

61 O principal mercado na distribuição dos tecidos da Covilhã, pelo menos nos anos 60, era Mangualde, onde os principais fabricantes da Covilhã tinham armazéns, e ali vendiam por grosso aos comerciantes do Norte, na feira do 1º domingo do mês. Silveira, F. *ob cit.*, p.92.

62 Ver quadro 3: no total das 160 fábricas, 117 situam-se nos distritos de Castelo Branco e da Guarda e a maioria eram pequenas e médias unidades industriais.

63 Dados organizados por mim, com base nas estatísticas do comércio externo.

64 Veja-se as sucessivas alterações ao sentido protecionista da pauta de 1892 e o fracasso das tentativas de repor essa orientação no início do século XX, Azeredo Perdigão *ob.cit.* e Medeiros, Fernando *A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*, 1978, pp.86, 108–109, e as negociações dos tratados nessa época in Sacuntala de Miranda, *ob cit.*

65 Acerca da indústria corticeira e conserveira e as suas relações com o mercado internacional, ver Miranda, Sacuntala *O círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, 1991. Uma versão diferente em Reis, Jaime “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal, 1870–1913” in *O atraso económico portugueses 1850–1930*.

66 *Relatório do Jurado*, 1850, p, 29, concepção que se espalha nas pp. 26–30. Oliveira Martins, *Fomento rural e emigração*, p.197

Sociologia e História: um encontro inevitável

Introdução

A tentativa de identificação de diferenças e pontos de convergência entre a História e a Sociologia tem emergido com regularidade ao longo do desenvolvimento das «Ciências do Homem», ora no registo distanciado da reflexão eminentemente epistemológica, ora no de declarações programáticas visando o enquadramento institucional e disciplinar daquele arquipélago do saber, ora ainda no do inventário crítico e comparativo das revelações e impasses a que conduzem os procedimentos efectivamente accionados por «historiadores» e «sociólogos» nas práticas concretas de pesquisa.

Começando por se referir a um conjunto de posições epistemológicas, não isentas de alguma intencionalidade programática, que marcaram, em Portugal, o arranque da institucionalização da Sociologia, o presente texto adopta, no seu núcleo argumentativo principal, o último e menos ambicioso dos registos acima enunciados, ocupando-se, para tanto, de dois estudos de terreno realizados pelo autor numa colectividade da periferia da área metropolitana do Porto - o primeiro, em finais da década de 1970, e o segundo, sob a forma de revisitação sociológica, cerca de trinta anos depois.

Tratar-se-á de retomar um ponto superficialmente aflorado no estudo inicial, relativo às questões fundiária e do alojamento, tendo como objectivo demonstrar, num primeiro momento, que as interpretações então propostas a seu respeito poderiam ter sido significativamente aperfeiçoadas, desde que, recorrendo mais intensamente a elementos de conhecimento sobre a sociedade portuguesa disponibilizados pela História, se tivesse aprofundado a análise da dimensão diacrónica dos processos sociais em causa.

Com um segundo passo, que já incorpora questões suscitadas no âmbito do estudo de terreno realizado mais recentemente na mesma colectividade, a argumentação mudará de patamar: o que aí vai querer afirmar-se é que a reconstituição dos factos do passado, indispensável para compreender o presente, não é indiferente ao modo de enquadramento substantivo (uma espécie de contextualização sincrónica) que, na óptica da Sociologia, se proponha a seu respeito.

Ao revelar, nesta fase, que a evolução da relação entre a questão fundiária e as políticas de alojamento na colectividade estudada pode e deve ser pensada em articulação com as dinâmicas de longo prazo da produção e do emprego na Construção Civil (revelação essa só possível por referência a um conhecimento sociológico sedimentado sobre as transformações do espaço social em causa), não surpreenderá que o texto venha a pugnar por uma aproximação de facto, e, se possível, por uma convergência de princípio, entre os modos de abordagem que a Sociologia e a História foram consagrando. Com uma recomendação mais: a de que, para ser conclusiva, tal convergência tem de associar à identificação e *mise en rapport* de «estruturas»/«instâncias» e respectivas tendências evolutivas, a discreta, mas incontornável, dimensão

subjectivo-disposicional da prática social. De outro modo, será difícil evitar que quer a História, quer a Sociologia fiquem de algum modo encerradas no círculo de um estruturalismo mecanicista, mesmo quando avisadamente se assumam como sociologia histórica do passado ou história social do presente, respectivamente.

***O Impacto da Distinção entre Ciências
Nomotéticas e Ciências Históricas no Período
de Formação da Sociologia Portuguesa***

O UNIVERSO DAS «CIÊNCIAS SOCIAIS», SEGUNDO JEAN PIAGET

No início dos anos 1970, recomendava-se, a quem procurava aprender o ofício de sociólogo em Portugal, a consulta de uma obra, patrocinada pela Unesco, sobre *Tendances principales de la recherche dans les sciences sociales et humaines*, de que então se publicara apenas um volume, dedicado às *Sciences sociales*.

Na Introdução do livro, intitulada «La situation des sciences de l'homme dans le système des sciences» (Piaget 1970), propunha Jean Piaget que o universo de saberes coberto pela expressão «Ciências Sociais e Humanas» fosse subdividido em quatro grandes áreas – *Ciências «nomotéticas», Ciências históricas, Ciências jurídicas e Disciplinas filosóficas* –, cujas designações deixavam já por si transparecer alguma relutância do autor em atribuir o estatuto de prática propriamente científica a domínios do saber, como a História, que, por circunstancialismos os mais diversos, estavam nominalmente associados àquele universo. Segundo Piaget, apenas as Ciências «nomotéticas» apresentariam características assimiláveis à prática

científica propriamente dita. Por isso também, só algumas delas – concretamente, a Sociologia, a Ciência Política, a Psicologia, a Ciência Económica, a Demografia e a Linguística – haveriam de figurar, com capítulo próprio, no tal volume dedicado às «*Ciências Sociais*».

E quais eram essas características?¹

Em primeiro lugar, a preocupação em estabelecer «leis», entendidas quer no sentido de «relações quantitativas relativamente constantes e expressáveis sob a forma de funções matemáticas», quer no de «factos gerais ou relações ordinais, análises estruturais, etc.» traduzidos em linguagem mais ou menos formalizada. Em segundo lugar, a utilização de métodos de experimentação, quer em sentido estrito (como, por exemplo, na Psicologia), quer no sentido mais amplo de uma observação sistemática dos factos, controlável segundo procedimentos estatísticos e/ou lógicos bem definidos. Reconhecendo as dificuldades das Ciências Sociais «nomotéticas» em garantirem a concretização desta característica, Piaget fazia questão de lhe atribuir relevância especial: «os métodos de verificação que consistem em subordinar os esquemas teóricos ao controle dos factos da experiência» constituem, por referência aos procedimentos mais utilizados noutras áreas nominalmente afins, «o traço distintivo mais geral destas disciplinas». A terceira característica das Ciências nomotéticas prender-se-ia com o facto de privilegiarem análises envolvendo um número restrito de variáveis. Sem poderem, como nas Ciências físicas

1 O essencial da argumentação desenvolvida por Jean Piaget, bem como as citações que, a seu propósito, seguidamente se reproduzem estão contidos em Piaget, 1970, 1–5.

e da natureza, isolar de forma controlada os factores explicativos dos fenómenos em estudo, estaria, apesar de tudo, ao seu alcance a construção de modelos capazes de objectivar o efeito diferencial de um certo número de variáveis independentes.

Já as «ciências históricas do homem» teriam como objectivo reconstituir e compreender, na sua singularidade, «o desenrolar de todas as manifestações da vida social no decurso do tempo» (acções, obras individuais e ideias influentes, ciências e técnicas, produções culturais, instituições, práticas económicas, etc.). O recurso a «quadros de comparação ou de classificação» vocacionados para a generalização e o estabelecimento de «leis» estaria em princípio ausente da abordagem histórica dos factos sociais.

Jean Piaget dava-se conta de que, no trabalho concreto de investigação, há recobrimentos significativos entre as análises nomotética e histórica dos factos sociais, desde logo pelo facto de a dimensão diacrónica ser frequentemente incorporada no trabalho das Ciências nomotéticas, ora para procurar definir «leis» de desenvolvimento individuais (da linguagem, da inteligência, etc.) que se replicam de geração em geração, ora, no caso de desenvolvimentos históricos colectivos, para tentar explicar através do passado uma dada configuração estrutural actual.

Conviria, ainda assim, segundo o autor, não menosprezar os traços que, quando se trata de estudar o desenrolar dos fenómenos no tempo, separam as práticas de investigação dominantes nos dois campos disciplinares em causa. Sendo específico da abordagem das ciências nomotéticas o estabelecimento e verificação empírica de leis envolvendo um número relativamente restrito de variáveis, então o

modo de elas lidarem com a dimensão diacrónica dos fenómenos passaria, em princípio, pela construção, a seu propósito, de leis de sucessão ou de equilíbrio, por alguma negligenciação de factos e acontecimentos singulares em benefício de uma apreensão de relações estocásticas entre fenómenos agregados e, no que diz respeito à análise de decisões individuais e colectivas, por privilegiar os processos em detrimento dos conteúdos. Já à História importaria sobretudo restituir os fenómenos na sua singular complexidade, fosse qual fosse o nível considerado: desenvolvimento, reequilibração, acontecimento aleatório, resposta dos actores a situações mutáveis.

Assim, defendia Piaget, sempre que, em História, se fale em «leis» (ou mesmo em «leis da história»), estar-se-á realmente a aludir a regularidades que, como quaisquer outras identificadas pelas Ciências nomotéticas, visam fornecer interpretações abstractas sobre o real social susceptíveis de verificação experimental/observacional – substancialmente distintas, pois, dos protocolos de simples reconstituição dos factos («singulares») do passado. Quando os historiadores invocam e tentam verificar empiricamente um conjunto de leis, estão de facto a transmutar-se em praticantes das Ciências nomotéticas – aceitando-se, aliás, que, nessa qualidade, lhes possa caber papel relevante na restituição da dimensão diacrónica dos factos sociais, nos seus vários domínios de pertinência (sociológica, demográfica, económica, etc.).

ECOS DA PROPOSTA DE JEAN PIAGET EM
«QUESTÕES PRELIMINARES SOBRE AS CIÊNCIAS SOCIAIS»

Uma releitura de *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, de Adérito Sedas Nunes (Nunes 1977 [1972]), obra a que, muito justamente, se tem atribuído um estatuto matricial no processo de configuração da Sociologia portuguesa ocorrido na transição das décadas 1960/1970, revela que o seu autor não só conhecia bem a proposta de classificação das Ciências sociais de Jean Piaget, como assumia sem restrições evidentes os seus fundamentos e corolários². De facto, ao problematizar, logo na Introdução do livro, o carácter fragmentário e desconexo da «Ciência do Homem», traço assaz contrastante, em sua opinião, com o grau de consistência interna existente nas Ciências Lógico-matemáticas, nas Ciências físicas e nas Ciências biológicas, não deixava A. Sedas Nunes de acrescentar, invocando aquela proposta, que o estado de diferenciação e dissociação disciplinar não poupava o campo das Ciências nomotéticas.

E é justamente para tentar perceber tal facto que, a abrir a 1ª Parte das *Questões preliminares*, A. Sedas Nunes recorre à noção, associada a Marcel Mauss (Mauss 1966 [1950]), de «fenómeno social total», à qual atribui a virtualidade de contrariar a tendência empirista e nominalista de fazer corresponder biunivocamente a cada domínio do saber (a Economia, a Demografia, a Ciência Política, etc.)

² As citações e argumentos que se comentam nesta secção estão contidos em Nunes 1977 [1972],

um campo específico de fenómenos sociais (os fenómenos «económicos», os fenómenos «demográficos», os fenómenos «políticos», etc.). Afirmar, com Mauss, que todos os factos sociais são factos sociais *totais* obriga a pensar que a diversidade de disciplinas científicas que deles se ocupam não é imposta por uma compartimentação prévia do real, antes, sim, pela circunstância de cada uma adoptar, ao estudá-lo, um ponto de vista próprio (traduzido numa combinatória específica de pressupostos, problemas, teorias, técnicas, metodologias).

Para clarificar a ideia segundo a qual os fenómenos sociais interressam, «pelo menos potencialmente», «a várias, quando não a *todas* as Ciências Sociais», recorre A. Sedas Nunes a um exemplo: o da investigação sobre o objecto «classes sociais».

Dado que neste estão implicados «elementos estruturais e estruturantes basilares [...] de certo tipo de sociedades», a Sociologia terá uma palavra fundamental a dizer a seu respeito. Mas o objecto em causa, prossegue o autor, interessa também à Economia, desde logo por ser inegável que fenómenos como a dinâmica de formação de capital, o ritmo de crescimento do produto ou a repartição de rendimentos são determinados pela estrutura classista das formações sociais envolvidas. Uma vez que as classes, constituindo-se em forças sociais portadoras de interesses específicos, intervêm, com poder próprio, na «estrutura e vida política de qualquer sociedade», elas integram, por outro lado, o âmbito de preocupações da Ciência Política. E o mesmo pode ser dito em relação à Demografia, tão patentes são as marcas classistas nas determinantes da composição e evolução quantitativas das populações (natalidade, mortalidade, dimensão das famílias, etc.); ou à Geografia Humana, atendendo ao modo como diferenças, hierarquias e oposições

de classe se inscrevem no território, e vice-versa. A Psicologia Social e a própria Psicologia individual, ao estudarem atitudes, preconceitos, opiniões ou o desenvolvimento (intelectual e afectivo) do indivíduo, não deveriam igualmente abstrair da existência de classes sociais: de facto, as diferenças de meio, associadas a diferenças classistas, inter-vêm tanto no plano da relação com os valores, como no da progressiva estruturação da personalidade e dos mecanismos psíquicos dos indivíduos. Quanto, finalmente, à Linguística, como ignorar que «é precisamente ao nível da linguagem que se podem aperceber algumas das mais visíveis expressões das diferenças entre as classes sociais»?

Não desconhecendo Sedas Nunes o essencial do legado historiográfico então existente sobre os processos de formação das classes e dos movimentos sociais, nem as ambições de construção de uma História fundada na análise estrutural dos factos do passado, a omissão de qualquer referência às potencialidades desse tipo de conhecimento no momento em que ilustra a sua perspectiva sobre a pluralidade das ciências sociais parece confirmar a já referida sintonia objectiva do autor em relação ao modo de encarar o sistema de saberes consagrado em *Tendances principales de la recherche dans les sciences sociales et humaines*. Sem curar de saber se tal omissão terá sido determinada em última análise por uma estratégia de afirmação, pela positiva, da «cientificidade» de uma disciplina então politicamente reprimida, ou se ela seria reflexo de uma tentativa de demarcação táctica face a formações disciplinares que ocupavam posições relativamente dominantes no campo académico-científico nacional, o importante, nesta altura, é registar o facto de, pelo menos no plano programático, se assumir, no quadro de referência epistemológica do que era então a

vanguarda da Sociologia portuguesa, algum distanciamento face aos procedimentos analíticos dominantes em História.

Acontece que, tal como Jean Piaget, Sedas Nunes não ignorava que as fronteiras entre as Ciências nomotéticas e a História tendiam a ser, no trabalho concreto de produção de conhecimentos, bem menos nítidas do que no plano abstracto das classificações. Daí que, no momento em que nas *Questões preliminares* procura encontrar as razões da diversidade empírica das ciências sociais, ele não hesite em invocar a dimensão histórica do problema: se, «na sua visibilidade imediata», as referidas formações científicas se distinguem entre si, ora no plano dos objectivos, ora no do tipo de problemas que privilegiam, ora no das combinações técnico-metodológicas a que recorrem, tal resulta essencialmente de terem sido diversos os condicionamentos histórico-institucionais do seu desenvolvimento (e não em razão de opções eminentemente lógicas).

Para um Diálogo entre a Sociologia e a História:

Lições de uma Pesquisa de Terreno

Realizada em Dois Tempos

USOS SOCIOLOGICOS BRANDOS DA HISTORIOGRAFIA

A primeira experiência de pesquisa de terreno sobre que se debruça esta comunicação foi realizada num quadro de convicções epistemológicas muito marcado quer, justamente, pela obra de Sedas Nunes agora referida, quer por *Le métier de sociologue*, de P. Bourdieu, J.-C. Passeron e J.-C. Chamboredon (Bourdieu, Passeron, Chamboredon 1968), primeiro grande exercício de transposição dos

princípios do «modo de conhecimento racionalista», que aliás também inspirara as *Questões preliminares*, para o âmbito da metodologia de pesquisa observacional em sociologia («racionalismo aplicado»).

Incidiu tal pesquisa sobre a organização e transformações sociais duma colectividade do Noroeste português (Fonte Arcada, no concelho de Penafiel), onde, em finais dos anos 1970, crescia a influência social de um grupo de assalariados da indústria e dos serviços, na sua maioria migrantes pendulares com actividade profissional principal no Grande Porto, que, no entanto, mantinham, no espaço de residência, ligações mais ou menos intensas com a agricultura familiar e o modo de vida camponeses³.

Seguindo uma estratégia metodológica que, sem descartar as virtualidades da observação intensiva privilegiada pela monografia rural convencional, ambicionava superar algumas das suas limitações através do enquadramento das singularidades da colectividade num conjunto de traços e regularidades estruturais capaz de lhes dar sentido sociológico útil (Pinto, 1977; Almeida, 1977), nem por isso se alheou a pesquisa da questão das relações entre a História e o conhecimento nomotético. De facto, embora bastante ausente, em termos explícitos, das interrogações epistemológicas que fundamentavam a estratégia observacional adoptada, tal questão acabou por se impor, quer na fase de construção preliminar da problemática teórica enformadora da pesquisa, quer no plano de decisões técnico-metodológicas impostas pelo desenrolar da pesquisa.

3 Os principais resultados da pesquisa em causa estão contidos em Pinto, 1985 e Almeida, 1986.

Assim, para perspectivar as especificidades da economia local, não deixou de se recorrer ao conjunto de conhecimentos sobre a evolução da estrutura agrária nacional, privilegiando o lugar que nela foram ocupando as lógicas da agricultura camponesa. Para perceber o papel das migrações pendulares no contexto local, foi necessário, por outro lado, prestar atenção aos padrões migratórios e às tendências de ocupação do território que, ao longo de todo o século XX, marcaram o noroeste português. Finalmente, dado que a pesquisa se concentrou na análise das dinâmicas simbólico-ideológicas adjacentes às transformações sociais em curso na colectividade, algum investimento foi feito na restituição da dimensão diacrónica dos fenómenos educativos, religiosos, políticos e culturais com expressão local.

Passando já à identificação de formas de intercâmbio entre procedimentos de investigação da Sociologia e da História suscitadas directamente pelo trabalho no terreno, dir-se-á que elas incluíram: o recurso a técnicas de análise documental bem mais diversificadas do que as propostas pela maioria dos manuais de Sociologia (consulta de arquivos e outros registos oficiais sobre, por exemplo, a estrutura fundiária local ou o perfil sociográfico dos cidadãos eleitores, análise de conteúdo de jornais regionais publicados ao longo de várias décadas, leitura selectiva de textos da historiografia nacional, regional ou local); a reinterpretação, historiograficamente fundamentada, do conteúdo dos depoimentos dos actores locais, recolhidos por inquérito ou entrevista; a reorientação dos procedimentos de observação directa do espaço físico local (edificado, paisagem agrária...) de forma a encará-lo como construção histórico-social estruturada e

estruturante e não como constrangimento estático com alcance limitado à configuração aparente de situações sociais pontuais.

Se é verdade que estas modalidades (brandas) de aproximação da sociologia à história já revelavam potencialidades analíticas e heurísticas não despiciendas, é de presumir que resultados mais ambiciosos pudessem ter sido obtidos, se o recurso ao conhecimento histórico se tivesse concretizado não apenas na perspectiva, algo instrumental, que consistia em complementar a contextualização sincrónica do objecto através da restituição aproximativa da sua alegada dimensão diacrónica, mas sim assumindo que o aprofundamento desta última pode ser crucial para a consumação da própria vocação “nomotética” da sociologia.

Os resultados alcançados no âmbito da já referida revisitação sociológica a Fonte Arcada, realizada trinta anos depois da pesquisa original, vieram confirmar tal presunção, ao permitirem reavaliar, com recursos interpretativos próximos do que poderá ser uma sociologia (histórica) do passado, fenómenos anteriormente analisados⁴.

4 Parte substancial dos resultados desta pesquisa (POCI/SOC/58668/2004 «Transformações Sociais de uma colectividade do Noroeste português», co-financiada pelo FEDER, através do programa POCI/2010, e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior) está contida em Pinto e Queirós (orgs.), 2010.

A QUESTÃO FUNDIÁRIA E A PROCURA DE ALOJAMENTO:
IDENTIFICAÇÃO DE UM PROBLEMA

Com uma população de 1.400 habitantes, distribuídos por 340 fogos, Fonte Arcada mantinha, no início dos anos 1960, uma economia baseada em pequenas explorações agrícolas com reduzidas ligações ao mercado, assim como um sistema de relações sociais marcado pelo interconhecimento, a entreaajuda nas tarefas agrícolas e algumas redes de solidariedade entre vizinhos.

A verdade é que, sob a fachada de integração das sociabilidades locais, a forte concentração da propriedade da terra, traço característico de boa parte da agricultura do noroeste português, mas que em Fonte Arcada assumia incidência muito particular, sobrecarregava, através do pagamento de rendas, um número significativo de famílias do campesinato local, que assim viam a subsistência dos seus membros posta em risco.

Neste quadro de desigualdade económica, a que se juntava a incapacidade global da agricultura portuguesa para incrementar significativamente os seus níveis de produtividade, foi crescendo, ao longo das décadas de 1960 e 1970, o número de habitantes que passaram a procurar melhores condições de vida fora da colectividade – não tanto, como ocorreu noutras regiões, através de migrações internas definitivas ou da emigração para a Europa, mas por intermédio de movimentos pendulares diários dirigidos sobretudo para o espaço urbano-industrial do Grande Porto.

A intensificação do assalariamento não implicou, contudo, aqui, nem um generalizado desinvestimento no trabalho nos campos, nem o

colapso da economia camponesa. Assim, paralelamente à emergência de um grupo de migrantes pendulares que se haviam tornado assalariados a tempo inteiro e a título exclusivo em segmentos do emprego do espaço urbano-industrial do Grande Porto, mantinha-se, entre os habitantes de Fonte Arcada, um conjunto de activos que associavam à sua condição operária uma participação não remunerada, mas regular e, por vezes, intensa, na vida das explorações agrícolas locais.

A proporção de grupos domésticos que em 1978 incluíam pelo menos um membro exercendo a sua profissão principal em actividades industriais e terciárias exteriores à colectividade (famílias de “campesinato parcial”) ascendia a 52%. Mas a importância deste segmento nas transformações sociais em curso transcendia largamente a sua expressão quantitativa. É que, se, por um lado, cabia a essas famílias irem garantindo a sobrevivência (em certo sentido, “fora de tempo”) da economia camponesa local, elas constituíam, por outro, um locus privilegiado de mudança cultural, ideológica e política. A presença e participação crescente de migrantes pendulares nas dinâmicas familiares e de vizinhança influenciavam não apenas as rotinas diárias dos membros da colectividade, mas também o seu sistema de valores, crenças, aspirações, orientações políticas, lazeres, práticas religiosas. Nesta pequena colectividade rural do Noroeste português, a chamada “urbanização das consciências”, na altura muito marcada pelas vicissitudes do processo de democratização política posterior a Abril de 1974, fazia rapidamente o seu caminho, e, com isso, alteravam-se também, significativamente, por referência a anteriores estádios de relações sociais, os horizontes de possíveis das gerações mais novas.

Um dos tópicos aflorados a este último propósito na primeira pesquisa sobre Fonte Arcada dizia respeito ao conflito que aqui se estava gerando entre, de um lado, aqueles que, no grupo dos migrantes pendulares, procuravam terreno para construção de habitação própria na coletividade, e, do outro, os grandes proprietários de terra, muito relutantes em dela abrirem mão. Poupada ao efeito de densificação urbana induzido pela força centrífuga do desenvolvimento metropolitano, a coletividade não parecia, por outro lado, capaz de sustentar uma dinâmica de urbanização *in situ*, desde logo por absoluta escassez de terra disponibilizada para construção.

Na primeira pesquisa, o investimento analítico realizado a propósito deste desencontro entre procura e oferta de terreno foi relativamente modesto. Só o aprofundamento da dimensão histórica do fenómeno conduzido no quadro da revisitação de 2006/2008 veio a permitir algum esclarecimento sobre o que nele esteve em jogo⁵. Dois eixos foram explorados: o da evolução do estatuto económico-social da propriedade da terra no espaço camponês em transformação e o das dinâmicas do alojamento das classes populares em meio urbano e rural.

CONTRIBUIÇÃO DA HISTÓRIA PARA A COMPREENSÃO DO
PROBLEMA DO ALOJAMENTO EM MEIO RURAL

No espaço rural do Noroeste Português, a transmissão da propriedade da terra continuou a ser influenciada, até meados do século

5 Uma primeira análise dos tópicos em causa surge em Pinto, 2012.

XX, pelos princípios do “morgadio”. A pressão para o aumento da idade média ao casamento dos herdeiros e para o celibato de uma parte significativa dos descendentes do sexo masculino, a par do incentivo a escolhas matrimoniais favoráveis à manutenção da propriedade indivisa da terra, constituíam algumas das estratégias adoptadas para preservar unidades agrárias bem dimensionadas e, por essa via, reproduzir biológica, cultural e socialmente o grupo dos proprietários fundiários.

O facto é que, com o alargamento do raio de deslocações dos residentes, a intensificação de contactos com a vida citadina, a extensão da escolarização nas novas gerações, a pressão para o assalariamento em bacias de emprego urbano-industriais, muitas das lógicas sociais do mundo camponês foram sensivelmente alteradas. Na sequência de tais mudanças, que incluíram obviamente reconversões no sistema de aspirações dos mais jovens, muitos proprietários passaram a enfrentar, não já o problema de controlarem a idade de acesso do herdeiro à posse da terra, mas o de garantirem o próprio interesse na herança. As lutas pela posse da terra perderam intensidade, com as estratégias de transmissão da propriedade fundiária a deixarem de ter por objectivo a exclusão dos herdeiros não-preferenciais, para passarem a privilegiar a continuidade da ligação à terra de, pelo menos, um dos filhos, através da garantia de alguma vantagem económico-patrimonial. Com a progressiva inviabilização e diminuição da atractividade da agricultura, é contudo o abandono que acaba por prevalecer, ficando o interesse pelo fundiário familiar ligado essencialmente ao valor comercial da terra. As reivindicações dos herdeiros vão, pois, muitas vezes, no sentido de uma partilha precoce do

património familiar, que lhes possibilitará a colocação no mercado dos bens imóveis da sua parte da herança (Santos 1997).⁶

Em Fonte Arcada, os regimes de posse e transmissão da propriedade fundiária escaparam largamente a este modelo. Em primeiro lugar, porque, conjugadamente com os elevados níveis de concentração da propriedade fundiária, foi sempre o arrendamento (e não a conta própria) a forma de exploração agrícola maioritária, perdendo razão de ser as estratégias de dilação, por parte das gerações mais velhas, da transmissão da propriedade da terra aos herdeiros; e depois, porque não tendo ocorrido, no quadro local e regional, qualquer processo sustentado de modernização da agricultura, só raramente chegaram a formular-se, mesmo entre os descendentes dos proprietários/agricultores por conta própria, projectos profissionais focados na rentabilização de explorações agrícolas razoavelmente dimensionadas.

No quadro de vida e de valores dos grandes senhorios da freguesia, portanto também nas estratégias matrimoniais por eles incentivadas, a propriedade da terra era simultaneamente mais do que mero direito real e menos do que oportunidade de investimento – ela estava intimamente associada a uma ética de preservação conjunta de um património e de um estatuto social distintivo, de que pareciam ausentes critérios contabilísticos correntes.

A dilação da oferta de terrenos para construir, numa fase em que a agricultura local se revelava incapaz de reconversão e modernização, tendia então ser encarada, pelos que aspiravam a construir casa fora

6 Para o caso francês, ver Patrick Champagne 2002, 3ª Parte.

das lógicas tradicionais de sobreocupação dos espaços residenciais consolidados, como prerrogativa imposta por uma ordem simbólico-social anacrónica. Controlar o uso do território seria, afinal, a estratégia ao alcance da fracção declinante dos proprietários fundiários locais para limitarem os efeitos da mudança social em curso. A relutância em aceitar a abertura, por iniciativa dos eleitos locais, de caminhos ligando os vários lugares da freguesia seria, aliás, outra peça dessa estratégia.

Compreende-se que um tal quadro ideológico-disposicional tenha resistido durante algum tempo às transformações entretanto ocorridas na sociedade portuguesa, particularmente as que, com o advento da democracia, se desenharam na segunda metade da década de 1970. Ainda assim, perante a persistente e generalizada perda de relevância da agricultura e a drástica recomposição da estrutura social e das relações de poder a nível local, algumas brechas se abriram no edifício simbólico em causa. Ao domínio do cálculo «sem cálculo» fundado nas lógicas da distinção estatutária vai suceder a progressiva submissão dos grandes senhorios aos critérios valorimétricos «do mercado». Assiste-se à segmentação, por partilha, de terras até então indivisas e começam a desenhar-se estratégias de disponibilização de parcelas de terreno para construção. A transferência e desconcentração da propriedade fundiária vão permitir colmatar o desfasamento entre procura e oferta de habitação – mudando significativamente, nas décadas subseqüentes, a paisagem da freguesia.

No final da década de 1970, enquanto, em Fonte Arcada, se consolidava o movimento de assalariamento das famílias e, colateralmente, se ia manifestando o desencontro entre procura e oferta de terreno para construir casa, prosseguia a tendência de crescimento

populacional da cidade do Porto e concelhos circundantes – um processo que começara a intensificar-se no último terço do século XIX, como consequência do surto de industrialização que tornara o burgo portuense destino de volumosos fluxos emigratórios oriundos das zonas rurais do Norte do país.

Diante da magnitude dos problemas de alojamento enfrentados desde então pelas classes trabalhadoras da cidade, foram-se multiplicando os apelos à intervenção pública em matéria de provisão de habitação.⁷ No entanto, o número de fogos construídos pelo estado durante a primeira metade do século XX não ultrapassou 2.500. Quanto ao plano, delineado em finais dos anos 1930, para recuperar extensivamente as insalubres e degradadas «ilhas» portuenses ficou, também ele, por concretizar.

A verdade é que, em contraste com o assinalável marasmo da política habitacional da primeira fase do Estado Novo, vai iniciar-se no Porto, em meados da década de 1950, um conjunto importante de iniciativas públicas nos domínios do urbanismo e da habitação. Ultrapassadas as resistências ideológicas à edificação de habitação colectiva e concretizadas algumas mudanças significativas no enquadramento legislativo e institucional das políticas de habitação, eis que o estado, através da Câmara Municipal do Porto, surge como protagonista de um ambicioso programa de construção de habitação, sobretudo na periferia da cidade.

⁷ Na análise da questão do alojamento na cidade do Porto que a seguir se apresenta, segue-se de perto Pereira e Queirós 2008.

Visando, em primeira linha, dar resposta à muito deficiente situação do alojamento das classes populares, nem por isso deixa o «Plano de Melhoramentos» de se constituir também em influente instrumento da expansão e transformação urbanística. De facto, ao incentivar um processo de redistribuição da propriedade fundiária que abriu um importante espaço de influência ao capital industrial e financeiro e às actividades de promoção imobiliária, o referido «Plano» virá a constituir alicerce fundamental do renovado mercado da habitação, que, em conjugação com o desenvolvimento e modernização da indústria da construção, irá consolidar-se a partir da década de 1980 no espaço metropolitano do Porto.

Face ao que se conhece sobre as orientações de matriz autoritário-paternalista do Estado Novo, não será deslocado afirmar que, tendo seguramente pairado na concepção e desenho institucional das intervenções da autarquia portuense os estereótipos de avaliação das classes populares como «classes perigosas», foram os segmentos sociais seus destinatários remetidos, no essencial, para a condição de «classe-objecto», com a correspondente limitação dos potenciais prolongamentos emancipatórios de tais intervenções. Nesse sentido, os movimentos de moradores desencadeados na sequência da revolução de 1974, quer no âmbito do SAAL, quer, depois disso, em alguns bairros sociais da cidade estabelecem diferenças e descontinuidades notáveis. Não deixam, ainda assim, de constituir, pela relativa efemeridade de que se revestiram, uma excepção na forma de encarar politicamente a questão da habitação das classes populares.

Ora, sem deixarem de assumir, bem longe disso, a condição de «classe-objecto» a que o Estado Novo votara as camadas populares

no seu conjunto, o que distinguia até então as fracções subalternas do espaço camponês era o facto de, precisamente, não lhes ser imputado o estatuto de «perigosidade social». O aparelho institucional do Estado Novo, que, até meados do século XX, chegara a ter a veleidade de enfrentar o problema da escassez de alojamento em meio urbano através da oferta de habitação unifamiliar inspirada no modelo da casa rural tradicional, tinha podido, por isso, manter-se quase totalmente ausente das questões de provisão de alojamento nos campos, não obstante serem particularmente elevados, aí, os níveis de pobreza e de precariedade da habitação.

Embora se conheçam iniciativas legislativas dispersas que, atribuindo às Casas do Povo e outros organismos da Previdência a faculdade de participarem na promoção de habitação social, anunciavam a intenção do Estado alargar a sua intervenção neste domínio ao meio rural, a verdade é que, essa intervenção acabou por se revelar, na prática, muito limitada, tantos e tão restritivos eram os critérios de elegibilidade e os crivos burocráticos que impunha. Como diz Nuno Serra, se não fossem as intervenções pontuais das Câmaras Municipais e da Junta de Colonização Interna, «a intervenção do Estado nos meios rurais continuaria neste período a poder ser considerada uma página em branco» (Serra 2002, 207).

Não deve surpreender então que, ao findar a década de 1970, as reivindicações nesta matéria assumissem em Fonte Arcada a forma de uma pressão directa sobre os proprietários fundiários locais para a «colocação no mercado» de terrenos para construção, e não, como acontecera após a revolução nas principais cidades do país, a de um

conjunto de iniciativas visando forçar o Estado a assumir novas responsabilidades no domínio da provisão de habitação social.

REVISITAÇÃO SOCIOLOGICA E HISTÓRICA DO PROBLEMA DO
ALOJAMENTO: UMA COMPLEXIFICAÇÃO VIRTUOSA

A observação da actual mancha do edificado fontarcadense revela que, quer a antiga prática de refreamento da oferta de terreno para construção, quer a ligação funcional da habitação à economia camponesa foram ultrapassadas. Na sequência do loteamento de parcelas relativamente extensas, assistiu-se a um processo de crescente autonomização da casa em relação aos terrenos e equipamentos das antigas explorações agrícolas, acentuando-se, paralelamente, a concentração de habitações nos lugares com acesso fácil à Linha do Douro e à Estrada Municipal que atravessa a freguesia.

Tal evolução é indissociável dos processos de recomposição social que aqui ocorreram, nomeadamente a expansão da proporção de famílias operárias e da pequena burguesia de execução. Mas a relação da matriz classista da colectividade com o perfil do parque habitacional está longe de ser linear. Há, certamente, traços arquitectónicos das novas construções (volumetria, formas, materiais, cores) que remetem para padrões de gosto, modos de expressão de sentido e estratégias identitárias estruturados, no essencial, por um trabalho de demarcação simbólica face à memória e às marcas da ruralidade camponesa. Já a preferência clara pela moradia unifamiliar com acesso a quintal e horta parece estar vinculada a sistemas de disposições que recuperam («fora de tempo»?) traços do etos camponês.

Vale a pena referir que a expansão recente do parque habitacional da freguesia continuou a apoiar-se em modalidades de provisão de habitação conduzidas pelas próprias famílias. Vizinhos, amigos e sobretudo parentes colaboram com frequência no empreendimento, cortando no seu tempo de lazer, concedendo empréstimos ou pequenas doações para despesas prementes ou acolhendo membros da família enquanto a habitação é construída. O processo de auto-construção está, no entanto, a perder importância relativamente a modalidades de provisão de habitação dominadas pelas lógicas de mercado. Assim, apesar de ser muito limitada a presença de habitação colectiva na freguesia, há indícios de que tem aumentado o recurso ao crédito bancário para compra de casa própria, ao mesmo tempo que cresce a oferta de moradias para não autóctones interessados em aqui virem a ter residência principal ou secundária.

São processos que merecem ser encarados à luz do desenvolvimento histórico recente da questão urbana e das políticas de alojamento em Portugal.

Disse-se já que o período posterior a Abril de 1974, além de ter dado lugar a experiências inovadoras em matéria de provisão de habitação para grupos com menos recursos, não interrompeu o curso de outras intervenções públicas voltadas para a construção de habitação social. À medida, porém, que se avança na década de 1980, parte importante das responsabilidades do Estado nesta matéria vai ser transferida para a esfera de promotores privados, com o apoio de um sistema financeiro que entretanto se modernizou e diversificou substancialmente as suas áreas de negócio. A oferta de habitação foi-se orientando para um mercado alargado, solvente e desejavelmente

estável, em detrimento da satisfação das necessidades de habitação das populações com menos recursos.

Só na aparência esteve o Estado ausente nesse processo de estruturação e consolidação do mercado da habitação. De facto, ao afastar-se da sua condição de estado-produtor de alojamento, não deixou de intervir activamente na provisão de habitação, concedendo subsídios ao arrendamento e bonificações no acesso ao crédito, garantindo isenções e facilidades fiscais, congelando administrativamente alugueres, estimulando a venda às autarquias ou aos moradores dos fogos construídos pela administração central, intervindo ao nível do planeamento territorial, legislando em matéria de despejos, de apoio à reabilitação, etc.

Com o reconhecimento generalizado, já na década de 1990, de que o problema da habitação nos grandes aglomerados urbanos, além de continuar por resolver em termos quantitativos, colocava desafios cruciais no plano urbanístico e no da própria integração social das populações, a questão do alojamento dos grupos sociais com menos recursos voltou à agenda política. Os projectos e iniciativas inspirados por tal inflexão não chegaram, porém, a obter os níveis de concretização esperados. As lógicas de mercado e o modelo de provisão de habitação pelas empresas e grandes grupos económicos, privilegiando claramente o incentivo à aquisição de casa própria junto dos segmentos populacionais tidos por solventes, vêm então sobrepor-se, na prática, à intervenção sistemática do Estado nos domínios da oferta e reabilitação de alojamento para as famílias com menos recursos.

Convém precisar, pensando já em contextos locais com características semelhantes às de Fonte Arcada, que se nada de essencial terá mudado em razão do recuo da intervenção directa do estado na

provisão de habitação, pois, como vimos, essa modalidade nunca teve aí expressão relevante, o mesmo não pode ser dito relativamente à acção reguladora e incentivadora dos mecanismos do mercado que o mesmo Estado, nas suas componentes central e local, foi chamando a si nas últimas décadas. É o que pode inferir-se do processo de reequilibração entre modalidades de provisão de alojamento pelas famílias e pelo mercado que, como vimos, tem vindo a inclinar-se na colectividade em favor da segunda. Dando lugar a mudanças sensíveis na morfologia do edificado local, tal inflexão mudou também a estrutura dos orçamentos familiares e, nalguns casos, os níveis de endividamento das famílias.

Mas, se quisermos aprofundar a análise do espaço social fontarcadense, há outras incidências da reestruturação global de provisão de habitação a ter em conta. Referimo-nos concretamente às que se prendem com as características e a natureza das transformações do sector económico aqui mais directamente implicado – a Construção Civil e Obras Públicas.

As mudanças mais marcantes neste campo das actividades económico-empresariais têm passado pela adopção, por parte das empresas e grupos empresariais competindo por posições dominantes, de estratégias de *diversificação* de actividades (a montante e a jusante da produção) e de *associação* de empresas (*joint ventures*, parcerias privadas e público/privadas) (Campagnac 1992). Trata-se de tentar compatibilizar o objectivo de conquista de quotas de mercado num espaço económico que, aliás, não tem deixado de se internacionalizar, com o da redução de riscos ligados às oscilações da procura, muito sensíveis às orientações em matéria de políticas de habitação e urbanismo.

Neste quadro, foram-se desenhando duas grandes tendências: consolidação da chamada empresa geral, enquanto núcleo de coordenação de actividades dispersas em unidades juridicamente autonomizadas; e, complementarmente, recurso generalizado à subempreitada, prática há muito enraizada no sector como resposta à variabilidade da procura, mas que se tem revelado particularmente bem ajustada também aos objectivos de externalização de riscos e de custos que, nas últimas décadas, vêm inspirando a gestão empresarial na sua globalidade.

Para perceber o modo como esta última tendência vem interferindo na estruturação do espaço social de Fonte Arcada, há que assinalar, antes de mais, que a proporção de activos da freguesia ligados à Construção Civil tem vindo a crescer bastante nas últimas décadas, situando-se hoje em patamares muito acima dos valores homólogos nacionais. Acontece que a elevada incidência deste tipo de assalariamento não poupa as camadas mais jovens. Em 2007, quase 55% dos indivíduos do sexo masculino com idades entre os 15 e os 29 anos declararam exercer a sua profissão em itinerância, sobretudo em postos de trabalho pouco qualificados de estaleiros da construção (aliás, cada vez mais distantes, em média, do seu local de residência).

Num contexto em que escasseiam postos de trabalho na indústria e nos serviços e são geralmente baixas as expectativas de mobilidade social fundadas no prosseguimento de estudos, o acesso fácil a empregos, ainda que pouco qualificados, da Construção Civil tende a precipitar a saída precoce do sistema de ensino. Apoiando-se em redes de relações pessoais em que informalidade, interconhecimento e confiança recíproca mutuamente se reforçam, não deixam as formas de recrutamento centradas na subempreitada de propiciar soluções

individualizadas que garantem alguma protecção no emprego. Mas, ao fomentarem e legitimarem a liberdade patronal de cooptar discricionariamente, acabam as mesmas redes por criar, num quadro geral de precariedade, condições objectivas de segmentação dos colectivos de trabalho e modos contraditórios de avaliação subjectiva das oportunidades profissionais. Assim, não deverá surpreender que a condição de assalariado seja vivida, por quem ocupa fugazmente e em itinerância os estaleiros da construção, ora no registo da aventura, do “empreendedorismo” e da afirmação da virilidade à *outrance*, ora no da entrega conformada ou mesmo sacrificial ao trabalho, ora ainda, por vezes, no da recusa mais ou menos assumida da exploração sem princípios⁸.

O contraste entre este e anteriores estádios do sistema de relações sócio-profissionais e educativas da freguesia merece ser destacado.

De facto, se há razões para admitir que na Fonte Arcada de finais dos anos 1970 os universos culturais e os sistemas de aspirações profissionais dos membros do exército industrial de reserva associados à economia camponesa tenderiam a ajustar-se, sem atrito significativo, às exigências de recrutamento de mão-de-obra para a construção, já para aqueles, entre os mais jovens, que, trinta anos depois, se colocam, por razões objectivas, na condição de potencial recruta para o trabalho nas obras, os dados não estão, como vimos, totalmente lançados. É certo que muitos deles não dispõem de níveis

8 Para uma análise, baseada em entrevistas em profundidade e em pesquisa observacional de tipo etnográfico, da diversidade de padrões de mobilização de força de trabalho associados a migrações pendulares com origem na região, ver Pinto 2010b, Monteiro e Queirós 2009 e Monteiro e Queirós 2010.

de escolaridade que aumentem significativamente, face à geração dos progenitores, a probabilidade de inserções profissionais não subalternas. Mas também é verdade que a passagem pela escola terá levado à inculcação de disposições e horizontes de aspirações sociais parcialmente incongruentes com o quadro de desqualificação em que se inserem os postos de trabalho efectivamente ao seu alcance. Nestas condições, compreende-se que o discurso dos jovens assalariados da construção contenha marcas contraditórias: se algumas delas manifestam algum conformismo relativamente a estas modalidades de assalariamento, outras revelam incomodidade ou mesmo uma assumida rejeição das condições de trabalho suportadas, chegando, neste caso, a expressar uma vontade de voltar à escola para prosseguir estudos. Mas a abertura reflexiva que assim se esboça parece ameaçada, em muitos casos, pela força das coisas, nomeadamente sob a forma de falta de tempo e disponibilidade para organizar esse regresso. Não está excluído, então, que a renúncia à acumulação de capital cultural acabe por encontrar justificação em alegados proveitos garantidos por um capital de mobilidade em que, apesar de tudo, permanentemente se reinveste. A virtude emerge da necessidade.

Considerações Finais

Vimos até que ponto a distinção, consagrada por Jean Piaget, entre «Ciências nomotéticas» e «Ciências históricas» marcou o contexto intelectual e institucional de formação da sociologia portuguesa. Apesar de, na proposta do próprio autor, se admitir que as fronteiras entre os domínios de conhecimento considerados eram por vezes subvertidas nas práticas de investigação concretas, a verdade é que, como

tantas vezes ocorre no mundo social em geral, a discriminação nominativa não deixou de ter consequências na prática de investigação.

Procurámos ilustrar esta ideia, mostrando como foi encarada a dimensão histórica dos factos sociais numa pesquisa que, reivindicando-se da Sociologia Rural, foi realizada naquele período. Duas conclusões preliminares foram avançadas: em primeiro lugar, a de que a referida dimensão foi explorada quer no momento de contextualização teórico-substantiva do objecto de análise (sob a forma de definição de grandes tendências – demográficas, económicas, ideológico-culturais, políticas – enquadradoras do microcosmos social sob análise), quer no da preparação dos instrumentos de recolha de informação sobre o espaço social local (análise documental, entrevistas em profundidade, observação directa da paisagem e do edificado, de rituais festivos, etc.); em segundo lugar – e é este o aspecto que nesta altura mais importa sublinhar –, a de que, no plano analítico-interpretativo a qualidade dos resultados obtidos na referida pesquisa ficou aquém do exigível, justamente por, na altura, não se ter aprofundado a articulação entre as dimensões sincrónica e diacrónica dos factos sociais.

Para ilustrar esta insuficiência, quis então regressar-se a um ponto que tinha sido objecto de análise na primeira pesquisa – a procura de terreno para construção de casa própria –, procurando desvendar retrospectivamente as mais-valias de conhecimento que poderiam ter emergido de um intercâmbio mais sistemático e “orgânico” entre as abordagens da História e da Sociologia. Recorreu-se para tanto a alguns tópicos relacionados com a história da propriedade fundiária no noroeste português, por um lado, e das políticas de alojamento no Estado Novo, por outro, para mostrar que, se os mesmos

tivessem sido explorados conjugadamente, ter-se-ia alcançado uma interpretação sociológica do tema bem mais esclarecedora do que a então proposta, desde logo pelo facto de através dela se poder estabelecer um fundamentado e heurístico retrato comparativo das lógicas de intervenção/omissão do Estado e de presença/ausência do «mercado» no sistema de provisão de habitação das classes populares.

Ao replicar tal modelo de análise no âmbito da revisitação realizada em anos recentes, foi possível confirmar as virtualidades de um cruzamento sistemático e teoricamente fundado entre as dimensões síncrona e diacrónica dos factos sociais. Revelados que foram os contornos de um novo estágio de relações entre modalidades de provisão de habitação centradas nas famílias, no Estado e no “mercado”, alargou-se, de facto, significativamente, no novo quadro, o âmbito de comparações que sob este ponto de vista é possível estabelecer no eixo rural/urbano, o qual, mesmo para os que tendem a encará-lo como um “continuum”, não deixa de revelar, à luz de análises empíricas circunstanciadas, diferenciações sócio-históricas assinaláveis. Para a compreensão das mudanças que levaram de um a outro estágio de relações económico-sociais aqui em causa, verificou-se ser crucial ter em conta o papel que nelas foi assumindo o campo da Construção Civil e Obras Públicas, sistema de actividades económicas e pólo empregador em que a figura da subcontratação emerge como mecanismo de coordenação técnica e de subordinação social altamente eficaz.

A análise desta última figura tornou-se tanto mais premente quanto mais se foi dando conta – a partir de um esforço de densificação analítica eminentemente sociológica – do elevado peso específico do conjunto dos trabalhadores da Construção Civil no perfil classista

da colectividade revisitada, peso esse tão mais revelador quanto se foi percebendo que ele não poupa, longe disso, as camadas mais jovens da população. Para poder dar conta desta especificidade, um novo filão analítico foi então explorado: o que visa a elucidação do conjunto de factores (de que a relação com a escola é um elemento-chave) que tende a ajustar sistemas de disposições e horizontes subjectivos de possíveis ao sistema de oportunidades laborais objectivamente ao alcance dos agentes (o qual é imposto, no essencial, pelas características do modelo de desenvolvimento económico).

No trabalho de reavaliação crítica de resultados de pesquisa que aqui se relatou esteve sempre presente a intenção de analisar e conferir inteligibilidade às transformações de longa duração de uma colectividade local, identificando e pondo em conexão quadros diferenciados de relações sociais, numa perspectiva relativamente próxima da que, na obra de Norbert Elias, surge associada à noção de configuração (Elias, 1980). E até a preocupação em associar intimamente os domínios substantivos invocados aos movimentos de reestruturação dos quadros simbólico-disposicionais dos agentes envolvidos no jogo social há-de fazer lembrar o tipo de abordagem que o autor privilegiou.

As diferenças entre a perspectiva adoptada e o modelo eliasiano de interpretação sócio-histórica são ainda assim significativas. Na verdade, a «delimitação configuracional» aqui proposta decorre de uma operação de fechamento analítico dirigida à resolução de um problema específico, o que lhe confere ambição bem mais restrita do que a sugerida pelos grandes frescos de Sociologia histórica privilegiados por Norbert Elias. Dir-se-ia que, ao adoptar a postura, que Piaget atribuía

às «Ciências históricas», de concentrar a análise na singularidade dos factos sociais, a reconstrução analítica dos factos presentes e passados que aqui se empreendeu acabou por se afastar da ambição (nomotética «por excesso»?) de estabelecimento de leis evolutivas de longa duração presente em algumas obras maiores do autor⁹.

Resta saber se a proposta avançada – inspirada num retorno reflexivo a experiências de pesquisa concretas, e não tanto em tomadas de posição epistemológica de «grande alcance» – terá sido capaz, como se pretendia, de dar um passo, pequeno embora, para fomentar uma aproximação efectiva entre os ofícios de sociólogo e de historiador.

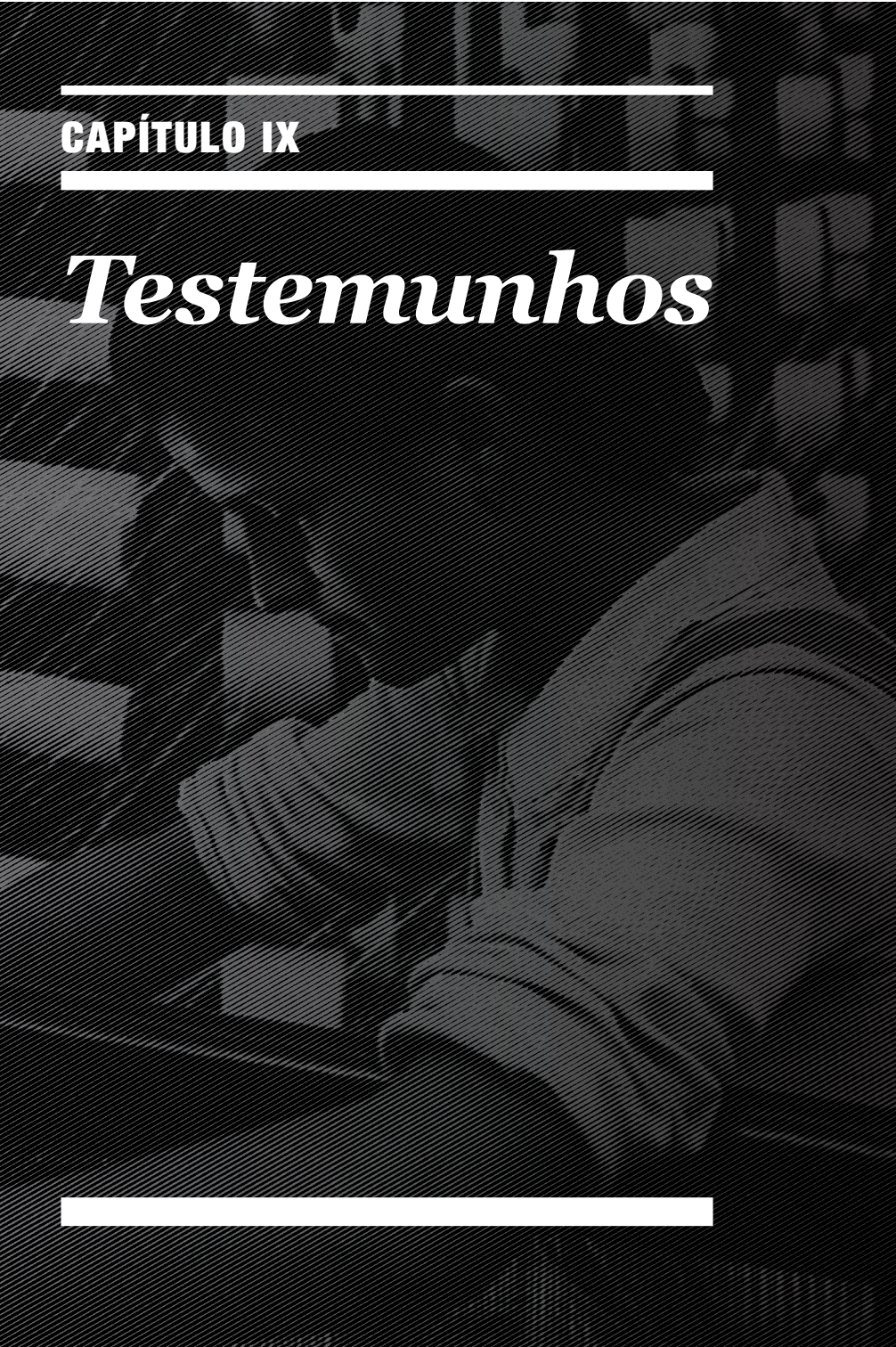
9 Ver, sobre esta questão, Noiriel 2006, 29–35 e Bourdieu e Chartier 2010, 80–88.





CAPÍTULO IX

Testemunhos



Reflexões Fundamentais

1. Compreensão

INÍCIO DA MINHA COMPREENSÃO POLÍTICA E CULTURAL

Pertenci a uma família de modelo patriarcal de poucos recursos económicos provenientes da agricultura de sequeiro em S. Bartolomeu de Messines. Nasci em 1924 e no ano de 1928, depois de vendidos todos os bens rurais, deslocámo-nos para Faro, depois para Olhão, onde quase toda a família se dedicava à exploração agrícola em terras de regadio com a venda direta dos produtos ao consumidor no mercado municipal, primeiro em Faro, depois em Olhão. Meu pai era operário carpinteiro e morreu quando eu tinha 4 anos e minha mãe teve outro filho, meu irmão, também filho do meu pai, que não chegou a conhecer.

Ainda muito jovem (15 ou 16 anos), em Messines, minha mãe aprendeu a fazer costura para homens quando ainda não havia «pronto-a-vestir», e durante toda a sua vida (morreu quando tinha 52 anos) trabalhou para sustentar os filhos, tendo, em Olhão, arrendado casa, independente da restante família.

Havia na família um irmão de minha mãe, meu tio, que estudou no seminário de Faro até à altura de se «formar», tendo abandonado os estudos precisamente antes da formatura, preferindo a vida militar, em que fez carreira. Dou uma relativa importância a este facto, porque, através de contactos periódicos com este meu tio, em idade

escolar, terei recebido alguma influência de caráter literário, tendo a minha avó alimentado a esperança de ter na família um neto padre que seria eu, mas nunca aconteceu.

Completada a minha instrução primária, durante a qual avancei estudos relativos ao secundário, empreguei-me no comércio local (Olhão) e continuei a preparar-me (à noite) para exames periódicos, tendo completado o equivalente ao 5º ano desse tempo (agora 9º ano), prosseguindo no entanto a estudar com afincio matérias de interesse cultural, que ainda duram.

Quando completei 16 anos, concorri e empreguei-me na Tesouraria da Fazenda Pública, em Olhão, aumentando os meus proventos de interesse familiar, melhorando também as minhas condições de leitura e estudos de matérias diversas, porque dispunha de horário de trabalho favorável. Este foi o tempo de alargar os meus conhecimentos a mais vastos horizontes, incluindo a abordagem de problemas políticos e sociais que ainda duram. Foi no ano de 1940 que resolvi definitivamente o problema religioso que de certo modo me afligia interiormente, afetando o meu relacionamento familiar com os mais velhos, principalmente a minha avó materna, que gostava que eu fosse padre, com o patrocínio do cônego Delgado, em Olhão, com quem cortei relações de amizade e de submissão religiosa.

Socialmente, vivia-se um ambiente de sobressalto económico e político, com o fim trágico da guerra civil em Espanha, sofrida por reflexo em Portugal, com a Polícia Política (Pide) colaborando, prendendo republicanos espanhóis, porventura refugiados entre nós e entregando-os a Franco para serem fuzilados, ouvindo-se na raia fronteira o tiroteio. Vinha-me à mente a figura do grande poeta Federico

Garcia Lorca assassinado em Granada, sua terra natal, por ser pacifista e defensor da arte e da cultura para todo o povo. Ao mesmo tempo, tinha-se desencadeado a 2^a guerra mundial; a morte proliferava, primeiro na Europa, depois no mundo. As dificuldades económicas alastravam, com racionamentos alimentares e formações de filas de espera na Junta de Freguesia, para obtenção de senhas de abastecimento. Populações avultadas fugiam dos campos para o litoral onde os desempregados se aglomeravam. As fábricas de conserva de peixe, ainda funcionando lentamente, não absorviam o excesso de trabalhadores, homens e mulheres que se ofereciam para trabalhar, numa altura em que as pescas não absorviam também o excesso de mão-de-obra disponível. A crise era evidente nos campos, vilas e cidades.

As minhas leituras prosseguiam sistematicamente. Li com grande entusiasmo Antero de Quental, sonetos e prosa; Marx e Engels; Proudhon: teorias político sociológicas; literatura: além de Antero, li outros escritores da «geração de setenta», como Oliveira Martins – História; Eça de Queiroz – Romance; Ramalho Ortigão – Farpas; autores russos como Tolstoi, Dostoievski, Gorki e ainda Freud (austriaco), Roger Martin du Gard, Zola e os escritores portugueses do «neorrealismo», alguns perseguidos pela Pide, como Fernando Namora, Miguel Torga e outros como Antunes da Silva que encontrei mais tarde na prisão.

2. Atividade no MUD Juvenil e ligação ao mundo do trabalho

Em 1946, no rescaldo do armistício que pôs fim à 2^a guerra mundial, o governo português, pressionado por interesses políticos de o país pertencer às «Nações Unidas», onde só participavam os que fossem

democráticos, resolveu simular, aos olhos da Europa, que o país era «tão livre como a livre Inglaterra». Aproveitando esta mistificação da realidade política, onde de facto a Ditadura continuava como sempre a privar o país e o povo de liberdade, foi possível no entanto criar-se em Lisboa e depois em quase todo o país, Movimentos de luta, cultural e política MUD e MudJuvenil, formados por forças democráticas e anti fascistas que visavam agitar o ambiente de insegurança e de medo predominante, abrindo o mais possível novas perspectivas de unidade e de luta.

Numa reunião clandestina efetuada em Faro, com a presença de um delegado da comissão central do MudJuvenil, foi criada a comissão distrital de Faro e, a partir dela, várias concelhias em quase todo o Algarve. Eu fiquei integrado na de Olhão, com a missão de participar também nos esforços de organizar núcleos de juventude noutros locais da província, como de facto aconteceu.

A metodologia da organização consistia no estabelecimento de contactos com estudantes, operários fabris ou camponeses, empregados de escritório e no comércio, formando-se comissões de conjuntos ou específicas, consoante o número de jovens disponíveis em cada sector. As atividades consistiam na mobilização de aderentes, tendo em vista as condições de trabalho e os problemas daí decorrentes, no sentido de, através da unidade, lutar por melhores salários, condições de higiene e/ou segurança no trabalho, horários convenientes. Também se criaram comissões de estudo de matérias relacionadas com o aperfeiçoamento das condições de trabalho existentes; desalfabetização, no campo (nas aldeias) ou nas cidades, ocupando os estudantes nos seus tempos livres, usando sociedades de recreio para fins culturais (leituras, exercício físico, recitais de poesia ou de música, dança e passeios).

Para dar uma ideia do desenvolvimento destas atividades e do interesse manifestado pela juventude no Algarve, refiro que, em março de 1947 (cerca de um ano depois de criado o MudJuvenil), por ocasião da semana internacional da Juventude, realizou-se em Olhão (Bela Mandil) uma concentração de jovens de quase todo o Algarve, cerca de mil, segundo a polícia, que interveio, inesperadamente, tentando dispersar os manifestantes, o que de facto veio a acontecer, depois da direção da organização impor algumas condições que a polícia aceitou, tendo-se realizado um desfile memorável de jovens cantando canções musicadas por Fernando Lopes Graça, por cerca de 3 Km até Olhão, onde finalmente a polícia abriu fogo de metralhadoras (para o ar) dispersando finalmente os participantes.

Dias depois começaram a prender os organizadores.

3. Repressão política e laboral

Em 17 de abril de 1947 fui o terceiro elemento do MudJuvenil de Olhão a ser preso pela Pide com a colaboração da polícia de segurança pública, como muitas vezes acontecia. Fui detido juntamente com o Galamba da Rocha, de Faro, que se tinha deslocado à minha casa onde, na altura, estava instalado o aparelho impressor, para, em conjunto, escrever e imprimir o manifesto, aliás como era costume. Depois de interrogados pela Pide, em Faro, fomos transportados para Lisboa, primeiro para o Aljube, depois para Caxias, onde encontramos presos, entre outros, Mário Soares, Pulido Valente (filho), Júlio Pomar, Antunes da Silva. Estavam presos na mesma cela, onde também ficámos. Éramos ao todo 14 ou 15. Os interrogatórios (e as torturas) eram efetuados em salas para esse fim, na sede da Pide, na

Rua António Maria Cardoso, para onde os detidos eram transportados para o que acontecesse. Podíamos voltar depois do interrogatório, para Caxias, ou para outro (outros) local (enfermaria, ou diferentes locais adequados para o prosseguimento das «investigações»).

A vida diária nas celas (no intervalo dos interrogatórios que eram sempre individuais) decorria com alguma descontração. Por exemplo, o Júlio Pomar tinha pedido autorização ao chefe da Prisão para poder pintar, o que foi conseguido. Sempre que possível, instalava-se diante das telas, com as cores ao seu lado, pintando, às vezes, mais do que um quadro de cada vez. Foi numa destas operações que pintou, à nossa vista. «O almoço do Trolha», hoje célebre, esteja onde estiver. Noutras ocasiões, separávamo-nos em grupos, estudávamos matérias que nos interessavam (com livros previamente autorizados), ou discutíamos problemas de interesse comum (alguns em segredo) por haver uma vigilância policial muito frequente. Noutras celas, o ambiente e os comportamentos eram equivalentes.

No país, onde as prisões de jovens e adultos prosseguiram, as condições de trabalho e de sobrevivência da população agravavam-se, depois de um período relativamente extenso, durante os anos trágicos da guerra, em que a produção na indústria conserveira e nas pescas absorveu mão de obra disponível, tanto no litoral como nos campos, de onde muitas mulheres se deslocavam para trabalhar nas fábricas. Durante esse tempo, também a exploração mineira, sobretudo no norte do país, contribuiu para atenuar carências tradicionais nalguns pontos do país.

Agora, nestes anos politicamente agitados de luta pela Paz ameaçada com a hipótese de uma 3ª guerra, recrudescia em Portugal, a vaga de prisões que sempre existiram durante o tempo da Ditadura.

Para agravar ao máximo as difíceis condições políticas, económicas e sociais, surgiram as guerras coloniais desde o início dos anos sessenta, com todo o infausto cortejo de fome, miséria e morte, até praticamente 25 de abril de 1974. Quanto ao destino de quem escreve estas linhas, depois da 1ª prisão em 1947, de onde saí com residência sujeita a vigilância, prossegui a luta pela Democracia, novamente preso em 1948, por pouco tempo, mas fui demitido do lugar que ocupava nas Finanças; depois, agravando-se ainda mais a minha situação económica e familiar, sofri nova prisão em 1951 e outra vez em 1952, tendo saído por motivo de perda de saúde devido a maus tratos na prisão, a libertação aconteceu porque a Pide recebeu a minha morte na prisão, numa altura em que o Regime procurava convencer as «Nações Unidas» de que era democrático.

4. Reflexões sobre os problemas laborais contemporâneos.

Depois de 25 de abril de 1974, os governos democráticos, pressionados pelas organizações dos trabalhadores e naturalmente pelo desejo próprio de fazer justiça após quase 50 anos de ditadura, com níveis de exploração do trabalho para além dos limites desejáveis de subsistência de quem trabalha e seus familiares procederam a aumentos sistemáticos de salários e regalias de benefícios nunca antes praticados. Historicamente, e ao longo da existência do nosso país, as condições económicas e sociais das populações têm sofrido vários choques de carência e privações de vária ordem e por diversas causas perfeitamente definidos por diferentes historiadores, entre os quais destacamos Oliveira Martins e também (não sendo historiador,

mas pertencendo igualmente à geração de setenta), Antero de Quental, que num trabalho sobre o nosso comportamento político e psicológico chamado «Causas da Decadência dos Povos Peninsulares», refere os condicionalismos subjacentes ao nosso comportamento como povo e respetivos governantes. Chamo aqui e agora a atenção para o estudo deste trabalho (e porventura de outros equivalentes), para se obter uma melhor e mais justa compreensão de acontecimentos contemporâneos.

Regressando à reflexão sobre «problemas laborais» após 25 de abril, verificamos até hoje, salvo raras exceções temporais, que o país tem vivido, alimentado por empréstimos financeiros do estrangeiro que agora somos obrigados a liquidar, como tem acontecido noutras ocasiões. Só que, devido à crise, fundamentalmente devida à natureza do sistema económico-social em que vivemos e ao mau uso que fazemos dele, está agravando terrivelmente a situação de todos os trabalhadores e seus familiares, sofrendo o desemprego, obrigando-nos ou convidando-nos a proceder em conformidade com as exigências que as circunstâncias nos impõem temporariamente.

P.S.: Confirmando embora o conteúdo total do que ficou exposto, considero importante e necessário acrescentar algumas considerações sobre a situação político-económica e social existente hoje no nosso país, como reflexo inevitável do que acontece no mundo, nomeadamente na Europa e nos países mais próximos de nós, cujas influências mútuas não podemos ignorar.

Parto do princípio de que a vida e as sociedades são de natureza dinâmica e sofrem as consequências da evolução a que todos

estamos sujeitos. A vida de cada pessoa individualmente considerada pode servir de exemplo extrapolável para avaliação e compreensão da Realidade, se porventura não houvesse (e há) demonstrações mais convincentes. Entrando mais objetivamente na matéria que nos interessa aqui e agora, é forçoso reconhecer que os países da Europa, mais concretamente os do mercado comum (Euro) suportaram nos últimos dez, quinze anos, a consequência do desenvolvimento mais acelerado dos países da Ásia, nomeadamente a China, Índia e outros, concorrendo com os europeus (como nós) nos mercados consumidores, em melhores condições, sobretudo na escala industrial, e não só. Além disso, há um fenómeno de carater universal que é a concentração do capital, cada vez mais depressa, na posse de pessoas, bancos, países, que, sendo mais ricos, ficam com mais poder de decisão, devido à concentração de recursos, cada vez mais em poucas mãos com mais poder de atuação e de decisão. (Há, como é sabido várias teorias e teses para explicar e combater? esta realidade que cada vez é mais real e verdadeira). Que fazer? A resposta não altera, por enquanto, esta realidade, neste mundo onde vivemos agora e certamente, nos tempos mais próximos

As condições de trabalho e de vida são afetadas (dirigidas?) pela concorrência (impercetível?) de uns sobre outros, ou de alguns sobre todos(?). Isto resulta naturalmente da sobrevivência dos seres em comunidades ser interdependente das relações interestabelecidas, com ou sem consciência desta realidade, confirmada pela existência de hierarquias mutuamente controladas para se manterem concetualmente inalteráveis.

Resumindo com o realismo necessário e possível, esta breve «reflexão sobre os problemas laborais contemporâneos», parece-me que na prática há vantagens coletivas em aceitar os atuais condicionalismos existentes. O exemplo da Grécia (e não só) tão perto de nós, parece confirmar a conveniência comum de preferirmos e de mantermos a existência e a consolidação do Euro, prosseguindo na direção política maioritariamente trilhada, obviando o mais depressa possível a insuportável situação dos desempregados e seus familiares.

A Luta das Operárias Conserveiras

1. Algumas palavras em jeito de introdução

Porque nasci em Portimão, um importante porto de pesca e dos maiores centros conserveiros do país, e vivia no largo principal da cidade, junto do rio Arade, desde cedo tomei contacto com as lides dos pescadores, com as operárias das fábricas de conservas e os seus filhos, com quem eu e o meu irmão brincávamos no cais. Criei assim uma grande ligação, quer com o rio, quer com uma miudagem que não era propriamente da minha classe social. O que foi muito útil e importante, porque me permitiu perceber, desde muito nova, que havia grandes e injustas diferenças sociais. E também manter ligação e amizade com aqueles amigos de infância.

Quando tinha pouco mais de 5 anos assisti das janelas da nossa casa a uma enorme manifestação, que se desenrolava no largo (então chamado do coreto e mais tarde largo Manuel Teixeira Gomes). Era uma multidão de homens e mulheres, pescadores, operárias conserveiras e operários agrícolas das grandes propriedades rurais dos arredores (Morgados de Arge, da Torre, do Fialho, que eram também grandes armadores e donos de fábricas de conservas). O que toda aquela gente concentrada no largo gritava, não consegui entender. Mas fiquei paralisada de terror quando entrou no largo uma força

da GNR a cavalo, comandada pelo tenente Quintino, que avançou sobre os manifestantes, a bater-lhes com os chicotes e, parecia-me, a esmagá-los com os cavalos. Durante anos procurei compreender o que se tinha passado e vim a saber que aquela manifestação estava enquadrada na grande luta contra o encerramento dos sindicatos e associações livres dos trabalhadores, quando foram criados os sindicatos nacionais fascistas, quem eram aqueles trabalhadores e quais os sindicalistas, anarquistas e comunistas que tinham sido presos e tinham conduzido aquela batalha. Foi o 18 de Janeiro de 1934.

Muitos anos mais tarde, pouco depois do 25 de Abril, quando pude retomar contacto com a minha terra e com algumas antigas amigas operárias conserveiras, estas contaram-me um episódio exemplar para o entendimento do que foi o fascismo e o 25 de Abril, que a partir daí usei em sessões de esclarecimento: Na Fábrica Liberdade, quando já existia uma rede de frio, que permitia trabalhar o peixe congelado mesmo durante o tempo do defeso, o patrão não fornecia as luvas há muito reclamadas pelas operárias, que ficavam com as mãos enregeladas e cheias de frieiras. No dia 24 de Abril de 1974 as trabalhadoras combinaram que, se não lhes dessem as luvas no dia seguinte, fariam uma paralisação de trabalho em pé em frente das bancadas. E foi isso que fizeram, bem cedo na manhã seguinte, 25 de Abril. O encarregado telefonou ao patrão, que por sua vez telefonou para o posto da PIDE, para que viessem prender as “cabecilhas da luta”. Mas os pides já tinham “dado à sola” – como elas me contaram, com grandes gargalhadas.

Eleita pelo círculo de Faro para a Assembleia da República, levantei mais de uma vez a situação das operárias da indústria

conserveira, e da crise gravíssima que viviam. Em 17 de Junho de 1983, numa das minhas intervenções, disse:

“(…) Os trabalhadores da indústria conserveira são neste momento cerca de 2600 [no Algarve], na maioria mulheres, em elevada percentagem com contratos a prazo, que vivem numa angustiante insegurança quanto à conservação dos seus postos de trabalho, com os ordenados em atraso em grande parte das empresas (nalguns casos sem receberem ordenado há um ano, como na Fábrica Abreu Pimenta, ou há seis meses, como na Aldibel, ambas em Lagos, que nós visitámos exactamente para conhecer melhor a situação, e ainda com dois meses e meio de ordenados em atraso, como acontece na Embamar, e sem terem recebido o subsídio de Natal e sem esperanças de receberem o subsídio de férias, como na Concentral, ambas de Portimão); na iminência do desemprego, as trabalhadoras deparam com tremendas dificuldades de encontrar emprego noutros sectores, também eles em crise. // Há ameaças ou indícios de encerramento de várias empresas e conhecem-se casos de projectos de imóveis de luxo para a área das fábricas, já encerradas ou ainda em elaboração. (...)” À análise da situação, seguiam-se as propostas do PCP para a sua solução, que o governo do Partido Socialista ignorou completamente.

Citei estes três factos, que selecionei entre muitos outros, para explicar o profundo interesse e a amizade que desde sempre me ligou às operárias conserveiras da minha região, a admiração pela sua coragem e pelas lutas que travaram. Por isso, ao ser convidada para o Encontro sobre *“O Mundo do Trabalho no Sul de Portugal”*, promovido pelo Instituto de História Contemporânea, realizado no Museu

de Portimão, em 3 e 4 de Junho de 2011, apresentei o trabalho *“Lutas das Operárias Conserveiras – abordando também algumas lutas e greves de pescadores”*, circunscrito ao Algarve e focando essencialmente o decurso de 20 anos, entre 1950 e 1971.

Este trabalho serve de base ao que desenvolverei agora, a pedido da Organização das Mulheres Comunistas, em que procurarei abranger as lutas das operárias conserveiras de várias outras regiões do País.

2. Alguns dados gerais

A indústria de conservas de peixe iniciou-se em Portugal, em 1865, com a instalação de uma fábrica de atum em Vila Real de Santo António. Mais tarde, em 16/11/1889, foi fundada em Setúbal a indústria de conservas de sardinha.

Desde essa época foram sempre as mulheres que constituíram a maioria dos operários conserveiros.

Dados dos anos cinquenta, por exemplo, indicam que no Algarve, num total de 9830 operários da indústria de conservas de peixe, 7945 eram mulheres. A esmagadora maioria destas mulheres estava no quadro adventício, enquanto a maioria dos homens estava no quadro permanente. Assim, enquanto só 89 homens faziam parte do quadro adventício, 5976 mulheres permaneciam nele, o que dá para avaliar que elas sofriam um maior grau de instabilidade, menos dias de trabalho e menores salários do que os homens.

À escala nacional, nos anos 60 em cada 100 trabalhadores da indústria de conservas havia uma mestra, 8 operários homens, 20 operárias especializadas e 71 manipuladoras, isto é, eventuais.

Estas proporções entre mulheres e homens, nomeadamente quanto à respetiva situação no quadro permanente e adventício, tem-se mantido até hoje, sem grandes oscilações.

Sujeitas à grande exploração que sempre dominou o setor, mas ainda mais exploradas do que os homens, sempre com salários inferiores aos deles e com piores condições nos Contratos Colectivos de Trabalho, as operárias conserveiras destacaram-se pela sua combatividade nas zonas de predominância da indústria: Setúbal, Algarve, Matosinhos e Peniche.

A industria conserveira esteve sempre diretamente ligada à pesca, localizando-se nos principais centros piscatórios as maiores (ou mais numerosas) fábricas de conservas de peixe. Assim por exemplo, em 1940, quanto ao número de operários, a classificação dos centros da indústria, por ordem decrescente, era a seguinte: Setúbal, Portimão, Olhão, Matosinhos e zona Centro, o que correspondia à importância relativa dos portos de pesca. Pela mesma razão se interinfluenciaram os sentimentos de revolta contra a exploração e as disposições de luta das conserveiras e dos pescadores, dado que em geral a crise num dos setores se refletia imediatamente no outro, os maiores armadores eram simultaneamente donos das mais importantes empresas das conservas de peixe e grande parte das operárias conserveiras eram simultaneamente mulheres ou familiares de pescadores.

Ao declínio de um dos setores correspondeu igualmente o do outro, embora em proporções diferentes de região para região.

As sucessivas crises da indústria fizeram baixar o número de unidades fabris, que passaram de 215 em 1934, para 163 em 1964

(uma redução de cerca de 43% em trinta anos), não obstante os anos da grande produção, que coincidiram com a II Guerra Mundial (1939–1945).

Em 1997 ainda existiam 40 fábricas de conservas, incluindo as Regiões Autónomas, tendo-se deslocado a sua concentração para norte do Tejo em cerca de 80% ,envolvendo um total de cinco mil trabalhadores, em situação de trabalho precário, dadas as perspectivas muito negativas para a indústria. A grande maioria das fábricas portuguesas estão a trabalhar a 50% da sua respetiva capacidade.

A participação da Juventude nas Eleições de 1973

“

Quero agradecer o amável convite da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, para dar o meu testemunho neste painel, sob o tema “A participação da juventude nas eleições de 1973”;

—

Apresento os meus cumprimentos aos conferencistas, aos cientistas sociais aqui presentes, a todos os convidados e interessados nesta matéria;

—

Mais importante do que o meu testemunho, fica o repto para que a Academia estude o trabalho desenvolvido pelo MJT – Movimento da Juventude Trabalhadora, estrutura juvenil unitária criada em 1968, fruto da capacidade de mobilização antifascista e unitária do PCP, que tinha como referência histórica o MUD Juvenil dos anos 40;

—

Lanço este repto, porque existe um ínfimo conhecimento deste movimento juvenil, que iria ser determinante na preparação e engajamento político de uma geração de jovens, como eu, rapazes e

raparigas, que iriam ter um papel predominante na farsa eleitoral de Outubro de 1973, e muitos de nós, no período pós 25 de Abril;

—

Mas recuemos ao ano de 1968: após a célebre queda de Salazar da cadeira, Marcello Caetano é indigitado pelo regime fascista como Presidente do Conselho de Ministros;

—

Segue-se o denominado período da “Primavera Marcelista”, que mais não foi do que uma fraude do velho regime que, para sobreviver, mudou o nome a alguns serviços e instituições do fascismo, mas não retirou a carga repressiva nem terminou a guerra colonial;

—

Foi neste quadro, com os meus 16 anos, que iniciei no Liceu, os primeiros passos de contestação à ditadura, numa primeira fase, mais focalizada na luta pela liberdade de expressão, e a partir de 1970, com uma visão ideológica visivelmente de esquerda, a contextualizar essa luta com a luta dos trabalhadores portugueses e da necessidade de se acabar com a guerra colonial;

—

Em Setúbal, comecei a frequentar o Circulo Cultural, uma colectividade declaradamente antifascista, tendo convivido com José Afonso, mas também com outros camaradas, homens e mulheres, muito empenhados na luta contra o regime, como por exemplo o meu amigo Teodósio Cacholas, aqui presente;

—

Depressa tomei contacto com o Movimento da Juventude Trabalhadora, que se organizava na Península de Setúbal em estruturas concelhias semi-clandestinas, muito associadas às colectividades e a empresas (na Lisnave, haviam 40 activistas, e muitos na CP e na CUF);

—

Pecando pelo esquecimento de muitos: em Setúbal, estavam organizados os Irmãos Luz (o Jorge e o Carlos), o Pina, o Caldeira, o Renato, a filha do Zeca, Lena Afonso, a Adriana Espanca, a Teresa; em Almada, o Manuel Judas, o João Rodrigues, o João Neves; no Barreiro, o Virgílio Azevedo, já falecido, o Hermenegildo Correia, o José Neto, o João Mário, o Carlos Humberto, actual Presidente da Câmara; em Alhos Vedros, jovens ligados aos padres operários; no Seixal, a Ângela, e muitos outros;

—

Havia uma estrutura responsável, ligada ao PCP, creio que formada pelo Manuel Judas, Virgílio Azevedo e Jorge Luz;

—

Nessa altura, apesar de não ser membro da UEC, nem do PCP, participava activamente em reuniões clandestinas e semi-clandestinas, através o Movimento da Juventude Trabalhadora, recebia o “Avante”, distribuía comunicados;

—

O ano de 1973 foi especialmente rico, porque a oposição ao regime, aglutinada na CDE, iria aproveitar o III Congresso da Oposição Democrática, realizado em Abril, em Aveiro, e o simulacro eleitoral de Outubro desse ano para alargar o âmbito da luta antifascista;

—

O MJT teve um papel impar na compilação dos inquéritos à população, cuja estrutura foi feita com a ajuda de um padre operário e sociólogo, que levaram à edição das “Teses do Movimento Democrático do Distrito de Setúbal”, apresentadas no III Congresso da Oposição Democrática;

—

Vejamos, a pag. 85, na Comunicação de Jovens Operários sobre os problemas da Construção Civil, feita por jovens operários da Baixa da Banheira, “um dos problemas mais prementes e que exigem imediata solução é a falta de condições de segurança pois segundo revelações de todos os contactados, estas não oferecem as mínimas garantias”;

—

Ou, a pag. 119, sobre a Situação dos Jovens no Distrito de Setúbal, vê-se pelo índice, refere-se que foram efectuados e analisados 630 inquéritos sobre diversos temas , como “Idade com que os jovens começaram a trabalhar; ordenados e horas dos jovens; tempo de estudo para trabalhadores-estudantes; falta de condições materiais no ensino; guerra colonial; falta de liberdade e opressão das instituições; pensas que o Governo está a tentar resolver estes problemas? Porquê?; direito de voto aos 18 anos”.

De salientar que as teses dos jovens foram aprovadas por uma assembleia de 130 jovens do distrito;

—

Nas nossas reuniões falava-se do fascismo, da sua perpetuação no poder, das perseguições e prisões por

delito de opinião, da proibição de organização partidária e sindical, da censura e da falta de liberdade de expressão, da pobreza, do isolamento político internacional, etc.;

—

Para a minha geração era fundamental abordar o tema da guerra colonial, da injustiça dessa guerra, e da necessidade de pôr fim urgente à mesma;

—

À data, a questão que se levantava aos jovens progressistas já não era tanto a deserção e o exílio europeu, mas o combate nas fábricas, nas escolas e na tropa, ainda que tivéssemos de ir para a guerra colonial;

—

As sementes de Abril já estavam lançadas, e o ambiente entre a juventude era de franca hostilidade à continuação desta guerra injusta;

—

Foi neste quadro que fui candidato pela oposição “Movimento Democrático do Distrito de Setúbal”/CDE, tendo, com 20 anos, sido o candidato mais jovem do país, a ponto de ter-me emancipado para o efeito;

—

A questão da liberdade de expressão, logo levou à exigência de “amnistia para os presos políticos”, podendo-se ver em longas faixas nos locais onde fazíamos as sessões, nomeadamente as colectividades do distrito, como a Academia Almadense, a Incrível Almadense, o Ginásio Atlético Clube

da Baixa da Banheira, ou cine-teatros, como o Teatro-Cine Barreirense e o Casino Setubalense, entre outros;

—

Outras faixas diziam “Abaixo a Censura”, “Abaixo o Fascismo”, “Reforma Agrária: a terra para quem a trabalha”, “aumento de salários e baixa de preços”, “Direito à livre organização do Movimento Democrático”;

—

E muito rapidamente, em nome da juventude, exigia o fim da repressão, acabando muitas vezes com a frase “Morte à PIDE assassina”;

—

O outro tema incontornável era a guerra colonial, havendo faixas que diziam “Negociações para o fim da Guerra Colonial” e, creio que cheguei a ver também a dizer “Abaixo a Guerra Colonial”;

—

A imprensa, sujeita à censura, pouco podia transcrever da campanha, omitindo ou alterando o termo “guerra colonial”;

—

Ex: jornal “República”, que acompanhou o melhor possível a campanha eleitoral, quanto à minha intervenção contra a guerra colonial : “O «estado de guerra» é o pretexto a que se recorre para a manutenção e a legalização das restrições às liberdades públicas e para o exercício das mais diversas formas de repressão”;

—

Vejam, «estado de guerra», em vez de «guerra colonial»;

—

Outro ex: “Diário de Lisboa”: “referiu-se
a terminar à guerra em África”;

—

Falou-se dos movimentos patrióticos da resistência
anticolonialista, pelo seu próprio nome – MPLA, FRELIMO,
PAIGC – da necessidade de negociações para a paz, e
denunciou-se os crimes de guerra do colonialismo,
nomeadamente o massacre de Wiriamu, em Moçambique;

—

E no último dia da campanha, no Barreiro, com o sargento Reis
a querer obrigar ao fim da sessão, conseguiu-se, pela força que
as centenas de pessoas que estavam na sessão, diria, comício, foi
possível dizer, num apelo final à não participação na burla eleitoral,
levando o voto à urna: “Será que devemos participar nesta burla ao
Povo Português? Deixemos as urnas para eles, na certeza de que
não virá longe o dia em que lhes cantaremos a marcha fúnebre!
Então, o Povo deixará de ter de emigrar! Deixará de ter de morrer
e matar! Então escolherá livremente os seus representantes!”;

—

Foi uma frase premonitória, pois apesar de sentirmos uma
grande adesão dos trabalhadores e dos jovens, em particular, não
imaginava que um grupo de jovens militares já conspiravam contra
o regime, e viriam, poucos meses depois, na alvorada revolucionária
de 25 de Abril de 1974, a libertar Portugal do jugo fascista;

—

Em conversa recente com Manuel Judas, foi-me dito que eu
falava no final de cada sessão, não porque era o elemento mais

jovem dos candidatos, como eu pensava e aceitava, mas por razões estratégicas, porque a forma directa como os temas mais polémicos da juventude eram abordados forçavam uma intervenção no final, quer pelas expectativas criadas a quem já conhecia o que eu iria dizer, quer para não pôr em risco a própria sessão, através de interrupção policial;

—

Aliás, em nome da juventude, nas minhas intervenções, exigindo o fim da repressão, acabava com a frase “Morte à PIDE assassina”;

—

As ameaças sobre os candidatos da oposição foram muitas, antes e durante o período eleitoral, directamente, através de notificações e constituição como arguidos na PIDE/GDS, indirectamente, através de intervenções da ANP: “Direitos políticos suspensos por 5 anos para os candidatos que desistirem”, “Candidatos oposicionistas, mandatários do Terrorismo”;

—

Logo a seguir às eleições, a luta continuou, e a repressão também;

—

Na homenagem ao velho democrata e republicano José Alaiz, em Almada, em 31 de Janeiro de 1974, o MJT entendeu que o seu representante jovem deveria continuar a falar nos mesmos termos que na farsa eleitoral;

—

Já tinha sido ameaçado pela PIDE/DGS que me deveria inibir de falar sobre a guerra colonial, tendo sido mesmo esse o tema escolhido para a minha intervenção, o que

originaria, dias mais tarde, a minha prisão, bem como de outros democratas, numa demonstração clara que a Primavera Marcellista era a continuidade do fascismo.

—

A este homem com 58 anos, que já foi jovem cheio de utopia e de muitas solidariedades, permitam que conclua o seguinte: decorridos 37 anos após o 25 de Abril, vivemos num estado formalmente democrático, cada vez mais musculado e menos participativo, escandalosamente neoliberal, prisioneiro das oscilações do Mercado, mas continuo a ter sonhos, e a transmitir sonhos aos meus filhos e netos;

—

Temos de ter a coragem de nos unirmos, como fizemos na época que vos tentei retratar, juntarmo-nos pelo que é essencial e despirmo-nos do acessório;

—

Porque só assim, conseguiremos vencer este monstro que novamente nos quer consumir!

—

Muito Obrigado!

”

A Conquista das 8 Horas pelo Proletariado Agrícola do Sul em 1962

A conquista do horário das 8 horas nos campos do Sul em 1962 faz cinquenta anos no próximo ano. Falo deste acontecimento não por ter lido ou ouvido falar, mas por ter estado envolvido nele, do princípio até ao fim.

Antes de entrar na questão das oito horas, gostaria de fazer referência a alguns aspectos importantes para melhor entender esta luta. A região do Sul de Portugal – Alentejo e Ribatejo – é a região da grande propriedade. Nos anos sessenta os quinhentos maiores proprietários do país possuíam mais terra que 500 mil pequenos e médios agricultores. Antes da Reforma Agrária, tal como na actualidade, os primeiros detinham grandes e férteis propriedades como a Comporta, a Palma, a Barrosinha. As herdades com 2.000, 3.000 e 5.000 e mais hectares eram, e são ainda, na ordem das centenas. Depois da sua destruição, o latifúndio ficou ainda mais concentrado.

Até à Reforma Agrária a agricultura concentrava-se nos campos do Sul, onde trabalhavam mais de 200.000 operários agrícolas. Estes eram duramente explorados, privados de direitos, ganhando jornas de fome, cerca de 25/30 escudos por hora de trabalho. Laboravam de sol a sol e estavam sujeitos a longos períodos de desemprego e de fome.

A sua luta era violentamente reprimida, sendo milhares de operários agrícolas presos e sujeitos a longos anos de cadeia. Vários foram mortos como Germano Vidigal, António José Patuleia, Alfredo Lima, Catarina Eufémia, José Adelino dos Santos, entre outros.

O assalariado agrícola não é um camponês, não é um pequeno agricultor. É um operário agrícola. Para sobreviver mais sua família tem apenas a sua força de trabalho para vender. Não quer a terra para ser agricultor e a Reforma Agrária foi o exemplo mais claro disto. O operário agrícola quer apenas a terra para a trabalhar. O operariado agrícola do Sul é uma classe avançada, com elevada consciência política, com espírito de organização e de unidade. A Reforma Agrária com as suas novas Unidades Colectivas de Produção dirigidas por órgãos eleitos, comprovam esta realidade.

A luta do operariado agrícola do Sul pelo pão e pela liberdade, contra a ditadura, não foi uma luta espontânea. Não é possível falar da sua história, da sua longa resistência sem falar do papel organizador e dirigente do PCP. Não há importantes lutas do proletariado agrícola do Sul onde não esteja a voz do PCP. Este operariado agrícola foi um dos mais fortes baluartes da resistência antifascista na luta do povo português que conduziu à revolução libertadora do 25 de Abril de 1974.

A conquista das oito horas

Como já citei, a histórica conquista das oito horas, pelo operariado agrícola do Alentejo e Ribatejo foi há 49 anos. Importa destacar: estávamos em pleno fascismo e o fascismo era cruel. A luta vitoriosa das oito horas foi a luta de maiores dimensões e a mais avançada do operariado agrícola sob as condições fascistas. A luta

abrangeu mais de um terço do território nacional e cerca de 200.000 trabalhadores. Esta magnífica luta representou um desafio atrevido à ditadura e ao poder dos grandes proprietários. Não podiam ouvir falar das oito horas.

Esta não foi uma luta de meses, nem uma luta nesta ou naquela localidade, espontânea. Foi uma luta longa, de anos (1957-1962), que envolveu muita discussão e muita preparação. Tiveram lugar centenas de reuniões e plenários, alguns com 80, 100, 150 e 200 participantes (realizados sobretudo à noite). Formaram-se dezenas de comissões de unidade e comités de greve. O jornal *O Camponês*, fundado em 1947, teve um papel importante na preparação desta luta.

As oito horas eram uma das aspirações mais sentidas entre os trabalhadores agrícolas. Eram uma exigência para melhorar as suas duras condições de trabalho e de luta. Estava claro que a vitória das oito horas exigia forte determinação e organização. Exigia greve longa em muitas localidades. Foi isso que aconteceu.

Nos começos da década de sessenta havia organização e havia vontade de avançar: a luta popular contra o fascismo crescia. Em Janeiro de 1960 dera-se a fuga de Peniche e em Dezembro de 1961 a fuga de Caxias; iniciara-se a luta contra a guerra colonial; em 1961, dá-se o assalto ao *Santa Maria* e no ano seguinte a tentativa de assalto ao Quartel de Beja. Já antes, a intervenção das forças unitárias nas «eleições-burla» de 1958, de Arlindo Vicente e Humberto Delgado, fizeram tremer o fascismo, que via acentuar-se a sua crise e o seu isolamento. Havia, então, que escolher uma data que coincidisse com o aperto dos trabalhadores do campo (ceifas, tiradas de cortiça, arrozais, carvoarias, etc.).

Escolhe-se o 1.º de Maio de 1962, que simboliza a unidade e a luta dos trabalhadores. Os objectivos da luta foram bem aceites. O *Camponês*, no mês de Março, lança um apelo aos trabalhadores agrícolas do Sul mais ou menos nestes termos: «No 1.º de Maio ninguém trabalhe mais que as oito horas. Lá, onde os patrões e encarregados se oponham, os trabalhadores devem trabalhar as oito horas!» A adesão ao apelo foi massiva em todo o Sul. Em Março surge a *Rádio Portugal Livre*, que repete o apelo.

O movimento galopa de herdade em herdade, de terra em terra, com greves curtas e longas, com vitórias, patrões a cederem e a recusarem. Comissões de unidade, comités de greve, grandes grupos foram falar com os ranchos de fora (algarvios e beirões). Muitos aderiram à luta. Outros abalaram para a terra. Do Litoral Alentejano chega a informação de que, nos primeiros dias de Maio, cerca de 30.000 trabalhadores conquistaram as oito horas.

A *Rádio Portugal Livre* informava dia a dia o avanço da luta. A determinação dos trabalhadores foi unânime: não trabalhar mais de sol a sol! A grande maioria dos patrões cedeu às oito horas. Perceberam que não ficavam prejudicados e que a luta era uma acção de massas muito forte.

O fascismo tentou esmagar a luta pelas oito horas. Foram feitas reuniões em Évora, Estremoz, Alcácer do Sal, etc., com agrários, intendentes, comandantes da GNR, governadores civis. Foram feitas prisões e alguns espancamentos. Mas recuaram. A luta dos 200.000 trabalhadores era mais forte!

Houve localidades onde os agrários se recusaram a ceder às oito horas durante meses. Em várias localidades, onde os agrários mais

resistiram, os trabalhadores juntaram-se nos largos. A GNR aparecia a questionar: «Porque é que não querem trabalhar? Resposta dos trabalhadores: Nós queremos trabalhar, mas só com as oito horas»

No final de 1962, as oito horas estavam implementadas nos campos do Sul! O fascismo não as oficializou, aceitou-as! Acabou o horário escravizante de sol a sol nos campos do Sul. Os trabalhadores passaram a sair de casa com Sol e a chegarem com Sol. Passaram a poder, à tarde, ir ao café, à taberna, ao largo conviver com os amigos. As oito horas representaram uma grande melhoria nas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores agrícolas. Foi a conquista mais avançada arrancada à ditadura fascista. A determinação de não trabalhar mais de sol a sol era a sério!

Sem a experiência de luta e combatividade do operariado agrícola do Sul, sem a existência do PCP e a sua intervenção organizada e dirigente, não teria sido possível conquistar ao fascismo o horário das oito horas nos campos do Sul em 1962. Esta vitória é dos trabalhadores agrícolas e é também uma vitória extraordinária do PCP contra a ditadura!

Um Contributo para a História do Trabalho

O meu testemunho hoje aqui neste painel não é um memorial ao passado, mas sim honrar a memória dos trabalhadores da CUF e aqui deixar o meu testemunho vivido, como contributo para a história do futuro, por isso fui obrigada a recuar no tempo pesquisar, investigar e recordar, as minhas próprias memórias e vivências, pessoais e familiares, assumindo por inteiro com muita honra, o papel de intervenção que assumi nesta grande empresa antes e depois do 25 de Abril, na luta pela liberdade, pelos direitos individuais e colectivos, pela dignidade do trabalho e pela igualdade.

Honrar a memória é sempre um investimento no património do futuro, tanto pessoal como colectivo, é com muito orgulho que hoje aqui afirmo que sou filha de operários da CUF e eu própria contra a vontade de toda a família, assumindo a minha rebeldia, iniciei a minha carreira como operária têxtil da CUF no dia 06 de Março de 1969.

A fábrica da qual eu jovem só conhecia dos livros “como o Germinal de Emilio Zola, a mãe de GorKi , etc”, foi para mim a escola mais importante da minha vida, aí aprendi nas relações de trabalho e camaradagem, lições de filosofia da vida, assentes nos valores da cultura operária, da solidariedade, da camaradagem, do respeito, da amizade, da verdade e da solidariedade, valores pelos quais sempre pautei a minha vida “um por todos e todos por um”.

Porque de memória também se faz a história, que é preciso honrar, *preservar e não esquecer, para memória futura, neste País que queremos que continue a ser de Abril*, para que no século XXI não sejam consagrados apenas os construtores de impérios, que há conta da exploração do trabalho e da inteligência, de centenas de milhares de trabalhadores/ras, ao longo de um século, muitas vezes em condições desumanas de trabalho, *(com jornadas que chegaram a ter 14 horas diárias)*, foram eles e elas, os heróis obreiros desse império, chamado CUF, que pela força do seu trabalho constituirão o exército de mão de obra altamente qualificada e mal paga, quantas vezes agredida e vilipendiada na sua dignidade.

É preciso dizer que foi com o trabalho suado, da força da exploração e da inteligência de milhares de trabalhadores/ras, que foi construído o património económico, técnico científico e histórico da CUF, *porque a CUF não é uma construção individual de um só homem*, ela é bem o exemplo de uma construção colectiva, *regada com muito suor, lágrimas e sangue, de muitos homens e mulheres ao longo dos tempos*.

Quero aqui mais uma vez, prestar a minha homenagem aos milhares de trabalhadores da CUF, *homens e mulheres, que morreram por acidentes de trabalho e por doenças profissionais*, bem como, os muitos milhares que ficaram inválidos para o resto da sua vida, não tenho os números estatísticos, não os conheço, *mas porque milhares de acidentes trabalho aconteceram*, os números têm que existir e a história da memória do trabalho no Barreiro, deve conhecer para homenagear e não esquecer, *os principais obreiros da Companhia União Fabril, que sem duvidas foram os muitos milhares de trabalhadores, ao longo de um século*.

Hoje aqui nesta bela cidade de Almada e como contributo neste painel, para a “*História do Trabalho na CUF*” proponho: aos detentores do espólio da CUF/Quimigal, que divulguem estes números, que permitam o acesso para estudo, a todo o acervo documental sobre esta matéria, porque a história da CUF, não pode e não deve esquecer aqueles, aquém a Companhia União Fabril/Quimigal, extorquiu um dia a vida e a saúde, *a silicose apanhada nas cinzas de pirite também matou na CUF*, mas não só, porque a juta, as tintas e os corantes mais lentamente, também mataram.

A história do trabalho e do progresso na CUF do Barreiro, (cidade vermelha capital do trabalho, como era chamada), não se deve esquecer de homenagear os seus mártires, o Barreiro democrático, tem uma dívida de gratidão para com os heróis do trabalho, *da CUF, da CP e dos Corticeiros*, porque depois de tanto tempo de esquecimento, *é tempo de honrar a história em nome da Memória do Trabalho*, porque a história da resistência antifascista no Barreiro, merece ficar perpetuada para honrar o futuro.

A herança que a industrialização do século XX, realizada por Alfredo da Silva e seus herdeiros, deixaram no Barreiro, foi uma pesada herança, ao nível da destruição causada à Natureza – nos seus vários aspectos: *ao ar, à água, à fauna, à flora e a outros recursos naturais, questão que nunca foi discutida*, nem seriamente considerada e muito menos julgada, apesar dos grandes e terríveis prejuízos causados aos trabalhadores da CUF, à população do Barreiro, aos concelhos limítrofes e ao nosso maior rio português, o internacional Rio Tejo.

Em 1974, o poder económico em Portugal estava concentrado em sete grandes grupos nascidos no seio do fascismo, que após o

25 de Abril rapidamente demonstraram que eram incapazes de se integrarem lealmente no novo regime, *porque tendo o movimento militar e popular tomado as instituições, os grandes grupos económicos deixaram de poder influenciar as regras do jogo*, passaram rapidamente ao boicote da economia, a falta de matérias primas para o funcionamento das empresas, é apenas um pequeno exemplo, que também na CUF aconteceu.

Quando Abril chegou e nos trouxe a liberdade, apesar dos altos índices de poluição que existia, *não tivemos a capacidade de desencadear a luta contra a poluição*, apesar de haver situações, como na zona têxtil em que se tinha que abandonar os locais de trabalho, com homens e mulheres a desmaiarem junto das máquinas, *hoje é preciso dizer que a necessidade do trabalho e do pão, fez calar a voz das vítimas*, daquele nevoeiro asfixiante que saía das chaminés da CUF e que os ventos espalhavam por todo o concelho, inclusive pelos concelhos limítrofes.

A CUF foi nacionalizada pelo D.L. 532/75, de 25/09/1975, todos os trabalhadores aplaudiram a nacionalização, a história das nacionalizações é uma história por fazer e está muito mal contada, não tenho a pretensão de repor a verdade histórica, *mas pretendo desafiar o debate sobre a temática das nacionalizações, feitas após a revolução do 25 de Abril, para que a história seja feita* é preciso imputar a culpa aos seus autores, para que o país conheça, quem foram os responsáveis, pela derrota das nacionalizações, recuso a tese que foram os trabalhadores, porque os culpados moram noutras paragens.

Em tempos de memória, é importante lembrar que na sequência do 25 de Abril, um grupo de trabalhadores, entre os quais eu

estou incluída, convocámos uma reunião geral de trabalhadores para a direcção das fábricas no Barreiro, *com representantes de todas as secções para elaborarmos um caderno reivindicativo*, nesta reunião saiu eleita a Comissão Ad-Hoc, dos Trabalhadores da CUF, *criámos vários grupos de trabalho entre os quais foi criado o Grupo de Trabalho de Saneamento da CUF, para o qual eu sou eleita Coordenadora,*

Antes do 25 de Abril as forças políticas com organização implantada na CUF é o PCP. que há muitos anos tem organização em toda a Fábrica, *(mas na campanha eleitoral de 1973, na qual eu sou candidata a Deputada à Assembleia Nacional Fascista, pela Oposição Democrática, no Distrito de Setúbal)*, começam a aparecer organizados na Fábrica em pequenos núcleos o MRPP, e a UDP, com propaganda a atacar o PCP, de revisionista, mas que pessoalmente a mim em toda a campanha eleitoral nunca me atacam, e vão a todos os comícios em que participo, com o 25 de Abril aparecem na CUF, *apresentando as suas propostas, de aumentos salariais e e a proposta de saneamento de todo o Conselho de Administração de vários Diretores de Zona, de alguns Quadros Técnicos e vários Encarregados.*

É preciso recordar que na CUF, só dois administradores foram saneados, *foi o Dr.º Jorge de Mello e o seu cunhado o Engenheiro Frederico da Cunha Mendonça e Meneses*, em Assembleia Geral de Trabalhadores. Fui mandatada pela Comissão Geral de Trabalhadores para apresentar a proposta de Saneamento do *Dr.º Jorge de Mello e o do seu cunhado, Engenheiro Frederico da Cunha Mendonça e Meneses*, e da manutenção do restante Conselho de Administração, que na altura eram: *o Eng.º Vistúlo de Abreu, o Eng.º Mota Guedes e o Dr.º Eduardo Catroga, apresentando a proposta, que o Presidente*

do Conselho de Administração devia ser escolhido entre estes três membros, informando que os trabalhadores iam nomear dois representantes para integrarem o Conselho de Administração, foram na altura nomeados o Eng.º Cardoso da Silva e o Eng.º Brito Apolónia.

Apresentei como defesa desta proposta o seguinte argumento: “os trabalhadores nunca geriram empresas, não sabem, não têm experiência, nós queremos que a CUF continue a ser a grande empresa nacional, hoje e no futuro, *porque quem soube gerir e administrar bem durante o Fascismo, também o sabe fazer na Democracia*”, e nós cá estaremos para os avaliar, estão em maioria, *têm a presidência do Conselho de Administração*, podem tomar todas as medidas que entenderem necessárias para bem administrarem esta grande Empresa, nós os trabalhadores confiamos no vosso trabalho e com serenidade o saberemos avaliar.

A degradação da nacionalização da CUF não começou nesta altura, talvez tenha hoje chegado o tempo de serem colocadas algumas perguntas, quais foram os critérios governamentais de nomeação dos vários conselhos de Administração da CUF pelos governos da altura, quem foram os responsáveis governamentais pela aprovação dos investimentos da CUF/Quimigal, *só um exemplo de esbanjamento e má gestão do celebre Investimento de 1 Milhão e Novecentos Mil Contos, no Kowa Seiko*, que estava preparado para produzir 34.000 toneladas de pelétes de ferro por mês, investimento que nem sequer chegou arrancar e por isso nunca produziu, estes factos deviam ter ser investigados porque são crime contra a economia, mas nada aconteceu.

Passados quase 37 anos sobre as nacionalizações é importante reter o que diz, Pedro Lains, investigador do Instituto de ciências sociais e coordenador da História Económica de Portugal, 1700–2000,

(publicada em 2005) “*na Europa dos anos 70, no segundo pós-guerra, as nacionalizações não são um exclusivo da esquerda*, em Portugal tem-se olhado demais para as motivações ideológicas das nacionalizações. É necessário observar também as circunstâncias concretas da economia que, naquela altura, criaram as condições para que fosse dado esse passo”.

Segundo este historiador recorda, “a economia portuguesa no período de 1973–1984, *até cresceu mais que a economia espanhola*, e em 1976–77, volta novamente a crescer, impulsionado pelo aumento da procura interna que a subida dos salários proporciona. *O problema foi que esse crescimento se fez à custa das importações, desequilibrando perigosamente a balança de pagamentos*”.

Afirma ainda este historiador que: “*não podemos concluir que, se as nacionalizações não tivessem existido, a economia portuguesa teria tido um comportamento melhor*. Estas apesar de mal conduzidas, tiveram um impacto reduzido na economia e não foram a principal causa da crise que se seguiu”.

Hoje em democracia e com a autoridade moral, que me dá a minha experiência e coerência de vida, sempre do lado dos oprimidos contra os opressores, do lado dos fracos contra os fortes, do lado dos pobres contra os abastados: *afirmo com serenidade mas muita convicção, a CUF e os seus herdeiros, têm uma dívida de solidariedade para com o povo do Barreiro*, pelos malefícios causados e sofridos nesta terra.

As fábricas da CUF no Barreiro durante quase um século, produziram e hoje ainda continuam (de facto em menor escala) a produzir, uma infinidade de produtos químicos que iam da extracção das lamas ricas da pirite, de ouro, prata e cobre, e das lamas pobres,

extraíam o ácido sulfúrico, o qual entrava directamente na produção dos adubos, e uma parte, bem como outros produtos extraídos iam para a indústria farmacêutica para medicamentos.

Eram ainda utilizados como matérias primas, outros produtos como o sal gema, do qual era extraído o ácido clorídrico, o cloreto, e outros produtos derivados, que eram depois transformados pela indústria química e farmacêutica, também se usava a fosforite (o chamado pó de Marrocos) da qual era extraído o ácido fosfórico, bem como outros produtos, que não vamos aqui citar exaustivamente.

Mas para além dos produtos altamente poluentes tratados na zona química, *também na zona têxtil, se trabalhava com matérias primas químicas, altamente poluentes, designadamente na tinturaria, nas carpetes da CUF, bem como nas máquinas de estampar da sacaria, onde eram utilizados produtos como soda cáustica, enxofres, hipocloreto de sódio, óxido de cálcio, ácidos sulfúrico e clorídrico, tintas e corantes vários, como é do conhecimento público ao tempo, todos os produtos citados eram directamente despejados no Rio Tejo.*

E nessa altura também tínhamos instalado na zona têxtil a “Fábrica de Tintas da Tinto”.

É importante dizer hoje no século XXI, que apesar da necessidade da defesa de postos de trabalho, temos também a obrigação de defender o ambiente, porque o mundo em que vivemos é único e é preciso preservá-lo, para o deixar às gerações vindouras, a CUF/Quimigal, não estava (e continua a não estar), equipada tecnicamente com dispositivos que lhe permitam tratar técnica e cientificamente todos os resíduos por si produzidos e que lhe permitam afirmar que é uma empresa limpa e ambientalmente segura.

A CUF/Quimigal porque têm hoje no Barreiro mais de um século de vida, deve ser em Democracia considerada, *autora material responsável pela acção voluntária, da prática de ilícito ambiental*, (para que conste, não estou a dizer que deve ser incriminada, *não estou a intimar ninguém em tribunal*) mas em consciência não devo e não posso calar a verdade, porque hoje em liberdade não posso deixar de aqui dizer: “*Que a vida confere a celebridade a uns e o esquecimento a outros, cabendo-nos a todos nós repor a Memória dos tempos, na ordem do dia*”, é meu dever aqui deixar esta reflexão.

Porque honrar a memória é deixar uma herança ao futuro, não devemos esquecer, ignorar ou branquear as práticas cometidas ao longo de um século, que provocou danos de poluição ambiental e marítima contra todo ambiente, que não sabemos se não terão sido irreversíveis para o futuro, *mas todos hoje conhecemos os reflexos negativos, causados em toda a fauna marinha do estuário do Tejo, desde os golfinhos*, que eu me recordo de ver a saltar atrás dos barcos do Barreiro quando menina ia a Lisboa, *(mas que a minha filha já não viu)*, porque eles fugiram da poluição do rio. Mas quero manter a esperança que eles um dia voltarão.

Esta destruição, teve como consequência, o fim de toda a actividade de pesca no rio Tejo e o encerramento da fábrica de ostras do Rosário na Moita, onde chegaram a trabalhar cerca de 100 trabalhadores e muitos outros danos, que não vamos agora exaustivamente aqui elencar.

É a partir da Revolução Industrial que a natureza sofre as mais graves agressões de sempre, podendo afirmar-se hoje, que os danos que o homem tem vindo a infligir à Natureza desde a Revolução

Industrial são mais graves do que os que foram infligidos até então, assumindo-se actualmente, e de forma indiscutível, a irreversibilidade de certos danos.

“A parte mais importante do progresso é o desejo de progredir” (afirmou Senéca), por isso temos todos a obrigação de dar a nossa contribuição ao futuro, hoje no século XXI e na qualidade de ex-operária da CUF, mulher de muitas causas, que nunca se coibiu de afirmar o seu pensamento, venho aqui dizer: que na minha opinião de mulher livre, acho que todo o investimento no Barreiro, bem como todos os empresários, devem no meu ponto de vista ter em conta a realidade do mundo actual, as pessoas e o meio ambiente. A eficiência a equidade, a competitividade a solidariedade, o crescimento e a redistribuição não têm que ser opostos e apresentados como inconciliáveis.

Temos consciência que é preciso encontrar alternativas a este sistema desumano e hipócrita da globalização do mundo em que vivemos, porque é crescentemente injusto e é contra esta injustiça e por uma maior dimensão social e humana do trabalho e da pessoa que acreditamos, que a sociedade saberá encontrar novos ideais e novos sistemas e assumirá alternativas mais justas, onde os direitos dos trabalhadores e dos povos não podem deixar de ser respeitados.

O investimento e o desenvolvimento no Barreiro do futuro, não pode pela sua história deixar de valorizar o trabalho, como um conceito de cidadania, como um direito universal, cuja criação e partilha devem ser feitas a partir da capacidade racional, material, técnica e científica dos seres humanos, individual e coletivamente considerados.

As empresas do futuro terão que saber, valorizar o trabalho e apostar na qualidade do emprego, o que significa condições para

o acesso ao trabalho e formação das pessoas para se manterem no posto de trabalho, que são sempre as condições para o desenvolvimento das empresas.

Valorizar o trabalho, significa, desde logo, dar-lhe segurança e estabilidade, organizá-lo em condições socialmente dignificantes, atribuir-lhe a justa qualificação e remuneração, ao desenvolvimento da ciência e das novas tecnologias, à evolução da produção e dos produtos, e às necessidades económicas dos trabalhadores, factor essencial de qualidade de vida e de cidadania.

Termino afirmando que o fim da indústria no Barreiro não é o fim da história, é apenas o fim de um ciclo de vida desta cidade e deste povo, que teve coisas boas e más, onde a riqueza e a miséria conviveram lado a lado, onde a exploração do trabalho bebeu a sabedoria da inteligência de muitos milhares de homens e de mulheres, que na CUF, regaram de suor e sangue a produção da riqueza gerada pelo seu trabalho, mas também hastearam bem alto a bandeira da consciência do seu direito à dignidade, à liberdade ao respeito e à Memória.

A democracia conquistada em Abril, não pode esquecer os factos reais da história, *como disse na sua última entrevista à RTP, o Marechal Costa Gomes, “a CUF do Barreiro teve antes e depois do 25 de Abril, dentro das suas fábricas instalado um quartel da GNR, com um batalhão de soldados que todos os meses eram mudados”.*

É importante contar aqui uma história verídica vivida no dia 25 de Novembro de 1974, que ainda não foi contada, *com o bombardeamento em Sacavém do Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1, (Ralis) começou a circular a informação que tinha havido um golpe militar*

do Exército de Libertação Português, (E.L.P.), que ia ser decretado o Estado de Sítio e iam ilegalizar o PCP.

Perante esta situação a Comissão de Trabalhadores decidiu convocar um plenário para se discutir o que fazer, apresentando uma Proposta para irmos todos em Plenário para o Palácio de Belém, pedir ao Presidente da República a defesa dos Direitos Liberdades e Garantias dos Cidadãos e do Regime Democrático.

Este Plenário foi realizado em frente ao refeitório 3, tinha sido decidido que só falava eu e outro camarada, não interessa aqui dizer o nome, o camarada era o 1.º a falar para apresentar a proposta e depois era eu Ercília Talhadas, para fazer o apelo para irmos para Belém, é preciso recordar que estes foram tempos muito emotivos, o camarada depois de dizer que o Ralis tinha sido bombardeado, que tinha havido um golpe de Estado da Direita Militar, esqueceu-se dos objetivos do Plenário, entusiasmou-se e afirmou que a culpa desta situação era não termos prendido a PIDE, de não termos feito mal a ninguém, porque não há revoluções sem sangue, porque só com cravos isto não vai lá, etc., etc, “estamos aqui mesmo ao lado do quartel da GNR, antes de irmos para Lisboa vamos todos a eles e já”.

Eu estava ao lado dele e vejo uma onda cinzenta na minha frente balançar para a minha direita, só tenho tempo de lhe arrancar o microfone das mãos e gritar, *parem camaradas! É preciso parar! o 25 de Abril já foi há 7 meses*, mudaram o governo, este governo não é um governo fascista e os homens da GNR que ali estão, não pediram para virem para cá, alguém para cá os mandou! *ali dentro há armas e munições que não conhecemos a sua quantidade*, estão ali dentro cento e tal homens, nós somos 5000! como acham que eles

nos vão receber para se defenderem desta multidão. *Um acto destes na Indonésia, causou mais de 500.000 mortos e a ilegalização do Partido Comunista da Indonésia.* Quero dizer aqui, que a onda parou imediatamente, e que homens e mulheres me vieram abraçar a chorar, *e fomos todos para Lisboa para a concentração na Presidência da República. (Era Presidente, o General Costa Gomes).*

Este facto histórico aqui contado tem por objectivo afirmar: que é meu entendimento que hoje todos os que aqui estamos presentes, temos a obrigação de preservar a memória, para a deixar às gerações vindouras e entendo que os *Órgãos de Soberania Nacionais do meu País, hoje no século XXI no Portugal Democrático*, devem às várias Gerações de Trabalhadores da CUF, bem como à População do Barreiro, um pedido oficial de desculpas públicas, por termos sido obrigados a trabalhar numa fábrica militarizada, que tinha lá dentro um batalhão de cavalaria da GNR prontos a intervir a qualquer momento, *como se vivêssemos num país em guerra, ou dentro de um campo de concentração.*

Em nome da memória do trabalho, e dos trabalhadores faço daqui um apelo às universidades e aos historiadores, para que estudem, investiguem e divulguem, as conclusões sobre a história do trabalho e da industrialização no distrito de Setúbal e os reflexos que causaram no ambiente, na saúde e na vida das pessoas.

Termino dizendo como Gilbert Cesbron: *A verdadeira revolução acontece quando mudam os papéis e não apenas os autores.*

A Luta da Classe Operária e das Populações do Alentejo Litoral no Século XX¹

CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DOS ACONTECIMENTOS

Do que se conhece da luta travada no Litoral Alentejano pelos trabalhadores e populações no século XX e anteriores, só nos confirma a existência da luta de classes desde o início da nossa nacionalidade.

A. Leal

A existência de uma importante zona de montado de sobro no Alentejo Litoral que se estende de Alcácer do Sal a Odemira tendo como base de escoamento do produto fabricado o porto de Sines, motivou uma concentração de empresas de preparação e de transformação da cortiça nos concelhos de Grândola, Santiago do Cacém e Sines, tendo Sines, por força do embarque do produto manufacturado, uma expressão maior quanto a número de empresas exportadoras em laboração e em número de operários.

¹ Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines e jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

Ao aparecimento do sector corticeiro nesta região alentejana no século IX, a que em Sines se junta na mesma altura a implantação da indústria de conserva de peixe, como substituta da conserva por estiva, motivou, principalmente em Sines, a existência de um proletariado que, desde o seu início, em ligação a Lisboa e Almada (sector corticeiro), e a Setúbal, (sector conserveiro), deu aos trabalhadores de Sines uma forte consciência de classe².

Consciência que se traduziu na unidade de acção, em formas de organização e na acção reivindicativa, que com a sua experiência se foram fortalecendo.

Experiência que levou também à criação de quadros que a sua própria luta forjou, permitindo que a partir da reorganização do Partido Comunista Português iniciada em 1940/41, a sua influência e a luta dos operários corticeiros do Alentejo Litoral representasse ser, durante muito tempo, uma das principais regiões do país na luta de classes contra a exploração patronal e contra o regime fascista que durante quase meio século amordaçou o povo português.

É a história do que se conhece dessas lutas, que em parte sou testemunho e participante, que vos passo a referir de forma reduzida, que certamente compreenderão, dado a vastidão de tipos de acção numa área temporal de um século.

Direi mesmo que, na indústria conserveira estabelecida em Sines, até 1930; na indústria corticeira dos concelhos do Alentejo Litoral e no

2 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines e jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

sector agrícola, até 1974, as lutas reivindicativas nas empresas ou de âmbito concelhio foram centenas, em pequenas e grandes lutas, muitas delas recorrendo à greve como forma superior de luta³.

Do que se conhece, durante muitos anos desde a implantação da indústria corticeira na região, o trabalho era de sol a sol, à jorna, motivando que, na procura do aumento do lucro o patronato cedo começou a pressionar no sentido de introduzir formas de laboração em que, no trabalho à jorna, os operários fossem obrigados a trabalhar a um ritmo de empreitada mas ganhando à jorna.

Meus senhores

Nesta minha contribuição para o conhecimento da história da luta dos trabalhadores e das populações do Alentejo Litoral no século XX, são destacados três períodos distintos:

O que vai de 1900 a 1926, com destaque para a influência política dos republicanos, anarquistas e socialistas nos trabalhadores do sector industrial e nas populações; a que decorreu de 1926 a 1934, em que a influência dominante na região é dos anarco-sindicalistas e comunistas; e a que vai de 1934 a 2000, em que, com a adesão dos anarco-sindicalistas ao P.C.P., a influência passa para os comunistas. A influência, a iniciativa e a organização de todas as acções de massas dos trabalhadores e das populações.

Como julgo que se compreenderá, porque no decurso do século em apreciação se travaram no Alentejo Litoral centenas de pequenas e grandes acções reivindicativas, quer de carácter económico quer

3 Da geração de :António Botelho, de seu irmão Hilário e de José Lázaro.

político, debruçar-me-ei com algum pormenor somente às que, pela sua carga política ou força de expressão de massas colocada na acção assumiram maior significado.

É o caso da “greve geral” dos corticeiros de 1908/9 em sines⁴

Contra a acção exploradora e repressiva da classe patronal que o operariado corticeiro do Alentejo Litoral se vinha insurgindo e tentando organizar a sua acção reivindicativa no Estado monárquico, no início do século XX há uma explosão de pequenas acções reivindicativas, incluindo greves, que envolveram, na indústria corticeira, os rolheiros manuais, os quadradores, recortadores e enfardadores, contra certas formas de exploração, por aumentos de salários, melhores condições de trabalho e diminuição do horário de trabalho. E em Sines, na indústria conserveira, em ligação com o Sindicado dos Trabalhadores Soldadores do Distrito de Setúbal, com constantes greves dos soldadores manuais por aumento salarial⁵.

É em Dezembro de 1907 que se conhece a primeira greve, a dos corticeiros na Sociedade de Cortiças L.da, Santiago do Cacém, por os recortadores se negarem a receber a cortiça pesada para o recorte,

4 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines e jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

5 Da geração de :António Botelho, de seu irmão Hilário e de José Lázaro.

medida patronal destinada a aumentar a produtividade, mas com o trabalho a ser pago à jorna⁶.

Estas acções foram-se generalizando nos sectores corticeiro da região e com pequenas reuniões de debate entre anarquistas, republicanos e socialistas. Os primeiros na defesa de métodos de imposição baseados em que a luta “revolucionária” é que levará à vitória, e a dos segundos assente na organização sindical, na unidade e no respeito pela opinião dos companheiros da empresa ou da classe⁷.

É num clima de debate de ideias que em 1902, em ligação entre Sines e a Associação de Classe dos Corticeiros do Poço de Bispo, Lisboa, que é criada em Sines a Associação Corticeira Sineense, cuja duração, por acção arbitrária da Autoridade Administrativa, não sobreviveu para além de 1906.

Segundo o que se conhece, a confrontação das duas ideias deu-se em Sines em Maio de 1908, aparecendo Alfredo Supias pelos anarquistas e José Maria Ferreira pelos Republicanos. (Este, mais tarde, aderindo aos comunistas)⁸.

É, pois, num clima de divisão na luta ideológica pela liderança política do movimento operário corticeiro em Sines, que no início de Novembro de 2008, segundo consta ao apelo de “greve geral” da

6 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines.

7 Jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

8 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines e jornal *O Corticeiro*, da Associação dos Corticeiros de Almada.

Associação de Classe dos Corticeiros de Poço do Bispo, Lisboa, que os corticeiros de duas empresas, a Manuel Ponte e a Ed. Arps & C.º decidiram entrar em greve por aumentos salariais, por tempo indeterminado.

O facto de nas cinco fábricas de Sines somente em duas os trabalhadores decidirem pela greve, e por tempo indeterminado, constituiu um factor de grande dificuldade, acrescida pela repressão patronal das duas fábricas em greve e da parte das restantes três empresas, ameaçando os operários para que não se solidarizassem com a greve, procedendo inclusivamente ao despedimento de operários e indo ao ponto de impedirem a solidariedade monetária.

Ao mesmo tempo, por pressão patronal das cinco fábricas, o Administrador do Concelho requisita a intervenção militar em defesa da chamada “ordem pública”⁹.

Neste ambiente de repressivo a situação dos operários corticeiros em greve tendia a agravar-se rapidamente. Só que a firmeza dos corticeiros em greve e a solidariedade dos trabalhadores de todas as fábricas de Sines com apoio monetário, a que se juntou o apoio solidário dos barqueiros de Sines e de Lisboa a impedir o transporte de cortiça de qualquer das cinco fábricas, e o apoio moral do comércio da vila, foi determinante para que em Maio de 1909, ao fim de mais de quatro meses a greve terminou vitoriosa.

Foi a este exemplo de firmeza na luta e à solidariedade aos grevistas que se estendeu aos barqueiros de Sines e Lisboa e ao comércio

9 Documento fornecido pela Assembleia Municipal de Sines.

da vila, que a Câmara Municipal de Sines, comemorou no dia 24 de Novembro de 2008, dia do concelho, o centenário desta luta.

Muitas outras lutas tiveram lugar entre 1900 e 1926. Em Sines, em pequenas greves, quase todas elas vitoriosas, dos soldadores manuais na indústria conserveira.

Em Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, todos os anos, em pequenas paralisações dos rolheiros e quadradores, mas também nos trabalhos sazonais da extracção da cortiça e no funcionamento das debulhadoras nas eiras por aumentos salariais e pela diminuição do horário.

Todas estas lutas deram aos trabalhadores uma maior consciência sobre a sua força e do valor da unidade de acção, de preparação para futuras acções, contribuindo também para uma melhor arrumação da influência política em todo o Litoral Alentejano a partir de 1909.

Após 1910, com a implantação da República, festejada com paralisações em todo o litoral alentejano, segue-se um período de arrumação de forças políticas e a criação de Associações de classe que em Sines se conhece nos corticeiros, nos descarregadores de mar e terra e nos marítimos, seguindo-se um período conturbado pela mobilização para a Guerra de 1914/18; com o aparecimento do surto nacional da “pneumónica” e de crise nas indústrias de conserva e da cortiça que, segundo alguns, terá tido uma duração alargada até 1930.

Em 1934, foi já com certa estabilidade e maturidade política que sines participou na greve de 18 de janeiro de 1934 contra a fascisação dos sindicatos¹⁰

Os ideais anarquistas assente em métodos de imposição de acção tendo como justificação a luta revolucionária, passaram a dar lugar à influência anarco-sindicalista-comunista, assente no movimento sindical, na acção de massas e na consideração pela opinião dos companheiros de trabalho.

É, pois, de acordo com esta arrumação de forças políticas, em Sines, que os trabalhadores desta vila participaram decididamente na greve de 18 de Janeiro de 1934.

Foi já com uma elevada experiência de luta no terreno sindical, um espírito de classe organizada, com quadros operários dirigentes temperados na acção e de grande prestígio, que o 18 de Janeiro é organizado e que os seus dirigentes procederam à sua mobilização.

Tudo comprova, através de afirmações ouvidas na altura a elementos participantes no acontecimento que, na véspera do 18 de Janeiro, um estafeta chegou a Sines à noite para colocar, com certa garantia, que a classe operária paralisaria no dia seguinte, que se tratava de um levantamento nacional e em que, nos centros mais fortes da classe operária, esta deveria, se pudesse, apoderar-se dos postos das forças militarizadas que aí existissem.

10 Da geração de :António Botelho, de seu irmão Hilário e de José Lázaro.

Assim, no dia 18 de Janeiro, às 8 horas da manhã, elementos da Comissão de Luta e quadros activistas intermédios trataram de contactar os trabalhadores nos próprios locais de trabalho informando que o levantamento tinha sido iniciado e que todos os sectores de actividade na vila deveriam paralisar o trabalho imediatamente e concentrar-se na Praça Tomás Ribeiro

Cerca das 9 horas da manhã a paralisação laboral era completa e, uma hora depois, todo o comércio, a convite directo da Comissão de Luta tinha encerrado.

Três classes profissionais dominavam a vida económica do concelho de Sines; os corticeiros (a mais organizada e activa), os pescadores (compreendendo os conserveiros, os estivadores e os descarregadores de mar e terra) e a construção civil.

A população, concentrada no Rossio, na Praça Tomás Ribeiro e nas ruas centrais permaneceu até à tarde esperando ansiosamente a chegada da carreira e com ela as notícias.

Sabe-se que a C.L. discutiu se seria de tomar ou não o posto da GNR. Pelo comportamento passível desta, que se intrincheirou no castelo, e sem ter a certeza de que o “levantamento” seria vitorioso a Comissão preferiu aguardar os acontecimentos.

Quando à noite a carreira chegou e com ela as notícias de que a greve não tinha atingido os seus objectivos e que havia uma derrota, os trabalhadores compreenderam que as coisas se tinham complicado e que iria haver repressão, pelo que alguns elementos da C.L., tomaram a iniciativa de se esconder como medida de defesa. Porém, Tomás Gazil e Pedro “Chapa” foram presos.

A paralisação operária no 18 de Janeiro em Sines conheceu uma outra vertente que importa destacar: a da solidariedade republicana com a luta operária. De facto, comerciantes republicanos activistas na época como foram José Maria Ferreira, João Barbosa, Joaquim da Luz e a família Guizado, antifascistas altamente prestigiados, foram os primeiros a encerrar os estabelecimentos,. contribuído assim para que todos os outros também o fizessem.

O 18 de Janeiro em Sines deu-se porque a classe operária estava organizada e activa, e a sua mobilização tão rápida só foi possível por a C.L contar à partida com quadros intermédios, entre outros, de corticeiros comunistas activistas como António Botelho e seu irmão Hilário, Augusto “Rato”, José Lázaro, António Vilhena, e Francisco Beja e José Pio, da construção civil

A Comissão de Luta era composta por: Emílio Ferreira, operário padeiro; Manuel Estolano, operário da construção civil; Pedro “Chapa”, operário descarregador de mar e terra; Tomás Gazil, barbeiro e Alberico, operário corticeiro.

A partir de 1934 seguiu-se um período em que no Alentejo Litoral as principais reivindicações dos corticeiros assentaram em reivindicações pontuais por empresa e respeitante a diferentes secções. Nas empresas preparadoras, nas secções de recorte contra a imposição de aumento do número de padiolas; na caldeiraria para impedir a exigência patronal de 9 caldeiradas pagando somente 8; na enfardação, contra a exigência de um número determinado de fardos diariamente sob pagamento de trabalho à jorna. Nas empresas transformadoras, nas secções de quadrção, para fazer frente às tentativas do patronato para baixar os preços por milheiro de quadros.

Mas no país, o período decorrido entre 1934 e 1939, significava também uma situação de forte repressão salazarista na caça aos comunistas, motivada pela implantação dos regimes fascista na Itália e na Alemanha, motivadores também da guerra civil em Espanha contra o Governo democrático resultante de eleições, em 1936.

A exploração patronal nos sectores da indústria e da agricultura era enorme e a miséria acentuava-se numa situação complicada, caracterizada no país pelo aumento da exploração e da repressão policial, mas também pelo desenvolvimento da influência comunista.

No litoral alentejano, após a reorganização do Partido Comunista em 1940/41, dirigentes comunistas são presos em Sines e noutros concelhos, dando lugar ao espaço de tempo sem organização na região até 1943.

Em 1944, através de dois jovens saídos da cadeia do Aljube pelas greves de Julho/Agosto de 1943, a reorganização em toda a região dá-se e, com ela é iniciado a maior e mais intensa luta dos corticeiros no Alentejo Litoral e no país.

***Os corticeiros organizam-se e passam à acção no país por um acordo colectivo de trabalho*¹¹**

Foi correspondendo à enorme disposição de luta dos corticeiros no Algarve, Alentejo Litoral, Margem Sul do Tejo e Alto Alentejo, que levou o PCP a realizar no Barreiro, em 1944, uma reunião de quadros corticeiros destas quatro regiões corticeiras do país de

¹¹ de Américo Leal, do R.A.L., e participante

que resultou a formação do Comité Nacional da Cortiça, composto inicialmente por corticeiros do Barreiro, Évora, Silves e Sines, com ligação à região norte de Vila da Feira. José Vitoriano (do Algarve) e Américo Leal (do Alentejo Litoral) representaram sempre este organismo ilegal durante a sua existência, cujas reuniões eram mais ou menos mensais

Na sequência da formação do Comité Nacional da Cortiça e actuando com espantosa rapidez, no segundo semestre de 1945 já existiam comités na região de Almada/Barreiro/Seixal, na região de Évora/Évora Monte/Vendas Novas, no Litoral Alentejano, na base de Grândola/Santiago do Cacém/Sines, e no Algarve, abrangendo Silves/Faro (como organismos ilegais), reunindo mensalmente, e Comissões de corticeiros de âmbito concelhio (legais), que no Alentejo Litoral, como nos outros centros corticeiros já mencionados, foram criadas por eleição nas fábricas em Sines, Grândola e na freguesia de Ermidas (Santiago do Cacém).

Em toda a área corticeira do centro e sul do país, após a apresentação nos sindicatos o tipo de Acordo Colectivo de Trabalho pretendido, as concentrações nos sindicatos eram frequentes, forçando as respectivas Direcções fantoches a terem que informar as instâncias superiores das reclamações apresentadas. Silves, onde os corticeiros tinham conseguido eleger uma Direcção proposta pela classe, era excepção.

Por seu lado o Avante dava todo o relevo à luta dos corticeiros, destacando as acções mais importantes e apontando a unidade e a acção da classe como factores decisivos para forçar o Governo e o patronato a aceitar a reivindicação do A.C.T. Este facto levou a que a acção se travasse em dois campos em simultâneo: em concentrações nos sindicatos por

um lado, e nas empresas levando as Comissões de Empresa a dialogarem directamente com as Administrações das grandes empresas, obtendo em alguns casos cedências significativas e importantes.

Em fins de 1945, uma delegação de corticeiros de Sines eleita numa concentração no sindicato composta por António Botelho, Daniel Cascada, Joaquim “Terruta”, e Américo Leal deslocaram-se no dia seguinte a Lisboa para expor directamente ao Governo, conseguindo com a corrupção de um dos empregados à entrada do Ministério do Trabalho ser recebida pelo Sub-secretário de Estado a quem colocou a reivindicação dos corticeiros. O objectivo desta reunião um tanto forçada não era ouvir o Secretário de Estado mas sim dar a conhecer, através da divulgação da imprensa diária, como aconteceu, que a luta estava no seu auge e disposta a forçar o Governo a ceder.

Em 1946 o A.C.T. estava pronto mas não saía da gaveta do Ministério. Nesta altura a palavra de ordem dos comunistas de que a acção se concentrasse essencialmente nas empresas foi inteiramente aceite pela classe, e as grandes concentrações nas grandes empresas forçou uma parte considerável do patronato a ceder, forçando assim a que o C.C.T visse a luz do dia e com isso conseguida a grande conquista dos trabalhadores corticeiros do país, motivo para grande prestígio dos comunistas e criação de condições para grandes lutas que se seguiram.

Os corticeiros da 2ª maior empresa de sines e outros, assinalam com paralização do trabalho a entrada das tropas soviéticas em berlim¹²

Sob a orientação do Comité Regional do RAL e do organismo de Direcção de Sines, teve lugar uma reunião de quadros corticeiros das duas maiores fábricas, a Auser & Fernandes, com 300 operários, e a Corticeira de Sines, com 200.

Dado a disposição verificada da parte das duas empresas, em que em cada uma delas um elemento tocaria a sineta para parar e sair da fábrica, às 8,05 minutos, na Auser & Fernandes o toque para sair não funcionou por falta de coragem de quem ficou de o fazer, mas na Corticeira de Sines, o camarada António Botelho, velho militante e homem de enorme prestígio, não hesitou.

Na preparação do acontecimento foram previamente adquiridos foguetes em Santiago do Cacém que, conhecida a notícia pela BBC, logo nessa noite foram lançados foguetes junto à fábrica de conserva do Fialho e no Rossio, para alertar os trabalhadores e a população.

No dia seguinte, às 8 horas da manhã, após o toque das 8 horas para pegar no trabalho, foram lançados mais foguetes no Rossio, área de concentração das principais empresas corticeiras. Cinco minutos depois, como o combinado, foi ver a massa de 200 trabalhadores da Corticeira de Sines saírem em manifestação até ao Rossio, onde se juntaram mais trabalhadores de outras fábricas.

12 de Américo Leal, do R.A.L., e participante

Só uma grande organização com uma forte ligação aos trabalhadores nas empresas, como na Corticeira de Sines, em que para além da organização de Direcção da empresa tinha dois organismos em duas secções, incluindo a secção de mulheres escolhedoras de rolha, foi possível a concretização de um tal feito político, comentado com grande regozijo em toda a vila.

E não se pense que se tratou de um caso de pura aventura. Prevendo que a autoridade pudesse tentar reprimir, todos os organismos de Direcção nos sectores da cortiça e da pesca estavam ganhos para responder à repressão tocando a reunir em concentração no Rossio.

Em 1946, as populações de ermidas, grândola e sines entram em acção contra o racionamento¹³

Salazar jogava com o facto da “neutralidade” na Segunda Guerra mundial para esconder um dos factos mais marcantes e criminosos do regime, que foi o do envio para a Alemanha nazi o nosso volfrâmio para alimentar a indústria de guerra alemã, assim como o arroz, o azeite, o açúcar (vindo das ex. colónias portuguesas), a carne de porco e o trigo, que Salazar já vinha fazendo desde 1936 no apoio material às forças fascistas do General Franco, o que levou ao esgotamento das nossas reservas alimentares em termos de farinha de trigo, gorduras e açúcar.

Obrigados a irem para as bichas que começavam durante a noite para conseguirem no dia a dia adquirir o pão, o racionamento do azeite era apenas de 2 decilitros por semana para cada lar; o

¹³ de Américo Leal, do R.A.L., e participante

toucinho, 150 gramas; o açúcar 100 gramas e o arroz, fora do mercado negro, só para alguns que se deslocavam à “Mercantil” em Santiago do Cacém, onde dispensava, 250 gramas a cada pessoa.

Isto originava um forte descontentamento e uma grande disposição de luta pelo aumento do volume dos alimentos racionados, que no Alentejo Litoral teve início em Emidas, concelho de Santiago do Cacém.

Ermidas, na luta pelo pão e contra o racionamento

Num dia em que na padaria o pão à venda não chegava para metade das pessoas que deste a noite aguardavam a sua vez, a multidão presente, apercebendo-se da situação, indignada, gesticulava em forte protesto exigindo pão, acusando o regime salazarista e disposta a não arredar pé dali sem pão.

A GNR ao ter conhecimento da situação compareceu em força prendendo mulheres e os homens que mais protestavam, o que levou em seguida a população a exigir a sua libertação, conseguindo-o no dia seguinte. Com isto ficou claro para todos, em Ermidas e na região, que foi graças ao protesto das pessoas e à luta firme da população pela libertação dos presos que a partir daí passou a haver pão para todos.

A seguir a ermidas, a população de grândola, em peso, concentrou-se na câmara municipal

Obedecendo a uma grande mobilização pela organização do Partido, perto de 2 mil pessoas, trabalhadores e população, concentraram-se na C.M.G. contra o racionamento, colocando o aumento do volume dos alimentos como uma necessidade imperiosa.

Sempre acompanhada pela participação de uma força da GNR, uma Comissão representativa entregou na Câmara a exigência quanto ao racionamento, acabando a população por se retirar ao fim de certo tempo em protesto, levando consigo apenas a promessa de que a Câmara informaria as entidades competentes do “compreensível pedido apresentado pela população”

Em sines, a luta contra o racionamento começa com a paralisação de todas as empresas e dos pescadores

Os exemplos do que se passou em Ermidas em que a GNR começou por prender algumas das pessoas que protestavam por não haver pão, e em Grândola, em que apesar da grande concentração nada de concreto foi conseguido, deram à organização de Sines a ideia de que só por uma acção de tipo superior a população seria de facto atendida.

E foi nessa base que a Direcção da Organização de Sines decidiu convocar um grande plenário de quadros das classes profissionais existentes, que teve lugar no pinhal junto à Quinta dos Passarinhos, afim de avaliar a disposição de luta dos trabalhadores para partir para uma forma de acção em força, capaz de enfrentar a possível repressão e de obter resultados palpáveis.

No plenário, apesar de haver uma dúvida quanto ao êxito da luta, a decisão unânime e entusiástica foi de paralisação laboral dos corticeiros, dos pescadores e na construção civil a partir das 13 horas, sendo assente no plenário o dia e a hora (13,30) para a concentração na Câmara.

Sem que tivesse sido distribuído qualquer documento, os corticeiros pararam o trabalho às 12 horas, saíram para almoço, concentrando-se com os pescadores, a construção civil e os populares junto

à Câmara, sendo visível a presença dos respectivos organismos de Direcção da sua classe. À tentativa da GNR para dispersar, a multidão, de mais de mil pessoas, nem lhes ligou.

Por se tratar de uma mobilização do PCP e como tal entendida por muitos, o camarada José Maria Ferreira, político de grande prestígio expôs porque estavam ali, propondo que se elesse uma comissão para apresentar ao Presidente da Câmara a reclamação que, pelas propostas apresentadas ficou composta por Joaquim “Terruta”, Guiomar Garcia, uma pescadoras de nome Luísa, Maria Luísa Duarte e uma outra pessoa que se perdeu o nome.

Uma vez no interior da Câmara, a Comissão sempre acompanhada por muitas mulheres, com lhes fosse dito que o Senhor Presidente não as podia receber, sem hesitar avançaram para o seu gabinete, cercaram-no, forçando-o a vir junto da multidão colocar o que tinha a dizer.

Como o Presidente dissesse apenas que se comprometia a transmitir ao Governo a exigência da população, e como no diálogo que se seguiu não passasse da promessa, ali mesmo à sua frente, o camarada do Organismo Regional responsável pelo acompanhamento da organização de Sines interveio em voz alta, para colocar ao Presidente que os trabalhadores e a população não estavam ali para saber se aceitava colocar ao poder central a reclamação da população, mas sim para exigir do Presidente da Câmara o aumento do volume do racionamento dos produtos alimentares, colocando em seguida aos corticeiros, presentes em número de várias centenas, e aos pescadores, se estavam dispostos a continuar a paralisação caso a reclamação não fosse aceite pelo Presidente, obtendo como resposta a afirmação ruidosa de que a paralisação continuaria até ser satisfeita

O Presidente não teve outra alternativa senão seguir naquele mesmo dia a acompanhar uma delegação composta por elementos da Comissão e o representante do Instituto dos Abastecimentos em Sines, que se deslocou à Intendência dos Abastecimentos em Setúbal para decidirem o aumento do racionamento no azeite.

No dia seguinte, às 8 horas da manhã a vila estava ocupada por forças da GNR a cavalo deslocada de Santiago do Cacém e do Regimento de Infantaria 11 de Setúbal. Nas ameias do castelo foram montadas metralhadoras e na rua que dá acesso à Câmara só deixavam passar os elementos da Comissão que se deslocou a Setúbal. As forças militarizadas limitaram-se ao aparato intimidatório, tendo a acção da população sido completamente vitoriosa e o aumento, substancial, começou a ser distribuído dois dias depois.

A juventude de grândola escreveu em 1952, uma importante página em defesa da paz¹⁴

A situação que dá lugar a esta acção de luta pela paz passa-se na vila de Grândola em 1952, em que existia no concelho um forte núcleo de juventude filiada no MUD. Juvenil –Movimento de Unidade Democrática da Juventude.

Em 1952, as tropas militares dos Estados Unidos da América tinham invadido a Coreia para impor pela força um regime fantoche que, dito democrático, serviria os interesses políticos e económicos dos EUA.

¹⁴ De Raul Costa, um dos 20 jovens presos

Por todo o mundo, as forças democráticas favoráveis à ideia de que os problemas de cada país devem ser resolvidos pelos próprios povos e contrários à intervenção armada de outros países sob que protesto fosse, manifestaram-se de diferentes formas contra a guerra e exigindo paz.

No nosso país foram feitas milhares de inscrições nas paredes com palavras de ordem de “a Coreia para os coreanos e queremos paz”. Tratava-se com esta acção de tomar uma posição internacionalista em defesa de outros povos e ao lado do povo coreano.

O núcleo de Grândola chamou a si o apelo do MUD-Juvenil para uma recolha de assinaturas em defesa da paz naquele concelho. Com um Abaixo-assinado, a Comissão Concelhia do MUD-juvenil organizou um porta a porta a recolher assinaturas em defesa da paz na Coreia, até que, algumas horas depois a GNR, a mando da PIDE começou a actuar, exigindo que as assinaturas lhes fossem entregues e ameaçando com a prisão. Os jovens resistiram a entregar as assinaturas por ser uma imposição à margem da lei e por representar uma ameaça de prisão para quem tinha assinado, pelo que a GNR levou os 20 jovens que andavam na recolha de assinaturas para a prisão.

Face ao acontecimento a população de Grândola reagiu em defesa dos jovens presos, concentrando-se em massa por diversas vezes frente ao quartel da GNR, exigindo a sua libertação.

Durante vários dias a vila esteve em estado de sítio, tendo Grândola escrito uma importante página na luta pela paz no mundo, contra a repressão e contra o regime opressor do ditador Salazar.

Os jovens acabaram por ser enviados presos para cadeia do Aljube, em Lisboa. Porém, depois de muitos interrogatórios e maus

tratos foram levados a julgamento no Tribunal da Boa Hora, sendo condenados a seis meses e meio de prisão, com multas e perda de direitos políticos por cinco anos.

Pela pressão da população os jovens acabaram por serem todos postos em liberdade, sentindo-se orgulhosos pela posição e firmeza que tomaram quanto à defesa da paz e da não cedência das assinaturas à GNR.

A luta da população de sines contra a prepotência do GAS – gabinete da área de sines (1974/75)¹⁵

A Revolução de 25 de Abril de 1974 libertou o povo português das algemas que o regime ditatorial impôs durante 48 anos. O povo de Sines, viu e sentiu também, quebrarem-se essas algemas. Uma delas e não pouco amordacenta, chamava-se G.A.S.

Ao contrário das promessas que Marcelo Caetano fez ao país na sua deslocação a Sines e no almoço de sardinha assada oferecida pelo Governo a 80 pescadores em 1971, o Complexo Industrial que iria nascer em Sines não tinha como principal objectivo “servir o país e a criação de riqueza para o povo de Sines”, mas simplesmente servir os monopólios, sustentáculos do regime. E não foi preciso esperar muito tempo para que o povo de Sines constataste a realidade que começava em 1972 a ter corpo e forma.

¹⁵ De Américo Leal, do R.A.L., e participante e de Higinio Pedro da Silva, activista da Comissão de Luta.

As pessoas que sempre viveram da agricultura foram abruptamente retiradas das suas terras de forma compulsiva, e a própria Câmara Municipal viu-se expulsa das instalações no edifício que era propriedade sua, impedida de administrar qualquer parcela da área urbana do concelho e espezinhada a sua dignidade.

A prepotência, o desprezo pelas autarquias e pelos povos dos concelhos de Sines e de Santiago do Cacém passou a ser o comportamento normal do GAS, então uma espécie de Estado dentro do próprio Estado.

Após o 25 de Abril de 1974, numa Assembleia de democratas na Praça Tomás Ribeiro, foi eleita a Comissão de Luta contra a prepotência e as ilegalidades do GAS que, numa exposição com 1600 assinaturas enviada ao Ministro da Coordenação Económica, reclamou, entre outras coisas a demissão do Director do GAS, a revisão urgente dos planos parciais das obras, alteração urgente do plano de urbanização da vila de Sines, inquérito autónomo a todos os casos de expropriação, etc..

A 6 de Setembro de 1974, a Comissão Administrativa da C.M.S. enviou à Comissão de Inquérito às Actividades da Área de Sines uma exposição sobre as ilegalidades na actuação do GAS em que, entre muitas outras coisas reclamava que fosse concedido o direito de assistência aos ex. proprietários expulsos das suas terras que quisessem interpor recurso.

Particularmente entre 1974 e 1986 a luta do povo de Sines contra a prepotência do GAS foi constante, numa unidade de acção somente constatada em alguns períodos da história do povo de Sines.

As concentrações junto da Sede do GAS eram constantes, sendo uma de âmbito regional à base dos concelhos de Sines e Santiago do Cacém.

A certa altura, bastou a constatação de que o Director do GAS, Eng. António Martins se encontrava na Sede do GAS, para que fosse tocado a rebate e a população acoresse prontamente com tal indignação e disposição de luta que o forçou a sair imediatamente da vila, acompanhando-o até à saída da área urbana, não permitindo que ele voltasse a entrar em Sines.

Depois de muitas exposições enviadas ao Poder Político em nome das populações de Sines e de Santiago do Cacém, crê-se ter sido em 1985 que foi realizado o 1º Encontro Nacional sobre o Complexo Industrial de Sines promovido pelas Comissões de Trabalhadores, Sindicatos e Autarquias de Sines e Santiago do Cacém. A luta só terminou com o reconhecimento dos erros cometidos e o desaparecimento do GAS.

***Meus senhores, permitam-me algumas
palavras necessárias sobre a reforma
agrária no litoral alentejano***

Em Maio/Junho de 1974, enquanto os trabalhadores agrícolas se movimentavam na defesa de trabalho, no Litoral Alentejano como em todo o Alentejo e Ribatejo os grandes agrários absentistas sabotavam a economia e o Portugal conquistado com o 25 de Abril.

Ameaçando incendiar as searas; desinteressando-se da extração da cortiça e da execução dos trabalhos ligados às culturas de Primavera e de Outono/Inverno; passando manadas de gado vacum para Espanha e deixando outro ao abandono e à fome, atiraram os trabalhadores agrícolas para o desemprego.

No sector industrial, a ECA (Alvalade), sabotava a preparação da produção de tomate para a transformação; Os grandes fabricantes

de cortiça, como os Amorins, a Muindet, a Granadeiro, Grândola), a Pineco (Ermidas) entraram na sabotagem ao 25 de Abril negando-se a comprar cortiça; Em Sines, grandes empresas ligadas ao Complexo industrial tentaram ostensivamente o despedimento, acção a que os trabalhadores prontamente se opuseram.

Foi na luta por trabalho e pelo pão e tendo como princípio de que a terra é para produzir e dar trabalho, que em Alcácer do Sal, a exemplo dos restantes distritos do Alentejo e Ribatejo, que os trabalhadores agrícolas avançaram com a criação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Setúbal, com Sede em Alcácer do Sal e delegações em Grândola, Santiago do Cacém, no Torrão e no Montijo.

Foi na Luta pelo pão e ao apelo do seu Sindicato que se realizaram as maiores Assembleias de trabalhadores agrícolas:

A 11/01/75 em Santiago do Cacém com 2.500; A 17/01/75 em Alcácer do Sal com mais de 1.000 e, no dia seguinte em Grândola, com mais de 600.

Como os grandes agrários não só se negassem a dar trabalho como ainda despedissem os que tinham, a alternativa estava à vista: E foi que ao abrigo do Decreto-Lei nº 600/74 de 25 de Novembro, contra a sabotagem económica e em defesa da economia nacional, a alternativa para os trabalhadores foi de avançar para a ocupação de terras, sempre em concordância com o CRRA, com Sede em Alcácer do Sal, iniciando com a ocupação da Quinta do Corona formando a UCP/Cooperativa Estrela Vermelha a 13/02/1975; a 15/02/75, os trabalhadores da ECA tomaram conta da empresa e puseram-na em laboração.

No Alentejo Litoral foram criadas 68 UCP/Coop. com uma área de 83.431 há, que deram trabalho a 3.038 trabalhadores.

Criando Uniões Coordenadoras nos concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, como estruturas envolvidas para prestação de serviços técnicos à produção e com estações de Máquinas agrícolas, as UCP/Coop., produzindo e lutando, conseguiram resistir 13 anos à feroz e criminosa ofensiva da parte dos Governos PS, PSD, CDS, que actuaram à margem da lei e dos tribunais, espancando e ferindo trabalhadores indefesos por resistir continuar nas terras que os Serviços do Ministério da Agricultura tinha reconhecido a sua ocupação.

Destraindo a Reforma Agrária, os sucessivos Governos deram início à quebra da produção agro-pecuária e do emprego, que se prolongou e chegou à crise a que agora todos somos chamados a enfrentar.

De 1980/98, pescadores e populações de sines e santiago do cacém mobilisam-se contra a poluição; contra a incineração e tratamento de resíduos tóxicos, e pela construção do hospital regional com maternidade em santiago do cacém

Em 1980, os pescadores e a população de Sines exigem, e conseguem, o compromisso para uma melhor localização da Central Térmica;

A 28/05/82, os trabalhadores de Sines paralisaram totalmente a actividade económica da vila em protesto contra a poluição do mar na Costa do Norte;

A 08/06/82, os pescadores de Sines boicotam o porto industrial após horas de reunião nos Paços do Concelho entre a Comissão de Luta, a Autarquia, o GAS e a empresa CNP, forçando esta a não lançar os seus esgotos ao mar até à entrada da ETAR em funcionamento;

A 05/05/90, os pescadores de Sines com o apoio da CMS protestam contra a poluição do mar e, como o protesto não foi atendido, a 27/01/95 paralisaram toda a frota pesqueira;

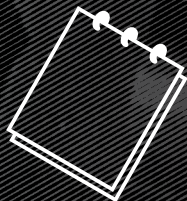
Em 1996 (?), as populações de Santiago do Cacém e de Sines levantam-se pela exigência da construção de um Hospital Regional em Santiago do Cacém;

Em Maio de 1998, milhares de pessoas dos concelhos de Santiago do Cacém e de Sines, com o apoio das respectivas C.M., formam um gigantesco cordão humano a exigir a construção do Hospital Regional com bloco de maternidade, luta que só terminou quando o hospital passou a ser uma realidade.



CAPÍTULO IX

Bibliografías



Hugo Nazareth Fernandes

- ¶ ARS Architectos – Uma fábrica de conservas moderna [artigo], in *Conservas de peixe*, 1946
- ¶ BERNARDO, Hernâni de Barros, Breve História da Indústria de Conservas de Peixe em Portugal, [artigo], in *Indústria Portuguesa*, Ano 25, nº289, Março de 1952
- ¶ CENTENO, Rui, A Dominação Romana, in *História de Portugal*, vol.1, ed. Alfa, Lisboa, 1984.
- ¶ CERQUEIRA, Hugo Nazareth Fernandes, *Aspectos do Movimento Moderno na Architectura Conserveira – A Fábrica nº6 da Algarve Exportador Limitada* [dissertação de Mestrado em Teoria da Architectura] Universidade Lusíada, Lisboa, 2003
- ¶ CERQUEIRA, Hugo Nazareth Fernandes, *Contributos para uma hermenêutica da Tradição no Modernismo Português – António Varela e o Legado do Invisível – composição, traçado e simbólica de um arquitecto à sombra de gigantes (1930-1940)* [dissertação de Doutoramento em Urbanismo], Departamento de Architectura, Urbanismo, Geografia e Artes Plásticas, Universidade Lusófona de Lisboa, 2009
- ¶ CERQUEIRA, Nuno Nazareth Fernandes de, *A viabilidade de uma empresa*, Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1968
- ¶ CLETO, Joel, A indústria de Conserva de Peixe no Portugal Romano – O Caso de Angeiras (Lavra, Matosinhos), [artigo], in *Matesinus*, nº 112 1995/6

- ¶ CORDEIRO, José M. Lopes, *A indústria conserveira em Matosinhos – exposição de arqueologia industrial*, Câmara Municipal de Matosinhos, 1989
- ¶ FRANÇA, José-Augusto., *A Arte em Portugal no século XX*, Bertrand Editora, 3ª edição, Lisboa, 1991 [1ªed. 1974]
- ¶ FERNANDES, José Manuel, *Apresentação do DO.CO.MO.MO Ibérico*, in *Arquitectura do Movimento Moderno – 1925–1965 – Inventário do DO.CO.MO.MO Ibérico*, ed. DO.CO.MO.MO Ibérico/Fundação Mies Van der Rohe/Associação dos Arquitectos Portugueses, 1998
- ¶ PORTELA, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Biblioteca Breve/Volume 68, ed. Instituto da Cultura e da Língua Portuguesa, Divisão de Publicações, Lisboa, 1982 [1ªed. 1987]
- ¶ SANTOS, Maria Luísa Estácio da Veiga A., *Arqueologia Romana no Algarve* [dissertação de licenciatura em Ciências Históricas], Faculdade de Letras de Lisboa, Vol. 1., Lisboa, 1971
- ¶ Depoimentos do Prof. Jorge Custódio ao autor
- ¶ Depoimentos de Jaime Aschemann Palhinha ao autor

Deolinda Folgado

- ¶ BENEVOLO, Leonardo – *História de la arquitectura moderna*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 8ª edición, 2002 [1974].
- ¶ FOLGADO, Deolinda; CUSTÓDIO, Jorge – *Guia do Património Industrial, Caminho do Oriente*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

- ¶ FOLGADO, Deolinda – *A Nova Ordem Industrial. Da Fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2009.
- *O Lugar da indústria no território. DOCOMOMO Ibérico. Arquitectura Industrial. 1920-1965*. Barcelona: DOCOMOMO Ibérico, 2005, pp. 80-90.
- *A arquitectura industrial em Vila Franca de Xira. Memórias de Pedra e Cal, Vila Franca de Xira, exposição*. Coord. Graça Soares Nunes. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de V.F.X., 2001, pp. 181-206.
- ¶ MUMFORD, Lewis – *A cidade na História, suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 4ª edição, 2ª tiragem, 2004 [1961].

Rui Ramos

- ¶ Cardoso, António, *O Arquitecto José Marques da Silva e a arquitectura no Norte do País na primeira metade do século XX*. Porto: Faup Publicações, 1997 (ed. or. 1992).
- ¶ França, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX. 1911-1961*. Lisboa, Bertrand, 1984 (ed. or. 1974).
- ¶ Damisch, Hubert, 1981, “Ledoux avec Kant” [prólogo à edição francesa]. Em *De Ledoux a Le Corbusier: origines de l'architecture moderne*, Emil Kaufmann, 11-21. Paris: L'Equerre, 1981.

- ¶ Martí Arís, Carlos, “Una opinión sobre la crítica”, Em *La cimbra y el arco*, 42-47. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2005.
- ¶ Pomian, Krzysztof, *L'ordre du temps*. Paris: Éditions Gallimard, 2008 (ed. or. 1984).
- ¶ Ramos, Rui Jorge Garcia, “Raízes e caminhos: Marques da Silva e a arquitectura do século XX”. Em *Leituras de Marques da Silva*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos, 15-27. Porto: Fundação Instituto Arquitecto José Marques da Silva, 2011.
- ¶ Said, Edward W., “Reconsiderando a teoria itinerante”. Em *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, org. Manuela Ribeiro Sanches, 25-42 (ed. or. 1994). Lisboa: Cotovia, 2005.
- ¶ Solà-Morales, Ignasi de, “Clasicismos en la arquitectura moderna” (ed. or. 1982). Em *Inscripciones*. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.
- ¶ Tavares, André, “A Avenida da evolução das cidades nas Nações Aliadas: notas em torno de Marques da Silva e Barry Parker”. Em *Leituras de Marques da Silva*, coord. Rui Jorge Garcia Ramos, 133–145. Porto: Fundação Marques da Silva, 2011.
- ¶ Urry, John, *Consuming Places*. London: Routledge, 2000 (ed. or. 1995).

Eliseu Gonçalves

- ¶ CACHEUX, Émile «Étude sur les Habitations ouvrières exposées en 1889», in *Revue technique*

- de l'Exposition universelle de 1889*. Paris: E. Bernard et Cie, Imprimeurs-Editeurs, 1893
- ¶ ENGELS, Frederick, *The Condition of the Working-Class in England in 1844*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1892 [1845]
- ¶ EPRON, Jean-Pierre, *L'architecture et la règle*. Paris: Perre Mardaga éditeur, 1981
- ¶ FANNELI, Giovanni; GARGIANI, Roberto, *Auguste Perret*. Bruxelles: Editori Laterza, 2002
- ¶ FREY, Jean-Pierre, *Le rôle social du patronat : du paternalisme à l'urbanisme*. Paris: L'Harmattan, 1995
- ¶ HAHN, Jean-Claude (dir.), *Nouveau dictionnaire de biographie alsacienne*. Strasbourg: Fédération des sociétés d'histoire et d'Archéologie d'Alsace, 1982
- ¶ LE PLAY, Frederic, *Les Ouvriers Européens*. Paris: Alfred Mame et Fils Libraires-Éditeurs, 1879
- ¶ MULLER, Émile; CACHEUX, Émile, *Les habitations Ouvrières en Tous Pays*. Paris: Baudry & Cie, Libraires – Éditeurs, 1889
- ¶ PENOT, Jean, «Projet d'habitations pour les classes ouvrières», in *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*, Tome XXIV, n°117, 1852
- ¶ PENOT, Jean, «Rapport du comité d'économie sociale sur la construction d'une cité ouvrière a Mulhouse», in *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*, Tome XXV, n°124, 1853
- ¶ PICOT, Georges, «Section XI, Habitations Ouvrières», in *Exposition Universelle Internationale de*

1889 à Paris – *Rapports du Jury International*.

Paris: Imprimerie Nationale, 1891

¶ QUARONI, Ludovico, *Proyectar un edificio. - Ocho lecciones de arquitectura*. Madrid: Xarait Ediciones, 1987

¶ QUATREMÈRE DE QUINCY, A.C., *Dictionnaire historique d'architecture*. Paris : Librairie d'Adrien Le Clère et C.ie, 1832, tome II

¶ ROBERTS, Henri, *Des Habitations des Classes Ouvrières*. Paris: Gide et J. Baudry Éditeurs, 1850

¶ ROBERTS, Henry, *The Dwellings of the Labouring Classes, their Arrangement and Construction*. London: Savill and Edwards Printers, 1850

¶ ROULLIET, Antony, *Congrès International des Habitations à Bon Marché. Compte rendu sommaire*. Paris: Imprimerie Nationale, 1889

¶ ZUBER, Jean (filho), «Note sur les habitations d'ouvriers», in *Bulletin de la Société Industrielle de Mulhouse*, Tome XXIV, n°116, 1852

João Castela Cravo

¶ a.a.v.v., 1996, *Recenseamento e Estudo Sumário do Parque Industrial da Venda Nova*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora

¶ Cândio, Francisco, 1961, “A Velha Porcalhota”. Sep. Do *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, II série, n° LV–LVI, Janeiro–Dezembro

-
- ¶ Coelho, António dos Santos, 1982, *Subsídios para a História da Amadora*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora
- ¶ Cravo, João Castela, 2007, *100 anos – Amadora*. Amadora: Casa Roque Gameiro, Câmara Municipal da Amadora
- ¶ Custódio, Jorge, 1994, “Reflexos da Industrialização na Fisionomia da Cidade”, in *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Expo 98, Lisboa94 e Livros Horizonte, pp.435–492
- ¶ Firmino, Ana, 1988, *Desenvolvimento Industrial na Amadora*. Lisboa: Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
- ¶ Pereira, Nuno Teotónio & Irene Buarque, 1995, *Prédios e Vilas de Lisboa*, Lisboa: Livros Horizonte
- ¶ Rodrigues, Maria João Madeira 1979, “Tradição, Transição e Mudança – A Produção do Espaço Urbano na Lisboa Oitocentista”, sep. *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III série, nº84
- ¶ Silva, Alves, 1996, “Os Bairros das Fontainhas e das Cruzes”, in *Jornal da Amadora*, 11 de Julho, p.3
- ¶ Silva, Alves, 1998, “Rua Elias Garcia – Um Ponto de Referência”, in *Jornal da Amadora*, 18 de Junho, p.3
- ¶ Silva, Alves, 2004, “Amadora – Pátios e Vilas, Outra Forma de Exploração”, in *Jornal da Amadora*, 4 de Março, p.3
- ¶ Silva, Alves, 2007, “Vila Emília Adelaide”, in *Jornal da Amadora*, 15 de Novembro, p.8
- ¶ Silva, Alves, 2006 (b), “Vila Florinda”, in *Jornal da Amadora*, 20 de Julho, p.8

- ¶ Silva, Alves 2006(a), “Vila Martelo – Não Esquecer os Martelos”, in *Jornal da Amadora*, 25 de Maio, p.1 e 8
- ¶ Silva, Raquel Henriques da, 1994, “Os Últimos Anos da Monarquia”, in *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Expo 98, Lisboa94 e Livros Horizonte, pp. 409–424
- ¶ Silva, Raquel Henriques da, 1994 “O Passeio Público e a Avenida da Liberdade”, in *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Expo 98, Lisboa94 e Livros Horizonte, pp. 425–434
- ¶ Simões, Artur Martinho, Vasco Callixto, 1973, Reunião de Convívio da “Velha Guarda” da Amadora. s.l.: s.e.
- ¶ Xavier, Gabriela, *Amadora 1900–1920*. Amadora: Casal da Falagueira, Câmara Municipal da Amadora
- ¶ Xavier, Gabriela, 1992, *Fábrica de Espartilhos Santos Mattos & C^a*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora

Sílvia Correia e José Nuno Matos

- ¶ [s./a.]. 1982. «A ‘insurreição’ de Ângelo Correia em 3,70 metros de telex», *O Dia*, 19 de Fevereiro de 1982.
- ¶ [s./a.]. 1982. «A ‘inventona’. Depressa se apanha um relatório ‘coxo’... », *O Jornal*, 19 de Fevereiro.
- ¶ [s./a.]. 1982. «Não confirmadas acusações de ‘subversão’ contra detidos no Parque Eduardo VII», *Diário Popular*, 10 de Fevereiro.
- ¶ [s./a.]. 1982. «Polícia de ‘cabeça perdida’ e algumas ‘cabeças partidas’», *O Dia*, 13 de Fevereiro.
- ¶ [s./a.]. 1982. «Rossio, sexta-feira à noite: ‘isto servia para vos enforcar a todos’», *O Diário*, 14 de Fevereiro.

- ¶ Canedo, Rito. 1982. «Polícias, ordem pública e propaganda política», *O Diário*, 24 de Fevereiro.
- ¶ CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 11 de Fevereiro de 1982, n.º 103, «‘Fui eu’ – confissão de Ângelo Correia sobre a chamada do polícia espanhol», *Primeiro de Janeiro*, 14 de Fevereiro de 1982, 4.
- ¶ CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 195, «Resultados», «Declarações de Torres Couto ao Telejornal do dia 7.2.82».
- ¶ CGTP-IN/Coordenação, Greve Geral de 12 de Fevereiro de 1982, n.º 189, «Contactos com entidades oficiais», Ofício do Gabinete do Ministro ao Secretário-geral da CGTP-Intersindical Nacional, 8 de Fevereiro de 1982.
- ¶ Público, 4 de Fevereiro de 2011, «Primeiro-ministro diz que aceita críticas mas não vira a cara às dificuldades», http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/primeiroministro-diz-que-aceita-criticas-mas-nao-vira-a-cara-as-dificuldades_1510436.
- ¶ Queiroz, José. 1982. «Uma noite de pânico», *Expresso*, 1 de Maio, 12–13.
- ¶ USP. 1983. *Livro Branco sobre a Madrugada Sangrenta do 1.º de Maio 82 Porto*. Lisboa: Edições Um de Outubro.
- ¶ Vieira, Joaquim. 1982. «Como vai responder o Governo ao desafio da Polícia?», *Expresso*, 1 de Maio, 12.

João Freire

- ¶ BAPTISTA, Jacinto, 1977, *Ao Longe, Vem Surgindo a Nova Aurora...*, Lisboa, Bertrand.

- ¶ CANDEIAS, António, 1994, *Educar de Outra Forma: A Escola-Oficina nº 1 de Lisboa*, 1905–1930, Lisboa, Inst. Inovação Educacional.
- ¶ FIGUEIREDO, Cláudia Alexandra Gonçalves, 2011, *Arte, Redenção e Transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902–1908)*, Tese de mestrado, Lisboa, FCSH–UNL.
- ¶ FREIRE, João, 1992, *Anarquistas e Operários* (adaptação da tese de doutoramento, de 1988), Porto, Afrontamento.
- ¶ FREITAS, Filipa, 2007, *Les Jeunesses Syndicalistes au Portugal*, Tese de doutoramento, Paris, EHESS.
- ¶ LIMA. Campos, 1920, *No Reino da Traulitânia*, Porto, Renascença.
- ¶ PEREIRA, Joana Dias, 2011, *Sindicalismo Revolucionário: a história de uma ‘idea’*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

José Manuel Lopes Cordeiro

- ¶ BARRETO, José (1990), “Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano”, *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXV (105–106), pp. 57–117.
- ¶ CONFERÊNCIA SINDICAL DA ORGANIZAÇÃO COMUNISTA MARXISTA-LENINISTA PORTUGUESA, 1ª (1975), 1ª *Conferência Sindical da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa*. Porto: Edições “O Grito do Povo”.
- ¶ PATRIARCA, Fátima (2008), “Continuidade e ruptura: as primeiras leis sociais de Marcello Caetano”, in Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim, e Filipe Carreira da

Silva (Eds.), *Itinerários: A Investigação nos 25 Anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 132–134.

- ¶ PROENÇA, José João Gonçalves de (1964), *O III Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Corporativa e da Previdência Social*. Lisboa: Junta da Acção Social.

Fontes

- ¶ *Arquivo do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave*, “Correspondência entre o Ministério das Corporações e Previdência Social e o Secretário de Estado do Trabalho e Previdência”.
- ¶ *Arquivo do Museu da Indústria Têxtil da Bacia do Ave*, Documentação da Lista B, candidata em 1971 às eleições para o Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga, Secção de Delães.

Imprensa clandestina

Periódicos

- ¶ *Avante!*, VI Série, nº 451, Março de 1973.
- ¶ *O Grito do Povo*, nº 15, Julho de 1973.
- ¶ *Luta Popular*, nº 15/16, Janeiro/Fevereiro de 1974.
- ¶ *O Militante*, III Série, n.º 18, Abril de 1943.

Outros textos

- ¶ PCP (m-l) (1971), *Programa Político do Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista): aprovado pelo V Congresso*. [S. l.]: Edições do Partido.
- ¶ RODRIGUES, Francisco Martins (1965), “Isolar e aniquilar os sindicatos fascistas: uma tarefa revolucionária dos trabalhadores”, *Revolução Popular*, nº 6, pp. 14–25

Cátia Teixeira*Fontes*

¶ Arquivo Histórico Militar (AHM):

– AHM, TME, Processo n.º 7/41, Livro 5

¶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT):

– Relatório da PVDE, de 13 de Dezembro de 1941 de 13 de Dezembro. ANTT, Núc. Ministério do Interior (MI), Gabinete (Gab) do Ministro do Interior (MI), maço 521.

– ANTT, Processo PIDE/DGS, n.º. 2448/941, Felisberto Fernandes Berto, «O Boga» e outros.

– ANTT, SGPCM (Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros), proc. 200/4, n.º. 5, NT 7.

– ANTT, Arquivo do Hospital de S. José, NT 8890, registo de entrada n.º 153.

¶ Arquivo dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Baixa (ATSTBB)

– Acta da Secção Feminina, de 10 de Novembro de 1941

¶ Centro de Documentação Arquivo Histórico/Museu de Lanifícios – Universidade da Beira Interior (CDAH/ML-UBI):

– Correspondência entre a Empresa Transformadora de Lãs (ETL) e a PSP.

– Correspondência entre a Empresa Transformadora de Lãs (ETL) e o Grémio dos Industriais de Lanifícios da Covilhã (GILC).

– Correspondência entre a Fábrica Alçada (FA) e a PSP.

- Correspondência entre a Fábrica Alçada (FA) e o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP).

Jornais

- ¶ *Avante!*, Novembro de 1941.

Bibliografia

- ¶ AAVV. 1984. *Presos no Regime Fascista 1940–1945*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- ¶ Assunção, António Rodrigues. 2008. *O Movimento Operário na Covilhã, 1908–1926*, Volume II.
- ¶ Castro, Ferreira de. 1985. *A Lã e a Neve*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ¶ Freire, Dulce. 1996. “Greves Rurais e Agitação Camponesa”. In *Dicionário de História do Estado Novo*, A–L, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito. Venda Nova: Bertrand Editora. pp. 404–406.
- ¶ Madeira, João (coord.). 2007. *Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- ¶ Madureira, Nuno Luís (coord.). 2001. *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil*, Volume I. Oeiras: Celta.
- ¶ Salazar, António de Oliveira. 1943. *Discursos e Notas Políticas 1938–1943*, Volume III. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- ¶ Rosas, Fernando. 1990. *Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939–1945*. Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa.
- ¶ Raimundo, Gabriel. 1984. *Tear de Tomates – Romance dos trapos na Corda da Estrela*. Almada: Edições ANES.

João Freire

- ¶ ELTZBACHER, 1908 (e 1909), *As Doutrinas Anarquistas* (e *O Anarquismo*), Lisboa, Guimarães (e Biblioteca de Educação Moderna).
- ¶ FIGUEIREDO, Cláudia Alexandra Gonçalves, 2011, *Arte, Redenção e Transformação: a experiência da Sociedade Teatro Livre (1902–1908)*, Tese de mestrado, Lisboa, FCSH–UNL.
- ¶ FREIRE, João, 1992, *Anarquistas e Operários* (adaptação da tese de doutoramento, de 1988), Porto, Afrontamento.
- ¶ FREITAS, Filipa, 2007, *Les Jeunesses Syndicalistes au Portugal*, Tese de doutoramento, Paris, EHESS.
- ¶ MENDES, Silva, 1896 (e 2006), *Socialismo Libertário ou Anarchismo*, Lisboa, reed. Letra Livre.
- ¶ PEREIRA, Joana Dias, 2011, *Sindicalismo Revolucionário: a história de uma ‘idea’*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- ¶ QUEIROZ, Clara, 2008, *Se Não Puder Dançar, Esta Não É a Minha Revolução*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- ¶ SAMIS, Alexandre, 2009, *Minha Pátria é o Mundo Inteiro*, Lisboa, Letra Livre.
- ¶ SILVA, Gabriel Rui, 2010, *Manuel Ribeiro, o Romance da Fé*, sl, Licorne.
- ¶ VENTURA, António, 1994, *Entre a República e a Acrácia*, Lisboa, Colibri.
- ¶ VENTURA, António, 2000, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal*, Lisboa, Cosmos.

Luís Cunha

- ¶ Botelho, Martinho (1996), *Campo Maior (Apontamentos)*, Campo Maior, Edição do Autor.
- ¶ Candau, Jôel (1998), *Mémoire et Identité*, Paris, PUF.
- ¶ Caro Baroja, Julio (1984), *El Estío Festivo. Fiestas Populares del Verano*, Madrid, Taurus.
- ¶ Cascabulho, Ana Maria (1997), *Memória das nossas festas: um estudo etnológico sobre as festas em Campo Maior*, monografia apresentada na Universidade Nova.
- ¶ Cayolla, Lourenço (1921), “Os contrabandistas”, in Gama, Eurico (1941), *Jornalismo Campomaiorense*, Coimbra, pp. 49–54.
- ¶ Cunha, Luís (2006), “Do contrabando à indústria de torrefacção de café em Campo Maior”, *Etnográfica*, vol. X, nº 2, pp. 251–262.
- ¶ Cunha, Luís (2006^a), *Memória Social em Campo Maior. Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa, Dom Quixote.
- ¶ Cunha, Luís (2009), “Memória da fronteira: o contrabando como explicação do mundo”, in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda & Fonseca, Inês (coord.), *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola. Práticas, Memórias e Patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de matos, pp. 289–307.
- ¶ Cutileiro, José (1971), *Rico e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, Lisboa, Sá da Costa, 1977.
- ¶ Galego, Francisco Pereira (2004), *Campo Maior. As Festas do Povo das Origens à Actualidade*, Lisboa, Livros Horizonte.

-
- ¶ García Canclini, Nestor (1997), *Culturas Híbridas : Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*, São Paulo, Edusp.
- ¶ Hoggart, Richard (1957), *La Culture du Pauvre*, Paris, Editions de Minuit, 1970.
- ¶ Shorter, Edward (1975), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995.
- ¶ Weber, Florence (2009), *Trabalho Fora do Trabalho. Uma Etnografia das Percepções*, Rio de Janeiro, Garamond.

Cláudia Figueiredo

- ¶ Badiou, Alain. 2000. *Pequeno Manual da Inestética*. S.Paulo: Estação Liberdade.
- ¶ Bourdieu, Pierre. 1989. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- ¶ Cabral, Michelle Nascimento. 2008. *Teatro Anarquista, Futebol e Propaganda* [texto policopiado]: *tensões e contradições no âmbito do lazer*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.
- ¶ Candeias, António. 1994. *Educar de outra forma: a Escola Oficina nº 1 de Lisboa (1905–1930)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- ¶ Cruz, Duarte Ivo. 1983. *Introdução à História do Teatro Português*. Lisboa: Guimarães Editores.
- ¶ Ebstein, Jonny. 1987. «Un rêve de fraternité et de justice futures». *L'ouvrier au théâtre de 1871 a nos jours*:

- cahiers théâtre Louvain*. n^{os} 58–59. Laboratoire de Recherches sur les Arts du Spectacle – CNRS: 63–77.
- ¶ Isola, Gianni. 1991. «La ribalta socialista in Italia tra Otto e Novecento». *Ventesimo Secolo: Rivista di Storia Contemporanea*. n^o 2–3, Maio–Dezembro: 387–411.
- ¶ Ivernel, Phillipe. 1991. «Estetica del teatro d'intervento proletario in Europa (1863–1939)». *Ventesimo Secolo: Rivista di Storia Contemporanea*. n^o 2–3, Maio–Dezembro: 371–386.
- ¶ Ivernel, Phillipe. 1987. «Aux origines du mouvement ouvrier: le debat theatral dans la social-democratie allemande avant la Première Guerre Mondiale». *L'ouvrier au théâtre de 1871 a nos jours: cahiers théâtre Louvain*. n^{os} 58–59: 25–45.
- ¶ Löwy, Michael. 1974. *Pour une Sociologie des intellectuels révolutionnaires: révolution politique de Lukacs (1909–1929)*. Paris: Presses Universitaires de France.
- ¶ Martocq, Bernard. 1983. «Du 'Théâtre Libre' au 'Teatro Livre': l'expérience de Manuel Laranjeira.». *Separata do Colóquio «Les rapports culturels et littéraires entre le Portugal et la France»*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais: 503–514.
- ¶ Moissand, Jeanne. 2011. «Entre Tréteaux et Barricades: théâtre et mobilisation ouvrière à Barcelone, 1868–1909». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. n^{os} 186–187: 42–57.
- ¶ Pereira, José Carlos Seabra Pereira. 1983. «Tempo neo-romântico (contributo para o estudo das relações

- entre literatura e sociedade no primeiro quartel do século XX». *Análise Social*, vol. XIX, (77–78–79): 845–873.
- ¶ Pereira, José Carlos Seabra. 1982. «Autour de la thématique politique et de l'engagement dans la littérature portugaise: de l'Ultimatum au Régicide». *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle: actes du colloque, Paris 10–13 Janvier 1979*, Paris: Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais: 1–89.
- ¶ Rebello, Luiz Francisco. 2010. *Três Espelhos: uma visão panorâmica do Teatro Português do Liberalismo à Ditadura (1820–1926)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- ¶ Rebello, Luiz Francisco. 2005. «Um duplo centenário: o 'Teatro Livre' e o 'Teatro Moderno'». *Sinais de Cena*, nº 3: 57–60.
- ¶ Rebello, Luiz Francisco. 1978. *O teatro naturalista e neo-romântico: 1870–1910*, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- ¶ Rebérioux, Madeleine. 1991. «Teatro operaio, popolare, rivoluzionario...: la polémica sui concetti.» *Ventesimo Secolo: Rivista di Storia Contemporanea*. nº 2–3, Maio-Dezembro: 359–370.
- ¶ Ribeiro, Maria Aparecida. 2001. «O Teatro Naturalista: da teoria à prática» em *História da Literatura Portuguesa – O Realismo e o Naturalismo*, vol. V, dir. Carlos Reis, Lisboa: Alfa. 309–359.
- ¶ Ribeiro, Maria Aparecida. 1994. «Realismo e Naturalismo» em *História Crítica da Literatura*

Portuguesa – Realismo e Naturalismo, vol. VI, coord.

Carlos Reis, Lisboa: Editorial Verbo. 274–313.

- ¶ Santos, Maria de Lourdes Lima dos. 1978. «Para a análise das ideologias da burguesia. II: O ‘drama social’», *Análise Social*, vol. XIV (53). 39–80.
- ¶ Tupin-Surel, Monique. 1987a. «Une écriture dramatique au service de La Socialiste», *Louvrier au théâtre de 1871 a nos jours: cahiers théâtre Louvain*. n^{os} 58–59. Laboratoire de Recherches sur les Arts du Spectacle – CNRS. 46–62.
- ¶ Tupin-Surel, Monique. 1987b. «Regards d’Hommes, écritures de femmes, l’ouvrière aux deux visages avant 1914», *Louvrier au théâtre de 1871 a nos jours: cahiers théâtre Louvain*, n^{os} 58–59. Laboratoire de Recherches sur les Arts du Spectacle – CNR. 78–96.
- ¶ Vargas, Maria Thereza. 1980. *Teatro operário da cidade de S. Paulo*, S. Paulo, IDART.
- ¶ Ventura, António. 2000. *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal: as convergências possíveis (1892–1910)*. Lisboa: Cosmos.
- Fontes Impressas*
- ¶ Abranches, Adelina. 1947. *Memórias de Adelina Abranches*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- ¶ Laranjeira, Manuel. 1993. *Obras de Manuel Laranjeira*, vol. I, notas, organização e prefácio de José Carlos Seabra Pereira. Porto: Asa.
- ¶ Lima, Adolfo. 1914. *O Teatro na Escola*. Lisboa: Guimarães e C^a Editores.

- ¶ Madureira, Joaquim. 1905. *Impressões de Teatro (cartas a um provinciano & Notas sobre o Joelho)*. Lisboa: Ferreira & Oliveira Lda. Editores.
- ¶ Pinheiro, António. 1929. *Contos Largos (impressões da vida de teatro)*. Lisboa: Tipografia Costa Sanches.
- ¶ Pottecher, Maurice. 2006 [1899], «Le Théâtre du Peuple» in *Théâtre Populaire: enjeux politiques. Des Jaurès à Malraux, Dir. Chantal Meyer-Plantureux*. Paris : Éditions Complexe, 29–41.
- ¶ Silva, Ernesto da. 1902. *Teatro Livre & Arte Social*. Lisboa: Tipografia do Comércio.

Nota: as referências aos periódicos, às fontes manuscritas e à documentação da Sociedade Teatro Livre encontram-se devidamente explicitadas ao longo do texto.

Nuno Domingos

- ¶ Barradas, Rafael, *ABC do Pugilismo*, Lisboa, Edições Vic, 1944.
- ¶ Bastos, Susana Pereira, *O Estado Novo e os seus Vadios*, Lisboa, Dom Quixote, 1997.
- ¶ Brasão, Inês “Serviço Doméstico em Portugal: lugares de origem, êxodo e itinerários urbanos (anos quarenta e sessenta)”, em Nuno Domingos e Victor Pereira (ed.), *O Estado Novo em Questão*, Lisboa, Ed. 70, 2010.

- ¶ Carvalho, Luís Miguel, “Explorando as transferências educacionais nas primeiras décadas do século XX”, *Análise Social*, vol. XL (176), 2005, pp. 499–518;
- ¶ Domingos, Nuno, “Building a motor habitus: Physical education in the Portuguese Estado Novo”, *International Review for the Sociology of Sport*, Volume 45 Issue 1, March 2010, pp. 23–37.
- ¶ Cerezales, Diego Palácios, *Estado, Régimen y orden público en el Portugal contemporáneo*, Tese de doutoramento, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2008.
- ¶ Ferreira, António Gomes, “O ensino da Educação Física em Portugal durante o Estado Novo”, *Perspectiva. Revista do Centro de Ciências da Educação*, v.22, Florianópolis, Jul./Dez 2004, pp. 197–224;
- ¶ Júnior, Manuel Joaquim Canelas, *Desafronta*, Lisboa, Edição de Autor, 1945, pp. 102–103.
- ¶ Lousada, Maria Alexandre, “O Povo de Lisboa – sociabilidades na transição para o Portugal contemporâneo”, em *Como se Faz um Povo*, José Neves (coord.), Lisboa, Tinta da China, 2010
- ¶ Pinto, Isidro (ed), *Figuras do Pugilismo Nacional*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1942.
- ¶ Vaz, Maria João, “O Povo como classe criminosa”, em *Como se faz um Povo*, José Neves (org.), Lisboa, Tinta da China, 2010,
- ¶ Wacquant, Loic, *Body and Soul: notebooks of an apprentice boxer*, Oxford, Oxford University Press, 2004, pp. 16–17.

*Dulce Simões**Fontes Orais*

- ¶ Entrevistas a trinta sócios da CCP em suporte DVD, depositadas no Museu da Cidade

Fontes Documentais

- ¶ Arquivo Histórico da Cooperativa de Consumo Piedense
- ¶ Instituto de Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (IANTT)
- Arquivo PIDE/DGS, CI (1), Processo 5.191 (Associativismo)
CX 1305, Pasta 1, Sociedade Cooperativa Piedense

Referências Bibliográficas

- ¶ Abreu, Carlos e Branco, Francisco. 1987. *O Associativismo Tradição e Arte do Povo de Almada*, Almada: Edição da Câmara Municipal.
- ¶ Barnes, John A. 1987. “Redes Sociais e Processo Político”, in Bela Fieldman-Bianco (org.) *A Antropologia das Sociedades Contemporâneas*, S. Paulo: Editora Global, pp.157-193.
- ¶ Bertaux, Daniel. 1978. *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Lisboa: Moraes Editores.
- ¶ Book, Sven Ake. 1993. *Valores Cooperativos, um Mundo de Mudança*, Lisboa: Instituto António Sérgio.
- ¶ Bourdieu, Pierre. 2001 [1994]. *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta Editora.
- ¶ Connerton, Paul. 1999. *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta Editora.

- ¶ Correia, Sérvulo. 1965. *Cooperação, Cooperativismo e Doutrina Cooperativa*, Lisboa: Separata de Estudos Sociais e Corporativos (Julho/Setembro).
- ¶ Costa, Fernando Ferreira. 1978. *Doutrinadores Cooperativistas Portugueses. Subsídio para o Estudo do Sector Cooperativo Português*, Lisboa: Livros Horizonte.
- ¶ Cunhal, Álvaro. 1996. *A Arte o Artista e a Sociedade*, Lisboa: Caminho.
- ¶ Davies, Charlotte Aull. 1999. *Reflexive Ethnography: A Guide to Researching Selves and Others*, London: Routledge.
- ¶ Desroche, Henri. 1976. *Le Project Coopératif, Éditions Économie et Humanisme*, Paris : Les Éditions Ouvrières.
- ¶ Fentress, James e Wickham, Chris. 1994. *Memória Social*. Lisboa: Teorema.
- ¶ Flores, Alexandre e Policarpo, António. 1998. *Arsenal do Alfeite, Contribuição para a História da Indústria Naval em Portugal*, Laranjeiro: Junta de Freguesia.
- ¶ Flores, Alexandre M. 2003. *Almada na História da Indústria Corticeira e do Movimento Operário (1860–1930)*, Almada: Edição da Câmara Municipal.
- ¶ Fonseca, Carlos. Sd. *História do Movimento Operário e das Ideias Socialistas em Portugal. IV – Greves e Agitações Operárias*, Lisboa: Publicações Europa-América.
- ¶ Godinho, Paula. 2001. *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958/1962.)*, Oeiras: Celta Editora.
- ¶ Halbwachs, Maurice. 1950. *La Mémoire Collective*, Paris, Presses Universitaires de France.

-
- ¶ Lamas, Maria. 2002. *As Mulheres do Meu País*, Lisboa: Caminho.
- ¶ Leite, João Salazar. 1982. *Cooperação e Intercooperação*, Lisboa: Livros Horizonte.
- ¶ Lima, Luísa e Caetano, António. 1997. *Estudo do Movimento Associativo no Concelho de Almada*, Lisboa: ISCTE.
- ¶ Lisón-Tolosana, Carmelo. 1983. *Belmonte de los Caballeros: Anthropology and History in an Aragonese Community*, New Jersey: Princeton University Press.
- ¶ Mauss, Marcel. 2001 [1925]. *Ensaio Sobre a Dádiva*, Lisboa: Edições 70.
- ¶ Namorado, Rui. 2001. *Horizonte Cooperativo: Política e Projecto*, Coimbra: Almedina.
- ¶ Ó, Jorge Ramos do. 1992. “Salazarismo e Cultura”, in Rosas, Fernando (coord) *Portugal e o Estado Novo (1930/1960)*, Lisboa: Presença, pp. 391–454.
- ¶ Pereira, Inês. 2002. “Identidades em Rede: Construção Identitária e Movimento Associativo”, *Sociologia. Problemas e Práticas*, Nº 40, pp.107–121.
- ¶ Policarpo, António Neves e Mateus, Fernando de Brito. 1999. *Cova da Piedade, da Primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade: Edição da Junta da Freguesia.
- ¶ Policarpo, António Manuel Neves. 2004. *Contributo para a História do Movimento Popular em Almada*. Almada: Edição A.I.P.I.C.A., Câmara Municipal de Almada e Juntas de Freguesia do Concelho de Almada.

- ¶ Poirier, Jean; S. Clapier-Valladon e P. Raybaut. 1999. *Histórias de Vida: Teoria e Prática*, Oeiras: Celta Editora.
- ¶ Ramos, António Alberto. 1994. *Cooperativa de Consumo Piedense, 100 anos de Futuro*, Cova da Piedade: Edição da Junta de Freguesia.
- ¶ Sousa Santos, Boaventura (Org.). 2002. *Produzir para Viver: os Caminhos da Produção Não Capitalista*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Referências Internet

- ¶ Boaventura de Sousa Santos:
– <http://www.ces.uc.pt/opiniao/bss/o13.php>
- ¶ Câmara Municipal de Almada:
– <http://www.almadadigital.pt/portal/>
- ¶ Emile Durkheim:
– <http://socserv2.socsci.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/durkheim/divtrav.html>
- ¶ Pluricoop:
– <http://www.consumo-pt.coop/pluricoop/>

Carina Infante do Carmo

- ¶ Carmo, Carina Infante do 2008. Senhor da Serra, ano 1945. In *Escrever a Vida - Verdade e Ficção Act 16*, org. Paula Morão e Carina Infante do Carmo, Lisboa/Porto, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – Centro de Estudos Comparatistas/Campo das Letras: 213–228.
- 2010. *A Militância Melancólica ou a Figura de Autor em José Gomes Ferreira*. Lisboa: FCT/Fundação Calouste Gulbenkian.

- ¶ Dionísio, Mário 1982 «Fui sempre anti-stalinista», entrevista de Augusto M. Seabra, *Expresso*. Revista («Especial Anos 40»), Lisboa, 24 Abril: 21.
- 1987. *Autobiografia*. Lisboa: O Jornal.
- ¶ Duarte, Maria João Raminhos 2010. *Silves e o Algarve. Uma História da Oposição à Ditadura*. Lisboa: Edições Colibri.
- ¶ Ferreira, José Gomes 1970. *Imitação dos Dias*. 2^a. ed. Lisboa: Portugália.
- 1971. *O Irreal Quotidiano. Histórias e Invenções*. Lisboa: Portugália.
- 1990. *Dias Comuns-I. Passos Efêmeros*. Lisboa: Dom Quixote.
- 1998. *Dias Comuns-II. A Idade do Malogro*. Lisboa: Dom Quixote.
- ¶ Godinho, Paula 2001. *Memórias da Resistência Rural no Sul. Couço (1958–1962)*. Oeiras: Celta.
- ¶ Lopes-Graça, Fernando 1992. Recordando Manuela Porto. In *Nossa Companhia Música*. 2^a. ed. Lisboa: Caminho: 169–172.
- ¶ Losa, Margarida L. 1999. Neo-Realismo e populismo: a questão do destinatário. In *Encontro Neo-Realismo. Reflexões sobre um Movimento. Perspectivas para um Museu*. Org. Júlio Graça. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo/Câmara Municipal de Vila Franca de Xira: 181–194.
- ¶ Lourenço, Eduardo 1994. A ficção dos anos 40. In *O Canto do Signo. Existência e Literatura (1957–1993)*. Lisboa: Presença: 284–291.

- ¶ Magalhães, Violante F. 2009. *Sobressalto e Espanto. Narrativas Literárias sobre e para a Infância, no Neo-Realismo Português*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- 1942. Museu da Música Portuguesa/Fundo Fernando Lopes-Graça MMP/Fundo FLG – cpc_103_038, Carta de João José Cochofel, 06.02, ms., 3 folhas.
- ¶ Oliveira, Carlos de 1979. *O Aprendiz de Feiticeiro*, 3^a. ed. corrigida, Lisboa, Sá da Costa.
- ¶ Pita, António Pedro 2005. Conferência, porquê? In *Transformações Estruturais no Campo Cultural Português (1900–1950)*. Coord. António Pedro Pita e Luís Trindade. Coimbra: Ariadne: 347–353.
- ¶ Redol, Alves 1976. *Fanga*. 9^a. ed. Mem Martins: Europa-América.
- 1993. Breve memória para os que têm menos de 40 anos ou para quantos já esqueceram o que aconteceu em 1939. In *Gaibéus*. 18^a. ed. Lisboa: Caminho: 37–54.
- ¶ Sacramento, Mário 1975. *Diário*. Porto: Limiar.
- ¶ Santos, David 2008. Ilustração e Neo-Realismo: um património a redescobrir. In *Ilustração & Literatura Neo-Realista. Exposição*. Vila Franca de Xira: Museu do Neo-Realismo: 9–14.
- ¶ Simões, Maria Dulce Dias Antunes 2005. *Memórias e Identidades da Cooperativa de Consumo Piedense*. Relatório de Estágio de Antropologia (Museu da Cidade de Almada/Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais,

ISCTE) disponível em <http://repositorio.iscte.pt/handle/10071/1259> (consulta: 10 Outubro 2011).

- ¶ Trindade, Luís 2006. Recensão crítica de Daniel Melo, *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926–1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004. Etnográfica, vol. 10, nº. 1. Lisboa: Maio: 209–211. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=So873-65612006000100015&script=sciarttext> (última consulta: 10 Outubro 2011).

Paula Godinho

- ¶ ABRAMS, Lynn (1992) *Workers' Culture in Imperial Germany*, London, Routledge.
- ¶ REDOL, Alves (1938) *Glória, uma aldeia do Ribatejo*, Lisboa, ed. Autor [3ª ed. 2004, Lisboa, Caminho].
- ¶ BLUTEAU, Raphael (1713) *Vocabulário Portuguez e Latino*, Coimbra, Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus.
- ¶ CRESPO, Jorge (1990) *A História do Corpo*, Lisboa, Difel.
- (2012) *O Espírito do Jogo – Estudos e Ensaios*, Lisboa, Colibri.
- ¶ CUNHA, Luís (2013) “A quem pertencem as Festas do Povo? Cultura popular e trabalho voluntário em Campo Maior” in Bruno Monteiro, ed.
- ¶ DOMINGOS, Nuno (2013) “Homens ao Minuto – Para uma história do boxe nas décadas de quarenta e cinquenta” in Bruno Monteiro, ed.

- ¶ FIGUEIREDO, Cláudia (2013) “A Construção de uma Frente Estética: o projeto da sociedade Teatro Livre” in Bruno Monteiro, ed.
- ¶ FREIRE, João (2013) “As fases da difusão do anarquismo em Portugal, 1900-1926: os acontecimentos, as conjunturas de acção e os contextos” in Bruno Monteiro, ed.
- ¶ GODINHO, Paula (2010) *Festas de Inverno no Nordeste de Portugal – património, mercantilização e aporias da «cultura popular»*, Castro Verde, 100Luz.
- (2012a) “Usos da memória e práticas do património, alguns trilhos e muitas perplexidades”, in Paula Godinho, coord. *Usos da Memória e Práticas do Património*, Lisboa, Colibri.
- ¶ HALBWACHS, Maurice (1925) [1994] *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel, posfácio de Gérard Namer.
- ¶ HALBWACHS, Maurice (1950) [1968] *La Mémoire Collective*, Paris, PUF, prefácio de Jean Duvignaud.
- ¶ INFANTE DO CARMO, Carina (2013) José Gomes Ferreira e o sonho neo-realista do destinatário trabalhador in Bruno Monteiro, ed.
- ¶ JARVIE, Grant; MAGUIRE, Joseph (1994) *Sport and Leisure in Social Thought*, London, Routledge.
- ¶ MAÇARICO, Luís (2003) *Com o mundo nos punhos – Elementos para uma biografia de José Santa Camarão*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- ¶ MESNIL, Marianne (1974) *Trois essais sur la Fête – Du Folklore à l’etno-sémiotique*, Bruxelles, Ed. de l’Université de Bruxelles.

- ¶ METCALFE, Alan (2006) *Leisure and Recreation in a Victorian Mining Community*, London, Routledge.
- ¶ MINTZ, Jerome (1982) *The Anarchists of Casas Viejas*, Chicago, University of Chicago Press.
- ¶ MONTEIRO CARDOSO, António (2007) *Timor na 2ª Guerra Mundial – O Diário do Tenente Pires*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa.
- ¶ PEREIRA BASTOS, Susana (1997) *O Estado Novo e os seus Vadios*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- ¶ ROWE, William; SCHELLING, Vivian (1991) *Memory and Modernity: Popular Culture in Latin America*, New York, Verso.
- ¶ SIMÕES, Dulce (2013) «A realização dos homens não era no seu trabalho nas fábricas, mas nas coletividades» - Discursos e Práticas de resistência na Cooperativa de Consumo Piedense” in Bruno Monteiro, ed.
- ¶ WILLIAMS, Raymond [1958] (1982) *Culture and Society*, London, The Hogarth Press.

Ana Carina Azevedo

- ¶ Anónimo. 1936. «A escravidão nos tempos modernos na Companhia das Fábricas de Cerâmica». *Avante*, série II, número 22: p.3.
- ¶ Azevedo, Ana Carina. 2009. «A Organização Científica do Trabalho em Portugal». Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, realizada

sob a orientação científica da Professora Doutora
Maria Fernanda Rollo, Lisboa, Faculdade de Ciências
Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.

¶ Camoesas, João. 1925. «O Taylorismo e a organização
científica do trabalho». In *Educação Social*, 1925: pp.182–185.

¶ Camoesas, João. 1927. *O Trabalho
Humano*. Lisboa: Oficina Fernandes.

¶ Cunha Leal. 1933. *A Técnica e as transformações sociais
contemporâneas*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia.

¶ Leitão, Jaime de Almeida. 1942. «Organização Científica
do Trabalho no fabrico de telha e de tijolo». In *Separata
da A Architectura Portuguesa e Cerâmica e Edificação
(Reunidas)*, Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.

¶ Mendes Correia. 1917. «Taylorismo e reeducação
profissional». In *separata de Portugal Médico*, Porto, 1917.

– 1929. «Uma bela fábrica de cerâmica. As instalações da
Luzitânia no Arco do Cego». *Indústria Portuguesa, Revista
da Associação Industrial Portuguesa*, Ano II, n.º 16: p.27.

– 1931. «Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia». *Indústria Portuguesa, Revista da Associação
Industrial Portuguesa*, Ano IV, n.º 39: p.58.

Agradecimentos

¶ À Fundação para a Ciência e Tecnologia, sem o apoio
da qual este estudo não teria sido possível.

David Pereira

- ¶ Almeida, Maria Alice Marques. 1997. *A Primeira República Portuguesa e o Estado Providência*. Tese de Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Actividade Económica. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.
- ¶ Imprensa Nacional. 1911. *Diário do Governo*. N.º 122. Lisboa: Imprensa Nacional. Decreto com força de lei de 25 de Maio de 1911.
- ¶ Imprensa Nacional. 1919. *Diário do Governo*. I série. N.º 98. 8.º Suplemento. Lisboa: Imprensa Nacional. Decreto N.º 5640 de 10 de Maio de 1919.
- ¶ Imprensa Nacional. 1925. *Diário do Governo*. I série. N.º 255. Lisboa: Imprensa Nacional. Decreto N.º 11 267 de 25 de Novembro de 1925.
- ¶ Reis, António. dir. 1996. *Portugal Contemporâneo*. Vol. 2. Lisboa: Selecções do Reader's Digest.
- ¶ Serrão, Joel. dir. 1992. *Dicionário de História de Portugal*. Vols. I–VI. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.
- ¶ Marques, António Henrique de Oliveira. coord. *Portugal da Monarquia para a República*. Vol. XI. Nova História de Portugal. coord. António Henrique de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença. 1991.

Magda Pinheiro

- ¶ Ana Nunes d'Almeida, *A Fábrica e a Família*, (Barreiro, CM Barreiro, 1993), pp.311.
- ¶ Anabela Nunes, em Maria Eugénia Mata e Pedro Telhado, *Urban Dominance and Labour Market Differentiation of a European Capital City Dordrecht*, 1996.
- ¶ Christiane Devillers, Bernard Huet, *Le Creusot, Naissance et Développement d'une ville Industrielle, 1782–1914*. (ChampVallon, Seyssel, 1981), p.287.
- ¶ Diane K. Drummond, *Creevee and its people*. (Oxford, Scollar Press, 1995).
- ¶ Gerardo Pery, *Geographia Geral e Estatística de Portugal e Colónias*, (Lisboa, IN, 1875),
- ¶ Jalla Daniel «Le Quartier comme territoire et comme représentation: les «barrières» ouvrières de Turim au début du XXème», *Le Mouvement Social*, nº118, 1982, pp.79–97.
- ¶ John Merriman, *Aux Marges de la ville, faubourgs et banlieues en France, 1815–1870*, (Paris, Seuil, 1994).
- ¶ Jorge de Sousa Rodrigues, “O arranque da Metropolização na Margem Sul, Factores e modos de urbanização na região de Almada (1935/1947)” em Magda Pinheiro, Luís Vicente Baptista e Maria João Vaz, *A Cidade e a Metrópole, centralidades e Marginalidades*, (Oeiras, Celta., 2001) p.65.
- ¶ Keneth Jackson, *The Crabgrass frontier, the suburbanization of the United States*, (Oxford UP, 1985).

- ¶ Magda Pinheiro, «Subúrbio», em Christian Topalov, *L'Aventure des Mots de La Ville – Dictionnaire Historique plurilingue, Laboratoire d'Anthropologie urbaine*. (Paris, Laffont, 2010), pp.1197/1201
- ¶ Magda Pinheiro, “The Making of a Metropolis in a Developing country: Lisbon, 1950–2000”, em Lars Nilsson, *The Coming of the Post-Industrial City*, (Estocolmo, 2005) pp.135–146.
- ¶ Maria Alfreda Cruz, *A Margem Sul do estuário do Tejo*, (Montijo, 1973), pp.413.
- ¶ Steven Kaplan, «Les Corporations, “Les faux ouvriers” et le faubourg Saint-Antoine au XVIIIème» em *Annales Economies Société, Culture*, Mars–Avril, 1988, nº2, pp.353–378.
- ¶ Teresa Barata Salgueiro, *A Cidade Em Portugal, Uma Geografia Urbana*, (Porto, Afrontamento, 1992), pp.81–104.

Frédéric Vidal

- ¶ Alves, Daniel. 2010. «Entre o balcão e a política: os lojistas de Lisboa e o republicanismo (1870–1910)», *Ler História*, 59: 101–123.
- ¶ Blum, Alain, e Maurizio Gribaudi. 1990. «Des catégories aux liens individuels: l'analyse statistique de l'espace social», *Annales ESC*, 6: 1365–1402.
- ¶ Blum, Alain, e Maurizio Gribaudi. 1993. «Les déclarations professionnelles: pratiques, inscriptions, sources», *Annales ESC*, 4: 987–995.
- ¶ Bourdieu, Pierre. 2002. *Le bal des célibataires*. Paris: Seuil.

- ¶ Burdy, Jean-Paul. 1992. «Les quartiers et la ville industrielle en France (XIXe siècle–XXe siècle): une approche thématique et bibliographique des dynamiques sociales et culturelles». *Historiens et Géographes*, n.º 335: 213–236.
- ¶ Burdy, Jean-Paul. 1994. «La monographie de quartier en histoire urbaine: quelques éléments de bilan sur une recherche stéphanoise». *Histoire Economie et Société*, nº 3: 441–448.
- ¶ Cordeiro, Graça Índias e António Firmino da Costa. 1999. «Bairros: contexto e intersecção». In *Antropologia urbana*, dir. Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 58–79.
- ¶ Durkheim, Émile, e Marcel Mauss. 1903. «De quelques formes primitives de classification», *Année Sociologique*, 6: 1–72.
- ¶ Ginzburg, Carlo, Edoardo Grendi, Jacques Revel. 1994. «Sulla Microstoria», *Quaderni Storici*, nº86: 511–575.
- ¶ Elias, Norbert. 1991. *Qu'est-ce que la sociologie?*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube (Was ist Soziologie?, 1ª edição 1970).
- ¶ Freire, João. 1992. *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal 1900–1940*, Porto: Afrontamento.
- ¶ Grendi, Eduardo. 1977. «Micro-analisi e storia sociale». *Quaderni Storici*, nº35: 506–520.
- ¶ Guerreau, Alain. 1993. «À propos d'une liste de fréquences des dénominations professionnelles dans la France du XIXe siècle», *Annales ESC*, 4: 979–986.

-
- ¶ Hohenberg, Paul M., e Lynn Hollen Lees. 1995. *The Making of Urban Europe 1000–1994*, Cambridge/Londres: Havard University Press.
- ¶ Lepetit, Bernard. 1988. *Les villes dans la France moderne (1740–1840)*. Paris: Albin Michel.
- ¶ Lequin, Yves. 1986. «Le métier». In *Les lieux de mémoire*, org. Pierre Nora. Vol 3 (2). Paris: Gallimard, 377–419.
- ¶ Magnani, José Guilherme Cantor. 2002. «De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, n.º.49: 11–29.
- ¶ Magri, Susanna. 1993. «Villes, quartiers: proximités et distances sociales dans l'espace urbain», *Genèses*, n.º13: 151–165.
- ¶ Saunier, Pierre-Yves. 1994. «La ville en quartiers: découpages de la ville en histoire urbaine». *Genèses*. n.º 15: 103–114.
- ¶ Sewell, William H. 1985. *Structure and mobility. The men and women of Marseille, 1820–1870*, Cambridge/Paris: Cambridge University Presse/Maison des Sciences de l'Homme.
- ¶ Vidal, Frédéric. 2004. «As relações de compadrio na cidade: tradição ou rede?», *Ler História*, n.º46: 223–238.
- ¶ Vidal, Frédéric. 2004. «Factores de diferenciação social em Alcântara no início do século XX: a análise de uma lista de declarações profissionais». *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º45: 53–70.

- ¶ Vidal, Frédéric. 2006. *Les habitants d'Alcântara. Histoire sociale d'un quartier de Lisbonne au début du XXe siècle*. Villeneuve-d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion.

Maria da Luz Sampaio

Fontes

- ¶ Alvarás – Maço do Governo Civil do Porto – Fundo ADP.
- ¶ Alvarás – Arquivo do Governo Civil do Porto – ADP.
- ¶ Autos de requerimento para concessão de licenças. Bairro oriental. Fundo ADP
- Cartório Notarial do Porto, Série PO 1ª Liv.702. Fundo ADP
- Cartório Notarial do Porto, Série PO 1ª Liv.92. Fundo ADP
- Cartório Notarial do Porto Serie PO 10º Lv 73. Fundo ADP
- Cartório Notarial do Porto. Serie PO 10º Lv91. Fundo ADP
- Cartório Notarial do Porto. Serie CNPT01/Out.1893. Fundo ADP
- ¶ Planta Cartográfica de Telles Ferreira 1892. AHMP/CMP.
- ¶ Planta cartográfica da freguesia de Campanhã de finais do século XIX. Fundo: AHMP/CMP.
- ¶ Direcção das Obras públicas. Estrada da Circunvalação à cidade do Porto. Peças escriptas D. CMP-02-001. AHMP/CMP
- ¶ MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA – Inquérito industrial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.
- ¶ Licença de obras 758/1932. AHMP/CMP.
- ¶ Licença de obras 1632/1922. AHMP/CMP.
- ¶ Licença de obras 1263/1929. AHMP/CMP.

Bibliografia

- ¶ ALVES, Jorge F. (1994) *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto
- ¶ CORDEIRO, J.M.L. (2006) *A Indústria Portuense no Século XIX*. Dissertação de doutoramento em História Contemporânea. Universidade do Minho
- ¶ Instituto Nacional de Estatística(1971) *A Cidade do Porto: Súmula Estatística (1864–1968)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- ¶ FERREIRA, J.A. do Couto (1999) *Farinhas, Moinhos e Moagens*. Lisboa. Âncora Editora.
- ¶ MEIRELES, M.F; RODRIGUES, A.V. (Coord) (1991) *Campanhã: Estudos Monográficos*. Porto: Junta de Freguesia de Campanhã/Câmara Municipal do Porto.
- ¶ MENDES J. Amado (2002) “Vidro e vidro de embalagem” in *Revista CEPSE*, nº13, Out. 2002. Porto: Edições Afrontamento.
- ¶ PAIS, J. M.; LIMA; A. M.; GAMEIRO, M. M. “Elementos para a história do fascismo nos campos: a Campanha do Trigo: 1928–38”, in *Análise Social* Vol.XIV, 1978 – 2º.
- ¶ PEREIRA, Gaspar M. (1995) *Famílias Portuenses na viragem do Século (1880–1910)*. Porto: Edições Afrontamento.
- ¶ PINTO, Jorge Ricardo (2007) *O Porto Oriental no final do século XIX: um retrato urbano*. Porto (1875–1900) Edições Afrontamento.
- ¶ REIS, Jaime (1993) “A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal,

1870–1913”, *O Atraso Económico Português, 1850–1913*. Lisboa: Imprensa Nacional casa da Moeda

¶ RODRIGUES, M.F.; MENDES J. M (1999). *História da Indústria Portuguesa: da Idade média aos nossos dias*. AIP/Publicações Europa América.

¶ ROLLO, M. F. *Engenharia e História: Percursos Cruzados*, p.25

– Disponível em: in3.dem.ist.utl.pt. Consulta em 16 de Outubro 2012

¶ ROLLO, M.F. (1996) “A industrialização em Portugal no Pós-guerra (1947–1973)”, in J.M. Brandão Brito e Maria de Fátima Rollo “Indústria /Industrialização”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Dir. Fernando Rosas e J.M. Brandão Brito, Bertram Editora

¶ SAMPAIO, Maria da Luz (2008) *A Central do Freixo: Um projecto termoeléctrico para a região do Porto*. Tese de Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais. FLUP.

¶ TEIXEIRA, M. C. (1998) *Habitação Popular na cidade Oitocentista: as ilhas do Porto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/JNICT. p.19

¶ UEP (1969) *50 Anos de Actividade da União Eléctrica Portuguesa*. Porto: UEP

Ana Prata

- ¶ ABECASSIS, Duarte, *Estudo Geral Económico e Técnico dos Portos do Algarve*, Junta Autónoma do Porto Comercial de Vila Real de Santo António, Porto, 1926.
- ¶ BARBOSA, António Manuel Pinto, *Sobre a indústria de conservas em Portugal*, Lisboa, 1941.
- ¶ CABREIRA, Thomaz, *O Algarve Económico*, Lisboa, Imprensa Líbanio da Silva, 1918.
- ¶ CORDEIRO, José Manuel Lopes, “Algumas características da Indústria portuguesa de conservas nas vésperas do segundo conflito mundial”, in *Separata dos Cadernos do Noroeste*, vol. 8 (1), Braga, s.n., 1995.
- ¶ *Da Madeira ao Barco, Os Estaleiros de Portimão*, Jornal da Exposição, edição da Câmara Municipal de Portimão, Outubro de 2003.
- ¶ DUARTE, Maria João Raminhos, *Portimão. Industriais conserveiros na 1ª metade do século XX*, Lisboa, Edições Colibri, 2003.
- ¶ FARIA, Ana Rita Silva de Serra, *Organização contabilística numa empresa da indústria de conservas de peixe, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. O caso Júdice Fialho*, Universidade do Algarve, 2001.
- ¶ FERREIRA, Veiga, *Algumas considerações sobre as fábricas de conservas de peixe da antiguidade encontradas em Portugal*, Minerva Comercial, Sep. Arq. Beja, Beja, 1967.

- ¶ GUERRA, Francisco José, *A Indústria das conservas nos contratos colectivos e no após-guerra*, Palestra realizada na sala das sessões do Grémio dos Industriais de Conservas de Peixe do Norte, em 27 de Julho de 1945, Matosinhos.
- ¶ MASCARENHAS, Luís, *Indústrias do Algarve*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1915.
- ¶ MENDES, Adelino, *O Algarve e Setúbal* (Reportagens), Guimarães e C^a Editores, (Terras de Portugal, II), Lisboa, 1916.
- ¶ MIRANDA, Sacuntala de, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890–1939)*, Lisboa, 1996.
- ¶ MORENO, Mateus, *Os quatro pontos cardiais do regionalismo algarvio*, Lisboa, Tipografia Minerva, 1934.
- ¶ MOUTINHO, Joaquim Ferreira Moutinho, *O Algarve e a Fundação Patriótica d'uma Colónia Industrial e Agrícola*, Porto, 1890.
- ¶ *Mulher... operária, conserveira*, Catálogo de Exposição, Centro Cultural de Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2005.
- ¶ NUNES, António Joaquim, Júdice Fialho e a evolução histórica de Portimão, trabalho apresentado na sessão da Casa do Algarve, 1952.
- ¶ NUNES, Joaquim António, *Portimão, Estudos Algarvios*, nº 3, Lisboa, Casa do Algarve, 1956.
- *O Livro de ouro das conservas portuguesas de peixe*, Lisboa, Instituto Português de Conservas de Peixe, 1938.
- ¶ PEREIRA, Hélio Paulino, *Conserva de peixe, indústria sem futuro?*, Lisboa, 1969.

- ¶ RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, *A indústria de conservas de peixe no Algarve (1865–1945)*, Lisboa, 1997.
- ¶ ROSAS, Fernando, “Sob os ventos da Guerra: a Primeira crise séria do Regime (1940–1949)” in *História de Portugal, O Estado Novo*, vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- ¶ ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra, 1939–1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- ¶ SALAZAR, António Oliveira, *Notas sobre a indústria e o comércio de conservas de peixe*, Lisboa, Tipografia Astória Artes Gráficas, 1953.
- ¶ SOARES, João (dir.), *Anuário: Conservas de Portugal, Anuário da Pesca, do Comércio e da Indústria Conserveira, 1946–47*, Lisboa.
- ¶ VALENTE, Vasco Pulido, *Os conserveiros de Setúbal (1887–1901)*, *Análise Social*, vol. XVII (67–68), 1981.

Periódicos

- ¶ *Boletim de Pesca*
- ¶ *Boletim Informativo da Casa do Algarve*
- ¶ *Conservas de Peixe*
- ¶ *Indústria Portuuesa*
- ¶ *Jornal de Portimão*
- ¶ *O Arauto dos Interesses Algarvios*
- ¶ *O Comércio de Portimão*
- ¶ *O Conserveiro*
- ¶ *O Portimonense*

Dulce Simões

- ¶ Agier, Michel. 2002. *Aux bords du Monde. Les refugies*, Paris: Flammarion.
- ¶ Arendt, Hannah. 1978. *O Sistema Totalitário*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- ¶ Barriga, Paulo. 1999. *Campos de Concentração: o Envolvimento Português na Guerra Civil de Espanha*, Barrancos: Câmara Municipal de Barrancos.
- ¶ Bourdieu, Pierre. 2001. *Razões Práticas. Sobre a teoria da acção*, Oeiras: Celta.
- ¶ Burgos Madroñero, Manuel. 1985. “Crónicas portuguesas de la Guerra Civil 1936. Los informes consulares de Andalucía y Extremadura”, *Estudios Regionales*, 15/16: 425–489.
- ¶ Collier, George. 1997. *Socialistas de la Andalucía rural. Los revolucionários ignorados de la Segunda Republica*, Barcelona: Anthropos.
- ¶ Cutileiro, José. 2004. *Ricos e Pobres no Alentejo*, Lisboa: Livros Horizonte.
- ¶ Cunha, Luís. 2006. *Memória Social em Campo Maior, Usos e Percursos da Fronteira*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- ¶ Delgado, Iva. 1980. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa: Publicações Europa América.
- ¶ Espinosa, Francisco. 2003. *La Columna de la Muerte. El avance del ejército franquista de Sevilla a Badajoz*, Barcelona: Crítica.

- ¶ Farge, Arlette «Penser et définir l'événement en histoire», *Terrain*, Numéro 38 – *Qu'est-ce qu'un événement?* (mars 2002), mis en ligne le 6 mars 2007. URL: <http://terrain.revues.org/document1929.html>. Consulté le 20 juin 2007.
- ¶ Fernandes, Margarida. 2006. *Terra de Catarina. Do Latifúndio à Reforma Agrária. Ocupação de Terras e Relações Sociais em Baleizão*, Oeiras: Celta Editora.
- ¶ Fonseca, Inês. 2006. *Aivados. Posse de Terra, Resistência e Memória no Alentejo*, Lisboa: Edições Dinossauro.
- ¶ Freire, Dulce, Fonseca Inês e Paula Godinho (coord.). (2004) *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica: século XX*, Lisboa: Colibri.
- ¶ Freire, Dulce, Inês Fonseca, Eduarda Rovisco (coord). 2009. *O contrabando na fronteira luso-espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa: Edições Nelson de Matos.
- ¶ Godinho, Paula. 2011. *Oír o Galo Cantar Dúas Veces. Identificacións Locais, Culturas das Marxes e Construción de Nacións na Fronteira entre Portugal e Galicia*, Ourense: Imprensa da Deputación.
- 2004. “«Maquisards» ou «atracadores»? A propósito das revisões da História no caso de Cambedo da Raia, 1946”, in *O Cambedo da Raia. Solidariedade galego-portuguesa silenciada*, Ourense: Asociación Amigos da Republica, 157–227.
- 2001. *Memórias da Resistência Rural no Sul, Couço (1958/1962)*, Oeiras: Celta Editora.

-
- ¶ Halbwachs, Maurice. 1950. *La Mémoire Collective*, Paris, Presses Universitaires de France.
- ¶ Honrado, João. 1992. *Crónicas de Ver Alentejo*, Beja: Associação de Municípios do Distrito.
- ¶ Mintz, Jerome. 1999. *Los Anarquistas de Casas Viejas*. Biblioteca de Etnologia, 7, Diputación de Granada, Diputación de Cádiz.
- ¶ Moncusí Ferré, Albert. 1999. “De la frontera política a la frontera cotidiana en una comarca del pirineo”, in Pujadas Muñoz, J., E. Martín Díaz, Joaquim Pais de Brito (coord) *Globalización, Fronteras culturales y Políticas y Ciudadanía*, VIII Congreso de Antropología, Santiago de Compostela, 119–128.
- ¶ Narotzky, Susana e Gavin Smith. 2002. “«Being politico in Spain». An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics”, *History & Memory*, Indiana: University Press, 189–228.
- ¶ Oliveira, César. 1987. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa: O Jornal.
- ¶ Pereira, José Pacheco. 1983. *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*, Mem Martins, Europa-América, Estudos e Documentos.
- ¶ Pires, João Carlos Salvador Urbano. 1997. *A Memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo Raiano*, Mestrado em História Social Contemporânea, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

- ¶ Ribeiro, Maria da Conceição. 1995. *A polícia política no Estado Novo, 1926-1945*, Lisboa: Editorial Estampa.
- ¶ Rodríguez Gallardo, Ángel. 2008. "Gallegos, vítimas de Salazar", *A Trabe de Ouro*, 75: 393–407.
- ¶ Rubio, Javier. 1979. *Asilos y Canjes durante la Guerra Civil Española*, Madrid: Editorial Planeta.
- ¶ Sahlins, Marshall. 1997. *Islas de Historia. La muerte del capitán Cook. Metáfora, antropología e historia*, Barcelona: Gedisa.
- ¶ Simões, Maria Dulce. 2007. *Barrancos na Encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e testemunhos, 1936*, Câmara Municipal de Barrancos, Edições Colibri.
- ¶ Scott, James. 1985. *Weapons of the Weak: Everyday Forms of Peasant Resistance*, New Haven and London, Yale University Press.
- 1990. *Domination and the Arts of Resistance: Hidden Transcripts*, Yale University Press.
- ¶ Tapada Pérez, Manuel. 1999. *Guerra Y Posguerra en Ensinasola*, Sevilla: Edición Del Autor.
- ¶ Wilson, Thomas, e Hastings Donnan (org). 1998. *Border: Identities, Nation and state at international frontiers*, Cambridge: University Press.

Paula Rodrigues

- ¶ ALMEIDA, Ana Nunes (1990) *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro* (policopiado), Dissertação de Doutoramento, Biblioteca ISCTE, Lisboa

- ¶ ALMEIDA, Miguel Vale (1995) *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Fim de Século Edições, Lisboa
- ¶ ALMEIDA, Miguel Vale; AMÂNCIO, Lígia; PEREZ, Rosa; WALL, Karin (1996) “O género nas ciências sociais: interdisciplinaridade, inovação, crítica”, in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Vol. II, Ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp.129–144
- ¶ ALVES, Helena (1992) *Formação Social e Identidade Mineira. O caso da Aldeia Mina de S. Domingos entre 1858 e 1940* (policopiado), Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa
- ¶ BELO, Maria; ALÃO, Ana P.; CABRAL, Iolanda N. (1987) “O Estado Novo e as Mulheres”, in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926.1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, pp.263–279
- ¶ BERTAUX, Daniel (1978) *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Moraes Editoras, Lisboa
- ¶ DUARTE, Ana Maria (1996) “Desemprego e reconstrução de identidades, o caso dos mineiros do Pejão”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 17, Edições Afrontamento, Porto, pp. 105–134
- ¶ DUBAR, Claude (1991) *La Socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*, Armand Colin, Paris, pp. 1–34

- ¶ ITURRA, Raul (1990) *Fugirás à Escola para Trabalhar a Terra: Ensaio de Antropologia Social sobre o Insucesso Escolar*, Escher, Lisboa.

Suzana Menezes

- ¶ Bachelard, G. (2003) *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- ¶ Candau, J. (2001) *Memoria e Identidad*. Buenos Aires: Ediciones Del Sol.
- ¶ Chagas, M. (2003) “Imaginação Museal. Museu, Memória e Poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro”. Tese de Doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (original, com autorização do autor).
- ¶ Connerton, P. (1999) *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora.
- ¶ Heaney, S. (1993) apud Bell, J. “Making Rural Histories”, in Kavanagh, G. (1996) *Making Histories in Museums*. Londres: Leicester University Press
- ¶ Lourenço, J. (1999) *Obras de Jorge de Sena, Antologia Poética*. Lisboa: Edições ASA

Ignacio García Pereda com Francisco Manuel Moruno

- ¶ Alvarado i Costa, Joaquim. 2002. *El negoci del suro a l'Alt Empordà* (s. XVIII–XIX). Palafrugell: Museu del Suro.

-
- ¶ Alvarado i Costa, Joaquim. 2004. *Suro, carracs i taps. Llagostera, 1753–1934*. Llagostera: Ayuntamiento de Llagostera.
- ¶ Alvarado i Costa, Joaquim. 2005. *Industrials i tapers (del segle XVIII al XX)*. Cassà de la Selva: Ayuntamiento de Cassà de la Selva.
- ¶ Amor y Mayor, Fernando. 1856. *Estudios que sobre la agricultura en sus varias aplicaciones ha hecho en la Exposición Universal de París*. Córdoba: Diputación de Córdoba.
- ¶ ASECOR. 2004a. *Caracterización de los alcornocales de la Sierra de San Pedro*. San Vicente de Alcántara: ASECOR.
- ¶ ASECOR. 2004b. *Características del mercado de corcho extremeño. Análisis estratégico*. San Vicente de Alcántara: ASECOR.
- ¶ ASECOR. 2007. *Análisis de oportunidades de mercado y alternativas de productos de corcho para las empresas corcheras extremeñas*. San Vicente de Alcántara: ASECOR.
- ¶ Branco, Amélia; Parejo Moruno, Francisco. 2009. *The creation of a competitive advantage in the Portuguese cork industry: the contribution of an industrial district*. ISEG-Universidade Técnica de Lisboa (Documentos de trabalho do Gabinete de Estudos de História Económica e Social nº 43).
- ¶ Fonseca, Helder Adegas, e Paulo Guimarães. Forthcoming. «Os catalães da Azaruja: ofício, família e mobilidades social (1845–1914)».

- ¶ García García, Antonio. 2008. *Explotación comercial e industrial del corcho en la provincia de Badajoz (1841–1908) (Jerez de los Caballeros)*. Badajoz: Junta de Extremadura.
- ¶ García Pereda, Ignacio. 2009. *Junta Nacional da Cortiça: 1936–1972*. Lisboa: Euronatura.
- ¶ Matos, Ana Cardoso. 2007. «Industria y maquinismo en Portugal: Transferencia y adopción de tecnología entre finales XVIII y principios del XX», In *Maquinismo ibérico*, org. Antonio Lafuente, Ana Cardoso Matos e Tiago Saraiva. Madrid: Doce calles, 219–247.
- ¶ Medina García, Eusebio. 1998. *Informe sobre la situación actual y perspectivas de futuro de la industria corchera en la provincia de Badajoz*. Badajoz: Diputación Provincial de Badajoz.
- ¶ Medir Jofra, Ramiro. 1953. *Historia del gremio corchero*. Madrid: Alhambra.
- ¶ Mendes, Américo Carvalho. 2002. *A economia do sector da cortiça em Portugal. Evolução das actividades de produção e transformação ao longo dos séculos XIX e XX*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, (Documento de trabalho), (Disponível online no site http://www2.egi.ua.pt/XXIIaphes/Artigos/Am%C3%A9rico_Mendes.PDF).
- ¶ Nadal i Oller, Jordi, e Pere Sala López. 2010. *La contribución catalana al desenvolupament de la indústria surera portuguesa*. Barcelona: Generalitat de Catalunya.
- ¶ Ochoa, Eugenio de. 1861. *París, Londres y Madrid*. París: Baudry.

-
- ¶ Ortiz Cid de Rivera, Ramón. 2001. *Los inicios de la industria corcho taponera en San Vicente de Alcántara en el siglo XIX*. Badajoz: Diputación de Badajoz.
- ¶ Parejo Moruno, Francisco. 2009a. *El negocio de exportación corchera en España y Portugal durante el siglo XX: cambios e intervención pública*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.
- ¶ Parejo Moruno, Francisco. 2009b. «El comercio de exportación corchera en Portugal y España: una historia secular de éxitos y fracasos». In *Alcornocales e industria corchera: hoy, ayer y mañana. Cork oak woodlands and cork industry: present, past and future*, org. Santiago Zapata. Gerona: Museu del Suro de Palafrugell, 241–265.
- ¶ Parejo Moruno, Francisco, e Eusebio Medina García. 2010. «La industria corchera en San Vicente de Alcántara (Badajoz): Primeros pasos hacia el análisis de un distrito industrial». In *XXX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Lisboa: APHES.
- ¶ Cortez Pimentel, Juan, y Ramiro Ávila. 1973. «Respiratory disease in cork workers ('suberosis')». *Thorax*, nº 28, 409–423.
- ¶ Pascual, A.. 1861. «Productos Forestales». In *Memoria de los Productos de la Agricultura Española reunidos en la Exposición General de 1857*. Madrid: Imprenta Nacional, 480–490.
- ¶ Puyó, Jean-Yves. 2010. «Les suberaies d'Aquitaine: entre enjeux patrimoniaux et relance économique,

Sud-ouest européen». *Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, nº 30, 53–66.

- ¶ Ramos, V. Manuel Castelo. 1999. «Da produção de cortiça à indústria em Silves». In *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente*, orgs., Jorge Custódio e V. Manuel Castelo Ramos. Silves: Museu da Cortiça, 49–58.
- ¶ Ruju, Sandro. 2002. *Il peso del sughero. Storia e memorie dell'industria sugheriera in Sardegna (1830–2000)*. Sassari: Muros.
- ¶ Salgado Sánchez, Emilio. 2000. *Vivencias corcheras desde San Vicente de Alcántara*. Badajoz: Indugrafic.
- ¶ Serrano Vargas, Antonio. 2008. *El corcho en la Sierra Morena Sevillana: Producción, Industria y Comercialización en el s. XIX y XX*. Sevilha: Faculdade de Ciências Económicas da Universidade de Sevilha (Tese de doutoramento inédita).
- ¶ Zapata Blanco, Santiago. 2002. «Del suro a la cortiça: el ascenso de Portugal a primera potencia corchera del mundo», *Revista de historia industrial*, nº 22, 109–137.
- ¶ Zapata Blanco, Santiago. 2009. «Declive y resistencia de la industria corchera española en la segunda mitad del siglo XX. Una descripción cuantitativa». In *Alcornocales e industria corchera: hoy, ayer y mañana. Cork oak woodlands and cork industry: present, past and future*, org. Santiago Zapata. Girona: Museu del Suro de Palafrugell, 840–874.
- ¶ Zapata Blanco, Santiago, e outros. 2009. «Manufacture and trade of cork products: an international perspective». In *Cork oak woodlands on the edge: ecology, adaptive management*

and Restoration, orgs., James Aronson, João S. Pereira e Juli G. Pausas. Washington DC: Island Press, 189–200.

Joaquim Vieira Rodrigues

Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Municipal De Loulé

¶ Arquivo do Sindicato Nacional dos Sapateiros do Distrito de Faro (sede em Loulé).

Câmara Municipal De Loulé

¶ Copiadores de Correspondência Recebida/Expedida referente à Legião Portuguesa, 1937–1941.

¶ Livro de Actas de Vereações, 1914–1926.

¶ Livro de Actas da Comissão Executiva, 1914–1927.

¶ Livro de Registo da Correspondência Expedida, 1914–1947.

Inquéritos Industriais

¶ Inquérito Industrial de 1881.(1881), Inquérito Indirecto. Repartição de Estatística. 3.^a Parte, Lisboa, Imprensa Nacional.

¶ Inquérito industrial de 1881. Inquérito Directo. (1881) Primeira Parte. Depoimentos, Lisboa, Imprensa Nacional.

¶ Inquérito industrial de 1881. Inquérito Directo. (1881). Segunda Parte. Visita às Fábricas, Livro Terceiro, Lisboa, Imprensa Nacional.

¶ Inquérito Industrial de 1890, vol. IV, “Situação da indústria da sapataria explicada e desenvolvida nas respostas aos quesitos do questionário elaborado pelos corpos gerentes da Associação Industrial dos lojistas de calçado”, p. 764.

¶ Inquérito Industrial de 1890. Industrias Fabris e Manufactureiras. (Inquérito de Gabinete), (1891), vol. III, Imprensa Nacional.

Jornais e Revistas

Periódicos de Loulé e da região

¶ *Algarvio (O)*, Loulé, 1889–1893

¶ *Aldeão (O)*, Trimensário Republicano Independente, Alte, n.º 1, 5/9/1912.

¶ *Combatente (O)*, Órgão do Centro Socialista de Faro Defensor das Classes Trabalhadoras e Socialista, 11/12/1919-29/08/1920.

¶ *Ecos de Loulé*, Loulé, 1920–1927

¶ *Folha do Sul*, Loulé, 1902–1905

¶ *Folha de Loulé*, Loulé, 1905–1907

¶ *Ideia (A)*, Faro, 1916 (Quinzenário anarquista).

¶ *Jornal de Annuncios*, Loulé, 1907–1910

¶ *Juventude (A)*, Loulé, 13/08/1917–29/10/1917

¶ *Libertário (O)*, Faro, 1912–1915 (6 n.º publ.; órgão da União Anarquista Algarvia)

¶ *Louletano (O)*, 1883–1896

¶ *Louletano (O)*, Loulé, 1933–1942

¶ *Notícias de Loulé*, 1980–1910

¶ *Pregoeiro (O)*, Loulé, 1898–1901

¶ *Povo Algarvio (O)*, Loulé, 1910–1912

¶ *Primeiro de Maio (O)*, Loulé, 1913–1925

¶ *Progresso (O)*, Loulé, 1922–1923

¶ *Sul (O)*, 24/3/1912–4/8/1918

¶ *Voz de Loulé (A)*, Loulé, 1924–1925

Jornais operários

¶ *A Batalha*, 1919.

¶ *A Terra Livre*, Trissemanário órgão dos operários sapateiros e do proletariado em geral, ed., Francisco António Figueira, red. Elias Mathias, Évora, 1911.

¶ *Jornal da Associação Fraternal dos Sapateiros e Artes Que Trabalham em Cabedal*, Lisboa, 1853–1854.

¶ *Labor Proletário*. Mensal da Federação dos Operários da Indústria de Calçado, Couros e Peles. 1923–1926

¶ *República Social*, 1919–1934

¶ *O Manufactor*, Lisboa, 1912–1913

¶ *O Sapateiro*, Porto, 1910–1916.

¶ *O Tirapé*, Lisboa, 1909.

Bibliografia

¶ *ACTAS de Vereação de Loulé. Séculos XIV–XV* (1999/2000). Separata da Revista *Al-Ulyà*, n.º 7.

¶ “ACTIVIDADE (A) sindical do Partido Comunista Português no Porto, Beja e Faro em 1931, textos de «O Trabalho Sindical»”, (Agosto 1984), Introdução e notas de Maria Goretti Matias, *Estudos Sobre O Comunismo*, n.º 2, pp. 36–48.

¶ BRÁS, Rui Manuel, (1997), *Formas Institucionais e Sistemas de Valores na Classe dos Sapateiros*, Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, no ISCTE, orientada pela Professora Dr.^a Miriam Halpern Pereira.

¶ BRÁS, Manuel Brás, (1998), “Os sapateiros de Lisboa e o liberalismo económico (1850–1920)”, *Ler História*, n.º 34.

-
- ¶ BRITES, Geraldino, (1914), *Febres Infecciosas. (Notas sobre o Concelho de Loulé)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- ¶ CABREIRA, Thomaz, (1918), *O Algarve Económico*, Lisboa, Imprensa Libanio da Silva.
- ¶ FREIRE, João, (1992), *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: o Anarquismo e o Operariado em Portugal, 1900–1940*, Porto, Edições Afrontamento, «Biblioteca das Ciências do Homem», n.º 13.
- ¶ FREITAS, Pedro de, (1991), *Quadros de Loulé Antigo*, 3ª ed., Loulé, Câmara Municipal de Loulé.
- ¶ GREEN, Rogen, (Primavera/Verão 1999), “Uma arte milenar”, *Unique*, Quinta do Lago, n.º 15.
- ¶ GUERREIRO, Francisco, (1998), *Pequena Monografia de Pechão*, Faro, Algarve em Foco Editora.
- ¶ JUSTO, João Emanuel, PEREIRA, Paula Vargues, MARTINS, Ana Paula e ROSÁRIO, Carla do, (1995), “A população em 1835 e 1843/48 na vila de Loulé”, *Al-'Ulyà*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, n.º 4.
- ¶ LOPES, Silva, (1841/1998), *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, 1.º vol., Faro, Algarve em Foco Editora.
- ¶ MAGALHÃES, Romero de, (1970), *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos, «A Marcha da Humanidade», n.º 2.
- ¶ MAGALHÃES, Romero de, (1998), *O Algarve Económico 1600–1773*, Lisboa, Editorial Estampa, «Imprensa Universitária, n.º 69.

- ¶ MARQUES, A.H. de Oliveira, (1989), “Para a História do Concelho de Loulé na Idade Média”, *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Câmara Municipal de Loulé.
- ¶ MEDEIROS, Fernando, (1978), *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, «Biblioteca da História».
- ¶ MENDONÇA, Artur Ângelo Barracosa, (2003), *A Organização do Partido Republicano no Algarve: o Caso de Loulé (1881-1910)*, Loulé, Documento Dactilografado, Conferências de Arquivo Municipal de Loulé.
- ¶ “MOVIMENTO, O, Operário em Portugal”, (1981), *Análise Social*, n.º67-68-69, (3.º-4.º-5.º), segunda série, volume XVII, Julho a Dezembro.
- ¶ MESQUITA, António, (1991), “Especificidades da pré-indústria de calçado e curtumes no Algarve”, *Anais do Município de Faro*, XXI.
- ¶ OLIVEIRA, Ataíde, *Monografia do Concelho de Loulé*, (1905/1998), Faro, 4.ª edição, Algarve em Foco Editora.
- ¶ OLIVEIRA, César, (1990), *O Operariado e a Primeira República (1910–1924)*, Lisboa, Alfa, «Testemunhos Contemporâneos», n.º 10.
- ¶ PATRIARCA, Maria de Fátima, (1993), “O «18 de Janeiro»: uma proposta de releitura”, *Análise Social*, vol. XXVIII (123–124), (4º–5º), pp. 1137–1152.

- ¶ PEREIRA, Vera Lúcia Cavaco, (2001–02), “Rol dos Confessados. Freguesia de S. Clemente da vila de Loulé”, *Al-Ulyà*, n.º 8.
- ¶ RAMOS, António Alberto C. Pereira, (1996), “Afonso Costa e Bartolomeu Constantino. O Movimento Republicano e o operariado algarvio em 1904”, *Actas do I Congresso dos Algarvios da margem Sul do Tejo*, 1 e 2 de Abril de 1995, Casa do Algarve do Concelho de Almada, pp. 129–136.
- ¶ RODRIGUES, Edgar, (1980), *O Despertar Operário em Portugal, 1834–191*, Lisboa, Editora Sementeira.
- ¶ RODRIGUES, Edgar, (1981), *Os Anarquistas e os Sindicatos. Portugal, 1911–1922*, Lisboa, Editora Sementeira.
- ¶ RODRIGUES, Edgar, (1981), *A Resistência Anarco Sindicalista à Ditadura. Portugal, 1922–1939*, Lisboa, Editora Sementeira.
- ¶ SANTOS, Francisco Pires, (2002), *Aldeia da Tôr. Monografia e Memórias*, Tôr.
- ¶ VENTURA, António, (2000), *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892–1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, Coleção de História Moderna e Contemporânea, n.º 5.

Inês Fonseca

- ¶ *Jornal A Batalha*
- ¶ Bell, P. (1998), “The fabric and structure of australian mining settlements”, en A.B. Knapp et al. (orgs.), *Social Approaches*

- to an Industrial Past. The Archaeology and Anthropology of Mining*, Routledge, Londres & Nueva York, pp. 27–38.
- ¶ Crow, G.P., y Allan, G. (1995), “Community types, community typologies and community time”, *Time & Society*, n. 4 (2), pp.147–166.
- ¶ Desbois, E., et al. (1986), *La Foi des Charbonniers. Les Mineurs dans la Bataille du Charbon 1945–1947*, Maison des Sciences de l’Homme, Paris.
- ¶ Fonseca, I. (2007), *Trabalho, Identidade e Memórias em Aljustrel*. “Levávamos a Foice Logo p’ra Mina”. 100Luz, S.L..
- ¶ Knapp, A.B. et al. (org.) (1998), *Social Approaches to an Industrial Past. The Archaeology and Anthropology of Mining*, Routledge, Londres & Nueva York.
- ¶ Lazar, M. (1990), “Damné de la terre et homme de marbre. L’ouvrier dans l’imaginaire du PCF du milieu des années trente a la fin des années cinquante”, *Annales*, n. 5, septiembren–octubre 1990, pp. 1071–1096.
- ¶ Mattei, B. (1987), *Rebelle, Rebelle! Révoltes et Mythes du Mineur, 1830–1946*, Champ Vallon, Seyssel.
- ¶ Petras, J., y Zeitlin, M. (1968), “Mineros y radicalismo agrario”, *Revista Mexicana de Sociología*, n. 30 (2), Abril–Junio 1968, pp. 283–298.
- ¶ Román, M.A., y E.R. Ballesteros (1995), *Mina y Mineros. Imágenes y Significados en la Cuenca Minera de Riotinto*, Fundación Rio Tinto, S.L.

- ¶ Simonin, L. (1982), *La Vie Souterraine. Les Mines et les Mineurs (présentation de Jean-Claude Beaume)*, Champ Vallon (collection milieux), S.I.
- ¶ Zapata, F. (1980), “Mineros y militares en la coyuntura actual de Bolivia, Chile y Perú (1976–1978)”, *Revista Mexicana de Sociología*, n. 42 (4), Octubre–Diciembre 1980, pp. 1443–1464.

Rui Narciso Palma Guita

- ¶ BRAGA, João Ferreira, “Relatório Acerca da Mina de Cobre, Sita na Serra de S. Domingos, Freguezia de Sant’Anna de Cambas, Concelho de Mértola, Districto Administrativo de Beja” in *Boletim do Ministério das Obras Publicas, Commercio e Industria*, Vol. 2, nº 11, Nov. 1861, pp. 398–402.
- ¶ CABRAL, José Augusto C. das Neves (Coord.), *Catalogo Descritivo da Secção de Minas – Grupos I e II (Exposição Nacional das Industrias Fabris – Associação Industrial Portuguesa)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889, 109 pp.
- ¶ CUSTÓDIO, Jorge, “Documentos para a História da Mina de S. Domingos – O Relatório do Geólogo Carlos Ribeiro”, in *Arqueologia Medieval*, nº 6, Porto, Editorial Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, 1999, 292 pp., pp. 255–265.
- ¶ GUIMARÃES, Paulo Eduardo, “Recrutamento, mobilidade e demografia em São Domingos (1860–1900)”, comunicação ao VII Congresso da Associação de Demografia Histórica (Sessão 24 – Socio-demografia da mina: populações mineiras, séculos XIX–XX), 1–3 Abril de 2004, pp.

1–28 (Texto provisório – Versão O.O) in http://www.ugr.es/~adeh/comunicaciones/Guimaraes_P.pdf

- ¶ LEANDRO, Guilherme de Castro, CAMPOS, Viriato de Sousa, SAMPAIO, Joaquim André, GOIS, Ernesto da Silva Reis, VARELA, José Augusto dos Santos, MARTINS, João António da Silva Graça, MELLO, João Osório da Rocha, *Relatório da Comissão de estudo das possibilidades económicas de reconversão da Mina de S. Domingos*, Lisboa, 1960 (17 de Março), 77 pp. + Anexos (cópia dactilografada digitalizada disponível no Centro de Documentação da Fundação Serrão Martins através de fserraomartins@gmail.com).
- ¶ LEITÃO, João Maria, “Consulta do Conselho de Minas sobre o relatório do Inspector-Geral das Minas que trata do jazigo de Cobre de S. Domingos, no Concelho de Mértola a que se refere a Portaria de 17 de Janeiro de 1861” in *Boletim do Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria*, Vol.2, nº 12, Dez. 1861, pp. 518–547.
- ¶ MALHEIRO, Lourenço e SEQUEIRA, P. V. da Costa, “32. Mine of S. Domingos – Cupreous Pyrites”, in *International Exhibition Catalogue*, Department I, II, III, IV, V, 1876, Philadelphia, pp. 67–73.
- ¶ MASON, James, *Catalogo dos objectos pertencentes à Mina de S. Domingos exhibidos na Exposição Internacional do Porto em 1865 por James Mason, Engenheiro Director e Gerente*, Lisboa, Typ. da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1865, 20 pp.

- ¶ RICH, Frederick J., *Memorandum of points raised during visit to Mina de S. Domingos of Commercial Manager – November/December 1919*, Mina de S. Domingos, Mason & Barry, 1919, 35 pp. [O relatório faz parte da *Pasta de Arquivo Reports on Visits to Mine and General Manager's Visits to London (1914–1922)* do acervo da FSM]
- ¶ RICH, Frederick J., *Memorandum of points raised during visit to Mina de S. Domingos of Commercial Manager – Spring 1922*, Mina de S. Domingos, Mason & Barry, 1922, 27 pp. [O relatório faz parte da *Pasta de Arquivo Reports on Visits to Mine and General Manager's Visits to London (1914–1922)* do acervo da FSM]
- ¶ SEQUEIRA, Pedro Victor da Costa, “Noticia sobre o estabelecimento mineiro de S. Domingos (1868–1880)” in *Revista de Obras Publicas e de Minas*, Tomo XIV, nºs 163 e 164, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, pp. 185–284.
- ¶ SEQUEIRA, Pedro Victor da Costa, “Noticia sobre o estabelecimento mineiro de S. Domingos (1868–1880)” in *Revista de Obras Publicas e de Minas*, Tomo XV, nºs 165 e 166, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884, pp. 480–540.
- Agradecimentos a Sara Ribeiro, Susana Colaço e Lea Fernandes pela assistência na preparação da apresentação e da comunicação, a todos os que contribuíram com a doação de documentos fotográficos à Fundação Serrão Martins, muito especialmente a Filipe Verde, à equipa organizadora do encontro e às instituições anfitriãs, assim

como a Deolinda Folgado pelo convite para apresentar a Mina de São Domingos e a Fundação Serrão Martins no encontro *O Mundo do Trabalho no Sul de Portugal*.

Emília Margarida Marques

- ¶ Barros, C. V. S. 1998 [1969]. *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande – II Centenário*. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande/Magno.
- ¶ Bonita, D. 1993. *Ao Encontro do Passado*. Marinha Grande: ed. autora.
- ¶ Bourdieu, P. 2000. *Les Structures Sociales de l'Économie*. Paris: Seuil.
- ¶ Farmer, E. 1924. «Some human factors affecting efficiency in the glass trade». *Journal of the Society of Glass Technology*, 8: 69–80, 81–84 (discussão).
- ¶ Foster, J. 2010. «The aristocracy of labour and working-class consciousness revisited». *Labour History Review*, 75 (3): 245–262.
- ¶ Gomes, J. 2001. *Estórias e emoções de uma vida de luta*. Lisboa: Avante!.
- ¶ Granovetter, M.S. 1985. «Economic action and social structure: the problem of embeddedness». *American Journal of Sociology*, 91 (3): 481–510.
- ¶ Hart, K. 2005. «Money: one anthropologist's view». In *A handbook of Economic Anthropology*, ed. J.G. Carrier, Cheltnham: Edward Elgar, 160–175.

-
- ¶ Hobsbawm, E. 1964. *Labouring Men. Studies in the History of Labour*. London: Weidenfeld and Nicolson.
- ¶ Hobsbawm, E. 1984. «Artisan or labour aristocrat?». *The Economic History Review*, 37 (3): 355–372.
- ¶ Hopkins, E. 1975. «Small town aristocrats of labour and their standard of living, 1840–1914». *The Economic History Review*, 28 (2): 222–242.
- ¶ Marques, E.M. 1995. «‘Cantigas e Cristais’: Actividade Cultural, Passado, Identidade». Dissertação de mestrado em Antropologia, Lisboa, UNL.
- ¶ Marques, E.M. 1997. «O sindicalismo vidreiro nos anos 20». *História*, nova série, 33: 18–29.
- ¶ Marques, E.M. 1998a. «A Marinha Grande e o vidro. 250 anos de identidade». In *Programa Oficial das Comemorações: 250 Anos da Indústria do Vidro na Marinha Grande – 1748–1998*. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 22 pp. inum.
- ¶ Marques, E.M. 1998b. «O livro do II Centenário: contextos de um texto comemorativo (prefácio à reedição)». In C.V.S. BARROS, *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande – II Centenário*. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande/Magno, III–VIII.
- ¶ Marques, E.M. 1999a. *O Período Stephens na Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande: Algumas Fontes Escritas*. Marinha Grande: Museu Santos Barosa da Fabricação do Vidro.

- ¶ Marques, E.M. 1999b. «Ritmos da matéria, ritmos de trabalho, razão e poder: o caso de fabrico de vidro na Marinha Grande». *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 12: 173–93.
- ¶ Marques, E.M. (recolha de entrevistas: Ana Mafalda Ventura). 2000. «Resultados parcelares: vidreiros». In AAVV, *Memória e Identidades Profissionais: Reprodução de Sistemas Sócio-Técnicos* (relatório final do projecto PRAXIS/PCSH/P/ANT/44/96, coord. Jorge Crespo), Lisboa: manusc, 211–68.
- ¶ Marques, E.M. 2009. *Os operários e as suas Máquinas: Usos Sociais da Técnica no Fabrico Vidreiro*. Lisboa: Gulbenkain/FCT.
- ¶ Marques, E.M. 2011. «Instituting, de-instituting and under-instituting the complexities of production: struggles on the shop floor». *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*, 19 (4): 409–422.
- ¶ Marx, K. 1909 [1867]. *Capital: a Critique of Political Economy*. Chicago: Charles H Kerr & Company (edição Engels, tradução Moore e Aveling).
- ¶ Marx, K. 1902 [1849]. *Wage-Labor and Capital*. New York: New York Labor News Company.
- ¶ Matsumura, T. 1983. *The Labour Aristocracy Revisited: the Victorian Flint Glass Makers, 1850–80*. Manchester: Manchester University Press.
- ¶ Mauss, M. 1974 [1923]. «Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas». In *Sociologia e Antropologia*, São Paulo: EPU/EDUSP, 39–184.

-
- ¶ Hubert, H. e M. Mauss. 2002 [1906]. «Introduction à l'analyse de quelques phénomènes religieux». Chicoutimi: Université du Quebec: ed. electrónica http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/melanges_hist_religions/t1_preface/preface.html (acedido em Novembro de 2012). Ed. original: *Revue d'Histoire des Religions*, 58: 163-203.
- ¶ Meigh, E. 1972. *The Story of the Glass Bottle*. Stoke-On-Trent: C.E. Ramsden & C. Ltd.
- ¶ Mónica, M.F. 1981. «Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande». *Análise Social*, 6 68: 505-571.
- ¶ Patriarca, M.F. 2000. *Sindicatos Contra Salazar: a Revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: ICS.
- ¶ Pelling, H. 1968. *Popular Politics and Society in Late Victorian Britain*. New York: St. Martin's Press.
- ¶ Polanyi, K. 2001 [1944]. *The Great Transformation: the Political and Economic Origins of Our Time*. Boston: Beacon Press.
- ¶ Post, Ch. 2010. *Exploring working-class consciousness: critique of the theory of the 'labour aristocracy*. *Historical Materialism*, 18: 3-38.
- ¶ Thompson, E.P. 1971. *The moral economy of the English crowd in the eighteenth century*. *Past and Present*, 50 (1): 76-136.
- ¶ Van der Linden, M. 2008. *Workers of the World: Essays Towards a Global Labour History*. Leiden: Brill.

- ¶ Wright, E.O. 1997. *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. Cambridge/Paris: CUP/Maison des Sciences de l'Homme.

Maria Alice Samara

- ¶ Castro, Zília Osório de, e Esteves, João, (dir.). (2005). *Dicionário no Feminino (séculos XIX–XX)*. Lisboa: Livros Horizonte
- ¶ Cova, Anne (1998). Duas Associações Internacionais de Mulheres de Iniciativa Americana (1888–1918). In Maria Laura Bettencourt Pires (Eds.), *Europa e América. Mitos e Confrontos* (pp. 73–80). Lisboa: Universidade Aberta.
- ¶ Emonts, Anne Martina (2001). “Onde há galo não canta galinha”: *Discursos femininos, feministas e transgressivos nos Anos Vinte em Portugal*. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- ¶ Fernandes, Rogério (2003). Estratégias de Ironia e de Sarcasmo contra a Educação feminina em Portugal (Séculos XVIII/XIX). In *Faces de Eva*, n.º 9, Lisboa: Edições Colibri/Universidade Nova de Lisboa.
- ¶ Ferreira, Armando, (s.d.). *Os Humildes. Cenas da vida real*, s.l.: Empresa Literária Universal.
- ¶ Freire, João, (1992). *Anarquistas e Operários: Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal: 1900–1940*. Porto: Edições Afrontamento.

-
- ¶ Grave, João, (1915). *Os Famintos (Episódios da Vida Popular)*, Porto: Livraria Chardron.
- ¶ Guimarães, Elina, 2002 (facsimile da edição de Lisboa, Civilização, 1930). *Movimento Feminista*, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- ¶ Guinote, Paulo, (1997). *Quotidianos Femininos (1900–1933)*. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- ¶ Lamas, Maria, 2002 (Facsimile da edição de Lisboa: Actualis, 1948). *As mulheres do meu país*. Lisboa: Caminho.
- ¶ Macedo, Ana Gabriela, e Amaral, Ana Luísa, (2005). *Dicionário de Crítica Feminista*. Porto: Afrontamento.
- ¶ Matias, Maria Goretti, (1986). As mulheres operárias: as tabaqueiras (1865–1890), In *Boletim de Estudos Operários*, n.º 9, Lisboa.
- ¶ Martins, Conceição Andrade, (1997). Trabalho e condições de vida em Portugal (1850–1913). In *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997 (3.º), 483–535
- ¶ Osório, Ana de Castro, (1911). *As operárias das fábricas de Setúbal e a greve. Resposta de Ana de Castro Osório ao “Germinal”*. Setúbal: Editora sociedade proprietária do jornal “O Radical”, Tipografia Santos.
- ¶ Peterson, M. Jeanne, (1984). *No Angels in the House: The Victorian Myth and the Paget Women*. In *The American Historical Review*, vol.89, nº 3, Jun, pp. 677–708

- ¶ Vasconcelos, Carolina Michaëlis de, (2002). *O Movimento Feminista em Portugal*. (Organização, Prefácio e notas de Luís Carlos Patraquim), Paio Pires: Editorial Seis-Filetes (Fradique).
- ¶ Wolf, Virginia, (1942). *The death of the moth and other essays*. London: Hogarth.
- ¶ Samara, Maria Alice, (2007). *Burguesas e Operárias: As Mulheres no tempo da República*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- ¶ Tomé, Irene, (2005). *Associações de Classe. Dicionário no Feminino (séculos XIX–XX)*. Lisboa: Livros Horizonte.

José Madureira Pinto

- ¶ Almeida, João Ferreira de (1977). «Sobre a monografia rural». *Análise Social*, 52: 789–803.
- ¶ Almeida, João Ferreira de (1986). *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*. Lisboa: Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- ¶ Bourdieu, Pierre, Passeron, Jean-Claude, Chamboredon, Jean-Claude (1968). *Le métier de sociologue*. Paris: Mouton/Bordas.
- ¶ Bourdieu, Pierre, e Chartier, Roger (2010). *Le sociologue et l'historien*. Marselha: Agone & Raisons d'agir.
- ¶ Campagnac, Élizabéth (org.) (1992). *Les Grands Groupes de la Construction: de Nouveaux Acteurs Urbains?*. Paris: Éditions L'Harmattan.

-
- ¶ Champagne, Patrick (2002). *L'Héritage Refusé. La Crise de la Reproduction Sociale de la Paysannerie Française*. Paris: Éditions de Minuit.
- ¶ Elias, Norbert (1980). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- ¶ Mauss, Marcel (1966 [1950]). *Sociologie et Anthropologie*. Paris: P.U.F.
- ¶ Monteiro, Bruno, e Queirós, João (2009). «Entre cá e lá. Notas de uma pesquisa sobre emigração para Espanha de operários portugueses da construção civil». *Configurações*, 5–6, 143–173.
- ¶ Monteiro, Bruno, e Queirós, João (2010). «Pela estrada fora. Apontamentos sobre a génese social da migração pendular de trabalhadores da construção civil portugueses para Espanha». In José Madureira Pinto e João Queirós (orgs.) *Ir e Voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977–2007)*. Vol. 1: Estratégia Observacional e Análise da Economia, Migrações e Relação com a Escola. Porto: Edições Afrontamento, 261–271.
- ¶ Noiriel, Gérard (2006). *Introduction à la socio-histoire*. Paris: Éditions La Découverte.
- ¶ Nunes, Adérito Sedas (1977 [1972]). *Questões preliminares sobre as ciências sociais* (5ª edição, revista). Lisboa: Editorial Presença.
- ¶ Pereira, Virgílio Borges, e Queirós, João (2008). «Estado, Alojamento e a 'Questão Social': elementos para a Compreensão Sociológica da Formação da Respectiva

Relação no Porto Contemporâneo», Comunicação ao Colóquio Internacional “Modos e figuras do habitar”, Faculdade de Letras da Universidade do Porto (documento policopiado).

- ¶ Piaget, Jean (1970). «La situation des sciences de l’homme dans le système des sciences». In *UNESCO, Tendances principales de la recherche dans les sciences sociales et humaines. Première Partie: Sciences sociales*. Paris/Haia: Mouton, 1–65.
- ¶ Pinto, José Madureira (1977). «A etnologia e a sociologia na análise de colectividades rurais». *Análise Social*, n.º 52: 805–828.
- ¶ Pinto, José Madureira (1985). *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos. Elementos de teoria e de pesquisa empírica*. Porto: Edições Afrontamento.
- ¶ Pinto, José Madureira (2010). «Jorge: projectos profissionais sob pressão». In José Madureira Pinto e João Queirós (orgs.) *Ir e Voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977–2007)*. Vol. 1: Estratégia Observacional e Análise da Economia, Migrações e Relação com a Escola). Porto: Edições Afrontamento, 319–325.
- ¶ Pinto, José Madureira (2012). «Instituições, disposições e práticas. O caso da produção de habitação». In Luísa Veloso e Renato Miguel do Carmo (orgs.), *A constituição social da economia*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 81–121.
- ¶ Pinto, José Madureira e Queirós, João (2010). *Ir e Voltar. Sociologia de uma Colectividade Local do Noroeste Português (1977–2007)*. Vol. 1: Estratégia

Observacional e Análise da Economia, Migrações e
Relação com a Escola. Porto: Edições Afrontamento.

- ¶ Santos, Rui Oliveira (1997). «A sucessão agrícola. Um estudo de caso no Entre Douro e Minho». *Documento de Trabalho n.º 7*. Lisboa: Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural do Instituto Superior de Agronomia.



Fim